

ANAIIS DO 15º

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

JAÚ - SP. NOVEMBRO, 2018

FACULDADES INTEGRADAS DE JAÚ



ANAIS DO 15 ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DAS FIJ

Jau – SP
10 de novembro de 2018

As contribuições assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores

Ficha Catalográfica

E562

ENIC: Anais do 15º Encontro de Iniciação Científica. –
Novembro de 2018. / Jaú-SP. Fundação Educacional “Dr.Raul
Bauab” – JAHU / Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2018.

1- Estudos Científicos Periódicos. 2. Núcleos de Ensino, Pesquisa
e Extensão - Periódicos. I. Faculdades Integradas de Jaú. - I.
Título

CDD 001.42

As ideias emitidas nos artigos são de inteira responsabilidade de seus autores.

É permitida a reprodução dos artigos desde que citada a fonte.

Catálogo na fonte Bibliotecária: Yone da Silva – CRB 8/7465

FACULDADES INTEGRADAS DE JAU

Direção das Faculdades Integradas de Jaú

Nathália Mariah Mazzeo Issa Vieira

Coordenadora do Núcleo Institucional de Pesquisa e Iniciação Científica - NIPIC

Solimar Guindo Messias Bonjardim

Responsável Geral pelo 15º Encontro de Iniciação Científica – FIJ

Solimar Guindo Messias Bonjardim

Responsável Técnico pelo 15º Encontro de Iniciação Científica – FIJ

Ademilson Cassiano da Silva

Comissão Organizadora

Ademir Testa Junior
Marcel Henrique Bertozzin
Paulo Fernando Do Nascimento Afonso

Nathália Mariah Issa Mazzeo Vieira
Solimar Guindo Messias Bonjardim

Comissão Científica

Ademir Testa Junior
Adriane Lopes
Ana Claudia Ferrari dos Santos
Ana Paula Ribeiro Razera
Antônio Henrique Barbosa Real
Bianca Didoni
Danilo Brancalhão Berbel
Eliete Janaina Bueno Bighetti
Eliomar Borges Furquim
Evandro Antônio Correa
Isabella Unterrichter Rechtenthal
Jamile Gonçalves Calissi
João Guilherme da C. F. Silva D'Arcadia
Jose Augusto Pereira Ribeiro
Jose Rafael Pena
Juliana Inhesta Limão Thiengo
Juliana Zacarias Fabre Tebaldi
Karina Ferraz Tozze
Lira Rodrigues de Oliveira
Lucia Helena Ormelese de Barros
Mara Janaina Gomes de Oliveira

Marcel Henrique Bertozzin
Natalia Carinhato Pastana
Nathalia Mariah Mazzeo Issa Vieira
Nathaly Barbieri Marcondes Cesar
Patrícia Pelegrina Rosseto
Paula Grippa Sant'Ana
Paulo Fernando do Nascimento Afonso
Perla Savana Daniel
Renata Cristina de Oliveira Souza Castro
Renato Zanolli Montefusco
Rinaldo Correr
Rosemeire S. Dellacrode Giovanazzi
Solimar Guindo Messias Bonjardim
Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli
Tanize Do Espírito Santo Faulin
Vanderlei de Freitas Nascimento Junior
Viviane Rodrigues
Waldir Antônio Gobbi Augusto
Wanderlei Sebastiao Gabini
Wilson Cesar Lima Junior

Conselho Avaliativo

Ademir Testa Junior
Alessandro Gabriel Macedo Veiga
Ana Claudia Ferrari Dos Santos
Antônio Henrique Barbosa Real
Bianca Didoni
Bianca Giordana Zaniratto
Celia Regina Auler Pereira Furuta
Cintia Milene Favaro Bochembuzio
Danilo Brancalhão Berbel
Eduardo Toledo Arruda Galvão De Franca
Elaine Cristina Gardinal Pizato
Eliomar Borges Furquim
Erika Sinara Lenharo Orti Raduan
Evandro Antônio Bertoluci
Flavio Luis Grava Scalco
Giovanna Castilho Davatz Lopes
Isabella Unterrichter Rechtenhal
Joao Guilherme da C. F. Silva D'Arcadia
Jose Augusto Pereira Ribeiro
Jose Rafael Pena
Juliana Inhesta Limão Thiengo
Juliana Zacarias Fabre Tebaldi
Lira Rodrigues De Oliveira

Lucia Helena Ormelese De Barros
Magda Cristina Scipioni Verissimo
Marcel Henrique Bertonzzin
Marcelo Mott Peccioli Paulini
Maria Madalena Lazari Kawashima
Mariene Mara Contador Furtado
Nágila Garcia Galan de Oliveira
Nathaly Barbieri Marcondes Cesar
Patrícia Pelegrina Rosseto
Paula Grippa Sant'Ana
Paulo Fernando do Nascimento Afonso
Paulo Romeiro de Almeida Soares
Perola Liciane Baptista Cruz E Silva
Renan Floret Turini Claro
Renata Cristina de Oliveira Souza Castro
Rinaldo Correr
Rosemeire S. Dellacrode Giovanazzi
Simone Aparecida Bighetti
Susana Gabriela Ragazzi Candido
Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli
Vanderlei De Freitas Nascimento Junior
Vinicius Martins Carrasco De Oliveira
Wanderlei Sebastiao Gabini

Capa

Luiz Francisco Ananias Junior

Diagramação e Editoração

Ademilson Cassiano da Silva
Natalia Raminelli dos Santos
Solimar Guindo M. Bonjardim

APRESENTAÇÃO

Os Anais do 15º Encontro de Iniciação Científica das Faculdades Integradas de Jaú, realizado em novembro de 2018, apresentam aos seus autores e demais leitores os resumos das exposições ocorridas no referido encontro, envolvendo uma multiplicidade de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, além da participação inédita de alunos do ensino médio, classificados como Iniciação Científica Junior.

O evento, que se configurou como espaço de encontro entre pesquisadores, professores e estudantes de graduação e pós-graduação, foi permeado por discussões e diálogos multidisciplinares acerca da valorização da pesquisa na contemporaneidade. Almeja-se que a iniciativa de reunir pesquisas que tratem, de modo transversal e multidisciplinar, de temas diversos, contribua para adensar o debate científico.

A partir dessa perspectiva, o objetivo do 14º ENIC foi proporcionar discussões que evidenciam a importância do reconhecimento e da valorização da pesquisa em todos os níveis de estudo e, nessa direção, espera-se que, como depositários de saberes e fazeres, tais ações não se percam no tempo-espaço, mas sejam reconfiguradas e ressignificadas.

Para além do debate sobre o papel da pesquisa e do ensino, as discussões realizadas no Encontro oportunizaram uma reflexão sobre a importância da valorização da pesquisa científica, além de permitir o conhecimento das linhas de pesquisa e produção científica dos colegas professores. Com o intuito de que essas produções possam ser apreendidas como extensão dos espaços de reflexão e debate, os Anais do 14º ENIC pretendem, a partir dos resumos apresentados, dar prosseguimento aos diálogos iniciados no Encontro. Portanto, caro leitor, usufrua e reflita conosco sobre as questões apresentadas nos trabalhos que integram esta edição.

Comissão Organizadora do 15º Encontro de Iniciação Científica
Núcleo Institucional de Pesquisa e Iniciação Científica - NIPIC
Faculdades Integradas de Jaú - FIJ

SUMÁRIO GERAL

SUMÁRIO DOS TRABALHOS POR TÍTULO	7
CIÊNCIAS DA SAÚDE	7
CIÊNCIAS HUMANAS	9
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	12
INICIAÇÃO CIENTÍFICA JUNIOR	15
ÍNDICE DOS TRABALHOS POR AUTOR	1700

SUMÁRIO DOS TRABALHOS POR TÍTULO

CIÊNCIAS DA SAÚDE

A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO PRÉ NATAL DA MULHER HIPERTENSA: REVISÃO DA LITERATURA	16
A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	21
A INFLUÊNCIA DA SUPLEMENTAÇÃO DE CAFEÍNA NO DESEMPENHO EM PRATICANTES DE MODALIDADES ESPORTIVAS	25
A INFLUÊNCIA DOS EXERCÍCIOS RESISTIDOS EM INDIVÍDUOS OBESOS/SOBREPESO	31
A UTILIZAÇÃO DE ESTRATÉGIAS NA SELEÇÃO E DETECÇÃO PRECOCE DE TALENTOS ESPORTIVOS	36
AÇÕES DE ENFERMAGEM PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DA SÍFILIS CONGÊNITA	41
ANATOMOFISIOLOGIA DO SISTEMA AUDITIVO E OS TIPOS DE PERDA AUDITIVA: CONHECIMENTO IMPORTANTE PARA A ATUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA	47
AS DIFICULDADES DA ATENÇÃO EM SAÚDE RELACIONADAS AO ACESSO DO USUÁRIO	53
ASPECTOS ANATOMOFUNCIONAIS DA ARTICULAÇÃO TEMPOROMANDIBULAR, SUAS DISFUNÇÕES E RELAÇÃO COM A PRÁTICA ESPORTIVA	58
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE ONCOLÓGICO INTERNADO EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA EM SEPSE	62
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PORTADOR DE LINFOMA DE HODGKIN	70
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM PRESTADA AOS FAMILIARES DE CRIANÇAS PORTADORAS DO TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA (TEA).	76
ATENDIMENTO DE ENFERMAGEM NO PERIOPERATÓRIO DA CIRURGIA DE CATARATA JUNTO AO PACIENTE IDOSO	81
ATIVIDADE FÍSICA PARA CRIANÇAS OBESAS PRÉ-PÚBERES	88
ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NO CUIDADO EM FERIDAS: COBERTURAS PRIMÁRIAS E SECUNDÁRIAS	96
AUMENTO DA INCIDÊNCIA DE SÍFILIS CONGÊNITA NO BRASIL	102
AUMENTO DA TAXA DE CIRURGIAS PLÁSTICAS ENTRE ADOLESCENTES	108
BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO FÍSICO NO AUXÍLIO DA DEPRESSÃO	115
BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO FÍSICO NO PROCESSO DE EMAGRECIMENTO	120
BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO FÍSICO PARA O TRATAMENTO DO CÂNCER	124
CONHECIMENTO DAS UNIVERSITÁRIAS DAS FACULDADES INTEGRADAS DE JAÚ A RESPEITO DO EXAME PAPANICOLAOU	127
CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR E ENFERMAGEM: UMA REVISÃO DA LITERATURA	135
CUIDADOS DE ENFERMAGEM COM PACIENTES ACOMETIDOS POR AVEi E SUBMETIDOS À TRATAMENTO TROMBOLÍTICO COM ALTEPLASE	143
DESMISTIFICAÇÃO DA ESQUIZOFRENIA: SENTIMENTOS E NÍVEL DE CONHECIMENTO DE FAMILIARES E ACOMPANHANTES	148
EFEITO DO EXERCÍCIO FÍSICO DE BAIXA INTENSIDADE NA INSUFICIÊNCIA CARDÍACA.	155
EFEITOS DEGENERATIVOS DA TERCEIRA IDADE	161
EFEITOS DO EXERCÍCIO AERÓBIO PARA IDOSOS PORTADORES DE DIABETES MELLITUS TIPO 2	166
EFEITOS QUE A NATAÇÃO PODE PROPORCIONAR PARA CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTO AUTISTA.	172
EMERGÊNCIAS E URGÊNCIAS ONCOLÓGICAS: CUIDADOS DE ENFERMAGEM	177

FREQUÊNCIA CARDÍACA E PERCEPÇÃO SUBJETIVA COMO INDICADORES DO ESFORÇO FÍSICO	184
HUMANIZAÇÃO E ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PARTO	190
INCLUSÃO NAS ATIVIDADES DA CULTURA DE MOVIMENTO	197
INFLUÊNCIA DO TREINAMENTO RESISTIDO PARA IDOSOS HIPERTENSOS	202
INTERVENÇÃO MULTIPROFISSIONAL EM INDIVÍDUOS COM SARCOPENIA	209
LACTATO E GLICEMIA COMO INDICADORES DA INTENSIDADE DO ESFORÇO FÍSICO	216
LAZER PARA IDOSOS COMO MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	219
MUSICOTERAPIA NO CONTEXTO HOSPITALAR	224
NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO, ENTRE AS GESTANTES QUE REALIZAM O PRÉ - NATAL NO CENTRO DE SAÚDE 1 DO MUNICÍPIO DE JAÚ, SP	229
O ACOLHIMENTO DO IDOSO EM SERVIÇOS DE URGÊNCIA	235
O EMPREGO DA ACUPUNTURA PELA ENFERMAGEM NO CUIDADO POR MEIO DE DIAGNÓSTICOS DE ENFERMAGEM COM ÊNFASE NA HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA	242
O IMPACTO DO ACIONAMENTO DAS VIAS AERÓBIA E ANAERÓBIA POR MEIO DO EXERCÍCIO FÍSICO NA OBESIDADE	249
O TRANSTORNO MENTAL COMUM ENTRE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR	254
O TRANSTORNO MENTAL COMUM ENTRE GRADUANDOS DO CURSO DE ENFERMAGEM E FATORES ASSOCIADOS	260
O TREINAMENTO FÍSICO PODE PROMOVER BENEFÍCIOS NA DOENÇA DE ALZHEIMER?	268
O USO DE TERAPIAS ALTERNATIVAS DURANTE O TRATAMENTO ONCOLÓGICO	273
OBESIDADE E CIRURGIA BARIÁTRICA: CUIDADOS NO PRÉ-OPERATÓRIO	280
PAPEL DA ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO DE TROMBOSE VENOSA PROFUNDA (TVP) NO PACIENTE ONCOLÓGICO: REVISÃO DE LITERATURA	285
PAPEL DO ENFERMEIRO NO CUIDADO DO PACIENTE ONCOLÓGICO COM PROLAPSO DE COLOSTOMIA	292
PRÁTICA DE EXERCÍCIOS RESISTIDOS E FORÇA EM CRIANÇAS	299
PREVALÊNCIA DE HIPERTENSÃO E SOBREPESO/OBESIDADE EM ESCOLARES DO ENSINO PÚBLICO DA CIDADE DE JAÚ – SP	304
PREVALÊNCIA DE SOBREPESO E OBESIDADE EM ESCOLARES DO ENSINO MÉDIO DA CIDADE DE JAÚ/SÃO PAULO	312
QUANTO O SEDENTARISMO É PREJUDICIAL AO PROLONGAMENTO DA VIDA?	318
REFLUXO GASTROESOFÁGICO INFANTIL E DOENÇA DO REFLUXO GASTROESOFÁGICO E ORIENTAÇÕES	322
RELAÇÕES ENTRE TECNOLOGIA, SAÚDE, SEDENTARISMO E ATIVIDADE FÍSICA	327
SÍNDROME DE BURNOUT NA ENFERMAGEM: UMA ANÁLISE DA LITERATURA	332
SÍNDROME DO MEMBRO FANTASMA	337
SITUAÇÃO VACINAL INFANTIL: FATORES QUE CONTRIBUEM PARA O ATRASO NO CALENDÁRIO RECOMENDADO	342
TRANSTORNO AFETIVO BIPOLAR: ESPECIFICIDADES PARA O CUIDADO DE ENFERMAGEM	350
USO INDEVIDO DO ANTIBIÓTICO AMOXICILINA E O SURGIMENTO DE BACTÉRIAS PATÓGENAS RESISTENTES A ESSE MEDICAMENTO	354

CIENCIAS HUMANAS

A ALTERAÇÃO DE LINGUAGEM E A INTERAÇÃO SOCIAL DE ESCOLARES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	358
A APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA	363
A ATUAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO: UMA REFLEXÃO SOBRE SEU PAPEL NO COTIDIANO ESCOLAR	369
A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO HOSPITALAR EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA	373
A EDUCAÇÃO NO BRASIL: TRANSFORMAÇÕES QUE NÃO MODIFICAM A QUALIDADE DE ENSINO	379
A EDUCAÇÃO POPULAR: A CONTRIBUIÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	385
A EDUCAÇÃO POSITIVA E AS INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS NO ÂMBITO DA ESCOLARIZAÇÃO INFANTIL	391
A EROTIZAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UM DESAFIO NA PRÁXIS DA PSICOLOGIA NA EDUCAÇÃO	396
A FALTA DA QUALIDADE DO ENSINO BRASILEIRO PODE SER RESULTADO DO DESINTERESSE DOS PROFESSORES NA FORMAÇÃO CONTINUADA?	403
A FASE DO LUTO QUE MAIS PREVALECE NA VELHICE	408
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	413
A FORMAÇÃO DO ESPECIALISTA EM PSICOPEDAGOGIA E SUAS EXPECTATIVAS PROFISSIONAIS	416
A IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA EM MEIO ÀS RELAÇÕES DE RACISMO NA ESCOLA	421
A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN	427
A IMPORTÂNCIA DA LEITURA PARA A FORMAÇÃO DO LEITOR CRÍTICO	434
A IMPORTÂNCIA DA MEDIAÇÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA	440
A IMPORTÂNCIA DA PSICOMOTRICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL	447
A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR PARA O DESENVOLVIMENTO DAS HABILIDADES SOCIAIS NA PRIMEIRA INFÂNCIA: PAIS E PROFESSORES COMO AGENTES EDUCATIVOS	453
A IMPORTÂNCIA DO FAZ-DE-CONTA NAS SÉRIES INICIAIS	460
A IMPORTÂNCIA DO PSICOPEDAGOGO NA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	465
A IMPORTÂNCIA DOS CONHECIMENTOS PSICOPEDAGÓGICOS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL	472
A INTERVENÇÃO DO PROFESSOR NO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA LÍNGUA ESCRITA	476
PSICOMOTRICIDADE À LUZ DA PSICOPEDAGOGIA	481
A RELAÇÃO ENTRE MOTIVAÇÃO E RESILIÊNCIA COM A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	488
A RELAÇÃO ENTRE O CONCEITO DE BELEZA NA CONSTRUÇÃO DA AUTO-ESTIMA E O DESENVOLVIMENTO DO TRANSTORNO DISMÓRFICO CORPORAL	494
A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA VIVIDA NO AMBIENTE FAMILIAR E SEU IMPACTO SOBRE A SAÚDE EMOCIONAL DO ADOLESCENTE	500
ADOÇÃO TARDIA: O OLHAR DA CRIANÇA E ADOLESCENTE INSTITUCIONALIZADOS	507
ALGUNS ASPECTOS DA JUSTIÇA RESTAURATIVA SOB O FOCO DA PSICOLOGIA	512
ALIENAÇÃO PARENTAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS: UMA ANÁLISE SOB O ENFOQUE DA PSICOLOGIA JURÍDICA	519
ANÁLISE DO PERFIL DO CANDIDATO NO PROCESSO SELETIVO	525
ARTETERAPIA NO CONTEXTO EDUCACIONAL	532
AS CONTRIBUIÇÕES PEDAGÓGICAS DO AMBIENTE HOSPITALAR PARA O RESGATE DO ALUNO NO APRENDIZADO DA ESCOLA DE ORIGEM	538

AS DIFICULDADES DA MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	544
ATUAÇÃO PREVENTIVA DO PSICOPEDAGOGO NAS ESCOLAS: UM OLHAR PARA A INDISCIPLINA	547
BULLYING E A PRÁTICA ESCOLAR: UMA PERSPECTIVA DE QUEM SOFRE	551
BURNOUT E ESTRESSE: DEFINIÇÃO, CONSEQUÊNCIAS E O PAPEL DO LÍDER NA GESTÃO DA SAÚDE DO TRABALHADOR	556
CAMINHOS PARA A ALFABETIZAÇÃO NA EJA	563
CARACTERIZAÇÃO DO FRACASSO ESCOLAR NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO	567
CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPEDAGOGIA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL	573
DA INVERSÃO DA LÓGICA TRADICIONAL PARA UMA NOVA ABORDAGEM METODOLÓGICA	577
DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA NO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DO ALUNO	584
DESAFIOS NO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA SURDOS	591
DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS: RELATOS DE EXPERIÊNCIA NO PROCESSO DE INTERVENÇÃO DO ESTÁGIO BÁSICO	596
DIFICULDADE DO PROFESSOR ALFABETIZADOR EM CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA	604
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO	608
EDUCAÇÃO: DEVER DA FAMÍLIA OU DA ESCOLA?	612
EDUCAÇÃO E APRENDIZAGEM POR UMA ÓTICA PSICANALÍTICA	618
EDUCANDO PARA AS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS: AMPLIANDO O DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL INFANTIL	624
ESTRUTURA PERVERSA DA PERSONALIDADE SEGUNDO FREUD	629
FATORES PREDITORES DE SUICÍDIO NA ADOLESCÊNCIA E A CRESCENTE INFLUÊNCIA DOS MÉTODOS AUTODESTRUTIVOS NA ATUALIDADE	637
GASLIGHTING: QUANDO ELE NÃO TE BATE, MAS MESMO ASSIM VOCÊ APANHA – A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA MULHER E A ABORDAGEM DA TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL	641
GERONTOPSICOMOTRICIDADE	647
GESTÃO DE PESSOAS E QUALIDADE DE VIDA NAS ORGANIZAÇÕES	651
HABILIDADES SOCIAIS EDUCATIVAS DO PROFESSOR: CONTRIBUIÇÃO PSICOPEDAGÓGICA	658
IMPACTOS EMOCIONAIS DE CRIANÇAS EM TRATAMENTO ONCOLÓGICO SUBMETIDAS AOS CUIDADOS PALIATIVOS	663
IMPACTOS EMOCIONAIS E COMPORTAMENTAIS DA CRIANÇA QUE SOFRE ABUSO SEXUAL E POSSIBILIDADES DE REESTRUTURAÇÃO	669
INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA PÚBLICA	674
INTERVENÇÕES COM PACIENTES ONCOLÓGICOS DO HOSPITAL AMARAL CARVALHO	678
INVISIBILIDADE E COMPLEXIDADE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: DESAFIOS DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA NAS PRÁTICAS INTERSETORIAIS	682
JOGOS E BRINCADEIRAS INDÍGENAS NA ESCOLA	688
MOTIVAÇÃO NA ESCOLA: COMO ESTIMULAR O INTERESSE DO ALUNO	694
MULHERES E A LOUCURA: APROXIMAÇÕES ENTRE GÊNERO E SAÚDE MENTAL NA VISÃO DA PSICOLOGIA SOCIAL	699
MÚLTIPLAS LINGUAGENS NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL	705
NA ABORDAGEM DE LEV SEMINOVICH VYGOSTSKY: A INFLUÊNCIA EXERCIDA PELA SOCIEDADE NA CONSTRUÇÃO DO SER	710
NOVAS TECNOLOGIAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL: UM RECURSO PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	715
O ADOECIMENTO DO PROFISSIONAL DOCENTE	719

O APOIO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR DA CRIANÇA	723
O BRINCAR HEURÍSTICO POR MEIO DO BRINCAR TELÚRICO: ENCANTAMENTOS E DESCOBERTAS	728
O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: FERRAMENTAS DE CONSTRUÇÃO DA APRENDIZAGEM	735
O CUIDADO À EQUIPE ESCOLAR: UMA POSSIBILIDADE DE PROMOVER SAÚDE EMOCIONAL NO ÂMBITO EDUCATIVO	739
O DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR NA PRIMEIRA INFÂNCIA	746
O ENSINO DE DANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A DANÇA EDUCATIVA: ANÁLISES E PROPOSTAS	753
O ENSINO HÍBRIDO QUEBRANDO PARADIGMAS	760
O ENSINO PÚBLICO E OS PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM: A IMPORTÂNCIA DE UM PSICOPEDAGOGO ESCOLAR	765
O ESTRESSE E A SÍNDROME DE BURNOUT EM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	771
O FENÔMENO DA SAÚDE MENTAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO CÂRCERE	776
O PAPEL DO PSICÓLOGO FRENTE A DEPENDÊNCIA QUÍMICA	783
O PAPEL FAMILIAR NO PROCESSO PSICOPEDAGÓGICO	789
PROCESSO DE LEITURA VOLTADO PARA CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	796
O SENTIDO DA ESCOLHA NO PROJETO DO ALUNO E A RELAÇÃO ENSINO APRENDIZAGEM: UM OLHAR FENOMENOLÓGICO EXISTENCIAL	801
O TRABALHO DO PSICOPEDAGOGO PARA CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN	809
O USO DOS JOGOS MATEMÁTICOS EM SALA DE AULA	814
OS BENEFÍCIOS DO CONVÍVIO DOS ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO COM OS IDOSOS: A PROMOÇÃO DE SAÚDE E BEM-ESTAR ATRAVÉS DOS AFETOS	820
OS IMPACTOS DA MANIFESTAÇÃO DA SEXUALIDADE DO DEFICIENTE	828
OS JOGOS EDUCATIVOS DIGITAIS NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM	833
OS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO E O PAPEL DO PSICÓLOGO	838
PEDAGOGIA SOCIAL: A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO DE ACORDO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	843
PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL	849
PROJETO CUIDANDO DO CUIDADOR: EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO (PROCESSOS DE GESTÃO)	858
REGGIO EMILIA: A ABORDAGEM QUE INSPIRA A EDUCAÇÃO INFANTIL	866
RELAÇÕES INTERPESSOAIS MEDIADAS PELA INTERNET: REFLEXÕES À LUZ DA FENOMENOLOGIA	871
RESPEITO À DIFERENÇA NA ESCOLA: REFLEXÃO SOBRE A EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE	878
SUORTE PSICOSSOCIAL À JUVENTUDE EM SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE: INTERVENÇÃO JUNTO AOS USUÁRIOS DA PASTORAL DO MENOR DO MUNICÍPIO DE JAÚ/SP	884
SUORTE PSICOSSOCIAL JUNTO AOS REEDUCADOS DO CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO EM JAÚ: PROJETO DE ESTÁGIO BÁSICO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIA	889
TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE EM COLÉGIOS PARTICULARES	896
UMA LEITURA DESNORTEADA: A DIFICULDADE DA ALFABETIZAÇÃO CARTOGRÁFICA	904
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SUAS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO ESCOLAR DOS FILHOS	910

CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS

A ADOÇÃO NO SISTEMA BRASILEIRO E SUAS MODALIDADES	917
A COMUNICAÇÃO RURAL NO BRASIL: O PAPEL DO JORNALISTA NO AGRONEGÓCIO	924
A CONTEMPORANEIDADE DO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL	928
A CRIMINALIZAÇÃO DA LGBTIFOBIA A LUZ DO PARADGIMA DA LEI Nº 11.340/06	934
A DESMASTERIALIZAÇÃO DOS TÍTULOS DE CRÉDITO E A MITIGAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CARTULARIDADE	942
A DIFICULDADE DA QUANTIFICAÇÃO DA PENA E A SUBJETIVIDADE NO EXCESSO DO EXERCÍCIO DA LEGÍTIMA DEFESA	948
A ESPETACULARIZAÇÃO DA VIDA FITNESS NO INSTAGRAM E SUA INFLUÊNCIA PUBLICITÁRIA	955
A EVOLUÇÃO DO DIREITO E A EXTRAJUDICIALIZAÇÃO DO PROCESSO DE ALTERAÇÃO DO PRENOME E DO GÊNERO NOS ASSENTOS DE NASCIMENTO E CASAMENTO DE PESSOA TRANSGÊNERO	960
A FRAUDE NAS LICITAÇÕES SOB A ÉGIDE DA DESATUALIZAÇÃO DA LEI 8666/93	965
A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E A NECESSIDADE DA DESAPROPRIAÇÃO	971
A IMPORTÂNCIA DA ALTERAÇÃO DO CÓDIGO PENAL PARA A DIMINUIÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL	976
A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE DE CUSTO NA FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA	981
A IMPORTÂNCIA DA MUDANÇA COMO FONTE DE REPOSICIONAMENTO E SOBREVIVÊNCIA NO MERCADO, COMO OS ADMINISTRADOS PODEM MUDAR A REALIDADE EMPRESARIAL	988
A IMPORTÂNCIA DO TOMBAMENTO NO ORDENAMENTO BRASILEIRO	994
A INTELIGENCIA EMOCIONAL COMO UMA VERTENTE DA LIDERANÇA	999
A MEDIAÇÃO COMO FORMA EFICAZ NA SOLUÇÃO DA ALIENAÇÃO PARENTAL	1005
A PRODUÇÃO DE PROVA DE OFÍCIO	1011
A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DO TRABALHADOR E O PROCESSO DE AUTOMAÇÃO	1016
A REFORMA TRABALHISTA E SEUS REFLEXOS NO BANCO DE HORAS E NA COMPENSAÇÃO DE JORNADA	1023
A RESPONSABILIDADE DO SÓCIO CONTROLADOR NA SOCIEDADE ANÔNIMA	1029
A RETROCESSÃO NA DESAPROPRIAÇÃO	1034
ABORTO E SEUS REFLEXOS NO ÂMBITO DOS DIREITOS HUMANOS	1041
ABUSO DE AUTORIDADE E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	1047
AÇÕES AFIRMATIVAS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA REPARAÇÃO DA HISTÓRIA	1054
ADVOGADO ROBÔ – A EFICÁCIA DO DIREITO FUNDAMENTAL DA PROTEÇÃO EM FACE DA AUTOMAÇÃO	1060
AGENTES POLÍTICOS: LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA VERSUS LEI DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE	1066
ALGUNS ASPECTOS DA MULTIPARENTALIDADE	1072
ALIENAÇÃO PARENTAL: O MAL DO SÉCULO	1077
AMAZON: TUDO PARA TODOS, COMO VENDER COM AS ESTRATÉGIAS DE MARKETING DIGITAL	1083
ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA LOGO DO MC DONALD'S	1088
ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO SETOR SUPERMERCADISTA	1094
ANÁLISE FILMÍCA DOS COMERCIAIS DO MCDONALD'S E SUA INFLUÊNCIA NO CONSUMO INFANTIL	1102
ANÁLISE HISTÓRICA E EVOLUTIVA DO DIREITO COMERCIAL	1110
ANÁLISE SOBRE A REPRESENTATIVIDADE DA ARTE DRAG QUEEN NOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO DIGITAL “O GLOBO” E “A FOLHA DE SÃO PAULO”: CASO PABLLO VITTAR	1117

ANSIEDADE CAUSADA POR METAS NO TRABALHO	1124
APLICAÇÃO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NAS EXECUÇÕES INICIADAS SOB O REGIME ANTERIOR À LEI 13.105/ 2015	1133
AS DIFICULDADES NA REALIZAÇÃO DA INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA APÓS O SURGIMENTO DE NOVAS TECNOLOGIAS	1140
AS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS COMO UM MEIO EFICAZ PARA A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: ANÁLISE DA NOVELA GRÁFICA NEUROCOMIC	1144
ASPECTOS GERAIS DO INQUÉRITO POLICIAL	1150
ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO	1156
ATOS DE CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA: ANÁLISE HISTÓRICO-EVOLUTIVA E NECESSIDADE CONTEMPORÂNEA DA ATUAÇÃO DO CADE	1163
ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E SUAS SANÇÕES	1169
ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA POR FRAUDES EM LICITAÇÕES	1176
CASO VALÉRIA LÚCIA DOS SANTOS: UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS E DAS PRERROGATIVAS DA ADVOCACIA	1184
COMPETÊNCIA NO PROCESSO COLETIVO	1191
CONSTELAÇÃO SISTÊMICA FAMILIAR NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO	1196
CONSTRUÇÃO DE UM CORPO: DOCUMENTÁRIO SOBRE FISCULTURISMO	1201
CONTRATO DE TRABALHO DOMÉSTICO	1209
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	1214
CONTROLE INTERNO NO DEPARTAMENTO PESSOAL DE UMA EMPRESA DO SETOR SUCROALCOOLEIRO DA CIDADE DE MACATUBA	1220
COR DE PELE: UMA REVISTA SOBRE REPRESENTATIVIDADE NEGRA E PRECONCEITO	1223
CRÍTICA A DEFESA CONCORRENCIAL	1229
CUSTO DE PRODUÇÃO: UMA IMPORTANTE FERRAMENTA GERENCIAL NA AGROPECUÁRIA	1236
DA CONSTITUCIONALIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA	1242
DEBENTURES E SEU FUNCIONAMENTO	1248
DELAÇÃO PREMIADA	1256
DESVIO DE FINALIDADE DO ATO PÚBLICO	1263
DIFERENÇA SALARIAL ENTRE HOMENS E MULHERES	1268
DIREITO DESPORTIVO: PENALIDADES E RESPONSABILIDADE CIVIL	1275
DIVULGAÇÃO DO PREÇO ESTIMADO NO EDITAL DE PREGÃO	1281
DOSIMETRIA DA PENA: O SISTEMA TRIFÁSICO ADOTADO PELO CÓDIGO PENAL	1287
ELEMENTOS DO ATO ADMINISTRATIVO	1294
EMPREENDEDORISMO CONTÁBIL: OS DESAFIOS DO CONTADOR	1300
EMPREENDEDORISMO: UMA VISÃO DE OPORTUNIDADES	1304
ESTRESSE OCUPACIONAL EM ESTUDANTES DE ADMINISTRAÇÃO	1308
ESTUDO DOS FATORES DE MORTALIDADE DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	1315
FEMINICÍDIO: A VIOLÊNCIA EXTREMA CONTRA A MULHER	1321
FORMAÇÃO ACADÊMICA E PARCERIA INSTITUCIONAL: PROJETOS NA JUSTIÇA ELEITORAL	1324
FOTOLIVRO: AMOR EM FORMA DE FOCINHO	1330
GESTÃO FEMININA NO RAMO INDUSTRIAL	1338
INCLUSÃO DO DEFICIENTE FÍSICO NO MERCADO DE TRABALHO	1346
JORNALISMO E ESTILO DE VIDA: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DA REVISTA VIDA SIMPLES	1353
LEI 11.804/2008 – ALIMENTOS GRAVÍDICOS: ASPECTOS GERAIS E CONTROVERSOS SOBRE O DIREITO DO NASCITURO	1356
LEI 13.715/2018 - NOVAS HIPÓTESES DE PERDA DO PODER FAMILIAR	1361
LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DISCURSO DE ÓDIO: UM ESTUDO SOBRE A CONVERSAÇÃO A RESPEITO DA MORTE DA VEREADORA MARIELLE FRANCO	1368

LIVRO-REPORTAGEM: EU LUTO – A SUPERAÇÃO DAS PERDAS NA CIÊNCIA E NA FÉ	1376
MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS	1380
MODIFICAÇÕES NA ÁREA DO DIREITO COM A REVOLUÇÃO 4.0 PROPOSTA POR KLAUS SCHWAB	1387
MOEDAS VIRTUAIS	1391
NATUREZA JURÍDICA DAS SANÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	1397
NETFLIX: O IMPACTO DA PLATAFORMA NA CONCORRÊNCIA E NO USUÁRIO	1404
O ABUSO SEXUAL DE MENORES DE IDADE: PERSPECTIVAS LEGISLATIVAS	1411
O DIREITO AO ESQUECIMENTO CONTRAPONDO DIREITOS FUNDAMENTAIS PREVISTOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: A PRIVACIDADE E A INFORMAÇÃO	1417
O FILÓSOFO PLATÃO	1424
O FILÓSOFO SOCRÁTES	1430
O FLAGRANTE DESRESPEITO AOS DIREITOS E ÀS GARANTIAS FUNDAMENTAIS DOS CONTRIBUINTES BRASILEIROS COM O AUMENTO DA PIS/COFINS SOBRE COMBUSTÍVEIS PROMOVIDO PELO DECRETO 9.101/2017	1437
O IMPACTO ECONÔMICO DA CANA-DE-AÇÚCAR NOS MUNICÍPIOS DE JAÚ E BARIRI	1444
O INSTITUTO DA COLABORAÇÃO PREMIADA	1452
O INSTITUTO EXTRADICIONAL BRASILEIRO E O CASO CESARE BATTISTI	1457
O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA APLICADA AO SISTEMA PENAL BRASILEIRO	1461
O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS	1465
OS ASPECTOS JURÍDICOS DA ALINEAÇÃO PARENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL	1472
OS EFEITOS DA INTRODUÇÃO DO INCISO X AO ARTIGO 11 DA LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992	1476
OS JULGAMENTOS DE NUREMBERG E OS REFLEXOS NOS DIREITOS HUMANOS	1483
PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO EM INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	1486
PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO NO SETOR DE COMBUSTÍVEIS	1494
PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: UMA FERRAMENTA NA MAXIMIZAÇÃO DOS LUCROS EMPRESARIAIS	1502
PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NAS EXECUÇÕES FISCAIS	1508
PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA GESTÃO E FONTES DE CUSTEIO	1515
PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1522
PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO	1527
PRINCÍPIO DA ISONOMIA E A LEI 13.455/2017, QUE AUTORIZA A DIFERENCIAÇÃO DE PREÇOS DE PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS AO PÚBLICO EM FUNÇÃO DO PRAZO OU DO INSTRUMENTO DE PAGAMENTO UTILIZADO	1531
PRINCÍPIOS QUE REGEM O DIREITO ADMINISTRATIVO	1536
PROCESSOS DE INFLUÊNCIAS SOCIAIS E AS MARCAS DE BELEZA: ANÁLISE DA INSTABLOGUEIRA BRUNA TAVARES	1543
PROFISSÃO CONTADOR	1549
PROFISSIONALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1553
PROGRAMA PILOTO JP NEWS: MUDAR PARA SOBREVIVER EM TEMPOS DE CONVERGÊNCIA MUDIÁTICA	1558
PROGRAMEN: PROGRAMA DE TV DIRECIONADO AO PÚBLICO MASCULINO	1564
PROJETO EXPERIMENTAL - SUPERMERCADO LENHARO	1570
PROJETO EXPERIMENTAL CLIENTE: PADARIA SANTO ANTONIO	1578
PROJETO EXPERIMENTAL CLIENTE: PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO	1585

PROVAS NO PROCESSO PENAL: A VIOLAÇÃO DO DIREITO À INTIMIDADE E À PRIVACIDADE NO ACESSO A DISPOSITIVOS MÓVEIS COM REDES SOCIAIS E MENSAGENS PESSOAIS	1592
PSICOPATIA: IMPUTABILIDADE COM REDUÇÃO DA PENA?	1598
“QUEM AMA NÃO MATA” – O CRIME PASSIONAL NO TEMPO	1603
RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO PRODUTOR RURAL SEM REGISTRO MERCANTIL	1607
RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS NA SOCIEDADE LIMITADA	1614
RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA	1621
RESTRICÇÕES DE CONTEÚDO DA PLATAFORMA YOUTUBE: UM ESTUDO SOBRE O YOUTUBER EVERSON ZÓIO	1627
SISTEMA CARCERÁRIO: UMA INSTITUIÇÃO INOPERANTE NO BRASIL	1632
“STARTUP” – UMA EMPRESA VERDADEIRAMENTE MODERNA	1639
STARTUP: ESTUDO DE VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE STARTUPS, UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE JAÚ/SP	1645
SUICÍDIO NA MÍDIA: UMA ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DOS JORNAIS FOLHA DE SÃO PAULO E O ESTADO DE SÃO PAULO	1650
TDI – TRANSTORNO DISSOCIATIVO DE IDENTIDADE E SUAS RESOLUÇÕES NO DIREITO PENAL	1654
TEORIA DA ABSTRATIVIZAÇÃO DO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE	1656
TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA E SUA APLICABILIDADE NO MODELO CIVIL LAW BRASILEIRO	1662
TOMBAMENTO: PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL	1668
TRANSFUSÃO DE SANGUE E RELIGIÃO, EM DEFESA MÉDICA	1673
TRANSPARÊNCIA OPACA: UMA ANÁLISE DOS PORTAIS DAS PREFEITURAS DE JAÚ E BOTUCATU	1679
USO INDEVIDO DE INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA: INSIDER TRADING	1686
VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS MULHERES	1692

INICIAÇÃO CIENTÍFICA JUNIOR

LAGO DO SILVÉRIO: MEMÓRIA, IDENTIDADE E HISTÓRIA REGIONAL EM JAHU - SP	1699
--	------

A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO PRÉ NATAL DA MULHER HIPERTENSA: REVISÃO DA LITERATURA

Beatriz Suniga, Renata C. de O. Souza Castro,
e-mail: enfcastro@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Brasil (2012) o intuito da assistência pré-natal de alto risco é interferir no curso de uma gestação que possui maior chance de ter um resultado desfavorável, de maneira a diminuir o risco ao qual estão expostos a gestante e o feto, ou reduzir suas possíveis consequências adversas.

Segundo Oliveira (2016) o enfermeiro é parte importante do plano de assistência pré-natal e puerperal na Rede de Atenção Primária de Saúde e nas Maternidades, podendo ficar responsável por todas ou por parte, das consultas de pré-natal de gestações de risco habitual. A gestação e a maternidade são um momento complexo na vida da mulher do ponto de vista físico, emocional, de sua identidade pessoal e de suas relações com a família e a sociedade, exigindo cuidados e atenção profissional redobrada.

A hipertensão na gravidez é classificada em apenas quatro categorias: pré-eclâmpsia/eclâmpsia; hipertensão crônica (de qualquer causa; hipertensão crônica com pré-eclâmpsia superajuntada; e hipertensão gestacional (ocorre antes das 20 semanas de gestação). (MONTENEGRO et al, 2014).

O objetivo da presente revisão bibliográfica foi expandir a área de conhecimento sobre a hipertensão, em especial, quando vinculada à gestação.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo, com base em revisão da literatura científica, tendo por base estudos realizados entre os anos de 2000 e 2018. A busca por conteúdo teórico, ocorreu através de sites confiáveis, como Scielo e Lilacs, livros e Artigos de revistas científicas, com utilização dos descritores: Hipertensão. Hipertensão gestacional. Pré-natal.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A hipertensão é a doença crônica mais comum no adulto. A pressão arterial varia de acordo com a idade, sexo, havendo tendência de aumentar com o passar dos anos. (OLIVEIRA, 2016)

Define Brasil (2012) que a hipertensão arterial é uma doença crônica caracterizado pelos níveis elevados da pressão sanguínea nas artérias. A pressão faz com que o coração tenha que exercer um esforço maior do que o normal para fazer com que o sangue seja distribuído corretamente no corpo. A Hipertensão é um dos principais fatores de risco para a ocorrência de AVC, infarto, aneurisma arterial e insuficiência renal e cardíaca.

Segundo Neme (2000) dentre todas as patologias que se manifestam ou se agravam no decorrer da gravidez, a hipertensão é a mais frequente e aquela que vem acompanhada de maior morbimortalidade materna e perinatal.

De acordo com o Brasil (2012), a pressão arterial tem que ser menor ou igual a 140/90mmHg com base na média de 2 medidas. A pressão deve ser mensurada com a gestante sentada, com o braço no mesmo nível do coração e com o manguito de tamanho apropriado, se houver diferença de pressão nos braços, considerar o braço com o valor mais elevado.

A hipertensão é a complicação mais frequente na gestação, acometendo entre 5 e 10% das mulheres, e é responsável pelo maior índice de morbimortalidade materna e perinatal. E a que causa mais mortalidade materna, chega a 35% dos óbitos em decorrência de eclampsia, hemorragia cerebral, edema agudo dos pulmões, insuficiência renal aguda e coagulopatias. (DELWING E HAHN, 2016)

“O cuidado da pessoa com HAS deve ser multiprofissional. O objetivo do tratamento é a manutenção de níveis pressóricos controlados conforme as características do paciente e tem por finalidade reduzir o risco de doenças cardiovasculares, diminuir a morbimortalidade e melhorar a qualidade de vida dos indivíduos.” (BRASIL 2014)

Segundo estudos de Neme (2000), estão descritas na literatura as hipertensões:

Hipertensão induzida pela gravidez: se desenvolve junto com a gravidez e “vai embora” após o parto, que são os casos de hipertensão sem proteinúria ou edema; pré-eclâmpsia; eclampsia.

Hipertensão coincidente: hipertensão crônica que antecede a gravidez e persiste após o parto.

Hipertensão agravada pela gravidez: hipertensão prévia que se agrava com a gravidez, que são os casos de pré-eclâmpsia superajuntada e eclâmpsia superajuntada.

Hipertensão transitória: se desenvolve após a primeira metade de gravidez, sem prejuízos e regride após o parto.

A pré-eclâmpsia faz parte de uma síndrome hipertensiva específica da gestação, é caracterizada pelo aparecimento de hipertensão e proteinúria a partir da 20ª semana de gestação. (MADI, MORAIS et al, 2004)

A pré-eclâmpsia é uma doença multissistêmica que em geral se manifesta hipertensão e proteinúria. É característica da gravidez, de origem placentária e só é curado com o parto. (IMPEY, 2007).

A eclâmpsia é caracterizada pela ocorrência de convulsões tônico-clônicas generalizadas durante a gestação, trabalho de parto ou após o sétimo dia de puerpério, sem relação com epilepsia ou outras doenças convulsivas. (MADI e MORAIS et al, 2004).

Nos casos de eclâmpsia, além dos sintomas de pré-eclâmpsia, observa-se convulsão seguida de coma. (MONTENEGRO et al, 2014)

Os mesmos autores destacam que antes de interromper a gravidez, é fundamental estabilizar o quadro clínico de quatro a seis horas com sulfato de magnésio. O sulfato de magnésio, para prevenir ou tratar a convulsão, só deve ser utilizado se houver a decisão para o parto, sendo o tratamento de eleição em todo o mundo.

Pode ocorrer também a Síndrome de HELLP que se caracteriza pelo quadro clínico caracterizado por hemólise, elevação de enzimas hepáticas e plaquetopenia. Embora acompanhe outras doenças, em Obstetrícia é considerada como agravamento do quadro de pré - eclâmpsia. (BRASIL, 2014)

O diagnóstico da Síndrome de Hellp é mais incidente em grávidas com o quadro clínico de pré-eclâmpsia grave que apresentem tríade laboratorial de anormalidades sugerindo lesão eritrocitária, disfunção/dano hepático e trombocitopenia. (MONTENEGRO et al, 2014)

Na Síndrome de HELLP, a interrupção da gestação está sempre indicada, independentemente da idade gestacional. (MADI e MORAIS et al, 2004)

A gestação é um fenômeno fisiológico e, por isso mesmo, sua evolução se dá na maior parte dos casos sem intercorrências. Apesar desse fato, há uma parcela pequena de gestantes que, por serem portadoras de alguma doença, sofreram algum agravo ou desenvolveram problemas, apresentaram maiores probabilidades de sua evolução desfavorável, tanto para o feto, quanto para a mãe. Essa parcela constitui o grupo chamado de “gestantes de alto risco. (BRASIL 2012)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hipertensão vem acometendo cada vez mais as pessoas no mundo. Em 90% dos casos é hereditário, porém há fatores que influenciam, como: fumo, consumo de álcool, obesidade, estresse, consumo de sal em excesso, níveis de colesterol elevado, falta de atividade física.

O pré-natal tem pelo objetivo identificar possíveis riscos e problemas gestacionais para tratá-los de maneira a não prejudicar o percurso da gravidez. Por isso, a importância de um pré-natal bem elaborado, com profissionais capacitados para tal trabalho e gestantes comprometidas a acompanhar sua gravidez, sem deixar de comparecer as consultas e exames. A primeira consulta é recomendada que seja realizada até a 12ª semana de gestação.

Hipertensão gestacional é a doença mais comum entre as mulheres, causando assim o maior risco de morbimortalidade materna e fetal, trazendo grandes riscos à mãe e ao feto/criança quando não tratada corretamente.

Na gravidez, a hipertensão é classificada em hipertensão gestacional, pré-eclâmpsia, eclâmpsia e síndrome de HELLP.

A pré-eclâmpsia é caracterizada pelo aparecimento de hipertensão e proteinúria, a partir da 20ª semana de gestação, é de origem placentária e só é curado com o parto. Já a eclâmpsia é caracterizada pela ocorrência de convulsões durante a gestação, trabalho de parto ou puerpério, ela conduz ao parto imediato, independentemente da idade gestacional. A síndrome de HELLP é o quadro clínico caracterizado por hemólise, elevação das enzimas hepáticas e plaquetopenia. Como na eclâmpsia, a síndrome de HELLP também indica a interrupção da gravidez, independentemente da idade gestacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Gestação de Alto Risco: manual técnico**/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. 5.ed. Brasília: Editora Ministério da Saúde, 2012

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica**/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2014

DELWING, LPB; HAHN, GV. Assistência à gestante de alto risco em ambulatório especializado. **Revista Destaques Acadêmicos**. v. 8; Lajeado, 2016

IMPEY, L. **Obstetrícia e ginecologia**/Lawrence Impey; [tradução Heitor Marana]. São Paulo: Tecmedd, 2007.

MADI, J. M. e MORAIS, E N. **Obstetrícia de urgência**. Caxias do Sul: Educus, completar com Ed. ____ ____ Cidade, 2004

MONTENEGRO, C A, REZENDE, J F e BARBOSA, C A. **Obstetrícia fundamental**. 13.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014

NEME, B. **Obstetrícia básica**. 2.ed. São Paulo: Sarvier, 2000

OLIVEIRA, R G. **Blackbook – Enfermagem**. Belo Horizonte: Blackbook Editora, 2016. 816p

A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ricardo Bertoloto Junior, Pedro Vicente, Guilherme Augusto Martines
e-mail: gmartines2000@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Quando se pensa em educação física escolar, a primeira coisa que vem à mente são os esportes praticados na escola, sendo mais específico, o futsal e o voleibol. Em muitas escolas, principalmente nas públicas, uma aula de educação física consiste somente na prática de um esporte, pois muitos professores ao invés de disciplinar e apresentar a importância da atividade física, preferem entregar uma bola e deixar os alunos se divertirem. A educação física incorpora de forma organizada as principais questões que o professor deve considerar no desenvolvimento de seu trabalho, englobando em suas aulas as discussões, os planejamentos e as avaliações da prática de seus alunos (DOS SANTOS, 2009).

A educação física deve atuar como qualquer outra disciplina escolar, pois as habilidades motoras devem ser desenvolvidas. Neste sentido, a educação infantil tem grande relevância para a formação do sujeito e inicia o desenvolvimento da aprendizagem através da vivência, sendo capaz de desenvolver seu potencial criativo (DOS SANTOS, 2009).

Nos que diz respeito ao acervo motor, destacam-se os paralelos existentes entre o desenvolvimento motor e o desenvolvimento cognitivo. Há uma estreita relação entre o que a criança é capaz de aprender (cognitivo) com o que é capaz de realizar (motor) (NETO et al. 2010).

O objetivo do trabalho é o de apresentar a importância das aulas de educação física e/ou das práticas corporais na educação infantil.

2 METODOLOGIA

Foi realizada uma Revisão Bibliográfica, onde se utilizou a base de dados do Google Acadêmico para a obtenção dos artigos.

Utilizou-se as palavras-chaves: desenvolvimento motor, infância e educação física escolar, dos quais foi possível se obter 10 artigos relacionados à temática do estudo e publicados a partir de 2009.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O desenvolvimento motor é um processo sequencial, relacionado à idade cronológica, trazido pela interação entre os requisitos das tarefas, a biologia do indivíduo e as condições ambientais, sendo inerente às mudanças sociais, intelectuais e emocionais (NETO et al. 2010).

É na infância, no início do processo de escolarização, que ocorre um amplo incremento das habilidades motoras, o qual possibilita à criança um grande domínio do seu corpo em diferentes atividades, como: saltar, correr, rastejar, chutar, arremessar, equilibrar, escrever, entre outras. Além disso, a aquisição de habilidades motoras está vinculada ao desenvolvimento da percepção do corpo, espaço e tempo, e essas habilidades constituem componentes de domínio básico tanto para a aprendizagem motora quanto para as atividades de formação escolar (NETO et al. 2010).

Basicamente, isso significa que, ao conquistar um bom controle motor, a criança estará construindo as noções básicas para o seu desenvolvimento intelectual (NETO et al. 2010).

Por isso, o fato de se proporcionar o maior número de experiências motoras e psicossociais às crianças, previne que estas apresentem comprometimento de habilidades físicas (NETO et al. 2010).

No contexto escolar, a prática da educação motora tem influência no desenvolvimento de crianças com dificuldades escolares, como problema de atenção, leitura, escrita, cálculo e socialização. Isso leva a considerar que o acompanhamento da aptidão motora de crianças em idade escolar constitui atitude preventiva para profissionais envolvidos com a aprendizagem (NETO et al. 2010).

Dentro desta concepção, a avaliação motora deve ser rotina nas escolas, possibilitando um melhor diagnóstico da criança, com um conhecimento mais aprofundado de suas possibilidades e limitações reais. (NETO et al. 2010)

Quanto ao processo evolutivo do bebê, uma série de acontecimentos são indícios de um bom desenvolvimento. O controle da cabeça e do tronco, o engatinhar e a marcha, quando ocorrem dentro dos períodos normais, são bons indicadores de uma evolução que se processa favoravelmente (ZORZI, 2010).

Porém, não são somente as conquistas motoras que sinalizam um desenvolvimento saudável. O melhor indicador evolutivo, pensando-se não somente

em funções motoras, mas considerando também as chamadas funções nervosas superiores, diz respeito ao aparecimento da linguagem. Longe de refletir simplesmente um processo maturacional neurológico, a conquista da linguagem manifesta capacidades comunicativas, sociais, afetivas e intelectuais significativamente evoluídas e complexas (ZORZI, 2010).

O desenvolvimento motor é considerado como um processo sequencial, contínuo e relacionado à idade cronológica, pelo qual o ser humano adquire uma enorme quantidade de habilidades motoras, as quais progredem de movimentos simples e desorganizados para a execução de habilidades motoras altamente organizadas e complexas (WILLRICH et al. 2009).

Inicialmente, acreditava-se que as mudanças no comportamento motor refletiam diretamente as alterações maturacionais do sistema nervoso central. Hoje, porém, sabe-se que o processo de desenvolvimento ocorre de maneira dinâmica e é suscetível a ser moldado a partir de inúmeros estímulos externos (WILLRICH et al. 2009).

A interação entre aspectos relativos ao indivíduo, como suas características físicas e estruturais, ao ambiente em que está inserido e à tarefa a ser aprendida é determinante na aquisição e refinamento das diferentes habilidades motoras (WILLRICH et al. 2009).

Sabe-se que o surgimento de movimentos e seu posterior controle ocorrem em uma direção céfalo-caudal e próximo-distal, porém este processo não se apresenta de forma linear, incluindo períodos de equilíbrio e desequilíbrio. Apesar disso, costuma cumprir uma sequência ordenada e até previsível de acordo com a idade. (WILLRICH et al. 2009).

O desenvolvimento motor é marcado pela similaridade entre os seres humanos. Entretanto, existem casos que ultrapassam os limites dentro do que é determinado normal para o desenvolvimento. Assim, surgem as pessoas que são consideradas muito habilidosas ou muito desajeitadas (TEIXEIRA et al. 2010).

Os problemas motores enfrentados pelas crianças com dificuldades motoras acabam sendo atribuídos a desordens de ordem psicológica ou neurológica, porém, existem crianças que não têm nenhum diagnóstico psicológico ou neurológico, mas que, reconhecidamente, apresentam problemas motores (TEIXEIRA et al. 2010).

O Transtorno no Desenvolvimento da Coordenação (TDC), pode acarretar alguns problemas para a criança, uma vez que o nível de proficiência motora é um

elemento importante para a integração no grupo social. Essa desordem, até onde se sabe, não tem nenhum diagnóstico, nem evidências de ordem psicológica e neurológica, ou seja, é uma síndrome restrita às funções motoras (TEIXEIRA et al. 2010).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento infantil tem um impacto direto ao restante da vida de um indivíduo. Neste sentido, é de suma importância que os pais participem ativamente nesta questão, os estimulando.

Os bebês começam muito cedo seu aprendizado sobre o mundo que os cerca, realizando uma ampla gama de movimentos que serão essenciais para o seu posterior desenvolvimento físico, cognitivo e emocional.

Neste sentido, faz-se necessário incorporar uma série de práticas corporais compatíveis com o nível de desenvolvimento motor da criança, o qual será fundamental para que a mesma possa em um futuro próximo ampliá-lo e assim, gozar de todos os seus benefícios.

REFERÊNCIAS

DOS SANTOS, M. A. B. **A importância da Educação Física no ensino infantil.** 2009. Disponível em: <https://unesp.edu.br/>. Acesso em: 18/10/2018.

NETO, F. R. A Importância da avaliação motora em escolares: análise da confiabilidade da Escala de Desenvolvimento Motor. **Rev Bras Cineantropom Desempenho Hum**, v.12, n.6, p.422-427, 2010.

TEIXEIRA, R. Dificuldades motoras na infância: prevalência e relações com as condições sociais e econômicas. **São Paulo Science in Health**, v. 1, n.1, p. 25-34, Jan-abr, 2010.

WILLRICH, A. Desenvolvimento motor na infância: influência dos fatores de risco e programas de intervenção. **Rev Neurocienc**, v.17, n.1, p. 51-56, 2009.

A INFLUÊNCIA DA SUPLEMENTAÇÃO DE CAFEÍNA NO DESEMPENHO EM PRATICANTES DE MODALIDADES ESPORTIVAS

Cesar Bianzeno, Anderson Nicolai, Kátia Moraes, Guilherme Martines
e-mail: cesarbianzeno95@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Com o intuito de melhorar o desempenho durante a prática de atividades esportivas, tem se tornado muito comum à suplementação de cafeína para a realização de tarefas que exijam resistência aeróbica e anaeróbica, potência e esforço prolongado. O uso da cafeína está entre uma das diversas estratégias utilizadas para melhorar o desempenho esportivo. A cafeína atua no bloqueio dos receptores de adenosina, reduzindo a fadiga, sonolência e dor dos usuários, se tornando potencialmente útil para atividades de baixa, moderada ou vigorosa intensidade (XAVIER e CRUZ, 2017).

A cafeína é o principal ingrediente ativo do café, mas pode ser encontrada em várias outras comidas e bebidas, tais como, chá, cacau, cola, chocolate e alguns tipos de remédios, como os analgésicos. Por ser de fácil acesso e ter um baixo custo, a cafeína é a droga psicoativa mais utilizada no mundo (SILVA, 2003). O seu consumo para efeitos estimulantes tem aumentado significativamente, por ter uma capacidade de aumento do desempenho. A cafeína é quimicamente conhecida como 1,3,7 trimetilxantina, pertencendo ao grupo das xantinas (teofilina e teobromina) que são substâncias que estimulam o sistema nervoso central, ativando um estado de alerta por curta duração.

Contudo, não há evidências recentes, no qual, sugerem quais são as dosagens exatas para cada indivíduo que queira extrair o máximo de benefício da suplementação de cafeína. Ainda não se sabe qual é realmente o efeito positivo que a suplementação de cafeína pode trazer ao usuário (PEREIRA, 2011).

Assim, alguns estudos apresentam controvérsias, pois, existe uma falta de padronização nas metodologias utilizadas. Ainda que existam vários outros mecanismos que mostrem a melhoria do desempenho com a suplementação de cafeína, ainda são necessários mais estudos que expliquem a real vantagem da suplementação de cafeína no meio esportivo (SILVA, 2003).

A cafeína possui diversos efeitos, os quais podem ser benéficos ou não, dependendo da dosagem consumida pelo usuário. Se consumida em baixa dosagem, a cafeína causa aumento do estado de vigília, diminuição da sonolência, alívio da fadiga, aumento da respiração, aumento na liberação de catecolaminas, aumento da frequência cardíaca, aumento no metabolismo e diurese. Já em altas dosagens, a cafeína causa nervosismo, insônia, tremores e desidratação (CYRINO et al., 2008).

A cafeína pode estimular importantes alterações metabólicas e fisiológicas nos humanos, dentre elas o desempenho dos praticantes esportivos. Com isso, a utilização da suplementação de cafeína tem se mostrado eficaz por atrasar o surgimento da fadiga e aumentar o poder de contração do músculo esquelético e cardíaco, melhorando o desempenho nas práticas de modalidades esportivas (CYRINO et al., 2005).

O objetivo do estudo será investigar a influência da suplementação de cafeína sobre o desempenho nas modalidades esportivas.

2 METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica, que analisou durante o período de setembro a outubro de 2018, artigos publicados nas bases de dados eletrônicas PubMed, Google Acadêmico, Bireme e Scielo. Utilizou-se as seguintes palavras chaves isoladamente e combinadas: cafeína, desempenho esportivo e atletas. A revisão decorreu em duas etapas: na primeira etapa, os artigos foram incluídos ou excluídos através de seus títulos e resumos, na segunda etapa, os artigos completos foram analisados e qualificados através de sua relevância.

Os artigos incluídos para análise responderam aos seguintes critérios: 1) estudos sobre cafeína; 2) desempenho dos usuários da cafeína; 3) publicados em língua espanhola e portuguesa; 4) artigos publicados em periódicos.

Não foram incluídos artigos que apresentavam apenas o resumo, assim como foram excluídos artigos duplicados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo de SILVA (2008) analisou a influência da cafeína nas modalidades esportivas que utilizavam a resistência e a força como atributos para a prática esportiva. A dose de cafeína foi administrada em relação ao peso corporal dos

avaliados, e consumidas de 30 minutos à uma hora antes da prática esportiva. Nas modalidades esportivas de resistência, demonstrou que 250mg de cafeína foi associada a um aumento de 7% no desempenho esportivo, pois, a cafeína resultou em um aumento da taxa de oxidação de lipídios para energia. Já ingestão de 330mg apresentou um aumento de 19,5% no tempo de resistência após a suplementação de cafeína.

A ingestão de 5mg/kg de cafeína observou uma economia de 42% no glicogênio muscular. Com a ingestão de cafeína em altas dosagens (9mg/kg) aumentaram o tempo de resistência na corrida e no ciclismo em 44 e 51%, respectivamente. Nas modalidades esportivas de força, o estudo apontou pouca influência da cafeína no aumento de força (SILVA, 2008).

RAUBER (2015) determinou que a suplementação de cafeína aumenta o desempenho esportivo em diversas modalidades, como: futebol, rugby, basquete, vôlei e tênis, em uma dose recomendada de 3 a 6 mg/kg, sendo suplementada antes da prática da modalidade. A suplementação com a cafeína apresentou excelentes resultados, tais como: diminuição da percepção subjetiva de esforço e no índice de fadiga, melhora nas habilidades motoras, menor tempo para completar os testes e foco aumentado. De modo geral, o estudo apresentou resultados positivos na influência da cafeína, no qual, 84,6% apresentaram efeitos benéficos significativos e 15,4% não obtiveram melhora com a suplementação de cafeína.

Já no estudo de Navarro et al. (2008), os autores compararam os efeitos da cafeína no desempenho esportivo em oitenta e sete pessoas, sendo nove treinados com força, dezoito ciclistas, dezenove treinados em resistência, seis atletas recreacionais, vinte e seis praticantes de atividades e nove mulheres praticantes regulares de atividades.

Tabela 1. Estudos realizados com cafeína e exercício físico.

AMOSTRA	PROTOCO DE INTERVENÇÃO	RESULTADO
9 indivíduos do gênero masculino com idade média de 26,2 anos.	3 semanas de treinamento, dosagem de 300mg de cafeína, realização de um teste de força máxima e outro teste de Wingate (30 seg).	Não houve diferença na força muscular, resistência muscular ou pico de força anaeróbica.

8 indivíduos do gênero masculino com idade média de 27 anos.	3 semanas de treinamento, dosagem de 5mg/kg de cafeína junto a uma solução com 5,8% de glicose, realização de um treinamento a 64% do VO2 máximo (120 min).	Comparado com a ingestão de glicose sozinha, quando ingerida com cafeína, há aumento no carboidrato exógeno oxidado.
11 indivíduos do gênero masculino com idade média de 23 anos.	2 semanas de treinamento, dosagem de 6 mg/kg de cafeína, os indivíduos pedalarão por 90 minutos a 70% do VO2 máximo.	A ingestão de cafeína antes de exercícios intensos pode elevar a IgA salivar, que atua na defesa contra patógenos e antígenos presentes na mucosa.
8 indivíduos do gênero masculino com idade média de 24 anos.	2 semanas de treinamento, dosagem de 6 mg/kg de cafeína dissolvida em água com limão, os indivíduos pedalarão por 90 minutos a 70% do VO2 máximo.	A ingestão de cafeína aumenta o número de células dos linfócitos.
6 indivíduos do gênero masculino com idade média de 36,2 anos.	9 semanas de treinamento, dosagem de 6 mg/kg de cafeína, realização de um teste de exaustão na bicicleta ergométrica a 80-85% do VO2 máximo.	O aumento das atividades de resistência não é relacionado com mudanças hormonais ou metabólicas e isso não é relacionado com o uso habitual de cafeínas nos atletas recreacionais.
15 indivíduos do gênero masculino e 6 indivíduos do gênero feminino com idade média de 32 anos.	6 semanas de treinamento, dosagem de 5 mg/kg de cafeína, realização de 6 exercícios de ciclismo a 80% do VO2 máximo.	A duração do desempenho esportivo que sugeriu a ingestão de cafeína foi melhor nos não usuários comparados aos usuários.
11 indivíduos do gênero masculino e 3 indivíduos do gênero feminino	2 semanas de treinamento, dosagem de 6 mg/kg de cafeína, teste de pedalar 2 minutos e descansar 6 minutos, repetindo até a exaustão.	A ingestão de cafeína pode ser uma ajuda no desempenho esportivo eficiente para modalidades com duração entre 4 a 6 minutos.
10 indivíduos do gênero masculino com idade média de 20,7 anos	2 semanas de treinamento, dosagem de 5 mg/kg de cafeína, realização de um teste intermitente no cicloergométrico a uma intensidade de 30% acima do limiar anaeróbico.	O aumento da lipólise induzido pela cafeína pode contribuir para o desempenho durante o exercício intermitente intenso via uma redução na utilização de glicose e aumento do tempo de exaustão.

Fonte: NAVARRO et al., 2008.

Com isso, os autores (NAVARRO et al., 2008), apresentam a cafeína como uma suplementação eficiente para a melhoria do desempenho durante os exercícios, porém, ainda não estão descobertos quais são os mecanismos responsáveis por essa melhoria. Relacionado aos possíveis efeitos colaterais, nada foi encontrado durante os estudos.

Em relação às modalidades esportivas que exijam resistência aeróbica, os autores (XAVIER E CRUZ, 2017), destacam que a suplementação de cafeína é eficaz nas modalidades esportivas de longa duração, pois, ao se suplementar, ocorre um aumento no índice de resistência a fadiga. Para atletas de modalidades de alto rendimento é de extrema importância a diminuição da fadiga promovida pela suplementação de cafeína. XAVIER E CRUZ (2017) avaliaram que o tempo médio de corrida nos atletas após a suplementação de cafeína foi consideravelmente menor em relação ao tempo médio ao placebo. Também, não se identificaram diferenças na suplementação de cafeína em exercícios anaeróbicos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os artigos analisados nessa revisão apresentam que a suplementação de cafeína melhora consideravelmente o desempenho das modalidades esportivas de resistência. Perante o conteúdo estudado, observa-se que a suplementação de cafeína promoveu respostas positivas na maior parte das modalidades analisadas. Porém, é importante mencionar que apenas o desenho em modalidades de resistência apresentou mudanças significativas com a utilização da cafeína. Contudo, para um maior desempenho com a suplementação de cafeína, estima-se uma ingestão de doses entre 3 a 6 mg/kg, visando que o Comitê Olímpico Internacional classifica a cafeína como uma droga restrita, dando positivo em concentrações acima de 12mg/L na urina.

Portanto, conclui-se que os efeitos da cafeína variam de indivíduo para indivíduo, de acordo com seu peso e a regularidade que ingerem a cafeína, e que os seus efeitos são sentidos enquanto a substância estiver presente na corrente sanguínea. Porém, ainda são necessários mais estudos com novas metodologias, para que as avaliações da suplementação de cafeína no desempenho físico em modalidades esportivas diversas sejam bem mais concretas.

REFERÊNCIAS

CYRINO, E. et al. **Efeito ergogênico da cafeína na performance em exercícios de média e longa duração.** Revista Portuguesa de Ciências do Desporto, vol. 5, n. 1, pag. 87-101, 2005.

PEREIRA, L. A. et al. **A cafeína melhora o desempenho em teste de sprints repetidos em jovens jogadores de futebol?** Revista Andaluza de Medicina del Deporte, Sevilla, vol. 4, n. 3, pag. 109-113, Julho, 2011.

NAVARRO, F. et al. **A influência da cafeína como recurso ergogênico no exercício físico: sua ação e efeitos colaterais.** Revista Brasileira de Nutrição Esportiva, São Paulo, vol. 2, n. 10, pag. 225-239, Julho/Agosto, 2008.

RAUBER, C. F. **Cafeína e carboidrato como recurso ergogênico no esporte.** Brasília-DF, 2015.

SILVA, M. S. **Os efeitos da cafeína relacionados à atividade física: uma revisão.** Revista Digital, Buenos Aires, vol. 9, n. 66, Novembro, 2003.

XAVIER, C. A. C.; CRUZ P. H. M. **Efeitos e aplicabilidades do uso de cafeína em praticantes de modalidades esportivas: uma revisão narrativa.** Santa Cruz-PE, 2017.

A INFLUÊNCIA DOS EXERCÍCIOS RESISTIDOS EM INDIVÍDUOS OBESOS/SOBREPESO

Mariana de Campos Soriani, Beatriz Ferreira Alves, Paula Grippa Sant Ana
e-mail: paulagrippa@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Dados fornecidos pelo IBGE demonstram que sobrepeso/obesidade na população brasileira apresentou crescimento, com prevalência elevadas desde as décadas de 70 (MENDONÇA; DOS ANOS, 2003). Estes números aumentaram devido ao comportamento contemporâneo, estimulado pelo consumo excessivo de alimentos processados e ultra processado, juntamente, com a diminuição do gasto energético em decorrência aos avanços tecnológicos. A redução da prática de atividades físicas, o aumento do consumo de calorias pobres em nutrientes e com valor calórico elevado e o stress do dia a dia, influenciam diretamente no acúmulo excessivo de gordura corporal dos brasileiros. Isto gera consequências, os indivíduos, em sua maioria, devido ao excesso de peso se remetem a solucionar o problema de maneira imediata e como medida tendem a se exercitarem, contudo, sem auxílio profissional, aumentando a demora na redução do peso, uma outra condição é a busca por orientação de exercícios físicos em academias de ginástica. O treinamento acompanhado contribui para atingir o objetivo mais acertadamente em tempo adequado devido ao processo de planejamento e a inclusão de diferentes métodos que podem ser aplicados em resposta a individualidade biológica. No entanto, o fato de existirem diferentes informações disponíveis em meios de comunicação sobre o que é mais adequado para a perda ponderal, acaba por gerar dúvidas sobre qual a melhor prática sistematizada a ser realizada na academia para indivíduos com sobrepeso e obesidade. A musculação é uma das possibilidades, porém existem diferentes referencias desconhecidas a respeito da eficácia de que o exercício resistido tem real potencial em provocar a redução do percentual de tecido adiposo.

2 METODOLOGIA

Analisar por meio da revisão de cinco artigos científicos a influência do exercício resistido (musculação) no fator emagrecimento encontrados em sites de pesquisas no

Google Acadêmico e Scielo. Utilizando-se das palavras chaves: sobrepeso, obesidade, musculação e exercícios resistidos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A obesidade é definida como uma doença caracterizada pelo acúmulo excessivo de gordura corporal, a qual ocorre devido ao balanço energético positivo e que acarreta repercussões à saúde com perda importante não só na qualidade como no tempo de vida. Diversos autores apontam motivos diferentes para o surgimento da obesidade nas populações, correlacionando aspectos genéticos e aspectos socioambientais (MENDONÇA; DOS ANJOS, 2003). Segundo dados do IBGE, a prevalência de pessoas com excesso de peso no Brasil chega a 56,9% da população total, por essa questão a importância de prevenir e tratar a obesidade (IBGE, 2015).

A relação entre o gasto calórico e a ingestão calórica é conhecida como balanço energético o qual determina o aumento, a redução ou a manutenção da massa corporal total. No caso de a ingestão superar o gasto, ocorre o aumento da massa corporal total.

O gasto calórico diário total também conhecido por gasto energético (GE) se divide em taxa de metabolismo basal (TMB), efeito térmico do alimento (ETA) e exercício físico (EF), sendo este a variável que mais pode sofrer alteração (Ferreira e colaboradores, 2005).

Um dos possíveis prejuízos desenvolvido por pessoas obesas que optam a se submeterem ao exercícios físicos mais contínuo e cíclicos, como a corrida, jump, entre outras, podem sobrecarregar suas articulações, caso estas não estejam fortalecidas e preparadas adequadamente para resistir ao treinamento, podendo gerar doenças articulares como a osteoartrite, o que causará dor, limitar a amplitude dos movimentos e reduzir o número de opções viáveis de exercícios para o emagrecimento (PRAZERES, M.V., 2007).

A musculação consiste em repetidas contrações musculares usando como sobrecarga pesos livres, aparelhos, elásticos ou até mesmo o próprio peso corporal. A qual pode ser usada para fins estéticos, terapêuticos, ganho de massa muscular ou até mesmo para o emagrecimento. A musculação gera gasto calórico significativo durante a sessão, causando também o aumento do EPOC (Excess post-exercise oxygen), o incremento da massa muscular, a elevação da taxa de metabolismo basal (TMB) e melhora da autonomia em tarefas diárias dos indivíduos com sobrepeso e com

obesidade, auxiliando assim, no emagrecimento gerando uma maior facilidade na realização do exercício físico e tarefas do dia a dia. Dependendo da intensidade e volume de treinamento, os efeitos da musculação mantem o organismo com a taxa metabólica aumentada por algumas horas após o exercício, podendo chegar até 24h (EPOC), provocando elevado gasto calórico diário e auxiliando para manter o balanço energético negativo, favorecendo na redução da camada adiposa. Segundo BARROS (2016), a ACSM (2013), para o emagrecimento inclui o TF (treinamento de força) entre as recomendações mais indicadas, com o objetivo de melhorar as capacidades funcionais, pelo aumento da força e da potência muscular, além de elevar o GED (gasto energético diário). Claramente essas recomendações devem seguir em paralelo a mudanças nos hábitos alimentares e outras atividades diárias.

Acredita-se que o principal mecanismo pelo qual o TF contribui, significativamente, para o processo de perda de peso é o aumento da taxa metabólica de repouso, além do GED (DONNELLY et al., 2009 apud BARROS 2016). Como o maior componente do GED o metabolismo de repouso e o substrato de energia primária utilizado é a gordura, esta seria uma forma eficaz para promover a redução do peso e da gordura corporal. No entanto, é necessário compreender que o gasto calórico, para aumento da massa muscular, é modesto quando visto diariamente. Tem sido estimado em 30 a 50 Kcal/dia da taxa metabólica de repouso para 1 kg de massa muscular adquirida (POEHLMAN; MELBY, 1998 apud BARROS 2016). Além disso, a incorporação de 1 kg de massa muscular não ocorre rapidamente, nem é tão simples e isso não depende apenas do TF. De qualquer forma, o TF e seu efeito crônico sobre a massa muscular – parece ser extremamente (indicado), sendo saudável para perda de peso (BARROS, 2016).

A periodização do treinamento deve ser individual, ou seja, o volume de treinamento, número de séries, repetições e o tempo que a pessoa irá permanecer realizando durante a musculação dependerá de fatores que envolvem além da individualidade biológica, outros princípios do treinamento desportivo que são: da adaptação, sobrecarga, especificidade, volume-intensidade, continuidade e reversibilidade para que o organismo possa responder de maneira adequada aos estímulos proporcionados pela musculação. O ganho e/ou a preservação da massa muscular por meio do TF, tem sido considerado como um importante fator na

prevenção e luta contra os efeitos nocivos da obesidade (ACSM, 2009 apud BARROS, 2016).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O emagrecimento por meio de exercícios físicos provenientes da musculação promovem aumento do gasto energético, devido a necessidade do corpo em manter a musculatura ativa em suas atividades diárias, ou seja, quanto mais desenvolvida a musculatura, maior o consumo de energia, contudo, sua taxa metabólica basal aumenta. O tempo ideal ou quantidade de dias para um treinamento de musculação, não existe quantidade definida, pois cada pessoa tem o seu objetivo a cumprir, devendo levar em consideração a individualidade biológica. O uso da musculação como conteúdo possível de modificação do corpo do indivíduo, o resultado dependerá do nível de determinação, e frequência de treino e. Neste sentido, a eficácia de qualquer método de treinamento está pautada na aplicação correta de princípios científicos na construção de resultados, manipulando muito bem suas variáveis, tais como: volume, tempo de pausa, intensidade e frequência de treinamento, sempre aplicando alguma forma de periodização (BARBANTI; TRICOLI; UGRINOWITSCH, 2004 apud BARROS 2016).

A partir dos dados obtidos nesta revisão bibliográfica, foi possível constatar que a musculação também é um método favorável ao fator emagrecimento. Desde que exista a periodização, manipulação correta de suas variáveis e o acompanhamento de um profissional da área.

REFERÊNCIAS

BARROS, A. S; **Treinamento de força para emagrecimento e controle da obesidade**: uma breve revisão de literatura. Campinas, 2016.

BELMONTE, T. **Emagrecer não é só dieta**: uma questão psicológica, corporal, social e energética. São Paulo: Agora, 1986.

MENDONÇA, C. P.; DOS ANJOS, L. A. **Aspectos das práticas alimentares e da atividade física como determinantes do crescimento do sobrepeso/obesidade no Brasil**. 2003 < https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102-311X2004000300006&script=sci_arttext>



MONTENEGRO, L. P. **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, São Paulo. v.8. n.43. p.100-105. Jan/Fev. 2014. ISSN 1981-9900. 100 Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício ISSN 1981-9900 versão eletrônica.

PRAZERES, M.V. **Prática da musculação e seus benefícios para a qualidade de vida**. Trabalho de conclusão de curso monografia, Florianópolis, 2007.

A UTILIZAÇÃO DE ESTRATÉGIAS NA SELEÇÃO E DETECÇÃO PRECOCE DE TALENTOS ESPORTIVOS

Jonatas Luiz Godoy, Guilherme Augusto Martines
e-mail: tchokge@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Etimologicamente, “talento” origina-se do latim *talentu* e do grego *tálanon*, referindo-se a uma medida de peso e a uma moeda corrente na antiguidade.

Com a evolução semântica, “talento” era representado como algo raro e valioso no domínio intelectual e artístico ou como aptidão natural ou habilidade adquirida (MAIA, 1996 apud SILVA, 2005).

Historicamente, o tema “talento” teve início na Alemanha, após a derrota na Segunda Guerra Mundial, e estava em condição especial socialmente e politicamente. O mundo se encontrava tenso em decorrência a Guerra Fria e a Alemanha abalada pela divisão em dois países: Alemanha Ocidental e Alemanha Oriental (BOLONHINI e DAOLIO, 2009).

Diante desse contexto e do exemplo da Alemanha nazista nos jogos de 1936, ficou conhecido a capacidade do esporte na transmissão de valores e ideologia. Para isso, usou-se de propaganda dos atletas nos pódios das competições mundiais, pois o mundo veria que os melhores atletas se encontravam ali. A partir disso, através da Associação Alemã de Atletismo, fundou-se o “Conselho de Rendimento”, onde consideravam a garantia do surgimento desses atletas e o tema “talento” como o principal problema de pesquisa (BOLONHINI e DAOLIO, 2009).

Sendo assim, o termo talento esportivo, segundo Lenaro Filho e Böhme (2001), é descrito como características individuais que demonstram elevadas capacidades biológicas e psicológicas e que, dependendo do meio social em que vive e das condições ambientais adequadas, poderá apresentar um alto desempenho esportivo.

Ainda sobre talento esportivo, Gaya et al. (s/d), é descrito como um indivíduo capaz de apresentar desempenho superior num conjunto de habilidades e capacidades, assim como capaz de manter uma alta estabilidade nestas habilidades e capacidades excepcionais.

O objetivo deste trabalho são apresentar a utilização dos testes do PROESP e da Estratégia Z na detecção e seleção precoce de talentos esportivos.

2 METODOLOGIA

Foi realizado uma Revisão Bibliográfica de caráter quantitativo, onde utilizou-se a base de dados do Google Acadêmico para se obter referências que tivessem relação à temática do estudo.

Os resumos dos artigos encontrados e que apresentassem relação com o tema foram lidos. Encontrou-se um total de 8 artigos e 1 dissertação de mestrado, sendo que desses, todos foram selecionados e lidos integralmente, perfazendo assim, a totalidade de referências utilizadas na construção deste trabalho.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Matsudo, Araújo e Oliveira (2001), a detecção de talentos possibilita a efetivação de um prognóstico de longo prazo sobre uma pessoa, geralmente sobre crianças e adolescentes, evidenciando atributos e capacidades necessárias para integrar uma população de atletas. É importante ressaltar ainda, que a maturação biológica é fundamental, pois os resultados de aptidão física dependem mais da idade biológica que da cronológica.

Uma das formas de detecção precoce de talento esportivo é através de uma bateria de testes, no intuito de avaliar capacidades físicas e motoras para o ótimo desempenho (LAMBOGLIA et al, 2014), pois para que o indivíduo se aproxime de seu potencial genético é necessário que haja estimulação adequada nas variáveis físicas, técnica e mental (MALINA; BOUCHARD; 2002 apud LAMBOGLIA et al, 2014).

Por intermédio da Rede Nacional de Centro de Excelência Esportiva (Rede CENESP) do Ministério do Esporte do Brasil, o Projeto Esporte Brasil (Proesp-Br) vem difundindo uma estratégia diretamente relacionada com a estatística Z e tem por objetivo traçar o perfil das condições de crescimento e desenvolvimento somato-motor e dos indicadores dos níveis da aptidão física relacionados ao rendimento esportivo de crianças e jovens brasileiros entre 7 e 17 anos (GAYA et al. s/d).

Pode-se destacar entre as ferramentas do PROESP, que as baterias de testes consistem em 3 momentos: a) dimensão corporal: composta pelas medições de massa corporal, estatura, envergadura e circunferência da cintura; b) testes de aptidão física

para saúde: estimativa de excesso de peso e de gordura visceral, aptidão cardiorrespiratória, flexibilidade, resistência muscular localizada, índice de massa corporal (IMC), razão cintura-quadril, teste de corrida/caminhada dos 6 minutos, teste de sentar e alcançar e número de abdominais em 1 minuto (Sit-up); e por fim, c) testes de aptidão física para o desempenho esportivo: força explosiva de membros inferiores e superiores, agilidade, velocidade e aptidão cardiorrespiratória (GAYA e GAYA, 2016).

Para exemplificar, Gaya e Gaya (2016) apresentam os indicadores de seleção que devem ser analisados em cada modalidade esportiva:

- Basquete masculino e feminino: força explosiva de membros inferiores e superiores, envergadura, estatura, velocidade, com diferença na agilidade para o masculino e força-resistência para o feminino;

- Handebol masculino e feminino: força explosiva de membros inferiores e superiores, velocidade, agilidade, envergadura, com diferença nos indicadores de massa corporal e estatura para o masculino;

- Voleibol masculino e feminino: força explosiva de membros inferiores e superiores, velocidade, agilidade, envergadura, massa corporal, com diferença para força-resistência para o feminino.

Outra estratégia muito utilizada na detecção de talentos esportivos é a Estratégia Z CELAFISCS, que segundo Matsudo (1986) utiliza o escore Z como preditor de desempenho em práticas esportivas diversificadas. A estratégia é simples, mede objetivamente o quão melhor ou pior um talento esportista desempenha uma tarefa, como correr ou saltar, de um cidadão comum.

A medida usual para a detecção do talento esportivo é o Escore Z, onde: $Z = (X - M) / s$, sendo: X = valor obtido numa determinada variável; M = média da população e s = desvio padrão. O escore Z é um escore padrão de média zero e desvio padrão 1 (GAYA et al).

A primeira atleta a utilizar a estratégia Z foi a jogadora de basquete Hortência, onde iniciou sua carreira ainda criança e se destacava nos itens fundamentais do esporte: agilidade, velocidade e impulsão vertical. No escore Z apresentava, respectivamente, 3,5, 4,3 e 8,3, porém seu ponto fraco estava relacionado a sua potência aeróbica, onde sua capacidade de produzir energia a partir do oxigênio respirado era equivalente a 2 no índice Z. Em compensação, a jogadora Paula do mesmo time, era tão excepcional tanto quanto Hortência com escore 7 neste índice.

Vale ressaltar que após a detecção precoce, é importante descobrir e avaliar as habilidades e dificuldades de cada indivíduo dentro dos domínios de aprendizagem, sendo necessária a intervenção metodológica sistemática, contínua e progressiva para o desenvolvimento de suas potencialidades (LENARO FILHO e BÖHME, 2001).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo, conclui-se que no trabalho com detecção precoce de jovens talentos é necessária a reconsideração, reestruturação e reelaboração em cada fase de crescimento do jovem, pois o sucesso se torna dependente de um contínuo processo de acompanhamento.

Neste sentido, surge a Estratégia Z e a Bateria de Testes do PROESP como ferramentas essenciais que conseguem determinar se a performance de um indivíduo é superior, e quanto, em relação à média populacional em um determinado atributo, auxiliando dessa forma, significativamente, na seleção e determinação de um talento esportivo, orientando-o sobre qual modalidade esportiva o mesmo deve praticar para que se torne um atleta.

REFERÊNCIAS

_____. **Fórmula de campeão**, In PESQUISA FAPESP ESPECIAL ESPORTE E CIÊNCIA, agosto/setembro, 2004 – Disponível em:
<http://revistapesquisa.fapesp.br/2004/01/23/formula-de-campeao/> - Acesso em 18/09/2018

BOLONHINI, L. Z.; DAOLIO, J. **Subsídios para uma abordagem sociocultural sobre o talento esportivo**. In Revista da Educação Física – UEM - v. 21, n. 1 (2010) – Disponível em:
<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/6858/5709> - acesso em 29/09/2018

GAYA, A. et al. **Talento esportivo: Estudo de indicadores somato-motores na seleção para o desporto de excelência**. S/d. Disponível em:
<http://portal.esporte.gov.br/arquivos/sneat/talentoEsportivo/baseTeoricaTalentoEsportivoDesportoExcelencia.pdf> - acesso em 29/09/2018

GAYA, A.; GAYA, A. **Manual do Projeto Esportivo Brasil**, 2016 – Disponível em:
<https://www.ufrgs.br/proesp/como-aplicar-o-proesp.php> - Acesso em 29/09/2018

LAMBOGLIA, C. M. G. F; et al. **Avaliação da aptidão física Segundo as normas de excelência para descobertas de talentos esportivos**. In EFDepostes.com, Revista



Digital. Buenos Aires, Año 19, Nº196, setiembre/2014 – Disponível em:
<http://www.efdeportes.com/efd196/aptidao-fisica-para-descoberta-de-talentos-esportivos.htm> - Acesso em 29/09/2018.

LENARO FILHO, P; BÖHME, M. T. S. **Detecção, seleção e promoção de talentos esportivos em ginástica rítmica desportiva:** um estudo de revisão. In Rev. Paul. Educ. Física, São Paulo, 15(2): 154-168, jul./dez.2001. Disponível em:
<http://www.revistas.usp.br/rpef/article/view/139898/135148><http://www.revistas.usp.br/rpef/article/view/139898/135148>. Acesso em: 29/09/2018

MATSUDO, V. K. R.; ARAÚJO, T. L.; OLIVEIRA, L.C. **Há ciência na detecção de talentos?** In Diagn. Tratamento, 2007; 12(4): 196-9 – Disponível em:
<http://files.bvs.br/upload/S/1413-9979/2007/v12n4/a0018.pdf> - Acesso em 18/09/2018.

SILVA, G. M. G. **Talento Esportivo:** Um estudo dos indicadores somatomotores na seleção de jovens escolares. Dissertação de pós-graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

AÇÕES DE ENFERMAGEM PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DA SÍFILIS CONGÊNITA

Jaqueline da Silva Pessoa, Juliana Martins, Ana Claudia Ferrari dos Santos
e-mail: anacfs70@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A sífilis adquirida é doença infecciosa crônica, que desafia há séculos a humanidade, acomete praticamente todos os órgãos e sistemas, e, apesar do tratamento eficaz e de baixo custo, mantêm-se como um problema de saúde pública até os dias atuais (AVELLEIRA; BOTTINO, 2006; COSTA, 2017).

Atualmente, a incidência de Sífilis na gestante é alarmante, mesmo com o tratamento disponível e com todas as informações divulgadas pelo Ministério da Saúde, houve um aumento progressivo desta doença entre os anos de 2014 a 2016, evidenciando-se um aumento de quase 35%, com dados de 26 casos novos para cada 1000 nascidos vivos. Fato este preocupante, que levou a questionamentos sobre a efetividade e a adesão da população às medidas de saúde pública para prevenção dessa doença sexualmente transmissível (TANNOUS et al, 2017; COSTA, 2017).

Após a introdução do uso de penicilina, desde 1943, a sífilis congênita apresentou uma diminuição progressiva; entretanto, nos últimos anos também tem ocorrido aumento importante, em decorrência do aumento dos casos entre as gestantes (ARAUJO et al, 2006).

Estudiosos da área e os dados epidemiológicos revelam que a sífilis congênita é um problema de saúde pública, assim o Ministério da Saúde no Brasil criou em 2011, a estratégia da Rede Cegonha, tendo em vista humanizar e assegurar que todas as gestantes e crianças tenham o acompanhamento durante pré-natal, parto e puerpério.

Para tal, implantou a realização do teste rápido para HIV, hepatite B e C, incluindo o de sífilis, garantindo assim, o diagnóstico precoce e tratamento imediato (COSTA, 2017).

Diante do exposto, este estudo contribuirá para que os profissionais de saúde, principalmente o enfermeiro, coloquem em prática as políticas públicas de saúde existentes e criarem novas políticas que apresentem mais eficiência, a partir de suas

ações adequadas baseadas no conhecimento técnico-científico podendo assim interferir diretamente no controle da Sífilis Congênita. O presente estudo tem como objetivo realizar uma pesquisa bibliográfica sobre a sífilis congênita, suas características, modo de transmissão, aspectos de diagnóstico e tratamento adequado. Secundariamente, buscou-se na literatura destaque sobre as ações de enfermagem na prevenção e controle desta doença transmissível.

2 METODOLOGIA

Realizou-se revisão bibliográfica sobre sífilis congênita e ações de enfermagem nas bases de dados e bibliotecas virtuais, sendo os conteúdos encontrados analisados e assim foi construído o referencial teórico. Foram incluídos periódicos, artigos científicos, teses e demais publicações em língua portuguesa, disponibilizados na plataforma digital SciELO e em sites do Ministério da Saúde do Brasil. O referencial teórico desta revisão bibliográfica reuniu 24 publicações entre os anos de 2006 a 2017 e as palavras-chaves utilizadas na busca foram: Sífilis. Sífilis congênita. Enfermagem.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A sífilis adquirida tornou-se conhecida na Europa no final do século XV, e sua rápida disseminação por todo o continente transformou essa doença em uma das principais pragas mundiais. A riqueza do acometimento da pele e das mucosas associou-a fortemente à dermatologia, desta maneira duas teorias foram elaboradas na tentativa de explicar sua origem, na primeira, chamada de colombiana, associou-a fortemente à dermatologia, desta maneira duas teorias foram elaboradas na tentativa de explicar sua origem, na primeira, chamada de colombiana, a sífilis seria endêmica no Novo Mundo e teria sido introduzida na Europa pelos marinheiros espanhóis que haviam participado da descoberta da América. Outra teoria que acreditavam que a sífilis seria proveniente de mutações e adaptações sofridas por espécies de treponemas endêmicos do continente africano.

Era preocupante o crescimento da endemia sífilítica no século XIX. Em contrapartida a medicina se desenvolvia, e a síntese das primeiras drogas tornava-se realidade. O maior impacto talvez tenha sido a introdução da penicilina que, por sua eficácia, fez com que muitos pensassem que a doença estivesse controlada, resultando na diminuição do interesse por seu estudo e controle (AVELLEIRA; BOTTINO, 2006).

O *Treponema pallidum*, agente etiológico da sífilis, bactéria gram-negativa, que penetra o organismo através das mucosas ou da pele, atingindo com a rapidez a corrente sanguínea e os vasos linfáticos. Apesar de possuir um agente etiológico bem definido, formas conhecidas de transmissão e tratamentos com excelentes índices de cura, nota-se ainda, índices elevados de incidência desta DST. Os estudiosos destacam que esse fato ocorre pela deficiência de informações às populações carentes, e que, se a informação chegasse corretamente, talvez haveria uma diminuição significativa nesses casos (DAMASCENO et al, 2014).

A sífilis congênita ainda persiste como um importante desafio para a saúde pública em muitos países no início do século XXI. Mostra-se como um evento de alta magnitude e ainda apresenta indicadores desfavoráveis em termos do seu controle, gerando também a necessidade de prioridades políticas para a sua abordagem. Para as ações de vigilância epidemiológica de controle da sífilis congênita, estratégias baseadas na análise e na interpretação dos dados representativos do contexto epidemiológico local são fundamentais (TAYRA et al, 2007).

Os mesmos autores afirmam que dentro deste contexto, no Brasil, a sífilis congênita e a AIDS, tornaram - se doença de notificação compulsória por meio da Portaria Ministerial nº 542, publicada no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 1986. Fatores como a falta de informação e de padronização de critérios de definição dos casos levaram subnotificações até o ano de 1998.

A notificação da sífilis na gestante foi incluída na relação nacional de doenças de notificação compulsória em 2005, no entanto, mesmo diante de uma doença com etiologia bem conhecida, tratamento barato e eficaz de prevenção totalmente factível, percebe-se a persistência no número de notificações dos últimos anos, dando a noção de um problema fora de controle (ANDRADE et al, 2011).

A estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS), principalmente nos países em desenvolvimento, é de mais de dois milhões de gestantes infectadas a cada ano sendo que dentro dessa estimativa quase um milhão de recém-nascidos possuem o diagnóstico de sífilis congênita. com sífilis possuem 12 vezes mais chances de terem algum evento adverso, mesmo após o tratamento, do que uma paciente soronegativa. Nas gestantes com sífilis não tratadas ou inadequadamente tratadas, a taxa de abortamento ou natimortalidade é de 25%, prematuridade ou baixo peso ao nascer de

13%, neomortalidade 11%, e 20% dos lactentes são assintomáticos (DAMASCENO et al, 2014).

A transmissão da doença ao feto pode ocorrer em qualquer fase do período gravídico, podendo ser de 70 a 100% nas fases primária e secundária da doença, e 30% nas fases latente e terciária da infecção na gestante (SOUSA et al, 2014).

A transmissão da sífilis ocorre através da relação sexual desprotegida com uma pessoa infectada, entrando em contato com as lesões genitais da pessoa infectada.

Na sífilis congênita, há infecção fetal por via hematogênica, em geral a partir do 4º mês de gravidez, transmitida ao bebê durante a gestação ou no momento do parto. A sífilis não é transmitida pelo uso de talheres, roupas compartilhadas ou vaso sanitário, havendo poucos casos por transfusões de sangue e por inoculação acidental (DAMASCENO et al, 2014).

Veronesi e Focaccia (2015) referem que o tratamento do recém-nascido (RN) deve ser em ambiente hospitalar, com penicilina cristalina até a primeira semana de vida, sendo a dose total dividida em duas aplicações diárias. Na segunda semana de vida, divide-se a dose total em três aplicações diárias. Já na terceira semana, recomenda-se dividir a dose em quatro aplicações diárias. O período mínimo de tratamento da sífilis congênita sintomática é de 10 dias. É de extrema importância que a gestante saiba sobre a importância de não interromper o tratamento, pois uma vez interrompido, por um dia que seja, o mesmo deve ser reiniciado.

A implantação dos testes rápidos para diagnóstico da infecção pelo HIV e triagem de sífilis na Atenção Básica, do Sistema Único de Saúde (SUS) são parte do conjunto de estratégias do Ministério da Saúde, que tem como objetivo a qualificação e a ampliação do acesso da população brasileira ao diagnóstico do HIV e detecção da sífilis. O diagnóstico oportuno da infecção pelo HIV e da sífilis durante o período gestacional é fundamental para a redução da transmissão vertical.

Necessita-se que as equipes de Atenção Básica realizem os testes rápidos para o diagnóstico de HIV e para a triagem da sífilis no âmbito da atenção ao pré-natal para as gestantes e suas parcerias sexuais (BRASIL, 2018).

O mesmo documento, recomenda que as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde adotem medidas que facilitem o acesso ao diagnóstico de HIV e triagem da sífilis por meio dos testes rápidos, sobretudo para as gestantes e suas parcerias sexuais, tais como: ofertar teste rápido de sífilis e HIV nas Unidades Básicas de Saúde

(UBS), solicitar os testes rápidos de HIV e sífilis junto ao Departamento de DST/Aids e Hepatites Virais, do Ministério da Saúde, articular medidas locais que garantam a logística (acondicionamento, distribuição e transporte) e a executar os testes rápidos nas Unidades Básicas de Saúde com qualidade e confiabilidade) Avaliar a capacidade laboratorial instalada para a realização dos exames complementares e de monitoramento do tratamento e de cura para a sífilis; b) Planejar e organizar as capacitações dos profissionais de Atenção Básica para a execução dos testes rápidos de HIV e sífilis; c) Apoiar e monitorar a alimentação dos sistemas de informação para registro da realização dos testes rápidos, como SISPRÉ-NATAL WEB.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se que vários são os aspectos relacionados à transmissão na gestação e vários são os desafios, de acordo com a incidência e gravidade da sífilis congênita. Torna-se necessário o desenvolvimento de estratégias de prevenção e controle na assistência na atenção primária ao pré-natal, por enfermeiros capacitados e qualificados, para que possam aplicar essas medidas satisfatoriamente em gestantes, orientando a importância da prevenção, tratamento e controle desta DST. Necessita-se também de estratégias junto ao recém-nascido acometido por Sífilis Congênita, para melhores possibilidades de tratamento e prognóstico.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. F., LIMA, N.B.G., ARAÚJO, M. AL. et. al. Conhecimento dos Enfermeiros acerca do manejo da gestante com exame de vdrl reagente. **J bras Doenças Sex Transm.** v23, n4, 188-193. 2011.

ARAÚJO, E.C., COSTA, K.S.G., SILVA, R.S. et.al. Importância do pré-natal na prevenção da Sífilis Congênita. **Revista Paraense de Medicina.** Belém, v.20, n.1, p. 1-8, mar 2006.

AVELLEIRO, J.C.R., BOTTINO, G. Sífilis: diagnóstico, tratamento e controle. **Revista Educação Médica Continuada.** Rio de Janeiro, v.81, n.2, p.26-111, 2006.

BRASIL, Rede Cegonha, **Teste Rápido de HIV e Sífilis na Atenção Básica**, 2018.

COSTA, C.V., SANTOS, I.A.B., SILVA, J.M. et.al. Sífilis Congênita: repercussões e Desafios, Santa Catarina, **Revista Associação Catarinense de Medicina.** v.46, n.3, p.194-202, jul/set. 2017.



DAMASCENO, A.B.A., MONTEIRO, D.L.M, RODRIGUES, L.B. et. al. Sífilis na gravidez. **Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto**. Rio de Janeiro, v.13, n.3, p.88-94, jul 2014.

SOUSA, D.M.N., COSTA, C.C., CHAGAS, A.C.M.A. et al. Sífilis Congênita: reflexões sobre um agravo sem controle na saúde mãe e filho. **Revista de enfermagem UFPE online**, v.8, n.1, p.160-16.2014.

TANNOUS, L.S.D., PANSIERA, C.J., RIBEIRO, M.P. et al, Comparação entre os índices de sífilis na gestação e sífilis congênita na região de Catanduva. **Cuidarte Enfermagem Faculdades Integradas Padre Albino**. Catanduva, v.11, n.2, p.187-192, jul/dez, 2017.

TAYRA, A., MATIDA, L.H., SARACENI, V. et al, . Duas Décadas de Vigilância Epidemiológica DA Sífilis Congênita no Brasil: A propósito das Definições de Caso. **J Brás Doenças Sex Transm**, São Paulo, v.19, n.3, p.111-119, 2007.

VERONESI, R., FOCCACIA, R., Tratado **de Infectologia**.5. ed. São Paulo: Atheneu, p.1543-1550, 2015.

ANATOMOFISIOLOGIA DO SISTEMA AUDITIVO E OS TIPOS DE PERDA AUDITIVA: CONHECIMENTO IMPORTANTE PARA A ATUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Victor Heubel, Lucas Luciani, Giovanna Castilho Davatz
e-mail: gia_davatz@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

A Educação Física pertence à grande área das ciências da saúde. Durante a graduação, diversas disciplinas favorecem a aquisição de conhecimentos sobre o corpo humano, estando entre elas a anatomia e a fisiologia. Essas ciências fornecem a base para o entendimento das estruturas e processos fisiológicos durante a prática da atividade física.

A Educação Física trabalha com pessoas de diferentes faixas etárias. Considerando o crescimento, desenvolvimento, maturidade e envelhecimento do organismo, diversos são os acometimentos de saúde que clientela pode apresentar.

A deficiência auditiva, em particular, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, está presente em mais de 15 milhões de brasileiros (BRASIL, 2012). Assim, é possível que durante sua prática, o Educador Físico tenha contato com indivíduos que possuem diferentes tipos de perda auditiva. Além disso o próprio profissional está arriscado a perder a sua audição devido a fatores genéticos, exposição ao ruído ou envelhecimento.

O presente estudo objetiva apresentar o sistema auditivo do ponto de vista anatômofisiológico e os tipos e graus de perda aos estudantes e profissionais de Educação Física, visto que são expostos diariamente a ruídos em seu local de trabalho e trabalham com deficientes auditivos em sua prática profissional.

2 METODOLOGIA

Realizou-se revisão de literatura, com busca de informações em livros disponíveis na biblioteca ou disponibilizados por docentes das Faculdades Integradas de Jaú. Utilizou-se também, manuais técnicos disponíveis online.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A audição é o sentido relacionado a um órgão específico denominado orelha. A orelha possui três partes principais: orelha externa, orelha média e orelha interna (PARKER, 2007; DANGELO E FATTINI, 2011; BANALDI, 2015).

A orelha externa é formada pelo pavilhão auricular e pelo canal auditivo, também denominado meato acústico externo. O pavilhão tem função de coletar e conduzir o som para o canal auditivo. Por esse canal, o som chega até a orelha média (PARKER, 2007; DANGELO E FATTINI, 2011; BANALDI, 2015).

A orelha média é a porção separada da orelha externa pela membrana timpânica ou tímpano. Esta membrana transforma as ondas sonoras, estímulo acústico, em movimento ou vibrações, estímulo mecânico. Há transferência e amplificação dessas vibrações por uma cadeia de ossículos: martelo, bigorna e estribo, à orelha interna (PARKER, 2007; DANGELO E FATTINI, 2011; BANALDI, 2015).

A orelha interna possui a cóclea, estrutura que contém células sensoriais denominadas células ciliadas e um fluido, a perilinfa. É na orelha interna que ocorre a transformação dos estímulos mecânicos em estímulos neurais, potencial de ação. Para que isso ocorra, o estribo, último ossículo da orelha média, se movimenta em uma abertura da cóclea chamada janela do vestíbulo, movimentando a perilinfa. A movimentação desse líquido faz com que haja estimulação de células ciliadas referentes à frequência do som percebido. Assim, na base da cóclea, porção inicial da estrutura, há células relacionadas com a percepção de sons mais agudos, enquanto que o ápice a cóclea se relaciona a sons graves (PARKER, 2007; DANGELO E FATTINI, 2011; BANALDI, 2015).

O potencial de ação gerado nas células ciliadas da cóclea é então encaminhado ao nervo auditivo, parte do VIII par de nervos cranianos, denominado nervo vestibulococlear e então é direcionado ao sistema nervoso central. A área cerebral responsável pela interpretação dos estímulos sonoros é o lobo temporal (PARKER, 2007; DANGELO E FATTINI, 2011; BANALDI, 2015).

Várias regiões ou estruturas do sistema auditivo podem sofrer agravos que geram perdas de audição. As perdas auditivas podem ser condutivas, sensorineurais, mistas ou neurais de acordo com o tipo de lesão. Considera-se uma audição normal a quando a sensibilidade mínima para sons é de até 20 dB, ou seja, se o som com menor intensidade que a pessoa consegue perceber auditivamente é de 0 a 20 dB, a audição

desta pessoa está normal quando não se consegue perceber sons com intensidade de até 20 dB, há algum grau de perda de audição (GINSBERG, WHITE; 1999; SILVA 2008).

Quanto aos graus de perda auditiva, na de grau leve, a menor intensidade de som que a pessoa consegue ouvir é de 20 a 40 dB. Na perda moderada a menor intensidade que o indivíduo é capaz de captar auditivamente é de 40 a 60 dB. Na perda severa a menor intensidade ouvida está entre 60 e 80 dB. Se a pessoa só consegue ouvir sons com intensidade mínima estando acima de 80 dB a perda auditiva é profunda (GINSBERG, WHITE; 1999; SILVA 2008).

Na perda auditiva leve as palavras são ouvidas, mas devido a não percepção de alguns sons, há dificuldade de comunicação em ambientes ruidosos ou em grupo. Crianças com esse tipo de perda pode ser notadas como distraída por professores, amigos ou familiares (GINSBERG, WHITE; 1999; SILVA 2008).

Na perda moderada é encontrada dificuldade em ouvir a voz normal, havendo necessidade do uso de próteses auditivas (GINSBERG, WHITE; 1999; SILVA 2008).

Na perda auditiva severa, mesmo utilizando-se aparelho auditivo, há dificuldade de distinção entre os sons da fala, só sendo perceptíveis os sons apresentados em intensidade elevada (GINSBERG, WHITE; 1999; SILVA 2008).

Na perda profunda nenhuma sensação auditiva verbal é captada. A linguagem gestual, libras, é indicada apenas para os casos de perda auditiva severa ou profunda (GINSBERG, WHITE; 1999; SILVA 2008).

Quanto ao tipo de perda, na perda auditiva condutiva há alterações em orelha externa ou média que impedem que o som seja conduzido adequadamente. Como exemplos de fatores que causam perda condutiva, temos a higienização inadequada do meato acústico externo, em que a inserção de cotonetes pode fazer com que a cera seja empurrada para o final do conduto, dificultando a passagem do som. Outro fator relacionado a perda auditiva condutiva é o mal funcionamento ou presença de secreções na tuba auditiva. A tuba auditiva é uma estrutura que faz relação da orelha média com a faringe e tem como função regular a pressão na orelha média. Quando o indivíduo tem rinite ou resfriados, secreções entram nessa estrutura prejudicando a regulação da pressão na caixa do tímpano, o que também dificulta a passagem do som. A inserção de objetos pontiagudos como chave de carro, caneta ou palito em orelha externa pode perfurar a membrana timpânica, dificultando também a condução

sonora. Há casos mais graves de perda auditiva condutiva, quando explosões próximas à orelha geram lesão na membrana timpânica ou desarticulação da cadeia de ossículos reestabelecidos (GINSBERG, WHITE; 1999; SILVA 2008).

Perdas auditivas condutivas são geralmente de grau leve ou moderado, variando de 25 a 65 dB. Em alguns casos, a perda auditiva condutiva pode ser temporária, como quando há acúmulo de cera em meato acústico externo, em que a simples retirada da mesma faz com que os níveis de sensibilidade auditiva sejam reestabelecidos (GINSBERG, WHITE; 1999; SILVA 2008).

Na perda auditiva sensorineural há falta ou dano de células ciliadas da cóclea e geralmente é permanente. Este tipo de perda pode ser causado pela exposição prolongada a ruídos ou o hábito ouvir música com volume sonoro intenso. Outra causa de perdas sensorineurais é o uso de medicamentos que levam a morte de células ciliadas, sendo ototóxicos. Há ainda, causas virais, como por exemplo, perdas que acontecem por infecções ainda na gestação por citomegalovírus. A perda auditiva sensorineural pode ser de grau leve, moderado, severa ou profunda. Há pessoas que têm perda sensorineural apenas em altas frequências (dificuldade na percepção de sons agudos). Nestes casos, apenas as células ciliadas da base da cóclea estão danificadas. Este tipo de perda também é conhecida como perda parcial. No exemplo fornecido, no ápice da cóclea, as células que captam sons graves, baixas frequências, estão intactas, enquanto apenas as células ciliadas da base da cóclea encontram-se lesionadas (GINSBERG, WHITE; 1999; SILVA 2008).

Na perda auditiva mista há combinação de perda sensorineural e condutiva. É resultado de problemas em ambas as partes da orelha: interna, no que se refere ao aspecto sensorineural da audição, e externa e/ou média, no caso do componente condutivo (GINSBERG, WHITE; 1999; SILVA 2008).

A perda auditiva neural é um problema que resulta da ausência ou dano ao nervo auditivo. Este tipo de perda é geralmente profundo e permanente. Há casos ainda, em que há lesão do lobo temporal. Assim, toda a via auditiva está intacta, mas o cérebro não consegue interpretar a informação sonora recebida (GINSBERG, WHITE; 1999; SILVA 2008).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema sensorial auditivo, relacionado à audição, é composto pela orelha, que se divide em orelha externa, orelha média e orelha interna. Este órgão tem a função de amplificar das ondas sonoras, transformando-as em estímulos mecânicos e posteriormente em estímulos neurais que seguem para o lobo temporal, no cérebro, onde são interpretados. Contudo vários fatores podem resultar na perda da audição.

Os tipos de perda de audição a que público em geral e Educadores Físicos podem estar expostos são as perdas condutivas, sensorineurais, mistas e neurais. Quanto ao grau, este pode se apresentar leve, moderado, severo ou profundo. Nota-se que a linguagem gestual, libras, é apenas indicada para indivíduos com perda de audição severa ou profunda, sendo que nos outros casos a pessoa terá um pouco de sensibilidade auditiva que será auxiliada pelo uso de aparelho auditivo.

Cabe ao Educador Físico, visto que trabalhará com indivíduos que possuem vários graus de perda auditiva, além de estar sujeito a perder a própria audição durante a vida, conhecer o sistema auditivo e compreender seu funcionamento.

A excelência profissional está relacionada ao adequado preparo e atualização do Educador Físico e passa pelo estudo das ciências básicas estudadas para a elaboração desse trabalho: anatomia e fisiologia.

REFERÊNCIAS

_ **Perda de Audição.** Disponível em:

<http://www.brasil.gov.br/noticias/saude/2012/04/perda-de-audicao>. 2012. Acesso em outubro de 2018.

BANALDI, L.V.; **Estrutura e Função do sistema auditivo periférico.** In: Tratado de Audiologia. Academia Brasileira de Audiologia. 2a Ed. 2015. p.3-8.

DANGELO, J.G. FATTINI, C.A. **Sistema Sensorial. Anatomia Sistêmica e Segmentar.** 3ed. Atheneu. 2011. p.205-2014.

GINSBERG, I.A.; WHITE, T.P. **Considerações otológicas em audiologia.** In: Katz, J. Tratado de Audiologia Clínica. Manole. 4ª. ed. 1999. p.6-23.

PARKER, S. Orelhas, audição e equilíbrio. Corpo Humano. 1ed. Ciranda Cultural. 2007. p.90-92.

SILVA, L.P. **Manual de Orientação de Práticas Interventivas no Contexto Educacional para professores do Ensino Fundamental.** Governo Estadual do



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

Paraná. Mandirituba 2008. In:

[Http://www.diaadiaeducacao.Pr.Gov.Br/Portals/Pde/Arquivos/1121-2.Pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1121-2.pdf).

AS DIFICULDADES DA ATENÇÃO EM SAÚDE RELACIONADAS AO ACESSO DO USUÁRIO

Carol Agostini Refundini, Flávio Ademilson Corradini Junior,
Ivana Regina Gonçalves, e- mail: ivanagocalves@fmb.unesp.com.br.

1 INTRODUÇÃO

Criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei 8.080 de 1990 o Sistema Único de Saúde (SUS), tem a finalidade de prestar assistência à saúde em caráter público a qualquer cidadão em solo brasileiro, de acordo com os princípios da equidade, integralidade e universalidade (UZELLI; LIMA; PIRES et al, 2013).

Nessa vertente de organização, o atendimento à saúde divide-se em três grupos, sendo estes: atenção primária à saúde (APS), atenção secundária e atenção terciária; sendo que a APS possui a capacidade de resolver 80% dos problemas de saúde encontrados em uma determinada população, e além disso ser capaz de promover assistência com prevenção, promoção e reabilitação, servindo de base para os níveis secundários e terciários de saúde, de acordo com (CAMPOS; FERRER; GAMA et al, 2014).

Além disso, a atenção primária é o primeiro nível de atendimento em saúde, sendo considerada a “porta de entrada” pelos usuários do SUS através das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e programas de Estratégia Saúde da Família (ESF), como por exemplo; enfatizados no primeiro atendimento e também na prevenção, considerada como serviços de baixa complexidade. A população possui o acesso para iniciar o tratamento de acordo com a necessidade e então ser possivelmente encaminhada para serviços de caráter secundário ou terciário, estes especializados em casos que demandam maior atenção e necessidade. (UZELLI; LIMA; PIRES et al, 2013).

Casos de complexidade intermediária, necessitam de atendimento especializado em nível ambulatorial, este é o foco da atenção secundária à saúde (ERDMANN; ANDRADE; MELLO et al, 2013).

Cabe a unidade de atendimento secundário, prestar serviços médicos especializados, bem como apoio diagnóstico e terapêutico e também, atendimento de urgência e emergência caso necessário.

Após esta "entrada" nos serviços, o usuário ainda participa dos serviços de alta complexidade, quando há demanda de necessidade especial de atendimento. As unidades de urgência e emergência possuem a função de atender situações que coloquem em risco a vida dos pacientes. (MENDES, 2010).

Muitas vezes, unidades terciárias acabam recebendo casos básicos de saúde, que de certa maneira, seriam resolvidos na APS, porém, tendo em vista a obrigatoriedade em prestar o atendimento, estes geram filas e promovem a superlotação dos hospitais, gerando transtornos na gestão hospitalar. (UZELLI; LIMA; PIRES et al, 2013).

O objetivo da pesquisa é verificar o que a literatura revela sobre as dificuldades relacionadas ao acesso do usuário em relação aos níveis de atenção em saúde.

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta revisão bibliográfica foi realizado busca pelo acesso online nas bases de dados LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências de Saúde) e SciELO (Scientific Electronic Library Online), embasando-se em artigos de publicações dos anos de 2010 a 2014 no idioma português. Foi utilizado como palavras-chaves: Acesso à Saúde; Saúde Pública; Atenção Primária.

Desta forma para nortear o desenvolvimento deste projeto, formulou-se a seguinte questão: Quais as dificuldades relacionadas ao acesso do usuário em relação aos níveis de atenção em saúde? Assim para atingir o objetivo proposto, foi realizado a leitura do título e dos resultados e discussões, isto após a leitura na íntegra de cada artigo citado.

Foram encontrados 16 artigos, sendo que apenas seis destes foram usados no desenvolvimento e compuseram a amostra final. Para a realização da análise foi utilizado a metodologia: Bardin (1977) que permitiu organizar o conhecimento em categorias e dividida a análise em três fases:

Primeira fase: realiza-se uma leitura rápida, procurando identificar se no assunto do artigo encontrava-se a resposta da questão elaborada.

Segunda fase: exploração do material, em que os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo, e para que isso

acontecesse, foram sendo demarcados os “núcleos de sentido”, ou seja, a identificação dos relatos e o que servia como resposta a questão previamente levantada.

Terceira fase: realizou-se o levantamento dos temas, pois neste tipo de análise é considerado uma regra para o recorte. Após o “recorte” são descritas em categorias em sequências, obtendo as respostas desejadas em forma de categorias.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com o material e a metodologia encontrada, a literatura foi substancial para emergência de quatro categorias que puderam ser discutidas acerca das dificuldades relacionadas ao acesso do usuário em relação aos níveis de atenção em saúde.

Categoria 1: Falta de atendimento especializado que atenda as necessidades da população.

Diante de toda a problemática em que o Brasil vive, é inevitável não destacar nas unidades de saúde, a preferência de se encaminhar para uma unidade terciária a procura de especialistas, isto devido a população frequentemente ser obrigada a esperar há meses por um agendamento, tanto portadores de doenças crônicas quanto agudas, tornando as esperas cada vez mais longas e estressante.

Oliveira e Pereira (2013), expuseram que a qualificação é um desafio na saúde pública brasileira, assim como atender as necessidades da população, em que forneça médicos especialistas e que se alinhem na coordenação capazes de desenvolver uma comunicação integral e articulada. Ainda destacam que outro fator limitante é a falta de interação pessoal entre generalistas e especialistas.

Uma das pesquisas revelou outra causa que acarreta a falta de atendimento e que a população chegue até as especialidades, sendo destacado que em 62,7% dos casos verificados, a equipe não tem os registros de usuários de maior risco, desta forma não encaminhando para atender suas necessidades e que 41% não contactavam as especialidades necessárias (PROTASIO; SILVA; LIMA et al, 2014).

Oliveira e Pereira (2013) em seus estudos confirmam a necessidade de atendimento especializado nos APS e que atenda às necessidades da população de acordo com a fragilidade de cada população, ressaltando que as especialidades existem, porém são insuficientes para a demanda, além disto a falta de integração

entre os especialistas e a comunidade, dificultando a comunicação, colaborando com o isolamento entre as APS com as especialidades.

Categoria 2: Falta de planejamento territorial

Outro fator intrigante ao acesso do usuário, foi a questão da localização ou demarcação de áreas para atendimento das equipes não estarem sendo eficazes. Entrevistados relatam a espera do profissional em casa, para os cuidados pessoais e familiares onde há demora e espera ou mesmo o não retorno ao domicílio, além da falta de cronogramas que permitam o atendimento da população sem agendamento (REHEM, CIOSAK e EGRY, 2012).

Categoria 3: Adesão ao tratamento dificultado e o tempo de espera para receber o primeiro atendimento

São identificados como fatores que afetam a logística e levam ao aumento da procura do atendimento no nível terciário, a demora para o paciente receber o atendimento (UZELLI; LIMA; PIRES et al, 2013).

Ocorre a espera por meses para o atendimento em uma primeira consulta, o que repercute em comprometimentos de cunho social, afetando a parte psicológica, social e biológica do paciente. A burocracia das ações e dos procedimentos para o primeiro atendimento, interferem na adesão do paciente ao tratamento, fazendo com que este deixe de dar continuidade ao tratamento proposto inicialmente, desta maneira, o paciente deixa de frequentar a APS e passa a buscar atendimento em unidades terciárias. (CAMPOS; FERRER; GAMA et al, 2014),

Categoria 4: Escassez de recursos humanos e acolhimento prejudicado

Aos mesmos autores também afirmam que a falta de profissionais na composição do quadro de funcionários, nas unidades de Atenção Primária, é identificada como fator importante para o excesso na demanda das unidades terciárias. De acordo com a escassez de recursos humanos, afeta outro ponto importante segundo a queixa dos pacientes, a falta de acolhimento por parte dos profissionais ao problema de saúde citado pelo paciente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz da literatura encontrada sobre as dificuldades relacionadas ao acesso do usuário em relação aos níveis de atenção em saúde, pode – se considerar que estas estão relacionadas a falta de atendimento especializado que atendam as necessidades da população atendida; falta de planejamento territorial; adesão ao tratamento dificultado e o tempo de espera para receber o primeiro atendimento e escassez de recursos humanos e acolhimento prejudicado.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CAMPOS, R. T. O; FERRER, A. L; GAMA, C. A. P; et al. **Avaliação da qualidade do acesso na atenção primária de uma grande cidade brasileira na perspectiva dos usuários**. Saúde Debate, Rio de Janeiro, v. 38, n. especial, P. 252-264, OUT 2014.

ERDMANN, A L; ANDRADE S. R; MELLO A. L. S. F. et al. A atenção secundária em saúde: melhores práticas na rede de serviços. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 21, n. spe, p. 131-139, Feb. 2013. MENDES, E V. As redes de atenção à saúde. **Ciênc. saúde coletiva**. Rio de Janeiro. v. 15, n. 5, p. 2297-2305, Aug. 2010.

OLIVEIRA, M A C; PEREIRA, I C. Atributos essenciais da Atenção Primária e a Estratégia Saúde da Família. **Rev. bras. enferm.** Brasília, v. 66, n. spe, p. 158-164, set. 2013.

PROTASIO, A P L; SILVA P. B., LIMA, E. et al. Avaliação do sistema de referência e contrarreferência do estado da Paraíba segundo os profissionais da Atenção Básica no contexto do 1º ciclo de Avaliação Externa do PMAQ-AB. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 38, n. spe, p. 209-220, out. 2014.

REHEM, T C M S B; CIOSAK, S I; EGRY, E Y. Internações por condições sensíveis à atenção primária no hospital geral de uma microrregião de saúde do município de São Paulo, Brasil. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 535-542, set. 2012 .

UZALLI, LIMA PIRES et al. Avaliação da dificuldade enfrentada pelo paciente para realização de uma consulta médica de nível terciário. **Com. Ciência Saúde**, Brasília, v. 23, n. spe. P. 207-214, fev. 2013.

ASPECTOS ANATOMOFUNCIONAIS DA ARTICULAÇÃO TEMPOROMANDIBULAR, SUAS DISFUNÇÕES E RELAÇÃO COM A PRÁTICA ESPORTIVA

Ana Karolina Marusco Kaminieski, Natalia Ferreira, Giovanna Castilho Davatz Lopes e-mail: gia_davatz@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

A articulação temporomandibular (ATM) é uma articulação que liga a mandíbula nos ossos temporais do crânio (DÂNGELO, FATTINI, 2011).

A disfunção temporomandibular (DTM) é quando ocorrem problemas nessa articulação devido a vários fatores causando dor e alterações funcionais. Os sintomas mais comuns são dor na face durante a função mandibular, ruídos articulares e limitação dos movimentos da mandíbula (DONNARUMMA et al, 2010).

Os atletas de modalidade de contato são considerados uma população de risco devido a diversos traumas na face e cabeça durante treinos e jogo. A variedade de movimentos somada à intensidade da prática esportiva resulta no apertamento dentário sem que o atleta perceba, deste modo desencadeando a DTM (BONOTTO, 2013).

Também há pesquisas que apontam que pessoas que praticam atividades físicas menos intensas apresentam melhoras significativas nos sintomas de disfunção temporomandibular em relação àquelas que não praticam isso porque a atividade física provoca a analgesia (GURRÃO et al, 2018). Assim, cabe ao educador físico, conhecer os aspectos anatomofuncionais dessa articulação a fim de melhorar o embasamento teórico para sua atuação profissional.

O estudo objetiva descrever os aspectos anatomofuncionais da articulação temporomandibular, devido à sua relação com a área da Educação Física.

2 METODOLOGIA

Realizou-se uma revisão de literatura na base de dados da Scielo e livros teóricos disponíveis na biblioteca das FIJ. Para a busca utilizando-se os termos articulação temporomandibular, disfunções temporomandibular e atletas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A articulação temporomandibular liga a mandíbula no crânio, ou seja, ela fica entre o processo condilar da mandíbula e o osso temporal. É a única articulação móvel do crânio e considerada a mais complexa, pois permite movimentos rotacionais e translacionais. A ATM apresenta espaço entre os ossos, por isso é chamada de articulação sinovial, esta apresenta um líquido lubrificante chamado de líquido sinovial.

É classificada como uma articulação biginglimoartroidal composta porque possui duas superfícies ósseas: fossa mandibular (fica do lado do osso temporal com depressão côncava na porção escamosa do osso) e côndilo da mandíbula (que fica do lado mandibular). Ambas as superfícies são recobertas pela cartilagem articular, entre essas cartilagens há um disco articular que tem a função de melhorar a coaptação entre a fossa mandibular e o processo côndilar e absorver o impacto. A articulação apresenta alguns ligamentos reforçando-a. Assim, as componentes dessa articulação são: fossa mandibular, líquido sinovial, disco articular, eminência articular do osso temporal, cápsula articular, cabeça da mandíbula e ligamentos (DÂNGELO, FATTINI, 2011).

Essa articulação permite os vários movimentos mastigatórios ou durante a fala, dentre eles estão: a lateralização, a retração, a protrusão, a depressão e a elevação. Na lateralização a mandíbula se movimenta no plano transversal em torno do eixo longitudinal. Na retração, há movimentação para trás enquanto na protrusão a mandíbula movimenta-se anteriormente. Tanto a retração como a protrusão ocorrem no plano transversal. A depressão e elevação são movimentos de dobradiça, ocorrendo no plano sagital, em torno do eixo látero-lateral. Há músculos que atuam sobre as peças ósseas para que haja a movimentação. Dentre os músculos, encontra-se o masseter, o temporal, o pterigoideo medial, o pterigoideo lateral e o músculo digástrico. O músculo masseter atua na elevação da mandíbula. O músculo temporal eleva e auxilia na retração. O pterigoideo medial atua na elevação e protrusão. O pterigoideo lateral age na protrusão e lateralização da articulação temporomandibular. O músculo digástrico atua abaixando a mandíbula, auxiliando na abertura da boca. Os nervos que levam as informações do sistema nervoso central para a contração desses músculos são o maxilar e o mandibular, ramos do nervo trigêmeo – V par de nervos

cranianos. O controle motor é feito pela área pré motora e córtex motor primário, localizados no lobo frontal do cérebro (DÂNGELO, FATTINI, 2011).

Alterações funcionais na articulação temporomandibular e ou estruturas relacionadas à mastigação é o que se denomina disfunção temporomandibular (DTM). As características da DTM incluem ruídos na articulação, redução da amplitude ou desvios nos movimentos, além de dores na articulação, em seus arredores ou em músculos a ela relacionados. Pessoas acometidas ainda podem apresentar queixas auditivas e de equilíbrio, uma vez que as estruturas do sistema auditivo e do sistema vestibular se encontram dentro do osso temporal, osso que se articula com o processo condilar da mandíbula para a formação da articulação temporomandibular. Dentre as alterações otológicas, encontram-se zumbidos, diminuição da percepção auditiva e dores. No conjunto de queixas vestibulares estão as tonturas e vertigens. Devido a dores na musculatura mastigatória, rebordos gengivais e dentes, há pessoas que apresentam distúrbios do sono. Todos esses sintomas somados podem dificultar a realização das atividades diárias do acometido (DONNARUMMA et al, 2010).

Múltiplas causas podem levar a adquirir a DTM, como: alterações anatômicas, microtraumas, hábitos parafuncionais como o apertamento dentário ou roer unhas e também condições sistêmicas. Uma das etiologias, o ranger dos dentes (bruxismo), pode ser decorrente de tensão emocional, raiva, frustração e leva a agravamento do quadro da DTM (DONNARUMMA et al, 2010).

Traumas faciais no esporte tem sido relacionado aos distúrbios da ATM (BONOTTO, 2013; GURRÃO et al, 2018).

Em atletas de esporte de contato como rúgbi, lutas e futebol a prevalência de DTM é significativa devido a frequência, intensidade alta dos treinamentos e traumas na cabeça e face, prejudicando o rendimento do atleta (BONOTTO, 2013; GURRÃO et al, 2018).

São poucos os estudos relacionados a distúrbios da ATM com atividades desportivas. Há necessidade de mais pesquisas a fim de estabelecer medidas preventivas e terapêuticas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A articulação temporomandibular é a localizada entre o osso temporal e a cabeça da mandíbula, sendo a única articulação móvel do crânio. Possui uma

estrutura complexa, em que participam peças ósseas, cartilagem articular, disco, cápsula articular, ligamentos e músculos. Os movimentos por ela realizados permitem a mastigação e a fala. Exercícios que requerem grande esforço físico levam o indivíduo a realizar o apertamento dentário, além de sofrer impactos na região articular. Existe uma alta prevalência de doenças bucais em atletas, e a DTM é apenas uma delas. Devido à incidência de alterações nesta estrutura em diferentes esportes ou decorrente do apertamento dentário durante a realização de exercícios físicos, cabe ao Educador Físico conhecer sua estrutura e alterações a fim realizar orientações ou fazer encaminhamentos de seus alunos ou clientes para profissionais da saúde que atuem no tratamento dessas disfunções: dentistas e fonoaudiólogos.

REFERÊNCIAS

BONOTTO, D. **Prevalência de Disfunção Temporomandibular em Atletas de Esporte de Contato**. Pontífica Universidade Católica do Paraná. 2013.

DANGELO, J.G. FATTINI, C.A. **Articulação Temporomandibular**. Pescoço e Cabeça. In: Anatomia Sistêmica e Segmentar. 3ed. Atheneu. 2011. p.480-484.

DONNARUMMA, C.D.M.; MUZILLI, A.C.; FERREIRA, C. NEMR, K. **Disfunções Temporomandibulares: Sinais, Sintomas e Abordagem Multidisciplinar**. Revista Cefac. 12(5), p.788-794, 2010.

GURRÃO, G.V.A. et al. **Sinais e Sintomas da Disfunção Temporomandibular Associados à Prática de Atividade Física**. Revista Uningá. 24(2), 2018.



ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE ONCOLÓGICO INTERNADO EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA EM SEPSE

Dandara Marques de Godoy, Viviane Cristina Bacaccicci, Rosemeire Simone Dellacrode Giovanazzi, Alessandro Gabriel Macedo Veiga,
e-mail: algamave@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Para Hercos et al. (2014), nos últimos anos os avanços nos cuidados dos pacientes com câncer têm levado à uma chance maior de controle ou cura da doença. Entretanto, os tratamentos mais agressivos como quimioterapia e cirurgia oncológica implicam diretamente na maior utilização de leitos de UTI.

Ferreira e Nascimento (2014) lembram em seu estudo que entre os desafios do dia a dia enfrentados pelos profissionais de enfermagem junto à equipe multidisciplinar nas admissões de pacientes em UTI, estão os acometidos pela sepse. Os autores afirmam que a sepse se manifesta com um largo espectro de situações de gravidades, dependendo do tempo decorrido desde suas primeiras manifestações.

Assim como o câncer, a sepse também é um grave problema de saúde pública. Aproximadamente 18 milhões de pessoas em todo mundo evoluem com sepse, sendo esta a principal razão de internação em UTI (ROSOLEM, 2012).

De acordo com Instituto Latino-Americano de Sepse (ILAS) (2016), é notório na literatura que seguidos anos houve uma pluralidade de definições que visavam caracterizar o paciente com infecção grave, condição que constituiu importante limitação para o melhor conhecimento e gravidade da mesma. O termo que se preconizava nas nomenclaturas que até então eram utilizadas mostram que o atual termo indicativo de sepse aparecia como septicemia, síndrome séptica ou infecção generalizada.

De acordo com o ILAS (2018), a sepse pode ser definida como a presença de disfunção orgânica ameaçadora a vida em decorrência da resposta desregulada do organismo a presença de infecção, seja ela causada por bactérias, vírus, fungos ou protozoários. Manifestando-se em diferentes estágios clínicos de um mesmo processo fisiopatológico. O choque séptico, pelos novos critérios, define-se choque como a presença de hipotensão com necessidade de vasopressores para manter pressão

arterial média ≥ 65 mmHg associada a lactato ≥ 2 mmol/L, após adequada ressuscitação volêmica. A presença de hiperlactatemia isolada, independente dos níveis, não foi considerada critério de disfunção.

Mundialmente, asseguram Miranda et al. (2018), a sepse é uma das mais comuns doenças que matam e, apesar de ser responsável por uma perda anual de mais de 8 milhões de vidas, é pouco conhecida. No Brasil, já é considerada um problema de saúde pública/privada que, segundo o ILAS, o país como campeão mundial – ao lado da Malásia – em mortes por sepse.

Dentro de um contexto geral, de acordo com o ILAS (2018), é possível afirmar que atualmente a sepse hoje é a principal responsável por óbitos dentro de hospitais tanto no Brasil quanto no mundo. As estimativas mostram que ocorrem aproximadamente cerca de 670 mil mortes no Brasil anualmente em virtude da sepse. Diferentemente do que se pode imaginar, as complicações oriundas da sepse não é um problema só para a pessoa doente e que se encontra internada em hospitais. É notório, entretanto, que grande parte das pessoas acometidas por sepse são de pacientes atendidos nos serviços de urgência e emergência.

Este estudo tem como objetivo identificar e listar a assistência de enfermagem ao paciente oncológico em sepse internado em UTI.

2 METODOLOGIA

O estudo se desenvolveu pelo método da revisão bibliográfica da literatura cujas fontes principais que foram as bases de dados LILACS e SciELO cujos artigos foram publicados a partir do ano de 2010 a 2018. Foram encontrados em torno de 125 artigos, contudo, 61 foram inseridos ao trabalho por serem mais apropriados aos interesses do estudo.

Utilizou-se o buscador online Google Acadêmico, que trouxe trabalhos como monografia, dissertação e tese. A busca online utilizou as palavras-chave: câncer, sepse, Unidade de Terapia Intensiva e cuidados de enfermagem.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

As Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (IRAS) nas UTIs, de acordo com Dias et al. (2015) e Padrão et al. (2010), atualmente recebem significativo enfoque, pois abrange percentuais que giram em torno de 24% a 32% das infecções

notificadas no âmbito hospitalar no Brasil e 37% em nível mundial. Isso ocorre, segundo os autores, pelo fato de que os pacientes internados em UTI são pacientes graves, e que comumente são submetidos a processos invasivos, procedimentos estes que propiciam a alta incidência de infecções que acometem, geralmente, o trato respiratório devido à intubação, o trato urinário ocasionado pelo cateter vesical e da corrente sanguínea causada pelo cateter venoso.

Segundo Lima e Picanço (2015), as principais bactérias que são notificadas nos casos de sepse são: *Staphylococcus ssp*, coagulase-negativo, *Staphylococcus aureus*, *Klebsiella pneumoniae carbapenemase (KPC)*, *E. Coli*, *enterobacter spp*, *bulkoderiacepacia*, *stenotrophomona smaltrophilia*, *acineto bacterbaumani*, *pseudomonas aeruginosa*, *sheplococus do grupo viridamis* e *morganela morgani*, essas bactérias são altamente patogênicas devido à resistência aos antibióticos.

Notadamente, Lima e Picanço (2015) enfatizam que as intervenções de enfermagem para controlar a sepse invariavelmente devem se fundamentar nas diretrizes da campanha de sobrevivência a sepse, e fiscalizada pelo Instituto Latino Americano para Estudos da Sepse (ILAS), que implementou o pacote de medidas do combate a sepse. Este pacote refere-se a um conjunto de intervenções clínicas baseadas em evidências.

Sobre o pacote atual de intervenção clínica baseada em evidências o ILAS (2018a, p. 1) faz seguinte observação:

Em abril de 2018, autores ligados a Campanha de Sobrevivência a Sepse (CSS) publicaram na *Intensive Care Medicine* a atualização dos pacotes de tratamento da sepse. Nessa publicação, basicamente, se extinguiram os pacotes de 3 e 6 horas, criando-se um novo pacote, de 1 hora. Os componentes desse pacote reproduziam aqueles do pacote de 3 horas, a saber, coleta de lactato, coleta de hemoculturas, administração de antimicrobianos e de volume aos pacientes com indicação. Entretanto, trazia-se para a primeira hora o início do vasopressor, item pertencente anteriormente ao pacote de 6 horas. Os demais componentes do pacote de 6 horas, nova coleta de lactato para os pacientes com hiperlactatemia inicial, agora deve ser colhida em 2 a 4 horas, portanto, embora mencionada no novo pacote de 1 hora, não faz parte do mesmo. Já a reavaliação do status volêmico e de perfusão do paciente em choque foi extinta. Os autores deixam claro que se deve iniciar a ressuscitação hemodinâmica na primeira hora, mas não necessariamente todas as medidas precisariam estar completas neste período (ILAS 2018a, p. 1).

Ao abordar sobre o novo Bundle de 1 hora, o ILAS (2018a, p. 2) em seu programa de melhoria de qualidade, optou por adotar o novo pacote de 1 hora, com ressalvas, sendo elas:

1. Administração de antimicrobianos – não houve mudanças pois já utilizávamos uma hora;
2. Coleta de hemoculturas – na prática não houve mudanças, pois, a mesma deve ser feita antes da administração de antimicrobianos. Entretanto, passaremos a adotar o limite rígido de uma hora ao invés de 3 horas;
3. Coleta de lactato – embora a aderência fosse formalmente dada para exames colhidos em até 3 horas, a recomendação já era para coleta na primeira hora. Entretanto, passaremos a adotar o limite rígido de uma hora;
4. Administração de fluidos nas situações pertinentes – adotaremos o início da hipotensão ou o momento da coleta do exame que identificar a hiperlactatemia como tempo zero para início da reposição volêmica;
5. Uso de vasopressor – entendemos não ser factível a definição da necessidade de início em uma hora, pois a indicação irá depender da resposta de cada paciente a reposição volêmica inicial;
6. Coleta de segundo lactato – entendemos ser fundamental a manutenção do indicador, que passa a ter como tempo limite 4 horas, como sugerido pelo novo pacote;
7. Reavaliação do status volêmico e de perfusão dos pacientes em choque – entendemos como fundamental a manutenção do indicador como forma de manter a atenção da equipe no paciente. Assim, o mesmo será mantido, com limite de 6 horas para ser completado (ILAS 2018a, p. 2).

Segundo Staudinger e Pène (2014), a sobrevivência de pacientes com câncer admitidos à UTI por sepse melhorou acentuadamente nas últimas décadas, correspondendo hoje a mais de 50% - uma melhora que se fez acompanhar de encorajadoras taxas de sobrevida em longo prazo e melhor qualidade de vida. No final dos anos 1990, a taxa de mortalidade em 30 dias de pacientes com câncer admitidos por choque séptico em UTI foi relatada na faixa entre 65% e 72%, enquanto séries subsequentes mostraram um dramático declínio relativo para 25% a 42%. Observou-se tendência similar para pacientes com neutropenia e sepse, para os quais a mortalidade hospitalar antes e após 2003 caiu de 59% para 43%.

Segundo Ferreira e Nascimento (2014), diante do paciente em sepse é necessário que se trace intervenções de enfermagem e que elas sejam elaboradas de maneira eficaz e direcionada. Isso significa então empregar todas as etapas do processo de enfermagem que consiste em investigação ou histórico, diagnóstico, intervenção ou implantação e evolução ou avaliação de enfermagem.

“Para que o paciente séptico tenha um atendimento de qualidade, o enfermeiro deverá ter uma prática tangencial e dinâmica baseada em estudo científico com um grau de evidência confiável, sendo necessário um conhecimento expansivo em todos os âmbitos” (SANTANA et al., 2017, p. 37).

Miranda et al. (2018) são enfáticos em afirmar que a fim de que a assistência de enfermagem ao paciente séptico seja adequada, a busca do saber em enfermagem

deve aproximar a prática assistencial da educacional, já que o enfermeiro utiliza o processo ensino-aprendizagem em todas as suas ações de cuidado. Dessa forma, o enfermeiro pode se tornar um multiplicador de conhecimentos para a equipe multiprofissional e promover a implementação de protocolos e condutas, baseado em evidências científicas, para que as ações sejam realizadas de maneira uniforme. Isso requer dos profissionais constantes reflexões sobre suas ações e planejamento baseados na realidade, sendo necessário incentivar e adequar às práticas educativas. São vários profissionais extremamente qualificados por seus conhecimentos de emergência, mas sem experiência na identificação e controle da doença.

Dutra et al. (2014) lembram que o processo de enfermagem é a ferramenta indispensável para o enfermeiro executar suas ações em relação à saúde do paciente, assim, a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) é o elemento indispensável dentro desse processo. Logo, a SAE é constituída por fases ou etapas que envolvem a coleta de dados, a definição dos diagnósticos de enfermagem, planejamento, implementação das intervenções de enfermagem e avaliação dos resultados, por meio de uma abordagem voltada à solução de problemas e ao estabelecimento de metas para atingir os melhores resultados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo concluiu que o profissional de enfermagem é fundamental para a assistência ao paciente durante sua terapêutica, atuando de forma que se evitem eventos adversos, melhorando sua qualidade de vida, uma vez que uma grande maioria desses pacientes se submete a um tratamento relativamente longo e, conseqüentemente, internação em UTI. A assistência de enfermagem humanizada ao paciente internado em uma UTI se faz indispensável em todas as fases do tratamento, mesmo quando se tem a convicção de que o paciente está evoluindo para óbito.

Conclui-se que a sepse é um acometimento caracterizado por alta mortalidade cujo tratamento envolve altos custos e exige a demanda de um atendimento de excelência da equipe de enfermagem. Sendo uma complicação de alta letalidade, o enfermeiro que atua em UTI deve buscar incessantemente aprofundar-se no conhecimento sobre sua etiologia e evolução. A sistematização da enfermagem é o processo legal para que haja uma eficaz assistência ao paciente, além de fornecer conhecimento teórico científico quais são os sinais e sintomas relacionados a ela. A

identificação de potenciais complicações de cada cliente é primordial à adequação de propostas de ação do enfermeiro e sua equipe. Para tanto, faz-se necessária à produção e aplicação de conhecimentos científicos, utilizando-os em todas as áreas da sistematização. O enfermeiro deve, então, assistir a sepse de forma cada vez mais científica e fundamentada, sobretudo por meio de processos de sistematização, até mesmo por exigência legal.

À equipe de enfermagem cabe estar apta para identificar precocemente indícios da sepse, além de diagnosticar a disfunção orgânica, haja vista que uma vez diagnosticada o tratamento imediato está diretamente relacionado com o prognóstico do paciente. Uma vez diagnosticada a sepse, condutas que visam à estabilização do paciente devem ser tomadas imediatamente, dentro das primeiras horas. Dentro dessas medidas o que se preconiza é a utilização dos bundles da sepse que são compostos por intervenções diagnósticas e terapêuticas. Assim, o que se concluiu é que a utilização dos bundles na verdade são a execução de pacotes, sendo que o primeiro é denominado de “Pacote de 3 horas”. Dentro desse pacote o que se sabe é que são preconizadas medidas de ressuscitação hemodinâmica, medidas essas que devem ser implantadas nas primeiras três horas. As medidas a serem tomadas se referem à coleta de lactato sérico como orientação da ressuscitação hemodinâmica; coleta de hemocultura antes do início da antibioticoterapia; início de antibióticos de largo espectro por via endovenosa, na primeira hora do tratamento; reposição volêmica agressiva precoce. O “pacote de 6 horas” é aquele que diz respeito às medidas que devem ser tomadas dentro das primeiras 6 horas do diagnóstico, momento em que ser tomadas medidas como uso de vasopressores para manter pressão arterial média acima de 65 mmHg; reavaliação de status volêmico e do status perfusional; coleta de 2ª lactato (para pacientes com o primeiro lactato acima de 2 vezes o valor normal).

O estudo concluiu também que em seu programa de melhoria de qualidade o ILAS tem optado por adotar o novo pacote de 1 hora onde são administrados antimicrobianos, coleta de hemoculturas, coleta de lactato, administração de fluidos nas situações pertinentes, uso de vasopressor, coleta de segundo lactato e reavaliação do status volêmico e de perfusão dos pacientes em choque.

REFERÊNCIAS

DIAS, M. B. G. S. et al. **Diagnóstico e tratamento precoce da sepse grave no adulto**. 2015. Disponível em: <<https://www.hospitalsiriolibanes.org.br/institucional/gestao-da-qualidade/Documents/diagnostico-tratamento-precoces-sepse-adultos.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

DUTRA, C. S. K. et al. Diagnósticos de enfermagem prevalentes no paciente internado com sepse no centro de terapia intensiva. **Cogitare Enferm.** Curitiba, v. 19, n. 4, p. 747-54, out./dez, 2014.

FERREIRA, R. G. S.; NASCIMENTO, J. L. Intervenções de enfermagem na sepse: saber e cuidar na sistematização assistencial. **Rev. Saúde e Desenvol.** Curitiba, v. 6, n. 3, p. 1-11, jul/dez 2014.

HERCOS, T. M. et al. O Trabalho dos Profissionais de Enfermagem em Unidades de Terapia Intensiva na Assistência ao Paciente Oncológico. **Rev. Bras. Cancerol.** Rio de Janeiro v. 60, n. 1, p. 51-58, 2014.

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE SEPSE. **Novo Bundle de 1 hora**: prós e contras na visão do instituto latino americano de sepse. 2018a. disponível em: <<http://ilas.org.br/ilas/emkt/44/bundle.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2018.

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE SEPSE. **Sepse**: um problema de saúde pública / Instituto Latino-Americano de Sepse. Brasília: CFM, 2016.

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE SEPSE. **Sepse**: um problema de saúde pública. **Instituto Latino-Americano de Sepse**, v. 16, n. 1, p. 35:23, May-18.

LIMA, A. S. L.; PICANÇO, C. M. **Intervenções de enfermagem no controle da sepse na unidade de terapia intensiva**. 2015. 19f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Enfermagem) – Centro Universitário Estácio de Sá – Bahia. Salvador/BA, 2015.

MIRANDA, L. F. B. et al. Atuação do enfermeiro emergencista no controle de sepse. **Rev. Eletrôn. Atualiza Saúde**, Salvador, v. 7, n. 7, p. 76-83, jan./jun. 2018.

PADRÃO, M. C. et al. Prevalência de infecções hospitalares em unidade de terapia intensiva. **Rev. Bras. Clín. Médica**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 8-125, 2010.

ROSOLEM, M. M. **Pacientes críticos com câncer e sepse**: evolução clínica e fatores prognósticos. 2012. 73 f. Dissertação (Mestrado em Oncologia) – Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva – INCA. Rio de Janeiro, 2012.

SANTANA, R. A. N. S et al. Atuação do enfermeiro no paciente séptico em uma unidade de terapia intensiva. **Rev. Enferm. Evidência**, Bebedouro/SP, v. 1, n. 1, p. 33-43, 2017.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

STAUDINGER, T.; PÈNE, F. Visões atuais a respeito da sepse grave em pacientes com câncer. **Rev. Bras. Ter. Intens.** São Paulo, v. 26, n. 4, p. 335-338, 2014.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PORTADOR DE LINFOMA DE HODGKIN

Adriana Celestino, Daiane Cristina Poli, Ana Claudia Ferrari dos Santos
e-mail: anacfs70@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

As doenças oncohematológicas constituem importante morbidade no Brasil, sendo que o Linfoma de Hodgkin (LH) é uma neoplasia linfóide monoclonal composta de células mononucleares de Hodgkin e multinucleadas de Reed- Sternberg (RS) dispersas em um infiltrado. As células tumorais são frequentemente circundadas por linfócitos, configurando aspecto de rosetas (HARRIS et al., 2001).

Segundo o Instituto Nacional do Câncer (2018) estima-se 2.530 casos novos de LH, sendo 1.480 homens e 1.050 entre mulheres. Ainda segundo dados deste instituto houve, no Brasil, no ano de 2009, 2.870 novos casos de LH, sendo 1.600 em homens e 1.270 em mulheres.

Entre dos LH clássicos, o subtipo esclerose nodular é o mais comum, representando cerca de 70% de todos os casos. O subtipo celularidade mista representa 25% dos casos e os demais subtipos juntos, representam cerca de 10% dos casos de LH (SOARES, 2004).

Trata-se de uma neoplasia bastante sensível à quimioterapia e à radioterapia isolada ou combinada e o tipo e intensidade do tratamento depende, basicamente, do estadiamento obtido ao diagnóstico da doença (ESCOVAR, 2005).

Torna-se necessário de que os enfermeiros, bem como os profissionais de saúde, conheçam as características dos pacientes, os sinais e sintomas, tipos de tratamentos, efeitos colaterais e os cuidados de enfermagem que deverão ser prestados ao portador de LH, garantindo assim, o tratamento e recuperação do paciente (VASQUES et al, 2008).

É de extrema importância que o profissional de enfermagem que atua no tratamento oncohematológico compreenda as diversas modalidades terapêuticas e assim desenvolver assistência de enfermagem adequada (SOUSA et al, 2015). Dentro deste contexto pretendeu-se com o presente estudo esclarecer os profissionais de saúde sobre a assistência de enfermagem prestada ao portador de LH.

2 METODOLOGIA

Realizou-se uma revisão da literatura abrangendo os principais cuidados na assistência de enfermagem prestados ao paciente portador de LH. As buscas foram realizadas até abril 2018 nas bases eletrônicas de dados PubMed (MEDLINE), LILACS, BVS, utilizando as palavras-chaves: enfermagem e linfoma de Hodgkin. Foram selecionados 30 artigos para análise. Observou-se escassez nas publicações nacionais sobre o tema, sendo parte das publicações em língua inglesa, que foram agregadas para maior entendimento do assunto abordado. Para melhor compreensão os resultados e a discussão foram elencados em tópicos que retratam o conceito, epidemiologia, diagnóstico, tratamento e cuidados de enfermagem aos portadores de LH.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

LINFOMA DE HODGKIN

A célula gigante típica Reed-Sternberg (RS) do LH foi reconhecida pela primeira vez, foram Sternberg (1898) e Reed (1902) que procederam à descrição e sua histopatologia definitiva (STEIN et a.,2001 apud MORAES, 2015).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), LH pode ser dividido em Predomínio Linfocítico Nodular (LHPNL) e LH Clássico subdivididos em Esclerose nodular (EM) (tipos 1 e 2), rico em linfócitos, Celularidade Mista (CM), e d) Depleção Linfocitária (DL) (MASSUMOTO, 2013).

DIAGNÓSTICO

O diagnóstico dos LH se baseia na biópsia do linfonodo ou da massa tumoral extranodal, que classificará a doença de acordo com critérios morfológicos imunohistoquímicos (COLLEONI, 2009).

Outros exames importantes que auxiliam na avaliação geral do paciente são: hemograma completo, função renal, função hepática e provas de atividade inflamatória VHS, DHL, tomografia computadorizada com contraste da região cervical, do tórax, do abdome e da pelve. Deve ser realizado biópsia de medula óssea bilateral. Também deve-se obter tomografia por emissão de pósitrons (PET), ao diagnóstico e ao término do diagnóstico. Feitos os exames, deve-se classificar a extensão da doença, de acordo com os critérios de estadiamento da doença (MASSUMOTO, 2013 p.104).

Segundo a classificação atual, Ann Arbor e AJCC, segue abaixo o estadiamento (MASSUMOTO, 2013).

ESTADIO I - Envolvimento de uma cadeia ganglionar ou estrutura linfóide (baço, timo, anel de Waldeyer) ou envolvimento de local extralinfático (IE);

ESTADIO II - Envolvimento de 2 ou mais cadeias ganglionares localizadas no mesmo lado do diafragma, que pode contiguidade com um local extralinfático(IIE);

ESTADIO III - Envolvimento de gânglios linfáticos em ambos os lados do diafragma, que pode estar associado a um local extralinfático (IIIE), ou envolvimento do baço (IIIS), ou ambos (IIIES);

ESTADIO IV - Envolvimento Disseminado de um ou mais órgãos extralinfáticos, com ou sem envolvimento ganglionar, ou ainda envolvimento de um local extralinfático com envolvimento ganglionar à distância. Inclui ainda qualquer envolvimento do fígado, medula óssea, pulmões ou líquido cefalorraquidiano.

Cada categoria pode ser subdividida em: A) sem sintomas sistêmicos (favorável). B) com sintomas sistêmicos (febre, sudorese profusa noturna, perda de peso mais de 10%) (desfavorável). X = quando a massa ganglionar (bulky) for superior a 10 cm ou ocupar um diâmetro superior a um terço da caixa torácica (MASSUMOTO, 2013 p.104-105).

Score Prognóstico Internacional (IPS) de fatores de risco para Estádios III e IV: a) Idade igual ou superior a 45 anos, b) sexo masculino, c) Estádio IV, d) Albumina sérica <4g/dL, e) Hemoglobina <10,5g/dL, f) Leucocitose >15.000/ μ L, g) Linfocitopenia (< 8% de leucócitos totais e/ ou contagem absoluta < 600/ μ L) (MASSUMOTO, 2013 p.105).

A presença de cada fator individual reduz cerca de 7 a 8% as taxas se sobrevida por ano. Classificando-se pacientes em IPS favorável (< 4 fatores de risco) e desfavorável (\geq 4 fatores de risco) (MASSUMOTO, 2013 p.105).

TRATAMENTO

O Segundo Massumoto (2013) o tratamento recomendado para LH inicial nos estádios clínicos I e II favoráveis são:

ABVD (Doxorrubicina, 25 mg/m², Bleomicina, 10 U/m², Vimblastina, 6mg/m² e Dacarbazina, 375 mg/m², todas EV, nos D1 e D15, a cada quatro semanas) por 2 ciclos e RT em campo envolvido, na dose de 20Gy. (MASSUMOTO, 2013 p.106).

Ainda segundo Massumoto (2013) recomenda-se para o tratamento dos pacientes com LH inicial nos estádios clínicos I e II desfavoráveis:

ABVD por 4 ciclos, seguido de RT em campo envolvido na dose de 30 Gy". Para os estádios clínicos III e IV recomenda-se o tratamento do regime **ABVD** por 6 ciclos permanece como opção-padrão (MASSUMOTO, 2013 p.107).

Entretanto alguns novos regimes têm produzido resultados promissores e devem ser elencados como opções válidas para esses pacientes, como por exemplo o esquema **BEACOPP** em dose intensificada em pacientes de até 60 anos de idade e com pelo menos quatro fatores desfavoráveis no escore prognóstico internacional.

O regime **BEACOPP** em dose intensificada consiste em:

Bleomicina, 10 U/m² EV, no D8, **Etoposídeo**, 200 mg/m² EV, do D1 ao D3, **Doxorrubicina**, 35 mg/m² EV, no D1, **Vincristina**, 1,4 MG/m² EV, no D8 (dose máxima de 2 mg), **Ciclossfosfamida**, 1250 mg/m² EV, no D1, **Procarbazina**, 100 mg/m² VO, do D1 ao D14, por 8 ciclos a cada 21 dias. O número de ciclos pode ser diminuído para 6 em caso de PET-TC negativo sem massa residual após 6 ciclos (MASSUMOTO, 2013 p.109).

ASSISTÊNCIA E CUIDADOS DE ENFERMAGEM

O enfermeiro é imprescindível e seu papel o capacita na assistência, consulta e tratamento de enfermagem por meio da SAE, proporcionando uma assistência integral e de qualidade para o paciente. Além disso, arrogam função crucial na recuperação do cliente, com ênfase nas prevenções de complicações, identificando precocemente as intervenções e os efeitos colaterais na adoção de condutas e controle dos mesmos prestando uma assistência diferenciada, especializada, obtendo assim um cuidado holístico que responda a todas as necessidades do indivíduo, orientando, monitorando os sintomas pertinentes ao tratamento e pelo esclarecimento dos pacientes e familiares.

Segundo a pesquisa de Sousa (2015) foram realizados planos de cuidados diários utilizando a taxonomia da North American Nursing Diagnosis Association (NANDA), Nursing Interventions Classifications (NIC) e Nursing Outcomes Classifications (NOC). Elucidou o conhecimento científico a respeito das principais características do LH e o papel que a enfermagem desempenha na assistência oncológica prestada a esse grupo em particular, buscando oferecer ao paciente autonomia, alívio da dor e do sofrimento e manutenção do estado geral. É indispensável a aplicação do processo de enfermagem para facilitar o cuidado, bem como meio de organização e sistematização da assistência.

Sendo assim, vários são os efeitos colaterais decorrentes do tratamento; dentre eles figuram a flebite, náusea/vômito, mucosite, diarreia e alterações hematológicas. Parte significativa das ações de enfermagem está voltada para minimizá-los (CONNORS, 2005; apud VASQUES, 2008).

Alguns autores direcionam o olhar do enfermeiro para observar tanto a presença de linfedema por meio da inspeção local, quanto de infecção e/ou trombocitopenia através do controle da temperatura corporal, do número de evacuações, presença de eritema, sinais de sangramento ao escovar os dentes, sangramento nasal e púrpura (VASQUES, 2008).

Foram identificados os seguintes diagnósticos de enfermagem em 24 prontuários de pacientes em tratamento por LH estudados na pesquisa de Sousa (2015): a) Segurança/proteção; b) Risco de infecção; c) Mucosa oral prejudicada, d) Hipertermia, e) Risco de integridade da pele prejudicada, f) Conhecimento deficiente, g) Constipação, h) Risco de constipação, i) Conforto Dor aguda, j) Náusea, k) Dor crônica, l) Nutrição desequilibrada (menos do que as necessidades diárias), m) Enfrentamento/tolerância ao estresse/Ansiedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo buscou-se conhecer as características o LH, doença com altas taxas de incidência demonstrando a necessidade da capacitação dos enfermeiros no cuidado aos pacientes. É indispensável que os enfermeiros saibam as características da doença os mecanismos patológicos, sinais e sintomas, os tipos de tratamentos e os efeitos colaterais, assim como os cuidados de enfermagem que podem ser prestados com qualidade e assistência humanizada. Pretende-se que tais informações possam contribuir para que os profissionais de enfermagem reconheçam e desenvolvam competências, inclusive durante a graduação de enfermagem, que lhe assegurem maior domínio no cuidado prestado ao portador de LH.

REFERÊNCIAS

COLLEONI, G.W.B.et al. Linfomas: diagnóstico e tratamento: Uma reciclagem e a interface com a Infectologia. **Boletim de atualização da Sociedade Brasileira de Infectologia**. nº 10 Abr/Mai/Jun 2009.

CONNORS, J.M. State-of-the-art therapeutics: Hodgkin's lymphoma. **J Clin Onc.** 2005; 23(26): 6400-08.

ESCOVAR CES. Doença de Hodgkin. **Rev. Bras. Oncologia Clínica.** Vol. 1. N.º 5, 35-40, (Mai/Ago) 2005.

HARRIS NL, Stein H, Coupland SE, Hummel M, Favera RD, Pasqualucci L and Chan WC. New approaches to lymphoma diagnosis. **Hematology Am Soc Hematol Educ Program.** 2001:194-220

MASSUMOTO C, Tabacof J. Linfoma de Hodgkin.; SCHEINBERG P. et al.. **Manual de Oncologia Clínica- Hemato.** 1.ed. São Paulo: Dendrix Ed , 2013. P. 104-112.

MORAES, M. P. T. **Linfoma de Hodgkin:** características anatomo-clínicas e análise de novo biomarcador (IMP3). 2015.70f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Medicina de Botucatu, 2015.

SORES, FA.; A Classificação Morfológicas e os Aspectos Histológicos do Linfoma de Hodgkin. ZAGO MA, Falcão RP, Pasquini R. **Hematologia: Fundamentos e Prática.** 1 ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2004. cap. 55, p. 599-607.

SOUSA RM, et al.. Diagnósticos de enfermagem identificados em pacientes onco-hematológicos: Mapeamento cruzado. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem** 19(1) 54-65, Jan-Mar 2015.

SPECTOR N. Abordagem atual dos pacientes com doença de Hodgkin. **Rev. bras. hematol. hemoter;** 26(1):35-42, 2004.

STEIN H. Hodgkin lymphoma. In: Swerdlow EH. et al. World Health Organization Classification of Tumours of Haematopoietic and Lymphoid Tissues. **IARC Press: Lyon.** 2008:321-334.

VASQUES CI, et al.. Assistência de enfermagem a portadores de linfoma de hodgkin submetidos à quimioterapia: revisão integrativa. **Online Brazilian Journal of Nursing,** Vol. 7,01-09, Abril de 2008.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM PRESTADA AOS FAMILIARES DE CRIANÇAS PORTADORAS DO TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA (TEA).

Caroline Lombardi, Luana Gabriel, Nágila Garcia Galan de Oliveira
e-mail: na_galan@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O autismo infantil é uma severa desorganização da personalidade, com manifestação precoce evidenciado por distúrbio de linguagem e pela má relação social (Costa e Nunesmaia, 1998). Segundo “O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais” (DSM IV™) da Associação Americana de Psiquiatria (AAP), o espectro pode ser classificado como: "Transtornos Invasivos do Desenvolvimento", sendo definido por sóbrias deficiências e prejuízos invasivos em áreas do desenvolvimento. O diagnóstico do autismo é realizado com base no quadro clínico do paciente, não existindo algo específico que defina a doença, por isso são analisados achados de imagem, frequência de distúrbios neuropsiquiátricos em familiares e recorrência familiar (COSTA E NUNESMAIA, 1998).

O autismo se caracteriza por uma psicopatologia proveniente da inexistência de estruturas psíquicas fundamentais, podendo assim acontecer a instalação de deficiências irreversíveis para o desenvolvimento psíquico da criança (LAZNIK, 2006 apud VISANI e RABELLO).

O transtorno do espectro do autismo (TEA) apresenta comprometimento de três áreas do desenvolvimento, como: dificuldade nas habilidades sociais, habilidades comunicativas (verbais e não verbais) e podem surgir comportamentos repetitivos e estereotipados. As primeiras manifestações clínicas apresentam-se aos 36 meses de idade e tornam-se mais perceptivas quando a criança dá início a sua vida social. Geralmente, os pais de crianças com TEA começam a perceber algumas alterações por volta dos 2 anos, quando a fala da criança não se desenvolve. Outro sintoma peculiar da patologia é a criança não responder ao seu nome, suspeitando-se de deficiência auditiva (MAIA et al, 2016).

Os dois principais sinais do autismo são caracterizados na falta da troca de olhares entre a criança e o ouvinte, onde o olhar é entendido como sinônimo de atenção e de investimentos e a instauração do circuito pulsátil completo, ou no caso do

autismo o terceiro tempo pulsátil no sistema nervoso não acontece, conseqüentemente não se completa (LAZNIK, 2006 apud VISANI e RABELLO).

Ocorreram alguns avanços em relação à identificação precoce e ao diagnóstico do TEA em nosso país, entretanto não são estudadas as formas que as famílias estão sendo acolhidas pela equipe de saúde após o diagnóstico. Oferecer o acolhimento a família cujo filho(a) teve diagnóstico de TEA auxilia no enfrentamento da doença e torna a aceitação, um processo menos assustador e doloroso. De acordo com Sa, é nesse momento que uma instabilidade emocional tem início, devido as oscilações entre aceitação e rejeição, até conseguirem lidar melhor com a criança e aproximarem-se afetivamente dela (SÁ e RABINOVICH, 2006).

Já para Maia, Almeida, Oliveira et al (2016), os familiares, diante do diagnóstico, tem maior interesse em aprender sobre o TEA, a fim de obter uma melhor adesão ao tratamento, até mesmo compreender o comportamento da criança. O pouco conhecimento sobre a doença torna mais difícil o seu reconhecimento precoce, o que ocasiona tratamentos mais lentos e resultados insatisfatórios, sendo o esgotamento físico e emocional dos familiares.

Diante a problemática observada, há relatos de crianças com o espectro autista que apresentam fragilidade na realização das funções básicas não respondendo aos estímulos. Sendo assim, cabe aos profissionais exercerem a função de trabalhar a ilusão antecipatória e assumir a posição falante com a criança. A partir desse posicionamento a criança estará aberta a advir com confiança frente aos pais para, assim, auxilia-los na construção da segurança e realização das funções parentais (LAZNIK, 2006 apud VISANI e RABELLO).

Os mesmos autores afirmam que, muitas vezes os pais, profissionais ou instituições de saúde, percebem tardiamente o diagnóstico da criança autista, atrasando o início do tratamento.

É importante que o profissional de enfermagem saiba como fornecer as informações essenciais a respeito da evolução da criança, ouvindo atentamente as dúvidas e compreendendo seus anseios. O projeto terapêutico para melhora da linguagem deve ser realizado de forma participativa com a família. É significativo a existência desse vínculo, pois os pais conseguem detectar as manifestações anormais no desenvolvimento da criança, e permite que a equipe conheça as melhores maneiras para abordá-las (TAMANHA et al, 2008).

O objetivo do presente estudo trata-se da relação entre pais e cuidadores de crianças portadoras do espectro autista e como é fornecida a assistência de enfermagem após o diagnóstico da doença.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão da literatura científica, no qual foram analisadas as produções bibliográficas dentro de um recorte de tempo, possibilitando a elaboração de um relatório sobre um tema específico, evidenciando novas ideias. Foi encontrado na base de dados Scielo, aproximado 12 artigos, dos quais utilizados cinco para o presente estudo, entre os anos de 1998 a 2016.

Projeto revela explicitamente o universo de contribuições científicas de autores sobre o tema específico, sendo assim, foram utilizadas as palavras chave: autismo; enfermagem; diagnóstico.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Costa e Nunesmaia, (1998), todo caso de autismo infantil deve ser avaliado segundo os aspectos neurológicos, psiquiátricos e genéticos.

Para Maia et al (2016), é possível notar a diferença entre os pais e cuidadores que receberam capacitação e foram orientados, já que estes tiveram maior entendimento sobre o acolhimento, sendo possível, assim, encontrar o melhor direcionamento para a busca de profissionais qualificados e a importância de uma equipe multiprofissional para o desenvolvimento da criança. De acordo com o conjunto formado entre a família e a sociedade têm grande importância na criação e integração do deficiente físico como sujeito e cidadão, tornando-o, ou não, fonte de pesquisas que foquem no funcionamento familiar, sendo possível avaliar o impacto da deficiência física em uma família (SÁ e RABINOVICH, 2006).

Para Visani, P; Rabello, S. 2011 (apud Laznik 2006), existe a necessidade de evolução científica para que o tratamento e o diagnóstico do autismo aconteçam o mais precocemente possível, antes mesmo do quadro se tornar crônico e típico. Pode-se notar uma grande evolução nos déficits totais do autista, principalmente nas áreas de linguagem e interação social, sendo estes os sintomas mais clássicos (TAMANAHA et al, 2008).

A partir dos artigos estudados, pode-se notar a importância de uma boa orientação aos familiares de uma criança diagnosticada com TEA. Pois a partir dela, serão diminuídos os riscos de rejeição, aumentando, assim, a aceitação e o enfrentamento dos pais. Além disso, o conhecimento sobre o assunto, permite que pais e cuidadores identifiquem precocemente o espectro dando início ao tratamento o mais rápido possível a fim de diminuir suas sequelas.

É importante destacar, a necessidade de um acompanhamento multiprofissional não somente com a criança, mas com seus familiares também, que estarão passando por tensões e estresse para aprender a lidar com essa deficiência.

A notícia do diagnóstico traz severas mudanças no ambiente familiar, já que nem toda a população que é submetida a essa doença possui estrutura psicológica e embasamento científico para lidar com tamanho desafio. Portanto, é de responsabilidade do enfermeiro acolher, orientar e auxiliar essa família para fornecê-los amparo e melhor qualidade de vida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que existe uma grande sobrecarga emocional, física e psicológica sobre os pais que possuem filhos portadores do espectro autista em suas casas, sendo as mães as mais afetadas, onde, em sua maioria, preferem camuflar seus sofrimentos e cansaço, para não deixarem transparecer o quão difícil é cuidar de crianças que portadoras de TEA, o que não cabe apenas ao trabalho da enfermagem, mas sim de uma equipe multidisciplinar. Sendo assim, observou-se que a eficiência, capacitação e o uso da comunicação alternativa com as mães, às tornaram mais confiantes e independentes, para a realização das refeições ou atividades do cotidiano como tomar banho, trocar de roupas e escovar os dentes de seus filhos.

Os pais são orientações como investigar verbalmente o que seus filhos estão querendo, sem levantar questionamentos sob as escolhas e se aquilo é realmente necessário para eles naquele momento.

Outra questão de destaque que auxilia no diagnóstico do quadro do espectro autista é a linguística, que pode ser estudada através de metodologias que apresentam vantagens e desvantagens, fornecendo informações importantes sobre o funcionamento da demanda cognitiva linguístico-social. Como exatamente surgem os problemas de linguagem, ainda é pouco compreendido, devido as variações dos

quadros clínicos. Quase metade das crianças com autismo apresentam atraso persistente na comunicação, contudo outras conseguem desenvolver uma linguagem similar à normal, mesmo com algumas dificuldades pragmáticas. Mesmo sendo o espectro autista bastante heterogêneo, com gravidades variáveis, todos possuem em comum prejuízos relacionados aos aspectos sociais, comunicativos, comportamentais e de interesses ligando-se aos aspectos verbais e não-verbais.

Crianças que não apresentam o espectro autista desenvolvem a atenção compartilhada no final do primeiro ano de vida com seu parceiro comunicativo, onde dividem uma situação desenvolvendo assim seu comportamento social e linguístico, onde o adulto aproveitará para introduzir as referências sobre o mundo.

REFERÊNCIAS

COSTA. M; NUNESMAIA. H; Diagnostico genético e clinico do autismo infantil. **Arq. Neuro-psiquiatr.**[online]. vol.56, n.1, pp.24-31. 1998.

MAIA, F; ALMEIDA. C. T. M; OLIVEIRA. M. M. L; et al. A importância do acolhimento de pais que tiveram diagnóstico do transtorno do espectro do autismo de um filho. **Cad. saúde colet.** vol.24 no.2 Rio de Janeiro abr./jun. 2016.

SÁ S.M.P, RABINOVICH E.P. Compreendendo a família da criança com deficiência física. **RevBras Crescimento Desenvolv Hum.** Vol.16, no.1, pp.168-84. 2006.

VISANI, P; RABELLO, S. 2011. Considerações sobre o diagnóstico precoce na clínica do autismo e das psicoses infantis. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.** vol.15, no.2, São Paulo jun. 2012.

TAMANAH, A; PERISSINOTO. J; CHIARI. M. B; et al. Evolução da criança autista a partir da resposta materna ao Autism Behavior Checklist. **Pró-Fono R. Atual. Cient.** [online]. vol.20, n.3, pp.165-170. 2008.

ATENDIMENTO DE ENFERMAGEM NO PERIOPERATÓRIO DA CIRURGIA DE CATARATA JUNTO AO PACIENTE IDOSO

Inês Elisabete dos Santos, Renata C. de Oliveira Souza Castro
e-mail: enfcastro@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) apresentados por Oliveira e Rozendo (2014), o número de pessoas com 60 anos ou mais em todo o mundo dobrou desde 1980 e está previsto para chegar a dois bilhões em 2050. Levantamentos estatísticos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostraram que, em 2010, 10,8% da população brasileira possuía 60 anos ou mais – aproximadamente 20.590.599 de idosos, sendo 9.156.112 (44,5%) homens e 11.434.487 (55,5%) mulheres.

Em abordagem sobre a estimativa da população idosa no Brasil para o ano de 2025, Costa e Ciosak (2010), baseando-se em informações da OMS, afirmam que o Brasil será o sexto país no mundo em número de idosos.

A catarata é a causa mais prevalente de cegueira reversível no mundo, sendo responsável por aproximadamente 50% dos 50 milhões de casos. Por definição, se refere à opacidade do cristalino, podendo ser adquirida, o que inclui o processo de envelhecimento. As fontes causais da catarata não foram plenamente elucidadas, porém existem fatores de riscos que devem ser evitados, pois a catarata é uma questão de saúde pública intimamente relacionada com o aumento da expectativa de vida no Brasil e no mundo (DOMINGUES et al, 2016).

A senilidade, segundo a OMS considera o envelhecer como um processo sequencial, individual, cumulativo, irreversível, universal, não patológico de deterioração de um organismo maduro, próprio a todos os membros de uma espécie, de maneira que o tempo o torne menos capaz de fazer frente ao estresse do meio ambiente a causa mais comum da catarata é o envelhecimento. (CABRAL et al, 2012).

O sistema ocular é permeado por fatores neurológicos, genéticos e ambientais e evolui progressivamente durante toda a infância até atingir um estágio próprio de maturação. A perda da capacidade visual representa consequências adversas para o

indivíduo e a sociedade, agravadas quando se considera que a maior parte desses casos poderia ser evitada (CARDOSO et al, 2010).

A catarata senil não é considerada uma doença, mas um processo normal de envelhecimento, com maior incidência na população acima de 50 anos, o aumento gradual da expectativa de vida provocou conseqüente aumento da prevalência dessa enfermidade nas últimas décadas (KARA-JOSÉ et al, 2008).

À medida que a doença evolui, pode ser percebida no centro da pupila, parte escura do olho, uma mancha branca ou amarelada. Apesar dos sintomas, é muito difícil para o leigo identificar a catarata em seu início. Geralmente a pessoa só começa a perceber em estágios mais avançados (CABRAL et al, 2012)

De acordo com Domingues et al (2016), o diagnóstico da catarata senil é clínico. Durante a anamnese, é comum o paciente referir diminuição da acuidade visual, embaçamento, distorção, perda do brilho e das cores. Frequentemente o portador de catarata refere que “o mundo está amarelado”.

O tratamento cirúrgico dessa doença possibilita a restauração da visão e a reabilitação dos pacientes, possibilitando a sua reinserção à sociedade, inclusive com o retorno a algumas atividades laborais. Porém, barreiras de ordem socioeconômicas e culturais dificultam o acesso dos portadores de catarata aos serviços de saúde, mesmo nas grandes capitais (LIMA et al, 2005).

A cirurgia da catarata é denominada de facectomia, pode ser realizada por diversas técnicas ou métodos, sendo as mais conhecidas a facoemulsificação e a extração extracapsular programada em ambas as técnicas é necessário à utilização do microscópio cirúrgico, a recuperação visual é quase imediata, além de poder ser indicada precocemente (DOMINGUES et al, 2016).

Dentre os cuidados pré-operatórios estão: o exame detalhado da superfície ocular, a correta indicação cirúrgica, esterilização dos instrumentos cirúrgicos ou o uso de instrumentos descartáveis e a instilação ocular de agentes antimicrobianos como antibióticos e/ou antissépticos (SANTIAGO et al, 2015).

O enfermeiro torna-se figura fundamental na avaliação pré-operatória do paciente, pois através dos sinais vitais e exames laboratoriais específicos é possível detectar afecções até então não suspeitadas, corrigir alterações de modo a possibilitar o tratamento cirúrgico ou até contraindicar o procedimento, além de contribuir, de modo significativo, para a redução da ansiedade pré-operatória, da dor pós-operatória e,

principalmente, da morbidade perioperatória. O enfermeiro, precisa certificar-se de que os pacientes não estão utilizando lentes de contato porque as lentes alteram a curvatura do olho e podem comprometer a cirurgia. O enfermeiro necessita também estar atento à administração de colírios que precisam ser aplicados a cada 10 minutos durante quatro doses, pelo menos 1 hora antes da cirurgia (CUNHA et al, 2014).

O presente estudo tem o objetivo de expor a atuação da enfermagem no diagnóstico da catarata e no atendimento perioperatório da cirurgia corretiva.

2 METODOLOGIA

Trata-se de trabalho de revisão da literatura, sendo um estudo descritivo e qualitativo. Para tanto foi realizada pesquisa em Livros, Artigos de Revistas nacionais e demais publicações que abordam o tema proposto através de sites de busca Scielo e Lillacs entre os anos 2004 a 2017, num total de 62 achados bibliográficos. Para seleção dos trabalhos, serão utilizadas as palavras-chave que remetam ao tema, sendo elas: Catarata. Qualidade de vida dos portadores de catarata. Cuidados de enfermagem no tratamento da catarata.

2.1 Critério de Inclusão

Houve a busca por trabalhos publicados na língua portuguesa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Bodstein et al (2014), a longevidade tem sido apontada como uma das transformações demográficas mais significativas do século XXI. Segundo relatório da UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas (2012), no ano 2000 já havia, no mundo, mais pessoas com idade igual ou superior a 60 anos do que crianças menores de cinco anos, e, de acordo com as projeções, em 2050, pela primeira vez na história da humanidade, haverá mais pessoas desse grupo etário do que crianças menores de 15 anos.

Para Valim (2016), o envelhecimento é um fenômeno observado em todos os países do mundo. A expectativa de vida tem aumentado significativamente desde metade do século XIX e o número de pessoas que atingem os 100 anos de idade também vem crescendo. Com os avanços científico-tecnológicos foi possível diminuir as taxas de mortalidade infantil e aumentar a expectativa de vida.

Veras e Parahyba (2007) estimam que, a grosso modo, cerca de 42 bilhões de dólares eram gastos com saúde no Brasil em 2000 e, deste total, metade era consumida pelo setor público, por meio dos governos federais, estaduais e municipais. Tais números, apesar de imprecisos, mostram um cenário bastante desigual, pois cerca de apenas 20% da população possui seguro privado do setor saúde, mas consome 50% do montante disponível de recursos de saúde. Estes dados expressam uma grande heterogeneidade no acesso e no consumo de recursos do setor privado, quando comparado com o público.

Carvalho et al (2016) também afirmam que a catarata pode ser classificada, conforme a sua localização, sendo: nuclear, cortical, subescapular e polar. A catarata nuclear, responsável pela diminuição da visão de longe, a mais típica em pacientes em idade senil, é marcada pela elevação da densidade do núcleo do cristalino. O nível de opacidade de uma catarata está de forma direta associada à porcentagem do reflexo tapetal que ela impede. Conforme o grau de opacidade, a catarata se classifica em incipiente, imatura, madura, hipermadura e morganiana.

Segundo pontua Henriques et al (2016), é atribuição do enfermeiro informar ao paciente cirúrgico sobre seu problema de saúde, procedimento cirúrgico e, principalmente, como ele poderá participar de sua recuperação pós-operatória, orientando-o no pré e pós-operatório por meio de uma linguagem clara, respeitando seus conhecimentos e sua cultura. É inerente ao papel do enfermeiro a atividade educativa, pois ele permanece diuturnamente com o paciente, podendo promover espaço propício para a orientação e o empoderamento sobre seu autocuidado, fornecendo orientações acerca dos procedimentos e cuidados, além de promover a saúde e prevenir complicações potenciais. Essa situação torna esse profissional o elemento da equipe de saúde com maior oportunidade para orientar o paciente.

A cirurgia de catarata representa não apenas a recuperação da transparência dos meios oculares, mas também é um método cirúrgico apropriado para corrigir os erros refrativos devido a algumas anomalias ópticas diagnosticadas no pré-operatório (CARVALHO et al, 2016).

De acordo com Rocha e Ivo (2015), a cirurgia é um processo que causa muitos transtornos emocionais ao cliente e a sua família, pois está ligada ao desconhecimento da técnica e ao surgimento de dúvidas quanto ao pós-operatório. Por isso, deve ser enfatizado pelo enfermeiro o período pré-operatório, onde o paciente tem suas dúvidas,

anseios e medos e torna-se vulnerável nas outras fases da cirurgia uma vez que, para muitos uma fonte importante de informação são os leigos, amigos e familiares que vivenciaram situações semelhante onde as informações obscuras relatadas por estas pessoas podem gerar ainda mais ansiedade e preocupação. As informações fornecidas ao paciente devem ser explícitas de maneira clara para que o cliente não se confunda e compreenda adequadamente o que o profissional quer dizer.

Segundo pontua Lima (2014), o período intra-operatório também é denominado de transoperatório. Este período compreende o tempo da intervenção cirúrgica propriamente dito, e inicia com a indução anestésica, desenvolvendo-se até o instante em que é finalizado o último ponto de sutura e é feita a proteção da ferida ou incisão cirúrgica. Compete a equipe de enfermagem no intra-operatório gerir as atividades fora da área esterilizada, documentar as intervenções de enfermagem, preparar todo o material e equipamento esterilizado, assim como, garantir a segurança, o posicionamento e a monitorização do paciente, e avaliar e assistir na técnica anestésica escolhida.

De acordo com Stertz (2017), o enfermeiro tem papel fundamental na alta ambulatorial de pós-cirúrgico de cirurgia de catarata. Atividades de educação em saúde devem ser realizadas neste momento tanto ao paciente quanto ao seu acompanhante. Portanto, as orientações devem ser objetivas e claras, oportunizando o questionamento de dúvidas. Estas orientações são de suma importância, pois aliviam desconfortos, evitam angústias e preocupações, auxiliam no cuidado continuado, além de evitar complicações.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo concluiu que nas últimas décadas vê-se um aumento crescente das pesquisas sobre os idosos, haja visto a abundância de estudos encontrados para a realização deste trabalho científico. Logo, a população brasileira também está em processo de envelhecimento, embora isso venha acontecendo em ritmos diferentes de região para região. Esse processo deve ser considerado ao se decidir pelo planejamento de estratégias em relação às políticas próprias envolvendo saúde/previdência.

A enfermagem desenvolve um papel de extrema importância na orientação dos pacientes quanto aos cuidados perioperatório de facectomia. As orientações mais

simples como a lavagem das mãos devem ser ressaltadas bem como as demais orientações para o sucesso da cirurgia e consequente recuperação. Tais informações visam à autonomia do paciente para a realização adequada do autocuidado e consequente recuperação do processo cirúrgico sem intercorrências.

REFERÊNCIAS

- BODSTEIN, A; LIMA, V V A e BARROS, A M A. A vulnerabilidade do idoso em situações de desastres: necessidade de uma política de resiliência eficaz. **Rev. Amb. Socied.** São Paulo v. 17, n. 2, p. 157-174 abr./jun. 2014.
- CABRAL, L. L; PEIXOTO, A A; RAHD, J T F; NASCIMENT, E A V; SANTO, J V C; OLIVEIRA, T C; BUENO, H e FARIA, T A. **Levantamento bibliográfico sobre cataratas e suas principais causas e tratamento disponível.** Acadêmica do curso de Medicina da Faculdade Atenas, Paracatu-MG. 2012.
- CARDOSO, M. V. L. M. L.; AGUIAR, A S C; LUCIO, I M L e VERÇOSA, I C. Recém-nascidos com reflexo vermelho “suspeito”: seguimento em consulta oftalmológica. **Esc. Anna. Nery. Rev. Enferm.** Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 120-25, 2010 jan;/mar.
- CARVALHO, A. F. A.; SILVA, R B S e FERREIRA, E B. Cirurgia de catarata pela técnica de facoemulsificação: um estudo de caso. **Rev. Univers. Vale do Rio Verde,** Três Corações, v. 14, n. 1, p. 741-748, jan. /jul. 2016.
- COSTA, M. F. B. N. A.; CIOSAK, S. I. Atenção integral na saúde do idoso no Programa Saúde da Família: visão dos profissionais de saúde. **Rev. Esc. Enferm. USP,** v. 44, n. 2, p. 437-44, 2010.
- CUNHA, E. N. ; BARRETO, arc; ARC; COSTA, VS; NASCIMENTO, PV e VIEIRA, SL. Ações da enfermagem no controle e tratamento da catarata: revisão integrativa. **Rev. Enferm. UFPE on line.** Recife, v. 8, n. 2, p. 407-15, fev. 2014
- DOMINGUES, V. O; LAWALL, A R N ; BATTESTIN, B ; LIMA, F J R ; LIMA, P M ; FERREIRA, S H e MORAES, C F . Catarata senil: uma revisão de literatura. **Rev. Med. Saúde.** Brasília, v. 5, n. 1, p. 35-44, 2016.
- HENRIQUES, A. H. B; COSTA, S S e LACERDA, J S . Assistência de enfermagem na segurança do paciente cirúrgico: revisão integrativa. **Cogitare Enferm.** Curitiba, v. 21, n. 4, p. 01-09, out./dez. 2016
- KARA-JOSÉ, N. e TEMPORINI, E R . **Cirurgia de catarata:** necessidade social. São Paulo: C&D-Editora e Gráfica, p. 45-6, 2008.
- LIMA, D. M. G; VENTURA, L O e BRANDT, C T . Barreiras para o acesso ao tratamento da catarata senil na Fundação Altino Ventura. **Arq. Bras. Oftalmol.** São Paulo, v. 68, n. 3, p. 357-62, 2005.

LIMA, E. S. **A enfermagem perioperatória: abordagem pré e pós-operatória ao utente intervencionado em cirurgia ambulatoria.** TCC de Licenciatura em Enfermagem. Escola Superior de Saúde. Curso de Enfermagem: Universidade do Mindelo. 2014.

OLIVEIRA, J. M.; ROZENDO, C. A. Instituição de longa permanência para idosos: um lugar de cuidado para quem não tem opção? **Rev. Bras. Enferm.**, v. 67, n. 5, p.773-9, set-out. 2014.

ROCHA, D. R.; IVO, O. P. Assistência de enfermagem no pré-operatório e sua influência no pós-operatório: uma percepção do cliente. **Rev. Enferm. Contemp.** Salvador, v. 4, n. 2, p. 170-178, jul./dez. 2015.

SANTIAGO, V. C; GAETE, M I L ;LIRA,R P C ;SILVEIRA, F C A ;BEZERRA, L A S ; DINIZ,M F A ; MELO,L L e CASTRO,C M M B. Gatifloxacino e iodopovidine no pré-operatório de facectomia: influência na contagem de colônias bacterianas. **Rev. Bras. Oftalmol.** Rio de Janeiro, v. 74, n. 1, p. 16-19, Feb. 2015.

STERTZ, A. L. S. **Protocolo operacional padrão: assistência de enfermagem no pós-operatório de facectomia.** 2017. 55f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Enfermagem) – Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul/RS, 2017.

VALIM, A. F. Reflexões sobre velhice e qualidade de vida. **Rev. Portal de Divul.** São Paulo, n. 47, Ano VI. dez./jan./fev., 2015-2016.

VERAS, R. P.; PARAHYBA, M. I. O anacronismo dos modelos assistenciais para os idosos na área da saúde: desafios para o setor privado. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 10, p. 2479-2489, out. 2007.

ATIVIDADE FÍSICA PARA CRIANÇAS OBESAS PRÉ-PÚBERES

Rafaela De Oliveira Souza Castro, Gabriela Andriotti Ciamaricone,
Renan Floret Turini Claro e-mail: renan_turini@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A obesidade pode ser conceituada, de maneira simplificada, como uma condição de acúmulo anormal ou excessivo de gordura no organismo, levando a um comprometimento da saúde. O grau de excesso de gordura, sua distribuição e associação com consequências para a saúde variam consideravelmente entre os indivíduos obesos. (WHO, 1998)

Estudos de Oliveira e Fisberg (2003) e de Enes e Slater (2010) com as teorias ambientalistas explicam as mudanças nos hábitos atuais de vida da sociedade, práticas como abandono do aleitamento materno, a utilização de alimentos industrializados, atividades com jogos eletrônicos e assistir televisão por muitas horas, abandonando as atividades físicas como brincadeiras de rua, andar de bicicleta, caminhadas, apresentam-se como fatores que contribuíram enormemente para as mudanças do estilo de vida e são considerados determinantes para o aumento da obesidade na infância.

Pesquisa de Lopes et al (2010) defende que um dos fatores de risco mais importante para a criança tornar-se obesa é a existência de obesidade entre os familiares, influência genética e fatores ambientais, como os hábitos alimentares, o estilo de vida da família, relacionado ao gasto energético e todo o contexto familiar.

Segundo estudos de Sabia et al (2004) umas das estratégias na prevenção da obesidade na infância e adolescência, é o exercício físico que tem papel adjuvante no tratamento da obesidade, pois o gasto calórico proveniente da atividade física se mostra como grande aliado na perda de massa corporal, sendo também fator contribuinte para aumento nos níveis de aptidão física.

Uma abordagem educacional baseada em jogos eletrônicos pode integrar características lúdicas a conteúdos específicos, motivando o processo de aprendizado da criança. O uso de jogos e atividades lúdicas pode ser uma ferramenta útil e de boa receptividade por parte de crianças para atingir o objetivo de educação em saúde. Ressalta-se nesse cenário a importância da inserção de jogos no contexto educacional,

jogos no qual a educação, em suas várias formas, torna-se o objetivo principal. Estes jogos estimulam a aprendizagem e mudanças de comportamento. (MACHADO et al, 2011)

O objetivo desse trabalho é apresentar a indicação do exercício físico como ferramenta para o combate á obesidade infantil.

2 METODOLOGIA

Este trabalho é uma pesquisa de revisão bibliográfica, indutiva e qualitativa. Serve-se de fontes de dados coletados por outras pessoas, trata-se de levantamento de bibliografia já publicada em forma de livros e publicações avulsas.

Nele foram utilizadas as palavras-chave “obesidade infantil”, “exercício físico” e “atividade física” em português e inglês. As pesquisas foram realizadas nos seguintes bancos de dados digitais: Scielo, Google Acadêmico, Pubmed, Bireme e Abeso. Foram selecionados os Artigos que atendem os quesitos relacionados à intervenção pautada no exercício físico, de modo que os participantes tenham sido crianças de 12 a 14 anos. Isso caracteriza a população infantil da amostra dos ensaios clínicos.

Para confecção da presente revisão foram utilizados 26 Artigos sobre o tema central, com publicações entre os anos de 1985 e 2017.

Na análise de cada Artigo foram observados os seguintes aspectos: período de publicação; faixa etária da amostra; temas que possuíssem similaridade com o tema central deste trabalho.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A obesidade representa o problema nutricional de maior ascensão entre a população observada nos últimos anos, sendo considerada uma epidemia mundial, presente tanto em países desenvolvidos como naqueles em desenvolvimento. (BLUMENKRANTZ, 2004 apud MARIATH, 2007).

Segundo Balaban e Silva (2004) no Brasil, há uma prevalência de obesidade em menores de cinco anos. O aumento na prevalência da obesidade infantil é preocupante devido ao risco aumentado que essas crianças têm de tornarem-se adultos obesos e devido às várias condições mórbidas associadas à obesidade. Cerca de um terço dos pré-escolares e metade dos escolares obesos tornam-se adultos obesos. As consequências da obesidade infantil podem ser notadas a curto e a longo prazo. No

primeiro grupo estão as desordens ortopédicas, os distúrbios respiratórios, o diabetes, a hipertensão arterial e as dislipidemias, além dos distúrbios psicossociais. A longo prazo, tem sido relatada uma mortalidade aumentada por todas as causas e por doenças coronarianas naqueles indivíduos que foram obesos na infância e adolescência.

A obesidade infantil está associada a consequências negativas para a saúde da criança e do adolescente, incluindo dislipidemias, inflamações crônicas, aumento da tendência a coagulação sanguínea, disfunção endotelial, resistência a insulina, diabetes tipo 2, hipertensão, complicações ortopédicas, alguns tipos de cânceres, apneia do sono, estatohepatite não alcoólica, quadro psicológico conturbado, com diminuição da autoestima, depressão e distúrbio da autoimagem. (VILLARES, RIBEIRO e SILVA, 2003).

Segundo um estudo realizado por Poeta et al (2010) o lazer preferido de 33 crianças constituiu-se de brincadeiras menos ativas e o tempo diário destinado à televisão ou ao computador variou entre uma e oito horas. Este é um dado preocupante segundo os autores, uma vez que o estilo de vida sedentária é um dos fatores relacionados ao desenvolvimento da obesidade pediátrica, além de estar implicada em outros agravos, como depressão, baixa autoestima entre outros.

O fator de risco mais importante para a criança tornar-se obesa é a frequência de obesidade entre os familiares, pela soma da influência genética e dos fatores ambientais, como os hábitos alimentares, que determinam os níveis de ingestão de energia, o estilo de vida da família, relacionado ao gasto energético e todo o contexto familiar. O risco de uma criança ser obesa aumenta em função da obesidade dos pais. É baixo quando nenhum dos pais é obeso, alto é quando ambos são obesos. (ESCRIVÃO et al, 2000)

Para Mendonça e Anjos (2004) os estudos que têm sido empreendidos correlacionando aspectos genéticos à ocorrência de obesidade, não têm sido capazes de evidenciar a interferência destes em que ainda se acredite que o processo de acúmulo excessivo de gordura corporal, na maioria dos casos, seja desencadeado por aspectos socioambientais. Os mais apresentados como relacionados a um quadro de balanço energético positivo, têm sido mudanças no consumo alimentar, com aumento de fornecimento de energia pela dieta e redução da atividade física, configurando o que poderia ser chamado de estilo de vida ocidental contemporâneo.

O desempenho motor de crianças e adolescentes vêm se constituindo numa preocupação permanente entre os especialistas da área da saúde. Esse interesse se justifica na medida em que a atividade física pode desempenhar importante papel na prevenção, conservação e melhoria da capacidade funcional e, por conseguinte, na saúde dos jovens (POWELL & PAFLCNBARGER, 1985).

Essa afirmação é confirmada no estudo de Palma, Camargo e Pontes (2012) onde há indícios suficientes, constatados pelos resultados de inúmeras investigações, de que a participação das crianças em programas regulares e estruturados de atividade física, em que sejam estimulados os seus potenciais motores, tem efeitos bastante positivos sobre o seu desenvolvimento. Assim, atividades físicas regulares e sistematizadas, em que seja contemplado o amplo espectro de habilidades motoras fundamentais, precisam fazer parte de um programa para a infância, se pretender o desenvolvimento mais amplo das competências das crianças.

Para Melo (2015) nos últimos anos as crianças e adolescentes estão se distanciando das brincadeiras. Inicialmente, foram os programas de TV, depois o videogame, o computador e hoje, os smartphones e tablets agudizaram o problema. Estes pequenos aparelhos conectados a internet móvel fazem parte da rotina de muitas crianças e adolescentes, o que aumenta drasticamente o tempo de tela, um importante indicador de sedentarismo. Isso pode ser até mais prejudicial que simplesmente não praticar exercícios. Dessa forma, é importante limitar o tempo de tela a não mais que duas horas por dia.

A maturação significa a estabilização do estado adulto efetuada pelo crescimento e desenvolvimento (ARAUJO, 1985).

O início da adolescência é marcado por um período de aumento acelerado no peso e na estatura. A idade de início, duração e intensidade deste estirão de crescimento, porém, é determinada geneticamente e varia consideravelmente de indivíduo para indivíduo. Isso ocorre porque o genótipo estabelece os limites do crescimento individual, mas o fenótipo individual (condições do meio ambiente) tem uma influência marcante sobre este fator (GALLAHUE, 1989).

No mesmo estudo, fica definido que o início da puberdade marca a transição da infância para a fase adulta, no entanto, o momento em que este esse processo se inicia e o que marca o seu início, ainda não está claro. O que se sabe é que o tempo do

processo é altamente variável e que pode iniciar cedo, como aos oito ou nove anos, ou mais tarde, aos 13 ou 15 anos, para garotas e garotos, respectivamente.

Para Guedes (1995) é necessário afastar ao máximo os fatores que venham provocar um estado de morbidez nas crianças, pois estes fatores na infância podem prever a ocorrência de distúrbios orgânicos irreversíveis na vida adulta, isso traduz a importância das atividades físicas regulares como também, do controle alimentar, onde ambos possam auxiliar e provocar sensíveis melhoras nas condições de saúde durante esta fase da vida.

Para Alves e Lima (2008) a que não está claro e se tornou motivo de conflito entre os pais, pacientes e médicos é a definição de qual seria melhor esporte ou atividade física para estimular o crescimento e desenvolvimento de crianças e adolescentes na fase puberal. A densidade mineral óssea atinge cerca de 90% do seu pico no final da segunda década. Fatores endógenos e exógenos participam desse processo.

Pardini (2001) afirma que enquanto a atividade física moderada estimula o desenvolvimento ósseo, o atraso puberal resultante do treinamento físico vigoroso pode comprometer a aquisição da massa óssea ideal. A atividade física vigorosa e extenuante associada à redução da disponibilidade energética pode levar a efeitos adversos sobre o desenvolvimento puberal e a função reprodutiva.

Para Bracco et al (2003) a atividade física propicia a otimização da saúde através da melhoria da aptidão física que pode ser atingida com a realização de exercícios. Assim, o enfoque atual em saúde pública está baseado na promoção de atividade física, definida como “qualquer movimento corporal produzido pelos músculos esqueléticos que resulte em gasto de energia”.

Santarém e Ceddia (1998) também afirmam que os exercícios anaeróbios podem promover alta mobilização de ácidos graxos livres e, conseqüentemente, controle sobre os níveis teciduais de gordura, uma vez que a manutenção e/ou aumento da massa magra através de exercícios resistidos (de força) tende a manter o metabolismo basal elevado por várias horas após os esforços anaeróbios, pelo fato de o tecido muscular se manter metabolicamente mais ativo mesmo em estado de repouso.

Para Sothorn et al (2000) nos exercícios aeróbios presentes em seu estudo, houve um resultado em que a massa corporal diminuiu, ou seja, o aeróbio também é importante para ajudar ao combate à obesidade.

A atividade física configura-se hoje como uma ferramenta importante no auxílio aos indivíduos para enfrentar as adversidades do cotidiano da melhor maneira. Sabe-se que a prática de exercício físico regular exerce influência positiva sobre parâmetros fisiológicos, metabólicos e psicológicos, proporcionando um menor risco de desenvolver doenças crônicas e menor possibilidade de morte prematura (ALVES et al, 2017).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com isso conclui-se que a obesidade infantil é uma doença universal de prevalência mundial crescente, assumindo caráter epidemiológico como problema de saúde pública na sociedade moderna. Este trabalho teve como objetivo a indicação de exercício físico contínuo associado à orientação alimentar sobre a composição corporal e a capacidade física de crianças obesas.

Toda e qualquer atividade física que seja realizada de forma responsável, com orientação e com o uso de equipamentos de proteção, pode ser praticada por crianças. Porém, vale ressaltar que existem atividades adequadas de acordo com a idade da criança.

REFERÊNCIAS

ALVES, C E LIMA, R V B. Impacto da atividade física e esportes sobre o crescimento e puberdade de crianças e adolescentes. **Rev Paul Pediatr**, 26(4):383-91.2008.

ALVES, RC; VENTURA, T B; MATHEUS, S C; BOTH, D R, BEHENCK, M S et al. Sessão de exercícios com o Nintendo Wii. **Rev Ter Ocup**. Univ São Paulo: 28(1):110-4, 2017.

ARAÚJO, C.G.S. **Fundamentos biológicos: medicina desportiva**. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1985.

BALABAN, G e SILVA, G A P. Efeito protetor do aleitamento materno contra a obesidade infantil. **Jornal de Pediatria** - Vol. 80, Nº1, 2004.

BRACCO, M M; CARVALHO, K M B; BOTTONI, A; NIMER, M; GAGLIANNONE, C P; TADDEI, J A A C; SIGULEM, D M. Atividade física na infância e adolescência: impacto na Saúde Pública. **Rev. Cienc. Med**. Campinas, 12 (1): 89 – 97, jan./mar., 2003.

CEDDIA RB. Gordura corporal, exercício e emagrecimento. **Reviews Sprint Magazine**; 1:10-20: 1998.

ENES, C C e SLATER, B. Obesidade na adolescência e seus principais fatores determinantes. **Rev Bras Epidemiol**. São Paulo: 13(1): 163-71. 2010.

ESCRIVÃO, M M. S., OLIVEIRA, FLC, TADDEI, JAAC e LOPES, F A Obesidade exógena na infância e na adolescência. **J Pediatr** 76(Supl.3). Rio de Janeiro: 2000.

GALLAHUE, D.L. **Understanding motor development**: infants, children, adolescents. Indiana, Benchmark, 1989.

GUEDES, D P e BARBANTI, V J. Desempenho motor em crianças e adolescentes. **Rev. paul. Educ. Fis.**, São Paulo. 9 (1): 37-50, jan./jun., 1995.

LOPES, PCS I; PRADO, SRLA; COLOMBOLL, P. Fatores de risco associados à obesidade e sobrepeso em crianças em idade escolar. Universidade de Santo Amaro. Curso de Enfermagem. São Paulo, SP. **Rev. bras. enferm.** vol.63 no.1 Brasília Jan./Feb. 2010.

MACHADO, LS; MORAES RM; NUNES, FLS; COSTA. Serious Games Baseados em Realidade Virtual para Educação Médica. **Revista Brasileira de educação médica**. 35 (2): 254-262; 2011.

MARIATH, A B; GRILLO, L P; SILVA, R O; SCHMITZ, P; CAMPOS, I C; MEDINA, J R P; KRUGER, R M. Obesidade e fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis entre usuários de unidade de alimentação e nutrição. **Cad. Saúde Pública**, vol. 23 no.4; Rio de Janeiro: Apr. 2007.

MELO, M E. Doenças Desencadeadas ou Agravadas pela Obesidade Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica – **ABESO**, 2015.

MENDONÇA, C P E ANJOS, L A. Aspectos das práticas alimentares e da atividade física como determinantes do crescimento do sobrepeso/obesidade no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 20(3):698-709, mai-jun, 2004.

OLIVEIRA, C.L e FISBERG, M. Obesidade na infância e adolescência –uma verdadeira epidemia. **Arq Bras Endocrinol Metab**. vol.47 nº.2. São Paulo: Apr. 2003.

PALMA, M S, CAMARGO, V A e PONTES, M F P. Efeitos da atividade física sistemática sobre o desempenho motor de crianças pré-escolares. **Rev. Educ. Fis/UEM**, v. 23, n. 3, p. 421-429, 3. trim. 2012.

PARDINI DP. Alterações hormonais da mulher atleta. **Arq Bras Endocrinol Metab** 2001;45:343-51.

POETA, L S ; DUARTE, M F S; GIULIANO, I C B. Qualidade de vida relacionada à saúde de crianças obesas. **Rev Assoc Med Bras**: 56(2): 168-72, 2010.



POWELL, K.E.; PAFFENBARGER, R.S. Workshop on epidemiologic and public health aspects of physical activity and exercise: a summary. **Public Health Reports**, v.100, p.118-26, 1985.

SABIA, RV ; SANTOS , JE e RIBEIRO, R P P. Efeito da atividade física associada à orientação alimentar em adolescentes obesos: comparação entre o exercício aeróbico e anaeróbico. **Rev Bras Med Esporte** . Vol. 10, Nº 5 – Set/Out, 2004.

SOTHERN, M. S.; et al. Safety, feasibility, and efficacy of a resistance-training program in preadolescent obese children. **Am J Med Sci**; v. 319, n. 6, p. 370-5, 2000.

VILLARES, S M F.; RIBEIRO, M M; SILVA, A G. Obesidade infantil e exercício. **Revista da ABESO**. Ed. nº 13, ano IV, abr. 2003.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Obesity: preventing and managing the Global Epidemic. **Report of a WHO consultation on obesity**. Geneve: World Health Organization, 1998.

ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NO CUIDADO EM FERIDAS: COBERTURAS PRIMÁRIAS E SECUNDÁRIAS

Ednaldo Rodrigues, Rosemeire Simone Dellacrode Giovanazzi
e-mail: sgiovanazzi@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

As feridas são consideradas um problema grave e de saúde pública mundial, causam importante desconforto ao paciente, pois incomodam através da dor, imobilidade, incapacidade, alterações psicoemocionais relativas à autoestima e à autoimagem, mudanças sociais motivadas pela necessidade de hospitalizações e afastamento do convívio social e familiar. Esta pesquisa teve por objetivo conhecer a atuação da enfermagem no cuidado em feridas e as coberturas primárias e secundárias de curativos, identificar as lesões cutâneas diferenciando os vários tipos de feridas, identificar como o enfermeiro implementa e avalia a tecnologia escolhida e analisar as fases que fundamentam a escolha pelas tecnologias do curativo.

As lesões são responsáveis por elevados índices de morbidade e mortalidade e gastos elevados para tratar complicações de saúde associadas às lesões. A etiologia das feridas pode ser incisa ou cortante, contusa, lacerada, perfurante, penetrante, escoriação, queimadura, patológica, iatrogênica ou por amputação.

Também podem acontecer de forma intencional (cirúrgica) ou acidental (trauma). As feridas são classificadas de acordo com o agente, conteúdo, volume de exsudato, causas, conteúdo microbiológico, tipo de cicatrização, grau de abertura e tempo de duração. Para a avaliação clínica realizada pelo enfermeiro através da anamnese, exame físico geral e específico da ferida é extremamente importante para a vida do enfermeiro o conhecimento em feridas, para uma assistência de enfermagem adequada e com qualidade. Após a avaliação da lesão, o enfermeiro fará sua classificação, levando em consideração todo o histórico do paciente e as informações sobre a ferida. Há casos de lesões que precisam de maior atenção e cuidado por parte do enfermeiro e sua equipe, as feridas crônicas, como a úlcera por pressão, úlcera venosa, úlcera neuropática, úlcera arterial, úlcera falcêmica, úlcera plantar de Hanseníase, úlcera diabética, queimaduras e feridas neoplásicas.

Existem no mercado inúmeras formas de tratamento e coberturas para feridas, principalmente as crônicas, que devem receber assistência de enfermagem com maior atenção, conhecimento científico e experiência. Porém, nem sempre os profissionais de saúde têm acesso aos produtos e instrumentos disponíveis no mercado e isso, pode acarretar consequências em relação à qualidade do cuidado às pessoas com feridas. Para que os profissionais tenham condições necessárias e condutas terapêuticas eficazes e efetivas é extremamente importante que, além dos recursos materiais adequados, recebam capacitações e treinamentos específicos. A decisão do melhor tratamento de feridas deve ser tomada em conjunto com a equipe multidisciplinar, na busca do melhor e mais adequado tratamento para aquele paciente em especial.

A organização de um Manual sobre técnicas de tratamento e uso de coberturas para cada tipo de ferida, tornará padrão uma assistência de enfermagem com qualidade a ser seguida por toda uma equipe. Isso resulta em confiança e conforto ao paciente, além de proporcionar benefícios e segurança para o paciente, seus familiares e toda equipe envolvida.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo realizado através de levantamento bibliográfico com utilização de livros e artigos científicos, publicados em meio eletrônico e impresso, abordando o tema. O levantamento bibliográfico foi realizado do mês de outubro de 2017 a agosto de 2018, através de publicações indexadas ou catalogadas nas bases de dados Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Base de Dados de Enfermagem (BDENF), Google Acadêmico e livros nacionais relacionados.

Neste contexto, e seguindo as palavras-chave listadas abaixo, foram encontrados 101 artigos. 89 artigos foram utilizados por serem pertinentes à pesquisa.

Para a busca bibliográfica, foram usados os descritores ou palavras-chave: Feridas e Lesões; Curativo; Assistência de Enfermagem.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados coletados foram direcionados para atender os objetivos do estudo. O primeiro fato que norteou este estudo foi o parágrafo abaixo, afim de guiar os

fundamentos na ampliação de conhecimentos para a área da saúde e, especialmente, para a enfermagem.

Para Campos, Sousa e Vasconcelos (2016), as feridas causam um impacto destrutivo na vida de uma pessoa, tanto para o paciente, quanto para seus familiares. Dessa forma, é importante uma abordagem humanizada, apresentada no trecho seguinte:

O conhecimento em feridas é extremamente importante para a vida do enfermeiro.

A atualização constante é primordial para o atendimento individual de cada paciente, e deve-se levar em conta as particularidades de cada caso. A decisão do melhor tratamento de feridas deve ser tomada em conjunto com a equipe multidisciplinar, na busca do melhor e mais adequado tratamento para aquele paciente em especial.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As feridas são consideradas um problema grave e de saúde pública mundial, causam importante desconforto ao paciente, pois incomodam através da dor, imobilidade, incapacidade, alterações psicoemocionais relativas à autoestima e à autoimagem, mudanças sociais motivadas pela necessidade de hospitalizações e afastamento do convívio social e familiar. Ainda, são responsáveis por elevados índices de morbidade e mortalidade e gastos elevados para tratar complicações de saúde associadas às lesões.

As lesões cutâneas têm etiologias diversas, isto é, são muitas as circunstâncias em que elas podem ocorrer, tais como: incisa ou cortante, contusa, lacerada, perfurante, penetrante, escoriação, queimadura, patológica, iatrogênica ou por amputação. Também podem acontecer de forma intencional (cirúrgica) ou acidental (trauma). As feridas são classificadas de acordo com o agente, conteúdo, volume de exsudato, causas, conteúdo microbiológico, tipo de cicatrização, grau de abertura e tempo de duração.

A avaliação clínica realizada pelo enfermeiro através da anamnese, exame físico geral e específico da ferida deve ter como base as melhores e mais atualizadas evidências científicas para uma assistência de enfermagem adequada e com

qualidade. O conhecimento em feridas é extremamente importante para a vida do enfermeiro.

Após a avaliação da lesão, o enfermeiro fará sua classificação, levando em consideração todo o histórico do paciente e as informações sobre a ferida. Há casos de lesões que precisam de maior atenção e cuidado por parte do enfermeiro e sua equipe, as feridas crônicas, como a úlcera por pressão, úlcera venosa, úlcera neuropática, úlcera arterial, úlcera falcêmica, úlcera plantar de Hanseníase, úlcera diabética, queimaduras e feridas neoplásicas.

Existe no mercado inúmeras formas de tratamento e coberturas para feridas, principalmente as crônicas, que devem receber assistência de enfermagem com maior atenção, conhecimento científico e experiência. Porém, nem sempre os profissionais de saúde têm acesso aos produtos e instrumentos disponíveis no mercado e isso, pode acarretar consequências em relação à qualidade do cuidado às pessoas com feridas.

O profissional de Enfermagem está diretamente ligado ao tratamento de feridas, por isso é necessário que tenha uma visão geral do seu campo de atuação e um vasto conhecimento sobre as alternativas que lhe favoreçam diante da realidade. O enfermeiro é o profissional que tem maior contato com o paciente, por isso deve estar qualificado para acompanhar a evolução da lesão, orientar quanto aos cuidados necessários e realizar o curativo.

A atualização constante é primordial para o atendimento individual de cada paciente, e deve-se levar em conta as particularidades de cada caso. A decisão do melhor tratamento de feridas deve ser tomada em conjunto com a equipe multidisciplinar, na busca do melhor e mais adequado tratamento para aquele paciente em especial.

Para maior segurança na realização de curativos, ressalta-se o papel do enfermeiro em elaborar planos de cuidados e a importância de desenvolver e implementar protocolos que direcionem e sistematizem o cuidado baseado em evidências para o melhor gerenciamento do cuidado de pessoas portadoras de feridas.

A organização de um Manual sobre técnicas de tratamento e uso de coberturas para cada tipo de ferida, tornará padrão uma assistência de enfermagem com qualidade a ser seguida por toda uma equipe. Isso resulta em confiança e conforto ao paciente, além de proporcionar benefícios e segurança para o paciente, seus familiares e toda equipe envolvida.

REFERÊNCIAS

AFONSO C, et al. **Prevenção e tratamento de feridas** - da evidência à prática. Care for Wounds, 2014.

ALTIERI, C. E. **Neuropatia periférica causa perda da sensibilidade e formigamento**. 2017. Disponível em: < <https://www.hospitalsiriolibanes.org.br/sua-saude/P%C3%A1ginas/neuropatia-periferica-causa-perda-sensibilidade-formigamento.aspx> >. Acesso em: 02 out. 2018.

ALVES, P. ; VALES, L. Perspectivas Histórica no Tratamento de Feridas. In: AFONSO, Cristina et al. (Org.). **Prevenção e Tratamento de Feridas - Da Evidência à Prática** . 1. ed. Portugal: Hartmann, 2014.

ALVES. P.; VALES, L.; AMADO, J. N. Desafios da investigação e indicadores de qualidade em feridas. In: AFONSO, Cristina et al. (Org.). **Prevenção e Tratamento de Feridas - Da Evidência à Prática** . 1. ed. Portugal: Hartmann, 2014.

AMORIM, J. D. **Pé diabético**. 2015. Disponível em: <<http://www.julioamorim.com/2015/11/pediabetico-neuropatia-periferica-o.html>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

ARAGÃO, M. T. **Diferenças microbiológicas entre úlceras falcêmicas e não falcêmicas**. 2015. 37fl. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2015. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/3698/1/MATHEUS_TODT_ARAGAO.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2018.

ARAUJO, D. G.; PEREIRA, T. Bases para o Cuidado de Curativos e Feridas: Princípios de Dermatologia na Cicatrização de Feridas. In: GEOVANINI, Telma et al. (Org.). **Tratado de Feridas e Curativos: Enfoque Multiprofissional** . 1. ed. São Paulo: Rideel, 2014. cap. 7, p. 119-127. v. 1.

BALAN, M. **Guia terapêutico para tratamento de feridas**. 12. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012.

BARONI, A. et al. Structure and function of the epidermis related to barrier properties. **Clin Dermatol.**, v. 30, n. 3, p. 257-262, 2012.

BARROS, W. M. et al. Seminários didáticos: Ferramenta de aproximação das disciplinas básicas com a prática profissional. **Revista Ciência em Extensão**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 127-141, 2012. Disponível em: <http://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/722/749>. Acesso em: 20 ago. 2018.

BEVILACQUA, V. V. **Feridas e coberturas**. 2017. Disponível em: <<https://www.uniube.br/proepe/ligas/diabetes/arquivos/2017/FERIDAS%20E%20COBERTURAS.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2018.



BOHJANEN, K. Estrutura e funções da pele. In: SOUTOR, Carol; HORDINSK, Maria. **Dermatologia Clínica**. Seção I – Bases para diagnóstico e tratamento. Porto Alegre/RS: AMGH Editora, 2015. Disponível em: <http://srvd.grupoa.com.br/uploads/imagensExtra/legado/S/SOUTOR_Carol/Dermatologia_Clinica/Lib/Amostra.pdf>. Acesso em 12 jul. 2018.

BRASIL. **Lei nº7.498, 25 jun. de 1986**. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7498.htm>. Acesso em: 02 ago.

AUMENTO DA INCIDÊNCIA DE SÍFILIS CONGÊNITA NO BRASIL

Maria Eduarda Carreira Carneiro, Silmara Elaine Ferraz Storti de Pieri, Flavia Caroline Nogueira, Fabiana Camila Bativa, Tanize do Espírito Santo Faulin
e-mail: mdudacarneiro@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A sífilis é uma infecção sexualmente transmissível (IST) causada pela bactéria *Treponema pallidum*. É transmitida por meio de relação sexual (vaginal, anal e oral) desprotegida com uma pessoa infectada, ou ainda pode ser transmitida para a criança durante a gestação ou o parto (SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO, 2008).

A sífilis pode se apresentar das mais variadas formas clínicas e é classificada em diferentes estágios (sífilis primária, secundária, latente e terciária). Na sífilis primária há presença de cancro duro, geralmente único, no local de entrada da bactéria (pênis, vulva, vagina, colo uterino, ânus, boca ou outros locais). Geralmente não dói, não coça, não arde e não tem pus. Podem surgir ínguas na virilha. Aparece entre 10 e 90 dias (média 21 dias) após o contágio. Pode durar entre 2 e 6 semanas e desaparecer de forma espontânea, independentemente de tratamento (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

Na sífilis secundária ocorrem manchas no corpo, principalmente na palma das mãos e planta dos pés, são as mais comuns, sendo, muitas vezes, confundidas com alergia ou outras doenças semelhantes. Surgem entre 6 semanas e 6 meses após aparecimento da úlcera inicial. Desaparecem de forma espontânea em poucas semanas, independentemente de tratamento, mesmo a pessoa ainda tendo a infecção (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

Na sífilis latente não aparecem sinais ou sintomas, sendo o diagnóstico realizado por testes imunológicos. É dividida em sífilis latente recente (menos de 2 anos de infecção) e sífilis latente tardia (mais de 2 anos de infecção). Apesar de assintomática, pode ser interrompida pelo surgimento de sinais e sintomas da forma secundária ou terciária. A sífilis terciária geralmente apresenta lesões cutâneas, ósseas, cardiovasculares e neurológicas, podendo levar à morte. Podem surgir décadas após o início da infecção.

A sífilis congênita é decorrente da disseminação hematogênica do *Treponema pallidum* da gestante não tratada ou inadequadamente tratada para o seu conceito, por via transplacentária. Se não tratada, a doença pode evoluir a estágios que comprometem a pele e órgãos internos, como o coração, fígado e sistema nervoso central. A transmissão pode ocorrer em qualquer fase da gestação e em qualquer estágio da doença, com probabilidades de 50% a 100% na sífilis primária e secundária, 40% na sífilis latente precoce e 10% na sífilis latente tardia. É possível a transmissão direta no canal do parto. Ocorrendo a transmissão da sífilis congênita, cerca de 40 % dos casos podem evoluir para aborto espontâneo, natimorto e óbito perinatal. (SECRETARIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2008).

Quanto à amamentação, não há evidências de transmissão da bactéria pelo leite humano, sem lesões de mama. A nutriz com sífilis primária ou secundária acometendo a mama pode infectar a criança pelo contato das lesões com as mucosas (LAMOUNIER et al., 2004). A sífilis congênita constitui o mais grave desfecho adverso prevenível da gestação e responde por, aproximadamente, 50% de recém-nascidos com sequelas físicas, sensoriais ou de desenvolvimento, quando não resulta em perda fetal e perinatal (MAGALHÃES et al, 2011).

Diante da gravidade das consequências da sífilis congênita, este projeto teve como objetivo, revisar este relevante tema e pesquisar sobre a incidência desta doença no Brasil na última década.

2 METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão bibliográfica de artigos recentes que abordam a sífilis congênita, assim como foram consultados os dados sobre o número de casos desta doença no Brasil, publicados pelo Ministério da Saúde.

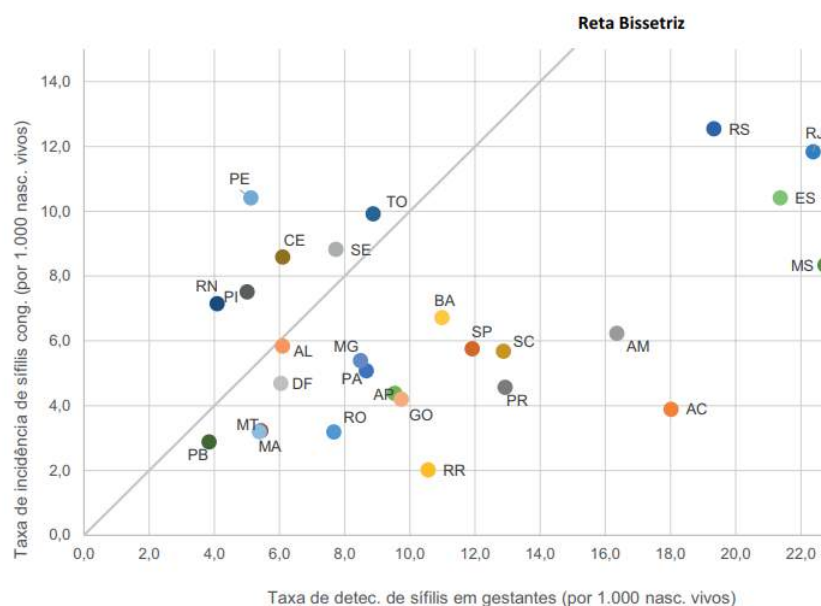
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A sífilis é uma das doenças sexualmente transmissíveis que causa maiores danos às gestantes e seus conceitos. Embora tenha agente etiológico conhecido, modo de transmissão estabelecido, tratamento eficaz e de baixo custo, com excelentes possibilidades de cura, ainda persiste como um grave problema de saúde pública.

O Brasil vive um período de aumento dos casos de sífilis nos últimos anos. A notificação de casos de sífilis congênita tem aumentado em todas as regiões do país.

Na Figura 1, observa-se a posição de cada Estado brasileiro em relação a suas taxas de incidência de sífilis congênita e de detecção de sífilis em gestantes. Observa-se que os estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul, localizados no canto superior direito, abaixo da reta bissetriz, são os Estados que apresentam as maiores taxas tanto de detecção de sífilis em gestantes como de incidência de sífilis congênita. Observe-se também que os Estados de Pernambuco, Tocantins, Ceará, Sergipe, Piauí e Rio Grande do Norte encontram-se acima da reta bissetriz, apresentando taxas de incidência de sífilis congênita mais elevadas que as taxas de detecção de sífilis em gestante, o que denota uma possível deficiência no diagnóstico precoce e notificação oportuna dos casos de sífilis em gestantes.

Figura 1. Diagrama de dispersão entre as taxas de sífilis em gestante e congênita por Estado brasileiro em 2016 (SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, 2017).



Na figura 2 é possível observar a evolução das taxas de detecção dos agravos notificados de sífilis entre os anos de 2010 e 2016. A elevação da taxa de incidência de sífilis congênita e as taxas de detecção de sífilis em gestante por mil nascidos vivos aumentaram cerca de três vezes nesse período, passando de 2,4 para 6,8 e de 3,5 para 12,4 casos por mil nascidos vivos, respectivamente.

Nos últimos cinco anos, foi observado um aumento constante no número de casos de sífilis em gestantes, congênita e adquirida, que pode ser atribuído, em parte, pelo aumento da cobertura de testagem, com a ampliação do uso de testes rápidos,

redução do uso de preservativo, resistência dos profissionais de saúde à administração da penicilina na Atenção Básica, desabastecimento mundial de penicilina, entre outros. Além disso, o aprimoramento do sistema de vigilância pode se refletir no aumento de casos notificados (SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, 2017).

Figura 2. Taxa de detecção (por 100.000 habitantes) de sífilis adquirida, taxa de detecção de sífilis em gestantes e taxa de incidência de sífilis congênita, segundo o ano de diagnóstico, no Brasil, entre 2010 e 2016 (SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, 2017).



O principal fator responsável pela elevada incidência da sífilis congênita é a assistência pré-natal inadequada. A incidência da sífilis congênita também está associada a doença, pobreza, infecção pelo HIV, abuso de drogas e subutilização do sistema de saúde (NONATO et al., 2015).

Na ausência de tratamento, a transmissão vertical da sífilis é elevada, podendo alcançar valores próximos a 100% nas formas recentes da doença (DOMINGUES et al., 2016). Quando diagnosticada precocemente, a sífilis não costuma causar maiores danos à saúde e o paciente costuma ser curado rapidamente. Às mulheres grávidas, deve ser administrada a penicilina G, o único agente antimicrobiano eficaz conhecido para prevenir a transmissão vertical da sífilis e tratamento da infecção fetal (COOPER et al., 2006).

O exame realizado para detectar a presença do agente etiológico *Treponema pallidum* é o VDRL (do inglês, venereal disease research laboratory). Nos casos de mulheres grávidas, o VDRL faz parte do conjunto de exames pré-natais, uma vez que a infecção por sífilis pode afetar a saúde do feto (BENZAKEN et al., 2011).

O uso da camisinha e ter relações sexuais seguras são a melhor forma de prevenir a sífilis. A camisinha é medida preventiva não só para sífilis, mas também para todas as outras doenças sexualmente transmissíveis (DST's) (AVELLEIRA, 2006).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sífilis é uma doença de fácil prevenção, diagnóstico e tratamento simples, baixo custo e acessível a toda população. A falta de tratamento pode comprometer o feto e sua saúde. Observamos que houve um constante aumento no número de casos de sífilis congênita nos últimos anos, mas por ser uma doença de diagnóstico simples como já citado, era para estar extinta. Este aumento no número de casos indica que há condições favoráveis à transmissão da doença e deficiências na atenção à saúde da mulher, especialmente no período pré-natal, quando as gestantes infectadas poderiam ser oportunamente identificadas e tratadas. É imprescindível conscientizar as pessoas sobre os riscos e incentivar a prevenção e os exames de rotina relacionados à sífilis, assim como, adotar estratégias para reduzir a transmissão vertical da doença.

REFERÊNCIAS

AVELLEIRA, J. C. R. Sífilis: diagnóstico, tratamento e controle. **An. Bras. Dermatol.**, p. 111-126, 2006.

BENZAKEN, A. S. et al. MANUAL TÉCNICO PARA O DIAGNÓSTICO DA SÍFILIS. **Saúde Pública**, São Paulo, v. 05, n. 01, p.01-36, 2011.

COOPER, J. M.; MICHELOW, I. C.; WOZNIAKA, P. S.; SÁNCHEZ, P. J. Em tempo: a persistência da sífilis congênita no Brasil - Mais avanços são necessários! **Revista Paulista de Pediatria**, Columbus, Eua, v. 1, n. 1, p.251-253, 2016.

DOMINGUES, R. M. S. M.; LEA, M. C.. Incidência de sífilis congênita e fatores associados à transmissão vertical da sífilis: dados do estudo Nascer no Brasil. **Saúde Pública**, 2016.

LAMOUNIER, J.A.; MOULIN, Z.S.; XAVIER, C.C. Recomendações quanto à amamentação na vigência de infecção materna. **Jornal de Pediatria**, v.80, n.5, 2004.



MAGALHÃES, D. M. S.; KAWAGUCH, I. A. L.; CALDERON, I. M. P. A sífilis na gestação e sua influência na morbimortalidade materno-infantil. **Com. Ciências Saúde**, Brasília-df, Brasil, p.43-55, 2011.

MINISTÉRIO DA SAUDE. **Sífilis**. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/saude-de-a-z/sifilis-2>>. Acesso em: 08 out. 2018.

NONATO, S. M.; MELO, A. P. S.; GUIMARÃES, M. D. C. L Sífilis na gestação e fatores associados à sífilis congênita em Belo Horizonte-MG, 2010-2013. **Sífilis na Gestação em Belo Horizonte**, Belo Horizonte, 2013.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO. Sífilis congênita e sífilis na gestação. **Rev. Saúde Pública**, v. 42, n.4, p.768-72, 2008.

SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. Boletim Epidemiológico, **Ministério Da Saúde**, v.48, n.36, 2017.

AUMENTO DA TAXA DE CIRURGIAS PLÁSTICAS ENTRE ADOLESCENTES

Maria Emília de Lima Serafim; Maria Laura Batista, Nágila Garcia Galan de Oliveira e-mail: na_galan@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A adolescência é um período de grandes transformações principalmente devido há mudanças de paradigmas, é inevitável, com grandes turbulências, mudanças físicas, hormonais e comportamentais e emoções incontroladas. Esta fase é vista como a preparação para a entrada da vida adulta, resultando em dúvidas e questionamentos que os jovens fazem a si mesmos buscando compreender quem são e o que irão fazer dali em diante. (SENNA, S.R.C.N. et a. 2013, p.1)

Nessa fase da vida, grande maioria dos adolescentes passam por experiências de difícil entendimento, como a aceitação das mudanças em seu corpo, enfrentamento com o estabelecimento de novas amizades com ambos os sexos, aceitação em grupos. E em meio a essa inquietação o adolescente busca ser aceito tanto pelos pais, quantos pelos amigos e principalmente pela sociedade. Sendo assim, a mídia brasileira, cada vez mais presente na vida do ser humano, exerce influência nos jovens, impondo um padrão de beleza no qual as pessoas perfeitas e aceitas possuem corpos esculturais e impecáveis. Com isso, o adolescente procura ter o corpo ideal buscando a perfeição como um meio de melhorar a autoestima, autoimagem, visando uma melhor aceitação social e encontra uma solução narrada pelas revistas, depoimentos e indicação de procedimentos cirúrgicos que podem resultar no corpo perfeito tão estimado. (ESSER E PENNA, 2013, p.1)

De acordo com pesquisa realizada pelo Datafolha em 2009, 73% das cirurgias plásticas realizadas no Brasil foram estéticas.

O objetivo é discutir o crescente número de cirurgias plásticas entre adolescentes no Brasil e as possíveis causas e consequências.

2 METODOLOGIA

Revisão Bibliográfica, também denominada de revisão de literatura ou referencial teórico. A revisão bibliográfica é parte do projeto de pesquisa, que revela explicitamente o universo das contribuições científicas de autores sobre o tema

específico. Este estudo cruzou-se os descritores ou palavras do título: 1. Processo cirúrgico; 2. Adolescente; 3. Cirurgia Plástica. A pesquisa foi realizada, sendo incluído os artigos disponíveis na íntegra, em português, que tivessem em sua temática central Adolescentes e a cirurgia plástica. Foi realizada análise descritiva do material segundo temática mais presente nos trabalhos incluídos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após as buscas e seleção, foram incluídos 2 trabalhos de pesquisas e demais estudos para a presente revisão, conforme apresentado na TABELA 1:

TABELA 1. Artigos selecionados para compor a presente revisão, Jahu – SP, 2018.

Autores	Título	Periódico	Ano
FIDELIX, Yara Lucy; SILVA, Diego Augusto Santos; PELEGRINI, Andreia; SILVA, Adelson Fernandes da; PETROSKI, Edio Luiz.	Insatisfação com a imagem corporal em adolescentes de uma cidade de pequeno porte: associação com sexo, idade e zona de domicílio.	Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano	2011
BARROS, Ricardo do Rêgo.	Cirurgia plástica na adolescência	Revista Adolescência & Saúde	2007
DATA FOLHA – INSTITUTO DE PESQUISA	Jovens Brasileiros		2008
HONORATO, Thainan	Brasil lidera ranking de cirurgia plástica entre jovens	JORNAL DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	2018

Em pesquisa divulgada pela Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (2012), é surpreendente o avanço da procura por cirurgias plásticas entre adolescentes com idade entre 14 e 18 anos. (ESSER, C. D e PENNA, I. S.O et al, 2013)

Um estudo realizado pelo DATAFOLHA – Instituto de Pesquisas (2008), com 100 jovens entre 16 a 25 anos revela que 2% já fez e 29% gostaria de fazer cirurgia plástica, conforme FIGURA 1, sendo os locais do corpo escolhidos: nariz 7%, barriga 7%, seios 7%, rosto/face 1%, orelhas 1%, lipoaspiração 1%, nádegas 1%, e outras respostas 4% conforme FIGURA 2.

FIGURA 1. Você já fez cirurgia plástica?

P40 Você já fez algum tipo de cirurgia plástica ? Em que parte do seu corpo você fez uma cirurgia plástica?
(Resposta espontânea e múltipla, em %)

	TOTAL
JÁ FEZ CIRURGIA PLÁSTICA	2
Barriga	0
Seios	0
Nariz	0
Pernas	0
Orelhas	0
Rosto/Face	0
Pé/ dedos dos pés	0
Silicone/ colocar silicone (s/esp.)	0
OUTRAS RESPOSTAS	0
NÃO SABE/ NÃO LEMBRA	0
NÃO FEZ CIRURGIA PLÁSTICA	98
Base ponderada	1541
Total Nos. absolutos	1541

Projeto: PO3394
Base: Total da amostra
Data do campo: 01 e 02/04/2008

Gerência de Pesquisas de Opinião do Datafolha, 2008.

FIGURA 2. Partes do corpo que gostaria de fazer cirurgia plástica

P40A Você gostaria de fazer algum tipo de cirurgia plástica ? Em que parte do seu corpo você gostaria de fazer uma cirurgia plástica?
(Resposta espontânea e múltipla, em %)

	TOTAL
GOSTARIA DE FAZER CIRURGIA PLÁSTICA	29
Nariz	7
Barriga	7
Seios	7
Rosto/Face	1
Orelhas	1
Lipoaspiração (s/esp.)	1
Nádegas	1
OUTRAS RESPOSTAS	4
NÃO SABE/ NÃO LEMBRA	0
NÃO GOSTARIA DE FAZER CIRURGIA PLÁSTICA	71
Base ponderada	1541
Total Nos. absolutos	1541

Projeto: PO3394
Base: Total da amostra
Data do campo: 01 e 02/04/2008

Gerência de Pesquisas de Opinião do Datafolha, 2008.

Segundo a Associação Americana de Cirurgia Plástica (ASPS) em 2004 foram realizados 9,2 milhões (TABELA 1) de procedimentos ligados a estética e 5,6 milhões de cirurgias reparadoras. Entre elas destacam-se rinoplastia, lipoaspiração, cirurgia de pálpebras, aumento mamário e lifting facial. As estatísticas relativas (ASPS) à faixa etária de até 18 anos contabilizaram 326.200 procedimentos ou 3% do total geral. (BARROS, 2007)

Tabela 1
TOTAL DE PROCEDIMENTOS REALIZADOS EM 2004

Procedimentos cosméticos	Procedimentos reparadores
Rinoplastia: 305 mil	Remoção de tumores (4.084.651)
Lipoaspiração: 325 mil	Reconstrução de lacerações: 314.844
Cirurgia de pálpebras: 233 mil	
Aumento dos seios: 264 mil	
Lifting facial: 114 mil	
Total geral: 9.210.627	Total geral: 5.575.187

Fonte: American Society of Plastic Surgery.

Segundo a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP), foram realizadas 616.287 cirurgias plásticas em 2004, sendo 365.698 estéticas (59%), e 250.589 reparadoras (41%), não havendo discriminação de faixa etária. Ainda sobre o estudo realizado em 2004 pela Associação Americana de Cirurgia Plástica (ASPS) é possível observar que não foram somente os adolescentes do sexo feminino que realizaram cirurgia com fins estéticos, mas também do sexo masculino, cirurgias como a ginecomastia que é realizado a diminuição do tecido mamário masculino, disfunção que afeta cerca de 50% dos adolescentes, sendo idade média de surgimento dos 13 anos, com maior prevalência aos 14 anos de idade. (BARROS, 2007)

Outro procedimento realizado com frequência entre os adolescentes é a correção das orelhas, que foi responsável por um quinto das cirurgias realizadas mesmo antes dos 18 anos (13 mil), na grande maioria dos casos a cirurgia é solicitada pelos próprios pais, que já questionam sobre a cirurgia mesmo antes de 1 ano de idade, principalmente no caso de meninas. (BARROS, 2007)

Com as novas tecnologias que foram surgindo com o passar dos anos, modificou bastante os objetivos e as expectativas dos adolescentes, causando grandes questionamentos sobre a autoimagem e autoestima, já que o livre acesso aos variados meios de comunicação gera uma grande influência sobre os novos modelos e modismos entre os jovens. (BARROS, 2007)

Contudo é fundamental que as cirurgias estéticas sejam discutidas pelo pediatra clínico e pelo cirurgião plástico, juntamente com os pais, com o objetivo de atingir um julgamento adequado para valorizar os aspectos emocionais, idade ideal para a realização do procedimento, inserção social, autoimagem, autoestima e higiene física. (BARROS, 2007)

O estudo publicado na Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano foram realizados com 405 adolescentes, de ambos os sexos, sendo 247 moradores da área urbana e 158 na área rural. A prevalência de insatisfação com a imagem corporal foi de 56,5%, sendo mais elevada no sexo masculino (63,5%), quando comparado ao feminino. Quando a insatisfação com a imagem corporal foi dividida 2 grupos em que deseja reduzir e deseja aumentar o tamanho da silhueta corporal, observou-se que tanto o sexo masculino (39,5%) quanto o feminino (26,5%) desejam aumentar o tamanho corporal. Os resultados apontaram que tanto na análise bruta quanto na ajustada, a única variável que se associou com a insatisfação corporal foi o sexo. Já na análise ajustada, observou que os rapazes apresentaram uma probabilidade de 1,24 vezes maior de insatisfação com a imagem corporal que as moças. (FEDELIX, Yara Luxy et al, 2011)

Segundo a Sociedade Brasileira de Cirurgias Plásticas Santa Catarina os adolescentes podem fazer cirurgias plásticas, quando, em alguns casos, o corpo está totalmente formado. Cirurgias de mamas, por exemplo, são indicadas apenas quando as jovens atingem pelo menos 80% de seu crescimento total. Os riscos da cirurgia plástica realizada em adolescentes são os mesmos de qualquer procedimento. O que pode ser diferente é a chance de frustração por expectativas não realistas, causadas pela personalidade ainda em formação do adolescente. É fundamental que a estrutura psicológica da paciente esteja preparada para encarar e aceitar a mudança de imagem que a cirurgia proporciona. Por isso, adolescentes podem fazer cirurgia plástica quando as expectativas são realistas e estão saudáveis física e emocionalmente. (Sociedade Brasileira de Cirurgias Plásticas Santa Catarina, 2017)

A realização da cirurgia plástica é recomendada após os 18 anos, para que haja um amadurecimento maior do paciente e do desejo pela cirurgia plástica. Adolescentes podem fazer cirurgia plástica no momento em que há total compreensão dos riscos e maturidade para encarar as fases do procedimento, porque a preparação e o pós-operatório de qualquer cirurgia exigem disciplina e responsabilidade. Além disso, é preciso consultar vários profissionais, de diferentes áreas, para que se possa ter segurança na realização e na indicação da cirurgia. De acordo com o ex-presidente da SBCP, José Horácio Aboudib, não existe uma norma que defina qual a idade mínima para se submeter à cirurgia plástica. Cada caso tem de ser avaliado separadamente, porque a idade não é o mais importante, mas sim a avaliação da evolução física do

paciente, o nível de crescimento e maturação. (Sociedade Brasileira de Cirurgias Plásticas Santa Catarina, 2017)

A cirurgia plástica em adolescentes, ainda é uma questão muito polêmica. Muitos médicos sustentam o argumento de que os adolescentes estão em fase de transformação e, por isso, não é hora de mudar o corpo. Existe, também, o fator emocional (o adolescente é, em geral, imediatista, atualmente bem mais na era digital onde tudo é tão rápido, e isso inclui a ansiedade por mudanças no corpo).

Cada tipo de cirurgia tem um tempo que deve ser respeitado. A realização de uma cirurgia antes da idade indicada deve ser avaliada pelo cirurgião em conjunto com a paciente e seus responsáveis. É fundamental que os pais acompanhem de perto todo o processo e estejam conscientes. A família precisa participar das consultas, dos exames do pré-operatório e da recuperação. Para menores de idade, é necessário assinar uma autorização para realização da cirurgia. (Sociedade Brasileira de Cirurgias Plásticas Santa Catarina, 2017)

Segundo informações divulgadas pelo professor Jayme Farina Junior, chefe da Divisão de Cirurgia Plástica do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (HCFMRP) da USP, os procedimentos de cirurgia plástica vêm aumentando ano a ano, estatísticas da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP), mostraram que os brasileiros já ultrapassaram os norte-americanos, que têm praticamente o dobro da população. “Nos Estados Unidos, 4% dos pacientes que se submetem à cirurgia estética são adolescentes, só no ano passado foram realizadas cerca de 66 mil cirurgias estéticas; no Brasil este número já chegou a 90 mil, o que faz com que o País lidere o ranking desse tipo de cirurgia. (HONORATO, Thainan, 2018).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme a revisão realizada foi possível observar que a cirurgia plástica no adolescente ainda é um assunto a ser bastante discutido em relação a sua recomendação, indicação e tantos outros aspectos que envolvem o adolescente nessa fase tão inconstante. A idealização de um corpo perfeito e a conseqüente insatisfação com o próprio corpo leva este público a sonhar com algo que poderá resolver este problema. Através desses estudos, analisa-se que um terço dos jovens brasileiros se sentem insatisfeitos e analisando a situação economia da maior parte do país a não realização dessas cirurgias leva o adolescente a um estado de frustração podendo até

chegar a uma depressão. Os possíveis aspectos que podem ser vistos como causadores desse crescente número de busca pelas cirurgias na adolescência são a divulgação e alienação da mídia que divulga que pessoas perfeitas e bonitas são as que possuem tais características e muitas vezes, em alguns casos, o bullying também é um fator desencadeante para tal. Também observou-se que as pesquisas sobre esses assuntos não tem sido feitas e discutidas atualmente sendo encontrado apenas 1 artigo feito em 2018, sendo o restante de datas menores que 2012.

REFERÊNCIAS

BARROS, R. R. Cirurgia plástica na adolescência. **Rev. Adolescente & Saúde**. Vol. 4 nº 1, 2007. Disponível em: <http://adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=120>. Acesso em: 12 out. 2018.

ESSER, D. C.; PENNA, S.O I. **O Avanço Da Cirurgia Plástica Entre Os Adolescentes No Brasil: Uma Discussão Para A Bioética**. Disponível em:<<http://site.fdv.br/wp-content/uploads/2017/03/Parte-1-13-O-avanc%CC%A7o-da-cirurgia-pla%CC%81stica-Carolina-Esser-e-lana-Penna.pdf>>. Acesso em 09 out. 2018.

FIDELIX, Y. L. et al. **Insatisfação com a imagem corporal em adolescentes de uma cidade de pequeno porte: associação com sexo, idade e zona de domicílio**. Rev Bras Cineantropometria e Desempenho Humano. Vol. 13 nº 03, 2011. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Yara_Fidelix/publication/262613973_Body_image_dissatisfaction_among_adolescents_from_a_small_town_Association_with_gender_age_and_area_of_residence/links/553f6f330cf2574dcf628693/Body-image-dissatisfaction-among-adolescents-from-a-small-town-Association-with-gender-age-and-area-of-residence.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

HONORATO, T. **Brasil lidera ranking de cirurgia plástica entre jovens**. Jornal da USP. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/radio-usp/radioagencia-usp/brasil-lidera-ranking-de-cirurgia-plastica-entre-jovens/>>. Acesso em: 12 out. 2018.

SENNA, S.R.C.N. et al. **Desenvolvimento cognitivo na adolescência**. UNIVERSIDADE Federal de Juiz de Fora 2013. Disponível em:<http://www.ufjf.br/renato_nunes/files/2013/11/Desenvolvimento-Cognitivo-na-Adolesc%C3%Aancia.pdf>. Acesso em 27 set. 2018.

SOCIEDADE Brasileira de Cirurgia Plástica Santa Catarina. **Adolescentes podem fazer cirurgia plástica?** Disponível em: <<http://sbcp-sc.org.br/artigos/adolescentes-podem-fazer-cirurgia-plastica/>>. Acesso em: 25 set. 2018.

BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO FÍSICO NO AUXÍLIO DA DEPRESSÃO

Amanda de Almeida Bueno, Renan Patrick Grimaldi, Renan Turini Floret Claro
e-mail: amanda-abueno@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A depressão é um transtorno mental, uma doença impactante que compromete a saúde física, influenciando a vida social e o fardo familiar, onde limita as atividades dos indivíduos que a possuem. Estudo aponta que a doença tem início entre 20 a 40 anos, mas é demonstrado que não somente a idade é um fator de risco para adquirir a doença. Pode-se também elencar sexo e fatores sociais. Isso explica a aparição em crianças, adolescentes, adultos e idosos (LIMA, 1999).

Foi abordada análise entre exercício físico e a saúde mental de indivíduos com a depressão. Nesse caso, estudos apontaram que é eficaz a prática de exercícios na diminuição dos sintomas da doença, auxiliando nos tratamentos psicoterapêuticos e farmacológicos. Essa é uma intervenção saudável e econômica. Porém, é frisar que o principal auxílio para o indivíduo que tem depressão é a motivação que o mesmo tem para dar início aos programas de exercício físico (VEIGAS, 2009).

Em estudo foi abordado que o exercício físico pode levar à diminuição da depressão, melhorando a autoestima, bem-estar, autoimagem, humor e também aumenta a capacidade de lidar com o stress e a diminuir a tensão do dia a dia (VEIGAS, 2009).

As explicações apresentadas denotam que a doença é causada por um defeito nos neurotransmissores que são responsáveis pela produção de hormônios, como a serotonina e a endorfina. Esses responsáveis pelas sensações de prazer e bem-estar. Como consequência dessa falta de produção hormonal, podem ocorrer sintomas como desânimo, tristeza excessiva, autoflagelamento, perda do interesse sexual, falta de energia para realizar atividades cotidianas. Para indivíduos que possuem a doença, são indicados antidepressivos, que fazem o trabalho de receptação dos neurotransmissores onde o humor se reestrutura e logo o indivíduo se sente melhor. No mesmo trabalho, foi citado o neurotransmissor acetilcolina. Esse estimula os impulsos para que possam serem transmitidos realizando conexões nas junções

neuromusculares, células nervosas, músculos cardíacos, glândulas e células motoras. (ANDRADE, 2003)

O objetivo do nosso trabalho é demonstrar por meio de revisão da literatura a importância do exercício físico nos sintomas da depressão por meio dos neurotransmissores.

2 METODOLOGIA

Foi realizada revisão bibliográfica, método que identifica metodologias utilizadas nos estudos relacionados à depressão e exercício físico. Apresentações de revisões são úteis para solucionar problemas específicos que são apresentados e aprofundados (GRUEN et al, 2005).

Nesse contexto, revisões bibliográficas podem ser utilizadas para induzirem o raciocínio indutivo. A revisão localiza e sintetiza toda a literatura relevante sobre o depressão e exercício físico com ênfase nos arranjos bioquímicos do sistema nervoso central. A problematização está em como relacionar todos os estudos utilizados de forma concluir que as modificações dos neurotransmissores afetam diretamente indivíduos com depressão (THOMAS et al, 2007).

Foram realizadas buscas de artigos científicos na base de dados Google Acadêmico, Pubmed e Scielo. Para a confecção deste trabalho foram utilizados 10 artigos relacionados ao tema. As palavras-chaves utilizadas foram “depressão”, “ansiedade”, “idosos”, “exercício físico”. Os trabalhos utilizados foram publicados entre 1999 até 2017. A população utilizada no estudo são idosos de ambos os sexos com diagnosticados com depressão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Temos por objetivo mostrar os benefícios do exercício físico no auxílio da depressão, para esclarecer que o exercício físico pode ser utilizado como tratamento não farmacológico agindo como intervenção principal ou mesmo auxiliando outras formas de abordagens como as medicamentosas e terapêuticas.

No estudo feito por Araújo (2017), realizou uma pesquisa com 40 mulheres saudáveis, sendo vinte praticantes de exercício físico resistido com peso e ficaram como o Grupo Treinamento (GT) as outras vinte mulheres sedentárias ficaram como o Grupo Controle (GC). Foi solicitado que durante o período da pesquisa não utilizasse

nenhum tipo de medicamento, para não afetar o humor. A modalidade utilizada foi exercício resistido. A intervenção aconteceu três vezes por semana com o tempo de 20 a 30 minutos em forma de circuito com 3 séries.

Foi feito exercícios para membros superiores e inferiores utilizando-se os seguintes exercícios (em ordem de execução): abdução do quadril, pull down, flexão do joelho, supino vertical, extensão do joelho, elevação da panturrilha, adução do quadril, abdução do ombro, ombro para a frente elevação, elevação do ombro e flexão e extensão do cotovelo. A intensidade utilizada foi aproximadamente 40% da 1RM e realizadas três séries de circuito com 20 repetições e intervalo de um minuto entre elas. Os resultados encontrados foram associados às modificações nos valores de níveis de ansiedade e depressão entre os grupos (GT e GC), como demonstrado na tabela abaixo (ARAUJO, 2017).

Tabela 2. Média \pm desvio padrão de ansiedade e depressão

	TG	CG
ANSIEDADE	5,2 \pm 2,7*	9,5 \pm 4,0
DEPRESSÃO	4,1 \pm 2,6*	7,7 \pm 4,0

* P < 0,05 em relação ao GC
Araujo, 2017

Os pesquisadores continuaram analisando e viram que teve um alto nível de depressão no GC enquanto foi comparado com o GT (ARAUJO, 2017).

O estudo realizado por Mello, 2005, citou a melhoria dos exercícios físicos em indivíduos que apresentam depressão e em estados depressivos causados por outras doenças. Foi feito uma análise, onde os voluntários foram submetidos por 12 semanas a fazerem exercícios aeróbicos, o resultado constatou que a houve melhoria na aptidão física e teve a diminuição dos sintomas depressivos, mostrando que esse resultado pode afetar tanto o mecanismo fisiológicos quanto comportamentais no exercício aeróbico.

Observou-se os efeitos de oito semanas realizando exercícios aeróbicos, podendo acompanhar os níveis de serotonina e depressão em mulheres com a idade entre 50 a 72 anos. Realizou o estudo O Inventário Beck, que seria um questionário de múltipla escolha composta por 21 itens, é o mais utilizado para medir a severidade de episódios depressivos, além do questionário teve exames laboratoriais para medir os

níveis de serotonina. Observando os resultados, indicaram que teve a redução de gordura entre os níveis plasmáticos da serotonina, obtendo essa mobilização de gordura proporciona a melhoria de humor das mulheres participantes (MELLO, 2005).

4 CONCLUSÃO

Educadores Físicos podem deparar com grupo especiais, tais como indivíduos com depressão. Por esse motivo devemos abordar esse assunto. Todo o profissional tem um papel importante trabalhando com base na melhoria da qualidade de vida e saúde.

Buscamos argumentos fundamentais para construir uma visão do profissional de como podemos interferir na vida no indivíduo que possui a doença.

Com as pesquisas, concluímos que a população idosa faz uma grande parte de indivíduos que possuem depressão, devido as consequências que a idade traz.

Com a revisão e testes, observamos que o quadro de doença aponta que a depressão acontece mais no sexo feminino, visto por mudanças de humor e de qualidade de vida.

Concluindo que o exercício físico independente se for aeróbico ou anaeróbico, tem melhoria no quadro de humor do indivíduo que possui a depressão, da mesma forma a diminuição nos sintomas auxiliando em tratamentos farmacológicos e terapêuticos e com uma grande quantidade de liberação de endorfina e serotonina durante a prática de exercícios físicos.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, K. C. M. et al. RESISTENCE EXERCISE IMPROVES ANXIETY AND DEPRESSION IN MIDDLE- AGE WOMEN. **Journal Of Physical Education**, [s.l.], v. 28, n. 1, p.1-6, 2017. Universidade Estadual de Maringa. <http://dx.doi.org/10.4025/jphyseduc.v28i1.2820>.

DE ANDRADE, R. V. et al. **Atuação dos neurotransmissores na depressão**. sistema nervoso, v. 2, p. 3, 2003.

GRUEN. R. L. et al, Making systematic reviews more usefull for policy-makers. **Bulletin of the World Health Organization**. Junho 2005.

LIMA, M. S. Epidemiologia e impacto social. **Rev Bras Psiquiatr**, v.21, maio 1999.



MELLO, M. T. de et al. O exercício físico e os aspectos psicobiológicos. **Rev Bras Med Esporte**, Niterói , v. 11, n. 3, p. 203-207, jun. 2005.

VEIGAS, Jorge; GONÇALVES, Martinho. A influência do exercício físico na ansiedade, depressão e stress. **Recuperado em Outubro**, v. 10, p. 2014, 2009.

THOMAS, J. R; NELSON, J. K; SILVERMAN, S. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 396 p.

BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO FÍSICO NO PROCESSO DE EMAGRECIMENTO

Matheus Galiuzzi, Milton César Giraldi, Ademir Testa Júnior
e-mail: galiuzzi2000@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Segundo Caspersen et al. (1985), o exercício físico é a atividade repetitiva planejada e estruturada que tem como objetivo a manutenção ou melhoria de um ou mais componentes da aptidão física. Isto é, define-se uma sequência sistematizada de movimentos de diferentes segmentos corporais, que são executados de forma planejada e coerente, segundo um determinado objetivo a atingir.

Segundo Cristina Hauser et al. (2004), a obesidade vem sendo um problema crescente na sociedade atual onde podemos ver o crescimento acentuado desta causa. Pode-se ver que a prevalência de obesos se dá em países mais desenvolvidos, onde a globalização junto com a industrialização se torna mais presente no cotidiano das pessoas que residem neles.

Para evitar esse aumento da obesidade na população, é necessário adotar medidas de prevenção, que podem ser: aumento do gasto calórico ou a diminuição na ingestão calórica.

A atividade ou exercício físico pode ser um grande desafio para a geração atual no combate a obesidade, pois precisa-se de um ajuste metabólico para aumentar o suprimento de oxigênio e de glicogênio para as ações musculares, assim, garantindo uma ação maior e um gasto calórico maior referente ao repouso (CRISTINA HAUSER, et al; 2004).

Ao longo do trabalho será abordada também a questão dos exercícios físicos de alta intensidade para o público abordado, as suas vantagens e também as desvantagens nesse processo de treinamento através de estímulos variados ou intervalados.

O alto volume de tecido adiposo em uma pessoa também pode colocá-la em riscos de doenças, dentre elas: Doenças cardiovasculares câncer, diabetes, osteoporose e também doenças pulmonares (KINRA, et al; 2000). Por isso, existe a valorização do exercício e também da reeducação alimentar como imprescindíveis

neste processo de emagrecimento que para muitas pessoas pode ser algo sofrido e doloroso, mas que no final, vai acarretar num resultado satisfatório (ACSM, 2001).

Também será abordado o quanto a população conhece o exercício físico e também seus benefícios para o emagrecimento, tanto homens quanto mulheres serão abordados para saber os níveis de conhecimento.

O objetivo do presente estudo foi identificar os efeitos da prática de exercícios físicos no processo de emagrecimento.

2 METODOLOGIA

No conhecimento científico, o pensar deve ser sistemático, verificando uma hipótese (ou conjunto de hipóteses), atribuindo o rigor na utilização de métodos científicos (LIBÂNIO, 2001)

Segundo Galliano (1986, p. 26), ao analisar um fato, o conhecimento científico não apenas trata de explicá-lo, mas também busca descobrir suas relações com outros fatos e explicá-los. Na presente pesquisa foi realizado um estudo com base em revisões bibliográficas.

Segundo (LAKATOS, 2011), uma revisão bibliográfica tem por finalidade colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que já foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, ela permite não apenas resolver problemas já conhecidos, mas também explorar novas áreas.

Foram lidos artigos em que focavam no emagrecimento através do exercício físico, artigos foram buscados no Google Acadêmico e Scielo.

3 RESULTADOS/DISCUSSÃO

Os resultados observados nos estudos de revisão evidenciam que: Os exercícios de alta intensidade utilizados para o treinamento físico com a intenção do emagrecimento auxiliam na redução de gordura corporal em indivíduos de sobrepeso e obesidade. Entretanto existem dúvidas sobre esse método, principalmente pela variabilidade das pesquisas científicas. Por isso, existe a necessidade de se promover estudos mais aprofundados sobre esse tipo de treinamento para se usar com mais eficácia no emagrecimento (MORENO, et al; 2009).

Em outro artigo, se ressalta a importância e a influência positiva do exercício no processo de emagrecimento, tanto o exercício aeróbio quanto os que necessitam de

pesos e de maiores esforços do sujeito (conhecido como exercícios anaeróbios), reforçando que com eles o gasto calórico é maior e também há um aumento na massa muscular do indivíduo e da taxa metabólica de repouso. E daí sua consequência é a diminuição do tecido adiposo, fazendo assim com que ocorra um emagrecimento de forma saudável e segura (CRISTINA HAUSER; et al; 2004).

No artigo que se refere ao conhecimento da população sobre o benefício do exercício físico, considerou-se satisfatório aos níveis que a população conhece sobre o assunto, por mais que tenham visões parecidas sobre o que é o exercício físico. Em outra parte do estudo, os entrevistados foram perguntados sobre os tipos de exercícios que beneficiam o emagrecimento, a caminhada foi a primeira opção dentre todas, afirmando que a população pratica atividades aeróbias ou pelo menos conhecem. Outro ponto importante também foi a percepção da população em relação que a obesidade pode trazer de malefícios, como por exemplo as doenças hipocinéticas que nada mais são de que doenças causadas pelo sedentarismo, são elas : Diabetes, hipertensão arterial, doenças cardiovasculares, pulmonares, problemas circulatórios e respiratórios, dentre outras patologias conhecidas através de problemas com tecido adiposo (DOMINGUES; et al; 2003).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os artigos analisados mostraram que a prática do exercício físico é muito importante para ter uma vida saudável. Para os indivíduos que desejam emagrecer, a leitura dos artigos e suas informações ajudam a ter uma vida saudável pois a prática de exercício físico faz com que o gasto calórico será maior e o nível de aptidão física também aumentará conforme a prática física, além de afastar problemas com doenças causadas pelo sedentarismo.

Mas também pode-se colocar algumas interrogações por conta da globalização, pois atualmente tudo se tornou mais “fácil” e com isso as pessoas se tornaram cada vez mais acomodadas e sedentárias mesmo sabendo dos benefícios da prática física.

REFERÊNCIAS

CASPERSEN, C. J.; POWELL, K. E.; CHRISTENSON, G. M. Physical activity, exercise, and physical fitness: definitions and distinctions for health-related research. **Public health reports**, v. 100, n. 2, p. 126, 1985.



DOMINGUES, M. R. ; ARAÚJO, C. L. P ; GIGANTE, D. P. **Conhecimento e percepção sobre exercício físico em uma população adulta urbana do sul do Brasil.** Programa de Pós-graduação em Epidemiologia, Departamento de Medicina Social, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil, 2003.

HAUSER, C. ; BENETTI, M. ; REBELO F. P. V. Estratégias para o emagrecimento. **Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano**, 2004.

MORENO, C. M. C. ; LIBERALI, R. ; NAVARRO, F. Obesidade e exercício físico: Os benefícios do exercício intermitente de alta intensidade no processo de emagrecimento. **Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, 2009.

BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO FÍSICO PARA O TRATAMENTO DO CÂNCER

William Napoleão Santana, João Pedro Paris Tiburcio, Ademir Testa Junior
e-mail: williambvb@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

Por muito tempo, o termo câncer foi utilizado para se referenciar a neoplasias malignas. Contudo, recentemente, este termo vem sendo utilizado para também se referir as neoplasias benignas (STEVENS; LOWE, 1996).

Indivíduos com câncer possuem um quadro clínico de catabolismo intenso, causando caquexia, fadiga intensa e demais complicações (SPINOLA, A. V.; MANZZO, I. de S.; ROCHA, C. M. da., 2007).

Alguns pesquisadores afirmam que, a prática de algumas atividades, incluindo o exercício físico, pode ajudar no tratamento desses indivíduos e melhorar a qualidade de vida dos mesmos (SPINOLA, A. V.; MANZZO, I. de S.; ROCHA, C. M. da., 2007).

O exercício físico nada mais é que, um conjunto de atividades físicas programadas que possuem certa regularidade para que tenham um determinado objetivo (TESTA, JR).

A fadiga intensa sendo uma das complicações do câncer, Dimeo, Rumberger e Keul (1998) afirmam que, o exercício aeróbio determinadamente prescrito de maneira correta, pode diminuir o nível de fadiga.

Contudo, o presente estudo tem como objetivo determinar os benefícios do exercício físico para o tratamento do câncer.

2 METODOLOGIA

O presente estudo utilizou o método de abordagem indutivo, onde buscamos resultados que saíssem do específico para geral, ou seja, respostas amplas.

Utilizou-se o tipo de pesquisa indireta e qualitativa, onde foi utilizado o método de revisões bibliográficas tanto de artigos nacionais como estrangeiros.

Para a seleção dos artigos foram utilizadas as plataformas de biblioteca virtuais, como o Google Acadêmico e o Scielo.

Foram excluídos do estudo os artigos que não atenderam o tema proposto, e incluso no estudo aqueles que atenderam o tema proposto do estudo, sendo uma boa parte artigos estrangeiros.

Foram utilizados artigos dos últimos 22 anos. Realizamos o estudo dos artigos e concluímos os resultados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo estudo de Dimeo, Rumberger e Keul (1998), grande parte dos indivíduos portadores de câncer, possui uma perda de energia e limitação do desempenho físico.

Para os pacientes que sentem muita fadiga, são recomendados, descanso e diminuição de atividades diárias, porém, este estado de inatividade física, pode piorar o quadro clínico, em vez de melhorar, pois, a inatividade física causa o catabolismo muscular intenso (DIMEO; RUMBERGER; KEUL, 1998).

Um programa de exercício precisamente prescrito relacionando, intensidade, duração e frequência, pode ser utilizado como uma terapia para moderar a fadiga desses pacientes (DIMEO; RUMBERGER; KEUL, 1998).

Porém, Courneya, Mackey e Quinney (2004), ressaltam que existem fatores que tornam a prescrição de exercícios físico desaconselhável e perigosa para certos indivíduos portadores dessa enfermidade.

O exercício pode ser uma forma boa e eficaz de intervenção para a melhora da qualidade de vida em pacientes portadores e dos sobreviventes do câncer. (COURNEYA, 2003).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até nos dias atuais, no Brasil, poucos estudos sobre o assunto foram realizados sobre a influência da atividade física no tratamento do câncer mesmo sabendo que de fato a atividade física tem influência positiva no tratamento e prevenção do câncer.

Considerando tais informações, é de grande importância que exista um estudo mais aprofundado sobre o assunto, pois o câncer sendo uma das doenças com maior taxa de mortalidade no mundo é necessário que esses estudos sejam feitos ainda que também não haja uma cura para o mesmo.



REFERÊNCIAS

DIMEO, F.; RUMBERGER, B. G.; KEUL, J. Aerobic exercise as therapy for cancer fatigue. **Medicine and Science in Sports and Exercise**, Indianápolis, v. 30, n. 4, p. 475-478, 1998.

COURNEYA, K. S. Exercise in cancer survivors: an overview of research. **Medicine and Science in Sports and Exercise**, Indianápolis, v. 35, n. 11, p. 1846-1852, 2003.

SPINOLA, A. V.; MANZZO, I. de S.; ROCHA, C. M. da. As relações entre exercício físico e atividade física e o câncer. **ConScientiae Saúde**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 39-48, 2007.

STEVENS, A.; LOWE, J. **Patologia**. 1. ed. São Paulo: Manole, 1996.



CONHECIMENTO DAS UNIVERSITÁRIAS DAS FACULDADES INTEGRADAS DE JAÚ A RESPEITO DO EXAME PAPANICOLAOU

David Leandro Datilo, Patrícia K. Silvestre, Erika S. L. Orti Raduan
email: eraduan@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

O câncer de colo do útero (CCU) é o segundo tipo de câncer mais frequente entre as mulheres em todo o mundo. A sua frequência, entretanto, é bastante variável, sendo que 83% dos casos registrados no mundo acontecem em países em desenvolvimento. A mortalidade nas diversas partes do mundo também apresenta enormes diferenças, sendo que as taxas de mortalidade são maiores que 25 por 100.000 nos países do oeste da África e inferior a 5 por 100.000 nos países desenvolvidos (DIZ e MEDEIROS, 2009).

Apesar de o CCU ser a neoplasia com maior potencial de prevenção, ela ainda constitui importante problema de saúde pública no Brasil, sendo a que mais causa óbito de mulheres jovens (15 a 44 anos de idade). Até o ano de 2013, os esforços do Ministério da Saúde para controlar o CCU concentraram-se, exclusivamente, no rastreamento da população feminina sexualmente ativa (25 a 64 anos) pelo exame papanicolaou (NAVARRO et al, 2015).

Segundo Fonseca et al (2010) na América Latina, a incidência do CCU é considerada uma das maiores do mundo, correspondendo a até 25% de todos os tipos de câncer em mulheres. Estudos indicam que nessa região existe um percentual significativo da população feminina latino-americana que nunca realizou exames citológicos preventivos – provavelmente aquelas com perfil de exclusão socioeconômico.

Em relação à mortalidade, Ayres et al (2013) afirmam que o CCU ocupa o quinto e sexto lugares em incidência e mortalidade, respectivamente, na população mundial. Entre as mulheres, é o segundo mais incidente e o terceiro mais letal. Estimativas oficiais de incidência de câncer no Brasil apontam que, excluídos os tumores de pele não melanoma, o CCU seria o sexto mais comum e o segundo entre as brasileiras.

Vários são os fatores de risco identificados para o CCU. Estão relacionados ao estilo de vida, fator cultural ou ambiental, sendo que alguns dos principais estão

associados às baixas condições socioeconômicas, ao início precoce da atividade sexual, à multiplicidade de parceiros sexuais, ao tabagismo (diretamente relacionado à quantidade de cigarros fumados), à higiene íntima inadequada e ao uso prolongado de contraceptivos orais. Estudos recentes mostram ainda que o vírus do papiloma humano (HPV) tem papel importante no desenvolvimento da neoplasia das células cervicais e na sua transformação em células cancerosas. Este vírus está presente em mais de 90% dos casos de CCU (FREITAS FILHO, 2011).

De acordo com Siqueira et al (2014), o CCU se desenvolve por meio de uma lesão precursora do epitélio na junção escamo-colunar e depende de vários fatores de risco como a exposição ao HPV, tabagismo, baixo nível socioeconômico, início precoce da vida sexual, primiparidade em idade precoce, parceiro de alto risco, multiplicidade de parceiros, uso de anticoncepcionais orais combinados, estado imunológico deficiente entre outros. O câncer de o colo do útero se desenvolve de forma considerada lenta, permitindo dessa forma, ser diagnosticado por meio do exame Papanicolaou e tratado em sua fase inicial.

Estes autores afirmam também que no Brasil a principal estratégia utilizada para detecção precoce do CCU é a realização da coleta de material para exames citopatológicos cervico-vaginal e microbiota, conhecido popularmente como exame preventivo do colo do útero, exame de Papanicolaou, citologia oncótica, PapTest. A efetividade da detecção precoce associado ao tratamento em seus estádios iniciais tem resultado em uma redução das taxas de incidência de câncer invasor que pode chegar a 90%.

É estimado que uma redução de cerca de 80% da mortalidade por este câncer pode ser alcançada pelo rastreamento de mulheres na faixa etária de 25 a 65 anos com o teste de Papanicolaou e o tratamento de lesões precursoras com alto potencial de malignidade ou carcinoma in situ. Sob a ótica da perspectiva de gênero, as mulheres que são acometidas por câncer têm seus papéis no mercado de trabalho comprometido e a privação do convívio familiar quando internadas para tratamento, acarretando um prejuízo social considerável, bem como um transtorno familiar devido aos papéis sexuais definidos (FERREIRA, 2009).

O exame Papanicolaou é realizado a partir da coleta de material uterino que é analisado em laboratório com a finalidade de rastrear células cancerígenas ou alterações que podem desencadear o desenvolvimento de câncer. A partir do exame

pode se obter resultados que auxiliam na prevenção à patologia e também sobre outros diagnósticos como herpes, verrugas genitais, contaminação viral, inflamação e infecção. Este exame deve ser realizado anualmente, por todas as mulheres que mantêm vida sexual ativa, sendo que após dois resultados negativos pode se prorrogar para a cada três anos (PEREIRA et al, 2014).

Para Dias et al (2015), o CCU diferencia dos outros cânceres porque, em princípio, é uma doença evitável, pois evolui lentamente e apresenta período longo desde o desenvolvimento das lesões até o aparecimento do câncer. Sua prevenção é muito eficaz e existem diversas maneiras de intervir nas manifestações dessa doença. A detecção precoce da doença ou das lesões precursoras do CCU é plenamente justificável, pois a cura pode chegar a 100% e, em grande número de vezes, a resolução ocorrerá ainda em nível ambulatorial.

O objetivo é identificar o conhecimento das universitárias das FIJ quanto ao exame Papanicolaou.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caráter epidemiológico, quantitativo, descritivo e de delineamento transversal. Para que se construa a revisão bibliográfica foram consultadas publicações das bases de dados Scielo, LILACS, livros específicos, artigos científicos além de artigos publicados na internet que versam sobre o assunto em questão.

O estudo foi submetido à aprovação do Comitê de Ética das Faculdades Integradas de Jau de acordo com a resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, para sua apreciação e foi aprovado, de acordo com o protocolo 91925218.6.0000.5427. Todos as participantes concordaram e assinaram o termo de consentimento “Livre e Esclarecido” (TCLE) para permissão e autorização do uso dos dados obtidos. O TCLE é um documento básico e fundamental do protocolo e da pesquisa com ética, pois é a fonte de esclarecimento que permitirá ao participante da pesquisa tomar sua decisão de forma justa e sem constrangimentos.

A coleta de dados foi realizada nas Faculdades Integradas de Jau que contém 1.213 mulheres matriculadas nos cursos por ela oferecido e aplicado em uma amostra de 221 mulheres, sendo que foram excluídas as mulheres do segundo e do penúltimo ano de seu curso, e utilizado apenas as mulheres do primeiro e último ano. O

questionário (Apêndice 1) contém 21 perguntas, sendo 10 de múltipla escolha e 11 dissertativa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A coleta de dados ocorreu junto as alunas das Faculdades Integradas de Jau num total de 221 participantes dos nove cursos mantidos por essa Instituição. As participantes são alunas dos cursos de Administração; Biomedicina, Direito, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Letras, Pedagogia e Psicologia. A tabela 1 mostra a quantidade numérica e percentual delas:

Tabela 1: Representação dos cursos e suas respectivas participantes

Curso	Quantidade	Percentual
Administração	21	9%
Biomedicina	21	9%
Direito	39	18%
Educação Física	8	4%
Enfermagem	37	17%
Farmácia	17	8%
Letras	6	3%
Pedagogia	54	24%
Psicologia	18	8%
Totais	221	100%

O estudo mensurou o conhecimento das formas de transmissão do HPV. Sendo assim, quando se perguntou se pode ocorrer transmissão através de contato com roupas e objetos infectados 160 (72,4 %) responderam que não e 61 (27,6%), por sua vez, responderam que sim. Em relação às repostas por cursos, as seis (3%) alunas do curso de Letras são as que se demonstraram mais cientes sobre as formas de transmissão, tendo 100% de acertos. Diferentemente das alunas do curso de Letras, as alunas do curso de Farmácia são as que apresentaram o menor índice de conhecimento sobre o assunto, pois apenas duas alunas (11,8%) responderam corretamente (tabela 2):

Tabela 2: O HPV e sua transmissão por roupas e objetos infectados

Sim	Não
160	61
Percentuais	
72,4%	27,6%
Índices de acertos por cursos	
Letras (maior acerto)	Farmácia (menor acerto)
6	2
100%	11,8%

Como se observa nos resultados da tabela 2, a grande maioria (72,4%) das alunas estão cientes quanto à forma de transmissão do HPV.

O assunto tem respaldo no estudo de Sousa et al (2015) que afirmam que a transmissão do HPV, diferente de outras doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), não ocorre pelo contato direto com o sangue e secreções corpóreas. A principal via de transmissão é o contato entre a pele ou mucosas de um indivíduo com a pele ou mucosa de indivíduos contaminados. Existem ainda outras vias de contaminação tais como a transmissão perianal, contato com mãos, objetos, banheiros, toalhas e roupas íntimas que estejam contaminadas pelo vírus.

Tabela 3: Relação vacina contra HPV e a continuidade do Papanicolaou periodicamente

Não precisa fazer o exame periodicamente	Precisa fazer o exame periodicamente
111	110
Percentuais	
50,2%	49,8%
Índices de acertos por cursos	
Farmácia	Direito
14	13
Percentuais	
82,4%	34,2%

Como se observa nos resultados da tabela 3 que diante dessa pergunta o que se pode observar é que há uma séria dúvida em relação à vacina e a necessidade de se fazer o exame Papanicolaou periodicamente. Como se observa, as respostas criaram um cenário de dúvida entre as entrevistadas em virtude da diferença mínima de acertos e erros. Contudo, vale ressaltar o que Pires e Rocha (2017) salientam que a vacinação contra o HPV não substitui o exame de Papanicolaou no rastreamento da doença, haja visto que existem outros subtipos de HPV oncogênicos que não são cobertos pela vacinação.

Segundo observações feitas por Alves et al (2016), é que, apesar de recentemente o Sistema Único de Saúde (SUS) ter adotado como medida profilática primária a vacina contra infecção persistente de sorotipos de HPV, reconhecidamente associados ao desenvolvimento do CCU sendo uma causa necessária, ela não é suficiente como rastreio de eventuais contaminações.

Teixeira et al (2013) sustentam que até o momento só se tem convicção de cinco anos de proteção das vacinas contra o HPV. Embora se trate da mais importante novidade surgida na prevenção contra a infecção por esse vírus, ainda é preciso delimitar qual é o seu alcance sobre a incidência e a mortalidade do CCU. O exame citológico de rotina é, portanto, a maneira mais eficaz de detecção as alterações celulares causadas pelo HPV, permitindo, assim, a intervenção antes da evolução para o CCU.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pôde concluir é que o CCU ainda é uma doença que tem suas cifras de mortalidade excessivamente avançadas no Brasil e no mundo. Estritamente relacionado à infecção pelo HPV, o CCU tem como característica um início silencioso, mas progressivo e letal quando diagnosticado tardiamente. O HPV é o vírus responsável pela alta incidência de CCU. Estudado desde a década de 1980, é sabido, então, que sua transmissão ocorre principalmente pela via sexual, fator que culmina com elevados números de contaminação entre os praticantes de sexo sem preservativo. Dentre os vários tipos de HPV, são notáveis os 16 e 18 por serem os principais responsáveis pelo CCU em todo o mundo.

O estudo concluiu também que o exame Papanicolaou tem sido a forma mais efetiva na prevenção do CCU, já que ele possibilita um rastreamento de até 80 % dos

casos e se forem tratadas as lesões iniciais de forma correta, a taxa de redução de câncer colo uterino pode chegar a 90 %. Proposto para ser realizado anualmente, segue as principais recomendações de órgãos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e do próprio Ministério da Saúde (MS) brasileiro que estabelece que ele seja realizado pelas mulheres com frequência anual, podendo dessa forma após dois resultados negativos, ter periodicidade a cada três anos.

O Papanicolaou é um teste de triagem, logo, não define diagnósticos definitivos. Mas determina se há alterações nas células cervicais que, se não tratadas, podem evoluir para um câncer. Nesse caso, outros exames são necessários para a confirmação. As mulheres devem se conscientizar da importância do exame preventivo regular e o poder público disponibilizar a estrutura necessária para que todas tenham acesso a ele. Associando isso à vacinação contra o HPV em larga escala, será possível reduzir as taxas de incidência de câncer do colo de útero no país. O exame Papanicolaou é um dos mais importantes exames para a saúde da mulher.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. F. et al. Exame colpocitológico (Papanicolaou): o conhecimento das mulheres sobre o preventivo no combate do câncer de colo do útero. **Rev. Facul. Montes Belos (FMB)**, v. 9, n. 2, p. 125-141, 2016.

AYRES, A. R. G. et al. Tendência da incidência de CCU invasor em quatro capitais brasileiras: dados dos registros de câncer de base populacional, 1990–2004. **Cad. Saúde Colet.** Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 289-95, 2013.

DIAS, E. G. et al. Perfil socioeconômico e prática do exame de prevenção do CCU de mulheres de uma unidade de saúde. **Rev. Saúde Desenvol.**, v. 7, n. 4, p. 135-136, jan./dez. 2015.

DIZ, M. D. P. E.; MEDEIROS, R. B. CCU – fatores de risco, prevenção, diagnóstico e tratamento. **Rev. Med.** São Paulo, v. 88, n. 1, p. 7-15, jan./mar. 2009.

FERREIRA, M. L. S. M. Motivos que influenciam a não-realização do exame de Papanicolaou segundo a percepção de mulheres. **Esc Anna Nery Rev Enferm.** Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 378-84, abr./jun. 2009.

FONSECA, A. J. et al. Epidemiologia e impacto econômico do câncer de colo de útero no Estado de Roraima: a perspectiva do SUS. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, v. 32, n. 8, p. 386-92, 2010.

FREITAS FILHO, L. A. **O exame Papanicolaou e o diagnóstico das lesões invasoras do colo de útero.** 2011. 46f. Monografia (Especialista em Citologia Clínica) – Universidade Paulista. Recife/PE, 2011.

NAVARRO, C. et al. Cobertura do rastreamento do câncer de colo de útero em região de alta incidência. **Rev. Saúde Públ.**, v. 49, n. 17, p. 3-8, 2015.

PEREIRA, A. L. S. et al. **Fatores que influenciam na adesão ao Papanicolaou na unidade de saúde da família –Prado – Paracatu, MG.** 2014.

PIRES, T. S.; ROCHA, M. S. **Aspectos envolvidos na vacinação contra o HPV.** 2017.

SIQUEIRA, G. S. et al. Citopatologia como prevenção do CCU. **Cad. Grad. Ciênc. Biol. Saúde Unit.** Aracaju, v. 2, n. 1, p. 37-49, mar. 2014.

SOUSA, D. F. et al. Levantamento da ocorrência de HPV (Papilomavírus Humano) EM exames colpocitológico no CAIS mulher – Anápolis – GO. **Enciclopédia Biosfera,** Centro Científico Conhecer – Goiânia, v. 11, n. 22, p. 1-9, 2015.

TEIXEIRA, L. D. et al. Percepção de Usuárias da Estratégia da Família Frente Ao Exame Papanicolaou. **2º Congresso Brasileiro de Política, Planejamento e Gestão em Saúde.** Belo Horizonte/MG, 2013.

CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR E ENFERMAGEM: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Tamires do Nascimento, Ivana R. Gonçalves
e-mail: tamiresbeluci@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A infecção hospitalar (IH) é tão antiga quanto à origem dos hospitais. As primeiras referências a existências de hospitais remontam a 325 d.C. O concílio de Nicéia determinou que os hospitais fossem construídos ao lado das catedrais. Durante séculos, os doentes foram internados em hospitais sem separação quanto à nosologia que apresentavam. Os pacientes em recuperação ou infectados conviviam em um mesmo ambiente. A condição sanitária nos hospitais era precária, com abastecimento de água de origem incerta, manejo inadequado de alimentos e até com camas compartilhadas por mais pacientes. A internação hospitalar ficava restrita às populações de baixa renda. Os abastados eram tratados em casa, com maior conforto e menor risco de contaminação (COSTA et al, 2009).

Dentre os vários legados deixados por Florence Nightingale e que norteiam a enfermagem, destacaremos o poder vital, caracterizado como uma força inata que existe no ser humano, e que é utilizado pelo mesmo para vivenciar o processo saúde-doença, sendo este fortalecido ou não, conforme as situações que se apresentem no meio em que está inserido. A enfermagem não pode limitar-se apenas a prática tecnicista, mas precisa avançar em questões significativas, como criar meios de fortalecimento da força vital. “O uso adequado de ar fresco, luz, calor, limpeza, calma, a seleção adequada e a administração de dieta deve ser de tal forma que o paciente não dispense sua energia vital” e que, portanto, a enfermagem deveria usar adequadamente e com bom senso tudo o que está presente no ambiente deste indivíduo, tanto o físico como social e psicológico, tratando-o como ser individualizado e único, promovendo a este o menor gasto de energia vital (SOUZA et al, 2017).

A prevenção e controle de infecções hospitalares no Brasil se deram no início de 1970, mas durante esta época não se dava tanta importância a esta questão, até que, com o falecimento do então Presidente Tancredo Neves em consequência de infecção hospitalar em 1985, a partir de então despertou o interesse de profissionais de saúde, e

obrigando a legislação a criar portarias, referente ao assunto e algumas delas, ainda sofrem alterações ou esperam aprovações (SILVA et al, 2015).

A definição de infecção hospitalar (IH), pelo Ministério da Saúde e para fins de classificação epidemiológica, é de que toda infecção adquirida durante a internação hospitalar, não estando incubada antes do período da internação **(BRASIL, 1998)**.

Em um contexto de reconhecimento do inaceitável quantitativo de ocorrência das infecções relacionadas à assistência em saúde e, sobretudo, da alta mortalidade relacionada a tais eventos, considerados como adversos e decorrentes da assistência prestada ao paciente, é que várias iniciativas para a contenção, redução e prevenção destes casos têm sido propostas em âmbito mundial pela Organização Mundial de Saúde (OMS) (OLIVEIRA, 2017).

O desafio para prevenir danos aos usuários dos serviços de saúde e prejuízos associados aos cuidados decorrentes de processos ou estruturas da assistência é cada vez maior e, portanto, faz-se necessário a atualização de protocolos específicos de critérios diagnósticos e medidas de prevenção para a redução das IRAS (BRASIL, 2017).

O objetivo será verificar o conhecimento produzido sobre o controle de infecção hospitalar evidenciando a enfermagem.

2 METODOLOGIA

Para nortear a revisão foi utilizada a seguinte questão: Para nos nortear nesta revisão utilizamos a seguinte questão: Qual é o conhecimento produzido sobre o controle de infecção hospitalar evidenciando a enfermagem?

Minayo (2004) relata que a revisão bibliográfica é construída através de várias fontes pesquisadas, ocorrendo uma discussão entre os autores, resultando as considerações finais.

Realizou-se buscas online na base de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), a qual engloba as bases de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online) LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências de Saúde), MEDLINE (Medical Literature Analysis and Retrieval System Online) e materiais do Ministério da Saúde do Brasil.

O período de coleta de dados ocorreu entre os meses de Novembro de 2017 e Maio de 2018. As palavras chaves utilizadas na pesquisa foram: Enfermagem. Controle de Infecção. Infecção hospitalar.

Para atingir o objetivo proposto foi realizada a leitura do título, do resumo de todos os artigos identificado, frente à pergunta norteadora.

A busca compreendeu os dados publicados entre os anos de 2013 a 2017, no idioma português, com resumos e artigos completos disponíveis nas bases de dados selecionadas. Totalizaram 78 artigos científicos. Sendo excluídos 19 por estarem repetidos nas bases de dados e 44 não corresponderam à pergunta norteadora. Assim a amostra formada foi representada por 15 artigos.

A análise de conteúdo na modalidade temática foi o referencial metodológico, e Bardin foi o referencial teórico utilizado, o que permitiu organizar o conhecimento em categorias (BARDIN, 1977).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As infecções relacionadas à assistência a saúde constituem um importante problema em todo o mundo, representando uma grande ameaça para a segurança do paciente (MORAES et al, 2013).

As unidades de Atenção Primária à Saúde (APS) são consideradas parte fundamental do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo que se efetivas contribuem significativamente para diminuição de agravos, esses conhecidos como Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária (ICSAP). Uma das principais causas de internações evitáveis são complicações em pacientes portadores de doenças crônicas, que impactam diretamente no aumento das infecções hospitalares (PADOVEZE e FIGUEIREDO, 2014).

O uso racional de antimicrobianos também é um importante fator para a redução dos casos de bactérias multirresistentes, devido à seleção microbiana, que é causada pelo uso indevido e incorreto de medicamentos (OLIVEIRA et al, 2013).

Segundo estudos dos mesmos autores, as boas condutas dos profissionais de saúde, diante às precauções de infecções representam fatores fundamentais, afinal se subestimado tal importância e responsabilidade, o aumento na disseminação de microorganismos resistentes (MR) resultam em prejuízos inestimáveis aos clientes e a saúde de uma maneira geral.

Após identificado os agravantes para o desenvolvimento de Infecções Hospitalares o SCIH tem um papel desafiador, afinal necessita de planejamento, intervenção e realização de projetos junto à equipe multiprofissional, que resultem em uma assistência de qualidade e de baixo risco aos clientes (FONSECA e PARCIANELLO, 2014).

Proporcionar um ambiente seguro com riscos mínimos de dispersão de micro organismos sugere atuações institucionais e comportamentais apropriadas dos profissionais de saúde e, de forma cooperativa, a fim de trazer melhorias a todas as práticas que dizem respeito ao controle e prevenção de microorganismos multirresistentes (OLIVEIRA et al, 2013)

A formação do profissional de enfermagem contempla o comprometimento com o bem-estar do ser humano e da sociedade. Promovendo proteção, recuperação e reabilitação das pessoas, e que por sua vez deve ter os seus direitos éticos e legais respeitados. Com isso os trabalhadores da área da saúde necessitam de ações transformadoras para a melhoria da assistência e gerenciamento do seu âmbito profissional (FONSECA e PARCIANELLO, 2014).

Já se consideram as ações recomendadas pelos órgãos de saúde nacionais e internacionais para controle das infecções, tais como: a adesão às medidas como higienização das mãos, uso de equipamentos de proteção individual (EPI), a identificação dos pacientes colonizados por micro-organismos multirresistentes e ações preventivas (OLIVEIRA, 2013).

Outra ferramenta que pode ser considerada aliada a prevenção de IH é a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), o que permite mediante sua realização identificar as necessidades dos pacientes e um planejamento individualizado. (FERNANDES et al, 2014).

Considerando as inúmeras medidas para prevenção de IH, torna se indiscutível à necessidade do profissional enfermeiro em ter um olhar dinâmico aos processos de sua rotina, e atuar de maneira sistêmica, junto ao cuidado do cliente, tendo em vista que uma de suas incumbências é a que mais permite contato com o paciente nos ambientes de saúde. (FONSECA e PARCIANELLO, 2014).

As infecções ocasionadas por MR podem estar relacionadas a vários fatores, tais como a fonte de onde a infecção foi adquirida, o próprio agente infeccioso, a via de transmissão, a susceptibilidade do hospedeiro acometido e o meio ambiente. O

alastramento desses agentes pode estar relacionado a quatro meios de transmissibilidade; por contato direto ou indireto, pelo ar, vetor e o condutor desse patógeno (PADILHA et al, 2017).

Considerando que o comportamento profissional tem como objetivo a segurança do paciente como um todo, inclusive diminuir a possibilidade de contaminação. Higienizar as mãos, o uso de máscara, óculos, avental, luvas quando necessário para os procedimentos e o descarte adequado de resíduos e objetos perfuro cortantes fazem parte do conjunto de ações dessa categoria (ALVIM e GAZZINELLI, 2017).

De acordo com o Centers for Disease and Control and Prevention (CDC) a implantação de precauções aos indivíduos portadores de bactérias multirresistentes sejam elas transmitidas por contato, aerossóis ou gotículas, é de suma importância devido impacto favorável que podem causar (MORAES et al, 2013).

Estudos comprovam com evidências irrefutáveis que a prática de higiene das mãos proporciona resultados benéficos na diminuição de disseminação de microorganismos. A adesão para tal prática não acontece rapidamente, uma vez que falamos em criar hábitos em um grande número de pessoas, essa ação tem que partir com envolvimento de cada líder e gestor, em parceria da CCIH (DOURADO, 2016)

Estratégias que mobilizem nos profissionais de saúde a importância da HM vão além de uma simples conduta. Deve-se incorporar o valor que essa ação ocasiona ao paciente (SANHUDO e MOREIRA, 2016)

Mas a baixa adesão à higiene das mãos pode estar relacionada a diversos fatores assim com cita PRADO, em sua pesquisa que avalia acessibilidade estrutural que as instituições proporcionam para a prática de higiene das mãos, neste estudo foi observado à falta de dispensadores de álcool, pias em locais não estratégicos, ausência de produtos adequados, deficiência na liderança a qual não incentiva a HM o que leva ao aumento da omissão dessa ação (PRADO et al, 2013).

Essas falhas na assistência corroboram para o aumento de MR e conseqüentemente desenvolvimento de infecções, que por sua vez reflete diretamente nos custos hospitalares afinal os valores dispensados com medicamentos são significativamente elevados (DOURADO,2016)

Para uma abordagem mais didática aos profissionais, foi criado um resumo dos principais momentos para a prática de HM, a estratégia “My five moments for hand hygiene” (Meus Cinco Momentos para Higienização das Mãos) distinguem rapidamente

as oportunidades de higienização das mãos durante o cuidado assistencial. Para facilitar na disseminação dessa informação folders e manuais fazem parte dessa estratégia (OLIVEIRA e PAULA, 2013; SOUZA, 2014).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalmente pode-se verificar que a literatura produzida nos trouxe as seguintes temáticas, Fatores importantes para o desenvolvimento de infecções hospitalares; Recomendações para medidas de precaução e isolamento; Higiene das mãos como a maneira mais eficaz para prevenção de infecções hospitalares.

Especificamente em relação a enfermagem trouxe; Métodos na assistência de enfermagem para a prevenção de infecções relacionadas à assistência à saúde, evidenciando uma escassez de materiais nos últimos 5 anos.

REFERÊNCIAS

ALVIM, A.L.S. GAZZINELLI, A.; Conhecimento dos profissionais de enfermagem em relação às medidas de prevenção das infecções. **Rev enferm UFPE on line**. Recife. 2017, jan. 11(1):18-23.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 1. ed. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977. 225p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2612, de 12 de maio de 1998, **que dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção pelos hospitais do país, de programa de controle de infecções hospitalares**. Ministério da Saúde. 1998. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt2616_12_05_1998.html> Acesso em 18 fev. 2017.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária** – Brasília: Anvisa, 2017. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br>> Acesso 04 jun. 2017.

COSTA, R.; PADILHA, M. I.; AMANTE, L. N.; COSTA, E.; BOCK, L.; O Legado De Florence Nightingale: Uma Viagem No Tempo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2009 Out-Dez;18(4): 661-9.

DOURADO, S. B. P. B. .Higienização das mãos: seus efeitos nos índices de infecção e custo hospitalares. **Rev enferm UFPE on line**. Recife, 2016 set.; 10(Supl. 4):3585-92. <http://revistas.ufpr.br/cogitare/>> Acesso 27 mai. 2018.

FERNANDES, A. C. L.; LIMA, D. W.C.; LIMA L. C. S.; Sistematização da assistência de enfermagem na prevenção de infecções na unidade de terapia intensiva. **J. res: fundam. care. online** 2014. out./dez. 6 (4):1580:1589.

FONSECA, G. G. P. PARCIANELLO, M. K.; O enfermeiro na comissão de controle de infecção hospitalar na perspectiva ecossistêmica: Relato de experiência. **R. Enferm. Cent. O. Min.** 2014 maio/ago; 4(2):1214-1221.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento:** Pesquisas qualitativas em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2004.

MORAES, G. M.; COHRS, F. M.; BATISTA, R. E.A.; GRINBAUM, R.S.; Infecção ou colonização por micro-organismos: resistentes: identificação de preditores. **Acta Paul Enferm.** 2013; 26(2):185-91.

OLIVEIRA, A. C.; PAULA, A. O. A percepção dos profissionais de saúde em relação à higienização das mãos. **J. res: fundam. care. online** 2017 abr/jun; 9(2):321-326.

OLIVEIRA, A. C. PAULA, A. O.; Intervenções para elevar a adesão dos profissionais de saúde à higiene de mãos: revisão integrativa. **Rev. Eletr. Enf.** [Internet]. 2013 out/dez;15(4):1052-60

OLIVEIRA, A. C.; et al. Desafios e perspectivas para a contenção da resistência bacteriana na óptica dos profissionais de saúde. **Rev. Eletr. Enf.** [Internet]. 2013 jul/set;15(3):747-54. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5216/ree.v15i3.19821>. doi: 10.5216/ree.v15i3.19821.

PADILHA, J. M. F.O.; SÁ, S. P. C.; SILVINO, Z. R.; Luvas e adesão de profissionais de enfermagem às precauções de contato: uma revisão integrativa **Rev enferm UFPE on line.** Recife, 2017 fev, 11(2):667-74.

PADOVEZE, M. C. FIGUEIREDO, R.M.; O papel da Atenção Primária na prevenção de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde. **Rev Esc Enferm USP** 2014; 48(6):1137-44.

PRADO, M. F.; HARTMANN, T. P. S.; TEIXEIRA, F. L. A.; Acessibilidade da estrutura física hospitalar para a prática de higienização das mãos. **Esc Anna Nery** (impr.) 2013 abr - jun; 17 (2):220 – 226

SANHUDO, N. F. MOREIRA, M. C.; O enfermeiro - Líder no gerenciamento de risco para prevenção e controle de infecções em pacientes com câncer. **Rev. Cogitare Enferm.** 2016 Jul/set; 21(3): 01-09

SILVA, Z. A.; MAIA, L. F. S.; PÁDUA, I. M.; INÁCIO, J. E.; PIO, T.M.; Infecção relacionada a assistência à saúde: uma revisão da literatura, São Paulo: **Revista Recien.** 2015; 5 (13):p50-54

SOUZA, M. A. R.; WALL, M. L.; MORAES, A. C.; ALMEIDA, B.; LIMA, D. M.; Poder vital e o legado de Florence Nightingale no processo saúde-doença: revisão integrativa. **J. res: fundam. care. online** 2017 jan/mar; 9(1):297-301

SOUZA, R. F. F.; **Estudo exploratório das iniciativas acerca da segurança do paciente em hospitais do Rio de Janeiro.** 94 f. Dissertação (mestrado) Serviço de



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

Bibliotecas Biomédicas B - Odontologia e Enfermagem Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ Rio de Janeiro; 2014.

CUIDADOS DE ENFERMAGEM COM PACIENTES ACOMETIDOS POR AVEi E SUBMETIDOS À TRATAMENTO TROMBOLÍTICO COM ALTEPLASE

Karina M. Paquieli, Rosimeire S. D. Giovanazzi, Luis P. Domingos
e-mail: k.paquieli@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O termo AVE é utilizado para captar o déficit neurológico em uma área cerebral secundária à lesão vascular. O AVE hemorrágico (AVEh) compreende a hemorragia subaracnóidea (HSA), em geral após da uma ruptura de aneurismas saculares congênitos localizados nas artérias do polígono de Willis. O AVE isquêmico (AVEi) compreende o déficit neurológico resultante da insuficiência de suprimento sanguíneo cerebral, diagnosticado como temporário - episódio isquêmico transitório (EIT), ou permanente (LIMA; SANTOS e GUEDES, 2013).

A taxa de mortalidade do AVEi nos primeiros 30 dias é de aproximadamente 10%, relacionada a sequela neurológica, podendo chegar a 40% no final do primeiro ano. Em relação aos pacientes que sobrevivem à fase aguda do AVE, a grande maioria apresenta déficit neurológico que necessita de reabilitação (ARAÚJO; TEICH et al., 2009).

Com a aprovação do Alteplase - Ativador do Plasminogênio Tecidual recombinante (rtPA), em 1996 no tratamento do Acidente Vascular Cerebral Isquêmico (AVCi) em até 03 horas de evolução, a partir desta data a história da doença começou a mudar (MARTINS; BRONDAN; FRIEDRICH, 2006).

Segundo Spranger (1998), o principal objetivo dos trombolíticos é restabelecer precocemente o fluxo sanguíneo na área afetada, com redução da isquemia e limitação da lesão neurológica.

No Brasil, a Alteplase (rtPA) foi aprovada pelo Ministério da Saúde para o uso no AVEi em 2001. Um dos primeiros estudos sobre o uso do trombolítico foi publicado em 2002 pela Sociedade Brasileira de Doenças Cardiovasculares e sua utilização é padronizada em diretrizes nacionais e internacionais (FONSECA; ROSA et al, 2013).

Em maio de 2010, a Alteplase foi incluída na lista de medicações essenciais do Sistema Único de Saúde (SUS), e em abril de 2012 foram aprovados um protocolo clínico e diretrizes para trombólise no AVEi pelo Ministério da Saúde.

Tendo em vista a falta de conhecimento da população sobre o tema abordado indagou-se o interesse em realizar uma pesquisa de acordo com a literatura e estudos já realizados sobre o tema, com o objetivo geral de apontar os tipos de tratamentos adotados, o uso de ativador plasminogênio tecidual recombinante (rt-PA) como o principal tratamento para o uso imediato quando constatado o AVEi e objetivo específico de conhecer os sintomas clínicos de um AVE e quais os cuidados que a enfermagem pode adotar para a melhoria e conforto desse paciente durante a sua estadia no hospital e no pós-alta.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo bibliográfico e descritivo, realizado através de levantamento de dados com utilização de livros e artigos científicos, publicados em meio eletrônico e impresso, cuja abordagem atendia ao objetivo da pesquisa. O levantamento bibliográfico foi realizado entre os meses de outubro de 2017 e abril de 2018, através de publicações indexadas ou catalogadas nas bases de dados LILACS (Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), SCIELO (Scientific Electronic Library Online), BDEF (Base de Dados de Enfermagem), Google Acadêmico e livros nacionais relacionados.

Neste contexto e seguindo as palavras-chave listadas abaixo, foram encontrados 33 (trinta e três) artigos, destes, 27 (vinte e sete) artigos foram utilizados por serem pertinentes à pesquisa.

Para a busca bibliográfica, foram usados os descritores ou palavras-chave: Acidente Vascular Encefálico; Cuidados de Enfermagem no AVE; Alteplase.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Alteplase é indicada para o tratamento fibrinolítico do infarto agudo do miocárdio; tratamento trombolítico da embolia pulmonar aguda maciça com instabilidade hemodinâmica; tratamento trombolítico do acidente vascular encefálico isquêmico agudo (BRASIL, 2012).

Segundo o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas de 12 de abril de 2012, o trombolítico Alteplase é o mais eficaz para o tratamento de pacientes portadores de AVEi agudo, onde é necessário iniciar tratamento em sete pacientes para prevenir um

com dependência e tratar 18 (dezoito) pacientes para evitar uma morte por causa global.

O estudo realizado pelo grupo americano The National Institute of Neurological Disorders and Stroke (NINDS) publicado em 1995 foi o principal estudo realizado em relação ao papel de trombolíticos no AVE. No estudo em questão, foram randomizados 624 pacientes para o tratamento com alteplase ou placebo dentro das três primeiras horas do início dos sintomas.

O estudo foi dividido em duas partes. Na primeira incluiu 291 pacientes e o resultado principal foi de melhora significativa de pelo menos quatro pontos na Escala NIHSS nas primeiras 24 horas após o início do quadro clínico. Na segunda parte, foram randomizados 333 pacientes, sendo o resultado principal a avaliação por quatro escalas de incapacidade, apenas após três meses (NIHSS, Barthel Index, Rankin Scale, Glasgow Outcome Scale.)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após pesquisas na literatura existente, conclui-se que o paciente com AVE agudo deve ser encaminhado a uma unidade de emergência que seja apropriada para o atendimento adequado do AVE e a infusão de trombolítico se necessário.

Os tratamentos mais adotados nesses centros são: Os medicamentosos - trombólise venosa (ativador tecidual plasminogênio – rt-PA (EV)), trombólise intra-arterial, trombólise combinada (EV e IA), e as intervenções cirúrgicas - trombólise mecânica, angioplastia e stent, fragmentação mecânica do trombo, remoção do trombo, trombectomia por sucção, trombectomia com stent auto-expandível.

Porém, o uso do ativador tecidual plasminogênio (rt-PA), quando administrado no paciente nas primeiras 4 horas e 30 minutos por via endovenosa, mostrou diminuição na incapacidade funcional, sendo, no momento, um dos principais tratamentos específicos recomendados. Para maior segurança desses pacientes, a aplicação do rt-PA deve respeitar os critérios de inclusão e exclusão como foi mostrado no trabalho.

Em relação aos sinais e sintomas, conclui-se que os principais sintomas clínicos de um AVE são a queda facial – assimetria quando o paciente é solicitado a sorrir, fraqueza nos braços – quando é solicitado para levantar os braços a um ângulo de 90° e mantê-lo na posição por 10 segundos, fala anormal – o paciente pronuncia palavras

incompreensíveis, utiliza palavras incorretas ou incapaz de pronunciar e em alguns casos rebaixamento de nível de consciência (RNC).

A enfermagem pode adotar alguns cuidados básicos para a melhor estadia do paciente no hospital durante a sua fase de hospitalização, onde há três cuidados essenciais: 1. Agilidade no atendimento em conjunto com a equipe multidisciplinar, desde a chegada do paciente na unidade de emergência até a sua alta. 2. Monitorização desse paciente em relação aos sinais vitais, glicemia e sinais de hemorragia, principalmente nas primeiras 24h da doença quando for utilizado o Ativador Tecidual Plasminogênio (rt-PA) - Alteplase. 3.

É de extrema importância que a enfermagem (seja ela técnica ou superior) estejam cientes da fisiopatologia da doença e dos riscos que ela pode oferecer para o paciente, conseguindo assim proporcionar um cuidado integrado durante o seu período de hospitalização levando o mesmo até o período da alta e se possível, mantê-lo até que as unidades básicas de saúde acompanhem esse paciente e também a sua família no domicílio.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, D V; TEICH, V. et al. Análise de Custo-Efetividade da Trombólise com Alteplase no Acidente Vascular Cerebral. Porto Alegre . R. S. **Araújo e cols. Custo-efetividade no acidente vascular cerebral (SBC)**. 2009.

BRASIL, Comitê Executivo da Sociedade Brasileira de Doenças Cerebrovasculares e Departamento Científico de Doenças Cerebrovasculares da Academia Brasileira de Neurologia. **Diretrizes para Tratamento da Fase Aguda do Acidente Vascular Cerebral Isquêmico** – Parte II, 2012.

FONSECA, L H O; ROSA, M L G , et al. Análise das barreiras à utilização de trombolíticos em casos de acidente vascular cerebral isquêmico em um hospital privado do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 29(12):2487-2496, dez, 2013.

HEISS WD, ROSNER G. Functional recovery of cortical neurons as related to degree and duration of ischemia. **Ann Neurol**. Ed 14^a, p. 294-301.1983.

LIMA , M M N; SANTOS , M L O; GUEDES, M V C. Cuidados clínicos de enfermagem para pacientes com acidente vascular cerebral em uso de trombolíticos. **Revista de enfermagem UFPE** on line. Recife, 7^a ed. Pág. 6624-6631, Nov., 2013.



MARTINS, S C O; BRONDANI, R; FRIEDRICH, M. et al . Quatro anos de experiência no tratamento trombolítico do AVC Isquêmico na cidade de Porto Alegre. **Revista Neurociências**. v. 14, nº 1 - JAN/MAR, 2006 .

SPRANGER M, STEINER T, SCHWAB S, HACKE W. Acute ischemic stroke: revascularizing therapy. **J Neurol**. p. 567-572. 1998.

DESMISTIFICAÇÃO DA ESQUIZOFRENIA: SENTIMENTOS E NÍVEL DE CONHECIMENTO DE FAMILIARES E ACOMPANHANTES

Fernanda Maria Ferrari, Pérola Liciane Baptista Cruz e Silva
e-mail: perolacruz@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, a loucura assumiu diferentes papéis, passando por transformações profundas até a atualidade. Hoje, o sofrimento psíquico, também rotulado de doença mental, foi naturalizado pela sociedade ocidental contemporânea e é objeto de estudo e pesquisa, seja na área médica, como em outras áreas (SILVEIRA e BRAGA, 2005).

Sobre a esquizofrenia, considerada transtorno psicótico grave, com início geralmente na adolescência ou adultos jovens, pode ocorrer também na metade ou final da vida adulta. Relacionada a fatores de diversas ordens- sociais, psicológicos e biológicos- tem requerido uma rede de serviços ampla, com abordagens variadas para dar conta da individualidade de cada caso (MARI e LEITÃO, 2000).

De curso crônico, seus efeitos são devastadores, alterando o funcionamento das funções psíquicas, principalmente no que tange a produção e o conteúdo dos pensamentos, além de provocar mudanças profundas de comportamento, afetividade e vontade (NARDI et al, 2015). Segundo dados da OMS, a esquizofrenia está entre as 10 principais causas de incapacidade no mundo entre indivíduos de 15 à 44 anos (TOWSEND, 2014).

Atualmente, segundo a resolução do DSM- 5 (2014), o último critério diagnóstico para Esquizofrenia inclui a presença de, ao menos, dois (ou mais) dos seguintes itens: (1) Delírios. (2) Alucinações. (3) Discurso desorganizado. (4) Comportamento grosseiramente desorganizado ou catatônico. (5) Sintomas negativos (expressão emocional diminuída ou avolia). Cada um deve estar presente por uma quantidade significativa de tempo durante o período de um mês (ou menos, se tratados com sucesso). Pelo menos um deles deve ser (1), (2) ou (3).

Em relação à terapêutica utilizada, estudos nacionais e internacionais revelam que a não adesão ao tratamento gira em torno de 50% a 60% e está relacionada, justamente, ao fato de muitos pacientes considerarem os efeitos adversos das drogas

tão incômodos quanto os próprios sintomas da doença. Além disso, a insatisfação com a terapêutica e a dificuldade em adquirir a receita ou medicamento, estão entre os principais motivos que levam ao abandono da terapia (NICOLINO et al, 2011).

Vale ressaltar que, devido à complexidade da doença, sua intervenção medicamentosa exige a participação de um familiar ou responsável legal capaz de atuar na monitorização do tratamento (VEDANA e MIASSO, 2012).

Inserida nesse contexto de acompanhamento, resguardando sua participação no meio social e familiar, a família torna-se parte integrante de seus projetos terapêuticos, e deve ser olhada de forma integral. Dessa maneira, o presente trabalho veio da necessidade de contribuir no fortalecimento do cuidado desenvolvido a esses sujeitos que sofrem e suas famílias que vivenciam de perto os prejuízos na doença.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo transversal, baseado em pesquisa de campo, com abordagem qualitativa dos dados obtidos por meio de entrevista gravada e posteriormente documentada, baseada em um questionário semiestruturado, com os familiares e acompanhantes de pacientes com diagnóstico de esquizofrenia, internados em Unidade de Atenção à Crise feminina e masculina, na Associação Hospitalar Thereza Perlatti, da cidade de Jaú.

A coleta de dados ocorreu entre os meses de fevereiro à maio de 2018, foi realizada junto aos familiares dos sujeitos internados, antes ou após o momento da visita e/ou da reunião com equipe multiprofissional. Contamos com a colaboração dos profissionais da AHTP que selecionaram os pacientes com diagnóstico de esquizofrenia. Aos seus familiares/acompanhantes foram apresentados os objetivos da pesquisa e convidados a participar. Aos interessados, foi aplicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e, após, a entrevista semiestruturada, gravada e posteriormente transcrita, em local com adequada privacidade.

Os participantes foram questionados quanto aos seus conhecimentos sobre a doença apresentada – etiologia, sintomatologia e terapia utilizada- bem como abordadas questões que faziam referência aos sentimentos dos familiares em relação à doença, ao doente e à internação psiquiátrica. Procurou-se também elucidar as expectativas e a importância dada por essas famílias em relação ao tratamento e à internação.

Critérios de inclusão: ter grau de parentesco ou relacionamento estável com o sujeito em internação e ser maior de 18 anos. Os critérios de exclusão referem-se aos sujeitos que não apresentavam uma relação com o paciente internado, sujeitos que estiveram visitando pacientes que já tiveram outro familiar entrevistado, ou com dificuldades na comunicação oral.

Após a coleta de dados, para exploração do material, foi empregado a metodologia de Análise de Conteúdo, que possibilita ao pesquisador compreender características, estruturas e/ ou modelos que estão por trás das mensagens. (GODOY, 1995).

A pesquisa foi desenvolvida sob os aspectos éticos normatizados pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sob parecer 2.406.326. Manteve-se, em todo decorrer do trabalho, sigilo das informações confidenciais acessadas e obediência ao Termo de Confidencialidade. Contou com o consentimento dos entrevistados, que participaram de forma anônima e voluntária para o enriquecimento do conteúdo deste trabalho, e em concordância com as informações explanadas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram entrevistados, ao todo, 14 familiares, sendo 10 do sexo feminino e 4 do sexo masculino. Destes 14, 10 apresentavam convivência co-domiciliar com o paciente e 4 não. A média de idade dos familiares é de 56 anos, sendo que o mais novo possui 22 anos e o mais velho, 89 anos.

Em relação ao grau de escolaridade dos entrevistados, 6 familiares não completaram o ensino fundamental; 2 possuem ensino fundamental completo; 3 o ensino médio completo; 1 possui ensino técnico completo e 2 referiram ensino superior completo.

Em relação ao número de internações dos usuários, 4 viviam a primeira internação; 1 a segunda internação e 9 já apresentavam três ou mais internações.

Em relação ao tempo de internação atual na AHTP, 9 haviam sido admitidos há menos de um mês; 4 entre um a seis meses e 1 sujeito há mais de 6 meses.

Tratando-se do tempo de diagnóstico da doença, 2 entrevistados relataram que seus familiares internados apresentam o diagnóstico de esquizofrenia há menos de 1 mês; 9 há mais de um ano; 2 não conseguiram mensurar uma data, relatando que seus

familiares foram diagnosticados há “bastante tempo” ou há “muito tempo” e 1 desconhece este período, relatando que não possuía conhecimento sobre o diagnóstico da doença em seu familiar.

O conteúdo das entrevistas foi dividido em 4 categorias temáticas identificadas para discussão: 1. Apresentações da doença e impacto na vida do sujeito que sofre. 2. Relações e impactos familiares da doença. 3. Percepções sobre o processo de internação psiquiátrica e o cuidado desenvolvido. 4. Sentimentos dos familiares em relação à doença vivenciada, internação e cuidados prestados.

Assim, quando questionados a respeito de seus conhecimentos sobre a doença, os familiares pouco sabiam falar sobre a etiologia, medicações utilizadas e o efeito delas. No geral das falas dos participantes, estiveram presentes relatos de que demonstram que suas bases de conhecimentos vêm de suas próprias experiências.

Os impactos na qualidade geral de vida, sociabilização, desenvolvimento familiar e profissional, foram relatados como negativos na vida do indivíduo, demonstrando uma limitação na rede social e dificuldades ligadas ao exercício de práticas profissionais e manutenção de um lar.

A presença do uso de substâncias psicoativas foi bastante ressaltada como hábito nesse grupo de pacientes, ligada à piora do quadro, dificuldade na adesão ao tratamento, aumento das atividades ilícitas e agressividade.

Assim, práticas de violência verbal e física, furtos e problemas com a justiça também estiveram bastante presentes nas falas dos familiares, que relataram prejuízos pessoais e situações difíceis que enfrentam convivendo com o sujeito que sofre e está passando por momentos de crise. Em alguns casos, houveram relatos de mudanças significativas na rotina e atividades dos familiares envolvidos mais de perto nos cuidados. Casos de mudanças de cidade, emprego e estilo de vida que é presente quando foi necessário um maior acompanhamento ou mudança no cuidado dos sujeitos.

Estiveram presentes, também, falas de como se deu o processo de decisão pela internação, encaminhamento e solicitação de vagas. Observou-se a busca pela internação ligada principalmente à mudanças no comportamento, com atitudes violentas, agressividade à terceiros e prática de atividades ilícitas.

As dificuldades de adesão à terapia medicamentosa estiveram bastante presentes nas falas. Relatos de incapacidade de supervisão desse cuidado e recusa do

paciente apareceram como precursores das crises, e a busca pela internação como apoio na intensificação e manutenção do uso dos fármacos.

Ficou claro que, para os familiares que convivem de perto com os portadores da doença, há muitas vezes, desgastes, preocupações, medos e outros sentimentos ligados a presença da doença. As falas demonstraram sentimento de tristeza e pesar.

Com relação aos sentimentos expressos frente à necessidade e atual internação hospitalar, alguns familiares demonstraram sentimento de tristeza, saudade e angústia. Outros manifestaram sentimentos positivos, sendo que, alguns deles relataram alívio por acreditarem que assim o familiar permanece longe dos “perigos da rua” e recebe o cuidado adequado.

Quando questionados a respeito das expectativas com o tratamento e internação, algumas falas demonstraram esperança de melhora, remissão importante de sintomas e aumento na qualidade de vida do paciente, inclusive perspectivas de reintegração às atividades sociais. Por outro lado, falas de desesperança e descrença na melhora estiveram bastante presentes, frente, muitas vezes, a um histórico de anos de sofrimento, recidivas, reinternações seguidas de melhoras e pioras. Observou-se familiares desgastados, com sentimento de frustração.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível observar com a presente pesquisa, que a grande maioria dos problemas enfrentados pelas famílias, frente a um diagnóstico de esquizofrenia, está intrinsecamente ligado à falta de apoio social para enfrentar a doença. Com o advento da Reforma Psiquiátrica e a priorização do atendimento em base comunitária, muitos pacientes foram “devolvidos” a suas famílias, sem que essas pudessem contar com o mínimo de condições financeiras e sociais para atender às demandas de cuidado que a doença exige.

Essa situação gerou mudanças significativas na vida do cuidador que, por muitas vezes, deixa de zelar pela própria saúde, tem seu convívio social prejudicado, abandona sua profissão ou, até mesmo, a própria cidade, em busca do melhor tratamento para o familiar adoecido.

Considerando as condições sócio- econômicas em que vivem boa parte das famílias brasileiras, cabe ressaltar que não se deve verter toda a responsabilidade do tratamento sobre os ombros dos familiares. É preciso ofertar melhores condições de

vida a essas pessoas, já que muitas delas deixam seus trabalhos para cuidar do ente acometido.

Nesse cenário de desassistência em que vivem tantas famílias, o doente também sofre. Tem sua vida social totalmente alterada e, marcados pelo seu diagnóstico, ficam impedidos de exercer sua cidadania. Essa situação poderia ser modificada se houvesse, no país, uma política pública em saúde mental mais bem elaborada e que direcionasse o cuidado às famílias, fornecendo apoio e educação em saúde. São os membros desses grupos os grandes responsáveis pela manutenção de um tratamento eficaz aos seus doentes.

Assim, com o material encontrado e discutido foi possível contribuir para aprimorar o cuidado prestado aos sujeitos e familiares envolvidos, entendendo suas dificuldades, percepções e necessidades de orientação, apoio e acompanhamento conjunto das equipes de saúde. O trabalho também pôde contribuir para entender melhor os sentimentos e as expectativas das famílias frente ao tratamento oferecido.

REFERÊNCIAS

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-5. American Psychiatric Association. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014, 948 p. ISBN 978-85-8271-088-3. Disponível em: <<http://c026204.cdn.sapo.io/1/c026204/cld-file/1426522730/6d77c9965e17b15/b37dfc58aad8cd477904b9bb2ba8a75b/obaudoeducador/2015/DSM%20V.pdf>>. Acesso em 17 set 2017.

MARI, J. J.; LEITÃO, R. J. A Epidemiologia da Esquizofrenia. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 22, n. 1, maio 2000.

NARDI, A. E; QUEVEDO, J; SILVA, A. G. **Esquizofrenia: Teoria e Clínica.** 1ed. Porto Alegre: Artmed, 2015. 17- 22 p.

NICOLINO, P. S; VEDANA, K. G. G; MIASSO, A. I; CARDOSO, L; GALERA, S. A. F. Esquizofrenia: adesão ao tratamento e crenças sobre o transtorno e terapêutica medicamentosa. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v.45, n. 3, 708-715 p. Jun. 2011.

SILVEIRA, L. C; BRAGA, V. A. B. Acerca do conceito de loucura e seus reflexos na assistência de saúde mental. **Rev. Latino- Americana Enfermagem**, Ribeirão Preto, vol.13, nº4, 2005.



TOWSEND, M. C. **Enfermagem Psiquiátrica: Conceitos de Cuidados na Prática Baseada em Evidências**. 7 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. 469- 475p.

VEDANA, K. G. G; MISSASSO, A. I. A interação entre pessoas com esquizofrenia e familiares interfere na adesão medicamentosa? **Acta Paulista de Enfermagem**, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ape/v25n6/v25n6a02>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

EFEITO DO EXERCÍCIO FÍSICO DE BAIXA INTENSIDADE NA INSUFICIÊNCIA CARDÍACA.

Mariane Géglio, Paula Grippa Sant'Ana,
e-mail: marianegeglio@hotmail.com.br

1 INTRODUÇÃO

A insuficiência cardíaca (IC) atinge cerca de 26 milhões de pessoas no mundo é considerada uma síndrome clínica complexa (GRAVINA,2017). Sendo assim, uma anormalidade da estrutura e da função cardíaca, que resulta em uma incapacidade do coração em suprir o fornecimento de oxigênio (O₂) necessário para os tecidos. A sobrecarga pressórica acarreta no aumento das pressões de enchimento e um aumento no trabalho do coração que acabara sofrendo o processo de remodelação cardíaca (MCMURRAY, 2012). A remodelação cardíaca é um processo tempo dependente e a longo prazo pode causa disfunção, insuficiência cardíaca e até a morte súbita (CICOGNA, 2000).

A IC também pode ser caracterizada como a incapacidade do coração para ter uma perfusão adequada e assim atender as necessidades metabólicas do corpo, encontrada em várias cardiopatias (BOCCHI, 2012). A IC pode ser classificada em de classe segundo *New York Heart Association* (2006), de I até a classe IV (KNOBEL, 2006, p .248).

- Classe I: Pacientes com cardiopatia, mas sem limitações resultantes da atividade física, podem ser as laborais e não causa fadiga anormal, palpitações ou dor anginosa.
- Classe II: Pacientes com cardiopatia, leve limitação da atividade física. Assintomáticos em repouso. A atividade física comum resulta em fadiga, palpitação, dispneia ou dor anginosa.
- Classe III: Pacientes com cardiopatia incapazes de executar qualquer atividade física sem desconforto. Os sintomas de IC ou de Síndrome Anginosa podem estar presentes mesmo em repouso. A qualquer esforço físico empreendido, o desconforto aumenta.
- Classe IV: Severas limitações com sintomas presentes mesmo em repouso. Não tolera a ergometria.

Os indivíduos com característica de intolerância ao exercício físico, apresenta sintomas de fadiga, dispneia, piora na qualidade de vida e a redução no consumo de oxigênio de pico (VO_{2pico}), quando comparados a indivíduos saudáveis (GRAVINA,2017).

Mancia et al. (2013) ressalta a importância do exercício físico ser utilizado como uma estratégia terapêutica não farmacológica, para o controle da hipertensão, prevenção e/ou atenuação da pressão crônica induzida por sobrecarga pressórica, como uma tentativa fisiológica de reestruturar a remodelação cardíaca. Assim, os efeitos provocados pelas adaptações fisiológicas do exercício físico podem proporcionar possível manutenção da saúde da população com IC.

O treinamento físico aeróbico proporciona um fortalecimento muscular, reduz as atividades do sistema nervoso simpático, as incidências de arritmias e promove o aumento das capacidades cardiorrespiratórias. Os exercícios como a caminhada aumento do consumo máximo de oxigênio ($VO_{2 Max}$), melhoram a capacidade submáxima de esforço e a qualidade de vida. O treinamento resistidos junto ao aeróbio, tem como principais benefícios o aumento do fluxo de sangue no miocárdio, realizando a hematose com melhor qualidade (CALEGARI,2017).

O exercício físico pode contribuir no tratamento não farmacológico de maneira positiva, como na redução de custos, melhora da qualidade de vida, redução da fadiga, dispneia e otimização do perfil psicológico (BONIN,2010), além de provocar melhora na condutância vascular, com recuperação parcial da disfunção endotelial, diminui os marcadores inflamatório que resulta na melhora da capacidade oxidava muscular (FERRAZ, 2004). Contudo, a classe médica ainda apresenta grande resistência na autorização de exercícios físicos para pacientes com IC. Neste sentido, o presente trabalho procura mostrar como os exercícios físicos de baixa intensidade em indivíduos com insuficiência cardíaca pode promover efeitos benéficos e a melhora da qualidade de vida.

2 METODOLOGIA

Foi realizado uma pesquisa qualitativa de revisão de literatura utilizando a base de dados Scielo, Google Acadêmico, Biblioteca virtual em saúde e Repositório institucional da Unesp utilizando os descritores: insuficiência cardíaca, exercício físico,

exercícios aeróbios. Foi escolhido o tema insuficiência cardíaca, por ser um dos maiores problemas de saúde pública do Brasil e no mundo. O exercício físico por sua importância no tratamento não farmacológico e seus inúmeros benefícios. Foco desse estudo foi os exercícios aeróbios por causa das limitações que ocorrem em paciente com IC, que envolvem a perda na capacidade física, fisiológica e funcional e com isso desenvolvem incapacidade física e intolerância ao exercício, aonde atividades consideradas antes simples se tornam mais difíceis, assim o exercício aeróbio sistematizado e planejado demonstra ser um ótimo aliado nesse tratamento. A pesquisa focou correlacionar artigos nacionais e internacionais com esse tema, seus métodos de pesquisa de campo, metodologias, exercícios utilizados e resultados conseguidos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O exercício físico de baixa intensidade promove alterações fisiológicas e fisiopatologias musculares, contribuindo no tratamento de maneira eficaz de pessoas com a IC, quando introduzido junto com aos medicamentos, melhoram os resultados da condição clínica e capacidade funcional de pacientes estáveis nas classes funcionais II e III, sendo considerado um custo efetivo (JUNIOR,2012).

Um estudo realizado com ratos espontaneamente hipertensos e com insuficiência cardíaca para avaliar os efeitos do exercício físico de baixa intensidade, tendo como protocolo uma sessão de exercícios 30 minutos de esteira em 5 dias na semana, com a velocidade variando de 5m/min a 12m/ min com duração de quatro meses. Nele foi avaliado a pressão arterial sistólica, as capacidades físicas, estruturas cardíacas, e função ventricular esquerda antes e após prática (PAGAN, 2015). Foi utilizado a avaliação do Ecocardiográfica, com ela foi verificado que os animais com IC apresentaram um aumento do diâmetro diastólica/peso corporal, aumento do diâmetro do átrio esquerdo, massa, e a espessura relativa da parede. Após o termino das sessões de exercícios ocorreu uma melhoria da capacidade funcional, frequência cardíaca, atenuação da disfunção ventricular e miocárdica do ventrículo esquerdo, fibrose miocárdica reduzida e diminuição da insuficiência cardíaca descompensada, que é o aparecimento súbito de fadiga, falta de ar e edemas que ocorrem caso a função cardíaca esteja prejudicada, não conseguindo atender as demanda do corpo, as

melhoras ocorreram graças ao aumento do ventricular esquerda e função miocárdica e reduzindo o colágeno intersticial do miocárdio (PAGAN, 2015).

A Sociedade Brasileira de Medicina do Exercício do Esporte (2017) relaciona os efeitos de um programa de exercício aeróbio e de fortalecimento sobre a aptidão cardiorrespiratória e qualidade de vida em pacientes com IC em reabilitação cardiovascular, utilizou como protocolo 24 sessões de 60 minutos com intensidade no Limiar Anaeróbio, em pacientes com idade de 61 ± 6 anos, classe funcional II e III e fração de ejeção do ventrículo esquerdo $45,4 \pm 2,3\%$. Para obter os resultados usou como parâmetro o VO2 pico, por ser considerado um dos melhores marcadores de capacidade funcional nesses tipos de pacientes. No final das sessões foi percebido nos pacientes o aumento significativo nos parâmetros Limiar Anaeróbio, FC, VO2 absoluto, VO2 relativo. Assim promovendo melhorias na capacidade funcional submáxima, capacidade funcional do joelho e domínio psicológico, avaliado segundo o questionário de qualidade de vida aplicado nos pacientes avaliados (CALEGARI, 2017).

O estudo de Rodon et al. (2000) sobre exercícios aeróbicos procurando obter melhoras hemodinâmicas, neuro-humorais e no sistema cardiovascular na reabilitação cardíaca. Para obter seus resultados o autor faz comparações entre pessoas com a IC e pessoas normais, através disso relata que o consumo de O2 de pico é aproximadamente 40% menor comparado aos indivíduos saudáveis com a mesma faixa etária, com o treinamento físico pode melhorar outros fatores como uma redução da fadiga e dispneia. No final dos 4 meses de intervenção conseguiu ocasionar um aumento na avaliação ergoespirométrica nos valores de consumo de O2 de pico e da potência de pico, alterações hemodinâmicas, melhora da função cardíaca e débito cardíaco e na qualidade de vida e saúde.

Estudo de Gary et al. (2006) contendo exercícios de caminhada realizado em um grupo com 32 mulheres, sendo elas 16 mulheres participantes do grupo randomizadas para a caminhada associadas ao programa educativo e as outras 16 foram orientadas para a atividade em um período de 12 semanas. O treinamento utilizado foi sessões de aquecimento e muscular com tempo de descanso de 5 minutos, para o controle da intensidade utilizou como parâmetros a taxa de esforço percebido e FC. O treinamento iniciou com uma caminhada de 40% da intensidade máxima durante 3 dias da semana, acontecendo um aumento da intensidade caso os pacientes conseguissem realizar a caminhada por 20 minutos. No final das sessões de exercícios de caminhada junto a

exercícios mais intensos houve um aumento da autoconfiança do paciente com IC, melhoras na qualidade de vida, função física e redução dos sintomas depressivos (apud JUNIOR 2012).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os exercícios físicos de baixa intensidade podem contribuir para melhorar o estado clínico de pacientes com insuficiência cardíaca, levando a alterações fisiológicas positivas no músculo cardíaco, como aumento da vascularização e redução da fibrose miocárdica na insuficiência cardíaca. Essas mudanças ajudam na função (diastólica e sistólica), corroborando com a melhora do desempenho do coração, diminuindo a sobrecarga pressórica na insuficiência cardíaca, melhora significativa na qualidade de vida e do cotidiano desses indivíduos.

5 REFERÊNCIAS

BOCCHI EA, Marcondes-Braga FG, Bacal F, Ferraz AS, Albuquerque D, Rodrigues DA, et al. Updating of the Brazilian guideline for chronic heart failure - 2012. *Arq Bras Cardiol.* 2012;98(1 Suppl 1):1-33.

BONIN, C.D.B, Schweitzer V., Fontana S.R.C.B. *Perspectivas do tratamento não-farmacológico da insuficiência cardíaca.* Revista Digital. Buenos Aires.143.2010

CALEGARI, Leonardo et al. *Efeitos do treinamento aeróbico e do fortalecimento em pacientes com insuficiência cardíaca.* São Paulo. Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 23, n. 2, p. 123-127, 2017.

CICOGNA, A. C.; Okoshi, M. P.; Okoshi, K. *História natural da remodelação miocárdica: da agressão aos sintomas / Natural evolution of the myocardial remodeling: from injury to symptoms.* São Paulo. Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo, v. 10, p. 8-16,2000.

FERRAZ AS, Bocchi EA, Meneghelo RS, et al. High sensitive C-reactive protein is reduced by exercise training in chronic heart failure patients. A prospective randomized controlled study *Circulation.* 2004;17(suppl):793-4.

GRAVINA CF, Rosa RF, Franken RA, Freitas EV, Liberman A, Nussbacher A, et al. Sociedade Brasileira de Rev Bras Med Esporte – Vol. 23, No 2 – Mar/Abr, 2017 127 *Cardiologia. II Diretrizes Brasileiras em Cardiogeriatría.* Arq Bras Cardiol 2010; 95(3 Supl. 2):1-112.

JUNIOR, Armando Azevedo; MARTINEZ, Daniel Godoy. Efeitos do exercício físico na qualidade de vida em pacientes com insuficiência cardíaca. *RBPFX-Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício*, v. 5, n. 25, 2012.

KNOBEL, Elias. Condutas no paciente grave. Vol. 1; 3ª ed. Cidade, Estado: Atheneu, 2006, p. 246-248.

MANCIA G, Fagard R, Narkiewicz K, et al. Orientações ESH / ESC para o tratamento da hipertensão arterial. A Força-Tarefa para o tratamento da hipertensão arterial da Sociedade Europeia de Hipertensão (ESH) e da Sociedade Europeia de Cardiologia (ESC). *J Hypertens* 2013; 31: 1.281-1.357.

MCMURRAY, J. J. V.; ADAMOPOULOS, S, ANKER, S. D; et all. Guidelines for the diagnosis and treatment of acute and chronic heart failure 2012. *European Heart Journal*, v. 33. 2012.

RONDON, M. U. P. B.; Alves, M. J. N. N.; Braga, A. M. F. W.; Negrão, C. E. Exercício Físico e Insuficiência Cardíaca/ Physical Exercise and Heart Failure. *Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo*. Vol. 10. Num. 1. 2000. p. 153-160.

PAGAN, Luana U., DAMATTO, Ricardo L., Cezar ,Marcelo D. M.. *et al.* Long-term low intensity physical exercise attenuates heart failure development in aging spontaneously hypertensive rats. *Cell Physiol Biochem*.2015 36. 61-74.

EFEITOS DEGENERATIVOS DA TERCEIRA IDADE

João Guilherme Caldeira Guizzardi, Guilherme Augusto Martines, email:
gmartines2000@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A população mundial tem apresentado um crescimento exponencial no que se refere ao número de idosos. Os indivíduos pertencentes a esta faixa etária no mundo, alcançaram 770 milhões em 2010 (o equivalente a cerca de 11% da população mundial). Estima-se que a quantidade de pessoas pertencentes a terceira idade atinja 1 bilhão em 2020, aproximadamente 13% da população mundial, no qual destes, 20% residirá em países em desenvolvimento (U.S. CENSUS BUREAU, 2010).

Nos países em desenvolvimento (conhecidos também por subdesenvolvidos ou emergentes), considera-se idoso, indivíduos que possuem idade igual ou maior há 60 anos. Já em países desenvolvidos, considera-se idoso, indivíduos que possuem idade igual ou maior há 65 anos. Tal diferença existe devido ao fato de o poder socioeconômico apresentado pelos países em questão serem distintos (ANTUNES, 2010).

Projeções para 2060 demonstram que um em cada quatro brasileiros apresentará 65 anos ou mais, o que corresponde a 58,2 milhões de pessoas idosas e 25,5% do total da população brasileira, segundo apontado em projeções referente aos anos de 2010 a 2060 (BÔAS, 2018).

O envelhecimento é um fenômeno complexo, variável, gradual, universal e irreversível, que provoca uma perda funcional progressiva no organismo. É um processo caracterizado por diversas alterações orgânicas, como, por exemplo, a redução do equilíbrio e da mobilidade, das capacidades fisiológicas (respiratória e circulatória) e modificações psicológicas (maior vulnerabilidade à depressão) (MERQUIADES et al. 2011)

O objetivo desse trabalho é o de apresentar os efeitos deletérios no processo de envelhecimento da população, e assim, propor soluções por intermédio da prática de atividades físicas/exercícios físicos, como forma de reverter tais situações.

2 METODOLOGIA

O trabalho em questão configura-se como uma Revisão Bibliográfica, onde os artigos científicos foram obtidos através da plataforma de busca do Google Acadêmico entre os anos 2001 a 2018. Utilizou-se como estratégia para o refinamento da busca os seguintes descritores: Idosos, Envelhecimento Biológico, Doenças, Atividade Física e Saúde.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

3.1 Alteração da Composição Corporal

O envelhecimento é o processo que ocorre de forma natural e completa no indivíduo, no qual envolve mudanças funcionais, metabólicas, morfológicas, psicológicas e sociais. Algumas destas mudanças acabam por interferir na qualidade de vida, tornando-os, assim, suscetíveis a enfermidades. Tal processo adere aos músculos, articulações e ossos, acarretando uma diminuição de tônus muscular, força, massa óssea e capacidade funcional (GOERSCH et al. 2013).

O aumento da gordura e a redução da massa óssea e muscular são características comuns do processo de envelhecimento. Estas variam de acordo com cada organismo, podendo ocorrer de forma mais ou menos intensas. Porém, observa-se que essas perdas tendem a ocorrer a partir dos 30 anos de idade (FECHINE et al. 2015).

Parte dessa redução é ocasionada pelos níveis reduzidos de hormônio de crescimento e da testosterona, no qual ambos estimulam o desenvolvimento muscular. Essas perdas, quando em níveis mais graves, é chamada de Sarcopenia. (FECHINE et al. 2015).

Guerra et al. (2006) afirmam que a prática de atividade física associada a uma dieta hipocalórica é um ponto importante na abordagem do tratamento contra a obesidade ao permitir a regularização e manutenção do peso corporal e melhoria do controle metabólico.

3.1.1 Redução da Massa Muscular

Outro aspecto importante a ser abordado é a perda de massa muscular. A perda da força e da potência muscular leva à diminuição na capacidade de promover torque

articular rápido e necessário às atividades que requerem força moderada, como, por exemplo: levantar-se da cadeira, manter o equilíbrio ao evitar obstáculos e subir escadas. Isso, além de ocasionar maior dependência no indivíduo, pode aumentar a ocorrência de quedas (LIMA. et al., 2016)

Mesmo que a maioria dos estudos tenham examinado o efeito do exercício aeróbio sobre a perda de peso, a aderência ao exercício localizado (musculação) apresenta inúmeras vantagens. O exercício localizado é um potente estímulo no que diz respeito ao aumento da massa, da força e da potência muscular, podendo auxiliar também na preservação da musculatura, que tende a diminuir durante o processo de envelhecimento do indivíduo, maximizando a redução da gordura corporal (NELSON et al. 2007).

3.1.2 Redução da Massa Óssea

O sexo feminino é caracterizado por apresentar uma maior redução de massa óssea. As mulheres naturalmente possuem os ossos mais frágeis, menores e de menor densidade quando comparadas aos homens. A osteoporose, doença comum na terceira idade e no sexo feminino, ocorre já que na terceira idade, observa-se uma significativa redução na produção de estrogênio. Esse importante hormônio auxilia na proteção dos ossos e sem ele, aumenta-se a tendência à perda de massa óssea (FECHINE ET AL., 2015).

Tanto os exercícios de fortalecimento muscular, como caminhadas e atividades aeróbicas são de significativa diferença para que se mantenha elevado os índices de massa óssea apresentados pela população idosa. Porém, deve-se ressaltar que não há uma conclusão específica de qual tipo de exercício (intensidade, frequência ou duração) traz maiores benefícios para a massa óssea e nem se esse benefício persiste após a suspensão das atividades físicas. (PEDRINELL. et al. 2009)

Quando o objetivo é retardar ou reverter o processo de perda da massa óssea relacionada com a idade, algumas formas de exercícios físicos tem se mostrado benéficas. Dentre tais atividades, incluem-se: exercícios com peso, corrida e aulas em academias. Nota-se que caminhadas isoladas não aumentam a massa óssea. Contudo, ajudam a mantê-la (LIMA. et al. 2016)

Em um estudo populacional randomizado e controlado, concluiu-se que a realização de exercícios físicos teve efeito positivo, especialmente na massa óssea do

trocanter, e que estes podem evitar fraturas relacionadas à queda, especialmente na mulher idosa (FERNANDES ET. AL., 2013)

3.2 Aparecimento de doenças hipocinéticas

Esse tipo de doenças é causada pela falta de movimento corporal, sendo assim, pessoas que são sedentárias e que não possuem uma rotina de exercícios estão mais propensas a desenvolver esse tipo de problema. As doenças conhecidas como hipocinéticas, são: Obesidade, Cardiopatias, Hipertensão Arterial, Diabetes Tipo II, Osteoporose e Sarcopenia. As mesmas se relacionam principalmente com as áreas do sistema cardiovascular, como o aparelho locomotor ativo e passivo, o sistema metabólico, o sistema hormonal, o sistema nervoso autônomo e o sistema nervoso central (FERNANDES et al. 2013).

Dentre outros efeitos negativos ocasionados pelo processo de envelhecimento, destacam-se: a diminuição da densidade óssea, a menor sensibilidade à insulina, menor capacidade aeróbia, menor taxa de metabolismo basal, menor força muscular e menores níveis de atividades físicas diárias. Com isso, a pessoa idosa acaba tornando-se sedentária, possuindo, dessa forma, uma pré-disposição ao aumento de gordura no organismo, e assim, uma maior probabilidade de ser acometida por doenças relacionadas à inatividade (ROSSI et al. 2008).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do exposto, observa-se que o avançar da idade traz inúmeros efeitos deletérios, porém, por meio da prática sistematizada de exercícios físicos, consegue-se atenuar ou até mesmo reverter tais efeitos, ocasionando assim, uma melhora de saúde e qualidade de vida em indivíduos nesta faixa etária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ana Patrícia Ferreira. **Adequação da oferta de serviços de saúde e de apoio face às necessidades sentidas da população idosa do concelho de Constância**. 2010. Dissertação de Mestrado. FEUC.

BÔAS, Bruno Villas. Um quarto dos brasileiros será idoso em 2060, diz IBGE. **Valor**, Jul, 2018.



FECHINE, Basílio Rommel Almeida; TROMPIERI, Nicolino. O processo de envelhecimento: as principais alterações que acontecem com o idoso com o passar dos anos. **InterSciencePlace**, v. 1, n. 20, 2015.

FERNANDES. R. N. et al. A prática do exercício físico para melhoria da qualidade de vida e controle da hipertensão arterial na terceira idade. **Rev. da ciência saúde nova esperança**. Vol.11, ed. 3, p.60-66, 2013.

GOERSCH. R. C. et al. Efeito do tempo de prática de exercício físico na aptidão física relacionada a saúde em mulheres idosas. **Rev. Brasileira Promoção Saúde**. Vol. 29, p. 29-36, 2014.

GUERRA, Carla et al. Importância da prática de actividade física no tratamento da diabetes mellitus. **Revista Portuguesa de Diabetes**, v. 3, p. 27-29, 2006.

MERQUIADES, Jucicleide Herculano et al. A importância do exercício físico para a qualidade de vida dos idosos. **RBPFOX-Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, v. 3, n. 18, 2011.

NELSON, Miriam E. et al. Physical activity and public health in older adults: recommendation from the American College of Sports Medicine and the American Heart Association. **Circulation**, v. 116, n. 9, p. 1094, 2007.

PEDRINELLI, André et al. O efeito da atividade física no aparelho locomotor do idoso. **Revista brasileira de ortopedia**, v. 44, n. 2, p. 96-101, 2009.

ROSSI, Edison; SADER, Cristina S. Envelhecimento do sistema osteoarticular. **einstein**, v. 6, n. 1, p. S7-12, 2008.

UNITED STATES CENSUS BUREAU, Departmento of Commerce, 2010

EFEITOS DO EXERCÍCIO AERÓBIO PARA IDOSOS PORTADORES DE DIABETES MELLITUS TIPO 2

Leonardo Oliveira Martins, Matheus Martins Peruzzo, Paula Grippa Santana,
e-mail: leonardomartins95@yahoo.com

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o Diabetes Mellitus (DM) é um importante e crescente problema de saúde pública em todo mundo, independente do grau de desenvolvimento do país. A prevalência do diabetes, em especial tipo 2, está crescendo de maneira exponencial, apresentando características de epidemia em vários países. A obesidade e o sedentarismo contribuem para o aumento do número de indivíduos diabéticos, e conseqüentemente, são fatores de risco cardiovascular. (FRANCO, 2006; BARRETO, 2013).

Desde 1998 os dados demonstravam uma prevalência em torno de 7,6% na população urbana brasileira entre 30 e 69 anos, e tolerância diminuída à glicose. Assim, a dimensão real do problema, incluindo os portadores de diabetes e de pré-diabetes, aponta para uma prevalência de 15,4% de pessoas portadores de doenças cardiovasculares que promovem um risco elevado a saúde (MARTINEZ; LATORRE, 2006).

Diabetes Mellitus (DM) é uma doença caracterizada pelo excesso de glicose no sangue (hiperglicemia). Pode ocorrer por conta de problemas na secreção ou na ação dos hormônios da insulina, produzido nas células beta das ilhotas de Langerhans, do pâncreas. A principal função da insulina é promover a entrada de glicose pelos tecidos do corpo, a falta deste hormônio ou defeito na sua ação resulta em acúmulo de glicose no sangue, caracterizado como hiperglicemia (ARAUJO; BRITO; CRUZ, 2000).

A Diabetes Mellitus tipo dois (DM2) pode ser desencadeado por dois motivos, um deles pela redução na secreção de insulina, sendo insuficiente para baixar a taxa de glicose no sangue, e conseqüentemente, diminui a entrada desta molécula na célula e reflete na redução da produção energia para o corpo, ou o outro pela dificuldade de a insulina levar a autofosforilação dos receptores de insulina na membrana que ativam a cascata de sinalização proteica que promove a translocação do transportador de glicose 4 (GLUT4) para a membrana plasmática, pois a insulina é a responsável por

iniciar o processo de captação da glicose para o interior da célula e a não efetividade deste hormônio resulta no quadro conhecido como resistência à insulina (OLIVEIRA; GARDNER; 2006). O pâncreas, no Diabetes Mellitus tipo dois (DM2) continua a produzir insulina, em níveis menores do que do normal.

No entanto, o organismo desenvolve resistência aos seus efeitos e o resultado é um déficit relativo na ação da insulina (COTRAN; KUMAR; ROBBINS, 1994). Pode ocorrer em crianças e adolescentes, mas normalmente ele inicia após os 30 anos e torna-se progressivamente, mais comum com o avançar da idade. Aproximadamente 15% dos indivíduos com mais de 70 anos de idade apresentam o Diabetes Mellitus tipo dois (DM2). A obesidade é um fator de risco do Diabetes Mellitus tipo dois (DM2); 80 a 90% indivíduos que o apresentam são obesos (AZEVEDO; GROSS, 1990).

Conforme *American Diabetes Association* (ADA, 2004) os principais efeitos metabólicos positivos em idosos com diabetes do tipo dois ativos fisicamente são: melhora da hiperglicemia, do controle glicêmico, prevenção de doenças cardiovasculares, perda de peso. A prática de exercícios físicos pode reduzir o risco de ocorrência do Diabetes Mellitus do tipo dois (DM2), tanto diretamente por meio da melhora na sensibilidade a insulina, como indiretamente através das alterações benéficas na composição corporal (MARTINS, 1997). De acordo GUYTON (2000), o exercício aeróbio de intensidade moderada aumenta a permeabilidade das células de glicose proveniente dos carboidratos e aumenta a sensibilidade a insulina, evitando assim os grandes transtornos metabólicos.

2 METODOLOGIA

Segundo Marconi (2015), a pesquisa é considerada um sistema claro. Ela não só requer pensamento reflexivo como também, ela estabelece rumo para descobrir a realidade ou desvendar as verdades parciais. Requer aplicação de métodos científicos para encontrar respostas ainda não encontradas, e que despertam a curiosidade.

A pesquisa utilizada é indireta através de dados adquiridos por outros pesquisadores, com uma abordagem qualitativa, as fontes secundárias é que especificamente interessa a este trabalho, a finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto (TRUJILLO, 1974).

Foram encontrados vinte e cinco artigos científicos e vinte e dois desses foram

utilizados para a realização da pesquisa que encontramos nas bases de dados do Google Acadêmico, Scielo, Bireme e livros, que tratam das melhorias do exercício aeróbico em idosos portadores de DM2. Os descritores utilizados foram: exercício físico aeróbico e portadores de diabetes mellitus tipo 2 e benefícios do exercício em portadores de diabetes mellitus tipo 2. Utilizamos artigos e livros publicados nos últimos dezoito anos (1990 à 2018).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Diabetes está se tornando uma das principais doenças da atualidade e o acometimento está evoluindo; isto se deve principalmente ao estilo de vida das pessoas, ocasionando maior resistência à insulina devido à redução de massa magra e a redução da função do pâncreas (órgão que produz a insulina) (SANTOS, 2014).

Diabetes Mellitus (DM) é um grupo de distúrbios metabólicos caracterizados pela hiperglicemia, que pode ser resultante de defeitos na secreção de insulina, provocando complicações como: retinopatia que promove à perda da visão; neuropatia, que pode evoluir e acarretar em falência renal, além da neuropatia periférica, que aumenta o risco de úlceras nos pés, que podem causar amputações (ISOSAKI; CARDOSO; OLIVEIRA, 2009).

A Classificação da DM inclui quatro classes clínicas: a DM tipo 1; a DM tipo 2; a DM Gestacional e outros tipos específicos de diabetes associados a outras causas, como por exemplo, defeitos genéticos na função das células beta, defeitos genéticos na ação da insulina, doenças do pâncreas exócrino, entre outras (American Diabetes Association 2011).

Diabetes Tipo I é resultante da destruição das células B no pâncreas, denominada Diabetes insulino-dependentes, Diabetes Tipo II decorrente de um defeito progressivo na ação e secreção de insulina, Diabetes não-insulino-dependente, Diabetes Gestacional ocorre devido a intolerância à glicose com início ou diagnóstico durante a gravidez, diagnosticada no terceiro trimestre da gravidez". (ISOSAKI; CARDOSO; OLIVEIRA, 2009).

Neste aglomerado de células, existe uma distinção, tendo o pâncreas uma região de células betas, responsáveis pela produção de insulina e outra região de células alfas, produtoras de glucagon, lançados na corrente sanguínea. Esses dois hormônios possuem efeitos antagônicos, ou seja, atividade fisiológica inversa.

Enquanto a insulina tem sua atuação voltada para a absorção de glicose pelas células do fígado, músculos esqueléticos e tecido adiposo, diminuindo sua concentração em razão da retirada de glicose do sangue.

O glucagon, com atividade estimulante oposta, faz aumentar o teor de glicose na corrente sanguínea a partir da quebra do glicogênio (substância de reserva energética).

Desta forma, conforme a necessidade do organismo, o pâncreas é requisitado a secretar insulina ou glucagon, dependendo da atividade metabólica a ser desenvolvida, utilizando energia das ligações químicas liberadas pelo catabolismo da glicose durante a respiração celular ou processo de fermentação láctica.

Fatores genéticos transicionais, bem como fatores ambientais relacionados ao estilo de vida das pessoas (obesidade, sedentarismo e infecções), provocam distúrbios na síntese desses hormônios, comprometem o organismo causando Diabetes Mellitus tipo I ou tipo II, desregulando a taxa de glicose no sangue.

A qualidade de vida se divide em três pontos, físico, emocional e social e com o passar do tempo vem piorando com os costumes das sociedades atuais, se alimentando muito mal, deixando de lado consumo moderado de frutas, carboidratos, além evitar doces, gorduras e frituras), se exercitando menos e assim adquirindo diversas doenças como hipertensão, doenças pulmonares, cardiovasculares e o diabetes entre outras (MYERS,2013). Mais de 90% dos idosos preferem ficar o maior tempo possível em suas residências, pelo fato de não conseguir se locomover com facilidade, sendo caracterizado como envelhecimento local. Este envelhecimento causa diversos desafios como quedas, solidão, gerenciamento de remédios entre outros (GUSTAFSON, 2015).

O Tratamento não farmacológico do Diabetes Mellitus engloba uma serie de aspectos, como dieta alimentar e atividade física, o treinamento físico melhora a qualidade de vida e reduz os efeitos da doença diabetes. Inicialmente, recomenda-se alterações nos hábitos dos pacientes, incentivando um estilo de vida mais saudável.

O exercício físico aeróbio é capaz de melhorar a sensibilidade à insulina, mostra que a contração muscular desempenhada no exercício é capaz de translocar os receptores GLUT-4 sem a necessidade da ação da insulina. Uma das ações fundamentais da insulina é a manutenção da glicemia no nosso sangue, efetuar o transporte da glicose sanguínea para o interior das células do nosso corpo quando necessário. Para isso, a insulina possui um receptor específico de membrana celular

que “ativa” os transportadores de glicose (GLUT-4), fazendo o transporte das moléculas de glicose da corrente sanguínea para o meio intracelular (PLOS ONE, 2015).

No idoso o exercício físico aeróbio age de maneira muito benéfica, ele melhora a sensibilidade a insulina, transloca os receptores de GLUT-4 sem a necessidade da ação da insulina, aumenta os níveis de GLUT-1 na membrana da célula e aumenta a capacidade de resposta do músculo esquelético à insulina. (GOULET et al, 2015).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos demonstram que a prática regular de exercícios físicos aeróbicos melhora a sensibilidade à insulina. Além disso, diversos trabalhos relacionam a prática dos exercícios físicos aeróbicos com a melhora da composição corporal e diminuição dos fatores de riscos cardiovasculares nos pacientes com resistência à insulina, DM II.

Portanto, pode-se concluir que o exercício físico é capaz de provocar alterações benéficas para indivíduos portadores de diabetes mellitus II, promovendo melhora na captação de glicose pelos músculos e tecidos adiposos, redução da necessidade de produção de insulina, e normoglicemia. Além de desenvolver a resistência cardiovascular, diminuição da frequência cardíaca de repouso, aumento do volume cardíaco, elevação da mobilização e utilização de gordura e auxílio na diminuição do peso corporal e, conseqüentemente, melhora da qualidade de vida do idoso. Contudo, o que recomenda-se de que a conduta de realização de exercícios aeróbicos, preferencialmente seja praticada todos os dias, com sessões de 60 minutos para idosos portadores de DM tipo 2, para que assim o exercício físico contribua ainda mais na vida desses indivíduos (SILVA et al., 2011).

REFERÊNCIAS

FRANCO, L. J. Um problema de saúde pública-epidemiologia. In: Oliveira JEP; Milech A. *Diabetes mellitus – clínica e diagnóstico, tratamento multidisciplinar*. Rio de Janeiro: Atheneu; 2006.p. 19-32.

MARTINEZ, M. C. ; LATORRE, M. R. D. O. Fatores de risco para hipertensão arterial e diabetes melito em trabalhadores de empresa metalúrgica e siderúrgica. *Arq. Bras. Cardiol.* v. 87 n. 4 São Paulo Outubro 2006.

ARAÚJO, L. M. B.; BRITTO, M. M. S; CRUZ, T. R. P. Tratamento do Diabetes Mellitus do Tipo 2: Novas Opções. *Arquivo Brasileiro de Endocrinologia e Metabolismo* [Internet]. 2000 Dez [citado 2009 Jun 26]; 44(6): 509-18.

American Diabetes Association (2011): Diagnosis and Classification of Diabetes Mellitus. Position Statement. Diabetes Care, volume 34, Supplement 1, January 2011.

GUYTON. AC & Hall JE. Insulina, glucagon e diabetes melito. In: Tratado de Fisiologia Médica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

Costa-Júnior J. et al. Endurance Training Inhibits Insulin Clearance and IDE Expression in Swiss Mice. PLoS ONE 2015 10(3): e0118809.

Goulet, E.D.B., Mélançon, M.O., Aubertin-Leheudre, M., Dionne, I.J. (2005). Aerobic Training improves insulin sensitivity 72-120h after the last exercise session in younger but not in older women. Eur J Appl Physiol 95 146-152.

RIBEIRO, Krukemberghe Divino Kirk da Fonseca. "Insulina e Glucagon"; *Brasil Escola*. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/biologia/insulina-glucagon.htm>>. Acesso em 22 de julho de 2018.

SILVA, S. J. T. et al. Efeito do treinamento físico aeróbio para pessoas idosas com diabetes mellitus e seus familiares cuidadores. Revista Temática Kairós. p. 127-143. São Paulo, Junho 2011.

EFEITOS QUE A NATAÇÃO PODE PROPORCIONAR PARA CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTO AUTISTA.

Ana Claudia da Silva de Melo, Ana Flávia Souza Silva, Marcela Thais Lima, Juliana Inhesta Limão Thiengo, e-mail: juliana.limao@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

O transtorno do especto autista é um distúrbio neurológico caracterizado por comprometimento da interação social, comunicação verbal e não verbal e comportamento restrito e repetitivo. Que na maioria das vezes é confundido como uma deficiência intelectual (TOLEDO, 2017).

O psiquiatra austríaco Kanner em 1943 descreveu características clínicas de isolamento, com extrema dificuldade para estabelecer vínculos com pessoas ou situações, ausência de linguagem, recusa de comida, movimentos bruscos, repetição de atitudes e manipulação de objetos (BRASIL, 2013).

Tem se aumentado cada vez mais o número de pessoas com algum tipo de transtornos, deficiência. Por isso, é tão importante ter profissionais de educação física capacitado, que entendam o processo de inclusão dessas pessoas. Segundo Tsutsumi et al (2004), a natação é uma atividade mais apropriada para as pessoas com deficiência, ajuda no desenvolvimento da coordenação, condicionamento aeróbio, resultando em menor fadiga com relação a outras atividades física.

Os sinais são desenvolvidos gradualmente nas crianças. Na maioria das crianças com TEA quando alcançam o marco de desenvolvimento é um ritmo normal e depois regridem. Esse estudo tem como objetivo destacar efeitos com a prática diária da natação traz para pessoas com TEA e inúmeros benefícios como: fisiológicos, motores, cognitivos, sociais e psicológicos. Muitas vezes, quando apresentam crises a natação é uma forma de se aliviar as tensões.

As atividades aquáticas são as práticas corporais mais procuradas por este público, dentre elas a natação é a atividade mais popular e mais antiga (CATTEAU & GAROFF, 1990).

A natação é uma atividade física que desenvolve um trabalho corporal completo. Oferecendo diversas possibilidades de desenvolvimento para as

peças com TEA, através de músicas, brinquedos e todos os materiais utilizados em aula, de acordo com cada exercício, de maneira que consiga a sua atenção, concentração. Visto que uma dificuldade do TEA é a organização do espaço temporal.

O objetivo do trabalho consta em apresentar os efeitos da natação para pessoas com transtorno do espectro autista.

A experimentação corporal necessita de uma mediação do professor, para estimular o contato e interação. Não basta organizar o espaço, e necessário definir estratégias de abordagem corporal e de intervenções pedagógicas. O professor de educação física deve estar preparado para intervir com os alunos com TEA (CHICON; SÁ; FONTES, 2014).

Para o TEA a natação ajuda a criança a conhecer o seu corpo e ajuda no seu desenvolvimento global (Coelho 2012). Ainda são poucos os estudos que comprovam a importância da natação para o TEA.

Nesses estudos realizados fala-se que o professor tem que ter experiência e muito conhecimento em atuar dentro dos limites (Chicon, et al 2014).

É muito observada a falta desses profissionais que possuem o conhecimento sobre esses transtornos, que saibam trabalhar com crianças autistas em suas aulas. A natação tem a capacidade de contribuir com o desenvolvimento de interação social da criança autista. Como é importante aprender a lidar com o jeito de cada uma dessas crianças, adaptando a aula para a necessidade de cada criança, pois o que é bom para um nem sempre é para o outro (CHICON et al, 2014).

Acredita-se que atividade lúdica e pedagógica no meio aquático ajuda a melhorar a aptidão das crianças. Aprendizagem de técnicas como: Flutuação, respiração e propulsão, ao fazer isso o professor ajudará no desenvolvimento sócio afetivo e psicomotor da criança (MIRANDA, 2011).

2 METODOLOGIA

Esse estudo tem como característica de uma pesquisa qualitativa com base de revisão de literatura bibliográfica através da ferramenta de dados Scielo e Google Acadêmico, utilizando os seguintes descritores: Transtorno do espectro

autismo, natação e efeitos (BORGES & MACIEL, 2016) Visando os efeitos proporcionados pela prática da natação com crianças com TEA.

Segundo Gil (2010, p. 44), “a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado”.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Resulta-se que com a prática diária, da natação pode proporcionar a crianças om TEA, a capacidade de uma grande evolução, melhoras nas suas atividades diárias, qualidade de vida, percepções de equilíbrio, postura corporal, amplitude dos movimentos, desenvolvimento da coordenação, benefícios no desenvolvimento funcional e emocional. Experimentando sua potencialidade, vivenciando suas limitações fazendo com que a criança conheça a si próprio e com a prática corporal bem planejada tem a capacidade de aumentar a sensibilidade do autista aos medicamentos e diminuir estereotipias (REID & COLLIER, 2002; GRASSELLI E PAULA, 2002 apud ARAÚJO e SOUZA, 2009).

A natação é a modalidade esportiva mais tradicional quando se fala de esportes para portadores de necessidades especiais e é altamente recomendada para crianças autistas por essas terem uma enorme atração pela água (ROCHA, 2002).

Os jogos e a utilização da parte lúdica músicas com rodas cantadas no meio aquático, ajuda no desenvolvimento da aula de natação, vem tendo um resultado importante no desenvolvimento da criança com TEA. Atividade lúdica ajuda na evolução da imaginação da criança, no desenvolvimento escolar, no relacionamento com os professores, colegas entre outros e sua interação. Pois a natação faz com que esses fatores ganhem sentido, significados para a criança com TEA.

Foi constatado também que no período das férias escolares a criança tem um declínio muito significativo em relação ao seu desenvolvimento devido ficar um período sem a prática da natação. (American Psychiatric Association, 2014).

Com a prática da natação a criança com TEA apresenta melhora na estereotipias como: virar os olhos, balançar de braços, fazer barulho com a boca, pular, batucar com as mãos. Deixando de apresentar essas reações e somente pular que permanecem, mas se tem uma diminuição muito significativa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível observar o quanto a questão do autismo é complexa, o quanto a atividade física é importante para o desenvolvimento motor, cognitivos, beneficiando na parte afetiva no processo de socialização e interativo destas crianças e a natação tem grande eficácia, pois se trata de uma atividade completa. As capacidades técnicas que auxiliam no desenvolvimento dos quatro nadados. O estilo costa é o que tem a facilidade maior de aprendizagem devido à propulsão, e o quanto o papel do professor é fundamental para o processo de desenvolvimento, aprendizado e melhora da criança com TEA.

REFERÊNCIAS

BARROS, A. S. **Os Benefícios da Prática da Natação no Desenvolvimento de Crianças Autistas**; Trabalho de Conclusão de curso; 2015; Universidade do Estado do Pará, UEP, Brasil. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Nata%C3%A7%C3%A3o/barros-amanda-da-silva-os-benefc3adcios-da-prc3a1tica-da-natac3a7c3a3o-no-desenvolvimento-de-crianc3a7as-autistas-2015.pdf>

BORGES, Raphaella Khareniny Fernandes de Melo; MACIEL, Rosana Mendes. **A influência da natação no desenvolvimento dos aspectos psicomotores em crianças da educação infantil**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 1. Vol. 9. pp. 292-313, outubro / novembro de 2016. ISSN. 2448-0959. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/influencia-da-natacao-no-desenvolvimento-dos-aspectos-psicomotores-em-criancas-da-educacao-infantil#_ftn1

CHICON, J. F.; SÁ, M. G. C. S.; FONTES, A. S.; **Natação, Ludicidade e Mediação: a Inclusão da Criança Autista na Aula**; Revista da Sobama, Marília, v. 15, n. 1, p. 15-20, Jan./Jun., 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Nata%C3%A7%C3%A3o/3797-Texto%20do%20artigo-12438-1-10-20140708.pdf>

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, p. 44, 2010. Disponível em: https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf

MACHADO, B. R.; RUFFEIL, R. A. S.; **Natação e o desenvolvimento em crianças de dois a seis anos de idade**; 2008; Universidade do Estado do Pará, UEPA, Brasil. Disponível em:

<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Nata%C3%A7%C3%A3o/artigo%20desenvolvimento%20para%20crian%C3%A7as.pdf>



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

TOLEDO, T; **Esporte e inclusão: Natação para crianças com autismo**; 2017.
Disponível em: <https://www.esporteeinclusao.com.br/esporte-e-autismo/natacao-para-criancas-com-autismo/>

EMERGÊNCIAS E URGÊNCIAS ONCOLÓGICAS: CUIDADOS DE ENFERMAGEM

Ana Flávia de Moura, Giovana Alecsandra Mori, Juliana Helena Santile, Alessandro Gabriel Macedo Veiga, e-mail: ana_brotas@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Oncologia é a especialidade que estuda os tipos de neoplasias, como se originam, instalam e respondem nos diversos tipos de tratamento (BOTELHO et.al, 2007).

O câncer é considerado um conjunto de doenças multifatoriais e crônicas (JUNIOR e MATOS, 2018). Nome dado ao conjunto de mais de 100 patologias, que tem o crescimento desordenado de células que invadem os tecidos e órgãos, podendo ter o risco de metastizar para o restante do corpo. Uma célula normal pode sofrer alterações em seu DNA durante a fase de multiplicação celular, fazendo com que haja uma mutação genética, com isso as células que sofreram alterações em seu material genético, passam a receber instruções erradas para suas atividades, portanto as alterações podem ocorrer em genes especiais, com o nome de protooncogenes, que a princípio são inativados em células normais, mas quando esses protooncogenes são ativados, eles se transformam em oncogêneses, sendo responsável pela malignização dessas células normais, sendo assim essas células que sofreram mutação são chamadas de cancerosas (INCA 2018).

Segundo a organização mundial da saúde (OMS), aproximadamente 8,8 milhões de pessoas morrem de câncer no mundo, sendo elas na maioria das vezes pessoas de baixa e média renda, fazendo um comparativo com o ano de 2012 que era de 8,2 milhões de mortes. Já no Brasil, segundo o INCA (2018), as taxas de mortalidade das macrorregiões incluem o câncer em diferentes posições, mas ocupa as primeiras causas de morte, ficando ao lado das doenças do aparelho circulatório, aparelho respiratório, causas externas, doenças infecciosas e parasitárias e afecções do período perinatal.

Sendo assim, o câncer como um todo, pode ser visto como uma emergência, pois se trata de uma condição de agravo à saúde desse paciente, que pode implicar em um risco iminente de vida ou sofrimento intenso, exigindo assim, a intervenção

imediate. Portanto, o conhecimento das emergências oncológicas possibilitam intervenções rápidas e eficazes (PIGNATARI, SILVEIRA e CARVALHO, 2008).

É importante entender que a emergência em oncologia pode ser uma condição aguda causada pelo tratamento, ou a doença propriamente dita, que conseqüentemente necessita de uma avaliação e intervenção rápida para evitar uma lesão permanente ou até mesmo a morte (CAMARGOS, 2011).

O objetivo do presente trabalho foi de relacionar os cuidados de enfermagem durante uma emergência ou urgência oncológica.

2 METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão bibliográfica nas bases de dados e indexação como, Scielo, Google Acadêmico, Organização das Nações Unidas (ONU) e Instituto Nacional de Câncer (INCA) no período de abril a setembro de 2018. Para realizar a busca, foram utilizadas as palavras-chave: emergência oncológica, urgência oncológica, enfermagem na emergência e urgência oncológica.

Após a busca foram encontrados 10 artigos relacionados às palavras chave. Sendo que 4 artigos destas bases de dados e 2 livros se encaixaram no tema proposto para a elaboração desse trabalho, visto que há uma quantidade mínima de artigos relacionados a emergência e urgência oncológica em enfermagem. As referências utilizadas neste trabalho são em sua maioria concentradas nos últimos 5 anos, exceto achados históricos, quando necessários.

A escolha dos artigos tiveram como critério de inclusão a sua relevância para o meio acadêmico, Visto que há uma escassez de artigos relacionados há emergência e urgência oncológica, sendo de suma importância a abordagem deste assunto a fim de ampliar os conhecimentos deste determinado assunto aos profissionais da área da saúde, sendo excluídos deste trabalho os demais artigos devido a sua irrelevância ao tema proposto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O atendimento universal a qualquer emergência ou urgência, seja oncológica ou não, sempre deverá seguir o protocolo de práticas do ABCDE, que são priorizados pelo Advanced Trauma Life Support (ATLS) e Advanced Cardiac Life Support (ACLS). O paciente avaliado na classificação de emergência deve receber prioridade imediata em

seu atendimento, pois corre risco eminente de morte, já o paciente que recebe a classificação de urgência poderá receber o seu atendimento em até trinta minutos, conforme protocolo de Manchester (JUNIOR e MATOS, 2018).

As emergências e urgências oncológicas podem ser classificadas em metabólicas, neurológicas, cardiovasculares, urológicas, respiratórias e hematológicas, podendo eventualmente, estar relacionadas aos efeitos adversos das medicações utilizadas durante o tratamento oncológico, com isso faz se necessário que a equipe de enfermagem tenha critérios pré-estabelecidos de avaliação em emergências e urgências oncológicas, fazendo com que haja o restabelecimento mais rápido possível do metabolismo e do organismo do paciente (JUNIOR e MATOS, 2018). Por isso, o enfermeiro deve conhecer os principais conceitos de patologia e seus aspectos fisiológicos, pois são fatores que posteriormente influenciaram no contexto da emergência ou urgência oncológica, além de saber avaliar clinicamente os principais sinais e sintomas no momento, podendo assim antecipar os cuidados de enfermagem, com base em um bom exame físico do paciente, avaliando o quadro em que se encontra.

Segundo as autoras Pignatari, Silveira e Carvalho (2008), as principais intervenções de enfermagem para o paciente em situação de emergência e urgência oncológica são: Avaliar sistema respiratório e cardiovascular, avaliar e observar disfunções neurológicas, como paresia, dificuldade de locomoção, avaliar sistema gastrointestinal, monitorar débito urinário e avaliar aspecto, realizar risco de queda e risco para desenvolver trombose venosa profunda. Evidenciou se que há uma preocupação nas diferentes emergências, como o conforto e a segurança do paciente, além dos aspectos de avaliação física ou de parâmetros fisiológicos.

As emergências e urgências oncológicas mais vistas são a síndrome da veia cava superior, hipertensão intracraniana, hipercalcemia maligna, compressão medular, síndrome de lise tumoral e neutropenia febril (MAGARI et.al, 2015).

A síndrome da veia cava superior ocorre pela obstrução ao fluxo sanguíneo através da veia cava superior, podendo ser causada por invasão ou por compressão extrínseca e tem como principais sintomas, a dispneia acompanhada de edema de face que piora com a inclinação do rosto e membros superiores, tosse, dor torácica, confusão mental, disfagia, cefaleia, distensão de veias em cervical e tórax, podendo possivelmente evoluir para coma.

As intervenções específicas dessa intercorrência podem ser a elevação de 30 a 90 graus da cabeceira da cama, verificar sinais vitais, incluindo a oximetria de pulso e nível de consciência, avaliando sempre as mudanças de padrão respiratório e diminuição da perfusão tecidual, avaliar edema e pulsação em jugular, rede venosa em região torácica, evitando também a não administração de medicamentos no lado comprometido pela síndrome da veia cava superior (MAGARI et.al, 2015).

Já hipercalcemia maligna tem como característica o aumento dos níveis de cálcio, que pode estar envolvido com vários mecanismos, como hipervitaminose, reabsorção tubular de cálcio, secreção tumoral de calcitriol e principalmente a hipercalcemia relacionado aos tumores de mama, mieloma múltiplo e pulmão. Os sinais e sintomas dessa patologia podem estar relacionados a desidratação, náuseas, insuficiência renal, confusão mental, hipertensão, arritmia ou até mesmo o coma. Nesses casos a enfermagem tem o papel de checar os resultados de exames laboratoriais, controlar os sintomas, realizar a classificação desse paciente para o risco de queda e sinalizar que há esse risco, fazendo com que toda essa equipe tenha precauções para prevenir a queda do paciente (MOURA et.al, 2017).

Outra patologia importante é a hipertensão intracraniana ocorre na maioria das vezes quando há lesões que envolvem parênquima cerebral ou que obstruem o fluxo do líquido cefalorraquidiano, fazendo com que haja um aumento da pressão intracraniana, podendo ocorrer em casos mais graves herniação ou isquemia. Esses pacientes têm como sintomas, fortes dores de cabeça, náuseas e vômitos, alterações do nível de consciência, déficit neurológicos focais, com isso a enfermagem poderá intervir em manter a cabeceira elevada à 30 graus, fazendo a monitorização dos sinais vitais, balanço hídrico e administração de líquidos, avaliando rigorosamente o nível de consciência através de escalas como a de Glasgow (MOURA et.al, 2017).

A intercorrência de compressão medular tem caracteriza-se por um crescimento tumoral epidural, principalmente de origem metastática, que eventualmente em alguns casos pode levar a morte, mais pode ocasionar sequelas neurológicas irreversíveis, tendo como manifestação clínica o aumento progressivo da dor ou dor aguda e de forte intensidade, com piora ao deitar, tendo irradiação para os membros inferiores, podendo ocorrer a paresia nesses membros, tendo uma disfunção da marcha. Será necessário realizar escala de dor e avaliação periódica desse paciente, administrando medicamentos caso haja necessidade, inserir o paciente no protocolo de queda,

prevenir TVP e lesão por pressão, fazendo mudança de decúbito e avaliação física. Ficar atento à função gastrointestinal, pelo fato do uso de analgésicos, opióides e repouso no leito pode aumentar o risco para constipação intestinal (MAGARI et.al, 2015).

Também é importante relatar sobre a síndrome de Lise tumoral é causada pelo declínio gradual das células tumorais, que libera potássio, fosfato e ácidos nucleicos em exacerbadas quantidades no organismo, podendo ocorrer eventualmente de 12 a 72 horas após a infusão de antineoplásicos, terapia hormonal, corticoides ou radioterapia e seus sintomas clínicos comuns são, náuseas, vômitos, anorexia, desidratação, tetania, oliguria, sinais de sobrecarga de volume como, ganho de peso, edema e estertores a ausculta pulmonar. É necessário que haja um controle rigoroso dos sinais vitais e averiguar a necessidade de monitoramento contínuo e controle rigoroso de balanço hídrico.

E para finalizar as principais emergências oncológicas, descreve a neutropenia febril como a contagem absoluta de neutrófilos $<500/\text{mm}^3$ ou $1.000/\text{mm}^3$ em queda, associada a febre, sendo considerado como neutropenia o paciente que tem um pico isolado de temperatura de $38,3^\circ\text{C}$ ou 38°C , mantida por 1 hora (MAGARI et.al, 2015). O principal fator contribuinte para a neutropenia febril são os efeitos diretos dos antineoplásicos sobre as barreiras de mucosa e déficit imunológicos relacionados à doença ou outras condições imunossupressoras é importante considerar entre 10º e 20º dia pós a quimioterapia. A equipe que enfermagem pode intervir, promovendo a educação desse paciente, ou seja, orientando para entrar em contato em caso de febre, e para a higiene corporal e alimentação adequada. Realizar sinais vitais e principalmente oximetria de pulso, avaliar resultados de exames laboratoriais e estar atento aos sinais e sintomas de infecção, como dor, calor e rubor em região de inserção de cateter, realizar corretamente a coleta de hemoculturas, conforme protocolo, para que haja um resultado fidedigno (MOURA et.al, 2017).

Sendo assim, independente de qual seja a situação de emergência ou urgência, espera-se que o profissional de enfermagem tenha conhecimento de condutas clínicas que são necessárias para um atendimento de qualidade, agilidade, dedicação, respeito, bom senso, assepsia e cuidados com a autoproteção e principalmente a proteção do paciente que vai ser atendido, garantindo um ambiente seguro e eficaz, no momento do atendimento (JUNIOR e MATOS, 2018).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatado por meio desta pesquisa, que estudos referentes à assistência de enfermagem em emergências e urgências oncológicas, tem escasso material para pesquisas na internet, entretanto os artigos e livros selecionados apresentaram intervenções de enfermagem distintas de acordo com a intercorrência oncológica. Constituindo como as principais intervenções: colocar o paciente de forma confortável, orientar os familiares e o paciente sobre tudo o que está acontecendo, realizar avaliação de dor e riscos, monitorar lesões teciduais, disfunções metabólicas, hemodinâmicas ou hematológicas, com isso faz se necessário que o enfermeiro tenha papel primordial na atenção a emergência e urgência oncológica, uma vez que o mesmo esteja capacitado para avaliar clinicamente e intervir. Este estudo nos leva a refletir sobre as praticas profissionais de enfermagem nos campos de atuação, que a cada dia se torna mais desafiador, em meio a tantas adversidades que requer do enfermeiro, primeiramente conhecimento técnico-científico, habilidades práticas e principalmente um olhar holístico perante o paciente.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, D.M.; TEIXEIRA, G.S.M; VIEIRA, R.A.S.M; BOAVENTURA, A.P; CHAGAS, L.R. **Emergência em oncologia : Preparo técnico-científico do enfermeiro**. XI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, 2007. Disponível em:

<http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2007/trabalhos/saude/epg/EPG00062_01C.pdf>
Acesso em: 05.jun.2018

CAMARGOS, M.G; MANFREDINI, L.L; MALDI, C.L.R; LUIZE, P.B. **Atuação do enfermeiro frente às principais emergências oncológicas**. XV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e XI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, 2011. Disponível em:<

http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2011/anais/arquivos/RE_0622_0710_01.pdf>
Acesso em: 10.jun.2018.

JUNIOR, S.R.A.M.; MATOS, S.S.M.S. **Assistência de enfermagem em emergências oncológicas: Uma revisão integrativa da literatura no período de 2008 a 2016**.

Ciências Biológicas e de Saúde, Unit Aracaju. v. 4. n. 3. p. 105-112, Abril. 2018.
Disponível em:<<https://periodicos.set.edu.br/index.php/cadernobiologicas/article/view/5125>> Acesso em: 07.jul.2018.



MAGARIO, M.B; BELLO, P.P.D; RAPATONI, L; PERIA, F.M. **Urgências e Emergências em oncologia**. Ribeirão Preto, SP: FUNPEC Editora, 2015.

MOURA, V.T; OLIVEIRA, A.C; CENTRONE, A.F; MEIRA, A.O.S; CAMPUZANO, T.M; BUZAID, A.C; MALUF, F.C; LIMA, C.M.R. **MOC – Enfermagem – Manual de Oncologia Clínica do Brasil – Enfermagem**. 1º edição. São Paulo: Dendrix Edição e Desing Ltda, 2017.

PIGNATARI, S.C.; SILVEIRA, R.C.C.P.; CARVALHO, E.C. **Emergências oncológicas: Assistência de enfermagem proposta pela literatura**. Online Brazilian Journal of Nursing. vol 7. Nº3, 2008. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=BDENF&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=22141&indexSearch=ID>> Acesso em: 05.jun.2018.

FREQUÊNCIA CARDÍACA E PERCEPÇÃO SUBJETIVA COMO INDICADORES DO ESFORÇO FÍSICO

Vanessa Monteiro Beraldo da Costa, Bruna Scarabello Martins, Ademir Testa Junior e-mail: vanessa.finacas2016@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Para elaborar um cronograma de treinamento, é essencial que seja avaliado a modalidade que será executada, a intensidade do esforço, tempo de duração e a frequência que será realizada semanalmente (WILLIAMS e WILKINS, 2000). É válido analisar esses componentes na prescrição de exercícios ou atividades para as mais diferentes idades e biótipos, mesmo que haja ou não fatores de risco e doenças. Existem vários tipos de indicadores que podem e são utilizados para medir esforço físico nos mais diversas modalidades de esportes e atividades físicas. Posso citar dentre esses frequência cardíaca (FC) e percepção subjetiva do esforço (PSE).

A FC é aferida pela quantidade de vezes em que o coração bate no tempo de um minuto. Quando praticamos exercícios físicos a frequência cardíaca indica se a intensidade da atividade é adequada. Se a frequência cardíaca for controlada pode-se evitar que seja ultrapassado o nível seguro de esforço para o organismo. No entanto devemos ficar atentos a frequências muito baixas ou muito altas, isso pode implicar em problemas no coração (INÊS e FERNANDO, 2006).

A PSE leva em consideração tanto fatores fisiológicos como o aumento do PH sanguíneo, da circulação e FC, como também fatores psicológicos.

Segundo Borg (2000), a percepção do esforço (PE) é referente ao trabalho muscular intenso, assim envolvendo uma tensão grande sobre os sistemas musculoesquelético, cardiovascular e respiratório. A PE também tem relação com o conceito da intensidade do exercício, em outras palavras, o quanto pesado e cansativo é uma atividade ou exercício físico, desta maneira pode ser definida como a intensidade subjetiva de esforço, tensão, desconforto ou fadiga (LEANDRO et al, 2010). O objetivo deste estudo é realizar uma revisão bibliográfica para entender como funciona a frequência cardíaca e a percepção subjetiva do esforço como indicadores do esforço físico.

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste estudo foi utilizado o método de revisão bibliográfica, utilizando revistas e artigos encontrados nas plataformas: Google acadêmico, Pubmed e Scielo. Também se fez o uso de tabelas encontradas em sites com conteúdo publicado por profissionais da área da saúde.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Já entendemos que FC se dá através do número de batimentos cardíacos em um minuto. No entanto esses batimentos podem ser divididos em diversas fases no ciclo cardíaco.

Todo ciclo cardíaco baseia-se no período de relaxamento denominado diástole que é o período em que o coração se enche de sangue que vem das veias, e em seguida pelo período de contração denominado sístole, o qual o sangue é enviado para as artérias (ROQUE, 2009).

O coração funciona conforme as necessidades do indivíduo em cada momento. Se a pessoa se encontra em repouso, o bombeamento dispõe-se entre quatro e seis litros por cada minuto (GUYTON, 1997 apud ROQUE, 2009).

Porém, entendemos que, durante a prática de exercícios físicos de alta intensidade, aumenta as necessidades de levar oxigênio para o coração, que o leva a ter que bombear uma quantidade maior de sangue, e, conseqüentemente deve aumentar a sua frequência de batimentos, assim tendo que bombear mais sangue para contração (GUYTON, 1997 apud ROQUE, 2009).

Levando em consideração o que foi citado no início, que frequências cardíacas em nível elevado ou abaixo do normal podem nos trazer possíveis problemas cardíacos, trouxe abaixo tabelas que indicam a FC normal dos indivíduos: homens e mulheres.

Tabela 1 – FC normal para homens

	Entre 18 e 25 anos	Entre 26 e 35 anos	Entre 36 e 45 anos
Excelente	49 a 55 bpm	49 a 54 bpm	54 a 59 bpm
Boa	57 a 61 bpm	57 a 61 bpm	60 a 62 bpm
Abaixo da média	71 a 73 bpm	72 a 74 bpm	73 a 76 bpm

Fonte: tuasaude.com (2018)

Tabela 2 – FC normal para mulheres

	Entre 18 e 25 anos	Entre 26 e 35 anos	Entre 36 e 45 anos
Excelente	54 a 60 bpm	54 a 59 bpm	54 a 59 bpm
Boa	61 a 65 bpm	60 a 64 bpm	62 a 64 bpm
Abaixo da média	74 a 78 bpm	75 a 76 bpm	74 a 78 bpm

Fonte: tuasaude.com (2018)

Quando usamos a FC para medir a intensidade de esforços físicos precisamos achar a FC_{máx} de cada indivíduo, existem diversos cálculos para nos dar esta informação, porém, a mais utilizada é a que subtrai do número fixo (220) da nossa idade. Por exemplo: 220-22 anos = FC_{máx} 198 bpm.

A FC já foi estudada como indicador de esforço físico em diversos esportes, tanto em meio líquido como terrestres. Podemos observar através dos estudos analisados que além de ser muito utilizada, também é de suma importância que saibamos nossa FC de repouso e FC_{máx} na prática de exercícios físicos para que não ultrapassemos esse limite e venhamos a ter problemas tanto no ato da prática quanto futuramente.

Já a PSE é compreendida como a junção de músculos e articulações, sinais periféricos e ventilação. Sinais interpretados pelo sistema sinovial, que provoca uma percepção geral ou local do desempenho para a realização de alguma atividade (BORG, 1982 apud YUZO et al., 2010). Este modelo é aceito por grande parte dos pesquisadores e profissionais esportivos.

Segundo Foster et al. (1996, 2001 apud YUZO et al., 2010), a PSE da sessão pode ser um instrumento para a periodização do treinamento, utilizando gráficos para a construção deste. Isso possibilitaria o monitoramento de distribuição de cargas de treinamento.

A PSE da sessão mostra uma significativa associação com indicadores internos de intensidade de um exercício, como o consumo de oxigênio e FC permanecidos na fase estável de exercícios ininterruptos (HERMAN et al., 2006 apud YUZO et al., 2010). Esse método possibilita auxiliar na distribuição da carga nas sessões de treinamento de modalidades esportivas com predominância aeróbia e cíclica, a qual a variação nos padrões fisiológicos no decorrer do esforço não é grande, por exemplo, nas corridas de fundo.

Para um melhor entendimento, a partir da prática de algum exercício ou atividade física é gerado um estímulo, as respostas fisiológicas como: consumo de oxigênio, acidose muscular, entre outros, intervêm para que haja o ajuste da intensidade da percepção do estímulo. O efeito desse estímulo acontece por conta de alterações das especificidades da produção de tensão nos músculos esqueléticos. Quando ocorre o aumento da tensão dos músculos periféricos durante exercícios, se faz necessário um aumento dos comandos centrais que surgem do córtex motor. São enviadas ao córtex sensorial cópias deste comando motor posteriormente adaptados às informações periféricas aferentes, dessa forma, produzindo os sinais da PE. Vários outros aspectos de caráter tanto psicológico, de desempenho e os sintomas que geralmente ocorrem no esforço (dores musculares, respiração fadigada, etc.) são enviadas ao córtex sensorial. O fim do processo de percepção se dá no momento em que acontecer o aumento do sinal do córtex sensorial que é acordado aos conteúdos dos filtros de referencia da percepção cognitiva. Assim, esse sinal passa por uma série de eventos, tanto passados como presentes, que irão refletir nas características psicológicas e na maneira como se expressa. O resultado é a resposta da PE (NOBLE e ROBERTSON, 1996).

De forma mais simples, entendemos que PSE ou PE é a percepção do próprio sujeito quanto às respostas fisiológicas dadas pelas sensações do corpo através da intensidade do esforço que esta sendo praticada.

A escala de Borg foi criada pelo fisiologista sueco Gunnar Borg, com o intuito de classificar a percepção do indivíduo ao esforço físico. Os valores vão de 0 a 20 classificando como o indivíduo se sente em relação ao treino, assim determinando a zona alvo do treino. Abaixo um modelo de da escala de Borg:

Figura 1 – Escala de percepção subjetiva de esforço

6	
7	MUITO FÁCIL
8	
9	FÁCIL
10	
11	RELATIVAMENTE FÁCIL
12	
13	RELATIVAMENTE CANSATIVO
14	
15	CANSATIVO
16	
17	MUITO CANSATIVO
18	
19	EXAUSTIVO
20	

Fonte: geeaunitau.com (2017)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ter as mínimas informações que nos ampare de quanto é o máximo que o coração pode bater dentro de um minuto, isso favorece em quesitos de segurança ao realizar qualquer tipo de exercício físico, além também de direcionar a qual via metabólica esta sendo usada com maior aproveitamento de acordo com o objetivo do exercício ou atividade proposta. De acordo com as literaturas a FC e a PSE podem ajudar a controlar e não ultrapassar essa zona alvo que é dada a partir da nossa FC_{máx}. Concluimos então que é de extrema importância se atentar em relação à intensidade de exercícios e/ou atividades físicas para que possa ser mantida a segurança quanto ao limite do esforço físico.

REFERÊNCIAS

BORG, G. **Escalas de Borg para a Dor e Esforço Percebido**. São Paulo: Manole, 2000.

LIMA, A. L. Site Disponível em: <www.tuasaude.com/frequencia-cardiaca> Acesso em: 06 Set.2018.

Escala de Borg. (1962) Tabela de Percepção Subjetiva de Esforço - March. 10, 2017. Disponível em: < <https://www.geeaunitau.com> > Acesso em: 10 Out.2018.



GRAEF, F.I; KRUEL, L.F.M. **Frequência cardíaca e percepção subjetiva do esforço no meio aquático**: diferenças em relação ao meio terrestre e aplicações na prescrição do exercício – uma revisão. São Paulo: Rev. Bras. Med. Esporte, Vol. 12, Nº 4 – Jul/Ago, 2006.

GUYTON, A; Hall J. **Tratado da Fisiologia Humana**. Rio de Janeiro: 9 ed. Editora Guanabara Koogan, 1997.

NAKAMURA, F.Y; MOREIRA, A; AOKI, M.S. Monitoramento da Carga de Treinamento: A Percepção Subjetiva do Esforço da Sessão é um método confiável?. Maringá: **R. da Educação Física/UEM**, v. 21, 2010.

NOBLE, B.J; ROBERTSON, R.J. **Perceived exertion**. Champaign: Human Kinetics, 1996.

ROQUE, J.M.A. **Variabilidade da Frequência Cardíaca**. Coimbra, 2009.

TIGGERMANN, C.L; PINTO, R.S; KRUEL, L.F.M. A Percepção de Esforço no Treinamento de Força. São Paulo: **Rev. Bras. Med. Esporte**. Vol. 16, Nº 4 – Jul./Ago. 2010.

WILLIAMS; WILKINS. **Guidelines for exercise testing and prescription**. Philadelphia: American College of Sports Medicine. 6th ed, 2000.

HUMANIZAÇÃO E ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PARTO

Carla Suzane Tinoco da Silva, Renata Cristina de O. Souza Castro, e-mail: enfcastro@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Segundo Brenes (1991) nos últimos tempos, um movimento de humanização ao parto e ao nascimento vem se consolidando gradualmente. Para a reflexão sobre o tema deve se conhecer sua História. O nascimento é historicamente um evento natural. Como é indiscutivelmente um fenômeno mobilizador, as primeiras civilizações agregaram a este acontecimento, inúmeros significados culturais que através de gerações sofreram transformações, e ainda comemoram o nascimento como um dos fatos marcantes da vida.

Há décadas, os homens viviam conforme seus “instintos naturais”, a mulher se isolava para parir, geralmente sem nenhuma assistência ou cuidados posteriores, apenas seguia o instinto maternal. Observa-se que o parto era considerado um fenômeno natural e fisiológico. (PETER et al., 2005).

Por muitos anos, o ato de parturir foi considerado usualmente realizado pelas mulheres, que compartilhavam intimamente com as parturientes suas experiências e habilidades vindas de suas próprias histórias de vida. As parteiras eram dotadas de muito conhecimento. (CASATE E CORREA, 2005).

O reconhecimento social das parteiras destaca - se nos estudos pesquisados, que até o início do Século passado, eram mulheres que transmitiam muita segurança e confiança para gestante, tinham um grande respeito e reconhecimento na comunidade, pois defendiam novas vidas. Entretanto, as parteiras enfrentavam dificuldades ao exercer a arte de partejar, a ausência do meio de locomoção, ausência de apoio de serviço de saúde e a escassez do material para o parto, eram situações críticas. (PIMENTA et al., 2013).

Como estudado por Enkin (2012) as parteiras detinham um saber empírico entre as mulheres durante a gestação, parto e puerpério até mesmo auxiliavam nos cuidados com o recém-nascido. Estabeleciam confiança orientando-as em relação ao cuidado com o corpo, doenças venéreas e ao abortamento.

O Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar (PNHAH) foi implantado, em 2000, pelo Ministério da Saúde (MS), que constituiu, posteriormente, a Política Nacional de Humanização (PNH). O objetivo da PNH é contribuir para a transformação dos modelos tradicionais de gestão e atenção em saúde, estimular as práticas de co-gestão dos processos de trabalho e atender as demandas manifestadas pelos trabalhadores e usuários dos serviços de saúde. Superando o simples atendimento e o acesso à medicação, essas demandas situam-se, principalmente, na integralidade desse atendimento e no que tange os direitos dos usuários. (BARBOSA et al., 2013).

A atuação do enfermeiro obstetra vai além da perspectiva profissional, é vivida de forma mais ampla e intensa. O profissional precisa de uma emotividade aguçada para fazer um atendimento de qualidade. É necessária sutileza na condução do seu trabalho durante o parto e pós-parto. (OLIVEIRA et al., 2016). Desta forma, o profissional de enfermagem obstétrica, deve ter conhecimentos muito além das técnicas para a realização do parto, deve considerar a cultura e as crenças da parturiente, acolher e orienta-la, acalmando-a e tirando suas dúvidas, orientando sobre os próximos passos para que se sinta acolhida. (MILBRATH et al., 2010).

Essa assistência fundamenta-se na liberdade e no conhecimento que a cliente/gestante/parturiente recebe dos profissionais de saúde enquanto equipe interdisciplinar desde o pré-natal, encaminhamento ao hospital, cuidados com seu corpo e com seu recém-nascido e novamente ao seu planejamento familiar. (PINHEIRO, 2018).

O autor afirma também que, no parto humanizado, a mulher pode reencontrar sua autonomia, requerendo, portanto, uma nova postura dos profissionais que a assistem.

O presente Trabalho tem como objetivo apresentar a política de humanização voltada para as mulheres, na assistência de enfermagem ao parto e nascimento, destacando a importância deste profissional no momento do parto.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada na pesquisa foi uma revisão sistemática da literatura, que consistiu em um método que visa à integração de informações simultâneas, permitindo a investigação da tendência das publicações sobre o parto e humanização a

partir de procedimentos explícitos e sistemáticos, no intuito de identificar os estudos que descrevem o parto humanizado e assistência da enfermagem, com um conteúdo crítico atual.

Para a coleta de dados foram consultadas fontes bibliográficas e eletrônicas através dos sites de busca Bireme, Scielo e Lillacs, num total de 54 achados publicados entre os anos de 1991 a 2017. Os achados mais antigos fizeram parte dos dados históricos que conduziram ao processo de humanização.

As palavras chaves utilizadas para a busca foram: Parto Humanizado. Assistência de enfermagem. Papel do enfermeiro.

2.1 Critérios De Inclusão:

Livros e publicações nacionais e os traduzidos para a língua portuguesa, publicados entre os anos de 1991 e 2017.

Publicações que abordem a humanização no atendimento às gestantes e puerpério. Trajetória histórica até as publicações que tornaram Lei acolher a mulher gestante e puérpera, com tratamento humanizado.

2.2 Critérios De Exclusão:

Todos os que contrariam os critérios de inclusão, descritos acima.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Historicamente os enfermeiros destacaram-se por cuidar bem de seus clientes e de forma organizada, envolvendo disciplina e conhecimento científico. O cuidado e todos os conceitos a ele inerentes (saúde, conforto, ajuda), nortearam sua prática clínica antes mesmo de fazerem parte do corpo das teorias de enfermagem. (BARRETO e MOREIRA, 2004).

Relatam também que na gravidez ocorrem mudanças biológicas, somáticas, psicológicas e sociais que influenciam a dinâmica psíquica individual e as demais relações sociais da gestante, a maneira como ela vive estas mudanças repercute intensamente na constituição da maternidade e na relação mãe-bebê.

Gestação é uma condição para a sobrevivência da vida humana, sendo indispensável à renovação geracional e representa o período de formação de um novo ser. Este período da vida da mulher, que se inicia na concepção, se estende por um

período de cerca de 40 semanas e termina com o parto, é um período em que ocorrem alterações profundas no que respeita ao estilo de vida, provocando mudanças não apenas na vida pessoal, mas também na vida do casal e de toda a família. É também uma fase de preparação física e psicológica, para o nascimento e para a parentalidade (SILVA e SILVA, 2009).

Segundo Silva (2013) durante cada período dessa transformação, a mulher pode ficar mais vulnerável, e, em termos de saúde emocional, a pessoa pode emergir mais fortalecida e amadurecida, ou, então, mais enfraquecida, confusa e desorganizada.

Documento Brasil (2014) defende que a atenção humanizada ao parto refere-se à necessidade de um novo olhar, compreendendo-o como uma experiência verdadeiramente humana. Assim, ao conceituar a humanização do parto, pode-se entendê-la como um movimento pautado na individualidade e singularidade feminina, valorizando o protagonismo da mulher e permitindo uma maior congruência do cuidado com o sistema cultural de crenças e valores.

Documento contido em Brasil (2017) descrevem que as mulheres em trabalho de parto devem ser tratadas com respeito, ter acesso às informações baseadas em evidências e serem incluídas na tomada de decisões. Para isso, os profissionais que as atendem deverão estabelecer uma relação de confiança com as mesmas, perguntando-lhes sobre seus desejos e expectativas. Define o mesmo documento que para estabelecer comunicação com a mulher, os profissionais devem:

- cumprimentar a mulher com um sorriso e uma boa acolhida, se apresentar e explicar qual o seu papel nos cuidados e indagar sobre as suas necessidades, incluindo como gostaria de ser chamada;
- manter uma abordagem calma e confiante, demonstrando à ela que tudo está indo bem;
- bater na porta do quarto ou enfermaria e esperar antes de entrar, respeitando aquele local como espaço pessoal da mulher e orientar outras pessoas a fazerem o mesmo;
- perguntar à mulher como ela está se sentindo e se alguma coisa em particular a preocupa;
- verificar se a mulher tem dificuldades para se comunicar da forma proposta, se possui deficiência auditiva, visual ou intelectual; perguntar qual língua brasileira (português ou libras) prefere utilizar ou, ainda, para o caso de mulheres estrangeiras ou indígenas verificar se compreendem português;

- avaliar o que a mulher sabe sobre estratégias de alívio da dor e oferecer informações balanceadas para encontrar quais abordagens são mais aceitáveis para ela;
- encorajar a mulher a adaptar o ambiente às suas necessidades;
- solicitar permissão à mulher antes de qualquer procedimento e observações, focando nela e não na tecnologia ou documentação;
- envolver a mulher na transferência de cuidados para outro profissional, tanto quando solicitar opinião adicional ou no final de um plantão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A humanização tem um significado especial quando se refere ao momento de parto e pós-parto pela dor e emoções características desse evento fisiológico natural e o enfermeiro obstetra possui a capacidade de direcionar a equipe multiprofissional para o cuidado humanizado.

A assistência à mulher no período gravídico puerperal no Brasil ainda está focada no modelo biomédico, que fragmenta o ser humano, o que tem contribuído para a permanência e ou aumento do número de procedimentos invasivos e intervencionistas durante o trabalho de parto, muitas vezes de forma desnecessária e sem a participação da mulher e ou família.

Cabe aos profissionais de saúde e comunidade reivindicar a implantação de políticas públicas, destinadas ao atendimento da mulher de forma mais humanizada no momento em que ela se encontra mais vulnerável e carente de apoio emocional, como durante a maternidade. Neste sentido, o enfermeiro tem sido reconhecido pelo Ministério da Saúde e outros órgãos não governamentais, como o profissional que possui formação holística e procura atuar de forma humanizada no cuidado à parturiente, tanto nas Casas de Parto, como nas maternidades.

Para tanto, é necessária a aquisição de profissionais qualificados e comprometidos de forma pessoal e profissional, que recebam a mulher com respeito, ética e dignidade, além de serem incentivadas a exercerem a sua autonomia no resgate do papel ativo da mulher no processo parturitivo, como também serem protagonistas de suas vidas e repudiarem qualquer tipo de discriminação e violência, que possam comprometer os direitos de mulher e cidadã.

REFERÊNCIA

- BARBOSA, G.C; MENEGUIMI, S; LIMA, S A M E MORENO, V. Política Nacional de Humanização e formação dos profissionais de saúde: revisão integrativa. **Rev Bras Enferm**, Brasília 2013 jan-fev; 66(1): 123-7.
- BRENES, A C. Historia da parturição no Brasil, século XIX. **Cad.Saude Publica**. Vol.7 nº. 2: Rio de Janeiro Apr./June 1991.
- BARRETO, JA, MOREIRA, RVO. **A formação do enfermeiro para o cuidado: da fragmentação à complexidade Fortaleza (CE): UVA; 2004.**
- BRASIL - Ministério da Saúde (BR). Humanização do parto e do nascimento. Brasília (DF): Ministério da Saúde: **Cadernos Humaniza SUS**, 2014.
- BRASIL - Ministério da Saúde (BR). **Diretrizes Nacionais de Assistência ao parto**. Brasília (DF), 2017.
- CASATE, J.C, CORREA, A.K. Humanização do atendimento em saúde: conhecimento veiculado na literatura brasileira de enfermagem. **Rev Latino-Am Enfermagem**. 13(1):105-11. Janeiro-fevereiro, 2005.
- ENKIN, C.S. **Guia para atenção efetiva na gravidez e no parto**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
- MILBRATH, V M; AMESTOY, S C; SOARES, D C e SIQUEIRA, H C H. Vivências maternas sobre a assistência recebida no processo de parturição. Escola Anna Nery. **Rev. Enferm** [online] v.14, n.3, pp. 462-467. ISSN:1414-8145. 2010.
- OLIVEIRA, J D G; CAMPO, T N C; SOUZA, F M L C; DAVIM, R M B e DANTAS, J C. Percepção de Enfermeiros Obstetras Na Assistência á parturiente. **Rev enferm UFPE on line**. Recife, 10(10):3868-75, out., 2016.
- PETER, A P C; FEYER, I S S; BÚRIGO, R A e SALLAI, T. **O cuidado cultural no processo de ser e viver da mulher, recém-nascido e família que vivenciam o parto, no domicilio e no hospital, com ênfase no Contexto domiciliar**. Abrindo novos caminhos para a enfermagem. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Enfermagem-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2005.
- PIMENTA, D G; AZEVEDO, M C; ANDRADE, T L B; OLIVEIRA, C S S e MOURÃO, L.X.G. O parto realizado por parteiras: uma revisão integrativa. **Revista trimestral da enfermeira**. Nº 30. Abril 2013.
- PINHEIRO, P. O Processo Histórico da Assistência ao trabalho de Parto. **Rev. Ciênc. Cidadania** - v.2, n.1. Jan 2018.



SILVA, L. J, SILVA, L. R. **Mudanças na Vida e no Corpo: Vivências Diante da Gravidez na Perspectiva Afetiva dos Pais.** Revista de Enfermagem. Esc Anna Nery, abril-junho; 13(2): 393- 401. 2009.

SILVA, E A T. **Gestação e preparo para o parto: programas de intervenção.** O Mundo da Saúde, São Paulo;37(2):208-215 Abril 2013.

INCLUSÃO NAS ATIVIDADES DA CULTURA DE MOVIMENTO

Barbara Larissa Canato, Kaik Vitor Lira dos Santos, Ademir Testa Junior
e-mail: barbaracanato22@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Segundo, Carvalho e Lessa (2014), com o passar dos anos notamos que a população do sedentarismo vem crescendo. Isso é preocupante quando pensamos que dentre dessa população se encontra os deficientes. Um dos problemas que acontece e contribuem para que isso aconteça é: “uma grande dificuldade nos deficientes de se chegar até o profissional de Educação Física e vice-versa” (MONTEIRO e SALES DA SILVA, 2010).

O profissional de Educação Física precisa ter certa atenção no trato com pessoas com necessidades especiais. É de grande importância que haja espaços físicos sem barreiras arquitetônicas, conhecimento das técnicas de orientação, da língua dos surdos e conscientização do profissional para entender a individualidade presente entre o meio social dessas pessoas (ZARTH, SIQUEIRA, LEBEDEFF, 2008 apud DIEHL, 2006).

Segundo Gugel (2018), no início da pré-história quando as pessoas nasciam com algum tipo de deficiência acabavam não sobrevivendo, por questões do ambiente hostil que os cercavam. Alguns fatores que prejudicavam bastante a sobrevivência deles era a falta de abrigo, não havia muita comida, naquela época não era de costume a plantação de alimentos, para conseguir se alimentar eles caçavam e para se aquecer utilizavam as peles dos animais que eram caçados. Muitos se prendiam nas suas limitações físicas o que os impediam de realizar determinadas ações. Um pouco mais adiante na idade média no fim do império romano, as pessoas que nasciam com deficiência e sobreviviam ao nascimento, acabavam sendo encarada pela sociedade como algo bizarro, bruxaria, e acabavam sendo separadas de suas famílias e mortas. Já a idade moderna foi marcada pelo maior período de humanismo e novas ideias de aceitação desses indivíduos.

Grella, Souza e Louhaine (2018) deixam claro que é de suma importância a preocupação com as barreiras arquitetônicas e como o deficiente pode ter uma

acessibilidade mais fácil em locais públicos. E que é necessário moldar e criar mais formas de meio de acesso para todas as pessoas.

Diante dessas citações podemos perceber que a inclusão social de portadores de deficiência vem sendo estudada ao longo dos anos e é uma preocupação global. Porém quando se fala em incluir o deficiente no meio da educação física, atividades e esportes, depara-se com o espanto das pessoas porque não é algo “comum”. Por todos esses motivos considera-se importante estudar as possibilidades e a relevância da inclusão dos portadores de deficiências nas atividades da cultura de movimento relacionadas à saúde e qualidade de vida dessas pessoas.

O objetivo do presente estudo foi identificar a importância da inclusão social de pessoas com deficiência na Educação Física e no esporte.

2 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica. É um estudo comparativo de toda teoria e prática de um assunto que necessita ser aperfeiçoado, aprimorado e atualizado. Esse trabalho foi desenvolvido através de estudos de revistas e artigos, obras que buscaram desenvolver de uma forma ampla o assunto. A revisão bibliográfica faz parte de um estudo científico, é a relação de obras consultadas consideradas relevantes para o tema desenvolvido (ROSA e ALVARENGA, 1999).

Foram pesquisados artigos através do Google acadêmico utilizando as palavras: A inclusão de deficientes no esporte.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A prática do esporte pode trazer benefícios físicos e psicológicos ao indivíduo que apresenta deficiência, entre os benefícios físicos podemos citar como exemplos; Agilidade, equilíbrio, força muscular, coordenação motora, resistência física, melhora das condições do organismo (aparelhos circulatório, respiratório, digestório e reprodutor), entre outros. Benefícios psicológicos: Melhora da autoestima, aumenta a integração social, redução da agressividade, estímulo à independência e autonomia, trabalha a potencialidade do indivíduo suas e limitações, entre outros (PADRINELLI, 2011).

A Educação física tem o papel de incentivar e desenvolver nos indivíduos com deficiência o hábito da prática de esporte. A atividade física deve se transformar em prioridade na área de educação física (LEHNHARD, MANTA e PALMA, 2012).

Através de um estudo feito com deficientes visuais em cima da ginástica artística (uma das opções de atividade física) foi apontado uma melhora na questão do afeto social e o desenvolvimento da capacidade de equilíbrio físicos dos indivíduos (SOUZA, CIRO, FERREIRA e ALMEIDA, 2006).

Um grupo de cadeirantes encontrou no basquete uma forma de inclusão no meio social. Alguns dos atletas fazem parte da Seleção Brasileira masculina de basquete em cadeira de rodas. A modalidade é praticada por aqueles que têm alguma deficiência físico-motora, sob as regras adaptadas da Federação Internacional de Basquete. Ele destaca que o esporte além de promover melhoras na saúde é também um meio de superação das limitações dos indivíduos (CARVALHO, 2016).

A adaptação e a reabilitação do esporte podem melhorar a autoestima e a socialização de pessoas com deficiências. Pode ser que nem todas as pessoas que começam a praticar esporte tornar-se-ão atletas profissionais um dia, mas através disso podemos conscientizar os indivíduos sobre a importância da prática do esporte e como isso pode ser um caminho para melhora da saúde e qualidade de vida. É necessário despertar o gosto por ajudar essas pessoas para que elas sejam incluídas e entendam que o esporte traz benefícios a elas como, por exemplo a melhora do sistema imunológico, cardiovascular, aquisição de força e alguns aspectos psicológicos como autoconfiança e motivação (CRAÍDE, 2016).

Nos últimos tempos tem sido notada certa preocupação entre os profissionais de Educação Física, a respeito da inclusão de deficientes no esporte em geral. Alguns estudos apresentam a possibilidade de se trabalhar em grupo com essas pessoas, o que ajuda a desenvolver suas potencialidades e principalmente auxilia na inclusão e aceitação entre eles. Observou-se a melhora significativa na relação social entre os deficientes quando se trabalha em grupos, isso se trata até mesmo de uma superação de suas limitações (COSTA e DUARTE, 2002).

Para os deficientes o esporte é um sentido para a vida, algo que os impulsionam para ir adiante e não desistirem nunca. O desempenho do atleta está ligado com o ganho de capacidade física, manutenção de independência e saúde mental, o que ajuda a garantir a percepção de competência e manter a identidade pessoal do sujeito.

A prática de atividade física causa superação e imagem corporal positiva no indivíduo, que o ajuda na sua autoestima. O ambiente esportivo causa no atleta um senso de responsabilidade política, pois, ele aprende ajudar seus colegas de equipes e outros competidores a superar suas limitações e deficiência, servindo como exemplo para sociedade em que vive. A atividade física e o esporte geram no atleta com deficiência, a competição do atleta contra si mesmo e contra suas limitações, que o faz superar qualquer obstáculo imposto pela sociedade (BRAZUNA e CASTRO, 2001).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, apesar das dificuldades que os deficientes enfrentam todos os dias, os estudos evidenciaram a melhora na inclusão dessas pessoas, pois hoje em dia criou-se outro olhar para esses indivíduos, sabe-se que eles precisam de ajuda e não exclusão social e preconceito. O profissional de Educação Física que atua com deficientes não deve se prender nas limitações desses indivíduos, mas ajuda-los a trabalhar suas potencialidades, afinal, não é porque eles apresentam uma deficiência que não são capazes de ter uma vida normal e se preocupar e ir em busca da melhoria da sua saúde e qualidade de vida.

Precisamos a cada dia melhorar nossas adaptações nos esportes e trabalhar nossa criatividade para criar mais modalidades para eles, mostrando para nós mesmos que todos têm capacidades de podem ser melhores a cada dia. E que por maior que pareça um obstáculo nunca se deve desistir dos sonhos e de quem cada um deseja ser. Não importam as circunstâncias e nem de que jeito se chegará ao objetivo, o que importa é não parar de lutar e todo dia e acordar disposto a vencer mais uma batalha.

REFERÊNCIAS

BRAZUNA, M. R.; CASTRO, E. M. A trajetória do atleta portador de deficiência física no esporte adaptado de rendimento: uma revisão da literatura. **Motriz**, v. 7, n. 2, p. 115-123, 2001.

CARVALHO, T. N.; LESSA, M. R. Sedentarismo no ambiente de trabalho: os prejuízos da postura sentada por longos períodos. **Revista Eletrônica Saber**, v. 23, 2014.

CARVALHO, W. Reportagem: No esporte, pessoas com deficiência encontram superação e vencem desafios. **Portal da Espiritualidade Ecumênica**. Disponível em: <https://www.boavontade.com/pt/esporte/no-esporte-pessoas-com-deficiencia-encontram-superacao-e-vencem-desafios>, acesso em: 15/04/2014 atualizado em 22/09/2016.

CRAÍDE, S. Reportagem: Esporte adaptado pode ajudar no resgate da autoestima de pessoas com deficiência. **Agência Brasil**. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/rio-2016/noticia/2016-09/esporte-adaptado-pode-ajudar-no-resgate-da-autoestima-de-pessoas-com> DF Brasília, publicado em 03/09/2016.

DA COSTA, A. M.; DUARTE, E. Atividade física e a relação com a qualidade de vida, de pessoas com sequelas de acidente vascular cerebral isquêmico (AVCI). **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 10, n. 1, p. 47-54, 2008.

GRELLA, C.; SOUZA, A. L.; LOUHAINÉ, F. **ABNT, NBR. 9050: 2015**. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 3ª Ed. Rio de Janeiro, 2015.

GUGEL, M. A. G. **Pessoas com deficiência e o direito ao trabalho**. Florianópolis: Obra Jurídica, 2007.

LEHNHARD, G. R.; MANTA, S. W; PALMA, L. E. **A prática de atividade física na história de vida de pessoas com deficiência física**. Santa Maria-RS, 2012.

MONTEIRO, J. A.; SALES, Da S. M. A importância da atividade física para os deficientes físico. **Revista Digital**. Disponível: <http://www.efdeportes.com/efd148/atividade-fisica-para-os-deficientes-fisicos.htm> Publicado em setembro de 2010.

ROSA, M. V. de F. P. do C. e ALVARENGA, M. A. de F. P. Livro: **Apontamentos de metodologia para a ciência e técnicas de redação científica**. Editoração eletrônica Formatos Artes Gráficas p. 26, 53 e 90. Porto Alegre RS, 1999.

SOUZA, C. M. de O.; CIRO, W. F.; FERREIRA, A. C. de O. e ALMEIDA, J. J. G. Ginástica artística para crianças deficientes visuais. Relato de experiências. **Revista Digital** – Buenos Aires, março de 2006.

PADRINELLI, A. **Ortopedia e traumatologia: os benefícios do esporte para o deficiente físico**. Editora: Redação Casadaptada, 2017.

ZARTH, A. P.; SIQUEIRA, P. C. M.; LEBEDEFF, T. B. O profissional de Educação Física e sua responsabilidade frente ao processo de inclusão **Revista Digital** Julho de 2008 Apud DIEHL, R. M. **Jogando com as diferenças: jogos para crianças e jovens com deficiência**. São Paulo: Phorte, 2006.

INFLUÊNCIA DO TREINAMENTO RESISTIDO PARA IDOSOS HIPERTENSOS

Fábio Alves de Siqueira, Fabio Lopes, Guilherme Augusto Martines,
e-mail: binho3.and1@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), define-se o idoso por meio da idade cronológica, onde são considerados de terceira idade apenas indivíduos acima dos 60 anos de idade em países subdesenvolvidos, e àqueles acima dos 65 anos, provenientes de países desenvolvidos.

Desde a década de 1950, observa-se um crescente aumento no número de idosos no mundo. Estima-se que haja atualmente mais de 800 milhões de indivíduos nesta faixa etária, sendo que a previsão para o ano de 2050 é um aumento exponencial para aproximadamente 2 milhões de pessoas (KALACHE et al. 1987).

No Brasil, a população idosa vem acompanhando esse crescente mundial, onde em 2011, havia-se 20,5 milhões de pessoas, o equivalente a 10,8% do total da população. Desses, 55,5% eram mulheres e 44,5% homens (KÜCHEMANN, 2012).

Com o aumento da expectativa de vida a nível mundial, observa-se uma maior incidência de certas doenças, como àquelas relativas ao aparelho cardiovascular, os quais são responsáveis por mais de 250.000 mortes anuais, e a hipertensão arterial sistêmica (HAS), contribui para a ocorrência de quase metade delas (MIRANDA et al, 2002).

A hipertensão, também conhecida como pressão alta, é uma síndrome caracterizada pela presença de níveis tensionais elevados, associados a alterações metabólicas hormonais e a fenômenos tróficos, que consistem na hipertrofia cardíaca e vascular. Seus valores são considerados elevados entre 139 mmHg (milímetros de mercúrio) para a pressão sistólica e 89 mmHg para a diastólica. Trata-se de um agravo de etiologia multifatorial, por trazer múltiplas consequências, como várias doenças cardiovasculares, sendo o infarto e o Acidente Vascular Cerebral (AVC) as mais recorrentes (ARAUJO, 2014).

Sabendo-se que é indispensável envelhecer com saúde para conseguir realizar as atividades cotidianas, o treinamento resistido surge como uma ferramenta importante para tal finalidade.

O treinamento resistido, também conhecido como treinamento de força ou com pesos, tornou-se uma das formas mais populares de exercício para melhorar a aptidão física e o condicionamento de atletas. Os termos treinamento de força, treinamento com pesos e treinamento resistido são todos utilizados para descrever um tipo de exercício que exige que a musculatura corporal se movimente, ou tente se movimentar, contra uma força oposta, geralmente exercida por algum tipo de equipamento (FLECK et al, 2017).

Estudos epidemiológicos têm demonstrado relação direta entre inatividade física e a presença de múltiplos fatores de risco como os encontrados na síndrome metabólica. Entretanto, tem sido demonstrado que a prática regular de exercício físico apresenta efeitos benéficos na prevenção e tratamento da hipertensão arterial, resistência à insulina, diabetes, dislipidemia e obesidade. Com isso, o condicionamento físico deve ser estimulado para todos, ou seja, pessoas saudáveis e/ou com múltiplos fatores de risco, desde que, sejam capazes de participar de um programa de treinamento físico (CIOLAC, 2004)

O objetivo foi analisar a influência do treinamento resistido sobre a hipertensão arterial em idosos.

2 METODOLOGIA

Realizou-se uma pesquisa de Revisão Bibliográfica, o qual se caracteriza por ser indireta, indutiva e qualitativa.

Para obtenção dos artigos foram utilizados os seguintes descritores: treinamento resistido; hipertensão e idosos. Foi utilizado como critério de inclusão aqueles artigos relacionados à temática da pesquisa e escritos na língua portuguesa, inglesa e espanhola. Livros e outras fontes de informações também foram consultados.

Para obtenção dos resultados, utilizou-se de 15 artigos publicados entre os anos de 2004 e 2014. Artigos que não tiveram relação à temática da pesquisa se enquadraram nos critérios de exclusão do estudo, e dessa forma, não foram utilizados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Terceira Idade Conceito

O idoso é diferenciado para países em desenvolvimento e para países desenvolvidos. Nos primeiros, são consideradas idosas aquelas pessoas com 60 anos; nos segundos, são idosas as pessoas a partir dos 65 anos. Essa definição foi estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), durante a Primeira Assembleia Mundial das Nações Unidas sobre o Envelhecimento da População, relacionando-se com a expectativa de vida ao nascer e com a qualidade de vida que as nações propiciam aos seus cidadãos (SANTOS, 2010).

A Organização Mundial da Saúde (OMS), classifica o envelhecimento em quatro estágios, sendo estes: meia idade, idoso, ancião e velhice extrema, conforme pode ser visto na tabela abaixo (BEZ et al, 2016).

Tabela 1 -Classificação do envelhecimento conforme OMS.

Meia idade	45 a 59 anos
Idoso	60 a 74 anos
Ancião	75 a 90 anos
Velhice extrema	90 anos em diante

Fonte: (BEZ et al, 2016).

3.2 Conceito De Hipertensão

É uma condição clínica multifatorial caracterizada por elevação sustentada dos níveis pressóricos acima de 140 e/ou 90 mmHg. Frequentemente se associa a distúrbios metabólicos, alterações funcionais e/ou estruturais de órgãos-alvo, sendo agravada pela presença de outros fatores de risco, como: dislipidemia, obesidade abdominal, intolerância à glicose e diabetes mellitus. Mantém associação

independente com eventos como morte súbita, acidente vascular encefálico, infarto agudo do miocárdio, insuficiência cardíaca, doença arterial periférica e doença renal crônica, fatal e não fatal (MALACHIAS et al, 2016).

3.3 Conceito De Treinamento Resistido

O treinamento resistido, também conhecido como treinamento de força ou com pesos, tornou-se uma das formas mais populares de exercício para melhorar a aptidão física e o condicionamento de atletas. Os termos treinamento de força, treinamento com pesos e treinamento resistido são todos utilizados para descrever um tipo de exercício que exige que a musculatura corporal se movimente, ou tente se movimentar, contra uma força oposta, geralmente exercida por algum tipo de equipamento (FLECK et al, 2017).

3.4 Benefícios À Saúde Na Terceira Idade E Hipertensão

O treinamento contra resistência é considerado relativamente seguro para aumentar a força muscular e melhorar a qualidade de vida, tanto em adultos saudáveis, quanto em idosos ou em portadores de comprometimentos cardiovasculares (NOGUEIRA et al, 2012).

O exercício resistido é eficaz para tratar e evitar doenças, como: obesidade, hipertensão arterial, osteoporose e diabetes, proporcionando ao praticante aumento da massa magra, evitando assim o aparecimento da sarcopenia, aumento da densidade mineral óssea, prevenindo o surgimento da osteoporose, elevação da força muscular, melhora das capacidades funcionais, enfim, permitindo ao idoso realizar todas as tarefas cotidianas e ter independência pessoal (SANTOS et al, 2015).

Terra et al. (2008), verificaram o efeito do treinamento resistido sobre a PA, FC e duplo produto (DP) em mulheres idosas com hipertensão controlada. O grupo treinamento resistido foi submetido a um protocolo de 12 semanas, frequência de três vezes semanais em dias alternados, consistindo de três séries de 12, 10 e 8 repetições com uma intensidade variável em diferentes estágios do programa. O protocolo iniciou com uma carga de 60% do 1-RM, com incrementos de 70% e 80% do 1-RM nas últimas semanas.

Após 12 semanas de treinamento resistido, ocorreram reduções significativas nos valores de pressão arterial sistólica em repouso, pressão arterial média e duplo produto em idosos com hipertensão controlada. Não foram encontradas reduções significativas na pressão arterial diastólica e frequência cardíaca de repouso no grupo de treinamento e no controle (TERRA et al. 2008).

No que se refere à intensidade do treinamento resistido, observou-se que o treinamento realizado com alta intensidade (70-90% de 1RM), seja com normotensos

ou hipertensos, proporcionou redução da PA sistólica de forma isolada. No entanto, quando o treinamento foi realizado com intensidade moderada (50-65% de 1RM), os estudos, observaram redução tanto da PA sistólica como da PA diastólica (VIEIRA, 2013).

Segundo Medina et al. (2010), para a prevenção primária, recomenda-se que todo adulto pratique pelo menos 30 minutos de atividades físicas moderadas em pelo menos 5 dias da semana, o que pode ser feito de forma contínua ou acumulada. Para indivíduos com propensão à HA, recomenda-se o envolvimento em atividades de lazer mais vigorosas que trazem mais benefícios preventivos.

Considerando-se o tratamento da HA, o treinamento aeróbico é o de escolha para o hipertenso. Esse treinamento deve ser realizado pelo menos três vezes por semana por pelo menos 30 minutos em intensidade leve a moderada (40% a 60% do consumo pico de oxigênio ou da frequência cardíaca de reserva) (MEDINA et al. 2010).

O treinamento resistido deve ser feito em complemento ao aeróbico com uma frequência de duas a três vezes por semana, envolvendo a execução de 8 a 10 exercícios para os principais grupos musculares em intensidade leve (50% de 1 RM) e com séries de 10 a 15 repetições até a fadiga moderada (interrompidas quando a velocidade de movimento diminuir). Entre as séries e os exercícios, deve-se observar um período de 1 a 2 minutos de intervalo passivo (MEDINA et a., 2010).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do exposto, observa-se que com o crescente aumento da população idosa, as doenças como a hipertensão arterial também têm aumentado. Sendo assim, uma das melhores estratégias a serem utilizadas tanto para a prevenção como para o tratamento dessa patologia se refere na prática sistemática de exercícios resistidos e aeróbios.

Quanto à intensidade, frequência e duração, O treinamento resistido se mostrou mais eficaz nesta população quando realizado em uma intensidade moderada entre 50 e 65% do 1RM, de 3 a 5 vezes na semana, com duração de 30 minutos por dia, juntamente com o treinamento aeróbico.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, J. M. **A hipertensão arterial sistêmica e a atenção básica de saúde: uma revisão bibliográfica.** Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
- CIOLAC, E. G.; GUIMARÃES, G. V. Exercício físico e síndrome metabólica. **Revista brasileira de medicina do esporte**, v. 10, n. 4, p. 319-24, abr.- mai. 2004.
- BEZ, M. R.; PASQUALOTTI, P. R.; PASSERINO, L. M. Inclusão digital da terceira idade no centro Universitário Feevale. In: **Brazilian Symposium on Computers in Education (Simpósio Brasileiro de Informática na Educação-SBIE)**, n. 17, 2006, Vila Nova.
- FLECK, Steven J.; KRAEMER, William J. **Fundamentos do treinamento de força muscular.** Artmed Editora, 2017.
- KALACHE, A.; VERAS, R. P.; RAMOS, L. R. O envelhecimento da população mundial: um desafio novo. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 21, p. 200-210, out.- fev. 1987.
- KÜCHEMANN, Berlindes Astrid. **Envelhecimento populacional, cuidado e cidadania: velhos dilemas e novos desafios.** Sociedade e Estado, v. 27, n. 1, p. 165-180, 2012.
- MIRANDA, R. T. V. T. M. J. et al. Hipertensão arterial no idoso: peculiaridades na fisiopatologia, no diagnóstico e no tratamento. **Revista Brasileira de Hipertensão**, v. 9, n. 3, p. 293-300, abr.- jun. 2002.
- MEDINA, F. F. D. H. C. et al. Atividade física: impacto sobre a pressão arterial. **Revista Brasileira de Hipertensão**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 103-6, fev.- mai. 2010.
- MALACHIAS, M. V. B. et al. **7ª Diretriz brasileira de hipertensão arterial.** Arq Bras Cardiol, v. 107, n. 3, p. 1-103, 2016.
- NOGUEIRA, I.; Z.; D.; A.; C. et al. Efeitos do exercício físico no controle da hipertensão arterial em idosos: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 587-601, jan.- ago. 2012.
- SANTOS, S. S. C. Concepções teórico filosóficas sobre envelhecimento, velhice, idoso e enfermagem gerontogeriatrica. **Revista Brasileira de Enfermagem**, rio grande, v. 63, n. 6, p. 1035-1039, jul.- jul. 2010.
- SANTOS, S. C. D, R. L. Os benefícios do exercício resistido para idosos. **Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva**, Itapeva, 2015.
- TERRA, D. M. H. L. R. A. R. P. R. F. et al. Redução da pressão arterial e do duplo produto de repouso após treinamento resistido em idosas hipertensas. **Arquivos brasileiros de cardiologia**, São Paulo, v. 91, n. 5, p. 299-305, fev.- abr. 2008.



VIEIRA, L. G. U.; QUEIROZ, A. C. C. Análise metodológica do treinamento de força como estratégia de controle da pressão arterial em idosos: uma revisão. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 845-854, out.-dez. 2013.

INTERVENÇÃO MULTIPROFISSIONAL EM INDIVÍDUOS COM SARCOPENIA.

Lídia Fernanda Codatto, Carolina Paraizo Luiz, Guilherme Augusto Martines, e-mail: gmartines2000@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O termo Sarcopenia foi referenciado pela primeira vez em 1989 por Irwin Rosenberg. O mesmo referiu que qualquer sintoma que esteja relacionado com a velhice não interfere de forma tão drástica em relação ao estado em ambulatório, a mobilidade, a ingestão energética, o estado nutricional e a independência como a perda de massa muscular (RosenBerg 1997).

O percentual de idosos está aumentando não apenas no Brasil, mas no mundo, resultando em profundas mudanças na dinâmica demográfica, onde nos últimos 60 anos, houve um acréscimo de 15 milhões de indivíduos idosos no país, passando de 4 para 9% da população brasileira (PARAHYBA e SIMÕES, 2006).

Em 2025, projeta-se um aumento no país em mais de 33 milhões de idosos, colocando o Brasil na sexta colocação quanto a maior percentual populacional de idosos no mundo (Freitas, 2006).

Com o chegar da idade mais avançada se observam profundas alterações orgânicas, dentre elas, a composição corporal. Aumenta-se a gordura corporal, especialmente na cavidade abdominal e reduz-se a massa corporal magra. Essa diminuição ocorre basicamente como resultado das perdas da musculatura e esquelética (GUCCIONE, 2000).

A diminuição da musculatura relacionada à idade foi denominada de “sarcopenia”. O seu desenvolvimento é um processo multifatorial que inclui inatividade física, unidade motora remodelada, nivelação de hormônio diminuído e diminuição da síntese de proteína (Roth et al, 2000).

Apesar de ser uma condição natural com o avançar da idade, idosos com sarcopenia que se submetem a treinamentos de resistência conseguem melhorar seu desempenho nas atividades funcionais, podendo atenuar ou mesmo reverter a diminuição de musculatura e sua força muscular (ROUBENOFF, 2001; FRISARD, 2007; EVANS, 2002; PORTER, 2001).

A sarcopenia vai muito além da composição corporal dos idosos, visto ser um empecilho para a realização das Atividades da Vida Diária (AVDs), assim como a manutenção da independência funcional dos mesmos. Desta forma, este trabalho tem como objetivo explanar sobre a intervenção multidisciplinar em indivíduos com sarcopenia.

2 METODOLOGIA

Foi realizado uma Revisão de Literatura, onde utilizou-se como base de dados o Google Acadêmico e o Pubmed para obtenção dos artigos que apresentassem relação ao tema do trabalho.

Utilizando as seguintes palavras-chaves: Sarcopenia, Tratamento e Idosos, foi realizada a pesquisa e aqueles artigos que a priori apresentassem a mesma abordagem ao trabalho foram selecionados e seus resumos foram lidos. Caso as informações ali contidas fossem divergentes, os mesmos foram descartados.

A prevalência da sarcopenia em pessoas com idade avançada no mundo varia entre 3 a 30% (BAUMGARTNER et al. 1998; MASANES et al., 2012; CASTILLO et al., 2003; TICHET et al., 2008). Houve um estudo que foi concretizado no ano de 2012 com brasileiros com faixa etária acima de 60 anos, foi identificado que 36,1% dos participantes da pesquisa citada acima possuíam uma musculatura já reduzida (RECH et al, 2012).

Conforme se avança a idade cronológica, tem-se uma maior tendência de ocorrer a sarcopenia, havendo relatos de uma constância maior que 50% em senis com idade superior a 80 anos (BAUMGARTNER, 1998).

Patel et al (2013) descrevem que essa variação na prevalência é capaz de ser explicada pela utilização de inúmeros significados de sarcopenia utilizada pelos autores, como: apenas massa muscular ou anexa a outras variantes como força e desempenho físico; pelas distintas técnicas de diagnósticos para relatar a redução da massa muscular.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A sarcopenia possui duas origens. A primária é quando a sarcopenia está associada apenas ao processo de envelhecimento e a secundária está relacionada a distintos fatores que a desencadeiam. Entre estes fatores podemos alegar a falta de

atividade física que abrangem situações de longos repousos, viver sedentariamente, falta de condicionamento ou em situações de gravidade zero (BAUMGARTNER et al 1998).

Outro fator que também é respeitável e está ligado a nutrição é o consumo inadequado de energia e proteína ou hábito de usar remédios que causam anorexia (Baumgartner et al 1998).

Conforme estudos de Sin-Jin e Long-Jiang (2010), Rom et al. (2012) e Cawthon et al. (2007), a população idosa é a que mais tem perda de massa, força e desempenho ao longo dos anos e está associada a consequências negativas como fragilidade, aumento do número de quedas e fraturas (Di Monaco et al 2011), limitação para a realização de atividades da vida diária (Janssen et al 2004), maior risco de morte (Gale 2007) e até influenciar em desfechos negativos durante a hospitalização (Masanes et al 2012). Há também uma associação entre a inatividade física e doenças cardiovasculares, diabetes, demência, depressão e câncer.

Entre as formas mais citadas sobre o tratamento da sarcopenia são exercício físico, nutrição e reposição hormonal, as quais serão apresentadas:

a) Exercício Físico

A falta de exercício físico é uma condição importante na população idosa por consequência do desequilíbrio entre a síntese e a degradação proteica (BURTON e SUMUKADAS, 2010).

Neste sentido, as atividades físicas são algumas das maneiras de se diminuir os efeitos negativos da falta da mesma e como consequência a sarcopenia. Há inúmeros tipos de exercícios e treinos que podem ser realizados, porém, o exercício que faz uso de força causa um grande ganho no crescimento da musculatura e sua força (BURTON e SUMUKADAS, 2010).

Treinar usando a força de forma crescente é o mais empregado nos idosos, o qual consiste em fazer atividades com crescente da resistência e está associado ao crescimento da musculatura, da função física e da massa corporal magra (MANGIONE et al. 2010).

Embora não há contribuição para a hipertrofia, atividades físicas que fazem uso de exercícios aeróbicos podem reduzir a gordura intramuscular, resultando em uma melhoria da atividade da musculatura (TIMMERMAN et al. 2012).

Dois recentes estudos demonstraram benefícios da atividade física na sarcopenia em idosos. Akune et al. (2014) comprovaram que as pessoas com idade avançada e que faziam uso de atividades tinham uma chance pequena de desenvolver sarcopenia. Porém o estudo de Liu et al (2014) demonstraram uma evolução da performance física depois que idosos que tinham sarcopenia foram enviados e praticaram um programa de exercícios físicos por seis meses.

b) Nutrição

Idosos que se exercitam tem uma tendência a ter um retorno do anabolismo celular menor quando comparado a indivíduos jovens (Kim, Wilson, Lee, 2010). Por isso, idosos podem ter maior sensibilidade a danos nas mio fibrilas quando alteradas por carga, moderada aptidão de reestruturação e limitada plasticidade das mio fibrilas em comparação ao treino de força (Peterson, Gordon 2011).

Neste sentido, uma alimentação apropriada pode promover anabolismo e tornar mínima as alterações acima citadas em idosos que praticam exercícios de força (ROM t al 2012).

c) Hormônios

A restituição do hormônio testosterona em pessoas idosas, de acordo com Ferrando et al (2002) parece aumentar humildemente a musculatura e a força nos membros superiores, existindo uma afinidade na relação dose-efeito, significando que elevadas doses do hormônio testosterona em idosos anteciparam o episódio de câncer de próstata (Ferrando et al 2002). Dessa forma, devem ser evitadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo demonstrou que sarcopenia é uma condição que engloba vários fatores, os quais acarretam profundas alterações na qualidade de vida dos idosos.

Fatores como o exercício físico, a ingestão nutricional e a reposição hormonal tem sido utilizadas atualmente como as principais linhas de ação para prevenir e/ou atenuar este fenômeno.

Das inúmeras intervenções, a mais utilizada é o treino que exige força combinado com a alimentação. Dessa forma, fica explícita a importância de uma atuação multidisciplinar como forma de reverter tal condição.

Nesta equipe multidisciplinar, observa-se o profissional de Educação Física como um agente indispensável na prescrição e orientação dos exercícios físicos, juntamente com profissionais especializados em outras áreas como médicos e nutricionistas, visando alcançar os resultados desejáveis à pacientes com essa patologia.

REFERÊNCIAS

AKUNE T, MURAKI S, OKA H, TANAKA S, KAWAGUCHI H, NAKAMURA K at al. **Exercise habits during middle age are associated with lower prevalence of sarcopenia: the ROAD study.** Osteoporosis Int. 2014.

BAUMGARTNER RN, KATHLEEN KM, GALLAGHER D, ROMERO L, HEYMSFIELD SB, ROSS RR at al. **Epidemiology of sarcopenia among the elderly in New Mexico.** Am J Epidemiol. 1998.

BURTON LA, SUMUKADAS D. **Optimal management of sarcopenia.** Clin Interv Aging. 2010.

CASTILLO EM, GOODMAN-GRUEN D, KRITZ-SILVERSTEIN D, MORTON DJ, WINGARD DL E BARRETT-CONNOR E. **Sarcopenia in elderly men and women: the Rancho Bernardo study.** Am J Prev Med. 2003.

CAWTHON PM, MARSHALL LM, MICHAEL Y, DAM T, ENSRUD KE, BARRETT-CONNOR E at al. **Frailty in older men: prevalence, progression, and relationship with mortality.** J Am Soc Geriatr. 2007.

DI MONACO M, VALLERO F, DI MONACO R, TAPPERO R. **Prevalence of sarcopenia and its association with osteoporosis in 313 older women following a hip fracture.** Arch Gerontol Geriatr. 2011.

EVANS, W.J. **Effects of exercise on senescent muscle.** Clin Orthop, sup. 403, S211-20, Out 2002.

FERRANDO AA, SHEFFIELD-MOORE M, YECKEL CW, GILKISON C, JIANG J, ACHACOSA A at al. **Testosterone administration to older men improves muscle function: molecular and physiological mechanisms.** Am J Physiol Endocrinol Metab. 2002.

FREITAS EV. **Tratado de geriatria e gerontologia.** 2a ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2006.

FRISARD, M.I. at al. **Physical activity level and physical functionality in nonagenarians compared to individuals aged 60-74 years.** J Gerontol A Biol Sci Med Sci, v. 62, n.7, p. 783-788, Jul 2007.

GALE CR, MARTYN CN, COOPER C, SAYER AA. **Grip strength, body composition, and mortality.** Int J Epidemiol. 2007.

GUCCIONE AA. **Fisioterapia geriátrica.** 2a ed. Rio de Janeiro: Guanabara; 2000.

KIM JS, WILSON JM, LEE SR. **Dietary implications on mechanisms of sarcopenia:** roles of protein, aminoacids and antioxidantes. J Nutr Biochem. 2010.

LIU CK, LENG X, HSU FC, KRITCHEVSKY SB, DING J, EARNEST CP at al. **The impact of sarcopenia on a physical activity intervention:** the lifestyle interventions and Independence for elderly pilot study (LIFE-P). J Nutr Health Aging. 2014.

MANGIONE KK, MILLER AH, NAUGHTON IV. **Cochrane Review:** Improving Physical Function and Performance With Progressive Resistance Strength Training in Older Adults. Phys Ther. 2010.

MASANES F, CULLA A, NAVARRO-GONZALEZ M, NAVARRO-LOPES M, SACANELLA E, TORRES B at al. **Prevalence of sarcopenia in healthy communitydwelling elderly in an urban area of Barcelona (Spain).** J Nutr Health Aging. 2012.

PARAHYBA MI, S. C.C.S. **A prevalência de incapacidade funcional em idosos no Brasil.** Ciênc Saúde Coletiva. 2006.

PATEL HP, SYDDALL HE, JAMESON K, ROBINSON S, DENISON H, ROBERTS HC et al. **Prevalence of sarcopenia in community-dwelling older people in the UK using the European Working Group on Sarcopenia in Older People (EWGSOP) definition:** findings from the Hertfordshire Cohort Study (HCS). Age Ageing. 2013.

PETERSON MD, GORDON PM. **Resistance exercise for the aging adult:** clinical implications and prescription guidelines. Am J Med. 2011.

PORTER, M.M. **The effects of strength training on sarcopenia.** Can. J. Appl. Physiol, v.26, n.1, p.123-141, 2001.

RECH CR, DELLAGRANA RA, MARUCCI MFN, PETROSKI EL. Validade de equações antropométricas para estimar a massa muscular em idosos. **Rev. bras. cineantropom.** desempenho hum. 2012.

ROUBENOFF, R. **Origins and clinical relevance of sarcopenia.** Can. J. Appl. Physiol. v. 26, n. 1, p. 78-89, 2001.

ROSENBERG IH (1997). **Sarcopenia:** Origins and clinical relevance. J Nutr 5 SUPPL.: 980S-984S.

ROTH SM, FERELL RF, HURLEY BF. **Strength training for the prevention and treatment of sarcopenia.** J Nutr Health Aging. 2000



ROM O, KAISARI S, AIZENBUD D, REZNICK AZ. **Lifestyle and Sarcopenia – Etiology, Prevention, and Treatment.** RMMJ. 2012.

SIN-JIN M, LONG-JIANG Y. **Oxidative Stress, Molecular Inflammation and Sarcopenia.** Int J Mol Sci. 2010.

TICHET J, VOL S, GOXE D, SALLE A, BERRUT G, RITZ P. **Prevalence of sarcopenia in the French senior population.** J Nutr Health Aging. 2008.

TIMMERMAN KL, DHANANI S, GLYNN EL, FRY CS, DRUMMOND MJ, JENNINGS K AT al. **A moderate acute increase in physical activity enhances nutritive flow and the muscle protein anabolic response to mixed nutrient intake in older adults.** Am J Clin Nutr. 2012.

LACTATO E GLICEMIA COMO INDICADORES DA INTENSIDADE DO ESFORÇO FÍSICO

Francisco Augusto Supricio, Suellen Aparecida Bailon, Ademir Testa Junior
e-mail: franciscoaugusto-bio@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

Recentemente, estudos têm sido realizados buscando vários aspectos que interferem no treinamento físico e visando uma melhor compreensão e análise do assunto, surgiram questões a fim de identificar outras variáveis que possam ser de grande importância para o desenvolvimento desta área de estudo (BRANDÃO, 2010).

A maioria dos métodos para a determinação do limiar anaeróbio (LAn), utiliza os resultados do limiar anaeróbio láctico, que definimos quando a concentração de lactato no sangue aumenta de uma forma exponencial (OLIVEIRA, 2006).

Outro método, que vem recebendo destaque para identificar o LAn é o da resposta da glicemia e durante o exercício. O resultado do aumento progressivo do transporte de glicose nos sarcolemas e do aumento do seu metabolismo devido à menor quantidade de glicose-6-fosfato, já que o nível de glicogenólise muscular cresce à medida que o exercício continua. Logo, uma maior produção de lactato, aumenta a atividade neoglicogênica, resultando em um aumento da glicemia. O aumento da captação de glicose induzida pelo exercício está relacionado com a duração e intensidade da atividade (SIMÕES, 1998).

Tendo em consideração esses dados, temos como objetivo a análise dessas variáveis e estabelecer a relação entre as respostas da glicemia e lactato sanguíneo a fim de validar e estabelecer um parâmetro para a prescrição e controle de intensidades treinamento físico através do LAn (BRANDÃO, 2010).

O objetivo deste estudo foi descobrir se é possível utilizar os níveis de lactato e glicemia sanguíneo como indicadores da intensidade do esforço físico.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de natureza descritiva, qualitativo utilizando como método a revisão bibliográfica, realizada entre setembro e outubro de 2018. Para a coleta dos artigos foram usadas as seguintes bases de dados: Scielo e Google Acadêmico.

A análise iniciou-se com a leitura dos títulos dos estudos a fim de selecionar aqueles que contemplavam o tema do presente estudo. Por fim, foi realizada a leitura dos textos selecionados pelos critérios de inclusão e analisados de acordo com a proposta do estudo.

3 RESULTADOS

A análise da maioria dos estudos encontrados nos resulta numa alta correlação entre o limiar de lactato (LL) e limiar glicêmico (LG) durante a realização de exercícios incrementais resistidos, exceto durante os testes de esteira, o limiar glicêmico aconteceu por volta de 12,56km/h e o limiar de lactato ocorreu por volta de 13,4km/h, não havendo uma relação significativa (BRANDÃO, 2010).

Nos demais estudos, observou-se uma alta correlação entre LL e LG, e a diferença de valores entre eles não foram significativas ($p < 0,001$ entre $p < 0,006$) (OLIVEIRA, 2006).

Durante os testes de incrementais utilizados, a glicemia diminuiu progressivamente até uma intensidade que coincidiu com o LL, apresentando então, a partir desta intensidade, um sensível aumento. Este comportamento foi semelhante ao descrito por outros autores durante exercícios incrementais não resistidos realizados em corrida, natação e em exercícios dinâmicos de cargas crescentes realizados em cicloergômetro (OLIVEIRA, 2006).

Além disso, tem sido evidenciado que o LG pode ser identificado mesmo quando os testes incrementais são realizados após indução de acidose láctica (testes de lactato mínimo) tanto em indivíduos atletas, quanto em não atletas (SOUZA, 2003).

As respostas do lactato sanguíneo e da glicemia permitiram a identificação dos limiares de lactato e glicêmico durante exercícios resistidos incrementais, e que as intensidades relativas a esses limiares não diferiram e foram altamente correlacionadas utilizando os protocolos propostos em cada teste (OLIVEIRA, 2006).

A única divergência de resultados, que pode ser explicada pelo fato de não haver um controle da alimentação pré-exercício e isso pode ter feito com que a amostra ficasse sem homogeneidade. No caso dessa conclusão é necessária que haja mais estudos buscando a mesma comparação, com maior controle das variáveis (BRANDÃO, 2010).

4 CONCLUSÃO

Com base nos resultados obtidos neste estudo foi concluído, que é possível realizar a identificação do limiar de lactato e o limiar de glicemia através da resposta do lactato e da glicemia no sangue, contudo a escassez de documentos, pesquisas e dados relacionados “Lactato e glicemia como indicador da intensidade de esforço físico” foi um fator limitante na conclusão desse estudo, nos instigando, inclusive, a futuramente desenvolver uma nova pesquisa laboratorial sobre o tema.

REFERÊNCIA

BRANDÃO, P. E. D. et al. **Comparação entre as respostas sanguíneas de glicemia e lactato durante um teste progressivo em esteira rolante em sujeitos fisicamente ativos.** Fit. Perf. J. Rio de Janeiro, 2010.

OLIVEIRA, V. H. et al. **Identificação do limiar de lactato e limiar glicêmico em exercícios resistidos.** Rev Bras Med Esporte, 2006.

SIMÕES, C. V. et al. **Determinação do limiar anaeróbio por meio de dosagens glicêmicas e lactacidêmicas em testes de pista para corredores.** Rev. paul. Educ. Fís., São Paulo, 1998.

SOUZA, S. C. et al. **Identificação do lactato mínimo e glicose mínima em indivíduos fisicamente ativos.** R. Bras. Ci. e Mov., Brasília, 2003.

LAZER PARA IDOSOS COMO MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA

Giovanni Siqueira Gabia, Rodrigo Ferrari, Evandro Antônio Correa
e-mail: prof.evandrocorrea@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Um fato cada vez mais presente na sociedade é o aumento do número de pessoas idosas ao longo dos anos. De acordo com Santos et al. (2014, p.2), atualmente existem 23,5 milhões de idosos no Brasil, e há uma projeção de que em 2050 a população idosa ultrapassará a marca de 64 milhões de pessoas, o que significaria mais ou menos 29,7% da população Brasileira. Em Santos et al. (2014, p.2), afirma-se também que a qualidade de vida dos idosos vem aumentando por causa das atividades físicas, especialmente o lazer.

Segundo Martins (2010, p.2), lugares de lazer são para descanso e tranquilidade, onde se possa desfrutar dos prazeres sem nenhuma obrigação. É um tempo livre, longe dos trabalhos e das obrigações. Devido às distintas possibilidades de práticas culturais no lazer, fazer com que os idosos tenham conhecimento das vivências ocorridas nestes espaços é importante.

Em Inácio et al. (2010, p.1) afirma-se que o envelhecimento aumenta também o risco de doenças crônicas não transmissíveis, como osteoporose, diabetes e hipertensão arterial, que por sua vez, demandam um alto custo em seus tratamentos no sistema público de saúde, prejudicando ainda mais a qualidade de vida dessas pessoas. No lazer, práticas como a caminhada, por exemplo, podem melhorar a qualidade da saúde de um idoso, entretanto, a falta de lugares adequados para o exercício, assim como a de profissionais capacitados para auxiliar no processo, são fatores que prejudicam o desenvolvimento de atividades físicas e também a conscientização dos idosos para com o cuidado da saúde.

Referente à saúde dos idosos, fatores como a diabetes, osteoporose, câncer de colón e doenças cardiovasculares, conforme apresenta Zaitune et al. (2006, p.1), são doenças causadas pelo sedentarismo, que atinge uma grande parcela dos idosos, pois com o passar do tempo menos as pessoas se preocupam com a saúde e com atividade física”.

Em Zaitune et al. (2006, p.1) considera-se que um fator viável para chegar ao envelhecimento com uma boa saúde é ser ativo fisicamente, e conseqüentemente, prevenindo várias doenças. Reduzindo o desenvolvimento de doenças ou agravos crônicos, fazemos com que a necessidade de se procurar os serviços de saúde e os medicamentos para tratamento sejam também diminuídos. Segundo Zaitune et al. (2010, p.2), é importante ressaltar que a atividade física é qualquer movimento do corpo, músculo e esqueleto, está presente no trabalho, no andar de bicicleta, no caminhar a pé e também no lazer, que é um componente da atividade física, no qual as atividades são praticadas no tempo livre, podendo incluir exercícios, esportes, entre outros que sejam do interesse da pessoa e possibilitem o movimento do corpo. Mas há algumas dificuldades especiais enfrentadas pelos idosos, como por exemplo, o medo de queda, de lesão, de sair ao ar livre para se exercitar e acabar por ser roubado ou agredido, fatores como cansaço, morbidades, limitação física, dor, falta de companhia ou de tempo para se exercitar.

Contudo, Zaitune et al. (2010, p.2) afirma que com o passar do tempo a atividade física tornou-se reconhecida pelos benefícios físicos, psicológicos e até mesmo sociais quando praticada, inclusive entre idosos, favorecendo a manutenção da independência, diminuindo a necessidade de serviços médicos, assim como o risco de ocorrência de doenças crônicas.

O objetivo é apresentar os benefícios do lazer para idosos como forma de prevenção de doenças.

2 METODOLOGIA

Para a formulação deste trabalho, realizou-se uma revisão bibliográfica, com busca sistemática de artigos no Google Acadêmico e Scielo, publicados no período de 2006 até 2018, utilizando os descritores: idoso, lazer e prevenção.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Santos et al. (2014, p.5), constatou-se a importância das “correlações moderadas, estatisticamente significativas, do domínio físico da qualidade de vida com as atividades artísticas, manuais, físicas e intelectuais; e da qualidade de vida global com os grupos de vivências físicas e sociais”, as quais podem ser praticadas no tempo de lazer.

Contudo, ainda segundo Santos et al. (2014, p.5):

Associações fracas foram observadas: do domínio meio ambiente com todos os grupos de atividades, exceto as virtuais; do domínio psicológico com as vivências físicas, artísticas, intelectuais e turísticas; e do social com as atividades sociais e turísticas.

Foi analisada ainda, a forma como se distribuíam os idosos pelas diferentes atividades, constatando-se que a maioria dos inquiridos pouco ou nada lê, levando em conta o número significativo de analfabetos. Seguem-se os que leem pouco e os que consideram “não ler muito nem pouco”. Há também um grupo significativo de idosos institucionalizados que assume esta posição, passando-se o mesmo com o grupo que reside no domicílio para a posição “muito”.

De acordo com Martins (2010, p.4), dentre os passatempos utilizados pelos idosos, verificou-se que “conversar com os amigos” é a atividade mais praticada, seguido de assistir à televisão, e em terceiro lugar, “passear”. Já ouvir música é uma atividade de lazer pouco explorada. Fazer tricô, como é uma ocupação considerada feminina, não possui grande número de praticantes.

Com relação ao fator socioeconômico, Zaitune et al. (2007, p.3) pontuam que o sedentarismo é mais frequente nos idosos com menor renda familiar per capita e menor grau de escolaridade. Ao analisar a prevalência de sedentarismo segundo estilo vida, morbidades e auto avaliação da saúde, o sedentarismo é mais prevalente entre os idosos fumantes, obesos, com transtorno mental comum e que percebem sua saúde como ruim. A caminhada foi a atividade mais praticada, seguida por ginástica ou musculação e por natação ou hidroginástica. A prática de natação é mais comum entre as mulheres. Idosos de maior escolaridade apresentaram maior prática de todas as modalidades de exercício comparada aos demais.

Santos et al. (2014, p.2) afirmam que idosas têm mais facilidade para participar de grupos de lazer e atividades extra domésticas do que os homens, eles encontram mais dificuldade ao sair do mercado de trabalho. Isto implica em inserções diferentes dos idosos na vida socioeconômica do país e também no lazer, os programas auxiliam na participação, auxiliando na integração social, e também contribui positivamente para a qualidade de vida, partindo desses pressupostos, a percepção de qualidade de vida dos idosos pode também estar relacionada às vivências no lazer.

Para Zaitune et al. (2006, p.) estudo realizado com a população de 60 anos ou mais na cidade de Campinas, apresentou sedentarismo no lazer, isto significa que

excluindo o momento em que o idoso se movimenta para ir a algum lugar ou até mesmo trabalhar, ele não realiza nenhuma atividade ou esporte para o lazer, sendo o descanso a principal prática, elevando assim, o nível de sedentarismo. É importante lembrar que nesse estudo, o indivíduo que realiza atividade pelo menos uma vez na semana não é considerado sedentário, embora possam ser insuficientemente ativos.

A pesquisa de Zaitune et al. (2010) identificou a prevalência de ativos globalmente entre idosas, com idade entre 60-79 anos, no estado de São Paulo ou outros estados, com menos de oito anos de escolaridade, com atividade ocupacional, que consumiam bebida alcoólica de 1 a 3 vezes por semana e sem transtorno mental. A maior prevalência de idosos ativos no lazer foi encontrada nas categorias de oito anos ou mais de escolaridade, renda de 2,5 a 4 salários mínimos, que não fumavam ou são ex-fumantes, que consumiam bebida alcoólica de 1-3 vezes por semana e que não apresentavam transtorno mental comum.

Da mesma forma, os idosos que vivem em lugares de baixa renda praticam menos atividades físicas no lazer em comparação a lugares com rendas maiores. A maioria dos idosos pratica lazer de manhã com o intuito de melhorar a saúde; a caminhada é a atividade mais praticada entre os idosos, realizada na rua sem auxílio de um profissional físico.

Nos estudos realizados em Florianópolis em Inácio et al. (2010, p.) com dois grupos, ambos os sexos e só mulheres idosas, 75% das idosas não praticam atividade física no lazer, enquanto 60,3% de ambos os sexos não realizavam nenhuma atividade física. Nos Estados Unidos, entre 1999 e 2004, para avaliar a saúde e o estado nutricional da população idosa, foram estudados 5.589 idosos, sendo que, 52,5% não praticavam nenhum tipo de atividade física no lazer e 26,9% atingiam as recomendações de 150 minutos ou mais por semana.

4 CONCLUSÃO

Para melhorar o estado físico, mental e social dos idosos a atividade física no lazer torna-se relevante para esta faixa etária. Entretanto, foi constatado nos estudos que a minoria dos idosos fazem atividade no tempo de lazer.

Mediante as pesquisas apresentadas nesse trabalho são poucos os idosos que realizam atividade física e também a maioria as praticam apenas uma vez na semana. Isso não faz com que o idoso permaneça menos próximo de uma condição de

sedentarismo, apenas por fazer atividade de lazer um dia na semana. A atividade mais frequente por eles realizada é a caminhada, enquanto a minoria pratica outras atividades como academia ou algum esporte.

REFERÊNCIAS

NÁCIO, R. F., et al. **Fatores associados à prática de atividade física global e de lazer em idosos:** Inquérito de Saúde no Estado de São Paulo (ISA-SP), Brasil, 2010. Disponível em: <<http://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/574>>. Acesso em: 1 out. 2018.

MARTINS, R. M. L., et al. **O idosos e as atividades de lazer**, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.ipv.pt/handle/10400.19/306>>. Acesso em: 1 out. 2018.

SANTOS, P. M., et al. **Atividades no lazer e qualidade de vida de idosos de um programa de extensão universitária em Florianópolis (SC)**, 2014. Disponível em: <<http://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/3254>> acesso em: 3 out. 2018.

ZAITUNE, M. P. A., et al. **Fatores associados ao sedentarismo no lazer em idosos**, Campinas, São Paulo, Brasil, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102311X2007000600008&script=sci_arttext&lng=en> acesso em: 5 out. 2018.

ZAITUNE, M. P. A., et al. **Fatores associados à prática de atividade física global e de lazer em idosos:** Inquérito de Saúde no Estado de São Paulo (ISA-SP), Brasil, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102311X2010000800014&script=sci_arttext&lng=es>. Acesso em: 1 out. 2018.

MUSICOTERAPIA NO CONTEXTO HOSPITALAR

Taisa Antunes Corrêa, Ana Claudia Ferrari dos Santos
e-mail: tacorrea@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a musicoterapia vem sendo muito utilizada como fator terapêutico, tal alternativa procura ajudar as pessoas a enfrentarem seus diagnósticos, envolvendo diretamente o desenvolvimento, a comunicação, as relações, a aprendizagem, a mobilização, a expressão e a organização física, mental ou social destes indivíduos. Essa prática é recomendada para desenvolver e recuperar funções no âmbito biopsicossocial e assim proporcionar ao indivíduo uma melhor qualidade de vida (CRUZ et al.,2015).

A música tem o poder de influenciar ou alterar as emoções, através da ressonância de regular o ritmo fisiológico com o ritmo de uma canção, despertar desejos inconscientes, lembranças, sentimentos, sensações de momentos importantes da vida, pode até mesmo, resgatar experiências sentidas através da estimulação do imaginário (DÓRO,2016).

Cruz e colaboradores (2015) demonstraram que a musicoterapia contribuiu de forma terapêutica, na redução da dor, da ansiedade e estresse, recuperação da memória, no relaxamento muscular, na promoção de conforto, e uma melhor e mais elevada autoestima, interação mais humanizada entre profissional e paciente.

Dentro deste contexto, o profissional de saúde muitas das vezes não tem conhecimentos sobre essa terapêutica e através do conhecimento desta prática poderá entender o funcionamento da música no organismo humano, suas limitações e indicações. Embora o uso da música seja uma prática de baixo custo e de fácil aplicação, trata-se de uma intervenção complexa, que necessita de dedicação do profissional que a prescreve. O conhecimento profundo a respeito dos seus princípios vão abrir novas áreas de atuação, podendo o enfermeiro conduzir determinadas intervenções terapêuticas que ajudem na melhora da qualidade de vida do cliente e a implementação da música como cuidado de enfermagem (CRUZ et al.,2015).

Com bases nos dados apresentados realizou-se uma pesquisa bibliográfica para obter conhecimento sobre essa terapia complementar, sendo essa uma tendência

crescente na medicina contemporânea, a fim de oferecer um atendimento humanizado no ambiente hospitalar e investir na melhoria da qualidade de vida dos pacientes e não apenas na sobrevivência dos mesmos.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho realizou uma revisão bibliográfica nas bases de dados das produções científicas nacionais sobre musicoterapia e cuidados voltados ao paciente no ambiente hospitalar entre os anos 2014 a 2018. Informações extraídas de artigos da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs) e o Scientific Electronic Library Online (SciELO). A partir das palavras chaves: terapia, musicoterapia, cuidado humanizado, patologias adversas. Foram encontrados 26 artigos e destes, 16 foram selecionados para leitura e elaboração do referencial teórico.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Desde a antiguidade a música vem sendo utilizada como recurso para o cuidado humano. Na enfermagem Florence Naghtingale, precursora da Enfermagem Moderna, já apontava que a música poderia influenciar na recuperação da doença. (SILVA; MARTINS; BERGOLD, 2016).

A música era o “remédio da alma”, segundo Platão, é como a alma se condicionava ao corpo assim como o corpo pela ginástica, o organismo humano entraria em equilíbrio e suas impurezas seriam removidas, a música pode contribuir no comportamento e acelerar a cura (CARDOSO et al., 2016)

A música esteve sempre presente de alguma forma na nossa vida, no início aparece como choro, batimentos cardíacos, passagem de ar pelas vias aéreas, e nos acompanha de forma presente que faz através dela nos expressar sentimentos de emoções, também acaba sendo importante introduzi-la na nossa saúde (DÓRO, 2016).

A musicoterapia poderá atender às necessidades dos pacientes que se encontram internadas, em atendimento ambulatorial, em situações pré ou pós-cirúrgicas, em coma ou em estado terminal. Também pode ser utilizada na abordagem de pessoas que apresentam transtornos mentais, geriátricos e agravos de saúde agudos ou crônicos. Mesmo nas internações de curta duração, é possível que se realizem um ou dois encontros, fazendo um processo de atendimento breve, em casos

de internação mais longa há chances do desenvolvimento de um processo composto por vários encontros (ARAÚJO et al., 2014)

A literatura destaca que o uso terapêutico da música tem vários objetivos, como diminuir os níveis de estresse, ansiedade e desconfortos, principalmente no ambiente hospitalar, em razão dos fatores estressantes gerados e vivenciados pelos pacientes durante determinado tratamento ou pela própria hospitalização (SILVA; MARTINS; BERGOLD, 2016). Também tem sido utilizada na obstetrícia, onde estudos mostraram que o feto responde a estímulos musicais e a voz humana, com o aumento da frequência cardíaca e movimentos. Também garantiu maior conforto, reduziu os níveis de estresse e ansiedade durante o trabalho de parto e nascimento. (MONTEIRO, 2014)

O autor acima destacou que a musicoterapia aplicada em unidade de terapia intensiva neonatal reduziu a queda da saturação de oxigênio durante a aspiração do tubo endotraqueal e acelerou a recuperação dos índices de saturação após o procedimento. Além de melhorar os parâmetros fisiológicos dos recém-nascidos, reduziu a perda de peso, aumentou a sucção dos bebês prematuros e diminuiu o tempo de internação (MONTEIRO, 2014).

Diante das diferentes técnicas para o controle do estresse, a musicoterapia é recomendada pelas VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão, por ser capaz de reduzir a pressão arterial de hipertensos, melhorando os níveis de frequência cardíaca e respiratória (SANTANA, 2014).

No tratamento de pessoas com Doença de Parkinson, pelo fato da música afetar todo o cérebro, auxilia no processo de recuperação, conectando o paciente às situações de maior potencialidade e condição física, melhorando a autoconfiança, a autoestima e aumenta possibilidades para engajamento em propostas terapêuticas necessárias para reabilitação de diferentes danos físicos, emocionais ou mentais (MONTEIRO, 2014).

A música vem contribuindo também no controle do estresse dos profissionais de saúde, que causa desconforto e pode ocasionar outras doenças como a depressão. De acordo com a disponibilidade genética poderão ocorrer: hipertensão, crises de pânico, herpes, fibromialgia. O profissional em nível alto de estresse pode ficar debilitado, apresentar déficit em sua relação inter e intrapessoal e conseqüentemente em seu ambiente de trabalho. Estudos mostraram que houve grande contribuição e efetividade da musicoterapia no ambiente hospitalar destes profissionais (TAETS et al., 2013).

O emprego da música como elemento terapêutico justifica-se por vários motivos, entre os quais se destacam: evolução cultural e biológica do homem; aparecimento na vida humana; ser um elemento não verbal; as reações e associações que poderá provocar; representação nas diversas culturas e épocas (SANTANA, 2014).

Segundo Silva, Leão e Silva (2014) o paciente com diagnóstico de câncer poderá se beneficiar da música, quando utilizada entre os pacientes em cuidados houve benefício importante, especialmente durante utilização da filosofia de cuidado interdisciplinar que vislumbra a qualidade de vida e a prevenção e o alívio do sofrimento dos pacientes e familiares que convivem com a doença ameaçadora de vida.

Silva e colaboradores (2014) destacaram que os pacientes em tratamento quimioterápico poderão sofrer com os efeitos colaterais, como náuseas e vômitos, que desencadeiam grande desconforto, além de prejudicarem a condição nutricional, o equilíbrio hidroeletrolítico e a qualidade de vida do indivíduo. Esses efeitos poderão tornar-se fonte de intensa ansiedade e estresse e contribuir para o abandono do tratamento. A utilização da musicoterapia como abordagem terapêutica adjuvante no tratamento quimioterápico contribui de forma muito positiva para a redução de náusea e vômito e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de vida do indivíduo em uso de drogas antineoplásicas.

No contexto de transplante de células tronco hematopoiéticas, observou-se que não apenas os receptores são beneficiados, doadores e os familiares também apreciam a terapia, pois ficam isolados por longos períodos de internação, promovendo um clima mais leve e propício para sensações de bem-estar, com a intervenção do musicoterapeuta. Esta ultrapassa as paredes e portas fechadas dos quartos das unidades de internação em que recebem a aplicação da música, a mesma, se propaga nos corações de todos que ali se encontram (DÓRO,2016).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A musicoterapia promove benefícios em várias áreas de tratamento em ambiente hospitalar. Promove a comunicação, onde muitas das vezes a fala e a ação impõem resistência, através de uma resposta corporal, gestual, não verbal, na qual o indivíduo poderá expor seus sentimentos mais facilmente. Observou-se incentivo do uso dessa terapia complementar na prática de enfermagem, e que o profissional

busque a qualificação dessa prática, contribuindo de forma ética garantindo o trabalho de forma mais humanizada e o bem estar do paciente.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, T. C. et al. **Uso da música nos diversos cenários do cuidado: revisão integrativa.** Revista Baiana de Enfermagem, Salvador, v. 28, n. 1, p.96-106, abr. 2014.
- CARDOSO, A. V. M. et al. **CUIDANDO COM ARTE: a promoção da saúde por meio da música.** Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações, Vale do Rio Verde, v. 14, n. 1, p.714-735, jul. 2016.
- CRUZ, I. M. da et al. **A música como intervenções cuidados em saúde: revisão integrativa.** Revista Eletrônica Gestão & Saúde, Santos, v. 1, n. 6, p.549-64, jul. 2015.
- DÓRO, C. A. O impacto da musicoterapia no controle do humor em pacientes internados para transplante de células-tronco hematopoiéticas. 2016. 79 f. **Dissertação (Mestrado) - Curso de Medicina, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.**
- MONTEIRO, D. H. M. Musicoterapia: Contribuição como ferramenta terapêutica no auxílio a tratamentos de patologias adversas inseridas no âmbito da saúde: **Ciências Biológicas e da Saúde**, Maceió, v. 2, n. 2, p.91-110, nov. 2014.
- SANTANA, D. S. T. **Efeitos da musicoterapia na pressão arterial: uma revisão de literatura.** Rev. do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia, Curitiba, v. 5, n. 1, p.37-57, nov. 2014.
- SILVA, G. J. et al. Utilização de experiências musicais como terapia para sintomas de náusea e vômito em quimioterapia. **Rev. Bras. Enferm**, Brasília, v. 9, n. 1, p.6-67, ago. 2014.
- SILVA, K. G.; MARTINS, G. C. S.; BERGOLD, L. B. A utilização terapêutica da música junto ao cuidado de enfermagem em uma unidade pediátrica. **Revista de Enfermagem da Ufpi**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p.1-6, jul. 2016.
- SILVA, V. A.; LEÃO, E. R.; SILVA, M. J. P. Avaliação da qualidade de evidências científicas sobre intervenções musicais na assistência a pacientes com câncer. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [s.l.], v. 18, n. 50, p.479-492, 1 ago. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622013.0875>.
- TAETS, G. G. C. et al. Impacto de um programa de musicoterapia sobre o nível de estresse de profissionais de saúde. **Rev Bras Enferm**, Brasília, v. 3, n. 66, p.90-385, maio 2013.

NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO, ENTRE AS GESTANTES QUE REALIZAM O PRÉ - NATAL NO CENTRO DE SAÚDE 1 DO MUNICÍPIO DE JAÚ, SP

Rosemeire de Lima Mesquita, Renata C. de O. Souza Castro
e-mail: enfcastro@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A gestação e o parto são etapas que ocorrem na vida da mulher e que envolvem grandes mudanças e exige uma certa adaptação à chegada do novo membro de uma família, sendo assim, um período de maior vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, favorável para o desenvolvimento do vínculo entre a mãe e seu bebê recém-chegado (BRASIL, 2011).

O vínculo entre mãe e recém-nascido, definido como uma relação afetiva singular e duradoura, é extremamente importante para o desenvolvimento da criança, pois é na formação dos primeiros laços do bebê com sua mãe, que são construídos os alicerces da vida psíquica e da saúde mental da criança (MARCIANO e AMARAL, 2015).

O aleitamento materno é o mais importante método natural de vínculo, afeto, proteção e nutrição para o recém-nascido. O leite humano é um alimento com características nutricionais ideais, equilíbrio adequado de nutrientes, além de apresentar numerosas vantagens imunológicas e psicológicas essenciais para a diminuição da morbidade e mortalidade infantis (Marques; Lopez; Braga, 2004).

Segundo Kummer et al. (2000), as mulheres brasileiras e de baixa aquisição econômica tendem a procurar o serviço de saúde para início do pré-natal tardiamente, porém a prevalência do aleitamento materno entre elas é maior, pelo fato da dificuldade financeira para aquisição de alimentos ou de leite industrializados.

Escobar et al. (2002) afirmam que mães com poder aquisitivo e um grau e instrução melhor tendem amamentar seus filhos por mais tempo levando em consideração o acesso às informações dos benefícios do aleitamento materno.

A promoção da amamentação na gestação pelos profissionais de saúde, comprovadamente, tem repercutido positivamente nas prevalências de aleitamento materno, especialmente entre as primíparas. O acompanhamento pré-natal é uma

ótima oportunidade para incentivar as mulheres a amamentarem seus recém-nascidos. (BRASIL, 2015).

Maciel et al. (2013) realizaram um estudo em que foram entrevistadas 45 mulheres, sendo 40 gestantes e cinco amamentando, para identificar o que as gestantes e lactantes conheciam sobre “o que é aleitamento materno exclusivo”, qual sua duração e quais os benefícios para a mãe e o bebê e, observou-se que as mães avaliadas apresentaram conhecimento sobre definição, tempo e benefícios do aleitamento materno exclusivo, no entanto, apresentaram fatores que favorecem o desmame precoce.

Araújo et al. (2008), o desmame precoce é quando são adicionados alimentos que não seja o leite materno que outrora era exclusivo na alimentação da criança.

Segundo Caldeira e Goulart (2000), as variáveis que favorecem o desmame precoce ou a extensão da amamentação são citados em cinco categorias: a) variáveis demográficas: tipo de parto, idade materna, presença paterna na estrutura familiar, números de filhos, experiência com amamentação; b) variáveis socioeconômicas: renda familiar, escolaridade materna e paterna, tipo de trabalho do chefe de família; c) variáveis associadas à assistência pré-natal: orientação sobre amamentação desejo de amamentar; d) variáveis relacionadas à assistência pós-natal imediata: alojamento conjunto, auxílio de profissionais de saúde, dificuldades iniciais; e) variáveis relacionadas à assistência pós-natal tardia (após a alta hospitalar): estresse e ansiedade materna, uso de medicamentos pela mãe e pelo bebê, introdução precoce de alimentos.

Silva e Mura (2010), relatam que o leite humano é uma substância viva, protetora, complexa biologicamente, estimulando o desenvolvimento imunológico do bebê, além da proteção contra infecções e alergias, é composto por anti-inflamatórios e hormônios, sendo suas funções não totalmente conhecidas.

Conteúdos presentes em Brasil (2001) apontam a importância do aleitamento materno e seus benefícios, o papel do enfermeiro é fundamental quando se trata de orientação, criando um elo em todo ciclo gravídico-puerperal da mulher na vinda para consultas do pré-natal, o qual deve preparar a mesma para aleitamento materno no pós parto, orientando e sanando as dúvidas que possivelmente irá ocorrer, fazendo da amamentação um momento prazeroso e tranquilo.

A presença do enfermeiro no início da amamentação é de grande valia, pois é nessa hora que as puérperas necessitam de toda atenção e incentivo diante das dificuldades que poderá acontecer com bebê na lactação, para que essas dificuldades não tornem alvo de críticas e levando a ansiedade por partes delas, e se sentindo desencorajadas, vindo entender que não é capaz de cuidar de seu bebê.(UNICEF e IBFAN, 2002).

O objetivo do estudo é apresentar o nível de conhecimento das gestantes que realizam pré-natal do CS I de Jaú, sobre o leite materno: composição e os efeitos sobre mãe e filho.

2 METODOLOGIA

Pesquisa de campo, realizado no Centro de Saúde 1 (CS1) do município de Jaú SP, durante o mês de junho/julho de 2018, no período da manhã. Inicialmente o Projeto, o Orçamento Financeiro da Pesquisa, os Termos de Confidencialidade, Termo de Consentimento Esclarecido (TCLE) e o Instrumento de coleta de dados contendo dez perguntas autoaplicáveis e de múltipla escolha, elaborados especialmente para o estudo, foram encaminhados à Secretaria Municipal de Saúde de Jaú para conhecimento, avaliação e aprovação. Em seguida, após a assinatura das partes envolvidas com a permissão para aplicação do instrumento dentro da Unidade de Saúde Pública (UBS) escolhida, foi elaborado o Ofício de Encaminhamento da documentação acima citada, ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) das Faculdades Integradas de Jaú (FIJ) para que fosse apreciado, avaliado e aprovado. Este encaminhamento ocorreu em 22/04/2018 sob o nº de comprovante 039253/2018. O nº do CAAE na Plataforma Brasil é 88144918.4.0000.5427.

Após a fase de aprovação obrigatória, a coleta de dados foi iniciada junto às gestantes que realizam o pré-natal no CS1 de Jaú, nos dias das consultas agendadas. Estas responderam ao questionário, após explicações da discente autora da pesquisa, porém sem sua interferência. A coleta dos dados ocorreu entre os dias 08 de junho 2018 e 16 de julho de 2018. Todas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e tiveram acesso ao Termo de Confidencialidade, onde há o compromisso da pesquisadora de que os dados obtidos serão utilizados para fins científicos e têm caráter sigiloso.

Para o estudo bibliográfico foram utilizados sites de busca Scielo e Lillacs, assim como o Google Acadêmico e Artigos contidos em livros, num total de 30 achados.

2.1 Critério De Inclusão

- Gestantes que realizam pré-natal no Centro de Saúde 1 de Jaú.
- Gestantes com idade superior à 18 anos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o mês de junho/julho de 2018, especificamente entre os dias 08 de junho 2018 e 16 de julho 2018, foi realizada a coleta de dados junto à 20 (100%) gestantes atendidas no CS 1 Jaú. Aquelas que se enquadravam nos critérios de inclusão, participaram e responderam a um questionário auto aplicado, contendo dez perguntas de múltipla escolha.

Todas as gestantes abordadas, foram prontas e dispostas a responder, mantendo uma interação significativa entre a pesquisadora e a participante.



Quando perguntado sobre o entendimento do que seria aleitamento exclusivo, dez (50%) mulheres responderam ser “somente leite materno” e dez (50%) mulheres responderam “não saber”, sendo que destas, oito (40%) são primíparas e duas

(10%) disseram “não saber” porém, já amamentaram outros filhos nas gestações anteriores. (Figura 1).

O leite materno é o primeiro alimento de toda criança, sendo esse necessário para desenvolvimento no início da vida, após nascimento o leite materno é capaz de nutrir adequadamente a criança até o sexto mês de vida, (MONTE e GIUGLIANI, 2004).

O leite materno é o alimento adequado, em relação à nutrição, imunológico e psicológico, favorecendo o vínculo de mãe e filho. (BOSI e MACHADO, 2005).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os dados coletados nesta pesquisa, conclui-se que entre as primíparas e múltiparas, não há diferença de conhecimento sobre a importância do aleitamento materno (AM). Ambas desconhecem. Deixando a impressão de que o ato de amamentar é uma fase natural da vida da mãe, sem entender exatamente o processo e os benefícios para o desenvolvimento do filho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, D O; CUNHA, A L; ROCHA, L L; SAMPAIO, N I; MAGALHÃES, R C ; CAMPELO, S M A. Aleitamento materno: fatores que levam ao desmame precoce. **Revista Brasileira de Enfermagem** [en linea] 2008.

BOSI, M. L. M.; MACHADO, M. T. Amamentação: um resgate histórico. **Cadernos ESP-Escola de Saúde Pública do Ceará**, v. 1, n. 1, p. 1-9. 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Como ajudar as mães a amamentar**. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Grupo Hospitalar Conceição. **Gerência de Saúde Comunitária Atenção à saúde da gestante em APS**. LENZ, Maria Lucia Medeiros; FLORES, Rui (Orgs.). Porto Alegre: Hospital Nossa Senhora da Conceição, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da criança: Aleitamento Materno e Alimentação Complementar. **Cadernos de Atenção Básica, nº 23**. 2ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

CALDEIRA, A. P; GOULART, E.M.A. A situação do aleitamento materno em Montes Claros, Minas Gerais: estudo de uma amostra representativa. **J Pediatría**; 76(1): 65-72. 2000.

ESCOBAR, AMU; OGAWA, AR; HIRATSOKA M; KAWASHITA, MY, TERUYA, PY; GRISI, S. Aleitamento materno e condições sócio-econômico-culturais: fatores que levam ao desmame precoce. **Rev Bras Saúde Mater Infant**. Recife: 2002.

KUMMER, SC; GIUGLIANI, ERJ; SUSIN, LO; FOLLETO, JL; LERMEN, NR; WU VYJ. Evolução do padrão de aleitamento materno. **Rev Paul Saúde Pública**. São Paulo: 2000.

MACIEL, A. P. P.; GONDIM, A P S; SILVA, A M V; BARROS, F C; BARBOSA, G L; ALBUQUERQUE, K C; RIOS, L L; LOPES, M S V E SOUZA, S M F. Conhecimento de gestantes e lactantes sobre aleitamento materno exclusivo. **Rev Bras Promoc Saude**, Fortaleza, v. 26, n. 3, p. 311-317, jul./set. 2013.

MARCIANO, R. P.; AMARAL, W. N. do. O vínculo mãe-bebê da gestação ao pós-parto: uma revisão sistemática de artigos empíricos publicados na língua portuguesa. **Femina**, v. 43, nº 4, p. 155-159, jul./ago. 2015.

MARQUES, R. F. S. V.; LOPEZ, F. A.; BRAGA, J. A. P. O crescimento de crianças alimentadas com leite materno exclusivo nos primeiros 6 meses de vida. **J Pediatria**, v. 80, n. 2, p. 99-105, 2004.

MONTE, C. M. G.; GIUGLIANI, E. R. J. Recomendações para alimentação complementar da criança em aleitamento materno. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 80, n. 5 (Supl), p. 131-141, 2004.

SILVA, S. M. C. S.; MURA, J. D. A. P. **Tratado de alimentação, nutrição e dietoterapia**. 2ª. ed. São Paulo: Roca, 2010.

UNICEF; IBFAN. **Como o leite materno protege os recém-nascidos**. Documento sobre o mês de UNICEF; IBFAN. Documento sobre o mês de amamentação. 2002.

O ACOLHIMENTO DO IDOSO EM SERVIÇOS DE URGÊNCIA

Pérola Liciane Baptista Cruz e Silva, Cristiano Carlos Ferreira
e-mail: perolacruz@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

O processo de envelhecimento ocorre de forma progressiva no decorrer da vida. Por conta dessa realidade, o conceito de envelhecer pode ser entendido como algo essencialmente subjetivo e de transformações biopsicossociais que invariavelmente modificam aspectos comuns em indivíduos saudáveis, levando-os a novas percepções de enfrentamento da vida (CANCELA, 2017).

Segundo Mendes et al. (2018), classificar a idade cronológica de um indivíduo como idoso é um fator que sofre variações de acordo com a estrutura socioeconômica de um país. No Brasil o Estatuto do Idoso, conforme enuncia seu art. 1º, é destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Assim, para o ordenamento jurídico nacional é considerado idoso a pessoa que tenha completado 60 anos ou mais (BRASIL, 2003).

Segundo Lima et al. (2017), o que se observa atualmente é que o aumento da população idosa inegavelmente requer dos serviços de saúde maior atenção em virtude de suas demandas apresentadas. Essa situação expõe a necessidade de profissionais de saúde capacitados e a implementação de novas ações e intervenções diferenciadas para o alcance de uma abordagem ampliada.

Conforme Corrêa (2017), a área de urgência e emergência consiste em um importante componente da assistência à saúde, mas apesar de sua importância, tem se transformado numa das mais problemáticas do Sistema de Saúde. Com o objetivo de compreender as especificidades do cuidado ao idoso em situação de urgência.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma Revisão Integrativa de Literatura, a qual, de acordo com Souza et al. (2010), é a mais ampla abordagem metodológica referente às revisões. Permite-se, dentro dessa modalidade, a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado. Para tal, utilizou-se da pergunta norteadora, como estratégia de organização da busca e seleção dos

trabalhos, que apresenta-se a seguir: “Como deve ser o cuidado integral ao idoso nos serviços de urgência?”

Para a busca dos trabalhos utilizou-se as bases Lilacs, Medline e BDEF, através do buscador Bireme. Cruzou-se os descritores: 1. Idoso ou 2. Assistência à saúde do idoso e 3. Emergências ou Cuidados de Enfermagem. Os critérios de inclusão aqui definidos, referem-se aos trabalhos disponíveis na íntegra, em português, publicados a partir de 2010 e que tratem da temática do cuidado ao idoso em serviços de urgência. Como critérios de exclusão estão os artigos publicados em língua estrangeira ou que tratem de patologias específicas. Para a análise dos dados utilizou a Técnica de Análise de Conteúdo conforme proposta por Bardin (1977) com definição de categorias temáticas para discussão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio do buscador Bireme, incluindo as bases Lilacs, Medline e BDEF, cruzando-se os descritores selecionados, foi realizada a busca dos trabalhos durante o mês de abril/2018. Foram encontrados um total de 172 trabalhos nas bases, que após aplicação de critérios de inclusão e exclusão e leitura de títulos e resumo, foram selecionados 24 para compor a presente revisão. A seguir, a análise será apresentada por categorias, conforme metodologia proposta.

3.1 Motivos que levam o idoso a uma situação de urgência e o perfil desses usuários

Os autores trazem a importância das quedas como evento externo mais importante no tocante ao que leva o idoso às unidades de urgência, sendo as quedas de própria altura, as de maior prevalência, A deterioração funcional após um evento de queda é frisada como de grande impacto na qualidade de vida (LAGE et al., 2014; CAMPOS; LIMA, 2011; FELIPE et al, 2016)

As quedas são trazidas como um problema de saúde pública, sendo a principal causa de morte acidental neste grupo, e estão relacionadas as já esperadas alterações na marcha e equilíbrio que acompanham o avançar da idade. Levam também a fraturas, a maiores graus de dependência, medo, e sofrimentos mentais como ansiedade e depressão, após cada ocorrência (ABRANTES et al., 2013; BARROS et al., 2013; NASCIMENTO et al., 2015; OLIVEIRA et al., 2016). Em alguns casos, essas

quedas derivam de situações de maus tratos, que devem ser investigados com rigor (LIMA et al., 2010; MELO et al., 2011).

Quanto a dependência e o cuidado, o estudo feito por Lage et al. (2014) mostra que o grau de dependência da pessoa idosa está relacionado ao perfil do idoso. Sendo de maior idade, sexo feminino, com cuidador, aposentado ou pensionista, que exerce atividade do lar, com doenças como hipertensão arterial sistêmica, cérebro vasculares, demência e dores em membros inferiores (LAGE et al., 2014; LOPES et al., 2015).

Para idosos hospitalizados demonstrou a pesquisa realizada em Santa Catarina aponta que 52,2% necessitam de cuidados intermediários, 35,4% cuidados mínimos e 12,4% cuidados semi-intensivos. Com esses achados temos a compreensão que os idosos hospitalizados são dependentes da enfermagem para o seu cuidado. (NASCIMENTO et al., 2015; FERNANDES et al., 2012).

3.2 Organização institucional para a efetivação do cuidado

A Lei 10741/2003, assegura ao idoso o direito de acompanhante, devendo o serviço de saúde proporcionar adequadas condições para a permanência integral do acompanhante, segundo critério médico. Quando não for possível conceder o acompanhamento do idoso deve ser justificado por escrito. (BRASIL, 2003)

Os autores avaliam que a presença do acompanhante é indispensável, porem há dificuldade em garantir as condições adequadas devido a superlotação das unidades de urgência, demonstrando um déficit na estrutura e organização da saúde hospitalar (SANTOS et al., 2016; LIMA et al., 2010).

Lima et al. (2010) afirmam que quando a família não é presente, é deficitário a garantia de suporte e com isso torna-se comum a situação de idosos abandonados em unidades de assistência ao idoso, a ausência do familiar é observada pela equipe de saúde como mecanismo de transferência de responsabilidade de cuidado.

Em relação a ambiência, compõe o espaço físico, tecnológico e de relações interpessoais que visa um cuidado com conforto focado na privacidade e individualidade dos sujeitos envolvidos. A qualidade dos serviços de saúde depende da satisfação das necessidades e expectativas dos usuários por meio da resolubilidade (NASCIMENTO et al., 2015; TOMBERG et al., 2013).

A manutenção da privacidade é muito importante, para isso o uso de biombos e cortinas, pois no ambiente de urgência e emergência os espaços são superlotados e

compartilhados entre pacientes, assim a privacidade, somado a agitação do ambiente, pode causar desorientação, perda de autonomia e incapacidade (SANTOS et al., 2016).

Os achados apontam que a insatisfação dos pacientes quanto às ações e condutas da equipe de enfermagem compreendidas como ‘Não Cuidado”, tais como não informação atenção e assistência devida (SANTOS et al., 2016; BAGGIO et al., 2011).

3.3 A cerca dos recursos humanos envolvidos no cuidado

O estudo de Sousa et al. (2012) afirma que por um lado há o aumento de internações de idosos e uma predisposição a ser debilitado, acamado e dependente e de outro há a escassez de pessoal para atender à procura de pacientes idosos

Quanto a capacitação de profissionais da saúde Alves e Silveira (2014) observaram a problemática relacionada a aspectos como: o desprovimento em educação permanente, planejamento de práticas integradas, disposição ao conflito da pressão do tempo, das frustrações e das impotências e na dificuldade de identificar o que os idosos necessita nas diversas condições de trabalho (SANTOS et al., 2016).

3.4 Gestão e organização das práticas de cuidado

A classificação de risco junto ao acolhimento ao idoso proporciona um atendimento adequado à necessidade da população idosa, considerando a idade junto com sinais e sintomas. Para que haja funcionalidade, a estrutura física deve ser adequada bem como haver incentivo político (TOMBERG et al., 2013; CALDAS et al., 2015).

Se as diversas necessidades dos idosos forem abordadas devidamente no atendimento pré-hospitalar, a redução de repetidas internações e o aumento da capacidade funcional podem ser alcançados em médio e longo prazo. As portas das urgências superlotadas por usuários de baixa complexidade são decorrentes de vários fatores, dentre eles a baixa resolutividade da atenção primária, a insuficiência estrutural, desarticulação entre os níveis de atenção, gerenciamento e funcionalidade desses serviços (GONSAGA et al., 2015; MORAIS; MELLEIRO, 2013).

Outro fator importante para os serviços se atentarem, é a presença de polifarmácia entre os idosos. Os autores trazem a presença constante do uso de

medicações associadas à precárias condições de saúde e maior risco de quedas. Frente as pesquisas sobre o uso de fármacos como fator de risco para quedas, é de suma importância a avaliação sobre a classificação de medicações. (LAGE et al., 2014; SILVA et al., 2011; RODRIGUES; CIOSAK, 2012)

A família faz parte das relações de cuidado, mas não pode ser considerado apenas um recurso, o envolvimento deve ocorrer em parceria para estabelecer uma boa relação entre o idoso, a família e o profissional do serviço de saúde nas unidades de urgência (SOUSA et al., 2012).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se nesta revisão que o cuidado integral e de qualidade que se almeja nos serviços de urgência, partem de estratégias organizacionais e investimentos nos serviços com o envolvimento de diversos setores.

Deve-se pensar desde questões estruturais do ambiente, organização de mobiliários, que também devem ser adequados para atender um público com maior número de dependências e necessidades.

A organização do cuidado inicia-se em uma equipe bem preparada para as especificidades apresentadas por essa população, com investimento na formação desde suas bases, até em programas de educação permanente institucionais.

Foram também apontados como itens importantes na organização, se pensar a presença integral do acompanhante, equipe de referência com seguimento inclusive no pós alta, discutir práticas dos serviços de urgência pré-hospitalar e de atenção primária como também diretamente responsáveis pelo sucesso do cuidado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, K. S. M. et al. Caracterização das quedas em idosos socorridos pelo serviço de atendimento móvel de urgência. **Arq. Bras. Ciên. Saúde**, 2015, v.38, p.126-132.

ALVES, R. S.; SILVEIRA, E. A presença de idosos num serviço de emergência: campo de saúde ou campo de guerra?, **Rev. Kairós gerontologia**, 2014, v. 17, p. 297-319.

BAGGIO, M. A. et al, Relações de “não cuidado” de enfermagem em uma emergência: que cuidado é esse?, **Esc. Anna Nery**, 2011, jan/mar, v. 15, p. 116-123.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edições 70 (tradução). Lisboa / Portugal. 1997

BARROS, M. A. A. et al, Características dos agravos e da assistência prestada aos idosos em um serviço pré-hospitalar móvel. **Rev. Enferm. UERJ, Rio de Janeiro**, 2013, dez, v. 21, p. 569-574.

BRASIL. **Estatuto do idoso**: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

CALDAS, C. P. et al, Atendimento de emergência e suas interfaces: o cuidado de curta duração a idosos. **J. Bras. Econ. Saúde**, 2015, p.762-769.

CAMPOS, M. L. P.; LIMA, R. S. Perfil do idoso vítima de trauma atendido em uma unidade de urgência e emergência. **Rev. Esc. Enferm. USP**. 2011, v. 45, p. 659-664.

CANCELA, D. M. G. **O processo de envelhecimento**. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0097.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2018

CORRÊA, A. **Avaliação da passagem de acesso venoso central nos pacientes em sala de emergência de um hospital terciário**. 2017. 80f. Dissertação (Mestrado Profissional em Pesquisa Clínica) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de Medicina. Botucatu/SP, 2017

FELIPE, F, et al, atendimentos de emergência por causas externas não intencionais envolvendo idosos de Florianópolis, SC: VIVA 2006-2007, **Estudos Interdisciplinares sobre o envelhecimento**. 2016, v.1, n.1, p. 235-344.

FERNANDES, M. G. M. et al, Risco para úlcera por pressão em idosos hospitalizados: aplicação de escala de Waterlow. **Rev. Enferm. UERJ**. 2012, jan/mar, v. 20, p. 56-60

GONSAGA, R. A. T. et al, Padrão e necessidades de atendimento pré-hospitalar a idosos. **Rev. Facul. Integ. Padre Albino, Curso de Medicina**. 2015, v. 18, p. 19-28.

LAGE, J. S. S. et al, Capacidade funcional e perfil do idoso internado no serviço de emergência. **REME: Rev. Min Enferm.** 2014, out/dez, v. 18, p. 855-860.

LIMA, E. S. et al. A percepção do enfermeiro sobre a pessoa idosa no contexto amazônico. **REAS, Rev. Elet. Acervo Saúde**, v. 9, n. 3, p. 1.100-1.105, 2017.

LIMA, M. L. C. et al. Análise dos serviços hospitalares clínicos aos idosos vítimas de acidentes e violências. **Rev. Ciên. Saude Col.** 2010, v. 15, p. 2687-2697.

LOPES, M. C. B. T. et al. Fatores associados ao comprometimento funcional de idosos internados no serviço de emergência. **Rev. Eistein. Universidade Federal de São Paulo**, 2015, v. 13, p. 209-214.

MELO, S. C. B. et al. Internação de idosos por causas externas em um hospital público de trauma. **Rev. Enferm. Foco**. 2011, v. 2, p. 226-230.

- MENDES, J. L. V. et al. O aumento da população idosa no Brasil e o envelhecimento nas últimas décadas: uma revisão da literatura. **Rev. Educ. Meio Amb. Saúde**, v. 8, n. 1, p. 13-26, jan./mar. 2018.
- MORAIS, A. S.; MELLEIRO, M. M. A qualidade da assistência de enfermagem em uma unidade de emergência: percepção do usuário. **Rev. Eletr. Enferm. UFG**. 2013, jan./mar, v. 15, p. 112-120.
- NASCIMENTO, E. R. P. et al, Ambiência de uma emergência hospitalar para o cuidado ao idoso: percepção dos profissionais de enfermagem. **EEAN, Escola Ana Nery. Rev. Enferm.** 2015, v. 19, p 338-342.
- OLIVEIRA, D. M. N. et al. Dificuldades enfrentadas por enfermeiros na assistência prestada por idoso acometido por fratura de fêmur. **REVOL. Rev. Enferm. UFPE, On Line.** 2016, dez, v.10, p. 4862-4869.
- RODRIGUES, J.; CIOSAK, S. I. Idosas vítimas de trauma: análise de fatores de risco. **Rev. Esc. Enferm. USP**, v. 46, n. 6, p. 1400-5, 2012.
- SANTOS. M. T. et al. Serviços de emergência amigos do idoso no Brasil: condições necessárias para o cuidado. **Rev. Escola de Enferm. USP**. 2016, v. 50, p. 594-601.
- SILVA, C. T. B. et al. Perfil Psiquiátrico e sociodemográfico dos idosos avaliados no pronto-atendimento de um hospital universitário de Porto Alegre. **Rev. AMRIGS Revista da Associação Médica do Rio Grande do Sul**, 2011, abr/jun, p. 164-168.
- SOUSA, L. X. M. et al. O cuidado em enfermagem a pessoas idosas dependentes: cuidados domiciliares, hospitalares e continuados. **Rev. Eletr. Enferm. UFG**, v. 14, n. 3, p. 644-53, jul./set. 2012.
- SOUZA, M. T. et al. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Rev. Einstein**, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.
- TOMBERG, J. O. et al. Acolhimento com avaliação e classificação de risco no pronto socorro: caracterização dos atendimentos. **Rev. Ciên. Cuid. Saúde**. 2013, jan./mar, v. 12, p. 080-087.

O EMPREGO DA ACUPUNTURA PELA ENFERMAGEM NO CUIDADO POR MEIO DE DIAGNÓSTICOS DE ENFERMAGEM COM ÊNFASE NA HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA

Grace Cilene Torquatro Branco Cabrioli, Natalia Fernanda Sarti de Antônio, Ivana Regina Gonçalves, e-mail: gracecilene.gctbc@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Acupuntura em sua forma mais tradicional consiste na aplicação de agulhas metálicas em determinados pontos específicos na superfície da pele, chamados de acupontos ou pontos de acupuntura. Essa aplicação de agulhas tem o objetivo de promover saúde e bem-estar físico e mental ao paciente, prevenindo, tratando e ou curando doenças⁽²⁾. Sua origem se deu em meio aos povos dos continentes asiáticos, mais especificamente na antiga China, há aproximadamente 5.000 mil anos⁽³⁾, e vem ganhando espaços em meio ao atendimento de saúde convencional, podendo também ser associada à técnica tradicional a aplicação de estimulação elétrica (eletro acupuntura) ou emprego de laser de baixa intensidade (laser acupuntura), ambas com resultados comprovados em estudos e pesquisas científicas.

No Brasil, quanto aos aspectos legais, em 1982, o Ministério do Trabalho e Emprego elaborou a Classificação Brasileira de Ocupações, estabelecendo o profissional acupunturista como profissional de ocupação legalizada, e com a Portaria nº 397/2002 ganha uma nova descrição onde a profissão de acupunturista passa a ser independente de qualquer classe profissional, inclusive a médica, com registro nº 3221-5⁽¹⁾.

O Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) também reconhece a acupuntura como especialidade do enfermeiro através da Resolução nº 197/97 e estabelece normatizando o exercício da enfermagem de acordo com a Lei nº 5.905/1973⁽¹⁾.

No ano de 2005 foi implementado pelo Ministério da Saúde a Política Nacional de Medicina Natural e Práticas Complementares (PNMNPC) no atendimento SUS, com projeto de expandir e fomentar o acesso da população aos cuidados das práticas integrativas e complementares na atenção primária à saúde e especialmente na estratégia de saúde da família com objetivo de prevenir agravos, promover e recuperar a saúde de indivíduos, famílias, comunidades e todo o meio ambiente onde estes estão

inseridos, a partir desse projeto ficou-se subentendido que exercício da acupuntura nesse contexto SUS estava restrito somente aos profissionais médicos, odontólogos e veterinários. Lembrando que no ano de 2001 o Conselho Federal de Medicina (CFM) provocou o Poder Judiciário ajuizando Ações Ordinárias com objetivo de conquistar a oficialização da acupuntura como ato médico, desqualificando os demais profissionais competentes, podemos justificar como incompreensível a atitude do Conselho Federal de Medicina em realizar tais pedidos e declarações, já que esta existe há milênios e foi desprezada por essa categoria profissional até poucos anos atrás e na atualidade venha sendo reivindicada pelos mesmos para exercício profissional privado⁽¹⁾.

Em 2012 COFEN se manifestou publicamente através de uma nota de esclarecimento, e nessa ementa foi demonstrado que as ações tiveram regular tramitação na 17ª Vara Federal do Distrito Federal, sendo que ao fim, os pedidos do CFM foram julgados improcedentes, no sentido de que a acupuntura não é privativa de médicos⁽⁷⁾.

Nessa vertente histórica, pode-se observar que a enfermagem desempenha seu papel profissional com responsabilidade e segurança fornecendo atendimento e cuidado integral ao ser humano, prevenindo e trazendo alívio ao sofrimento causado pelas doenças, observando respostas oferecidas pelos tratamentos aplicados a saúde e a doença dos indivíduos, famílias, comunidades e populações, é através dessa observação de resultados que a enfermagem desenvolve os Diagnósticos de Enfermagem (DE)⁽²⁾. Vemos então na acupuntura uma forma alternativa e complementar que deve ser associada aos cuidados e tratamentos convencionais, com finalidade de beneficiar o indivíduo em sua forma totalitária mente, corpo, espírito e seu meio ambiente. E através dos DE e de todos os conhecimentos a respeito da acupuntura a enfermagem possui condições teóricas e práticas para aplicação de um tratamento alternativo, complementar, inovador e seguro que beneficie os indivíduos integralmente.

Considerando que a acupuntura é uma tecnologia, que também é aplicada ao tratamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) como por exemplo a Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) e que segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) representa um dos maiores problemas de saúde pública no Brasil, faz-se oportuno conhecer os estudos científicos que vem sendo produzidos sobre a acupuntura nesse âmbito, mantendo a esperança de que essa doença possa ser

controlada, reduzindo e/ou eliminando as sequelas deixadas por essa patologia crônica não transmissível.

2 METODOLOGIA

Para responder a seguinte análise reflexiva: o emprego da acupuntura pela enfermagem no cuidado por meio de diagnósticos de enfermagem com ênfase na Hipertensão Arterial Sistêmica, foram realizadas buscas na base de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) entre os meses de agosto e setembro de 2018, com objetivo de realizar uma revisão literária geral de artigos utilizando as palavras chaves enfermagem AND acupuntura e revisão literária específica de artigos empregamos as palavras chaves hipertensão arterial sistêmica AND acupuntura e diagnósticos de enfermagem AND acupuntura.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na procura pela revisão geral por resultados foram utilizadas as palavras chaves: enfermagem AND acupuntura, sendo disponibilizados 291 artigos de idiomas diversos, ao se requisitar as informações do ícone filtro em língua portuguesa 81 artigos mostraram-se disponíveis, sendo que após a análise crítica 05 desses se destacaram e foram selecionados por fornecer entendimento a essa reflexão.

Para busca por revisão literária específica, o ícone filtro foi selecionado e aplicado em língua portuguesa as palavras chave: hipertensão arterial sistêmica AND acupuntura e diagnósticos de enfermagem AND acupuntura, sendo que após a análise crítica dos resultados obtidos nessa busca específica, observou-se que os resultados correspondiam, ou seja, eram iguais aos resultados obtidos na busca por revisão literária geral. Sendo assim, foram mantidos os mesmos 05 artigos que já haviam sido encontrados na busca por revisão literária geral.

Durante a análise da literatura fornecida por esses 05 artigos, atentou-se que o apontamento ético-legal estava sendo tratado com discrição, e para que o leitor pudesse colher informações mais completas a esse respeito, entre os 81 artigos disponibilizados durante a busca por revisão literária geral, novamente foi selecionado 01 artigo que explorava o tema com maior profundidade e realizado pesquisa no site oficial do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), ou seja, para auxiliar na

produção deste trabalho foram utilizados no total os resultados das informações contidas em 06 artigos e 01 site.

A Acupuntura é uma tecnologia que pode também ser aplicada ao tratamento das DCNT⁽⁶⁾, ainda pouco explorada no âmbito da terapêutica de enfermagem⁽²⁾, a análise das produções aqui exploradas nos permitiu identificar o potencial terapêutico da acupuntura aplicada ao cuidado de pessoas com HAS e discutir suas possíveis contribuições para o cuidado a partir da intervenção sobre DE e implicações à prática do enfermeiro. Enfatiza-se a necessidade de o enfermeiro conhecer sobre seus efeitos e benefícios, instrumentalizando-se por meio de estudos científicos que possam embasar o cuidado, já que infelizmente as pesquisas realizadas a esse respeito são poucas. O conhecimento nessa área depende do interesse dos profissionais de enfermagem, tornando fundamental o aprendizado e o aprofundamento nas técnicas de acupuntura, em universidades e instituições de saúde pública e privada, sendo essa uma prática compartilhada entre os profissionais em benefício da população ⁽⁶⁾.

No cenário de atenção primária de saúde a enfermagem desempenha um importante papel, portanto, disseminar as informações no âmbito coletivo e no individual, irão potencializar a disponibilidade e acessibilidade aos tratamentos estabelecidos pela Política Nacional de Medicina Natural e Práticas Complementares (PNMNPC) preconizados pelo SUS ⁽¹⁾, obtendo a oportunidade de em meio as consultas de enfermagem investigar fatores de risco e identificar problemas reais e/ou potenciais, estabelecendo metas a serem alcançadas para manutenção da saúde e adesão ao tratamento⁽⁵⁾.

Nas pesquisas exploradas notou-se com facilidade a eficácia da acupuntura em promover e melhorar a saúde por meio da estimulação do corpo pela inserção de agulhas nos acupontos, reduzindo significativamente os níveis tensóricos da Pressão Arterial Sistólica e Pressão Arterial Diastólica ⁽²⁾. A melhora da Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) se dá através da regulação e harmonização do fluxo de Q.I. (campo de continua movimentação de energia no corpo), por meio de canais energéticos denominados de meridianos onde estão localizados os acupontos⁽³⁾.

Esses resultados são ainda mais satisfatórios quando associado ao tratamento convencional medicamentoso. Os diagnósticos de acupuntura contribuem ao tratamento medicamentoso auxiliando a mudança do estilo de vida em pacientes que sofrem de hipertensão, participando das avaliações e intervenções de enfermagem

afirmando o papel complementar e integrativo da associação enfermagem e acupuntura, somando a medicina alopática como um cuidado alternativo no controle da HAS e suas complicações ⁽²⁾. Ficando evidente o papel determinado pelo SUS nas Práticas Integrativas Complementares de Saúde (PICS), de agregar e somar ⁽¹⁾. Os mesmos resultados positivos também são observados através da técnica de laser-acupuntura (estimulação dos pontos energéticos, sem a inserção de agulhas, mas por meio de estímulos elétricos de luz do raio laser) ⁽⁵⁾.

Em doenças agudas ou crônicas a acupuntura pode ser aplicada de forma holística, auxiliando em técnicas preventivas, curativas e reabilitadoras de várias enfermidades, podendo ter também um papel importantíssimo na prevenção de doenças, pois é focada no tratamento de desordens energéticas e primárias ⁽²⁾.

Além de colaborar na redução nos níveis da HAS, a AP também contribui com a melhora de complicações clínicas relacionadas a evolução da doença, como a insônia, níveis elevados de estresse e ansiedade, constipação, diarreia, disfunção sexual, dor, eliminação urinária alterada, fadiga, integridade da pele prejudicada, mobilidade física prejudicada, náusea, nutrição alterada, ingesta maior do que as necessidades corporais, são eventos que quando investigados e identificados por enfermeiros no âmbito do processo de enfermagem, podem ser compreendidos como respostas humanas, se enquadrando como DE, sobre as quais os enfermeiros são responsáveis por intervir podendo fazer uso de uma proposta terapêutica, sendo assim, o enfermeiro especialista em acupuntura obterá maior abrangência na capacitação e na aplicação de cuidados ⁽⁴⁾.

A teorias de enfermagem interagem com a acupuntura, de forma as duas compreendem de igual modo que a saúde não pode ser considerada apenas como ausência de doença e que o adoecimento está relacionado à interferência de fatores externos e internos sobre a energia, a pessoa, a saúde e ao ambiente. Como se trata de uma prática chinesa de tradição milenar ela segue os preceitos filosóficos estabelecidos e desenvolvidos pelo confucionismo e taoísmo, fato que explica a manutenção de suas idéias em integração com os seres vivos e de sua relação com o universo, podendo ser desenvolvida em conjunto as de intervenções de enfermagem, não só no campo teórico, mas também na prática. E quando toda essa sabedoria e conhecimentos não são utilizados corretamente, sofrem perdas importantes em seu

referencial teórico e mesmo que ainda que existam limites, eles precisam ser estudados cuidadosamente ⁽³⁾.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, concluímos que a acupuntura se apresenta como um benefício para um grande número de pacientes com os mais variados tipos de doenças, como a HAS auxiliando na harmonização de pontos energéticos tensóricos que resultam em seu equilíbrio; e também para a enfermagem, a acupuntura se apresenta como uma intervenção que atende o ser humano como um todo, e não somente em uma área específica, que quando faz interação aos DE pode ser considerada uma atividade que age de forma autônoma, sendo uma especialidade aplicada como alternativa de cuidados por profissionais autorizados legalmente que possuem o conhecimento dessa filosofia milenar, sendo assim reconhecida como uma prática possível e eficaz no tratamento de seus pacientes.

REFERÊNCIAS

COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. **Acupuntura**: Nota de Esclarecimento, Conselho Federal . Disponível em: http://www.cofen.gov.br/acupunturanota-de-esclarecimento_8925.html// Acesso em: 28.set.2018

KUREBAYASHI, L. F. S.; OGUISSO, T.; FREITAS, G. F.; Acupuntura na Enfermagem brasileira: dimensão Ético-legal. **Acta Paul Enferm**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 210-212, 2009

PEREIRA, R. D. M.; ALVIM, N. A. T.; PEREIRA, C. D.; GOMES JUNIOR, S. C.; Acupuntura na hipertensão arterial sistêmica e suas contribuições sobre diagnósticos de enfermagem. **Esc Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 1-7, 2017

PEREIRA, R. D. M.; ALVIM, N. A. T.; Aspectos teóricos filosóficos da medicina tradicional chinesa: acupuntura suas formas diagnosticas e relações com o cuidado de enfermagem. **Rev enferm UFPE on line**, Recife, v. 7, n. 1, p. 279-288, 2013

PEREIRA, R. D. M.; ALVIM, N. A. T.; Acupuntura para intervenção de diagnósticos de enfermagem: avaliação de experts e especialistas de enfermagem. **Esc Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1-5, 2016

ALVIM, N. A. T.; PEREIRA, R. D. M.; PEREIRA, C. D.; GOMES JUNIOR, S. C. S.; Bergold, L. B.; Laser-Acupuntura no cuidado de enfermagem a pessoas hipertensas na atenção primária: relato de casos. **REME – Rev Min Enferm**, 2017



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

MANTOVANI, M. F.; ARTHUR, J. P.; MATTEI, A. T.; BORTOLATTO-MAJOR, C.;
HEREIBI, M. J.; ULBRICH, E. M.; Utilização de terapias complementares por pessoas
com hipertensão arterial sistêmica. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 30,
n. 4, p. 1-8, out./dez. 2016

O IMPACTO DO ACIONAMENTO DAS VIAS AERÓBIA E ANAERÓBIA POR MEIO DO EXERCÍCIO FÍSICO NA OBESIDADE

Caio Matheus Salcedo de Oliveira, Caio Roberto Raymundo, Renan Turin
e-mail: cms0.jau@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, os níveis obesidade vem crescendo rapidamente no mundo todo nas últimas décadas, tornando-se um dos maiores problemas de saúde pública, acarretando na morte de milhares de pessoas todos os anos (WHO, 2013).

Há tempos notamos o excesso de peso e o sedentarismo explícito. A carência de interesse no exercício físico acompanhado de uma alimentação não balanceada apresentam como características do indivíduo que levam a obesidade.

A obesidade é uma doença de agentes múltiplos, destacando-se entre estas causas o aumento do sedentarismo e da tecnologia. O ato de viver no sedentarismo pode acarretar em uma perda progressiva de massa magra e redução do metabolismo basal causando assim o aumento de massa gorda e o provável aparecimento de doenças cardiovasculares dentre outras complicações. (HILL; MELANSON, 1999 apud ZULIM; FERREIRA, 2011).

Aeróbico tem fonte de queima dos substratos que produz a energia transportada para o músculo em atividade.

É qualquer atividade anaeróbica física trabalha diversos grupos musculares durante um determinado e constante período de tempo, de forma contínua e ritmada.

2 METODOLOGIA

Para elaborar este trabalho, realizou-se uma pesquisa nas bases de dados do Google Acadêmico. As palavras-chaves utilizadas foram “exercícios aeróbios”, “exercícios anaeróbios” e “obesidade”. Durante a pesquisa, foram encontrados XX artigos. Desses, foram selecionados XX para serem utilizados como fontes de informação para a produção deste trabalho.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Treinamento Aeróbio

De acordo com Grünelwald&Wöllzenmüller (1984) treinamento aeróbio é a competência de domínio de executar um trabalho muscular durante um extenso período, sem exibir consideráveis sinais de cansaço, com atributos que geram a sua melhor aplicação: frequência, duração e intensidade. Os exercícios aeróbios, segundo Mc Ardle (1998), são aqueles que fazem uso do oxigênio como principal fonte de energia, sob a forma de adenosina trifosfato-ATP, para geração de trabalho muscular.

3.2 Treinamento Aeróbio Contínuo

O método de treinamento aeróbio contínuo possui a característica de desenvolvimento aeróbia. Nele é utilizado grandes volumes de treino com baixa intensidade e ausência de intervalos (PTV, 2017).

3.3 Treinamento aeróbio intervalado

É realizado na alternância de atividades, entre alta ou baixa intensidade de velocidade, demonstra melhor funcionamento para aumentar a aptidão cardiorrespiratória em pessoas que já fazem exercícios e se alimentam corretamente (HELGERUD et al, 2007). De acordo com Santos (2004) o treinamento intervalado é feito na intensidade acima do limiar anaeróbio ou no limiar e pode ser usado para aprimorar o rendimento em provas aeróbias e anaeróbias, dependendo de alguns fatores como duração, intensidade e do tempo de recuperação.

3.4 Treinamento Aeróbio em Circuito

Neste treinamento são destacados diferentes exercícios com diferentes efeitos, com ou sem implementos, e o método de execução podendo ser feito por tempo ou número de repetições (JONATH, 1966; TUBINO, 1984). O condicionamento e a dimensão na qual é realizado o exercício aeróbio podem influenciar na dimensão e a contribuição da via aeróbia que é proporcionalmente acrescida com o aumento da permanência do exercício (SANTOS, 2004).

3.5 Treinamento Anaeróbio

O treinamento anaeróbio é feito de atividades que causam uma carga e descarga muscular. De acordo com Chaves et al. (2007, p .247) “essa sobrecarga pode ser aplicada com equipamento padronizado para levantamento de pesos, roldanas ou

molhas, barras móveis ou uma série de dispositivos isocinéticos e hidráulicos”. Embora a definição anterior leve em consideração a modalidade de treinamento, é possível utilizar a via anaeróbia em exercícios de corrida, natação, ciclismo.

3.6 Treinamento Combinado (Aeróbio e Anaeróbio)

CARNEIRO E BRAGA (2011) relatou que a junção dos exercícios é mais eficiente para o emagrecimento. De acordo com (GUIMARÃES, 2008) este treinamento é empregado porque proporciona um melhor equilíbrio entre a redução da massa gorda e aumento da massa magra. Entretanto, não há nada comprovado cientificamente.

Francischi et al. (2001) descrevem que para combater a obesidade é necessário fazer atividades físicas, sendo esta a ferramenta mais eficaz pois promove um elevado gasto energético e leva a perda de gordura. Assim, faz com que o indivíduo que está acima do peso consuma mais energia ao invés de acumulá-la. O mais importante do estudo é que o exercício aeróbio feito com exercício anaeróbio causa uma perda da gordura corporal mais eficaz do que cada exercício isolado. Sendo assim, os exercícios quando feito em conjunto possuem um melhor resultado. Tais exercícios podem se dividir em alguns programas, como treinamento de força e resistência aeróbia, exercícios de flexibilidade/ alongamento, em cada um considerando benefícios desiguais (HAKKINEN et al., 2003).

Faria (2011) completa dizendo que o exercício resistido é um forte estímulo para o aumento da massa, força e potência muscular, podendo assim, ajudar a manter a musculatura e maximizando a diminuição de gordura corporal. Em contraste com o que foi dito acima, o trabalho de resistência aeróbia aumenta o consumo máximo de oxigênio, a atividade das enzimas oxidativas, os estoques de glicogênio intramuscular, a densidade e capacidade mitocondrial dos músculos, melhora a capacidade de difusão pulmonar, o débito cardíaco, a densidade capilar e o controle da saturação da hemoglobina (HAKKINEN et al., 2003).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obesidade é um dos principais problemas de saúde pública no mundo, sendo considerada uma doença que preocupa por várias razões, tais como, sociais, psicológicas e metabólicas. Está atrelada ao desenvolvimento de comorbidades que podem, inclusive, levar à morte (PINHEIRO et al 2004).

O presente estudo, de acordo com autores citados acima afirmam que o treinamento aeróbio e anaeróbio é capaz de promover alterações positivas na composição corporal de indivíduos obesos. Observa-se que se feitos separadamente, os indivíduos terão resultados, mas que se utilizarem o treinamento combinado terão mais ganhos.

O exercício aeróbio esteve presente na maioria das pesquisas feitas sobre programas de treinamento, no entanto, de acordo com que foi lido e pesquisado para este trabalho, nota-se que, de acordo com embasamento científico melhores resultados são aqueles que trabalharam o exercício aeróbio combinado com o anaeróbio.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, J. A.; BRAGA, M. A. O. **Exercício físico e o metabolismo de gordura: influências na obesidade.** Revista Digital. Buenos Aires, Año 16, nº 155, abril 2011.

CHAVES, C. R. M. M et al. **Exercício aeróbio, treinamento de força muscular e testes de aptidão física para adolescentes com fibrose cística: revisão da literatura.** Revista Brasileira de Saúde Maternidade Infantil. Recife, 7 (3): 245-250, jul. / set., 2007.

FARIA, T. C. S. **Contribuição da musculação para o processo de emagrecimento em mulheres.** 2011. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2011.

FERNANDEZ, A. C; MELLO, M. T; TUFIK, S; CASTRO, P. M; FISBERG; M. Influência do treinamento aeróbio e anaeróbio na massa de gordura corporal de adolescentes obesos. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte.** v.10, n.3, p. 152-158, Mai./Jun. 2004.

FRANCISCHI, P.R. PEREIRA, O. LUCIANA, J. LANCHI, H.A. Exercício, comportamento alimentar e obesidade: revisão dos efeitos sobre a composição corporal e parâmetros metabólicos. **Revista Paulista de Educação Física.** Vol. 15, jul./dez, 2001.

GRÜNEWALD, B.; WÖLLZENMÜLLER, F. **Esportes aeróbios para todos.** Rio de Janeiro. Ao Livro técnico S/A, 1984.

HAKKINEN, K. et al. Neuromuscular adaptations during concurrent strength and endurance training versus strength training. **European Journal Applied Physiology,** v. 89, n.1, p. 42-52, 2003.

HELGERUD, J. et al. Aerobic high-intensity intervals improve VO₂max more than moderate training. **Medicine and Science in Sports and Exercise,** v. 39, n.4, 2007.

JONATH, U. **Entrenamiento en Circuito**. Buenos Aires. Paidós. 1966. 198p.

MARSON, P; SILVA E. R; BERTOCHI, C; GIAZON, I. W. Comparação de eficácia entre programa de exercício aeróbio e anaeróbio na modificação da composição corporal. **Coleção Pesquisa em Educação Física**. v.7, n.2, p.151-158, 2008.

MCARDLE, W. D; KATCH, F.I; KATCH, V.L. **Fisiologia do exercício**: energia, nutrição e desempenho humano. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.

OKADA, G. T. ; JUNIOR, A. E. A.; BARRETO, S. M. G.; DUARTE, A. C. G. O.; SILVA, R. G. **Resultado de diferentes frequências semanais de treinamento sobre a composição corporal e aptidão física**. Motriz, Rio Claro, v.14 n.3, p.241-251, jul./set. 2008

PINHEIRO A, FREITAS S, CORSO A. Uma abordagem epidemiologica da obesidade. *RevNutr*2004;17:523-33

PTV. Personal Trainer Virtual. **MÉTODOS DE TREINAMENTOS AERÓBIOS CONTÍNUOS**. PTV. Disponível em: <www.personaltrainervirtual.com.br/2017/02/15/metodos-de-treinamento-aerobios-continuos/>. Acesso em 19.set.2018.

REIS; A. D. F; SILVA; M. L. S; FETT, C. A; LIMA, W. P. Efeitos do treinamento em circuito ou caminhada após oito semanas de intervenção na composição corporal e aptidão física de mulheres obesas sedentárias. **Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**. São Paulo, v.2, n.11, p.498-507, Set./Out. 2008.

SANTOS, J. W. **Protocolos de treinamento aeróbio intervalado e da periodização para natação com ratos**. Rio Claro - São Paulo. 2004.

TIENE, D. C. F; VESPASIANO, B. S. Treinamento aeróbio: perspectivas sobre intensidades voltadas ao emagrecimento em adolescentes. **Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**. São Paulo, v.6, n.32, p.116-122, Mar./Abr. 2012.

TUBINO, M.J.G. **Metodologia científica do treinamento esportivo**. Rio de Janeiro: Ibrasa. 3 ed. 435 p. 1984.

WHO. **World Health Organization. Nutritional anaemias. Obesity and over weight**. Disponível em:< <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs311/en/>>. Acesso em 24 de outubro de 2013.

ZULIM, F. D; FERREIRA, F.C. Composição corporal de homens adultos praticantes de exercícios resistidos e não praticantes de atividade física. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, v.10, n.1, p. 75-79, 2011.

O TRANSTORNO MENTAL COMUM ENTRE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

Beatriz Francine Fernandes Silva, Keite Kelli Aparecida Conceição Rocha, Michelle Beatriz Alves Tortola, Renata Lourdes Rodrigues Caldeira, Pérola Liciane Baptista Cruz e Silva, e-mail: perolacruz@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno Mental Comum (TMC) ou Sofrimento Mental Comum é caracterizado como transtorno somatoforme de ansiedade e de depressão que consiste em uma síndrome clínica com três grupos ou dimensões de sintomas: tristeza/desânimo, ansiedade e sintomas físicos, somatização (GOLDBERG, 2005). Há relatos na Atenção Básica de quadros que envolvem sintomas mistos dessas três doenças depressão, ansiedade e somatização. Com frequência, quem se queixa de uma delas, também se queixa de muitas das outras (BRASIL, 2013).

Os TMC podem se apresentar através de queixas somáticas inespecíficas, irritabilidade, insônia, nervosismo, dores de cabeça, fadiga, esquecimento, falta de concentração, mudança no sono e apetite, palpitações, tontura ou mesmo alterações gástricas e intestinais assim como uma infinidade de manifestações que poderiam se caracterizar como sintomas depressivos, ansiosos ou somatoformes (MARAGNO et al., 2006). Embora inicialmente não necessitem de tratamento psiquiátrico especializado, causam grande impacto socioeconômico, principalmente pelos dias de trabalho perdidos e devido ao aumento da procura de seus portadores pelos serviços de saúde (CARLOTTO et al., 2015).

FIOROTTI et al. (2010) afirmam que no meio acadêmico o aparecimento primário destes transtornos psiquiátricos pode ser constatado logo que o aluno ingressa na universidade, sendo muito mais frequente nos estudantes ligados à área da saúde, já que estes tem que aprender a lidar diariamente com o sofrimento e com a dor. São queixas frequentes, relacionadas ao TMC, manifestações físicas de desgaste emocional nos locais de trabalho e estes sintomas são agravantes nos problemas de relações interpessoais. (SILVA; COSTA, 2012).

Em outra pesquisa (ANSOLIN et al., 2015) com estudantes universitários dos cursos de graduação em Psicologia e Enfermagem de uma instituição privada do

Paraná, foi encontrado que 35,71% dos participantes apresentavam fatores indicativos de TMC.

Assim, objetivou-se discutir a presença do TMC entre estudantes do ensino superior e possíveis estratégias de apoio.

2 METODOLOGIA

Revisão Bibliográfica com uso da base de dados Lilacs, cruzando-se os descritores ou palavras do título: 1. Estudantes; 2. Transtornos mentais; 3. Saúde Mental. A pesquisa foi realizada no mês de junho de 2018, sendo incluídos no trabalho os artigos disponíveis na íntegra, em português ou inglês, que tivessem em sua temática central o Transtorno Mental Comum entre estudantes do ensino superior. Foi realizada análise descritiva do material segundo temáticas mais presentes nos trabalhos incluídos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após as buscas e seleção, foram incluídos 5 trabalhos para a presente revisão, conforme apresentado na TABELA 1:

TABELA 1. Artigos selecionados para compor a presente revisão, Jahu – SP, 2018.

Autores	Título	Periódico	Tipo de estudo	Ano
COSTA, Edméa Fontes de Oliva; ANDRADE, Tarcísio Matos de; SILVANY, Annibal Muniz Neto; MELO, Enaldo Vieira de; ROSA, Ana Carolina Aquino; ALENCAR, Mariana Amorim; SILVA, Ângela Maria da	Transtornos mentais comuns em estudantes de medicina da Universidade Federal de Sergipe: estudo transversal.	Revista Brasileira de Psiquiatria	Estudo de campo, transversal, quantitativo.	2010
COSTA, Edméa Fontes de Oliva; MENDES, Carlos Mauricio Cardeal; ANDRADE, Tarcísio Matos de.	Transtorno mental comum em estudantes de medicina: Estudo transversal por inquéritos repetidos durante seis anos.	Revista da Associação Médica Brasileira	Pesquisa de campo, descritiva, de natureza quantitativa.	2017
SILVA, Adriano	Apoio social e	Revista	Estudo de	2014

Gonçalves; CERQUEIRA, Ana Teresa de Abreu Ramos; LIMA, Maria Cristina Pereira.	transtorno mental comum entre estudantes de Medicina.	Brasileira de Epidemiologia	campo, transversal, quantitativo.	
COSTA, Edméa Fontes de Oliva; ROCHA, Margleice Marinho Vieira; SANTOS, Ana Teresa Rodrigues de Abreu; MELO, Enaldo Vieira de; MARTINS, Luiz Antonio Nogueira; ANDRADE, Tarcisio Matos.	Transtornos mentais comuns e fatores associados entre os estudantes de saúde do último ano.	Rev. Associação Médica Brasileira	Estudo de campo, transversal, quantitativo.	2014
CACHOEIRA, Denise Valéria Ananias de Campos.	Relação do perfil sociodemográfico com o risco de adoecimento por transtornos mentais comuns em alunos do curso de enfermagem.	Revista de Enfermagem da UFPE	Estudo de campo, exploratório descritivo, de natureza quantitativa.	2016

Podemos observar a prevalência de pesquisas de natureza descritiva, quantitativa, buscando-se estabelecer prevalências e fatores associados do TMC com os estudantes do ensino superior.

No geral, as prevalências encontradas variam entre 33,7 a 45% em universidades de variadas regiões do Brasil. Costa et al. (2017), ainda encontram que a prevalência aumenta no decorrer dos anos da vida acadêmica, passando de 12,5% no primeiro ano, para 43% no último, mais de forma a depender das exigências do período do que de forma linear.

Quanto às variáveis associadas, há consenso de maior número de casos entre o sexo feminino, com baixa renda e os que relataram ausência de suporte emocional adequado, sentindo-se infelizes e com expectativas não tão boas para o futuro (COSTA et al., 2017; COSTA et al., 2014; COSTA et al., 2010; SILVA et al., 2014)

Costa et al. (2017) ainda citam como fatores de risco o desconforto com as atividades do programa, insatisfação com as estratégias de ensino e sentimento de que o programa não é uma fonte de prazer.

Com relação ao quadro apresentado, esteve presente a irritabilidade, sentir-se tenso/preocupado, prejuízos na qualidade do sono, dores de cabeça (CACHOEIRA et al, 2018). Entretanto, apesar da alta prevalência, apenas uma pequena porcentagem (10,5%) apresentou algum problema mental diagnosticado e acompanhado (COSTA et al., 2014)

A necessidade de medidas preventivas e de apoio psicológico ao longo do curso desses estudantes é trazido nos trabalhos. Deve-se pensar também na criação de ambientes saudáveis, harmônicos, com incentivo à práticas de diversas áreas de interesse. Há a presença de algumas experiências principalmente em faculdades com cursos da área da saúde, porém não é uma prática na maioria das instituições. Os cursos de saúde são vistos como mais vulneráveis aos sofrimentos mentais devido as suas peculiaridades no processo educacional que impactam negativamente a saúde física e psicológica do aluno. Dentre eles a proximidade da morte e inúmeros processos patológicos, excesso de trabalho, competitividade, medo de cometer erros, independência financeira tardia e decepção com o curso, além de privação do convívio familiar e do lazer. (CACHOEIRA et al., 2018; COSTA et al, 2014; SILVA et al., 2014):

Deve-se considerar que o trabalhador saudável irá produzir um produto final de qualidade e acredita-se que o mesmo se aplica aos graduandos, preocupações com qualidade de vida e prevenção de transtornos resultam em qualidade de formação e assistência, diminuindo o número de profissionais que chegam ao mercado de trabalho adoecidos. (CACHOEIRA et al, 2018)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível observar a importância de se abordar essa temática dentre as discussões no ensino superior devido as altas prevalências relatadas e impactos na qualidade de vida e de formação dos estudantes.

Há relatos de sucesso e melhora geral com a criação de estratégias de apoio discente, acompanhamento das atividades acadêmicas e dificuldades pessoais e o incentivo à práticas variadas.

Aponta-se a necessidade das instituições atentarem-se para este fato em suas comunidades acadêmicas e pensar possibilidades de enfrentamento segundo cada necessidade local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSOLIN, A.G.A; ROCHA, S. L. B; SANTOS, R. P; POZZO, V. C. D; Prevalência de transtornos mental comum em estudantes de psicologia e enfermagem. **Arq. Cienc. Saúde**. Jul-Set; 22(3) 42-45. 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **CADERNOS de ATENÇÃO BÁSICA: SAÚDE MENTAL**. 1ª ed. Brasília – DF. Editora MS, 2013. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_34.pdf>. Acesso em: 17 jul. de 2018.

CACHOEIRA, D. V. A. de C. Relação do perfil sociodemográfico com o risco de adoecimento por transtornos mentais comum em alunos do curso de enfermagem. **Revista de Enfermagem da UFPE**, vol. 12 nº6, 2018.

CARLOTTO, M. S.; BARCINSKI, M.; FONSECA, R.. Transtornos mentais comuns e associação com variáveis sociodemográficas e estressores ocupacionais: uma análise de gênero. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, vol. 15 nº 3, 2015.

COSTA, E. F. de O; ANDRADE, T. M. D; SILVANNY NETO, A. M; MELO, E. V; ROSA, A. C. A; ALENCAR, M. A; SILVA, A. M. Transtornos mentais comuns entre estudantes de medicina da Universidade Federal de Sergipe: estudo transversal. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, vol. 32 nº 1, 2010.

COSTA, E. F. O.; et al. Transtornos mentais comuns e fatores associados entre os estudantes do último ano de saúde. **Rev. Associação Médica Brasileira**, vol. 60 nº6 São Paulo, 2014

COSTA, E. F. de O; MENDES, C. M. C; ANDRADE, T. M. Transtorno mental comum em estudantes de medicina: Estudo transversal por inquéritos repetidos durante seis anos. **Revista da Associação Médica Brasileira**, vol. 63 nº 9, 2017.

FIOROTTI, K. P; ROSSONI, R. R; BORGES, L. H; MIRANDA, A. E. Transtornos mentais comuns entre os estudantes do curso de medicina: prevalência e fatores associados. **J bras. Psiquiatria**, Rio de Janeiro, vol. 59 nº1, 2010.

FONSECA, M. L. G.; GUIMARÃES, M. B. L.; VASCONCELOS, E. M. Sofrimento difuso e transtornos mentais comuns: uma revisão bibliográfica. **Rev. Atenção Primária a Saúde**, vol. 11 nº 3, 2008.

MARAGNO, L. et al. Prevalência de transtornos mentais comuns em populações atendidas pelo Programa Saúde da Família (Qualis) no Município de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol. 22 nº 8, 2006.

SANTOS, É. G.; SIQUEIRA, M. M. Prevalência dos transtornos mentais na população adulta brasileira: uma revisão sistemática de 1997 a 2009. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, vol. 59 nº 3, Rio de Janeiro, 2010.



SILVA, A. G.; CERQUEIRA, A. T. de A. R.; LIMA, M. C. P.. Apoio social e transtorno mental comum entre estudantes de Medicina. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, vol. 17 nº 1, 2014.

SILVA, R. S.; COSTA, L. A. da C. Prevalência de transtornos mentais comuns entre estudantes universitários da área da saúde. **Revista de Psicologia**, vol. 15 nº 23, 2012.

O TRANSTORNO MENTAL COMUM ENTRE GRADUANDOS DO CURSO DE ENFERMAGEM E FATORES ASSOCIADOS

Beatriz Francine Fernandes Silva, Keite Kelli Aparecida Conceição Rocha Chagas, Michelle Beatriz Alves Tortola, Renata Lourdes Rodrigues Caldeira, Pérola Liciane Baptista Cruz e Silva, e-mail: perolacruz@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Transtorno Mental Comum (TMC) refere-se há um conjunto de sintomas psicossomáticos, que levam a sofrimento e perda de qualidade de vida, porém não se enquadram em critérios diagnósticos das clássicas síndromes psiquiátricas (GOLDBERG e GOODYER, 2005).

OS mesmos autores afirmam que apresentam-se como queixas comuns que costumam estar associadas com tristeza, desânimo, perda do prazer de viver, irritabilidade, dificuldade de concentração, ansiedade e medo. Podendo ocorrer mudança no sono e apetite, dores, cansaço, palpitações, tontura e alterações gastrointestinais.

Para Valla (2001), os quadros de TMC são considerados como uma síndrome relacionada a questões psicossociais com alta prevalência nas Unidades de Atenção Primária, e que vem revelando deficiência na capacitação adequada das equipes de saúde na abordagem do paciente que necessita de ajuda.

Os profissionais de saúde não estão preparados para abordar esses pacientes, sendo o TMC tratado como doenças somáticas. Assim, é necessário que o indivíduo receba um tratamento diferenciado para que ele seja inserido na comunidade, melhorando as condições de vida, com cuidados específicos em saúde mental. Sendo necessário, também, o tratamento medicamentoso (FONSECA et al, 2008).

O TMC engloba grande parte da população com sintomas que não são encontrados em manuais, como a depressão, ansiedade e transtornos somatoformes, sendo classificados como sindrômicos e apresentando sintomas individualizados (MARAGNO, 2006 apud FONSECA, 2008).

Nos serviços de saúde, o TMC causa prejuízos e incapacidades funcionais que podem ser mais graves que os transtornos crônicos se comparando aos usuários que não apresentam essa síndrome, principalmente devido à sua falta de

acompanhamento. Além de ser uma das mais importantes causas de morbidade na Atenção Primária. (GOLDBERG; GOOLDYER, 2005).

As queixas somáticas inespecíficas são sintomas não reconhecido pelos profissionais por estarem associados a transtornos mentais, causando um grande problema à saúde (FONSECA, 2008).

Para Maragno (2006), deve-se reforçar o conhecimento dos TMC, por parte dos profissionais de saúde, para que eles estejam atentos às alterações causadas pelo transtorno e suas possíveis repercussões, assim como adotar um conceito biopsicossocial de saúde.

O TMC está relacionado a fatores socioeconômicos como o desemprego e problemas sociais. (LUDEMIR, 2000).

Na Atenção básica, a prevalência é alta, e é considerada um filtro para o diagnóstico desse sofrimento e suas manifestações (FONSECA, 2008).

No meio acadêmico, o TMC é mais frequente em estudantes ligados a área da saúde. Estudo desenvolvido em Alagoas, aponta que 43,2% dos universitários apresentaram classificação positiva para o TMC. (SILVA; COSTA, 2015).

De acordo com Ansolin et al (2015) cerca de 12% a 18% dos universitários apresentam algum tipo de doença mental diagnosticável, sendo o primeiro episódio psiquiátrico ao longo da graduação.

Os universitários se deparam com mudanças em suas atividades cotidianas, podendo apresentar comportamentos de risco a saúde mental, relacionados com poucas horas de sono, alimentação inadequada, automedicação, consumo excessivo de álcool e tabaco e outras drogas. Outros fatores associados ao TMC são a insatisfação com a escolha profissional, pensamentos de abandono do curso, falta de apoio emocional, desempenho acadêmico, dificuldades para conciliar estudos com lazer e afastamento afetivo e físico da família e situação econômica (ANSOLIN et al, 2015).

Fonseca (2008) relata que estudos apontam que o acolhimento e a escuta a esses pacientes ajudam no alívio desse sofrimento. Porém, muitos serviços de saúde não estão preparados ou capacitados para o acolhimento desses usuários, resultando em gastos e diagnósticos tardios, além do uso abusivo de benzodiazepínicos.

O objetivo é conhecer a prevalência do TMC entre graduandos do curso de enfermagem e possíveis fatores associados.

2 METODOLOGIA

Pesquisa de campo com caráter exploratório, transversal e abordagem quantitativa. Os participantes foram os estudantes matriculados no curso de enfermagem das Faculdades Integradas de Jau, situada no município de Jau, a partir do 3º semestre do curso.

O instrumento utilizado para coleta de dados trata-se de questionário anônimo, autoaplicável, com uma primeira parte contendo questões referentes ao sexo, semestre em andamento, satisfação com o curso, aproveitamento, acompanhamento com profissional de saúde mental e uso de medicação psicotrópica. A segunda parte refere-se ao Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20), instrumento recomendado pela Organização Mundial da Saúde, criado para rastrear transtornos psiquiátricos em serviços de atenção primária (HARDING et al, 1980), e validado no Brasil (MARI; WILLIAMS, 1986).

Utilizou-se ponto de corte diferente entre homens e mulheres, sendo seis ou mais respostas “sim” para os homens e oito ou mais respostas “sim” para as mulheres, considerados casos suspeitos de TMC Brasil (MARI; WILLIAMS, 1986).

O tamanho da amostra foi calculado estimando-se a taxa de prevalência de TMC para a população de estudantes universitários da área da saúde em torno de 40% (CERCHIARI et al, 2005; LIMA et al, 2006).

Com variação de 2% e utilizando-se intervalo de confiança de 95,5%, sendo ainda previsto uma possível perda de aproximadamente 20% (FONSECA; MARTINS, 2015).

Para o total de estudantes matriculados a partir do 3º semestre do curso de enfermagem da instituição de ensino, de 114, foi calculada amostra mínima de 67 participantes. A presente instituição, tem o curso de enfermagem ao longo de dez semestres, sendo excluído o primeiro semestre por entender que o tempo de vivência na vida acadêmica do ensino superior ainda é insuficiente para compor a amostra. Não há turmas nos semestres “pares”, considerando a época de coleta de dados, abril de 2018.

A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa das Faculdades Integradas de Jahu, sob o número 2.571.896 e todos os participantes que

aceitaram entrar na pesquisa assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido previamente a coleta de dados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram do estudo 88 sujeitos, amostra que representa 77% do universo pesquisado (114 indivíduos no total de matriculados para o 1º semestre de 2018). Caracterizaram-se em sua maioria como do sexo feminino, 88,6% (78), estando distribuídos em 23% pertencentes ao 2º ano do curso, 32% do 3º ano, 21% do 4º ano e 24% pertencentes ao 5º ano do curso de enfermagem. Na TABELA 1 a seguir, são apresentados as variáveis investigadas que podem relacionar-se à presença do TMC.

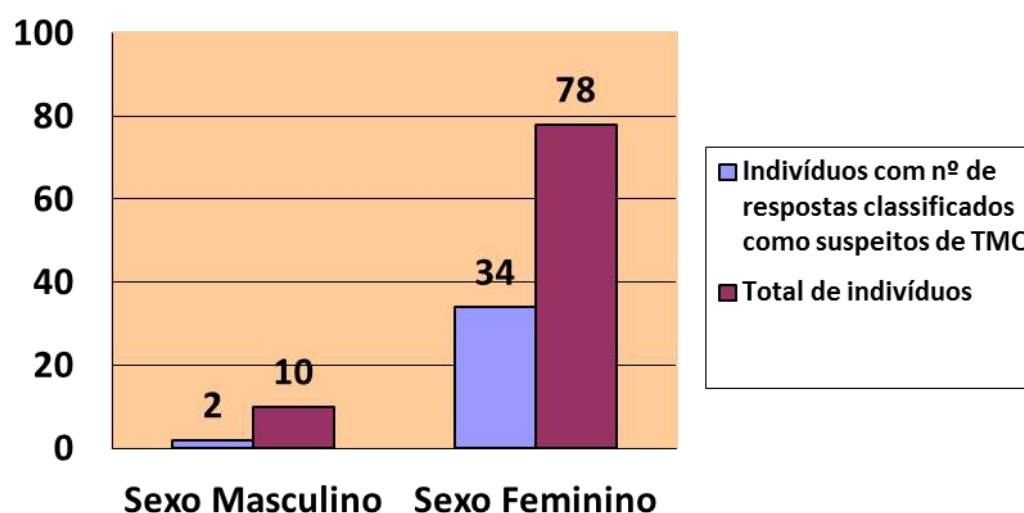
TABELA 1. Respostas gerais dos estudantes sobre variáveis que podem estar relacionados com o TMC, Jahu – SP, 2018.

Fatores investigados	Variáveis	(Nº indivíduos) %
Média de Notas	0 a 2,5	(1) 0%
	2,6 a 5,0	(1) 1%
	5,1 a 7,5	(39) 44,3%
	7,6 a 10	(46) 52,2%
	Não responderam	(2) 2,2%
Satisfação pelo curso	Sim	(71) 80,6%
	Não	(14) 15,9%
	Não responderam	(3) 3,4%
Possui Emprego?	Sim	(73) 83%
	Não	(15) 17%
Quantidade de Horas Semanais	Até 30h/sem	(17) 19,3%
	Até 44h/sem	(45) 51%
	Até 60h/sem	(10) 11,3%
Faz acompanhamento em serviço ou profissional de saúde mental? SE sim, qual profissional?	Sim	(11) 12,5%
		Psicólogo (07) 7,9%
Psiquiatra (07) 7,9%		
Não	Enfermeiro (01) 1,1%	
	(77) 87,5%	
Uso de medicação psicotrópica	Sim	(13) 14,7%
	Não	(75) 85,2%

Com relação as medicações citadas como de uso regular, apareceram principalmente os antidepressivos, com 61% das medicações citadas, dentre eles a Fluoxetina (2), Amitriptilina (2), Sertralina (3), Bupropiona (1), Escitalopram (1), Paroxetina (1), Trazodona (1), e Venlafaxina (1). Em seguida apareceram os Benzodiazepínicos, com 28%, sendo trazido o Clonazepan (4) e Alprazolam (1). Outros presentes, somaram 11%, sendo o Depakene (1), e o Lítio (1).

A prevalência geral do Transtorno Mental Comum entre os estudantes encontradas foi de 41% (36 participantes), sendo que entre as mulheres esse índice foi de 43,5% (34) e entre os de sexo masculino, 20% (2), conforme FIGURA 1:

FIGURA 1: Prevalência de Transtornos Mentais comuns entre acadêmicos do curso de enfermagem, de um município do interior de São Paulo, no ano de 2018.



A prevalência aqui encontrada assemelha-se ao estudo de Santos et al (2017) onde a prevalência de TMC em estudantes de medicina foram de 32,2%, apresentando uma porcentagem menor, porém ambos com a maior prevalência em estudantes do sexo feminino.

Quanto à satisfação com o curso e média de notas foi observado no geral como boa, não se apresentando como um problema de alta relevância apontado pelos estudantes.

A presença de atividade profissional na grande maioria dos entrevistados, e com uma boa parte de carga horária integral na semana (44h ou mais), pode apontar para uma rotina sobrecarregada, com prejuízo de atividades de descanso e lazer. Fato já

conhecido de prejuízo na qualidade de vida e saúde mental.

Apesar da alta prevalência do TMC, foi pequena a proporção que relatou estar em acompanhamento com profissional da área de saúde mental. Aliado a isso, foi observado um maior relato do uso de medicações, quando comparado com o acompanhamento, o que pode sugerir estar presente em alguns casos a prática da auto medicação.

Para Chaves et al (2017), esse ato da automedicação entre estudantes da área da saúde, pode estar relacionado ao conhecimento adquirido sobre as substâncias ao longo dos cursos. A automedicação pode dificultar o diagnóstico dos transtornos mentais, mascarar os sintomas e agravar o quadro clínico levando a piora geral da qualidade de vida (SILVA e RODRIGUES,2014).

Há também riscos ligados à intoxicações, risco de dependência, reações de hipersensibilidade, dosagem inadequada, sangramentos digestivos e enfermidades iatrogênicas e em casos extremos óbitos (ARRAIS, 1997 apud JESUS, 2013).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi observado na presente pesquisa a importância da abordagem desta temática entre os estudantes devido as altas prevalências encontradas no geral dos anos do curso de enfermagem da instituição.

Os valores aqui encontrados assemelham-se à outras localidades onde o transtorno foi pesquisado, e já há relatos da importância de estratégias de apoio discente e estímulo à um ambiente harmônico.

Apointa-se a necessidade de aprofundamentos em questões ligadas à definição de fatores de risco e de melhora, e o incentivo às instituições a criarem espaços de discussões entre a comunidade acadêmica e professores no enfrentamento do problema.

REFERÊNCIAS

ANSOLIN, A.G.A; ROCHA, S. L. B; SANTOS, R. P; POZZO, V. C. D; Prevalência de transtornos mental comum em estudantes de psicologia e enfermagem. **Arq. Cienc. Saúde**. Jul-Set; 22(3) 42-45. 2015.

CERCHIARI, E. A. N; CAETANO, D; FACCENDA, O. **Prevalência de transtornos mentais menores em estudantes universitários**. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Estudos de Psicologia. 10(3), 413-420. 2005 .

CHAVES, A; ANNY, L. A. A; ROCHA, M. N. C; Souza, M. R. R; ALMEIDA CHAVES, V. T. Perfil de automedicação entre estudantes de enfermagem. **Rev. Saúde. Com.** 13(4): 1016-1021. 2017.

FONSECA, J. S; MARTINS, G. A. **Curso de Estatística.** 6º edição – 17 reimpressão. São Paulo: Atlas, 2015.

FONSECA, M. L. G. Sofrimento difuso, transtornos mentais comuns: uma revisão bibliográfica. **Rev. APS,** v. 11, n. 3, p. 285-294, jul./set. 2008.

GOLDBERG, D.; GOODYER. I. **The origins and course of common mental disorders.** New York: Routledge, 2005. 230 p.

HARDING T.W; ARANGO, M. V; BALTAZER J; CLIMENT, C. E; IBRAHIM; H. H. A; LADRIDO-INACIO, L. Mental disorders in primary health care: a study of the frequency and diagnosis in four developing countries. *Psychol Med.* 1980;10:231-41.

JESUS, A.P.G.A.S. et al. **Prevalência de automedicação entre acadêmicos de farmácia, medicina, enfermagem e odontologia.** Estudos. Goiânia, v. 40, n. 2, p. 151-164, abr./jun. 2013.

LIMA, M. C. P; DOMINGUES, M. S; CERQUEIRA, A. T. A. R. Prevalência e fatores de risco para transtornos mentais comuns entre estudantes de medicina. *Rev Saúde Pública* 2006; 40(6):1035-41.

LUDEMIR, A. B. Inserção produtiva, gênero e saúde mental. **Cadernos de Saúde Pública.** Rio de Janeiro, v.16, n. 3, p.647-659, jul./set. 2000.

MARAGNO, L; GOLDBAUM, M; GIANINI, R. J; NOVAES, H. M. D; CÉSAR, C. L. G. Prevalência de transtornos mentais comuns em populações atendidas pelo Programa Saúde da Família (Qualis) no Município de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública,** Rio de Janeiro, v. 22, n.8, p.1639-1648, ago. 2006.

MARI, J. J; WILLIAMS, P. A. **A validity study of a Psychiatric Screening Questionnaire** (SRQ 20) in primary care in city of Sao Paulo. *Br J Psychiatry.* 1986;148:23-6.

SANTOS, L S; SANTOS, I. J. R.; NAGIN , E. B ; OLIVEIRA , R. N. S.B. **Qualidade de vida e transtornos mentais comuns em estudantes de medicina.** *Cogitare Enfermagem,* 22(4). 2017

SILVA , L. A. F; RODRIGUES, A.M.S. Automedicação entre estudantes de cursos da área de saúde. **Rev. Bras. Farm.** 95 (3), 961 – 975, 2014.

SILVA, R.S; COSTA, L. A. Prevalência de transtornos mentais comum entre estudantes universitários da área da saúde. Encontro: **Revista de Psicologia,** v.15, n.23, p.105-112. 2015.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

VALLA V. V. **Globalização e saúde no Brasil: a busca da sobrevivência pelas classes populares via questão religiosa.** In: VASCONCELOS, E. M. (Org.). A saúde nas palavras e nos gestos. São Paulo: Hucitec, Cap 1. p 39-62. 2001.

O TREINAMENTO FÍSICO PODE PROMOVER BENEFÍCIOS NA DOENÇA DE ALZHEIMER?

Caio Fernando Scarpim, Giovano Ap. de Oliveira, Guilherme Augusto Martines
e-mail: caio_dtcross@hotmail.com, giovanoliveira@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento é uma fase da vida no qual o indivíduo traz consigo uma bagagem relevante a diversas consequências vividas. Portanto, ao se falar em saúde na terceira idade, sabe-se que os processos evolutivos nesses indivíduos ocasionam inúmeras mudanças fisiológicas e físicas.

Uma das consequências observadas com o passar da idade é a Doença de Alzheimer (DA), especificamente ocasionada por um declínio cognitivo, onde se observa uma degeneração dos neurônios, entre outros aspectos fisiológicos e biológicos, ainda a ser melhor elucidado (COELHO, 2013).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), ao se tratar de demência, o número de pessoas que vivem com essa doença irá triplicar nos próximos 30 anos, passando de 50 milhões de casos para 152 milhões até 2050. A DA é a doença neurodegenerativa mais prevalente no idoso, sendo caracterizada pelo declínio cognitivo progressivo (MATSUDO, 2013). No ponto de vista neurobiológico, a DA é caracterizada pelo acúmulo de placas da proteína beta amiloide e de emaranhados neurofibrilares no cérebro do paciente (GARUFFI et. al. 2011).

Esses dados são extremamente preocupantes devida à evolução da ciência em relação à prevenção e diagnóstico de doenças em idosos. Atualmente se observa um aumento significativo na expectativa de vida dessa população que vem crescendo exponencialmente.

Ao se tratar de diagnóstico, prevenção e sintomas, alguns autores relacionam a DA no idoso à déficits da memória recente, linguagem, raciocínio, orientação temporal, funções executivas e novamente a um declínio cognitivo. O comportamento do indivíduo com DA também é considerado como um sintoma, sendo um distúrbio neuropsiquiátrico como a depressão, ansiedade, agitação, alucinação, distúrbio do sono, irritabilidade, alterações do apetite entre outros (MATSUDO, 2013).

Existem estudos que avaliaram as funções do Sistema Nervoso Central (SNC) e observaram alterações que afetam o equilíbrio e postura, incluindo perda de neurônios, menor metabolismo (aumento da glicose, resistência a insulina, alterações no colesterol e nos triglicérides) e perfusão cerebral. Além disso, a força muscular, especialmente nos membros inferiores é reduzida com o avanço da idade (HERNANDEZ et. al. 2010).

A DA é a doença neurodegenerativa mais prevalente no idoso, sendo caracterizada pelo declínio cognitivo progressivo (MATSUDO, 2013). No ponto de vista neurobiológico, a DA é caracterizada pelo acúmulo de placas da proteína beta amiloide e de emaranhados neurofibrilares no cérebro do paciente (GARUFFI et. al. 2011)

Esses dados são extremamente preocupantes devida á evolução da ciência em relação á prevenção e diagnóstico de doenças em idosos. Atualmente se observa um aumento significativo na expectativa de vida dessa população que vem crescendo cada vez mais.

Ao se tratar de diagnóstico, prevenção e sintomas, alguns autores relacionam a DA no idoso à déficits da memória recente, linguagem, raciocínio, orientação temporal, funções executivas e novamente a um declínio cognitivo. O comportamento do indivíduo com DA também é considerado como um sintoma, sendo um distúrbio neuropsiquiátrico como a depressão, ansiedade, agitação, alucinação, distúrbio do sono, irritabilidade, alterações do apetite entre outros (MATSUDO, 2013).

Partindo desses aspectos, reflete-se ao indivíduo com DA, riscos de quedas, visto que 65,5% desses episódios ocorrem em idosos com déficit cognitivo. Nesses indivíduos, as quedas são três vezes mais frequentes do que em pessoas idosas saudáveis devido aos danos no lobo, que provoca um declínio nas funções executivas e atenção (HERNANDEZ et. al. 2010).

O objetivo desse trabalho é analisar os benefícios que o treinamento físico ocasiona no paciente com DA.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica de cunho qualitativo, onde os descritores para a busca de artigos na base de dados do Google Acadêmico, Scielo e Pubmed foram “Doença de Alzheimer”, “Atividade Física” e “doença de Alzheimer” e “Benefícios”.

Do total de artigos encontrados, seis foram selecionados e utilizados, assim como um livro com abordagem compatível ao tema do trabalho.

3 DISCUSSÃO E RESULTADO

O envelhecimento é caracterizado pelo declínio das capacidades físicas como força muscular, agilidade, equilíbrio, flexibilidade e cognição. Com essas reduções, o indivíduo vai se tornando dependente para a realização de suas atividades básicas diárias (COELHO, 2013)

Em indivíduos com DA, o recomendável é utilizar-se como parâmetro o programa de tarefa dupla, onde se estimula uma dada capacidade funcional e simultaneamente uma tarefa cognitiva (COELHO, 2013).

Esse programa segue as diretrizes do Colégio Americano de Medicina e Esportes para Idosos, no qual a realização das atividades deve incluir exercícios físicos aeróbios, de flexibilidade, agilidade, equilíbrio e de força.

Tabela 1 Estrutura do Programa de Tarefa Dupla.

Parte Inicial (5 minutos)	Parte Principal (45 minutos)		Parte Final (10 minutos)
	15 minutos	30 minutos	
Aquecimento	- Capacidade aeróbia + tarefas cognitivas (atenção, funções executivas e linguagem).	- Treinamento com pesos - Exercícios de equilíbrio ou agilidade + tarefas cognitivas.	Alongamento (Flexibilidade)

Fonte: Coelho, (2013).

A sugestão é que se realize o treinamento com uma frequência de três vezes por semana, com uma duração de sessenta minutos. Em todas as sessões, deve-se realizar exercícios com peso, aeróbios, flexibilidade, equilíbrio e agilidade, e devem ser revezadas durante as três sessões semanais (COELHO,2013).

A Tabela 1 exemplifica a estrutura da sessão do programa de treinamento em tarefa dupla. Com essa estrutura, a periodização do treinamento torna-se mais fácil e o objetivo se dá em melhorar além dos aspectos físicos, a cognição, visto que o quesito cognitivo, propriamente dito, é o mais afetado na DA.

Hernandez et. al. (2010), observaram em sua pesquisa uma significância relevante aos aspectos físicos e cognitivos e um resultado benéfico sobre o programa de treinamento aplicado para os pacientes. Concluíram que esses indivíduos que sofreram os estímulos cognitivos e físicos obtiveram uma melhora comparada à idosos que não participaram de programas de atividades físicas.

Coelho (2010) conclui que um programa de tarefa dupla consiste em melhorar tanto a função cognitiva quanto à física, beneficiando significativamente a realização das atividades básicas diárias, proporcionando independência e promovendo uma melhora na qualidade de vida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se um aumento significativo no número de idosos, tanto no Brasil como no mundo. Com isso, o número de indivíduos acometidos por uma série de patologias também se eleva, dentre elas a Doença de Alzheimer.

Neste sentido, é indispensável a realização sistemática de um programa de exercícios físicos como forma de atuar tanto preventivamente como no tratamento dessas patologias.

Sendo assim, conclui-se que o treinamento físico sistematizado deve ser incentivado, visto ser capaz de promover uma série de benefícios no tratamento do idoso com DA.

REFERÊNCIAS

COELHO, F. G. M. et al. Atividade física sistematizada e desempenho cognitivo em idosos com demência de Alzheimer: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira Psiquiatria**, Rio Claro, v. 3, n. 13, p.163-170, out. 2009.

COELHO, F. G. M. **Exercício Físico e Doença de Alzheimer**. Londrina: Midiograf, 2013. P. 6.

GARUFFI, M. et al. Atividade física para promoção da saúde de idosos com doença de Alzheimer e seus cuidadores. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 16, n. 1, p.80-83, out. 2011.



HERNANDEZ, S. S. S. et al. Effects of physical activity on cognitive functions, balance and risk of falls in elderly patients with Alzheimer's dementia. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 14, n. 1, p.68-74, fev. 2010.

LIMA, R. A. et al. Nível de atividade física em idosos com doença de Alzheimer mediante aplicação do IPAQ e de pedômetros. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, Torre, v. 15, n. 3, p.180-185, ago. 2010.

MATSUDO, S. M. M. **Envelhecimento, Exercício e Saúde**: Guia prático de prescrição e orientação. Londrina: Midiograf, 2013. 360 p.

STUDART NETO, A.; NITRINI, R. Subjective cognitive decline: The first clinical manifestation of Alzheimer's disease?. **Views & Reviews**, São Paulo, v. 10, n. 3, p.170-177, set. 2016.

VITAL, T. M. et al. Atividade física sistematizada e sintomas de depressão na demência de Alzheimer: uma revisão sistemática. **J Bras Psiquiatr**, Rio Claro, p.58-64, out. 2010.

O USO DE TERAPIAS ALTERNATIVAS DURANTE O TRATAMENTO ONCOLÓGICO

Daniele Silva Santos Do Sacramento, Ana Claudia Ferrari dos Santos,
e-mail: anacfs70@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Hoje, o câncer é considerado um grave problema da saúde pública no Brasil, representado por altos índices de morbimortalidade, assim as medidas de tratamento empregam métodos eficazes para o seu combate, tais como: a cirurgia, a radioterapia e a quimioterapia, no entanto, tais métodos poderão ser agressivos ao organismo, além de trazer efeitos colaterais (PEREIRA et al., 2014).

A utilização das terapias integrativas e/ou complementares à terapêutica oncológica vem sendo utilizada como um recurso positivo, este fato tem sido descrito pela literatura científica que aponta para melhora na qualidade de vida e diminuição do estresse causado pela doença e tratamento (SOUZA et al., 2018).

As terapias complementares adquirem forte significado cultural e psicológico ao paciente oncológico, talvez por se constituírem em alternativa de cura a uma patologia associada ao sofrimento e morte ou por incorporarem práticas humanizadas em sua aplicação, sendo utilizadas conjuntamente com o tratamento alopático, sendo em muitos casos prescritas pelos profissionais da saúde, como se observa em estudos com pessoas que utilizam terapias complementares/espirituais (LIMA et al., 2015).

O tratamento oncológico é um processo complexo, nota-se que o paciente, gradativamente, busca tratamentos alternativos e ou complementares e quando o paciente não é acolhido pelo profissional de saúde em seu pedido, procuram por conta própria ou com auxílio de familiares, amigos, vizinhos, outras formas de tratamentos (OLIVEIRA, 2014).

Neste contexto, segundo Caetano (2016) o profissional de saúde deve estar atento não somente com as vantagens que as terapias alternativas podem trazer ao tratamento oncológico, mas cautela e averiguar validação científica destes tratamentos, pois em literaturas existem relatos positivos e também negativos quando associadas ao tratamento convencional com quimioterápicos. O presente estudo buscou identificar o uso da terapia integrativa no tratamento oncológico, além de descrever os conceitos sobre esse tema para melhor compreensão desta modalidade terapêutica.

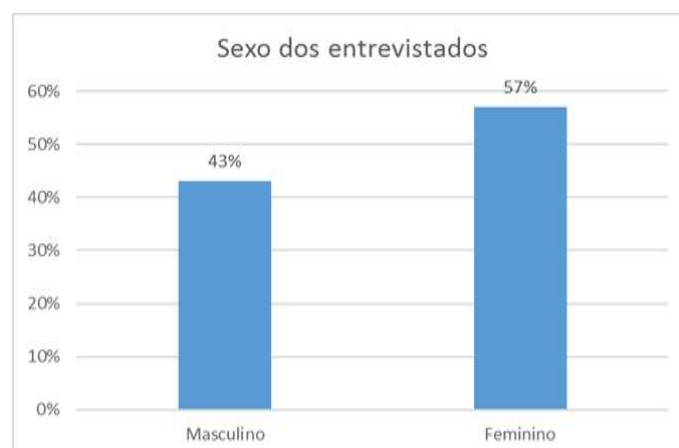
2 METODOLOGIA

Trata-se de estudo descritivo e qualitativo e quantitativo realizado no Hospital Amaral Carvalho de Jaú, referência no tratamento oncológico, localizado na cidade de Jaú/SP. O Ambulatório de onco-hematologia possui uma área física com 35 cadeiras, distribuídas em três salas e cinco leitos sendo que no ano de 2017 foram realizados 57.758 procedimentos quimioterápicos (HAC, 2018). O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética Pesquisa da Fundação Amaral Carvalho conforme parecer nº 2.806.575. A população estudada compreendeu pacientes adultos, acima de 18 anos, em tratamento oncológico, que estivessem recebendo esquemas de quimioterapia associados ou não a radioterapia. Foram entrevistados durante a consulta de enfermagem e por meio de questionário estruturado, após aceite e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. Os dados referentes ao diagnóstico foram retirados do prontuário do paciente. A revisão bibliográfica foi realizada na Biblioteca Virtual de Saúde e Scielo. As palavras-chave utilizadas foram: Medicina, integrativa, Quimioterapia, Enfermagem, Oncologia. A busca compreendeu os dados publicados entre de 2013 a 2018, no idioma português e a coleta de dados ocorreu nos meses de julho de 2018 e agosto de 2018.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisadora entrevistou 100 pacientes que estavam em atendimento oncológico no ambulatório de oncologia, sendo 43 (43%) indivíduos do sexo masculino, e 57 (57%) do sexo feminino (Figura 1).

Figura 1 – Sexo dos entrevistados



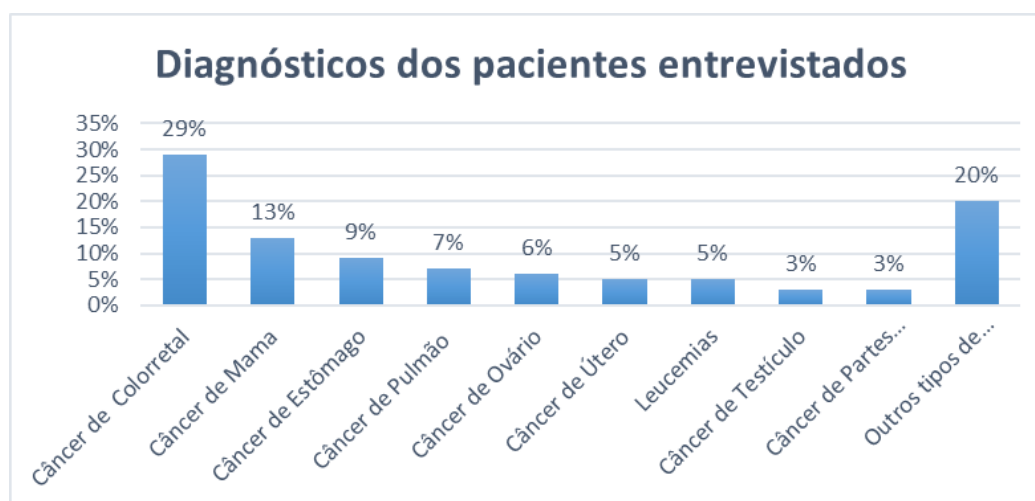
A Tabela 1 demonstra a faixa etária dos participantes do sexo masculino, sendo que a faixa etária de 61 a 70 anos de idade dos homens entrevistados foi de 15% representando sua maioria. Observou-se também a maioria das entrevistadas na faixa etária, entre 51 a 60 anos, representando 17% das mulheres do estudo.

Tabela 1 – Faixa etária dos participantes de acordo com o sexo

Faixa Etária	Masculino (%)	Feminino (%)
20 a 30	4	1
31 a 40	1	7
41 a 50	8	14
51 a 60	10	17
61 a 70	15	13
71 a 80	3	4
81 a 90	2	1

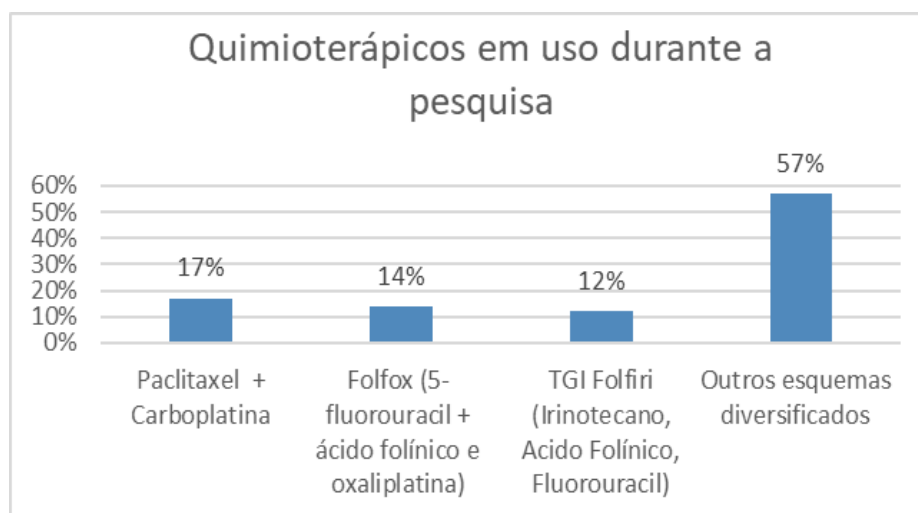
Os entrevistados (n = 100) foram separados por diagnóstico. Houve grande diversidade de diagnósticos, pois se trata de um hospital oncológico de referência com atendimento de 120 pacientes/dia. O diagnóstico de câncer de cólon foi o mais prevalente, correspondendo 29% (n = 29), seguido de câncer de mama 13% (n = 13), câncer de estômago 9% (n = 9), câncer de pulmão 7% (n = 7), ovário 6% (n = 6), câncer de colo de útero 5% (n = 5), leucemias 5% (n = 5), câncer de testículo 3% (n = 3), partes moles com 3% e outros tipos diversificados que corresponderam a 20% (n = 20) do total da amostra (Figura 2).

Figura 2 – Diagnóstico dos pacientes



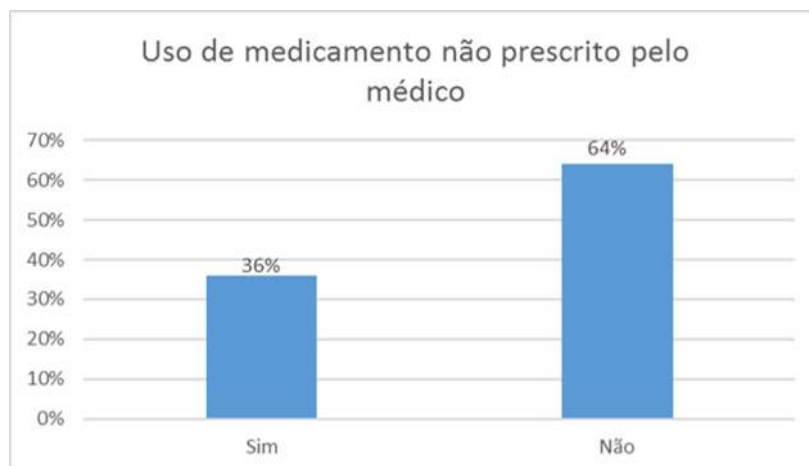
Ainda como característica dos participantes, obteve-se, conforme a Figura 3, os esquemas quimioterápicos usados pelos participantes no dia da entrevista, observou-se que os esquemas utilizados com maior frequência foram: paclitaxel + carboplatina sendo usados por 17% (n = 17) da amostra, seguido pelo esquema Folfox (5FU + ácido folínico) em 14% (n = 14), TGI Folfiri (Irinotecano + Ácido folínico + Fluorouracil em 12% (n = 12), paclitaxel em 7% (n = 7), Herceptin em 5% (n = 5), cisplatina + etoposídeo em 4% (n = 4), Citarabina em com 4% (n = 4), Flox (Folinato + oxaliplatina) em 3% (n = 3), Adria + Ifo em 3% (n = 3) , Cisplatina isoladamente em 3% (n = 3) e Carboplatina com Etoposídeo em 3% (n = 3) e 20% (n = 20) com outros tipos de esquemas diversificados recebidos pelos participantes.

Figura 3 – Quimioterápicos em uso durante a pesquisa



Quando os participantes foram questionados sobre uso de medicamentos não prescritos pelo médico durante o tratamento quimioterápico, observou-se que 36 (36%) dos entrevistados responderam que usam e 64 (64%) responderam não fazer uso de medicamento não prescrito pelo médico, como mostra a Figura 4.

Figura 4 – Uso de medicamento não prescrito pelo médico



Quando foram questionados sobre o uso de chá, suco, massagem, acupuntura e/ou outros concomitantemente ao tratamento quimioterápico. Setenta e quatro dos participantes 74% (n = 74) responderam usar chás concomitante ao tratamento, conforme mostra a

Figura 5. Segundo Caetano (2016), a utilização de plantas medicinais para recursos terapêuticos é prática medicinal antiga. Referente ao uso de suco observou-se que 52% (n = 52) (figura 6) dos participantes fazem uso de suco durante o tratamento (Figura 05). Os sucos favorecem a prevenção do câncer, visto que as vitaminas presentes nas frutas apresentam características quimio preventivas que agem como anticorrosivos em esquemas biológicos (OLIVEIRA, et al. 2014).

Figura 5 – Uso de chás durante tratamento oncológico

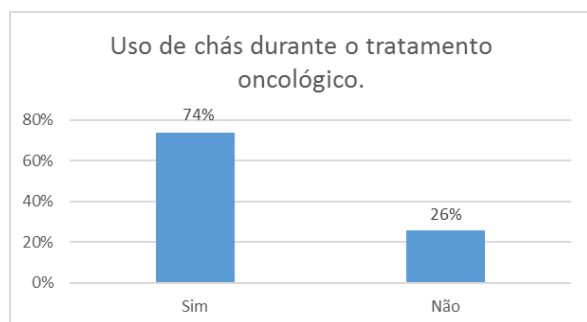
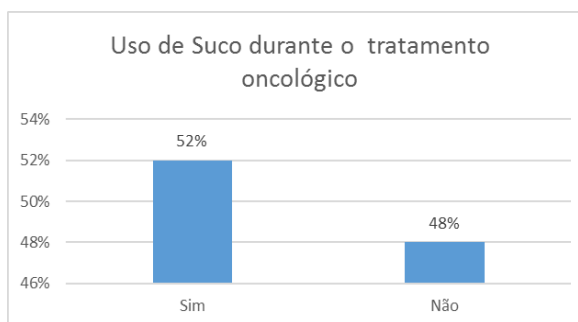


Figura 6 – Uso de suco durante tratamento oncológico



Observou-se também (Figura 7) que dos 100 pacientes entrevistados, 4% (n = 4) fizeram uso de terapia com massagens e 3% (n = 3) fizeram uso de acupuntura (Figura 8).

Figura 7 – Uso de massagens durante o tratamento oncológico

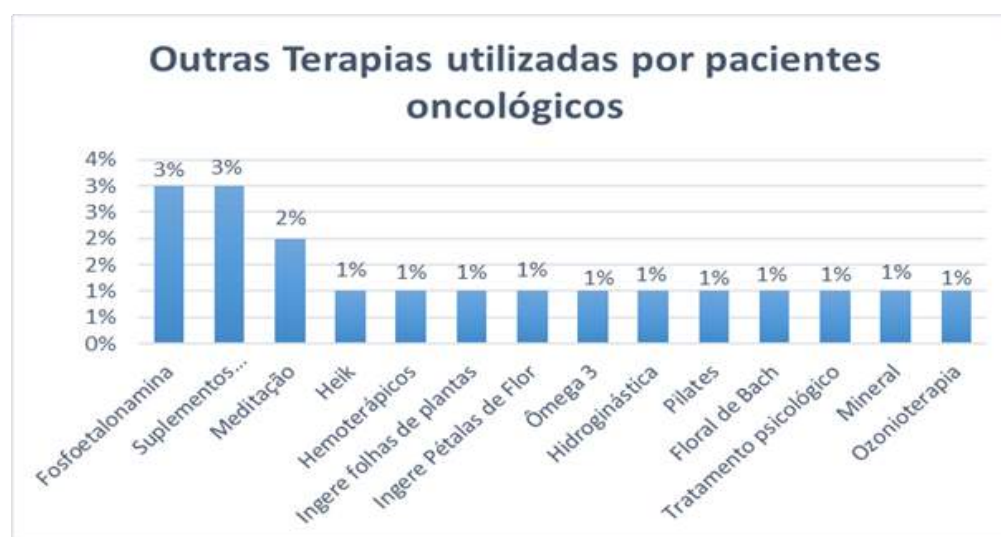


Figura 8 – Uso de Acupuntura durante tratamento oncológico



O uso da acupuntura tem sido usado como um recurso de redução da dor, fundamentado em um amplo número de estudos clínicos, também diminuindo ocorrências como náuseas e vômitos e outros sintomas do tratamento oncológicos (COSTA; 2017). Como as terapias alternativas citadas pelos participantes foram variadas em 22% da amostra, os dados obtidos foram descritos (Figura 9), observou-se o predomínio do suplemento fitoterápico com 3% (n = 3) e a fosfoetanolamina com 3% (n = 3). A literatura destaca que interações medicamentosas negativas poderão ocorrer quando utilizados concomitantemente à terapia antineoplásica (CAETANO, 2016).

Figura 9 – Outras terapias utilizadas por pacientes oncológicos



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se neste estudo que 36% dos pacientes fazem uso de terapia alternativa durante o tratamento oncológico, tais como chás (74%), sucos (52%), massagens (4%), acupuntura (3%), inclusive suplementos como a fosfoetanolamina (3%). A literatura científica tem fundamentado a prática de terapias alternativa e os estudos apontam para diminuição de sintomas atribuídos ao tratamento oncológico e melhora da qualidade de vida, porém deve ser usado com cautela e sugere-se ampliação da amostra para melhor compreensão do impacto no tratamento oncológico.

REFERÊNCIAS

CAETANO B. N. L. **Uso de plantas e medicamentos fitoterápicos por pacientes em tratamento neoplásico: possíveis alterações.** 2016. 54f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2018. Disponível em: <<http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/3789>>. Acesso em 15 ago. 2018.

COSTA, A. C. et al. **A Acupuntura No Apoio Ao Tratamento Quimioterápico: Uma Revisão.** R. Interd. v. 10, n. 2, p. 180-191, abr.mai.jun. 2017. Disponível em: <https://revistainterdisciplinar.uninovafapi.edu.br/index.php/revinter/article/view/1065/0> Acesso em: 02 out. 2018.

HOSPITAL AMARAL CARVALHO. **Números.** Disponível em: http://www.amaralcarvalho.org.br/amaralcarvalho/pt/fundacao-conteudo/visualizar/codfundacao_conteudo/3/numeros-da-fundacao.html Acesso: 01 out. 2018.

LIMA, J. F. et al. Uso de terapias integrativas e complementares por pacientes em quimioterapia. **Revista unal.edu.co** [S.l.: s.n.], 2013. 8 p. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/aven/v33n3/v33n3a05.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

OLIVEIRA, A. V., et al. Relação entre o consumo popular da alimentação nordestina e o alto índice de câncer gástrico nesta região. **Revista Intertox de Toxicologia, Risco Ambiental e Sociedade**, v. 7, n. 3, p. 06-24, out. 2014. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/10274/1/2014_art_gscerqueira.pdf. Acesso em: 02 out. 2017.

SIEGEL, P.; FILICE, N. **O que é a Oncologia Integrativa?** Rio de Janeiro: Saúde Coletiva, 2013. 348-354 p. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cadsc/v21n3/v21n3a18.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

SOUZA, C. R. M. et al. **Práticas integrativas e complementares no contexto da residência multiprofissional: um relato de experiência.** MACEIO: GP NEWS, 2018. 151-156 p. v. 1. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/gepnews/article/view/4702/3306>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

OBESIDADE E CIRURGIA BARIÁTRICA: CUIDADOS NO PRÉ-OPERATÓRIO

Daniela Pereira dos Santos, Alessandro Gabriel Macedo Veiga
e-mail: danysantos0781@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A obesidade é uma doença cada vez mais frequente nos dias atuais, definido pelo acúmulo excessivo de gordura corporal no organismo, devido aos maus hábitos alimentares e o sedentarismo, pois com a correria diária acaba-se por esquecer que uma boa alimentação e a prática de exercícios regularmente são necessárias para uma vida mais saudável e um envelhecimento com maior qualidade (SBEM, 2018).

Com o avanço tecnológico na área da saúde e o gradativo aumento de cirurgiões habilitados, a uma das formas mais eficaz de tratamento é a cirurgia bariátrica. Mas para poder realizar este procedimento, o paciente tem que passar por um longo e árduo tratamento pré-operatório, pois quanto melhor realizado este cuidado, maiores são as chances do paciente alcançar o resultado esperado (GARRIDO, 2003).

O preparo pré-operatório melhora a segurança e os resultados da cirurgia. Pois é solicitado aos pacientes que se esforcem e percam peso antes da cirurgia, pois alguns quilos a menos podem oferecer melhores condições à anestesia geral e a operação (CUNHA; PIRES NETO; CUNHA JÚNIOR, 2006).

2 METODOLOGIA

Este trabalho consiste em uma revisão bibliográfica retrospectiva baseada em artigo original, publicados no período de 2014 a 2018. Trabalhos com publicação com data superior foram utilizados pela relevância do assunto para esta revisão. Os artigos foram selecionados nas bases de dados de indexação, como SciELO e Google Acadêmico. Utilizou-se para consulta as seguintes palavras-chave: Obesidade. Pré-operatório. Cirurgia bariátrica. Após levantamento bibliográfico, se deu a leitura e fichamento dos mesmos.

2.1 Objetivo

Orientar o paciente sobre os cuidados pré-operatórios para a cirurgia bariátrica.

3 RESULTADOS/DISCUSSÃO

Existem vários tipos de cirurgias que se diferenciam pelo mecanismo de funcionamento. Podendo ser realizadas por abordagem aberta, videolaparoscopia, robótica, e por procedimento endoscópico (SBCBM, 2018).

Estes procedimentos são divididos e classificados em (SBCBM, 2018)

- **Restritivos**

São procedimentos que diminuem a quantidade de alimentos que o estômago é capaz de receber, induzindo uma sensação de saciedade precoce.

- **Disabsortivas**

Cirurgias que alteram o tamanho e a capacidade do estômago de receber alimentos mais conhecidas como cirurgias de by-pass intestinal ou cirurgias de desvio intestinal. São cirurgias em que o paciente deve estar ciente da necessidade e da importância do controle de vitaminas no organismo.

- **Técnicas Mistas**

Cirurgias que apresentam elevados níveis de satisfação, ótimo controle das doenças associadas. Esta técnica é a mais usada no Brasil e no mundo. Conhecida como cirurgia de by-pass gástrico ou cirurgia de fobi-capella.

Como divulgado pela mesma sociedade, no Brasil são permitidos quatro tipos de cirurgias bariátricas (SBCBM, 2018):

Figura 1 – SBCBM, 2018



1- By-pass Gástrico

É a técnica mais praticada no Brasil, devido a sua segurança e eficácia, o paciente submetido à cirurgia pode perder de 70% a 80% do excesso de peso inicial. Além de controlar o diabetes e outras doenças como a hipertensão arterial.

2- Gastrectomia Vertical

Procedimento considerado restritivo e metabólico, pois nele o estômago é transformado em um tubo, com capacidade de 80 a 100 mililitros (ml). Provoca uma perda de peso boa, comparada ao by-pass gástrico. Tem bom funcionamento no combate e controle da hipertensão e de doenças como colesterol e triglicérides.

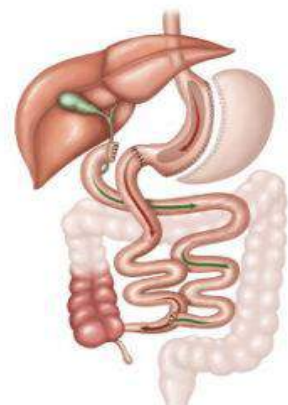
Figura 2 – SBCBM, 2018



3- Duodenal Switch

É a junção entre a gastrectomia vertical e o desvio intestinal. Neste procedimento são retirados 60% do estômago, mas mantendo sua fisiologia de esvaziamento.

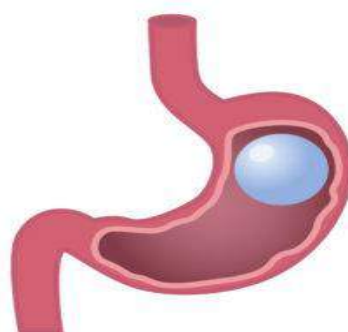
Figura 3 – SBCBM, 2018



4- Terapia alternativa - Balão Intragástrico

Terapia auxiliar, usada para o tratamento pré-operatório, realizado por endoscopia onde é implantada uma prótese de silicone, buscando diminuir a capacidade interna do estômago provocando saciedade precoce. O paciente pode utilizar esta terapia por um período de seis a oito meses, indicado para pacientes com sobrepeso que não possuem indicação de cirurgia, ou aos pacientes muito obesos em processo pré-operatório.

Figura 4 – SBCBM, 2018



3.1 Cuidados pré-operatórios

É necessário que os pacientes realizem um bom acompanhamento pré-operatório, pois neste período é muito importante a avaliação da equipe como cirurgião, psicólogo e nutricionista, além de poder contar com a avaliação de uma equipe multiprofissional para que o paciente alcance os resultados desejados. Dentre esta equipe destacamos que é fundamental o acompanhamento de uma equipe multidisciplinar (COSTA, 2009).

Cada profissional da equipe multidisciplinar fica responsável por uma parte do tratamento, fazendo com que os cuidados sejam mais intensivos e os resultados mais rápidos, sendo que o enfermeiro tem dupla função: garantir a eficiência técnica no pré-operatório e atuar como elo facilitador entre os profissionais, o paciente e familiares (COSTA, 2009).

Neste período pré-operatório é obrigatório o preenchimento do documento “Consentimento Informado”, que o paciente reconhece estar devidamente informado sobre os riscos e benefícios da cirurgia. Além disso, é necessária a realização de diversos exames como, endoscopia digestiva, ultrassom abdominal e laboratoriais, além de consultas com outros profissionais da equipe multiprofissional: cardiologista, psiquiatra, endocrinologista, entre outros que fizeram-se necessários (SBEM, 2018).

A realização da cirurgia não finaliza o tratamento, é apenas o início de um período de mudanças comportamentais, alimentares e de práticas de hábitos saudáveis que devem continuar pelo resto da vida (GARRIDO, 2003).

O paciente deve reconhecer no pré-operatório as mudanças comportamentais e sociais que terá que realizar.

4 CONCLUSÃO

Conclui-se que para um resultado satisfatório e permanente, o paciente tem que ter a sua disposição uma equipe de vários profissionais, além é claro de sua força de vontade e determinação.

Como não se basta, este procedimento não altera só a parte física e estética do indivíduo, mas também ocorrem várias mudanças comportamentais e emocionais.

Perder peso é uma maneira de reduzir futuros problemas de saúde e garantir uma longevidade com melhor qualidade de vida. Mas ressalta-se que não é uma tarefa fácil, pois é preciso se privar de vários costumes adquiridos ao longo da vida.

A prevenção da obesidade deve ter início na infância, adotando hábitos saudáveis e incentivando a prática de atividade física, pois na infância é que ocorre a construção destes hábitos.

REFERÊNCIAS

COSTA, ACC, I. M. L, C. W. B, T. JRF. Obesidade em pacientes candidatos a cirurgia bariátrica. **Acta Paul Enferm.** 2009; 22(1):55-9.

CUNHA ACPT, PIRES NETO CS, CUNHA JÚNIOR AT. Indicadores de obesidade e estilo de vida de dois grupos de mulheres submetidas à cirurgia bariátrica. **Fitness Performance J.** 2006; 5:146-54.

GARRIDO JAB. **Cirurgia da obesidade.** 11ª Ed. São Paulo: Atheneu; 2003.

GARRIDO JAB. O papel da cirurgia no tratamento da obesidade. In: Halpern, A. **Ed. Manual de obesidade para o clínico.** São Paulo: Roca; 2002. P. 243-60.

SBCBM. Sociedade Brasileira De Cirurgia Bariátrica E Metabólica, 2016. **Pré-operatório.** Brasília; 2016.

SBEM. Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia. **O que é Obesidade.** Rio de Janeiro;2018.

PAPEL DA ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO DE TROMBOSE VENOSA PROFUNDA (TVP) NO PACIENTE ONCOLÓGICO: REVISÃO DE LITERATURA

Aline Maglim Gonçalves de Oliveira Godoy, Alessandro Gabriel Macedo Veiga
e-mail: alineoliveiragodoy07@gmail.com, algamave@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Câncer é o nome dado a um conjunto de doenças que têm em comum o crescimento desordenado (maligno) de células que invadem os tecidos e órgãos, podendo espalhar-se (metástase) para outras regiões do corpo (INCA, 2018).

Dividindo-se rapidamente, estas células tendem a ser muito agressivas e incontroláveis, determinando a formação de tumores (acúmulo de células cancerosas) ou neoplasias malignas (INCA, 2018).

De acordo com Gusmão e Silva (2014), a trombose venosa profunda (TVP) é uma doença caracterizada pela formação aguda de trombo em veias profundas com consequente reação inflamatória e fatores de riscos aumentados durante o tratamento por referir-se a uma doença multifatorial.

A TVP pode ser acompanhada por embolia pulmonar (EP), sendo esta sintomática ou assintomática, possibilitando o diagnóstico na maioria dos casos quando os pacientes são examinados de maneira adequada. Mais de 90% dos casos de EP tem origem de um trombo nas veias profundas dos membros inferiores. É comum empregar o termo tromboembolismo venoso (TEV) para designar indistintamente a TVP e a tromboembolia pulmonar (TEP) (RIZZATTI e FRANCO, 2001).

De acordo com Nobel (2006), pacientes portadores de câncer apresentam maior risco de TVP devido a fatores que incitam a um estado de hipercoagulabilidade. O risco torna-se três vezes maior em relação ao paciente não oncológicos, esse fato advém da presença de fatores pró-coagulantes, diminuição de atividade fibrinolítica e compressão/infiltração tumoral de veias com diminuição do fluxo venoso, assim como outras intercorrências seguidas à doença.

Embora pacientes oncológicos apresentem maior risco para eventos tromboembólicos, tais fenômenos comprometem especialmente o sistema venoso, sendo relativamente incomum o comprometimento da circulação arterial (VEIGA, 2013).

A profilaxia primária da TVP e da TEP estão relacionadas a métodos físicos e/ou farmacológicos a fim de impedir ou ao menos reduzir as chances de pacientes em situações de risco a desenvolver TVP ou TEP. A utilização desta profilaxia está associada à ausência de diagnóstico em boa parte dos casos, ou mesmo um possível diagnóstico tardio (MAFFEI, 2002).

A necessidade de profilaxia está associada a situações de risco como a imobilização, trauma, puerpério, entre outros fatores assim como a idade, doenças malignas, TVP ou TEP prévio. Antes de realizar a profilaxia o paciente deve ser classificado em risco pequeno, médio e alto para possível desenvolvimento de TVP e TEP (VEIGA, 2013).

De acordo com Maffei (2002), os métodos físicos mais utilizados na profilaxia de TEV são: meias elásticas de compressão graduada, movimentação ativa, movimentação passiva, deambulação precoce e compressão pneumática externa intermitente. Ainda refere que métodos farmacológicos mais utilizados são a heparina em baixas doses, heparina de baixo peso molecular (HBPM), heparina em doses corrigidas, anticoagulantes orais e inibidores da agregação plaquetária. Outro tratamento profilático que pode ser caracterizado é o cirúrgico da TVP, realizado com a finalidade curativa, intencionando a desobstrução da veia através da retirada do trombo. (MAFFEI, 2002).

Diante disso, faz-se necessário o enfermeiro usar de meios para identificar possíveis riscos de desenvolvimento da TVP, e em seguida iniciar a profilaxia mecânica com orientações, e quando necessário o médico prescrever medicamentos ou realizar a trombectomia.

Conscientizar a enfermagem para prevenção da trombose venosa profunda (TVP).

- Avaliar riscos da evolução da TVP;
- Relacionar sinais e sintomas na TVP.

2 METODOLOGIA

O presente estudo é quantitativo de caráter descritivo e retrospectivo com base na revisão na literatura científica, a busca baseou-se em dados publicados entre os anos de 2014 a 2018, levando em considerações publicações em sua maioria nos últimos cinco anos, porém as superiores referem-se ao contexto histórico, todas no

idioma português, com artigos completos disponíveis nas bases de dados selecionadas. No total foram encontrados no PUBMED 32 artigos, sendo 14 completos, porém apenas 12 dos últimos 5 anos. No Google acadêmico obteve-se 1253 resultados, sendo 463 em português, 328 respondendo as palavras-chave “Cuidados de enfermagem na TVP” e 462 correspondendo as palavras-chave “Prevenção da Trombose Venosa Profunda”. No SciELO foi obtido 46 artigos no total, sendo 17 superiores ao ano de 2014. No BVS totalizaram-se 27 artigos, porém, 11 completos e 16 em bases de dados internacionais. Dos 1384 artigos completos encontrados, foram selecionados uma amostra de 40 artigos que corresponde especificamente o assunto abordado no trabalho em português, os demais eram voltados a área cirúrgica e ortopédica. Foram excluídos artigos incompletos e repetidos nas bases de dados, assim como estrangeiros, com isto foram utilizados apenas 10 artigos completos em português para a realização deste resumo expandido. Notou-se, porém a escassez de publicações voltadas a prevenção de TVP em pacientes oncológicos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Câncer E Doenças Venosas

Câncer denomina o conjunto de doenças com o crescimento desordenado de células que invadem tecidos e órgãos, podendo espalhar-se para outras regiões do corpo (INCA, 2018).

Martins (2015), afirma existir vários estudos evidenciando que o índice de até 10% das embolias pulmonares não provocadas ou “idiopáticas” têm na verdade um câncer de base não diagnosticado.

Segundo Veiga (2013), cerca de 90% dos pacientes com câncer podem apresentar alterações da coagulação, como aumento da agregação plaquetária, maiores atividades de fatores pró-coagulantes e pró-trombinase e fator X e, em contrapartida, menor atividade dos fatores anticoagulantes.

Em consonância com Veiga (2013), além dos fatores descritos, o risco de trombose pode aumentar quando houver administração da terapia antitumoral. Os esquemas quimioterápicos para tratar tumores sólidos, especialmente os tumores de células germinativas, incluem cisplatina e bleomicina.

3.2 Tromboembolismo Venoso (TEV)

Eventos trombóticos causam preocupações decorrentes das altas taxas de morbidade e mortalidade existentes e das possíveis apresentações clínicas com sintomas escassos e, por vezes, inespecíficos (PAIVA, 2013).

A terminologia tromboembolismo venoso (TEV) caracteriza uma patologia grave de alta incidência mundial que, na ausência de diagnóstico e tratamento adequado pode evoluir a sérias complicações, como trombose venosa profunda (TVP) e embolia pulmonar (EP) (VEIGA, 2013), TEV é o termo empregado para designar ambas as eventualidades de maneira indeterminada e indistinta (RIZZATTI e FRANCO, 2001).

3.3 Complicações Do Tromboembolismo Venoso

De acordo com Marques (2017), as principais complicações decorrentes dessa doença são:

- Insuficiência venosa crônica; síndrome pós-trombótica (edema e/ou dor em membros inferiores, mudança na pigmentação, ulcerações na pele); embolia pulmonar. Esta última tem alta importância clínica, por apresentar alto índice de mortalidade. Aproximadamente 5 a 15% de indivíduos não tratados da TVP podem morrer de EP.

3.4 Trombose Venosa Profunda (TVP)

Denomina-se trombose a formação de um complexo plaquetário-coágulo em qualquer parte do sistema cardiovascular por ativação do sistema de coagulação. Os trombos são compostos por fibrinas e elementos séricos e podem se formar no sistema arterial, venoso ou na microcirculação. Os arteriais se formam em sistemas de alta pressão e fluxo e compõem-se principalmente de plaquetas e fibrina. Os venosos se formam em áreas de estase, são ricos em hemácias, fibrinas e pobres em plaquetas (GUSMÃO e SILVA, 2014).

O mecanismo responsável pela transformação do sangue fluído em uma massa gelatinosa que, dentro da sua normalidade, protege os indivíduos dos processos hemorrágicos, foi descrito pioneiramente por Virchow em 1856. Sendo assim, para haver a formação de trombos no sistema venoso profundo, é necessário uma das três situações (VIRCHOW, 1856 apud VEIGA, 2013):

1. Lesão Endotelial: exposição das camadas subendoteliais, trombogênicas.
2. Estase: redução do fluxo venoso profundo proveniente da bomba muscular em pacientes imobilizados ou acamados,

3. Hipercoagulabilidade: aumento da atividade de coagulação, genética ou adquirida, ou diminuição da atividade fibrinolítica.

3.5 Fator De Risco Para Trombose Venosa Profunda (TVP)

Porto (2015), demonstra que para efeitos didáticos, os fatores de risco também podem ser classificados como:

- Hereditários/Idiopáticos: resistência à proteína C ativada (principalmente fator V de Leiden); mutação do gene da protrombina G20210A; deficiência de antitrombina; deficiência de proteína C; deficiência de proteína S; hiperhomocisteinemia; aumento do fator VIII; aumento do fibrinogênio.

- Adquiridos/Provocados: síndrome do anticorpo antifosfolípido; câncer; hemoglobinúria paroxística noturna; idade > 65 anos; obesidade; gravidez e puerpério; doenças mieloproliferativas (policitemia vera; trombocitemia essencial); síndrome nefrótica; hiperviscosidade (macroglobulinemia de Waldenström; mieloma múltiplo); doença de Bechat; trauma; cirurgias; imobilização; terapia estrogênica

Doenças malignas, idade avançada, insuficiência cardíaca, episódio prévio de TVP, imobilização prolongada, obesidade, varizes, doenças intestinais inflamatórias, sepses, infarto do miocárdio, acidente vascular cerebral (AVC), anestesia com duração maior que 30 minutos, anestesia geral, paralisia, insuficiência arterial, puerpério, quimioterapia, síndrome nefrótica, cateteres centrais e swan-ganz, uso de hormônios femininos e viagens longas são alguns dos fatores que, quando presentes, favorecem a ocorrência de trombose (VEIGA, 2013).

3.6 Métodos De Diagnóstico

Nenhuma avaliação clínica isoladamente é suficiente para diagnosticar ou descartar a TVP, pois os achados clínicos se relacionam com a doença em apenas 50% dos casos, portanto, é de suma importância avaliar principalmente indivíduos que estejam submetidos aos fatores de risco da TVP, como pacientes acamados, em pós-operatório, imobilizados ou portadores de neoplasias (KNOBEL, 2006).

O sistema de predição clínica de TVP mais bem estudado é o score de Wells, que é baseado em sinais e sintomas, fatores de risco e diagnósticos alternativos, estimando a probabilidade inerente para TVP através da somatória de score. Essa classificação tem

se mostrado útil na abordagem inicial do paciente com suspeita de TVP (PORTO, 2015).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel do enfermeiro na prevenção de TVP é fundamental, pois, cabe a ele avaliar e registrar fatores de risco como a imobilidade, idade, tipo de cirurgias realizadas, uso de medicamentos, edema, dor, empastamento da panturrilha, entre outros, a fim de evitar maiores complicações. A comunicação entre o profissional e o paciente é indispensável, dado que, munido de informações sobre os sinais e sintomas da moléstia o indivíduo contribuirá com o diagnóstico precoce ao identificar quaisquer alterações, e assim iniciará com os cuidados mecânicos e seguimento das orientações de enfermagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. **O que é câncer**. Rio de Janeiro: INCA, 2018.

GUSMÃO, G.L; SILVA, L.X. Assistência de enfermagem no tratamento da trombose venosa profunda em pacientes críticos. Perspectiva online: **biologia e saúde**, Campos dos Goytacazes, v. 15, n. 4, p. 50-60, 2014.

KNOBEL, E. **Condutas no paciente grave**. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2006. 1498 p. v. 1

MAFFEI, F.H.A.; ROLLO, H.A. **Trombose venosa profunda dos membros inferiores: incidência, patologia, patogenia, fisiopatologia e diagnóstico**. In: MAFFEI FHA, LASTÓRIA S, YOSHIDA WB, ROLLO HA. **Doenças vasculares periféricas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2002.

MARQUES, M. A. et al. Trombose venosa profunda e vírus chicungunha. **J. Vasc. Bras.**, Mar 2017, vol.16, no.1, p.60-62. ISSN 1677-5449
Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-54492017000100060&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 12 fev. 18

MARTINS, H. S. et.al. **Emergências Clínicas**: abordagem prática. 10 ed. rev. e atual. Barueri, SP: Manoele, 2015.

PAIVA, R.A. et al. Protocolo de prevenção de tromboembolismo venoso no Instituto Ivo Pitanguy: eficácia e segurança em 1.351 pacientes. **Rev. Bras. Cir. Plást.**, Mar. 2013, vol.28, no.1, p.3-9. ISSN 1983-5175



PORTO, C.L.L. et al. **Trombose venosa profunda**: diagnóstico e tratamento. 2015. 35 f. Projeto de diretrizes (Trombose venosa profunda: diagnóstico e tratamento) - sociedade brasileira de angiologia e de cirurgia vascular – SBACV, São Paulo, 2015.

RIZZATTI, E.G. & FRANCO, R.F. Tratamento do tromboembolismo venoso. **Medicina, Ribeirão Preto**,34: 269-275, jul./dez. 2001.

VEIGA, A.G.M.: **Proposta de protocolo de enfermagem para prevenção do risco do tromboembolismo em pacientes oncológicos**. Dissertação (Mestrado Profissional – Biotecnologia Médica). Universidade Estadual Paulista. Botucatu/SP, 2013.

PAPEL DO ENFERMEIRO NO CUIDADO DO PACIENTE ONCOLÓGICO COM PROLAPSO DE COLOSTOMIA

Carlos Rodrigo Frasson, Alessandro Gabriel Macedo Veiga
e-mail: algamave@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Segundo Campos et al. (2017), o câncer colorretal (CCR) atualmente é considerado o tipo de câncer mais comum do trato gastrointestinal e a terceira causa de câncer associada à morte no mundo. Logo, é consensual na literatura que a neoplasia colorretal acomete mais pessoas idosas e a maioria dos casos é diagnosticada ao longo da quinta e sexta décadas de vida, com prevalência mais alta em homens.

De acordo com Ansolin et al. (2007), os tumores malignos que acometem o cólon e o reto representam o segundo tipo de neoplasia mais prevalente no mundo, após o câncer de mama. Por isso, para o câncer de cólon e reto a estimativa era de 2,4 milhões de casos nos últimos cinco anos, ou seja, a cada ano estimam-se em 945 mil casos novos.

Segundo Silva e Errante (2016), o tratamento do CCR implica em alguns aspectos fundamentais, dos quais é necessário avaliar o tamanho do tumor, bem com sua localização, extensão e, conseqüentemente, a saúde geral do paciente. Atualmente são preconizadas várias modalidades terapêuticas para tratamento desse tipo de câncer, que implica em cirurgia (curativa ou paliativa), quimioterapia, e radioterapia, que podem ser usadas isoladas ou associadas.

Faria (2016) é enfático em afirmar que o prolapso da colostomia é comumente entendido como a protrusão da alça intestinal pela estomia. Isso ocorre, geralmente e com mais frequência nas colostomias em alça. Entre as causas mais prováveis para o surgimento do prolapso de alça são: diâmetro da abertura da parede que excede ao tamanho ideal da alça intestinal; má fixação da alça à parede abdominal; posicionamento da estomia fora do músculo reto do abdome, aumento da pressão abdominal no pós-operatório causada por exemplo por choro, tosse, gravidez obesidade, entre outros. Quando há prolapso da colostomia, geralmente há a presença

de significativo edema, o que aumenta o risco de trauma da alça exteriorizada e potencial comprometimento do fluxo sanguíneo.

O enfermeiro deve estar atento para não adaptar o paciente ao estoma, e sim adaptar o estoma à rotina do paciente. Caso o contrário ocorra, o paciente pode experimentar momentos de reclusão social (SILVA, 2013).

Segundo Diniz et al. (2016), cabe ao enfermeiro estar atento às necessidades mais particulares do indivíduo colostomizado em seu contexto familiar e social. Neste caso a complicação do estoma (prolapso), bem como a aderência parcial à bolsa de colostomia, são adversidades que podem ser contornadas com a elucidação das técnicas corretas para colocação do dispositivo e o uso do cinto de colostomia, importantes adjuvantes para amenizar as complicações apresentadas.

Segundo Silva (2013), dentre as complicações mais frequentes que acometem o paciente com colostomia intestinal oncológica está o prolapso. Em virtude dessa realidade, é importante que o enfermeiro saiba o tipo e a característica da colostomia, assim como da cirurgia realizada, para que possa fazer um planejamento adequado da assistência a ser prestada em tais casos. Diante da probabilidade de um prolapso, é importante que o enfermeiro instrua, como forma preventiva, o uso de equipamentos adequados que podem influenciar na reabilitação e na melhoria da qualidade de vida do paciente. O enfermeiro deve ser capacitado para cuidar do paciente com prolapso de colostomia.

O objetivo é elucidar os cuidados de enfermagem ao paciente com prolapso de colostomia. Em relação aos objetivos específicos, o que se pretende é definir os cuidados de enfermagem no prolapso de colostomia; incentivar o paciente na inclusão social; motivar o paciente na busca de qualidade de vida.

2 METODOLOGIA

Realizou-se um estudo de revisão bibliográfica através das bases de dados Lilacs, Scielo e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), e após pelo buscado Google foram encontradas monografias, dissertações e teses, material este relacionado com o tema.

A pesquisa se deu pelo período de 2007 a 2017, além disso, por considerar o contexto histórico. Os descritores utilizados para a realização da revisão bibliografia foram: câncer, colostomia, prolapso de colostomia, enfermagem oncológica, cuidados de enfermagem com colostomia. Após o levantamento de todo o material acerca do

assunto foi realizado a organização das informações do que realmente corresponde ao objetivo proposto do trabalho, isso após leitura e revisão do material.

Existem trabalhos na literatura falando de modo geral da colostomia, mas poucos que abordam sobre o prolapso de colostomia do paciente oncológico, assim como os cuidados. Diante disso, referenciou-se a importância do tratamento bibliográfico relacionada ao tema, com a intenção futura de proporcionar orientações ao paciente, a família e ao cuidador, assim como a capacitação da enfermagem perante os devidos cuidados.

Das referências encontradas na literatura para a realização deste trabalho foram utilizados 67 artigos que são: 7 monografias; 14 dissertações; 3 teses, 35 revistas especializadas e 7 manuais técnicos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mazon e Piccini (2015), são claros em afirmar que a indivíduo portador de colostomia necessita de cuidados extremamente específicos, cuidados estes que atendam todas as suas necessidades psicobiológicas, psicossociais e psicoespirituais, pois, a mesma poderá enfrentar significativas alterações nestes domínios, sendo os mais afetados o psicológico, social e físico.

O enfermeiro é o profissional de extrema importância no que diz respeito ao planejamento que visa minimizar as complicações bem como na realização de orientações adequadas, influenciando, dessa forma, na reabilitação e melhoria da qualidade de vida da pessoa com colostomia. Evidentemente que é a partir do processo de planejamento de enfermagem bem como dos cuidados de enfermagem que se estabelece condutas que ajudarão o paciente colostomizado em sua nova rotina de vida (SILVA et al., 2016).

No entendimento de Braz et al. (2017), a atenção de enfermagem ao paciente colostomizado começa antes mesmo do ato cirúrgico. Entende-se, então, que o processo ensino-aprendizagem do adulto colostomizado começa no pré-operatório, momento em que o enfermeiro deve estabelecer bom vínculo tanto com o paciente quanto com a família. Este vínculo visa ajudá-los a começar a compreender as reais mudanças que sobrevirão ao seu estilo de vida. A fase seguida é aquela que diz respeito ao pós-operatório, momento que tem início a abordagem técnica relacionada ao autocuidado do paciente. Nessa fase o enfermeiro deve ensinar o paciente quais

são os cuidados em relação à proteção da pele ao redor da colostomia bem como se alimentar e evitar a formação de gases.

Silva et al. (2012), lembram que os cuidados prestados no pré, intra e pós-operatórios, são essenciais quando se tem uma proposta que visa diminuir a incidência de complicações pós-operatórias ou ainda na possível ausência destas. Assim, a comunicação é um dos fatores de importância na equipe de cuidados aos pacientes colostomizados.

Cesaretti et al. (2010), são enfáticos em afirmar que o processo de reabilitação das pessoas diagnosticadas com CCR deve ser iniciado logo após o diagnóstico. Assim, é dever do enfermeiro dar continuidade desse processo no pós-operatório tardio, que inclui, entre outras coisas, a manutenção do suporte físico, social e psicológico, sem limite de tempo, por meio de cuidados gerais e específicos e da aplicação de medidas preventivas e terapêuticas, que são necessárias ao bem-estar do paciente.

De acordo com Ribeiro et al. (2016), para que haja melhor qualidade de vida dos pacientes colostomizados, é necessário que haja adequado planejamento de todas as equipes que cuidam do paciente, mas principalmente do enfermeiro que presta assistência. Assim, é indispensável que se inclua apoio psicológico e educação em saúde, além de desenvolver aptidões do colostomizado para o autocuidado, a fim de desenvolver a adaptação fisiológica, psicológica e social do paciente e de seus familiares.

De acordo com Cruz et al. (2008), apesar dos significativos avanços da técnica operatória, a confecção de colostomia (do intestino delgado ou do cólon) deve ser assumida por especialistas que têm experiência, sabendo, além de confeccionar um estoma, evitar e gerir possíveis complicações decorrentes.

Segundo Silva (2013), dentre as complicações mais frequentes que acometem o paciente com colostomia intestinal oncológica está o prolapso. Diante disso, o enfermeiro deve estar atento quanto às medidas a serem tomadas diante de quaisquer complicações que sujam. Diante da probabilidade de um prolapso, é importante que o enfermeiro instrua, como forma preventiva, o uso de equipamentos adequados que podem influenciar na reabilitação e na melhoria da qualidade de vida do paciente.

Avaliar o estoma e a condição da pele à sua volta imediatamente no pós-operatório e identificar os fatores de risco é uma forma de monitorar as complicações.

Avaliação, acompanhamento e educação do paciente e familiar por enfermeiro especialista são recomendações de diretrizes para reconhecer e prevenir complicações. Cuidados e gestão do estoma e suas complicações possíveis modificações de equipamentos coletores, uso de acessórios e apoio emocional e dietético (COELHO, 2017).

A fim de que se evite quaisquer complicações típicas na colostomia, Monge (2008) afirma que orientações devem ser dadas ao paciente e a sua família. Essas orientações visam, entre outras prevenções, a prevenção do prolapso.

Para Sasaki et al. (2017), a reabilitação social é o processo dinâmico que tem por finalidade manter a condição física, sensorial, intelectual, psicológica e social do paciente colostomizado em níveis funcionais. Logo, o processo de reabilitação deve priorizar os cuidados, minimizando os prejuízos e as incapacidades, focalizado para a recuperação e direcionado para o alcance de bem-estar da pessoa colostomizada.

4 CONCLUSÃO

O enfermeiro tem por objetivo orientar o paciente principalmente no que diz respeito à prevenção de quaisquer complicações, principalmente na prevenção do prolapso da colostomia. Evitar o surgimento do prolapso é uma condição importante, pois caso venha a ocorrer certamente o paciente poderá ser novamente reoperado para a devida correção, aumentando, assim, os riscos.

Em geral, o enfermeiro tem papel de grande importância nos cuidados que são prestados ao paciente colostomizado, que vão desde a fase pré-operatória até a fase pós-operatória, inclusive na orientação pós-alta.

É indispensável também que o enfermeiro incentive o paciente colostomizada a retomar sua vida social, haja vista que portar a bolsa de colostomia tem sido motivo de grande embate à vida social. É necessário que sejam dispensadas ao paciente esclarecimentos quanto a sua alimentação, higiene da bolsa de colostomia, momento apropriado para eliminação das fezes coletadas pela bolsa, tipo de vestuário para minimizar o volume da bolsa coletora, entre outros cuidados.

Motivar o paciente na busca de qualidade de vida é outra função que é prerrogativa do enfermeiro, pois, o que se concluiu, é que pacientes colostomizados entendem a condição e, por suas limitações sociais, físicas e psicológicas podem ter sérios comprometimentos no que diz respeito a qualidade de vida.

Todas as medidas tomadas pelo enfermeiro visam o bem-estar do paciente colostomizado, medidas essas que contribuem para o planejamento da assistência adequada, minimizando o surgimento de complicações, principalmente o prolapso da colostomia.

REFERÊNCIA

- ANSOLIN, P. L. et al. Polimorfismos das Isoformas M1, T1 e P1 da glutathione s-transferase e associação com os aspectos clínico-patológicas no carcinoma colorretal. **Rev. Bras. Coloproct.** Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. 281-288, jul./set. 2010.
- BRAZ, D. S. et al. A importância das orientações de enfermagem para pacientes portadores de ostomia. **Rev. Pesq. Ação**, v. 3, n. 1, p. 1-13, maio, 2017.
- CAMPOS, F. G. C. M. et al. Incidência de câncer colorretal em pacientes jovens. **Rev. Col. Bras. Cir.** São Paulo, v. 44, n. 2, p. 208-215, 2017.
- CESARETTI, I. U. R. et al. Qualidade de vida de pessoas colostomizadas com e sem uso de métodos de controle intestinal. **Rev. Bras. Enferm.** Brasília, v. 63, n. 1, p. 16-21, jan./fev. 2010.
- COELHO, S. A. **Processo de elaboração de tecnologia educacional para estomizados**: construção de guia para autocuidado de pessoas com estoma intestinal e/ou urinário. 2017. 209f. Dissertação (Mestre em Ciências Ambientais) – Universidade Brasil – Campus de Fernandópolis. Fernandópolis/SP, 2017.
- CRUZ, G. M. G. et al. Complicações dos estomas em câncer colorretal: revisão de 21 complicações em 276 estomas realizados em 870 pacientes portadores de câncer colorretal. **Rev. Bras. Coloproct**, v. 28, n. 1, p. 050-061, 2008.
- DINIZ, R. V. et al. Problema de pele em paciente estomizada: relato de caso. **Rev. Bras. Ciên. Saúde**, v. 17, n. 4, p. 371-376, 2013.
- FARIA, T. F. **Complicações de estomias em crianças**: frequência e fatores associados. 2016. 98f. Dissertação (Mestre em Enfermagem) – Universidade de Brasília. Brasília/DF, 2016.
- MAZON, L. M.; PICCINI, E. A realidade e os desafios do enfermeiro na assistência a pessoa ostomizada. **Rev. Saúde Meio Amb.**, v. 4, n. 1, p. 117-128, jan./jun. 2015.
- MONGE, R. A. **A assistência de enfermagem ao paciente com estomia intestinal**: conhecimento e percepção dos enfermeiros. Guarulhos/SP, 2008. 71f. (Dissertação) – Universidade Guarulhos. Guarulhos/SP, 2008.
- RIBEIRO, R. V. L. et al. Qualidade de vida de pessoas colostomizadas com e sem uso de métodos de controle intestinal. **Rev. Interd.** Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 216-222, abr./jun. 2016.



SASAKI, V. D. M. et al. Reabilitação de pessoas com estomia intestinal: revisão integrativa. **Rev. Enferm. UFPE on line**. Recife, v. 11, (Supl. 4), p. 1745-54, abr. 2017.

SILVA, E. S. **Diagnósticos e intervenções de enfermagem para a pessoa com colostomia**: uma tecnologia do cuidado. 2013. 98f. Dissertação (Mestre em Enfermagem) – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória/ES, 2013.

SILVA, E. S. et al. Tecnologia do cuidado à pessoa com colostomia: diagnósticos e intervenções de enfermagem. **Reme – Rev Min Enferm**. Belo Horizonte, v. 20, p. 1-9, 2016.

SILVA, M.; ERRANTE, P. R. Câncer colorretal: fatores de risco, diagnóstico e tratamento. **Rev. UNILUS Ens. Pesq**. São Paulo, v. 13, n. 33, out./dez. 2016.

SILVA, T. O. et al. **Assistência de enfermagem ao paciente colostomizado submetido à reconstrução de trânsito intestinal**. 2012. 10f. Artigo (Graduação em Enfermagem) – Universidade do Estado do Pará. Belém/PA, 2012.

PRÁTICA DE EXERCÍCIOS RESISTIDOS E FORÇA EM CRIANÇAS

Adauto Fernando Dias Filho, Luiz Guilherme Mascari, Ademir Testa Júnior
e-mail: adautofernando@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Segundo Lazzoli (1998) há um número significativo de pais que buscam as inúmeras academias, em busca de solucionar os efeitos negativos advindos da obesidade em que se encontram suas crianças.

Condicionantes a essas variáveis, algumas melhoras significativas são apresentadas, pelas crianças, quando dão início a prática de exercícios resistidos, tais como fortalecimento muscular, postural e desenvolvimento ósseo (LAZZOLI, 1998).

Visando vincular a criança a prática de exercícios em academias, Lazzoli (1998) relata que pela simples falta de espaço físico em algumas escolas, ou até mesmo a própria carência, detectadas em disciplinas voltadas ao condicionamento físico, ofertadas pela rede de ensino.

Os efeitos dos exercícios resistidos, especialmente em crianças, são essencialmente os mesmos que ocorrem nos adultos, segundo a American Orthopaedic Society for Sports Medicine, American Academy for Pediatric e National Strength and Conditioning Association (ACSM, 1998) quando corretamente prescrito o treinamento favorece ao aumento da força muscular e endurance muscular local, resultando em uma menor incidência de lesões, advindas da prática esportiva, atividades recreacionais, e aumento no tempo de fadiga.

Existe uma influência positiva também no desenvolvimento ósseo das crianças, em função do treinamento resistido, pois aumenta fibras colágenas e sais inorgânicos que são depositadas nos ossos como resposta a tensão muscular, coeficiente de tensão e compressão. E com aumento de apenas 5% da densidade mineral óssea pode diminuir os riscos de fraturas em idades avançadas em até 25%, auxiliando na prevenção da osteoporose (FISCHER, 2009).

Segundo Fischer (2009) a prática de atividade física deve ser iniciada na infância, de acordo com as condições relativas ao estágio de desenvolvimento em que a criança se encontra, tornando-se um pré-requisito para o seu crescimento e desenvolvimento.

O objetivo deste trabalho se refere em compreender as relações entre a prática de exercícios resistidos e a força em crianças.

2 METODOLOGIA

Focando na realização de um trabalho promissor e bem elaborado, Marconi e Lakatos (1996) relatam que há necessidade de haver uma ligação entre conhecimento e metodologia, uma vez que ambas, bem empregadas, resultam em um trabalho completo.

Tanto para Marconi e Lakatos (1996) a metodologia deve ser uma preocupação instrumental, que vise abordar formas de se realizar ciência por meio de ferramentas, procedimento e caminhos, com a devida finalidade de tratar a realidade teórica e prática, condicionantes ao trabalho.

Para que haja a construção do referido trabalho proposto, Marconi e Lakatos (1996) mencionam, que a pesquisa bibliográfica, com a seleção de artigos nacionais, provindo de bases de dados como Google acadêmico, Scielo e EF Deportes.

E, o presente trabalho, contempla as obras publicadas nos últimos anos, e utilizando os termos chaves: efeitos, exercícios resistidos e crianças. Para a pesquisa estes termos chaves foram utilizados de forma individual e em combinações.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A força é uma qualidade que permite ao músculo ou grupo de músculos vencer uma resistência ao movimento do qual ele é o agente motor. Há diversos fatores que podem influenciar o desenvolvimento da força como: sistema nervoso, raça, sexo, tipo de fibra, frequência de sessões de treinamento, alimentação entre outras (ROCHA, 1978).

Bompa (2002), descreve que força é a capacidade de aplicar impulso e seu desenvolvimento deve ser a preocupação primária de todo aquele que procura melhorar seu desempenho.

As principais organizações de Saúde americanas como American College of Sports Medicine (ACMS), juntamente com a American Academy of Pediatrics (AAP), recomendam a participação de crianças em programas de treinamento de força, contudo, sempre com a devida supervisão competente, para que não ocorram exageros (QUINN, 2018).

A força e suas diversas manifestações podem ser sempre consideradas sob os aspectos de força geral e força específica. Sob o termo geral, entende-se a força de todos os grupos musculares. Sob o termo força específica, entende-se a força empregada em uma determinada modalidade esportiva (WEINECK, 1999).

A maioria das crianças podem se beneficiar com os programas de treinamento de força no que diz respeito à melhora do condicionamento físico e desempenho nos esportes ou para reduzir a probabilidade de lesões em atividades esportivas ou recreativas (GARCIA, 2007).

Para Monteiro (1997), a evolução da força na infância pode ser caracterizada como um indicador precioso para o processo de crescimento e de diferenciação sexual. Uma vez que as intervenções que contribuam para a melhoria da força são de suma importância no contexto da aptidão física global e, apesar de aparentemente dizerem respeito apenas à função muscular, possuem um espectro bem mais amplo de influência.

O que para esta fase é crucial para um crescimento saudável, e a aptidão cardiorrespiratória é um dos principais componentes da aptidão física relacionada à saúde. Níveis adequados de aptidão cardiorrespiratória na infância e adolescência associam-se inversamente a fatores de riscos cardiovasculares e metabólicos, e estão diretamente relacionados a um aumento na participação em esportes, atividades físicas habituais, ingresso em profissões de elevadas exigências de atividade física e estilo de vida saudável na fase adulta da vida (VASQUEZ, SILVA, LOPES, 2007).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A infância é sem dúvida uma fase muito importante para o desenvolvimento de habilidades e comportamentos que podem acompanhar as pessoas ao longo da vida. A partir dela, constrói-se o alicerce para as outras fases, podendo tal fase influenciar de forma positiva ou negativa.

A prática de exercício físico em crianças estimula o crescimento, promovendo um bom desenvolvimento muscular, pulmonar, cardíaco e vascular, sendo igualmente benéfico na prevenção do desenvolvimento de diabetes, colesterol, pressão alta, sobrepeso. O exercício físico deve ser um momento de prazer e por isso é fundamental que a criança goste do exercício físico em causa.

O acompanhamento de um professor de educação física na escolha e na descoberta de um exercício físico que esta goste é imprescindível. A criança não deve ser obrigada a praticar exercício físico, e sim estimulada, para que seja uma atividade de prazer e bem-estar, respeitando sempre os seus limites e nunca impondo esforços inadequados.

Finalmente, considera-se através deste trabalho, que o simples fato de se manter uma infância ativa, não é garantia de saúde na vida adulta, mas já é um começo, pois é possível despertar o gosto por uma vida ativa.

REFERÊNCIAS

ACSM. American College of Sports Medicine. A quantidade e o tipo recomendados de exercícios para o desenvolvimento e a manutenção da aptidão cardiorrespiratória e muscular em adultos saudáveis. **Revista Brasileira Medicina do Esporte**. 1998, vol.4, n.3, pp.96-106. ISSN 1517-8692. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-86921998000300005>>. Acesso em 01 ago 2018.

BOMPA, T. O. **Periodização**: teoria e metodologia do treinamento. 4ª ed. São Paulo: Phorte, 2002.

FISCHER, B. Parecer técnico sobre o treinamento de musculação durante a infância e adolescência, 2009. **Revista Brasileira Medicina do Esporte**. Disponível em: <http://www.gease.pro.br/artigo_visualizar.php?id=206>. Acesso em: ago/2018.

GARCIA, M. A idade ideal para a iniciação do treinamento de força no futebol. **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, São Paulo, v.1, n.3, p.65-71, Mai/Jun 2007. ISSN 1981-9900. Disponível em: <<http://www.rbpfex.com.br/index.php/rbpfex/article/viewFile/28/27>>. Acesso em 01 maio 2018.

LAZZOLI, J. K. Atividade física e saúde na infância e adolescência. **Revista Brasileira Medicina do Esporte**. 1998, vol.4, n.4. 2018-10-21], pp.107-109. ISSN 1517-8692. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-86921998000400002&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 01 maio 2018.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MONTEIRO, W. D. Força muscular: uma abordagem fisiológica em função do sexo, idade e treinamento. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, v. 2, n. 2 (1997). Disponível em: <<http://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/1122>>. Acessado em: 01 maio 2018.



OLIVEIRA, A. R. de.; LOPES, A. G.; RISSO, S. Elaboração de programas de treinamento de força para crianças. Seminário: **Ciências Biológicas e da Saúde**, Londrina, v. 24, p. 85-96, jan/dez. 2003. ISSN: 1676-5435. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5433/1679-0367.2003v24n1p85>>. Acesso em 01 maio 2018.

QUINN, E. Como Obter seus filhos em treinamento de força. Verywellfit. **Revista Brasileira Medicina do Esporte**. 2018. ISSN 1517-8795. vol.10, n.6, pp.375-390 Disponível em: <<https://www.verywellfit.com/strength-training-guidelines-for-kids-3119283>>. Acessado em 23 set. 2018.

ROCHA, P. S. O. Treinamento Desportivo I. **Brasília: Ministério da Educação e Cultura**, 1978.

VASQUES, D. G.; SILVA, K. S. da; LOPES, A. da S. Aptidão cardiorrespiratória de adolescentes de Florianópolis, SC. **Revista Brasileira Medicina do Esporte**. 2007, ISSN 1517-8692. vol.13, n.6, pp.376-380. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-86922007000600004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 maio 2018.

WEINECK, J. **Biologia do esporte**. São Paulo: Manole, 1999.

PREVALÊNCIA DE HIPERTENSÃO E SOBREPESO/OBESIDADE EM ESCOLARES DO ENSINO PÚBLICO DA CIDADE DE JAU – SP

João Paulo da S. Neves, Marcelo D. B. Ormelezi, Magno B. Santos, Paula G. Sant'Ana, e-mail: paulagrippa@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

O sobrepeso é definido como acúmulo anormal de gordura, caracterizado pelo excesso de peso, podendo desencadear doenças, como: cardiovasculares; hipertensão arterial; problemas respiratórios; diabetes; dislipidemias; neoplasia; complicações psicossociais; e entre outros distúrbios. Contudo, a obesidade se caracteriza quando o indivíduo se encontra-se acima do IMC (índice de massa corporal) obesidade grau I 29,9 – 34,9%, obesidade grau II 35 – 39,9 % e obesidade grau III valores superiores a 40 %, classificando-o assim, como obesidade grau 1, considerado fator de risco para doenças crônicas, não transmissíveis que envolve fatores sociais, comportamentais, ambientais, culturais, psicológicos, metabólicos e genéticos, que contribuem para elevação dos níveis pressóricos que podem ser pelo excesso de consumo de calorias e/ou inatividade física (MIRANDA, 2015).

Considerada uma síndrome multifatorial, a obesidade desencadeia diversas alterações fisiológicas, bioquímicas, metabólicas, anatômicas, caracterizando-se como excesso de adiposidade, que provoca aumento do peso corporal, que acarreta em elevação dos fatores de risco para enfermidades tais como, dislipidemias, doenças cardiovasculares, diabetes Mellitus tipo II (FERREIRA, 2017). O acúmulo excessivo de gordura provoca diversas repercussões para a saúde, aumentando os níveis de insulina no sangue e a retenção de sódio pelos rins, ocasionando a hipertensão arterial (ANJOS, 2016).

A hipertensão arterial sistêmica é caracterizada por apresentar nível maior do considerado estável recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2009). Na infância o percentual é considerado abaixo de 90 mmHg indica pressão arterial normal entre 90 e 95, quadro de pré-hipertensão e acima de 95 sinal que a hipertensão está instalada, um dos fatores predominantes para a elevação da pressão arterial é o consumo excessivo do sal, que podem acentuar o sabor dos alimentos, provocando assim, de maneira negativa o hábito alimentar, e conseqüentemente, mudanças

comportamentais como o desenvolvimento da Hipertensão Arterial Sistêmica (BERNARDI, 2016).

Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostrou que houve diminuição de indivíduos desnutridos na infância e aumento evolutivo do sobrepeso e da obesidade. Além disso, em 2009, uma criança em cada três de cinco a nove anos apresenta peso acima do estimado pela OMS. Entre o sexo feminino com idade de 10 a 19 anos, o crescimento do excesso de peso passou de 7,6% na década de 70 para 19,4% em 2009. Em relação ao sexo masculino de mesma idade a elevação apresentou índices maiores, de 3,7% subiu para 21,7%. (Antropometria e Estado Nutricional de Crianças, Adolescentes e Adultos no Brasil, pesquisa de orçamentos familiares, 2008 - 2009.)

Pode-se destacar que à obesidade está associada a hipertensão infantil, a qual está envolvida com o excesso de gordura durante a infância e potencializada pelo excesso na alimentação e sedentarismo. Estudo mostrou que crianças com elevado tecido adiposo tendem a manifestar de duas a três o desenvolvimento de hipertensão arterial em relação a crianças com IMC considerado normal para a idade. A partir do acima relacionado, à medida que a obesidade na infância aumenta, eleva do mesmo modo a prevalência a hipertensão arterial nos escolares (FUENTES, 2002).

Um dos grandes prejuízos do desenvolvimento da hipertensão na infância é que pode provocar uma maior chance destas crianças se tornarem portadores da HAS quando adultos. Neste sentido, ao verificar a prevalência de sobrepeso/obesidade na infância e ainda se existe algum indicio que pode estar ligada juntamente com o desencadeamento da hipertensão arterial na infância é de fundamental importância para apontar a verdadeira condição pressórica dos escolares do município do leste da Finlândia (FUENTES, 2002). O trabalho tem como objetivo, identificar a prevalência de hipertensão e sobrepeso/obesidade em escolares do ensino fundamental e médio da cidade de Jaú-SP.

2 METODOLOGIA

Foi realizado pesquisa de campo indireta de caráter descritivo, no período de fevereiro até o mês de maio de 2018, a amostra consistiu de escolares do ensino fundamental em um total de 837 alunos e médio 125 indivíduos que estavam regularmente matriculados em 9 escolas estaduais e municipais da cidade de Jaú-SP.

O presente estudo foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa sob a CAAE: **Nº DO PROTOCOLO 01715512.7.0000.5434.**

No primeiro momento, foram entregues documentos aos diretores e/ou responsáveis pela escola que assinaram e autorizaram e foi entregue o termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE aos alunos e somente após a autorização dos pais ou responsáveis, realizou-se as coletas de Percentual de gordura corporal, índice de massa corporal (IMC) e pressão arterial.

Em relação a colete do IMC, a estatura foi medida utilizando a fita métrica fixa na parede, os indivíduos ficavam de costas para a fita, sem calçados. Para aferir o peso utilizamos uma balança digital (Bioland modelo EB9015, Brasil). O IMC foi calculado consoante a fórmula "peso dividido pela altura elevada ao quadrado" e interpretado, juntamente com os valores de peso e estatura, segundo valores de escore-z, de acordo com as curvas da OMS. Os critérios para definição de sobrepeso e obesidade foram os propostos pela OMS. A mensuração da pressão arterial (PA) foi realizada no ambiente escolar, com explicação e demonstração dos procedimentos que iriam ser realizados e de acordo com as recomendações da VII Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial. Para a classificação da PA foi realizada de acordo com a idade, gênero e percentil de estatura e em conformidade com a VII Diretrizes de Hipertensão Arterial. Neste sentido, os estudantes foram classificados a partir da mensuração da PA em normotensos: PAS e/ou PAD abaixo do percentil 90; limítrofes (ou pré-hipertensão): percentil entre 90 e 95; valores iguais ou superiores a 120/80 mmHg, mesmo que inferior ao percentil 90, o escolar foi considerado nesta condição. Os avaliados com o percentil igual ou superior a 95 foram classificados com hipertensão arterial.

Os dados foram apresentados por meio de medidas descritivas de posição e variabilidade e analisados a partir de tabelas de distribuição de frequência. Todas as variáveis foram testadas, quanto a sua normalidade, por meio do teste de Kolmogoriv-Sminof, que passaram pela normalidade forma apresentada em média e desvio padrão, enquanto aqueles que falharam quanto a normalidade foi utilizada mediana e quartis (25% e 75%). As prevalências de sobrepeso e obesidade foram calculadas por proporção e as diferenças entre os gêneros. O software utilizado para análise dos dados foi o sistema de análise estatística (Statistical Analysis System, SAS versão 8.2, 2003).

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados foram realizados utilizou-se o método que se denomina Escore-Z, a partir do IMC dos escolares do ensino fundamental (sexo masculino e feminino) observa-se que foi um total de 837 com crianças de 7 a 14 anos de idade. Em relação a classificação dos escolares com o uso do Escore Z, foi observado nas crianças com 6 anos de idade apresentou distribuição: 4 desnutridas; 45 normais; 13 com sobrepeso; e com 10 obesidade. Referente as crianças de 7 anos observaram-se que 2 apresentavam classificação de desnutridas, 45 de normais, 15 com sobrepeso e 18 com obesidade. O comportamento das crianças de 8 anos idade foi observado 3 indivíduos com desnutrição, 45 normais, 15 com sobrepeso e 18 obesos. Foi observado nas crianças com 9 anos, 4 desnutridos, 53 normais, 11 na condição de sobrepeso e 17 com obesidade. Crianças escolares de 10 anos, a classificação mostrou 2 indivíduos desnutridos, 52 como normais, 18 sobrepesos e 19 com obesidade. Com 11 anos de idade e foi analisado 7 escolares como desnutrido, 82 em condição normal, 28 com sobrepeso e 19 como obesos.

O estudo mostra também, que aos 12 anos, os escolares apresentaram identificação com 10 crianças sendo desnutridas, 63 se classifica como normais, 26 com sobrepeso e 12 como obesidade. Os estudantes com 13 anos de idade 3 crianças foram avaliadas como desnutrida, 55 como normais, 13 com sobrepeso e 7 como obesos e ao observar os escolares com 14 anos, foi possível classificar um número de 5 alunos como desnutrido, 66 de normal, 27 com sobrepeso e 5 como obesos.

A prevalência encontrada nos escolares a partir da junção do sexo feminino e masculino em relação ao sobrepeso foi de 19% enquanto a de obesidade foi de 10%.

Referente a pressão arterial, a pressão arterial sistólica dos 6 aos 17 anos referente ao sexo feminino dos escolares do ensino fundamental apresentam valores com as seguintes pressões sistólicas; 6 anos ($87,9 \pm 13,7$); 7 anos ($94,4 \pm 12,4$); 8 anos ($97,3 \pm 9,7$), 9 anos ($103,1 \pm 12,3$); 10 anos ($106,9 \pm 16,1$), 11 anos ($109,9 \pm 16,2$); 12 anos ($112,1 \pm 16,2$); 13 anos ($115,2 \pm 14,5$); e 14 anos ($119,4 \pm 13,3$) respectivamente. Enquanto no ensino médio as meninas apresentaram com 15 anos ($118,4 \pm 18,8$); 16 anos ($119,2 \pm 11,7$) e 17 anos $115,8 \pm 13,5$, respectivamente.

A pressão arterial diastólica dos escolares do sexo feminino, verificou-se valores em média e desvio padrão das estudantes do ensino fundamental com 6 anos ($59,0 \pm 8,7$); 7 anos ($57,3 \pm 8,6$); 8 anos ($62,1 \pm 7,9$), 9 anos ($64,0 \pm 7,9$); 10 anos

(64,6±8,2), 11 anos (65,5±7,8); 12 anos (66,7±13,0); 13 anos (68,9±12,2); e 14 anos (72,0±8,0) respectivamente. No ensino médio, as escolares apresentaram com 15 anos (75,0±13,2); 16 anos (70,6±7,1) e 17 anos 70,6±7,2, respectivamente.

Referente aos valores os valores da pressão arterial sistólica dos escolares do sexo masculino. Os escolares do ensino fundamental evidenciaram os seguintes valores da pressão sistólica; 6 anos (90,3±14,2); 7 anos (95,9±10,3); 8 anos (99,7±14,3), 9 anos (100,5,1±12,8); 10 anos (105,6±16,0), 11 anos (110,2±13,1); 12 anos (112,1±12,7); 13 anos (112,1±12,7); e 14 anos (120,2±15,9) respectivamente. Enquanto no ensino médio as meninas apresentaram com 15 anos (116,3±19,1); 16 anos (122,4±14,0) e 17 anos 116,0±13,2, respectivamente.

Referente a pressão arterial diastólica dos escolares do sexo masculino, verifica-se que os valores em média e desvio padrão das estudantes do ensino fundamental com 6 anos (57,6±8,6); 7 anos (61,7±9,1); 8 anos (61,6±8,8), 9 anos (61,1±9,3); 10 anos (65,2±11,4), 11 anos (65,1±8,3); 12 anos (65,3±9,4); 13 anos (68,9±12,2); e 14 anos (71,3±10,2) respectivamente. No ensino médio, as escolares apresentaram com 15 anos (76,3±10,2); 16 anos (77,3±14,5) e 17 anos 75,6±12,7, respectivamente.

Podemos observar o comportamento da pressão sistólica que mostra valores das pressões sistólicas do sexo feminino foram 107,0 (95-118) enquanto o masculino foi de 108,5 (95-120). Demonstram valores para a pressão diastólica de 65,5 (60-71) para o sexo feminino e 65,5 (60-72,5) referente ao sexo masculino.

Foi realizado um estudo para identificar a prevalência de hipertensão em estudantes no sertão de Pernambuco, com amostra composta por 863 alunos de 62 escolas públicas e privadas do município de Arcoverde (PE), e foi observado prevalência em ambos os sexos com valores de 9,8% em relação a hipertensão arterial (NETO,2010).

Estudo realizado por Pinto et al. (2011), foi encontrado prevalência de hipertensão de escolares de ambos os sexos com amostra de 1.131 participantes e foi visto que o sexo feminino obteve 7%, enquanto o masculino 2,6% com idades variáveis de 7 a 14 anos (PINTO, 2011). Reuter et al. (2012) em seu estudo descreve os resultados da prevalência em hipertensão em uma amostra de 414 escolares da rede pública de Santa Cruz do Sul- RS, com idade média geral entre 7 a 17 anos em ambos os sexos, que houve aumento da prevalência em níveis de limítrofe e

hipertensão para a pressão arterial destacando um valor significado para o sexo masculino (REUTER, 2012).

Em nossos estudos encontramos resultados sobre a prevalência em hipertensão arterial em estudantes das escolas públicas da cidade de Jau-SP e as classificamos no ensino fundamental como sexo feminino 11% e masculino 9% como hipertensos e no ensino médio o sexo feminino se classificou com 20% quanto ao masculino chegou alcançar 25% em hipertenso, juntamos nossos resultados e chegamos em um valor de pressão arterial do ensino fundamental e médio de 12% classificados como hipertenso.

A prevalência de hipertensão arterial e de obesidade nos estudantes são relevantes, pois ajuda a compreender os possíveis mecanismos da relação entre a hipertensão e a obesidade de maneira precoce das duas doenças, visto que, a antecipação dos riscos de doenças cardiovasculares pode se acentuar de jovens para adultos, por vezes, desencadeada pelo aumento do tecido adiposo corporal. Jovens obesos possíveis adultos obesos, estes indivíduos podem desenvolver doenças crônicas, a alta prevalência de hipertensão arterial encontrada nesta pesquisa, nas as faixas etárias de 6 a 14 anos ultrapassou os valores de 12% em relação a hipertensão arterial quando somado ambos os sexos. Isso representa um importante sinal de alerta para as condições de saúde cardiovascular desses indivíduos (BURBANO,2003).

Portanto, no presente estudo, destacamos os valores do ensino fundamental em relação ao percentual de gordura em ambos os sexos e as classificamos em nossa amostra como adequados, alto, baixo, excesso alto e moderado alto, nossa pesquisa conteve 855 alunos, 488 se classificaram como adequados, 114 alunos em alto, 39 como baixo, 109 em excesso alto e 146 como moderado alto. No entanto, o ensino médio apresentou amostra com números menores de participantes, a pesquisa teve o objetivo de analisar o valor do percentual de gordura utilizando o método de Slaughter. Aa classificação dos resultados obteve 71 alunos classificamos como adequados, 12 como alto, 2 em baixo, em excesso alto 9 alunos e 30 alunos como moderado alto.

Uma das limitações encontradas neste estudo foi o retorno dos alunos com o TCLE para a realização da pesquisa. Além da não aderência dos alunos do ensino médio na realização do estudo, com um número bem menor que do ensino fundamental. Estudos futuros a partir dos dados obtidos, por métodos estatísticos poderá ser capaz de indicar se houve diferença entre as prevalências elevada de pressão arterial foi significativa quando comparados com os grupos escolares do ensino

fundamental e com o grupo do ensino médio, extremamente se é consequência da prevalência do sobrepeso/obesidade. Consequentemente, os resultados poderão ser utilizados para desencadear uma série de medidas políticas e pedagógicas, úteis para o enfrentamento do problema da prevalência de hipertensão, sobrepeso e obesidade e para evitar o agravamento do problema.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As doenças não-transmissíveis vêm atingindo um patamar preocupante para a saúde pública e, consequentemente, desenvolvendo doenças como a obesidade e a hipertensão arterial, e que em poucas décadas atrás desenhavam alguns grupos específicos da população adulta, no entanto, atualmente atingem crianças e adolescentes em proporções semelhantes.

Conclui-se que houve prevalência importante de hipertensão especificamente nos escolares do ensino médio e do sexo masculino e ainda prevalência de sobrepeso/obesidade consideradamente importante nos escolares do ensino fundamental. Neste sentido, é interessante ressaltar que os dados de prevalência de hipertensão não estão acompanhados de aumento da prevalência de sobrepeso e/ou de obesidade, sugerindo que a possível causa do desenvolvimento da hipertensão possa estar agregada aos hábitos alimentares, com excesso de ingestão de sal. Pode-se considerar que as prevalências de hipertensão e obesidade em relação aos nossos resultados, no grupo de escolares, é relevante, e devem ser motivo de preocupação dos sistemas de saúde do município de Jaú e assim contribuir para políticas públicas, com programas de combate à obesidade e a hipertensão arterial, por meio de, exercícios físicos e orientação alimentar para auxiliar em uma melhor qualidade de vida, desde a fase de criança a vida adulta.

REFERÊNCIAS

BERNARDI, L. et al. A interdisciplinaridade como estratégia na prevenção da hipertensão arterial sistêmica em crianças: uma revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 3987-4000, 2016.

BURBANO, J. C.; FORNASINI, M.; ACOSTA, M. Prevalencia y factores de riesgo de sobrepeso en colegialas de 12 a 19 años en una región semiurbana del Ecuador. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 13, p. 277-284, 2003.

CHARRO, M. A., BACURAU, R. F. P., NAVARRO, F., PONTES JUNIOR, F. L. **Manual de Avaliação Física**. São Paulo: Phorte, 2010.

CONTELLI, S. C.; NETO FILHO, M. A. OBESIDADE. **REVISTA UNINGÁ REVIEW**, v. 3, n. 1, p. 1-1, 2017.

DIAS, L. et al. Obesidade e políticas públicas: concepções e estratégias adotadas pelo governo brasileiro. **Cadernos de Saúde Pública**, 2017, p. 1-2-3, 2017.

FERREIRA, Luis Paulo; KOTTEL, Annemaria. Influência da Modernidade na Obesidade Infantil. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 2, Vol. 13. pp 75-92, janeiro de 2017. ISSN:2448-0959, 2017.

FUENTES, R. M. et al. Tracking of systolic blood pressure during childhood: a 15-year follow-up population-based family study in eastern Finland. **Journal of hypertension**, v. 20, n. 2, p. 195-202, 2002.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009**: antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil. IBGE, 2010.

MIRANDA, João Marcelo de Queiroz et al. Prevalência de sobrepeso e obesidade infantil em instituições de ensino: públicas vs. privadas. **Rev Bras Med Esporte** [online]. 2015, vol.21, n.2, pp.104-107. ISSN 1517-8692. <http://dx.doi.org/10.1590/1517-869220152102143660>, 2015.

PINTO, S. L. et al. Prevalência de pré-hipertensão e de hipertensão arterial e avaliação de fatores associados em crianças e adolescentes de escolas públicas de Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 27, p. 1065-1075, 2011.

REUTER, E. M. et al. Obesidade e hipertensão arterial em escolares de Santa Cruz do Sul-RS, Brasil. **Revista da Associação Médica Brasileira** (English Edition), v. 58, n. 6, p. 666-672, 2012.

ROSA, A. A. A.; RIBEIRO, J. P. Hipertensão arterial na infância e na adolescência: fatores determinantes. **Jornal de pediatria**. Rio de Janeiro. Vol. 75, n. 2 (mar./abr. 1999), p. 75-82, 1999.

SBC. Sociedade Brasileira de Cardiologia • ISSN-0066-782X • Volume 107, Nº 3, Supl. 3, **7ª DIRETRIZ BRASILEIRA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL**, n 3, p.55-61.

PREVALÊNCIA DE SOBREPESO E OBESIDADE EM ESCOLARES DO ENSINO MÉDIO DA CIDADE DE JAU/SÃO PAULO

Maristela Manechini, Natalia R. de Carvalho, Paula G. Sant'Ana
e-mail: paulagrippa@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2013), o que ocasiona a obesidade e influencia diretamente a saúde do indivíduo é o grande aumento do tecido adiposo, com uma excessiva proporção da sua instalação e acúmulo no organismo. Podendo assim, levar a consequências negativas ao seu estado de saúde.

A etiologia da obesidade é complexa, multifatorial, resultando da interação de genes, ambiente, estilos de vida e fatores emocionais. Esses fatores são contribuintes para que haja acúmulo de gordura corporal, aumentando as células adipócitas. Essas células são adquiridas desde o desenvolvimento do feto, entre o sexto e o nono mês de gestação e no início da puberdade. Logo após estas fases, as células não se multiplicam, porém, elas aumentam seu tamanho. Desta forma, quando engordamos, não é o número de células adiposas que aumentam, e sim a quantidade de gordura contida em seu interior. De maneira simplificada, a obesidade é consequência do desequilíbrio energético de consumo e gasto calórico pelo corpo humano, ou seja, quando o consumo de alimentos passa a ser maior do que a energia gasta pelo organismo, levando em conta um período considerado pertinente para uma observação, em união a fatores que dão origem a este balanço energético positivo: uma quantidade de energia ingerida por meio da alimentação maior do que o que o organismo gasta com seu metabolismo e suas atividades físicas (DeMaria 2007).

De acordo com a OMS (1995), a classificação dos indivíduos com relação à sua massa corporal, é o índice de massa corporal (IMC), que se configura na razão entre o peso e a altura de um indivíduo, contudo, aconselha que os dados sempre sejam interpretados com muito cuidado porque, apesar desta medição estimar a prevalência da obesidade em uma população e os riscos que vem com ela associados, este método de avaliação da porcentagem de gordura não leva em consideração a variação da distribuição corporal, podendo não corresponder ao mesmo grau de obesidade e seus riscos concomitantes em diferentes pessoas e populações. Além disso, no caso

de atleta com edemas e com ascite, o IMC não é uma determinação em que se possa confiar para mensurar a obesidade, já que não consegue distinguir a causa do excesso de peso. Um dos índices mais utilizados para a avaliação do sobrepeso em crianças e adolescentes na rotina pediátrica e em Saúde Pública é a distribuição percentilar proposta por Must et al para o IMC, que foi elaborada para classificar crianças a partir de seis anos e adultos de acordo com sexo, idade e raça. Segundo Must et al, define-se como sobrepeso crianças com IMC entre os percentis 85 e 95 e, como obesas, aquelas com IMC acima do percentil 95.

Apesar de o tema sobrepeso e obesidade ser amplamente discutido na atualidade, estudos nacionais que tratem sobre sua prevalência ainda são escassos no Brasil. Diante do exposto, tentar compreender eventuais indicadores associados as prevalências de sobrepeso e obesidade em crianças e adolescentes poderão oferecer substanciais implicações para os programas de intervenções. Sendo assim, o presente trabalho justifica-se pelo fato de a prevenção contra a obesidade infantil ser a melhor arma para seu combate.

2 METODOLOGIA

Realizou-se um estudo, com início em abril de 2018, na cidade de Jaú-SP, a partir do levantamento observacional e de campo, transversal de base populacional. A amostra do estudo foi composta por 127 estudantes do ensino médio, de ambos os sexos, matriculados no período matutino e vespertino. O estudo foi submetido ao Comitê de Ética em pesquisa das Faculdades Integradas de Jaú e aprovado sob o nº 79839317.5.0000.5427, em obediência a Resolução 01715512.7.0000.5434.

Os pais ou responsáveis que concordaram com a participação do aluno e assinaram o TCLE, conforme normatiza a lei 196/96 que trata de pesquisas envolvendo seres humanos. Os dirigentes das escolas também foram esclarecidos previamente sobre a metodologia utilizada, com a finalidade de adequar a operacionalização das ações das coletas, sem interferir no andamento das atividades escolares.

A amostra foi formada por alunos de ambos os gêneros, com faixa etária de 14 a 17 anos, regularmente matriculados em 20 escolas públicas do município de Jaú, São Paulo. A seleção da amostra foi realizada, inicialmente, por meio de um levantamento para identificação do número de escolares matriculados nas redes de ensino de Jaú/SP no ano letivo de 2018.

O perfil antropométrico foi determinado com a finalidade de identificar a prevalência de sobrepeso e obesidade em escolares do ensino médio. Para obtenção dos dados necessários para a conclusão do projeto foram utilizados os seguintes protocolos: índice de massa corporal: a partir do cálculo do IMC, ou seja, dividindo-se o peso (kg) pela altura (m) ao quadrado ($IMC = \text{kg}/\text{m}^2$), foram utilizados os pontos de corte propostos por Must et al, que definem como sobrepeso crianças com IMC entre os percentis 85 e 95 e, como obesas, acima do percentil 95. Foram empregados também pontos de corte propostos por Cole et al, estimados de forma que os pontos das curvas ajustadas dos percentis 85 e 95 de IMC aos 18 anos fossem obrigatoriamente os pontos de corte para sobrepeso e obesidade utilizados para adultos (25 e 30, respectivamente) (VANZELLI et al., 2008).

Percentual de gordura: O percentual de gordura corporal é simplesmente a porcentagem de gordura que o seu corpo tem. O peso corporal total inclui os valores da gordura corporal e da massa magra (músculos, órgãos, sangue, e tudo mais).

Para avaliação do percentual de gordura utilizou-se o protocolo de Slaughter (CHARRO, BACURAU, NAVARRO, 2010) que tem a finalidade de mensurar o percentual de gordura de jovens de 7 a 17 anos de idade. A escolha desse protocolo está justificada pelo fato das aferições serem feitas no ambiente escolar, de forma que as medidas do protocolo não requerem que os escolares exponham o corpo. O protocolo utilizou duas dobras cutâneas:

A dobra tricipital (TR): foi aferida de forma longitudinal, na parte posterior do braço, entre o ponto acromial e o olécrano. E a dobra de panturrilha média foi aferida de forma longitudinal.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No estudo realizado com os escolares do ensino médio, totalizando 124 amostras, com idade de 15 a 17 anos. Dentre os avaliados haviam 66 meninas (53,23%) e 58 meninos (46,77%). Os dados descritivos das meninas foram distribuídos segundo a classificação de gordura em desnutrido, normal, obesidade e sobrepeso, seguido dos resultados em porcentagem.

Pode-se observar que nos escolares do sexo feminino houve duas pessoas (3,03%) classificadas com desnutrição (15 e 16 anos), não havendo nenhuma adolescente de 17 anos na classificação de desnutrição. Observa-se que o maior

número de indivíduos do sexo feminino apresentou características normais, houve 19 (28,79%) estudantes de 15 anos, 17 (25,76%) com 16 anos e foram 17 (25,76%) aos 17 anos, respectivamente, apresentando um total de 53 (80,30%) alunas nesta condição. Com sobrepeso foram verificadas 3 (4,55%) alunas com idade de 15 anos e 2 (3,03%) adolescentes de 17 anos; não foi observado nenhuma pessoa com 16 anos com sobrepeso. Totalizando 5 (7,58%) das escolares. Em relação a obesidade foi visto que com 15, 16 e 17 apresentaram 2 (3,03%), 2 (3,03%) e 2 (3,03%), respectivamente, somando um total de 6 (9,09%) pessoas do sexo feminino com obesidade. A prevalência de sobrepeso nos escolares do sexo feminino foi de 7,6%, enquanto a prevalência de obesidade foi de 9,1%.

Em relação aos dados descritivos dos meninos que foram distribuídos em desnutrido, normal, obesidade e sobrepeso, seguido dos resultados em porcentagem. Analisando os dados, do total de 58 pessoas apenas 6,90% são desnutridos, ou seja, de cada 58 pessoas, 4 pessoas são desnutridas. Analisando as idades, vimos que a desnutrição atingiu os jovens de 15, 16 anos e 17 anos, sendo que os resultados aumentaram de 15 para 16 anos (1,72% para 3,45%) e diminuíram aos 17 anos (1,72%).

Já quanto ao sobrepeso, tem-se que de cada 58 pessoas, 7 deles estão acima do peso ideal e, como porcentagem apresenta-se em 12,07%. O sobrepeso esteve presente em jovens de 15 anos, com 1,72% e em jovens de 16 e 17 anos esse percentual aumentou significativamente para 5,17%, mantendo-se estável.

Quanto a obesidade de cada 58 pessoas, 5 adolescentes estão obesos, o que representa 8,62% do total. Os dados apresentaram resultados harmônicos nas idades dos 15 e 16 anos ficando com 1,72% dos valores e um aumento de duas vezes para as idades de 17 anos, na qual a obesidade passou a ser 5,17% do público.

No que tange ao peso normal, os resultados mostram que de 58 pessoas, 42 pessoas ou 72,41% apresentam um peso ideal. Os resultados indicaram que jovens de 15 apresentaram uma porcentagem maior com 25,86%, enquanto que os jovens de 16 diminuíram essa porcentagem para 22,41% e jovens com 17 anos mostraram uma porcentagem com 24,14%.

Os valores de prevalência de sobrepeso para os escolares do sexo masculino 12,1%, e de obesidade de 8,62%.

Meyer et al (2004) afirma que pais, professores, técnicos e outros profissionais devem dar apoio à boa alimentação das crianças e adolescentes, influenciando-os a discutir hábitos saudáveis, sem a cultura do corpo como sendo um esforço para o controle do sobrepeso e obesidade. O incentivo de gestores municipais, estaduais e nacionais, assim como as escolas deve ser sempre voltado à inclusão de uma alimentação saudável para todas as crianças, com alimentação apropriada, realização de atividade física regular para que assim possam ser criadas estratégias efetivas de prevenção e tratamento da obesidade.

A análise dos resultados mostrou dados preocupantes quanto a obesidade em meninas, visto que de cada 66 pessoas, 6 adolescentes estão obesos, o que representa 9,09% do total, sendo um valor alto para essa idade. Os dados apresentaram resultados harmônicos nas idades dos 15, 16 e 17 anos, ficando com 3,03% dos valores. Essa notícia deve ser um sinal de alerta para que os jovens aprendam a ter uma vida mais saudável, pois a obesidade pode desencadear doenças e problemas sérios que irão afetar o jovem pelo resto da vida.

Porém, encontramos uma grande dificuldade para realizar a coleta em adolescentes de 14 a 17 anos. Entendemos que essa escassez se deu ao fato do pouco tempo para fazer com que essas pessoas se motivassem a participar da pesquisa e também porque as pessoas que estão acima do peso se constroem em participar da coleta.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como conclusão do trabalho, ao utilizar os dados de classificação IMC por percentis a prevalência de sobrepeso e obesidade foram baixas, indicando que os escolares do ensino fundamental, tanto sexo masculino como feminino apresentam baixa prevalência, dados esses que vão de encontro com os encontrados pelo IBGE, 2009.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, M. M.; LAMOUNIER, J. A.; COLOSIMO, E. A. **Prevalência de sobrepeso e obesidade em crianças e adolescentes das regiões Sudeste e Nordeste.** Jornal de Pediatria; Rio de Janeiro. 2002, vol.78, n.4Araújo, Guilherme T. Antropometria. Curso Nacional de Nutrologia. Associação Nacional de Nutrologia. 2015



DE MARIA, E.J. **Bariatric surgery for morbid obesity.** N. Engl J. Med 2007; 356:2176-83.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Physical status:** the use and interpretation of anthropometry. Geneva: WHO; 1995.

VANZELLI, A. S.; DE CASTRO, C. T.; PINTO, M. S.; PASSOS, S. D. **Prevalência de sobrepeso e obesidade em escolares da rede pública do município de Jundáí, São Paulo.** 2008

QUANTO O SEDENTARISMO É PREJUDICIAL AO PROLONGAMENTO DA VIDA?

Matheus David, João P. Martins, Guilherme A. Martines
e-mail: teus_david@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Desde a revolução industrial, a tecnologia tem avançado significativamente, e o reflexo dessas mudanças são claramente notáveis. Naquela época, a sociedade residia prioritariamente na zona rural, onde para se conseguir alimentar era necessário esforçar-se fisicamente, ou seja, plantar o próprio alimento, cuidar da criação, etc (GONÇALVES, 2005).

Com o advento do êxodo rural, a vida na cidade ficou relativamente mais fácil, visto que a máquina substituiu o esforço físico do homem na produção, trazendo a ele mais conforto e comodidade. Automóveis, elevadores, alimentos industrializados, jogos e brincadeiras online são exemplos desta facilidade na atualidade, porém há uma controvérsia entre facilidade/comodidade e qualidade de vida e saúde. (GONÇALVES, 2005).

Observa-se que grande parte da atual sociedade urbana é pouco estimulada fisicamente devido ao seu estilo de vida sedentário, e isso, tende a acarretar diversos empecilhos, como um aumento exponencial no número de acometidos por doenças, principalmente associados a hipocinesia, contribuindo satisfatoriamente para o aumento no número de óbitos (SOUZA, 2016).

Patologias como: Diabetes, doenças cardiovasculares, ansiedade, trombose, osteoporose, obesidade e a depressão são alguns exemplos de doenças associadas a um estilo de vida sedentário (GUALANO, 2011).

O objetivo do estudo se refere em analisar/compreender o impacto que um estilo de vida sedentário exerce sobre a qualidade e prolongamento da vida.

2 METODOLOGIA

Para a construção do trabalho, utilizou-se dos bancos de dados do Google Acadêmico e Scielo como recursos para se obter artigos relacionados à temática da pesquisa. Para refinamento da busca, os seguintes descritores foram utilizados: atividade física, qualidade de vida, saúde e sedentarismo.

Artigos que apresentassem relação ao tema da pesquisa foram selecionados e seus resumos, lidos. Caso abordassem assuntos divergentes a este trabalhos, os mesmos foram descartados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Um estudo feito pelo Instituto de Métricas e Avaliação em Saúde (IHME) da universidade de Washington, nos Estados Unidos, e publicado pelo The New England Journal of Medicine, mostrou que graças ao avanço tecnológico, a população passou a se movimentar cada vez menos, e isso tem acarretado um aumento no número de indivíduos em sobrepeso e obesidade. Estimava-se que que em 2015 havia aproximadamente 2,2 bilhões de pessoas, ou seja, 30% da população mundial apresentando essas condições (GBD, 2015).

A Organização Mundial da Saúde (OMS), afirma que 80% dos adolescentes não praticam exercícios físicos com frequência e intensidade adequada para sua faixa etária. Dessa forma, a OMS está organizando uma intervenção para aumentar a prática de atividades físicas até 2030, e assim, reduzir essa condição (ONU, 2018).

O sedentarismo é o quarto fator que mais mata no mundo, ficando atrás apenas das doenças relacionadas ao aumento de pressão arterial, fumo e à glicemia elevada (OMS, 2018).

Devido ao fato em que essas doenças estão aparecendo com maior frequência em crianças, o trabalho realizado para reverter essa situação deverá ter um foco maior no público jovem, pois as chances de uma criança obesa se tornar um adolescente obeso, e conseqüentemente um adulto obeso, são quatro vezes maiores comparativamente a um indivíduo com o peso dentro da normalidade (CUNNINGHAM, 2014).

Engana-se quem imagina que a prevenção ao sedentarismo necessita de grandes volumes de atividades físicas/exercícios físicos para o seu combate, visto que a realização de uma caminhada por 20 minutos diários já diminuiu o risco de morte prematura entre 16 e 30%. Ou seja, uma pequena quantidade de atividade física diárias poderia ter benefícios substanciais para a saúde em pessoas que são fisicamente inativas (EKELUND, 2015).

Segundo dados da OMS (2018), há alguns fatores que impedem/atrapalham a prática da atividade física nos vários grupos da sociedade.

Nas crianças, o mundo atual oferece diversas opções que estimulam o sedentarismo e a má alimentação, sendo elas: fast-foods, alimentos industrializados, videogames, jogos e brincadeiras online, televisão, etc (OMS, 2018).

Nos jovens, os fatores são: vergonha de seus corpos, bullying, falta de tempo e motivação, falta de apoio dos adultos e a falta de conhecimento dos benefícios da atividade/exercício físico (OMS, 2018).

Nos adultos: falta de tempo, falta de companhia, problemas de saúde, filhos, dura jornada de trabalho, etc (OMS, 2018).

Nos idosos: falta de interesse, falta de companhia, doenças e/ou problemas de saúde, medo de quedas ou movimentos que prejudicariam sua integridade física (OMS, 2018).

Neste sentido, fica claramente explícito o quanto o sedentarismo é prejudicial à saúde, sendo extremamente importante e urgente criar estratégias para reverter tal condição como forma de criar uma sociedade ativa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças de hábitos tanto nos aspectos físicos, quanto nos aspectos nutricionais e nos vícios adquiridos pelo ser humano podem ser o primeiro passo para se ter uma maior longevidade e uma melhor qualidade de vida. É possível reverter esses fatores negativos que o sedentarismo proporciona por meio da prática regular de exercícios físicos e hábitos de vida mais saudáveis.

Observando os aumentos exponenciais no número de indivíduos sedentários à nível mundial e seu consequente aumento na quantidade destes em caráter de sobrepeso e obesidade, observa-se que esses fatores tem desencadeado uma elevação no número de pessoas com uma série de patologia hipocinética, ou seja, relacionadas à inatividade física.

Neste sentido, os governos poderiam contribuir, incentivando e aumentando a prática da atividade física na população, como: aumento de espaços públicos destinados a este fim, conscientizar dos benefícios que a atividade física proporciona, etc. Essas intervenções auxiliariam a reduzir os danos causados pelo sedentarismo, melhorando assim a longevidade com qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

CUNNINGHAM, S. A.; KRAMER, M. R.; NARAYAN, K. M. V.. Incidence of childhood obesity in the United States. **New England Journal of Medicine**. v. 370, n. 5, p. 403-411, 2014.

EKELUND, U. et al. Physical activity and all-cause mortality across levels of overall and abdominal in European men and women: the European Prospective Investigation into Cancer and Nutrition Study (EPIC)-. **The American journal of clinical nutrition**, v. 101, n.3, p. 613-621, 2015.

GBD 2015 OBESITY COLLABORATORS. Health effects of overweight and obesity in 195 countries over 25 years. **New england Journal of medicine**. v. 377, n. 1, p. 13-27, 2015.

GONÇALVES, A. R. (2005). **A Importância da Atividade Física e seus Benefícios relacionados com o Risco de Doença Cardiovascular**. Porto: Faculdade de Ciências do Desporto e da Educação Física da Universidade do Porto.

GUALANO, B.; TINUCCI, T. Physical inactivity, exercise and chronic diseases. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 25, n. SPE, p. 37-43, 2011.

OMS, Organização Mundial da Saúde. “**Para OMS, sedentarismo é o quarto maior fator de risco de mortalidade**”. 2018. Disponível em: <<https://www.jcnet.com.br/Nacional/2018/07/para-oms-sedentarismo-e-o-quarto-maior-fator-de-risco-de-mortalidade.html>>. Acesso em: 28/07/2018

ONUBR, Organização das Nações Unidas no Brasil. “**OMS: 80% dos adolescentes no mundo não praticam atividade físicas suficientes**”. 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/oms-80-dos-adolescentes-no-mundo-nao-praticam-atividades-fisicas-suficientes/>>. Acesso em: 05/07/2018.

SOUZA, R. A. B. (2016). **Sedentarismo e alimentação inadequada: promotores de doenças crônicas não transmissíveis**. Rondônia: Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA

REFLUXO GASTROESOFÁGICO INFANTIL E DOENÇA DO REFLUXO GASTROESOFÁGICO E ORIENTAÇÕES

Ana Letícia M. de Mattos, Bianca F. Granai, Daniely R. da Costa,
Nágila G. G. de Oliveira, email: na_galan@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O refluxo dos conteúdos gástricos é uma ocorrência fisiológica mais frequente nos lactentes, em especial nos prematuros, e diminui com o progredir da idade. Podendo ser classificada como doença ou patologia mediante à frequência aumentada dos episódios de refluxo, seja pelo maior tempo de exposição da mucosa esofágica ao ácido, ocorrem consequências clínicas e histopatológicas conhecidas como Doença do Refluxo Gastroesofágico (Cordeiro, 2014).

O Refluxo Gastroesofágico (RGE), é caracterizado pela regurgitação apresentada pela criança após a amamentação, pode ser considerado uma alteração fisiológica quando o mesmo não apresenta sintomas ou complicações que apontam para morbidade importante do bebê, essa doença é causada pela passagem involuntária do líquido gástrico para o esôfago, ocorrendo diversas vezes durante o dia, podendo acometer crianças e adultos saudáveis. Nas fases de desenvolvimento do bebe essa alteração faz parte do processo adaptativo do organismo, sendo os sintomas iniciais nos primeiros meses, e tende a desaparecer completamente oriundo aos 2 anos de vida (Santos, 2011).

No nascimento inicia-se a transição da alimentação parenteral, via cordão umbilical, e de quantidades de líquido amniótico deglutido, para a total obtenção de nutrientes a partir do colostro e leite materno. Nesse instante, o intestino passa por processo de rápido crescimento morfológico em termos de comprimento e superfície absorptiva. Estima-se que o comprimento do intestino é de 50 cm na metade da gestação, cerca de 100 cm nas semanas que antecedem o nascimento e 200 cm nas primeiras semanas de vida. O estímulo do colostro nesse processo é de grande valia. O processo de alimentação do prematuro torna-se um grande desafio, pois o mesmo possui imaturidade do sistema digestivo, especificamente do reflexo da deglutição. Esse fato explica, em parte, a alta prevalência de intolerância alimentar, refluxo gastroesofágico e constipação intestinal em prematuros (Ferreira, 2014).

O desenvolvimento do organismo do lactente não encerra após o primeiro semestre, o mesmo continua em processo de desenvolvimento dos órgãos e sistemas, inclusive o aparelho digestivo que passa por processos anatômicos, funcionais e de interação local, sistema imunológico intestinal e a instalação da microbiota. Na doença do refluxo gastroesofágico (DRGE), observam-se outras manifestações associadas com as regurgitações e os vômitos, entre as quais déficit do ganho de peso e manifestações clínicas atribuídas à provável esofagite por refluxo como irritabilidade, choro excessivo e disfagia, além disso pode observar uma alteração na junção esofago-gástrica, obstrução intestinal e alergias (Morais, 2016).

Uma das principais causas do refluxo no primeiro trimestre de vida é o desmame precoce e a introdução dos alimentos complementares, classificado pela quantidade de alimento oferecida pelo cuidador é dosada pelo mesmo e não controlada pela criança. A enfermagem tem o papel importante de orientação aos pais sobre a alimentação adequada para a criança, tais orientações devem ser dadas durante a consulta puerperal, esclarecendo dúvidas que os pais apresentam e sobre a prioridade do aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade, que irá contribuir para a melhor formação fisiológica da criança e desenvolvimento correto, podendo evitar que ocorra a disfunção do refluxo. Além disso, orientar quanto à posição e o manuseio da criança após ser alimentada, deve-se orientar os responsáveis quanto ao posicionamento adequado logo após as amamentações, evitar deitar o bebê em decúbito dorsal, sempre lateralizando a criança, para evitar que esse bebê apresente regurgitações e aspirações devido ao refluxo, deve-se evitar intervalos pequenos entre as refeições, pois poderá contribuir para o desenvolvimento do RGE (Cordeiro, 2014).

O diagnóstico pode ser feito através de endoscopia e exame radiológico contrastado do esôfago, o tratamento é clínico, com medidas comportamentais e farmacológicas, caso for cirúrgico pode ser realizado através de endoscopia. A comunicação entre os pais e o enfermeiro deve ser clara e objetiva, a orientação e os cuidados devem ser seguidos corretamente, ininterrupto o processo terapêutico a fim de corrigir e identificar antecipadamente possíveis complicações (Morais, 2016).

Já como tratamento tem como objetivo a promoção do crescimento e do ganho de peso adequado, o alívio dos sintomas, a cicatrização das lesões teciduais, a prevenção da recorrência destas e das complicações associadas à DRGE. Em primeiro lugar, devem-se diferenciar as crianças portadoras de RGE fisiológico daquelas com

DRGE. Nas crianças menores, a DRGE resolve-se, na grande maioria das vezes, com o crescimento e o desenvolvimento da criança sendo baixa a incidência de complicações. Sendo o tratamento clínico, a implantação de medidas anti-DRGE, modificações na dieta e, em alguns casos farmacoterapia tendem a resolver o problema. Poucas são as crianças de baixa idade que desenvolvem quadros mais graves de aspiração pulmonar, cianose e distúrbios de deglutição, sobretudo os prematuros e portadores de paralisia cerebral. Preconizadas para todos os portadores de RGE e de DRGE, independentemente da gravidade, a equipe de enfermagem deverá orientar quanto aos seguintes cuidados: não usar roupas apertadas; sugerir a troca das fraldas antes das mamadas; evitar o uso de fármacos que exacerbam o RGE (Ferreira, 2014).

2 METODOLOGIA

O método utilizado nessa pesquisa foi a revisão de literatura, na qual, uma parte do projeto revela explicitamente o universo de contribuições científicas de autores sobre o tema específico, sendo assim, foram utilizadas as palavras chave: gastroesofágico; criança; refluxo; orientações. Observando e pontuando informações sobre a DRGE, bem como as orientações aos familiares quanto aos cuidados que devem ser tomados frente a patologia, serão realizadas durante as consultas de enfermagem.

Em busca por artigos científicos, os conceitos destacados foram encontrados na base de dados Scielo e Bireme. Aproximado 15 artigos, dos quais utilizados quatro para o presente estudo, entre os anos de 2011 a 2016.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi observado no presente estudo que há diferenças entre a doença do refluxo gastroesofágico e somente refluxo gastroesofágico, possuindo sintomatologias diferenciadas, tendo como principal diferença a perda de peso, irritabilidade, entre outras, logo o tratamento e orientação da equipe de enfermagem para pais e familiares deve ser diferenciada para ambos, específico e assertivo, resultando em uma melhor assistência. Contribuindo para a melhora na promoção, prevenção e educação em saúde para um distúrbio nutricional recorrente na atualidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na rotina de atendimento em crianças portadoras do refluxo, ocorre à falta de conhecimentos dos profissionais de enfermagem frente a essa patologia, algumas orientações são importantes para amenizar e até mesmo evitar o início dos sintomas. Os enfermeiros são cuidadores responsáveis, e devem orientar e acompanhar essa criança, juntamente com os pais, para que a melhora do caso seja bem-sucedida.

Observa-se que os episódios de vômitos podem desenvolver uma ansiedade nos pais, que muitas vezes os mesmos não conduzem a situação, sendo assim, é de extrema importância que os profissionais da enfermagem orientem os pais de forma clara, para que eles entendam o que realmente ocorre. As indicações são: em relação ao posicionamento da criança após as alimentações, o decúbito deve ser lateralizado à esquerda, não deve deitar a criança logo após ser alimentada ou amamentada, evitar oferecer alimentos ácidos e gordurosos. Esses cuidados ajudam a promover a melhora do tratamento e diminuem internações, episódios de pneumonias e sinusites.

As crianças sofrem com as dietas restritas, regurgitações, e o gosto amargo na boca causado pelo ácido do estômago, isso pode favorecer a perda de peso. Por isso os pais devem ficar atentos e oferecer dieta adequada. Nesse contexto o enfermeiro tem como papel orientar o que deverá ser ofertado a essa criança, evitando refrigerantes, chocolates, alimentos ácidos e gordurosos. Crianças com menos de três meses de vida, podem apresentar irritabilidade, choro excessivo, perda de peso, os pais devem ser orientados e estar atentos as posições adequadas e os cuidados devem ser dobrados, para evitar maiores complicações.

REFERÊNCIAS

CORDEIRO, J. A. B. L. et al. Dificuldades enfrentadas pelos pais de crianças com doença do refluxo gastroesofágico. **Atuação da enferm.**, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 255-259, June 2014. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010321002014000300255&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 out. 2018.

FERREIRA, C. T. et al. Doença do refluxo gastroesofágico: exageros, evidências e a prática clínica. **J. Pediatr. (Rio J.)**, Porto Alegre, v. 90, n. 2, p. 105-117, Apr. 2014.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010321002014000300255&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 out. 2018.

MORAIS MB. Signs and symptoms associated with digestive tract development. **J Pediatr (Rio J)**. 2016; 92(3 Suppl 1): S46---56. Disponível em: <<http://www.scielo>



br/scielo.ph.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010321002014000300255&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 out. 2018.

SANTOS, V. J. B. et al. Prevalência de achados broncopulmonares e otorrinolaringológicos em crianças sob investigação de doença do refluxo gastroesofágico: análise retrospectiva. **Braz. J. Otorhinolaryngol.** (Impr.), São Paulo, v. 77, n. 3, p. 328-333, June 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-86942011000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 out. 2018.

RELAÇÕES ENTRE TECNOLOGIA, SAÚDE, SEDENTARISMO E ATIVIDADE FÍSICA

Guilherme V. B. da Rocha, Vinicius F. Pavanelli, Ademir Testa Junior,
e-mail: pavanelli.jau@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O sedentarismo vivenciado pelo século passado influenciou, ao surgimento de inúmeras patologias, especialmente àquelas denominadas de Hipocinéticas, como: Diabetes Mellitus, Hipertensão Arterial, Doenças Cardiovasculares, dentre outras (STEIN, 2016).

A atividade física apresenta efeitos benéficos ao organismo, uma vez que promove a saúde para a população, sendo recomendada como forma estratégica de melhora na qualidade de vida de seus adeptos. Desta forma, ressaltam pesquisas pertinentes a atividade física que apontam o Brasil para um patamar elevado de sedentarismo em todas as faixas etárias, variando de 50% a mais de 80% na população mundial (MENDES et al., 2006).

Segundo Escrivão e Lopez (1995) este sedentarismo é especificamente observado em indivíduos pré-púberes, podendo estar relacionado à presença de equipamentos eletrônicos, como: televisores, computadores e videogames, o qual também parece influenciar negativamente na composição corporal desses indivíduos.

2 METODOLOGIA

Ligado ao conhecimento científico faz-se necessário que também haja o emprego de uma metodologia com o intuito de realizar uma abordagem ampla e útil ao projeto (MARCONI, LAKATOS, 1996).

Para que haja a obtenção de um trabalho bem elaborado, o presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica que foi realizada com a seleção de artigos nacionais, provindos de bases de dados como Google acadêmico, Scielo e Pubmed.

Foram consultados 45 trabalhos, publicados nos últimos anos e utilizando os termos chaves: composição corporal, crianças, influência da tecnologia. De forma individual e em combinações.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o advento tecnológico que foi introduzido com o passar dos tempos, Souza (2013) observa que superficialmente, a técnica, aperfeiçoada por meio da máquina, deveria ser objeto facilitador das relações e do tempo.

Porém, para isso, nesse mundo paralelo criado com a modernização, Souza (2013) acredita que o interessante será saber se, no futuro, haverá indivíduos capazes de estabelecer uma relação crítica e independente com a técnica. Dentro desse contexto, o que se percebe é “a dependência imanente do homem moderno aos meios tecnológicos”.

Os entretenimentos eletrônicos, tais como jogos computacionais e suas peculiaridades, dentre os vários tipos de jogos hoje existentes, de uma maneira geral, ocupam lugar privilegiado na preferência dos adolescentes (RAMOS, 2008).

Os jogos eletrônicos atingem desta forma, a todos os usuários, pois, são prazerosos, desperta curiosidade, interesse e estimulam a aprendizagem cognitiva, de um modo divertido, tanto o jogo em si como os jogos eletrônicos. Sendo que o computador aparece, então, como uma ferramenta importante que pode servir inclusive para melhorar o aprendizado dos alunos para além das limitações da sala de aula (RAMOS, 2008).

A televisão realmente é um instrumento que modificou a vida das pessoas. Seja em âmbito público ou privado, ela alterou todas as mídias sociais que a antecederam, como também as instituições e relações sócias, e também aumentou a mobilidade física das pessoas modificando assim a forma da sociedade, cultural e socialmente como também a própria instituição familiar, onde utilizar uma tecnologia é essencial para a detecção de sua natureza e poder sobre as pessoas (SOUZA, 2004).

A promoção da saúde, como conjunto de estratégias e formas de produzir saúde, no âmbito individual e coletivo, visa atender as necessidades sociais de saúde e garantir a melhoria da qualidade de vida do indivíduo e da população, emerge marcada pelas tensões próprias à defesa do direito à saúde (DALLARI, 1988).

Nos dias de hoje já se reconhece que os problemas de saúde da população na maioria das vezes estão associados às mudanças no estilo de vida das pessoas. O aumento de pessoas com sobrepeso é uma característica de muitos países, acarretando a várias mortes, devido às doenças relacionadas ao sobrepeso. As

consequências do sedentarismo e sobrepeso estão ligadas. Pessoas obesas possuem uma maior probabilidade de terem doenças crônicas (GUARDA, 2010).

No Brasil, a falta de atividades físicas tem sido citada como as principais causas para a mortalidade causada por doenças no sistema circulatório. Entre as doenças que pertencem ao grupo do sistema circulatório estão apontadas as seguintes doenças isquêmicas do coração e cerebrovasculares que aumenta cada vez mais os gastos com a saúde nos últimos anos (CERVATO, 1997).

Em vários estudos podemos ver que para que se possamos ter uma vida saudável, devemos conhecer a importância da prática de atividade física regularmente e os benefícios que ela proporciona. Os resultados apontados em vários estudos mostram a atividade física praticada regularmente como uma importante aliada no combate ao sedentarismo. O sedentarismo é uma consequência da falta de atividades físicas e um dos principais fatores para desenvolver doenças cardiovasculares e metabólicas (MOTA, 2010; SILVA, et al, 2010).

É de extrema importância ter o conhecimento dos benefícios da atividade física, para que assim possa se ter uma melhor qualidade de vida. Isso serve tanto para prevenir como para retardar doenças crônicas, que cada dia mais aparece com uma frequência maior nas pessoas da sociedade moderna. Devido à tecnologia e a praticidade que ela traz, ao longo das últimas décadas os níveis de atividades físicas no trabalho vem tendo uma queda. É de grande importância que a população tenha conhecimento sobre como as atividades físicas podem trazer benefícios a respeito de prevenção de saúde contra hipertensão e diabetes (KNUTH; et al, 2009).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante que os pais encontrem o equilíbrio e estabeleçam regras em relação ao uso tecnológico para que os filhos não deixem de lado atividades de extrema importância como a prática de esportes, uma simples conversa em família ou amigos. Entretanto, a tecnologia não deve ser vista somente como vilã quando inserida precocemente na vida infantil. Cabe aos pais procurar e analisar as brincadeiras e jogos que estão sendo introduzidos nos primeiros anos da infância, pois este período é fundamental para o desenvolvimento da criança.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. de S.; NASCIMENTO, P. C. BD; QUAIOTI, C. B. Quantidade e qualidade de produtos alimentícios anunciados na televisão brasileira. **Rev. Saúde Pública**. São Paulo, V. 36, nº 3, junho, 2002. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Biologia/artigos/obesoinfantil.pdf>. Acesso em 10 jan. 2018.

ANGELIS, R. C. de. **Riscos e prevenção da obesidade**: fundamentos Fisiológicos e Nutricionais para Tratamento. São Paulo: Atheneu, 2006.

BOUCHARD, C. **Atividade física e obesidade**. São Paulo: Manole, 2003.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. 2010. Disponível em:

<http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf>. Acesso em 10 jan. 2018.

CECCATO, I. **A construção da linguagem publicitária dirigida ao público infante – juvenil**. Ivaiporã: Midiograf, 2001.

CORAZZA, S. M. **Infância e Educação-Era uma vez quer que conte outra vez?** Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

COSTA, C. Uma questão de peso: A obesidade infantil é um risco que gera consequências na vida adulta, quando antes o problema for atacado, melhor. Londrina: **Unimed Revista Viva Bem**. p 20 – 22 Julho/Agost/Set, 2007. Disponível em: <<http://www.unimedlondrina.com.br/fornecedor/referencias/revistas-publicacoes/viva-bem/?mesano=01-2014>>. Acesso em 10 jan. 2018.

DAMASO, A; TOCK, L. **Obesidade**: perguntas e respostas. Rio de Janeiro: Guanabara Hoogan, 2005.

ESCRIVÃO, M. A. M. S.; LOPEZ, F. A. Obesidade exógena na infância e na adolescência. **Jornal de Pediatria** - Vol. 76, Supl. 3, 2000. 0021-7557/00/76-Supl.3/S305. Disponível em: <<http://www.jpmed.com.br/conteudo/00-76-S305/port.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2018.

FISBERG, M. **Atualização em obesidade infantil e adolescência**. São Paulo: Atheneu, 2005.

GUEDES, D. P.; GUEDES, J. E. R. P. **Controle do peso corporal**: composição corporal, atividade física e nutrição. 2ª ed. Rio de Janeiro: Shape, 2003.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.



MCARLE, W. D.; KATCH, F. I.; KATCH, V. L. **Fisiologia do exercício: energia, nutrição e desempenho humano**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

MENDES, M. J. F. de L. et al. Associação de fatores de risco para doenças cardiovasculares em adolescentes e seus pais. **Rev. Bras. Saúde Mater. Infant.** [online]. 2006, vol.6, suppl.1, pp.s49-s54. ISSN 1806-9304. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S1519-38292006000500007>>. Acesso em 10 jan. 2018.

NADEAU, M.; PERONNET, F. **Fisiologia aplicada na atividade física**. São Paulo: Manole, 1985.

OMS. **Organização Mundial da Saúde**. Disponível em:<<http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/abril/17/Vigitel.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

ROCHA, E. **A sociedade do sonho**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

SABIA, R. V.; SANTOS, J. E.; RIBEIRO, R. P. P. Efeito da atividade física associada à orientação alimentar em adolescentes obesos: comparação entre o exercício aeróbio e anaeróbio. **Rev Bras Med Esporte**. 2004, vol.10, n.5, pp.349-355. ISSN 1517-8692. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-86922004000500002>>. Acessado em 10 jan. 2018.

STEIN, F. Aspectos psicofisiológicos relacionados com o diabetes tipo 2 e o tratamento multidisciplinar. **Revista Científica JOPEF**, 21 (01), 2016 - ISSN 1806-1508. Disponível em: <http://www.revistajopef.com.br/revista_jopef_v21_numero01_ano2016.pdf>. Acesso em 10 jan. 2018.

CAVALCANTE, J. S. **O impacto mundial do tabagismo**. Fortaleza: Realce Editora, 2002.

SÍNDROME DE BURNOUT NA ENFERMAGEM: UMA ANÁLISE DA LITERATURA

Sabrina G. Martins, Bruna C. F. Dorta, Vânia A. B. M. Dalpino, Jhenifer P. Dias
Email: vaniapsico@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

O estresse pode ser descrito como um conjunto de reações psicofisiológicas que atuam como resposta à fatores estressores que estejam causando sofrimento e tensão psicológica, desequilibrando o processo homeostático do organismo (UENO et al., 2017).

[...] provocam um discreto e constante aumento da pressão arterial e do número dos batimentos cardíacos que, sem dúvida, trazem consequências nefastas para o organismo (VARELLA, 2012).

O estresse está amplamente relacionado com a área da saúde, além de requerer o conhecimento adquirido na formação, exige-se um bom preparo psicológico. Trata-se de uma área difícil de lidar, por vivenciar mortes, dor, sofrimento, perdas, tristeza e relações de afeto desenvolvidas ao longo do tempo de tratamento do paciente. Ademais, o extenso tempo de trabalho, duplas e longas jornadas de trabalho, colocam o indivíduo em situação de risco à saúde integral (GOULART JUNIOR et al., 2014; UENO et al., 2017).

Todas as responsabilidades que fazem parte da vida do trabalhador dessa área podem acarretar problemas com o passar do tempo, caso não sejam desenvolvidas estratégias de enfrentamento e ações preventivas nas instituições. De acordo com Pimentel (2018), o estresse pode causar mudanças na capacidade de concentração, na memória, afeta o coração, sistema imunológico, contribui para o envelhecimento, aumento de peso, mudanças de humor, problemas dermatológicos, nos dentes e cabelos, depressão, ansiedade e outros sintomas. Conforme aponta Ribeiro et al. (2018, p.2), o estresse pode acarretar também:

[...] o desenvolvimento da síndrome metabólica, distúrbios do sono, diabetes, hipertensão, enfermidades psicossomáticas, síndrome de burnout, depressão, uso de substâncias psicoativas, além de queda na produtividade, absenteísmo, insatisfação laboral e baixa qualidade de vida no trabalho.

Dentre as síndromes que acometem o ambiente ocupacional encontra-se a Síndrome de Burnout. A Síndrome de Burnout (SB) é uma patologia exclusiva do

trabalho, que em inglês significa "esgotamento". A SB possui três dimensões: Exaustão Emocional, Despersonalização e Baixa Realização Profissional. (MASLACH; JACKSON, 1997). A Exaustão emocional caracteriza-se pelo esgotamento e falta de energia. O trabalhador observa que a sua eficiência não é mais como antes. A Despersonalização é o estágio da insensibilidade (descaso) do trabalhador perante aos seus colegas de trabalho, clientes e objetos. Já a Baixa Realização Profissional, envolve o sentimento de insatisfação e negação com o trabalho.

De acordo com o conhecimento empírico, os profissionais de saúde estão mais suscetíveis ao desenvolvimento da síndrome, porém os dados informam que os enfermeiros são os mais atingidos pela SB por estarem em contato direto com morte e luto dos pacientes, o que leva o profissional a experimentá-la (GIL-MONTE; GARCÍA-JUESAS; HERNÁNDEZ, 2008). A alta carga horária, plantões, pressão psicológica, os adventos presentes, mudanças de setor, conflitos entre os cargos da enfermagem, discordância/falta de afinidade e respeito com os colegas de trabalho e baixa motivação/reconhecimento do trabalho são conflitos geradores da ansiedade e estresse, que promove a desmotivação dos profissionais da saúde (LAUTERT, 1997 apud ROSA, 2005, p.03).

O envolvimento com pessoas é indispensável na enfermagem, e estar em contato com o problema e doenças dessas pessoas podem causar raiva, vergonha, medo, pena e sentimento de incapacidade por não conseguir ajudar completamente o paciente, levando à frustração, então, a constante vivência nessas circunstâncias leva a drenagem emocional, direcionando o indivíduo ao Burnout (MASLACH; JACKSON, 1997). Portanto, o presente trabalho objetivou identificar possíveis fatores de risco para o desenvolvimento da Síndrome de Burnout no contexto de enfermagem, bem como, compreender seu impacto na qualidade de vida do trabalhador desta área.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada através de uma revisão bibliográfica exploratória de artigos que abordam a temática em estudo. De 25 artigos analisados, 12 foram selecionados para a pesquisa e dentre eles, uma entrevista. A busca foi realizada na base de dados SciELO, entre o período de 2012 a 2018, utilizando os termos: "Burnout" e "Enfermagem".

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com a pesquisa de campo realizada (VIDOTTI et al., 2016) o nível de Burnout foi maior em trabalhadores de enfermagem do período diurno e as pessoas desse período demonstraram insatisfação com sua carga horária de sono e falta de controle em relação ao trabalho, o que dão chance no aumento do cansaço emocional. A despersonalização foi associada aos enfermeiros com vida sedentária e com baixa carga de sono. Esse sedentarismo também se associou com a baixa realização profissional. Porém, os satisfeitos com o retorno financeiro, foram diminuídas as chances de despersonalização e baixa realização profissional. Em relação aos trabalhadores insatisfeitos com a carga de sono do período noturno, se mostraram com mais exaustão emocional. Os trabalhadores que não possuem filhos, possuem menor grau de exaustão. Os trabalhadores que possuem três ou mais anos de serviço na instituição, tiveram mais índices de despersonalização. As pessoas que se mostraram satisfeitas com lazer e que tinham religião apresentaram queda nas chances de despersonalização e baixa realização profissional. Auxiliares e técnicos de enfermagem ficaram na categoria de baixa realização profissional. Uma outra fonte de pesquisa sociodemográfica (FRANÇA; FERRARI, 2012) apresentou dados em que o Burnout foi identificado em maior número no gênero feminino, maior número significativo nos profissionais mais velhos em relação aos mais novos e predominância em trabalhadores com ensino superior completo.

4 CONSIDERAÇÕES

A partir da realização deste estudo, pode ser observado que os profissionais da enfermagem estão vulneráveis ao desenvolvimento de inúmeras doenças. A literatura apontou maior prevalência da Síndrome de Burnout na área de enfermagem, devido à alta demanda e estressores ocupacionais que estes profissionais estão expostos frequentemente. A Síndrome de Burnout constitui-se de etapas, as quais muitas vezes são despercebidas ou confundidas apenas como estresse laboral, contribuindo para um prognóstico tardio e insatisfatório. As análises mostram o impacto dessa síndrome na qualidade de vida do profissional de enfermagem, bem como, a percepção de desgaste diariamente, falta de energia e cansaço emocional.

Quanto ao profissional de enfermagem considera-se relevantes estratégias que visem reduzir melhorar o ritmo de trabalho, considerando os aspectos psicológicos, reconhecer sua função e capacidade, fazer exercícios de relaxamento físico e psicológico; mudar maus hábitos que descendem o estresse crônico. Assim, criará um vínculo pacífico com a instituição e com sua área de trabalho para então, melhorar a qualidade de vida e a carreira profissional.

Portanto, considera-se primordial a elaboração de programas visando a prevenção da SB, tendo em vista que a mesma interfere negativamente o desempenho profissional e emocional do indivíduo, causando sofrimento dentro e fora do ambiente laboral.

Como melhorias, sugere-se que as instituições hospitalares revejam o modo como reconhecem seus funcionários e valorizam essa profissão. Estratégias que fortaleçam a equipe, proponham a divisão das tarefas de forma burocrática, proporcionem o acolhimento do funcionário, podem ser utilizadas como recurso para contribuir para a melhora da qualidade de vida no trabalho neste contexto.

REFERÊNCIAS

FRANCA, F. M.; FERRARI, R. Síndrome de Burnout e os aspectos sócio-demográficos em profissionais de enfermagem. **Acta paul. enferm.**, São Paulo, v. 25, n. 5, p. 743-748, 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002012000500015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 Out. 2018.

GIL-MONTE, P. R.; GARCIA-JUESAS, J. A.; HERNANDEZ, M. C. Influencia de la sobrecarga laboral y la autoeficacia sobre el síndrome de quemarse por el trabajo (burnout) en profesionales de enfermería: a study in nursing professionals. **J. psychol.**, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 113-118, abr. 2008. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902008000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 Set. 2018.

GOULART JUNIOR, E. et al. Trabalho e estresse: Identificação do estresse e dos estressores ocupacionais em trabalhadores de uma unidade administrativa de uma instituição pública de ensino superior (IES). **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, Santa Catarina, v. 7, n. 1, pp. 1-17, 2014. Disponível em:

<<http://www.redalyc.org/pdf/3193/319330058002.pdf>> Acesso em: 05 Out. 2018.

HOLMES, E. S. et al. Burnout syndrome in nurses acting in primary care: an impact on quality of life. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online**, [S.l.], v. 6, n. 4, p. 1384-1395, 2014. Disponível em:

<<http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/3311>>. Acesso em: 25 Set. 2018.

MASLACH, C.; JACKSON, S.; LEITER, M. **The Maslach Burnout Inventory Manual**. Evaluating Stress: A Book of Resources. 3 ed., pp.191-218, 1997.

MEDEIROS-COSTA, M. E. et al. Occupational Burnout Syndrome in the nursing context: an integrative literature review. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 51, n. 3235, pp.2 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342017000100801&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 Set. 2018.

PIMENTEL, J.; **Estresse Crônico: Os 10 piores efeitos sobre o corpo**. Disponível em: <<https://drjulianopimentel.com.br/artigos/estresse-cronico-piores-efeitos/>> Acesso em: 30 set. 2018.

RIBEIRO, R. P. et al. Estresse ocupacional entre trabalhadores de saúde de um hospital universitário. **Rev. Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre, v. 39, n. 65127, pp.2 , 2018 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472018000100421&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 Set. 2018.

ROSA, C.; CARLOTTO, M. S. Síndrome de Burnout e satisfação no trabalho em profissionais de uma instituição hospitalar. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 1-15, dez. 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582005000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 Set. 2018.

UENO, L.G.S. et al. Estresse Ocupacional: Estressores referidos pela equipe de enfermagem. **Revista de Enfermagem – UFPE**, Recife, v.11, n.4, pp.1632-1638, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/15232/18002>> Acesso em: 09 Out. 2018.

VIDOTTI, V. et al. Síndrome de Burnout e o trabalho em turnos na equipe de enfermagem. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 26, n. 3022, pp. 3-4, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692018000100337&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 Out. 2018.

VARELLA, D.; Estresse. **Rev. UOL**, São Paulo, p.1, 17 jan 2012. Entrevista concedida a Alexandrina Meleiro. Disponível em: <<https://drauziovarella.uol.com.br/entrevistas-2/estresse>>. Acesso em: 03 Out. 2018.

SÍNDROME DO MEMBRO FANTASMA

Vitória T. Marto, Eliete J. B. Bighetti, e-mail: jbig@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

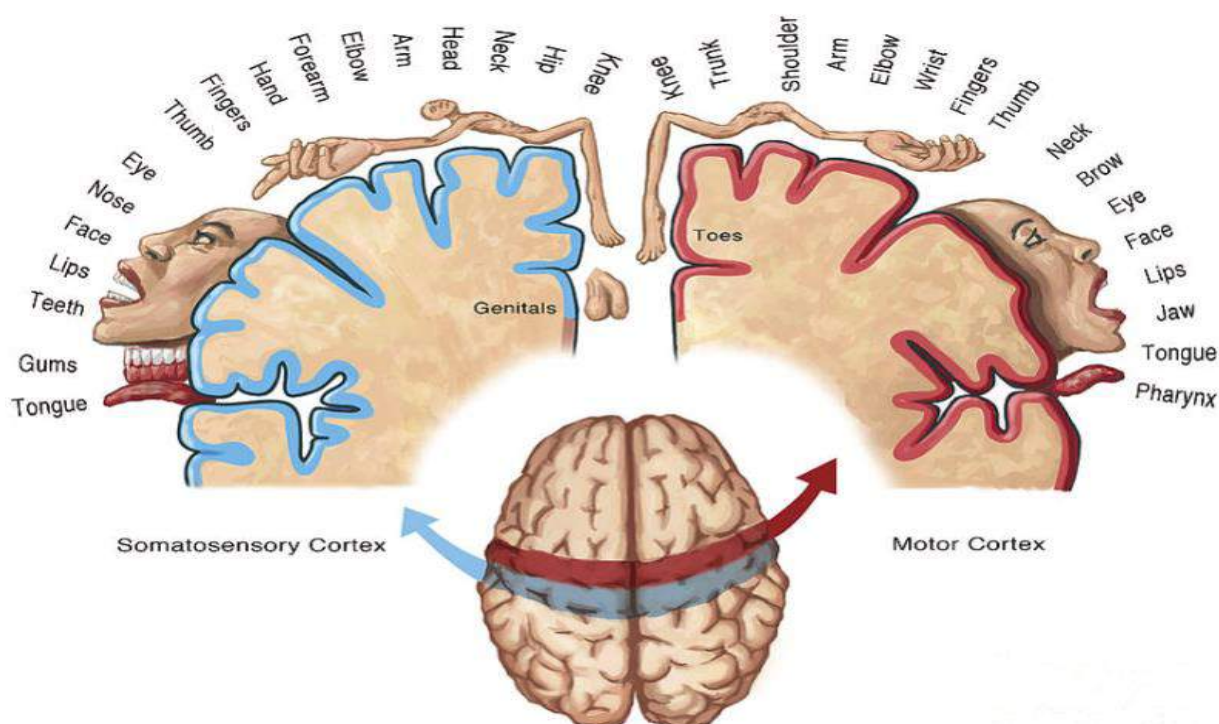
Membro fantasma é a experiência de possuir um membro ausente que se comporta similarmente ao membro real. A sensação da presença do membro após a sua extirpação é descrita por quase todos os indivíduos que sofreram amputação e, muitas vezes vem associada a dor, que varia em intensidade e duração de caso a caso (RAMACHANDRAN, 2004). Segundo Lent (2003, p.230), a dor é um mecanismo de demarcação de limites para o organismo, e de aviso sobre a ocorrência de estímulos lesivos provenientes do meio externo ou do próprio organismo, fazendo com que, seja desenvolvido todo um sistema sensorial próprio para veicular as informações nociceptivas. É importante notar que em todos esses casos os pacientes reconhecem que as sensações não são verídicas: eles experimentam uma ilusão, e não um engano (RAMACHANDRAN, 2004).

Alguns estudiosos afirmam que a síndrome do membro fantasma refere-se à dor neuropática, ou seja, dor sem causa aparente, provocada pelo mau funcionamento do sistema nervoso. No entanto, a dor sentida normalmente é intensa e tende a aumentar com o decorrer do tempo. De acordo com Lent (2003, p.235), a percepção da dor depende do contexto psicológico e social em que ela é provocada, e que em certo sentido a sua intensidade pode ser autocontrolada.

A dor fantasma é vista, mais comumente após amputação de membros superiores ou inferiores, mas também pode ocorrer após amputação de outras regiões corporais como mama, reto, pênis, língua e outros. Muitos indivíduos afirmam que o fantasma está na posição em que perderam o membro, além disso, relatam que quando o membro se movimenta em direção a um objeto, o fantasma penetra neste objeto, podendo também atravessar o próprio corpo do paciente. A sensação de ter um membro fantasma durante muito tempo despertou o medo da loucura, sendo motivo de segredo e até mesmo vergonha, fazendo com que os indivíduos omitissem dos médicos a sensação de ter um membro fantasma, devido ao receio de serem considerados insanos e malucos, pois acreditava-se que as sensações em partes

ausentes do corpo eram de origem psíquica, entretanto, as explicações psíquicas foram cedendo lugar às explicações fisiológicas (SCHILDER, 1989).

Sendo assim, segundo Schilder (1989), o membro fantasma pode ser entendido como a interação entre o que se detecta ao nível periférico (corpo) e o que se integra ao nível central (mente), sendo criada a aparência final do corpo no sistema nervoso. Como o ser humano está acostumado a ter um corpo por completo, o fantasma acaba sendo a expressão de uma dificuldade de adaptação a um defeito súbito de uma parte periférica importante do corpo. Além desse fator, o córtex cerebral, ainda possui uma área de representação da região amputada, o que dificulta o cessar das sensações corporais. Dessa forma, as sensações do membro fantasma são caracterizadas por fatores psíquicos e fisiológicos, que agem conjuntamente para expressar tal fator (SCHILDER, 1989).



2 METODOLOGIA

Este trabalho faz uso de procedimento técnico bibliográfico, sendo de caráter exploratório descritivo. Buscou-se como base em pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, que permite que se tome conhecimento dos materiais já publicados sobre o tema. Utilizou-se a base de dados online e livros. O desenvolvimento metodológico do presente trabalho foi elaborado através de pesquisa e levantamento bibliográfico, no

período de agosto a outubro de 2006, março a abril de 2007, dezembro de 2007, abril a junho de 2013 e outubro a dezembro de 2014. Foram utilizados os descritores Membro-Fantasma, Amputação e Dor Fantasma, o que permite rever a base científica do assunto abordado.

Sendo assim, desde o início da pesquisa, foram encontrados 15 artigos, entretanto, apenas 8 foram contemplados, esses por estarem de acordo com o propósito da discussão a ser abordada no presente trabalho. Seguiu-se a elaboração do plano de trabalho, interpretação e sintetização dos artigos contemplados para a composição deste estudo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A sensação de possuir um membro fantasma é muito real. Muitos indivíduos relatam que, logo que perderam a perna, por exemplo, sentiram o impulso de sair da cama e andar, e acabaram caindo, outras pessoas com mãos fantasmas já tentaram, até mesmo, atender o telefone, esses fatos são consequências da vívida sensação de um membro fantasma. Dentre os sintomas descritos por pacientes com essa sensação, os que se apresentam com maior frequência são: a dor “fantasma”, dormência, queimação, câimbra, pontadas, ilusão de movimento do membro, ou até mesmo, apenas a sensação de sua existência, pois encontra-se um existente conflito entre a perda anatômica, a imagem corporal cerebral, a memória sensitiva e aspectos psíquicos. O membro sai do corpo, mas não sai do cérebro, isso pode gerar o aparecimento das sensações fantasmas, algum desconforto e até dores crônicas de difícil tratamento (SCHILDER, 1989).

O cérebro humano possui um mapa corporal definido, cada parte do corpo tem uma localização específica no cérebro. Esse mapa é conhecido como homúnculo sensorial, temos um mapa motor e outro sensitivo, ou seja, um membro recebe instruções motoras do cérebro, da mesma forma que comunica questões sensitivas ao cérebro. A perda do membro não destrói integralmente esse caminho neurológico, o cérebro enxerga visualmente que o braço não está lá, mas recebe informações sensoriais que viriam daquele sítio. Para agravar ainda mais a condição, o cérebro está recheado de memórias prévias a amputação e a pessoa pode até sonhar com o membro íntegro. Para tanto, o ponto básico estava na investigação da relação entre a

anatomia do cérebro e as várias partes do corpo distribuídas e mapeadas no córtex cerebral (RAMACHANDRAN; BLAKESLEE, 2004).

Isto prova que, a experiência de dor fantasma é um resultado não de um único evento, mas da interação de vários efeitos neuronais.

Em relação ao tratamento dessa síndrome dolorosa, baseia-se no manuseio farmacológico e no tratamento dos aspectos físicos, psicológicos e comportamentais do paciente, e a intervenção cirúrgica pode ser utilizada sendo geralmente direcionado para o tratamento do neuroma do coto de amputação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista do exposto, conclui-se, que este trabalho se propôs a identificar as informações mais objetivas e aprimoradas a respeito das sensações em membros fantasmas, tema de extrema importância e ainda pouco explorado nos ambientes acadêmicos e clínicos de nosso país, possuindo como principal objetivo à reflexão em relação a assistência de enfermagem que será prestada ao paciente portador desta importante síndrome.

REFERÊNCIAS

BARROS, D. D.; Imagem corporal: a descoberta de si mesmo. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 12, n. 2, p. 547-54, maio-ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/hcsm/v12n2/19.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2018.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Diretrizes de atenção à pessoa amputada. Brasília, 2013. Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_pessoa_amputada.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2018.

CHINI, G. C. O.; BOEMER, M. R. A amputação na percepção de quem a vivencia: um estudo sob a ótica fenomenológica. **Revista Latino-am Enfermagem**, mar-abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v15n2/pt_v15n2a21>. Acesso em: 05 ago. 2018.

COMARÚ, M. N.; CAMARGO, C. A. Pacientes com amputação de membros inferiores. Problema de enfermagem. **Revista brasileira de enfermagem**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v27n2/0034-7167-reben-27-02-0164.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2018.

DEMIDOFF, Alessandra de Oliveira; PACHECO, Fernanda Gallindo; SHOLL-FRANCO, Alfred. Membro-fantasma: o que os olhos não veem, o cérebro sente. **Ciênc. Cogn.** Rio de Janeiro, v. 12, p. 234-239, nov. 2007. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212007000300022&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 04 ago. 2018.

LENT, R. Cem Bilhões de Neurônios: **Conceitos fundamentais de neurociência**. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2003.

MARQUES, A. M. F.B.; VARGAS, M. A. O. et al. O cuidado à saúde à pessoa com amputação: análise na perspectiva da bioética. **Texto e contexto – Enfermagem**, v.23, n.4, Florianópolis, out-dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v23n4/pt_0104-0707-tce-23-04-00898.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2018.

MORAES, M. F. B. et al. Bloqueio do sistema nervoso simpático para tratamento de dor do membro fantasma: relato de caso. **Rev. dor**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 155-157, jun. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1806-00132013000200017&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 04 ago. 2018.

PROBSTNER, D.; THULER, L. C. S. Incidência e prevalência de dor fantasma em pacientes submetidos à amputação de membros: revisão de literatura. **Revista Brasileira de Cancerologia**, 2006. Disponível em: <http://www.inca.gov.br/rbc/n_52/v04/pdf/revisao_literatura5.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2018.

RAMACHANDRAN, V. S.; BLAKESLEE, Sandra. Fantasmas no cérebro: **Uma Investigação dos Mistérios da Mente Humana**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SCHILDER, P. (1989). A imagem do corpo: **As energias construtivas da psique**. São Paulo: Editora Martins Fontes.

SITUAÇÃO VACINAL INFANTIL: FATORES QUE CONTRIBUEM PARA O ATRASO NO CALENDÁRIO RECOMENDADO

Josiane C. Zeber, Ivana R. Gonçalves, Pérola Cruz, email: perolacruz@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Segundo Rezende (2009), tais epidemias foram genericamente rotuladas de peste, embora muitas delas não tenham sido causadas pelo bacilo da peste *Yersinia pestis* e fossem, provavelmente, epidemias de varíola, tifo exantemático, cólera, malária ou febre tifoide.

Edward Jenner, médico inglês, foi o primeiro a publicar um trabalho sobre vacinação; por volta de 1878. Ele foi o autor da primeira vacina, ao descobrir que a inoculação do exsudato do vírus de vacinia (doença benigna) conferia imunidade à varíola (CREPE, 2009).

A vacinação consiste na aplicação de antígenos processados em laboratório, com o objetivo de promover no organismo reações de imunidade, preparando-o para uma eventual invasão por microrganismos patogênicos (MOLINA et al., 2007).

A introdução das vacinas no Brasil, se deu em 1904, frente ao quadro de epidemia de varíola na cidade do Rio de Janeiro, quando Oswaldo Cruz introduz a vacinação a toda população, inclusive com aprovação da lei da vacina obrigatória, com uso das brigadas sanitárias para uso da força se necessário (SEVCENKO, 2017).

Além das vacinas que compõem o calendário de rotina, outras se encontram disponíveis para portadores de condições clínicas especiais, nos Centros de Referência de Imunobiológicos Especiais (CRIE). O Brasil é um dos países que oferecem o maior número de imunobiológicos, de forma gratuita, aos grupos populacionais alvos (DOMINGUES; TEIXEIRA, 2013).

Tendo em vista a complexidade do atual Calendário Nacional de Vacinação, que dispõe de 14 vacinas para as crianças e cinco para os adolescentes, é fundamental que toda a população alvo frequente rotineiramente os serviços de saúde para acompanhamento de seu estado vacinal e realizar devidas atualizações preconizadas (BRASIL, 2017).

Mesmo com a divulgação do Programa Nacional de Imunizações (PNI), campanhas promovidas e a importância da vacinação, todos os anos muitas crianças

deixam de ser vacinadas pelos mais diferentes fatores, que abrangem desde questões culturais e econômicas dos pais, até causas relacionadas a crenças, superstições, mitos e credos religiosos (CREPE, 2009; BRASIL, 2017).

Quando analisado o impacto das ações de imunização infantil através das Estratégia Saúde da Família (ESF), verifica-se o aumento expressivo nas médias de coberturas vacinais de rotina, atingindo os índices preconizados pelo Ministério da Saúde, havendo, sucesso na realização de ações de imunização infantil de forma efetiva nos municípios e reduzindo dessa forma a morbidade das doenças alvo em evidencia no calendário infantil (GUIMARÃES et al., 2009).

A Portaria Ministerial n. 1.498, de 19 de julho de 2013, no âmbito do PNI descreve como função do enfermeiro: “O enfermeiro é responsável pela supervisão ou pelo monitoramento do trabalho desenvolvido na sala de vacinação e pelo processo de educação permanente da equipe” (BRASIL, 2014, p. 26).

O atraso vacinal é um problema que acomete a maioria das cidades brasileiras, tendo oportunidades perdidas diariamente nas Unidades Básicas de Saúde (BUJES, 2012).

Ter conhecimento sobre os fatores que causam esse atraso é de suma importância para identificar e atingir o público alvo que se encontra nessa situação e melhorar as ações e programas de vacinação (MOLINA et al., 2007).

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de campo, transversal, do tipo exploratória descritiva, metodologia essa que permite uma maior familiaridade entre o pesquisador e o tema pesquisado.

O cenário da pesquisa foi uma unidade de saúde do município de Bocaina/SP. O município conta com 12.004 habitantes, onde a maior parte da população mora na área urbana. O local do estudo trata-se uma Unidade da Estratégia Saúde da Família do referido município, em funcionamento desde 2008, com população total cadastrada de 3746 pessoas.

O instrumento utilizado foi um questionário semiestruturado por se tratar de um dos principais meios de investigação, para a coleta de dados, que abordou questões sobre o nível de conhecimento das mães sobre a importância da imunização infantil. Foi constituído de questões iniciais objetivas relacionadas à situação socioeconômica e

demográfica. Em seguida foram realizadas 10 questões abertas de caráter exploratório para compreensão do estado de conhecimento e fatores que contribuíram para o atraso.

A coleta teve início no mês de janeiro de 2018, se estendendo até o mês de março de 2018. Neste período, foi realizado levantamento dos arquivos de vacina das crianças com idade de 0 a 7 anos juntamente com a técnica de enfermagem responsável pela sala de vacina da unidade.

Para a realização de coleta de dados para o devido estudo foram utilizados os seguintes critérios de inclusão dos participantes: residir na área de abrangência da ESF, ser um dos pais ou responsável legal da criança de até 7 anos de idade que esteja com calendário vacinal em atraso. Os critérios de exclusão dizem respeito aos responsáveis por crianças que se mudaram para a área de abrangência de outra equipe de saúde, que não consigam ser contatados por meio de visita domiciliar no horário de funcionamento da unidade de saúde, ou que se negarem a participar da pesquisa.

Para análise dos dados foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo, da qual se refere a uma técnica de análise das comunicações, visando analisar as respostas colhidas nas entrevistas pelo pesquisador. Essa análise de material, tem como objetivo classificar em temas ou categorias que auxiliam na compreensão do que está por trás dos discursos coletados.

A presente pesquisa foi aprovada pela Comitê de Ética das Faculdades Integradas de Jahu, sob número de parecer 2467.313. Antes da coleta dos dados foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE 2) a cada participante, mantendo seu sigilo totalmente preservado, podendo desistir da participação da pesquisa em qualquer momento e ter acesso a informações adicionais através do CEP da referida instituição.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram encontradas 16 fichas espelho de 506 crianças em situação de atraso de menores de 7 anos, no decorrer do período de coleta de dados, que se deu entre os meses de janeiro a março do ano de 2018. Desses, 2 crianças e responsáveis não foram encontrados no endereço indicado, sendo realizadas 14 entrevistas com aqueles que se identificaram responsáveis pela criança.

Com relação ao responsável que se dispôs a participar da pesquisa, em sua maioria tratou-se da mãe da criança, 11, outros foram o pai, 01, a avó, 01 e madrinha, 01. Sendo eles, responsáveis legais das crianças em questão. Quanto ao nível de escolaridade dos entrevistados, 05 possuíam Ensino Fundamental incompleto, 06 Ensino Fundamental Completo e 03 o ensino médio completo.

A renda familiar dos entrevistados com base no valor do salário mínimo do Estado de São Paulo de janeiro de 2018 foi de: uma família com renda salarial abaixo do salário mínimo, 9 famílias com renda na faixa de um salário, 2 famílias com renda na faixa de dois salários mínimos e 2 famílias com renda de 3 salários mínimos.

Na sequência (QUADRO 1), serão apresentadas as crianças participantes da pesquisa por idade e vacinas em atraso.

QUADRO 1- Crianças participantes com vacinas em atrasos por idade e doses faltantes, na Unidade de ESF II de Bocaina-SP, 2018

Quantidade de crianças em atraso	Número Relativo %	Idade atual da criança	Idade em que deixou de ser vacinada	Vacinas em situação de atraso
1	7,14%	5 meses	3 e 4 meses	Penta, VIP, Rotavirus, Pneumo, Meningo
2	14,3%	7 meses	4,5,6 meses	Penta, VIP, Rotavirus, Pneumo, Meningo
2	14,3%	11 meses	9 meses	Febre Amarela
1	7,14%	1 ano e 4 meses	1 ano e 3 meses	DTP, Tetraviral, Hepatite A, VOP
1	7,14%	1 ano e 6 meses	1 ano e 3 meses	DTP, Tetraviral, Hepatite A, VOP
1	7,14%	4 anos e 3 meses	4 anos	DTP, VOP, Varicela
5	35,7%	5 anos	4 anos	DTP, VOP, Varicela
1	7,14%	6 anos	4 anos	DTP, VOP, Varicela

O quadro acima mostra uma distribuição variada entre as idades e vacinas em atraso das crianças em análise, tendo em destaque crianças com idade de 5 anos representando 35,7% do total de entrevistados que apresentaram as vacinas: DTP, VOP e Varicela em atraso na qual a idade atual recomendada para administração é de 4 anos. O atraso nessa faixa etária pode estar ligado, na maioria dos casos, a mudança ocorrida no calendário vacinal, no qual antes a idade recomendada era aos 5 anos.

Todos os entrevistados relatam possuir outros filhos além da criança em questão e ter em sua posse a caderneta de vacina original.

3.1 Educação Em Saúde E Comunicação

Um dos pontos abordados na entrevista foi a opinião dos familiares sobre as orientações em sala de vacina, específicas do processo de imunização. Ao serem questionados se receberam algum tipo de orientações, a maioria dos participantes (12) referiram que sim e apenas 2 relataram não ter recebido. Nesses casos, há a alegação de que a equipe de enfermagem orienta apenas se o responsável perguntar.

“Recebi. Elas (enfermeiras) são sempre atenciosas com minhas crianças, elas falam que pode dar febre, ficar vermelho no lugar que toma a vacina, daí elas também sempre falam que é para por uma toalhinha úmida que alivia a dor” (P13).

Com relação às orientações prestadas durante atendimento aos pais em sala de vacina, Muniz et al. (2012) afirmam que a educação em sala de vacina possui um papel importante no processo de comunicação com o cliente incluindo o diálogo entre ambos. O enfermeiro tem o dever de identificar os sinais de interesse das mães, sendo sugerido o estabelecimento de vínculo com os usuários, através do processo comunicativo entre os profissionais, mães e crianças contribuindo, assim, para uma melhor assistência prestada no atendimento.

3.2 Imunização E O Conhecimento Dos Familiares

Na presente pesquisa, também foi investigado o conhecimento específico dos familiares referentes ao processo de imunização. Quando questionados sobre o que era a vacina, calendário vacinal e qual a importância da vacinação, a maioria dos entrevistados sabe sobre a existência de um calendário a ser cumprido e acredita que vacinação está relacionado à prevenção de algumas doenças, não sabendo especificar exatamente quais.

“Eu não sei muito bem não, mas acho que é algum remédio que fazem em laboratório, hospital para a criança não ficar doente dessas doenças que dá por aí, que fala na televisão, a gripe” (P14).

A vacinação, especialmente, referente a lactantes e crianças na primeira infância, representa uma significativa atitude de prevenção de doenças infectocontagiosas. Há pouco tempo, tais doenças comuns na infância levaram ao óbito

e a sequelas um grande contingente de crianças, no Brasil e no mundo. Entretanto, sabe-se que quase dois milhões de crianças ainda continuam morrendo anualmente, devido a doenças que poderiam ser evitadas através da imunização (SOUSA et al., 2012).

3.3 Organização Do Serviço

Contribuindo ainda para o esclarecimento dos motivos que levaram ao atraso no cumprimento do calendário vacinal, apareceram falas que remontam a questões de organização do serviço de saúde.

Estiveram presentes falas de pais que afirmaram não terem levado seus filhos para vacinação devido à falta de registro na caderneta quanto à próxima dose necessária. Em outros casos, esse agendamento foi realizado para dia em que o serviço estava fechado, finais de semana, impedindo assim o comparecimento na data.

“Porque as enfermeiras não marcaram um dia prá ir tomar” (P06).

Para Tertuliano e Testein (2008), algumas atitudes devem ser seguidas para que elimine as oportunidades de vacinação perdidas nas unidades de saúde causadas por erros da equipe, como manter profissionais atualizados, comprometidos com a vacinação dos usuários que buscam os serviços de saúde, realizando a revisão sistematicamente da caderneta de vacinação da criança. Aumentando dessa forma as chances de um serviço de vacinação efetivo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo investigou os fatores que contribuíram para o atraso no cumprimento do atual calendário de vacinação recomendado para crianças até os 4 anos de idade, tendo surgido como destaques da discussão os processos de educação em saúde, comunicação entre a equipe e pais/responsáveis, o conhecimento dos familiares quanto às práticas de imunização e a organização do serviço.

Para garantir uma maior taxa de cobertura vacinal, é essencial que haja orientações adequadas aos pais/ responsáveis, sendo estas de responsabilidade do enfermeiro a fim de que aconteça uma conscientização sobre a grande importância da vacina. No que se diz a educação em saúde e comunicação, é indispensável que o profissional de saúde continue sendo capacitado, para que cada vez mais ocorra um

contato de confiança com a população repassando informações corretas desde os inúmeros benefícios à possíveis reações sobre a vacinação.

Erros de registro ou a ausência desses representam falhas importantes que levam à perda de oportunidades de vacinação e levam a descredibilidade do serviço e equipe. Portanto, é de extrema importância que os profissionais das unidades de saúde consigam sempre buscar compreender os motivos que levaram ao não comparecimento e busquem estratégias para facilitação desse processo e garantia de cobertura. Realizar as orientações necessárias a população e diminuir os atrasos vacinais, realizando também busca ativa de faltosos quando necessário, são alguns exemplos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento em Saúde de Vigilância Epidemiológica. **Informe Técnico Campanha Nacional de Multivacinação para Atualização da Caderneta de Vacinação da Criança e do Adolescente**. Brasília: Ministério da Saúde; 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BUJES, M. K. **Motivos do atraso vacinal em crianças**: uma pesquisa bibliográfica. 2012. 26f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Saúde Pública) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS, 2012.

CREPE, C. A. **Introduzindo a imunologia**: vacinas. 2009. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1816-6.pdf>>. Acesso em: 24 maio, 2017.

DOMINGUES, C. M. A. S.; TEIXEIRA, A. M. S. Coberturas vacinais e doenças imunopreveníveis no Brasil no período 1982-2012: avanços e desafios do Programa Nacional de Imunizações. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 9-27, jan./mar. 2013.

GUIMARÃES, T. M. R. et al. Impacto das ações de imunização pelo Programa Saúde da Família na mortalidade infantil por doenças evitáveis em Olinda, Pernambuco, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 04, p. 868-876, abr. 2009.

MOLINA, A. C. G. I. et al. Situação vacinal infantil e características individuais e familiares do interior de São Paulo. Maringá. **Acta Scientiarum. Health Science.**, v. 29, n. 2, p. 99-106, 2007.



MUNIZ, S. V. et al. Acolhimento do usuário de sala de vacinas. **Rev. Inic. Cient. Unilasalle**, v. 1 n. 1, p. 92-103, maio, 2012.

REZENDE, J. M. **À sombra do plátano**: crônicas de história da medicina. São Paulo: Editora Unifesp, 2009.

SEVCENKO, N. **A Revolta da vacina**. 2017. Disponível em: <http://www.historiadobrasil.net/resumos/revolta_da_vacina.htm>. Acesso em: 24 maio, 2018.

SOUSA, C. J. et al. Compreensão dos pais acerca da importância da vacinação infantil. **Rev. Enferm. Contemp.** Salvador, v. 1, n. 1, p. 44-58, dez. 2012.

TERTULIANO, G. C.; STEIN, A. T. **Atraso vacinal e seus determinantes: um estudo em localidade atendida pela Estratégia Saúde da Família**. Ciên. Saúde Col., v. 16, n. 2, p. 523-530, 2011.

TRANSTORNO AFETIVO BIPOLAR: ESPECIFICIDADES PARA O CUIDADO DE ENFERMAGEM

Karolayne N. Raimundo, Pérola L. B. C. e Silva
e-mail: perolacruz@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

O transtorno afetivo bipolar (TAB) trata-se de doença crônica, sendo importante tema para discussão e pesquisas, frente à sua complexidade e altos índices de morbidade e mortalidade. É caracterizado por alterações de humores com episódios de euforia, em diversos graus e por alterações dos estressores sejam ambientais, somáticos, de personalidade, história na família ou situações socioeconômicas (TOWSEND, 2014).

No TAB os portadores nem sempre possuem um conhecimento adequado da doença. Estima-se que somente 1% da população sabe que possui o TAB, iniciando-se principalmente em idades jovens, os 18 a 25 anos (MIASSO, 2012).

No idoso, o transtorno bipolar está geralmente associado a fatores orgânicos, enquanto na infância apresenta-se, frequentemente, com quadro atípico, dificultando o diagnóstico. (ABREU et al, 2006).

A média de idade da manifestação do transtorno bipolar é o início da segunda década de vida, e, após o primeiro episódio maníaco, o transtorno tende a ser recorrente. Do mesmo modo que ocorre com a depressão, o transtorno bipolar parece ser mais comum em pessoas solteiras. (TOWSEND, 2014)

Dentre as dificuldades relatadas no acompanhamento, está a questão da adesão ao tratamento medicamentoso, seja por falta de informação a respeito do quadro clínico ou efeitos indesejados. A correta adesão farmacológica e o apoio familiar, melhoram o prognóstico relatado. (PEDREIRA, 2012; MIASSO, 2012).

É fundamental associar junto ao tratamento medicamentoso o tratamento psicoterápico, onde o seu objetivo é o aumento ao tratamento regular, a redução dos sintomas, a identificação de pródromos sindrômicos e a prevenção de recaídas (TOWSEND, 2014).

O objetivo será compreender as especificidades dos cuidados de enfermagem ao sujeito em sofrimento mental com Transtorno Afetivo Bipolar.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa trata-se de uma Revisão Bibliográfica. Para tal, foi realizada busca na base de dados Lilacs, com os seguintes descritores: Enfermagem; Transtorno bipolar e Cuidados de enfermagem. Foram incluídos no estudo artigos disponíveis na íntegra, em português e que tratam da temática em questão. Foram encontrados 11 artigos e após aplicação dos critérios de inclusão e leitura de títulos e resumos, foram selecionados 08 trabalhos publicados entre os anos de 1999 e 2018. Posteriormente foi realizada análise descritiva do material encontrado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O transtorno afetivo bipolar (TAB) é um transtorno de humor que afeta os indivíduos de qualquer idade, mas principalmente os jovens, na maioria dos casos acontecem episódios de mania, depressão e ansiedade. As causas não são claramente definidas, porém acredita que esteja ligado a hierarquia e a eventos de situações estressantes. (MENEZES; MELLO, 2012).

Para Martins (1999) é um distúrbio do humor onde a fase maníaca da doença é caracterizada por alteração do humor, euforia intensa, onde ocorrem ideias e pensamentos grandiosos, aumento da libido, gastos excessivos, já na fase maníaca os pacientes possuem pensamentos acelerados.

A adesão medicamentosa pode ser um dos grandes problemas enfrentados não só pela família, mas também ao paciente. Os sinais e sintomas do paciente com TAB pode ser confundido com outros, e em relação ao fechamento do diagnóstico pode demorar, os pacientes usam remédios que não são totalmente adequados (MIASSO, 2018).

Familiares do portador de TAB afirmam que a aderência medicamentosa é um grande problema. A não adesão causa frequentemente as crises e recaídas, o suicídio, o uso de álcool e novas internações. A falta de conhecimento, tanto da família como do paciente, pode atrapalhar na frequência e dose dos remédios. (MONTESCHI et al, 2010)

Um dos principais papéis do enfermeiro e equipe enfermagem, está na educação em saúde. Informar sobre a doença, quadro clínico, a dose correta dos medicamentos, os horários certos e tirar todas as dúvidas. O TAB é um transtorno

psíquico com maior risco de tentativa de suicídio, devendo também a equipe estar atenta para sinais e falas/pensamentos que remetam a ideia. (PEDREIRA, 2012).

Já Sales et al (2013) relata a importância de ser realizado a Sistematização de Assistência de Enfermagem (SAE) onde é fundamental o uso de instrumentos, como o genograma (diagrama que ilustra a composição familiar ao decorrer das gerações e das etapas do ciclo familiar).

A psicoeducação é um tratamento adicional ao farmacológico, que tem intenção de inserir o paciente a comunidade, caracterizado como reabilitação psicossocial. Sua definição auxilia os programas e serviços que facilita a vida da pessoa com doença mental, cada tratamento depende de acordo com cada paciente, os objetivos a serem alcançados. A psicoeducação se empenha em modificar os aspectos negativos dos portadores de TAB fornecendo informações aos familiares, que muitas vezes acabam se afastando (MENEZES; SOUZA, 2011).

Segundo os mesmos autores, a psicoeducação auxilia os portadores de TAB a contribuir para que haja uma intervenção precoce.

Dentre as políticas de reorganização do cuidado em saúde mental, o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) é um serviço que substitui internações e auxilia os pacientes a não se isolarem da comunidade e de suas famílias. Sua meta é não seguir o modelo tradicional da atenção psiquiátrica, objetivando cuidado integral, analisar os sentimentos e criar vínculos com a família e o paciente (MOLL et al, 2009).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que transtorno afetivo bipolar é uma doença de origem não totalmente esclarecida, com poucas informações difundidas entre a população, o que leva a dificuldades em seu acompanhamento e adesão terapêutica.

Apresenta-se com um quadro variável, sinais e sintomas instáveis, manifestando-se principalmente em três formas: ansiedade, mania e depressão. O profissional tem que saber como tudo isso ocorre e auxiliar pacientes e seus familiares. Também cabe ao enfermeiro e equipe, o auxílio às questões ligadas à adaptação do sujeito e retomada às atividades diárias. A manutenção do lar, as atividades profissionais devem ser estimuladas, respeitando suas limitações e com divulgação de informações pertinentes à comunidade.

REFERÊNCIAS

- ABREU, C. N; SALZANO, F. T; VASQUES, F; CANGELLI FILHO, R; CORDÁS, T. A. **Síndromes psiquiátricas: diagnóstico e entrevista para profissionais de saúde mental.** Porto Alegre: Artemed, 2006.
- MARTINS, L. M. M. Assistência de enfermagem a pacientes com desordem bipolar e sentimentos da estudante de enfermagem: estudo de caso. **Revista Esc. Enf. USP**, v. 33, n. 4, p. 421-7, dez. 1999.
- MENEZES, S. L; MELLO, M. C. B. Implicações de um grupo de psicoeducação no cotidiano de portadores de transtorno afetivo bipolar. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, 46(1), 124-131. 2012.
- MENEZES, S. L., SOUZA, M. C. B. M. Grupo de psicoeducação no transtorno afetivo bipolar: reflexão sobre o modo asilar e o modo psicossocial. **Rev. Esc. Enferm USP**, v. 45(4), p. 996-1001, 2011.
- MIASSO, A. I; MERCEDES, B. P. D. C; TIRAPELLI, C. R. Transtorno afetivo bipolar: perfil farmacoterapêutico e adesão ao medicamento. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, 46(3), 689-695. 2012
- MOLL, M. F., SANTOS, T. A. P. P., AVENTURA, C. A. A. Sentimentos e percepções de familiares e de pessoas com transtorno bipolar acompanhadas em um Centro de Atenção Psicossocial. **Cienc Cuid Saude.** p. 477-483, jul/set. 2009.
- MONTESCHI, M, VEDANA, K. G. G., MIASSO, A. I. Terapêutica medicamentosa: conhecimento e dificuldades de familiares de pessoas idosas com transtorno afetivo bipolar. **Texto & contexto enferm;** 19(4): 709-718, oct.-dic. 2010.
- PEDREIRA, B, SOARES, M. H., PINTO, C. A. O papel do enfermeiro na adesão ao tratamento de pessoas com transtorno afetivo bipolar: o que os registros dizem?. **Rev. Eletronica Saúde Mental Alcool Drog.** v. 8, p. 17-24, jan/abr. 2012.
- SALES, D. S., OLIVEIRA, E. N., BRITO, M. C. C. C; RODRIGUES, T; SOUZA, A. Cuidados de enfermagem segundo a teoria de ordem: assistência a paciente com transtorno afetivo bipolar. **J. res.: fundam. care.** online, p. 311, jul/set. 2013.
- TOWNSED, M. C., **Enfermagem psiquiátrica: conceitos de cuidados da prática baseada em evidências.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

USO INDEVIDO DO ANTIBIÓTICO AMOXICILINA E O SURGIMENTO DE BACTÉRIAS PATÓGENAS RESISTENTES A ESSE MEDICAMENTO

Murilo R. Mellon, Stella L. F. de Melo, Tanize do Espírito Santo Faulin
e-mail: murafael.mellon@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Evidente é a expansão de espécies bacterianas que estão adquirindo resistência à medicamentos que combatem estas. Um fator que leva a essa resistência é o uso inadequado de antibióticos (ALVO et al., 2016). O uso de antibiótico sem a prescrição de um médico, e o uso contra algum tipo de dor, ou sintoma que aponte qualquer doença, que pode não ser necessariamente causada por um microrganismo patógeno tornam comum a presença de antibióticos na residência de vários brasileiros, como é o caso da Amoxicilina.

TORTORA et al., (2016) aponta que mesmo quando o uso de antibiótico é apropriado, os pacientes não o utilizam pela quantidade de tempo necessária como medicado, interrompendo o tratamento, matando assim boa parte da população bacteriana patógena existente em seu organismo, mas deixando cepas resistentes que mais tarde irão se reproduzir, deixando o medicamento cada vez menos eficaz. Esse irracional também gera a sobra de medicamento na residência de pacientes, facilitando o acesso à esse tipo de antibiótico.

O fácil acesso à Amoxicilina em residências brasileiras resultante do mal-uso citado anteriormente, associado à falta de acesso à informação, falta de profissionais que esclareçam uso de medicamentos, seguida por pouca ou nenhuma orientação no ato da dispensação do medicamento, faz com que o usuário abandone o tratamento precocemente, perca administrações ou ainda os utilize desnecessariamente, impulsionando a resistência bacteriana (FIOL et al., 2010).

Diante do fato de que a resistência de bactérias a Amoxicilina é um problema de saúde pública no Brasil, este artigo teve como propósito revisar e trazer esclarecimentos sobre este importante tema.

2 METODOLOGIA

O trabalho realizado foi executado através de pesquisa bibliográfica, abordando estudos atuais sobre o determinado tema, a partir da leitura de livros, artigos, sites e bulas de remédio.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este trabalho nasceu da importância de mostrar aos ouvintes desse encontro o que pode ocorrer como resultado do uso inadequado de antibióticos, frisando na Amoxicilina por ser um dos mais conhecidos, além do fácil acesso na residência de brasileiros.

O que é a Amoxicilina e qual é o seu mecanismo de ação nos microrganismos patogênicos? A Amoxicilina consiste em uma derivação do primeiro antibiótico ao qual tomamos conhecimento, descoberto por Alexander Fleming – a Penicilina –, é uma aminopenicilina semissintética do grupo betalactâmico de amplo espectro antibacteriano. Sua ação consiste na inibição da biossíntese do peptídeoglicano da parede celular bacteriana, principal componente dessa estrutura, onde em sua ausência pela inibição pode resultar na lise celular (ANVISA, 2018).

Como as bactérias podem se tornar resistentes a este medicamento? Essa questão é simples, porém com resposta complexa, a resistência pode acontecer, por exemplo, por uma mutação – que é quando existe uma alteração na sequência das bases de DNA bacteriano – que pode resultar em uma bactéria com maior patogenicidade, ou até mesmo com resistência a certo tipo de medicamento. Uma vez que essa mutação confira a bactéria a característica de resistência à medicações, ela pode reproduzir-se por fissão binária, transferir seu gene de resistência a outra bactéria por meio da recombinação, também conhecida como transferência gênica, por meio da conjugação, ou até mesmo através da transformação – onde uma bactéria após lise celular libera seu DNA no ambiente para que então outras bactérias acabem por encontrar e incorporar esse DNA ao seu, formando um DNA recombinante com resistência à drogas antibióticas (TORTORA et al., 2016).

A resistência a antibióticos β -lactâmicos, como a Amoxicilina, também ocorre por alterações cromossômicas em enzimas que sintetizam a parede celular, as chamadas proteínas de ligação à penicilina (PBPs). Tais alterações em PBPs são devidas a um

processo de mutação contínua que causa vários graus de resistência até a resistência clínica total (MALHOTRA-KUMAR et al., 2016).

Existem tipos diferentes de resistência a medicamentos entre as bactérias? Sim, onde os 4 principais são:

- prevenção da entrada no sítio-alvo dentro do micróbio – no qual as bactérias gram-negativas simplesmente não deixam com que o antibiótico entre através das estruturas denominadas porinas;
- inativação enzimática da droga;
- mudança do sítio-alvo da droga;
- ejeção rápida do antibiótico – onde a célula bacteriana age como uma bomba que expelle o antibiótico do meio intracelular, não deixando com que ele atinja concentrações consideráveis para dano a célula bacteriana.

Como a Amoxicilina pode ter relação com o surgimento dessas bactérias super-resistentes? Um estudo realizado na região nordeste do Brasil (LIMA et al., 2018), indica: “Foram distribuídos 1.651.516 antimicrobianos de 15 tipos diferentes dos quais a Amoxicilina (500mg) foi o mais distribuído (75%)” e ainda aponta “Estudos estatísticos realizados nas farmácias de UBS de outros três municípios brasileiros corroboram que dentre os medicamentos mais prescritos destaca-se a Amoxicilina como antimicrobiano predominante.”, sendo o antibiótico mais distribuído e prescrito, associado à falta de informação da população que para de tomar o antibiótico ao cessarem os sintomas – antes do fim da prescrição médica – faz com que as bactérias mais sensíveis ao antibiótico sofram a lise e acabem morrendo, mas os mais resistentes sobrevivam e se reproduzam, causando a doença novamente porém dessa vez com o antibiótico sem total eficácia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amoxicilina é um medicamento derivado da penicilina, é de amplo espectro, afetando diversas as bactérias tanto gram-positivas quanto gram-negativas, podendo gerar resistência de bactérias patogênicas como podendo gerar também a resistência dentro da microbiota normal do paciente.

Tendo o parágrafo acima em mente, podemos analisar várias medidas que podem ser tomadas por pacientes e profissionais da saúde para que diminuam as taxas de surgimento da bactéria super-resistentes. Uma dessas medidas é a prescrição

por parte dos médicos de medicamentos específicos e apropriados à determinadas situações, evitando utilizar antibióticos de amplo-espectro, já os pacientes podem fazer a sua parte cumprindo o tempo necessário prescrito pelo médico completando o tratamento – não somente tomar a medicação até cessarem os sintomas – além, de não utilizarem restos de medicamentos antibióticos para tratarem uma nova doença. Os pacientes não devem também consumir antibióticos prescritos para outra pessoa.

Adotando essas estratégias, TORTORA et al. (2016), indica que a indústria farmacêutica pode economizar muito, pois o custo para achar medicamentos novos que substituam os que já foram tomados pela resistência bacteriana é muito alto.

REFERÊNCIAS

ALVO, A.V. et al. Conceptos básicos para el uso racional de antibióticos en otorrinolaringología. **Rev. Otorrinolaringol**, v.76, p.136-147, 2016.

ANVISA. **Amoxicilina - Prati-Donaduzzi Cápsula 500mg**. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/datavisa/fila_bula/frmVisualizarBula.asp?pNuTransacao=2579622015&pldAnexo=2530601>. Acesso em: 08 out. 2018.

FIOL, F.S. et al. Perfil de prescrições e uso de antibióticos em infecções comunitárias. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, v. 43, n. 1, p.68-72, 2010.

LIMA, H. K. S. et al. Distribuição e custo de antimicrobianos na atenção primária. **Acta paul. enferm.** v. 31, n.1, São Paulo Jan./Feb, 2018.

MALHOTRA-KUMAR, S. et al., on behalf of the GRACE study group; Impact of amoxicillin therapy on resistance selection in patients with community-acquired lower respiratory tract infections: a randomized, placebo-controlled study, **Journal of Antimicrobial Chemotherapy**, v. 71, n.1, p. 3258–3267, 2016.

TORTORA, G.J.; FUNKE, B.R.; CASE, C.L. **Microbiologia**. 12ª ed. São Paulo: Artmed, 2016.

A ALTERAÇÃO DE LINGUAGEM E A INTERAÇÃO SOCIAL DE ESCOLARES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Heloisa De Souza Santos, Giovana Volpato Paleologo, Viviane Rodrigues,
e-mail: helosouza2014@outlook.com.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o número de crianças que nascem com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem aumentando rapidamente, proporcionando a busca por estudos que visem entender o que se passa na mente desta população. As crianças com TEA começam a dar sinais antes do bebê completar três anos de idade e é reconhecida pela falta de interação social, atraso no desenvolvimento da linguagem e problemas de comportamento, sendo as regras algo muito difícil de ser compreendida.

O autismo é considerado uma síndrome comportamental com etiologias múltiplas e curso de um distúrbio do desenvolvimento, sendo caracterizado sucintamente por déficit de interação social, visualizado pela inabilidade de relacionar-se com o outro, usualmente combinado com déficit de linguagem e alterações de comportamento (PERISSOTO, 2004. p. 933-40 apud VIVEIROS, 2008, p. 9).

Como exposto, os déficits na linguagem estão presentes e devem ser considerados para propostas de trabalho que busquem minimizar estes déficits. Neste sentido, este trabalho busca apresentar como ocorre o desenvolvimento normativo da linguagem em crianças que não possuem esse transtorno e realizar um paralelo de como os déficits no desenvolvimento afeta as crianças com TEA em relação a sua interação social com o meio no qual estão inseridos.

A comunicação é o meio mais importante dos seres humanos de interação, por isso o seu desenvolvimento é significativamente relevante para que haja um bom convívio social. Quando não ocorre a evolução esperada no momento ideal, é hora de começar a se preocupar e procurar ajuda de profissionais qualificados.

Segundo Navarro (1997 apud HOLLERBUSCH, 2001), a criança com TEA tem o seu desenvolvimento gravemente afetado, colocando sérias limitações à sua educação e integração social. Por isso, é importante levar em conta o trabalho que será realizado com o aluno autista dentro da sala de aula.

Lecionar para o autista é algo que precisa de muito empenho, pois esta é uma criança que possui peculiaridades que precisam ser entendidas e consideradas na hora de planejar o ensinamento. Há estratégias que podem e devem ser utilizadas para ter um melhor andamento, basta que educador se dedique e que tenha o apoio dos pais e de outros profissionais caso o aluno necessite de reforço individual.

Contudo, a alteração de linguagem e a interação social de escolares com transtorno do espectro autista é o tema deste estudo. Assim, buscará compreender a evolução de crianças com Transtorno do Espectro Autista que estão inseridas no processo de ensino aprendizagem e o seu desenvolvimento linguístico e social com os demais.

A evolução do autismo com a história deste transtorno, mostra como eram antigamente as teorias para explicar tal comportamento peculiar e um dos estudiosos mais importantes que iniciou o nome autismo foi Kanner, que observou o comportamento de onze crianças que tinham suspeita de possuir o transtorno. A partir desses estudos, escreveu um artigo que foi o marco para outros estudiosos começarem a pesquisar sobre este assunto.

Busca-se explicar como ocorre o processo normativo de aquisição de linguagem desde o momento do nascimento, para assim embasar o presente estudo e fazer uma ponte do que acontece quando o atraso na linguagem ocorre. Os principais autores utilizados para este processo normativo foram Wallon, Piaget e Vygotsky, pois acreditavam na teoria interacionista.

Serão apresentados pontos importantes sobre o autismo e como isso pode afetar seu desenvolvimento dentro do âmbito escolar, assim como também, sua vida social, pois a criança que tem dificuldades em se relacionar com os demais, provavelmente terá problemas em desenvolver sua comunicação, seja ela de qual forma for.

Contudo, tenta-se mostrar ao longo dos capítulos a importância de trabalhar de forma eficaz, explorando as estratégias e facilidades de cada criança, incentivando e estimulando o desenvolvimento da linguagem como forma de socialização na escola, principalmente, quando se tem uma criança que apresenta o transtorno dentro da sala de aula. Esta é uma pessoa que precisa ser incluída, trabalhando com seu potencial para haver a melhor evolução possível.

O objetivo do presente estudo é apresentar o desenvolvimento da linguagem em crianças com transtorno do espectro autista, bem como suas principais características e necessidades.

2 METODOLOGIA

Para a realização deste estudo, foi utilizado a pesquisa bibliográfica, com busca no banco de dados Google Acadêmico, onde foram utilizados artigos que abordavam o tema autismo e a linguagem dos mesmos.

O autismo vem sendo diagnosticado em crianças ao longo dos tempos e é algo que cresce com o passar dos anos. No entanto, muitas pessoas não sabem o que significa e quais os problemas que possuem. Também não sabem qual a melhor forma para tentar entender as especificidades destas crianças.

O tema ainda é algo novo, assim como o termo Transtorno do Espectro Autista, pois ainda há estudos para identificar o que ocasiona a mudança de comportamento, o atraso na linguagem, pois grande parte dos autistas não falam, e o isolamento do mundo que as rodeiam. Sendo assim, é importante compreender o que ocorre e qual a melhor abordagem a ser realizada quando estas crianças estiverem incluídas em salas do ensino regular, pois busca-se a evolução das suas três principais funções, para que se tenha uma vida mais estruturada ao longo dos anos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Busca-se neste trabalho mostrar como ocorre o desenvolvimento linguístico do Autista subdividido nos seguintes tópicos: A história do transtorno do espectro autista; O desenvolvimento normativo da linguagem; Pesquisas trazendo a tríade autista dentro do âmbito escolar.

A história do transtorno do espectro autista, que tem como principal foco descrever a história e sua evolução ao longo dos anos, mostrando como o indivíduo autista era visto em diferentes épocas e quando ocorreu sua legitimação. Kanner foi o primeiro que se dedicou aos estudos sobre o transtorno do espectro autista em que a concepção sobre o TEA foi modificada, pois assim conseguiram desenvolver métodos para auxiliar na aprendizagem e no seu desenvolvimento social.

Assim, as pesquisas sobre esse transtorno deram origem a teorias explicativas que auxiliaram a entender melhor o que ocorria. São elas: teoria comportamental, teoria da mente, teoria neuropsicológica, teoria psicanalítica e a teoria orgânica.

Após a definição do transtorno do espectro autista, outros transtornos com sintomas parecidos foram descobertos. Com isso deu-se o nome de Transtorno Global de Desenvolvimento, incluindo nesta categoria o Autismo, a síndrome de Asperger, a síndrome de Rett e o Transtorno Desintegrador da infância. Atualmente o TEA não é dividido em subcategorias, sendo denominado somente Transtorno do Espectro Autista.

Em seguida, discutiu-se sobre como ocorre o desenvolvimento normativo da linguagem, trazendo desde o início a concepção como meio de comunicação mais importante na relação com o meio, abordando autores como Piaget e Wallon. Para tanto, será discorrido sobre as fases de desenvolvimento da linguagem apresentando cada uma delas, que são: período pré-verbal e a aquisição da linguagem, aquisição dos aspectos formais, significativos e funcionais e a consciência fonológica.

Por fim, finalizou-se a pesquisa trazendo a tríade autista dentro do âmbito escolar, que se define por três comportamentos presentes na maioria dos indivíduos com o transtorno que são: desvio de comunicação, desvio das sociabilidades e desvios das imaginações e apresentaremos estratégias para que o professor possa intervir em sala de aula, amparado pela lei nº 12.764/12.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos realizados, conclui-se que o Transtorno do Espectro Autista possui características únicas, que quando reconhecidas devem ser estudadas, avaliadas e estimuladas da melhor forma possível. Ignorar as especificidades da criança, assim como muitas famílias que não aceitam o transtorno fazem, não irá trazer mudanças e evolução ao desenvolvimento destas crianças. É necessário pensar sobre como o mundo em que vivemos está mudando e que todos que vivem nele precisam entender para que serve esta evolução e qual o meio de evoluir gradativamente com ele.



REFERÊNCIAS

- HOLLERBUSCH, R. M. S. L. **O desenvolvimento da interação social das crianças com alteração do espectro do autista**. 2001. 186 f. Dissertação de mestrado – Universidade do Porto, Porto, 2001. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/10135/3/3899_TM_01_P.pdf>. Acesso em: 30 Ago. 2018.
- PALACIOS, J. (Orgs). **Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. 2º edição. Volume 3. São Paulo, 2004.
- VALMASEDA, M. Os problemas de linguagem na escola. In: COLL, C.; MARCHESI, A.,
- VIVEIROS, M. A. J. **Desenvolvimento linguístico no autismo**. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.crda.com.br/tccdoc/41.pdf>>. Acesso em: 29 de Ago. 2018.
- VOLKMAR, F.R.; LORD, C. Diagnosis and definition of autism and other pervasive developmental disorders. In: VOLKMAR, F.R (Org). **Autism and pervasive developmental disorders**. 2º edição. Cambridge University Press, 2007.

A APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Lilda Mazoni, Marilda Santos Fonseca, Ana Vera Niquerito Bozza.
e-mail: anavera.n@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A criança aprende através do input de informações que ocorre por meio dos 5 sentidos dentre eles a audição se destaca e quando ocorre qualquer dano que venham a interferir no processo da audição isso significa que existe uma dificuldade auditiva essa que é entendida como a redução ou ausência da capacidade para ouvir determinados sons devido a fatores que venham a comprometer as orelhas externas, media ou internas da criança. (BRASIL, 2015).

O processo de aprendizagem ocorre no sistema nervoso central, estrutura muito complexa e uma área de grande importância, em estudos em neurobiologia do aprendizado (RIESGO, 2015).

A base da aprendizagem está situada nas modificações estruturais e funcionamento dos neurônios e suas conexões e para isso as funções cerebrais são executadas por uma ação conjunta de neurônios formando sistemas funcionais (OHLWEILLER, 2015).

A educação é a principal responsável não só pela formação, mas também pela construção da identidade da criança com deficiência auditiva e paralela a esses possui o papel de manter a integração com o meio cultural, pois a pessoa de desenvolve na medida em vai interagindo e agindo com o mundo da diversidade e com o enriquecimento via coletivo dessa forma sendo o indispensável conviver com as diferenças (MICHLES; WELTER, 2015).

O trabalho do psicólogo no ambiente escolar tem como objetivo proporcionar um ambiente acolhedor, receptivo e preventivo, pois quando se trata de inclusão educacional de pessoas com qualquer tipo de deficiência o profissional toma a frente na preparação de todos os demais profissionais envolvidos, dando respaldo no sentido de ampliar o olhar sobre as necessidades do aluno e também fornece a poia a família e a comunidade. (RAMOS et al, 2016).

A importância deste trabalho justifica-se pela escassez na literatura sobre as ferramentas e metodologias utilizadas para mediar a aprendizagem do aluno no ambiente escolar.

Esse estudo tem como objetivo geral identificar as facilidades e dificuldades encontradas na aprendizagem de criança com deficiência auditiva e como objetivo específico descrever as estratégias para estimular as habilidades emocionais e cognitivas de criança com deficiência auditiva.

Os resultados obtidos evidenciaram que as facilidades encontradas foram à adaptação do uso de língua de sinais (Libras), adaptações no currículo escolar, apoio em sala de recursos e em sala de aula tradicional com professores e monitores capacitados. As dificuldades encontradas foram o despreparo dos professores que não tiveram formações específicas em libras e a falta de materiais de apoio para facilitar a adaptação.

As estratégias identificadas na literatura mostraram-se eficazes quando utilizados materiais adaptados que envolvam estimulações visuais, táteis e sinestésicas para facilitar o aprendizado deste aluno, bem como metodologias ativas que envolvam a participação de todos os alunos em sala de aula, visando desenvolvimento de habilidades sociais, aspectos cognitivos e emocionais.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho consiste em um estudo de natureza teórica, baseado na consulta à literatura da área, que visa descrever e compreender a aprendizagem da criança com dificuldades auditivas, bem como discutir a inclusão escolar. Para se atingir o objetivo pretendido procedeu-se à consulta à literatura da área, em bases de dados científicos, como Scielo e BVS-Psi, utilizando as seguintes palavras-chaves: deficiência auditiva e aprendizagem, inclusão, neuropsicológica e bullying. A consulta à bibliografia foi realizada a partir de materiais nos últimos 5 anos.

Tabela 1 - Dados da pesquisa por artigos

Palavra-chave pesquisada	Base de Dados	Quantidade de artigos, livros e teses encontrados
Deficiência auditiva e aprendizagem; inclusão neuropsicologia	BVS-Psi	13
Deficiência auditiva e aprendizagem; inclusão neuropsicologia	SciELO	40

Fonte: MANZONI, L.; FONSECA, M.S.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diferentes aprendizados acontecem em diferentes locais, mas também são consolidados em diferentes épocas, configurando as janelas maturacionais sendo assim o aprendizado não é uniforme ou puro em seu conteúdo, pois possuem componentes vindos de diferentes áreas, o conteúdo visual acontece nas áreas de associação visual, perto do lobo occipital; os que possuem conteúdo predominante auditivo ocorrem nas proximidades da área auditiva do lobo temporal já os que possuem maior conteúdo prático acontecem nos locais anteriores dos hemisférios cerebrais e suas conexões com o cerebelo, núcleos da base e sistema extrapiramidal (RIESGO, 2015).

A perda de deficiência auditiva é definida como a redução ou ausência da capacidade para ouvir determinados sons devido a fatores que venham a comprometer as orelhas externas, média ou internas (BRASIL, 2015).

É possível a minimização do impacto gerado pela deficiência auditiva e neste meio o profissional tem como foco auxiliar não só a criança portadora da deficiência auditiva como também ajudar a família a reduzir as dificuldades da comunicação. Para as autoras por assistência fonoaudióloga compreendem-se dois papéis o da realização da adaptação do sujeito ao uso de próteses auditivas proporcionando a criança uma boa qualidade auditiva e também por meio de orientação familiar um trabalho envolvendo a linguagem com o objetivo de estimulação nesse novo processo de desenvolvimento da audição (RABELO; MELO 2016).

Para a prevenção de déficits auditivos, é necessário que se estabeleça um cuidado já no pré-natal com o uso adequado de vacinas nas gestantes, pois a audição é de grande importância para o desenvolvimento social e da linguagem oral no sujeito, caso contrário suas alterações acabam por interferir de forma significativa comprometendo o processo de interação como meio (NASCIMENTO, 2014).

O ato de aprender possibilita o processo do desenvolvimento mental e motor da criança porém é o cérebro que define essa aprendizagem via de experiências e trocas e estímulos tanto internos como externos (AFONSO; MELLO, 2017).

A audição é de grande importância para que ocorra o processo de aprendizagem, em especial nos primeiros anos de vida da criança que ainda não tem acesso ou conhecimento da língua de vida da criança que ainda não tem acesso ou conhecimento da língua escrita, a integridade do sistema auditivo é primordial para que o processo da linguagem escrita ocorra de maneira eficiente. (STAMAPA 2015).

A educação é a principal responsável não só pela formação, mas também pela construção da identidade da criança com a deficiência auditiva e paralela a esses possui o papel de manter a integração com o meio cultural, pois a pessoa de desenvolve na medida em vai interagindo e agindo com o mundo da diversidade e com o enriquecimento via coletivo dessa forma sendo o indispensável conviver com as diferenças (MICHLES; WELTER, 2015).

A inclusão do aluno surdo ou com a deficiência auditiva deve acontecer já educação infantil indo até o ensino superior para isso utilizando recursos que são disponibilizados para que possam quebrar as barreiras que existem no processo educacional e usar seus direitos na cidadania de acordo com os princípios constitucionais dos pais (RUBIO; QUEIROZ, 2014).

A formação de docentes para atuar na educação inclusiva faz necessário estar pautada sobre as análises do conhecimento científico adquirido a respeito das competências e habilidades importantes para atuar nessa nova perspectiva dessa forma a atuação e a formação devem solidificar-se na reflexão e na criatividade. O profissional tem que possuir a capacidade de selecionar conteúdos, organizar estratégias e metodologias diferenciadas, que venham a favorecer a aprendizagem de todos (POKER et al, 2014).

De forma muito frequente os professores se mostram inseguros ansiosos e não se sentem preparados para atuar com os alunos com deficiência uma vez que a teoria estudada na universidade, muito pouco vem a somar para o trabalho com as demandas práticas do contexto escolar inclusivo (SILVEIRA; ENUMO; ROSA, 2012).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste trabalho foi possível concluir que a inclusão da criança com deficiência auditiva no ambiente escolar é favorável, porém é algo muito recente e que está acontecendo de forma gradativa e transformadora. Neste cenário surgiu um novo paradigma, no qual a inclusão é tida como uma realidade que além de ser inserida também tem que ser trabalhada no cotidiano da escola regular, pois é direito não só da criança com a deficiência auditiva, mas de todos aqueles que têm alguma necessidade especial, frequentar a sala de aula como os outros alunos.

REFERÊNCIAS

AFONSO, D. D.; MELLO, S. T. de. **Transtorno do Processamento Auditivo Central e suas Relações com a Neurociência e a Psicopedagogia**. Arquivos do Mudi, v. 21, n. 2, 2017. Disponível em: <<http://ojs.uem.br/ojs/index.php/ArqMudi/article/view/39440>>. Acesso em: 01 abr. 2018

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de Atenção da Triagem Auditiva Neonatal**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: <bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_triagem_auditiva_neonatal.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2018.

MICHELS, S.; WELTER, M. P. **Inclusão de Alunos com Deficiência Auditiva em Escolas de Ensino Regular. 2015**. Disponível em: <faifaculdades.edu.br/eventos/SEMIC/2014/5SEMIC/arquivos/resumos/RES18.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2018.

NASCIMENTO, M. L. **Prevenção de deficiência auditiva começa no pré-natal**. 2014. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/Secretarias/Saude/Noticias>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

OHLWELER, L. Fisiologia e neuroquímica da aprendizagem.

RIESGO, R. S. **Transtornos da aprendizagem – abordagem neurobiológica e multidisciplinar**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.



POKER, R. B.; MARTINS, S. E. S. de O.; GIROTO, C. R. M. (Orgs.). **Educação inclusiva**: em foco a formação de professores. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2016. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/educacao-inclusiva_ebook.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2018.

RAMOS, F. S. et al. **O papel do psicólogo escolar no processo de inclusão educacional de pessoas com deficiências**. 2016. Disponível em: <https://editorar.ealize.com.br/.../TRABALHO_EV060_MD1_SA12_ID3239_2010201>. Acesso em: 25 ago. 2018.

RIESGO, R.S. **Transtornos da aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar**. Artmed Editora, 2015.

RABELO, G. R. G.; MELHO, L. P. F. de. **Orientação no processo de reabilitação de crianças deficientes auditivas na perspectiva dos pais**. Revista CEFAC, v. 18, n. 2, 2016. p. 362-368. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-0216201618212515>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

RUBIO, J. A. S., QUEIROZ, L. S. **A aquisição da Linguagem e Integração Social: A LIBRAS como formadora de identidade do surdo**. Revista Eletrônica Saberes da Educação, São Roque/SP, v. 5, n. 1, 2014. Disponível em: <docs.uninove.br/artefac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Luana.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.

STAMPA, M. **Aprendizagem e desenvolvimento das habilidades auditivas: entendendo e praticando na sala de aula**. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2015.

SILVEIRA, K. A.; ENUMO, S. R. F.; ROSA, E. M. **Concepções de professores sobre inclusão escolar e interações em ambiente inclusivo: uma revisão da literatura**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 18, n. 4, out./dez., 2012. p. 695-708. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/viewFile/6661/5485>>. Acesso em: 20 ago. 2018.



A ATUAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO: UMA REFLEXÃO SOBRE SEU PAPEL NO COTIDIANO ESCOLAR

Naiara Fernanda Pereira Rodrigues, Wanderlei Gabini
e-mail: rodrigues.naiara7@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A atuação do coordenador pedagógico tem grande importância dentro do ambiente escolar, pois, ele auxilia no processo ensino-aprendizagem. Segundo Alves (2013 apud ARAUJO; RODRIGUES; OLIVEIRA, 2017, p. 3896), o papel da coordenação pedagógica “é entendido para melhorar a prática docente via formação continuada na escola”. Destaca, ainda, que precisa conhecer as necessidades da equipe escolar para que possa orientar melhor.

De acordo com Araújo, Rodrigues e Oliveira (2017), além de contribuir para a educação dentro da sala de aula, o coordenador colabora para a formação continuada dos docentes que atuam em sua escola. Esse profissional ajuda os professores a expandir os seus conhecimentos, preparando-os e auxiliando-os para as diversidades encontradas na rotina educacional. De acordo com Placco (2010, apud ARAÚJO; RODRIGUES; OLIVEIRA, 2017, p. 3900), “refletir sobre esse cotidiano, questioná-lo e equacioná-lo podem ser importantes movimentos para que o coordenador pedagógico o transforme e faça avançar sua ação e a dos demais educadores da escola”.

Para que a interação entre coordenador e educador seja adequada e produtiva, é necessário que o coordenador utilize a liderança e gestão de pessoas de modo apropriado. De acordo com Lück (2011), um bom líder tem a facilidade de se comunicar com os demais, mantendo um bom relacionamento, de modo equilibrado. Apropria-se de boas técnicas, que o ajudará a influenciar outras pessoas, mantendo o respeito e a visão de que está lidando com seres humanos.

Tratando-se de um espaço de transformação, a escola deve praticar a liderança e a gestão com base na confiança, estímulos e ideias que farão o espaço progredir. O gestor deve deixar de lado a postura de chefe e exercitar a de líder, pois, de acordo com Martins (2010, apud CABRAL; SOUZA; NASCIMENTO, 2015, p. 147), o líder “não toma decisão pelo subordinado, mas influencia sua decisão, dá oportunidade à sua

iniciativa, principalmente quando o mesmo é perito no assunto”. Uma liderança que seja contrária a estes princípios pode causar problemas interpessoais no corpo docente.

Nessa visão, os educadores, juntamente com o coordenador pedagógico, devem buscar a formação de cidadãos com uma consciência crítica, seres reflexivos e cientes sobre o poder e atuação que devem ter na sociedade. O coordenador pedagógico, mesmo sendo um profissional que traz a possibilidade de transformações dentro do espaço escolar, ainda tem dificuldade em fazer seu trabalho, pois depende de políticas públicas que apoiem o seu trabalho.

Este trabalho tem como objetivo analisar o papel do coordenador pedagógico no ambiente escolar, e sua relação com o processo educativo.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesse estudo está centrada em uma pesquisa do tipo bibliográfica, realizada com base em livros, artigos, dissertações e teses. De acordo com Lima e Mito (2007), esse tipo de estudo de pesquisa é baseado em um grupo ordenado de técnicas em busca dos resultados.

Gil (1994, apud LIMA; MIOTO, 2007) assinala esse modelo de pesquisa permite obter muitas informações e resultados, utilizando os dados de publicações diferentes, adquirindo diversas definições do conceito que está sendo estudado. Na pesquisa bibliográfica a leitura é o principal método de se obter informações, pois é através dela que o pesquisador coletara os dados adequados.

Após a identificação das ideias principais trazidas a partir da análise do material escolhido, o trabalho passa pela etapa de categorização, organizando os aspectos que são comuns, dentre os elencados, estabelecendo-se as categorias de análise.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em relação à coordenação pedagógica no ambiente escolar “deve-se primar pelo significado que tal cargo deve exercer em nível de liderança e condução dos trabalhos pedagógicos da unidade de ensino” (LIMA; SANTOS, 2007, apud ARAÚJO; RODRIGUES; OLIVEIRA, 2017, p. 3899).

Segundo Araújo, Rodrigues e Oliveira (2017) o coordenador, juntamente com a comunidade escolar (direção, professores, funcionários, alunos e pais), pratica e produz as ideias que estão propostas no Projeto Político Pedagógico da escola, empenhando-se para buscar práticas que melhorem a ação educativa dentro do espaço escolar. Segundo a proposta dos autores, o coordenador pedagógico é um dos responsáveis pelo sucesso da escola em que está inserido, encarregado desde a aprendizagem do aluno, até a organização da escola e a formação continuada dos professores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O coordenador é um profissional essencial para o processo de transformação e mudança da escola. Vasconcellos (2004, apud ARAÚJO; RODRIGUES; OLIVEIRA, 2017, p.3904) assinala:

Poderíamos dizer que a coordenação pedagógica é a articuladora do Projeto Político Pedagógico da instituição no campo pedagógico, organizando a reflexão, a participação e os meios para a concretização do mesmo, de tal forma que a escola possa cumprir sua tarefa de propiciar que todos os alunos aprendam e se desenvolvam como seres humanos plenos partindo do pressuposto de que todos têm direito e são capazes de aprender.

Cabe ao coordenador pedagógico trabalhar em busca de uma educação de qualidade, motivando alunos e professores, no sentido de uma melhoria no desempenho escolar. Esse profissional também deve buscar a implementação de métodos de ensino que sejam inovadores e de qualidade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Viviane da Silva. RODRIGUES, Uélhia de Jesus. OLIVEIRA, Sandra Alves de. **Atuação profissional do coordenador pedagógico: desafios e contribuições**. Seminário Gepraxis, 2017, v. 6, n. 6, p 3895-3910, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/viewFile/7504/7258>>. Acesso em: 23 set 2018.

CABRAL, Mozanilde Santos Nunes. SOUSA, Mônica Teresa Costa. NASCIMENTO, Alberico Francisco. **Estilos de liderança no contexto da gestão escolar democrática: algumas apreciações**. Signos, 2015, p. 140-149. Disponível em: <<http://www.univates.br/revistas/index.php/signos/article/viewFile/800/790>>. Acesso em: 10 ago 2018



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

LIMA, Telma Cristiane Sasso de. MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.** Ver. Katál, 2007, v.10, n. esp, p. 37-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>>. Acesso em: 01 Out 2018.

LUCK, Heloisa. **Liderança em gestão escolar.** Série cadernos de gestão. 7. ed. Petrópolis. Vozes: 2011.

OLIVEIRA, Juscilene da Silva. GUIMARÃES, Márcia Campos Moraes. **O papel do coordenador pedagógico no cotidiano escolar.** Revista Científica do Centro de Ensino Superior Almeida Rodrigues, ANO I - Edição I - Janeiro de 2013. Disponível em: <<https://www.faculadefar.edu.br/arquivos/revista-publicacao/files-19-0.pdf>> . Acesso em: 12 ago 2018.



A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO HOSPITALAR EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA

Livia Maria Lopes, Maria Andrele Mariano, Adriana Campos Meiado
e-mail: andrele-mah@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho parte da premissa de que, é necessário investigar como se dá a atuação do psicólogo em Unidades de Terapias Intensivas. Este cenário é visto como um local de terminalidade, ou seja, é temido por pacientes e familiares, pois, estes já possuem suas crenças e estigmas que foram construídos ao longo da vida. Vale ressaltar que a Unidade de Terapia Intensiva, caracteriza-se por uma unidade onde são realizados diversos procedimentos, e um local de atenção totalmente cuidadosa. Este é visto como uma ameaça a vida e evolução do paciente, visão esta construída pelo fato de não haver conhecimento acerca do trabalho realizado dentro deste local.

Este ambiente pode desencadear uma série de transtornos e distúrbios psicológicos, a pacientes e familiares, estes estão diretamente ligados a hospitalização e adoecimento naquela unidade. Com isto inúmeras questões surgiram diante da temática “atuação do psicólogo hospitalar em Unidade de Terapia Intensiva”. Questões que versam sobre: como é a atuação do psicólogo hospitalar na Unidade de Terapia Intensiva? Qual a demanda mais presente para o psicólogo junto a Unidade de Terapia Intensiva? Como se dá a relação do psicólogo com a equipe multiprofissional na Unidade de Terapia Intensiva? Em qual circunstância o psicólogo presta auxílio e apoio as famílias dos pacientes em Unidade de Terapia Intensiva?

Desta forma, o psicólogo quando em atuação neste contexto permite que o paciente tenha uma expressão livre de seus sentimentos, medos e desejos para lhe proporcionar uma elaboração do processo de adoecimento. E com isso lhe trazer alívio ao sofrimento que ocorre naquele momento.

Conforme afirma Lustosa (2007), uma de suas maiores contribuições dentro desta Unidade está pautada em manter um bom fluxo comunicacional, e mediação de conflitos entre paciente-médico-família, facilitando o envolvimento entre ambos para a

transmissão de informações à cerca do estado de saúde de seu ente, este também acolhe familiares dos paciente que estão hospitalizados, assegurando e favorecendo espaços convenientes para a expressão de emoções que ocorrem no processo de hospitalização.

Desta forma nota-se a importância do psicólogo hospitalar no auxílio às pessoas hospitalizadas, e seus familiares que os acompanham durante todo processo de hospitalização, proporcionando uma forma de lidar com suas angustias, o alívio dos sintomas e a melhora do seu bem-estar.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho tem como base, a pesquisa bibliográfica e metodológica. Segundo Gil (2002) a pesquisa bibliográfica é um levantamento de dados, cujo meio são, livros e artigos científicos, com base em materiais já elaborados e publicados.

Realizaram-se pesquisas em materiais científicos acessados em meio bibliográficos, além de fontes de bases de dados como: Bvs-psi, Lilacs, Google Acadêmico e Scielo. Para tanto, a coleta de dados utilizou-se das palavras-chaves: Unidade de Terapia Intensiva; Família; Psicologia Hospitalar; Atuação do Psicólogo Hospitalar; Psicólogo Intensivista e Psicologia Hospitalar atendimento familiar, para busca dos títulos a serem selecionados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foi após a segunda guerra mundial, que os primeiros contatos de psicólogos com os profissionais da medicina ocorreram, ainda com o olhar bastante limitado, os pediatras, obstetras e endocrinologistas começaram a fazer os encaminhamentos para um atendimento psicológico, porém, com o objetivo apenas de realizar o psicodiagnóstico tendo então, uma visão ainda limitada sobre o paciente, entendendo o paciente somente como um sujeito doente e não como um todo, ou seja, um ser que encontra-se frágil por ter sido retirado abruptamente de sua rotina, devido seu estado de adoecimento, e que por conta disto poderá passar por procedimentos invasivos (CANTARELLI, 2009).

A partir deste contexto então é que surge a Psicologia dentro do âmbito hospitalar perante a importância de se refletir sobre como se deve o atendimento

humanizado ao paciente crítico, visando o reconhecimento e os meios do processo de um tratamento invasivo que o paciente necessita se submeter para garantir a sua vida (GUSMÃO, 2012 apud SILVA; GOMES, 2017).

No que tange este processo de humanização, a equipe pode abordar alguns aspectos considerados importantes no decorrer do tratamento do paciente hospitalizado, bem como, gestos simples e comuns sendo eles, entrar em contato com o paciente sempre chamando-o pelo seu nome, mantendo o tom da voz calma e em volume natural, olhar atento e voltado ao paciente, prestando-lhe informações a respeito de procedimentos que serão realizados com o mesmo, atitudes estas que se configuram como fator importante durante este processo. (SILVA; CONTRIN, 2007).

Contudo, atuação do psicólogo hospitalar dentro de equipes multiprofissionais, é considerada parte fundamental como fonte de informação entre paciente-equipe-família. Este trabalha como facilitador no processo de estabelecimento de vínculos, com bases para construção de confiança entre paciente e equipe, atuando também como, mediador de conflitos. Será mediador tanto nas relações entre os profissionais da equipe, quanto nas relações da equipe com os pacientes (DOMINGUES et al, 2013).

Além disto, quando se fala em família neste contexto. Montefusco, Bachion, Nakatani (2008), referem-se à humanização não só como uma forma de acolher e dar suporte emocional para os familiares, mas também como uma forma de proporcionar condições que favoreçam seu acompanhamento no processo de hospitalização de seu ente.

O atendimento psicológico dentro do ambiente hospitalar, têm o intuito de acolher e manter uma relação de confiança com o paciente e sua família, esta relação visa a redução do sofrimento de ambos no momento da internação (ROSA, 2012 apud SASSI; OLIVEIRA; 2014).

Estes familiares precisam estar sob o olhar do Psicólogo Hospitalar, pois, são considerados como parte influente de força positiva, bem como, afetiva, no trabalho para com o paciente. Os mesmos sinalizam a principal fonte de vínculo com a vida, e parte essencial de enfrentamento da dor e sofrimento, sendo assim, imprescindíveis para a motivação do paciente, ajudando-o direta ou indiretamente (TRUCHARTE; KNIJNIK; SEBASTIANI, 2010).

Portanto, o psicólogo por sua vez, deve trabalhar sempre o favorecimento entre as relações humanas, facilitando uma visão global entre a equipe relacionado ao paciente, com o objetivo de que, além das reações emocionais que o paciente apresente, o sofrimento psíquico também seja notado e cuidado. Trabalhando também a necessidade ter um foco no paciente como pessoa, auxiliando que o cuidado seja voltado para suas necessidades (ISMAEL, 2010).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho partiu da premissa de que a Unidade de Terapia Intensiva se constitui como um ambiente hostil a pacientes e familiares, os mesmos possuem crenças negativas e olhares temidos quando se fala sobre uma possível internação neste local, isto deve-se ao fato de não terem conhecimento á respeito de todo o trabalho, e cuidado realizado dentro deste local.

Com isto, a atuação do psicólogo intensivista torna-se imprescindível dentro deste âmbito. Neste, o mesmo desenvolverá estratégias com o paciente que vão de encontro com a aceitação de sua internação, trará de volta sua identidade e dignidade dentro daquele local, fazendo com que aquele paciente seja visto com um ser humano, e não mais uma doença ou leito de internação.

No que se refere a família deste paciente, a psicologia tem como intuito minimizar a sobrecarga de emoções que vêm em conjunto com a hospitalização de seu ente, desenvolvendo e estratégias de enfrentamento para que consigam lidar com todo o processo que abarca o tratamento dentro da Unidade de Terapia Intensiva.

Tendo isto em vista, é possível considerar a atuação deste psicólogo como um fator importante dentro de todo o processo de hospitalização do paciente e de sua família, trazendo à tona o máximo de humanização e bem-estar que cabem a ambos.

REFERÊNCIAS

BECCARIA, L. M. et al. **Visita em Unidades de Terapia Intensiva: concepção dos familiares quanto à humanização do atendimento.** Arq Ciênc Saúde, São José do Rio Preto, abr/jun 2008. Disponível em: <http://repositorio-racs.famerp.br/racs_ol/vol-15-2/id%20263.pdf>. Acesso em: 14 out. 2018.

CANTARELLI, A.P.S. **Novas abordagens da atuação do psicólogo no contexto hospitalar.** CRAS- Centro de Referência de Assistência Social, Rio de Janeiro, v.12, n. 2, p 137-147, dez. 2009. Disponível em:

<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rsbph/v12n2/v12n2a11>>. Acesso em: 24 fev. 2018.

DOMINGUES, G.R; ALVES, K.O; CARMO, P.H.S; GALVAO, S.S; TEIXEIRA, S.S; BALDOINO, E.F. **A atuação do psicólogo no tratamento de pacientes terminais e seus familiares.** Grupo Kroton Educacional, Rondonópolis, MG, v. q, n. 1, p 2-24, nov. 2013. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ph/v11n1/v11n1a02.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

FARIA, H.M.C; CARVALHO, J.C; TELLES, K.M.A. **O processo de humanização no acolhimento às famílias de pacientes hospitalizados.** Revista Psique, Juiz de Fora, v.2, n.2, p 95 – 109, jan. 2017. Disponível em: <

file:///C:/Users/Maria%20Andrele/Downloads/1240-2986-1-SM%20%25281%2529%20(2).pdf>. Acesso em: 14 out. 2018.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisas.** 4ºed. São Paulo. Atlas, 2002.

ISMAEL, S. M. C. **A prática psicológica e sua interface com as doenças.** 2º ed, São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. (Coleção especialização e psicologia hospitalar; v.1)

JUNIOR, G. D. A. et al. Humanização em Unidades de Terapia Intensiva: uma visão do ponto de vista do profissional de enfermagem. **Itinerarius Reflectionis**, Jataí, v.11, n.1, 2015. Disponível em:

<<https://repositorio.bc.ufg.br/xmlui/bitstream/handle/ri/11060/HUMANIZAÇÃO%20%20EM%20%20UNIDADES%20%20DE%20%20TERAPIA%20%20INTENSIVA%20%20UMA%20VISÃO%20DO%20PONTO%20DE%20VISTA%20DO%20PROFISSIONAL%20DE%20ENFERMAGEM.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 18 out. 2018.

LUSTOSA, M. A.. **A Família do Paciente Internado.** Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar, Rio de Janeiro, v.10 n.1 jun, 2007 Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582007000100002>. Acesso em: 18 out. 2018.

MONTEFUSCO, S. R. A; BACHION, M. M; NAKATANI, A. Y. K. Avaliação de famílias no contexto hospitalar: uma aproximação entre o Modelo Calgary e a Caxonomia da Nanda. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, Jan-Mar 2008. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n1/08.pdf>>. Acesso: 20 out. 2018.

SASSI, A; OLIVEIRA. S. Os desafios do psicólogo no atendimento a pacientes internados no pronto socorro. **Psic. Rev. São Paulo**, v. 23, n.1, 97-107, 2014. Disponível em:

<<https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/viewFile/20216/15041>>. Acesso em: 14 out. 2018.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

SILVA, N. D.; CONTRIN, L. M. Orientações do enfermeiro dirigidas aos familiares dos pacientes internados na UTI no momento da visita. **Arquivo Ciências da Saúde**, v. 14, n. 3, p. 148-152, jul/set. 2008. Disponível em: <http://repositorio-racs.famerp.br/racs_ol/vol-14-3/IIIDDD204.pdf>. Acesso em: 14 out. 2018.

SILVA, W.P; GOMES, I.C.O. Atuação do psicólogo na unidade de terapia intensiva: uma revisão integrativa da literatura. Ver. **Psicol Saúde e Debate**, v.3, n.2, p 44 – 52, dez. 2017. Disponível em: < file:///C:/Users/Maria%20Andrele/Downloads/176-Manuscrito%20do%20artigo-543-1-10-20171118%20(2).pdf>. Acesso em: 3 out. 2018.

TRUCHARTE, F. A. R; KNIJNIK, R. B; SEBASTIANINI, R. W. Psicologia hospitalar, teoria e prática. In: CAMON, V. A. A. Pacientes Terminais: um breve esboço. 2º ed, São Paulo, 2010, p 91.



A EDUCAÇÃO NO BRASIL: TRANSFORMAÇÕES QUE NÃO MODIFICAM A QUALIDADE DE ENSINO

Tamires Bueno Lugão, Thais Martins de Oliveira, Lucia Helena Ormelese de Barros, e-mail: thaismartinsjau@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Para entender a educação brasileira é preciso reconhecer a sua origem, seus avanços e retrocessos através da história e de suas necessidades. No decorrer dos anos houve reformas educacionais direcionadas para suprir as necessidades da época. É evidente que ao longo da história do Brasil conquistamos muito o direito constitucional e educacional e muitas transformações foram promovidas, mas ainda luta-se contra uma deficiência educativa e existe um grande número de analfabetos ou analfabetos funcionais nas escolas públicas.

O tema “A educação no Brasil: transformações que não modificam a qualidade de ensino” foi desenvolvido pela necessidade de que é ainda pouco discutida no âmbito acadêmico científico. Além deste fator e aliado a ele, é um tema que muitas vezes apresenta contradição no espaço escolar.

Para atingir o objetivo proposto de compreender fatores históricos da educação, foi desenvolvida a pesquisa, de abordagem bibliográfica, tomando como aporte teórico a qualidade de ensino. A pesquisa está organizada em dois pontos relevantes, o primeiro discorre sobre o surgimento da educação no Brasil com suas leis e reformas. O segundo analisa a qualidade do ensino atual e suas mudanças históricas insuficientes para resultados ideais.

O cenário que se desenha em torno dessa temática envolve os profissionais da educação, as leis, as reformas que, por vezes, encontram-se em dúvida quanto à qualidade do ensino público. Este possui descrédito na sociedade, pois muitos optam por instituições particulares por não acreditar no ensino público e em seus objetivos. Isso porque a escola pública mostra baixos resultados nas avaliações externas do SARESP¹, Prova Brasil², ENADE³ e ENEM⁴ em comparação as escolas particulares, que possuem maior investimento e comprometimento com a qualidade de ensino.

¹SARESP: Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo.

Dando ênfase na qualidade educacional do Brasil, pode-se dizer do pouco comprometimento com a carreira do profissional da educação, que é desvalorizada pela falta de investimento na formação contínua do professor, a falta de qualidade dos projetos pedagógicos e a improdutividade administrativa dos estabelecimentos escolares. Sendo assim, investimentos e políticas educacionais podem atender as novas exigências do mercado de trabalho.

Diante deste contexto, precisa-se de um olhar diferenciado para a educação, entendendo sua trajetória histórica e seus avanços e retrocessos para poder propor melhorias na qualidade de ensino. Assim, procurou-se mostrar o descompasso entre o discurso oficial (leis) e o discurso social que demonstra uma prática cotidiana escolar com intensos problemas pedagógicos. Então, os apontamentos apresentados terão como base fomentar novas discussões sobre o tema.

2 METODOLOGIA

Este estudo se desenvolveu por meio de uma pesquisa bibliográfica no âmbito da educação brasileira, através de artigos, trabalhos acadêmicos e demais literaturas acerca do assunto central.

De forma mais específica, a análise teve como norte refletir os problemas referentes à educação pública brasileira e quais seriam os possíveis meios de aprimorá-la. Para isso, traçou-se um percurso de estudo sobre o surgimento da educação no Brasil, bem como sua evolução através dos anos, e sobre o mundo contemporâneo em contraste ao papel e valorização do docente no país.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A educação no Brasil tiveram início na era colonial em outros moldes e evoluiu através dos séculos para o conceito de educação atual. A primeira influência de educação no Brasil foi da Igreja Católica e teve início com os Jesuítas através da catequização dos índios e pela educação da elite colonizadora.

Depois, por volta de 1834, nasceu a iniciativa de regulamentar e promover a

² Prova Brasil: Avaliações diagnósticas criadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

³ENADE: Exame Nacional de Desempenho de Estudantes. Avalia o rendimento dos alunos na graduação.

⁴ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio. Avalia os alunos ao fim da escolaridade básica,

educação primária e média, vítimas de muita resistência e ainda de forma desorganizada e falha. Ao final do Império, o quadro educacional geral mostrava colégios particulares e poucas escolas primárias.

Carvalho (1980, p.64) aponta que “Havia um verdadeiro abismo entre essa elite e o grosso da população em termos educacionais”. Adiante, conforme complexas camadas sociais foram surgindo, provocou-se uma ruptura na instituição escolar, que até então era moldada a partir do princípio da dualidade social. Em 1932 houve o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, que tinha como objetivo superar as tentativas de reforma da educação ocorridas até o momento e renovar a educação nacional. A tarefa era tornar a escola acessível, em todos os seus graus, inclusive aos cidadãos que se encontravam em situação de inferioridade econômica. A partir daí surgiu a constituição de 1934, que foi a primeira a incluir um capítulo especial sobre a educação:

Art. 149 – A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana. (BRASIL, 1986. p.52)

Avançando na linha do tempo da educação, pode-se citar a Lei de Diretrizes e Bases de Educação 4.024/62, implementada pelo governo de João Goulart. O período trouxe diversos debates acerca do tema, que foram retomados no governo de Juscelino Kubitschek. Mesmo com as campanhas a favor do ensino público, forças conservadoras sobressaíram, uma vez que possuíam a maior representação no Congresso.

Ocorreu, então, o golpe de 1964 e a Ditadura Militar, que delineou a educação através do autoritarismo e banuiu outras organizações estudantis. Nessa época foram marcantes as censuras por parte dos estudantes e intelectuais em diversos campos. A educação só mereceu destaque na Constituição Brasileira de 1988, com a retomada da democracia após o término do regime militar.

De fato, é agora que vivenciamos a era da educação, relembando todos os obstáculos e a longa caminhada sobre o ensino até agora, que nunca houve tanto investimento em ensino como nos dias de hoje. O mundo globalizado e a tecnologia caminham ao lado da educação e o acesso a esta é visivelmente mais fácil. Porém, é

preciso questionar se esses investimentos estão sendo direcionados de forma correta, se suprem as reais necessidades da educação e em quais pontos são insuficientes.

Apesar da evolução da trajetória da educação, os avanços ainda foram insuficientes para alavancar o progresso do ensino brasileiro, como:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96;
- Investimento insuficiente em Educação;
- Formação do professor;
- Desvalorização da docência;
- Tecnologia

Melhorar a educação brasileira é um objetivo de extrema importância, considerando que é a base para a formação de um cidadão consciente de seu papel na sociedade. E com isso, os caminhos para a progressão da educação brasileira devem continuar sendo traçados e com mudanças positivas gradativas. O ponto de partida mais sensato é aprimorar e adequar as propostas já existentes, a fim de que sejam eficazes e supram as necessidades vigentes atuais.

De forma imediata, um caminho pertinente seria o incentivo à interação na vida escolar, tanto por parte dos pais quanto dos profissionais da área. Este é um passo simples que pode contribuir grandemente no desenvolvimento da educação. Então, busca-se uma melhoria no sistema educacional, a fim de proporcionar uma vida social de qualidade, igualitária e formar sujeitos reflexivos.

Portanto, se os recursos financeiros, tecnológicos, infraestrutura de qualidade e leis funcionantes forem eficazes, a formação do profissional da educação estaria menos comprometida e, conseqüentemente, a educação escolar teria melhores condições.

Pedro Bergamo (2002, p. 78) acrescenta que “cabe ao menos hipotetizar que o objeto da pedagogia tem sido uma omissão, um vazio, uma vacuidade ou um abismo”. Partindo desse pressuposto, a valorização do professor é essencial para que os cursos de licenciaturas funcionem plenamente, oferecendo uma formação de qualidade e eficácia do trabalho docente, o que deve refletir diretamente nos resultados em sala de aula.

Em decorrência de uma formação de qualidade, também temos o quesito plano de carreira dos profissionais da educação, as questões sobre reajustes salariais,

número de alunos por turma e jornada de trabalho são pontos relevantes para aprimorar a prática educativa que discutidas poderão auxiliar na qualidade de ensino.

Outra questão importante é a tecnologia que também pode ser considerada um recurso de grande influência da escola atual e do futuro, já que pode promover fácil acesso às informações e potencializar o aprendizado dentro das salas de aula. Para que isso seja possível, deve-se investir na capacitação docente para que dominem as estratégias e as utilizem a favor da aprendizagem.

Então, preenchidas e entendidas todas essas lacunas, abre-se espaço para outros aprimoramentos e novas ideias de renovação e evolução do sistema educacional brasileiro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de extrema importância reconhecer que o ensino público brasileiro ainda deixa muito a desejar quando o assunto é qualidade. Apesar de toda trajetória histórica e avanços, a educação continua tímida em sua função social. Isso pode ser comprovado através de avaliações de desempenho dos alunos, dos índices de analfabetismo, das condições dentro de sala de aula, do despreparo de profissionais, da falta de investimento e do descumprimento das promessas de melhora no decorrer dos anos.

Esses contratempos manifestam a necessidade em promover novas pesquisas no campo da educação, assim, compreendendo suas deficiências, traçam caminhos para alcançar o seu objetivo que é a melhoria da educação.

Melhorar a qualidade da educação brasileira deve ser uma prioridade fixa e estável, buscando gradativamente novas formas de aprimorá-la. É preciso perguntar “as transformações ocorridas na educação brasileira provocaram mudanças na qualidade de ensino”?

Contudo, é preciso primeiramente analisar as deficiências urgentes e preencher as lacunas das propostas desdenhadas. Antes de focar em futuros projetos, precisamos investir com total determinação em solucionar as falhas atuais, para que dessa forma possa-se caminhar rumo a uma educação de qualidade por caminhos inteiramente pavimentados.

Após a análise sobre a real situação da educação vigente, é de extrema importância que professores, gestores e demais profissionais da educação, tenham voz



na elaboração de um Projeto Político Pedagógico que atenda às necessidades da escola e atualizem propostas de mudanças. A obrigatoriedade dessa participação seria essencial para a renovação educacional e certeza na melhoria dos resultados em sala de aula.

Enfim, a qualidade do ensino promove intensa reflexão sobre a prática, desde os aspectos administrativos e pedagógicos aos de infraestrutura, os quais conduzem as transformações inovadoras e concretas, potencializando o verdadeiro papel da educação que é o comprometido com o social e a tomada de decisões por parte de todos os envolvidos na unidade escolar.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marciano Vieira de. A **Evolução do Sistema Educacional Brasileiro e seus Retrocessos**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 2, Vol. 1. pp 52-62, Abril de 2017. ISSN:2448-0959

BRASIL, Constituição. **A Constituição de 1934**. Fundação Projeto Rondon: 1986.

CHARLOT, B. (2008). **O professor na sociedade contemporânea: um trabalhador da contradição**. Revista da FAEEBA—Educação e Contemporaneidade, Salvador, 17(30), 17-31.

KLEIN, R. (2006). Como está **a educação no Brasil? O que fazer**. Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação, 14(51), 139-172.

VELOSO, F. (2011). **A evolução recente e propostas para a melhoria da educação no Brasil**. Brasil: a nova agenda social. Rio de Janeiro: LTC, 215-253.



A EDUCAÇÃO POPULAR: A CONTRIBUIÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Silvia Oliveira Gimenez, Solimar G. Messias Bonjardim
e-mail: silviaoliveiragimenez@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Educação Popular de Jovens e de Adultos foi o despertar da necessidade dessa pesquisa, principalmente observando as pessoas carentes da área rural do Brasil. O país, devido a sua dimensão e configuração, exibe com uma economia agroexportadora, cada vez mais modernizada tecnologicamente, configurada nos moldes do mercado externo. A chegada e desenvolvimento desse perfil transformou o campo, enraizando o desemprego de pequenos agricultores e trabalhadores rurais. Um grande contingente migrou para as cidades em busca de emprego e meios para sobreviver. Contudo, uma parcela ainda ocupa a posição de trabalhador rural, sem chances de lutar por algo melhor, morando em áreas de pouco desenvolvimento e trabalhando em colheitas e plantações destinadas a subsistência do mercado local. Essas pessoas que trabalham no campo apresentam grande contingente de analfabetos, perpetuando a pobreza, o descaso e o desconhecimento de ferramentas para lutar por algo melhor. Segundo, Oliveira (1999), esses indivíduos sofrem bastante preconceito e injustiça, sendo rotuladas de “burros” em razão de não serem alfabetizados ou não escolarizados, fazendo com que desenvolvam um sentimento de inferioridade, incompetência e baixa autoestima perante os alfabetizados e escolarizados.

Nesse panorama, projetos como o “Educação de Jovens e Adultos – EJA” apresentam um meio de inserir-se no mercado de trabalho, migrar para o meio urbano ou mesmo administrar seu próprio negócio. Principalmente porque hoje todos os cargos exigem a alfabetização, um conhecimento de mundo, mesmo em alguns concursos para cargos simples, é necessário o ensino médio completo. Dessa forma, esse estudo inicial se propõe a discutir os métodos de alfabetização baseados nas expressões teóricas de Freire (1989, 2003) e Brandão (2002), e avaliar os pontos positivos e negativos, da educação popular.

2 METODOLOGIA

Metodologicamente trata-se de uma análise qualitativa de conceitos, baseada na pesquisa bibliográfica, principalmente no entendimento dos conceitos de Educação, Educação Popular, Educação de Jovens e Adultos (EJA), entre outros correlacionados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Educação é a ação de instruir, seu significado de “direcionar para fora” era empregado com sentido de disciplinar ou preparar uma pessoa para o mundo, para viver em sociedade, ou seja, métodos para a formação e o desenvolvimento físico, intelectual e moral de um indivíduo. Para Brandão (1986), a educação é todo o conhecimento de uma vivência em uma sociedade, seja ela qual for, não existe modelo e nem uma única maneira para educar.

Nesse cenário a educação se mistura com a cultura e a maneira em que a sociedade se afirma tanto cultural quanto social e economicamente. De acordo com Aranha (2006), a educação é constituída por um tripé juntamente com a cultura e o trabalho. Essa é a base para compreender como o conhecimento emana do ser humano, como ele vai formar e consolidar-se. Para Maciel (2011), a Educação e a Cultura manifestam-se como instrumentos de transformação social, passando a ser pensadas, propostas e praticadas a partir das condições das classes populares. Segundo Brandão:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. (BRANDÃO, 1985, p.7).

Então, se a educação que acontece em todas as esferas da vida ser eficaz é necessário considerar a realidade de cada grupo, os costumes, tradições e modo de vida. Ao educar um camponês é preciso compreender a educação com base na sua realidade e no seu meio de trabalho. Contudo, as classes populares e seus costumes, em um país como o Brasil, devem ser trabalhadas com uma atenção redobrada, principalmente, por que as mesmas têm características próprias de acordo com a região e tradições apresentadas.

Conforme alerta Paiva (1984 apud OLIVEIRA 2001), a compreensão da cultura popular deveria partir da valorização da produção cultural e da criação das condições para que o povo pudesse não somente produzir cultura, mas usufruir da sua própria cultura.

Aranha (2006) explica que a cultura popular pode ser classificada como cultura tradicional ou cultura de massa. A diferença entre uma e outra, é quando o passar do tempo separa o que é moda e circunstância, passando a fazer parte da essência de um povo. Cultura de massa não remete para uma classe social, e sim para um grande número de pessoas dentro de uma sociedade. Ela é divulgada em meios de comunicação de massa, é incentivada por indústrias com o objetivo de obter lucros. Exemplo disso é Coca-Cola, Mcdonalds, etc.

A cultura popular é um termo que representa um conjunto de elementos culturais característico da sociedade de uma nação ou região; criados por grupos de pessoas que tem a presença ativa neles, e é uma atitude adotada por várias gerações. A cultura popular é, geralmente, passada adiante oralmente das pessoas mais velhas da sociedade para os mais novos. A sociologia e a etnologia, que estudam a cultura popular, reconhecem as manifestações duradouras e coerentes dentro de uma nação ou comunidade. Cada ser humano tem no seu interior a noção do que é popular, sendo assim, é definido pela vertente de tradição e comunidade. É necessário ressaltar, que a cultura popular, diferentemente da cultura de massa, dirige para diferentes manifestações que são populares e com origem em diferentes regiões, pois, está mais relacionada com a tradição e é transmitida de geração em geração.

Desse modo, entra a proposta de Freire (1989) para o ensino, esse autor elegeu a Educação Popular como sua maior preocupação, principalmente com a quantidade de adultos analfabetos na área rural dos estados nordestinos. Com isso, desenvolveu um método de alfabetização baseado no vocabulário do cotidiano, procurou introduzir uma profunda mudança em relação à forma como se vinha caminhando a educação no país. Sendo que a sua preferência é à prática ao projeto de alfabetização popular voltados aos jovens e adultos.

Segundo Brandão (2002), existe quatro maneiras para refletir sobre a educação popular. A primeira maneira está próximo ao não reconhecimento da educação popular, por não ser aceita perante uma visão de mundo, a segunda maneira está ligada ao

valor da trajetória cultural da educação popular, já a terceira maneira está direcionada à educação popular como um acontecimento na história da educação nos países da América Latina, especialmente no Brasil, tendo como modelo o educador Paulo Freire, enfim, a quarta maneira está visível que a educação popular não foi uma experiência única, “é algo ainda presente e diversamente participante na atualidade da educação entre nós” (BRANDÃO, 2002, p.142).

A educação popular é uma metodologia educacional voltada para conquista dos direitos sociais, culturais e políticos. Ela mostra a realidade vivida por grupos ou comunidades, é uma ferramenta que ajuda a luta por justiça e dignidade incentivando mudanças sociais. Dirigida para moradores da área rural, de periferia, baixa renda, indígenas, grupos de artesãos e de toda forma de organização comunitária. É um método baseado nos estudos de Paulo Freire (1994) que afirma ser a conscientização é uma das fundamentais tarefas de uma educação realmente libertadora, porque ela respeita ao máximo o ser humano como pessoa.

O desenvolvimento dos estudos de Freire (1989, 1994, 2003) sugere a importância da criação de programas como a Educação de Jovens e Adultos. Esse tipo de ensino remete a década de 30, momento em que a educação de adultos começou a ganhar o seu lugar no Brasil,

A trajetória do EJA ao longo da história é mostrada por muitas dificuldades, lutas, poucos avanços e muitos retrocessos, principalmente, devido a falta de políticas públicas específicas para esse modelo. Conforme Colattivo e Arruda (2014), o EJA passou por várias fases desde a busca de conscientização dos anos 50 e 60, a defesa da educação pública de qualidade nos anos 70 e 80 e na atualidade desenvolve incentivo à participação popular nas políticas públicas e a organização da comunidade e o bem-estar social.

Para os autores a importância do EJA perpassa pela discussão desse tema nas aulas, para que os educandos possam esclarecer os impactos que a mídia oferece na cultura popular, no ensino e no conhecimento, e a persuasão em seus comportamentos. A Educação de Jovens e Adultos, é formada por pessoas que buscam seu espaço no mundo, em meio de muitos preconceitos e desigualdade, o ensino nesse sentido, ensina a interpretar o espaço vivido e o que está sendo apresentado. Assim, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Brasil, anexa-se numa

situação econômico, social e político, em que a união entre a educação e o trabalho está geralmente ligada uma a outra, tendo um público de trabalhadores jovens que procuram pelo primeiro emprego e também os trabalhadores aposentados que precisam conhecer e desenvolver o pensar e, principalmente, o interpretar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, nessas palavras iniciais é preciso afirmar que todos possuem direito a educação, é através do ensino estas pessoas poderão ser reconhecidas na sociedade e deixarem de ser excluídos, possibilitando a formação e o desenvolvimento dos educandos. Esse é um princípio ético-político de valorização do ser humano, de suas experiências de vida e cultural.

Diante do exposto, conclui-se que a educação popular é uma educação voltada para a transformação e o EJA a porta para sua aplicação. E ambos buscam conquistar o seu lugar e o seu reconhecimento na educação básica brasileira.

A discussão sobre os termos apresentados acima estão sendo desenvolvidos e trabalhados. O objetivo está em fase de construção e aprimoramento.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. A. **Filosofia da educação**. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BRANDÃO, C.R. **A educação popular na escola cidadã**. São Paulo: Editora Vozes, 2002.

COLAVITTO, N. B; ARRUDA, A.L.M.M. Educação de Jovens e Adultos (EJA): A importância da Alfabetização. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, v. 5, n. 1, 2014.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, P. **Educação e atualidade brasileira**. 3.ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

PAIVA, V. (Org.) **Perspectivas e dilemas da educação popular**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

OLIVEIRA, M.K. Jovens e adultos como sujeito de conhecimento e aprendizagem.
Revista Brasileira de Educação 59. Faculdade de Educação Universidade de São Paulo, Trabalho apresentado na XXII Reunião Anual da ANPED, Caxambu, setembro de 1999.



A EDUCAÇÃO POSITIVA E AS INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS NO ÂMBITO DA ESCOLARIZAÇÃO INFANTIL

Franciele Caroline De Souza, Elaine Cristina Gardinal Pizato,
e-mail: franciellysouza-@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A psicopedagogia tem como objetivo auxiliar os alunos a lidarem com suas dificuldades nos processos cognitivos de aquisição de conhecimentos. Com raízes na psicologia, tende a considerar de uma maneira mais enfática as anomalias que o aluno apresenta em sua aprendizagem do que suas aptidões mais avançadas.

As duas teorias, a da Educação Positiva e das Inteligências Múltiplas, contrapostas nesse trabalho têm como ponto inicial a insatisfação com a unificação das capacidades intelectuais e a vontade de voltar o foco de atuação dos profissionais da área de educação para os sucessos ao invés dos fracassos de seus alunos.

Este trabalho tem como objetivo demonstrar a importância de analisar os aspectos positivos presentes nas duas teorias no tocante à educação infantil e como eles podem contribuir para o sucesso do processo de ensino e aprendizagem.

2 METODOLOGIA

Com a finalidade de atingir os objetivos do presente trabalho, utilizou-se do método de pesquisa bibliográfica para a coleta dos materiais necessários. Sendo então, dividida em três partes: Identificação e seleção do material; Análise do conteúdo; Redação do trabalho escrito. Todo o material utilizado foi adquirido por meio de pesquisa em livros, artigos científicos, teses e sites.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Realizando uma breve análise, “A história da psicologia confunde-se com estudos voltados à patologia e ao seu tratamento [...]. Isso resultou em olhares muito bem treinados em identificar padrões de problemas e míopes para o “lado positivo” das pessoas.” (NUNES, 2007 p. 04). Contrária a essa visão, surge na última década do século XX o movimento da psicologia positiva, mudando o foco dos estudos da

patologia para a qualidade de vida. Para essa teoria, embora seja evidente que a perturbação e o sofrimento são mais expressivos e tem um apelo incisivo pela atenção da ciência, é crucial que as esferas da prevenção e intervenção positiva não sejam negligenciadas. (NUNES, 2007).

Enquanto a psicologia tradicional tende a tratar um paciente com enfermidades psicológicas, ou seja, negativo, com o objetivo de trazê-lo para uma normalidade, isto é para uma neutralidade, a psicologia positiva quer ir além, trazendo este paciente para um estado positivo de alegria e bem-estar. Nesta concepção, saúde mental deveria ser mais do que a ausência de perturbações, (NUNES, 2007) propiciando a prevenção do adoecimento e possibilidades diversas de intervenções. (CINTRA & GUERRA, 2017)

No movimento da psicologia positiva, um dos fenômenos mais estudados é o do bem-estar subjetivo, que é uma autoavaliação de sua própria situação atual no mundo. (OLIVEIRA, NUNES, LEGAL & NORONHA, 2016) O conceito de bem-estar subjetivo é composto por duas dimensões: uma afetiva, que apresenta dois fatores: a afetividade positiva e a afetividade negativa e outra cognitiva, relativa a satisfação com a vida. (NUNES, 2007).

Visando o desenvolvimento do bem-estar subjetivo “a Psicologia Positiva elenca cinco elementos de base necessários para o desenvolvimento [...] em sua perspectiva: emoção positiva, engajamento, sentido, relacionamentos positivos, e realização. (OLIVEIRA & CARNIEL, 2017 n.p.) Promover emoções positivas facilita a criação de forças e virtudes ou o fortalecimento delas. (OLIVEIRA, NUNES, LEGAL & NORONHA, 2016) As forças das virtudes são caminhos para se chegar a virtude e quando praticadas tornam o indivíduo virtuoso. São refletidas em pensamentos, sentimentos e comportamentos positivos.

Park, Peterson e Seligman (2006 *apud* OLIVEIRA, NUNES, LEGAL & NORONHA, 2016) propõem a existência de 24 forças agrupadas em seis virtudes mais amplas.

1. **Sabedoria e conhecimento:** Criatividade, Curiosidade, Pensamento crítico / lucidez, Amor pelo aprendizado, Perspectiva.
2. **Coragem:** Autenticidade, Bravura, Persistência, Entusiasmo
3. **Humanidade e amor:** Bondade, Amor, Inteligência social e emocional
4. **Justiça:** Justiça, Liderança, Trabalho em equipe
5. **Temperança:** Perdão, Modéstia, Prudência e Autorregulação.

6. Transcendência: Apreciação da beleza e da excelência, Gratidão, Esperança e otimismo, Humor, Espiritualidade
Nota. Fonte: adaptado de PARK, PETERSON & SELIGMAN. (2006 apud OLIVEIRA, NUNES, LEGAL & NORONHA, 2016 p. 179)

Para Oliveira & Carniel “[...] o emprego mais frequente das forças de caráter leva a mais emoções positivas, mais engajamento, sentido, realização e melhores relacionamentos, promovendo assim um aumento no bem-estar subjetivo” (2017 n.p.) que auxiliará o aluno da educação infantil a se desenvolver e atingir seus objetivos pessoais.

Já a teoria das inteligências múltiplas, iniciada por Howard Gardner em 1979, considera a mente humana como um conjunto de potenciais, manifestados em diferentes graus em cada indivíduo. Ele também define conhecimento como um processo de construção e reconstrução permanente que se desenvolve a partir das interações do sujeito com o meio social. (GARDNER, 1995).

Embora ninguém seja proficiente em tudo o que se propõe, todas as pessoas possuem todas as "inteligências", a diferença é o nível em que essas habilidades se apresentam, em decorrência de fatores genéticos e ambientais. "Embora todos os seres humanos possuam todas as inteligências em algum grau, certos indivíduos são considerados promissores. Eles são extremamente bem-dotados com as capacidades e habilidades essenciais daquela inteligência" (GARDNER, 1995, p. 31).

Gardner (1995) ressalta ainda que uma mesma tarefa exige esforços relacionados entre as inteligências. Mesmo que uma delas seja mais solicitada, elas não são usadas separadamente.

Para que as inteligências fossem identificadas, realizou-se uma série de observações, pois, para ser considerada inteligência, a habilidade deve obedecer a critérios como: o desenvolvimento em indivíduos talentosos, as condições em caso de dano cerebral, estudos em populações excepcionais sua evolução ao longo do tempo, estudos psicométricos, entre outros. (GARDNER, 1995).

A lista original de Gardner contava com 7 inteligências:

1. Inteligência Corporal Cinestésica: que se refere às habilidades corporais.
2. Inteligência Espacial: que se refere à capacidade de interpretar e interiorizar o espaço.
3. Inteligência Linguística: que se refere às habilidades da linguagem.

4. Inteligência Lógico-Matemática: que se refere a compreender os elementos da linguagem algébrica e numérica.
5. Inteligência Interpessoal: que se refere às habilidades de relações sociais.
6. Inteligência Intrapessoal: que se refere à compreensão de si próprio.
7. Inteligência Musical: que se refere habilidade de utilizar a música e suas variáveis como forma de expressão

Recentemente acrescentou-se uma oitava inteligência a sua lista original: a Inteligência Naturalista, que se refere a habilidade de organizar e classificar o meio e os seres vivos. (MATURANA, 2014).

As inteligências múltiplas aplicadas em sala de aula resultam numa prática pedagógica baseada na estimulação das capacidades individuais, no incentivo às diversas formas de expressão, na individualização do aprendizado e da promoção da superação das dificuldades, bem como a educação positiva.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em uma educação de qualidade se traduz em um grande desafio, que precisa estar sob constante reflexão, considerando as esferas pedagógicas, sociais, culturais e políticas da sociedade na qual se insere e suas implicações

A escola como contexto social, com o objetivo geral de formar cidadãos atuantes, prontos para conviver em sociedade e que atende a uma vasta gama de pessoas, com histórias de vida, potenciais e interesses diferenciados, a “torna um local privilegiado para a aplicação da Psicologia Positiva, por meio de intervenções que promovam o bem-estar e o florescimento de todos aqueles que participam da vida escolar. Este é, precisamente, o escopo da Educação Positiva.” (CINTRA & GUERRA, 2017 p. 507).

Enquanto “[...] trabalhar inteligências múltiplas significa pensar o ser humano de forma integral, olhar o aluno por suas admiráveis competências linguísticas e matemáticas, mas também pelo que pode realizar com as outras, muitas outras inteligências” (ANTUNES, 2006, p.16). “a Educação Positiva pode ser definida, de modo geral, como a Psicologia Positiva aplicada à educação (i.e., a instituições educacionais), preconizando que as habilidades para o bem-estar podem e devem ser

ensinadas nas escolas junto às tradicionais habilidades” (CINTRA & GUERRA, 2017 p.507).

É evidente que a teoria das inteligências múltiplas e a teoria da educação positiva se correlacionam, pois ambas acreditam que o indivíduo deve ser analisado de maneira integral e que suas habilidades são infinitamente maiores que suas dificuldades. Este pensamento dentro do âmbito da educação infantil contribui para que os alunos avancem em relação a sua escolaridade, ao conhecimento de mundo e nas relações emocionais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, C. **Inteligências Múltiplas e Seus Jogos**: Introdução, vol. 1- Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CINTRA, C. L., GUERRA, V. M. **Educação Positiva: A aplicação da Psicologia Positiva a instituições educacionais**. *Psicol. Esc. Educ.* [online]. 2017, vol.21, n.3, pp.505-514. ISSN 2175-3539.

GARDNER, H. **Inteligências Múltiplas: A Teoria na Prática**, Porto Alegre: Artmed, 1995.

MATURANA, A. P. P. M. O Aluno Com Deficiência Intelectual E O Conceito De Inteligência Ontem E Hoje. In: DENARI, F.E. (Org.). **Educação especial: distintos olhares, diferentes escutas**. 1.ed. São Carlos: PEDRO E JOÃO EDITORES, 2014, v. 1, p. 13-35.

NUNES, P. **Psicologia Positiva**. 2007. 49 fl. Trabalho de Licenciatura – Faculdade de Psicologia e Ciência da Educação da Universidade de Coimbra, Portugal, 2007.

OLIVEIRA, C. de CARNIEL, F. **Educação Positiva: Correlação Entre Desempenho Escolar E Forças De Caráter**. In: Encontro Internacional De Produção Científica, 10. 2017, Maringá, PR. Anais. UNICESUMAR – Centro Universitário de Maringá, 2017.

OLIVEIRA, C., NUNES, M. F. O., LEGAL, E. J., & NORONHA, A. P. P. **Bem-Estar Subjetivo**: estudo de correlação com as Forças de Caráter. *Aval. psicol.* [online]. 2016, vol.15, n.2, pp. 177-185. ISSN 2175-3431.

PARK, N., PETERSON, C., & SELIGMAN, M. E. P. (2006). **Character strengths in fifty-four nations and the fifty US states**. *The Journal of Positive Psychology*, 1(3), 118-129. doi: 10.1080/17439760600619567 *apud* OLIVEIRA, C., NUNES, M. F. O.,

LEGAL, E. J., & NORONHA, A. P. P. **Bem-Estar Subjetivo**: estudo de correlação com as Forças de Caráter. *Aval. psicol.* [online]. 2016, vol.15, n.2, pp. 177-185. ISSN 2175-3431.



A EROTIZAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UM DESAFIO NA PRÁTICA DA PSICOLOGIA NA EDUCAÇÃO

Amanda Thais Garcia, Gustavo Rezende Felipe, Milena Maria Penco Cápua, Liara Rodrigues de Oliveira e-mail: liara_ro@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Paradoxo – perplexidade para alguns; desolação para outros. A realidade é que o período da infância está sendo ditado pelos modismos veiculados pela mídia que, no decorrer das últimas décadas, vêm sutilmente diluindo a fronteira entre a infância e a adolescência, (des)configurando modos de ser criança e adolescente.

Nesse processo, os discursos, símbolos, significados e sentidos dessas faixas etárias são ressignificados por práticas comuns ao mundo-vida do adulto. E é este o foco proposto para reflexão: erotização da infância e adolescência. Verifica-se que as representações de pureza e ingenuidade, ainda bastante suscitadas por imagens infantis veiculadas em artefatos culturais e midiáticos, têm sido mescladas com outras um tanto erotizadas (WALKERDINE; FELIPE, 1999).

Para compreendermos esse processo da erotização da infância e suas consequências, faz-se oportuno situá-lo nos horizontes da família, da escola, do Estado, da religião, da ciência, da mídia – que, enquanto matrizes de sentidos, vêm sendo atingidos em seus “sólidos” alicerces, em especial pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e das tecnologias digitais.

Essas novas e fascinantes linguagens vêm, desde meados do século XX, destruindo os ethos dessas matrizes de sentidos seja pela exacerbação da imagem seja pelo fascínio da democratização da informação em decorrência da velocidade de veiculação de notícias de todas as partes de mundo, seja ainda para satisfazer às regras do mercado de consumo. Desse modo, temos a socialização de novas tecnologias provocando mudanças de valores morais, crenças religiosas, sistemas econômicos, práticas afetivo-sexuais, padrões de beleza, formas de simbolização e representação do mundo-vida de sujeitos em seus próprios contextos situacionais, sociais e históricos.

Essa realidade contemporânea tem provocado a preocupação de pais, professores e gestores de instituições escolares, que se sentem incapacitados para orientar esses jovens a eleger o que socializar e que conteúdos potencialmente fugazes reter para o futuro diante da “tirania do momento” com seu preceito carpe diem – inscrito “no aqui e agora”. Essa liquidez, que se caracteriza pela desconexão com o passado e o futuro e pela própria rapidez do instante seguinte; ou seja, do próximo “aqui e agora”, institui que viver o presente é um paradoxo (BAUMAN, 2008).

É desse lugar ocupado pela mídia que é situada a necessidade de compreender a maneira como sua atuação se processa na erotização da infância e da adolescência e suas consequências. Para realizar tal intento, é importante refletir acerca dos conceitos de infância e adolescência como ponto de partida para situar alguns fatores que contribuíram para a compreensão do processo de construção dessas fases do desenvolvimento humano na interface com os ethos socioeconômico-cultural e as repercussões no significado e sentido atribuídos à infância e à adolescência, cujas ressonâncias se fazem presentes no mundo-vida da criança e do adolescente contemporâneos.

2 METODOLOGIA

O artigo baseia-se na técnica de leitura analítica de livros, textos e artigos que retratam sobre o tema como fundamentação teórica para a elaboração do mesmo, apontando alguns aspectos da sexualidade na infância, revelando, juntamente, as problemáticas trazidas pelos artefatos midiáticos, o poder da cultura, as transformações tecnológicas, as mudanças de função e poder da família, Estado, religião e ciência no que concerne à formação da criança enquanto sujeito em desenvolvimento assim como quando se aborda assuntos sexuais, enfatizando o papel da educação sexual para um pensar mais reflexivo acerca dessa temática.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A representação da infância e da adolescência é idealizada, delineada e denominada a partir dos modelos transgeracionais de família que se constitui na ressonância das matrizes de sentido – escola, Igreja, mídia, Estado, entre outras que,

em seus percursos históricos, promovem e recriam outros sentidos atribuídos aos intrincados laços e desenlaces familiares e sociais.

A partir dessa trajetória de mudanças e diferentes concepções e modos de compreender a infância e sua transição para a adolescência, a indústria cultural demarca seu lugar de modo a processar rupturas pertinentes e reflexões oportunas acerca do lugar da infância e da adolescência como construção de fenômenos contemporâneos. Seguindo com o propósito de compreender a construção desses fenômenos, a puberdade/pré-adolescência é situada como fenômeno universal complexo e único por quem o vivencia. Por essa razão, há dificuldades de desvinculá-lo do papel simbólico que cada cultura imprime de modo singular à dança dos fatores biológicos experienciados por cada corpo.

Relativo ao campo voltado para a confecção de produtos destinados ao embelezamento, Del Priore (2000, p. 15) salienta que,

a associação (...) beleza e saúde, modelo das sociedades ocidentais, aliada às práticas de aperfeiçoamento do corpo, intensificou-se brutalmente, consolidando um mercado florescente que comporta indústrias, linhas de produtos, jogadas de marketing e espaços na mídia.

E esse mercado, ligado também à preocupação cada vez mais intensa das crianças com a aparência e com a produção de seus corpos, tem se detido na produção de linhas cosméticas produzidas especificamente a elas.

Essa embriaguez vem contagiando a práxis educacional familiar e escolar, ressaltando-se, vale estressar, as exceções que reconhecem o que está escancaradamente exposto diante de nossos olhos: a erotização da infância e da adolescência como nicho especial do mercado de consumo.

Esse nicho de mercado vem desde a década de 50, como fenômeno transgeracional, lentamente nublando o período entre a infância e adolescência de tal modo que no existir de muitas meninas e meninos a passagem da infância para a adolescência está desaparecendo como também da adolescência para a fase adulta.

Em suma, a criança hoje é uma miniatura do estilo sexy do adulto. Afirma Bruns (2014, p. 8): “A criança é incentivada pelos recursos midiáticos apoiados por um adulto. Assim, são os clientes e consumidores ideais.”

Para o olhar do adulto, este estilo pode ser decodificado como um apelo sexual. Crianças e adolescentes de todas as classes sociais estão expostas às imagens e

mensagens de conteúdo erótico-sexual que deveriam ser restritas ao público adulto – paralelamente a isso, tem-se o crescente número de casos de abuso sexual, pedofilia, prostituição infantil, entre tantos outros veiculados por esta mesma mídia, a cada dia.

Essa violência sexual contra a criança e o adolescente pode ser intra e extra familiar e pode ocorrer de três maneiras: i) sem contato físico – abuso verbal, telefonemas obscenos, vídeos e filmes, voyeurismo; ii) com contato físico – bulinação de genitais; coito ou tentativa de; pornografia, prostituição infantil e incesto; iii) com contato físico com violência – estupro, brutalização, assassinato (AZEVEDO; GUERRA, 1988).

Para Reis e Bruns (2009, p. 58),

[...] a violência sexual em seu processo silencioso vem diabolicamente se instalando sob o veio da naturalização de práticas sexuais permitidas e crianças e adolescentes são presas fáceis de adultos, principalmente, quando estes são seus familiares.

Fenômeno complexo que perpassa as relações de poder e de gênero e se faz presente em todas as classes sociais.

Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis, que sendo capazes de causar dano físico, sexual/ou psicológico à vítima implica de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro lado, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratadas como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. (AZEVEDO; GUERRA, 2005).

Embora no Brasil ainda não haja nenhuma lei que regulamente o trabalho voltado à educação sexual nas escolas, existem vários documentos que respaldam o desenvolvimento de intervenções nessa área, visando tanto à prevenção de doenças e promoção de saúde como também à garantia dos direitos humanos.

Hoje há um intenso debate sobre a possibilidade de a Psicologia Escolar e áreas afins voltadas à formação de educadores para lidar com as questões relacionadas a gênero e sexualidade no contexto escolar.

O trabalho, que é voltado à garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, legitimado pelos documentos acima apresentados, pode contribuir para a diminuição da vulnerabilidade social.

O caderno dos PCN que aborda a temática da educação sexual é considerado o marco indicador da legitimação da discussão do tema sexualidade na escola. Nele, sugere-se que o assunto seja trabalhado de forma transversal, em todas as disciplinas. Esse documento ainda ocupa, no cenário atual, o papel de “norteador” das atividades desenvolvidas no âmbito escolar.

O documento dos PCN dá ao professor um lugar de destaque no trabalho de educação sexual na escola (LEÃO, RIBEIRO, & BEDIN, 2010). Cabe a ele reconhecer como legítimas e lícitas a busca do prazer e as curiosidades manifestadas acerca da sexualidade por crianças e jovens, uma vez que fazem parte do seu processo de desenvolvimento.

Os PCN também apontam o educador como um profissional que deve se mostrar disponível para conversar sobre as questões referentes à sexualidade, de forma direta e esclarecedora. Ademais, cabe ao educador problematizar e debater sobre os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade, buscando se distanciar das opiniões e aspectos pessoais para empreender essa tarefa (BRASIL, 1998). Outro desafio mencionado pelos PCN no que se refere à postura do educador no trabalho de educação sexual é o de que é necessário refletir os valores democráticos e pluralistas, buscando, nas práticas, a equidade de gênero e a dignidade da pessoa. Trabalhar com o tema da sexualidade de modo a garantir o respeito à opinião de cada aluno, a participação de todos e a não discriminação das pessoas também é um desafio apontado à prática dos professores.

Portanto, a Psicologia Escolar pode contribuir com o trabalho de formação dos professores no campo da sexualidade, oportunizando que estes passem por um processo de “reflexão pessoal sobre o tema e também por uma revisão dos próprios valores, dos próprios sentimentos, dos possíveis tabus e preconceitos existentes a esse respeito” (FIGUEIRÓ, 2009, p. 166).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível observar que a exposição de crianças e adolescentes aos apelos eróticos ditados pelos modismos hipersexualizados veiculados pela mídia a fim de atender a necessidades de mercado e objetivos lucrativos, entre outros interesses, é um estilo contemporâneo de violência – a violência virtual.

Esse modo negligente da indústria da mídia expor a criança e o adolescente enquanto objeto de consumo é uma violação aos seus direitos (AZEVEDO; GUERRA, 2005) e suas marcas são tatuadas no corpo e na mente presentificando-se no seu mundo-vida.

Para Oliveira (2009, p. 20), “[...] violência é todo comportamento que causa dano à outra pessoa, ser vivo ou objeto, em função da negação da autonomia, integridade física ou psicológica e mesmo da vida do outro.” Fundamenta-se nessa compreensão de violência que, a criança e o adolescente são metamorfoseados em objetos de consumo.

Tal objetificação os coloca na condição de mercadoria – a disposição de apelos sedutores produzidos por marketing empresariais. Esses, detentores do poder e regidos pela lógica do consumo, são os autores da violência virtual.

Essa trajetória evidencia a indústria da mídia movida pelo lucro e pela audiência, tendo como público alvo não só adultos e idosos, mas também crianças e adolescentes, seduzidos pelas estratégias criadas por exímios profissionais do marketing, que, descompromissados com os danos que possam causar a crianças e adolescentes, os mantêm sempre alertas para o lançamento da nova pulseira, nova cor de esmalte, novo corte de cabelo, novos adesivos de tatuagens e tipos de lazer etc.

Diante das diferentes contribuições apresentadas, propõe-se que a Psicologia Escolar participe da formação de professores em sexualidade por meio do resgate da constituição dos professores como sujeitos, mediando processos nos quais possam se apropriar de suas histórias e reconstruir seu fazer como devir (GESSER & NUERNBERG, 2011). Para tanto, os trabalhos de formação de professores devem focar não apenas o aspecto racional, mas também ampliar a sensibilidade, a imaginação e a criação (MOLON, 2006). Eles devem sair do campo coercitivo, dos padrões estáticos.

Por fim, apontando alguns pressupostos que, sem se pautar na racionalidade instrumental, possibilitam que ele desenvolva estratégias para lidar com as expressões de sexualidade em sala de aula, a partir de uma perspectiva norteada pelos princípios dos direitos humanos, alteridade e protagonismo social.



REFERÊNCIAS

AZEVEDO M. A.; GUERRA, V. N. **A infância e violência doméstica**: módulo 1 A/B do telecurso de especialização em violência doméstica contra crianças e adolescentes. São Paulo: LACRI/IPUSP/USP, 2005.

AZEVEDO, M.A. e GUERRA, V.N.A. **Pele de asno não é só história**: Um estudo sobre a vitimização de crianças e adolescentes em família. São Paulo, Roca, 1998.

BAUMAN, Z. **Vida para o consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

BRUNS, M. A. T. **Brincando de boneca**. Revista Tutores: Educação Multidisciplinar, São Paulo, n. 8, mar./maio 2014.

DEL PRIORE, Mary. **Corpo a corpo com a mulher**: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação Sexual**: como ensinar no espaço da escola. Londrina, PR: UEL, 2009.

GESSER, M., & NUERNBERG, A. H. **Contribuições da psicologia histórico-cultural ao processo de formação continuada de professores**. Anais do Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional, Maringá, 2011.

LEÃO, A. M. C.; RIBEIRO, P. R. M.; & BEDIN, R. C. **Sexualidade e orientação sexual na escola em foco**: algumas reflexões sobre a formação dos professores, 2010.

MOLON, S. I. **Subjetividade, sujeito e atividade criadora**: questões para a formação continuada de educadores(as) na abordagem sócio-histórica., Florianópolis, SC: NUP/CED/UFSC, 2006.

OLIVEIRA, D. **Violência midiática**: a crise de uma tradição civilizatória. In: OLIVEIRA, D. S.; NOGUEIRA, S. (Org.). **Mídia, cultura e violência**: leituras do real e da representação na sociedade midiaticizada. São Paulo: EDUSP, 2009. p. 13 -26.

REIS, M.; BRUNS, M. A. T. **Violência sexual de crianças e adolescentes**: sequelas afetivo sexuais. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

WALKERDINE, V.; FELIPE, J. A cultura popular e a erotização das garotinhas. In: _____. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 1999. v. 24, n. 2, p. 75-88.



A FALTA DA QUALIDADE DO ENSINO BRASILEIRO PODE SER RESULTADO DO DESINTERESSE DOS PROFESSORES NA FORMAÇÃO CONTINUADA?

Ana Beatriz Ciamariconi, Gabriela Justulin, Lucia Helena Ormelese de Barros, e-mail: ana_ciama@hotmail.com; gabijustulin@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Formação Continuada de educadores não é um tema novo, pois desde 1970 tem sido objeto de preocupação, sendo sem dúvida uma ferramenta importante no desenvolvimento e crescimento profissional. É com essa formação que se segue a ideia de prolongar para uma aprendizagem significativa, e que os professores das instituições públicas ou privadas se tornem mais capacitados para ponderar sobre todos os aspectos pedagógicos e metodológicos do processo.

Nessa perspectiva, as contribuições de Paulo Freire para a formação de educadores, o torna referência central na busca de conhecimento pelo assunto, pois a presença de conceitos freireanos nesse âmbito são inúmeros, caracterizando e dando destaque para os conceitos de autonomia, participação, diálogo, relação teoria-prática e formação continuada de professores. Esses conceitos vêm considerar o pensamento do autor como uma referência a partir do qual são construídos os entendimentos sobre as realidades educacionais contemporâneas.

A realidade educacional mostra a escola como um espaço onde ocorre o processo de ensino-aprendizagem, que deve ser assumido como prioridade da instituição. Nesse contexto, além do educador desenvolver o seu trabalho, ele deve buscar garantir melhores condições para a aprendizagem dos alunos e para o seu desenvolvimento profissional. E, conseqüentemente, consegue propor estratégias que tem a finalidade de suprir as dificuldades e instalar mudanças significativas no ambiente escolar.

Quando o professor se apropria do saber, ele esboça um trabalho docente voltado para conquistar a criticidade, reflexão e autonomia do aluno. Isso determina que a melhoria da qualidade do ensino, dentro do contexto educacional contemporâneo é seguir alguns critérios que Paulo Freire (1991) estabelece no livro “Pedagogia da Autonomia” “Ensinar exige rigorosidade metódica” (1996, p. 30), referindo-se ao

momento em que o educador, por meio de sua perseverança, cria métodos para extrair e instigar o conhecimento em seus educandos, colocando-os no caminho da construção do seu próprio saber e autonomia.

“Ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação” (FREIRE, 1996, p. 30) e coloca como qualidade imprescindível para o professor o cuidado com o tratamento do ser humano abominado todo tipo de preconceito e discriminação”. Não basta apenas ensinar conteúdos, é preciso que se dê ao aluno a criticidade e a capacidade de pensar.

Segundo Freire (1996, p. 25), “[...] quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado”. Em outras palavras, durante o processo de formação, o docente adquire experiência e conhecimento que o transforma, ou seja, na sua maneira de pensar e agir.

Diante disso, é possível se perguntar “Como conseguir uma formação continuada para transformar a realidade escolar”? Nesse caso, a formação continuada passa a ser urgente e necessária, não meramente para desenvolver técnicas, mas, um espaço de diálogo, reflexão e troca de experiências. Dessa forma, essa iniciação científica tem como objetivo refletir sobre a importância da formação continuada dos professores para uma atuação profissional emancipatória e de qualidade.

O professor que usa da formação continuada como um caminho para melhorar os seus ensinamentos e intervir no mundo, conseqüentemente, transforma o aluno. No âmbito escolar, o profissional atualizado se torna um facilitador e não apenas um transmissor. Freire ainda cita em seu livro *Pedagogia da Autonomia* que “Ensinar exige pesquisa” (1996, p. 30), exemplificando que é a partir disso que o pensar implica no respeito ao senso comum no processo de superação, bem como o respeito ao estímulo à capacidade criadora do educando.

Então, no primeiro momento é preciso estudar o processo de escolarização inicial do professor, em segundo evidenciar o espaço escolar e o trabalho docente neste contexto e por último tratar especificamente da formação continuada dos professores como elemento norteador do trabalho como um processo contínuo para melhoria da qualidade de ensino.

2 METODOLOGIA

Foi realizado um levantamento bibliográfico, por meio de análises de textos e artigos científicos sobre o tema. O aporte teórico da pesquisa fundamentou-se em Paulo Freire, um educador que tem contribuído com estudos nesta área, dando ênfase em uma de suas obras “Pedagogia da Autonomia”.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A sociedade atual exige uma educação comprometida com mudanças e transformações sociais e requer no seu desenvolvimento uma linguagem capaz de abarcar toda diversidade e, compreender dessa forma, os desafios que fazem parte da formação profissional do professor. Esta formação implica numa reflexão sobre a concepção de ser educador, enquanto sujeito que transforma e é transformado pela própria profissão.

Isso foi demonstrado nos resultados obtidos nas pesquisas que uma das formas de elevar a qualidade do ensino brasileiro é através da formação continuada. Não obstante, seguindo a própria linha de pensamento de Paulo Freire (1996) no livro Pedagogia da Autonomia, o momento em que a questão de ensinar exige o conhecimento e permite uma ampla reflexão acerca da necessidade de o homem ter consciência de seu papel sócio-histórico-cultural. Logo, a condição de docente abarca uma responsabilidade coletiva, acentuando a importância da consciência de que a formação continuada é o principal suporte para a evolução profissional e pessoal no âmbito escolar.

Segundo Candau (1996), existem três aspectos fundamentais para o processo de formação continuada de professores: a escola, como locus privilegiado de formação; a valorização do saber docente; e o ciclo de vida dos professores. Isto significa dizer que a formação continuada precisa: primeiro, partir das necessidades reais do cotidiano escolar do professor; depois, valorizar o saber docente, ou seja, o saber curricular e/ou disciplinar, mais o saber da experiência; por fim, valorizar e resgatar o saber docente construído na prática pedagógica (teoria e prática).

O papel social desempenhado em sala de aula pelo professor ajuda o aluno a compreender a sociedade em que está inserido e a complexidade do conhecimento

que se pretende adquirir. Portanto, formar-se continuamente é a melhor, senão a única, aquisição de se preparar o profissional da educação que a sociedade exige.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a formação continuada se torna uma ferramenta fundamental, capaz de contribuir para o aprimoramento do trabalho docente, fortalecendo vínculos entre os professores, alunos, gestores e demais componentes, sendo indispensável para o ambiente escolar. Formar-se continuamente tornou-se obrigatoriedade para os professores numa escola que precisa lidar com gerações interativas, inquietas e tecnológicas.

Ademais, a dinâmica das relações interpessoais e suas transformações exigem que o docente preze por sua constante evolução enquanto profissional da educação, uma vez que o fazer pedagógico, em seus mais amplos e variados processos e estratégias de ensino e aprendizagem, não pode ser analisado aquém das necessidades da sociedade em que está inserido.

É essencial, portanto, que os professores e a escola como um todo sejam condizentes às transformações sociais de seu contexto e busquem, enquanto agentes no processo educacional, expandir a qualidade do ensino brasileiro em sua contemporaneidade, promovendo a crítica, a reflexão e a autonomia, tal qual como seres críticos, reflexivos e autônomos em seu fazer profissional, que está em constante formação.

A formação continuada é essencial, pois a formação inicial sempre será insuficiente diante dos desafios que se apresentam na prática. As necessidades que a escola nos traz a cada dia exige de todos os envolvidos um processo de melhoria contínua para poder atender à diversidade que temos hoje em sala de aula e desenvolver um trabalho de qualidade.

Mais do que nunca, o educador deve estar sempre atualizado e bem informado, não apenas em relação aos fatos e acontecimentos do mundo, mas, principalmente, em relação aos conhecimentos curriculares pedagógicos e tecnológicos. E, também, às novas tendências educacionais, capacitando-se constantemente para impulsionar e conduzir seus alunos a serem cidadãos ativos na sociedade, reconhecendo a



importância de seu papel social e tornando-se capaz de intervir positivamente em seu contexto.

REFERÊNCIAS

CANAU, V. M. Formação continuada de professores: tendências atuais. In: REALI, A. M. M. R.; MIZUKAMI, M. G. N. (Orgs.). **Formação de professores: tendências atuais**. São Carlos: EDUFSCAR, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

A FASE DO LUTO QUE MAIS PREVALECE NA VELHICE

Gabrielle Pupo, Juliana Mazo, Natalia Santos, Karina Ferraz Tozze, e-mail:
karinatozze@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Tocar no assunto da perda de uma pessoa querida, para muitos é como mexer naquela ferida que insiste em não cicatrizar e que por muitas vezes a dor é intensa. Viver o luto bem vivido ajuda a superar essa dor, lembrando que cada pessoa tem seu tempo para cada fase do luto, por isso é preciso ser muito paciente com a pessoa que passa por esse momento.

O ciclo dinâmico e sistêmico da família que sofre a perda de um de seus membros é interrompido e suas bases e estruturas são indubitavelmente abaladas. A dor produzida pela perda é avassaladora, e os campos psíquicos e emocionais do indivíduo são submetidos a fortes descargas de tensão e desprazer, gerando assim déficits ao seu funcionamento saudável. Este processo de luto, frequentemente apresenta-se problemático e seu enfrentamento requer apoio de profissionais capacitados. Neste momento, a proteção e o cuidado com essas famílias são essenciais para elaboração da tragédia eminente que estão vivendo, e é preciso estabelecer os ajustes necessários para cada situação específica (FERREIRA, 2008).

O luto tem cinco fases: Negação, onde a pessoa nega aquela situação de perda da pessoa querida; Raiva, é um sentimento que aparece quando perdemos alguém, pois, perdemos o controle da situação e não é possível fazer nada para reverter a situação; Barganha, é a fantasia que aparece em tentar reverter a situação, geralmente as pessoas tentarem negociar com entidades divinas ou sobrenaturais para fazer com que a morte não aconteça em troca de mudar o estilo de vida e “transformar-se”; Depressão, aparece uma forte tristeza com uma profunda sensação de vazio; Aceitação, é o momento de aceitar a situação e seguir em frente e começar uma nova etapa da vida sem a pessoa querida (KÜBLER-ROSS, 1996).

Para alguns idosos a perda de seu companheiro de uma vida toda, é muito dolorosa a ponto de não suportar viver sem mais o companheiro e acaba vindo a falecer também, mas, isso não é regra! Outros idosos conseguem passar por cada fase

do luto até chegar à fase da aceitação e continuar sua vida com os filhos, netos. Como existem também aqueles que não conseguem superar alguma das fases do luto e fica por muitos anos ainda nessa fase e muitas vezes tentando sobreviver até o fim de sua vida (KÜBLER-ROSS, 1996).

O idoso tem que ser acompanhado e deve-lhe ser permitido tempo para reorganizar-se emocionalmente. Na fase inicial do luto ele pode ter necessidade de ajuda para atividades básicas da vida diária, pois “a máscara usada no funeral não pode mais ser mantida e é necessário que algum parente ou amigo próximo assuma muitos dos papéis e responsabilidades do enlutado, deixando-o livre para vivenciar o luto” (PARKES, 1998, p. 205)

Indispensável respeitar que o enlutado tem uma tarefa dolorosa e difícil para realizar, que não pode ser evitada nem apressada. A verdadeira ajuda consiste em reconhecer o fato e permitir que ele vá se organizando para que fique aceitável para elaboração da perda (PARKES, 1998, p. 205).

2 METODOLOGIA

O presente estudo consiste em um trabalho descritivo de revisão bibliográfica, de forma qualitativa, com busca por artigos científicos, livros, revistas científicas, nos sites Scientific Electronic Library Online (Scielo), Google Acadêmico e endereços eletrônicos de utilidade pública contendo leis e normas. Para a conclusão da pesquisa será aplicada a forma quantitativa por meio de questionários, bem como entrevista tabulada com idosos acima de 60 anos de ambos os sexos em casas de repouso específicas. A pesquisa se dará por sistema de amostragem, com a participação de dez indivíduos.

Utilizando como palavras chaves: fases do luto, velhice. Os materiais utilizados como embasamento da discussão são do período de 1996 a 2016.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A morte é entendida como o cessar das atividades vitais à manutenção de um ser ou organismo, identificada através do fim inevitável e permanente de todos sinais necessários para sobrevivência. É parte obrigatória do ciclo de vida humano do ponto de vista biológico. Viver é, portanto, uma realidade regida pela natureza em parceria

inevitável com a passagem do tempo. Não acontece apenas com os idosos. Isto é fato. Até porque, a morte é uma possibilidade sempre presente. Segundo vários autores, desde seu nascimento, o homem já é suficientemente velho para morrer. O fato é que a morte tem uma prevalência muito maior de ocorrência na velhice, e na melhor das hipóteses, fará sua chegada à idade avançada (BORGES, 2006).

É verdade que com o avanço da idade, há uma tendência de se falar mais sobre o assunto quando comparados com outras faixas etárias. O envelhecimento é um momento no qual se acumula maior número de perdas. Além da morte do biológico que está sendo percebido através do declínio das funções corporais e intelectuais, o envelhecimento também acompanha consigo a reflexão sobre a morte de amigos e familiares, advento da aposentadoria, dentre outras perdas sociais e emocionais. Portanto, a velhice idealizada e representada pelo estereótipo do indivíduo sábio que está preparado e disposto a experienciar a morte é algo questionável. De acordo com tais evidências, a possibilidade da morte em idosos, na maioria dos casos pode ser geradora de angústia e tristeza principalmente em ambientes desconhecidos e solitários como no caso dos hospitais. Refletir sobre a morte e o morrer significa visar um mundo desconhecido, do qual se deseja muitas vezes e de forma inútil escapar, delimitando assim como a maior crise que o homem enfrenta dentre tantas outras perdas de sua existência (KUBLER-ROSS, 1998).

O ser humano naturalmente sente algum grau de tristeza ante a própria morte, mas se ultrapassar a normalidade, manifestando ideação suicida ou transtornos, a depressão maior deve ser diagnosticada e tratada pela equipe multiprofissional. O quadro emocional do indivíduo complica-se quando o paciente se dá conta de que vai perder muita coisa, sobretudo as pessoas que ama. Para evitar a evolução para um transtorno mental, que alteram a dignidade e qualidade de vida, medidas para mitigar esse sofrimento devem ser tomadas, sejam elas medicamentosas, psicoterapêuticas ou de relacionamento. Kübler-Ross (1998) recomenda um isolamento acompanhado pela equipe, no qual os momentos de reflexão devem ser respeitados. Ao refletirem sobre seu real estado, os idosos abandonam as memórias tristes ou a ansiedade da expectativa do amanhã, dando espaço para a valorização do presente. O pensamento outrora desperdiçado alternadamente entre o passado e o futuro, ao se conectar com o momento atual, o possibilita a plenitude do viver.

Devido a esses sentimentos de tristezas referentes ao processo de luto, pode levar a alguns agravos à saúde dos idosos, sendo eles, distúrbios como os do sono e da alimentação, (as alterações do sono podem estar relacionadas a somatização ou dever-se ao fato de que “durante o sono ou em períodos de atenção relaxada, as lembranças dolorosas tendem a invadir nossa mente e revivendo o trauma mais uma vez” (PARKES, 1998), manifestações somáticas, sendo comum falta de ar, aperto no peito, falta de energia, insônia, passividade, alucinações e ansiedade, vazio no estômago, nó na garganta, hipersensibilidade ao barulho, sensação de despersonalização, fraqueza muscular, falta de apetite, boca seca, raiva (algumas pessoas tentam culpar alguém pela morte) lamentação, choro, culpa (se sentem culpado pela morte do ente querido), sentimentos furiosos com Deus e a negação da fé, sendo que todos esses sintomas pode encadear a depressão e até o suicídio (BROMBERG et al., 1996).

Em um estudo com idosos realizado por Menezes (2014), foram entrevistados idosos, que destacaram a dimensão da própria finitude; os depoimentos concedidos pelos idosos, no que se refere às representações sobre o luto, destacaram as seguintes falas: “O luto é uma forma de elaborar um sentimento de tristeza” (Baco); “O luto é um sentimento de perda da pessoa no coração” (Morfeu); “É um respeito à pessoa que partiu para outra vida” (Thanatos); “O luto não é a roupa, é tristeza, é a falta da pessoa, de sentir a presença em cada coisa que vai fazer, é algo que vem de dentro, é a saudade” (Apolo). Definindo o luto como o processo de elaboração da perda de um vínculo afetivo. O luto é uma manifestação de defesa, a aceitação desse sentimento pode reafirmar a perda. (OLIVEIRA; LOPES, 2008) dizem que o luto pode nunca acabar, é a relação que se mantém com o falecido.

Outra estratégia que fornece subsídios para que as viúvas idosas possam resolver o luto mais facilmente é a espiritualidade, pois as crenças espirituais levam o indivíduo a compreender melhor sua história pessoal e as perdas. Entretanto, ainda existem escassos programas e serviços que auxiliem viúvas idosas na elaboração do luto, esse fato é preocupante, pois a viuvez feminina é um acontecimento que pode desencadear danos psicológicos, sociais e físicos devido à perda do cônjuge com quem, geralmente, estiveram unidas durante um grande período de tempo (KOVÁCS,

2002). Portanto, as idosas merecem atenção das pesquisas, políticas públicas, saúde e ciências sociais a fim de receber cuidados e intervenções necessárias.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, pode-se considerar que o luto na velhice pode ser sentido não só pela perda de um ente querido, mas também pelo fato de estar chegando em uma idade na qual é acarretada por aposentadoria, mudança de rotina, esquecimento dos filhos e também, a perda do companheiro de muitos anos.

Esse sentimento de incapacidade pelo fato de não se sentir mais útil para trabalhar e acompanhar as pessoas no mesmo ritmo, pode acarretar depressões sérias.

REFERÊNCIAS

BRASIL ESCOLA (s/d). **Um estudo teórico da morte**. Recuperado em 16 de fevereiro de 2007, de <http://www.brasilecola.com/psicologia/estudo-teorico-morte2.htm>.

BORGES, F. S. **Modalidades terapêuticas nas disfunções estéticas**, São Paulo: Phorte, 2016

BROMBERG, M.H.P.F. et al. **Vida e Morte: Laços de Existência**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996

FERREIRA, L. C.; LEAO, N. C.; ANDRADE, C. C. Viuvez e luto sob a luz da Gestalt-terapia: experiências de perdas e ganhos. **Rev. abordagem gestalt.**, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 153-160, dez 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672008000200002>. Acesso em: 09 jun 2018.

KOVÁCS, M. J. **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

KÜBLER-ROSS, E. **Sobre a morte e o morrer**. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

OLIVEIRA, J.B.A.; LOPES, R.G.C. O processo de luto do idoso pela morte do cônjuge e filho. **Psicologia em Estudo**, v. 13, n. 2, p. 217-221, abr/jun 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n2/a03v13n2>>. Acesso em: 10 jun 2018.

PARKES, C. M. **Luto: estudos sobre a perda na vida adulta**. 2 ed. São Paulo: Summus Editorial, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44461999000100015>. Acesso em: 17 jul. 2017.



A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Lidiane Aparecida Kil, Thaisa Aparecida Bruno Zaneti, Wanderlei S. Gabini, e-mail: tha_zaneti@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como tema o Ensino Fundamental de nove anos e os desafios na formação docente. A Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, altera a redação dos artigos 29, 30, 32, e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispondo sobre a duração de nove anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade. Com base nessa nova legislação, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, aprovada em 2010 pelo Ministério da Educação (MEC), apontam a necessidade de que as instituições de ensino assegurem que essa transição ocorra de forma a dar continuidade aos processos de aprendizagem e de desenvolvimento das crianças. É fundamental qualificar os docentes, dessa etapa da Educação Básica, a fim de aprimorar sua prática, de forma a contribuir para as aprendizagens dos estudantes. Essa formação dos profissionais de ensino para a Educação Básica nos anos iniciais é, atualmente, um dos temas principais da agenda das políticas públicas no Brasil.

Kramer (2001) enfatiza a necessidade de se formar um docente, investigador, reflexivo e crítico, capaz de problematizar a realidade com a qual se defronta, e de adotar uma atitude ativa no enfrentamento do cotidiano escolar. Assim, “ter-se-á formado um profissional competente, e que por meio de um trabalho autônomo, criativo e comprometido com ideais emancipatórios coloca-se como ator na cena pedagógica” (KRAMER, 2001, p.31).

Este enfoque, no qual o professor é construtor de seu conhecimento, torna o docente autônomo frente aos desafios que a realidade apresenta, ou seja, ao se defrontar com problemas práticos, o educador é levado a questionar sua atuação, capacitando-se para resolver problemas através da reflexão sobre a realidade, na busca de soluções para os problemas que enfrenta em seu dia a dia.

O objetivo da presente pesquisa é analisar a formação de professores que

atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental, avaliando as metodologias que são utilizadas nessa etapa, de forma a discutir possíveis melhorias.

2 METODOLOGIA

A pesquisa apresenta um estudo de natureza científica qualitativa de cunho descritivo, centrada em estudo bibliográfico, tendo como fontes livros, teses e artigos científicos. Uma pesquisa bibliográfica baseia-se basicamente da coleta de material de diversos autores sobre um determinado assunto. Segundo Lakatos:

A pesquisa bibliográfica permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, por outro, tanto a pesquisa de laboratório quanto à de campo (documentação direta) exigem, como premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe a analisar e solucionar. A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo de toda pesquisa científica. (1992, p.44).

Uma de suas características principais é dar ao pesquisador uma bagagem teórica variada, contribuindo para ampliar o conhecimento e fazer da pesquisa um material rico sobre o assunto, fundamentando teoricamente o material a ser analisado. Assim, faz com que o pesquisador, além de ampliar seus conhecimentos, torne-se um leitor na busca e levantamento dos dados e informações. (LAKATOS, 1992).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A vivência das crianças nos primeiros anos do Ensino Fundamental merece destaque visto que a etapa constitui a base para a continuidade dos estudos dos educandos. Além disso, o momento merece atenção especial, pois há um baixo desempenho dos estudantes em avaliações externas. Destaca-se aqui, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), responsável por mensurar a qualidade do ensino oferecido pelas escolas dentro de uma escala de zero a dez, calculado a partir do número de aprovações da escola e pelo desempenho dos estudantes nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A partir dos resultados desse índice, cabe aos educadores e gestores a revisão e a reorganização das ações pedagógicas da escola, a fim de melhorar a aprendizagem dos estudantes.

Os professores percebem, desde a formação inicial, a importância do aperfeiçoamento constante da prática do ensinar, formação essa, necessária e



fundamental para a efetivação de um trabalho de qualidade. Essa percepção auxilia na busca de se atingir os objetivos propostos pela educação básica para conseguir suprir as necessidades desses alunos que estão ingressando nessa nova etapa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É essencial que os professores reflitam sobre sua formação inicial. Contudo, ressalta-se que apenas a formação inicial não consegue responder a todos os desafios que os futuros professores enfrentarão em sua prática pedagógica. Nessa formação, eles passarão, também, por estágio, que deve permitir a reflexão crítica nesse processo de formação. Entretanto, cabe à formação contínua dar sequência a esse processo, que é permanente, de maneira que sejam capazes de retomar, criticamente, a realidade que os cerca, percebendo caminhos para que a aprendizagem ocorra efetivamente, nas salas de aula.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **LDB. Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 22 set. 2018.

KRAMER, Sonia. **Alfabetização, leitura e escrita**: formação de professores em curso. São Paulo: Ática, 2001

LAKATOS, Maria Eva; MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4 ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1992.



A FORMAÇÃO DO ESPECIALISTA EM PSICOPEDAGOGIA E SUAS EXPECTATIVAS PROFISSIONAIS

Marina Simões, Solimar G. Messias Bonjardim,
e-mail: marina.simoes1514@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho é uma reflexão sobre a formação do especialista em psicopedagogia e suas expectativas profissionais. Nele se busca conhecer as áreas de trabalho do psicopedagogo, seus objetivos com a formação, sua história e como surgiu a profissão, as primeiras clínicas, além de identificar como a psicopedagogia se transformou em um curso, e suas leis. O estudo enfoca nos processos que o psicopedagogo precisa seguir para descobrir a grande quantidade de casos, de problemas e dificuldades do mundo atual, no esclarecimento de que os profissionais de psicopedagogia não atuam sozinhos e sim com várias pessoas ao seu lado, com detalhes, informações, observação.

Nesse sentido, a psicopedagogia atua, primordialmente, na aprendizagem escolar do ser humano, o profissional da área busca em pacientes os fatores que o levam a ter problemas de aprendizagem na escola, seus objetivos de trabalhos com processos preventivos, terapêuticos ou de treinamento. Existem vários cursos de formação em psicopedagogia, mas por ser uma área relativamente nova o público no geral desconhece suas funções e inserções. O psicopedagogo está inserido em diversas áreas, podendo atuar em muitos lugares como: instituições escolares, clínicas, hospitais e empresas.

2 METODOLOGIA

Metodologicamente, a discussão apresentada pode ser classificada com a abordagem qualitativa, desenvolvida por pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2002) a pesquisa bibliográfica é feita de materiais já constituídos, como livros e artigos científicos. Sua vantagem em pesquisa bibliográfica é permitir ao pesquisador uma cobertura ampla sobre fatos são possíveis recorrer todo território brasileiro em busca de dados, se tiver a sua disposição uma bibliografia adequada, não terá empecilho

para maiores informações. As fontes bibliográficas são livros de leitura corrente como obras literárias e obras de divulgação, livros de referência informativa ou remissiva como dicionários, enciclopédias e almanaques, e, também, artigos científicos que trazem em seu corpo uma discussão bibliográfica e, muitas vezes, resultado de pesquisas empíricas publicadas em meios de divulgadas.

Nesse sentido, foi realizada pesquisa em livros, artigos e revistas em biblioteca e na internet em sites de busca; buscou-se as palavras psicopedagogia, psicopedagogia e suas áreas de trabalho, psicopedagogia e mercado de trabalho atual, a história da psicopedagogia. Os artigos encontrados foram lidos e fichamento, posteriormente discutidos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante do cenário do século XXI, a psicopedagogia é uma área que estuda as relações do aprender, resgata o que vem a surgir na vida da criança, jovem ou adulto relacionado aos seus sentimentos, dúvidas, valores e elaborações. Além disso, concentra-se também em cuidar para que o aluno não perca o interesse pelo aprender, o encanto pela curiosidade, para que cada um participe e contribua para ampliar significados.

Os primórdios da psicopedagogia ocorreram na Europa, no século XIX, devido à preocupação com os problemas de aprendizagem na área médica, na época eles acreditavam que os problemas nas áreas escolares eram de causas orgânicas, procurando no físico as determinantes das dificuldades dos alunos. Esse pensamento durou por muitos anos e determinou a forma do tratamento dada a questão do fracasso escolar que está presente até hoje (BOSSA, 2000). Nos anos 90 a palavra psicopedagogia aparece em debates sobre educação escolar, primeiramente muito confundido com pedagogia e psicologia. Atualmente as necessidades de agentes educacionais está crescendo, pois, os professores não são mais suficientes para resolver os problemas de aprendizagem. A formação do profissional nessa área pode ser importante para mudar e construir técnicas de ensino diferentes.

A formação especialista em psicopedagogia é uma educação considerada mediadora na prática social, suas necessidades estão aumentando nos dias atuais, pois estão precisando de mais profissionais para resolver problemas de aprendizagem,

mudar e construir técnicas de ensino diferentes. O psicopedagogo pode ser chamado de diretriz no processo de aprendizagem, ajuda a dar um significado ao aprendizado do aluno, dar um suporte e apoio para que ele não perca o interesse pelo aprendizado e transforme isso em um fazer automático.

Nesse cenário, o curso que foi definido como uma pós-graduação do especialista em psicopedagogia e tem como finalidade formar pessoas habilitadas para atuar junto com o indivíduo, nas instituições e comunidade. Para essa formação é preciso saber lidar com o próprio aprender, para lidar com o aprender do outro, desenvolver recursos específicos para melhor atendimento ao público, no currículo do curso é necessário fazer estágios supervisionados e aulas teóricas para saber utilizar recursos adequadamente para cada aprendiz, saber lidar com as manifestações do ser humano em situações de aprendizagem, dar atenção total no ato de aprender, assegurar a conquista do aprendizado. Para Russo (2001) o psicopedagogo é um investigador que busca pistas, sua meta é investigar todo o processo de aprendizagem levando em conta todos os fatores neles envolvidos.

A formação em psicopedagogia ultrapassa os problemas escolares, podendo ampliar seu campo de atuação em diversos segmentos. O psicopedagogo pode também atuar em outras áreas como áreas institucionais, instituições jurídicas, clínicas, empresarial e hospitalar, como em atendimentos individualizados também. Contudo, mesmo assim, seu foco é a aprendizagem e suas dificuldades.

Assim, a escola é o principal campo de atuação do psicopedagogo, ele ajuda os professores e gestor a ativar nos alunos uma visão crítica do mundo, apreciar valores humanos e conhecimentos úteis, perfeição em realizar tarefas, despertar curiosidade pelo novo e interesse pela aprendizagem, romper e criar limites, ajudar os professores ser mais reflexivos, criativos e afetivos, não focar em um só método de ensino, e sim inovar, tornando a aprendizagem mais prazerosa. Seu papel é avaliar e identificar os problemas de aprendizagem escolares, conhecer seus potenciais e dificuldades, conhecer a base familiar de cada criança e tudo que o cerca, pois o conhecimento não vem só da escola, e sim de tudo que a criança está inserida, cada família com seus objetivos, crenças e expectativas, e isso é importante o psicopedagogo saber antes de qualquer conclusão. (BOSSA, 1994).

Para identificar as dificuldades de aprendizagem, o psicopedagogo precisa da ajuda de várias outras áreas, como psicologia, pedagogia, psicanálise, entre outras. Segundo Masini (2006) o psicopedagogo atua aliado as áreas supracitadas para identificação correta da dificuldade de aprendizagem, apropriado diagnóstico do problema e intervenção necessária. Dessa forma seu papel é analisar os casos, fazer intervenções e saber como é construído o desenvolvimento escolar do indivíduo, pois ao entrar em uma instituição o psicopedagogo não vai solucionar todos os problemas existentes, ele não chega com respostas certas e prontas, há a necessidade de uma busca por informações, trabalho em equipe, ver o todo da instituição.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A profissão do psicopedagogo vem ocupando seu espaço no mercado de trabalho atual, caminha para concluir seus objetivos e inserir-se em cada área de atuação. Muitas áreas de trabalho estão necessitando de um apoio do Profissional de psicopedagogia, tanto para identificar problemas de aprendizagem, apoiar a escola e a família, como ajudar em processos de contratação, apoiar funcionários para bons relacionamentos em empresas etc.

Vale acrescentar que o profissional de psicopedagogia precisa ser competente em suas técnicas, ter domínio de sua área para interferir em cenários educacionais ou empresariais, ter boa comunicação e saber negociar, reconhecer as demandas e público que irá atingir e reconhecer o que precisa para um desenvolvimento.

Diante do exposto, é necessário esclarecer que essa é uma discussão em desenvolvimento. A coleta de material, com sua posterior leitura e análise subsidiará o aprofundamento no tema proposto.

REFERÊNCIAS

- BOSSA, N. A. **Fracasso escolar – um olhar psicopedagógico**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- BOSSA, N. A. **A Psicopedagogia no Brasil**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

MASINI, E.F.S. **Formação Profissional da Psicopedagogia: embates e desafios.** Revista Psicopedagogia, São Paulo, v.23, n.72, p. 248-259, 2006.

RUSSO. M. A. **Psicopedagogia, Psicomotricidade: novos contextos no processo ensino e aprendizagem.** In: RUSSO. Maria Angélica. Didática: uma proposta reflexiva. Fortaleza- CE: Premius, 2001.



A IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA EM MEIO ÀS RELAÇÕES DE RACISMO NA ESCOLA

Daiane Cristina de Godoy, Ellen Taila de Oliveira, Grasiela Lima, e-mail:
ellentailaoli@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A identidade da criança negra em meio às relações de racismo na escola é uma questão em evidência nos estudos pedagógicos e na práxis educativa. Especialmente após a promulgação da Lei 10.639/06, que altera a Lei nº 9.394/1996 e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", fruto de reivindicações e mobilização do movimento negro, a questão da educação das relações étnico-raciais passou a ser objeto de pesquisas, formação continuada de professores, produção de novos materiais didáticos e novos olhares para o currículo e as práticas pedagógicas.

Nesse sentido, o presente trabalho trata dos mecanismos de discriminação racial no âmbito escolar, e como eles causam impactos nas interações do cotidiano escolar. Busca-se destacar, especialmente, a socialização entre crianças brancas e negras a partir do preconceito e da discriminação racial e seus impactos na construção da identidade da criança negra.

Sendo assim, o objetivo é analisar e discutir os desafios de se construir uma identidade étnico-racial nas crianças negras de forma positiva dentro de um espaço onde as relações sociais são norteadas por padrões de comportamentos de uma sociedade racista.

A identidade é formada através de processos construídos histórica, social e culturalmente. Esse processo de construção se dá desde o nascimento, quando o indivíduo é inserido em uma cultura familiar, contendo princípios, tradições, ideais sociopolíticos e crenças, ocorrendo a modificação no decorrer de sua vida por meio de relacionamentos com outras culturas. Dessa forma, conforme Jacques d'Adesky (2001, p.76), a identidade, para ser constituída como realidade, pressupõe uma interação. A ideia que um indivíduo faz de si mesmo, de seu "eu", é intermediada pelo

reconhecimento obtido dos outros, em decorrência de sua ação. Nenhuma identidade é construída no isolamento, ao contrário, é negociada durante toda a vida, por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros. Tanto a identidade pessoal quanto a identidade socialmente derivada são formadas em diálogo aberto e dependem, de maneira vital, das relações dialógicas estabelecidas com os outros.

A escola é um espaço de relações sociais repleto de diversidades: étnico racial, cultural, relativa aos valores, às características físicas, ou seja, é um ambiente plural. Além de ser um espaço para a formação do indivíduo em sua totalidade, onde as crianças negras têm o primeiro contato social com as diferenças étnicas e também com os fenômenos de discriminação.

A questão racial e suas problemáticas são abordadas nesse espaço por educadores, e revela como as práticas racistas explícitas ou não nesse ambiente afetam a construção dessa identidade. Assim é importante e necessário a ação de educadores no combate às desigualdades no ambiente escolar, trazendo possíveis caminhos para ser realizado uma educação antirracista, colaborando então para combater o racismo na sociedade.

2 METODOLOGIA

O suporte metodológico se deu a partir de uma pesquisa qualitativa voltada para a investigação dos aspectos teóricos e culturais que abrangem o tema, através de uma revisão de literatura. Trata-se, portanto, de um estudo de cunho bibliográfico realizado em livros e artigos científicos selecionados através de busca no banco de dados do Scielo, a partir dos descritores identidade da criança negra, relações étnico-raciais no espaço escolar, racismo e cotidiano nas escolas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Partindo da história do negro no Brasil, onde eles foram trazidos da África e vendidos para trabalho escravo no país, e viviam em condições degradantes de trabalho e de vida, não tinham direitos, dormiam em senzalas, recebiam castigos físicos e não poderiam em hipótese alguma seguir sua cultura e religião, a presente pesquisa buscou relacionar essa herança escravista com as práticas racistas enraizadas na realidade brasileira e reproduzidas no chão da escola nos tempos atuais.

Nesse sentido, o processo histórico no Brasil tem marcas indelévels. Mesmo com a escravidão abolida, subitamente milhares de negros foram apresentados no novo mercado de trabalho: analfabetos, sem dinheiro e preparo, sem moradia, portanto, sem condições dignas de sobrevivência. Dessa forma, o cenário continuou o mesmo, sem oportunidades e possibilidades de sustentar a si e sua família, os escravizados permaneciam sofrendo com as antigas condições de trabalho, apanhando e morrendo em lavouras, porém de acordo com a lei, agora eram mão de obra assalariada. Não foram criadas e nem planejadas algumas formas para possibilitar a inclusão do negro na sociedade, mesmo sendo a maior parcela da população brasileira, permanecendo assim sem direitos de cidadania. O racismo brasileiro, portanto, traz a marca do processo de escravização dos negros, que promoveu as ideias enraizadas de inferioridade, valores pautados pelo preconceito, discriminação e violências contra os povos afrodescendentes.

Apesar de existir uma legislação antirracista no Brasil, de políticas públicas de ação afirmativa, de campanhas focadas no respeito e na valorização das culturas de matriz africana para que a prática do racismo deixe de existir, a sociedade brasileira ainda continua marcada pela intolerância racial contra os negros.

O racismo que discrimina, deprecia e desqualifica os negros, colocando-os em condições desfavoráveis no segmento da sociedade é o mesmo que acaba sendo reproduzido no cotidiano escolar marcado pelas desigualdades de negros em relação aos brancos.

(...) Estudos como de Verçosa (2012) analisou o racismo escolar e afirma que o sistema educacional brasileiro é extremamente “discriminatório e pouco atraente para a população negra, trazendo consequências enormes em relação à escolarização levando muitos dos alunos a não concluírem as etapas de ensino ou a retardarem os anos de escolaridades”. (VERÇOSA, 2012, p.31 apud JORGE, 2016, p.86).

Os negros passam por situações consideradas discriminatórias na sociedade, com expressões depreciativas como “macaco”, “crioulo”, “preto que não toma banho”, “preto quando não suja na entrada, suja na saída,” “branco correndo é atleta, preto correndo é ladrão” “carvão”, “saci”, entre outras. São frases e expressões que causam efeito negativo na vida dos negros, causam angústias, atingem a autoestima e muitas vezes refletem pelo resto de suas vidas. Sendo assim, é importante destacar que são essas mesmas situações discriminatórias que são reproduzidas dentro do ambiente

escolar, que além da rejeição por parte das crianças brancas com as crianças negras, faz com que as próprias crianças negras tenham um olhar distorcido sobre si mesmas. Cavalleiro (2004), uma das principais referências no Brasil sobre racismo no ambiente escolar, destaca em uma das muitas situações que ela observou em uma escola pública de educação infantil: uma menina chamada Silvia (negra) brinca com sua amiga Maiara (negra), a primeira tem uma boneca branca nas mãos, a segunda tem uma boneca negra preta, a autora pergunta se a boneca preta é dela e a menina responde ironicamente que nem de “nega” ela gosta, e a outra menina não diz nada.

Nesse mesmo livro, a autora supracitada ressalta como a convivência multiétnica é tratada com silêncio situações como essa e muitas outras, e principalmente pelo desinteresse de todos os profissionais da educação em lidar com essas questões que permeiam o cotidiano escolar dessas crianças.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O racismo no Brasil é considerado uma das formas estruturais de desigualdades e tem sido enfrentado com diferentes ações e políticas públicas. No campo da educação, foi compreendida a necessidade de promover valores democráticos, éticos e de respeito às diferenças. Assim, no caso das crianças negras, busca-se uma prática que as estimulem para o autoconhecimento, trazendo a motivação para conhecer a sua identidade e valorizá-la.

A atuação de professores como mediadores do conhecimento, voltada para práticas pedagógicas fundamentadas nos princípios da igualdade e do respeito mútuo, devem fazer com que os currículos escolares sejam uma forma de expressar a valorização da pluralidade cultural do nosso país e a história e cultura da África e dos afrodescendentes, como determinam vários documentos e leis do nosso país voltados para a educação das relações étnico-raciais.

A presente pesquisa destacou também que grande parte do problema relacionado ao racismo no ambiente escolar se apresenta pelo fato da escola e seus sujeitos não abrirem espaço para a produção e convivência respeitosa das diferenças indeníveis. As relações no cotidiano escolar são marcadas por preconceitos e discriminações, destacando-se as dificuldades ou omissão dos educadores em



trabalharem as diferenças e compreender a importância de se valorizar a diversidade étnico-racial.

Em sua prática pedagógica, o professor deve usar as situações conflituosas do cotidiano de socialização das crianças como um recurso, fazendo os alunos refletirem sobre as questões raciais, trabalhar a diversidade e o convívio com as diferenças, ao invés de perpetuar o discurso de que somos todos iguais, sem destacar de que a igualdade é uma relação que se estabelece entre indivíduos diferentes. Quando o discurso da igualdade uniformiza ou busca homogeneizar as diferenças, ele esconde o racismo.

Os educadores podem fundamentar suas ações na lei 10.639/03 para promover atividades que favoreçam uma visão positiva da cultura afrodescendente, construindo assim não só uma identidade negra positiva de cada criança, mas de todo um coletivo que tem em suas raízes a marca de uma cultura pluralizada.

A educação das relações étnico raciais tem papel fundamental na eliminação das discriminações raciais e também para uma ascensão dos grupos discriminados, ao possibilitar o acesso aos conhecimentos científicos e culturais diferentes dos ideários colonialistas. Ao implantar em seus currículos práticas pedagógicas que valorizam a cultura afro-brasileira e quebram os estereótipos acerca da imagem do negro, trabalhando os aspectos positivos dos negros como elementos essenciais na cultura de nosso país, destacando negros que são referência na sociedade e incluindo a representatividade dos negros em materiais didáticos irá refletir positivamente na socialização de crianças brancas e negras através do respeito e a aceitação das diferenças para a superação de preconceitos; e principalmente na formação da identidade da criança negra, ao despertar nela um sentimento de pertencimento na sociedade e no cotidiano escolar, contribuindo para a forma como ela se vê pelo olhar dos outros e de si mesma, reconhecendo –se como uma criança de direitos como qualquer outra, estimulando suas capacidades e melhorando sua autoestima.

REFERÊNCIAS

CAVALLEIRO, Eliane. **Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor.**



CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e Anti-Racismo na Educação: repensando nossa escola**, v. 3, p. 141-160, 2001.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**. São Paulo: Contexto, 2000.

D'ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multiculturalismo**. Afro-Ásia, n. 19-20, 2017. Disponível em: <<https://rigs.ufba.br/index.php/afroasia/article/viewFile/20952/13555>>. Acesso em: 22 de setembro de 2018.

JORGE, Marcos. Ação pedagógica de prevenção às práticas racistas na escola: a percepção sobre racismo entre estudantes do sexto ano do Ensino Fundamental. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, v. 12, n. 3, p. 86-100, 2016.

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN

Marina Valbuena Sebastião Francisco, Taís Fernanda Gouveia da Silva, Liara Rodrigues de Oliveira, e-mail: fernandagouveiapsico@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como intuito compreender a importância que a família tem para o desenvolvimento da criança com síndrome de Down. É de extrema importância a compreensão e a atenção para com essa dinâmica familiar, uma vez que a família constitui o primeiro agente de socialização da criança e é a mediadora das relações destas com seus diversos ambientes (HENN, PICCININI; GARCIAS, 2008).

A maneira como é mencionado ou comunicado sobre o diagnóstico para os pais, na maioria das vezes pode gerar um impacto emocional e estrutural muito negativo casual. De qualquer forma esse diagnóstico sempre é um choque para os pais, por isso deve ser comunicado de maneira que possa gerar menos prejuízos, ou seja, tornando menos doloroso e destrutivo nesse momento. Após dada a notícia, alguns pais passam por um momento considerado de luto, envolvidos pela tristeza, culpa, desespero, rejeição dentre outros sentimentos que os cercam (RODRIGUEZ; CARNEIRO, 2012). É importante e esperado que a equipe médica saiba o momento mais adequado para comunicar a notícia da chegada de uma criança com Síndrome de Down, por se tratar de um impacto muito grande para os pais na questão da aceitação e a adesão ao tratamento. Nesse caso existe um padrão definido pelo Ministério da Saúde para comunicar aos pais sobre o diagnóstico e esses cuidados são indispensáveis, tendo esses profissionais uma postura humana e ética (FERREIRA, 2014).

Segundo Batista; Duarte e Cia (2016), estudos realizados sobre o contexto familiar apontam que quanto mais informada estiver essa família perante a síndrome, mais facilidade terá para enfrentar e lidar com essa situação e mais disposta para buscar apoio e suporte, que poderá contribuir com o desenvolvimento de todo seu potencial e também a qualidade de vida da criança com a Síndrome de Down e até mesmo dessa família. Outra contribuição é a Estimulação Precoce ou Essencial, sendo ela um conjunto de atividades incentivadoras e de recursos humanos e ambientais, que

são direcionados a proporcionar a criança experiências significativas para alcançar o desenvolvimento no seu processo evolutivo que envolve a educação especial e a psicologia, na qual favorece no desempenho sensório-motor e social da criança com atraso no desenvolvimento, e deverá exercer um papel importante nos primeiros anos de formação, pois colabora e orienta o desenvolvimento dessa criança para a família. Atuando no auxílio a reconstituição do vínculo criança/ família, que é centrada na relação da família com a criança com Síndrome de Down (DOMINGUES, 2007).

O presente trabalho tem como objetivo apresentar alguns pontos relevantes para frisar a importância da família no desenvolvimento da criança com Síndrome de Down, a fim de melhorar e favorecer a dinâmica familiar nesse enfrentamento, para proporcionar à criança uma maior autonomia.

2 METODOLOGIA

Este estudo foi realizado por meio de pesquisas referentes a estudos qualitativos de natureza bibliográfica.

Segundo Gerhardt e Silveira (2009), a metodologia é a forma que se organiza os caminhos para se realizar o estudo. Essa pesquisa é qualitativa, pois se preocupa com a compreensão social, visando aspectos da realidade que se concentram na compreensão das relações sociais. Caracteriza-se pelas ações de descrever, compreender e explicar.

A pesquisa bibliográfica se realiza a partir de registros disponíveis decorrentes a pesquisas anteriores, como artigos, livros, teses, etc., utiliza dados e teorias já trabalhadas por outros pesquisadores registrados. Esses textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados, ou seja, o pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos dos textos pesquisados (SEVERINO, 2000).

Para o desenvolvimento do estudo a metodologia foi pautada na pesquisa bibliográfica, indexados nas bases PEPSCIC, SCIELO, Google Acadêmico e livros, com as palavras-chaves: Síndrome de Down, contexto familiar, desenvolvimento; cujo objetivo é buscar assuntos relacionados ao tema, revisando a história, conceitos, direitos e sua trajetória até notarmos a importância que a família tem para a contribuição do desenvolvimento da criança e o papel do psicólogo frente as habilidades sociais e ao suporte familiar.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A família de uma criança com Síndrome de Down, ao ser comunicada sobre o diagnóstico, percebe a síndrome de forma estereotipada, olhando como se ela acarretasse prejuízos na capacidade de locomoção, na tonicidade muscular ou até mesmo uma deficiência mental severa, proporcionando aos pais uma percepção distorcida da realidade, não sendo reforçado as possibilidades de avanço que esse bebê pode vir a ter em seu desenvolvimento, que vai depender muito da estimulação que essa criança vai receber (TORRES, 2009).

A criança com Síndrome de Down exige um cuidado especial, por ser mais dependente. O cuidado integral e a qualidade de vida promovem a criança à reabilitação na capacidade funcional e também no desempenho humano para que possa cumprir com o seu papel no contexto social (RAMOS, et al. 2006).

A família começa a se adaptar para que volte a ter equilíbrio, necessitando de apoio, informações e acolhimento, para reorganizar melhor esse contexto familiar (FILHO; GADELHA; CARVALHO, 2017).

O ambiente no qual a criança está inserida contribui para o seu desenvolvimento, exercendo um papel variado. Por se tratar de uma criança que precisa de cuidado com a alimentação, aprendizagem e com o corpo, necessita de um ambiente acolhedor e afetivo, e é a família que vai proporcionar esse ambiente íntegro e saudável, sendo imprescindível para seu desenvolvimento e sua autonomia (TORRES, 2009). Portanto, à medida que a criança vai se desenvolvendo, o ambiente também é alterado, podendo ser o ambiente familiar e/ou todo o contexto que essa criança vai ser inserida, como na escola, na creche, na APAE, dentre outros. A família proporciona para essa criança sobrevivência e socialização, exercendo um papel importante no desenvolvimento, e a escola é o ambiente no qual faz a transmissão de conhecimento e também contribuiu para a socialização, e ambas preparam essa criança ou esse indivíduo para ser inserido na sociedade e para desempenho de funções possibilitando-o uma vida social (SILVA; DESSEN, 2007).

O espaço familiar é o pioneiro na construção de um espaço psicossocial, proporcionando um ambiente saudável para o desenvolvimento afetivo, cognitivo e

social dessa criança, dando a oportunidade de estabelecer uma relação com o mundo, isto é, sua independência e autonomia (RODRIGUEZ; CARNEIRO, 2012).

São grandes as evidências de atraso na parte motora da criança com Síndrome de Down, por esse motivo se torna fundamental a estimulação precoce, com exercícios que possam contribuir com o desenvolvimento, na fase que esta criança está, e é necessário que se identifique precocemente, ou seja, nos primeiros anos de vida, quanto mais cedo for à intervenção, maiores são as chances de prevenir ou diminuir os danos causados pela síndrome (FERREIRA, et al. 2014)

Todas as crianças passam pelas mesmas etapas do desenvolvimento, a diferença é que as crianças com Síndrome de Down passam tem um ritmo mais lento em relação as crianças sem a Síndrome de Down, sendo que esses estágios são diferenciados pela idade (DOMINGUES, 2007).

A Estimulação Precoce ou Essencial deve contar com uma equipe de profissionais de diversas áreas: neurológicos, psicológico-cognitivos, psicomotores, fonoaudiológicos, psicopedagógicos e recreativos. Ela tem o papel de auxiliar a criança e a família a resolverem os problemas relacionados ao desenvolvimento nos processos instrumentais. Tem o objetivo de reconstruir o vínculo familiar, que acontecerá quando os pais não se culparem mais e muito menos culpar o filho, por não vir o filho esperado. Quando a família ver que o bebê começou a realizar as mesmas funções que outro bebê, mesmo com um atraso, ela estimulará ainda mais seu filho, possibilitando e aceitando, inserindo na sociedade com maior aceitação (DOMINGUES, 2007).

A finalidade da Estimulação Precoce ou Essencial na criança com Síndrome de Down é inseri-la no contexto familiar, para se preparar para a inclusão social. Um apoio psicológico familiar, ajuda a criança a ser bem-sucedida na vida adulta, oferecendo habilidades básicas e especializadas, instigando-os a enfrentarem os desafios da vida (DOMINGUES, 2007).

A compreensão dos valores na relação da família com o filho deficiente, merece ser destacada a responsabilidade que os pais têm ensinar isso aos filhos, para que ocupem um lugar na sociedade, lugar esse que é seu por direito, sendo ela tão competitiva e discriminatória. Preparar a criança com Síndrome de Down para viver em sociedade significa proporcioná-la para ser sujeito único e com seus próprios desejos. Quanto mais a criança interage em situações diferentes, mais pronta estará para

adquirir conhecimentos novos e ter os mesmos direitos outra criança qualquer, o direito da educação (DOMINGUES, 2007).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da evolução científica e social, a visão que a sociedade tinha a respeito da Síndrome de Down foi se modificando e as famílias tendo um conhecimento mais aprimorado a esse respeito. Pensando nisso, este artigo busca defender a importância e a necessidade de uma maior compreensão e intervenção precoce, já desde o nascimento da criança, por parte dos profissionais das áreas correlatas aos cuidados à Síndrome de Down, e principalmente por parte dos pais, que são principais protagonistas no processo de desenvolvimento dessa criança.

Um dos principais fatores para a contribuição do desenvolvimento da criança com Síndrome de Down, é o fortalecimento e suporte da estrutura familiar dessa criança, na construção do vínculo e do desejo de que esta criança seja um sujeito. Para o desempenho da criança com Síndrome de Down acontecer, a parte fisiológica e a psíquica devem estar organizadas, proporcionando bem estar, educação e qualidade de vida na fase adulta.

A criança com Síndrome de Down passa por todas as fases de desenvolvimento que uma criança sem a síndrome, porém de forma mais lenta, e cabe a qualquer profissional que trabalhe com essa criança, respeitar seu tempo e passar essa informação aos familiares, pois a família acaba desencadeando uma ansiedade que se não bem gerenciada pode afetar negativamente todo o trabalho que está sendo realizado.

A Estimulação Precoce ou Essencial, tem um papel importante acerca da criança com Síndrome de Down em relação aos estigmas construídos ao longo dos anos. Esses estigmas devem ser desconstruídos, começando pela família, a passar a olhar esse filho da mesma forma que olha os outros, mostrando a ele um sujeito capaz de superar obstáculos, ter autonomia, realizar seus desejos.

Quando se fala em Síndrome de Down é preciso compreender o que é essa síndrome, porém sem enfatizar os problemas e atrasos que ela causa, mas sim reforçar do que essa criança é capaz, e assim a família possa reforçar suas potencialidades.

Baseado em tudo o que foi apresentado nesse artigo, incentiva-se a pesquisa continuada sobre o desenvolvimento da criança com Síndrome de Down, como ferramentas principais a família e o ambiente favorável, sendo eles imprescindíveis para que esse desenvolvimento flua, com menos restrições, facilitando a inclusão e preparando ela para um desempenho melhor no futuro.

Para finalizar, vale acrescentar que o nosso país não oferece tratamento especializado igualitário para todas as crianças com Síndrome de Down, sendo assim todos os pacientes acabam buscando por conta todos os tratamentos mencionados, de forma separada, porém nem todas essas crianças possuem condições financeiras de ter um plano de saúde, não realizando assim os tratamentos adequados. O desenvolvimento cognitivo dessas crianças acaba sendo prejudicado, ocasionando danos sociais e educacionais, e isso contribuirá para que a sociedade continue com mitos acerca da Síndrome de Down, não favorecendo a qualidade na educação, trabalho e na comunidade, aumentando conseqüentemente os estigmas e preconceitos.

REFERÊNCIAS

BATISTA, B. R.; DUARTE, M.; CIA, F. A interação entre as pessoas com síndrome de Down e seus irmãos: um estudo exploratório. **Ciência & Saúde Coletiva**, p. 3091-3099, 2006. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n10/1413-8123-csc-21-10-3091.pdf>>. Acesso em: 21.out.2017

DOMINGUES, R. de M. Papel da estimulação essencial para o desenvolvimento cognitivo de bebês com síndrome de Down. **Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação**, Santa Maria, 2007. Disponível em < https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/1525/Domingues_Renata_de_Marco.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23.set.2018.

FERREIRA, F. S. O impacto psicológico nas mães pelo nascimento de uma criança com Síndrome de Down. **O portal dos Psicólogos**, p. 1-16, 2014. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0884.pdf>>. Acesso em: 15.jan.2018.

FERREIRA, L. da S.; COUTO, D. P. do; COSTA, F. e C.; CALDAS, I. F. R. Efeitos da estimulação precoce em portador de síndrome de Down: contribuição do projeto “caminhar”. **Anais do III Congresso de Educação de Saúde da Amazônia (COESA)**, Universidade Federal do Pará, Pará, p. 1-2, 2014. Disponível em <<http://www.coesa.ufpa.br/arquivos/2014/expandidos/relatoexperiencia/REL252.pdf>>. Acesso em: 23.set.2018.



FILHO, J. A. da S.; GADELHA, M. do S. N.; CARVALHO, S. C. R. de; Síndrome de Down: reação das mães frente à notícia e a repercussão na intervenção fisioterapêutica da criança. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, Guarabira, v. 21, p. 157-164, 2017. Disponível em <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rbcs/article/view/24008>>. Acesso em: 08.ago.2018.

GERHARDT, T.E.; SILVEIRA, D.T. Métodos de pesquisa. **EAD – Série Educação a Distância**, Cap. 1, p. 13, ed. 1., Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HENN, C. G.; PICCININI, C.A.; GARCIAS, G. de L. A família no contexto da síndrome de down: revisando a literatura. **Psicol. Estud**, Maringá, vol.13, n.3, p. 485-493,2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722008000300009&lang=pt>. Acesso em: 10.jan.2018.

RAMOS, A. F.; CAETANO, J. A.; SOARES, E.; ROLIM, K. M. C. A convivência da família com o portador de síndrome de Down à luz da Teoria Humanística. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 59, p. 262-268, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672006000300003&script=sci_abstract>. Acesso em: 08.ago.2018.

RODRIGUEZ, F. T.; CARNEIRO, T. F. Os bebês com síndrome de Down e seus pais: novas propostas para intervenção. **Estudos de Psicologia**, Campinas, p. 831-840, 2012. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v29s1/19.pdf>>. Acesso em: 21.out.2017.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. **Cortez Editora**, São Paulo, cap. 4, p. 73-76, ed. 21, 2000.

SILVA, N. L. P.; DESSEN, M. A. Síndrome de Down: etiologia, caracterização e impacto na família. **Interação em Psicologia**, p. 167-176, 2002. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/3304>>. Acesso em: 08.jan.2018.

TORRES, L. M. G. Maternidade e síndrome de Down: um estudo sobre o sentimento vinculado ao diagnóstico. **Universidade Federal do Rio Grande do Norte**, Centro de ciências da saúde, Natal, p. 10-44, 2009. Disponível em <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/13246>>. Acesso em: 08.ago.2018.



A IMPORTÂNCIA DA LEITURA PARA A FORMAÇÃO DO LEITOR CRÍTICO

Izabel Liberato Ferrari, Cintia Milene Favaro Bochembuzio,
e-mail: cintiamilene@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A leitura é fundamental para o desenvolvimento humano, o enriquecimento intelectual e a construção do conhecimento, mas a maioria da população acha muito difícil ler. Assim a leitura ainda é uma tarefa desafiadora para os professores da educação básica.

Essa prática proporciona ao leitor a descoberta da realidade, aumenta o conhecimento, estimula a criatividade e a imaginação, além de melhorar a escrita e expandir o vocabulário. A formação do leitor inicia-se no âmbito escolar e se processa em longo prazo, tendo como mediador o professor, em quem encontramos a possibilidade de diversificarmos o conhecimento.

Antigamente, o livro era um material caro e de acesso restrito. No entanto, essa realidade vem mudando. Devido ao avanço da tecnologia, há muito material disponível, mas é preciso tomar cuidado e selecionar bem o que se lê.

Um grande entrave na questão da leitura é a interpretação, pois muitos alunos têm dificuldades em identificar informações explícitas e implícitas em um texto, o que traz prejuízos à compreensão de outros conteúdos.

Nesse sentido, é importante ultrapassar as dificuldades da leitura para que a interpretação seja facilitada, auxiliando também nos estudos, favorecendo um nível maior de compreensão. O professor exerce um papel de grande importância, ao propor modelos técnicos e procedimentos que proporcionam a compreensão em leitura. Ele pode focar a atenção do aluno em ideias principais do texto e relacionar o conhecimento do aluno com as novas informações; ensinar estratégias específicas de estudo, como resumir, questionar, esclarecer.

Para obter uma melhora no incentivo à leitura, faz-se, entretanto, necessário uma campanha dos governantes buscando resgatar o valor da leitura como ato de prazer. A escola, além de uma biblioteca com material de qualidade, deve ter um funcionário

especializado em leitura, e o professor deve ter autonomia para ensinar de acordo com as necessidades do aluno.

Sendo assim, através da leitura, o aluno consegue se transportar para o desconhecido, decifrar conhecimentos e emoções, terá domínio sobre a língua oral e escrita, além da autonomia social. Para um maior sucesso escolar, é necessário que a leitura, tanto na escola como em casa, seja realizada de maneira prazerosa.

A importância da leitura na educação é assunto desta pesquisa, com o objetivo de auxiliar na busca de estratégias para sanar as dificuldades dos professores em despertar o interesse pela leitura de forma lúdica.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa pretende acompanhar estratégias de leitura realizadas pelos professores do Ensino Fundamental. A prática da leitura pode ser realizada em qualquer área do conhecimento de forma contínua, ao longo do ano letivo, sendo que desenvolver o gosto pela leitura é um processo lento e deve ser trabalhado interativamente com as demais disciplinas curriculares.

O método de pesquisa utilizado é exploratório e bibliográfico, com consulta aos autores referenciados. Entretanto, é importante salientar que os autores tendem a aumentar na medida em que o estudo for se desenvolvendo.

O conceito analisado foi sobre a importância da leitura para a formação do leitor crítico e os principais autores que contribuíram para este trabalho foram: Freire (1994); Kuenzer (2002); Machado (2001); Orlandi (2004); Silva (2005); Solé (1998); Teberosky e Colomer (2003) e Zilberman (2005).

Neste trabalho será pesquisada a importância da leitura para o desenvolvimento do aluno, sobre o desenvolvimento do intelecto e da imaginação, além de promover a aquisição dos conhecimentos. Além disso, como aguçar o senso crítico por meio da capacidade de interpretação, bem como o aumento do vocabulário e conhecimentos gerais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta pesquisa, buscou-se o conceito de formação de leitores, benefícios da leitura neste processo e sugestões de estratégias de leitura e a formação de leitores

crítico. No constante desejo de decifrar e interpretar o sentido das experiências que cercam o leitor, de perceber o mundo, de relacionar a ficção com a realidade em que vivem no contato com um livro.

Para Zilberman (1993, p.24), “o ensino da leitura está historicamente vinculado à escola”. Ela explica o vínculo entre a ação da escola e o exercício contínuo da leitura, que os jovens leem mais durante o tempo em que frequentam a escola e quanto menos tempo permanecem na escola mais cedo deixam de ler.

De acordo com Kleiman (1998, p.49), “quando falamos de estratégias de leitura, estamos falando de operações regulares para abordar o texto. Essas estratégias podem ser inferidas a partir da compreensão do texto, que por sua vez é inferida a partir do comportamento verbal e não verbal do leitor, isto é, do tipo de respostas que ele dá a perguntas sobre o texto, dos resumos que ele faz, de suas paráfrases, como também da maneira como ele manipula o objeto: se sublinha, se apenas folheia sem se deter em parte alguma, se passa os olhos rapidamente e espera a próxima atividade começar, se relê”. O trabalho com a leitura exige estratégias para que o aluno adquira intimidade com o que está lendo, e criar suas próprias maneiras de ler e compreender. Criando suas próprias estratégias de leitura, será capaz de interagir com o mundo. A leitura decorre do entendimento entre sujeito, língua, texto e sentido, adotados na respectiva sequência, a representação do pensamento.

Segundo Kuenzer (2002, p.101), “ler significa em primeiro lugar, ler criticamente, o que quer dizer perder a ingenuidade diante do texto dos outros, percebendo que atrás de cada texto há um sujeito, com uma prática histórica, uma visão de mundo (um universo de valores), uma intenção”. A leitura abre novos caminhos, trazendo conhecimento de mundo e permitindo um posicionamento crítico diante da realidade de cada um. Uma boa leitura faz o aluno criar e recriar a partir do que foi lido. A prática da leitura permite que ele tenha um bom desenvolvimento cognitivo em todas as áreas. Assim, a leitura pressupõe a formação de um leitor crítico e reflexivo.

Para Brandão e Michelitti (1998, p. 17), “o ato de ler é um processo abrangente e complexo; é um processo de compreensão, de inteligência de mundo que envolve uma característica essencial e singular ao homem: a sua capacidade simbólica e de interação com o outro pela mediação da palavra”. Dessa maneira, ler não é uma tarefa

fácil, o professor pode contribuir através de situações e problema para que o aluno desenvolva se cognitivamente e use estratégias atrativas o suficiente para atrair o leitor. É impreterível que se promova um trabalho produtivo da leitura, a fim de contribuir para a formação do sujeito leitor.

Para Aranha (1989, p.51), “a verdadeira educação deve dissolver a assimetria entre o educador e o educando, pois, se há inicialmente uma desigualdade, esta deve desaparecer à medida que se torna eficaz a ação do agente da educação”. A escola é o ambiente mais adequado para a formação do indivíduo na sociedade. É um local onde o conhecimento científico adquirido é sistematizado, também é o ambiente onde várias teorias educacionais subsistem com o objetivo de entender os processos de ensino e de aprendizagem.

Segundo Freire (1994, p. 34-79), a importância do ato de ler está relacionada com a maneira de ver, interpretar e modificar o mundo em que vivemos. O autor mostra um conceito bastante claro, em que o primeiro contato com a palavra, com a comunicação, com o mundo, acontece dentro de casa, logo nos primeiros meses de vida, e com o desenvolvimento biológico, avança-se o conhecimento da palavra, com a ajuda dos pais e das pessoas que nos cercam, identificando-se o cantar dos pássaros, o clima, estações do ano, o desenvolvimento dos frutos ainda na árvore, as regras e normas de convivência, enfim, tudo o que nos cerca começa a ser apresentado ainda na infância. Então realiza-se a primeira leitura, a leitura de mundo e com ela criam-se percepções, gostos, preferências, sensações e expectativas. O trabalho com a leitura e a formação de leitores faz-se necessário em todas as fases do ensino, por se tornar um recurso de aprendizagem importante para o aluno.

Assim o professor pode auxiliar o aluno a interpretar o texto nas entrelinhas, descortinando o que está por trás de cada leitura e, principalmente, despertando o prazer pela leitura.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença do livro em nossa cultura foi a chave com a qual abrimos portas da história ampliando fronteiras e construindo novos caminhos. O conhecimento é o procedimento de reflexão, de análise e resultado de muitas leituras. Quando o leitor

compreende o texto, surgirá uma interação de entendimento de assuntos distintos, determinando curiosidade e eficiência.

O leitor deverá ser capaz de extrair da leitura diferentes acepções ao interpretar o texto escrito. Com conhecimento, reflexão e vocabulário, o leitor conseguirá desenvolver seu texto com mais clareza, além de perceber que precisa ler não somente para compreender, mas para se comunicar dentro do seu grupo ou até mesmo no mercado de trabalho.

Para formar um leitor crítico não depende apenas de colocar o aluno para ler, mas sim praticar constantemente a leitura das diversas disciplinas, já que a leitura é instrumento de apropriação do conhecimento. O leitor torna-se capaz de relacionar o texto lido com o mundo vivido e, ao mesmo tempo, amplia seu repertório linguístico e estético. Esse leitor é aquele que vai além da capa de um livro, encontrará sentido nas palavras, na pontuação; o contexto sempre aguçará sua atenção.

Faz-se necessário, também, a preocupação com a formação do professor no que compete a leitura crítica. Muitos desses profissionais não gostam de ler ou não cultivam o hábito de ler por prazer, o que não inclui livros técnicos e material didáticos, muitos deles não foram sensibilizados para o prazer da leitura.

O professor deve incentivar os alunos a descobrir os estilos literários dos quais mais gostam, organizar uma visita para as bibliotecas, promover olimpíadas de leitura com premiações, organizar um dia especial para contar histórias, além da produção textual, que é uma excelente estratégia para incentivar o gosto pela leitura.

Na educação, independente das dificuldades sociais, sempre haverá bons professores que desenvolvam projetos com oportunidades de acesso à leitura e elevem a eficiência do ensino, formando leitores críticos com aptidão para a leitura.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. de A. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

BRANDÃO, H; MICHELITTI, G. (Coord.). **Aprender e ensinar com textos didáticos e paradidáticos**. 3 vol. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 29. Ed. São Paulo: Cortez, 1994.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

KUENZER, A. (Org.). **Ensino Médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho.** 3ª ed. Cortez, 2002.

ORLANDI, E. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** 4. ed. Campinas: Pontes, 2004.

SILVA, Ezequiel Theodoro. **O Ato de Ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SOLÉ, I. **Estratégias de leitura.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

TEBEROSKY, A.; COLOMER, T. **Aprender a ler e a escrever: uma proposta construtivista.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

ZILBERMAN. R. S. E. T. da (org). **Leitura: Perspectivas Interdisciplinares.** São Paulo: Ática, 2005.



A IMPORTÂNCIA DA MEDIAÇÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Gabriela Gasparoto Zanutto, Mariana Juvenal Silva, Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli, e-mail: gabriela_bariri@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho, fruto de pesquisa que está sendo desenvolvida como conclusão de curso de graduação, tem como tema a mediação na primeira infância que apresenta como objetivo abordar os anos iniciais da criança que compreende do 0 aos 6 anos. É um período de extrema importância para o desenvolvimento, pois permite o aprimoramento de habilidades futuras complexas.

Nessa fase o cérebro está mais receptivo a novas habilidades, por isso é importante que a criança tenha contato com experiências significativas em diversos aspectos: físicos, sociais, emocionais e cognitivos.

Segundo Vygotsky (1998 apud ROLIM; GUERRA; TASSIGNY, 2008), para se compreender o desenvolvimento de uma criança é preciso levar em consideração as suas mediações que são importantes para colocá-lo em ação. Deste modo, faz-se necessário um estudo para conhecer a singularidade de cada etapa de seu desenvolvimento e as mudanças que ocorrem neste período.

Oliveira (1995, apud ROLIM; GUERRA; TASSIGNY, 2008), apoiado nas ideias de Vygotsky relata que a aprendizagem é necessária para o desenvolvimento de funções psicológicas que, organizadas pela cultura possibilitam avanços.

Crianças que tem o seu pleno desenvolvimento nessa etapa da vida, tem mais facilidade para adquirir novos conhecimentos, contribuindo dessa forma no seu processo de aprendizagem futuramente.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para essa pesquisa é do tipo bibliográfica, os dados estão sendo obtidos por meio de revisão da literatura, pesquisas bibliográficas, artigos científicos, livros e site.

Gil (1994, apud LIMA; MIOTO, 2007) evidencia que este modelo de pesquisa permite obter informações e resultados, utilizando dados de publicações diferentes,

apoderando-se de diversas definições do conceito em questão. Nesta pesquisa, a leitura é o principal método de se obter informações, pois através dela o pesquisador obterá dados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O primeiro ano de vida do bebê é baseado em ações sociais mediadas pelo adulto, segundo Lazarreti e Mello (2017) no primeiro momento ele é um ser biológico incapaz de satisfazer suas necessidades orgânicas, consecutivo a isso, o bebê que ainda é isento da fala, passa a se comunicar com o adulto através de gestos e expressões que são compreendidas pelo responsável devido à intensidade da relação que possuem, aos poucos ele começa a desenvolver novas necessidades consideradas sociais e estabelece uma relação com o mundo através da atividade conjunta entre bebê-adulto.

[...] a base para as aprendizagens humanas está na primeira infância. Entre o primeiro e o terceiro ano de idade a qualidade de vida de uma criança tem muita influência em seu desenvolvimento futuro e ainda pode ser determinante em relação às contribuições que, quando adulta, oferecerá à sociedade. Caso essa fase ainda inclua suporte para os demais desenvolvimentos, como habilidades motoras, adaptativas, crescimento cognitivo, aspectos sócio-emocionais e desenvolvimento da linguagem, as relações sociais e a vida escolar da criança serão bem sucedidas e fortalecidas. (PICCININ, 2012, p.38 apud DUARTE, BATISTA, 2015, p. 294).

O desenvolvimento do ser humano perpassa por três grandes períodos de evolução sendo eles, biológico, histórico-cultural e o subjetivo. Durante esse processo, segundo os estudos de Vygotsky e Luria (1996 apud FACCI; BRANDÃO, 2008) a criança pensa de modo distinto do adulto e percebe o mundo de maneira diferente. No primeiro momento, contrário da maneira que o adulto se relaciona com os demais por meio dos sentidos, os sentidos da criança não exercem sua função plena, eles vão se apropriando da sua finalidade com o tempo, através do contato e interação que o bebê possuía com os que estão a sua volta. O princípio biológico logo vai sendo alterado pelo histórico-cultural, que está relacionado com a realidade social da criança. Segundo os autores (1996 apud FACCI; BRANDÃO, 2008), a aquisição da funcionalidade dos sentidos, vai sendo adquirida por meio da apropriação da cultural que o bebê está inserido.

Segundo Vygotsky (1987 apud QUEIROZ; MACIEL; BRANCO, 2006), as relações que os seres humanos estabelecem com os outros são mediadas por instrumentos, signos ou ferramentas, ambos os termos designam coisas diferentes. Os signos exercem influência sobre a ação do homem, constituem em ferramentas que auxiliam o próprio sujeito, já os instrumentos, atuam como mediadores nas relações do homem com seu semelhante, além de facilitar a realização de uma atividade, apresentam funções que foram atribuídas pela sociedade.

O processo de mediação, por meio de instrumentos e signos, é fundamental para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, distinguindo o homem dos outros animais. A mediação é um processo essencial para tornar possível as atividades psicológicas voluntárias, intencionais, controladas pelo próprio indivíduo. (OLIVEIRA, 2002, p. 33 apud MARTINS, MOSER, 2012, p.10.)

De acordo com Vygotsky (1996 apud ARCE; MARTINS, 2009) a no primeiro ano de vida do bebê, uma sociabilidade específica que se dá em razão de uma situação social de desenvolvimento, causada por dois momentos: completa inaptidão biológica do bebê de realizar suas necessidades sozinho, precisando assim de um adulto que, deste modo se torna o primeiro contato social da criança. Cabe a ele apresentar o mundo ao bebê, e a criar nele seus costumes e hábitos. O segundo momento é que mesmo mantendo esse contato com o adulto, a criança em suas fases iniciais, sente falta da comunicação social em forma de linguagem.

A linguagem é o principal meio de interação social com o outro, a partir dela é possível adquirir conceitos por meio de uma aprendizagem conjunta e colaborativa. Os significados atribuídos às palavras não são algo permanente, eles são modificados de acordo com o avanço da história cultural e das circunstâncias de interlocução, além disso, sofrem variações conforme a criança se desenvolve e interage com os demais. Vygotsky (1989 apud CRUZ, 2005, p.7) afirma que “da mesma maneira que a criança não inventa o significado das palavras, ela também não tem um acesso direto aos seus significados convencionais”, a princípio a criança não entende o verdadeiro significado atribuído socialmente às palavras que utiliza no dia a dia, isso só será construído a partir do diálogo com outros indivíduos que pertencem à mesma cultura que a sua. O autor ressalta (1989 apud CRUZ, 2005, p.7), “primeiro a criança é guiada pela palavra do outro, depois ela própria utiliza as palavras para orientar seu pensamento”, nesse processo é essencial à mediação do outro e da palavra.

Vygotsky (1998, apud DUARTE, BATISTA, 2015) relata que o desenvolvimento da criança acontece através da interação com o ambiente em que ela vive, primeiro ela aprende e posteriormente se desenvolve, por meio da sociedade construída ao longo da história pelo ser humano. A teoria histórico-cultural segundo Leontiev (1978 apud MELLO, 2007) compreende que a criança nasce com condições biológicas necessárias para sobreviver, porém torna-se um ser humano através da sua relação social, apropriando de experiências humanas e construindo os traços da sua personalidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Leontiev (2006, apud ARCE; MARTINS, 2009), o desenvolvimento da criança pode ser compreendido com base na atividade. Analisando esta atividade, percebeu-se que na transição de um estágio do desenvolvimento para outro, ocorre pela mudança do tipo de atividade principal e, para que isso aconteça, o motivo deve estar vinculado às possibilidades reais da criança. Deste modo entende-se que o estímulo está ligado aos avanços da criança em seu primeiro ano de vida, tornando-se necessário um trabalho intencional que possibilite seu progresso.

Elkonin (1999, apud ARCE; MARTINS, 2009) explicita que o processo de desenvolvimento mental está diretamente vinculado a educação das crianças, que, não acontece pelo ensino forçado. À vista disso, é importante que o responsável pelo bebê conheça todas as etapas de seu desenvolvimento.

Para o referido autor, as ações de interação que o adulto realiza desde o nascimento com a criança, como manipular objetos, suprir suas necessidades, sorrir, sentar, conversar e caminhar incentiva o bebê a começar a imitar seus comportamentos, processo que possibilita inúmeras aprendizagens. (1969; 1998 apud LAZARRETI; MELLO, 2017, p.68).

Na concepção de Vygotsky (1984 apud MOURAS; RIBAS, 2012, p.208) a imitação é um elemento mediador dentro das relações interpessoais, o autor considera que esse é um processo dinâmico e recíproco que contribui para as aprendizagens, esta é construída na zona de desenvolvimento proximal e por meio das interações com os demais.

Deste modo, o bebê deve se deparar com um ambiente todo pensado pelo professor e/ou responsável para seu avanço. Deverá ser cuidadosamente planejado

para estimular os sentidos da criança e sua compreensão de mundo, de maneira sensorial. Arce e Martins (2009, p. 178).

O novo não só estimula a atividade da criança a respeito do objeto, mas também lhe proporciona apoio. As ações da criança de um ano são estimuladas pela novidade dos objetos e sustentadas pelas novas qualidades dos objetos que vão sendo descobertas durante sua manipulação. O esgotamento das possibilidades de novidade implica na cessação das ações com o objeto. (ELKONIN, 1998, p.214, apud ARCE; MARTINS, 2009, p. 178).

O adulto deve planejar até mesmo os momentos de higiene, que pode ser um instrumento valioso de estímulo no bebê, explorando sua visão, audição, e todos os sentidos, trazendo diferentes texturas e sons para este momento, ao mesmo tempo em que conversa com o bebê, sempre explicando o que está fazendo.

Leontiev (2006, apud Arce e Martins, 2009, p.181) salienta que o educador lida com a atividade da criança e determina o desenvolvimento de seu psiquismo. Concordando com este pensamento, Bozhovich (1976, apud Arce e Martins, 2009, p. 181) ressalta que a educação organizada desde a idade mais precoce proporciona o desenvolvimento das máximas potencialidades que a criança possui naquele período.

A escola cabe o papel de mediar o acesso aos inúmeros elementos culturais, que atuam na relação entre o que a criança consegue fazer sozinha e o que ainda precisa de ajuda. Distinguindo-se assim a educação infantil do ensino fundamental, que se diferenciam na proporção da mediação. Neste sentido, a educação infantil se induz do caráter de educação escolar, que se volta para a formação integral da personalidade humana. Assim sendo, atribui-se a escola o papel de mediar, entendendo tal apropriação como elaboração ativa do sujeito, tendo como ponto chave o processo de socialização do conhecimento. Vygotsky, (1984, pp. 94-103, apud ARCE; JACOMELI- orgs, 2012, p. 71).

A mediação apresenta papel fundamental dentro da prática educativa vygotskianas, segundo Almeida, Arnoni e Oliveira (2006 apud FACCI; BRANDÃO, 2008), ela é uma característica específica do ser humano e propicia o desenvolvimento dos seus níveis de conhecimento.

Almeida, Arnoni e Oliveira (2007 apud FACCI; BRANDÃO, 2008, p.11) relatam que a mediação vai muito além da relação entre o professor e o aluno, esta é baseada na contradição que leva ambos a chegarem em um pensamento reflexivo. Segundo os autores, para uma prática educativa eficaz, é necessário que o professor tenha

conhecimento daquilo que vai ensinar aos seus alunos e planeje suas ações de ensino, tudo isso deve estar coerente com o contexto em que está envolvido. Dentro do processo de aprendizagem, o professor precisa fazer mediações diferenciadas, pois cada aluno possui um nível de conhecimento adquirido da sua vivência cotidiana, compete ao docente fazer com que o seu aluno se encontre se aproprie cada vez mais de conhecimento científicos.

Apoiando-se neste contexto, o trabalho do professor não pode ser realizado de maneira espontânea e não deve ser apenas aquele que cuida e organiza espaços. Ele deve trabalhar de maneira intencional e organizada, para que desenvolvam na criança suas habilidades e aptidões, que passariam despercebidos no cotidiano.

REFERÊNCIAS

ARCE, Alessandra; MARTINS, Ligia M. **Ensinando aos pequenos de zero a três anos**. Campinas-SP, 2009.

CRUZ, Maria Nazaré da. **Desenvolvimento cognitivo em Vygotsky**: “entre os ideais da matemática e a harmonia da imaginação”. Caxambu: 2005. Disponível em: <<http://www.unimep.br/~mncruz/desenvolvimento-cognitivo-28-anped.pdf>>. Acesso em: 20 de jul. 2018.

DUARTE, Bruna da Silva; BATISTA, Cleide Vitor Mussini. **Desenvolvimento infantil**: importância das atividades operacionais na educação infantil.: 2015 Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/semanaeducacao/pages/arquivos/ANAIS/ARTIGO/SABERE%20E%20PRATICAS/DESENVOLVIMENTO%20INFANTIL.pdf>>. Acesso em 22 de jul. 2018.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias; BRANDÃO, Silvia Helena Altoé. **A importância da mediação para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores de alunos da Educação Especial**: contribuições da psicologia histórico-cultural. Porto Alegre: 2008. Disponível em: <http://www.gestoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_silvia_helena_altoe.pdf>. Acesso em: 10 de jul. 2018.

LAZARETTI, Lucineia Maria; MELLO, Maria Aparecida. **Entre ações e emoções**: o primeiro ano de vida do bebê e a singularidade da prática educativa. Presidente Prudente: 2017. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/viewFile/5149/PDF>>. Acesso em 24 de jul. 2018.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de. MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa**



bibliográfica. Ver. Katál, 2007, v.10, n. esp, p. 37-45. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>>. Acesso em: 03 Out 2018.

MARTINS, Onilza Borges; MOSER, Alvino. **Conceito de mediação em Vygotsky, Leontiev e Wertsch.** 2012. Disponível em:
<<https://www.uninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/viewFile/245/154>>. Acesso em: 3 de jul. 2018.

MELLO, Suely Amaral. **O cuidado e a educação dos bebês e a formação de dirigentes.** Presidente Prudente: 2017. Disponível em:
<<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/viewFile/5273/PDF>>. Acesso em: 26 de jul. 2018.

MOURA, Maria Lucia Seidl de; RIBAS, Adriana F. P. **Imitação e desenvolvimento inicial: evidências empíricas, explicações e implicações teóricas.** Rio de Janeiro: 2012. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26170202>>. Acesso em: 5 de jul. 2018.

QUEIROZ, Norma Lucia Neris; MACIEL, Diva Albuquerque; BRANCO, Angela Uchôa. **Brincadeira e desenvolvimento infantil: um olhar sociocultural construtivista.** Brasília: 2006. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/html/3054/305423754005/>>. Acesso em: 27 de jul. 2018.

ROLIM, A.A.M.; GUERRA, S.S.F.; TASSIGNY, M.M. **Uma leitura de Vygotsky sobre o brincar na aprendizagem e no desenvolvimento infantil.** Rev. Humanidades, Fortaleza, 2008.



A IMPORTÂNCIA DA PSICOMOTRICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Geiziele Monique Silva de Sousa, Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli,
e-mail: geiziele_monique_.silva@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema bases históricas e científicas da psicomotricidade, posto que a mesma é imprescindível para o desenvolvimento humano, associada ao contexto da Educação Infantil, favorece muito a construção da aprendizagem, na medida em que promove o desenvolvimento das habilidades motoras, corporais, psicomotoras, entre outras.

Segundo discorre Ferreira Neto (2010), desde os primórdios da concepção da criança, a mesma apresenta reflexos e movimentos a partir de estímulos ou mesmo involuntários. No ventre materno essa atividade motora é bem percebida pela mãe, quando a criança “mexe” com certa frequência refletindo claramente seu desenvolvimento. Para tanto é extremamente importante que aconteçam estímulos junto ao meio em que a criança esteja inserida, seja ele familiar ou na escola, ofertado pelos próximos a ela.

Ferreira Neto (2010) ressalta que a criança desenvolve diferentes habilidades ao longo de seu crescimento, entretanto tal desenvolvimento só é possível na medida em que forem ofertados estímulos diferentes e constantes, daí a importância de serem ofertados diferentes desafios para as crianças conquistarem uma boa independência ao longo da vida.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 20 de dezembro de 1996 (Lei 9394) art. 29 referente a educação infantil, afirma que a primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 5 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Entretanto, Santos e Cavalari (2010) defendem que para que exista o desenvolvimento integral da criança é preciso que existam profissionais capazes e conscientes da importância da psicomotricidade, considerando-a como uma ciência

capaz de envolver toda a ação realizada pelo indivíduo, que represente suas necessidades e permita suas relações com os demais.

Santos e Cavalari (2010) reforçam que o movimento permite a criança explorar o mundo exterior. Paralelamente a inexistência do contato da criança com o concreto, pode promover um bloqueio capaz de isolar a criança das relações interpessoais. Dessa forma a construção do esquema corporal e a organização das sensações relativas ao próprio corpo têm um papel fundamental no desenvolvimento da criança.

De acordo com Alves (2013) a Educação Infantil representa um novo caminho acerca do desenvolvimento global da criança, portanto é de extrema importância que nesse período de construção do conhecimento associe-se o trato junto à qualidade motora, para que dessa forma a criança consiga vivenciar todas as etapas de seu desenvolvimento.

Para tanto, Alves (2013) destaca que é fundamental que os educadores compreendam todo contexto que envolve o desenvolvimento das crianças nessa fase escolar, bem como se adaptem de maneira efetiva para o trabalho com o desenvolvimento da psicomotricidade, principalmente junto aos anos iniciais.

Negrine (2007) relaciona que a base de todo processo intelectual e de aprendizagem das crianças centraliza-se estruturalmente na educação psicomotora, uma vez que a evolução do ser humano parte do geral para os específicos. Porém se a criança apresentar problemas de aprendizagem, na maioria das vezes, o responsável direto seria relacionado a uma falha no desenvolvimento psicomotor, daí se faz tão grande a necessidade da utilização da psicomotricidade, destacando o desenvolvimento do esquema corporal, da lateralidade, da estruturação espacial, da orientação temporal e da pré-escrita.

Paralelamente, Moreira (2007) destaca que a prática psicomotora remete a um processo de auxílio que acompanha a criança durante seu percurso maturativo, percorrendo desde expressividade motora e desenvolvimento até o acesso a capacidade de descontração. Moreira (2007) define a psicomotricidade como sendo uma técnica específica que envolve conhecimentos de várias ciências, objetivando estudar o corpo em movimento, visando desenvolver aspectos comunicativos do corpo, ofertando aos indivíduos a possibilidade de um melhor domínio corpóreo, minimizando o gasto energético, repensando gestos, aumentando a eficácia e a estética corporal,

aperfeiçoamento do equilíbrio e desenvolvimento das capacidades motoras e criativas. Tal recurso leva o indivíduo a centralizar sua atividade e movimento corpóreos, incluindo tudo que derivar direta ou indiretamente do mesmo, incluindo disfunções, patologias, educação e aprendizagem.

Para Ferreira Neto (2010) a educação psicomotora deve ser inserida de forma efetiva junto a educação infantil e os anos iniciais, uma vez que a mesma condiciona o processo de alfabetização, levando a criança a conscientizar-se do próprio corpo, dos conhecimentos sobre lateralidade, tempo e espaço, bem como desenvolver a coordenação motora efetiva e o domínio sobre seus gestos e movimentos. O autor reforça que a psicomotricidade não deve ser considerada apenas uma prática preventiva, mas sim diretamente educativa capaz de contribuir de forma eficiente para a construção da aprendizagem, facilitando o processo de alfabetização.

Segundo Ferreira Neto (2010) a história da psicomotricidade confunde-se com a história do próprio corpo, uma vez que foi marcada por grandes transformações e profundas reformulações, que culminaram na atual concepção de psicomotricidade. Entretanto para que o estudo da psicomotricidade fosse possível, fez-se necessário agregar conhecimentos de diversas outras áreas do conhecimento, em especial as ciências voltadas ao estudo do desenvolvimento humano e do comportamento motor.

A história da psicomotricidade, representada já um século de esforço de ação e de pensamento, a sua cientificidade na área da cibernética e da informática, vai nos permitir certamente, ir mais longe da descrição das relações mútuas e recíprocas da convivência do corpo com o psíquico. Está intimidade filogenética e ontogenética representam o triunfo evolutivo da espécie humana; um longo passado de vários milhões de anos de conquistas psicomotoras (FONSECA, 2008, p. 99).

Cunha (2010) destaca que a educação psicomotora vê a criança como um todo, associando a construção e a educação do esquema corporal, com a vivência de mundo que cada uma traz consigo, para só então fundamentar estratégias capazes de favorecer o desenvolvimento psicomotor.

Paralelamente, Coste (2008) conceitua a psicomotricidade como sendo a ciência da encruzilhada, uma vez que a mesma cruza diferentes pontos de vista, diferentes contextos e diferentes estruturas.

Assim sendo Barreto (2010) aponta que a educação psicomotora é extremamente importante para a formação da base da aprendizagem, tanto para o

desenvolvimento motor como para o afetivo e o psicológico. Com o auxílio dessa ferramenta, a criança terá maior oportunidade de realizar seu autoconhecimento, capacitando-a a pensar, desejar, perceber, raciocinar e ter consciência sobre seu próprio corpo, favorecendo um desenvolvimento integral, equilibrando o desenvolvimento mental, físico e sócio afetivo, indispensáveis para a construção de sua aprendizagem. Nesse espaço, o seu trabalho deve responder alguns questionamentos como: por que essa área é importante; o que tem e o que não tem sido feito até agora nessa área; por que o seu estudo é importante e o que está sendo apresentado nesse artigo científico.

2 METODOLOGIA

Para fundamentar o presente artigo, a pesquisa encontrou-se relacionada ao cunho descritivo de caráter bibliográfico, onde foram apresentados conteúdos importantes acerca da Educação Infantil, do histórico da psicomotricidade e da educação psicomotora e suas implicações no desenvolvimento global das crianças, bem como a influência da educação psicomotora no trato das dificuldades de aprendizagem.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Frente à apresentação do conceito de psicomotricidade e suas implicações na educação infantil, na medida em que a mesma segue interagindo e articulando durante as atividades de grupo, Santos e Cavallari (2010) destacam que a criança encontra espaço para sua própria expressão, permitindo transformações capazes de resultar em maior flexibilidade na relação consigo mesma, com os amigos, os familiares e com os diversos grupos com os quais ela se relaciona.

Dessa forma é possível constatar que é de suma importância assegurar o desenvolvimento funcional da criança, bem como auxiliá-la na busca pela expansão do equilíbrio e da afetividade, através da interação com o ambiente. Haja vista que as fases do desenvolvimento humano são comuns a todas as crianças, porém sua evolução acontece frente aos estímulos que o meio social, familiar e escolar pode ofertar.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente estudo foi possível verificar que a associação da motricidade com a Educação Infantil atua como uma ferramenta de grande importância para o processo de aprendizagem das crianças, haja vista que todas elas estão inseridas em um universo voltado para a interação com diversos estímulos, desde sempre, destacando ainda que mesmo no ventre materno, a criança interage com os estímulos recebidos do ambiente externo.

Respeitar os limites da criança, mas ofertar diversos estímulos ao longo de seu crescimento acrescenta muito na construção da afetividade, da interação, do desenvolvimento do equilíbrio e da percepção, resultando em um indivíduo melhor preparado para a construção de sua aprendizagem, em especial junto ao contexto da Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

- ALVES, F. **Psicomotricidade: Corpo, Ação e Emoção**. 1. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2013.
- BARRETO, S. de J. **Psicomotricidade, educação e reeducação**. 2. ed. Blumenau: Livraria Acadêmica, 2010.
- BRASIL, 1998. **Ministério da Educação e do Desporto. Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a educação Infantil**. Brasília. vol. 3. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>>. Acesso em: 20set. 2018.
- COSTE, J. C.A **Psicomotricidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 2008.
- CUNHA, M. V. et al. **Uma filosofia para educadores em sala de aula**. Coleção Pensar. v. 1 São Paulo: Nova Alexandria, 2010.
- FERREIRA NETO, C. A. **O desenvolvimento da criança e a necessidade de atividade motora**. In: Motricidade e jogo na infância. Rio de Janeiro: Sprint, 2010.
- FONSECA, V. **Contributo para o estudo da Gênese da Psicomotricidade**. 3ª ed. Lisboa: Editora Notícias, 2008.
- MOREIRA, N. R. **Desenvolvimento Psicomotor da criança**. Maringá (Apostila da Disciplina de Educação Física Infantil, ministrada para o curso de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Estadual de Maringá) 2007.
- NEGRINE, A. **A coordenação psicomotora e suas aplicações**. Porto Alegre, 2007.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

SANTOS, E.L. S. dos; CAVALARI, N. **Psicomotricidade e Educação Infantil.**
Caderno Multidisciplinar de Pós-Graduação da UCP, Pitanga, v.1, n.3, p. 149 –163.
2010.



A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR PARA O DESENVOLVIMENTO DAS HABILIDADES SOCIAIS NA PRIMEIRA INFÂNCIA: PAIS E PROFESSORES COMO AGENTES EDUCATIVOS

Ana Gabriela Salviato Rett, Giulia Celles de Souza, Elaine Cristina Gardinal Pizato
E-mail: gabrielasalviato93@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Nos dias atuais é possível perceber que as diversas variáveis no cotidiano das crianças, como a falta de tempo dos responsáveis por exemplo, fazem com que o brincar fique em segundo plano. A brincadeira traz contribuições em diversas vertentes da infância, como o desenvolvimento social e o cognitivo, é por meio dela que a criança se relaciona, descobre seu mundo, organiza seus pensamentos e emoções. A literatura da área aponta a importância em trazer a brincadeira para a vida das crianças, como apoio para seu desenvolvimento cognitivo, comportamental e social. O brincar é visto como essencial ao desenvolvimento humano em várias classes sociais, sempre estando presente na educação infantil aberta à criatividade, iniciativa e inovação por parte das crianças (LUCARIELLO, 1995 *apud* QUEIROZ; MACIEL; BRANCO, 2006).

Portanto, para um melhor desenvolvimento infantil e para a vida adulta é de suma importância o uso das habilidades sociais, que são compreendidas como respostas emitidas para alcançar determinados objetivos. Essas respostas serão julgadas como apropriadas ou não pelo próprio indivíduo. As habilidades sociais permeiam diversos setores da nossa vida, desde a comunicação, civildade, assertividade de enfrentamento e empatia, até habilidades sociais educativas. Para ser habilidoso socialmente é necessário o auto monitoramento, já que não agimos da mesma maneira em frente aos nossos amigos, familiares ou no trabalho, sendo necessário a adequação ao ambiente em que nos encontramos. Cada situação necessita de um filtro para determinar o que adequado em cada uma (FARIAS, 2017). De acordo com o que foi citado anteriormente, o ambiente em que a pessoa está inserida ensina as habilidades sociais, principalmente durante a infância e a adolescência. Essa aprendizagem será realizada, na maior parte do tempo, no relacionamento com o próximo. De acordo com Farias (2017), as situações vividas

servem como reforço, tanto positivo quanto negativo.

A prática das habilidades sociais tem como objetivo permitir ao adulto fazer com que a criança assimile o significado e a importância das suas atividades por meio do brincar. Esse recurso tem uma singularidade quando é mediado pelos pais ou professores, assim sendo um recurso importante para criar vínculos, regras, expressar sentimentos e para o processo de aprendizagem. Quando o adulto explora o uso das habilidades sociais ele proporciona a essa criança uma participação ativa, fazendo com que ela tenha novas experiências e informações.

O brincar está sendo retirado do universo infantil, cada vez as crianças brincam menos, por várias razões, como por exemplo, o amadurecimento precoce, redução do espaço físico em que vive, redução no tempo de brincar por conta do excesso de atividades extras concedidas como, inglês, natação, dança, computação, etc. O sujeito se constitui a partir das relações existentes com o outro, através de atividades caracteristicamente humanas. Portanto, o brincar da criança ajuda na análise do processo de constituição do sujeito, interferindo na visão de que ela não passa de uma atividade natural para satisfazer os instintos infantis. Nesse ponto, o brincar é entendido como uma atividade em que os significados sócio históricos ali produzidos são construídos (QUEIROZ; MACIEL; BRANCO, 1998).

É possível perceber que os adultos apresentam dúvidas e dificuldades sobre a importância do brincar com as crianças, a brincadeira é deixada de lado, pela falta de tempo, interesse, materiais ou horários adequados. A rotina de crianças e adultos é imerso pela tecnologia, levando a um estreitamento dos laços familiares, tornando os relacionamentos mais restritos. A criança passa por uma fase em que gosta de ficar com os adultos e outras crianças, onde ela é o centro de tudo, se apegam a suas coisas e não conseguem seguir regras em jogos e brincadeiras. Nessa hora ajudar os pais é de extrema importância para o crescimento social e intelectual da criança. Um bom relacionamento, alegre e afetivo e necessário para um equilíbrio emocional (COSTA et al., 2016).

A jornada de trabalho dos pais por ser ampla, reduz o tempo para o lazer das famílias, não promovendo atividades que envolvam aprendizagem, expondo essas crianças a programas excessivos como televisão, celular, videogame ou computador, por meio de conteúdo violento e não apropriado para a idade dessas crianças, fazendo

com que a comunicação e o agir seja imposta por esses meios tecnológicos. A relevância da qualidade da relação parental com as crianças vem sendo atestadas por estudos nos últimos anos, sendo alguns deles correlacionando práticas educativas inadequadas com problemas de desenvolvimento cognitivo, social e acadêmico das crianças (DEL PRETTE et al., 2003 *apud* GOMIDE, 2006). Com os pais esquecendo da importância do brincar, dão aos seus filhos presentes que acham ser “úteis”, como roupas e tênis de marca, tornando o brinquedo, muitas vezes caros, algo sem valor, mas sem saber o quanto o brinquedo é importante para o desenvolvimento emocional, social e cognitivo. Essas crianças estão se tornando pequenos adultos, estão dando valor para coisas sem valor, deixando de lado a alegria de brincar. Os adultos precisam entender que as crianças precisam ser crianças, precisam respeitar o tempo de seu desenvolvimento, incentivá-las a descobrir, viver, conhecer e ser no mundo. Quanto maior o nível de habilidades dos pais, maior será a frequência de participação nas atividades dos filhos (DEL PRETTE et al., 2006).

O objetivo deste trabalho será compreender o desafio dos professores e pais, ao inserir o brincar nas atividades do cotidiano das crianças, visando a importância da mesma para o desenvolvimento na Educação Infantil. Também terá como objetivo a importância das Habilidades Sociais para crianças na educação infantil, já que por meio dessas habilidades, que são imprescindíveis ajudam para a melhoria de comportamentos, interações sociais e manejo de problemas com adultos e crianças dentro e fora do âmbito escolar. Por meio da brincadeira, a criança vivencia experiências desenvolvendo a habilidades que ajudará as mesmas se tornarem mais confiantes e seguras aumentando a probabilidade de serem pessoas mais sociais tornando essas crianças adultos responsáveis, críticos e cidadãos conscientes.

Assim, a presente pesquisa terá como justificativa a reflexão sobre a prática do professor em um ensino desinteressado por um aprender, por meio da brincadeira, despertando a criatividade, raciocínio, conhecimento, aprendizado através de atividades lúdicas, agregando ao conteúdo exigido na grade curricular das escolas. Será mostrada também a seriedade dos pais se envolverem com as crianças em atividades para a construção do diálogo e estreitamento do vínculo familiar. Acredita-se que para criar melhores condições futuras e tornarem-se adultos comunicativos,

críticos, e cidadãos eficientes, na infância essas crianças devem praticar as habilidades sociais a partir de práticas lúdicas.

2 METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido com estudos qualitativos de natureza bibliográfica, a partir das bases de dados Google Acadêmico, Scielo e livros com as palavras chave, desenvolvimento humano, criança, brincar, primeira infância, revisando a história da brincadeira, e sua trajetória ao longo do tempo para se tornar um aspecto importante para a infância, assim tendo como foco principal a influência da mesma para formação do desenvolvimento infantil.

Segundo Lakatos e Marconi (1987) a pesquisa bibliográfica aborda todo o levantamento, seleção e documentação da bibliografia do assunto que está sendo pesquisado, em livros, revistas, jornais, boletins, monografias, teses, dissertações, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com o material já escrito sobre o assunto pesquisado.

Segundo Cervo e Bervian (1976) qualquer tipo de pesquisa em qualquer área do conhecimento, pressupõe e requer pesquisa bibliográfica antecipada, sendo para o levantamento da pesquisa em questão, para a fundamentação teórica ou ainda para justificar os limites e contribuições da própria pesquisa.

Por buscar desde a história da brincadeira até os dias de hoje, através de artigos e livros, presumimos que ter o contato com diversos autores sobre o tema nos dará a oportunidade de uma expansão de conhecimento, assim nos dando a oportunidade de mostrar a importância do brincar em diversas áreas do desenvolvimento da criança, trazendo novas ideias e conceitos para os que lerem esse projeto.

Alguns dos autores pesquisados são Jean Piaget, que nos traz detalhadamente a primeira infância que será abordada para a pesquisa, e Vygotsky que descreve como o ato de brincar é importante para diversas áreas do desenvolvimento infantil.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos estudos feitos, foi possível concluir que a brincadeira faz parte da construção do indivíduo, e são fundamentais para o desenvolvimento humano, pois exercem na prática as habilidades da linguagem, meio de expressão, comunicação,

emoções e na construção do conhecimento. Dessa forma, o brincar contribui para o aperfeiçoamento e aquisição dessas habilidades e competências importantes, desenvolvendo potencialidades, assim levando a criança estabelecer relações sociais mais concretas, solucionar conflitos sociais e pessoais com maior facilidade.

Foi possível analisar por meio dos artigos pesquisados que a brincadeira possibilita as interações pessoais, incentiva o aprendizado e as regras para que se conviva com outros indivíduos, instiga que a criança aprenda a levantar hipótese e solucionar problemas, adquirindo um mundo mais vasto de possibilidades. A criança na primeira infância, está em uma fase de explorar, descobrir e reconhecer o ambiente em que está inserida, desenvolvendo sua capacidade de se locomover, equilíbrio, coordenação motora, exploração do corpo e espaço, também adquire a linguagem oral e gestual proporcionando uma comunicação emocional e expressiva, dando a oportunidade do desenvolvimento moral, cognitivo e intelectual.

Dessa forma, na primeira infância, por mais que a criança ainda esteja mais voltada para si, a brincadeira dá início aos primeiros estabelecimentos do vínculo entre o que real e a imaginação, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo, linguagem verbal, personalidade e autonomia, facilitando o desenvolvimento da imaginação, áreas da identidade do indivíduo, concentração e memória. Com base nas pesquisas, o ato de brincar deve ser permeado de diversas formas, podendo ser ela espontânea, dirigida, podendo ser individualmente ou em grupo, com ou sem interação dos adultos, já que o mais importante é que por meio do brincar é desenvolvida a maturação individual em diversas áreas dessa criança.

O professor da Educação Infantil, age como mediador em brincadeiras que possibilitam a troca pedagógica de conhecimentos. É de grande importância que o professor por meio de um planejamento, dedicação, e empenho, exercendo a profissão com responsabilidade e amor, pois além da função de mediador na aprendizagem e conhecimento, será um modelo pessoal, dessa forma deverá acolher, transmitir segurança, e ter um olhar para as dificuldades, conquistas e necessidades de cada aluno.

Com base nos estudos feitos, pouco material foi encontrado sobre o papel dos pais diante da brincadeira, assim foi possível refletir da importância do mesmo para a formação de seus filhos, entendendo que aprendizagem acontece não apenas por meio

da metodologia proposta pela escola, mas também por meio do brincar, conscientizando importância da presença e valorização desses indivíduos diante dessas diversas atividades para o vínculo entre pais e filhos.

É importante salientar a necessidade de um canal de discussão entre os profissionais da saúde e da educação, a respeito da importância do planejamento e implementação de ações ligadas as Habilidades Sociais. Tais ações podem ser fundamentais na prevenção a uma vida socialmente ruim, evitando o desenvolvimento de transtornos mais graves na vida adulta. O aprendizado por meio das pesquisas mostra a ideia de que os programas de Treino em Habilidades Sociais (TSH) desde a infância, podem ser o melhor caminho para uma vida emocional estável. Entretanto, esses programas devem ir além da transmissão de informações sobre Habilidades Sociais, mas também focar no desenvolvimento de habilidades necessárias para lidar com os desafios da vida.

Dessa forma, intervenções que busquem promover a competência pessoal e social das Habilidades são muito importantes para o processo de desenvolvimento dessas crianças. Através de tais intervenções (brincadeiras, atividades, jogos) estará sendo realizado um trabalho preventivo de motivação e de estímulo às habilidades, como reconhecer suas emoções, como ser mais comunicativo, etc.

REFERÊNCIAS

CERVO, A.L, BERVIAN, P.A. Metodologia Científica. São Paulo: Editória McGraw- Hill, 1976. USP. **Universidade de São Paulo e-Disciplinas, Sistema de Apoio às Disciplinas**. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/388029/mod_resource/content/1/Apostila%20da%20metodologia%20de%20pesquisa.pdf> Acesso em: 13 maio. 2018.

COSTA, S.M.M et al. As Brincadeiras como Dispositivo Cognitivo e as Fases de Formação da Criança. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, 2016, vol 01. Disponível em <<https://semanaacademica.org.br/artigo/brincadeiras-como-dispositivo-cognitivo-e-fases-de-formacao-da-crianca>>. Acesso em 26.mar.2018.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z.A.P.; PEREIRA, C.S; CIA, F. Habilidades Sociais Parentais e o Relacionamento entre Pais e Filhos. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v.11, n. 1, p. 73-81, jan/abr. 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/pe/v11n1/v11n1a09.pdf>> Acesso em: 28 mar. 2018



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

FARIAS, J. **O que são Habilidades Sociais?. Psicocast.** 20 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.psicocast.com.br/o-que-sao-habilidades-sociais/20/>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

LAKATOS, E.M; MARCONI, M.de.A. Metodologia do trabalho científico. **Olivia Neto Instituto de Educação, Científica e Tecnologia, Rio Grande do Norte.** São Paulo: Editora Atlas, 1987 Disponível em: <http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view>. Acesso em: 25 abril. 2018.

QUEIROZ, N.; MACIEL, D.; BRANCO, A. Brincadeira E Desenvolvimento Infantil: Um Olhar Sociocultural Construtivista. Universidade de Brasília, **Paidéia**, v. 16, n. 34, p.169-179, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v16n34/v16n34a05.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2018.



A IMPORTÂNCIA DO FAZ-DE-CONTA NAS SÉRIES INICIAIS

Bruna Firmino de Souza, Isabella Helena Fuzel, Paloma Cristina Gonçalves, Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli, email: susezan@bol.com.br

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é compreender a importância do faz-de-conta no universo do brincar infantil. O brincar, como uma atividade necessária no processo de aprendizagem, pode proporcionar o desenvolvimento da pessoa integral e o desenvolvimento da imaginação através das brincadeiras de faz-de-conta, do jogo simbólico, representativo ou imaginário.

A brincadeira do faz-de-conta proporciona à criança capacidade de se expressar, dramatizar e aprender a representar, tomando como referência a imagem de uma pessoa, de uma personagem ou de um objeto.

2 METODOLOGIA

Buscando responder ao objetivo do estudo já anunciado, recorreremos aos princípios qualitativos de pesquisa por fontes bibliográficas, realizando leitura exploratória, analítica e interpretativa de fontes referenciais selecionadas para o desenvolvimento do trabalho.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Arce (2004) discutiu em seu texto sobre o brincar como um método de aprendizagem que vem se difundindo há muito tempo, se iniciando com o educador Froebel, que dedicou seus estudos e especializações a esta área.

Segundo ela, este autor foi um dos percussores quanto a união do jogo e da brincadeira como método de aprendizagem e desenvolvimento infantil em sua época, ele via a infância como algo natural, favorecia através da unidade vital a interiorização e a exteriorização, como um requisito necessário no processo de desenvolvimento da criança.

Sendo assim Froebel, (apud Arce, 2004) divide o desenvolvimento humano em estágios: a primeira infância, a infância e a idade escolar, para cada fase um tipo de educação respeitando as características da mesma.

Segundo Arce (2004), na perspectiva de Froebel o jogo é um mediador do autoconhecimento, a brincadeira é a chave para nos comunicarmos e conhecermos a criança pequena.

O jogo varia conforme a idade da criança. A brincadeira e o brinquedo são mediadores no processo de apreensão do mundo pela criança, por meio da interiorização e exteriorização, estes devem ser escolhidos de maneira responsável, pois é importante para o desenvolvimento infantil.

A brincadeira de faz-de-conta, é fundamental para o desenvolvimento infantil, onde por meio dela a criança tem condições de criar, recriar e descobrir o real e o imaginário de forma lúdica. “A criança expressa-se pelo ato lúdico e é através desse ato que a infância carrega consigo as brincadeiras de faz-de-conta”. (CRAIDY, 2001, p. 103, apud CREMONINI, 2012, p.7).

Esta tem como objetivo fornecer experiências onde a criança tem a possibilidade de vivenciar papéis, tendo assim, interações com os adultos que os rodeiam, desenvolvendo também o aprendizado.

Brincando de faz-de-conta, a criança cria situações imaginárias de acordo com o que vivencia em sua cultura. Com esta pratica o aprendizado acontece de forma espontânea e prazerosa.

Na brincadeira de faz-de-conta a criança desenvolve a autonomia e adquire significado do mundo adulto para ela, já que ela recria sua realidade através da imaginação, além das habilidades motoras, cognitivas, sociais e afetivas, fazendo do brincar uma atividade principal para seu desenvolvimento completo.

O indivíduo não é apenas um produto do seu meio, mas um sujeito ativo que interfere no meio. Para ele é muito importante a interação da mesma com o meio social que ela vive. O processo de desenvolvimento humano só ocorre pela mediação de processos de aprendizagem. (VYGOTSKY, 1984, apud CREMONINI, 2012, p. 7).

Junto do faz-de-conta a criança pode utilizar brinquedos e objetos, que auxiliam em situações da imaginação e da fantasia, que são vividas no meio familiar e escolar,

servindo de base para a qualidade da brincadeira (OLIVEIRA, 2002, apud CREMONINI 2012).

Segundo RCNEI (BRASIL 1998, apud Barboza; Volpini, 2005), o brincar é fundamental para o desenvolvimento da identidade e da autonomia, com ele as crianças podem se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde representar determinado papel na brincadeira fazendo com que ela desenvolva sua imaginação.

Conhecido por análise da evolução do pensamento infantil, da criança recém-nascida até a adolescência, Jean Piaget (2003, apud Barboza; Volpini, 2015) postula que o desenvolvimento cognitivo passa por quatro estágios: sensório-motor, pré-operatório (onde a criança utiliza símbolos, brinca de faz-de-conta e desenvolve inteligência representativa, ocorre dos 2 aos 7 anos), operatório concreto e operatório formal. A inteligência representativa, não ocorre somente pelo faz-de-conta, mas também pela imitação, linguagem, imagem e o desenho. Para ele:

Sua função consiste em satisfazer o eu por meio de uma transformação do real em função dos desejos: a criança que brinca de boneca refaz sua própria vida, corrigindo-a à sua maneira, e revive todos os prazeres ou conflitos, resolvendo-os compensando-os, ou seja, completando a realidade através da ficção. (PIAGET 2003, P. 28-29, apud BARBOZA; VOLPINI, 2015, P. 6)

As brincadeiras devem ser vistas como um exercício de conhecimento de mundo para a Educação Infantil. Todas as crianças têm direito de brincar e cada uma delas tem o seu modo de agir, expressar, e se relacionar perante as brincadeiras propostas em seu cotidiano. Segundo Cunha:

Quando existe representação de uma determinada situação a imaginação é desafiada pela busca de soluções para os problemas criados pela vivência dos papéis assumidos. As situações imaginárias estimulam a inteligência e desenvolvem a criatividade. (CUNHA 2007, p. 23, apud BARBOZA; VOLPINI, 2015, p. 8).

É importante que haja um adulto por perto realizando a observação do faz-de-conta. Cada criança interpreta de uma maneira, por esse motivo os educadores necessitam observar seus alunos em todos os momentos junto aos brinquedos e brincadeiras as atitudes ressaltando o que a criança pode trazer de novo. O papel do educador é proporcionar espaços temáticos para que haja ação espontânea, diversas brincadeiras, vendo o brincar como um projeto educativo. O mesmo deve participar

desse mundo mágico e lúdico infantil, real e verdadeiro, não bastando apenas ficar olhando.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que é muito importante para o desenvolvimento da criança a realização de jogos e brincadeiras durante os anos iniciais da Educação Infantil, trabalhando de modo mediador, onde a brincadeira do faz-de-conta é uma das maneiras da criança se apropriar do mundo, podendo atribuir significados aos objetos e aos acontecimentos do mundo.

As brincadeiras de faz-de-conta desenvolvem na criança a capacidade de criar um mundo imaginário, e através dele conhecer e interpretar o mundo, seus objetos e sua cultura. Assim a criança tem condições de criar, recriar, descobrir e também viver o real e o imaginário de forma lúdica. Sendo assim a brincadeira de faz-de-conta é um momento de aprendizado, onde a criança vive papéis, como por exemplo, professor, médico, e dá novos significados as coisas.

A essência do faz-de-conta no universo do brincar é relativamente interligada, ou seja, ela só acontece porque é uma brincadeira espontânea de expressões momentâneas e vividas pela criança, servindo de instrumento para compreensão de realidade, as crianças fantasiam para não entrar em conflito. Ela proporciona desenvolvimento global da criança tornando-a um ser social e trazendo benefícios emocionais permitindo desenvolver competências cognitivas na medida em que compreende os diferentes papéis dos adultos.

As interações de aprendizagens se dá a partir da mediação do professor com o aluno. Onde os professores/educadores precisam proporcionar espaços temáticos, conhecido como diferentes “cantinhos”, visando assim o brincar com intuito educativo. É a partir das atividades espontâneas das crianças na brincadeira do faz-de-conta facilita ao professor identificar as necessidades, os medos e o emocional das crianças enquanto elas brincam.



REFERÊNCIAS

ARCE, A. **O jogo e o desenvolvimento infantil na teoria da atividade e no pensamento educacional de Friedrich Froebel.** Cad. Cedes, Campinas, v. 24, n. 62, p. 9-25, abril 2004.

BARBOZA, L; VOLPINI, M. **O faz de conta: simbólico, representativo ou imaginário.** Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro-SP, 2015.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. **Referencial curricular nacional para educação infantil.** Brasília, DF: MEC, 1998.

CREMONINI, M. W. **Brincadeira de faz-de-conta na educação infantil: reflexões a partir da ação pedagógica.** Chapecó, p. 4-14, 2012.



A IMPORTÂNCIA DO PSICOPEDAGOGO NA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Carolina Fabricio, Marina Chenaldi Romão, Vania Borim Delpino, e-mail: vaniapsico@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

A importância do psicopedagogo nas instituições de ensino, tema proposto neste estudo, com ênfase sobre a psicopedagogia e a influência da educação e motivação no processo ensino aprendizagem.

O educador que atua nesse âmbito deve buscar constantemente estratégias de intervenção pedagógicas para favorecer o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças que se encontram na educação infantil e séries iniciais. Sendo uma relação ampla e vigorosa que se realiza entre professor e aluno, de fato, o processo ensino aprendizagem e o sucesso ou insucesso do trabalho pedagógico, em grande parte, é de suma importância para a qualidade dessa relação.

2 METODOLOGIA

Ligado ao conhecimento científico faz-se necessário que também haja o emprego de uma metodologia com o intuito de realizar uma abordagem ampla e útil ao projeto (MARCONI, LAKATOS, 1996).

Contemplando as obras publicadas nos últimos anos e utilizando os termos chave: psicopedagogo, instituição de educação infantil e importância. Para a pesquisa estes termos chaves foram utilizados de forma individual e em combinações.

Segundo Lakatos (1996), para um estudo ser justificável deve observar e atender a três critérios basilares, os quais seguem: a importância, a originalidade e a viabilidade para a realização da concretização de um sonho, pois, os sonhos se cruzam com o conhecimento que foram captados durante o curso.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O setor educacional passou por renovações, sendo que várias reformas foram feitas no ensino primário. Foi ai que surgiu a primeira geração de educadores

brasileiros sendo eles, Anísio Teixeira, Lourenço filho, Almeida Junior e Fernando de Azevedo, que estavam à frente do movimento para implantação dos ideais da Escola Nova divulgando assim em 1932 o Manifesto dos Pioneiros, sendo esse o documento que fundiu os pontos principais desse movimento, e redefiniu o papel do Estado no âmbito educacional (BOSSA, 2000).

Pois, a partir de 1996 com criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional atualmente a Lei 9.394/96, a educação básica e a infantil passaram a ser uma só, incluindo ensino fundamental e médio, visando atender as crianças.

Quando se fala de crianças percebe-se a necessidade de criar situações em que elas sejam instigadas a criar coisas novas, se expressarem e mostrarem suas ideias e seus desejos, mas sempre respeitando seu desenvolvimento. Como afirma Freire (1992), o padrão de desenvolvimento no qual a criança se encontra pode ser definido a partir do esforço de adaptação no mundo.

Piaget (2007) mostra que um fracasso escolar, pode ser associado com a condução de ensino do professor, ou seja, a forma como ele conduz seu aluno ao conhecimento. O autor também deixa claro que essa responsabilidade não deve recair totalmente sobre o professor, mas também sobre a qualidade do ensino como um todo.

Dificuldade de aprendizagem é um termo utilizado desde a década de 60, mas até os dias de hoje é mal-entendido por pais e professores, podendo ir de uma simples desatenção em aula ou desobediência. Porém a dificuldade de aprendizagem pode ser motivada por transtornos, ocasionados por alguns problemas intelectuais, neurológicos ou emocionais podendo assim, afetar o desempenho escolar.

As dificuldades de aprendizagem não devem ser tratadas como problemas impossíveis, mas como um desafio que fazem parte desse processo, já que segundo Falk (2011), a aprendizagem pode ser dividida em diferentes pontos de vista. Um deles é a neurociência, que diz que a aprendizagem é um processo complexo e dinâmico, onde ocorrem mudanças estruturais e funcionais permanentes no sistema nervoso central. Pesquisadores afirmam que a aprendizagem acontece por causa da plasticidade do cérebro, que é a capacidade que ele tem para se adaptar a mudanças do ambiente. As principais dificuldades de aprendizagem são a dislexia, a disgrafia, a discalculia, a dislalia e a disortografia.

Essas dificuldades, segundo Falk (2011), podem ser consideradas como problemas educacionais, mas pode abranger outros fatores como, familiar, psicológico, pedagógico, econômico e sociocultural. Por isso é necessário que ambas as partes possam compreender essas dificuldades para que assim, possam ser solucionadas.

Psicopedagogos têm um papel muito importante no ambiente escolar, tanto na relação entre professores, funcionários, alunos e família, e em muitos casos tendo que mediar situações que fazem a prática educativa algo cansativo, trazendo para o ambiente escolar algo mais harmonioso (RABITTI, 1999).

A relação entre o psicopedagogo e o professor deve ser a melhor possível, sendo a escola parte da sociedade e a aprendizagem a forma de interar a criança com o meio social, é importante mostrar o valor que o mundo sociocultural tem em sua aprendizagem, e o psicopedagogo é quem pode ajudar o professor a entender as ações do aluno quando o professor passa a não se sentir seguro com seu processo de ensino (RABITI, 1999). O psicopedagogo pode também promover a formação continuada dos professores, proporcionando sua aprendizagem, portanto também, a aprendizagem do aluno.

Psicopedagogos podem trabalhar em várias áreas, sendo de forma preventiva ou terapêutica, compreendendo assim o desenvolvimento e as atividades humanas. Podem atuar nas escolas ou na preparação de profissionais da área de educação segundo Smole (2006), assim, agindo preventivamente o psicopedagogo pode participar das relações da comunidade escolar e detectar perturbações nos processos de aprendizagem. Podendo assim o psicopedagogo atuar na saúde ou na educação, já que esse pode entender a aprendizagem humana sob várias vertentes. Segundo Bossa (2000), a psicopedagogia se estrutura com base na aprendizagem humana, levando em consideração a influência do meio, o desenvolvimento, a evolução normal e patológica. O profissional de psicopedagogia se dedica em assistir escolas a fim de declarar seus funcionários aptos e capazes de oferecer uma melhor condição no processo de ensino e aprendizagem. O bom desempenho do psicopedagogo faz com que melhore a qualidade de trabalho dos educadores e estimula as relações interpessoais. É preparado para o atendimento do público em geral que apresente qualquer tipo de dificuldade de aprendizagem, podendo atuar em clínicas, empresas e escolas.

Bossa (2000), diz que com a baixa do desenvolvimento acadêmico, a preocupação das escolas com alunos com dificuldade de aprendizado é cada vez maior, pois essas não sabem como lidar com essas crianças e em muitos casos não possuem uma política de intervenção que possa vencer os problemas de aprendizagem.

Para tanto, o psicopedagogo é qualificado como um profissional apto a trabalhar a educação por meio de técnicas e métodos próprios, juntamente com toda uma equipe escolar, mobilizando a construção de um espaço adequado as condições de aprendizagem (RABITTI, 1999).

Dessa forma os diversos obstáculos que surgem no ambiente escolar podem se relacionar com certo significado. Favorecendo a formação pessoal e profissional do psicopedagogo, que provoca a construção de uma identidade própria que possa reunir qualidades e habilidades, desse profissional.

Segundo Rabitti (1999), é papel do psicopedagogo analisar os alunos e detectar todos os problemas de aprendizagem existentes assim, conhecendo suas dificuldades e potenciais construtivos, e quando necessário esse pode encaminhá-lo para outro profissional que desenvolvera um complemento de diagnostico tudo para que o aluno possa se desenvolver.

Para Smole (2006), pesquisas comprovam que há um grande número de alunos que necessitam de uma atenção educacional diferenciada. Dessa forma o desenvolvimento de trabalhos pedagógicos pode contribuir, ajuda os educadores a aprimorarem seus conhecimentos sobre teorias de ensino e aprendizagem, de forma que outras áreas de conhecimento podem auxiliar o educador em seu processo de ensino. Dessa forma, o educador pode se ver como aluno e professor.

Assim, o psicopedagogo está preparado para auxiliar os educadores, por meio de atendimentos pedagógicos individualizados (se necessário), bem como participar do diagnóstico e a pequenos atendimentos de grupos de alunos (SMOLE, 2006). Quando ocorre uma parceria entre psicopedagogo e professor, a aprendizagem se torna mais enriquecedora, principalmente se os professores forem especialistas nas disciplinas que lecionam. Essa parceria não deve existir somente entre psicopedagogo e professor, mas também com os pais e os alunos.

A psicopedagogia só atende seus objetivos quando existe uma parceria com a escola onde essa, viabiliza recursos que atendam as necessidades de aprendizagem.

Smole (2006), diz que o psicopedagogo estimula o estabelecimento de vínculos e as relações interpessoais. Sempre envolvendo toda a equipe escolar, ampliando assim o olhar entorno do aluno ajudando-o da melhor forma possível a se desenvolver.

A tarefa preventiva do psicopedagogo junto à instituição é ter uma postura crítica em relação aos problemas escolares, criando novas expectativas para a melhoria da prática pedagógica.

Segundo Cavicchia (1996), para resolver o fracasso escolar é necessário recorrer principalmente a um plano de prevenção nas escolas, batalhar para que o professor possa ensinar com prazer para que, com isso, seu aluno possa aprender com prazer, denunciar a violência encoberta e aberta instalada no Sistema Educativo, em outros objetivos. Com tantas diferenças que o professor encontra em sala de aula, uma intervenção psicopedagoga se torna necessária, pois, em muitos casos o professor não possui conhecimento suficiente para atender a demanda e dessa forma, a ajuda de um psicopedagogo é imprescindível, pois podem estudar juntos os casos angariando melhores resultados.

Segundo Hoffmann (1999) a escola possui um papel muito importante no desenvolvimento do “ser psicológico” de cada aluno. Sendo assim, o professor e o psicopedagogo juntos serão mediadores desse desenvolvimento. Para que isso possa acontecer é importante que se conheça o nível de desenvolvimento da criança e saber o que é necessário para esse desenvolvimento. Com o diagnóstico do psicopedagogo a escola devem se concentrar no desenvolvimento que ainda não foram alcançados pelos alunos, mas que esses já tenham sido iniciados durante as aulas. Durante esse período o que deve ser observado é o desenvolvimento de cada uma das crianças.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o contexto dessa análise é possível compreender a importância do trabalho do psicopedagogo, voltado à Educação Infantil, e perceber a importância de todas as atividades (leitura, dinâmicas) voltadas e recomendadas para incentivar o sistema sensório motor.



Contudo, a carência de estudos sobre o tema em um contexto sociocultural brasileiro, e a importância de se estudar de forma mais específica a construção do trabalho do psicopedagogo voltado para a Educação Infantil, pois sempre respeitando a individualidade de todas as crianças. Trabalhando caso a caso, se necessário.

Assim sendo, a psicopedagogia fornece ao educador e ao educando experiências específicas, sejam estas culturais e educacionais, que podem favorecer o desenvolvimento dos mesmos.

Cabe assim, ao profissional não esquecer sua função nunca, que é a de primeiro orientador e guia do desenvolvimento de crianças e futuros jovens. Enfim, o trabalho árduo de psicopedagogo vem a superar gradativamente as dificuldades encontradas tanto para as crianças quanto as famílias, aumentando assim, autoestima, autoconfiança, e fazendo que estes tenham cada vez mais autonomia perante a vida.

REFERÊNCIAS

BOSSA, N. A. A. **Psicopedagogia no Brasil. Contribuições a partir da prática.** 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

BRASIL. **Lei. 9.394/96.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 03 out. 2018.

CAVICCHIA, D. C. **Psicopedagogia na Instituição educativa: a creche e a pré-escola.** In: SISTO (Org.). A atuação psicopedagógica escolar. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

FALK, J. **Educar os três primeiros anos: a experiência de Lóczy.** 2ª ed. Araraquara: Junqueira&Marin, 2011.

FREIRE, J. B. **Educação de Corpo Inteiro: teoria e prática da Educação Física.** 2ª ed. São Paulo: Editora Scipione, 1992.

HOFFMANN, J.; SILVA, M. B. G. **Ação educativa na creche.** 5ª ed. Porto Alegre: Mediação, 1999.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.

PIAGET, J. **Para onde vai a educação?** Trad. Ivete Braga. 18 ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2007.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

RABITTI, G. **À procura da dimensão perdida:** uma escola de infância de ReggioEmilia. Trad. Alba Olmi. Porto Alegre: Artmed, 1999.

RCNEI. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>>. Acesso em 03 out. 2018.

SMOLE, K. C. S. **Escola para crianças de 4 a 6 anos.** Brasília: CIB - Cisbrasil, 2006.



A IMPORTÂNCIA DOS CONHECIMENTOS PSICOPEDAGÓGICOS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Natália Alves Anézio, Suselaine Aparecida Zaniolo,
e-mail: nataliaalves.jau@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O estudo sobre a importância dos conhecimentos psicopedagógicos para a formação de professores do ensino fundamental têm sido de grande importância para o cenário brasileiro, devido às grandes mudanças enfrentadas pelos docentes nos últimos tempos. Dessa maneira, os desafios encontrados por educadores tendem a aumentar, principalmente por conta da enorme diversidade encontrada em sua clientela, o que exige do mesmo melhor preparo desde sua formação, conhecimento sobre a visão psicopedagógica e de como ela auxilia para formar reflexão sobre sua prática.

O autor Saviani (2000) retrata que a educação brasileira nos últimos tempos necessita se atentar para aspectos que até então não se restringiam exclusivamente a ela, como o de formar cidadãos críticos a respeito da sociedade e daquilo que dela provém de acordo com os interesses e habilidades do aluno. Assim sendo, é cada vez mais necessário o estudo dos conhecimentos psicopedagógicos para a formação de professores do ensino fundamental, pois ela vem hoje como suporte para o preparo e desenvolvimento de um olhar mais reflexivo sobre seus alunos inseridos nos mais diferentes contextos.

A escola tem o papel de possibilitar o acesso das novas gerações ao mundo do saber sistematizado, do saber metódico, científico. Ela necessita organizar processos, descobrir formas adequadas a essa finalidade. Essa é a questão central da pedagogia escolar. Os conteúdos não representam a questão central da pedagogia, porque se produzem a partir das relações sociais e se sistematizam com autonomia em relação à escola. (SAVIANI, 2000, p. 66).

De acordo com Saviani (2011), em decorrência do acesso universal ao Ensino Fundamental e da escolaridade obrigatória vieram à tona problemas relativos à qualidade do ensino, por vezes atestados por avaliações nacionais e até mesmo internacionais, que evidenciam o desempenho insatisfatório e a dificuldade por grande parte dos alunos de chegar a conclusão desse ensino. Por afetar diretamente neste

processo, a formação de professores passou a ser uma das questões de maior atenção, visto que hoje as instituições formadoras desses profissionais e aqueles já em exercício tendem a ser observados como vilões por instancias superiores que regem a educação brasileira.

A busca da qualidade de ensino na formação básica voltada para a construção da cidadania, para uma educação sedimentada no aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser e para as novas necessidades do conhecimento, exige necessariamente, repensar a formação inicial de professores, assim como requer um cuidado especial com a formação continuada desse profissional com um olhar crítico e criativo. Essa preocupação é relevante, tendo em vista o atual contexto de reformas educacionais, que visam a dar respostas à complexa sociedade contemporânea. (COSTA, 2004, p. 64).

O autor Vygotsky (1989) aponta o processo de interação como forma de internalização de aprendizagem e descreve como sendo o caminho do objeto até a criança e desta até o objeto, esta pode ser feita por meio de outra pessoa, daí então surge o conceito de que a aprendizagem necessita muitas vezes de um mediador, papel este que é desempenhado pelo professor e que quando embasado pela psicopedagogia amplia horizontes para melhor desempenho de sua função docente.

Grassi (2009) salienta que o professor deve ser visto como facilitador do desenvolvimento e da aprendizagem de seus alunos, em que precisa ter com eles um bom relacionamento, baseado na democracia e que desenvolva a consciência em torno dos limites necessários para a convivência grupal. Para isso, o uso de estratégias como “combinados” e de pré-acordos criados conjuntamente possibilita criar um ambiente harmonioso e uma convivência mais respeitosa.

Dessa maneira, o presente artigo tem como objetivo propor uma reflexão sobre a importância das abordagens psicopedagógicas para professores da educação básica, despertando a atenção da comunidade escolar, principalmente professores, psicopedagogos e demais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem para um olhar mais reflexivo sobre sua prática, possibilitando o repensar de sua atuação dentro da sala de aula.

2 METODOLOGIA

Para este estudo, utilizou-se a pesquisa teórico-bibliográfica pelo método dedutivo e análises feitas em fontes secundárias – com coleta de materiais publicados em livros, artigos e no Código de Ética da Psicopedagogia (2011) a respeito da

importância dos conteúdos psicopedagógicos. Autores como Saviani (2000), Vygotsky (1989) e Grassi (2009) que se remetem a formação do professor e a teorias de aprendizagem foram utilizados para embasamento dele.

A pesquisa se deu entorno do papel que o professor tem hoje para a educação brasileira e de como isto pode ser trabalhado em sua formação. Em seguida, a pesquisa voltou-se para a importância que tem os conteúdos psicopedagógicos hoje para o profissional da educação, visa compreender algumas teorias sobre o processo de ensino-aprendizagem e atentando-se para o Código de Ética da Psicopedagogia (2011), que norteia todo o trabalho psicopedagógico atualmente. O último capítulo foi elaborado pensando em como alguns conteúdos e estratégias da psicopedagogia podem vir como auxílio na elaboração das aulas de professores do Ensino Fundamental e de como estes podem expandir a visão do professor ainda em formação para que ele adapte melhor os conteúdos ao tipo de clientela.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa mostrou que é de extrema importância para o professor de ensino fundamental em formação se aprofundar sobre algumas teorias psicopedagógicas para embasamento de sua prática, a partir disso, ele terá a possibilidade de maior de reflexão sobre características individuais de aprendizagem de cada aluno e de como uma mediação eficiente influencia no andamento da sala de aula. O professor que possui a formação psicopedagógica necessita estar preparado para as diversas situações relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem, além disso, é essencial que o mesmo compreenda seu aluno, suas características de sua personalidade, as etapas de desenvolvimento na qual ele se encontra, seja em relação ao aspecto motor, emocional, cognitivo ou social, ou o modo como aprende.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se, portanto, que com a junção de esforços por parte do professor em formação em conhecer mais a fundo algumas teorias de aprendizagem, como trabalhá-las para um ensino mais eficiente, considerando seu aluno em sua integralidade e aplicando novas metodologias, o docente poderá desenvolver um olhar mais reflexivo



sobre seus alunos em sua particularidade, melhores serão os resultados a serem alcançados e mais alunos serão beneficiados.

REFERÊNCIAS

ABPp – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA. **Código de Ética**. Disponível em: <http://www.abpp.com.br/documentos_referencias_codigo_etica.html>. Acesso em: 28 ago. 2018.

COSTA, N. M. de L. A **Formação Contínua de Professores** – novas tendências e novos caminhos. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/48/52>>. Acesso em: 14 set. 2018.

GRASSI, T. M. **Psicopedagogia**: um olhar uma escuta. Curitiba: Editora IBPX, 2009.

SAVIANI, D. **Formação de professores no Brasil**: dilemas e perspectivas. Poiesis Pedagógica, Goiânia, v. 9, n. 1, jan./jun. 2011. p. 7-19.

_____. **Pedagogia Histórico-Crítica**: Primeiras aproximações. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

VYGOTISKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.



A INTERVENÇÃO DO PROFESSOR NO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA LÍNGUA ESCRITA

Denise de Oliveira Longato, Ariele Rayane Gabriel, Magda Cristina Scipioni Veríssimo,
e-mail: denisetutulongato@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Nos dias atuais existem muitas teorias de aprendizagem, que buscam entender e esclarecer sobre como uma criança aprende o sistema de escrita. Uma dessas teorias é a pesquisa realizada por Ferreiro e Teberosky (1999) intitulada Psicogênese da Língua Escrita, que teve como base os estudos realizados por Piaget.

Segundo as autoras, a Psicogênese da Língua é uma teoria que descreve o percurso que cada indivíduo faz em seu processo de aquisição da base alfabética escrita. Parte-se da concepção de que a aquisição do conhecimento se baseia na atividade do sujeito em interação com o objeto de conhecimento, através destas interações, o aprendiz constrói hipóteses a respeito da escrita percorrendo um caminho que é representado por níveis denominados: pré-silábico, silábico, silábico-alfabético e alfabético.

A teoria é fundamentada em princípios piagetianos e tem como concepção a construção da escrita como um sistema de representação da linguagem e acredita que a criança é um sujeito ativo dentro do processo ensino-aprendizagem sendo protagonista de todo seu aprendizado. Essa construção não acontece de forma linear, ela é permeada por conflitos cognitivos que contribuem para as aprendizagens. Portanto, fazem parte desse processo os chamados “erros construtivos” que são fundamentais para construir os conceitos necessários a compreensão de todo o sistema alfabético.

Dento deste processo a figura do educador é essencial, pois é ele quem deve compreender todo o processo de construção para poder intervir de forma correta e competente durante a progressão do conhecimento de seus alunos. Para a intervenção ser mais pontual é necessário que o professor tenha o conhecimento sobre a Psicogênese da Língua escrita para ter mais facilidade para compreender a escrita e hipóteses apresentada por seus alunos.

Uma estratégia que pode ajudar o professor a descobrir o que seu aluno sabe sobre o sistema de escrita é a realização de um diagnóstico inicial. A partir dele, é possível planejar situações de aprendizagem e organizar agrupamentos que favoreçam o avanço dos alunos em relação à aquisição do sistema de escrita.

2 METODOLOGIA

Este trabalho tem como finalidade principal, compreender a concepção de aprendizagem do sistema de escrita e apresentar como a criança aprende o sistema de escrita alfabético por isso, optou-se pela metodologia de pesquisa bibliográfica para a coleta de dados teóricos, baseando-se em informações de autores que acordam o tema. O trabalho apresenta como é realizado e quais as situações enfrentadas pelas crianças em seu processo de aquisição, descrevendo de forma mapeadora o percurso que cada indivíduo faz em seu processo particular de aquisição da base alfabética da escrita e a relação do professor, que é o mediador e estimulador de todo esse processo na construção de todo esse conhecimento.

Essa pesquisa procurou mostrar os problemas que ocorrem no processo de ensino aprendizagem do sistema de escrita, priorizando as estratégias, que podem ser usadas na intervenção do professor durante todo esse processo, sendo muito mais que apenas um precursor, mostrando que não há incapacidade de aprender, e sim que existem muitas maneiras de identificar e talvez corrigi-los. Sendo o professor o profissional que deve desempenhar um papel ativo na formação do conhecimento do aprendiz, devendo buscar uma formação sólida teórica com a prática docente para ter um auxílio e conhecimento durante o processo teórico e prático dentro da sala de aula, buscando alcançar os objetivos do ensino para a apropriação do sistema da leitura e da escrita.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos mostram que só a partir de um planejamento de uma boa situação de aprendizagem, que é uma intervenção do professor, se alcança o resultado esperado no processo de aquisição da escrita.

A pesquisa comprova que uma boa situação de aprendizagem coloca a criança diante de desafios, que exige que se coloquem em jogo tudo o que sabe e pensa sobre

o conteúdo estudado, no caso, o sistema de escrita. Coloca-a também, muitas vezes, por meio das interações, nos agrupamentos produtivos, numa situação de conflito e reflexão, quando compara suas hipóteses com as dos colegas.

Para finalizar mostra a importância do professor como mediador de todo esse processo, que traz consigo muitos papéis: conhecedor da língua, observador da escrita e a mediador entre o sujeito e o objeto de conhecimento. Entende-se por Mediação uma intervenção planejada que favorecer a ação do aprendiz sobre o objeto escrita, ação esta que se encontra na origem da aprendizagem. Para haver o exercício desta mediação, o professor precisa ter principalmente instrumentos para detectar com clareza o que seus alunos já sabem e o que eles ainda não sabem.

Para que isso aconteça é necessário um conhecimento do conteúdo da língua escrita em toda sua complexidade, do processo de aquisição da língua escrita e fundamentalmente da disposição do professor para estudar, para construir sua competência e planejar situações de aprendizagem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se com o presente trabalho, a importância da Psicogênese da Língua Escrita para o processo ensino-aprendizagem do sistema alfabético. A teoria traz consigo a ideia construtivista de Piaget, que fundamenta os mecanismos que estão presentes na construção do conhecimento, mostrando que nenhum conhecimento é dado como algo acabado. Houve uma grande reviravolta com as concepções apresentadas por Emília Ferreiro e Ana Teberosky, que tiveram papel fundamental no avanço dos processos de alfabetização, trazendo uma grande contribuição para educação.

Uma das contribuições foram as rupturas que aconteceram. Duas rupturas de fundamental importância para as questões sobre a prática escolar, a primeira foi no binômio ensino- aprendizagem, considerados como processos distintos e não necessariamente articulados. A Psicogênese da Língua Escrita mostrou que o processo de aprendizagem não é dirigido pelo processo de ensino, como se pensava e preocupa-se em descrevê-lo do ponto de vista do aprendiz. Muda o foco do ensino para a aprendizagem. A segunda foi a associação fonema-grafema, mas neste o que era questionado era a própria ideia de associação, de que aprender a ler era aprender

um código de transição da fala. A partir dessas rupturas, tornou-se possível uma descrição do processo de alfabetização, começou a observar-se que ao contrário do que se achava a vinculação entre escrita e fala não tem nada de óbvio, e mesmo quando o aprendiz já estabelece a relação entre fala e escrita, não é do tipo fonema-grafema.

O papel do professor em todo esse processo é fundamental para que planeje boas situações de aprendizagem, garantindo interações significativas entre a criança e o objeto de conhecimento, no caso a língua escrita. Durante esse processo o professor precisa ser o mediador, observador, criador de situações durante e após todo o processo com acompanhamento preciso para cada aprendiz.

Conclui-se com este trabalho a importância do tema e a necessidade em estudar, entendendo melhor como funciona o processo da aquisição da escrita na infância, não só pelo índice alto de analfabetismo, mas também, enquanto pedagogas entender melhor o que é fundamental para toda criança na sua fase de alfabetização. Busca-se compreender melhor como acontece todo esse desenvolvimento e sua construção da escrita, para haver a possibilidade de intervir e criar estratégias e soluções para ajudar os alunos durante esse processo teórico-prático presentes na alfabetização.

REFERÊNCIAS

FERREIRO, E; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Tradução de Diana Myriam Lichtenstein, Liana Di marco e Mário Corso. 4. ed. Porto Alegre: Artmed,1999.

MENDONÇA, O. S. **Percurso Histórico dos métodos de alfabetização**. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. UNESP. Presidente Prudente Disponível em: <<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40137/1/01d16t02.pdf>> Acesso em: 09 maio. 2018.

SANTOS, E. E. Alfabetização: o texto no processo inicial de aquisição da língua escrita. **Revista Eletrônica de Educação de Alagoas**. Alagoas.v. 01.nº 1, 2013 Disponível em: <http://www.educacao.al.gov.br/component/jdownloads/send/151-1-edicao/547-alfabetizacao-o-texto-no-processo-inicial-de-aquisicao-da-escrita?option=com_jdownloads/> Acesso em: 22 jul. 2018.

WEISZ, T. **As contribuições da Psicogênese da Língua Escrita e algumas reflexões sobre a prática educativa de alfabetização**. Publicado pela secretaria da



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

Educação do Estado de São Paulo em Ciclo Básico em Jornada Única: uma nova Concepção de Trabalho Pedagógico. São Paulo, FDE, 1988.

WEISZ, T. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. 2 ed. São Paulo: Ática, 2000.

ZUNINO, D. L.; PIZANI, A. P. **A aprendizagem da língua escrita na escola**. Porto Alegre: Artmed, 1995.



PSICOMOTRICIDADE À LUZ DA PSICOPEDAGOGIA

Renata Ribeiro, Rosimeire Sabatel, Suselaine Mascioli,
e-mail: susezan@bol.com.br

1 INTRODUÇÃO

A psicomotricidade é reconhecida como uma prática independente no século XX, porém passa a existir de fato quando o homem compreende que o corpo não é apenas feito de carne e transforma-se em corpo falado. No decorrer da história foram registradas perguntas do gênero: como explicar as emoções, as sensações do corpo e qual a relação entre corpo e alma; por que diferenciá-los? (LEVIN, 2009).

Para responder a esses questionamentos, é de grande valia explorar os grandes marcos de união da psicomotricidade com a psicopedagogia, impulsionados pela influência da psicologia, onde o corpo deixa de ser um motor e passa a ser visto como instrumento de construção da inteligência humana. Se faz necessário envolver intimamente a aprendizagem escolar com o processo cognitivo-motor da criança. E a partir deste momento a psicomotricidade também transita como educação de base, nascendo a sua prática preventiva junto a psicopedagogia que acompanha esse movimento (COSTA, 2012).

De acordo com Santos (1998), em grande parte das escolas o corpo da criança é apenas um objeto, que deve ser manipulado para um “produto útil”, caminhando na contramão de uma pedagogia fundamentada na expressividade livre e ludicidade da criança. O mundo da fantasia, da alegria a espontaneidade da criança são substituídas por um conjunto de ordem, rotinas repetitivas e muitas vezes intolerante as crianças. Esquecendo-se do principal e essencial às crianças: a expressividade em falar, correr, brincar, sorrir, jogar e explorar os ambientes para que futuramente possa entender seu papel sociocultural (SANTOS, 1998).

Segundo Oliveira (2014), alguns pré-requisitos são necessários para a aprendizagem diante do aspecto psicomotor, como o bom domínio do gesto e do objeto, assim como uma boa coordenação global sabendo-se movimentar-se no espaço, noções de localização, dominância, lateralidade resultando na orientação espaço-temporal. É necessário que para isso a criança tenha uma base de

entendimento entre o espaço e tempo, sendo de imensa importância os primeiros anos de escolaridade da criança para o desenvolvimento desses.

Este trabalho, fruto de estudo desenvolvido no curso de pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional tem como tema as possíveis contribuições da psicomotricidade para a área da Psicopedagogia. Seu objetivo é evidenciar a inter-relação da psicomotricidade e a psicopedagogia. Busca-se a explanação do tema para destacar a trajetória da psicomotricidade, ressaltar seu envolvimento com a psicopedagogia e auxiliar aqueles que atuam nas instituições educacionais e na área clínica. A falha nesse processo inicia-se muitas vezes pelo pré-conceito do educador que se sente ameaçado pelas mudanças que se fazem necessárias, esta pesquisa baseia-se em levantar dados que comprovem a hipótese de que é a transformação no olhar do educador, que se faz compreender que ensino-aprendizagem não é um processo linear que caminha em uma única direção, mas sim multifacetado apresentando paradas, saltos, buscas e transformações

2 METODOLOGIA

Este trabalho faz uso de procedimento técnico bibliográfico, sendo de caráter exploratório descritivo. Buscou-se como base em pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, que permite que se tome conhecimento dos materiais já publicados sobre o tema. Utilizou-se a base de dados online e livros. Adotou-se o critério de inclusão de alguns trabalhos publicados a partir do ano de 1990, e a maior parte de materiais publicados a partir do ano de 2000 para melhor atualização sobre o tema pesquisado.

Para a pesquisa qualitativa, o próprio pesquisador é um instrumento ao observar ações e contextos e, com frequência, ao desempenhar intencionalmente uma função subjetiva no estudo, utilizando sua experiência pessoal em fazer interpretações. O pesquisador quantitativo faz escolhas metodológicas e de outros tipos com base, em parte, em suas preferências pessoais, mas geralmente tenta coletar os dados de forma objetiva, e não subjetiva (STAKE, 2011).

Para elaboração deste trabalho na busca de melhor estruturação de conteúdo, pesquisou-se em livros e artigos que contemplam conhecimentos sobre a temática.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Desde a Idade Média até os dias atuais percorrendo por inúmeras culturas, as significações do conceito “corpo” sofreu inúmeras modificações. A cultura do corpo tem sua origem nas grandes cidades gregas. O homem grego designava ao corpo um lugar de eleição, nos estádios ou nos lugares de culto, no mármore ou nas cores. Para Platão, o primeiro componente da educação do espírito e do corpo está em alimentá-lo e movimentá-lo a cada momento, e já sustentava a ideia de haver uma divisão distinta entre corpo e alma, situando o corpo apenas como lugar de transição da existência no mundo de uma alma imortal. Para Aristóteles o corpo é matéria delineada pela alma. A alma é que coloca o corpo em movimento, sendo ela a forma do corpo. Formula-se assim, de acordo com Aristóteles o começo do pensamento psicomotor quando se observou a função da ginástica para melhorar o desenvolvimento do espírito. Confirmava-se que o homem era constituído de corpo e alma e exaltando a ginástica, pois ela era vista como uma forma de educar o corpo, dando vigor e delicadeza. (MASSUMI, 2005).

Segundo Levin (2000), a psicomotricidade teve uma grande evolução no início do século XX, na França que foi o berço de diversas abordagens sobre o tema, nas áreas biomédicas, psicopedagógicas e psicanalíticas. A psicomotricidade nasce com as investigações dos fatores relacionados aos problemas de motricidade.

Dando um grande salto na história, Henry Wallon (1879-1962) médico, psicólogo e pedagogo, é provavelmente, o grande pioneiro da psicomotricidade, vista como campo científico, onde forneceu observações científicas a respeito do desenvolvimento neurológico do recém-nascido e da evolução psicomotora da criança. Wallon diz que “o movimento é a única expressão e o primeiro instrumento do psiquismo”. O movimento (ação), pensamento e linguagem são elementos inseparáveis. O movimento é o pensamento em ato, e o pensamento é o movimento sem ato (FALCÃO; BARRETO, 2009).

No início de sua história o corpo era visto como uma máquina, e como qualquer máquina mecânica apresentava problemas. Esses problemas eram trabalhados de forma mecânica pela psicomotricidade, essa rotulação fez com que a psicomotricidade buscasse solucionar as questões de ordem pedagógica e distúrbios de aprendizagem, trabalhando as partes do corpo. Nessa época da história a psicomotricidade e o

psiquismo eram elementos dissociados, a psicomotricidade tinha o seu foco de trabalho restrito voltado a lateralidade, esquema corporal entre outros elementos, com o objetivo de atender as expectativas da aprendizagem motora como a escrita (COSTA, 2012).

Le Boulch (1990) surfe defendendo a Psicocinética, a chamada teoria geral do movimento, propõe meios práticos que, por meio dos movimentos a criança desde o nascimento possui potencialidades para se desenvolver que não necessita apenas da maturação dos processos orgânicos, mas também da relação com o outro. Le Boulch descreve uma série de atividades e experiências que a criança deve experimentar na sua fase pré-escolar e escolar, com o objetivo de permitir-lhe viver e organizar melhor sua "imagem corporal", núcleo central da personalidade. "A Psicocinética é uma educação psicomotora de base que tem sequência no plano das aquisições instrumentais e das atividades de expressão, visando desenvolver e manter a disponibilidade corporal e mental" (LE BOULCH, 1990).

Com a origem da imagem corporal, a psicomotricidade e a psicopedagogia passam a caminhar em conexão íntima. Essa nova concepção do corpo faz com que o homem tenha uma nova imagem de si "o sujeito-psicomotor-cognoscente", nessa época o foco é o movimento do corpo (COSTA, 2012).

O grande marco de união da psicomotricidade e a psicopedagogia, é influenciado pela psicologia, onde o corpo deixa de ser um motor e passa a ser visto como instrumento de construção da inteligência humana. Se faz necessário envolver intimamente a aprendizagem escolar com o processo cognitivo-motor da criança. E partir deste momento a psicomotricidade também transita como educação de base, nascendo a sua prática preventiva junto a psicopedagogia que acompanha esse movimento (COSTA, 2012).

De acordo com Levin (2000), o ser humano é um todo e não há como fragmentá-lo, sendo que a aprendizagem passa pelo corpo, por esta razão é necessário que ele esteja de forma orgânica bem constituído. A história de cada ser humano, com suas experiências e sua maneira de explorar o mundo são aspectos primordiais para a investigação das dificuldades de aprendizagem.

Segundo Santos (1998), a grande instigação do educador nos dias atuais, é desenvolver metodologias ativas e criativas para tornar os conteúdos curriculares mais prazerosos e significativos para os alunos. Pode-se observar o mundo das crianças

antes de ingressarem na escola, exploram o mundo através de brincadeiras e movimentos livres, a maneira mais íntima de conhecer e se apropriar do mundo. Mesmo nos espaços cada vez mais restritos em comparação a alguns anos em que as crianças se desenvolviam no campo, hoje em suas casas na cidade ou apartamentos as crianças ainda conseguem se expressar espontaneamente e de forma criativa em suas atividades o que é primordial a seu desenvolvimento.

Quando as crianças ingressam na escola se deparam com outra realidade, toda aquela liberdade e espontaneidade de expressão são anuladas, para que a criança passe a compreender e apropriar-se do contexto sociocultural do local onde vive. É quando ocorre a descaracterização dos jogos e expressão corporal, limitando a espontaneidade das crianças. Por outro olhar é no ambiente particular da escola que é possível criar, explorar e promover o aprendizado significativo (SANTOS, 1998).

Conforme Levin (2000), é extremamente importante o olhar individualizado e diferenciado para cada criança, valorizar a fala e expressividade de suas vivências para melhor compreensão da dinâmica única da criança no processo de aprendizagem e a expressividade no espaço lúdico. O brincar é muito rico, oferece a oportunidade de a criança reviver situações da sua história experienciando suas respectivas emoções, trabalhando através do jogo possíveis “fantasmas corporais”, para isso é preciso proporcionar a criança tempo e espaço adequado para que ela consiga exteriorizar simbolicamente seus conflitos.

O professor frente a realidade de alunos com dificuldade de aprendizagem, não sabendo como solucionar, encaminham a especialistas e direcionam o problema para o aluno, isentando a escola e sua responsabilidade enquanto educador. Muitas vezes os encaminhamentos poderiam ser poupados se houvesse uma preocupação maior por parte dos educadores em oportunizar a educação integral do aluno e se fossem capacitados para a reeducação em seu ambiente de trabalho. Não significa que todos os problemas que os alunos apresentam são de responsabilidade da escola ou do professor, mas se existe a dificuldade algo deve ser feito primeiramente no ambiente escolar (OLIVEIRA, 2014).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que este trabalho buscou evidenciar a inter-relação da psicopedagogia com a psicomotricidade na ação preventiva e clínica, valorizando a questão de como o educador pode trabalhar na configuração de um novo contexto para as crianças com dificuldades de aprendizagem através da psicomotricidade.

Para trabalhar essa problematização, em primeira instância, iniciou sua exploração a partir do histórico da psicomotricidade e sua funcionalidade junto à psicopedagogia, desde sua origem até os dias atuais, aonde se constatou que a psicopedagogia e a psicomotricidade são áreas do conhecimento que se completam no atendimento as necessidades das dificuldades de aprendizagem. Esses fatos foram corroborados através da evolução histórica da psicomotricidade e da psicopedagogia, que em primeiro momento tiveram sua origem na medicina, pelos problemas de aprendizagem serem notados como doenças físicas ou mentais. Com o desenvolvimento dessas práticas, não ficaram apenas no espaço clínico, mas voltaram-se também para a prevenção.

Diante dos fatores pesquisados, ficou evidente a extrema importância da psicomotricidade na prática do psicopedagogo, que deve expandir seu olhar tanto para história, quanto para o projeto pessoal de cada aluno, e proporcionar novas metodologias junto à escola, tornando o aprendizado significativo. Por esta razão, a escola não pode limitar o aluno dentro do ambiente educacional, principalmente na educação infantil, distanciando-os das experiências e práticas sociais necessárias para seu desenvolvimento psicomotor.

A falha nesse processo inicia-se muitas vezes pelo pré-conceito do professor que se sente ameaçado com as mudanças propostas. O ensino-aprendizagem não é um processo linear, que caminha em uma única direção, mas sim multifacetado, apresentando paradas, saltos, buscas e transformações. Por essa razão, é de extrema importância a participação da psicomotricidade como forma de aprendizagem, ressaltando a parceria entre professores e psicopedagogos, para que eles estejam preparados para discutir as questões de aprendizagem de forma mais ampla, com metodologias ativas e preventivas com o objetivo de proporcionar a aprendizagem significativa.



Este trabalho teve seus objetivos alcançados buscando ser base para novas pesquisas sobre o tema em questão.

REFERÊNCIAS

COSTA, Auredite Cardoso. **Psicopedagogia e psicomotricidade: Pontos de intersecção nas dificuldades de aprendizagem.** 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 102 p.

FALCÃO, H. T.; BARRETO, M. A. M. Breve histórico da psicomotricidade. **Ensino, Saúde e Ambiente**, Rio de Janeiro, v.2 n.2, ago. 2009. Disponível em: <<http://ensinosaudeambiente.uff.br/index.php/ensinosaudeambiente/article/download/49/49>>. Disponível em: 14 set. 2018.

LE BOULCH, Jean. **O desenvolvimento psicomotor: Do nascimento aos 6 anos.** 6 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

LEVIN, Esteban. **A clínica psicomotora: O corpo na linguagem.** 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 341p.

MASSUMI, Mariana. **O Corpo e suas Dimensões anímicas, espirituais e políticas: perspectivas presentes na história da cultura ocidental e brasileira.** Ribeirão Preto, v.1 n.1, p.7, 2005

OLIVEIRA, Gislene de Campos. **Psicomotricidade: Educação e reeducação num enfoque psicopedagógico.** 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 150 p.

SANTOS, Antonio. **Jogos e atividades lúdicas: Na alfabetização.** Rio de Janeiro: Sprint, 1998. 154 p.

STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam.** 1 ed. São Paulo, SP: Penso, 2011.



A RELAÇÃO ENTRE MOTIVAÇÃO E RESILIÊNCIA COM A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Camila dos Santos, Marcela Renata de Oliveira Abreu, Karina Ferraz Tozze
e-mail: karinatozze@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O trabalho, por definição, são atividades criativas ou produtivas que o homem exerce para um determinado fim e pode ser considerado como atividade, regular e remunerada (LACAZ, 2000).

É muito importante que o trabalhador se esforce para entender o que realmente lhe incomoda durante o trabalho, pois pode estar relacionado ao que lhe faz sofrer, adoecer, morrer, acidentarse e ao limite que cada um suporta de exigências do trabalho. O trabalho se torna mais prazeroso quando o trabalhador está envolvido na sua concepção, pois não há um único modo racional de realizar o trabalho, mas sim vários modos (MENDES; DIAS, 1991).

A organização nos locais de trabalho deveria ser elemento principal das relações organizacionais. Através do avanço de novas tecnologias e de automação cada vez mais intensa, torna-se inaceitável falar em qualidade de produto sem relacioná-la à qualidade dos ambientes e condições de trabalho (LACAZ, 2000).

A qualidade de vida no trabalho está articulada com motivação, satisfação, saúde e segurança, envolvendo demandas mais recentes sobre ambiente, novas formas de organização do trabalho e novas tecnologias. Com isso, um novo perfil patológico configura-se no que diz respeito às doenças ocupacionais relacionadas com maior participação do funcionário na empresa.

No contexto do ambiente de trabalho, os funcionários possuem não apenas os recursos desse ambiente, mas também aspectos de suas vidas privadas que ajudam na ressignificação da situação e na criação de habilidades para lidar com tais situações em outros ambientes também (RIBEIRO et. al, 2011).

Para tanto, o objetivo principal deste trabalho é descrever a motivação e a resiliência como fatores que contribuem para o desenvolvimento da QVT. Os objetivos específicos são apontar aspectos históricos referentes ao trabalho; identificar quais

elementos relacionam-se com a qualidade de vida no trabalho; definir os conceitos de resiliência e motivação no ambiente organizacional e de como elas podem contribuir para o não aparecimento de doenças ocupacionais; e, por fim, apresentar práticas do psicólogo organizacional relacionadas ao desenvolvimento da qualidade de vida no trabalho.

2 METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se na forma de uma pesquisa bibliográfica do tipo exploratória: a pesquisa se configurou pela busca textual em materiais já elaborados, como livros e artigos científicos.

Para Gil (2002), uma pesquisa exploratória tem por objetivo conseguir familiaridade com o assunto pesquisado, sendo a leitura uma ferramenta essencial na investigação do tema levando a uma abrangência maior que a pesquisa direta.

A coleta de dados foi realizada através de um levantamento bibliográfico em artigos de fonte eletrônica em bases como: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Google Scholar (Artigos e teses), Portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic) e revistas eletrônicas, por meio de palavras-chaves (descritoras) como: resiliente e Psicologia Organizacional, motivação e trabalho e resiliência e motivação.

Os artigos e trabalhos selecionados foram com base na relevância dos tópicos abordados, além da leitura dos resumos, que auxiliou na construção da estrutura desta pesquisa.

A partir dessa seleção, foi possível chegar aos dados obtidos, bem como a outras pesquisas realizadas sobre o mesmo tema.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entende-se que tanto a sofisticação da divisão do trabalho, descrita por Smith, quanto à introdução da máquina, são instrumentos de aperfeiçoamento do processo de evolução do trabalho, ampliando a produtividade e a valorização o capital (ZANELLI, 2004).

Segundo Camus (2000), trabalho evolui com suas técnicas e junto com a sociedade em busca de satisfazer as necessidades humanas., houve vários conjuntos de ideias, como também a construção de cada um demandou um longo período

histórico e que, mesmo nas sociedades antigas, conviviam ideias diferentes sobre o trabalho.

Diante disso, o contexto econômico e político como o da guerra e o do pós-guerra, além do custo gerado pelas mortes provocadas por acidentes de trabalho e até mesmo as doenças advindas do trabalho, começou-se a gerar altos gastos para os empregadores. Com isso, companhias de seguro, despertaram neles o interesse de prevenir saúde do trabalhador para diminuir os custos que estava tendo com a classe trabalhadora ambientes de trabalho que que pudessem proporcionar mais qualidade de vida para o empregado (MENDES; DIAS, 1991).

Na atualidade, vem acontecendo nas organizações uma maior conscientização social e ambiental e um maior rigor nas leis, assim como o cumprimento de normas de qualidade e maior atenção às questões de segurança, de saúde e estresse no trabalho. Tais fatores, aliados à globalização e à tecnologia, fizeram com que surgisse uma demanda em relação à qualidade de vida no trabalho (QVT) na sociedade pós-industrial (VIEIRA; LIMONGI-FRANÇA, 2004).

Dessa forma, é possível notar que empresas estão mais atentas para o fato de que trabalhadores mais felizes são mais comprometidos e produzem mais; isso faz com que as mesmas pensem em investir em seus talentos internos, em desenvolvê-los cada vez mais para que permaneçam na empresa (VIEIRA; LIMONGI-FRANÇA, 2004).

Devido às diversas mudanças que ocorreram nos últimos tempos, as organizações assumem-se como sistemas complexos, sendo a motivação e a resiliência elementos integrante, fundamental e indispensável para alcançar os objetivos inerentes ao indivíduo, ao trabalho e às organizações (BASTOS; GONDIM, 2010).

Diante disso, nota-se que um papel importante do psicólogo na empresa é o de conhecer o trabalho real que só é possível através do saber dos próprios trabalhadores da empresa. É um meio de compreender a subjetividade daquele sujeito que está presente na atividade desempenhada pelo trabalhador. Portanto, para auxiliar e entender a subjetividade do trabalhador, também é importante escutar a sua experiência (RAMADAN; WINTER; POERSCHKE, 2008).

Houve, assim, um deslocamento da preocupação centrada nos indivíduos para o sistema e seu desenvolvimento. A nova realidade do exercício profissional na área e o

trabalho multiprofissional, a ampliação do espaço efetivamente ocupado, a aproximação das instâncias decisórias nas organizações, o surgimento de novos instrumentos e tecnologias, está a exigir uma definição ampla do profissional que anseia no âmbito das instituições organizacionais (FERREIRA; MACIEL, 2015).

Para atuar na promoção de saúde no trabalho, é fundamental antepor resistências, ampliar o conceito de trabalho, rever antigas práticas e redesenhar a atuação (BASTOS; MARTINS, 1990). Compete ao psicólogo efetuar ações que promovam o desenvolvimento das habilidades dos trabalhadores, que valorizem o potencial humano e que oportunizem seu crescimento e reconhecimento (FERREIRA; MACIEL, 2015).

Segundo Ferreira e Maciel (2015), os psicólogos integrados com a equipe de recursos humanos, enquanto peça fundamental de qualquer organização, devem contribuir para o desenvolvimento de organizações resilientes, nas quais a empatia e a habilidade social cristalizam as vantagens de uma comunicação aberta e eficaz, motivando e potenciando a resiliência de todos os seus atores.

Assim, o papel do psicólogo dentro das organizações é atuar como facilitador e conscientizador do papel dos vários grupos que compõem a instituição, considerando a saúde e a subjetividade dos indivíduos, a dinâmica da empresa e a sua inserção no contexto mais amplo da organização. As atividades exercidas dentro desse papel podem trazer desenvolvimento para a empresa, o trabalhador e a sociedade (RUBIO, 2016).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho constatou-se que a falta de estratégias relacionadas à qualidade de vida do colaborador pode, em determinadas situações, levar a doenças ocupacionais, como o estresse ocupacional, o desgaste emocional e à incidência de várias outras doenças.

Verificou-se, também, a importância de promover as características sadias e protetoras dos trabalhadores, por meio do mapeamento e promoção da Resiliência, para poder superar as condições adversas a que estão submetidos, e assim melhorar as condições resilientes dos trabalhadores.

Conclui-se, então, que os psicólogos devem focalizar-se na fomentação da participação dos seus colaboradores, motivá-los, promover o desenvolvimento de habilidades, proporcionar-lhes um desenvolvimento pessoal, promovendo a cooperação, o sentido de responsabilidade, autonomia e independência, que potenciam os sentimentos positivos de otimismo, de esperança, de auto eficácia e autoconhecimento individual, preparando-os para os processos de mudança inesperados, para poderem ser bem-sucedidas. Visto que o bem-estar envolve tanto aspectos físicos como sociais e psicológicos, o gerenciamento de recursos humanos deve estar orientado para a criação de um ambiente de trabalho saudável que satisfaça ao extremo às exigências comuns dos colaboradores.

REFERÊNCIAS

BASTOS, A; GONDIM, S. **O trabalho do psicólogo no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BASTOS, A. V. V. B.; MARTINS, A. C. O que pode fazer o psicólogo organizacional. **Psicol. cienc. prof.**; vol. 10, nº.1; Brasília, 1990. Disponível em: <<http://www.pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v10n1/05.pdf>>. Acesso em: 24 jul 2018.

CAMUS, A. **Le mythe de Sisiphe: essai sur l'absurde**. Paris: Gallimard, 2000.

FERREIRA, M. A; MACIEL, R. H. M. O. Psicologia e Promoção da Saúde do Trabalhador: Estudo Sobre as Práticas de psicólogos no Ceará. **Psicologia Argumento**. vol.33, n.81, 2015. Disponível em: <<http://https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/19823>>. Acesso em 05 set 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

LACAZ, F. A. de C. Qualidade de vida no trabalho e saúde/doença. **Ciênc. Saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 5, n. 1, p. 151-161, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232000000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 fev. 2018.

MENDES, R.; DIAS, F. C. Da medicina do trabalho a saúde do trabalhador. **Revista Saúde**. 1991, vol. 25, n. 5, p. 341-349. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89101991000500003&script=sci_abstract>. Acesso em: 25 set 2018.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

RAMADAN, S.; WINTER, L.; POERSCHKE, A. M. O Adoecimento nas Organizações e o Papel do Psicólogo. Disponível em:

<<https://www.even3storage.blob.core.windows.net/anais/66343.pdf>>. Acesso em: 24 jul 2018.

RIBEIRO, A; et al. Resiliência No Trabalho Contemporâneo: Promoção E/Ou Desgaste Da Saúde Mental. **Psicologia em Estudo**, Maringá, Paraná, n.4,v.16, out./dez.2011. Disponível em: <<https://www.scribd.com/.../Resiliencia-no-trabalho-contemporaneo-promocao-e-ou-desgaste-da-saude-mental>>. Acesso em: 23 mar 2018.

RUBIO; M.A.B. Produção Científica em Psicologia Organizacional e do Trabalho nos anos 2019-2014. Universidades Federal do Rio grande do Norte. **Instituto de Psicologia**. Porto Alegre, mar.2016. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/147084/000998326.pdf?sequence=1>>. Acesso em 10 set.2018.

VIEIRA, C. G.; LIMONGI-FRANÇA, A. C. Um breve histórico sobre a atividade de gestão de pessoas e os fatores críticos da gestão de qualidade de vida no trabalho em entidades estudantis. In: **VII SEMEAD**. Faculdade de Economia e Administração USP. São Paulo, 2004. Disponível Em: <http://www.ead.fea.usp.br/Semead/7semead/paginas/artigos%20recebidos/RH/RH53__Um_breve_historico__atividade_Gestao_de.PDF>. Acesso em: 5 ago 2018.

ZANELLI, J. C.; ANDRADE, J. E. B.; BASTOS; A. V. B. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Psicologia Organizacional e Institucional. Porto Alegre: Artmed, reimpressão 2011, p.145-174, 2004.



A RELAÇÃO ENTRE O CONCEITO DE BELEZA NA CONSTRUÇÃO DA AUTO-ESTIMA E O DESENVOLVIMENTO DO TRANSTORNO DISMÓRFICO CORPORAL

Caroline Padilha, Renata Benassi, Adriana Campos Meiado, e-mail:
carolpadilhapsico@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca relacionar a questão do conceito de beleza com a autoestima e possíveis dificuldades nesse processo; pois a autoestima é considerada importante indicador de saúde mental por interferir nas condições afetivas, sociais e psicológicas do indivíduo, ou seja, influi nas decisões da pessoa. Cabe destacar que os padrões de beleza socialmente aceitos, tem influenciado as pessoas a uma busca excessiva para se igualar a esse modelo corporal e ao realizar essas comparações, ocorre um grave fracasso que leva a perda da autoestima e a insegurança, além de influir no desenvolvimento de transtornos relacionados a imagem, como o transtorno dismórfico corporal.

É notório a importância de uma autoestima fortalecida para ir contra esses padrões estéticos, buscando elevar a importância de se aceitar como é, buscando também outras formas de se adquirir bem-estar, como o amor próprio, o equilíbrio emocional e realizações.

Na literatura acadêmica, pode-se averiguar que diversas expressões são utilizadas para definir a autoestima, dependendo da abordagem teórica, os autores poderão privilegiar um ou outro aspecto. De acordo com Branden (1995), a auto-estima é algo que vem de dentro do indivíduo. Para Guilhardi (2002) ela não nasce com a pessoa, é desenvolvida durante toda a vida.

O transtorno dismórfico corporal tratado nessa pesquisa, é caracterizado por distorções na percepção corporal, e por preocupações exageradas com relação a anomalias imaginárias na aparência ou com um defeito mínimo presente. A média de idade mais comum é entre doze e treze anos (DSM-V, 2014), sendo ligeiramente mais prevalente em mulheres (CONRADO, 2009). Com relação ao tratamento do transtorno dismórfico corporal (TDC), a terapia cognitiva comportamental é a mais eficaz para esses pacientes.

Atualmente, nos deparamos com um movimento ainda lento, que busca dar um basta nessa exclusão social em contraposição à ditadura da beleza. Esse movimento, liderado por mulheres, busca a liberdade de ser feliz como é, sem ter que ir contra a natureza do próprio corpo e/ou estrutura física. Para vencer esse estigma cabe aos familiares, aos profissionais da educação e da saúde, trabalharem questões como a valorização do próprio corpo, acima dos estereótipos.

Duas teorias psicológicas se propuseram a esclarecer as causas do TDC. De acordo com a teoria psicanalítica, o TDC emerge do deslocamento de conflitos sexuais e emocionais, de sentimentos de inferioridade, culpa ou distorção da imagem corporal. De acordo com a cognitiva comportamental, ocorre da interação entre fatores comportamentais, cognitivos e emocionais; podendo resultar de reforços positivos nas características da aparência, muito relacionado a importância da aparência na mídia e no meio social (CONRADO, 2009). O instrumento mais recente para diagnóstico do TDC utilizado pelos profissionais da saúde, é a Escala de Avaliação do TDC (EA-TDC) que é composto por 35 itens de escala Likert de quatro pontos. A grande maioria dos instrumentos que surgiram antes da versão piloto do EA-TDC, serviram de base para a construção do mesmo (RAMOS, 2009).

Devido ao crescente número de pessoas insatisfeitas com sua imagem corporal percebe-se a influência das mídias sociais em corroboração a esse fenômeno, o que justifica a investigação da temática. Assim sendo, esse trabalho tem como objetivo verificar a relação entre a construção do conceito de beleza, a autoestima e o desenvolvimento do transtorno dismórfico corporal.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracterizou-se por um estudo bibliográfico, assim foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, utilizando bases de dados em meio eletrônico, livros e outros. Conforme afirma Gil (2006 p.44) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

A coleta de dados seguiu a seguinte premissa: leitura exploratória de todo o material relevante, leitura seletiva das fontes selecionadas e o registro de informações extraídas em instrumentos específicos. Posteriormente foi realizada uma análise

descritiva das informações compiladas, para ampliar o conhecimento sobre o tema pesquisado e elaborar o referencial teórico. As fontes que forneceram as respostas adequadas com relação a temática foram livros, publicados no período de 1993 a 2018; e artigos científicos acessados nas bases de dados Scielo, LILACS e Google acadêmico, publicados no período de 1993 a 2018, sendo todas as fontes nacionais.

Para a coleta de dados, foram utilizadas as seguintes palavras-chave: Transtorno Dismórfico Corporal, Autoestima, Padrões de beleza, Histórico da Beleza e Psicólogo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O padrão de beleza não é estático, está sempre se modificando de acordo com a inserção cultural. Na cultura contemporânea, o corpo se transformou num objeto do narcisismo do ser humano, que é submisso às exigências da sociedade (ARAÚJO; LEORATTO, 2013).

Na cultura do século XXI, a beleza passou a adquirir um valor social, sendo associado a ideia de felicidade, saúde e sucesso profissional, social e amoroso. Aqueles que não se enquadram são excluídos, ridicularizados e marginalizados.

A autoestima, de acordo com a definição de cada autor, é bastante complexa, pois se trata de um constructo interno e interpessoal influenciado pelo contexto social e cultural, no qual o indivíduo está inserido, portanto a sua definição dependerá dessas influências (SCHULTHEISZ; APRILE, 2013).

É possível concluir que as mulheres são as que mais buscam por alterações corporais, pois são mais cobradas do que os homens no que se refere à beleza; o que nos faz despertar para a questão do machismo que pode estar atrelado à ditadura da beleza feminina. No entanto, cada vez mais os homens estão sendo cobrados com relação a beleza, na mesma intensidade que as mulheres enfrentam há séculos.

Também conhecido como dismorfia muscular, o transtorno dismórfico corporal, apresenta as seguintes características diagnósticas, de acordo com o DSM-V (2014): as falhas percebidas para si, são leves ou não observáveis pelas outras pessoas; foco nos defeitos da pele, do cabelo, do nariz ou em qualquer outra área do corpo; cerca de 3 a 8h do dia, são destinadas a preocupações, as quais são difíceis de resistir ou controlar; comportamentos excessivos relacionados a comparação com outros

indivíduos; busca constante por espelhos ou objetos refletores; uso de maquiagem, chapéu e roupas para camuflar os aspectos indesejáveis da aparência; excesso de exercícios físicos e procedimentos estéticos; e prejuízos significativos na vida do indivíduo. Na CID-10 (1993) o TDC é classificado como transtorno hipocondríaco (f45.2) elencando os seguintes critérios diagnósticos: preocupação persistente com uma suposta deformidade ou desfiguramento, e a recusa em aceitar que não há nenhuma anormalidade física.

Durante muito tempo, o TDC foi um transtorno negligenciado, sendo considerado como sintoma de outras doenças psiquiátricas, como a esquizofrenia, transtornos de humor e transtornos de personalidade, tanto que, foi mencionado pela primeira vez no DSM, na terceira edição, em 1980. Atualmente, o TDC está sendo mais reconhecido pelos profissionais da saúde e de outras áreas.

A maioria dos pacientes com TDC apresentam comorbidades, tais como: transtornos de ansiedade (fobia social), transtorno obsessivo compulsivo, abuso de substâncias dependentes, transtornos de personalidade (como narcisista e histriônica), depressão e transtornos alimentares (BRITO et al, 2013).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível concluir que os discursos que preservam a relação de cuidado entre o corpo com a saúde e bem-estar, na realidade, se constituem como uma imposição que se transformou em uma obsessão exacerbada, onde os indivíduos tem desprezado a própria saúde, em prol de alcançar um corpo ideal. Os pacientes portadores do TDC, possuem uma visão negativa da imagem corporal – sentem vergonha, nojo, aversão e até mesmo ódio do próprio corpo – influenciada por este estigma de beleza. Esse conflito mental, entre o corpo real e o corpo ideal, estimula a busca por medidas rápidas e drásticas que comprometem o comportamento alimentar, o psicológico, a autoestima e o físico dos indivíduos, que recorrem às dietas prejudiciais, práticas de exercícios físicos exagerados, uso de diuréticos e laxantes que provocam a perda rápida de peso, cirurgias plásticas excessivas e uso indiscriminado de anabolizantes. Foi possível evidenciar através de toda pesquisa realizada, que a baixa autoestima está presente nos pacientes diagnosticados com TDC, assim como em outras patologias que envolvem a distorção da imagem corporal.

O tratamento psicológico, baseado na terapia cognitivo comportamental, envolve a identificação, o monitoramento e a modificação dos pensamentos disfuncionais relacionados à aparência, utilizando técnicas cognitivas e exercícios comportamentais que podem ou não incluir a exposição a situações de medo e prevenção de comportamentos obsessivos (SILVA; MARINHO, 2008). O tratamento farmacológico também é associado, baseado em inibidores da recaptação da serotonina, e os mais utilizados são a venlafaxina, fluoxetina, fluvoxamin, clomipramina e citalopram.

Com relação a influência e/ou prevenção do TDC, a partir de uma autoestima fortalecida, podemos concluir que pessoas com baixa autoestima terão mais tendência ao adoecimento, aos transtornos relacionados a imagem, e a prejuízos na sua vida em geral. O que poderia ser evitado ou amenizado, no processo de formação da mesma que acontece na infância, a partir das relações da criança com os pais e pessoas significativas do seu meio social.

Ressaltamos a importância do despertar do olhar dos profissionais da saúde para a reconstrução da autoestima, para que ocorra a prevenção de comportamentos e procedimentos arriscados que colocam em risco a saúde do indivíduo, em prol de um padrão de beleza irreal.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais** 5ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARAUJO, D. C.; LEORATTO, D. Alterações da Silhueta Feminina: A Influência da Moda. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Florianópolis, v. 35, n. 3, p. 717-739, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32892013000300014>. Acesso em: 27, jun. 2018.

BRANDEN, N. Auto-Estima e os seus seis pilares. São Paulo: Editora Saraiva, 1995.

BRITO, M.J.A.; NAHAS F.X.; CORDÁS, T.A.; FELIX, G.A.A.; SABINO, N. M.; FERREIRA, L.M. Compreendendo a psicopatologia do transtorno dismórfico corporal de pacientes de cirurgia plástica: resumo da literatura. **Rev. Bras. Cir. Plást.** v. 29, n.4, p. 599-608, 2014. Disponível em: <<http://www.rbc.org.br/details/1589/pt-BR/compreendendo-a-psicopatologia-do-transtorno-dismorfico-corporal-de-pacientes-de-cirurgia-plastica--resumo-da-literatura>>. Acesso em: 21, fev. 2018.



Classificação de Transtornos mentais e de Comportamento da CID-10: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas – Coord. Organiz. Mund. da Saúde; trad. Dorgival Caetano. – Porto Alegre: Artmed, 1993.CID

CONRADO, L. A. Transtorno disfórico corporal em dermatologia: diagnóstico, epidemiologia e aspectos clínicos. **Revista Anais Brasileiros de Dermatologia**. v. 84, n. 6, p. 569-81, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/abd/v84n6/v84n06a02.pdf>>. Acesso em: 21, fev. 2018.

GUILHARDI, H. J. (2002). Autoestima, autoconfiança e responsabilidade. **Instituto de Terapia por Contingências de Reforçamento**. Disponível em: <http://www.itrcampinas.com.br/pdf/helio/Autoestima_conf_respons.pdf>. Acesso em: 03, dez. 2017.

RAMOS, K. P. **Escala de avaliação do transtorno dismórfico corporal:** propriedades psicométricas. 2009. Monografia (Graduação em Psicologia) – PUC, Campinas. Disponível em: <<http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/415/1/Katia%20Perez%20Ramos.pdf>>. Acesso em: 13, ago. 2018.

SCHULTHEISZ, T. S. V., APRILE M. R. Autoestima, conceitos correlatos e avaliação. **Revista Equilíbrio Corporal e Saúde**. v. 5, n. 1, p. 36-48, 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu/12178758/AUTOESTIMA_CONCEITOS_CORRELATOS_E_AVALIA%C3%87%C3%95ES>. Acesso em: 31, mai. 2018.

SILVA, A. I., MARINHO, G. I. Auto-estima e relações afetivas. **Universitas Ciências da Saúde**. v. 1, n. 2, p. 229-237, 2003. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/cienciasaude/article/viewFile/507/328>>. Acesso em: 13, dez. 2017.



A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA VIVIDA NO AMBIENTE FAMILIAR E SEU IMPACTO SOBRE A SAÚDE EMOCIONAL DO ADOLESCENTE

Raquel Ap. de Paula, Sabrina Ap. dos Santos, Elaine Cristina Gardinal Pizato
E-mail: sabrijau@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O termo violência, se refere ao ato de violar alguém ou a si próprio. Em nossa sociedade, a violência doméstica contra crianças e adolescentes está presente historicamente, sendo considerada um fenômeno social. (BARROS; FREITAS, 2015).

Devido à sua amplitude, A violência doméstica se desdobra nas seguintes modalidades: violência física, negligência e violência psicológica (incluindo a exposição à violência conjugal). (BRANCALHONE; FOGO; WILLIAMS, 2004)

A violência psicológica é caracterizada por toda ação que coloque em risco ou cause dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento do indivíduo. Atitudes de rejeição, depreciação, discriminação, desrespeito, cobrança exagerada, punições humilhantes e utilização do adolescente para atender às necessidades psíquicas de outrem são consideradas tipos de violência psicológica. (FONSECA, 2005). Nos adolescentes, pode vir a desencadear severos danos na autoestima e desconstruir verdades e valores já estabelecidos. (MALTA, 2002)

O vínculo afetivo, mostra-se, como vital ao desenvolvimento e com especial valor durante a adolescência quando a troca de interiorizações acontece (JEAMMET, CORCOS, 2005 apud BIAZUS, RAMIREZ, 2012). Teóricos como Bowlby (1989), Winnicott (1975) e Bion (apud ZIMERMAN, 1999), utilizam essa terminologia para se referir à uma ligação poderosa, também entre duas pessoas, que se inicia no seio familiar, ou das primeiras relações, que se atualizam com o tempo, e afetam os relacionamentos vindouros. A importância da qualidade das relações afetivas que são estabelecidas nessa fase, como sendo cruciais para que esses indivíduos se tornem adultos saudáveis. (FERREIRA, 2002)

A dificuldade na identificação da violência psicológica, reside na falta de marcas visíveis. A escassez de trabalhos publicados acerca dessa temática é inegável, mas a análise de publicações mostrou que o interesse tem crescido. (SANCHES; MINAYO,

2006). Avanci et al. (2005), traduziram para o idioma português uma escala para detectar a violência psicológica vivida por adolescentes, o que facilitará a detecção e produção científica sobre o tema. O objetivo dessa pesquisa, é evidenciar a importância dos vínculos familiares na saúde emocional do adolescente, destacando a violência psicológica como componente opositor à formação de tais vínculos

2 METODOLOGIA

Esse trabalho foi elaborado com base em pesquisa bibliográfica. Para coleta do material foram consultados livros e sites que publicam artigos científicos, como: Google acadêmico, Scielo, Lilacs, Pepsic.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A família está presente em todas as sociedades e é a primeira mediadora entre o homem e a cultura, é na família que reside a matriz da aprendizagem humana, através de seus modelos de relações interpessoais, de construção individual e coletiva. A família tem a função de proteção e socialização de seus membros. (CARVALHO; ALMEIDA, 2003). Dentro da vivência familiar, o período da adolescência afeta a todos e não apenas o adolescente. Nesse período se dará a transição do estado infantil para o adulto, e o contexto social e cultural em que o sujeito está inserido são de grande importância no que se refere à maneira em que ele poderá se expressar, manifestar novos comportamentos e se adaptar socialmente. (LEVINSKY, 1998)

No Brasil, o Estatuto da criança e do adolescente, considera como adolescência, o período dos 12 aos 18 anos, entretanto, o Ministério da Saúde compreende a faixa dos 10 aos 19 anos. (BRASIL, 2010).

Como qualquer grupo social, a família também pode se tornar um agente causador de violência. Será denominada então como violência intrafamiliar, e se caracterizará como todo e qualquer ato ou omissão que leve ao prejuízo do bem-estar psicológico, da integridade física, ou do pleno direito a liberdade de desenvolvimento de algum membro da família. A violência intrafamiliar também pode ser realizada por indivíduos que não sejam pai e mãe biológicos, mas que estejam exercendo esse papel dentro da instituição familiar, bem como por outros integrantes do chamado núcleo familiar. (AZAMBUJA et al 2003) .

No tocante às relações violentas entre pais e filhos, o estudado passou a ser feito com maior afinco após o século XX, por áreas como da Psicanálise, Psicologia e Pediatria, que esboçaram em meio ao século XIX, preocupação com a criança e seus sentimentos. (GUERRA, 1984).

Possuindo um carácter subjetivo, a violência psicológica está presente em ameaças, ridicularização, humilhações e impedimentos, que prejudicam a estima, geram mágoa e insegurança. A violência psicológica também se apresenta em comportamentos de abandono afetivo e rejeição, provocando nas crianças e adolescentes dificuldade na construção de identificação e por consequência, da própria identidade. (FERREIRA, 2002; CHIOQUETTA, 2014).

Os danos imediatos da violência psicológica, se apresentam através de raiva, culpa, medo do agressor e de pessoas do mesmo sexo do agressor, ansiedade, quadros depressivos agudos e fóbico-ansiosos, pesadelos repetitivos, sentimentos de estigmatização, isolamento social, queixas psicossomáticas. Os danos tardios são pensamentos ilógicos, fobia aguda, ideação suicida, pensamento invasivo, dificuldade de percepção da realidade, medo, depressão, culpa, hostilidade, raiva, isolamento, diminuição na compreensão de papéis complexos, bloqueio para resolver problema interpessoal, sensação crônica de confusão e perigo, ansiedade intensa, transtornos psiquiátricos, cognição distorcida, imagens distorcidas do mundo. (AZAMBUJA et al 2003).

Ao se falar sobre relações familiares, rapidamente surge o conceito de vínculo. Teóricos utilizam essa terminologia para se referir à uma ligação poderosa, também entre duas pessoas, que se inicia no seio familiar, ou das primeiras relações, que se atualizam com o tempo, e afetam os relacionamentos vindouros.

Para Bowlby (1988/1989), um comportamento de ligação, ou vínculo, consiste em qualquer tipo de comportamento que mantenha ou resulte na proximidade entre dois indivíduos, sendo que um deles é tido como mais forte e (ou) mais sábio, e torna-se diferenciado dos demais e também preferido por essa figura mais frágil e com menos sabedoria. É especialmente evidente na infância, mas acompanha o ser humano do berço à sepultura. Para tal teórico, a psicopatologia vem a ser um problema relacionado à qualidade dos vínculos, pois, o desenvolvimento afetivo, cognitivo e social do indivíduo, se relaciona à qualidade dos vínculos estabelecidos na infância.

Bíon, utilizou o termo vínculo para se referir a um dos tripés que sustentam a relação mãe-bebê, e que permite o desenvolvimento saudável da criança. Junto à *comunicação primitiva* e à *forma de respostas às frustrações*; a *formação de vínculos*, trata dos elos emocionais entre duas ou mais pessoas, sempre presentes, que desenvolvem-se e transformam-se em uma interação progressiva, de ódio (H), amor (L) ou conhecimento (K). (ZIMERMAN, 1999)

De acordo com Winnicott (1975), a mãe serve de espelho para a criança, de maneira que suas expressões faciais conferem forma e sentido aos sentimentos do bebê, que se constrói psicologicamente através dessa relação. Segundo Zimmerman (1999) as chamadas identificações parciais acontecem desde cedo e são introjetadas pelo indivíduo durante seu desenvolvimento. O sentimento de identidade – que se dará na adolescência – harmonioso e coerente, é fruto dessas identificações parciais. Os números comprovam, que o grupo que mais agride psicologicamente a criança e ao adolescente é a família, representando 36% dos casos, deixando a violência em segundo lugar, com 25,8%. Esses números são de uma pesquisa feita com o apoio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, publicada no ano de 2010. (FISHER; SHOENMAKER, 2010)

A dificuldade em detectar a violência psicológica pode ser atribuída ao silêncio das vítimas, haja visto que a violência psicológica tem como objetivo intimidar e enfraquecer a tomada de decisão da criança e do adolescente. A escassez de trabalhos publicados acerca dessa temática é inegável, mas uma análise de publicações mostrou que o interesse tem crescido. (SANCHES; MINAYO, 2006)

O setor da saúde tem sido um dos mais ativos defensores da proteção integral das crianças e dos adolescentes, tendo como principais atores os pediatras e sanitaristas, dentre outros. No entanto, os atendimentos são, em geral, de assistência, focalizada nos agravos. (SANCHES; MINAYO, 2006)

Com a finalidade de detectar a violência sofrida, o profissional de saúde, e aqui se encontra também o psicólogo, deve fazer perguntas ao adolescente, livres de conotação de censura ou acusação. O modo de abordar a possível vítima deve ser empática, e na maioria das vezes, deve ter por objetivo reorganizar os vínculos familiares conforme pontuam Assis, et al. (2001).

A prevenção, sem sombra de dúvidas, é o melhor fator de proteção contra a

violência psicológica. Em 2004 o Conasems (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde), que construiu um Plano de Atenção à Violência Contra Crianças e Adolescentes, junto à outras instituições realizou o I Congresso Brasileiro de Saúde, Cultura da Paz e Não-Violência, dentro do XX Congresso dos Secretários Municipais de Saúde, configurando uma ação efetiva, dentro da filosofia da Cultura da Paz, a favor da infância e da juventude.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa realizada, foi possível entender a adolescência como um processo de individualização, no qual a identificação com um self seguro é necessária para auxiliar no processo de transição da infância à vida adulta.

O vínculo afetivo, destacou-se como vital para o desenvolvimento da criança até que alcance a vida adulta, com especial valor durante a adolescência quando a troca de interiorizações acontece (JEAMMET, CORCOS, 2005 apud BIAZUS, RAMIREZ, 2012).

Sendo assim, uma relação permeada por violência psicológica resultará em possíveis danos nas esferas emocional, cognitiva, intelectual, comportamental, sexual e física, ou seja, em todos os setores da vida de uma pessoa e pode ser considerada como impeditiva para o processo de troca de interiorizações.

A compreensão dessa relação causa-efeito e o debate acerca dos fatores envolvidos se faz necessária, pois diante do trabalho realizado constatou-se o caráter silencioso e de difícil comprovação da violência psicológica. As publicações científicas, que são escassas, evidenciam as estatísticas que comprovam que na família é onde a violência psicológica mais acontece em desfavor do adolescente, mas poucas se aprofundam na raiz da problemática. As relações familiares estão protegidas culturalmente e o interesse vindo de fora, pelos que identificam que algo está errado, pode receber acusações relacionadas a intromissão, e afastar a ajuda necessária.

O serviço ofertado pela rede de saúde ainda não está preparado para receber e conduzir de forma eficaz as denúncias de violência psicológica contra o adolescente. A detecção dessa falha nos atendimentos já foi feita e existem projetos que caminham no sentido da resolução dessa problemática.



Ao psicólogo, atuando com uma equipe multidisciplinar na rede pública, ou sozinho em seu consultório, recai a responsabilidade de uma escuta apurada, direcionada à leitura dos sinais dados pelos pacientes e detecção da violência sofrida. A detecção precoce e o trabalho de prevenção são os melhores preditores para diminuição ou extinção de possíveis consequências.

REFERÊNCIAS

ASSIS, S. G.; DESPLANDES, S. F.; FERREIRA, A. L.; COLS. **Guia de atuação frente a maus-tratos na infância e na adolescência**. Sociedade Brasileira de Pediatria. 2 ed. Rio de Janeiro. CLAVES/ENSP/Fiocruz. 2001. Disponível em: <http://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/maustratos_sbp.pdf>. Acesso em 05 out. 2018

AZAMBUJA, M. R.F. et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Rev. psiquiatr.** Rio Gd. Sul, v.25, suppl.1, p.9-21. Abr. 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rprs/v25s1/a03v25s1> > Acesso em 20 jul. 2018.

BARROS, A. S. de; FREITAS, M. de F. Q. de. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: consequências e estratégias de prevenção com pais agressores. **Pensando fam.**, Porto Alegre,RS, v. 19, n.2, p. 102-114, dez. 2015 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 09 dez. 2017.

BIAZUS, C. B.; RAMIRES, V. R. R. Depressão na adolescência: uma problemática dos vínculos. **Psicol. estud.**, Maringá , v. 17, n. 1, p. 83-91, Mar. 2012 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722012000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 ago. 2018.

BOWLBY, J. **Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1989.

BRASIL. **Caderneta de saúde da adolescente**. 2010. Disponível em:<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderneta_saude_adolescente_menina.pdf> Acesso em: 2 ago. 2018.

BRANCALHONE, P. G.; FOGO, J. C.; WILLIAMS, L. C. de A. Crianças expostas à violência conjugal: Avaliação do desempenho acadêmico. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, São Carlos, SP, v. 20, n.2, p. 113-117, maio-ago. 2004. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v20n2/a03v20n2.pdf>> Acesso em: 24 fev. 2018.

CARVALHO; I. M. M. de; ALMEIDA; P. H. de. Família e proteção social. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 109-122, jun. 2003. Disponível em <



http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392003000200012&script=sci_arttext >.
Acesso em: 26 set. 2018.

CHIOQUETTA, R. D. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: o berço do crime. **Revista Levs/Unesp/Marília**, ed. 13. p. 169-179. mai. 2014. Disponível em < <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/download/3758/2832> > Acesso em: 10 jul. 2018.

FERREIRA, K.M.M. Violência doméstica/intrafamiliar contra crianças e adolescentes – nossa realidade. IN: DA SILVA, L. M. P. (ORG.) **Violência doméstica contra crianças e adolescentes**. Recife, EDUPE, 2002. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/violencia_crianças_adolesc.pdf> Acesso em 10 jul. 2018.

FONSECA R. F. L. **A Violência Doméstica contra Criança e Adolescente na Contra Mão da Qualidade de Vida**. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS INTEGRADAS DA UNAERP CAMPUS GUARUJÁ, 2, Guarujá: 2005. Disponível em: <<http://www.unaerp.br/sici-unaerp/edicoes-anteriores/2005/secao-5-1/936-a-violencia-domestica-contra-crianca-e-adolescente-na-contra-mao-da-qualidade-de-vida/file>> Acesso em 25 fev. 2018.

GUERRA, V. N de A. **A violência de pais contra filhos: procuram-se vítimas**. São Paulo: Cortez, 1985.

LEVISKY, D. (1998). **Adolescência: reflexões psicanalíticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo. Lisboa, M. R. A. (1987).

MALTA, S. B. B. **Violência na família: uma matriz da violência na sociedade**. Estado de Alagoas: Prefeitura Municipal de Coruripe, 2002.

MINAYO, M.C.de S.; LIMA, C. A de. Filosofia e Práxis da Proteção Integral: o Feito e o por Fazer sob o Olhar da Saúde. In: LIMA C. A. de L. (Coord.) et al. **Violência faz mal à saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, p. 249-255, Parte 5, 2006.

SCHENKER, M.; MINAYO, M. C. de S. A implicação da família no uso abusivo de drogas: uma revisão crítica. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 299-306, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232003000100022&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 ago. 2018.

WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago Editora. 1975.

ZIMMERMAN, D. E. **Fundamentos Psicanalíticos: Teoria, Técnica, Clínica – Uma Abordagem Didática**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul. 1999.

ADOÇÃO TARDIA: O OLHAR DA CRIANÇA E ADOLESCENTE INSTITUCIONALIZADOS

Ana Cristina Lima Couto Catto, Gabriela Parice Corrêa Leite,
Vania Borim Moretto Delpino, E-mail: acl_catto@yahoo.com

1 INTRODUÇÃO

A adoção, tema bastante discutido na sociedade e com farto material de pesquisa, é um assunto que gera dúvidas, como por exemplo, o porquê de existirem tantas pessoas em filas de adoção e ao mesmo tempo, tantas crianças a espera de uma família (OLIVEIRA et al, 2012).

Segundo Liberati (2003), a palavra adoção significa dar seu próprio nome, por nome em alguém, numa linguagem mais informal, traz o sentido de acolhimento de pessoa (s). Já para Miranda (2001, p. 217) "[...] é o ato solene pelo qual se cria entre o adotante e o adotado relação fictícia de paternidade e filiação".

A adoção é uma das formas de uma pessoa assumir uma criança ou adolescente em uma família substituta como filho (a) nascido (a) de outra pessoa, que não consegue ou não quer cuidar de um filho por algum motivo pessoal ou socioeconômico. A adoção, quando a criança teve seus direitos violados e está em uma instituição de acolhimento, acontece somente se todas as possibilidades de retorno à família biológica foram esgotadas (AYALA et al, 2014).

Entre as modalidades da adoção, existe a adoção tardia, que diz respeito a crianças maiores de dois anos ou adolescentes que permanecem em instituições desde tenra idade ou que por diversas circunstâncias, foram retiradas dos pais biológicos pelo poder judiciário (AYALA et al, 2014).

Camargo (2005) também aponta em seus estudos vários dados e estatísticas que refletem a realidade do por que muitas crianças são adotadas tardiamente, e grande parte desses dados tem a ver com a cor de pele, com a idade, sexo e estado de saúde dessas crianças, ou seja, aquilo que é denominado como o perfil das crianças a serem adotadas, e este perfil é dado pelos adotantes no momento do cadastro e na grande maioria das vezes, não corresponde às características das crianças e adolescentes institucionalizados.

Visto que o presente trabalho tem por objetivo averiguar como essas crianças e adolescentes percebem esse processo de adoção, procurou-se entender o olhar da criança e do adolescente frente à institucionalização e à adoção.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho refere-se a uma pesquisa descritiva, baseado em uma revisão bibliográfica sobre o tema da adoção tardia. Segundo Gil (2008, p. 28), as pesquisas descritivas “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Para o desenvolvimento desse estudo, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica por meio de artigos científicos, de banco de dados como: Scielo (Scientific Electronic Library Online), Google acadêmico, PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia), BVS Brasil (Biblioteca Virtual em Saúde), livros acadêmicos, teses, dissertações e publicações científicas por meio eletrônico, abrangendo na lei nº8069 de 13 de junho de 1990 (ECA) e Direitos Humanos. Teve-se como palavras-chave: adoção tardia; crianças e adolescentes; psicologia, onde foram encontradas de acordo com o tema do presente trabalho.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3. Adoção tardia: o olhar da criança e adolescente institucionalizado

3.1 A espera da adoção

Souza (2012) refere que quando existe uma adoção, é porque houve um abandono, e por trás dessa história anterior, há sofrimentos, lutos, cicatrizes, frustrações, solidão, angústias, medo e insegurança. A criança e o adolescente quando afastados do convívio familiar e passam pelo acolhimento institucional apresentam dificuldades em entender o que está acontecendo, sejam eles órfãos abandonados pela família biológica, ou provindos de famílias, com histórico de dependência química, problemas psiquiátricos ou abusos sexuais.

Para Siqueira et al. (2006) apud Siqueira e Aglio (2010 p.408):

É no acolhimento institucional que realizam um grande número de atividades, desempenham papéis e funções e interagem, abrindo espaço para o desenvolvimento de relações recíprocas, de equilíbrio de poder e de afeto estável. Assim, embora a institucionalização geralmente esteja relacionada a sofrimento, os acolhimentos institucionais podem proporcionar um espaço seguro e protetivo, possibilitando acolhimento e relações satisfatórias.

Porém, de acordo com Siqueira e Aglio (2010, p. 408), dentro do acolhimento institucional, existe a percepção /olhar da criança e adolescente institucionalizado, a espera da adoção, que envolve sua visão de si mesmo e de família.

Souza (2012, p. 24) fala que o olhar para a espera da adoção dentro da instituição:

[...] é um lugar de espera – espera-se pela saída, espera-se pela definição do abrigado; espera-se “voltar para casa”, ou ter uma nova família -, a memória do externo é invocada, ao passo que novas memórias serão construídas.

Ainda Souza (2012, p. 26), cria-se expectativas e ansiedade na criança e adolescente a espera da adoção, imaginando como será sua família, se realmente irão ter essa família, se serão abandonados novamente. Quando veem seus colegas de instituição sendo adotados, pensam “quando chegará minha vez”.

Algumas crianças e adolescentes têm um olhar de culpa, acham que não são bons o suficiente, pois ainda não foram adotados. Com isso, tornam-se tristes, desconfiados, desiludidos, perdem a confiança em si e nos outros, sentem dor, solidão, amargura, vazio, revolta, desespero e ressentimento. “A indignação, decepção e angústia se transformarão em indiferença. A vida se torna cinzenta e não terão estímulos em direção ao seu futuro”. Tem também, aquele olhar que “acham que terão uma vida de princesca e devem ser orientados de que terão direitos e obrigações. Entender que numa família há trabalho, compromissos, alegrias e dificuldades também” (SOUZA 2012, p. 40).

Portanto, o olhar da criança e adolescente irá se transformando, de acordo com a vivência e o preparo da família, vencendo todas as barreiras existentes entre o adotando e o adotado.

3.2 Depois da adoção

Quando adotado, a criança ou adolescente passa a ter um olhar diferente, podendo apresentar atitudes para confrontar e testar seus pais biológicos, pois sentem

medo da devolução e conseqüente, abandono. “[...] Faz birra, é rebelde, não quer participar do lazer, emburra, grita.” (SOUZA, 2012, p. 50).

Souza (2012, p. 75) cita que crianças e adolescentes muito tempo institucionalizados que são adotados, podem apresentar baixa autoestima, comprometimento do desenvolvimento cognitivo, podendo apresentar problemas na escola.

Para Ferreira e Marturano (2002) apud Siqueira e Aglio (2010, p.408), afirmam que crianças que tiveram uma vivência dura ou tiveram muitos conflitos nas relações parentais podem passar por dificuldades de adaptação com o meio e no aproveitamento escolar, gerando mau desempenho escolar.

Entretanto, o olhar da criança e adolescente depois da adoção se modifica, pois os adotados tiveram que passar por um grande período dentro da instituição de acolhimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou compreender o olhar da criança e adolescente institucionalizado na adoção tardia.

A adoção tardia se trata de um processo muito delicado para a nova família e para o adotado, pois reconstrói a instituição familiar diante dos olhos dos adotantes e adotados, transformando costumes enraizados e gerando novas normas de convívio para a situação que não possuem precedentes. Muitas vezes um forte olhar de insegurança marca a existência de crianças e adolescentes adotados tardiamente, em virtude de tudo que viveu no passado, rejeição, abandono, entre outro.

A lição que fica é de que a coisa mais bonita é o sentimento que norteia o processo de adoção tardia, uma criança e adolescente no caminho do respeito a si mesma, do respeito aos outros e ao mundo, na busca por um futuro mais tranquilo.

REFERÊNCIAS

AYALA, S. C. et al. Adoção tardia: O real contexto de adotantes e a dotados. **Revista Eletrônica Científica**, FAEF- Garça, p.1-7, 2014. Disponível em: <http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/NSt5lqOoz7sc4eO_2014-4-16-0-6-59.pdf>. Acesso em: 03.08.17, às 14h38min.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

CAMARGO, M. L.. Adoção tardia: representações sociais de famílias adotivas e postulantes à adoção (mitos, medos e expectativas). Tese de Mestrado. **Revista de Psicologia da Unesp**, v. 4, p. 58-68, 2005. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/97679/camargo_ml_me_assis.pdf?sequence=1>. Acesso em: 11 apr 2018.

MIRANDA, P.. **Tratado de Direito de Família. v. III**. Atualizado por ALVES, Vilson Rodrigues. Campinas: Bookseller, 2001. 392 p.

SOUZA, H. P. D. **Adoção Tardia**: Devolução ou desistência de um filho? A necessária preparação para adoção. Curitiba: Juruá Editora, 2012.



ALGUNS ASPECTOS DA JUSTIÇA RESTAURATIVA SOB O FOCO DA PSICOLOGIA

Anaedi Nogueira Patriot, Gersislei Antonia Salado, Vânia Aparecida Borim Moretto Delpino, email: vania@cocjau.com.br

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata-se de uma análise bibliográfica e documental, onde se apresenta alguns aspectos históricos e conceitual acerca da evolução da Justiça Restaurativa e de suas práticas, especialmente no Brasil.

A Justiça Restaurativa é uma atividade relativamente nova no país, com pouco mais de dez anos de funcionamento, porém é uma prática que tem se expandido, utilizando técnicas de solução de conflitos, em que primam a criatividade e sensibilidade na escuta das vítimas e dos ofensores. Começou primeiramente funcionando em escolas públicas e privadas, como é visto em São Paulo, auxiliando na prevenção e na diminuição do agravamento de conflitos.

Dentro do sistema de justiça, é uma metodologia que auxilia os juízes na aplicação de medidas socioeducativas, cumpridas por adolescentes em conflito com a lei, na busca da recuperação de jovens que estavam cada vez mais entregues ao caminho do crime, como é visto no Rio Grande do Sul.

O Programa Justiça Restaurativa no Distrito Federal é utilizado em crimes de pequeno e médio potencial ofensivo, além dos casos de violência doméstica. Enquanto na Bahia e no Maranhão, esse programa ou método tem solucionado os crimes de pequeno potencial ofensivo, sem a necessidade de prosseguir com processos judiciais. A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), incentiva a adoção da Justiça Restaurativa na mediação de conflitos.

2 METODOLOGIA

Para a execução do trabalho foram revisados artigos científicos disponíveis em sites especializados da justiça, plataformas como Scielo, Bireme, Portal Capes, livros e revistas eletrônicas. Para a revisão procurou-se estabelecer uma relação histórica do

desenvolvimento da justiça restaurativa no Brasil, e depois como está sendo desenvolvida no Brasil e como é visto pela psicologia.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pinto (2006) e Brandão (2018, p.17), esclarecem que a “denominação *justiça restaurativa* é atribuída a Albert Eglash, que, em 1977, escreveu um artigo intitulado *Beyond Restitution: Creative Restitution*, publicado numa obra por Joe Hudson e Burt Gallaway, denominada “Restitution in Criminal Justice”. Eglash sustentou, no artigo, que havia três respostas ao crime – a retributiva, baseada na punição; a distributiva, focada na reeducação; e a restaurativa, cujo fundamento seria a reparação.”

Conforme Carvalho (2014) essa técnica surgiu na cultura anglo-saxã, sendo que as primeiras experiências vieram do Canadá e da Nova Zelândia e ganharam relevância em várias partes do mundo. A Justiça Restaurativa é um novo modelo de justiça voltado para as situações prejudicadas pela existência da violência.

Na Nova Zelândia, se manifestaram com força nos anos 1970, inspirada nos mecanismos de solução de litígios dos aborígenes maoris, e, com as primeiras experiências contemporâneas com mediação entre infrator e vítima. As ideias sobre a Justiça Restaurativa têm, assim, sua origem há mais de três décadas.

No Brasil a experiência é relativamente nova, mas já está em prática há mais de 10 anos, sendo aplicada ainda na maioria das vezes, com os crimes mais leves, porque ainda não existe estrutura apropriada para os crimes mais graves.

As experiências desenvolvidas e testadas no Brasil foram por meio de três projetos-pilotos, financiados pelo Ministério da Justiça. Esses projetos tiveram seu início, em 2005, nas cidades de Porto Alegre, São Caetano do Sul e Brasília. Foram desenvolvidas experiências nas escolas, no Judiciário, na Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE). Na cidade de São Caetano do Sul desenvolveram-se experiências com escolas e, em Porto Alegre, no âmbito da Justiça infanto-juvenil. Em Brasília, essas experiências acontecem nos dois juizados especiais do Núcleo Bandeirante e os programas desenvolvidos são voltados para infratores adultos que cometeram crimes de menor potencial ofensivo e contravenções penais (PRUDENTE e SABADEL, 2008).

Brusius e Rodrigues (2016, p.1), enfatizam que “tradicionalmente na cultura brasileira tenta-se solucionar os problemas de infração de leis e de prática de atos de violência através de métodos de exclusão, coerção ou punitivos, visando reprimir as condutas inadequadas. Esta repressão, além de, na maioria dos casos, não conseguir ocasionar uma mudança nos envolvidos, pode gerar um aumento do conflito que surgiu originalmente. Na melhor das hipóteses, o sujeito que praticou a infração não irá repeti-la por medo de punição, mas dificilmente terá elaborado uma aprendizagem em relação ao que aconteceu.”

Ferrão et al. (2016) relataram uma experiência com a Justiça Restaurativa (JR) dentro de uma Unidade de Internação de adolescentes em conflito com a lei, em uma unidade de Atendimento Socioeducativo de uma cidade no interior do estado do Rio Grande do Sul. As autoras enfatizaram que o tema Justiça Restaurativa, por ser novo e por não ter sido originalmente um modelo criado no cenário brasileiro, ainda é difícil de avaliar possíveis resultados e impactos, mas sugerem que há possibilidade de a JR ser uma experiência exitosa para o Sistema Socioeducativo brasileiro.

A estrutura e a sistematização das práticas restaurativas no Brasil, de acordo com Brancher (2008), são aplicáveis às mais diversas situações. As etapas do procedimento restaurativo, que são os pré-círculos, os círculos e o pós círculos, assim como o passo a passo, que envolve a compreensão mútua, autorrealização e acordo, são os mesmos, tanto para uma briga no pátio da escola, quanto para um homicídio.

Os círculos restaurativos caracterizam-se por possuírem a presença direta da vítima, ofensor e comunidade, e visam promover a confrontação dos envolvidos com perspectiva e possibilidade de responsabilização pelas consequências dos seus atos. O círculo restaurativo é um encontro destinado a restaurar as relações e resolver os conflitos por meio do diálogo. Nele, as pessoas envolvidas chegam a acordos definidos conjuntamente com apoio de um coordenador, FERRÃO e SANTOS (2016).

No Brasil conforme (SILVA, 2007, p. 72), Porto Alegre foi um dos primeiros estados a aplicar a justiça restaurativa em casos de jovens reincidentes, o processo envolveu a confissão do ato pelo ofensor - infrator, a identificação da vítima e o não envolvimento de homicídio, latrocínio, estupro ou conflito familiar. Em São Caetano do Sul, desenvolveu-se um modelo de justiça restaurativa nas escolas estaduais voltado ao público da 4a à 8a série do Ensino Fundamental, essencialmente crianças e adolescentes entre 9 e 16 anos. Em Brasília, (Silva 2007) enfatiza ainda que o programa é construído numa parceria entre o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, o Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, a Defensoria

Pública do Distrito Federal, a Secretaria de Estado de Ação Social, a Universidade de Brasília, o Instituto de Direito Internacional e Comparado e a Escola da Magistratura do Distrito Federal, e é dado enfoque aos casos em que os envolvidos possuem um relacionamento que se projete para o futuro ou se prolongue.

O programa Justiça Restaurativa ainda dá ênfase aos casos de bullying que ocorrem no ambiente escolar.

3.1 Finalidade

Brandão (2018), enfatiza que o castigo e a violência punitiva como respostas à criminalidade apenas intensificam a própria violência que vitima os cidadãos. É importante ressaltar que o modelo tradicional de justiça penal é eticamente inaceitável, uma vez que se pune o mal com outro mal. O Estado veda que seus cidadãos façam justiça com as próprias mãos, freando a vingança privada, mas aplica uma punição irracional e violenta, e que nem sempre contribui para a recuperação do infrator. Para Marshall (2005, p. 269), “todo ato de violência é a expressão trágica de uma necessidade não atendida.”

A inoperância do atual sistema de justiça penal, em que direitos constitucionais básicos são desrespeitados, é eticamente inaceitável, inviabilizador da ressocialização do apenado, e, portanto, devem-se procurar medidas alternativas ao atual modelo de justiça penal.

Tendo como intuito de reparar o dano causado com a prática da infração, a Justiça Restaurativa se vale do *diálogo* entre as pessoas envolvidas no pacto de cidadania afetado com o surgimento do conflito, quais sejam, autor, vítima e em alguns casos a comunidade. Logo, é avaliada segundo sua capacidade de fazer com que as responsabilidades pelo cometimento do delito sejam assumidas, as necessidades oriundas da ofensa sejam satisfatoriamente atendidas e a cura, ou seja, um resultado individual socialmente terapêutico seja alcançado.

Nesse sentido a Justiça Restaurativa constitui-se num procedimento de consenso, em que a vítima e o infrator, e, quando apropriado, outras pessoas ou membros da comunidade afetados pelo crime, como sujeitos centrais, participem coletiva e ativamente na construção de soluções dos traumas e perdas causados pelo crime.

A ideia, base da Justiça Restaurativa, é recuperar a vítima, restabelecendo o seu estado anterior à agressão, bem como transformar o agressor para que o mesmo repense seu comportamento, trazendo por consequência elementos como a reconciliação, a reparação e a restauração do senso de segurança, tanto para quem sofreu a lesão como para a sociedade.

Essa prática tem a finalidade de alcançar a pacificação das relações sociais de forma mais efetiva do que uma decisão judicial. A mediação vítima-ofensor consiste basicamente em colocá-los em um mesmo ambiente guardado de segurança jurídica e física, com o objetivo de que se busque ali acordo que implique a resolução de outras dimensões do problema que não apenas a punição, como, por exemplo, a reparação de danos emocionais.

3.2 O foco da psicologia

As psicólogas Ferrão et al. (2016), enfatizaram que uma providência importante na garantia de direitos ao adolescente em conflito com a lei foi a criação do Sistema Nacional Socioeducativo (SINASE), Lei nº 12.594/2012.

O SINASE parece ser um passo fundamental para unificação e efetivação de práticas no sistema socioeducativo, uma vez que se propõe a acompanhar todos os passos, desde apuração do ato infracional até a execução e cumprimento das Medidas Socio Educativas (MSE). O SINASE prevê, ainda, a articulação em rede, para que seja garantida a minimização das consequências negativas na vida do adolescente que é encaminhado ao sistema.

No Art. 35, inciso III, Lei nº 12.594/2012, há indicação que seja usado preferencialmente práticas restaurativas na execução das MSE, (SINASE, 2006).

A vigência do SINASE pode ser um passo importante para tornar efetivas as práticas restaurativas na socio educação, uma vez que, o mesmo contém provisões legais para que sejam asseguradas sua utilização.

Ferrão (2016), em entrevista ao CFP (Conselho Federal de Psicologia) reiterou que, a dificuldade de mudança paradigmática sobre um assunto ainda estigmatizado por uma parte da população brasileira, e a temática da violência juvenil ainda se encontra arraigada em uma cultura da punição e em alguns mitos de que o adolescente é o responsável pela violência em curso no país. “No trabalho com adolescente em conflito com a lei, esses mitos acabam fazendo parte da percepção de alguns socio

educadores, o que pode dificultar mudanças paradigmáticas necessárias para os processos que preveem a restauração e a ressignificação do ato infracional.”

Ainda de acordo com Ferrão (2016), ela reitera acreditar que, “a JR pode contribuir em diversos âmbitos do sistema socioeducativo, uma vez que diferentes estudos revelam a necessidade de investimentos e boas práticas num sistema que comprovadamente não está encontrando resolutividade em si mesmo. Dessa forma, fica evidente a necessidade de efetivação de práticas socioeducativas democráticas, articuladas em rede de atendimento das políticas públicas da infância e juventude, a JR é uma possibilidade de avanço no que preconiza o ECA, porque ela apresenta a possibilidade de práticas que oportunizam a corresponsabilidades nas intervenções institucionais, na perspectiva de um Sistema de Garantia de Direitos para adolescentes privados de liberdade, tal qual, preconiza o ECA e (Sistema Nacional Socioeducativo (SINASE).”

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do cenário brasileiro de violência juvenil e desamparo por parte das autoridades competentes, as práticas restaurativas oferecem oportunidades novas para os governos e as comunidades apontarem as necessidades dos afetados pelo crime, enquanto também geram oportunidades para as mudanças positivas na sociedade.

Os valores da justiça restaurativa, que são, encontro, inclusão, reparações, e reintegração, enfatizam a restauração dos prejuízos causados pelo crime, levando a pessoa a assumir a responsabilidade por suas próprias ações e trabalhando para criar um futuro mais positivo para a vítima e o infrator.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C R ; PINHEIRO G A. Justiça restaurativa como prática de resolução de conflitos. **Revista Desafios** – v. 04, n. 04, 2017. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/download/4148/12492/>> Acesso em 07/09/2018.

BRANCHER, L. N. **Justiça para o século 21**: instituindo práticas restaurativas: iniciação em justiça restaurativa: formação de lideranças para a transformação de conflitos. (2008). Porto Alegre: AJURIS.



BRANDÃO, DC. **Justiça Restaurativa no Brasil**: Conceito, críticas e vantagens de um modelo alternativo de resolução de conflitos. *Âmbito Jurídico*, 2018. Disponível em: <<http://www.ambito-juridico.com.br/site>. Acesso em 07/09/2018>.

BRUSIUS, A.; RODRIGUES, M R. **A Psicologia e a Justiça Restaurativa**. Disponível em: justica21.web1119.kinghost.net/arquivos/bib_298.pdf. Acesso em 09/09/2018.

CARVALHO, L. **Justiça Restaurativa: o que é e como funciona**. Agência CNJ de Notícias. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/5mdh>. Acesso em 06/09/2018>.

FERRÃO, I S; SANTOS, S S ; GARCIA DIAS, A C. **Psicologia e Práticas Restaurativas na Socio educação**: Relato de Experiência. *Psicologia: Ciência e Profissão* Abr/Jun. 2016 v. 36 n°2, 354-363. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/psicologia-e-praticas-restaurativas-na-socioeducacao>>. Acesso em 09/09/2018.

MARSHALL, Cris; BOYARD, Jim; BOWEN, Helen. **Como a justiça restaurativa assegura a boa prática: uma abordagem baseada em valores**. In: SLAKMON, C. et al. (Org.). *Justiça Restaurativa*. Brasil: Ministério da Justiça – PNUD, 2005. MINISTERIO PUBLICO DO PARANÁ (MPPR). *Justiça Restaurativa: Histórico*. Disponível em: <<http://www.crianca.mppr.mp.br/pagina-1711.html>. Acesso em 06/09/2018>.

PINTO, R S G. **A construção da Justiça Restaurativa no Brasil**. O impacto no sistema de Justiça criminal. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 11, n.1432, 3 jun. 2007. Disponível em: <<http://www9.unaerp.br/revistas/index.php/paradigma/article/download/54/65>>. Acesso em 07/09/2018.

Prudente, N. M., eSabadel, A. L. Mudança de paradigma: justiça restaurativa. **Revista Jurídica Cesumar**. 2008, 8(1),49-62. Disponível em: <<http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/719>>. Acesso em 09/09/2018.

SILVA, Karine Duarte Rocha da. **"Justiça Restaurativa e sua aplicação no Brasil"**. Brasília, 2007. Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2006. 100p. Disponível em: <www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase>. Acesso em 13/09/2018



ALIENAÇÃO PARENTAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS: UMA ANÁLISE SOB O ENFOQUE DA PSICOLOGIA JURÍDICA

Siomara Carinhato Comar, Vania Aparecida Borim Moretto Delpino
e-mail:siomara_vindevede@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Houve um tempo em que as famílias nasciam na perspectiva de durarem para sempre, seguindo um tipo de cronograma em que o casal namorava, noivava, casava-se, tinha os filhos, criava-os e educava-os juntos e desses filhos, nasciam outras famílias perpetuando o mesmo modelo familiar. Com o tempo os relacionamentos tornaram-se mais efêmeros e os casamentos começaram a “ter prazo de validade”. No entanto, nem sempre quando o casal se separa os filhos já estão crescidos a ponto de se subsidiarem, o que faz surgir novos problemas para os casais separados. Questões relacionadas à guarda, educação e decisões em relação à vida dos filhos tornam-se emergentes e dessa forma, houve grandes mudanças nas famílias e nas leis, bem como surgiram novas questões e consequências na vida das crianças e adolescentes (ALVES, 2009).

A separação conjugal consiste em um colapso na vida do casal, que pode levar meses ou anos para se construir, sendo que um dos desejos decorrentes mais comuns do divórcio é o de se desvincular totalmente do outro. Entretanto, essa vontade não pode ser concretizada quando o casal tem filhos, o que exige com que as partes mantenham convivência e diálogo suficientes para prover o bem-estar e atender as necessidades dos mesmos. Assim, nesses casos dissolve-se a conjugalidade, mas se mantém a parentalidade (BRITO, 2008).

De acordo com Brasil (2014) o tempo de convívio com os filhos deveria ser dividido de forma igualitária entre os genitores mediante guarda compartilhada. Porém na maioria das vezes o genitor guardião é a mãe, que geralmente se sente sobrecarregada diante da tarefa de criar e educar os filhos sozinha. Essa desigualdade de responsabilidades sobre a criança ou o adolescente acaba por gerar conflitos entre os pais, o que muitas vezes provoca distanciamento entre um dos genitores e o filho (BRITO, 2008)

Em estudos foram colhidos dados que revelaram que crianças na faixa dos nove aos doze anos apresentavam em relação a um dos genitores sentimentos de raiva e desprezo, mostrando-se aliadas fiéis na tarefa de ferir e importunar o ex-cônjuge, fazendo com que estes se sentissem traídos, rejeitados, usados e descartados pelo ex-companheiro. A criança, sendo um ser em desenvolvimento, não possui condições de avaliar o conflito entre os pais, geralmente tomando partido daquele que está mais próximo ou que lhe dá mais segurança. Assim, influenciada pelo guardião, a criança passa a desprezar o outro (KELLY, 1998)

Em 1980 o professor de psiquiatria infantil, Richard Gardner se tornou conhecido por cunhar uma síndrome que ocorreria em crianças expostas a disputas judiciais entre pais. Gardner trabalhou como psiquiatra forense em 1970, avaliando crianças e famílias em situação de divórcio e percebeu que aumentava o número de crianças que exibiam rejeição e hostilidade por um dos pais que antes era querido. Pensou se tratar de lavagem cerebral, termo que o autor usou para designar quando um genitor guardião, de forma sistemática e consciente, influencia a criança denegrindo a imagem do outro responsável sem motivo aparente (SOUSA, 2010).

A teoria de Gardner até hoje é muito criticada e discutida, para constatar que alienação parental seja uma patologia e ainda não é referenciada no DSM V (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) como síndrome e os estudos continuam em andamento.

Enfim, a alienação parental é responsável por prejuízos significativos na vida dos envolvidos, principalmente na criança que está em fase de desenvolvimento e em fase escolar. Alguns comportamentos comuns e sintomas observados nas crianças alienadas são o sentimento de desespero, a somatização, comportamento antissocial, medo de ser abandonada, insônia, ansiedade, agressividade, solidão, comportamento hostil, distúrbio de aprendizagem, falta de organização e extrema lealdade ao guardião. Dentre as consequências emocionais aparecem a baixo autoestima, dificuldade para futuros relacionamentos emocionais, depressão, tristeza, sentimento de culpa e de isolamento (LUZ; GELAIN; BERNICÁ, 2014)

Para o psicólogo atuar na área jurídica nos direitos de família em casos de alienação parental é preciso que conheça a síndrome de alienação parental para

identificar suas características em processo de disputa judicial e vir intervir amenizando as consequências da mesma (LAGO e BANDEIRA, 2009).

Gardner (2002) ressalta a importância de realizar entrevistas conjuntas, com todas as partes envolvidas, pai, mãe, criança, padrastos e madrastas e em todas as combinações possíveis, porque durante as entrevistas conjuntas é que o examinador tem a possibilidade de confrontar as informações e investigar a verdade.

O psicólogo jurídico deve além de diagnosticar, buscar formas de intervenção que possam amenizar os efeitos causados pela alienação parental. É preciso tratar a psicopatologia do genitor alienador, em razão de suas atitudes para com o filho. O psicólogo deve também buscar pela reconstrução do vínculo entre filho e genitor alienado e a redução dos danos causados em razão do rompimento desse vínculo (LAGO e BANDEIRA, 2009).

O presente trabalho tem como objetivo geral investigar as possíveis consequências da alienação parental em crianças sob a ótica da psicologia jurídica e como objetivo específico pesquisar as principais mudanças acerca dos modelos familiares, investigar os tipos de guarda e a relação com a alienação parental, pesquisar as principais sequelas em crianças que passaram pela alienação parental e especificar o papel do psicólogo jurídico frente a alienação parental.

2 METODOLOGIA

O método a ser utilizado no presente trabalho será o de pesquisa bibliográfica que é considerada a mãe das pesquisas, fundamentada em fontes bibliográficas, ou seja, os dados obtidos a partir de fontes escritas, de uma modalidade específica de documentos, são obras escritas, impressas em editoras, comercializadas em livrarias e classificadas em bibliotecas (GERHARDT, 2009).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante da realidade das mudanças nos relacionamentos conjugais, a fragilidade desses e o número alto de separações veio contribuir para a dificuldade nos casais que possuem filhos. Sendo que após a separação não é possível uma ruptura total no relacionamento por causa dos filhos que continuam sendo responsabilidade dos dois, mesmo não sendo eles mais um casal e sim pais de seus filhos. Os dois devem

permanecer discutindo as questões relativas aos filhos, que necessitam apesar da separação de amor de pai e mãe, precisam ser educados e conduzidos até a idade adulta.

Observamos que o não exercício da co parentalidade tem prejudicado o desenvolvimento dos filhos, sendo levado em consideração pelos pais mais os seus sentimentos e sonhos destruídos e uma necessidade de continuar as ofensas por meio do filho ao invés do bom desenvolvimento do filho ser a prioridade.

Constatamos que grande parte das separações litigiosas tem ocorrido a síndrome de alienação parental, onde os filhos são programados pelo genitor guardião a rejeitar o genitor que deixa de residir com o filho sem motivos aparentes e para reverter esse problema o genitor alienado precisa de buscar a justiça. Dependendo do grau da síndrome instaurada no filho é preciso da ciência do direito, psicologia e serviço social para poder devolver o direito ao pai alienado como também a amenização dos sintomas da síndrome de alienação parental no filho. Cabendo muitas vezes fortes punições ao alienador, que no caso é um dos pais.

O presente estudo deu a conhecer a síndrome de alienação parental como suas graves consequências aos pais e filhos e como a psicologia jurídica pode contribuir com esse problema atual.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os assuntos abordados neste artigo com revisão teórica, apresenta uma atualização na história da família, observando as várias fases e as enormes mudanças no decorrer do tempo, as formas de relação conjugal com seus aspectos positivos e negativos, como também, o grande volume de separações judiciais e seus prejuízos aos envolvidos. Das desvantagens dos casamentos arranjados aos casamentos por afeto trouxeram magoas profundas no momento da separação, observa-se o envolvimento dos filhos, que são profundamente atingidos pelos próprios pais quando estes buscam castigar o causador das magoas, incluindo cruelmente os filhos.

Com a separação do casal, o filho se abstém do convívio diário de um de seus genitores e se não for bem cuidada a convivência tende a haver um distanciamento. Esse artigo apresenta uma síndrome, síndrome de alienação parental, apresenta as consequências na vida de crianças e adolescentes quando se é programado pelo

genitor guardião, a rejeição em relação ao genitor que não mora mais junto com o filho, a ponto de perder a vinculação, chegando ao ponto de esquecer do tempo de intimidade do convívio.

Muitas vezes, para o alienado conseguir se aproximar do filho necessita entrar com processo na vara do direito da família para expor as condições, a equipe do direito e psicologia avaliar e intervir para este resgatar seus direitos de genitor, como também buscar ajuda psicológica para o filho que é usado de forma cruel pelo genitor guardião.

Finalmente, o Direito e a Psicologia forense enxergam a necessidade da união das ciências no trabalho na área da família, pois o homem precisa de leis e cuidados psicológicos e ser tratado como um homem total.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. R. **Família Patriarcal e Nuclear: Conceito, características e transformações**. Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2009. Disponível em: < https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/IISPHist09_RoosembergAlves.pdf >. Acesso em 06 de jul. 2018

BRASIL. **Lei n.º 13.058, de 13 de junho de 2014, altera os artigos 1583, 1584, 1585 e 1634 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil)**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefeia de Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 22 de dezembro de 2014. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/159374255/lei-13058-14>>. Acesso em 09 de out. 2018.

BRITO, L. M. T Alianças desfeitas, ninhos refeitos: mudanças na família pós divórcio. In: Org. **Famílias e separações: perspectivas da psicologia jurídica**. Rio de Janeiro. Ed. UERJ, 2008. p. 17-48.

GARDNER, R. A. **Parental alienation syndrome vs. parental alienation: Which diagnosis should evaluators use in child-custody disputes?** In: The American Journal of Family Therapy, v. 30 n. 2, p. 93-115, 2002. Disponível em: < <http://psycnet.apa.org/record/2002-12363-001> >

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa, Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS**, Porto Alegre, 2009. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf> >

KELLY, J. B. **Sobrevivendo à separação: como pais e filhos lidam com o divórcio**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.



LAGO, V. M.; BANDEIRA, D. R., **A Psicologia e as demandas atuais do direito de família**. Psicologia Ciência e Profissão, Brasília, v. 29, n. 2, p. 290-305, jun. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 out. 2018.

LUZ, A. F.; GELAIN, D.; BENINCÁ, T. K. A atuação do Psicólogo Jurídico na Alienação Parental. **Revista de Psicologia da IMED**, vol. 6, n. 2, p. 81-88, 2014 – ISSN 2175-5027. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/546/481>> Acesso em 12 out. 2018.

SOUSA, A.M. **Síndrome da Alienação Parental um novo tema nos juízos de família**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.



ANÁLISE DO PERFIL DO CANDIDATO NO PROCESSO SELETIVO

José Augusto Scudilio Junior, Nathália Moreno Palácio, Maria Madalena Lazari Kawashima, e-mail: professora.madalenalazari@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Com a evolução dos processos de trabalho a psicologia passa a ganhar força quando relacionada as demais práticas administrativas empresariais, sendo que quando reconhecida como profissão em 1960, já estava ligada e consolidada aos processos das relações do trabalho (ZANELLI, 2004).

Iniciada pelo forte avanço das relações de trabalho, a grande competitividade por espaço no mercado, ocasionando na reformulação do trabalho, através da necessidade de qualificação das competências profissionais, a respeito dos fenômenos organizacionais. Onde o processo de evolução constante do trabalho e a competitividade do mercado de trabalho tem manifestado na necessidade do aprofundamento de novos estudos sobre o método de gestão de pessoas dentro das organizações, nesse sentido, aponta como fator diferencial, a atuação das pessoas dentro das organizações, sendo portadoras do conhecimento necessário para contribuir para os avanços do trabalho, empresa e conseqüentemente do mercado de trabalho, considerando o conhecimento como a maior riqueza deste século. Nessa perspectiva, a organização é o viés capaz de “transformar informações em conhecimentos e este em decisões e ações de negócio”, inovando através da junção de inteligência e tecnologia, sendo necessário, fornecer condições adequadas para que as habilidades e competências sejam desenvolvidas no sentido de cumprir com os objetivos pré-estabelecidos da empresa (PIZOLOTTO, 2003).

A partir da ideia de progredir segundo os interesses da organização, compreende-se que só é possível determinado avanço, se em paralelo está a suprir as necessidades básicas e interesses das pessoas que ali trabalham. Dutra (2002), aponta algumas exigências deste cenário atual, como ter condições flexíveis de trabalho, profissionais capacitados a compreender as tendências do mercado atual e a partir disso dar sequência em processos de decisão com enfoque nessas exigências, possuindo postura autônoma e empreendedora, visando o crescimento e

aprimoramento contínuo. Sendo assim, sob a análise do autor, as circunstâncias atuais relacionadas ao bom desenvolvimento da organização em mercado, só é possível a partir da capacidade da empresa de gerir e desenvolver seus colaboradores e consequentemente ser desenvolvido por eles.

Chiavenato (1999), considera que “se a organização quer alcançar os seus objetivos da melhor maneira possível, ela precisa saber canalizar os esforços das pessoas para que também estas atinjam os seus objetivos individuais e que ambas as partes saiam ganhando”. Assim, considera que os colaboradores são portadores da inteligência, conhecimento e habilidades que movem a empresa; sendo, portanto, necessário tratá-las “como parceiros do negócio e não mais como simples empregados contratados”, ou seja, como recursos da organização, o denominado recursos humanos.

A partir do estudo e análise do processo de desenvolvimento do trabalho junto aos avanços e contribuições da psicologia organizacional dentro das organizações, compreende-se a necessidade da utilização da avaliação psicológica no processo de recrutamento e seleção de pessoal, criada a partir da grande competitividade de mercado de trabalho. A Avaliação Psicológica tem se tornado um dos principais instrumentos de avaliação, na necessidade de escolher o indivíduo adequado as características e exigências de determinada vaga. Diante dessa visão, é preciso compreender seu processo em um todo, verificando os benefícios e riscos que esse tipo de avaliação oferece em meio ao processo seletivo.

Nesse sentido, buscar-se-á ao longo deste apresentar a importância da avaliação psicológica no processo de seleção de candidatos e seus métodos a partir da análise e compreensão do perfil relacionado ao cargo. Considerando nesse estudo o processo histórico do trabalho, suas referências e o surgimento dos primeiros métodos de gestão, para que seja possível analisar os processos atuais de recrutamento, seleção e gestão de pessoas. Levando a análise dos diferentes métodos de avaliação e entrevista psicológica, considerando seus aspectos e objetivos.

2 METODOLOGIA

No que se refere ao desenvolvimento deste estudo, a revisão literária foi o método utilizado para a compreensão da importância da avaliação psicológica no

processo de seleção de candidatos, baseando-se em dados coletados através de artigos científicos disponíveis em plataformas online, como Google Acadêmico e Scielo e, também, livros a que envolvam o tema proposto. Portanto a finalidade foi explorar o tema utilizando a pesquisa bibliográfica, ou seja, “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” (GIL, 2002, p. 44).

O processo de elaboração iniciou com a busca pela compreensão sobre o processo histórico do trabalho, verificando suas origens, necessidades e transformações. A partir desta compreensão inicial, compreendeu-se o início da psicologia no âmbito organizacional, a partir de referências de autores da época que iniciaram este processo, entendendo como essa se formou, quais as realidades da época, exigências do trabalho, problemas decorrentes, necessidades, ideologias atuantes, e diante dos resultados obtidos, verificar a criação, desenvolvimento e enquadramento da avaliação psicológica no processo de recrutamento e seleção. Entendendo assim a importância da avaliação psicológica neste processo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Processo seletivo é um dos mais importantes ferramentais de gestão de pessoas nas organizações. Pois cada vez mais tem valorizado as pessoas que compõem essas organizações, como parceiros (GUIMARÃES; ARIEIRA, 2005). Este processo trabalha para que os funcionários contratados se adequem a política da empresa. O recrutamento tem como objetivo procurar e atrair candidatos para uma função estipulada e a seleção consiste em selecionar e decidir o candidato correto que exercerá o trabalho.

O recrutamento e a seleção fazem parte de um processo que busca preencher e proporcionar a organização de talentos e competências fundamentais para o sucesso em um contexto altamente dinâmico e competitivo (CHIAVENATO, 2009). A empresa organiza uma estratégia que tenha com o objetivo de verificar as carências e o quantitativo de pessoal que garantirão rendimentos para os processos de seleção e recrutamento. “Antes da divulgação e antes do recurso ao mercado de trabalho, ou seja, antes de proceder ao recrutamento propriamente dito, é necessário efetuar um

planejamento” (ROCHA, 1997, p.3), neste, será definido quais os instrumentos de trabalho serão utilizados, como testes, entrevistas, questionários.

Chiavenato (2009), considera que a entrevista de seleção é a técnica mais aplicada nas pequenas, médias e grandes empresas, mesmo que necessite de base científica e situe-se como a técnica de seleção mais relativa e imprecisa. A entrevista pessoal é a que mais atua na decisão final sobre os candidatos e é a comunicação entre duas pessoas ou mais que interagem entre elas, de um lado a pessoa que entrevista do outro o entrevistado ou entrevistados. Onde situa que exista um planejamento correto e detalhado para o desenvolvimento e aplicação da entrevista comportamental, iniciando pela análise do perfil de competências do cargo. Se a descrição do cargo não esclareça as competências essenciais, é importante debater com o setor requerido e criar, em conjunto uma nova descrição mais detalhada.

A entrevista comportamental permite ao selecionador confrontar os vários candidatos sobre suas competências de um jeito mais fácil para a decisão final. Vale ressaltar, que esse tipo é mais sistemático e objetivo, possibilitando um acerto da performance futura e aumenta a chance de uma contratação de sucesso CAXISTO (2007) e traz como ponto forte a clareza do perfil e uma maior facilidade para avaliar candidatos com imparcialidade, justiça e ética (GRAMIGNA; BRANCO, 2009).

Segundo Chiavenato (2009) a entrevista de seleção passa por cinco etapas. A preparação da entrevista é o início do processo, tendo horário marcado ou não, precisa ter planejamento e preparação que defina alguns pontos como: o tipo de entrevista, os objetivos específicos, análise do curriculum vitae; maior número possível de informações do candidato e de informações do cargo. Outro aspecto importante é preparar o ambiente pois precisa-se de um lugar onde seja possível neutralizar ruídos ou interferências externas que possam prejudicar a entrevista.

A avaliação psicológica busca prognosticar o desempenho do candidato no exercício de um determinado cargo a partir da compreensão de uma consequência da interação com várias características da organização, como sua estrutura social, cultura organizacional, dentre outros. Assim, processo de avaliação psicológica em um processo de seleção de pessoal é probabilístico, devido a sua complexidade e também intersubjetividade, presentes nos subsistemas e em um sistema maior que é a organização (PARPINELLI; LUNARDELLI, 2006).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do conteúdo desenvolvido é possível verificar a importância do processo de gestão de pessoas nas organizações, que têm influência direta no cumprimento dos objetivos de uma organização que busca se manter no mercado, diante disso, é preciso compreender os processos e aspectos mantenedores de sua atividade. Sendo um destes processos denominados como Recrutamento e Seleção de Pessoal, que é gerido e administrado pela equipe de recursos humanos, que o trata como o processo inicial que norteia todo bom desenvolvimento da organização.

Os objetivos do recrutamento e seleção devem estar equiparados às políticas e práticas, enfim ao modelo de gestão da organização a que se refere, considerando os aspectos que revelam sua cultura, missão, visão e valores (HANASHIRO, TEIXEIRA, ZACARELLI, 2008). Neste sentido:

Cabe lembrar que os resultados de uma avaliação psicológica precisam ser interpretados de forma dinâmica e serem considerados apenas como uma estimativa de desempenho do examinando sob um dado conjunto de circunstâncias. Há sempre que se ponderar, assim, o fator da instabilidade, tanto da parte do indivíduo quanto das circunstâncias organizacionais que podem mudar (PARPINELLI; LUNARDELLI, 2006, p. 470).

A avaliação psicológica busca prognosticar o desempenho do candidato no exercício de um determinado cargo a partir da compreensão de uma consequência da interação com várias características da organização, como sua estrutura social, cultura organizacional, dentre outros. Assim, processo de avaliação psicológica em um processo de seleção de pessoal é probabilístico, devido a sua complexidade e também intersubjetividade, presentes nos subsistemas e em um sistema maior que é a organização (PARPINELLI; LUNARDELLI, 2006).

Nesse sentido, discutiremos que ele hoje é considerado pela literatura e grandes empresas como o cerne para o bom e efetivo desenvolvimento organizacional na busca constante de seus objetivos, onde, constatar-se-á que a escolha do colaborador melhor qualificado em nível de conhecimento e habilidades é o fundamento básico necessário para o desenvolvimento adequado dos processos de produção do trabalho, que resultará no sucesso da organização.



REFERÊNCIAS

CAXITO, F. A. **Recrutamento e Seleção de Pessoas**. Disponível em: <http://www.portalava.com.br/ava/includes/cursos_atualizacao/recrutamento_e_selecao_de_pessoas/4848.pdf>.

CÂMARA, P. B.; GUERRA, P. P.; RODRIGUES, J. V., Humanator. **Recursos Humanos e Sucesso Empresarial**. Lisboa: Edições Dom Quixote. 2003.

CHIAVENATO, I. **Planejamento, recrutamento e seleção de pessoal: como agregar talentos à empresa**. 7 ed., Barueri, SP.: Manole, 2009.

DUTRA, J. S. **Gestão de pessoas: modelos, processos tendências e perspectivas**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo, Ed. Atlas, 2002.

CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos**. São Paulo: Atlas. 2000.

GUIMARÃES, M. F.; ARIEIRA, J.O. O Processo de Recrutamento e Seleção como uma Ferramenta de Gestão. **Rev. Ciências Empresariais da UNIPAR**, Toledo, v.6, n.2, jul./dez., 2005.

GRAMINA, M. R., BRANCO, R. C. **Seleção por Competências – Garimpendo Talentos e Potenciais**. Disponível em <http://www.rhportal.com.br/artigos/wmview.phpidc_cad=5m9whw4da> Acesso em: 19 out.2012.

HANASHIRO, M. M.; TEIXEIRA, M. L. M.; ZACARELLI, L. M. **Gestão do Fator Humano: Uma visão baseada em stakeholders**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008

PARPINELLI, R. F.; LUNARDELLI, M.C.F. Avaliação psicológica em processos seletivos: contribuições da abordagem sistêmica. **Estud. psicol.** (Campinas), Campinas, v. 23, n. 4, p. 463-471, Dec. 2006.

Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2006000400014&lng=en&nrm=iso>. access on 04 Oct. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2006000400014>.

PIZOLOTTO, M.F. **A GESTÃO DE PESSOAS**: um estudo em micros e pequenas empresas da indústria de transformação da região do Médio-Alto-Uruguaí do Rio Grande do Sul. In: EGEPE – ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS. 3., 2003, Brasília. Anais do III EGEPE – Brasília/DF. 2003, p. 735-748.

ROCHA, J. A.O., **Gestão de Recursos Humanos**. Lisboa: Editorial Presença. 1997.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

ZANELLI, J. C; BORGES, L. O. O mundo do trabalho. **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**, Porto Alegre, 2004.



ARTETERAPIA NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Ana Lia Dadamos, Carla Maria Nicola Coletti,
e-mail: liadadamos@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A utilização da Arte é muito importante para o ambiente escolar, por meio dela a criança estimula sua criatividade e trabalha com uma situação que lhe propicie prazer e conhecimento. Neste sentido, surge o intuito de trabalhar com a Arteterapia, que utiliza os recursos artísticos para auxiliar as necessidades particulares ajudando e evitando as doenças de caráter contemporâneo como depressão, stress, ansiedade, síndromes, sem se esquecer também da atenção especial para pessoas com necessidades por meio dos métodos artísticos, auxiliando no desenvolvimento de tais pessoas.

Em sala de aula o professor também pode trabalhar a Arteterapia, visando maior desenvolvimento dos alunos, o que gera uma melhor interação com a disciplina Arte e um despertar do conhecimento artístico por parte das crianças. É muito importante utilizar este recurso em sala de aula para combater inúmeros fatores que atrapalham o desenvolvimento infantil, como por exemplo o pânico escolar, o stress, dificuldades de aprendizagem, entre outros percalços que tiram o foco da criança na escola. Assim, o professor se torna um terapeuta, utilizando as técnicas artísticas, juntamente com o psicólogo escolar, a fim de suprir estas necessidades e encontrar o problema que a criança está enfrentando, sem que isto seja invasivo para o aluno.

A partir dessa concepção existe a problematização sobre o uso da Arteterapia na escola, uma vez que, por ser uma área de estudo nova tem sido desvalorizada e vista com pouca importância perante alguns profissionais da educação. Os professores devem ao invés de continuar com os antigos tabus a respeito da Arte, promover um maior entendimento sobre esta área de estudo e vislumbrar seus benefícios, que não são voltados somente para as crianças, como também para eles próprios.

O conhecimento sobre a Arteterapia deve ser instigado pelos profissionais, pois estes devem procurar sempre se desenvolver, pois então, por que não se especializar em Arteterapia? Muitos acreditam que ela seja apenas um braço da Arte e, portanto, apenas professores especialistas devem fazê-la, o que faz com que a falta de

informação e de pesquisar sobre os impossibilite de seguir tal área. Certamente que para utilizar a Arteterapia o professor deve ao menos ter afinidade com esta área de estudos, pois um professor desinteressado pelos meios artísticos não terá um bom desenvolvimento com este recurso.

Portanto, é muito importante um profissional interessado em se capacitar nesta área, a fim de expandir sua visão sobre a Arte e promover uma melhor aprendizagem para ele e para seus alunos que irão usufruir dos seus conhecimentos, promovendo uma aula mais prazerosa e que faça com que os alunos consigam mostrar suas produções artísticas sem medo de receberem críticas negativas, o que levaria a um desinteresse pelo meio artístico, levando a desenvolver as crises, síndromes e outros percalços da atualidade.

A partir desta concepção pode-se então visualizar a importância no uso da Arteterapia em sala de aula, promovendo maior interação dos alunos e do professor, o que faz com que as crianças se sintam livres para se expressar, utilizando quaisquer que sejam os recursos, pois a infinidade a se trabalhar é grande, auxiliando então a uma outra percepção sobre o que é a Arte.

Outro ponto a deixar claro é a interação professor-psicólogo que deve sempre ter mediante a presença do uso de terapias escolares, pois, o professor sozinho não deve aplicar os recursos e fazer as intervenções, é um trabalho em que deve haver muita parceria entre estes dois profissionais. O psicólogo pode não estar em primeiro plano na sala de aula aplicando a terapia, porém ele deve ser informado sempre de todas as interações e sobre todos os acontecimentos durante este tipo de sessão, promovendo assim uma sintonia entre estes profissionais fazendo com que o auxílio para com a criança seja promissor.

2 METODOLOGIA

Para entendimento do problema foi necessário um levantamento bibliográfico dos autores que abordam a respeito da Arteterapia, visando também a relação Arte-educação que deve estar presente no ambiente escolar. O estudo realizado visa os vários fatores que contribuem no desenvolvimento da Arteterapia no contexto escolar. A partir, fez-se um estudo aprofundado perante os autores selecionados a fim de formar a ideia de como ocorre o processo Arteterápico e a interação dele com a

Educação. Desse modo houve uma familiarização com o tema, promovendo um conhecimento científico.

O levantamento de dados para o trabalho contou com a leitura de livros e artigos científicos que tratassem sobre a Arteterapia, visando a pertinência das informações prévias e contando com a aquisição dos novos conceitos. Os autores pesquisados destacam os aspectos qualitativos e quantitativos do uso da Arte como terapia no contexto escolar, mostrando que, não só os alunos, mas também os próprios professores, devem usufruir desta ferramenta.

Com o conhecimento sobre o assunto adquirido, foi possível verificar o quão é importante a utilização da Arteterapia na Educação, uma vez que, não se trata só da Arte, trata do autoconhecimento, da autonomia em escolher o que irá fazer, do autocontrole quando se utiliza recursos delicados, ou seja, o uso dela é apenas um pedaço dos benefícios que este recurso dispõe para a criança, adolescente, adulto e melhor idade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo da Arte pode proporcionar estímulo à inteligência e ao raciocínio, tanto quando se trata do padrão racional quanto emocional e afetivo, valorizando a criatividade e transmissão de ideias e emoções. “A identificação da criatividade como espontaneidade não é surpreendente porque é uma compreensão de senso comum da criatividade. [...]” (BARBOSA, 1983). O poder da criação é algo muito forte na Arte como processo educacional atuando como complemento de qualquer disciplina e auxiliando o indivíduo a aprender melhor.

A Arte é um processo criativo da criança que viabiliza meios para que ela consiga se expressar e atingir uma maturação artística, o que faz com que haja uma grande importância no estudo da Arte junto da psicologia, surgindo assim a Arteterapia, área de conhecimento que busca para auxiliar na respostas sobre traumas, transtornos, depressão, ansiedade, stress, necessidades especiais, e quaisquer que sejam os motivos da criança ou pessoa adulta interiorizar um problema, questionando-a de forma indireta, fornecendo materiais e recursos para que, utilizando o lado criativo do cérebro, consiga expor suas aspirações e consiga superar, suprir, se entender e combater os percalços da vida.

O estudo da Arteterapia envolve todas as formas artísticas, seja teatro, dança, canto, pintura, escultura, desenho, entre outras. Por meio do Arteterapeuta a pessoa se encontra com si mesmo, com ajuda da mediação do profissional, fazendo com que haja respostas para inúmeros problemas. As sessões Arteterápicas podem ser feitas em uma oficina que disponibilize todo tipo de material que possa ser utilizado para a criança, adolescente ou adulto externalizar seus problemas.

Contudo, a Arteterapia pode ir além da oficina, a escola pode inserir a Arteterapia como uma auxiliar na busca necessidades de aprendizagem e para atendimento de crianças com problemas interiorizados, e, para isso a escola não precisa ir muito além. O próprio educador juntamente com o psicólogo da escola pode agir como Arteterapeutas no processo educacional, visando as melhores condições artísticas para que a criança “converse” por meio dos materiais disponíveis para que haja esta interação. É muito importante dispor de uma sala em que a criança possa escolher quaisquer que seja o material que queira utilizar para criar sua obra. Os materiais podem ser: massinha, giz, lápis de cor, barro, biscuit, tinta, tecidos, recortes, há diversas possibilidades. Assim, a interação com o ambiente deve deixar a criança tranquila para que possa usufruir de todos estes instrumentos se quiser, e também, se seu desejo for apenas um lápis grafite e uma folha sulfite a princípio ela o terá.

Um outro modo de utilizar a Arte na escola é utilizando a interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, multidisciplinaridade e pluridisciplinaridade. Essas ferramentas de que envolvem o uso de várias disciplinas interligando-as é uma ótima forma de trabalhar todos os aspectos da Arte. Todas as disciplinas do âmbito escolar de alguma forma podem se relacionar com a Arte, até a menos “flexível” diante dos professores pode ser instrumento.

Portanto, é importante que a equipe docente esteja aberta a mudanças, a novas propostas, para que, no fim das contas, as crianças aprendam de uma forma mais lúdica, leve, e que as deixe seguras de seus sentimentos e emoções, fazendo com que o ambiente escolar não seja desmotivador, lembrando sempre de que este modo de pensar não é só aplicado ao Ensino Infantil, todos os níveis de ensino devem ter sua dose artística, lembrando das particularidades desta fase, das necessidades envolvidas por trás do currículo escolar.

Colagrande (2010) fala sobre a Arteterapia como o processo criativo que reconcilia conflitos emocionais que levam ao conhecimento pessoal. Assim, de acordo com a visão da autora “a Arteterapia e a *gestalt* auxiliam o olhar desperto, ampliam conhecimentos, identificações, diferenciações e apropriação para uma mudança consistente com maiores possibilidades.” (p. 39)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Arte enquanto instrumento do educador é necessária para pensarmos no desenvolvimento cultural, social e individual. Dessa forma, é importante que o educador deve também vivenciar a Arte, apropriar-se dos recursos e ter segurança para que possa fazer com que seus alunos também se apropriem-se do fazer artístico. “Educar é terapêutico à medida que o papel do educador é conduzir o aluno ao autodesenvolvimento e ao autoconhecimento, além do conhecimento do conteúdo curricular” (COLAGRANDE, 2010, p.45). Diante desta afirmação confirma-se a ideia de que o professor deve também ser terapeuta, reafirmando a visão de que a Arteterapia é necessária dentro da sala de aula auxiliando nos processos de interação.

A criança deve entender que ela tem total autonomia no meio artístico, a fim de que ela se sinta segura no meio artístico se pré-dispondo a sentir-se livre para expressar seus sentimentos. A oficina de Artes, o consultório da arteterapeuta ou a própria sala de aula deve fornecer recursos para que a criança tenha livre escolha do material que irá utilizar para fazer sua expressão artística. Assim, o professor/terapeuta agem como mediadores nesse processo, não interferindo na ideia da criança e sim moldando-a, transformando-a, a fim de que a criança se sinta satisfeita com o resultado de sua produção.

Para que todo este processo ocorra é muito importante a Arte-educação estar sempre em sintonia com a Arteterapia, lembrando sempre que elas não são a mesma coisa, porém, suas características principais focam no despertar da criatividade. O professor de Arte deve utilizar a Arteterapia para promover processos e ligações, tornando a terapia sua ferramenta mais eficaz em sala de aula. Cabe também ao corpo docente possibilitar aos professores uma formação continuada em Arteterapia para que possam aplicar em sala de aula cada qual com sua disciplina específica. A Arte é um instrumento, deve-se manipular-la e moldar-la de forma que ela seja utilizável e



indispensável para a promoção da criticidade artística, maturação do cérebro e desenvolvimento da criatividade, fazendo com que em quem ela seja aplicada mostre resultados pertinentes para que seja desmistificada e possa atuar no currículo escolar diretamente para que deixe de ser apenas uma disciplina complementar e passe a realmente ser algo que faça a diferença na grade curricular.

REFERÊNCIAS

AUTUORI, S.; RINALDI, D. **A Arte em Freud: Um estudo que suporta contradições.** Boletim Academia Paulista de Psicologia, São Paulo, Brasil - V. 34, n 87, p. 299-319, 2014. Disponível em: <
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2014000200002> Acesso em: 15 jul. 2018.

BARBOSA, A. M. **Relatório de preparação do 14º Festival de Inverno de Campos do Jordão**, Secretaria de Estado da Educação, São Paulo, SP. 1983. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300010> Acesso em: 14 abr. 2018.

COLAGRANDE, C. **Arteterapia na Prática: Diálogos com a Arte-Educação.** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010.

AS CONTRIBUIÇÕES PEDAGÓGICAS DO AMBIENTE HOSPITALAR PARA O RESGATE DO ALUNO NO APRENDIZADO DA ESCOLA DE ORIGEM

Bruna Michelle Mattos, Leticia Camilo de Oliveira, Lúcia Helena Ormelese de Barros e-mail: bruumattos@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo apresentar a possibilidade do trabalho pedagógico no ambiente hospitalar a partir de atividades adaptadas às necessidades do educando e destacar a importância da intervenção pedagógica no processo de hospitalização e da humanização. Isso

demonstra que com as constantes transformações da sociedade o professor busca habilidades para atuar em espaços não escolares diferenciados, como o hospital, que devido à internação do aluno/paciente cessa-se, temporariamente, o seu processo de escolaridade.

Dessa forma, o trabalho docente pedagógico realizado em classes hospitalares busca garantir que o aluno internado dê continuidade aos estudos e, após a saída do hospital, possa retornar à sua sala de aula de origem, com menos defasagem no aproveitamento escolar.

Frente a essa perspectiva de igualdade, equidade e os direitos a educação é que a pesquisa se desenvolveu, pois, os educandos hospitalizados devem ter acesso aos conteúdos ministrados na escola de origem e se sentirem mais próximos da realidade social, como garante a Resolução nº 2, de 11/09/2001, artigo 13, do Conselho Nacional de Educação define:

[...] os sistemas de ensino, mediante ação integrada com os sistemas de saúde, devem organizar o atendimento educacional especializado a alunos impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar, atendimento ambulatorial ou permanência prolongada em domicílio (BRASIL, 2001).

É importante ressaltar que o educando longe da escola e da família, que são os principais meios de socialização, podem sentir-se tristes e desamparados, porém o atendimento pedagógico hospitalar tem a intenção de resgatar o interesse por aprender. Compreende-se, então, que a atuação do pedagogo no ambiente hospitalar zela pelo bem-estar físico, psíquico e educacional do paciente, tornando este ambiente um espaço acolhedor, alegre, aconchegante e acima de tudo pedagógico. Nessa

perspectiva de transformação do ambiente, a elaboração do planejamento pelo professor deve possibilitar a flexibilização e a retomada dos conteúdos e a oportunidade de vivenciar e formar conceitos. E assim, com a apropriação dos saberes pelos educandos o professor precisa ao planejar deve otimizar o tempo, reavaliar as estratégias de aprendizagem e ressignificar o aprender nas diversas áreas do conhecimento. Então, nesse sentido, a prática pedagógica em ambiente hospitalar tem suas especificidades e com ela emergem questionamentos frente ao currículo flexibilizado e o que este deve conter, o que condiz com a realidade dos estudantes que estão temporariamente em tratamento de saúde.

O currículo ao ser adaptado faz com que o aluno tenha um crescimento significativo. Há uma tendência crescente dos currículos serem cada vez mais flexíveis, propiciando ao aluno hospitalizado a chance de dar continuidade à sua aprendizagem, se todos têm direito as mesmas oportunidades e pretende-se garantir o acesso, a permanência e a qualidade de ensino é preciso que o pedagogo, reflita a respeito e planeje uma ação adequada para o contexto hospitalar.

De acordo com Machado (2017), flexibilizar o currículo é a possibilidade de atender todos os alunos em suas particularidades, para a aquisição do avanço em seu processo de aprendizagem, desenvolvendo suas potencialidades e superando suas limitações. Sendo, importante salientar que flexibilizar não é criar um novo currículo, mas torná-lo dinâmico, adaptável às necessidades daqueles que dele necessitam, beneficiando os indivíduos pessoal e socialmente.

Convém apontar que o pedagogo hospitalar é um agente humanizador que se sensibiliza em relação ao aluno, porém enxerga-o além de sua patologia, valorizando a sua capacidade e concebe que:

A criança é um ser repleto de capacidades, com alegrias, sonhos e esperanças; portanto, o pedagogo não deverá olhá-la segundo a sua patologia, como se o corpo adoecido estivesse impedindo-a de colocar em prática suas potencialidades e negando-a o direito de ser simplesmente criança (KRYMINICE; CUNHA, 2012, p. 177).

Para que a criança seja respeitada, a escola e família devem estar aliadas na cooperação e responsabilidade no desenvolvimento da criança durante seu processo de ensino aprendido. Sendo assim, a participação dos pais na vida escolar contribui em avanços no desenvolvimento moral, cultural e social do aluno. Essa parceria de sucesso proporcionará um aprendizado necessário e condições necessárias para o

educando consiga sobreviver no mundo em que está inserido, de forma crítica e reflexiva, estando sempre em busca da igualdade social e democrática.

2 METODOLOGIA

Em sentido contrário do senso comum, que por muitos anos ficou aliado a religião e ao conhecimento filosófico, explicava as causas absolutas das coisas e hoje procura-se através da observação científica compreender as relações e a explicação dos acontecimentos. No entanto a pesquisa bibliográfica tenta, da melhor forma possível, cristalizar a ação da qual nos desdobramos a investigar. A pesquisa bibliográfica, como aponta Lakatos (2003, p. 183),

[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão.

Dessa forma, Lakatos (2003) demonstra que a pesquisa bibliográfica não é mera repetição de um assunto, mas propicia o exame de um tema sob nova abordagem, chegando a conclusão inovadoras. Portanto, este trabalho foi elaborado através de fontes bibliográficas, tendo suas leituras pautadas na busca teórica em livros e artigos científicos, para compreender as metodologias que o pedagogo pode utilizar dentro do hospital e resgatar o aluno/paciente em seus estudos e deixá-los mais próximos da vida em sociedade, mesmo estando no ambiente hospitalar.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em razão da classe hospitalar que já é reconhecida legalmente por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) hospitalizado, através da resolução CONANDA nº 41 de 17 de outubro de 1995, que no artigo 9 trata do “direito de desfrutar de alguma forma de recreação, programas de educação para a saúde e acompanhamento do currículo escolar durante a permanência hospitalar” (SKALASKI, 2009 apud SALERA JUNIOR, 2011).

A relevância da educação na vida de todos se faz presente, ainda mais, em casos de crianças e jovens com doenças crônicas, em que devem passar um longo período nos hospitais e que ficam sem acesso à educação.

Esses alunos/pacientes que frequentam os hospitais são oriundos de diversas cidades, escolas e níveis de escolarização como afirma Paula (2007, p. 3-4), quando diz que:

As crianças e adolescentes que frequentam as escolas nos hospitais do Brasil são de cidades, níveis de escolarização e patologias diversas. As salas de aula são multisseriadas o que faz com que o professor trabalhe com um currículo aberto e flexível para atender as diferentes demandas sociais e culturais. As características econômicas da maioria das crianças e adolescentes é de extrema miséria e exclusão social. Aliado a esses aspectos, a diversidade cultural é predominante e determina hábitos, crenças e atitudes.

Nesse caso, todo o processo tem uma intencionalidade, desde o início do atendimento da aula até o encerramento da mesma, o professor atuará como mediador entre o aluno e o conhecimento. Então, as ações de intervenção do professor são baseadas na bagagem cultural que o traz consigo, sendo o professor o mediador e tem como tarefa tornar o conhecimento acessível a seus alunos, adequando o conteúdo à realidade deste.

Portanto, vale enfatizar que o trabalho pedagógico está pautado em valores essenciais a construção de cidadãos críticos e autônomos, embasados na alegria, na solidariedade e no respeito às diferenças e que existem metodologias possíveis para contribuir na aprendizagem desse aluno interno.

Importante destacar que os atendimentos nas Classes Hospitalares objetivam garantir o retorno da criança ao cotidiano do ensino regular, promovendo por meio de sua ação uma permanente socialização do aluno entre a escola de origem e o hospital.

Dessa forma, a utilização da pedagogia de projetos pode ser uma estratégia interessante como prática específica para a criança hospitalizada, adaptados às condições de aprendizagem que foge dos padrões normais da sala de aula. Com isso, é necessário que o professor supere a visão fragmentada; tendo uma visão do todo no atendimento pedagógico, valorizando um conceito integral, englobando razão, sentimento e integração cultural como forma de construir uma nova consciência sobre a forma de ensinar. Enfim a escola precisa refletir sobre essa temática da Classe Hospitalar, pois a educação vai além dos muros da escola, o aperfeiçoamento constante sobre formas diversificadas de metodologias em sala de aula e também, é uma nova frente de trabalho para os graduados em licenciatura.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atendimento no ambiente hospitalar é um direito de toda criança ou adolescente que devido às condições especiais de saúde esteja hospitalizado, é amparado legalmente. Apesar do reconhecimento oficial, o atendimento pedagógico nos hospitais ainda é restrito, pois necessita de apoio político e carece de critérios e estratégias para uma melhor atuação do profissional nesta área.

Muito se pesquisou sobre a formação do profissional que atua nessa área e pode-se considerar que, atualmente, há certa preocupação na capacitação do pedagogo para que venha a atuar com excelência. Isso só se cristaliza como função dentro do hospital quando este conseguir uma interação com o paciente, a utilização de métodos de atuação diversificados.

Sendo assim, o pedagogo ao direcionar sua prática deverá ter como foco, também, a promoção da educação, sem ignorar as necessidades urgentes de seu aluno/paciente na saúde, e estar imbuído de estratégias que possibilitem à conquista do exercício da cidadania. Entretanto, tal procedimento supõe profundas alterações na concepção de mundo do professor, no sentido de que seu aluno se perceba como sujeito político de direitos e dotados de poder de transformação.

Conclui-se, então, que a educação e a saúde são ferramentas indispensáveis para a atuação comprometida do educador na Classe Hospitalar, garantindo que os desafios são grandes, sobretudo pela falta de comunicação entre a escola de origem e a Classe Hospitalar, o que interrompe e retarda a continuidade do trabalho pedagógico iniciado no hospital. O que parece, muitas vezes, um trabalho mais solitário, sem troca de experiências, tendo desafios diários com compromisso intensa responsabilidade social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2 de 2001**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

KRYMINICE, A. O. S.; CUNHA, C. R. A. **As múltiplas linguagens artísticas e a criança enferma**. In: MATOS, Elizete Lúcia Moreira (org). *Escolarização Hospitalar: Educação e saúde de mãos dadas para humanizar*. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 174-187.



LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MACHADO, S. I. C. S. **Educação em contexto hospitalar: a importância das adequações curriculares para o desenvolvimento do trabalho pedagógico na classe hospitalar**. 2017. Natal/RN. Disponível em: <https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/5879/1/Adequa%C3%A7%C3%B5es%20curriculares%20e%20classe%20hospitalar_Artigo_2017.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

PAULA, E. M. A. T. **Escola no Hospital: espaço de produção de subjetividades, cultura e transformação social**. Cadernos de Educação. Pelotas, n. 29. p. 105-118, jul./dez. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/download/1783/1662>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

SALERA JUNIOR, G. **Projeto Pedagogia Hospitalar**. 2001. Disponível em: <<https://www.recantodasletras.com.br/artigos/2837705+>>. Acesso em: 20 mar. 2018.



AS DIFICULDADES DA MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Amanda do Nascimento, Mariana Martins e Marina Fabiana Martins, Celso Nicola,
e-mail: marina_fabiana9@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A matemática é uma área do conhecimento importante e imprescindível para os grandes avanços tecnológicos, para a realização de diversas profissões, em situações do dia a dia e entre muitas outras aplicações destinadas à viabilidade das necessidades da vida humana.

Na vivência escolar deparamos com professores que relatam que “a matemática precisa tornar-se fácil”, passando a impressão para os alunos que ela é difícil. Por outro lado, os professores identificam na voz dos alunos que a matemática é uma disciplina chata e misteriosa, que assusta e causa pavor. Por consequência, o educando sente vergonha por não a aprender.

A matemática é de importância fundamental para o desenvolvimento integral das capacidades e habilidades do ser humano. No caso específico da Educação Infantil, entendemos como possibilidades de instrumentar a criança tanto para a vida quanto para o aprimoramento do raciocínio lógico, da inventividade e da capacidade criadora.

Diferentemente das outras ciências, a matemática exige um raciocínio mais abstrato, que é o principal causador da dificuldade do aluno em associar o conteúdo com sua realidade. Um exemplo contrário a isso é numa aula sobre o descobrimento do Brasil, onde o estudante pode facilmente visualizar os personagens históricos realizando seus feitos em seus cenários todos construídos em pela imaginação e, ainda, relacioná-los com suas experiências pessoais de descobrimentos, um tipo de mentalidade mais difícil de ter com a matemática.

2 METODOLOGIA

Para desenvolvimento deste trabalho, optou-se por utilizar sites pertinentes à temática e livros.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A dificuldade com a matemática é um dos problemas mais comuns no sistema educacional. Estima-se que aproximadamente 60% dos alunos sofrem esse problema de forma recorrente. Sem dúvida, essa disciplina é a que mais gera emoções negativas entre todas as que os alunos têm que enfrentar.

De uma maneira geral, os conteúdos matemáticos a serem trabalhados na educação infantil devem proporcionar às crianças a oportunidade de construir os conceitos matemáticos de maneira livre, a partir do brincar, por meio de atividades lúdicas que contemplem a participação ativa da criança, despertando a sua curiosidade, partindo da sua interpretação do mundo de modo que valorize suas potencialidades. O fato é que a matemática geralmente é dada em sala de aula sem qualquer conexão com os problemas reais dos alunos. Crianças cujas preocupações podem envolver mais seus relacionamentos ou o que querem fazer no fim de semana, acreditam que não precisam aprender essa disciplina e o principal problema é que eles estão parcialmente certos.

Aprender matemática não é só aprender uma linguagem, é adquirir também modos de ação que possibilitem lidar com outros conhecimentos necessários à sua satisfação, às necessidades de natureza integrativas, com o objetivo de construção de solução de problemas tanto do indivíduo quanto do coletivo. (MOURA, 2007, p. 62).

Observamos que a matemática está presente na vida das crianças com o objetivo de ampliar suas habilidades, aumentar sua capacidade de resolver problemas, desenvolver sua argumentação através dos questionamentos sobre resultados, oportunizando desta forma, a autonomia delas. Nesse sentido, Lorenzato (2008, p.1) afirma que:

Tendo em vista o fato de que as crianças utilizam a matemática diariamente quando dividem seu lanche com os amigos, contando seus brinquedos, mostrando a sua idade com os dedos, busca-se desenvolver a matemática na educação infantil com um caráter integrador, proporcionando atividades que desenvolvam a autonomia da criança, explorando seus conhecimentos prévios e mantendo seu espírito divertido por meio de jogos e brincadeiras.

Piaget (1970) diz que o desenvolvimento cognitivo ocorre quando é apresentado um conflito cognitivo. O conflito cognitivo provoca instabilidade, motivação, desordem, hesitação, desejo de saber. Ele manifesta-se quando entendemos que existe algo contraditório em termos de conhecimento; sendo um processo interno e pessoal. É um

desequilíbrio, que oportuniza a procura de condutas mais adaptadas ou adaptativas.

Como afirma Cerquetti-Aberkane e Berdonneau (1997, p.4):

Os professores em sala de aula devem apresentar o quanto a matemática quebrará barreiras na vida do aluno, trazendo a matemática para seu dia a dia, como na hora de preparar os alimentos, com quantidades e medidas; na tecnologia, como aprender os números para fazer uma ligação; problemas, em geral, mais próximos da criança, de forma que a matemática participe da desenvoltura de seu amadurecimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O educador necessita proporcionar aos alunos momentos de exposição de ideias, discussão de resultados e criação, de maneira a quebrar as práticas metódicas, em que a matemática é ensinada apenas por meio de transmissão de conhecimento, defendendo a oportunidade dos alunos realizarem suas descobertas e tornarem-se agentes da sua própria aprendizagem.

Assim, a Resolução de Problemas na Educação Infantil mostra-se comum na ferramenta metodológica importante, pois permite que as crianças vivenciem situações desequilibradoras, desenvolvendo seu raciocínio lógico, em um processo de construção de conhecimento.

REFERÊNCIAS

CERQUETTI-ABERKANE, F. **O ensino da matemática na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

Como ajudar crianças com dificuldade em matemática. **A mente é maravilhosa**, ago. 2018. Disponível em: <<https://amenteemaravilhosa.com.br/criancas-com-dificuldade-em-matematica/>> Acesso em: 25 ago. 2018

LEONARDO, M. **A importância do ensino da matemática na educação infantil**. 2014. 14 f. Artigo científico-Universidade do Estado de Santa Catarina, Joinville, 2014

LORENZATO, S. **Educação Infantil e percepção matemática**. Campinas: Autores Associados, 2008.

MOURA, M. Matemática na infância. In: MIGUEIS, M. R.; AZEVEDO, M. G. (Org.). **Educação Matemática na infância: abordagens e desafios**. Vila Nova de Gaia: Gailviro, 2007.



ATUAÇÃO PREVENTIVA DO PSICOPEDAGOGO NAS ESCOLAS: UM OLHAR PARA A INDISCIPLINA

Liandra Bilancieri, Elaine Cristina Gardinal Pizato,
e-mail: lili_bila@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O seguinte artigo tem como objetivo a reflexão do papel do psicopedagogo como aquele que além de procurar ao máximo resolver dificuldades apresentadas no cotidiano escolar, ele também, tem a possibilidade de prevenir possíveis situações de dificuldades no processo de ensino. É um papel que está cada vez mais presente na sociedade devido a demanda que tem aumento conseqüentemente, trata-se de um artigo proposto a falar sobre indisciplina, exemplificando assim, o quanto maus comportamentos estão em nosso cotidiano e afetando esses educandos e mostrar além, que os papéis da família, do professor, do psicopedagogo são primordiais e essenciais na vida escolar do sujeito.

Detalhadamente ao longo das pesquisas realizadas observou-se que o papel do psicopedagogo na área institucional tem como função especificamente nas escolas, lidar e prevenir diversas situações, como as inúmeras dificuldades de aprendizagem ocorridas. Observa-se algo que tem sido um empecilho no cotidiano escolar, trata-se da indisciplina referente aos alunos, essa na qual se não for discutida desde cedo, causa transtornos tanto para o aluno, professor, colegas de sala e aprendizagem de forma geral.

Portanto, o psicopedagogo deve sempre estar atento para esses e ou possíveis casos, sendo primordial ter conhecimento do aluno, como por exemplo, reuniões com os professores, familiares, é preciso saber quais as dimensões que o aluno possui para lidar com o objeto de conhecimento, realizando assim o diagnóstico e a partir disso poder criar um plano de intervenção. Segundo Masini (2015), o psicopedagogo deve propiciar condições para que ocorra a aprendizagem, contribuir para aquisições de conhecimento do aluno, junto com professor e equipe da escola.

Observa-se durante o artigo que um conjunto de fatores está ligado à indisciplina tal como menciona Parrat-Dayana (2012), problemas psicológicos, familiares, contexto

escolar, professor que envolve sua personalidade, método pedagógico, além do mais o contexto sociocultural que lhe dá sentido e que está sempre se transformando. O aluno está em processo de formação da cidadania e é necessário prepará-los para resolver e lidar com conflitos, se eles não se sentirem ativos para solucionar os problemas são inevitáveis às condutas indisciplináveis. É relevante comentar o fato de que a sociedade mudou e isso evidentemente refletiu em tudo, assim como nos alunos, a questão é que muitas escolas não têm acompanhado essas mudanças e tem literalmente ficado para trás, aquela imagem de sala com carteiras e alunos todos alinhados e passivos não é mais a realidade, o aluno ele tem estado mais ativo, crítico, questionador, mas muitas escolas têm visto isso como um confronto, quando na verdade o aluno só está “implorando” liberdade.

De acordo com Vinha (2013) é necessário fortalecer e valorizar valores éticos, colocar temas que envolvem a moral em pauta e discuti-la, assim a escola vai estar preparada para lidar com conflitos que possam surgir e que são inevitáveis, para isso deve deixar clara os princípios, para todos os envolvidos, não se deve pensar em só criar regras, mas sim o que está por trás delas, é preciso tratar e falar sobre o respeito para com o outro.

Enfim, nota-se que as escolas necessitam desse olhar diferenciado e especial do psicopedagogo nos diversos aspectos, pois eles estão sempre buscando diversas alternativas, usando criatividade, adaptações, tudo em prol de uma aprendizagem eficaz.

2 METODOLOGIA

O presente artigo é de caráter qualitativo e bibliográfico, utilizando-se de livros e fontes da internet como vídeos, afim, de obter conhecimento sobre o psicopedagogo e da situação, indisciplina no cotidiano escolar. Com o propósito de apresentar algo que tem sido muito falado e porque ainda é tão presente, juntamente em entender a capacidade de um profissional que tem para trabalhar e desenvolver intervenções que abordam e auxiliam a respeito de tudo que impossibilita no processo de aprendizagem e que acabam afetando todos os envolvidos.

As informações obtidas nos fazem refletir sobre como tem sido o papel das escolas, professores, conteúdos e até mesmo da família na vida escolar do aluno,

como tudo está interligado e são determinantes e influenciadores. E a importância do psicopedagogo em ser um bom observador para assim orientar esse aluno.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A sociedade mudou e o aluno também mudou, mas e as escolas mudaram? Bom, dúvida que para muitos a resposta pode ser sim, mas que infelizmente para maioria é não, eis então, a necessidade cada vez mais de um olhar entendedor para essas escolas, tal qual o do psicopedagogo, é ele uma porcentagem que ajudará as escolas cada vez mais a lidar com situações que fogem do propósito ensinar/aprender.

É com o auxílio do psicopedagogo que pode prevenir e intervir deixando o processo de aprendizagem mais dinâmica e atrativa, criando vínculos, conteúdos que se aproximam da realidade do aluno e o torna mais significativa. Além do mais, família e professor devem sempre manter um diálogo, pois ambos separados não têm uma comunicação recíproca do que esperam desse aluno, principalmente daquele que apresenta problemas de comportamentos/dificuldades de aprendizagem.

Ao falar da indisciplina e pensar nas possibilidades de combatê-la existem inúmeras, por exemplo:

- **Socialização:** A sala de aula, é um lugar e o limite de seus alunos, onde podem adquirir um conjunto de comportamentos, atitudes e valores. Através da socialização o aluno cria certa autonomia, pois tenta integrar-se ao ambiente. (GIRARD, CHALVIN, 2001).
- **Valorizar valores éticos:** colocar temas que envolvem a moral em pauta e discuti-la, assim a escola vai estar preparada para lidar com conflitos que possam surgir e que são inevitáveis. (Vinha, 2013).
- **Reflexão do professor:** Deve buscar sempre melhorar sua formação e fazer uso da reflexão, pois, é por meio dessas que ele se transforma refletir sobre suas ações e como faço a diferenciação de ter autoridade e ser autoritário. (Vinha, 2017).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o artigo diante das pesquisas realizadas observa-se e confirma-se a existência frequente da indisciplina no cotidiano escolar, mas também que nem sempre



é motivo que vem de casa, (não que isso não possa acontecer, pelo contrário, infelizmente existe), mas o fato de que muitas escolas têm causado ou despertado o desinteresse, estresse e falta de diálogo com esses alunos, que acabam refletindo isso na própria sala de aula, como o as conversas paralelas, implicância com os amigos, confronto com o próprio professor. É preciso que as escolas deem uma atenção para tudo isso que tem ocorrido ou os casos de indisciplina continuarão sempre atuais.

Com esse olhar sobre a indisciplina, o psicopedagogo institucional ele deve saber que a prevenção nas escolas deve começar desde cedo, na educação infantil em conjunto com a família, ele necessita desse apoio, se não de nada adianta. Orientar essas crianças sobre o respeito com o próximo, cuidados com o material escolar, questionar e dialogar com o professor sempre que possível. Assim como, o papel da escola em organizar conteúdos relevantes, metodologias e a própria atuação do professor dinâmica, além da reflexão, buscando sempre melhorias. E finalizando, o papel da família que deve continuar aquilo que foi passado na escola, além da autoridade à ser exercida para mostrar o correto e uma boa educação sempre.

REFERÊNCIAS

GIRARD, V.; CHALVIN, M. **Um corpo para compreender e apreender**. São Paulo: Loyola, 2001.

MASINI, E. **O Psicopedagogo Na Escola**. São Paulo: Cortez, 2015.

PARRAT- DAYAN, S. **Como Enfrentar a Indisciplina na Escola**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

VINHA, T. Como a escola pode prevenir conflitos. **YouTube**, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_dmFKoV5x6k>. Acesso em: 20 ago. 2018.

VINHA, T. Concepção sobre resolução de conflitos precisa mudar, avalia Telma Vinha. **YouTube**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LHKvMQT0_OZ4>. 2017. Acesso em: 20 ago. 2018.



BULLYING E A PRÁTICA ESCOLAR: UMA PERSPECTIVA DE QUEM SOFRE

Lizandra Larissa dos Santos, Grasiela Lima,
e-mail: lizandra_lari@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A prática do bullying no ambiente escolar é um fenômeno complexo, com dados crescentes e alarmantes em todo o mundo. Segundo uma pesquisa realizada pela UNICEF, em 2017, o Brasil está em quarto lugar no ranking mundial. Trata-se de um fenômeno generalizado tanto em escolas públicas quanto particulares. No contexto escolar, o bullying se dá a partir das agressões intencionais e repetidas, que podem ser praticadas de forma individual ou coletiva a determinado(s) indivíduo(s). Essa prática, na maioria das vezes, não apresenta motivos específicos e a intenção é causar dor, angústia e humilhação ao outro, estando por diversas vezes ligadas ao preconceito. Dessa forma, a não aceitação do outro mediante suas diferenças pode estar intimamente relacionada a este ato. As consequências para quem sofre é vasta: depressão, ansiedade, baixo rendimento escolar, ideação suicida, isolamento, evasão escolar, dentre outros. A partir disso, constata-se que esta prática traz consigo efeitos danosos de curto e longo prazo para a criança ou adolescente, havendo a necessidade de mediações pedagógicas para que esta seja ouvida e atendida.

Levando em consideração toda importância desta temática, este trabalho tem como objetivo trazer à tona a importância de se ouvir o agredido, já que ficou nítido a partir das leituras, que a escola a princípio se atenta mais às políticas de prevenção, o que nos faz questionar como os educadores atuam quando há prática de bullying especialmente no que se refere aos espaços de diálogo ou outras formas pedagógicas para que os alunos sintam-se seguros para denunciarem qualquer tipo de ação constrangedora e/ou violenta por parte de outros estudantes. Assim, o objetivo específico do presente estudo é olhar as manifestações de bullying na escola a partir de outro ângulo, ou seja, voltar-se à criança vitimizada e ouvir o que esta tem a dizer sobre: como a gestão escolar trata quando há situações vivenciadas de bullying? As medidas tomadas surtem efeitos, ou o aluno continua com a sensação de impunidade

por parte de seus agressores? Esta investigação torna-se necessária a partir do conhecimento sobre as causas das agressões, ou seja, dentro do contexto de bullying na escola, é preciso levar em consideração o fenômeno na sua totalidade e complexidade para destacar o olhar da vítima e dar-lhe voz para se encontrar a solução do problema.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi revisão bibliográfica em livros e artigos científicos selecionados através de busca no banco de dados do Scielo, a partir dos descritores bullying, educação e prática escolar.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir do estudo realizado, constatou-se que os trabalhos acadêmicos tendem a voltar-se para o papel da escola e a necessidade de operacionalizações preventivas bem como sua importância dentro do ambiente escolar. A partir disso, percebe-se que em alguns trabalhos a ênfase dada é para o despreparo da escola e dos professores em lidar com este tipo de situação, e assim a indagação é de qual seria a melhor maneira de preparar o professor para atuar neste cenário educacional, bem como as características de um trabalho educativo com o envolvimento entre escola, família e sociedade. Esses resultados apontam a ausência de trabalhos voltados às considerações da criança que sofre o bullying. Apesar de vários destes possuírem depoimentos vindos de entrevistas com alunos de diferentes séries e idades, a pretensão é basicamente discutir as causas do comportamento do agressor, seus psicológicos e problemas familiares. No caso dos alunos que sofrem o bullying, os estudos focam aspectos relacionados à verificação de como se sentiam em relação ao outro (ao agressor), ou relação aos apelidos que eram colocados (sentimentos despertados por serem agredidos).

Outros estudos privilegiam a práxis dos professores como mediadores no enfrentamento da cultura do bullying na escola, papel que pode ajudar no diálogo com os alunos que são vitimizados.

[...] é de extrema importância “educar” os professores, ou seja, estes precisam de ter presente que além do ensino de conhecimentos teóricos, devem incentivar comportamentos de trocas e diálogos estimulando a análise crítica de inúmeras situações. Estas estratégias de debate apenas poderão ser aplicados se o professor souber gerir bem a sua turma, ao mesmo tempo que deve ser capaz de integrar e incentivar as famílias a participarem de forma activa na educação de seus filhos. (MACHADO, 2011, p. 16)

Marilena Ristum (2010) em seu trabalho relacionado ao bullying escolar, afirma que grande parte dos professores desconhece este termo, apesar de provavelmente já terem presenciado algum episódio dentro de sala de aula. Sua análise em relação à temática passa pela definição do conceito, breve histórico, ações classificadas como bullying, papéis dos alunos (alvos, autores e testemunhas), locais que acontecem com mais frequência na escola, consequências, causas, dentre outros aspectos. Todas essas informações permitem detectar que este também não traz a visão da vítima, apesar do foco da autora estar diretamente relacionado ao ambiente escolar. Porém é interessante destacar que Ristum apresenta alguns episódios de violência gerada como consequência do bullying por parte de quem sofre, como por exemplo, o relato da chacina ocorrida em 2007 nos Estados Unidos, dentre outros que ocorreram no Brasil. Somente um dos artigos analisados atentou-se em saber se os alunos se sentiam satisfeitos com a ação dos professores e da gestão escolar. As respostas obtidas nesta entrevista foram bastante interessantes tendo em vista outros aspectos relacionados às vítimas. Trata-se de um estudo descritivo realizado por Santos et al, em uma escola particular em Teresina- PI, com alunos de 12 a 14 anos. Foram entrevistados pais, alunos e professores, envolvendo questionários e observações que posteriormente foram analisadas. A divisão por tópicos apresenta esta análise e o que foi possível concluir a partir do olhar da vítima. Os sentimentos despertados, as reações às agressões, prejuízos e suas opiniões acerca do ato da denúncia e a impunidade tomaram a centralidade do trabalho.

De acordo com essa pesquisa, é importante incentivar que o aluno denuncie, porém, sobre a prática da denúncia em si, os autores afirmam: “(...) as vítimas não se sentiam capazes de denunciar o que estavam passando por conta da impunidade aos agressores e também pela falta de informação ou por descaso das figuras de autoridade no ambiente escolar” (SANTOS et al, 2011). Isso mostra que o aluno está em um cenário em que se sente completamente inseguro para denunciar seus próprios

agressores, e não somente estes, mas também as testemunhas oculares que se mantêm caladas por temerem entrar pro “time das vítimas” e passarem de testemunhas, a novo alvo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração toda consequência que uma situação vivenciada por um aluno que sofre bullying no ambiente escolar pode desencadear, desde evasão escolar, até suicídio, é necessário que este assunto seja tratado de forma mais aprofundada pelos educadores, pais e sociedade de um modo geral. Sendo assim, deve-se levar em consideração a multideterminação deste fenômeno e buscar um olhar específico em relação à criança que vive essa situação de violência na escola.

Um primeiro passo no enfrentamento do bullying na escola é a conscientização de toda a comunidade escolar de que qualquer tipo de agressão não pode ser ignorada ou simplesmente encarada como “brincadeira de criança”. Este é um problema social sério que traz consigo sérios riscos à integridade física e emocional do próprio aluno vitimizado. As pesquisas relacionadas a este assunto específico – o aluno que sofre o bullying – são escassas, havendo a necessidade de mais atenção por parte dos pesquisadores a se atentarem ao olhar da criança em relação à situação vivenciada por ela mesma. Poucos são os estudos que destacam o protagonismo da criança avaliando sua escola e seus administradores no que se refere às práticas de violência no cotidiano escolar. Alguns trabalhos mostram que a criança pôde opinar sobre si e sobre quem a agride, mas não foi questionada sobre sua satisfação em relação à atuação da escola em investigar, responsabilizar e punir eventuais agressores.

Tais colocações não desqualificam a importância que as escolas dão às medidas preventivas, tampouco coloca esse trabalho em segundo plano. Porém, a efetivação destas ações educativas deve se dar a partir da interligação de práticas que não deixem o aluno inseguro quando precisar da figura da autoridade da escola, no exercício da efetivação de valores éticos como a justiça. A certeza da impunidade pode estar calando crianças e as colocando em uma situação de sofrer agressões e humilhações caladas, a mercê das consequências que estas violências podem acarretar, por falta de diálogo e mediação de conflitos, estratégias pedagógicas tão essenciais no exercício profissional dos educadores.



REFERÊNCIAS

MACHADO, M. "Bullying em Contexto Escolar: uma proposta de intervenção".

Psicologia: O Portal do Psicólogo. Portugal, 2011. Disponível em:

<<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0577.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2018.

OLIVEIRA, L. M.; PASINI, A. I.; LEVANDOWSKI, G. O bullying escolar no Brasil: uma revisão de artigos científicos. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, 15(2), São Paulo, p. 203-215. Maio/ago. 2013.

RISTUM, M. Bullying escolar. In: ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P.; AVANCI, J. Q., (Orgs). **Impactos da violência na escola: um diálogo com professores** [online]. Rio de Janeiro: Ministério da Educação/ Editora FIOCRUZ, 2010.

SANTOS, L. C. S.; et al. **A cultura bullying na escola a partir do olhar das vítimas**. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 1, p. 27-40, jan/abr. 2013.

SILVA, J. L. B.; GOMES, E. B.; LIMA, I. S. Bullying na escola: uma revisão literária. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar**, Cajazeiras, n. 2, suplementar, p. 426-436, set. 2017.



BURNOUT E ESTRESSE: DEFINIÇÃO, CONSEQUÊNCIAS E O PAPEL DO LÍDER NA GESTÃO DA SAÚDE DO TRABALHADOR

Tais Franco Silva, Maria Madalena Lazari Kawashima,
e-mail: professora.madalenalazari@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A competição imposta pelo mercado de trabalho e pelo desenvolvimento do capital financeiro, promove uma reorganização operacional e do trabalho, contribuindo para a exigência de maior competitividade e produtividade, diminuindo gastos, implementando terceirizações e precarizando as condições de trabalho com salários baixos e jornadas estendidas, afetando efetivamente os trabalhadores (BARRETO; HELOANI, 2015).

Segundo França et al. (2014), as mudanças dos avanços tecnológicos e o aumento da produção, contribuem para o aumento dos fatores de riscos, aos quais os trabalhadores estão expostos. As grandes cargas horárias geram muito cansaço físico e emocional, trazendo um aspecto negativo a saúde do trabalhador.

Neste sentido, a Síndrome de Burnout se desenvolve a partir de experiência subjetiva interna que causa sentimentos e atitudes não positivas no relacionamento indivíduo/trabalho. Pode gerar perda do comprometimento do trabalhador com sua função e com a empresa, desgaste físico e psicológico, prejuízos no desempenho do sujeito e problemas para a organização como baixa produtividade, absenteísmo e abandono do emprego (TAMOYO; TRÓCCOLI, 2002).

Por meio do trabalho, o homem constrói a si mesmo e o mundo ao seu redor, mas que o trabalho também pode gerar adoecimento e sofrimento no trabalhador. Assim, buscando compreender a relação saúde do trabalhador, o estresse, a Síndrome de Burnout no trabalho e a influência de um líder na gestão da qualidade de vida das organizações.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada no presente trabalho foi elaborada através de critérios apontados por Gil (2002), sendo definido como uma pesquisa exploratória com o

delinear de pesquisa bibliográfica, com o objetivo de evidenciar, segundo diversos autores, a relação que existe entre saúde do trabalhador e Síndrome de Burnout no trabalho.

O levantamento bibliográfico preliminar contribuiu para a definição do tema, expondo a possibilidade de pesquisar do estresse e da Síndrome de Burnout no trabalho e a formulação do problema de pesquisa. Após essa definição que direciona o trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, buscando títulos e autores renomados que abordavam o tema. Vale ressaltar que não ocorreu delimitação de períodos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Robbins (2005) relata que há diferença entre qualidade na vida, e qualidade de vida. A qualidade na vida se refere aos valores, como agressividade, busca por dinheiro e bens materiais e a competitividade, já a qualidade de vida se refere a pessoas, relacionamentos, ter preocupações com o bem-estar alheio.

O termo qualidade de vida no trabalho define um conjunto com vários fatores como motivação, satisfação, boas condições de trabalho e dependendo do estilo de liderança, pode contribuir para pontos positivos, quanto negativos na saúde do colaborador (LIMONGI-FRANÇA, 1996). De acordo com França, Rodrigues (1996) o trabalho tem suas vantagens e desvantagens na vida do ser humano. A vantagem é que pode possibilitar crescimento, a formação da identidade pessoal, mas também pode causar problemas de desinteresse, apatia e irritação.

O estresse pode ser desencadeado em várias áreas da vida do indivíduo, como por exemplo, pressões no trabalho, metas, relações interpessoais não saudáveis como colegas de trabalho, metas quase impossíveis de atingir, atraso de pagamento, ausência de comunicação, medo de ser demitido, responsabilidade fora do controle, mudanças tecnológicas etc. Outras áreas da vida relacionadas à pressão familiar e social, como exigência dos filhos, problemas financeiros, divórcio, morte de um ente querido, relacionamentos problemáticos, parceiro de trabalho que trabalha de menos ou demais; e também existem questões ambientais como barulho, poluição sonora, problemas de cidade grande e locomoção até a chegada do trabalho (DIAS; LASEIO, 2003).

O organismo reage ao estresse, ficando mais sensível a doenças psicossomáticas, ameaçando a qualidade de vida do trabalhador. O indivíduo quando está emocionalmente estável, o organismo também fica equilibrado, mas quando acontece alguma situação de estresse, pode acontecer várias alterações físicas e psicológicas, afetando pensamento, sentimento e comportamentos. O indivíduo em situação de muita tensão, sofre mudanças no comportamento, pensamento e sentimento, afetando o estado emocional, físico e mental, causando-lhe sentimentos negativos, provocando angústia, dor e sofrimento (DIAS; LASEIO, 2003).

A exaustão emocional, a despersonalização e falta de realização pessoal, também são c de enfermagem uma das mais estressantes e exposta a desenvolver a síndrome (GALINDO et al., 2012). A Síndrome de burnout na saúde do trabalhador, interfere nos aspectos físicos e mentais, como fadiga crônica, cefaleia, enxaquecas, ulcera, insônia, dores musculares, ou nas articulações, ansiedade, depressão, irritabilidade, afetando também os relacionamentos interpessoais e familiares, conduta violenta no trabalho, falta de energia, indisposição e a diminuição na qualidade de vida do trabalhador (GALINDO et al., 2012).

O estresse na vida do trabalhador está associado à pressão por parte de líderes, insatisfação no trabalho, ausência de cuidados com saúde física e mental, a falta de reconhecimento profissional, o cansaço físico e mental, a pressão psicológica e exaustão emocional (KILIMNIK et al., 1998).

O líder também precisa falar abertamente com os colaboradores, passar informações para a equipe, trazendo novidades e dando oportunidade para participar e decidir sobre alguns assuntos. Também apoiar os esforços da equipe na organização, como perguntar regularmente como estão indo em suas atividades, e também proporcionar benefícios pessoais competitivos os indivíduos, como tempo para relaxar e horários para se dedicar ao lazer. Reconhecer e recompensar os colaboradores, como uma palavra publica de reconhecimento, promoção ou um bônus pelo desempenho ou contribuição de um colaborador podem aumentar o moral e a produtividade trazendo motivação ao realizar as atividades na empresa (CHIAVENATTO, 2014).

De acordo com Chiavenato (2014) para reduzir o estresse no trabalho há algumas dicas como permitir que os colaboradores conversem entre si para enfrentar o

estresse; reduzir conflitos pessoais no trabalho por meio de comunicação e tratar as pessoas com respeito e igualdade. Também dar aos funcionários o controle sobre como devem fazer o trabalho, pois os indivíduos se sentem mais orgulhosos e produtivos, desenvolvendo a capacidade para saber lidar com o estresse.

Da mesma forma que pode contribuir para a qualidade de vida no trabalho, o estilo de liderança pode definir como o líder trata o funcionário e pode causar uma exaustão emocional, o estresse acontece através de uma causa, onde o sujeito não consegue lidar com o seu líder e as situações de trabalho. A situação de estresse é vivenciada pelo trabalhador pois o líder não apresenta habilidade em administrar e lidar com as pessoas, influenciando toda a equipe. O estresse passa a ser um evento coletivo (PUENTE-PALACIOS; PACHECO; SEVERINO, 2013).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comparando com a gestão de pessoas antiga com a da atualidade, o mundo contemporâneo dos negócios e da tecnologia, contata-se maior exigência do mercado de trabalho e uma gestão de pessoas com foco em metas e objetivos organizacionais. A gestão de pessoas trabalha a questão de apresentar regras, crenças e políticas da empresa, mas também com gestão da qualidade de vida do trabalhador.

Assim, segundo Fischer (2001), a gestão de pessoas busca encontrar um substituto renovador para a desgastada noção de administração de recursos humanos e desenvolver uma cultura organizacional com foco na ação e nas pessoas. O resgate do caráter humano se sobrepondo ao aspecto técnico da relação empresa e ser humano.

A importância da liderança e motivação dentro das empresas é estratégica para se alcançar resultados positivos junto com a equipe das organizações e para que isso aconteça é preciso que toda equipe cumpra sua função motivados a vencer desafios alcançando metas. O conhecimento e experiência de um líder é o primeiro passo para organizar grande parte da empresa (ROSA, 1984).

Neste sentido, o líder tem papel fundamental pois é aquele que influenciar e motivar a equipe, solucionar problemas e conflitos em grupo, retornar em feedback aos seus colaboradores, fazer críticas, mas também elogiar quando atividade metas e objetivos são alcançados. O papel do líder na qualidade de vida é essencial para um

ambiente harmonioso e para a saúde do trabalhador. Entretanto, a sobrecarga de horários, cobrança exagerada por parte da liderança, metas impossíveis de serem atingidas, podem resultar em estresse ocupacional (GALINDO, 2012).

O desafio é buscar um equilíbrio entre produtividade e qualidade do trabalho, para manter indivíduos saudáveis e com qualidade, ao invés das instituições atuarem de forma a pressionar os indivíduos, o que de fato acarreta doenças no trabalhador, como distúrbios relacionados ao sono, fadiga, alcoolismo, estresse e a Síndrome de Burnout (SILVA, 2000).

O papel do psicólogo é atuar na empresa para avaliar a qualidade de vida do trabalhador, e desenvolver o líder para que este possa controlar questões emocionais de sua equipe, contribuindo para o bem-estar dos funcionários. O tipo de liderança pode contribuir para a prevenção do estresse e junto com o psicólogo podem levantar dados de como fazer para se ter um ambiente saudável (ZANELLI, 2014).

REFERÊNCIAS

BARRETO, M. Saúde mental e trabalho: a necessidade da “escuta” e olhar atentos. **Cad. Bras. Saúde Mental**, v.1, n.1, jan/abr 2009. Disponível em: <<http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/1009r>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

BARBARA, M. M. Reestruturação produtiva, qualificação, requalificação e desemprego: percepção e sofrimento do trabalhador. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 19, n. 1, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931999000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 nov. 2014.

BARRETO, M; HELOANI, R. Violência, Saúde e Trabalho: a intolerância e o assédio moral nas relações laborais. **Serv. Soc.**, São Paulo, n. 123, p. 544-561, jul/set 2015. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n123/0101-6628-sssoc-123-0544.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

BARRETO, M. Saúde mental e trabalho: a necessidade da “escuta” e olhar atentos. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, v.1, n.1, jan/abr 2009. Disponível em:<<http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/1009>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4. ed. [S.l.: s.n.], 2014.



COUTINHO, C. M.; KRAWULSKI, E.; SOARES, P. H. Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, Edição Especial, p. 29-37, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000400006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 maio 2018.

DIAS, R. V. O.; LASEIO, R. H. C. D. Conhecendo e monitorando o estresse no trabalho. **Portal dos psicólogos**, set. 2003. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0154.pdf>> Acesso em: jun. 2018.

FRANÇA, L.B. et al. Síndrome de burnout: características, fatores de riscos e prevenção. **Revista enfermagem**. p. 3539-3546, out. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/10087>>. Acesso em fev. 2018.

FISCHER, A. L. Gestão por competência. In: **Gestão por competências: um modelo avançado para gerenciamento de pessoas**. In: Dutra, J. S. (Org.). 6. ed. Editora Gente. [S.l.], 2001.

GALINDO, TAMAYO, M. R.; TROCCOLI, B.T. Exaustão emocional: relações com a percepção de suporte organizacional e com as estratégias de coping no trabalho. **Estudos de Psicologia**. Natal, v. 7, n. 1, p. 37-46, jan. 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2002.

KILIMNIK, Z. M. Trabalhar em tempos de "Fim dos Empregos": mudanças na trajetória de carreira de profissionais de Recursos Humanos. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 18, n. 2, p. 34-45, Brasília, 1998. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931998000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 16 out. 2018.

LIMONGI-FRANÇA, A. C.; RODRIGUES, A. L. **Stress e trabalho: guia básico com abordagem psicossomática**. São Paulo: Atlas, 1996.

PUENTE-PALACIOS, K. E. P.; PACHECO, E.A.; SEVERINO, A.F. **Clima organizacional e estresse em equipes de trabalho**. Universidade de Brasília – UnB Instituto central de ciências, departamento de psicologia social e do trabalho. Abr 2013. Disponível em: <A.F. Clima organizacional em equipes de trabalho. Universidade de Brasília – UnB Instituto central de ciências, departamento de psicologia social e do trabalho>. Acesso em: 17 jun 2018.

ROBBINS, S.P. **Comportamento Organizacional**. 11. ed. São Paulo. 2005.

ROSA, H.R.R. A importância da liderança e motivação nas organizações. **XII Congresso nacional de excelência em gestão**, 2016. Disponível em http://www.inovarse.org/sites/default/files/T16_M_037.pdf. Acesso em: 05 maio 2018.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

TAMAYO, M. R.; TROCCOLI, B.T. Exaustão emocional: relações com a percepção de suporte organizacional e com as estratégias de coping no trabalho. **Estudos de Psicologia**. Natal, v. 7, n. 1, p. 37-46, jan. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2002000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 ago. 2017

ZANELLI, J.C; ANDRADE, J. E. B; BASTOS, A. V. B. (Orgs.). **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.



CAMINHOS PARA A ALFABETIZAÇÃO NA EJA

Ana Clara Garcia, Carolaine Pereira de Freitas, Cintia Milene Favaro Bochembuzio, e-mail: ana_clara.g@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os desafios encontrados na Educação de Jovens e Adultos (EJA), desde o início de sua trajetória educacional até a alfabetização, buscando expor as barreiras impostas a esses alunos, o ensino e as leis que embasam esse acesso, métodos e os caminhos para uma educação transformadora.

Apontando os fatos históricos da educação, durante todo o percurso da EJA, e analisando leis e políticas públicas, através de pesquisas bibliográficas, apresenta-se um fundamento pautado no ensino voltado às classes populares e trabalhadoras.

Com a finalidade de analisar a EJA em diferentes contextos, alfabetização e valorização cultural, a partir de ações vivenciadas por essa população em busca de caminhos que ofereçam uma educação qualificadora, são expostas algumas metodologias que almejam uma alfabetização inovadora.

Reconhecendo o perfil desse público e os direitos que os mesmos possuem para regressarem a sala de aula, parte-se de métodos que utilizam componentes do cotidiano dos alunos, como temas e palavras geradoras, e que os levem a refletir sobre a aprendizagem, suprimindo as dificuldades encontradas durante o processo e criando caminhos para sanar tais obstáculos.

2 METODOLOGIA

A pesquisa é baseada em uma metodologia bibliográfica de livros e artigos científicos eletrônicos, por meio de uma análise de métodos utilizados no ensino da EJA que englobam a realidade sociocultural do educando.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A EJA contempla um processo de ensino-aprendizagem que valoriza os conhecimentos prévios e as experiências pessoais dos educandos, sendo o educador o mediador do processo de aprendizagem, através de intervenções que levem os alunos a refletirem sobre seu próprio aprendizado. É importante que se desenvolva como fonte uma ação geradora de conhecimentos que integre a alfabetização em conjunto com o letramento, e quebre barreiras de preconceito e exclusão constituídas desde o período colonial até a atualidade, pois os jovens e adultos necessitam de uma adequação de métodos e conteúdos referentes ao seu nível de aprendizagem.

Leal e Morais (2010) reforçam que os jovens e os adultos já estão familiarizados com práticas sociais de leitura e escrita, por isso suas hipóteses do sistema alfabético são diferentes das crianças. Essa hipótese silábica deve ser analisada pelo professor quando o público adulto ingressa na escola. Em uma única sala o educador encontrará hipóteses diferentes, portanto as atividades programáticas devem ser diversificadas para auxiliar todos os envolvidos a avançarem na escrita. Assim poderá alcançar uma educação satisfatória e qualitativa, contemplando uma formação de cidadãos aptos a se inserirem na sociedade e lutar por uma educação transformadora e igualitária.

O professor da EJA precisa contemplar as necessidades apresentadas na formação do aluno como cidadão alfabetizado e construtor de seus conhecimentos, que serão aplicados em sua vivência social e profissional. Quando o educador utiliza os possíveis métodos e intervenções, contribui para que os educandos adquiram o código de grafia da escrita em integração com a leitura, e compreenda seu uso na prática social. Essas atividades devem ir além dos livros didáticos, contemplando também a realidade do aluno e problematizando o ensino.

O professor mediador deve incentivar a autonomia do alunado para que estes sejam os protagonistas da aprendizagem e formar um ambiente alfabetizador que tenha como perspectiva considerar a cultura do aluno e a sociedade em que está inserido, integrando tais fatores para a formação do indivíduo como ser social, cultural e reflexivo.

Salviano (2014) ressalta que os jovens e adultos precisam ser avaliados de maneira processual, contínua, diversificada e dinâmica. Assim como todo o processo educacional, a avaliação está presente na EJA. O planejamento envolve atividades que

levem os alunos a refletirem e a construir seu conhecimento, assim o professor avalia o aluno e sua própria prática de trabalho continuamente, transformando a prática pedagógica.

Formar alunos pensantes que questionem e participe do desenvolvimento de todo seu aprendizado, tanto na teoria como na prática, exige uma avaliação que considere sua constituição geral como educando, sem desvalorizar a participação deles em sala de aula, e crie caminhos para desenvolver suas capacidades de aprender de maneira sucinta e significativa.

O educador Paulo Freire (1983), idealizador de um “método” de ensino que valoriza o aluno e utiliza palavras/temas geradores de seu meio social, defende que se ofereça um ambiente alfabetizador dentro da realidade do aluno, sendo essa forma de ensinar um dos possíveis caminhos para uma educação transformadora.

Paulo Freire, como pioneiro da EJA, fez uso da palavra geradora, que nada mais é do que selecionar uma palavra do contexto social do educando e decompô-la em sílabas para análise e construção de novas palavras, enriquecendo o processo de alfabetização. Nesse processo o aluno reflete e problematiza a palavra relacionada como meio social, o que serve como ponte para a escrita. O método da palavra geradora tem sido usado dentro das escolas da EJA, pois ajuda o aluno a contextualizar os estudos e assim ter uma aprendizagem significativa.

O professor aparece como mediador; o aluno, como protagonista. Desse modo, o ensino voltado para a faixa etária adequada, atividades diversificadas e contextualizadas levam a uma educação transformadora da EJA.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por finalidade reconhecer a diferença da educação para jovens e adultos e as adaptações necessárias. Por muito tempo, os analfabetos foram vistos como incapazes e não tinham nem direito ao voto. Foram anos de exclusão e desvalorização. Mesmo não dominando o mundo das letras, jovens e adultos analfabetos têm leitura de mundo, pensam criticamente, e esse pensamento passou a ser desenvolvido depois de muitos anos de colonização, império e república.

O voluntariado foi um primeiro passo para a educação dos excluídos. Em 1960 foi criado o Manual do Professor Voluntário – Ilustrações para o Ensino de Leitura e

Linguagem Escrita, material que serviu de apoio para os profissionais que se dispuseram a alfabetizar os adultos. Apenas em 1996 que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação no artigo 37 passou a assegurar a oferta de ensino formal aos jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade indicada. Isso permitiu que novos métodos fossem discutidos para uma educação de qualidade a essa faixa etária.

Ensinar a ler e escrever envolve alfabetizar e letrar, portanto o conceito alfabetizar letrando está dentro das escolas. É necessário ensinar a codificar e decodificar, mas também é preciso contextualizar o ensino, refletir sobre os conteúdos. Na EJA é de suma importância o educador conhecer seus alunos, ter um bom diálogo, e assim propor atividades diversificadas que saciem os anseios dos educandos, quebrando preconceitos e promovendo a aprendizagem.

As salas de EJA são heterogêneas, por isso é importante que o educador esteja atendo às particularidades e que não trate o adulto como uma criança. Mesmo que estejam em um mesmo processo, são maturidades diferentes e isso deve ser considerado em um planejamento de aula.

A EJA requer reflexão dos profissionais, que devem reconhecer que os alunos possuem uma leitura de mundo e seus conhecimentos prévios precisam ser valorizados. Pautando-se nesses conhecimentos e na sua cultura, tendo o aluno como protagonista do processo de aprendizagem, torna-se possível lutar por uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LEAL, T.; ALBUQUERQUE, E.; MORAIS, A. (Orgs.); et al. **Alfabetizar letrando na Eja: Fundamentos teóricos e propostas didáticas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SALVIANO, A. R. et al. **Alfabetização e letramento na EJA: uma visão transformadora de mundo, articulando teoria e prática**. Brasília: UniCEUB, 2014. Disponível em: <<https://www.uniceub.br/media/721665/20142.pdf>> Acesso em: 22 ago. 2018.



CARACTERIZAÇÃO DO FRACASSO ESCOLAR NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO

Beatriz Fernanda Conte, Amanda Gurgel Chacon, Viviane Rodrigues,
e-mail: byah23@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, vivemos em uma situação política onde a educação está sendo priorizada, entretanto, infelizmente, é constante a verificação de situações de fracasso escolar, isto é, quando alunos jovens não conseguem concluir o ensino fundamental ou médio devido a diversos problemas que ocorrem ou podem ocorrer no decorrer do ensino.

De acordo com Forgiarini e Silva (2008), algumas dessas questões que comprometem esses jovens, podem ser causadas pela desobediência, falta de motivação dos alunos e também a falta de comprometimento dos docentes, seja por uma deficiência em sua formação ou, por não entenderem a real função da escola pública.

Entretanto, além da situação precária de formação, faz-se necessário um resgate histórico da origem desse fracasso que percorre o sistema educacional, pois na época medieval, a educação das crianças tinha como objetivo somente prepará-los para a vida adulta. Então, será possível afirmar que a educação atual é precária desde a antiguidade? Ou que atualmente os jovens e crianças estão neste dilema devida a escola, a ausência de um ambiente familiar estruturado ou a problemas emocionais?

O aluno com dificuldades escolares pode gerar o fracasso e este insucesso possui diversos motivos. Lembrando que, os moldes da educação antiga não podem ser comparados aos de hoje, pois as escolas de outra época eram somente indicadas a classe em ascensão, ou seja, a elite. Foi somente em 1930 que a rede pública de ensino se tornou realidade para aqueles que não eram privilegiados, contudo, após a implementação da escola pública, o fracasso se instaurou. Isto, não se justifica devido ao fato da população ser da classe baixa, mas pela educação e os métodos apresentados a esta classe que são precários. Portanto é possível afirmar sim que, o modo de ensino vem sendo prejudicado desde a antiguidade.

E sobre a questão do tripé entre culpar a escola, a família ou os aspectos emocionais da criança, pode-se responder que em primeiro lugar, a escola é o local onde o educando se torna um cidadão crítico reflexivo, por isso que se a instituição não fornece métodos concretos e eficazes aos alunos, será uma das principais culpadas pelo índice de insucesso de seus alunos. Em segundo, a família: outro ambiente que possui uma grande influência na educação das crianças. Em fase de desenvolvimento, o aluno precisa de um apoio familiar para ajudá-lo em diversos problemas e conflitos que poderão surgir. Por último e não menos importante, a saúde mental é essencial no processo de formação, podendo levar a falha no seu desempenho.

Por isso que, através deste trabalho busca-se, por intermédio de pesquisas literárias, analisar as condições que levam os indivíduos ao fracasso escolar para que seja possível o apontamento de alternativas e possíveis soluções cabíveis em questão deste, como Bossa (2000), chama de “sintoma escolar”, que se encontra predominantemente presente hoje na educação brasileira gerando grandes conflitos dentro de nossa sociedade.

Portanto, como o objetivo geral, pode-se concluir que, este trabalho busca a realização de uma análise do ponto de vista social e escolar de todo o processo que permeia a criança ou jovem em situação de fracasso escolar. Procura também identificar motivos que justifiquem o caso do indivíduo que possui dificuldades ou distúrbios de aprendizagem, por meio de uma investigação reflexiva que enfoque aspectos físicos, emocionais, sociais, psicológicos e que analise também o ambiente familiar ou não, como favorecedor ou não do estímulo a um desenvolvimento eficaz da criança em uma situação favorável que procure um bem-estar a mesma.

2 METODOLOGIA

Para delinear uma metodologia sobre a caracterização do fracasso escolar no processo de escolarização, inicialmente o enfoque foi dado a explicação sobre o termo fracasso, logo em seguida, para se resgatar a origem do problema e suas raízes, se realizou uma busca sobre seus aspectos históricos, ou seja, acontecimentos passados que marcaram e englobam o insucesso escolar de crianças e jovens há décadas. Por fim buscou-se compreender quais são as possíveis causas do nefasto fracasso e suas características. Cabe ressaltar que, os motivos que levam um aluno fracassar são

inúmeros e diversos, por este motivo, neste trabalho, foi delimitado á dificuldades de aprendizagem, à família, à escola e por último às causas emocionais.

Cada detalhe para reproduzir este processo foi levantado através de pesquisas bibliográficas publicadas em livros, sendo os mais utilizados: Bossa em Fracasso escolar: um olhar psicopedagógico do ano de 2002 e Smith e Strick, com o livro Dificuldades de aprendizagem de A a Z, de 2001 e também por intermédio de revistas eletrônicas, artigos e redes eletrônicas, como sites para comprovações de dados em relação ao analfabetismo e taxas de evasão escolar.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados expostos neste trabalho possibilitaram responder questionamentos constantes sobre a questão do fracasso escolar. A análise sobre tal questão se faz imprescindível frente as demandas do novo mundo e suas especificidades urgentes, isso devido as novas tecnologias e modos de vida que se diferem das épocas passadas, assim, esses novos costumes e valores refletem no desenvolvimento dos indivíduos podendo influenciar em suas vidas de maneira positiva ou negativa.

Foi possível identificar fatores que podem contribuir ou dificultar no desenvolvimento e aproveitamento acadêmico das crianças e jovens em idade escolar. Entre os aspectos influentes negativos investigados na história da educação, pode-se verificar fatores como a desigualdade social, favorecimento da elite, exclusão social, deficiências no currículo escolar, deficiência na formação de professores, falta de apoio familiar, ambientes desestruturados, falta de conhecimento sobre dificuldades de aprendizagem e distúrbios emocionais, pouco favorecimento de ambientes facilitadores para a aprendizagem e desenvolvimento, casos de estresse infantil, ansiedade e depressão.

A desigualdade social como exemplo, se instaura na sociedade há séculos, deixando grandes marcas na história da educação, pois, naquela época, a educação era um instrumento da elite, favorecido a ela e não a todos sujeitos da sociedade. “[...] a escola é valorizada como um instrumento real de ascensão e de prestígio social pelas classes médias e pelas elites emergentes [...]” (PATTO, 1999, p.46). Em

decorrência disso, vários prejuízos passam a se instaurar e a exclusão social demora para ser superada por séculos.

São encontradas através desse estudo, deficiências apontadas no currículo, que envolvem fatores como a precária formação de profissionais da educação, falta de formação continuada de professores e gestores, a organização de gestão da instituição escolar, planejamento, falta de contextualização, falta de atualização da escola frente as novas demandas e exigências do mundo atual e suas relações. “A classe certa, o currículo certo e o professor certo são críticos para essas crianças, e sua escolha, em geral faz a diferença entre o fracasso frustrado e o sucesso sólido” (SMITH; STRICK, 2001, p.34).

Foi possível identificar que ambientes mal estruturados tanto escolares quanto domésticos influenciam vigorosamente no desenvolvimento das crianças, podendo prejudica-las inclusive em seu aspecto acadêmico. A falta de rotinas dentro de casa ou escola, diálogos, momentos de bem-estar, pais presentes prejudicam a vida da criança e acabam por atrapalhar sua confiança em si mesma e autoestima para se desenvolver em boas condições. Neste sentido, uma boa relação motivadora entre pais e filhos e escola e aluno é valiosa para que a criança obtenha uma educação integral de qualidade.

O escasso conhecimento sobre dificuldades de aprendizagem e distúrbios emocionais que afetam crianças e jovens em idade escolar, pode abrir espaços também para que o fracasso escolar se instaure. Há uma necessidade, de que a instituição escolar disponha destes conhecimentos para que possa, além de identificar tais sintomas e comportamentos, auxiliar e orientar famílias sobre casos de dificuldades ou distúrbios e assim, promover um acompanhamento desses indivíduos, de forma que se comprometa com a formação integral de seus alunos.

Foram especificados neste trabalho características predominantes, sintomas e comportamentos de casos de estresse infantil, ansiedade e depressão. Que explicitam que embora a criança possua capacidade de aprender e se desenvolver estes inconvenientes abalam seu desenvolvimento fisicamente, psicologicamente e emocionalmente. Se não tratados podem estender-se pela vida toda do indivíduo afetado prejudicando seu futuro. Dessa maneira, é possível compreender por intermédio deste trabalho que o fracasso não se instaura por apenas um motivo ou um

órgão culpado e sim por uma gama de fatores que quando não identificados prejudicam o pleno desenvolvimento do aluno. Como aponta Forgiarini e Silva (2008), o fracasso deve ser visto como algo produzido pelas relações que se estabelecem entre sociedade, escola, aluno, família, prática pedagógica e políticas educacionais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de pesquisas bibliográficas, com a utilização de livros e artigos foi possível verificar que o fracasso, aqui delimitado ao escolar, possui várias justificativas. Essas razões que levam um aluno a fracassar muitas vezes o culpado é o fator externo e não a criança em si. Precisando que, pais, responsáveis, professores e toda comunidade envolvida auxiliar aquele ser em processo de aprendizagem, para tornarem-se futuros cidadãos pensantes.

Entretanto, cada indivíduo tem seu modo de compreender o que acontece ao seu redor. Por isso que é muito importante entender o que a criança precisa antes de culpar o próximo pela sua falta de desempenho escolar. O fracasso escolar pode ocasionar problemas emocionais em um ser em crescimento, ou até mesmo, acarretar ao insucesso, mesmo anteriormente sendo um sujeito comum e dedicado.

O leque de motivos expostos neste trabalho pelos quais levam esses alunos ao baixo desempenho escolar são extensos, por isso que temos como objetivo refletir como mudar isto. O mundo não precisa de crianças depressivas, ansiosas ou foras da escola e sim precisa de cidadãos formados e educados para um futuro promissor. As crianças de atualmente, podem mudar nosso futuro e o que nos custa ajuda-las a ter uma educação completa? Identificando o seu problema emocional ou sua dificuldade de aprendizagem e trabalhando neste obstáculo, para assim evitar o tão temido fracasso escolar.

REFERÊNCIAS

BOSSA, N. A. **Fracasso escolar**: um olhar psicopedagógico. Porto Alegre: Artmed, 2002.

FORGIARINI, S. A. B.; SILVA, J. C. Escola Pública: fracasso escolar numa perspectiva histórica. *In*: SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO, 19., 2007, Paraná. **Anais eletrônicos...** Paraná: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2007. p. 1-15. Disponível em:



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/369-2.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2018.

FORGIARINI, S. A. B.; SILVA, J. C. **Fracasso Escolar no contexto da escola pública**: entre mitos e realidades. 2008. Artigo científico - UNIOESTE. Cascavel, 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/369-4.pdf>>. Acesso em: 07 mai. 2018.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

SMITH, C.; STRICK, L. **Dificuldades de aprendizagem de A a Z**. Porto Alegre: Artmed, 2001.



CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPEDAGOGIA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Jessica Cristina de Oliveira Florencio, Wanderlei Sebastião Gabini,
e-mail; Jessica_cristina206@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A psicopedagogia nasceu para atender à demanda da não aprendizagem, das dificuldades de aprendizagem e do fracasso escolar, fundamentando-se no conhecimento de diferentes áreas. Organizou-se como prática exercida por profissionais de diferentes segmentos até o surgimento de cursos específicos. A junção da demanda, fundamentação teórica e vivência prática, originou essa nova profissão, inaugurando a área de atuação específica (GRASSI, 2009, p.96).

Anteriormente, o fracasso escolar e as dificuldades eram considerados características individuais ou problemas orgânicos, utilizando-se instrumentos, como testes de inteligência, para detectar deficiências intelectuais. No Brasil, a Psicopedagogia começou a ser difundida na década de 80, com profissionais engajados no estudo das causas e intervenções dos problemas de aprendizagem.

Para Vygotsky (apud BAYER, 2006), o ensino destinado à criança com necessidades educativas especiais tende a propiciar o seu desenvolvimento cognitivo através do conhecimento histórico-cultural existente na sociedade em que ela nasceu, isto é, seja marcada pela promoção variada e rica de suas vivências sociais.

A intervenção Psicopedagógica provoca avanços que não ocorreriam espontaneamente. A importância da intervenção deliberada de um indivíduo sobre os outros, como forma de promover desenvolvimento, articula-se como um postulado básico de Vygotsky, “a aprendizagem é fundamental para o desenvolvimento desde o nascimento da criança. A aprendizagem desperta processos internos de desenvolvimento que só pode ocorrer quando o indivíduo interage com outras pessoas”. O processo de ensino aprendizagem que ocorre na educação propicia o acesso dos membros imaturos da cultura letrada ao conhecimento construído e acumulado pela ciência, e os procedimentos meta cognitivos, centrais ao próprio modo de articulação dos conceitos científicos (OLIVEIRA, 1992).

Entretanto, como a Psicopedagogia ainda é uma área em desenvolvimento, é necessário que o psicopedagogo seja valorizado e reconhecido, pois é através desse profissional que os indivíduos com necessidades educativas especiais podem, dentro de suas características, se desenvolverem como um todo, e exercerem seu papel na sociedade.

Esse estudo teve como objetivo analisar a importância do psicopedagogo na Educação Especial, bem como, demonstrar a importância desse profissional na inclusão escolar. Visa-se, assim trazer a contribuição desse profissional para que o indivíduo com necessidades educativas especiais possa desenvolver suas habilidades. O psicopedagogo também contribui no ambiente escolar, orientando toda a equipe para o melhor atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais.

2 METODOLOGIA

Para atender os propósitos desse estudo foi adotada a pesquisa bibliográfica, utilizando-se livros, artigos, teses e dissertações, bem como os recursos da internet e revistas científica. De acordo com Severino (2007, p.122):

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, testes etc. Utiliza-se de dados ou categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições de autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir do presente estudo pode-se mostrar o quão importante é o profissional psicopedagogo na educação especial; as contribuições feitas por esse profissional ajudam a escola nas adaptações que serão necessárias, e na compreensão de que o indivíduo com necessidades educativas especiais pode frequentar a classe regular e adquirir conhecimentos. Através do profissional psicopedagogo, o indivíduo com necessidades educativas especiais pode desenvolver suas habilidades, inserir-se na sociedade como um cidadão de fato, assim como, compreender-se culturalmente, e em todos os outros âmbitos de sua vida.

No campo da educação especial, o psicopedagogo é o profissional que vai apoiar a equipe escolar para que ocorra a educação inclusiva, através de orientações

para a elaboração de um currículo adaptado, assim como, na colaboração de atividades, jogos e brincadeiras que sejam enriquecedoras para o aluno com necessidades educativas especiais. No atendimento clínico, esse profissional contribui para que o indivíduo com necessidades educativas especiais consiga se desenvolver de maneira que possa exercer seu papel de cidadão na sociedade, possa ter autonomia, conhecimentos de mundo para que integre no mercado de trabalho, e no seu desenvolvimento pessoal, assim como, em sala de aula.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Psicopedagogia é uma área que contribui para que o aprender seja prazeroso, que a escola se torne um ambiente mais tolerante, acolhedor, ou seja, uma escola que compreenda as necessidades e limitações do indivíduo com necessidades educativas especiais. Colabora, ainda, na percepção da importância da adaptação curricular para que o indivíduo possa ter a oportunidade de adquirir conhecimentos, compreender-se no mundo e na sociedade que vive.

Em relação à educação especial, o profissional psicopedagogo contribui para sua real inclusão dentro do ambiente escolar, orientando o indivíduo para que possa ser participante e incluído. O psicopedagogo pode contribuir, também, para que o indivíduo com necessidades educativas especiais possa desenvolver suas habilidades e compreender que, como os demais, pode ser atuante na sociedade, ter vida profissional e adquirir saberes.

É essencial ressaltar a necessidade de valorização do Psicopedagogia para que existam espaços que demonstrem ser uma área agregadora, que combate o fracasso escolar, contribui para a inclusão, em todas as dimensões, e resgata no indivíduo a vontade de aprender.

REFERÊNCIAS

GRASSI, T. M. **Psicopedagogia: um olhar, uma escuta**. Curitiba: Ibpex, 2009.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

OLIVEIRA, M. A. C. **Psicopedagogia institucional: a intuição em foco**. Curitiba: Ibpex, 2008.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.



DA INVERSÃO DA LÓGICA TRADICIONAL PARA UMA NOVA ABORDAGEM METODOLÓGICA

Débora de Barros, Mariane Dezen de Araújo, Lúcia Helena Ormelese de Barros,
e-mail: debora_barros88@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A educação na atualidade traz conteúdos programáticos que levam ao conhecimento produzido pela humanidade, mas a seleção e o processamento da informação precisam buscar a autonomia, a capacidade para tomar decisões e a flexibilidade dos educandos, sendo estes imprescindíveis nos diferentes contextos sociais. No entanto, o que não pode surgir no processo de aprendizagem é a existência de uma única forma de pensamento e metodologia, pois a competência comunicativa, reflexiva e coletiva do educador coordena novas alternativas de ações.

Nessa perspectiva, é que se manifestam as atitudes de como deixar para trás os paradigmas clássicos do conhecimento e poder desenvolver um novo tipo de abordagem. Desse modo, a reflexão no ensino tem como base a relação entre o pensar e o fazer, entre o conhecer e o agir.

Conforme Sacristián (1999, p. 33):

O problema da relação teoria – prática não se resolve na educação a partir de uma abordagem que conceba a realidade – a prática – como causada pela aplicação ou adoção de uma teoria, de certos conhecimentos ou resultados da investigação. (...) tão pouco estamos seguros de que a teoria válida seja aquela que se gera nos processos de discussão ou de investigação-ação entre os que estão na prática.

Ao reconhecer a relevância da reflexão, o professor precisa pensar sua prática, ou em outros termos, desenvolver a capacidade reflexiva sobre a sua própria prática. Tal capacidade implica na intencionalidade do professor em querer mudar, quando necessário, sua metodologia, estratégia e recurso no planejamento de suas aulas.

Segundo Contreras (1997, p.110) a atuação do professor depende de sua formação e relações que ocorrem na prática profissional:

[...] define-se uma configuração das relações entre certas pretensões e as práticas profissionais num contexto de atuação, mas não se está propondo qual deva ser o campo de reflexão e quais são seus limites. Pressupõe-se que o potencial da reflexão ajudará a reconstruir tradições emancipadoras implícitas



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

nos valores de nossa sociedade. Entretanto, ditos valores não são só os que representam emancipação, mas também dominação. O que está aqui em dúvida é se os processos reflexivos, por suas próprias qualidades, dirigem-se à consciência e realização dos ideais de emancipação, igualdade ou justiça.

Aprender é um ato no qual assimila-se mentalmente os fatos e as relações da natureza e da sociedade. Esse processo de assimilação de conhecimentos é resultado da reflexão proporcionada pela percepção prático-sensorial e pelas ações mentais que caracterizam o pensamento (LIBÂNEO, 1994). Então, é fundamental no processo de ensino que a assimilação seja ativa e desenvolva no indivíduo a capacidade de lógica e raciocínio, facilitando a aprendizagem do aluno.

É papel de o professor planejar a aula, selecionar, organizar os conteúdos de ensino, programar atividades, criar condições favoráveis de estudo dentro da sala de aula, estimular a curiosidade e criatividade dos alunos. Ou seja, o professor dirige as atividades de aprendizagem dos alunos a fim de que estes se tornem sujeitos ativos da própria aprendizagem. Entretanto, para que ocorra a aprendizagem com eficiência é necessário que haja uma interação mútua entre docentes e discentes, pois não há ensino se os alunos não desenvolverem suas capacidades e habilidades mentais.

No trabalho docente, os professores selecionam e organizam seus métodos e procedimentos didáticos de acordo com cada matéria. Dessa forma destacamos os principais métodos de ensino utilizado pelo professor em sala de aula: método de exposição pelo professor, método de trabalho independente, método de elaboração conjunta, método de trabalho em grupo. Nestes métodos, os conhecimentos, habilidades e tarefas são apresentados, explicadas e demonstradas pelo professor, além dos trabalhos planejados individuais, a elaboração conjunta de atividades entre professores e alunos visando à obtenção de novos conhecimentos e os trabalhos em grupo. Dessa maneira designamos todos os meios e recursos matérias utilizados pelo professor e pelos alunos para organização e condução metódica do processo de ensino e aprendizagem (LIBÂNEO, 1994, p. 173).

Em contrapartida, Silva e Correa (2014, p. 26 apud VIEIRA et al, 2005) colocam que: “pensar no processo de ensino e aprendizagem em pleno século XXI sem o uso constante dos diversos instrumentos tecnológicos é deixar de acompanhar a evolução que está na essência da humanidade”. Nesse sentido, a escola não deve ficar alheia aos acontecimentos e mudanças vivenciadas no seio da sociedade onde está inserida, isso porque ela compõe essa sociedade.

A escola como espaço para disseminação de conhecimento historicamente produzido representa a primeira esfera de contato entre o sujeito e esse conhecimento científico. Assim, recai sobre ela a emergência na adequação de

paradigmas a fim de que possibilite a formação de sujeitos consoantes com a realidade de uma sociedade globalizada (BALADELI, 2012, p. 162 apud VIEIRA et al, 2005).

Bergmann e Sams (2016) conclui que uma metodologia interessante é a inversão da sala de aula, ou seja, sala de aula invertida possibilita o surgimento de condições para que os professores possam explorar as novas tecnologias que favoreçam a interação com os alunos. Além disso, a inversão oferece a possibilidade de oferecer uma educação diferenciada, adaptada as carências particulares de cada aluno.

Escola e professor deixaram de ser um repositório de informações e hoje precisam ensinar habilidades aos alunos que integrarão na sociedade e no mercado de trabalho transformado pela tecnologia. Apesar de tantas deficiências e problemas estruturais, a escola deve buscar alternativas educacionais importantes, pois os alunos não aceitam mais um modelo de educação vertical, autoritário e uniforme de aprender.

2 METODOLOGIA

A construção desse artigo científico foi embasada em várias pesquisas bibliográficas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Novas formas de ministrar aulas são prioridades num momento atual, no qual a tecnologia se faz presente e desafia o homem. Um exemplo disso é o uso de jogos e as aulas roteirizadas¹ que possuem uma linguagem própria e mais dinâmica e eficaz para a aprendizagem. Para gerações acostumadas a jogar, a linguagem de desafios, recompensas, de competição e cooperação é atraente e fácil de perceber.

Outro ponto relevante do uso das metodologias é quando o professor organizar um projeto na sua disciplina e integra os principais assuntos, utilizando a pesquisa, entrevistas, narrativas e jogos como parte do processo. É importante que os projetos estejam ligados à vida dos alunos, às suas motivações profundas, que o professor saiba gerenciar essas atividades, envolvendo e negociando com eles as melhores

¹ Elaborar alguns roteiros de aula em que os alunos leiam antes os materiais básicos e realizem atividades mais ricas em sala de aula com a supervisão dos professores. Preparados previamente, mas executados com flexibilidade e forte ênfase no acompanhamento do ritmo de cada aluno e do seu envolvimento também em atividades em grupo.

formas de realizar o projeto, valorizando cada etapa e principalmente a apresentação e a publicação em um ambiente virtual para além do grupo e da classe.

Assumindo a identidade de educação não formal (GOHN, 2006), a proposição de educação *Maker* que defendemos reconhece a concepção de que a aprendizagem acontece "no mundo da vida", via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas (GOHN, 2004). Estamos construindo uma abordagem que proporcionará experiências atrativas relacionadas ao mundo contemporâneo do trabalho e da indústria. Uma abordagem desenvolvida num contexto educacional que relaciona a prática do fazer a conceitos formais e teorias para apoiar a descoberta e a exploração, para introduzir novas ferramentas e, ao mesmo tempo, novos olhares para os processos do aprender. Uma abordagem que evidencia a experiência como diferencial de aprendizagem.

A educação sempre foi misturada, híbrida, sempre combinou vários espaços, tempos, atividades, metodologias, públicos. Esse processo, agora, com a mobilidade e a conectividade, é muito mais perceptível, amplo e profundo: é um ecossistema mais aberto e criativo. Podemos ensinar e aprender de inúmeras formas, em todos os momentos, em múltiplos espaços. Híbrido é um conceito rico, apropriado e complicado. Tudo pode ser misturado, combinado, e podemos, com os mesmos ingredientes, preparar diversos "pratos", com sabores muito diferentes.

O ensino híbrido combina algumas dimensões da motivação extrínseca com a intrínseca. A aprendizagem extrínseca é útil para criar hábitos, rotinas e procedimentos, sobretudo com crianças, mas, posteriormente, é mais importante que seja internalizada pelos próprios estudantes.

A metodologia *Concept* reforça a parte do protagonismo do aluno, ou seja, o atende como partícipe do processo de ensino e aprendizagem, trabalhando com quatro eixos: sustentabilidade, colaboração, empreendedorismo e fluência digital. Estes quatro eixos entram na escola de forma transversal e intrínseca, amarrando os conteúdos, habilidades e as competências de uma forma única.

Envolvendo uma situação-problema, a metodologia de projetos tem como objetivo articular propósitos didáticos (o que os alunos devem aprender) e propósitos sociais (apresentação de um produto final, uma solução de algum problema da sociedade). Além de dar um sentido mais amplo às práticas educadoras, o projeto evita

a fragmentação dos conteúdos e torna todos os envolvidos corresponsáveis pela própria aprendizagem.

A sala de aula invertida (*flipped classroom*) é uma modalidade de ensino híbrido (*blended learning*) que combina educação formal com ensino on-line em que uma parcela do conteúdo das aulas acontece na internet e a outra acontece em sala de aula. Nesta modalidade os conhecimentos básicos podem ser trabalhados on-line através de uma AVA (Ambiente virtual de aprendizagem) e posteriormente as atividades são trabalhadas no momento presencial. Segundo Valente (2014, p. 85):

A sala de aula invertida é uma modalidade de *e-learning* na qual o conteúdo e as instruções são estudados online antes de o aluno frequentar a sala de aula, que agora passa a ser o local para trabalhar os conteúdos já estudados, realizando atividades práticas como resolução de problemas e projetos, discussão em grupo, laboratórios etc.

Assim, se a intenção é atender à diversidade de interesses e dificuldades dos estudantes, é preciso adequar o planejamento didático aos processos de aprendizagem e aos progressos apresentados pelos aprendizes. Como não é possível realizar um ajuste global que atenda às necessidades de cada aluno em particular, a melhor proposição pedagógica é apresentada pelo sociólogo suíço Philippe Perrenoud (2000) que sugere diferenciar o ensino e ajustar continuamente as condições de ensino de modo a favorecer os processos de aprendizagem. A tecnologia pode ser uma forte aliada na Educação, o acesso à Internet democratizou o conhecimento e com isso, as informações se tornaram mais acessíveis, para acompanhar esse avanço tecnológico, se faz necessário que a escola ofereça os recursos audiovisuais com acesso à Internet. Com esse recurso a mais, professores podem incrementar suas aulas e alunos podem complementar seu conhecimento, as tecnologias ampliam as possibilidades de o professor ensinar e do aluno aprender, verifica-se que quando utilizadas adequadamente, as tecnologias auxiliam no processo educacional.

Libâneo (2007, p. 309) afirma que: “o grande objetivo das escolas é a aprendizagem dos alunos, e a organização escolar necessária é a que leva a melhorar a qualidade dessa aprendizagem”. Para as escolas e educadores, a necessidade criada pelo uso da tecnologia, é saber como aplicar todo potencial existente no sistema educacional, especialmente nos seus componentes pedagógicos e processos de ensino e de aprendizagem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estruturar uma proposta de formação e pensar em novas possibilidades de uso de tecnologias diante da realizada constatada é um grande desafio.

Entendendo que nosso processo de ensino e aprendizagem precisa alcançar, para além da educação formal, outras frentes institucionais, considerando que é uma etapa importante tanto para a formação humana dos sujeitos, desafiada pelas novas condições de trabalho postas pelo mundo contemporâneo.

O surgimento das novas tecnologias da informação e comunicação tem trazido grandes transformações na sociedade atual, sendo que esse contexto viabilizou a aproximação e trocas entre pessoas com interesses similares, mesmo distantes fisicamente.

Para atualizar e qualificar os processos educativos é necessário capacitar os professores, buscando conhecer e discutir formas de utilização de tecnologias no campo educacional. Segundo a teoria de Moran (2000), décadas atrás, bastava ser competente em apenas uma habilidade; agora a complexidade da tarefa é muito maior. Por isso, o domínio de técnicas inovadoras e a atualização contínua de conhecimentos precisam fazer parte da rotina do professor; tornando-se um criador de ambientes de aprendizagem e de valorização do educando. Torna-se fundamental a reflexão, levando-se a repensar o processo do qual participa dentro da escola como docente, para que consiga visualizar a tecnologia como uma ajuda e vir, realmente, a utilizar-se dela de uma forma consistente.

E, ao participar ativamente, o aluno consegue criar conexões e entra em um processo de autoconhecimento muito mais intenso. Isso porque, na medida em que o aluno tem a possibilidade para expressar sua opinião e sabe que isto é levado em consideração, para pensar colaborativamente com os colegas, entra em um autoconhecimento e sai muito mais fortalecido, o que favorece sua autonomia, dando espaço para que ele crie e empreenda em sua vida, dentro daquilo que ele sabe e tem consciência de que é capaz e tem facilidade para fazer.



REFERÊNCIAS

BERGMANN, J.; SAMS, A. **Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem**. Tradução Afonso Celso da Cunha Serra. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

CONTRERAS, D. J. **La autonomia del profesorado**. Madrid: Morata, 1997.

GOHN, M. G. A educação não-formal e a relação escola-comunidade. **Revista ECCOS**, v. 6, n. 2, p. 39- 65, set, 2004. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/715/71560203.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2018.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1999.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão Escolar: Teoria e Prática**. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2007.

MORAN, J. M. **Novas metodologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

PERRENOUD, P. **10 Novas Competências para Ensinar**, [S.l]: Artmed, 2000.

SACRISTÁN, J. G. **Poderes inestables em educación**. Madrid: Morata, 1998.

VALENTE, J. A. Blended learning e as mudanças no ensino superior: a proposta da sala de aula invertida. **Educar em Revista**, n. 4, p. 79-97. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010440602014000800079&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 10 out. 2018

VIEIRA, A. T. et al. **Gestão Educacional e Tecnologia**. São Paulo: Avercamp, 2005.



DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA NO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DO ALUNO

Marina de Oliveira, Elaine Cristina Gardinal Pizato,
e-mail: marinaoliveira_92@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A família é considerada a instituição base do desenvolvimento do ser humano, sendo ela responsável pela forma com que o indivíduo construirá suas relações com o mundo, os primeiros aprendizados da criança são transmitidos pela instituição familiar. Atualmente as famílias podem ter diversas composições, podendo ter vínculo consanguíneo ou somente afetivos entre outras configurações familiares (OLIVEIRA; MARINHO-ARAÚJO, 2010).

A escola é também uma das instituições sociais de grande relevância para a vida da criança, ela serve de mediadora nas relações do indivíduo com a sociedade, pois, é na escola que as crianças passam a se apropriar de modelos e valores que aumentaram sua autonomia e seu pertencimento ao grupo social (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008).

Percebe-se a importância de ambas as instituições no desenvolvimento da criança, tanto a família quanto a escola têm participação ativa no desenvolvimento humano. Mas essa relação nem sempre é cercada de harmonia, a relação família-escola pode estar envolta de barreiras que atrapalharam seu funcionamento. Diante do que se abordou anteriormente surge o questionamento: A participação e interesse da família na vida escolar da criança pode influenciar em um desenvolvimento satisfatório da aprendizagem? Para responder essa questão o presente artigo tem como objetivo analisar características nas famílias que facilitam a aprendizagem proporcionando um bom desempenho escolar e características que dificultam o processo de aprendizagem. Além de investigar a relação família-escola e de como essa relação pode favorecer o processo de ensino e aprendizagem. Esse tema se faz importante, pois é preciso investigar, se a família presente e participativa na vida escolar da criança é propulsora de um melhor desenvolvimento da aprendizagem ou se a boa relação familiar é um fator que não tem grande destaque em minimizar as dificuldades de aprendizagem

apresentadas pelos alunos. A hipótese para construção desse projeto se embasa a partir de subsídios teóricos, se propondo a identificar de quais formas as relações familiares são suporte para o bom desenvolvimento do aluno, onde é possível criar estratégias para fortalecimento dos vínculos, ressaltando a importância da parceria entre família e escola.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa, trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico, que se utiliza de livros e artigos científicos disponibilizados em meio físico e eletrônico para seu desenvolvimento. Foram utilizadas as seguintes palavras chaves para realização da pesquisa: família, escola, aprendizagem. Foram selecionados para a discussão 6 artigos que se relacionam ao tema.

Segundo Gil (2002) a pesquisa bibliográfica é uma pesquisa baseada em outros autores que escreveram sobre o tema esse material é encontrado principalmente em livros e artigos científicos. A pesquisa bibliográfica é utilizada em outros tipos de pesquisa também, pois possibilita ao pesquisador conhecer uma gama maior de fenômenos, o que seria difícil se tivesse que fazer a pesquisa de forma direta.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A importância de se conhecer a relação família- escola deve ser levada em consideração, pois ambos são ambientes provedores de conhecimento e aprendizagem, que poderão impulsionar ou atrapalhar o desenvolvimento. Detectar pontos positivos é uma forma de solucionar os impasses e fortalecer os vínculos. Ouvir e observar o que cada aluno manifesta de aprendizados externos, pode se transformar em ferramentas para gerir conhecimentos, utilizando-se de outros contextos na aprendizagem com enfoque de facilitar a aprendizagem formal (DESSEN; POLONIA, 2007).

Polonia e Dessen (2005) abordam a questão família-escola através do projeto pedagógico inserindo a família no ambiente escolar, fazendo a distinção dos papéis da família e da escola, promovendo a partir daí ações conjuntas, onde ambas se complementam, a escola desenvolvendo um papel universal do conhecimento e a

família na transmissão de crenças e valores, auxiliando que os mecanismos de aprendizagem aconteçam de forma coordenada.

Para que se promova uma relação mútua entre os dois ambientes é importante que a família tenha algumas atitudes que serão vistas como aspectos positivos no manejo da relação, tais como: uma boa relação de comunicação entre mãe e criança; uma boa relação afetiva entre os pais e a criança, as influências e crenças dos pais que são transmitidas para criança; regras e estratégias disciplinares e as expectativas dos pais (POLONIA; DESSEN, 2005).

Polonia e Dessen (2005) apontam que as relações familiares podem influenciar de forma positiva ou negativa na interação da criança com seu meio de convívio. A relação torna-se positiva quando existe bons padrões de relacionamento entre criança e responsáveis, pois padrões de relacionamentos interacionais positivos tendem fornecer subsídios para o enfrentamento de situações cotidianas, refletindo também no ambiente escolar. Entretanto quando os padrões de relação familiar são conflitantes, a interação interpessoal tende a ser prejudicada, a criança costuma apresentar um repertório de comportamentos limitados em seus ambientes de convívio.

Almeida (2014) ressalta pontos que podem influenciar na relação família-escola como a falta de proximidade da família no ambiente escolar, algumas vezes acontece por timidez e distanciamento daquele ambiente. Existem outros motivos também para o distanciamento dos pais como por exemplo: “Os conflitos e limitações na sua participação pode ser de sua imagem negativas como pais, de sua própria experiência escolar ou de um sentimento de inadequação em relação a aprendizagem” (POLONIA; DESSEN, 2005, p.306).

Epstein (1992 *apud* ALMEIDA, 2014) Abordam os tipos de envolvimento entre família e escola, listando atitudes importantes para a promoção de um relacionamento satisfatório tais como: a obrigação dos pais em favorecer um ambiente propício para o desenvolvimento da criança e para sua aprendizagem escolar, utilizando estratégias como orientar hábitos de estudo e tarefas escolares; O dever da escola em informar os pais a evolução da criança, abordar as normas adotadas na escola, o funcionamento escolar, os métodos utilizados para avaliar e ensinar, dando abertura para que os pais participem ativamente sobre esses temas; O envolvimento dos pais em atividades para a colaboração com a escola, como por exemplo participação de programações,

reuniões, eventos culturais, atividades extracurriculares; O envolvimento dos pais nas atividades que afetam a aprendizagem, as estratégias utilizadas em casa para entender tarefas escolares, se acontece de forma independente, ou se é buscado uma orientação com professores; Por fim a forma que os pais se envolvem no projeto político da escola, a participação dos pais na associação de pais e mestres na tomada de decisão em relação as metas e projetos escolares. “Portanto, ao ser estabelecida uma relação de parceria entre a escola e a família, os resultados no desempenho escolar dos alunos resultarão tanto no escolar como no social” (ALMEIDA, 2014, p. 23).

De acordo com Casarin e Ramos (2007) o fracasso escolar pode estar relacionado aos problemas familiares e tem como consequência o impedimento da aprendizagem satisfatória, tornando mais suscetível o aparecimento de dificuldades ou transtornos emocionais. Por falta de compreensão do que realmente está acontecendo em seu seio familiar, a criança ou o adolescente pode se sentir culpado pelos problemas familiares enfrentados, o que por sua vez pode causar negação involuntária do direito de aprender devido a esse sentimento de culpa:

Se a família e a escola formassem uma parceria, já nos primeiros anos escolares todos teriam a lucrar. Afinal, a criança que estiver bem vai melhorar e aquela que estiver com dificuldades receberá ajuda tanto da escola quanto dos pais para superá-las” (CASARIN; RAMOS, 2007, p. 188).

A maneira singular que cada um se organiza mental e socialmente se diferencia de um indivíduo para o outro, a criança deve ser vista como um indivíduo em formação, que depende de cuidados e que não deve ser responsabilizada pelos fracassos, a responsabilidade deve ser partilhada com a família, que orienta a criança, os pais são corresponsáveis no desempenho escolar da criança. A falta de confiança na família pode levar a criança ou adolescentes a omitir seus fracassos, o que se torna um agravante da situação, pois é importante que a família conheça as situações que afligem, para que não haja piora nos problemas (CASARIN; RAMOS, 2007).

Braga; Scoz e Munhoz (2007) enfocam a relação família-escola e aprendizagem sob o ponto de vista de que o problema de aprendizagem pode ser resultante de diversos fatores, dentre eles os orgânicos, cognitivos e afetivos, levando sempre em conta a estrutura familiar e escolar.

Algumas características familiares podem ser vistas como pontos negativos no desenvolvimento e na aprendizagem da criança e do adolescente, por exemplo:

famílias que tem dificuldades em aceitar pensamentos diferentes, opiniões contrárias, essa não aceitação são entendidas como agressões. Já famílias que entendem a importância da diferença e trabalham com elas de forma positiva, sem causar conflitos proporcionam relações favoráveis para aquisição de conhecimento. São vista também como modelos disfuncionais famílias que não facilitam que a criança seja autônoma de seus pensamentos, impedem a criança de realizar experiências e ter a vivência da satisfação de conseguir realizá-los por conta própria exercendo sua autonomia e acreditando em sua capacidade, as dificuldades de aprendizagem podem ser frutos do não reconhecimento da criança na própria capacidade de pensar e produzir através de seu pensamento (BRAGA; SCOZ; MUNHOZ, 2007).

As modalidades de aprendizagem sadias são formadas através de uma base segura, ou seja, quando a família proporciona ferramentas facilitadoras para autonomia do pensamento da criança e do adolescente e também quando há demonstração de respeito, de amor e carinho aos filhos perante as diferenças. (BRAGA; SCOZ; MUNHOZ, 2007).

Rolfsen e Martinez (2008) discutem a questão aprendizagem e a relação família-escola abordando a importância do caráter preventivo, a prevenção orienta e prepara os pais a lidarem com as dificuldades da criança além de reduzir o impacto causado por ela.

Algumas estratégias podem ser efetivas para que haja envolvimento da família com a criança que apresentam dificuldades de aprendizagem, através delas os pais podem auxiliar independente de seu nível de escolaridade ou condição socioeconômica. O primeiro passo é buscar informação e orientação junto a escola, se inteirar se a escola oferece algum programa que de suporte em relação ao desenvolvimento da criança; Outros passos a serem seguidos são, organização, rotina, comunicação na família em relação as experiências do cotidiano e o principal a boa relação e entrosamento entre família e escola (ROLFSEN; MARTINEZ, 2008)

Através do que foi discutido pode-se perceber que a participação da família tem influências na aprendizagem, pois segundo pesquisas bons padrões de relacionamento, regras, rotina, incentivos e orientação nos estudos são vistos como fatores de proteção para a aprendizagem satisfatória. Também foram abordadas atitudes que podem ser adotadas para uma boa relação família-escola, demonstrando



a importância que essa parceria tem para o bom desenvolvimento escolar do aluno. Foi confirmado também que padrões familiares conflituosos tendem a gerar repertórios de comportamentos limitados o que pode influenciar na aprendizagem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com que foi levantado durante a pesquisa a proximidade entre família e escola são os pilares para um bom desenvolvimento da aprendizagem da criança e do adolescente, então o trabalho de forma conjunta entre as duas instituições é uma necessidade para a promoção do bom desempenho escolar ou até para um caráter interventivo quando a dificuldade já estiver instalada.

O papel da escola será o de envolver a família em seus projetos, promover essa participação dos pais no ambiente escolar, que deverá ir além do comparecimento em dias de reuniões de pais e mestres. Já o papel da família é o de proporcionar um ambiente sadio de convivência para o bom desenvolvimento da criança e do adolescente, esse ambiente deve ter boas relações afetivas, dialogo, rotina, regras, orientação de hábitos de estudo e tarefas escolares, supervisão e auxílio perante as dificuldades.

Os principais desafios enfrentados são a falta de preparação do ambiente escolar em aproximar a família, e também o desafio da família de se sentir acolhido naquele ambiente. Também há entraves quando a família enfrenta problemas na convivência entre seus membros, os conflitos familiares podem interferir de forma direta no desenvolvimento da criança e do adolescente. Nesses casos a busca de capacitação e estratégias por parte da escola para aproximar a família, e a busca da rede de apoio para enfrentar os conflitos familiares, seriam possíveis formas de resolver ou amenizar essas situações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. B. **A relação entre pais e escola**: a influência da família no desempenho escolar do aluno. 2014. 48 f. Monografia- Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000943944>. Acesso em: 09 set. 2018.



BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias**: Uma introdução ao estudo de psicologia. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. p.368.

BRAGA, S. S.; SCOZ, B. J. L.; MUNHOZ, M. L. P. Problemas de aprendizagem e suas relações com a família. **Rev. psicopedagogia**, São Paulo, v. 24, n.74, p.149-159, 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010384862007000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 set. 2018.

CASARIN, N. E. F.; RAMOS, M. B. J. Família e aprendizagem escolar. **Rev. Psicopedagogia**, São Paulo, v. 24, n 74, p. 182-201, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010384862007000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 Set. 2018.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C. A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103863X2007000100003&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 09 set. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p.176.

OLIVEIRA, C. B. E.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estudos de Psicologia**, v. 27, n 1, p. 99-108, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103166X2010000100012&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 02 set. 2018.

POLONIA, A. C.; DESSEN, M. A. Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. **Psicologia escolar e educacional**, v. 9, n 2, p. 303- 312, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141385572005000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 set. 2018.

ROLFSEN, A. B.; MARTINEZ, C. M. S. Programa de intervenção para pais de crianças com dificuldades de aprendizagem: um estudo preliminar. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 39, p. 175-188, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2008000100016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 set. 2018.



DESAFIOS NO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA SURDOS

Adrielle Fernanda Scarabello, Larissa Bondezan, Cintia Milene Favaro, email:
cintiamilene@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Até meados do século XIV, os surdos eram considerados incapazes de aprender, por isso estavam fadados ao fracasso escolar. Apenas no século XV, surgiram registros de que um surdo aprendeu a ler e escrever satisfatoriamente, em experiência descrita pelo pedagogo holandês Rodolfo Agrícola. Logo após, o intelectual inglês Dalgarno declara que o potencial dessas pessoas era o mesmo do aluno ouvinte, portanto ambos poderiam alcançar o mesmo nível de aprendizagem desde que estivessem expostos a métodos de ensino adequados.

É importante salientar que a primeira língua dos surdos é a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), defendida pela lei nº10.436, de 24 de abril de 2002. Atualmente é tida como uma construção da identidade dos mesmos e um direito conquistado por eles através do **decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Entretanto, deve-se destacar que, embora seja a primeira língua, ela deve ser considerada na perspectiva bilíngue, ou seja, utilizada também para o acesso a uma segunda língua, a Língua Portuguesa.

A complexidade da escrita formal da Língua Portuguesa aumenta quando falamos do ensino da mesma para alunos surdos, devido à conjugação dos verbos irregulares, frequência de exceções de regras, uso dos conectivos e outras particularidades.

Zeni, 2009 apud GOMES, relaciona alguns dos desvios mais encontrados como inadequações na produção escrita de alunos surdos: colocação inadequada ou omissão de conectivos: (Eu gostaria... conseguir); flexão inadequada de gênero e número (consegui **uma trabalho**); inadequação na conjugação dos verbos (Eu **trabalha**).

O ensino da Língua Portuguesa escrita para surdos tem sido alvo de frequentes discussões antagônicas. Alguns autores apontam que a mesma deve ser ensinada parcialmente em suas regras e formalidade, e outros indicam que a consideração para

alunos surdos e ouvintes deve ser a mesma, para que esse seja incluído de maneira efetiva na construção social da escrita de nosso idioma.

O presente trabalho pretende apresentar os obstáculos que se encontram para o ensino de uma outra língua para alunos surdos, focalizando a Língua Portuguesa como segunda língua. Como afirma Magda Soares (2000), o letramento não ocorre exclusivamente em ler e escrever, dado que exerce práticas de interações sociais e oral.

A inclusão social na educação é de suma importância e muito complexa, diante disso coloca-se em destaque a relevância de compreender e buscar um atendimento especializado para a superação da dificuldade de tal ensino.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado através de pesquisas bibliográficas de artigos e teses com comparações de estudos de casos entre o sistema educacional brasileiro para surdos e outros países, como a Espanha. Foi utilizado também a Constituição Brasileira, outorgada em 1988 e, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira 9394/96 (LDB).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para que se possa compreender as dificuldades encontradas no ensino de uma segunda língua para surdos, é preciso destacar os obstáculos que os mesmos encontram em relação a sua primeira língua – LIBRAS.

Grande parte das crianças surdas nasce em famílias ouvintes, as quais, na maioria das vezes, não usam LIBRAS para se comunicar, o que implica diretamente na comunicação familiar, fazendo com que criem sua própria língua de sinais, tendo como o foco na leitura labial. Assim o surdo realiza a compreensão dos comandos e conversa, mas isso pode levá-lo a ter contato com a LIBRAS somente no processo de escolarização.

Se LIBRAS é a primeira língua dos surdos e serve de acesso para uma segunda, a Língua Portuguesa, é evidente que esta deve estar bem estruturada e fundamentada para que o aluno consiga ter êxito na aprendizagem.

A leitura e a escrita são, certamente, dois dos aspectos que mais preocupam os educadores de surdos. Muitos acreditam, ainda hoje, que a surdez acarrete dificuldades de compreensão na leitura e de produção na escrita. No entanto, uma análise do processo de ensino da leitura e da escrita de alunos surdos leva a acreditar que muitos dos resultados insatisfatórios, obtidos com a maior parte dos alunos, não decorrem de dificuldades de lidar com os símbolos escritos, mas da falta de uma língua constituída com base na qual possam construir a escrita. PEREIRA, 2009 (p.14).

Entretanto, deve-se considerar também que, embora a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) seja apontada como a primeira língua, conforme o decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, os surdos podem apresentar diversas formas de comunicação, como outros gestos, a escrita, a oralidade.

No Brasil, destaca-se como prioridade desenvolver-se a LIBRAS, para que junto à comunidade surda, o indivíduo possa estabelecer sua identidade através da apropriação da língua. Entretanto há alguns surdos que são pós-linguais, usuários do implante coclear, ou então, que conseguiram, com ajuda de profissionais, desenvolver a oralidade antes mesmo de aprender a LIBRAS.

Neste caso, esse aluno, o qual já tem conexão com a Língua Portuguesa, terá maior facilidade para desenvolvê-la em sua forma escrita. O que os difere dos alunos que terão conhecimento da Língua Portuguesa já diretamente em sua forma escrita através do processo de escolarização.

Conforme aponta Schiavon (2017), esse é um diferencial para a aprendizagem, pois o aluno entende o significado da palavra em ambas as línguas favorecendo a memorização. Já para os alunos que se utilizam apenas da LIBRAS, a mesma autora ressalta a importância do intérprete para a comunicação entre professor e educando, criando um elo de compreensão entre os dois, sendo fiel a intenção do professor, sem assumir o papel do mesmo, o que por diversas vezes tem sido confundido.

O intérprete jamais poderá assumir o papel do professor, mas deve trabalhar em parceria, estabelecendo uma mediação da comunicação entre ambos para que o professor possa cumprir seu efetivo papel de ensinar, possibilitando ao aluno aprender e compreender o processo de ensino.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa bibliográfica, tornou-se perceptível que o ensino da Língua Portuguesa para alunos surdos vem sendo um grande desafio a todos os profissionais envolvidos.

Embora se destaque que o ensino da Língua Portuguesa para as pessoas surdas deva ser abordado em sua totalidade visando o desenvolvimento integral da língua escrita, os autores entram em um consenso de que se deve considerar a disposição de cada aluno, suas especificidades e limitações devem ser respeitadas durante o processo de ensino.

O aluno que desenvolve a oralidade tem um diferencial dos demais que usam a LIBRAS para aprenderem a Língua Portuguesa escrita. Todavia, no Brasil, diferentemente da Espanha, como aponta Schiavon (2017), essa prática é pouco estimulada entre os profissionais da educação e mais estimulada na área da saúde.

A importância do trabalho de mediação é inegável, porém nota-se a ausência de profissionais que assessorem o docente e o intérprete na adaptação e inclusão do aluno surdo no processo de ensino da Língua Portuguesa, o que caracteriza um problema sociocultural brasileiro.

Salienta-se que, para um ensino qualitativo da Língua Portuguesa, não pode haver métodos mecanizados com frases e estruturas prontas. O processo de aprendizagem precisa ser constantemente avaliado e compreendido como meio de desenvolver as produções escritas para uma inclusão social desses alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

LACERDA, C. B. F. **Os processos dialógicos entre aluno surdo e educador ouvinte: examinando a construção de conhecimentos**. 1996, 165 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/251612/1/Lacerda_CristinaB.F.de%28CristinaBrogliaFeitosade%29_D.pdf> Acesso em: 06/10/2018.



MARTINS, V. R. O.; LACERDA, C. B. F. **Educação inclusiva bilíngue para surdos:** problematizações acerca das políticas educacionais e linguísticas. 2016, 16 f.

Disponível em:

<<http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/viewFile/3277/2286>>. Acesso em: 06 set. 2018.

PEREIRA, M. C. C. (Org.). **Leitura, escrita e surdez.** São Paulo: FDE, 2009.

SCHIAVON, D. N. **Inclusão de alunos surdos em castilla-la mancha (espanha):**

reflexões para o contexto brasileiro. 2017, 359 f. Tese (Doutorado em Educação) -

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" Faculdade de Ciências e Letras Campus de Araraquara – SP. Disponível em:

<http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_escolar/4365.pdf> Acesso em 04/10/2018.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GOMES, A. **Considerações sobre o ensino de Língua Portuguesa como segunda Língua para alunos surdos.** Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <

<http://educacaopublica.cederj.edu.br/revista/artigos/consideracoes-sobre-o-ensino-de-lingua-portuguesa-como-segunda-lingua-para-alunos-surdos>>. Acesso em 07 set. 2018.



DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS: RELATOS DE EXPERIÊNCIA NO PROCESSO DE INTERVENÇÃO DO ESTÁGIO BÁSICO

Caroline Aparecida Urgnani de Almeida, Larissa Daiane Sgorlon, Rinaldo Correr, email:
carol_urnani@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A infância e a adolescência são etapas muito importantes no desenvolvimento humano em que ocorrem os processos de maturação e de aprendizado.

Nesse período, constituem-se as estruturas cognitivas, afetivas e sociais as quais são estabelecidas pela formação dos vínculos e dos valores, que por sua vez terão influência direta na formação da identidade do sujeito. Nesse universo de relações, o indivíduo entra em contato com novas aprendizagens e transformações.

Assim, tendo como ponto de partida a importância desse olhar específico para a infância e adolescência, a intervenção psicológica privilegia instrumentos que levem os indivíduos ao protagonismo da sua história. Contudo esses processos não ocorrem naturalmente, o homem, para transformar-se precisa de instrumentos sociais. Crianças e adolescentes, em pleno processo de desenvolvimento, precisam das garantias de direitos fundamentais. Desta forma entende-se que a criança é um ser de direitos que são defendidos no Brasil pela Constituição de 1988, e principalmente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no mundo todo pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, pela Unicef e demais organizações. Todos são instrumentos que buscam proporcionar para estes indivíduos um desenvolvimento saudável, que, futuramente, irá contribuir para torná-lo um agente transformador e em um indivíduo autônomo.

Entretanto, não são todas as crianças que conseguem ter acesso a esses direitos ou que conseguem que estes sejam valorizados e respeitados, pois se encontram em situação de vulnerabilidade. Justamente por esse fator que o locus deste trabalho, relatado no presente artigo, foi desenvolvido em uma entidade, uma Organização da Sociedade Civil (OSC), localizada em um município do interior do estado de São Paulo. O objetivo é realizar atividades na área de

assistência social, com enfoque no resgate dos vínculos entre a criança e a sua família, bem como, atividades na área da socioeducação, com enfoque no desenvolvimento cognitivo e da participação social destes indivíduos. Esta OSC atende nos períodos de contraturnos escolares, 120 crianças entre as faixas etária dos quatro aos onze anos e onze meses, que se encontram em situações de vulnerabilidade tanto socioeconômica quanto afetiva. Geralmente os próprios pais fazem as inscrições das crianças, mas em alguns casos as crianças são encaminhadas pelo Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) devido a situação de vulnerabilidade nas quais elas estão inseridas, creditando a entidade a possibilidade de um ambiente seguro e saudável.

A compreensão de que a infância e adolescência existem, e que possuem um extremo valor para a formação do indivíduo, ainda é recente. Até o século XIX, a infância e a juventude não eram valorizadas, e não havia o espaço para a criança “ser criança”, elas não tinham um ambiente para desenvolver e construir a sua maturidade, eram tratadas como adultos em “miniaturas”. Sendo assim a transição entre infância e a fase adulta ocorria de forma rápida e abrupta. Só a partir do século XX que os estudos sobre o desenvolvimento humano começaram a ganhar força, fazendo com que crianças e adolescentes conquistassem os seus espaços e atenção.

Dentre os estudos sobre o desenvolvimento humano surgiram diversas linhas teóricas, que possuíam diferentes visões a respeito de como este processo ocorria. Porém, atualmente, sabe-se que o desenvolvimento depende de três fatores: o genético e biológico (ligados as questões do desenvolvimento físico, isto é, das potencialidades do organismo de cada indivíduo, por exemplo, o cérebro ao longo do desenvolvimento, vai ganhando uma maturidade, o que possibilita aprendizados mais complexos), social (a cultura, a realidade socioeconômica, os valores que são defendidos por cada sociedade, também irão influenciar no desenvolvimento) e psicológico (a formação dos vínculos, a afetividade, o aprender a lidar com as emoções e com as frustrações, também são fundamentais). As linhas teóricas sobre o desenvolvimento como apresentado anteriormente não descartam esses fatores como fundamentais, entretanto, o que irá distingui-las são o enfoque maior que cada uma irá designar para cada fator. Por exemplo, a teoria do apego formulada

por Bowlby irá focar na questão da afetividade, no quanto a formação do vínculo entre mamãe e bebê, são fundamentais para um desenvolvimento saudável. Nessa abordagem a falta ou o exagero do apego, trazem consequências negativas para a criança e afetam toda as suas relações interpessoais.

A teoria denominada de Epistemologia Genética, desenvolvida por Piaget, possui um enfoque no desenvolvimento das estruturas cognitivas, bem como a defesa de que a aprendizagem se dá por meio das experiências, demonstrando também que as etapas evolutivas da criança representam uma construção que envolve uma contínua interação entre indivíduo e meio, entre sujeito e objeto. Sendo assim, Piaget postula que a criança deve ser estimulada a desenvolver habilidades, que estejam de acordo com o desenvolvimento cognitivo da sua faixa etária.

A abordagem psicossocial de Erikson, irá ter um enfoque psicossocial. Este teórico formula, que o desenvolvimento do indivíduo passa por crises. É a resolução destes conflitos que irão propiciar o seu desenvolvimento, que ele denomina de identidade.

De acordo com essas teoria, o indivíduo que não consegue resolver determinada crise, será influenciado no desenvolvimento das habilidades proposta pela mesma, tendo, como consequência, dificuldades em alguns aspectos da sua vida, bem como, enfrentará também a dificuldade em lidar com as próximas crises, já que elas estão interligadas, pois cada crise fornece habilidades que ajudarão na resolução da outra.

A teoria sociocultural de Vigotski, por sua vez, afirma, que a criança aprende por meios da interação com os outros, ou seja, o aprendizado e o desenvolvimento da criança ocorrem por meio das relações interpessoais. O indivíduo vai se apropriando dos bens culturais produzidos pela sociedade humana, que se transformam no principal instrumento de mediação entre o indivíduo e o mundo.

Como principal exemplo tem-se a linguagem vista como um instrumento poderoso de atuação e transformação da realidade. A criança desenvolve a linguagem por meio de uma internalização gradativa e intencional, e ao final coloca em prática tudo aquilo que aprendeu através da interação social. Nota-se claramente o quanto é importante que a criança durante a sua infância vivencie de forma plena situações que lhe proporcionem um desenvolvimento saudável. Para as crianças em vulnerabilidade, seja ela afetiva ou socioeconômica, os trabalhos desenvolvidos pelos

projetos de assistência social são muito importantes, pois nestes projetos as crianças encontram um ambiente em que é possível crescer de forma saudável e se tornar um indivíduo que seja engajado em mudanças tornando-se autor da sua própria história.

O SUAS (Sistema Único de Assistência Social) ainda é um projeto recente que luta para se afirmar e ganhar cada vez mais espaços dentro das políticas públicas.

Foi organizado como um instrumento do Estado para levar desenvolvimento para os grupos que apresentam uma alta vulnerabilidade, ou seja, os projetos que são desenvolvidos pelas unidades dos SUAS (CRAS e CREAS), buscam disponibilizar a assistência a esse indivíduo e ao mesmo desenvolver a sua capacidade de se tornar autônomo.

O SUAS é regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que configura todas as normas e princípios em que ele precisa se basear, e é dentro deste sistema se enquadram as OSCs.

Antes da criação do SUAS, as OSCs possuíam um papel muito forte nas políticas de assistência social, praticamente eram elas que desenvolviam os projetos, pois a participação do Estado nesta área com políticas públicas, eram mínimas. Entretanto com a criação e a afirmação do SUAS na Constituição Federal de 1988, essa situação se inverteu. Atualmente, é dever do Estado ter unidades que trabalhem com projetos de assistência social, as OSCs só funcionam como um serviço de apoio, segundo levantamentos, o número destas organizações estão caindo, enquanto que o número de CRAS e CREAS estão aumentando.

As OSCs ainda são muito importantes, pois em muitos lugares o serviço público não consegue implementar as ações e atender as demandas da população.

O relato do processo de intervenção tem por objetivo principal descrever como a psicologia comunitária e social, apoiada pelas teorias de desenvolvimento, podem intervir em uma OSCs com planejamento de atividade para resgatar os vínculos afetivos entre as crianças e o meio social.

O planejamento das ações tomou como ponto de partida, o levantamento das necessidades institucionais e das próprias crianças envolvidas. Como resultado, as intervenções levaram, com a utilização de recursos da psicologia, contribuições para um desenvolvimento saudável, ou seja, buscou-se

mostrar que, através de atividades lúdicas e dinâmicas que estimulam as participações das crianças, muitas vezes sendo realizadas em grupo, conseguiu-se de forma indireta trabalhar questões como a psicomotricidade, autoestima, estreitamento dos vínculos, empatia, autonomia, confiança e entre outras características.

2 METODOLOGIA

O trabalho se desenvolveu em uma OSC filantrópica, que complementa os serviços do SUAS, no município, localizado no interior do estado de São Paulo.

Após passar por uma série de transformações essa OSC atualmente busca desenvolver um trabalho com 120 crianças entre 4 anos até 11 anos e 11 meses, no período de contra turno escolar. O objetivo principal deste trabalho é a convivência e fortalecimento de vínculos entre as próprias crianças com seus familiares e principalmente com as educadoras da instituição, além do desenvolvimento da autonomia das crianças.

A instituição busca proporcionar um espaço em que as crianças possam se desenvolver de forma saudável, ampliando as suas habilidades e vivenciando a sua infância. Para dar início a essa intervenção (Parte aplicada relacionada ao Estágio Básico I em Psicologia Comunitária), estabeleceu-se um contato com a coordenadora e a psicóloga da instituição a fim de verificar a possibilidade de formar-se um convênio entre a instituição e a faculdade. Após as conversas iniciais estabeleceu-se um contrato sem fins lucrativos para a realização do estágio ao longo do ano de 2018, respeitando-se as férias do meio do ano, em que a intervenção foi interrompida devido a pausa na supervisão. Após a autorização de estagio ser concedida pelo coordenador do curso, iniciou-se o processo de intervenção, que se dividiu em duas etapas.

Na primeira etapa, foram realizadas observações em cada sala, afim de compreender a dinâmica em cada uma delas. Foi verificado, nesta fase, quais eram as necessidades de cada grupo, quais eram as oficinas que estavam sendo desenvolvidas e de como o projeto poderia ser realizado dentro da instituição. Além disso, com essa avaliação buscou-se delimitar com qual faixa etária seria desenvolvido o projeto, de acordo com a nossa disponibilidade de horário e da dinâmica dos grupos.

Na segunda etapa foram realizadas atividades com duração média de 2 horas no período da manhã, sendo uma 1 hora com o grupo de crianças de 4 a 7 anos



e 1 hora com o grupo de crianças de 7 a 11 anos. As atividades tiveram uma periodicidade semanal, quarta-feira, totalizando um total de 11 encontros, que ocorreram entre agosto e novembro de 2018.

A metodologia utilizada foi apoiada na psicologia comunitária e desenvolvimento humano com ênfase nas técnicas de ampliação das possibilidades de autonomia e fortalecimento de vínculos. A intervenção ocorreu sempre em grupos e, acompanhando a rotina com a qual as crianças já estavam acostumadas. Antes de iniciar-se as intervenções práticas foi encaminhado para a instituição um cronograma com os dias e horários em que irá ocorrer as atividades.

A rotina de intervenção foi realizada por meio de planejamento prévio e a supervisão semanal com o docente responsável na Faculdade sendo acompanhada também pela psicóloga que trabalha na instituição. Durante a realização do estágio foram elaborados relatórios de planejamento e, das intervenções, que também contribuíram para a elaboração do relatório final do estágio.

Todas as atividades práticas basearam-se em teorias sobre as fases do desenvolvimento humano, como a de Piaget e Vigotsky, bem como em projetos e estudos que ocorreram em outras instituições, e em atividades propostas por autoras como Violet Oaklander, Nylse H. S. Cunha, que estimulam a psicomotricidade, Mariana Serrão, especialista em dinâmica de grupos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apesar das transformações ocorridas na natureza da Casa, isto é, a implantação de atividades que busquem a socioeducação ao invés de atividades, o atendimento ainda permaneceu com um enfoque pedagógico e não o socioeducativo. Desta forma o estágio buscou contribuir também nessa transformação, de um foco mais dirigido para a observação da importância do acolhimento destas crianças como indivíduos singulares, e não apenas como alunos. Nessa mudança cujo o principal ponto a ser trabalhado seria o resgate dos vínculos e autonomia, o papel da psicologia seria de elevada importância, pois a relação interpessoal está ligada ao desenvolvimento cognitivo da criança. Muitas dificuldades foram observadas para construir esse novo ambiente. As educadoras que estavam a mais de dez anos no local, não conseguiam se adequar à nova configuração da instituição. A dinâmica da extensão da escola

precisava ser redirecionada para uma dinâmica socioeducativa. A criança deveria reconhecer nesse espaço uma oportunidade para vivenciar atividades lúdicas e educativas, com a possibilidade de expressão da individualidade, falar de si e desenvolver as suas potencialidades.

As atividades que foram desenvolvidas ao longo do estágio, tinham como foco o fortalecimento dos vínculos, a autonomia das crianças e habilidades que desenvolvessem a psicomotricidade, especialmente a imagem e o esquema corporal. Nas atividades propostas, as crianças foram receptivas e participativas. A maioria das crianças demonstraram interesse nas atividades realizadas. Percebeu-se que as crianças que inicialmente apresentavam maior resistência em participar, foram gradativamente se engajando e se tornando mais animadas com as atividades.

Para a avaliação das atividades, utilizou-se as um feedback dado pelas próprias crianças tanto verbalmente quanto pelas expressões faciais e corporais, bem como a supervisão do professor orientador de estágio, e da psicóloga responsável pela instituição, outro instrumento que foi utilizado tanto para permitir a expressão das crianças quanto para a avaliação foram “as caixinhas dos sentimentos e emoções”, em que as crianças colocavam o que a atividade lhe proporcionou.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista como era a dinâmica da instituição, aos poucos conseguiu-se que as educadoras aderissem à nova configuração e compreendessem a importância de mudar as atividades, tendo enfoque na criança que traz de casa uma “bagagem”, bem como seus sentimentos e dificuldades, e não apenas focar as atividades para a parte pedagógica.

Entretanto para se ter de fato um serviço de sociocultural e socioeducativo, necessita-se de um engajamento mais profundo por parte das profissionais, bem como que as atividades que se afastem da rotina escolar. Pôde-se perceber que as crianças têm um grande interesse em falar delas mesmas, de suas famílias, seus sentimentos, bem como também gostam de atividades que sejam agitadas, principalmente as que envolvam o corpo e em que elas possam participar como agente. Elas também



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

foram mais receptivas em atividades que lhes proporcionassem sentir sensações diferentes, criar algo novo, ou seja coisas que fuja do comum e do clima escolar.

Outro fator que pôde-se evidenciar é a uma importância da intervenção prática, pois planejar a atividade e executá-la, permite a aquisição de novos conhecimentos para trabalhar com grupos, como por exemplo o modo de se expressar e os vocabulários utilizados, possuem um grande impacto no resultado da intervenção.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Nylse H. S. **Brincar, Pensar e Conhecer**. São Paulo: Maltese, 1997.

PAPALIA, Daiane E. **Desenvolvimento Humano**. 8. ed. Porto Alegre: Artmed

SERRAO, M. **Aprendendo a Ser e a Conviver**. São Paulo: [s. n.]



DIFICULDADE DO PROFESSOR ALFABETIZADOR EM CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA

Daniele Maria Xavier Alves Cavalheiro, Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli,
e-mail: danialves_mx@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O processo de alfabetização dos alunos, aquisição da leitura e da escrita, ocorre geralmente entre o primeiro e terceiro ano do Ensino Fundamental. Para isso, cada escola ou professor adota o método que considera mais eficaz e acessível aos alunos, para que estes superem as mais diferentes dificuldades de aprendizagem. Nesta perspectiva, o objetivo do presente trabalho é analisar o método fônico no processo de alfabetização e suas possibilidades de uso pelo professor alfabetizador.

Para o processo de alfabetização ocorrer de forma eficaz, é necessário desenvolver nos educandos habilidades metalinguísticas, como, segmentar e manipular a fala em suas diversas unidades (palavras, sílabas, fonemas). A consciência fonológica, representação consciente das propriedades fonológicas e unidades que constituem a fala e os sons na formação de palavras, faz parte dessas habilidades necessárias para a alfabetização (NOVAES; MISHIMA; SANTOS, 2013).

Ainda de acordo com as autoras, a consciência fonológica é essencial para a decodificação dos sons e relação entre fonemas e grafemas necessários para a alfabetização. Essa consciência depende do conhecimento prévio da língua escrita e falada que a criança traz ao ingressar na escola, e este está relacionado diretamente ao contato com materiais escritos e a leitura que esse aluno foi ou não exposto.

Desta forma, vale considerar as dificuldades de aprendizagens apresentadas pelos alunos durante o processo de alfabetização, pois estas podem exigir uma atenção mais apurada do professor para identificar formas facilitadoras que atendam as dificuldades dos alunos.

Nesta perspectiva, explicita-se a importância de incluir atividades promotoras de consciência fonológica para alfabetização tanto no início da escolarização ou em programas de intervenção nas dificuldades de aprendizagens, além de incluí-las no cotidiano da sala de aula como forma de prevenção.

As atividades que promovem a consciência fonológica apresentam o desenvolvimento de habilidades como: rima, aliteração de consciência das palavras e sílabas, síntese silábica, adição e subtração de sílabas, identidade e consciência fonêmica, análise, síntese, troca, contagem, manipulação e inversão de fonemas, entre outras atividades.

Para Moraes (2013) na aquisição da alfabetização o primeiro passo é a compreensão do princípio alfabético, e este exige a noção ou pelo menos intuição de fonema, de forma que a consciência dos fonemas se manifeste no início da aprendizagem da leitura e da escrita. De acordo com o autor, as crianças que possuem consciência fonológica e conhecimento em correspondências entre fonemas e grafemas leem melhor que crianças com mesmo tempo de leitura e não dispõem desses conceitos.

Diante dos benefícios que a consciência fonológica traz para o processo de alfabetização e da facilidade de incluir atividades promotoras dessa consciência na sala de aula, em projetos ou programas para reforço escolar que atenda alunos com dificuldades de aprendizagem, o presente trabalho se faz necessário como forma de esclarecer a importância dessas atividades para profissionais da educação que alfabetizam alunos portadores, ou não de dificuldades de aprendizagem.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada para desenvolvimento do trabalho, no primeiro momento, foi um levantamento bibliográfico em bases de dados de artigos científicos Scielo, Google Acadêmico, etc., através de palavras-chaves como alfabetização, consciência fonológica, métodos de alfabetização e pesquisa em livros e autores relacionados ao tema para obter conhecimento sobre o referencial teórico.

Após a reunião de materiais, foi feita a leitura fichamento e catalogação dos mesmos, de acordo com os temas para análise e início da redação.

Trata-se de um estudo bibliográfico, com o objetivo de analisar o método fônico no processo de alfabetização e suas possibilidades de uso pelo professor alfabetizador.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Incentivar o desenvolvimento da consciência fonológica como estratégia de aprendizagem na aquisição da leitura e da escrita permitiu refletir questões sobre o conhecimento e a prática dos professores relacionada a essa teoria, afim de facilitar a aprendizagem dos alunos no processo da alfabetização.

De acordo com Freitas (2011) a qualidade do ensino básico no Brasil diminuiu de forma drástica, com aumento do número de evasões e fracasso escolar desde a implantação do construtivismo. Apesar desses problemas não ocorrerem geralmente na alfabetização devido a faixa etária dos alunos, as dificuldades de aprendizagem ocasionadas durante esse processo podem motivar esses índices. Dessa forma, ressalta-se a necessidade de um método de alfabetização que alcance as particularidades dos alunos, inclusive na prevenção das dificuldades de aprendizagem.

A autora destaca ainda a falta de formação continuada para os professores que diminuiu juntamente com a qualidade de ensino. Os cursos de treinamento e reciclagem são necessários para atualização constante do conhecimento adquirido na formação para que o professor aperfeiçoe sua prática e conheça práticas atuais e possa atuar de forma adequada com as recorrentes dificuldades de aprendizagens e preveni-las na sala de aula, especialmente no processo de alfabetização ou em programas de intervenção.

Para Novaes; Mishima; Santos (2013) os professores não incluem atividades que promovem o desenvolvimento das habilidades metalinguísticas na sala de aula, por falta de conhecimento da importância dessas atividades no processo de ensino aprendizagem. Os escassos programas de formação continuada que ressaltam essa importância geralmente são de longa duração e não acessível aos professores.

Dessa forma, o professor alfabetizador possui dificuldades em reconhecer a importância de promover a consciência fonológica em seus alunos na sala de aula ou em elaborar sequências pedagógicas que propiciem essa consciência apesar de reconhecer seus benefícios para o desenvolvimento inicial da leitura e da escrita.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar discussões e reflexões sobre a aprendizagem da leitura e da escrita é extremamente importante para o enriquecimento na formação e prática docente.

Nesse sentido, ressaltar a compreensão do papel da consciência fonológica exige muito esforço para relacionar as conclusões da prática da sala de aula com relação a esta estratégia, que direciona algumas habilidades no desenvolvimento inicial da leitura e da escrita.

A utilização da consciência fonológica como estratégia de aprendizagem para a aquisição da leitura e da escrita contribui na prevenção das dificuldades de aprendizagem ou o atraso inicial dessa fase, ou seja, avanço significativo na prevenção e na correção destas dificuldades, de modo que mais crianças sejam preparadas para aprender a ler no sistema alfabético de escrita.

Desta forma, ensinar uma criança a ler e a escrever não é tarefa fácil de se desenvolver, por isso, a importância do professor tem conhecimento sobre as fases da escrita e sobre estratégias fonológicas que o auxiliaram nesse processo, ajudando-o assim a prevenir algumas das várias dificuldades de aprendizagem que aparecem no processo de ensino/aprendizagem.

REFERÊNCIAS

CAPOVILLA, F.; SEABRA, A., G. **Alfabetização: Método Fônico**. 5. Ed. São Paulo: Memmon, 2010.

FREITAS, P.G. **Um olhar sobre o método fônico**. 2011. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/PATRICIA%20GOMES%20DE%20FREITAS.pdf>>. Acesso em 03 ago. 2018.

MENDONÇA, O. S.; MENDONÇA, O. C. **Alfabetização: Método sociolinguístico: Consciência social, silábica e alfabética em Paulo Freire**. São Paulo: Cortez, 2007.

MORAIS, José. **Criar leitores: para professores e educadores**. Barueri: Manole, 2013.

NOVAES, C.B; MISHIMA, F.; SANTOS, P. L. Treinamento breve de consciência fonológica: impacto sobre a alfabetização. **Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia**, Ribeirão Preto, v. 30, n. 93, p.189-200, set. 2013. Trimestral. Disponível em: <<http://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/95/treinamento-breve-de-consciencia-fonologica--impacto-sobre-a-alfabetizacao>>. Acesso em: 10 jul. 2018.



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Letícia de Souza, Wanderlei S. Gabini,
e-mail: leticiaaguilar20@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Embora o primeiro conceito de prisão como pena tenha sido criado durante a Idade Média, com o objetivo de punir os clérigos que deixassem de realizar suas atividades, o Brasil aderiu, ao longo do século XIX, às prisões, sob a condição de trabalho como pena da prisão, de acordo com Machado, Souza e Souza (2013). Contudo, percebeu-se que além de punir o indivíduo, abstendo-o do direito de ir e vir, era necessário torná-lo apto a retornar à sociedade.

Em conformidade a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9.394/1996, a qual assegura que é dever do Estado o oferecimento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) àqueles que não a concluíram na idade apropriada, houve a implantação do EJA aos Sistemas Penais, garantindo, assim, o que foi previsto pela Lei 7.210/1984, na qual, mesmo em situação de privação de liberdade, é assegurado ao privado o direito a educação.

O Parecer CNE/CEB nº 4/2010, ao discutir o papel da escola, traz a noção de que, “seja para crianças, jovens e adultos, inclusive em ambientes de privação de liberdade, nesta concepção, deve ser concebida como um espaço de encontro e socialização ao mundo livre em que o saber é apenas um dos elementos para a sua constituição”. Ao mesmo tempo, chama atenção para a necessidade de conceber a escola para além dos conteúdos; muitas vezes, esses se apresentam descontextualizados do meio no qual o aluno está inserido.

O presente estudo tem como objetivo discutir a educação no contexto prisional, aliando aspectos da educação de jovens e adultos, por ser a modalidade de organização escolar em boa parte das prisões.

2 METODOLOGIA

A realização do trabalho organizou-se através de uma pesquisa bibliográfica, realizada a partir de textos legais, artigos, livros e publicações referentes à situação de dados da educação prisional, e, a partir deles, foram estabelecidas categorias. A pesquisa bibliográfica, de acordo com Gil (2006), permite uma cobertura com amplitude maior do que ao se buscar um estudo de forma direta.

O estabelecimento de categorias, após o levantamento dos dados, facilita a organização de pontos comuns, que se tornam os tópicos direcionadores do estudo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo dados citados por Graciano e Schilling (2008) em 2005, dentre 300 mil privados de liberdade, cerca de 70% não havia concluído o Ensino Fundamental; a partir daí, é possível perceber a importância da oferta da educação de jovens e adultos no sistema prisional, pois a particularidade dos motivos que os tenham feito abandonar a escola não devem se sobressair ao seu desejo de retomá-la.

Aspectos como a falta de incentivo, necessidade de sobrevivência, falta de recursos básicos também são fatores que interferem à realidade de determinados grupos fazendo com que sejam direcionados a caminhos desfavoráveis, mesmo que não devam ser fatores determinantes, questões sociais segundo Scarfò (2007 apud ONOFRE; JULIÃO, 2013, p.57) e raciais circundam os grupos considerados menos favorecidos, que acabam sendo privados de liberdade em função dos crimes cometidos.

O papel da educação no sistema prisional, além de oferecer os conhecimentos específicos, é fazer com que o privado de liberdade construa e possa dar um novo significado a sua vida (ONOFRE; JULIÃO, 2013), conscientizando-se que poderá realizar suas atividades livremente se não mais cometer atos ilícitos; deve relacionar os conteúdos apreendidos através da educação básica às suas vivências, podendo, assim, exercer plenamente sua cidadania, conhecendo seus direitos e deveres como cidadão.

A aquisição da educação no sistema prisional faz com que o privado de liberdade seja envolvido a processos que o façam compreender as amplas possibilidades de melhoria de condições de vida (ONOFRE; JULIÃO, 2013). Dessa

forma, pode adquirir, através do estudo, a expectativa de que ao sair da privação de liberdade possa obter a integração à sociedade, sendo capaz de alicerçar seu projeto de vida, processo denominado causa e efeito por Scarfò (2006 apud ONOFRE; JULIÃO, 2013, p.57)

Ofertada no sistema de educação prisional, a modalidade de ensino oferecida pelo programa de Educação de Jovens e Adultos difere-se da educação regular, pois possui um material didático próprio, voltado para o público alvo, material este que considera aspectos relacionados às vivências do educando para reinseri-lo ao contexto educacional, visando aproximá-lo do conteúdo que está estudando. Essas estratégias tornam o ensino menos cansativo e mais dinâmico. (PASSOS; CARDOSO, 2016)

Para que a Educação de Jovens e Adultos obtenha eficácia no sistema prisional, bem como no âmbito escolar de maneira geral, é preciso que o educador esteja sensibilizado aos aspectos singulares observados no sistema, tenha a capacidade de gerenciar conflitos, lidar com diferentes linhas de raciocínio e vivências. Essas habilidades não necessariamente estão dispostas em sua grade curricular, mas são de suma importância para que haja o respeito às divergências que podem vir a ocorrer ao longo do processo de ensino e aprendizagem de jovens e adultos privados de liberdade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação de jovens e adultos no sistema prisional proporciona visibilidade de futuro aos privados, perspectivas e incentivos a busca de novos horizontes, fazendo-os acreditar que desafios podem ser superados, e que há uma nova chance para a mudança. Todavia, após a liberação da privação de liberdade, novos desafios surgem; no dia a dia, a luta é relacionada ao preconceito vivenciado pelos egressos do sistema prisional. Segundo Onofre e Julião (2013), há uma visão distorcida no senso comum de que não há recuperação, não há (re) socialização, que são fatores que dificultam e reinserção à sociedade.

É necessária a conscientização da sociedade em geral, para que haja a superação do preconceito com relação aos antigos privados de liberdade e a crença de que existe a mudança, que junto à educação as pessoas são capazes de reconstruir



sua própria história, em busca de melhores condições de vida para que não desejem retornar ao passado, e aos antigos atos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394. Brasília, DF; MEC, 1996. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/lei9394.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 4/2010. Dispõe sobre Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF; MEC, 07 maio 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GRACIANO, M.; SCHILLING, F. Educação na prisão: Hesitações, limites e possibilidades, **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.13, n. 25, p.111-132, 2008.

ONOFRE, E.M.C.; JULIÃO, E.F. Educação na Prisão como Política Pública: entre desafios e tarefas, **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38 n. 1, p.51-69, jan/mar. 2013.

MACHADO, A.E.B.; SOUZA, A.P.R.; SOUZA, M.C.; Sistema Penitenciário Brasileiro – Origem, Atualidade e exemplos funcionais, **Revista do Curso de Direito da Faculdade de Humanidades e Direito**, v. 10, n. 10, 2013.

PASSOS, G.A.L.; CARDOSO, M.A. **Reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos e a formação docente**. Educação Pública, jan. 2016. Disponível em: <http://educacaopublica.cederj.edu.br/revista/artigos/reflexoes-sobre-a-educacao-de-jovens-e-adultos-e-a-formacao-docente> Acesso em 14 out. 2018.



EDUCAÇÃO: DEVER DA FAMÍLIA OU DA ESCOLA?

Thais Parro Costa, Célia Regina Auler Pereira Furuta, e-mail:
thais.parro.tp@gmail.com; proffuruta@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Revolução Industrial com início no século XVIII no continente europeu ocasionou uma série de mudanças econômicas, tecnológicas e principalmente sociais na sociedade, entretanto esse modelo desenvolvimento se espalhou pelo hemisfério, provocando alterações até a contemporaneidade, não apenas na relação homem-natureza como também nas relações humanas.

Com o avanço da indústria e a necessidade de mão de obra, esta rapidamente passou a absorver além dos trabalhadores do campo, todos os membros da família como as mulheres e as crianças, submetendo-os ao poder do empresário capitalista. Nesse cenário, certas funções como as tarefas domésticas, aleitamento materno e a educação das crianças foram sendo modificadas, causando adversidades no contexto familiar, essencialmente pela emancipação feminina.

Além dessas mudanças, outros aspectos influenciaram a estrutura familiar como maior urbanização e isolamento da família nuclear, divórcio, maior possibilidade de escolha dos companheiros, adiamento do casamento e do primeiro filho, entre outros. Portanto todos esses fatos, nos remete a uma questão peculiar que é a educação das crianças sendo que essa mudança de paradigma trouxe certamente uma série de questionamentos como: Atualmente a educação das crianças é dever da família ou da escola?

Portanto, este trabalho tem por objetivo discutir sobre a quem atribuir a responsabilidade da efetivação da educação das crianças. Se esse dever compete a família ou a escola diante dessa sociedade marcada por contradições, inversão de valores e atribuições.

Observando o desenvolvimento social e a construção familiar, constata-se que essa alternância modificou literalmente a estrutura familiar, pois até então a educação das crianças era responsabilidade única de seus familiares. Era na vivência com os

adultos, e por meio da observação, que elas eram orientadas sobre valores, atitudes e como deveriam ser e se portar socialmente. Apenas passavam a frequentar a escola no período em que iniciava a alfabetização e para uma educação conteudista, visando o desenvolvimento cognitivo.

Segundo Vasconcelos (1995, p. 22) com relação à educação e com as mudanças ocorridas na sociedade moderna, “A família não está cumprindo com sua tarefa de fazer a iniciação civilizatória: ou seja, estabelecer limites e desenvolver hábitos básicos”.

Partindo desses pressupostos, observa-se no cotidiano, bem como pela a legislação que essas mudanças transcendem a estrutura familiar, remetendo as responsabilidades da educação das crianças para a sociedade como um todo, e obviamente também para a escola. Fato preconizado na Constituição Federal Brasileira em seu artigo 205 “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, s.p.).

Essa é uma das determinações importantes da Constituição uma vez que coloca as crianças e adolescentes como cidadãos de direito e seres em desenvolvimento, aspecto consolidado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente Lei Federal nº 8069/90, e pela garantia da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96.

Segundo Luckesi (2011, p. 78):

[...] a escola nasceu de uma necessidade do próprio processo social, à medida que este se tornou mais complexo. A escola cresceu e ganhou novas estruturas à medida que as sociedades também foram gerando novas necessidades. Hoje, embora a escola agregue funções supletivas (nas áreas de higiene, saúde, religião, etc.), a sua função essencial continua a ser de mediar, para as novas gerações, a apropriação da cultura acumulada pela humanidade. A escola é uma instância privilegiada de tradução da pedagogia em prática docente, não porque se queira, mas porque a própria história da sociedade, a constitui assim.

Nesse sentido, as funções da escola foram ampliadas para dar conta dessa nova realidade, abarcando as demandas da família e da sociedade, considerando que se há mudanças na família, essas alterações afetam a sociedade como um todo, bem como a educação dos filhos. Entretanto, é pertinente destacar que a escola se coloca

como uma instituição que complementa a educação das crianças, atribuindo, portanto, à família a responsabilidade de desenvolver valores.

Porém, segundo Luckesi (2011), o papel da escola na difusão de conteúdos é a tarefa primordial. A valorização da escola como instrumento de apropriação do saber é o melhor serviço que se presta aos interesses populares, já que a própria escola pode contribuir para eliminar a seletividade social e torná-la democrática. Se a escola é parte integrante do todo social, agir dentro dela é também agir no rumo da transformação da sociedade. Assim, a condição para que a escola sirva aos interesses populares é garantir a todos um bom ensino, uma apropriação dos conteúdos escolares básicos que tenham ressonância na vida. A atuação da escola consiste em preparar o aluno para participação ativa na sociedade, preparar para o mundo adulto e suas contradições, fornecendo-lhe um instrumental, por meio da aquisição de conteúdos e da socialização.

A escola se vê diante de vários problemas educacionais agregados à desordem, ao desrespeito a regras de conduta e à falta de limites com seus alunos que considera como responsabilidade da família, e esta nutre uma expectativa de que a escola forneça a criança alguns ensinamentos, muitas vezes equivocada.

É possível perceber nos estudos de Vasconcelos (1989) que cada vez mais os alunos vêm para a escola com menos limites trabalhados pela família. Muitos pais chegam mesmo a passar toda responsabilidade para a escola. Mediante suas remotas experiências como estudantes e a desorganização da classe que os filhos relatam, os pais exigem da escola uma postura autoritária. É preciso ajudá-los a compreender que existe uma outra alternativa, que supera tanto o autoritarismo, quanto o espontaneísmo. Discutir e reconstruir esses contornos se mostra necessário à reflexão sobre situações, por vezes, problemáticas, principalmente no que tange ao conhecimento sobre o tipo de família que hoje a escola tem que lidar e como lidar (SOARES, 2010, p.1).

Diante desses fatos surgem alguns questionamentos: Até que ponto o professor deve intervir na educação dos alunos e como se portar diante das situações que surgem em sala de aula atualmente? A escola está preparada para lidar com tais situações?

Embora, a escola ao privilegiar determinado tipo de conteúdo a ser ensinado ou ao utilizar algum método para facilitar o processo, ela passa a não transmitir apenas conhecimentos intelectuais por meio de uma prática neutra, mas repassa valores morais, normas de conduta e maneiras de pensar (ARANHA, 2006).

Portanto, as duas instituições educativas, em particular sofrem profunda redefinição e reorganização na atualidade: a família e a escola, que se tornam cada vez mais centrais na experiência formativa do indivíduo e a ambas é delegado um papel cada vez mais determinado e incisivo, de modo que elas carregam cada vez mais uma identidade educativa, relacionada não apenas ao cuidado e ao desenvolvimento da criança, mas também na formação pessoal e social (CAMBI, 1999).

Segundo Santos e Toniosso (2014), para se estabelecer uma relação escola-família, deve haver dialogicidade sobre o papel que cada um deve desempenhar e buscar reflexões acerca dos problemas cotidianos que as duas instituições enfrentam. Esta constitui uma maneira viável e prática de encontrar respostas que possam colaborar para que escola e família possam caminhar juntas no processo de formação, embora constituindo dois polos diferentes, porém fundamentais para a formação integral do indivíduo. Nesse sentido, a parceria entre essas duas instituições aparece como um mecanismo para atingir tal objetivo.

Dessen e Polonia (2007 apud SOUZA, 2011) enfatizam que para possibilitar essa aproximação das instituições a escola, deve inserir em seu Projeto Político Pedagógico um espaço que valorize as práticas educativas familiares, bem como levar em consideração as diferenças culturais, fortalecer as associações de pais e mestres, conselho escolar, dentre outros espaços de participação.

Considera-se, portanto, que essa representa uma alternativa para propiciar a convivência da família com a comunidade escolar, fato que possibilita a continuidade da educação iniciada no contexto familiar. Dessa forma, verifica-se que a educação pode ocorrer, tanto no lar como nas instituições escolares.

2 METODOLOGIA

Partindo da problemática levantada, que questiona se a educação é realmente dever da família ou da escola, buscou-se fundamentação teórica para a concretização do objetivo almejado. Nesse contexto, este trabalho encaminhou-se com base no materialismo histórico, por meio de pesquisas teórico-bibliográfica baseada em livros, artigos científicos, teses e dissertações, além de materiais disponíveis em meio eletrônicos. Dando ênfase à abordagem qualitativa, utilizando-se de observação e

pesquisas, buscando responder às questões levantadas, por meio de estudos literários pertinentes ao tema.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao analisar a literatura consultada, observou-se que a educação é um direito de todos e ao longo de todo período histórico, essa concepção sofreu profundas modificações em função de movimentos sociais e da elaboração da Legislação Nacional fundamentada na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A característica educativa na antiguidade instituía a família como responsável pela educação dos filhos e a prática das punições corporais era muito presente. No entanto no decorrer do tempo surgiu o humanismo, uma pedagogia contrária aos castigos físicos, à necessidade de se ter em conta a natureza da criança no seu duplo sentido, cabendo à escola a responsabilidade do ensino sistematizado e historicamente construído, no intuito de possibilitar o desenvolvimento do educando. Porém devido as exigências da sociedade moderna, família e escola se deparam com uma nova situação em que é fundamental uma parceria para atingir tais objetivos, ou seja, de possibilitar a crianças e jovens uma educação integral, visando o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social preconizado pelos quatro pilares da educação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação das crianças ocupa um espaço importante no âmbito educacional, sendo que ela foi desenvolvida por meio de diferentes estratégias ao longo de todo o período histórico, cabendo essa função atualmente ao Estado, a família e a sociedade como um todo. Considerando que a família e a escola, cada uma desempenha papéis distintos, porém complementares, ou seja, a educação das crianças, visando uma formação de integral.

Apesar de ser na família que a criança adquire as suas primeiras aprendizagens, essa instância não a única responsável pela educação. Nesse sentido a escola teve suas funções ampliadas para dar conta dessa nova realidade em que vivemos, abarcando as demandas da família e da sociedade, considerando que se há mudanças na família, essas alterações afetam a sociedade como um todo, bem como a educação dos filhos.



Educar é um desafio constante a ser vencido, porém família e escola em parceria poderão obter melhores resultados que possibilitem uma educação baseada em princípios, éticos, morais e sociais tão necessários para a formação integral do indivíduo. Para possibilitar essa aproximação da família, a escola no seu processo de construção de valores, deve oportunizar momentos de estudo, planejamento de ações vinculadas entre as instâncias educativas.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. A. **Filosofia da educação**. 3. ed. ver. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

CAMBI, F. **História da Pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, L. R.; TONIOSSO, J. P. A importância da relação escola-família. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro/SP, 2014. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/15872009-A-importancia-da-relacao-escola-familia.html>>. Acesso em: 30 set. 2018.

SOARES, J. M. **Família e Escola: parceiras no processo educacional da criança**. Disponível em: <<http://ns1.planetaeducacao.com.br/portal/imagens/artigos/educacaoetecnologia/,ARTIGO-FAMILIA-ESCOLA-.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2018.

SOUSA, J. A. **Família e escola: Desafios de uma relação**. Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina, 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/JULIANE%20ALVES%20DE%20SOUSA.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2018.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola**. 5. ed. São Paulo: Libertad, 1995.



EDUCAÇÃO E APRENDIZAGEM POR UIMA ÓTICA PSICANALÍTICA

Danielle da Silva Temporin, Gisele Quaglia, Marcel Henrique Bertonzzin, e-mail:
danielletemporin@gmail.com; gisele_quaglia@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se faz relevante devido à grande importância das questões educacionais, e em como os aspectos da personalidade e suas características podem afetar o processo de aprendizagem, visto que estes fatores influenciam na construção do sujeito e sua subjetividade.

A psicanálise contribuiu com diversas teorias, técnicas e apontamentos relacionados à personalidade e ao desenvolvimento humano, inclusive no que concerne à educação e seu propósito. A relação professor-aluno e seus meandros influenciam o modo como se dará o processo de ensino-aprendizagem, e de acordo com Lira e Rocha (2012), a aprendizagem não existe sem uma relação.

Faz-se necessário maiores buscas e abrangência nas pesquisas, visto que o trabalho atingiu somente uma faixa etária (adultos – ensino superior). Foi possível averiguar que a relação com o professor é a mais importante dentre todas que um universitário constrói ao longo de uma graduação, desta maneira, o professor passa a ser um modelo a ser seguido e deve ter consciência de sua responsabilidade perante os alunos (SOARES et al., 2016).

Visa-se analisar como o estudo proposto pode ser benéfico no sentido de lançar luz sob questões acerca do papel da educação, da aprendizagem e qual a ótica da psicanálise em relação ao assunto, buscando construir uma amostra do que já foi produzido em relação ao tema. Tem-se a intenção de aprofundar o conhecimento acerca das questões que envolvem a relação professor-aluno, e os possíveis processos psicanalíticos de transferência e contratransferência que podem se fazer presentes neste tipo de relação.

2 METODOLOGIA

O método de pesquisa utilizado é o de revisão bibliográfica, com caráter exploratório, visando alcançar maiores conhecimentos acerca do que já foi produzido sobre o tema. Foram selecionadas algumas obras bibliográficas que se mostraram relevantes na produção sobre o assunto, considerando títulos que apresentassem conexões com a educação e a psicanálise.

A busca por materiais relacionados também se deu em bases de dados para pesquisa de artigos científicos, por meio das seguintes palavras-chave: educação e psicanálise; Freud e educação; relação professor/aluno; transferência e contratransferência e aprendizagem e psicanálise.

O sujeito da pesquisa se caracteriza por adultos universitários. Para chegarmos até este estudo, primeiro foi pesquisado a relação da psicanálise com a educação, os autores que contribuíram para a tentativa de conciliação entre ambas e os processos de transferência e contratransferência envolvidos na relação professor/aluno. Também foram explorados o lugar que o professor ocupa nesta relação, bem como os afetos investidos pelo aluno.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Anacleto (2016, p. 135) observa que a psicanálise é vista como uma referência teórica que se lança a “contribuir para o aprimoramento da relação entre ensino e aprendizagem”, tratando de um terceiro aspecto, o afetivo, que figura ao lado dos aspectos cognitivo e sociocultural. Para se conseguir melhores resultados no âmbito da aprendizagem, se faz necessário uma adequação à realidade do aluno, seja esta da esfera cognitiva, social ou afetiva.

O processo de aprendizagem no campo da psicologia da educação consiste em um resultado de “encontro entre sujeitos”, no qual ocorre “o ensino pela transmissão de procedimentos”. Além de maneiras de pensamento e estilos de vida, mas “principalmente, pela incorporação da tarefa educativa como a experiência subjetiva que possui como centro o elemento emocional e que resulta em algo significativo para o sujeito” (RODRIGUES, 2009, p. 63).

Permeando esse encontro entre sujeitos encontra-se a transferência, que de acordo com Nunes (2004, apud PEREIRA, 2017, p. 29), ocorre na relação professor-

aluno “porque existe uma desigualdade de saberes entre seus participantes”. Supostamente o professor possui “o saber desejado pelo aluno”. É justamente a “suposição do saber do professor, que faz do aluno um sujeito receptivo à transmissão do conhecimento, desejoso de saber. Dessa forma, a ação educativa acontece no encontro de duas pessoas”.

A transferência é uma manifestação inconsciente (KUPFER, 2001), entendida como a “repetição de protótipos infantis vividos com uma sensação de atualidade acentuada. Na dinâmica psíquica do sujeito, os protótipos infantis são inconscientes e a sensação de atualidade é consciente” (PEREIRA, 2017, p. 27).

O estudo da contratransferência é indissociável ao da transferência, pois estes fenômenos encontram-se intimamente relacionados, constituindo-se portanto, fundamental a existência de um para que o outro se torne possível. A contratransferência pode ser explicada como o resultado de uma interação, na qual existe uma comunicação entre os inconscientes de dois sujeitos (ZIMERMAN, 1999).

No âmbito universitário, que é o foco do presente trabalho, Soares et al. (2016) nos aponta que o aluno constrói diversos tipos de relações interpessoais dentro da universidade, com os funcionários, colegas de sala e gestores, entretanto, a mais delicada ocorre com os professores. “Alguns docentes ainda ignoram esse fato e incorporam em sala de aula o papel de detentor do conhecimento e, assim, colocam o aluno no lugar de espectador passivo” (FERREIRA; SOUZA, 2010 apud SOARES et al., 2016, p. 59).

O convívio pautado na relação de cooperação favorece a admiração pelos docentes, contribuindo para a construção da transferência positiva e do ideal de ego, sendo “capaz de motivar o aluno a gostar da disciplina e a se aproximar do professor. O bom relacionamento entre discente-docente favorece a práxis do professor e o processo de aprendizagem do aluno” (SOARES et al., 2016, p. 69).

No que concerne a graduação em psicologia, Soares e Verissimo (2010, p. 596) destacam que a sala de aula se torna um solo fértil para a intersubjetividade, pois “não há como mestres e alunos se esquivarem do impacto que o conteúdo das disciplinas que envolvem o estudo dos fenômenos psicológicos provoca e evoca”. Os autores entendem que “esse impacto produz mobilizações imprevisíveis, revivescências, questionamentos, curiosidades e inquietações”, que contribuem para o aquecimento da

“malha relacional tecida pelas implicações singulares dos sujeitos no processo acadêmico, tanto professor quanto alunos”. Tais implicações particulares desabrocham também nas supervisões de estágio clínico, uma especificidade dos cursos de graduação em psicologia.

Considerando Pechanski (1996), Oliveira-Monteiro e Nunes (2008, p. 292) acerca do papel do supervisor clínico, salientam que esse “oferece-se como objeto de identificação ao participar da formação do candidato à analista, corrigindo distorções, apontando acertos e erros, trocando experiências”, tornando-se “continente diante da ignorância e inexperiência do candidato”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo dos objetivos desse estudo, isto é, conhecer a relação entre psicanálise, educação e aprendizagem; verificar como os processos de transferência e contratransferência interferem no relacionamento professor/aluno e também conhecer mais a fundo essa dinâmica no contexto do ensino superior, pode-se apontar que o tema ainda encontra-se em escassez no tocante à publicação de pesquisas e produção bibliográfica.

O processo de aprendizado envolve uma troca de práticas entre sujeitos, ou seja, existe uma relação. Porém, para que a aprendizagem seja efetivada, se faz necessário o desejo de aprender. Esse desejo irá conduzir a curiosidade e o interesse do aluno, a fim de que possa dominar os conteúdos aprendidos.

Os conteúdos que são aprendidos são transmitidos pelo professor, figura esta que ocupa um papel de suma importância, visto que sua postura e atitudes irão despertar ou não a vontade de receber os conteúdos vindos dele, pois não aprendemos de qualquer um, mas sim daqueles que fazem aflorar a nossa confiança e admiração.

Dessa relação, surge a transferência e a contratransferência. A transferência pode se dar de duas formas: positiva e negativa. A primeira se torna fundamental para que o aluno aprenda, e a segunda, dificulta a assimilação do conhecimento transmitido pelo educador. A contratransferência no contexto estudado, se caracteriza de maneira pedagógica, ocorrendo na percepção do professor frente à relação que é construída com o aluno.

No tocante à graduação em psicologia, algumas particularidades se fazem presentes, como a existência da supervisão em estágios clínicos. Neste contexto, é primordial que exista uma aliança entre o supervisor e seus supervisionandos, visto que estes podem sofrer os efeitos da inexperiência, e a supervisão clínica, bem como, a figura do supervisor, servem de continente para acolher suas angústias.

Diante do exposto, pode-se concluir que os processos de transferência e contratransferência influenciam na maneira em como se dá a aprendizagem, bem como na relação professor/aluno. Espera-se que o presente trabalho possa contribuir para o maior conhecimento acerca da temática relação professor/aluno e os processos de ensino/aprendizagem. É de grande valia a continuidade desse estudo, a fim de que se possa obter um aprofundamento acerca do tema.

REFERÊNCIAS

ANACLETO, J. M. B. Relação ensino-aprendizagem e a impossibilidade da educação. **Estilos clin.**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 133-151, abr. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141571282016000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 jul. 2018.

KUPFER, M.C. **Freud e a Educação: O mestre do Impossível**. São Paulo: Scipione, 2001.

LIRA, J; ROCHA, J. Freud: contribuições acerca da aprendizagem e suas implicações educacionais. **Vínculo**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 39-43, jul. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180624902012000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01.jul.2018.

OLIVEIRA-MONTEIRO, N. R.; NUNES, M. L. T. Supervisor de psicologia clínica: um professor idealizado? **PsicoUSF**, Itatiba, v. 13, n. 2, p. 287-296, dez. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712008000200015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06.ago.2018.

PEREIRA, M. P. Algumas contribuições da psicanálise à psicopedagogia: a transferência na relação professor-aluno. **Bol. psicol**, São Paulo, v. 67, n. 146, p. 25-36, jan. 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000659432017000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 jul. 2018.

RODRIGUES, R. Educação e psicanálise: a prática educativa e a produção de subjetividade. **Mental**, Barbacena, v. 7, n. 12, p. 53-75, jun. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167944272009000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04.jul.2018.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

SOARES, L. L. M.; VERISSIMO, L. J. A formação do aluno na graduação em Psicologia pela Pedagogia de Paulo Freire. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 588-603, set. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932010000300011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06.ago.2018.

SOARES, A. B. et al. Relações interpessoais na universidade: o que pensam estudantes da graduação em psicologia? **Est. Inter. Psicol.**, Londrina, v. 7, n. 1, p. 56-76, jun. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S223664072016000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 ago. 2018.

ZIMERMAN, D.E. **Fundamentos Psicanalíticos, Teoria, técnica e clínica: uma abordagem didática**. Porto Alegre: Artmed, pp 31 – 39, 79, 85, 117 – 122, 347 – 350, 1999.



EDUCANDO PARA AS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS: AMPLIANDO O DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL INFANTIL

Ana Clara Pinheiro Kataoka Magalhães, Priscila Marques Bento, Mariene Mara Contador Furtado, e-mail: priimarques90@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

As competências socioemocionais são um conjunto de habilidades, que podem ser adquiridas e treinadas, e estão relacionadas aos sentimentos e emoções que ajudam na relação do indivíduo consigo mesmo (intrapessoal) e também na sua relação com outras pessoas (interpessoal).

Com a chegada do século XX, chegou também a rapidez nas transformações e principalmente nas intensidades em que as coisas passaram a ocorrer, no mundo, de forma mais apurada. Pois, a cada momento, milhares e bilhões de informações são processadas, simultaneamente, por meio de aparatos tecnológicos, que visam melhorar e facilitar a comunicação entre os diversos meios de comunicação, sofisticando assim o conhecimento, o multiplicando de maneira exponencial (KINCHLOE, 1997).

Devida as relações com o conhecimento (e entre as pessoas), estão livremente marcadas pelo universo digital em que estamos inseridos, e as instituições de ensino, entretanto, não acompanham esse ritmo frenético de transformações, na vida familiar e na forma como se compreende a infância, marcadamente nas relações estabelecidas com as nossas crianças (ABED, 2014).

Assim, Abed (2014) descreve que há desafios que modelam o comportamento social e mesmo que não nos atentemos a isso, eles nos são impostos o tempo inteiro. Crianças e jovens são diretamente impactados por estas imposições sociais e, por isso precisam de auxílio e suporte constantes para que alcancem um equilíbrio entre o que são, ou sua estrutura psíquica, seu querer e o que o mundo quer que sejam, sobre o que lhes é imposto.

Segundo Alessandro Ayudarte, diretor pedagógico do Nuvem9Brasil, a educação socioemocional, sempre existiu no ambiente escolar, na educação em formas de suporte para projetos de comportamento positivo, como base nas demandas

do século XXI. A partir de novos paradigmas, o tema Educação Socioemocional ganhou destaque com a ideia de que essas habilidades precisam ser ensinadas de forma programática, ou seja, são necessários programas com começo, meio e fim para que os alunos tenham a oportunidade de praticar essas habilidades.

Com o objetivo de possuir um círculo social, familiar e profissional estável e amplo, a escola deve ensinar os alunos a se relacionarem, a lidar com diferentes opiniões e costumes, a trabalhar em equipe. Isso exige que eles desenvolvam uma série de habilidades não estritamente cognitivas, mas que têm mais a ver com sua capacidade de construir relações de confiança, de se autoconhecer e de mobilizar ou controlar suas emoções.

Para Abed (2014), “transformar o espaço escolar não é uma opção: é uma consequência inevitável do ‘efeito dominó’ em que estamos inseridos”. Não se trata de descuidar dos conteúdos que compõem as grades curriculares das disciplinas escolares (que são muito importantes), mas de resgatar os demais aspectos do humano, reintegrando-o em suas múltiplas facetas constitutivas. Integrar é “tornar inteiro, completar”, é reunir (unir de novo) o que na realidade nunca foi separado, foi apenas pensado em separado. Tornar inteiro é resgatar a unicidade, recompor as células, restituir o ser (ABED, 1996, p. 6).

Com isso, diretores, mestres, coordenadores, em suma, todos os protagonistas envolvidos no âmbito escolar, toda a escola estabelece vínculos e constituem emoções, advindos de convívio e interações. Pois, reinserir as habilidades socioemocionais na proposta pedagógica de uma escola é considerar os seres que comparecem à escola em sua integralidade.

O presente estudo tem por objetivo analisar a interação da instituição escolar com seus alunos, familiares e a comunidade que a permeia. E também enfatizar as possíveis contribuições positivas que esta pode trazer para o desenvolvimento e fortalecimento das competências socioemocionais.

2 METODOLOGIA

Ligado ao conhecimento científico faz-se necessário que também haja o emprego de uma metodologia com o intuito de realizar uma abordagem ampla e útil ao projeto (MARCONI, LAKATOS, 1996).

Analisando as obras publicadas nos últimos anos, e fazendo uso dos termos chaves: importância, psicopedagogo, instituição de educação e infantil. Para a pesquisa estes termos chaves foram utilizados de forma individual e em combinações.

Segundo Lakatos (1996), descreve que para um estudo ser justificável deve observar e atender a três critérios basilares, os quais seguem: a importância, a originalidade e a viabilidade para a realização da concretização de um sonho, pois, cruzando conhecimento que foram captados durante o curso.

O presente estudo foi feito através de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, realizada a partir de dissertações, artigos, revistas, bem como documentos que citam as habilidades socioemocionais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Até o presente momento as pesquisas realizadas alavancaram a aprendizagem de que o caminho mais eficaz para a aquisição dos conteúdos escolares é o investimento na aprendizagem das competências socioemocionais. Onde expõe-se que o desempenho cognitivo dos alunos é beneficiado quando essas capacidades de competências são acionadas e desenvolvidas de forma intencional.

As pesquisas revelam que alunos que têm competências socioemocionais mais desenvolvidas apresentam maior facilidade de aprender os conteúdos escolares. Valorizando e desenvolvendo essas habilidades oferecem uma forma de apoio para que todos os envolvidos no processo educativo possam planejar, executar e avaliar ações mais equitativas e eficientes além dos conteúdos curriculares tradicionais. O desenvolvimento consciente e estruturado dessas competências na escola surge como uma oportunidade para acelerar a melhoria da qualidade da educação.

A capacidade de construir relações saudáveis deriva tanto das habilidades cognitivas quanto sociais, uma vez que para possuir tal círculo social o indivíduo deve possuir controle de suas emoções, bem como saber reagir a elas. Deve-se preparar o discente para compreender os demais, sendo críticos e éticos afim de que construam um esquema vital de ordem e prioridades, valores e expectativas, sendo capacitado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista dos argumentos apresentados acredita-se que as competências cognitivas refletem na amplitude do conhecimento adquirido da aprendizagem, e representam a capacidade da coerência à uma situação e o descobrir o que fazer diante de uma nova situação.

As competências cognitivas e as socioemocionais relacionam-se estritamente entre si, priorizando tais competências no contexto educacional. O desempenho de um papel fundamento na consecução do sucesso escolar para a assimilação dos conteúdos, pretendendo trabalhar o raciocínio, a interpretação e a reflexão, para que ocorra a absorção do aprendido.

Segundo a Teoria do Big Five, as organizações das competências socioemocionais são divididas em cinco dimensões, sendo elas: a Abertura a novas experiências, consciência, extroversão, amabilidade e estabilidade emocional.

Tais habilidades podem ser trabalhadas através de colaboradores, a gestão deve ofertar nova visão e contribuições para o desenvolvimento das competências socioemocionais, por meio de estímulo e envolvimento não somente da equipe, mas também da comunidade que a cerca.

Neste sentido conclui-se que as habilidades socioemocionais são um conjunto de aptidões desenvolvidas a partir da Inteligência Emocional de cada indivíduo, sendo a base de todos os contextos em que vivemos, pois é atrás dos erros e acertos que moldam a forma como lidamos com as situações cotidianas. Elas demonstram dois tipos de comportamento: a sua relação intrapessoal e a interpessoal.

REFERÊNCIAS

ABED, A. **O desenvolvimento das habilidades socioemocionais como caminho para a aprendizagem e o sucesso escolar de alunos da educação básica.** São Paulo: UNESCO/MEC, 2014.

KINCHELOE, J. **A formação do professor como compromisso político: mapeando o pós-moderno.** Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1997.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

SIMÕES, A.; LIMA, P. M. A teoria dos cinco factores: Uma proposta inovadora ou apenas uma boa arrumação do caleidoscópio personológico?, **Análise psicológica**, Lisboa, v. 18, n. 2, jun. 2000. Disponível em:
<<http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v18n2/v18n2a03.pdf>> Acesso em: 12 de out.2018.



ESTRUTURA PERVERSA DA PERSONALIDADE SEGUNDO FREUD

Pedro Ernesto Poli Filho, Thiago dos Santos Paim, Marcel Henrique Bertozzin.
e-mail: mbertonzzin@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Em psicanálise, “perversão”, segundo Kernberg (1995 apud FERRAZ, 2000), não é o mesmo que perversidade. “A etimologia da palavra ‘perversão’ resulta de ‘per’ + ‘vertere’ (quer dizer: pôr às avessas, desviar...), o que designa o ato de o sujeito perturbar a ordem ou o estado natural das coisas” (ZIEMMERMAN, 1999, p.255). Perversão é uma estrutura que pode ser explicada como uma relação de afeto com um determinado objeto, onde são utilizados e manipulados para determinada satisfação, seja ela qual for.

Esse tema é pouco abordado, cercado de inúmeros mitos e preconceitos, o entendimento sobre o real significado dessa estrutura pode esclarecer dúvidas e mal entendidos. Por ser um tema onde a sexualidade está em foco, o preconceito está sempre o rodeando.

Com uma explicação da perversão na obra de Sigmund Freud será possível entender como é formulado essa estrutura e suas peculiares características.

2 METODOLOGIA

Este artigo foi elaborado a partir de uma revisão bibliográfica, com a coleta de informações em artigos científicos e em livros. A pesquisa é um processo que causa angústia em quem a escreve, pois mesmo as fontes sendo inúmeras, é muito difícil identificar a mais apropriada para o estudo. Mesmo assim, Treinta et al.(2014) completa que o estudo bibliométrico é a busca pelos conhecimentos científicos, avaliando tendências, construindo um novo conhecimento.

A pesquisa para a elaboração desse artigo foi retirada de livros de autores consagrados, como Freud, e de artigos científicos pesquisados com a ferramenta Google nas plataformas online como PePsic - Periódicos Eletrônicos de Psicologia, Scielo - Scientific Electronic Library Online e Google Acadêmico.

Palavra chaves: Perversão; estrutura perversa; psicanálise.

Base de Dados Consultada	Palavras-Chave	Nº de Artigos Encontrados	Nº de Artigos Selecionados
PePsic	Psicanálise	20	2
	Perversão	0	0
	Estrutura perversa	0	0
Scielo	Psicanálise	1753	5
	Perversão	75	2
	Estrutura perversa	8	1
Google Acadêmico	Psicanálise	247000	3
	Perversão	26200	3
	Estrutura perversa	51300	3

Fonte: Pedro Ernesto Poli Filho

Foram escolhidos artigos científicos criados a partir das obras de Freud, com foco na estrutura perversa. Outros autores também foram citados por entenderem e pontuarem a estrutura perversa de formas diferentes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A perversão é um assunto pouco abordado, e o início a psicanálise foi muito importante para entender futuramente o que seria o conjunto das três estruturas da personalidade. Freud recebeu inúmeras críticas sobre seus estudos sobre a sexualidade infantil, pois os estudiosos da época eram contra a ideia de crianças possuírem uma sexualidade assim como os adultos. É ressaltado por Zimmerman (1999) que mesmo cercado de críticas Freud seguiu em sua pesquisa, construindo um estudo sobre a sexualidade infantil. Freud (1905) identificou que as crianças possuem zonas erógenas, e passa por fases de desenvolvimento psicosssexual e precisam ser superadas para o desenvolvimento sexual saudável, entre essas fases estão, a oral, anal, fálica, latência e genital.

Mieli (2012) lembra que Freud tinha a neurose como uma negativa da perversão, os neuróticos recalavam seus sentimentos e através das fantasias histéricas realizavam suas satisfações inconscientes assim como nos perversos, que satisfazem suas fantasias conscientes ou mesmo na realidade concreta. Vimos que os perversos podem modificar o objeto de satisfação desde o início da vida, passando pela pulsão de autopreservação e separadas de forma gradativamente das pulsões de Ego.

O complexo de Édipo é o fenômeno em que a criança enfrenta o complexo de Castração, e precisa consolidar a realidade que vive, Freud dividiu em estruturas distintas que se moldam para enfrentar essa conturbada ideia. Identificando essas estruturas como psicose, que cria para si uma nova forma de encarar a realidade rejeitando a realidade que vive; a neurose, de viver com essa dura realidade e sofrer por ela; e a terceira forma do pensar é a perversa, por sua vez, nosso alvo de estudo. As características dessa estrutura são a negação da castração da mãe e ao mesmo tempo a substituição do objeto de afeição materna por outro objeto caracterizando como um fetiche, “um deslocamento do olhar, por exemplo, da visão dos genitais da mãe, para seu cabelo, seu pé, seus sapatos – o fetiche se constitui ao ‘tomar o lugar’ do pênis ausente”. (MIELI, 2012, p.4).

Os perversos não recalcam suas pulsões a fim de evitar conflitos com a realidade, assim eles frequentemente demonstram fetiches e quando ligados a crimes são tidos como suspeitos menos prováveis. De acordo com Mieli (2012) esse fato se dá pelo não desligamento do Ego com a realidade, possibilitando o “acting out²” diferenciado e específico de uma ética ímpar de cada sujeito perverso. Esse fenômeno de atuar em outro tempo, “acting out”, age como uma repetição inconsciente de um evento reprimido, atuando ao invés de apenas lembra-lo.

Existe também uma diferenciação da personalidade perversa madura e da imatura, segundo Zimmerman (2007). Para ele a personalidade madura segue como egodistônica, tendo como característica marcante o fato do Ego estar em desacordo com suas fantasias e desejos bizarros, dando consciência do desvio de sua personalidade. Já os perversos com personalidade imatura apresentam egosintonia, ou

² “[...] o paciente não recorda coisa alguma do que esqueceu e reprimiu, mas expressa-o pela atuação ou atua-o (acts it out). Ele o reproduz não como lembrança, mas como ação; repete-o, sem, naturalmente, saber que o está repetindo” (FREUD, 1914, p.165).

seja, seus sentimentos e fantasias estão em comum acordo com o Ego, não causando desconforto ou mesmo arrependimento. Além do posicionamento e divisão entre egossintônico e egodistônico é necessário identificar a qualidade, as formas e os fins dos impulsos perversos como bem identificados nos casos de sadismo, masoquismo, exibicionismo, travestismo, escopofilia entre outros, sendo em questão o modo de agir, se vestir ou se portar; os objetos de onde a pulsão é desviada variam e podem ser diversificados ou numerosos e o foco dos investimentos libidinais “naturais” é trocado pelos “não naturais”, como homossexualidade, pedofilia, zoofilia, podolatria, necrofilia entre outros objetos.

Segundo Ferraz (2010), Freud não era muito constante em suas afirmações sobre a temática da perversão, ora defendia fixações de ordem infantil com um mecanismo que preza a obtenção de prazer para diminuir as tensões psíquicas, ora defendia fantasias simbólicas e de processos de identificação. Nos perversos e nos neuróticos, as fantasias tomam forma durante a sua conduta sexual. Os neuróticos converterão as fantasias em sintomas, nos perversos não há recalque, e essa vontade e impulsos precisam ser liberados e vivenciados. Essa ideia mostra que as estruturas passam pelas mesmas vontades e ideias aberrantes, mas cada uma enfrenta esses impulsos de formas diferentes. Os perversos são os únicos que não se limitam na hora de expressar suas fantasias de modo concreto. Mas uma crítica de Farias sobre Freud, é que possivelmente estaria sendo contaminado pela moral vigente em sua época.

A ideia de uma sexualidade perversa ser inicialmente uma fixação infantil está explicada e sintetizada na obra de Freud (1915 p.327-328) “Conferências Introdutórias sobre Psicanálise”.

[...] A sexualidade pervertida é, via de regra, muito bem centrada: todas as suas ações se dirigem para um fim [...] nesse aspecto, não há diferença alguma entre sexualidade pervertida e normal, a não ser o fato de que suas pulsões componentes dominantes e, conseqüentemente, seus fins sexuais, são diferentes. Em ambas, pode-se dizer, estabeleceu-se uma bem organizada tirania, mas, em cada uma das duas, uma família diferente tomou as rédeas do poder. À sexualidade infantil, por outro lado, falando genericamente, falta essa centralização; suas pulsões componentes separadas possuem iguais direitos, cada uma das quais seguindo seus próprios rumos na busca do prazer. Naturalmente, tanto a ausência como a presença de centralização harmonizam-se bem com o fato de que tanto a sexualidade pervertida como a normal surgiu da sexualidade infantil. Aliás, também existem casos de sexualidade pervertida que têm uma semelhança muito maior com o tipo infantil, pois, nestes, numerosos instintos componentes levaram a cabo (ou,

mais corretamente, persistiram em) seus fins, independentemente um dos outros. [...]

No texto “Uma criança é espancada” escrito por Freud (1919), Ferraz (2010) mostra a parte masoquista da perversão, no qual crianças peculiares fantasiam com outras crianças sendo espancadas. Essa criança que é espancada dentro da fantasia pode ser menino ou menina, o espancador pode ser o pai ou o professor. Essa criança que apanha causa uma satisfação para aquela que assiste, pode simbolizar o irmão ou irmã menor ou um desconhecido. Ao recorrer ao castigo alheio, a satisfação de ver outra criança apanhando, mostra que ela que assiste é mais importante ou amada pelo agressor. Crianças que por algum motivo se enxerguem como inferiorizadas frente a essa criança da fantasia se satisfazem no castigo. “A idéia de o pai batendo nessa odiosa criança é, portanto, agradável, independente de ter sido realmente visto agindo assim. Significa: ‘O meu pai não ama essa criança, ama apenas a mim.’” (Freud, 1919, p.200).

O complexo de Édipo para Quinodoz (2007) desempenha um grande peso para a formação da perversão e outros aspectos da personalidade da criança. No caso de crianças perversas, sua origem é constituída ainda na neurose infantil e com uma bissexualidade ligada ao psiquismo seja feminino e masculino, estando presentes em todas as crianças. O objeto foco para as crianças perversas é o incestuoso e pode ser o prazer ligado à dor, um exemplo demonstrado por Freud é quando a menina troca o desejo incestuoso pelo pai passando a desejar a ser fustigada ou espancada por ele. O menino por sua vez passa a assumir “uma posição feminina”, se revela como o substituto de uma relação erótica passiva em relação ao pai, expressão característica do masoquismo masculino” (QUINODOZ, 2007, p.191).

Esse evento de troca de objetos possui grande importância para poder ser identificado qual o foco e objeto de substituição da criança, alguns desses focos podem ser definidos como fetiches quando existir algum tipo de fixação para essas crianças. Os perversos para Ferraz (2010) herdaram essa carga libidinal edípica, e ganham uma satisfação, ou gozo, pela própria dor e sofrimento no caso de masoquistas ou dor e sofrimento alheio em sádicos. Seria assim uma possível fuga ou barreira para que o indivíduo não possa psicotizar. Psicotizar ou indivíduos psicóticos se caracteriza

quando o sujeito foge da realidade sofrível e cria uma realidade suportável e aceitável, e por sua vez imaginária.

Para Zimerman (2007), quando as crianças estão perante o terrível medo da castração, acontece o fenômeno da clivagem do ego, um mecanismo de defesa que cria uma separação e divisão de pensamentos e de comportamentos. A clivagem do ego põe para a criança a difícil decisão de escolher entre sucumbir ao perigo real e renunciar à satisfação pulsional ou convencer-se que não há motivos para temer a realidade mantendo a satisfação. Essa contradição de sentimentos causa a clivagem do ego, Freud disse que esses indivíduos funcionam em constante dissociação da personalidade em partes contraditórias e incompatíveis.

Os perversos possuem uma divisão em sua mente através da clivagem do ego, tendo a dificuldade de entender o que é certo e errado, enfrentam dificuldades em internalizar o outro, que agora se encontra na condição de fetiche, fazendo parte agora de uma alegoria. Alegoria que se realiza para afastar o medo aterrorizante da castração tornando uma busca constante de encenações, como um teatro, e o perverso aquele que conduz as “fantasias” de seu fetiche para sempre se manter longe da angústia e medo da castração. Outro ponto ressaltado são os fetiches que, “ênfaticamente a permanente presença de pares antitéticos – sadismo e masoquismo; exibicionismo e voyeurismo; dominador e dominado, etc. – que funcionam à moda de uma gangorra, o que denominam de dialética perversa”. (ZIMMERMAN, 2010, p.256).

Termo psicanalítico que Freud (1927) explica no texto “*Fetichismo*”, não é encarado como um problema pelo portador, sempre é encontrado em segundo plano na terapia e muitos desses indivíduos conseguem facilmente a excitação frente a seu fetiche. O fenômeno fetiche é identificado por Freud como “o substituto do pênis da mãe”, o menino percebe sua mãe sem o pênis e está frente a um ser castrado, criando o medo de ser castrado no menino. Esse medo cria uma barreira no qual o objeto do fetiche se torna o substituto do pênis da mãe, retirando o medo de ser castrado.

No caso de mulheres o objeto também é substituído, mas segundo Ferraz (2010), as mulheres buscam o substituto do pênis do pai. Um estado ligado ao narcisismo infantil, onde nada pode ser negado e o pênis do pai fora negado, causando um grande desconforto a ser superado, dessa forma a necessidade de possuir ou recuperar o pênis paterno. A concepção freudiana de existir a ideia de reconhecer e

negar a castração só é possível quando o ego é cindido, funcionando parte cedendo aos desejos e uma parte se ajustando a realidade.

Dessa forma “ao compararmos a perversão com a neurose, na qual prevalece o mecanismo do recalque, temos de levar em conta a existência necessária, na primeira, de uma patologia do ego, de modo semelhante ao que se passa na psicose.” (FERRAZ, 2010, p.46). Nesse caso ao substituir o pênis, algo que não existe, por um fetiche, ou fantasia, o desejo passa a ser uma alucinação igual ao que acontece em alucinações psicóticas.

Para o perverso não existe empatia, o uso do outro como objeto de obtenção de prazer, em conjunto com seu sofrimento, são características do perverso, porém não deve ser confundido com psicopatas mesmo possuindo grande semelhança. Essa estrutura não está ligada somente com o tema da sexualidade, mas também existem outras características, como a manipulação e atitudes contraventoras. Uma forma de exemplificar essa ideia foi a de Zimerman (1999, p. 255).

A perversão não é um simples ressurgimento ou persistência de componentes parciais da sexualidade, sendo que o conceito de perversão implica a existência de um tipo particular de vínculo interpessoal, que consiste em um jogo de identificações projetivas e introjetivas de núcleos psicóticos, que são admitidos e processados pelos participantes da relação, de tal forma que um fica preso ao outro.

Desse modo a perversão freudiana é estruturada ainda na infância, passando por um fenômeno traumático que influenciará por toda a vida, a maneira como o sujeito entenderá o mundo em que vive.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após vermos a explicação freudiana para a estrutura da personalidade perversa, podemos entender essa personalidade como uma luta constante do indivíduo contra a angústia da castração. Esse indivíduo passa a repetir de forma compulsiva e estereotipada cenas e fantasias, das quais tem total controle, a fim de superar esse trauma infantil. Uma vez que o perverso encontra ou fixa sua pulsão em um objeto, apenas esse objeto passa a ter um valor a ele.

Com a dissolução do complexo de Édipo a criança necessita fazer a escolha de objetos semelhantes aos de seus genitores, nas mães pelos meninos e nos pais pelas

meninas, para continuar com um desenvolvimento psicosssexual satisfatório ou identificar-se com os genitores do mesmo sexo.

Em geral os perversos não possuem a capacidade de empatia pelo outro. Seu desejo insaciável e sua busca por conseguir chegar ao gozo por meio do fetiche são compulsórios, não levando em conta o que é preciso para que isso aconteça. Não possuem a capacidade de entender que seu desejo pode ferir ou deixar o próximo completamente exposto a seus desejos, mas causa uma insatisfação constante, pois o alvo sexual nem sempre é o ato sexual propriamente dito. “Devido a essa constante dissociação, que mantém o sujeito em um estado de constante vigilância, parece que, em tais casos, o prazer sexual nunca é plenamente atingido”. (ZIMERMAN,1999, p. 256).

REFERÊNCIAS

FERRAZ, F. C. **Perversão: Clínica Psicanalítica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 5. ed. 2010.

FREUD, S. **Conferências introdutórias sobre psicanálise** (Partes I e II) (1915-1916). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v.12. Rio de Janeiro: Imago, p.327-328, 2009.

FREUD, S. **Uma Neurose Infantil e outros trabalhos (1917-1918)**. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v.17. Rio de Janeiro: Imago, p.193-192, 2009.

MIELI, Paola. Uma nota sobre a diferenciação estrutural de Freud entre neurose e perversão. **Reverso**, Belo Horizonte: v. 34, n. 63, p. 91-102, 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010273952012000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 jul. 2018, p.4.

QUINODOZ, J. M. **Ler Freud: Guia de leitura da obra de S. Freud**. 1 ed. Porto Alegre: Artmed, p.19-238, 2007.

ZIMERMAN, D. E. **Fundamentos psicanalíticos: teoria, técnica e clínica**. Reimpressão 2010. Porto Alegre: Artmed. 2007.



FATORES PREDITORES DE SUICÍDIO NA ADOLESCÊNCIA E A CRESCENTE INFLUÊNCIA DOS MÉTODOS AUTODESTRUTIVOS NA ATUALIDADE

Bruna Michele de Godoy, Tamires Granada Bonotto, Elaine Cristina Gardinal Pizato. e-mail: tami.granada@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O suicídio entre adolescente tem aumentado constantemente e leva a população a se questionar sobre o que faz a pessoa se sentir tão mal a ponto de tirar sua própria vida. Dentre as pesquisas bibliográficas realizadas percebeu-se que esse tema é pesquisado há anos e ainda não se sabe ao certo o porquê a quantidade de suicídios entre adolescentes vem aumentando mesmo diante dos métodos preventivos.

O Brasil está entre os dez países com maiores índices de suicídio, estando o suicídio entre as três principais causas de morte de pessoas que possuem de 15 a 44 anos de idade, chegando a um milhão de óbitos. Sem incluir as tentativas de suicídio que é de 10 a 20 vezes mais frequentes que o suicídio consumado (BOTEGA, 2014).

Os adolescentes, de acordo com a literatura da área, que possuem uma boa relação de apoio, como base familiar e até escolar geralmente passam por esta etapa de maneira saudável. E ainda, segundo Eaton et al. (2008 apud Papalia e Feldman, 2013, p. 387), os adolescentes que não possuem esse suporte ficam vulneráveis à certos riscos, como bem-estar físico e mental prejudicados, taxas de mortalidades em que incluem acidentes, homicídios e suicídios.

Para Borges e Werlang (2006), a adolescência é um período de grandes conflitos e os comportamentos agressivos, impulsivos e até suicidas aparecem como tentativa de resolução de problemas.

Segundo Araújo, Vieira e Coutinho (2010) os fatores de risco são elementos que podem não ser o motivo causal do ato ou ideações, mas tem grande probabilidade de ser o desencadeador do desenvolvimento de um evento indesejado. Os fatores de proteção, embora menos mencionados na literatura científica do que os fatores de risco são elementos ou recursos que neutralizam os impactos do risco.

Benincasa e Rezende (2006) relataram após estudos os fatores de riscos que os próprios adolescentes percebiam enfrentar neste período da vida. Aos quais obtiveram

através de relatos dos adolescentes, que os principais fatores de riscos são: a) briga ou problema dos pais; b) não ser escutado (a); c) sentir-se invadido (a); d) solidão; e) traição de amigos, namorados; f) Sentimento de desproteção; g) questões financeiras. Tais fatores traziam como consequências: Suicídio; depressão; prolongamento da tristeza; isolamento e autoagressão.

Sendo assim, na maioria das vezes, quando uma pessoa comete automutilação e suicídio não é a morte que ela realmente buscava, mas sim uma forma de cessar o sofrimento insuportável de algo que ela não consegue mais lidar. Na realidade, o que essa pessoa deseja é a vida, a busca de algo diferente, uma saída para uma vida diferente do que ela está levando (SILVA, 2013).

O trabalho interdisciplinar no acolhimento desses casos é de grande necessidade, de forma especial o psicólogo, que nesse processo terá papel fundamental, onde irá identificar o sofrimento psíquico do adolescente, explorar os fatores de risco e proteção que ele está envolvido e o que ainda o motiva para se sentir vivo. É importante que o paciente perceba a disponibilidade técnica do terapeuta, com amor, ternura e acolhimento ao sofrimento provocados pelas adversidades da vida (FUKUMITSU, 2014).

2 METODOLOGIA

O atual trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica que de acordo com Sasso de Lima; Tamasso Miotto (2007, p.38) é “caracterizada como revisão de literatura ou revisão bibliográfica”, ressaltam ainda que “a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório”.

Os instrumentos de coleta são os sites Scientific Libray Online (SciELO), Google Acadêmico, BVS Psico, sendo utilizados 10 artigos. As palavras chaves utilizadas para pesquisa foram: Suicídio, Suicídio na adolescência, fatores de riscos e prevenção ao suicídio.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O tema abordado no presente trabalho se fez importante pela realidade refletida na contemporaneidade, onde há cada vez mais adolescentes se suicidando

constantemente e realizando métodos autodestrutivos, como automutilação e determinados “jogos” que propõem desafios prejudiciais à vida.

A pesquisa realizada neste trabalho desenvolveu uma atenção especial ao tema suicídio, conhecendo os fatores de risco por trás de tais atitudes e as formas de prevenções. Este trabalho é relevante tanto para os profissionais da saúde quanto para a população em geral, para que através dele sejam informados sobre o assunto, quebrando os tabus e senso comum presentes na sociedade.

Percebe-se que o suicídio e métodos autodestrutivos na fase da adolescência surgem como resolução de um problema, não um ato “intencional” de tirar a própria vida, mas de acabar com o sofrimento. Por esse motivo, é percebido que se deve maior atenção ao comportamento dos adolescentes, pois muitos possuem apenas ideação suicida, porém outros planejam e concretizam essa idéia. Faz-se necessário o acompanhamento psicológico para informar, prevenir e acolher aquele que encontra o suicídio como sua única saída.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do presente estudo foi possível constatar que o suicídio vem aumentando cada vez mais e que a fase da adolescência se torna a mais vulnerável para esse tipo de morte. Esse evento ocorre por ser nessa etapa do desenvolvimento humano que acontecem as grandes mudanças, como a perda do corpo infantil para um corpo adulto, mas que ainda não possui maturidade suficiente para fazer suas próprias escolhas, causando grande conflito pessoal.

Constatou-se que são inúmeros os fatores de risco que contribuem para o suicídio e a automutilação, é impossível definir isoladamente um único fator. Apesar da dificuldade em encontrar materiais científicos sobre métodos autodestrutivos, as pesquisas nesse campo têm aumentado atualmente, o que levou a considerarem o suicídio e automutilação como um problema de saúde pública.

O psicólogo auxiliará no acolhimento desse adolescente e propondo métodos preventivos. Para que essa prevenção alcance grande proporção se faz necessário a desconstrução de tabus e mitos sobre suicídio, a informação deve ser passada de maneira correta à população, familiares e amigos, para que assim, juntos colaborem



para o acolhimento do adolescente que sofre e evitem que vidas sejam perdidas por não serem compreendidas.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, L.C.; VIEIRA, K. F. L.; COUTINHO, M.P.L. Ideação suicida na adolescência: um enfoque psicossociológico no contexto do ensino médio. **Psico-USF**, Universidade São Francisco, São Paulo, Brasil, v. 15, n. 1, p. 47-57, abril, 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=401036078006>>. Acesso em: 24 fev. 2018.
- BENINCASA, M.; REZENDE, M. M. Tristeza e suicídio entre adolescentes: fatores de risco e proteção. **Bol. psicol**, São Paulo, v. 56, n. 124, p. 93-110, jun. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S00065943200600010007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 fev. 2018.
- BORGES, V. R; WERLANG, B. S. G. Estudo de ideação suicida em adolescentes de 15 a 19 anos. **Estud. psicol**. (Natal), Natal, v. 11, n. 3, p. 345-351, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413294X2006000300012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 fev. 2018.
- BOTEGA, N. J. Comportamento suicida: epidemiologia. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 231-236, dez. 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/89784/92585>>. Acesso em: 08 abr. 2018.
- FUKUMITSU, K. O.; O psicoterapeuta diante do comportamento suicida. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 270-275, dez. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010365642014000300270&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 fev. 2018.
- LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe>>. Acesso em 25 de mai. 2018.
- PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano**. 12. ed. [S.l]: Artmed, 2013. Cap. 05.
- SILVA. L. C. Perguntas e respostas: Perguntas respondidas por Lúcia Cecília da Silva. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Suicídio e os desafios para a psicologia**. Brasília: CFP, 2013. Cap. 10, p. 141-142.



GASLIGHTING: QUANDO ELE NÃO TE BATE, MAS MESMO ASSIM VOCÊ APANHA – A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA MULHER E A ABORDAGEM DA TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL

Bruna Pereira da Silva, Karin Lidiany dos Santos, Grasiela Lima,
e-mail: psbru16@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A violência doméstica e intrafamiliar contra mulheres é um grave problema social no Brasil, e também está presente no mundo todo. Muitas vezes motivadora de crimes hediondos, tem como principal agressor um homem – namorado, marido, companheiro ou ex – que agride a parceira a partir do sentimento de posse que lhe inflige a ideologia da sociedade machista. Essa agressão não se dá apenas na sua forma física, mas também financeira, sexual, patrimonial e principalmente psicológica, que apesar de mais subjetiva, causa sérios danos à vítima, tendo em vista que esta poderá deixar marcas profundas em sua autoestima e preceder a violência física.

O gaslighting é termo usado para definir uma forma de abuso psicológico, no qual informações são distorcidas para favorecer o abusador. Afeta em sua maioria as mulheres em diversos locais e tipos de relacionamento, seja amoroso, com chefe ou colega de trabalho ou até mesmo em uma roda amigos. A causa do gaslighting é o machismo, ideologia que determina padrões culturais impostos sobre ambos os gêneros e determinando as desigualdades em relação às mulheres. Apoiado nessa ideologia, o abusador se coloca como superior na relação fazendo a mulher se sentir inferior, e a cada conflito conjugal usa argumentos e questionamentos como “você está louca?” “você está exagerando”, “mas você não aceita brincadeira?” e a faz questionar sobre sua própria sanidade. Graças a romantização da ofensa verbal nos relacionamentos, muitos homens consideram “normal” ofender ou humilhar a mulher simplesmente por a verem como sua propriedade e inferior a ele. (SOUZA, 2010).

Essa modalidade de abuso afeta diretamente o psicológico das mulheres, atingindo sua autoestima, fazendo-as acreditar que estão loucas ou que são culpadas por um fato inexistente. São, portanto, manipuladas de forma a duvidarem de sua capacidade, inteligência, sentimentos e percepções.

Assim, a escolha do tema deste estudo é devido ao fato de que as consequências do abuso psicológico são graves e muitas vezes irreversíveis, muito embora ainda pouco compreendidas, pois como mencionado anteriormente é a forma de violência mais naturalizada nas relações interpessoais, especialmente nas conjugais, o que significa que não são reconhecidas como ato abusivo. Nesse sentido, o número de mulheres que denunciam ainda é baixo, mesmo a violência psicológica figurando na Lei Maria da Penha, pois até mesmo os operadores do Direito também não a reconhecem como tal.

Dessa forma, é importante destacar a necessidade de se levar a mulher a compreender a dimensão existencial da violência tanto em seu aspecto psicológico bem como social, com objetivo de leva-la a perceber a necessidade de buscar intervenções terapêuticas adequadas e, através ajuda profissional no campo da Psicologia, enfrentar e superar a situação de violência em que se encontra.

O objetivo do presente trabalho é entender e analisar os aspectos que levam mulheres a se submeterem e permanecerem em relações de violência psicológica, bem como os aspectos psicossociais e culturais que dificultam seu rompimento.

Mais especificamente, busca-se compreender o gaslighting e discutir uma das possibilidades de abordagem na área da psicologia através da Terapia Cognitivo Comportamental (TCC) no sentido de auxiliar essas mulheres a romperem essa situação de violência, como também analisar as diversas técnicas utilizadas clinicamente que podem contribuir para o sucesso de seu tratamento.

Segundo pesquisas já realizadas, a psicoterapia baseada na Terapia Cognitivo-Comportamental seria indicada como um meio efetivo para promover a quebra do círculo vicioso, ressignificando o sofrimento e a realidade, reestruturando cognitivamente e elevando autoestima das mulheres em situação de violência. (JESUS; LIMA, 2018, p.137)

2 METODOLOGIA

A metodologia foi embasada em pesquisa de natureza qualitativa, através da revisão bibliográfica de textos teórico-científicos do Google acadêmico, revistas eletrônicas e publicações periódicas. Foi feita também pesquisas através artigos científicos selecionados através de busca no banco de dados do Scielo, a partir dos

descritores violência psicológica contra a mulher; gaslighting; Terapia Cognitivo-Comportamental.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em termos gerais, a forma específica de violência psicológica denominada Gaslighting é uma forma de abuso que usa da manipulação para convencer a vítima de coisas nunca feitas pela própria, fazendo a vítima se culpar e ficar confusa em relação à sua sanidade mental.

"Quando ele não te bate, mas mesmo assim você apanha" é uma frase que expressa essa forma de violência. Trata-se de abuso psicológico, onde o abusador faz com que a mulher seja inferiorizada e se sinta totalmente em dúvida de suas próprias memórias e ações. Sendo assim, tudo que a vítima faz é menosprezado pelo abusador ou tratado como exagero, invenção ou paranoia. Sendo assim, é mais difícil de que a vítima se dê conta de que está sofrendo um abuso, e é mais difícil ainda denunciar. Contudo, os insultos e as deprecições causadas pelo abusador podem fazer com que a vítima desenvolva problemas psicológicos como a ansiedade.

O gaslighting, portanto, pode trazer sérias consequências para a vida da mulher, fazendo com que ela perca a confiança em si mesma, duvidando de seus julgamentos, podendo desencadear processos depressivos e até mesmo diminuir sua autoestima, acreditando que não poderá encontrar um novo amor.

É importante destacar que um dos mitos sobre a violência contra a mulher corresponde à ideia de que "Em briga de marido e mulher ninguém mete a colher" e "roupa suja se lava em casa.", porém essa questão deve ser tratada como um problema de saúde pública, pois o número de mulheres vítimas deste fenômeno é grande. Assim, a intervenção profissional de um psicólogo em situações de Gaslighting, está diretamente relacionada à melhoria nas condições de saúde dessas mulheres.

A mulher que convive ou já conviveu durante algum tempo com a violência perpetrada pelo parceiro, geralmente tem um comprometimento psicológico e por esta razão ela necessita de uma ajuda profissional que a auxilie a criar mecanismos para mudar sua realidade e superar as sequelas deixadas pelo processo de submissão às situações de violência. O psicólogo, independente da abordagem ou método escolhido para realizar esse tipo de atendimento, deverá primeiramente criar um vínculo

terapêutico com a vítima, fazendo com que ela se sinta num ambiente seguro e confiável, pois, somente desta forma, conseguirá compartilhar as experiências vividas que lhe causaram sofrimento e futuramente a obtenção do sucesso de seu tratamento. Quando a mulher se encontra durante o processo terapêutico, ela passa a enxergar-se novamente como pessoa e a ter novamente a autoestima elevada, o que a possibilita perceber a agressão e posteriormente, buscar uma melhor solução para tal. (PORTO, 2014, p.272)

O presente estudo destaca a intervenção da Terapia Cognitivo-Comportamental, como possibilidade de empoderamento feminino, portanto rompimento com a situação de violência:

...destaca-se a terapia cognitivo-comportamental (TCC) como forma de psicoterapia que integra teorias de cognição e aprendizagem com técnicas de tratamento derivadas da terapia cognitiva e da terapia comportamental, capaz de atender, eficazmente às demandas de violências, tanto doméstica quanto psicológica. A TCC pressupõe que variáveis cognitivas, emocionais e comportamentais estão funcionalmente inter-relacionadas. O tratamento tem por objetivo identificar e modificar os processos de pensamentos desadaptativos e comportamentos problemáticos da cliente por meio da reestruturação cognitiva e técnicas comportamentais para obter mudanças em direção ao empoderamento feminino (JESUS; LIMA, 2018 Apud VANDENBOS et al., 2010, p. 136).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito embora a violência contra as mulheres seja considerada um problema multifacetado, os resultados obtidos apontam na direção que as dependências financeira e emocional como causas decisivas para que algumas mulheres permaneçam em situação de abuso psicológico. Nesse sentido, especialistas destacam que para se obter sucesso no atendimento às vítimas, é necessária a atuação da Psicologia realizando intervenções criando um espaço terapêutico e estratégias de intervenção psicossocial a fim de facilitar as mudanças subjetivas necessárias.

É inegável o dano provocado pela violência psicológica em vários âmbitos da vida dessas mulheres. Todavia, frente a tal realidade, a psicoterapia baseada na Terapia Cognitivo-Comportamental, pautada na promoção do empoderamento, está indicada pelo conjunto de autores referidos, como um meio efetivo para promover a quebra do círculo vicioso, ressignificação do sofrimento e da realidade, reestruturação cognitiva e elevação da autoestima. (JESUS; LIMA, 2018, p. 137)

Sendo assim, a abordagem teórica conhecida como TCC (Terapia Cognitiva Comportamental) pode ser um diferencial no tratamento da mulher violentada

psicologicamente, pois seu tratamento tem como objetivo identificar e modificar os processos de pensamentos não adaptados e comportamentos problemáticos da cliente por meio da reestruturação cognitiva e técnicas comportamentais para obter mudanças em direção ao empoderamento feminino. O processo psicoterapêutico parte do princípio que não é a situação em si que determina o que a pessoa sente, mas como ela interpreta a situação.

Assim, torna-se imprescindível promover este esclarecimento às mulheres, a fim de que se empoderem e se desvinculem do aprisionamento gerado pela violência psicológica. O objetivo da TCC é promover o autoconhecimento para o autocontrole e autonomia da paciente. Isto porque a prática do gaslighting manipula e diminui a autoestima da vítima fazendo-a enxergar a si mesma como inferior, o que representa um grave problema para a saúde da mulher não podendo ser ignorado. O que, muitas vezes, pode vir a mascarar esta agressão psicológica deve-se ao fato de estar diluída em sentimentos, visto que na maior parte das vezes o agressor é do convívio íntimo da vítima e tem acesso facilitado a suas fragilidades, o que potencializa a gravidade e a sutileza da situação.

Todavia, mesmo com a criação de intervenções que vislumbrem a proteção das mulheres e o empoderamento feminino, ainda se observa um alto índice de violência contra as mesmas. Assim, faz-se imprescindível a necessidade do estudo deste tipo específico de abuso psicológico com o objetivo de promover a saúde e a segurança da mulher, que não será capaz de ver-se em situação de violência psicológica sem o devido auxílio profissional.

REFERÊNCIAS

BUCHER-MALUSCHKE, J. S. N. F.; PORTO, M. A Permanência de Mulheres em Situações de Violência: considerações de psicólogas. Universidade Federal do Acre, Universidade Federal de Brasília, **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, vol.30, n.3, p.267-276. jul-set, 2014.

CUNHA, T. R. A.; SOUZA, R. C. B. Violência Psicológica Contra A Mulher: dor invisível. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES*, 2017, Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia. p. 01-11.



ECHEVERRIA, G. B. A Violência Psicológica Contra a Mulher. **Cadernos Gênero e Diversidade**. Vol. 04, n.01, p.132-145. Jan-Mar 2018. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv>>. Acesso em ago. 2018.

FERREIRA, W. B.; PIMENTEL, A. Violência Psicológica: as (in) visíveis sequelas no Enfoque da Gestalt-terapia. UFPA, **Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder**, p.01-06, 2008.

JESUS, G. B.; LIMA, T. C. A Mulher Vítima de Violência Psicológica: contribuições clínicas da terapia cognitiva-comportamental. Universidade Federal de Sergipe, **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, 2018, p.133-138.

KOSAK, M. M.; PEREIRA, D. B.; INÁCIO, A. A. Gaslighting e Mansplaining: as formas da violência psicológica Universidade Estadual De Londrina, *In: V SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS*. **Anais de gênero, cuidado e políticas de saúde**. Londrina, 2018. p.01-12.

MACHADO, I. V.; DEZANOSKI, M. Exploração do Conceito de Violência Psicológica na Lei 11.340/06. **Revista Gênero & Direito**, p. 98-113, 2014.

SILVA, L. L.; COELHO, E. B. S.; CAPONI, S. N. C. Violência Silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. Universidade Federal de Santa Catarina: **Interface-Comunic, Saúde, Educ**, vol.11, n. 21, p.93-103, jan-mar 2007.

SOUZA, J. C.; VALE, O. C. Controle Coercitivo em Relacionamentos Abusivos: um estudo de caso. *In: Anais da Mostra de Pesquisa em Ciência e Tecnologia 2017*. Fortaleza (CE) DeVry Brasil - Damásio - Ibmec, 2017. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/mpct2017/47335-CONTROLE-COERCITIVO-EM-RELACIONAMENTOS-ABUSIVOS--UM-ESTUDO-DE-CASO>>. Acesso em: 15 out. 2018.

SOUZA, H. L.; CASSAB, L. A. Feridas que não se Curam: a violência psicológica cometida à mulher pelo companheiro. Universidade Estadual de Londrina, *In: Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas*, jul. 2010, p. 38-46.



GERONTOPSICOMOTRICIDADE

Ana Paula de Souza Silva, Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli, e-mail:
paulaanassilva@terra.com.br

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultante de pesquisa de iniciação científica, que está em início de processo em uma instituição de ensino privada - curso de Psicologia- na cidade de Araraquara. Tem como tema a Gerontopsicomotricidade.

O estudo abordada a psicomotricidade, utilizando-se do lúdico – o brincar, como promotor do bem estar, adaptação e realização no processo de envelhecimento. Processo este que se faz jus aprender a envelhecer com qualidade.

Tem por objetivo analisar as contribuições da psicomotricidade para o campo da gerontologia por meio de atividades lúdicas.

Uma vez que o envelhecimento segundo Feldman & Papalia (2013) é um acontecimento universal, que refere-se a pessoas de 65 a 74 anos, que costumam estar mais ativas, cheias de vida e vigorosas, os idosos velhos, 75 a 84 anos, e os idosos mais velhos, 85 anos, um processo no qual se faz presente o tempo, onde este traz consigo as mudanças físicas, biológicas, psicológicas e sociais, sendo considerada última etapa da vida.

Etimologicamente, voltasse ao conjunto e integração das funções motoras e psíquicas que determinam e coordenam os movimentos corporais (MICHAELIS, 2018). Surgida no Brasil em 1980, como ciência que estuda o corpo em movimento, analisando o ser humano em seu todo – cognitivo, motor e afetivo.

Deste modo, a psicomotricidade sendo uma demonstração de expressão motora através da utilização psíquica do indivíduo, pode ser aplicada ao idoso de forma que faça o mesmo movimentar o corpo e exercitar a mente, através de formas descontraídas e diversificadas, trabalhando através de tal processo, seu equilíbrio, atenção, tonicidade, coordenação e memória (OLIVEIRA & Et al., 2015).

Segundo Vasconcelos (2016) compreender as etapas do envelhecimento é necessário para auxiliar e garantir a autonomia do idoso, e a gerontopsicomotricidade

pode através do lúdico auxiliar nessa capacitação para que o idoso possa viver cada vez melhor.

Uma vez que o brincar inserido de forma didática na realidade do indivíduo, traz consigo uma espécie de vínculo consigo mesmo, através de um momento prazeroso e de criatividade. E no caso da terceira idade além de tais aspectos proporciona, tonicidade, fortalecimento, concentração e coordenação, uma vida mais ativa.

2 METODOLOGIA

A metodologia aqui utilizada está pautada na pesquisa qualitativa por meio de levantamento e análises temáticas sustentadas em pesquisa bibliográfica, realizada a partir de livros e artigos científicos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Até o presente momento foi possível verificar que nos dias atuais, cada vez mais se observa a necessidade de uma busca por melhor qualidade de vida, principalmente em relação ao idoso, e a psicomotricidade oferece meios para alcançar tal melhoria, contribuindo, através do brincar, formas de trabalhar suas limitações, assim como proporcionar novas habilidades e a descoberta de si, nessa nova fase de vida, em que se perde a autoestima devido ao fato de diversas vezes este idoso sofrer uma segregação não só por parte da sociedade, mas também da família, que é seu apoio afetivo social. (VASCONCELOS, 2016).

Sendo diversas as situações que contribuem para que tal processo de envelhecimento seja negativo, tais como:

Privatização de uma atividade ocupacional; condenação da passividade com a aposentadoria; doenças físicas e enfraquecimento corporal; lentidão das funções psíquicas; diminuição ou exclusão das atividades prazerosas e agradáveis da vida; medo diante da aproximação da morte (GRIFFA & MORENO, 2005, p. 99).

Conforme pressupostos de Vasconcelos (2016), por meio do lúdico pode-se orientar angústias cotidianas, aumentar o número de amizades e relações, trazer ao idoso, experiências novas, após a perda de atividades antigas. Tal qual, como o trabalho, já que com o avanço da idade, muitos se aposentam, se distanciando de círculos sociais, já que durante tal processo, observasse muitas vezes, segundo

Vasconcelos (2016) é sempre acompanhada de inércia em relação as responsabilidades, onde ocorre diminuição de atividades que auxiliam a reduzir impactos naturais da terceira idade. Ocorre ainda, um momento de maior seletividade, ou seja, os “adultos velhos tornam-se mais seletivos quanto aos contatos sociais, restringindo –se a um grupo de amigos e familiares que melhor correspondam às suas necessidades” [...] (FELDMAN & PAPALIA, 2013, p. 614). Fatores que levam a declínio do idoso, seja intelectual e físico, “acarretando perda de concentração, coordenação, assim como o sentimento de autodesvalorização, isolamento social, desmotivação, solidão” [...] (Luís, 2007 apud Vasconcelos, 2016, p. 6).

Nesse contexto que entra a psicomotricidade, como o objetivo de trazer habilidades que contribuam para novas formas de bem-estar e qualidade na vida do idoso.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez que, sendo todo indivíduo idoso um ser especial, único e possuidor do direito de ser tratado como tal (LIMA e et al., 2007), é que se faz jus buscar na literatura as contribuições da gerontopsicomotricidade, com ênfase no brincar, alternativas para a melhoria de qualidade de vida da terceira idade.

Como descreve Oliveira e Colaboradores (2017), a psicomotricidade para o idoso tem por objetivo, trazer à tona uma consciência corporal, o conhecimento sobre si, e busca um efeito de integração do mesmo, dando a ele, a vida digna que merece.

Deste modo, utilizando-se do brincar como base do trabalho psicomotor, visa-se contribuir, através do conhecimento adquirido nesta pesquisa, para uma maior qualidade de vida ao idoso.

REFERÊNCIAS

GRIFFA, M. C. **Adolescência in Chaves para a psicologia do desenvolvimento**, Tomo 2. 8. ed. São Paulo: Paulinas, [201-?].

LIMA, M. M. S. DELPHIM, C. A. MARQUES, J. S. **Psicomotricidade e a Gerontologia: uma proposta de atuação da fisioterapia preventiva**. 2007.

Disponível em:

<http://www.wgate.com.br/conteudo/medicinaesaude/fisioterapia/variedades/gerontologia_monique.htm>. Acesso em ago. 2018.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

MICHAELIS. **Dicionário Online**. [S. l.]: Melhoramentos, 2018. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/psicomotricidade/>. Acesso em ago. 2018.

OLIVEIRA, R. V. et al. A psicomotricidade como método de intervenção para idosos. **Revista UIIPS**. vol. 5, p. 135-140, 2017.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

VASCONCELOS, M. H. L. **Psicomotricidade e o idoso: Buscando qualidade de vida na terceira idade através do lúdico**. 2016. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado)-Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.



GESTÃO DE PESSOAS E QUALIDADE DE VIDA NAS ORGANIZAÇÕES

Gustavo J. Martinho, Regina Célia Ap. Sanches, Maria Madalena Lazari Kawashima, e-mail: professora.madalenalazari@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Trata-se de relato de experiência em estágio supervisionado em Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) das Faculdades Integradas de Jaú, envolvendo um grupo de trabalhadores de uma associação de condomínios.

Um tema que tem sido discutido no âmbito organizacional é a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), com muitas definições e um tema que ainda demanda uma maior discussão para se firmar como um conceito único, porém por sua abrangência, envolve por si só variados fatores, meios e objetivos.

Nesse projeto foram adotados dois conceitos de QVT, que se complementam, sendo o primeiro de Sampaio (2012, p.123):

A qualidade de vida no trabalho em si é vista como a satisfação das necessidades do empregado. Uma vez atendida, ela se encontra associada a outras variáveis conseqüentes. Entre essas variáveis encontram-se o comprometimento organizacional, satisfação com o trabalho, satisfação em outros domínios da vida (família, lazer, saúde, educação, amizade, cultura, *status* social, etc.).

Percebe-se então que, o gestor de uma organização, ao voltar seu olhar para as necessidades dos colaboradores, os benefícios dessa atenção diferenciada, acaba voltando também para a própria organização, pois já se observou que uma vez satisfeito com os benefícios que a empresa pode lhe oferecer, o funcionário se dedica cada vez mais para garantir seu lugar dentro da empresa assim como desempenhar um papel com qualidade e satisfação.

A qualidade de vida tem sido definida de diferentes formas por diferentes autores. No entanto, praticamente todas as definições guardam entre si, como ponto comum, o entendimento da QVT como um movimento de reação ao rigor dos métodos tayloristas e, conseqüentemente, como um instrumento que tem por objetivo propiciar uma maior humanização do trabalho, o aumento do bem-estar dos trabalhadores e uma maior participação destes nas decisões e problemas do trabalho. (SANT'ANNA, KILIMINIK e MORAES, 2011, p. 122).

O que se entende é que os métodos rigorosos de trabalho, que por muito tempo percebia o funcionário apenas como número e produção, perdem sua força, pelo

menos na grande maioria das empresas, e a colaboração ganha valor dentro do meio organizacional. Os funcionários agora começam a fazer parte de uma equipe, momento em que podem tomar decisões, trazer novas ideias e ter oportunidades de crescimento.

1.1 Treinamento de colaboradores

O treinamento e a qualificação dos colaboradores desenvolvem o que podemos chamar de capital humano de uma empresa, aspecto muitas vezes não visível (primeiro por fazer parte do indivíduo e segundo por não ser mensurado de forma totalmente visível e palpável) sobre uma das formas de melhorar o desempenho e competitividade de uma empresa. Conforme Carvalho e Souza (1999, p.2):

O Capital Humano é a capacidade, conhecimento, habilidade, criatividade e experiências individuais dos empregados e gerente transformando em produtos e serviços que são o motivo pelo qual os clientes procuram a empresa e não o concorrente.

Conforme o CRIE (2006, p.1) “o capital estrutural pode ser definido como um conjunto de sistemas administrativos, conceitos, modelos, rotinas, marcas, patentes e sistemas de informática, que permitem à organização funcionar de maneira efetiva e eficaz.” E ainda “O capital estrutural, ao contrário do capital intelectual, pode ser criado pelos funcionários, mas pertence à organização. De todos os capitais, é o mais fácil de mensurar, pois geralmente sabemos quanto custa um determinado software ou uma determinada patente.”

Essa definição é importante, pois, aquilo que a instituição ou empresa desenvolve no funcionário, se esse por sua vez mudar de empresa, esse capital é levado com ele, pois o seu desenvolvimento e aquisição pertencem ao intelecto, ou seja, é incorporado à pessoa.

Treinar é ir além da aprendizagem, é levar o colaborador da empresa a adquirir conceitos e direcionamentos dos representantes legais, das empresas, a ministrarem conteúdos específicos de cada setor, com enfoque no desenvolvimento organizacional e motivacional. Já para Magalhães e Borges-Andrade o treinamento agrega em melhorias contínuas contribuindo especialmente no aumento da autoestima e no fator motivacional (ROCHA, 1999).

O treinamento pode ser complementado como dito acima por melhorias na infraestrutura, no planejamento das funções, aplicação de plano de carreira e outros aspectos. Assim, espera-se que com o treinamento, não sejam apenas minimizados gastos, prejuízos ou equívocos, como também que o colaborador que naquele momento se situa em uma função, cargo e responsabilidade, sinta-se integrante e valorizado no processo, com isso aumentando a motivação e desempenho do mesmo.

A Gestão de pessoas e do conhecimento de uma instituição é influenciada por uma série de variáveis que estão relacionados e são construídas a partir de seus fundadores, dirigentes e principalmente por seus colaboradores que atuam nos mais diversos setores. Neste contexto, entende-se que se deve entender e observar as características da Instituição para compreender o desenvolvimento desses processos de Gestão. Este trabalho contribuirá de forma teórica, reunindo informações literárias sobre o assunto e na prática, beneficiará a instituição por meio do diagnóstico organizacional.

O objetivo do trabalho é diagnosticar e intervir nos processos de saúde e Qualidade de vida dos colaboradores das equipes de segurança e higienização. Pontos trabalhados para tal realização foram: observação dos aspectos gerais da instituição, intervenção específica do trabalho da psicologia organizacional e reflexão sobre o papel e importância do psicólogo em instituições de comerciais nos aspectos organizacionais.

2 METODOLOGIA

2.1 Área de pesquisa

O presente trabalho foi realizado em uma associação de condomínios, localizado na cidade de Jaú - SP, na região centro-oeste.

2.2 População

A população foi de 38 colaboradores do setor de higienização e segurança, ambos os sexos e de qualquer faixa etária. Foram divididos em 3 grupos sendo: Das 9h às 10h – com 12 participantes; das 15h às 16h – com 14 participantes e das 16h às 17h – com 12 participantes.

2.3 Procedimentos

As atividades foram realizadas de acordo com o tema proposto pela organização, que seria a qualidade de vida do trabalhador, assim como temas sugeridos pelos próprios colaboradores, no momento em que foi aberto para a apresentação de novos temas. Entre os temas abordados estão, a percepção sobre qualidade de vida, autoconhecimento, visão sobre lazer, autocuidado, trabalho em equipe, formas e canais de comunicação, relacionamento interpessoal, quem sou eu, educação financeira e por fim, a avaliação do treinamento.

As atividades foram preparadas de formas variadas como metáforas, dinâmicas, roda de conversa, atividades no papel, entre outras. Houve um tema específico gestão financeira, com uma palestra ministrada por um professor convidado de administração. Foram realizados 22 encontros com o grupo e a programação de treinamento foi elaborada conforme as necessidades relatadas através de entrevistas orais feitas com os gestores administrativos, e o supervisor dos colaboradores que é também, o supervisor do estágio. Desta maneira, foi possível definir quais seriam os temas abordados nos treinamentos feitos diretamente com os colaboradores com o objetivo de desenvolver qualidade de vida no trabalho.

A demanda solicitada mostra-se coerente com a bibliografia, pois ao ter as necessidades satisfeitas, cria-se a possibilidade de aumentar o comprometimento do colaborador em outras áreas dentro e fora do trabalho, gerando benefícios tanto para organização como para o trabalhador (SAMPAIO, 2012).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A demanda inicial foi constituída dos seguintes temas: admiração financeira, ansiedade, depressão, relacionamento interpessoal, autocuidado e inteligência emocional. Entretanto, houve a mudança dos temas de acordo com demandas e conteúdos apresentados pelos colaboradores e pelas discussões em supervisão de estágio. Com isso, os temas ansiedade e depressão saíram, dando mais ênfase a autoconhecimento e autocuidado, incluindo também o tema comunicação.

O ganho desse processo, é que o colaborador ao adquirir o autodesenvolvimento, pode perceber sua função ou trabalho com maior

responsabilidade e autonomia, gerando benefícios coletivos e individuais, e mesmo que o colaborador mude de empresa, essas habilidades adquiridas podem permanecer.

Durante a realização do trabalho de campo, o desafio foi apresentar para os colaboradores os objetivos e resultados que podem gerar o desenvolvimento da qualidade de vida, dentro ou fora do ambiente laboral.

Como formas de reflexão sobre os ganhos e resultados da intervenção, dois pontos foram positivos, primeiro o seguimento da proposta feita pela gestão e a observação empírica do comportamento motivado da maioria dos integrantes em participar semanalmente dos encontros e os feedbacks verbais, que eram feitos de forma espontânea, relatados com conteúdos positivos sobre os temas e caminhos seguidos nos encontros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma podemos dizer que o objetivo foi cumprido parcialmente já que não houve nenhuma mensuração objetiva de dados com uso de instrumentos, não tendo uma clareza objetiva e científica dos dados, o que fica de sugestão para futuras intervenções ou encontros.

Dentro das intervenções atividades centrais foram feitas para atingir o objetivo primário como a roda da vida, que permite que o colaborador consiga observar aspectos variados de sua vida como lazer, finanças, espiritualidade, entre outros, sendo um passo inicial ao autoconhecimento, já que caracteriza questões objetivas e cotidianas da pessoa. Outro ponto importante desenvolvido foi à técnica de *mindfulness* (atenção plena), que tem como foco assumir uma postura observadora e não julgadora daquilo que se pensa ou sente, e como pensamentos e emoções interagem em mudanças de estado corporal, humor e decisão. A técnica descrita foi utilizada uma vez como foco de intervenção, mas foram feitas várias vezes em inícios e términos de encontros, como ponte de apoio a intervenção.

O enfoque na comunicação e tipos de relação teve o uso de metáfora com o objetivo de diminuir possíveis julgamentos internos, aumentando a abertura de experimentar olhar por outra perspectiva o encontro entre as pessoas, esse que ocorre em vários locais e de várias formas, no trabalho, na rua, em casa, entre outros. O mais relevante desse tema e intervenção está na oportunidade de refletir sobre como nos

comunicamos e nos relacionamos, se a forma atual de fazer as coisas ajuda ou dificulta na resolução de problemas, ou se até mesmo, aumenta problemas que poderiam ser resolvidos se outras posturas fossem tomadas.

Outros pontos foram importantes para desenvolvimento e ganhos relacionados ao objetivo inicial, mas aqui foram destacadas situações específicas que usaram recursos externos ao diálogo, roda de conversa, já que toda socialização em algum momento tinha a ocorrência do uso verbal e interação interpessoal.

Para uma melhoria futura das intervenções, ganho aos colaboradores e condomínio, seria necessário um maior número de encontros, inclusive com a participação da equipe gestora integrando o processo, e com uso de instrumentos de análise para mensuração objetiva e científica dos resultados.

Mesmo não havendo análise estatística de dados, baseado no que foi dito antes na bibliografia, é possível identificar pontos que podem causar melhorias no processo. O ponto primário seria no processo de recrutamento e seleção, é nesse processo que o gestor necessita de parâmetros claros para que não haja faltas ou rotatividade de funcionários, entre outros prejuízos.

O segundo ponto a ser elucidado é a importância do treinamento de pessoas, assim, espera-se que com o treinamento, não sejam apenas minimizados gastos, prejuízos ou equívocos, como também que o colaborador que naquele momento se situar em uma função, cargo e responsabilidade, sinta-se integrante e valorizado no processo, com isso aumentando a motivação e desempenho do mesmo.

Segundo Chiavenato (2000, p. 295):

Treinamento é a experiência aprendida que produz uma mudança relativamente permanente em um indivíduo e que melhora sua capacidade de um cargo. O treinamento pode desenvolver uma mudança de habilidades, conhecimento, atitudes e isto significa mudar aquilo que os empregados conhecem como eles trabalham suas atitudes frente ao seu trabalho ou suas interações com os colegas ou supervisor.

Como instituição, a associação não demonstra apenas aspectos que podem ser melhorados, pois, pode-se perceber que seu funcionamento tem processos estruturados, com a existência da valorização do funcionário e engajamento em prestar o serviço de excelência e qualidade para seus usuários.



Aqui enfatizamos os pontos a serem melhorados, por respeito e consideração as portas que foram abertas e com o intuito de trazer ganhos tanto no quesito financeiro, quanto no aspecto pessoal e humano.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, V. F. **TQC**: Controle da qualidade total. 2. ed. São Paulo: Bloch, 1992.

CARVALHO, A. C. M., SOUZA, L. P. Ativos intangíveis ou capital intelectual: discussões da contradição na literatura e proposta para sua avaliação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p.73-83, jan./jun. 1999.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

CHIAVENATO, I. **Recursos humanos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CRIE-Centro de referência em inteligência empresarial. **Gestão do Conhecimento – conceitos**. (online). Disponível em: <<http://portal.crie.coppe.ufrj.br/portal/main.asp?ViewID=%7B32E72BC9-F838-4577>>. Acesso em 30 maio 2018.

RIBEIRO, L. A; SANTANA, L. C. Qualidade de vida no trabalho: fator decisivo para o sucesso organizacional. **Revista de Iniciação Científica – RIC Cairu**. v. 2, n. 2, p. 75-96, jun, 2015. Disponível em: <http://www.cairu.br/riccairu/pdf/artigos/2/06_QUALIDADE_VIDA_TRABALHO.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2018.

SAMPAIO, J. R. Qualidade de vida no trabalho: perspectivas e desafios atuais. **Revista Psicologia: Organização e Trabalho**. Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 121-136, abr. 2012. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v12n1/v12n1a11.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

SANT'ANNA, A. S. KILIMINIK, Z. M. (Org.). **Qualidade de vida no trabalho: abordagens e fundamentos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.



HABILIDADES SOCIAIS EDUCATIVAS DO PROFESSOR: CONTRIBUIÇÃO PSICOPEDAGÓGICA

Evelin Cristina Trombeta Pazzian, Elaine Cristina Gardinal Pizzatto,
e-mail: evetrombeta@bol.com.br

1 INTRODUÇÃO

Considerando que as pessoas caminham por diferentes contextos – família, escola, trabalho – culturas e situações – lazer, religião, entre outras - é importante que elas demonstrem controle social diante das demandas interpessoais vivenciadas em cada um desses contextos. Dessa forma é crucial que a pessoa possua, segundo Del Prette e Del Prette (2001), diferentes classes de comportamentos sociais, disponíveis no repertório de uma pessoa, que contribuem para a qualidade e a afetividade das interações que ela estabelece com as demais.

O desenvolvimento das habilidades sociais tem início no nascimento e se torna progressivamente mais elaborado ao longo da vida (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2005, apud BANDEIRA et al., 2009). Essas habilidades são aprendidas pela pessoa e o seu desempenho varia em função do estágio de desenvolvimento do indivíduo, dos fatores ambientais, das variáveis cognitivas e da interação entre esses aspectos (CABALLO, 1993/2003; DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2001, 2005a, 2005b, apud BANDEIRA et al., 2009).

Sendo assim, estando a tarefa de educar presente em contextos diversificados e sob a mediação de diferentes pessoas, o foco desse estudo ocorre na perspectiva da aplicabilidade das habilidades sociais no contexto escolar - habilidades sociais educativas - mediada pelo docente, com a participação do psicopedagogo, buscando atuar de maneira integrada (GRASSI, 2009), com o olhar centrado no sujeito, buscando compreendê-lo em seus múltiplos aspectos – emocionais, motivacionais, ambientais, históricos, sociais, econômicos, cognitivos, orgânicos, contribuindo também na intervenção preventiva, evitando a instalação de problemas desnecessários.

Conforme Del Prette e Del Prette (2008, apud TUCCI, 2011) para que os comportamentos emitidos pelo professor sejam considerados competentes, é preciso levar em consideração o aspecto funcional da definição de HSE, pois as habilidades

sociais só poderão ser chamadas de educativas, de acordo com os efeitos por elas produzidos ou diante da probabilidade de geração de mudança no repertório dos educandos.

Segundo Saint-Onge (1999, apud DEL PRETTE; PAIVA; DEL PRETTE, 2005) as atuais concepções acerca do significado da ação de ensinar vêm superando a noção de transmissão de conhecimentos, que supunha um aluno passivo, redefinindo-se tal concepção como uma tarefa complexa, que envolve orientar, promover e mediar o desenvolvimento de novas capacidades intelectuais e sócio-emocionais, necessárias à aprendizagem dos diferentes conteúdos curriculares e ao desenvolvimento geral e abrangente desse aluno. Essa tarefa amplia a antiga ênfase no conteúdo a ser ensinado, para incluir novos objetivos e obter resultados que dependem, em última instância, das características e da qualidade das relações professor e aluno.

Portanto, a ideia principal deste artigo é abordar como as habilidades sociais educativas podem contribuir para a construção de vínculos entre professor e aluno, onde se pretende discutir a criação de um ambiente de confiança, trabalho cooperativo, solução de problemas, assertividade, empatia, inclusão social e escolar, além do comportamento em sala de aula/outros ambientes da escola, com mediação docente e psicopedagógica.

2 METODOLOGIA

O artigo é baseado em pesquisa exploratória, iniciada por pesquisa bibliográfica, leitura de livros, análise de artigos com objetivos comuns, com análises de referências sobre habilidades sociais educativas, relação professor-aluno, contribuições psicopedagógicas. Foram reunidos e compilados todos os dados bibliográficos para tentar responder hipóteses que elucidem se a relação professor-aluno pode ser melhorada com a prática das habilidades sociais educativas pelos professores e como o psicopedagogo pode auxiliar na orientação dos professores para desenvolver uma relação de proximidade, respeito, olhar atento para perceber talentos, dificuldades e as necessidades dos alunos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Del Prette e Del Prette (2001, apud TUCCI, 2011) desenvolveram um Sistema de Habilidades Sociais Educativas (HSE) com o propósito de descrever uma nova área no campo das Habilidades Sociais, que pudesse especificar o trabalho do professor no campo das relações interpessoais.

Atualmente, para uma melhor compreensão das classes e subclasses de HSE, Del Prette e Del Prette (2008, apud TUCCI, 2011) propuseram um Sistema de Habilidades Sociais Educativas (SHSE) que possui classes e subclasses de comportamentos encontrados nas relações próprias às tarefas educativas, sendo: *estabelecer contextos interativos potencialmente educativos, transmitir ou expor conteúdos sobre habilidades sociais, estabelecer limites e disciplina e monitorar positivamente.*

Algo importante que Tucci (2011) destaca é que o repertório elaborado de HSE permite que o professor utilize estratégias pedagógicas que facilitem a interação entre os educandos, de forma que ele possa realizar atividades que identifiquem a expressão de emoções e modelos adequados de comportamentos sociais, além de ter a oportunidade de valorizar comportamentos mais adaptativos dos alunos, como o de tomar iniciativa, cooperar com colegas, dar *feedback*, lutar pelos próprios direitos, expressar sentimentos, negar pedidos, ter empatia entre outros.

A psicopedagogia nesse contexto contribuirá de forma a:

(...) mostrar ao sujeito institucional e aos seus componentes as várias possibilidades de superação da situação que se apresenta no momento como difícil e/ou problemática. (...) estimular os sujeitos a encontrar soluções criativas e eficientes para os problemas que enfrentam, utilizando a reflexão e a discussão em grupo, que os envolvem na busca da superação das dificuldades e da transformação da instituição e seus componentes.

O vínculo afetivo torna-se condição essencial no trabalho psicopedagógico institucional (...). É necessário o acolhimento, o respeito, a atenção, o carinho, as pontuações, o olhar e a escuta apurados, que farão com que sejam aceitas as sugestões de intervenção dadas pelo psicopedagogo, pois se tornarão necessárias ao serem compreendidas, e não sentidas como imposição. (GRASSI, 2013, pág. 151)

Sendo assim, indiscutivelmente, o processo de educação importa na construção eficaz do ser humano harmônico e integral, que deve ter preservada e garantida a possibilidade de desenvolver os seus aspectos cognitivos e afetivos para

que o sujeito possa interagir com o próprio meio e com outros sujeitos produtores de conhecimento.

4 CONCLUSÃO

Ao longo do presente trabalho procuramos destacar a importância das habilidades sociais educativas no contexto escolar, sendo “aquelas intencionalmente voltadas para a promoção do desenvolvimento e da aprendizagem do interlocutor, em situação formal ou informal” (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2001, pg. 95, apud TUCCI, 2011, p.24).

Desta forma, considera-se de essencial importância o movimento de reflexão sobre a teoria e a prática do professor no contexto escolar, abrindo possibilidades de discussão, entendimento e aplicação das habilidades sociais educativas na relação professor-aluno, para a construção do próprio sujeito, possibilitando, nesse contexto, as intervenções do psicopedagogo institucional como contribuições significativas, a fim de efetivamente promover o desenvolvimento integral e harmonioso do educando, de tal forma que as relações entre os envolvidos no processo educativo devem ser pilstras significativas e amplas para um processo de aprendizagem eficaz.

REFERÊNCIAS

ALVES, S. D.; AZNAR-FARIAS, M.; SILVARES, E. F. M. Influência do Treino em Habilidades Sociais na relação professor-aluno: uma contribuição psicopedagógica para professores. **Revista ACOALFAPlp**: Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa, São Paulo, n. 5, ano 3, 2008. Disponível em: <<http://www.acoalfaplp.net>>. Acesso em: setembro, 2018.

BANDEIRA, M., DEL PRETTE, Z. A., DEL PRETTE, A., MAGALHÃES, T. Validação das Escalas de Habilidades Sociais, Comportamentos Problemáticos e Competência Acadêmica (SSRS-BR) para o Ensino Fundamental. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, vol. 25, n. 2, p. 271-282, abr-jun 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v25n2/a16v25n2>>. Acesso em: setembro de 2018.

DEL-PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. Habilidades sociais: conceitos e campo teórico-prático. **Relações interpessoais e habilidades sociais**. Seção Artigo Online. Disponível em: <<http://www.rihs.ufscar.br>>, dez. 2006. Acesso em: setembro, 2018.

DEL PRETTE, Z. A. P.; PAIVA, M. L. M. F.; DEL PRETTE, A. Contribuições do referencial das habilidades sociais para uma abordagem sistêmica na compreensão do



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

processo de ensino-aprendizagem. **Interações**, São Paulo, v. 10, n. 20, p. 57-72, dez. 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-29072005000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: setembro, 2018.

GRASSI, T. M. **Psicopedagogia um olhar, uma escuta**. 1 ed. Curitiba: Intersaberes, 2013.

SCRIBNER, S.; SOUBERMAN, E. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

TUCCI, C. H. C. **Importância das habilidades sociais educativas na perspectiva de professores de alunos sem ou com necessidades educacionais especiais**. 2011, 100 f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/3080/3675.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: setembro, 2018.

VIGOSTKI, L. S. **A Formação Social da Mente**. In: COLE, M; JOHN-STEINER, V;



IMPACTOS EMOCIONAIS DE CRIANÇAS EM TRATAMENTO ONCOLÓGICO SUBMETIDAS AOS CUIDADOS PALIATIVOS

Letícia Martins Moya, Geane de Melo Bispo da Silva, Ana Vera Niquerito Bozza, e-mail: anavera.n@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O câncer é o nome dado a um conjunto de mais de 100 doenças que tem em comum o crescimento desordenado (maligno) de células que invadem os tecidos e órgão, podendo espalhar – se (metástase) para outras regiões do corpo (INCA, 2017).

A oncologia infantil é um conjunto de patologias raras, que é principal causa de morte relacionada com a doença entre crianças nos países de alta renda. Essa doença representa a quarta e quinta causa de morte na faixa etária de 01 a 18 anos e a primeira causa de morte por doença a partir dos cinco anos de idade (GRABOIS, OLIVEIRA, CARVALHO, 2012).

Segundo o Ministério da Saúde (2008) o câncer infantil apresenta menores períodos de latência, é bastante invasivo e responde melhor à quimioterapia e radioterapia.

Quando a criança recebe o diagnóstico de câncer, ela tem que lidar com uma vida cheia de incertezas e dolorosa, intervenções médicas muitas vezes agressivas, condicionamentos alimentares, mudança de sua rotina e afastamento dos familiares, a dor física e o sofrimento psicológico. Os inúmeros tratamentos têm efeitos colaterais que debilitam o estado físico e conseqüentemente, o psicológico (GOMES ET AL.,2004).

Estudos apontam que no período entre 2009 a 2013, 12% das mortes de crianças de idade entre 01 a 14 anos foram em conseqüência do câncer, e, com idades entre 01 a 19 anos essa porcentagem é de 8%. (INCA - INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER, 2017).

O índice de mortalidade por câncer infantil ainda é elevado e na maioria das vezes decorre de causas desconhecidas, quando não estão relacionadas ao ambiente e à própria criança. É, portanto, um problema de saúde pública na atualidade (BERNARDO ET AL., 2014)

Após o diagnóstico de câncer a rotina da criança acaba sendo modificada e sentimentos surgem devido a este contexto como, por exemplo, ansiedade, depressão, raiva, medo, entre outros, devido não poder realizar suas atividades como era antes (VENTURA, 2017).

É fundamental que durante o tratamento tenha a equipe multidisciplinar para oferecer um tratamento adequado, e um suporte emocional ao paciente e aos familiares, sendo a equipe multidisciplinar vista como parte fundamental para o tratamento e cura do paciente (ALMEIDA; SANTOS, 2013).

O presente estudo tem como objetivo geral identificar os processos do câncer infante juvenil, desde o diagnóstico até os cuidados paliativos. E como objetivo específico descrever os impactos emocionais e formas de enfrentamento da criança, família, escolarização e o meio em que ela está inserida.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica qualitativa. Sendo utilizados para a pesquisa, livros e artigos científicos. Dentre as bases de dados disponíveis, serão utilizadas a “SCIELO” e “PePSIC”, através das quais serão selecionados e analisados artigos científicos produzidos na área, compreendido entre os anos de 2004 e 2018.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O tratamento de câncer infante juvenil tem grande impacto emocional em crianças e seus familiares. O momento do diagnóstico de câncer é um período doloroso e que traz grandes angústias para a família e que vai anteceder todo um processo muito doloroso para a criança com internações, procedimentos dolorosos, mudanças drásticas em sua rotina, medicamentos muito fortes para o combate de câncer e inúmeras reações físicas (PEREIRA, WINOGRAD, 2017).

Após o momento do diagnóstico do câncer começa todo o processo de tratamento dessa criança, com inúmeras internações para que se possa ser feito um tratamento adequado. A criança com câncer pode passar por cirurgias, quimioterapia e radioterapia quem vai decidir qual o melhor seguimento para o tratamento será o médico sempre em conjunto com a família da criança (GURGEL, LAGE 2013).

Com o diagnóstico de câncer já estabelecido e o tratamento definido essa criança precisa ser internada para que possa ser dado o início, é nesse momento que ela tem uma mudança drástica em toda sua rotina, pois de repente ela é tirada do convívio com sua família, dos seus amigos e da sua escola e é colocada em um ambiente hospitalar totalmente novo e frio, com pessoas desconhecidas onde ela começa a passar por muitos procedimentos dolorosos que lhe causam dores, angústias, ansiedade, tristezas. O fato dessa criança ter que ficar internada também já é um fator estressante que lhe causa muitos medos e angústias (PEREIRA, WINOGRAD, 2017).

Por conta das internações constantes que a criança tem que passar ele precisa ser afastada da escola onde estuda, e pensando no bem-estar dela foram criadas classes hospitalares com o intuito que essa criança continue com seus estudos e possa voltar para a escola na mesma série quando receber alta do hospital, e assim ter uma mudança um pouco menos radical em sua rotina (HOLANDA e COLLET, 2012).

O brincar entra na vida da criança hospitalizada como uma forma de enfrentamento desse momento difícil da criança, como uma forma que ela possa expressar seus medos, angústias e tristezas, e também como uma forma dela sair temporariamente da situação em que está vivendo (MITRES e GOMES, 2004).

Durante o tratamento da criança com câncer é importante que tenha uma equipe multidisciplinar para cuidar dessa criança. É preciso um conjunto de profissionais como médicos, enfermeiros, nutricionistas, psicólogos, assistentes sociais entre outros, para que consigam cuidar de todos os aspectos da vida da criança e sua família. O objetivo da equipe multidisciplinar é que a criança tenha uma melhor qualidade de vida durante o tratamento, e para que isso aconteça é pensado no cuidado em cada aspecto da vida da criança, seja no biológico, social e psicológico (HERMES, LAMARCA 2013).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o trabalho foi possível identificar todos os processos que a criança com câncer precisa passar. Após o diagnóstico de câncer a criança e sua família tem toda a sua vida modificada, eles têm toda sua rotina modificada em decorrência do tratamento. Para a criança significa sair de sua casa, do convívio da

sua família e ter uma mudança brusca na sua vida tendo que lidar com constantes internações de longos períodos.

Durante o tratamento a criança ainda precisa lidar com inúmeros tratamentos dolorosos, com pessoas que ela nunca viu na vida lhe dando remédios entrando em seu quarto toda hora, ela ainda precisa lidar com a falta de privacidade que o hospital traz e uma nova rotina que ela vai precisar se adaptar.

Com isso foi possível verificar que com toda mudança a com um diagnóstico de câncer a crianças passar por grandes impactos emocionais, no decorrer de todo o processo a criança sente dor com os tratamentos invasivos, angústia por não saber o que vai acontecer com ela, ansiedade por não saber o que esperar, tristeza por ter que ficar internada longe do convívio da sua família e amigos e medo por estar inserida em um ambiente totalmente novo para ela.

Como alívio desses impactos emocionais e como forma de enfrentamento entra o brincar dentro do hospital. As brinquedotecas hospitalares têm o objetivo de ser o lugar onde a criança pode ter um pouco de autonomia e um lugar onde ela poderá desabafar seus medos e angústias e expor suas fantasias acerca da hospitalização e de todo o tratamento.

A criança hospitalizada também precisa ser afastada da escola e como forma de diminuir essa mudança foram criadas as classes hospitalares onde a criança mesmo dentro do hospital vai poder continuar estudando e interagir com as outras crianças que também estão internadas. Essa proposta tem como objetivo trazer uma qualidade de vida para a criança durante o seu tratamento.

A família da criança também sofre com essas mudanças quando é feito o diagnóstico a família sofre um grande impacto com essa notícia e precisa saber lidar com isso e dar um suporte para a criança. Muitos familiares acabam assumindo novos papéis por conta da nova situação da criança.

Podemos concluir que com a descoberta de um câncer infanto juvenil a criança precisa lidar com muitos impactos emocionais e uma mudança totalmente brusca em toda a sua vida ela precisa sair de sua casa para ficar internada em um hospital totalmente impessoal e frio onde ela não conhece ninguém e tudo lhe traz sofrimento e dor. Por isso é importante que durante todo o tratamento e nos cuidados paliativos a criança seja cuidada por uma equipe multidisciplinar para que todos os aspectos de

sua vida sejam amparados e ela tenha assim uma melhor qualidade de vida durante o tratamento e nos cuidados paliativos quando necessário.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M; D. SANTOS, A; P; A; L. Câncer infantil: o médico diante de notícias difíceis uma contribuição da psicanálise. **Mudanças Psicologia da Saúde**. Jan-Jun 2013, 49-54p. Disponível em: < <https://www.metodista.br/revistas/revistasims/index.php/MUD/article/viewFile/4060/3645>>. Acessos em 03 jul. 2018.

BERNARDO, M. et al. A importância dos cuidados paliativos prestados pelo enfermeiro à criança com câncer em estágio terminal. **Revista de Pesquisa Cuidado e Fundamental**. 2014, Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=505750623033>> acessos em 02 jul.2018

CAPRINI, F. R.; MOTTA, A. B. Câncer infantil: uma análise do impacto do diagnóstico. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 164-176, ago. 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872017000200009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 03 jul. 2018.

CASTILLO, A. R. GL et al . Transtornos de ansiedade. **Rev. Bras. Psiquiatr.**, São Paulo , v. 22,supl. 2,p. 20-23, Dec. 2000 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-4446200000600006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 fev. 2018.

COSTA, F. F. L. câncer infantil sentimentos vivências e saberes do familiar/cuidador. **Universidade Católica Dom Bosco**. 2012. Disponível em: < <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/13115-via-defesa.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

GOMES, R. PIRES, A. MOURA, M; J. SILVA, L. SILVA, S. GONÇALVES, M. Comportamento parental na situação de risco do cancro infantil. **Análise Psicológica**. 2004. Disponível em: < <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/227/1/AP%2022%283%29%20519-531.pdf> >. Acessos em 03 jul. 2018.

GRABOIS, M; F. OLIVEIRA, E; X; G. CARVALHOLLL, M; S. Assistência ao câncer entre crianças e adolescentes: mapeamento dos fluxos origem-destino no Brasil. **Rev. Saúde Pública**. 2013. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v47n2/0034-8910-rsp-47-02-0368.pdf> >. Acessos em 03 jul. 2018.

GURGEL, L; A. LAGE, A; M; V. Atuação Psicológica na assistência à criança com câncer: da prevenção aos cuidados paliativos. **Revista de Psicologia, Fortaleza**, v. 4 - n. 1, p. 83-96, jan./jun. 2013. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/793/770>>. Acesso em 03 set. 2018.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

HERMES, H; R. LAMARCA, I; C; A. Cuidados paliativos: uma abordagem a partir das categorias profissionais de saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 9, p. 2577-2588, Set. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000900012&>. Acessos em: 15 set. 2018.

HOLANDA, E; R; de. COLLET, N. Escolarização da criança hospitalizada sob a ótica da família. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 34-42, Mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072012000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 set. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. Diagnóstico Precoce do câncer na criança e no adolescente. 2011. Disponível em: <http://institutoronald.org.br/wp-content/uploads/2015/07/diagnostico_precoce_cancer_crianca.pdf>. Acessos em 03 jul. 2018.

MINISTÉRIO DA SAUDE. Câncer na criança e adolescente no Brasil. 2008. Disponível em: <<http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/f9f7d88045c1f3c1b772ffdad9df0b60/Cancer+na+Crian%C3%A7a+e+no+Adolescente+RCBP.pdf>>. Acessos em 03 jul. 2018.

MINISTÉRIO DA SAUDE. Protocolo de diagnóstico precoce do câncer pediátrico. 2017. Disponível em: <<http://portalquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/fevereiro/17/Protocolo-de-Diagnostico-Precoce-do-Cancer-Pediatico.pdf>>. Acessos em 03 jul. 2018.

MITRE, R; M; de A. GOMES, R. A promoção do brincar no contexto da hospitalização infantil como ação de saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 147-154, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232004000100015&lng=en&nrm=iso>. Acessos em 15 set. 2018.

PEREIRA, L; F. WINIGRAD, M. Trauma e Narrativa: O Impacto da Leucemia na Infância. **Cad. Psicanál.** (CPRJ), Rio de Janeiro, v. 39, n. 36, p. 175-198, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://cprj.com.br/imagenscadernos/caderno36_pdf/10_Trauma-e-narrativa.pdf>. Acessos em 03 ago. 2018.



IMPACTOS EMOCIONAIS E COMPORTAMENTAIS DA CRIANÇA QUE SOFRE ABUSO SEXUAL E POSSIBILIDADES DE REESTRUTURAÇÃO

Léia Conceição Turatti, Vanessa Rodrigues Novais, Patrícia Pelegrina Rosseto.
E-mail: vanessarnovais@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O abuso sexual, assim como outras problemáticas relacionadas à sexualidade, carece de pesquisas e coletas de dados no Brasil, para que se possa ter uma amostra mais próxima da realidade a respeito do leque de questões que o envolve. De acordo com Cavalcanti et al. (2016), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), no ano de 2014 divulgou uma pesquisa a nível mundial, na qual foi contabilizado que cerca de 120 milhões de meninas de até 19 anos de idade, foram vítimas de violência sexual. Pesquisas a nível nacional informam que de acordo com os registros de violência sexual registradas por um canal de denúncia, contabilizaram 112.394 mil denúncias de violência sexual no Brasil, no biênio de 2011-2012.

As consequências de um abuso sexual infantil podem ocasionar distúrbios de aprendizagem, problemas emocionais e de comportamento; caracterizando o fato de que crianças que sofreram abuso sexual se tornam inicialmente retraídas e depois em um segundo momento violentos (ACHÁ et al. 2011).

A sexualidade é parte da cultura do ser humano, portanto é necessário possibilitar caminhos para informação, orientação e vivência sobre o tema. Gambale, Silva e Vergueiro (2013), trazem uma reflexão sobre a falta de informação tanto de pais e educadores, que podem formar conceitos errôneos na educação sexual da criança, como: medo, mitos e dentre outros comportamentos, favorecer que essa criança esteja exposta a situação de violência sexual.

Dell' Aglio e Pelipoli (2015) afirmam que diferente do ocorrido internacionalmente, no Brasil, embora haja movimentação de pesquisas sobre o tema abuso sexual infantil, os estudos são muito deficientes, o que resulta em profissionais não tão familiarizados com a literatura e domínio de instrumentos que possam contribuir com o tratamento, pois a psicologia se alimenta da pesquisa científica, aliada à prática.

Muito tempo se acreditou que ao poupar a criança sobre temas como sexualidade, estariam protegendo-as, por entender que a inocência seria a melhor forma de protegê-la. Porém, a falta de informação tornam crianças e adolescentes alvos de atos criminosos como a violência sexual, gerando sentimentos de culpa, angústia, entre outros. A participação da equipe escolar na implantação da orientação sexual é suma importância principalmente na fase inicial, para que não prejudique o desenvolvimento com possíveis barreiras que possam ocorrer (GAMBALE; SILVA; VERGUEIRO, 2013).

Os autores ressaltam que a falta de apoio familiar e de profissionais da saúde podem acarretar danos psicológicos secundários a vítima, pois, a reação negativa da família em relação ao ato abusivo ou despreparo dos profissionais culminam para que a criança não se sinta acolhida. É importante que os pais, escolas, profissionais da saúde e familiares estejam atentos aos comportamentos da criança, pois nem sempre apresentam sintomas externos, e, no entanto, não significa que a mesma não esteja sofrendo com os traumas dessa experiência. (AMAZARRAY; KOLLER, 1998).

O presente trabalho busca identificar os aspectos emocionais e comportamentais da criança que sofre abuso sexual, compreender possíveis formas de elaboração do trauma vivenciado, trabalhando as possibilidades de reestruturação emocional das vítimas.

Além disso, busca-se explanar possíveis diretrizes de prevenção ao abuso sexual infantil, bem como uma maior conscientização dos pais e sociedade em torno desta temática.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado através levantamento bibliográfico nos bancos de dados do Scielo e Google Acadêmico, utilizando-se das palavras chaves “abuso sexual infantil”, “infância”, “violência sexual infantil” e “consequências psicológicas”, desta forma, corroborando para a definição do tema e para a formulação da discussão da pesquisa. O projeto foi definido com uma pesquisa exploratória com foco em pesquisas bibliográficas que buscou compreender, segundo diversos autores como o abuso sexual infantil traz consequências emocionais e comportamentais na vida da

vítima, como prevenir, promover uma boa rede de apoio à criança e as possíveis intervenções do psicólogo diante desta problemática.

A pesquisa exploratória, segundo Gil (2002, p. 41) tem como objetivo: “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas, têm como objetivo principal o aprimoramento de ideais ou a descoberta de intuições”.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As pesquisas foram direcionadas a compreender o histórico do conceito de infância adquirido com o passar dos anos pela sociedade, após isso, buscou-se compreender as formas de violência sexual, bem como o perfil dos agressores. O trabalho também se atentou a verificar aspectos da sexualidade infantil e questões voltadas à erotização precoce.

Em um segundo momento, buscou-se compreender os aspectos emocionais e comportamentais da criança que sofre o abuso sexual, identificando os meios de proteção para que mesma possa reestruturar-se.

Neste momento se explanou o papel do psicólogo e da equipe multidisciplinar frente à problemática, buscando entender como o sistema funciona num todo e também, os pontos que ainda lhes são falhos.

Conclui-se a pesquisa explorando os pontos de prevenção ao abuso sexual infantil, através da educação sexual dentro do contexto familiar e escolar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das pesquisas realizadas, pode-se dizer que os objetivos do trabalho foram alcançados, mesmo o tema não possuindo amplas pesquisas ou artigos científicos publicados. Este foi o primeiro ponto a ser destacado neste trabalho, a grande necessidade em se aprofundar no conhecimento científico desta temática, ao passo que a problemática cresce a larga escala no Brasil.

Embora a grande maioria dos psicólogos afirme terem condições de diagnosticar e tratar pacientes traumatizados pela violência sexual, a psicologia como a ciência que é, necessita de maiores articulações sobre as práticas a seguir diante de uma criança

vítima de abuso, visto que seu trabalho precisa estar sempre amparado de uma equipe multidisciplinar e instituições governamentais competentes à questão.

Contudo, há uma grande deficiência no sistema legislativo, que impõe leis que respaldam a criança e adolescentes vítimas de abuso sexual, porém, na prática, não valorizam as instituições e profissionais da rede, como: escolas, creches e postos de saúde.

No quesito prevenção, através da educação sexual infantil, tanto no contexto familiar quanto escolar, as pesquisas identificaram grande bloqueio por conta dos pais ou responsáveis para trabalhar a sexualidade com os filhos, o assunto envolve muitos tabus e faz-se necessário a quebra de paradigmas morais dos pais, para que então possam levar informação de qualidade aos filhos.

Além de ensinar as crianças a se conhecerem melhor, despertando nelas a consciência do que é certo e errado, para que não sejam mais vítimas da ingenuidade e falta de informação, a comunicação mais estreita e afetiva com a família, suscitará na criança maior confiança para revelar situações de abuso a seus pais e responsáveis.

REFERÊNCIAS

ACHÁ, M. et al. Dados demográficos, psicológicos e comportamentais de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. **Revista de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 38, n. 4, p. 143-147, 2011. Disponível em:

<http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/10366/art_SERAFIM_Dados_demograficos_psicologicos_e_comportamentais_de_crianças_2011.pdf?sequence=1&isAllo wed=y>. Acesso em: 26 fev. 2018.

AMAZARRAY, M. R.; KOLLER, S. H. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 559-578, 1998. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721998000300014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 ago. 2018.

CAVALCANTI, L. F. et al. Atendimento à saúde de crianças e adolescentes em situação de violência sexual, em quatro capitais brasileiras. **Interface**, Botucatu, v. 20, n. 59, p. 865-877, 2016. Disponível em:

<<https://www.scielo.org/pdf/icse/2016.v20n59/865-877>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

DELL' AGLIO, D. D.; PELISOLI, C. L. Práticas de profissionais de psicologia em situações de abuso sexual. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 67, n. 1, p. 51-67, 2015. Disponível em:



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-52672015000100005>. Acesso em: 12 out. 2018.

LIMA, I. V. B.; DIOLINA, J. **Consequências Psicológicas do abuso Sexual na Infância e Adolescência: Uma Ferida Invisível**. 2013. Disponível em: <<http://www.site.ajes.edu.br/direito/arquivos/20131030201243.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2018.



INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA PÚBLICA

Barbara Romano Guermandi, Caroline Moreira dos Santos, Felipe Henrique dos Santos, Liara Rodrigues de Oliveira, e-mail: feelipehs@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Quando realizamos uma reflexão acerca da juventude, percebemos que a temática envolve vários conceitos, que foram construídos historicamente e ganharam uma representação específica. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8069/90) considera-se criança, a pessoa até os doze anos de idade incompletos e o adolescente pela faixa etária entre os doze e dezoito anos de idade. Ainda na mesma lei apresentada pelo ECA, a criança e o adolescente compartilham de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, garantidos pela lei toda oportunidade e facilidade para o seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social.

No entanto, além da questão etária, podemos destacar que essa fase é marcada por muitas transformações, biológica; psicológica; social e cultural, que podem variar conforme a classe social, etnia; gênero, entre outros determinantes.

Nesse universo, este projeto está direcionado para a intervenção junto à equipe escolar, e aos jovens que frequentam a escola, para realizar um suporte psicossocial a essa população jovem, junto a qual serão abordados temas que permeiam o desenvolvimento dessas crianças e adolescentes, os temas serão estipulados juntamente com a instituição e a demanda existente. Mesmo com as inúmeras variações que podem permear uma demanda, quando nos atentamos a realidade do âmbito escolar, existem alguns temas pertinentes e que se mostram de suma importância para um bom desenvolvimento da aprendizagem e do bem-estar dos alunos.

Dentre os temas que permeiam o âmbito escolar na instituição a qual será elaborado o projeto, podem-se destacar questões como a autoestima, o bullying, a dinâmica familiar, entre outros. Segundo Bandeira e Hutz (2011), no que se diz respeito à autoestima, é uma avaliação que o indivíduo efetua em relação a si mesmo, pode se

expressar de forma positiva ou negativa, a avaliação positiva é crucial para um bom desenvolvimento do adolescente. Freire e Tavares (2011) evidenciam o mesmo padrão na relação da autoestima com relação a uma melhor satisfação da vida.

O bullying se mostra como uma temática pertinente de elaboração, pois no cenário atual da temática escola se mostra recorrente, as agressões podem ocorrer tanto de forma física como verbal, com a intenção de machucar ou prejudicar a vítima.

Para Rosenberg (1989), pessoas com baixa autoestima engajam-se em comportamentos delinquentes como uma forma de retaliação contra a sociedade que desdenha deles e também como uma forma de obter autoestima. (apud BANDEIRA, HUTZ, p.133, 2010). Dessa forma, é compreensível relacionar a baixa autoestima com os indivíduos que praticam e são vítimas do bullying.

Objetiva-se a elaboração com a demanda discente acerca dos itens mencionados, visando uma construção de conhecimento sobre os itens e a promoção da saúde e do bem-estar dos mesmos.

2 METODOLOGIA

A elaboração desse Projeto de Estágio tem como foco o auxílio às vulnerabilidades existentes na Escola Estadual Jardim dos Pires I, a participação envolve o corpo discente.

Após um projeto elaborado no primeiro semestre de 2018, as quais foram abordados os temas drogas e sexualidade, notou-se o interesse do público em outros temas, como a autoestima e o bullying, dessa forma, houve a necessidade da elaboração de um novo projeto. A partir das demandas estabelecidas, iniciou-se uma pesquisa bibliográfica acerca dos temas, juntamente com uma observação da escola e alunos, para então compreender os vários aspectos que envolvem a temática e para adquirir uma melhor forma de abordagem para trabalhar os temas.

Com as pesquisas realizadas e uma melhor compreensão dos temas e da realidade específica do local, o grupo decidiu realizar um trabalho de conscientização aos finais de semana, utilizando métodos práticos como a pintura com aquarela e a discussão dos temas a partir de músicas e dinâmicas.

Com esses métodos se espera dar um suporte de conscientização, dialogando sobre os vários aspectos que envolvem cada um dos temas, para que os alunos

tenham uma visão geral e não fragmentada, com essa intervenção o grupo espera ajudar esses alunos e também adquirir conhecimento nessas práticas que são necessárias para a graduação no curso de Psicologia.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante a demanda existente na “E.E. Jardim dos Pires I”, houve a necessidade de estudo bibliográfico acerca do desenvolvimento humano, como foco na fase da adolescência e as várias transformações que ocorrem, a interação sobre a realidade da comunidade do bairro e sobre os temas que serão abordados, autoestima, bullying, dinâmica familiar e ansiedade.

Com a intervenção que o grupo irá realizar, espera-se além de uma conscientização dos alunos acerca dos temas, que os mesmos construam um olhar mais crítico acerca das suas próprias condições e de seu meio, adquirindo empoderamento para tomar decisões futuras diante as várias situações que permeiam a fase da adolescência até a vida adulta.

Buscou-se também elaborar uma construção de relação entre professores e alunos de maneira assertiva na instituição, buscando a promoção de um relacionamento saudável entre os alunos, que promova o bem-estar e auxilie no desenvolvimento acadêmico dos mesmos.

Após o projeto realizado, evidenciou-se uma evolução na compreensão emocional e na forma como os adolescentes passaram a se expressar, o vínculo criado no grupo proporcionou um lugar seguro para discutir abertamente sobre temas que foram propostos no projeto e que os mesmos não discutiam fora daquele âmbito, temas esses que são frequentes no cotidiano dos mesmos e importantes para o desenvolvimento emocional e social, com uma melhor compreensão de si, esperasse que os mesmos se tornassem mais aptos nas tomadas de decisões.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o projeto realizado na instituição, houve um aproveitamento dos estagiários de diferentes formas, conhecer ativamente e ter contato com uma realidade diferente, a qual nos proporcionou novas experiências e a elaboração de novas formas de



conhecimentos, que são necessários para a construção da graduação do curso de psicologia.

Para a instituição a qual realizamos o projeto, podemos destacar a possibilidade de uma melhor compreensão os temas propostos, por parte dos adolescentes integrantes do grupo, temas esses que foram construídos juntamente com o interesse e necessidade da demanda existente, dessa forma, proporcionando uma melhora nas relações interpessoais existentes na instituição a qual os adolescentes estão inseridos, para que os mesmos possam adquirir da melhor forma o que a instituição tem a oferecer, auxiliando tanto no desenvolvimento pessoal quanto acadêmico.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, C. M.; HUTZ, C. S. As implicações do bullying na autoestima de adolescentes. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, v. 14, p. 131-138, 2011.

Estatuto da criança e do adolescente. Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990, e legislação correlata [recurso eletrônico]. – 9. ed. – **Brasília**: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 207 p. – (Série legislação; n. 83).

FRANCO, A. F. O mito da autoestima na aprendizagem escolar. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional(ABRAPEE)**, v. 13, n. 2, p. 325-332, jul/dez. de 2009.

FREIRE, T.; TAVARES, D. Influência da autoestima, regulação emocional e do gênero no bem-estar subjetivo e psicológico de adolescentes. **Rev. Psiq. Clín**, v.38, p.184-188, 2011.



INTERVENÇÕES COM PACIENTES ONCOLÓGICOS DO HOSPITAL AMARAL CARVALHO

Elis Jordany Morais Guimarães, Vanessa Laura Momesso, Liara Rodrigues de Oliveira,
email: liara_ro@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho retrata uma experiência de intervenção de estágio e busca enfatizar a forma de atuação do psicólogo hospitalar, mostrando formas de intervenções. Foi realizado no âmbito do Hospital Amaral Carvalho, visto como referência no câncer, realizando intervenções na Casa de Apoio Geral, visando a diminuição do sofrimento psíquico e proporcionando espaço para trocas de experiências.

Compreendendo o trabalho do psicólogo mais profundamente, é fundamental a importância de um elemento mais voltado à atenção a pessoa, ouvindo o outro lado, suas queixas e colocações, visando que naquele momento o paciente não precisa se preocupar com o tratamento clínico. Contribuindo para o médico e membros da equipe, o psicólogo auxiliará a redução do estresse desta e do paciente. (Angerami et al, 2010). Tendo em vista o trabalho do psicólogo no âmbito hospitalar e de sua devida equipe multiprofissional no Hospital Amaral Carvalho, o olhar humanizado deve ser colocado em pauta, pois a humanização nesse ambiente se torna essencial.

Muitas instituições da área da saúde, em especial os hospitais, visam a humanização, abrangendo aspectos de atenção ao indivíduo, para que o mesmo possua referência para a adesão ao tratamento. Tendo em vista uma visão global, preocupa-se com a relação paciente-equipe, além de se preocupar com os aspectos psicológicos, emocionais, espirituais e sociais do adoecer, tendo em vista a escuta e compreensão das reações emocionais. (Neme; Rodrigues, 2003, p. 27).

Tendo em vista a auto estima, dentro do contexto de pacientes que realizaram a mastectomia, segundo Neto; Oliveira (2006), o paciente tem nuances que proporcionam uma formação de diferentes imagens, tornando a inter-relação da autoimagem e da auto estima tão íntimas que dependem uma da outra, fazendo com que as mudanças se tornem simultâneas em ambas.

Analisando o HAC como um hospital amplo, com uma equipe de psicólogos relativamente escassa, não conseguindo atuar nas casas de apoio do hospital, viu-se a necessidade de realizações de intervenções na Casa de Apoio Geral, com intuito de proporcionar momentos de trocas de experiências e alívio do sofrimento psíquico e emocional de forma que quando levantada uma demanda de urgência, esses pacientes fossem encaminhados para o setor de psicologia.

2 METODOLOGIA

O projeto visa observar a rotina dos pacientes quimioterápicos em seu processo de tratamento. Proporcionar escuta e acolhimento àqueles que se sentem vulneráveis e que diante de diversas emoções, sentimentos, pensamentos de morte iminente, necessitam do apoio psicológico. Além de observar a rotina na sala de espera do ambulatório de quimioterapia. Observar a rotina dos pacientes que se encontram habitados na Casa de Apoio Geral, promovendo intervenções nas quais a autoestima possa ser reestruturada e, também uma melhor adesão em relação ao tratamento.

Realizar todas e quaisquer formas de intervenção assegurando a humanização no ambiente hospitalar de forma que o paciente se sinta acolhido. O projeto foi embasado em quatorze encontros, dentre eles, oito foram utilizados para observação da rotina dos pacientes moradores da Casa de Apoio Geral, do ambulatório de quimioterapia, e para a análise do acompanhamento das psicólogas nas visitas multiprofissionais.

Os outros seis encontros, foram utilizados para a realização das intervenções de forma grupais com os pacientes da Casa de Apoio Geral, tendo em vista o público feminino e masculino, sem prescrições de idades.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante do ambiente hospitalar, muitos pacientes se tornam um número e não são conhecidos pelo seu nome, muitas das vezes são conhecidos até mesmo pela sua doença, esse é o chamado processo de despersonalização do paciente, de acordo com essa perspectiva, um dos objetivos do projeto é contribuir para o desenvolvimento do olhar humanizado promovendo que esses pacientes sejam acolhidos, a fim de desconstruir o processo de despersonalização.

Tendo em vista a reconstrução da autoestima, a perspectiva perante a vida e a morte. Proporcionando novos paradigmas perante a morte, afim de construir novos olhares diante da morte e do processo do adoecimento por intermédio da realização das intervenções na casa de apoio de forma dinâmica e interativa com os pacientes.

A realização da escuta e acolhimento com os pacientes que estão recebendo o tratamento no ambulatório de quimioterapia. Também com seus familiares, diminuindo o sofrimento emocional. Favorecendo, de forma geral, uma melhor adesão ao tratamento.

Promovendo os resultados pontuais da diminuição do sofrimento psíquico e emocional, aumento da autoestima, proporcionar a motivação pela vida. Além de proporcionar a melhora no tratamento perante o enfrentamento à doença. Promovendo uma nova perspectiva diante da doença, renovando os paradigmas de que o câncer mata, afinal são múltiplos os fatores que podem levar uma pessoa à morte.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de estágio fora realizado no âmbito do Hospital Amaral Carvalho, tendo em vista a atuação das estagiárias de psicologia, por intermédio de observações pontuais do ambiente hospitalar, a fim de analisar a atuação dos profissionais pautados na humanização dentro do hospital, buscando a ruptura do ato de despersonalização dentro dos âmbitos hospitalares.

Tendo sido realizados quatorze encontros, sendo oito por intermédio da observação dos possíveis locais e seis visando as intervenções na casa de apoio geral.

O estágio ainda está em andamento, não sendo pontuais os feedbacks, buscando resultados dos quais foram propostos e articulados ao longo do estágio, como as intervenções com os pacientes, visando o alívio do sofrimento psíquico e emocional para uma melhor adesão ao tratamento. Sendo, portanto, os resultados inconclusivos até o discorrer do presente trabalho de iniciação científica.

REFERÊNCIAS

ANGERAMI, V. A.; KNIJNIK, R. B.; SEBASTIANI, R. W.; TRUCHARTE, F. A. R.; **Psicologia Hospitalar: Teoria e Prática**. 2. ed. São Paulo: Cengage, 2010.
<http://www.amaralcarvalho.org.br/>



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

NEME, C. M. B.; RODRIGUES, O. M. P. R.; **Psicologia da Saúde**: Perspectivas interdisciplinares. São Carlos: RiMa, 2003.

NETO, S. M.; OLIVEIRA, S. C. A. **Mastectomia**: Impacto na auto-estima das pacientes. São Paulo: Mastol, 2006.



INVISIBILIDADE E COMPLEXIDADE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: DESAFIOS DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA NAS PRÁTICAS INTERSETORIAIS

Natália Cristina Nabarro, Samara Fernanda Bueno, Grasiela Lima, e-mail:
grasilima29@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

É relevante falar sobre a população que se encontra em situação de rua já que a questão da exclusão social no Brasil, e em especial a realidade das pessoas nessa situação, é um fenômeno que tem assumido novas expressões na sociedade contemporânea, especialmente nos centros urbanos. De acordo com o decreto 7.053 de 23 de dezembro de 2009, no artigo 1º parágrafo único, é considerada pessoa em situação de rua um grupo constituído de homens e mulheres possuindo em comum a pobreza extrema, sem moradia fixa, com vínculos familiares fragilizados ou mesmo interrompidos, e devido à falta de moradia residem nos logradouros públicos de forma temporária ou permanente, ou mesmo utilizam os abrigos como pernoite temporário ou como moradia provisória.

O processo de exclusão social no nosso país tem raízes históricas que remontam ao período colonial e ao sistema escravista, cuja lógica excludente caracterizou a ordem econômica e a noção de cidadania. A exclusão social se relaciona com situações de extrema ruptura de relações e vínculos familiares e afetivos, além de interrupção total ou parcial com o mercado de trabalho conciliado a não participação social efetiva.

Segundo Dantas, Oliveira e Yamamoto (2010), a miséria, no Brasil, é determinada pelos que vivem abaixo da “linha de pobreza” – uma linha caracterizada por pobres e não pobres através de sua renda. Entretanto, Salama e Destremau (2001) destacam que há várias compreensões para a pobreza, e se faz necessário avaliar os aspectos sociais, políticos e econômicos, além de questões sobre identidade, posição social e representação. Assim, as pessoas em situação de rua fazem parte de um grupo heterogêneo, isto é, pessoas que vêm de diferentes vivências e que estão nessa situação pelas mais variadas razões. Há fatores, porém, que os unem: a falta de uma

moradia fixa, de um lugar para dormir temporária ou permanentemente e vínculos familiares que foram interrompidos ou fragilizados.

Castel (1993) ressalta a importância do eixo trabalho como um definidor de inclusão social, uma vez que é através dele que o indivíduo consegue ter acesso a meios de subsistência. Excluído do mundo do trabalho, o sujeito automaticamente entra numa zona de vulnerabilidade social que pode culminar na situação de rua.

Uma pesquisa publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com base em dados de 2015, projetou que o Brasil tem pouco mais de 100 mil pessoas vivendo nas ruas. Observa-se também que a população em situação de rua no Brasil é composta, em sua maioria por homens negros com idade entre 25 e 44 anos.

Diante do exposto, é necessário que o psicólogo tenha um olhar voltado para o contexto social, considerando essa população na perspectiva psicossocial e assegurando-se o que prevê o ordenamento jurídico nacional, como as garantias constitucionais e os direitos humanos, assim como a efetiva implantação da Política Nacional da População em Situação de Rua. No âmbito de políticas públicas, o uso do termo exclusão social permite enquadrar as intervenções, integrando a dimensão econômica com a dimensão simbólica e sociocultural, deixando aberta a possibilidade de introduzir outras dimensões de análise, reconhecer a centralidade da proteção dos direitos humanos para reverter os processos de exclusão social e promover o debate público sobre a complexidade dos processos de exclusão na formação e desenvolvimento das ações (ALVES; ESCOREL, 2012).

No entanto, a intersetorialidade, articula esses saberes e fazeres, em todas as dimensões da gestão, seja no planejamento, na implementação ou na avaliação. Japiassu (1996) traz elementos para compreensão da importância da intersetorialidade, definindo-a não como um simples conceito, mas como uma prática social construída a partir da existência de profundas insatisfações em pelo menos dois campos da modernidade: no campo filosófico e no campo da prática. No campo filosófico, ocorre um questionamento do lugar e da possibilidade de ação que o mundo confere às pessoas. Existe uma busca do resgate da subjetividade, da possibilidade de ser sujeito, ser solidário e de participar da construção do mundo e do futuro.



Essa intersectorialidade possibilita que o psicólogo, em contexto de atuação em equipe multiprofissional consiga realizar uma intervenção voltada para a promoção da inclusão social, levando em conta os fundamentos e as práxis da Psicologia Social Comunitária dentro dessas realidades desiguais, conflituosas e excludentes. Sendo assim, essa atuação pode ser realizada através das políticas públicas relacionadas aos órgãos que competem os Serviços de Acolhimento Institucional, Serviços de Acolhimento em República, Centro POP, Serviço Especializado de Abordagem Social, Consultório de Rua e CAPSad. O objetivo da intervenção do psicólogo social em contextos de implantação de políticas sociais inclusivas, no caso as pessoas em situação de rua, de acordo com Boratelli (2008), é estabelecer canais de inserção social e meios de qualificar a participação e interação dos sujeitos na sociedade. Sendo assim, busca-se inserir as diretrizes da psicologia a tarefa de juntar-se aos esforços multiprofissionais no sentido da criação de espaços e oportunidades de proteção e de ação para superar as injustiças sociais e a violação dos direitos fundamentais da pessoa humana.

2 METODOLOGIA

O presente estudo insere-se no âmbito de uma investigação que utiliza uma metodologia de natureza qualitativa e descritiva, através da revisão bibliográfica de artigos teórico-científicos, com intuito de abordar questões relacionadas à população e situação de rua.

Em primeiro momento, realizou-se a pesquisa bibliográfica em livros, artigos, teses e dissertações sobre o tema em questão como auxílio no marco teórico, além da análise documental, para estudo histórico, levantamento e análise do que já se produziu sobre o tema.

Assim, esta pesquisa apresenta uma perspectiva interdisciplinar e uma fundamentação teórico-metodológica na Psicologia Social Comunitária, a qual visa o desenvolvimento da consciência da população estudada como sujeitos históricos e comunitários, além da organização da mesma para ações com autonomia que levem a soluções de problemas concretos oriundos das desigualdades e exclusão social. Nesse sentido, a revisão foi pautada na perspectiva de uma Psicologia Social Crítica que, é

contextualizada nos problemas sociais e, além de ser comprometida com mudanças sociais de fundo, como a inclusão e a redução das desigualdades sociais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os estudos realizados sobre a população que se encontra em situação de rua partem do pressuposto de que essas pessoas são excluídas do contexto social, muito embora existam direitos que as resguardam dessa realidade excludente. Embora tenha entraves que impedem que as políticas públicas e a intersectorialidade aconteça de fato, como a falta de recursos assistenciais, de profissionais especializados para se trabalhar na rede e que possa lidar com essas questões. Contudo, deve-se considerar também que existe uma sociedade que marginaliza, exclui e estigmatiza as classes tidas como inferiores.

Sendo assim, a importância de se estudar e se trabalhar o tema é contribuir para que a sociedade em geral tenha mais consciência sobre a realidade dessas pessoas, contribuindo para um olhar mais humanista e uma concepção empática. Portanto, o conhecimento desses fatos específicos e caracterizados pela complexidade fará que muitas situações vivenciadas no dia a dia deixem de passar despercebidas ou invisíveis, fazendo com que essas pessoas sejam inseridas em projetos ou programas de inclusão social e tratadas com dignidade.

As equipes multiprofissionais, formadas para o atendimento à população em situação de rua encontram, no compromisso social da Psicologia, elementos fundamentais para a transformação social e a promoção de valores éticos voltados para a emancipação humana. Dessa forma, através dos estudos realizados destaca-se a importância da atuação do psicólogo social neste contexto, de forma a contribuir para o desenvolvimento de um método coletivo de produção de conhecimento sobre a intervenção profissional em políticas públicas, como determina o documento “Referências Técnicas para Atuação do(a) Psicólogo(a) no CRAS/SUAS”, de 2008.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a literatura apontar e identificar que a população em situação de é caracterizada tanto por homens como mulheres que possuem em comum a pobreza extrema, a falta de moradia fixa e/ou vínculos familiares fragilizados ou mesmo

interrompidos, e que essas pessoas residem nos logradouros públicos de forma temporária ou permanente, nota-se que as leis e políticas públicas que visam incluí-los, existem, mas nem sempre são eficazes e emergentes.

Elas protegem situações que muitas vezes não comportam uma solução simplista, mas sim que exige um atendimento multidisciplinar e um respaldo psicossocial, na medida em que exige mais do que uma mediação ou acolhimento psicológico, exige o resgate de uma história, de vínculos e de acompanhamento de diferentes profissionais.

A Psicologia Social Comunitária emerge de uma psicologia preocupada com a cidadania, e que tem se constituído ao longo das últimas décadas a partir de um esforço de intervenção com os diversos grupos sociais. Essa interação tem se dado a partir da ênfase na autonomia e no protagonismo das populações com as quais se tem trabalhado por meio da ampliação da criticidade desses sujeitos em relação ao contexto e aos problemas que apresentam, em busca da construção de um conhecimento social e comunitário.

No que se refere especificamente à população em situação de rua o psicólogo pode ter a sua função confundida com a de um assistente social, mas nesses casos cabe a esse profissional integrar essa população, de modo que consiga aprimorar o sistema psicossocial existente, atuando em favor da defesa do sujeito e dos direitos humanos para que o mesmo consiga realizar o enfrentamento da violência física, psicológica e sexual que sofre ou que possa vir a sofrer nas ruas.

Em casos de atendimentos em consultórios de rua, o psicólogo conseguirá realizar escuta e acolhimento, mas em relação aos casos de pessoas com transtorno mental grave, é necessário a intersetorialidade na rede de saúde, para que a equipe multidisciplinar consiga realizar uma intervenção adequada.

Entretanto, a atuação do psicólogo ocorre de modo horizontal onde visa buscar, em conjunto com esses sujeitos, a mudança dessa realidade excludente e desigual, buscando apoio nas redes intersetoriais de inclusão e promoção da cidadania, visando proporcionar uma melhor efetividade das políticas públicas em relação a invisibilidade, preconceito e discriminação que essa população em situação de rua se encontra.



REFERÊNCIAS

ALVES, H.; ESCOREL, S. Massa marginal na América Latina: mudanças na conceituação e enfrentamento da pobreza 40 anos após uma teoria. **Physis revista de saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 99-115, 2012.

BORATELLI, A. **O psicólogo nas políticas de proteção social**: Uma análise dos sentidos e da práxis. p. 96 -105, 2008. Acesso em: 10 out 2018.

BRASIL. Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. **Planalto**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-010/2009/Decreto/D7053.htm>. Acesso em: 29 mar. 2018.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29303

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: Uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA E, PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP). **Referência Técnica para Atuação do(a) Psicólogo(a) no CRAS/SUAS**. Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília, CFP, 2007. (re-impressão 2008)

DANTAS, C. M. B.; OLIVEIRA, I. F.; YAMAMOTO, O. H. Psicologia e pobreza no Brasil: Produção de conhecimento e atuação do psicólogo. **Psicologia & Sociedade**, 22(1), p. 104-111, 2010.

JAPIASSU, H. **A crise da razão e do saber objeto**. São Paulo: Letras & Letras, 1996.

SALAMA, P.; DESTREMAU, B. **O tamanho da pobreza**: Economia política da distribuição de renda. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.



JOGOS E BRINCADEIRAS INDÍGENAS NA ESCOLA

Ana Camila Lupino, Tamires Serinoli, Suselaine Zaniolo Mascioli, e-mail:
susezan@bol.com.br

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo é decorrente de pesquisa em andamento e tem como tema os jogos e as brincadeiras indígenas como recurso metodológico na escola.

De acordo com Campos, Grando e Xavante (2010), o jogo na escola é como um saber a ser vivenciado coletivamente, contribui para desenvolver as possibilidades da criança criar novas formas de compreender sua realidade sociocultural.

De acordo com Fantacholi (2011), brincando a criança desenvolve regras, construídas pelos grupos ou por ela mesma, aprendendo assim a resolver conflitos e entender vários pontos de vista, assim ajudando na interação com o próximo.

A brincadeira e o jogo proporcionam mecanismo para desenvolver a memória, a linguagem, a atenção, a percepção, a criatividade e habilidade para melhor desenvolver a aprendizagem. Para Fantacholi (2011), as brincadeiras, os brinquedos e os jogos contribuem para o desenvolvimento das estruturas psicológicas e cognitivas da criança.

Conforme Neubauer, Peranzoni e Zanetti (2013), o jogo e a brincadeira são considerados ferramentas para ler o mundo infantil. O brincar é uma linguagem natural da criança. A brincadeira é uma atividade essencial na educação infantil, podendo mostrar ao professor e aos colegas como é o convívio com as outras pessoas da família, ou sociedade. O brincar é uma proposta criativa e recreativa, ele é natural na vida da criança, já o jogo é uma forma de comportamento organizado, com regras, determinando a intensidade e o final da atividade, sempre obtendo no final o resultado que é a vitória, a derrota ou o empate, o jogo é fundamental para despertar o interesse e a curiosidade da criança, o jogo é importante para recrear e para educar.

Para Brougère (2002, p.6), “não é o jogo que é educativo, é o olhar que analisa diferentemente a atividade da criança, com novas noções e novos valores”. O referido autor afirma que o jogo é uma riqueza de conteúdos culturais.

De acordo com Cardoso (2010), o brincar é essencial na infância, às crianças inventam e reinventam, cada vez mais criando conhecimentos, colocando os seus em prática e também aprendendo sempre.

De acordo com Kishimoto (2010), o brincar desde o início da educação infantil garante a cidadania da criança e ações pedagógicas de maior qualidade. Nas brincadeiras as crianças se desenvolvem com mais facilidade, aprende a dividir, respeitar, criar, pensar, usam a imaginação, se expõem, conseguem expressar melhor o que estão sentindo, ou mesmo precisando, ou até mesmo passando.

Segundo Fantacholi (2011), o jogo é importante para o desenvolvimento, físico, intelectual e social, deixando de ser um simples divertimento e tornando-se ponte entre a infância e a vida adulta, as ações com o jogo devem ser criadas e recriadas, sendo sempre uma descoberta.

O objetivo desta pesquisa é apresentar alguns jogos e brincadeiras indígenas, mostrando a sua importância no processo educativo. Analisar as possibilidades do uso de jogos e brincadeiras indígenas inseridos no processo educacional visando uma Educação Intercultural. Conforme Barreto e Okada (2009), brincando a criança desenvolve processos psicológicos como a memória e a capacidade de expressar diferentes linguagens.

2 METODOLOGIA

Para atender aos objetivos apresentados foi feito uso de pesquisa bibliográfica com base em acervo de livros e artigos científicos bem como pesquisa documental com análises de documentos legais.

A lei 11.645/08 regulamenta a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena em todos os níveis de ensino.

Os jogos e as brincadeiras são essenciais para desenvolver a independência da criança, a socialização, a liberdade de expressão e a interculturalidade. Conforme Barbalho, Oliveira, Silva et al (2013), os jogos e brincadeiras de um determinado povo, mostram, ensinam e contam sobre suas histórias, costumes e tradições. Nos jogos e brincadeiras indígenas não há um vencedor, eles brincam sem desavenças, com brincadeiras junto à natureza. A educação indígena mostra por meio de jogos e brincadeiras, como superar as dificuldades do dia a dia, mostrando os valores da

criança e a evolução social, os jogos e brincadeiras, tornam-se atraentes promovendo uma melhor aprendizagem e conhecimento.

De acordo com Cruz e Jesus (2013), o professor deve ensinar para os alunos que nenhum povo é superior a outro, que a nação brasileira é fundamentalmente pluriétnica, construindo com esse aluno uma noção de respeito, cultura e diferença.

Conforme Fantacholi (2011), para ter uma boa aprendizagem é preciso que o aluno construa conhecimento e assimile os conteúdos, o jogo é um excelente meio para facilitar a aprendizagem.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foi possível observar até o presente momento que ao inserir jogos e brincadeiras indígenas no processo educacional, tem-se uma diversificação das formas de aprendizagem, aceitação e respeito à cultura indígena.

Para Fantacholi (2011), a incorporação de jogos e brincadeiras na prática pedagógica pode desenvolver diferentes atividades, contribuindo para diversas aprendizagens e para a ampliação da rede de significados construtivos para crianças, o brincar permite um trabalho pedagógico que possibilita o conhecimento da criança.

Segundo Cordazzo e Vieira (2006), na educação infantil o brincar pode ser utilizado como uma ferramenta para estimular déficits e dificuldades encontradas em alguns aspectos do desenvolvimento da criança. Os profissionais que lidam com estas crianças devem estar atentos ao desenvolvimento global infantil e não se deterem a aspectos isolados, uma vez que todos os aspectos estão interligados e exercem influências uns para com os outros.

Conforme Alves e Bianchin (2010), os jogos e brincadeiras devem ser em um ambiente que seja agradável e que tenha um objetivo. Para crianças que possuem maiores dificuldades, a interação entre eles é muito importante, pois um acaba ensinando o outro, na maioria das vezes tudo que está acontecendo é novo pra eles, desse momento em diante começam a sentir o interesse.

Segundo Silva (2007), os jogos e brincadeiras devem ter sempre um objetivo, desta forma, o professor deve elaborar o jogo com a intuição de ajudar na motricidade da criança e no desenvolvimento cognitivo, pois brincando e jogando a criança consegue aprender e assimilar.

De acordo com Campos, Grando e Xavante (2010), o jogo ajuda a criança a desenvolver as possibilidades de criar novas formas de compreender sua realidade sociocultural, a sociedade onde vive, outros povos e outras possibilidades de viver coletivamente. Portanto, a escola pode ser transformadora, tendo em vista uma melhoria da qualidade social. Ao inserir jogos e brincadeiras indígenas no processo educacional, tem-se uma diversificação das formas de aprendizagem, aceitação e respeito à cultura indígena. Com a interculturalidade mantém-se a alteridade sociocultural e também aprende a conviver com a cultura de outros povos, estabelecendo diálogos de maneira que nenhuma cultura seja superior à outra.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que este trabalho possa oferecer um suporte para professores que busquem fazer uso das práticas lúdicas indígenas de forma significativa e contextualizada.

Nas análises de Alves e Bianchin (2010), os jogos em sala de aula são de extrema importância para que a criança se descubra, experimente como é e coloque sua inteligência em ação, aprenda a conviver com as pessoas, além de colocar a imaginação em funcionamento, faz com que as crianças mostrem suas habilidades.

Conforme Ortega, Souza e Jesus (2016), os jogos e brincadeiras que forem dados em sala de aula devem ser supervisionados e planejados pelo professor e ter sempre um objetivo para que seja significativo e didático.

REFERÊNCIAS

ALVES, L.; BIANCHIN, M. A. O jogo como recurso de aprendizagem. **Revista Psicopedagógica**. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862010000200013>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BARBALHO, F. A. C.; OLIVEIRA, M. V. F.; SILVA, D. S. et al. **Cultura lúdica tradicional**: Um registro da contribuição indígena para o universo dos brinquedos potiguares. 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/Cliente/Desktop/usan%20na%20referencia/2%20USEI..1228-2416-1-PB.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.



BARRETO, S. M. G.; OKADA, E. C. R. **Vivenciando os Jogos e Brincadeiras Indígenas na Educação Infantil**, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Desktop/usar%20na%20referencia/8.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

BROUGÈRE, G. **Lúdico e Educação**: novas perspectivas. Brasília, 2002. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Desktop/REFERENCIA%20AT%C3%89%20CAPITULO%203/6491-20892-1-PB.pdf >. Acesso em: 18 jul. 2018.

CAMPOS, N. S.; GRANDO, B. S.; XAVANTE, S. I. **Jogos/Brincadeiras Indígenas**: a memória lúdica de adultos e idosos de dezoito grupos étnicos. 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Desktop/REFERENCIA%20AT%C3%89%20CAPITULO%203/JogosBrincadeirasInd%C3%ADgenas%20%20LI%202010.pdf >. Acesso em: 15 jul. 2018.

CAMPOS, N. S.; GRANDO, B. S.; XAVANTE, S. I. **Jogos e Culturas Indígenas**: possibilidades para educação intercultural na escola. Cuiabá: [s. n.], 2010.

CARDOSO, E. L. **A importância do brincar e do jogo para o desenvolvimento da criança**. 30 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização) – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-FACED/UFRGS, Porto Alegre/Gravataí, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/39541>. Acesso em: 17 jul. 2018.

CORDAZZO, S.T.D; VIEIRA, M.L. **A brincadeira e suas implicações nos processos de aprendizagem e de desenvolvimento**. 2006. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v7n1/artigos/html/v7n1a09.htm>. Acesso em: 15 jun. 2018.

JESUS, A; ORTEGA, L. V. N.; SOUSA, T. P. Jogos e brincadeiras no processo de ensino–aprendizagem na educação infantil. **Gestão Universitária**, dez. 2016. Disponível em: <http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos-cientificos/jogos-e-brincadeiras-no-processo-de-ensino-aprendizagem-na-educacao-infantil>. Acesso em: 10 jul. 2018.

KISHIMOTO, T. M. **Brinquedos e brincadeiras na educação infantil**. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Desktop/REFERENCIA%20AT%C3%89%20CAPITULO%203/3%20USEI..2.3_brinquedos_brincadeiras_tizuko_morchida.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

NEUBAUER, V. S.; PERANZONI, V. C.; ZANETTI, A. Os jogos, os brinquedos e as brincadeiras: recursos necessários na prática educacional cotidiana. **Revista Digital Buenos Aires**, 2013. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd182/os-jogos-recursos-na-pratica-educacional.htm>. Acesso em: 10 set. 2018.

FANTACHOLI, F. N. O Brincar na educação infantil: jogos, brinquedos e brincadeiras: um olhar psicopedagógico. **Revista Científica APRENDER**, out. 2011. Disponível em: <http://revista.fundacaoaprender.org.br/?p=78 > Acesso em: 15 jun. 2018.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

SILVA, A. P. **A importância dos jogos / brincadeiras para a aprendizagem dos esportes nas aulas de educação física.** 2017. 57 f. Pesquisa (Especialização) – Universidade de Brasília, São Luís, 2017. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ceme/uploads/1381975809Copia_de_Monografia_Antonia_Pereira_da_Silva.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2018.



MOTIVAÇÃO NA ESCOLA: COMO ESTIMULAR O INTERESSE DO ALUNO

Anna Lia P. de Souza, Kênia Gabriella F. de Oliveira, Vânia Borim Delpino.
e-mail: kenia_jau@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Em busca de maneiras de como manter um maior interesse dos alunos em sala de aula, pensou-se no conceito de motivação, que consiste em um impulso que faz com que as pessoas ajam para atingir seus objetivos. A motivação envolve fenômenos emocionais, biológicos e sociais e é um processo responsável por iniciar, direcionar e manter comportamentos relacionados com o cumprimento de objetivos (MAITLAND, 2004).

A palavra indica o processo pelo qual o comportamento humano é incentivado, estimulado ou energizado por algum tipo de motivo ou razão. Motivo, motor e emoção são outras palavras que têm a mesma raiz. O comportamento humano sempre é motivado. Sempre há um motor funcionando, que movimenta o comportamento humano.

Motivação é um processo responsável por impulso no comportamento do ser humano para uma determinada ação, que o estimula para realizar suas tarefas de forma que o objetivo esperado seja alcançado de forma satisfatória (ROBBINS, 2005, p. 34).

Dado autor, descreve que a motivação condiz com três propriedades distintas que a regem, sendo elas, a permanência, a intensidade e o foco/objetivo.

Segundo Hamachek (1970), a motivação pode orientar, relacionar, escolher e levar o indivíduo a conquista de seus próprios objetivos. Para obter o resultado almejado, as duas formas de motivação, a extrínseca e a intrínseca, se revezam ou se retroalimentam, e por isso serão abordadas em seguida.

A motivação extrínseca e a intrínseca têm sido amplamente estudadas e a compreensão das particularidades inerentes a cada uma delas, resultantes destes estudos, tem propiciado um acúmulo relevante de informações que possibilitam aclarar aspectos, por vezes obscuros, relacionados às práticas educacionais.

Para Maslow (2000) pode ser entendida como sendo uma força interior que se altera a cada momento durante a vida, onde focaliza e intensifica as metas e objetivos de cada indivíduo.

Portanto, de acordo com esses pontos de vista, compreende-se de que forma uma pessoa pode sentir-se motivada e inserida em um determinado ambiente. Sintetizando, segundo Hamachek (1970), a motivação pode orientar, relacionar, escolher e levar o indivíduo a conquista de seus próprios objetivos.

Assim, apresenta-se como objetivo de a pesquisa estabelecer relações entre uma formação integral do aluno e um trabalho motivacional, levando em consideração configurações e habilidades para que os alunos possam vivenciar experiências de forma feliz e satisfatória dentro da escola. Mais especificamente, metodologias que envolvam os estudantes durante a vida escolar, até se tornarem adultos ativos na sociedade, ressaltando as características que foram aprimoradas no processo de aprendizagem.

2 METODOLOGIA

A metodologia foi embasada em pesquisa de natureza qualitativa, através da revisão bibliográfica de livros, artigos teórico-científicos do Google acadêmico, Scielo, revistas eletrônicas e publicações periódicas especializadas em Educação, com recorte temático voltado para motivação e estímulo do interesse do aluno.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O desempenho na realização de qualquer tipo de tarefa ou objetivo é influenciado por forças chamadas motivos. São as forças que produzem a motivação para o trabalho, sendo que:

A motivação é específica. Uma pessoa motivada para trabalhar pode não ter motivação para estudar ou vice-versa. Não há um estado geral de motivação, que leve uma pessoa a sempre ter disposição para tudo (MAXIMILIANO, 2007, p. 250).

A motivação para o trabalho é resultado de interações complexas, entre motivos internos dos indivíduos e os estímulos, propiciados pela situação ou ambiente (MAXIMILIANO, 2007).

Com isso, a motivação, focada para a aprendizagem, por analogia, funciona em termos de forças ativas e impulsionadoras, traduzidas por palavras como desejo e receio. A pessoa deseja poder e deseja status, receia o ostracismo social e as ameaças à sua autoestima. Além disso, a motivação busca alcançar determinada meta, para cujo alcance o ser humano gasta energias, focando seus objetivos, que na presente pesquisa momento, foca-se na aprendizagem (CHIAVENATO, 2004).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a proposta de Rogers (1974) apud Araujo e Vieira (2013), é importante que o professor tente encontrar o fio condutor que orienta os alunos e, se necessário, reformular conhecimentos e o método de ensiná-los. O principal escopo dessa proposta é o abandono da passividade pelo aluno, substituindo-a por um papel ativo, de intervenção no seu próprio processo de aprendizagem, e, a partir daí a aprendizagem centra-se no aluno.

Rogers (1974) apud Araujo e Vieira (2013), entende ser absolutamente essencial que desde cedo os jovens aprendam a se posicionarem dentro de problemas complexos, identificando os prós e contras de cada solução, até que encontrem uma decisão bem formada, pois tal habilidade é um objetivo primário da educação que não pode ser atingido através de opiniões dogmáticas.

O crescimento enquanto pessoa total, promovendo a aprendizagem significativa e a interiorização do processo de aprender, objetivos da educação motivadora, envolve o trabalho docente, e cabe a ele desenvolver formas que facilitem a criação da liberdade no ambiente de ensino-aprendizagem. O autor elenca algumas práticas educativas humanistas como, por exemplo, trabalho com problemas percebidos como reais fornecimento de recursos, uso de contratos, ensino por parte de seus pares, divisão em grupos, instrução programada como aprendizagem experiencial, grupo de encontro e auto avaliação.

Em todos esses exemplos, o aluno é o centro do processo de aprendizagem e o professor é o facilitador que orienta as atividades. Essas atividades têm como objetivos promover aprendizagem significativa e a internalização destas por parte dos alunos.

Entende-se que a proposta de aprendizagem centrada no aluno tem como premissa principal permitir ao discente uma participação ativa no seu processo de



aprendizagem, no seu processo de crescimento pessoal, e tem como pressuposto a ideia de que essa cooperação melhora a eficácia da ação docente.

Acredita-se que a qualidade do processo de aprendizagem passa, por um lado, pela construção de uma relação pedagógica com base na aceitação e compreensão da pessoa do aluno e, por outro, pelo pressuposto de que o aluno contém em si potencialidades para aprender e, como tal, terá motivação para “o fazer”, e nesse caso, o papel do professor facilitador será o de estimular e desenvolver as potencialidades do aluno e simultaneamente manter a motivação necessária ao seu crescimento e desenvolvimento pessoal.

REFERÊNCIAS

AMABLE, T. M. et al. The work preference inventory: assessing intrinsic and extrinsic motivational orientations. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 66, 950-967, 1994.

APPEL, M.; WENDT, G. W.; DE LIMA ARGIMON, I. I. A Teoria da Autodeterminação e as Influências Sócio-culturais Sobre a Identidade DOI 10.5752/P.1678-9563.2010v16n2p351. **Psicologia em Revista**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 351-369, fev. 2011. ISSN 1678-9563. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/P.1678-9563.2010v16n2p351>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

ARAUJO, E. S. C.; VIEIRA, V. M. O. Práticas docentes na Saúde: contribuições para uma reflexão a partir de Carl Rogers. **Psicol. Esc. Educ**, vol. 17, n. 1, p. 97-104, 2013. ISSN 2175-3539. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572013000100010>>. Acesso em 01 ago 2018.

BATISTA, A. A. V.; VIEIRA, M. J.; CARDOSO, N. C. S.; CARVALHO, G. R. P. Fatores de motivação e insatisfação no trabalho do enfermeiro. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 39, n. 1, p. 85-91, 2005.

CAMPOS, D. M. S. **Psicologia da aprendizagem**. 32. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos**. São Paulo: Atlas, 2004.

BRANCO, P. C. C.; SILVA, L. X. S. Psicologia Humanista de Abraham Maslow. Recepção e Circulação no Brasil. **Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological studies**. ISSN 1809-6867. 2017, XXIII. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35775254007>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

CSIKSZENTMIHALYI, M. **A psicologia da felicidade**. São Paulo: Saraiva, 1992.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

TRINDADE, E. C. A. **Aspectos motivacionais de estudantes em relação às atividades em laboratório de física.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnologia, Florianópolis, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/175797?show=full>>. Acesso em 01 ago. 2018.

NAKAMURA, C. C. et al. Motivação no Trabalho. **Maringa Management: Revista de Ciências Empresariais**, v. 2, n. 1, p. 20-25, 2005.



MULHERES E A LOUCURA: APROXIMAÇÕES ENTRE GÊNERO E SAÚDE MENTAL NA VISÃO DA PSICOLOGIA SOCIAL

Isabete Alves Bonfim, Grasiela Lima,
e-mail: grasilima29@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A loucura da mulher é um tema recorrente nos estudos sobre saúde mental e traz uma diferença quando comparada à do homem. Tal fato pode ser exemplificado quando se vê uma mulher fora dos padrões normativos da sociedade e os principais adjetivos relacionados à sua conduta são realizados de forma pejorativa identificando-a como louca ou histérica, diferente do que ocorre com os homens.

A loucura é uma construção histórica, e como tal, os critérios para classificar o sujeito como louco basearam-se muito mais no lugar que ele ocupava na sociedade do que necessariamente em uma patologia. A associação entre mulher e loucura, como processo cultural fundamentado no discurso médico, referia-se às características da natureza feminina, inferior ao homem nos aspectos psicológicos, físicos e intelectuais. E conseqüentemente, mais suscetível a perturbações e desordens, enquanto a racionalidade era percebida como intrínseca ao mundo masculino. (MACHADO, 2009, p. 8)

Assim, a questão da loucura feminina deve ser estudada a partir da abordagem da teoria das relações de gênero, na medida em que existem aspectos que determinam o lugar do gênero na loucura. Portanto, historicamente, diferentes parâmetros orientaram e orienta a construção da “loucura” e da “normalidade” para mulheres e homens, o que remete a uma idealização dos papéis sexuais e dos diferentes atributos do gênero (CUNHA, 1989).

Levando-se em consideração a construção histórica da loucura e as questões de gênero, o presente estudo busca realizar algumas aproximações voltadas para a compreensão atual sobre mulheres e loucura, a ausência/permanência nas representações sociais relacionadas à “mulher histérica” ou aos estereótipos da “mulher louca”, a partir de estudos sobre tratamento da saúde mental e aluta antimanicomial também como luta feminista, na medida em que muitos transtornos estão diretamente ligados aos fatores sociais: violência doméstica, abuso sexual e psicológico, entre outros.

A luta antimanicomial representou importante avanço no tratamento da saúde mental, especialmente a partir da criação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Nesse sentido, o psicólogo social, nesse espaço de equipe multiprofissional, apresenta papel importante na desconstrução de estereótipos relacionados aos transtornos mentais apresentados por mulheres, principalmente aqueles ligados à patologização de seus sentimentos e do seu corpo.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho consiste em um estudo de natureza teórica, baseado na consulta à literatura da área, que visa descrever e compreender a loucura e saúde mental das mulheres. Para se atingir o objetivo pretendido procedeu-se à consulta à literatura especializada, em bases de dados científicas como Scielo e BVS-Psi, utilizando as seguintes palavras-chaves: mulher e loucura. A consulta à bibliografia priorizou livros e artigos científicos que se mostraram compatíveis com o tema desta pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Grécia Antiga foi uma das primeiras civilizações a mencionar sobre a loucura, através de um olhar mítico em que o predomínio de uma visão politeísta, animista de mundo, outorgava as divindades, e o poder decisório sobre as ações humanas. O louco era visto como um mensageiro do cosmos, uma dualidade entre o carnal e o espiritual, contrapondo entre crítica e razão (CARDOSO, 2004).

Assim, Cardoso (2004), relata em o mito de Cassandra, que apresenta várias vertentes e foi aplicado em vários significados através dos séculos. Uma das vertentes mais conhecidas da mitologia relata sobre ela da seguinte forma:

Com isso, Cardoso (2004) descreve que Cassandra desde o início da guerra de Tróia previu seu terrível final revelando lampejos do triste fim e sofrimentos futuros que a poderosa cidade enfrentaria com a guerra. Para conter as previsões de Cassandra e evitar escândalos, Priano, o rei, seu pai, trancou-a em um edifício piramidal na cidadela. As vigias da prisão tinham ordens de manter o rei informado das visões de Cassandra. Todas as previsões realizadas por Cassandra foram ignoradas pela corte, dentre uma dessas revelações ela citou que um grande cavalo de madeira iria parir

vários homens, que poriam fim a guerra levando Tróia à ruína. Por considerarem-na louca não lhe davam ouvidos.

Durante o período conhecido como Idade Média ou Medieval, enlouquecer já era considerado por si só desastroso, em uma época em que a informação era gerenciada pela Igreja, a razão e a medicina deram lugar a ritos e superstições uma vez mais, a falta de recursos terapêuticos e o esclarecimento em relação à loucura, mergulharam ainda mais os doentes mentais em um poço de ignorância supersticiosa (LEWIS, 2010, p. 65-66).

Logo toda a Europa mergulhou em temor, cidades e vilarejos inteiros foram massacrados por conta da Inquisição. Assassinatos tornaram-se extremamente comuns, tanto por parte dos Inquisidores para com os Hereges como também o contrário, em um espírito insaciável de vingança e desespero (LEWIS, 2010). A histeria tornou-se coletiva em uma sociedade em que o medo imperava. As crenças pagãs e a ignorância nutriam todo um sentimento de ódio, que era canalizado especialmente para as pessoas de comportamentos estranhos, desfigurados de nascença por alguma doença (congénita ou não). Estes tipos de pessoas eram os primeiros a serem culpados pelos mais diversos tipos de catástrofes ou acontecimento de nível cotidiano, como a morte de uma criança, dizimação de colheitas por gafanhotos, temperaturas elevadas, tormentas ou geadas repentinas (LEWIS, 2010).

O quadro era ainda pior quando o sujeito acometido por esses padrões (em especial a histeria e loucura) era do sexo feminino, embasados pelo discurso patriarcal religioso, o gênero feminino era fortemente discriminado e oprimido. A experiência de loucura era absurdamente diferente para o homem e para a mulher, pois como reafirmavam os ditames religiosos, era inadmissível (LEWIS, 2010).

Depressões, psicoses e histerias, eram fortemente relacionadas à bruxaria e ritualística pagã, iniciando-se então a queima em locais públicos, de centenas de mulheres histéricas, psicóticas, portadoras de deficiências físicas, ignorantes, prostitutas ou não, enfim “possuídas”. No geral, camponeses, pobres e mulheres eram os alvos mais comuns de todo tipo de taxação demoníaca e torturas. A imagem da mulher louca estava intrinsecamente unida ao conceito de bruxa serva de Satã.(LEWIS, 2010).

Como uma inversão da leitura mitologia grega Lewis (2010) relata que a loucura era vista como uma manifestação espiritual que visava à reparação e equilíbrio do ser.

Na Idade Média, as patologias psíquicas de loucura e histeria são necessariamente más, e ganham um caráter vil, não deixando margem para uma interpretação positiva desse estado, tornando o louco passivo perante o poder do demônio como também do exorcista, extinguindo o espaço da autoconsciência, ou seja, a “perda da razão ou o descontrole emocional agora têm a marca da condenação e da culpa. O louco passa a ser suspeito, a ser perigoso e, por isso, evitado” (LEWIS, 2010, p. 65).

Posteriormente são criadas instituições com tratamento médico, mas não psiquiátrico. Philippe Pinel (1745-1826) cria a reforma psiquiátrica, mudando a visão do tratamento dispensado aos loucos (SILVA; TOCCHETTO; BOLHNGAHEN, 2007).

O movimento feminista do final do século XIX fomenta uma nova realidade, muda a mentalidade e surge à mulher contemporânea que luta por direitos de cidadania. Contudo, apesar da luta pela emancipação feminina, teorias científicas ainda se fundamentavam na patologização do corpo da mulher e nos estereótipos ligados à sexualidade feminina. Assim, Freud criou uma teoria sobre a histeria feminina relacionando-a com um modo em que as mulheres encontraram para lidar com a castração ao trocar a satisfação sexual pela manifestação de sintomas tais como paralisias musculares, convulsões, afasias, entre outros. Freud mesmo tendo a percepção que a mulher sofria uma repressão sexual mais rígida do que a do homem, não conseguiu desconstruir a ideia de histeria nas mulheres (SILVA; TOCCHETTO; BOLHNGAHEN, 2007).

Para Queiros (2015), a história da loucura é permeada por misoginia. Em geral, a figura feminina era (é) colocada ao lado da irracionalidade, do silêncio, do corpo, enquanto que a masculina é colocada ao lado da razão, do discurso, da cultura, da mente. Logo, o feminino constitui-se como a figura ideal para representar a loucura. Consideradas como curandeiras, bruxas, heréticas agentes do demônio, feiticeiras, dentre outros estereótipos, este cenário permaneceu constante para as mulheres até meados do século XVIII.

No século XX, algumas pesquisas demonstram que a loucura das mulheres ainda aparece como fato de origem discriminatória e misógina:

Estudos diversos apontam que, no decorrer do século XX, as mulheres ocuparam gradativamente a maioria dos leitos dos hospitais psiquiátricos e constituíram-se também na maioria das pacientes de clínicas particulares. Segundo autoras como Chesler (1989), Showalter (1985), Gilbert e Gubar (1979, 1988) e Garcia (1995), isto acontece por uma dupla razão:

historicamente a loucura é considerada uma enfermidade feminina, e as mulheres vivem situações reais de opressão como esposas, filhas, irmãs, amantes, mal compreendidas pela psiquiatria¹⁷. Para Cunha (1989), *a loucura nas mulheres – nas interpretações médicas do início do século XX – aparece como mais transgressiva do que nos homens*. Nestes, a loucura se manifestaria na quebra dos papéis sociais desempenhados no espaço público, o de trabalhador ou cidadão: ausência de razão, mau uso da liberdade, privação dos sentidos, comportamentos estranhos ou anti-sociais. Nas mulheres, ao contrário, a loucura se manifestaria preferencialmente na esfera privada – lugar por excelência do sexo feminino. (WADI, 2006, p. 68, grifos nossos).

Importante destacar no contexto da saúde mental no Brasil, a Reforma Psiquiátrica foi um processo surgido em nosso país na década de 1970, fundamentado numa visão crítica estrutural das instituições psiquiátricas clássicas, mais conhecidas como manicômios.

Em 1987, o movimento de Luta Antimanicomial ganhou força e apresentou para a sociedade ideias de que as pessoas com sofrimento mental devem ser acolhidas, cuidadas e tratadas como sujeitos.

A promulgação da Lei Federal nº 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, coloca o Brasil entre um grupo de países com uma legislação moderna, em consonância com as diretrizes da Organização Mundial da Saúde e seu Escritório Regional para as Américas (MELO, 2012).

Assim, a referida Reforma Psiquiátrica é entendida como processo social complexo, que envolve a mudança na assistência de acordo com os novos pressupostos técnicos e éticos, a incorporação cultural desses valores e a convalidação jurídico-legal desta nova ordem (MELO, 2012).

Dentre os desafios oportunizados pela reforma, há consenso sobre a necessidade de a sociedade conviver de forma mais harmônica com os diferentes e o reconhecimento das potencialidades dessas pessoas enquanto sujeitos de direitos e que, portanto, devem ser incluídas socialmente como cidadãos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresente pesquisa sobre mulheres e loucura, constata-se que o estereótipo da louca ou da histérica lhe foi imputada a partir de preconceitos de gênero ideias criadas e reproduzidas a partir da imposição da cultura patriarcal machista.



Apesar dos movimentos pela emancipação da mulher no final do século XIX e da conquista de direitos de cidadania no século XX, a teoria de Freud sobre a histeria feminina ganhou espaço nas representações sociais. Contudo, o comportamento das mulheres estava de fato relacionado à repressão sexual imposta de forma rígida, causa dano corpo femininas paralisias, afasias entre outros problemas.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, L. M. A. **Ensino Aprendizagem de Psicopatologia**. [S. l.]: Casa do Psicólogo, 2004. Disponível em: <<https://www.estantevirtual.com.br/livros/ligia-maria-ananias-cardoso/ensino-aprendizagem-de-psicopatologia-um-projeto-coletivo/1963262263>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

CUNHA, M. C. P. Loucura, Gênero Feminino: as mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 9, nº 18, p. 121-144, ago/set. 1989.

LEWIS, B. R. **A história Secreta dos Papas: vício, assassinato e corrupção no Vaticano**. Tradução: Thais Lena Mendes e Renata Colij. São Paulo: Editora Europa, 2010.

MACHADO, J. S. A. **Gênero sem Razão: Mulheres e Loucura no Sertão Norte Mineiro**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Montes Claros, Minas Gerais, 2009.

MELO, A. M. C. Apontamentos sobre a reforma psiquiátrica no Brasil. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**. ISSN 1984-2147, v. 8, n. 9, p. 84-95, Florianópolis 2012. Disponível em: <<http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/viewFile/2127/2920>>. Acessado em 23 set. 2018.

QUEIROS, I. C. O. **Relações de Gênero e Loucura: reflexões a partir do documentário Estamira**. Monografia (Especialização) - II Curso de Especialização em Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (UNB), Brasília, Distrito Federal, 2015. Disponível em: <<http://bdm.unb.br/handle/10483/11278>> Acesso em 25 set. 2018.

TOCCHETTO, G.; BOHMGAREN, J. **Psicologia e Luta Antimanicomial**. Trabalho apresentado em aula – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível: <http://www.ufrgs.br/e-psico/etica/temas_atuais/luta-antimanicomial-texto.html>. Acessado em: 11 jan. 2018.

WADI, Y. M. Experiências de vida, experiências de loucura: algumas histórias sobre mulheres internas no Hospício São Pedro (Porto Alegre, RS, 1884-1923). **História Unisinos**, v. 10, n. 1, p. 65-79, Janeiro/Abril 2006.



MÚLTIPLAS LINGUAGENS NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Nayara Rossinholi Conte, Célia Regina Auler Pereira Furuta, e-mail:
nayaraconte@bol.com.br

1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN nº 9.394/96, em seu artigo 29, constitui a primeira etapa da Educação Básica e tem como objetivo o desenvolvimento integral da criança de zero a seis anos de idade em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996). Porém, a Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 determina que esses direitos sejam garantidos para as crianças de zero a cinco anos, e para tanto o currículo da Educação Infantil deve ser concebido como um conjunto de práticas que visam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico.

A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. (BRASIL, 2009).

Nessas premissas, as propostas pedagógicas deverão considerar a criança como um sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009).

A escola como um espaço de vivências, aprendizagens individuais e coletivas, deve contemplar múltiplas linguagens, como jogos, brincadeiras, brinquedos, artes visuais, linguagens musicais e movimento, contação de histórias, linguagem oral e escrita, no intuito de oportunizar momentos para a socialização e o desenvolvimento de capacidades como a construção de identidade, autonomia, resolução de conflitos, e

habilidades de origens cognitivas, motoras, físicas, sociais, afetivas e éticas (ALMEIDA, 2012).

Não se trata assim, de transmitir à criança uma cultura considerada pronta, mas de oferecer condições para ela se apropriar de determinadas aprendizagens que lhe promovam o desenvolvimento de diferentes formas de agir, sentir e pensar (GOBBI, 2010).

Partindo desses pressupostos, o desafio para os professores consiste em identificar modos construtivos para desencadear esse processo, a fim de garantir a leveza e ludicidade nessa etapa da educação, contribuindo para uma educação integral e voltada para o desenvolvimento da criança em suas múltiplas dimensões, entendendo, também, que a alfabetização é processual (BONFANTI, 2017).

Deste modo, utilizar as múltiplas linguagens na Educação Infantil é, permitir a liberdade de ação e constituição do conhecimento e da aprendizagem de forma ampla e prazerosa. As crianças não devem ser imersas em uma ou outra linguagem, mas sim, em diversas linguagens. As múltiplas linguagens ampliam o trabalho pedagógico, contribuem para o desenvolvimento integral da criança oportunizando-a a novas vivências e experiências (COSTA, 2017).

Diante da complexidade desta temática, justifica-se a necessidade deste estudo para a busca de conhecimentos no intuito de enfatizar sobre a importância das múltiplas linguagens e suas práticas na Educação Infantil.

Acredita-se que a linguagem representa uma riqueza de possibilidades, desde que, a criança tenha acesso às especificidades de cada uma delas, para que, desse modo, possa desfrutar de todas, apropriando-se de cada uma de maneira particular, o que significa, reconhecer nelas particularidades que não as colocam em ordem hierárquica de importância, mas em situação de igualdade diante ao que cada uma representa (COSTA, 2017).

Assim, as questões que se coloca é: Qual a importância das diferentes linguagens como prática pedagógica? Qual o papel do educador na mediação das práticas de linguagens?

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é discutir sobre as diferentes práticas de linguagem desenvolvidas na Educação Infantil e como estas podem favorecer o desenvolvimento da criança possibilitando vivências e experiências diferenciadas, no

intuito de contribuir para interações e o desenvolvimento de competências e habilidades.

Diante do exposto, pode ser ressaltado que a Educação Infantil é uma etapa importante para o desenvolvimento criança, apresentando aos educadores um constante quadro de inquietações e reflexões diante do desafio de preparar a criança para sua carreira estudantil, bem como de contribuir para a formação de um ser integral.

2 METODOLOGIA

Pesquisa de cunho bibliográfico tem como ferramenta embasadora, material já publicado em livros, artigos científicos, dissertações, teses, publicações periódicas e materiais disponíveis em meio eletrônico.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa encontra-se em andamento, de modo que até o momento não apresenta resultados conclusivos. Todavia, durante a análise da literatura consultada, pode-se verificar que os autores consideram muito importante as múltiplas linguagens e suas práticas na Educação Infantil. Ao contemplar sobre a importância das múltiplas linguagens como prática pedagógica, percebeu-se que os professores demonstram conhecer a relevância desse aspecto, no entanto, desenvolvem as que consideram mais importantes.

Com a pesquisa entende-se que as múltiplas linguagens na Educação Infantil podem proporcionar a expressão das crianças, e também, a construção de seus conhecimentos, compartilhando significados, formas de se expressar, de produzir sentidos múltiplos por meio da linguagem verbal, corporal, musical e visual.

No entanto, cabe ao professor em sua prática educativa trabalhar com conteúdos diversos que abranjam desde cuidados básicos essenciais, até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento, organizando atividades diferenciadas, possibilitando o emprego de várias linguagens, organizando materiais diferenciados, adaptando os locais utilizados e despertando o gosto pelo novo e diferente.

Kramer (2006) afirma que quando há compreensão efetiva do que essas concepções de linguagem promovem e o professor acredita na mesma, a teoria se efetiva na prática, e o professor terá, então, uma postura adequada à mesma.

"As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem garantir experiências variadas e significativas que incluem o trabalho com diferentes linguagens, entre elas a linguagem escrita e oral" (BRASIL, 2010, p. 25)

A criança se apropria desde cedo dos conhecimentos em sua volta (OLIVEIRA, 2011). Por esta razão sua imersão no universo literário é reconhecida e defendida nos documentos norteadores da Educação Infantil (BRASIL, 1998).

Nesse sentido, considera-se que propiciar situações envolvendo diferentes formas de expressão, é de fato contribuir para o desenvolvimento da criança no intuito de possibilitar o desenvolvimento de competências e habilidades ainda que numa fase tão tenra.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se importantes as múltiplas linguagens da Educação infantil, visto que as mesmas possibilitam um desenvolvimento integral da criança, e também, é um meio para que ela possa se expressar, comunicar-se e desenvolver competências e habilidades para a vida cotidiana, bem como para estudos posteriores.

As propostas pedagógicas devem considerar a criança como um sujeito histórico e de direitos, pois nas interações, ela constrói sua identidade pessoal e coletiva e desenvolve sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

O desafio para os professores consiste em identificar modos construtivos para desencadear esse processo, a fim de garantir a leveza e ludicidade nessa etapa da educação, favorecendo o desenvolvimento, evidenciando sua relevância e funcionalidade no desenvolvimento integral da criança. Esse aspecto contempla, portanto, aos educadores um constante quadro de inquietações e reflexões diante do incitamento de preparar a criança para sua carreira estudantil, bem como de contribuir para a formação de um ser integral, o que nos faz pensar que em termos de educação somos um eterno aprendiz.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. S. **Interações**: crianças, brincadeiras brasileiras e escola. São Paulo: Blucher, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em 01 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretária de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Vol.1.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília: MEC/FAE, 1996.

BONFANTI, C. Z. As múltiplas linguagens no cotidiano da educação infantil expressas nas falas das professoras de um CEI de Nova Veneza/Sc. **Rev. Saberes Pedagógicos**, Criciúma, v. 1, n. 2, jul. /dez, 2017.

COSTA, J. P. As múltiplas linguagens e a organização do trabalho pedagógico na educação infantil. In: VI SEMANA DE INTEGRAÇÃO, 6.; 2017, Goiás. **Anais da VI Semana de Integração Inhumas**, Inhumas: UEG, 2017, p. 715-732.

GOBBI, M. **Múltiplas linguagens de meninos e meninas no cotidiano da Educação Infantil**. In: Consulta Pública sobre Orientações Curriculares Nacionais da Educação Infantil. Ago, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6678-multiplaslinguagens&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 18 mar. 2018.

KRAMER. S. **A infância e sua singularidade**. In: BRASIL. Ministério da Educação. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis de anos de idade. Brasília: FNDE, 2006.

OLIVEIRA, Z. M.R. **Educação infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2011.



NA ABORDAGEM DE LEV SMINOVICH VYGOSTSKY: A INFLUÊNCIA EXERCIDA PELA SOCIEDADE NA CONSTRUÇÃO DO SER

Ana Laura Américo Aureliano, Lúcia Helena Ormelese de Barros,
e-mail: analauraamerico@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de discutir como a sociedade influi na construção da identidade do ser, segundo as ideias de Lev Sminovich Vygotsky. Para atingir o objetivo proposto foram realizadas leituras bibliográficas da Teoria Histórico Cultural de Vigotsky, bem como sobre o materialismo dialético de Marx, além de artigos científicos e vídeos que discutem a questão em foco.

A pretensão é fazer uma breve síntese da Teoria Histórico-Cultural, baseando-se no referencial teórico de Vigotsky, apresentando de forma sintetizada alguns pressupostos fundamentais desta Teoria.

Segundo Vigotsky (2009), a Teoria Histórico-Cultural traz como ponto principal o fato do homem ser agregado às relações sociais. Os homens humanizam-se por intermédio da cultura e esta é entendida como a produção de conhecimentos da humanidade ao longo da história, ou seja, tudo o que é criado pelo homem é cultura. Nesta perspectiva, o sujeito é sempre pertencente a um grupo e o indivíduo é visto de maneira biológica e social.

2 METODOLOGIA

A metodologia foi elaborada com fundamentação teórica em artigos científicos, livros e sites educacionais disponibilizados na internet, que abordam a perspectiva sociocultural proposta pelo psicólogo bielo-russo que realizou diversas pesquisas na área do desenvolvimento da aprendizagem Lev Semyonovich Vygotsky.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Lev Semyonovich Vygotsky foi um importante teórico tanto na área da psicologia como no campo educacional. Após muitos estudos realizados tornou-se precursor da abordagem Histórico-Cultural, conhecida também como sociointeracionismo, a qual

possui sua base enraizada na epistemologia do materialista dialético³ de Karl Marx e parte da ideia de que o homem é um ser histórico e social.

Dessa forma, a Teoria Histórico-Cultural explica o aprendizado do ser a partir de sua experiência social e da cultura em que está inserido, visto que para Vigotski, “tudo o que é cultural é social”, fazendo referência ao materialismo pressuposto por Marx. Pode-se dizer que Vygotsky compartilha ideias construtivistas⁴ e marxistas, afirmando que a aprendizagem ocorre por meio da interação do sujeito com outros sujeitos e com o meio, não descartando o suporte biológico, mas Vygotsky em sua teoria pressupõe que é por meio das interações sociais que o sujeito desenvolve suas funções psicológicas superiores⁵, caracterizadas por mecanismos superiores complexos, vale ressaltar, que para ele são essas funções que diferenciam o ser humano de outros animais.

Portanto, o processo de aquisição do conhecimento é conhecido como apropriação e internalização dos saberes culturalmente e socialmente estabelecidos, que ocorre gradativamente e é embasado por uma série de transformações. É uma apropriação individual dos saberes que pertencem ao meio social, ou seja, a aprendizagem ocorre em primeiro momento entre pessoas, no nível social (Interpsicológico) e depois de forma individual, no interior (intrapicológico). Sendo assim, momentos da vida do indivíduo definem a sua singularidade.

Isso se deve pelo fato de compreender a transformação do homem em ser humano, Vygotsky introduz dialeticamente no pensamento psicológico a relação entre esse homem, a natureza, as relações sociais e a culturais. Esse é um dos grandes avanços da teoria histórico-cultural, visto que as teorias do desenvolvimento do início

³ Materialismo dialético é uma concepção filosófica que defende que o ambiente, o organismo e os fenômenos físicos tanto modelam animais irracionais e racionais, sua sociedade e cultura quanto são modelados por eles, ou seja, que a matéria está em uma relação dialética com o psicológico e o social.

⁴ O construtivismo é uma teoria da aprendizagem, também entendida como uma corrente pedagógica, que tem como principal foco o entendimento da obtenção da aprendizagem relacionado com a interação do indivíduo com o meio.

⁵ Trata-se, em primeiro lugar, de processos de domínio dos meios externos do desenvolvimento cultural e do pensamento: a linguagem, a escrita, o cálculo, o desenho; e, em segundo, dos processos de desenvolvimento das funções psíquicas superiores especiais, não limitadas nem determinadas com exatidão, que na psicologia tradicional denominam-se atenção voluntária, memória lógica, formação de conceitos, etc. Tanto uns como outros, tomados em conjunto, formam o que qualificamos convencionalmente como processos de desenvolvimento das formas superiores de conduta da criança (VYGOTSKI, 2000c, p. 29).

do século XX, eram baseadas no modelo biológico-maturacional, ainda que não desconsiderassem a cultura, compreendiam as como um artifício externo ao homem.

quando ocorre o processo é "externo" quer dizer que é "social". a palavra social tem grande importância [...]. primeiro, no sentido mais amplo significa que todo cultural é social. justamente a cultura é um produto da vida social e da atividade social do ser humano, por isso, o próprio delineamento do problema do desenvolvimento cultural do comportamento nos leva diretamente ao plano social do desenvolvimento (Vigotsky, 1995, p. 150-151).

Nessa perspectiva, é importante ressaltar que o educador necessita entender como as funções mentais, enquanto conceitos funcionais são elaborados para, assim, compreender como cada indivíduo aprende durante o processo escolar. Isso demonstra que para colaborar na formação do ser, se faz necessário reconhecer como as funções mentais se estruturam em cada etapa do desenvolvimento que formam as bases da teoria Vygotsky.



Para entender a relação entre **desenvolvimento e aprendizagem** mencionado por Vigotsky, torna-se necessária a compreensão da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) que é um conceito criado pelo autor, elementar na prática pedagógica. É baseada na distância entre o conhecimento real, que é o saber que o aluno já carrega consigo e o conhecimento potencial, que é o conhecimento que o aluno é capaz de obter, entretanto ainda não é capaz de realizar determinada atividade sem o auxílio de um mediador. Desse modo a aprendizagem ocorre no intervalo da ZDP, com a mediação do outro. Dentro do âmbito o escolar o professor nada mais é que um importante mediador de conhecimento, que tem o papel de criar e identificar a ZDP do aluno, estimulando o mesmo a cooperar com os colegas e internalizar o conhecimento.

Então para o autor o conhecimento cognitivo do ser, acontece por meio da interação do sujeito com o outro e com o meio, lembrando que o desenvolvimento e a aprendizagem estão intrinsecamente relacionados. Essa relação com outro indivíduo possibilita a troca de saber ou experiências, com isso, o sujeito adquire e constrói o seu próprio conhecimento interagindo, portanto, a aprendizagem é caracterizada uma experiência social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do desenvolvimento deste trabalho foi possível discernir que as interações sociais e destaca a teoria sociocultural de Vygotsky, os quais facilitam o entendimento do processo de ensino e aprendizagem, bem como enriquecem a formação e desenvolvimento de conceitos científicos.

Contudo, se dá também ênfase, não só na valorização da transmissão de conteúdos de forma tradicional e linear, mas na ação mediadora entre o sujeito e o objeto do conhecimento, pois cada um traz consigo determinadas possibilidades de interpretação do mundo externo.

Conclui-se que o homem é um ser social, em que o conhecimento não pode ser separado do contexto que está inserido, ou seja, o homem se forma a partir da interação e contato com a sociedade. Então, torna-se evidente o valioso papel da interação com o outro e da influência da cultura na qual se encontra inserido para a construção do conhecimento e das habilidades do ser.

REFERÊNCIAS

ANTONIO. M. R. **Teoria histórico-cultural da pedagogia histórico-Crítica: o desafio do método dialético na didática**, Programa de Desenvolvimento Educacional - Universidade Estadual de Maringá, 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2290-6.pdf>> Acesso em: 28 set. 2018.

COELHO. L.; PISIONI. S. Vygotsky: sua teoria e a influência na educação. **Revista e-ped – FACOS/ CNEC Osório**, v. 2, n. 1, ago. 2012. Disponível em: <http://facos.edu.br/publicacoes/revistas/e-ped/agosto_2012/pdf/vygotsky_-_sua_teorica_e_a_influencia_na_educacao.pdf> Acesso em: 08 set. 2018



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

MARTINS. L. M; RABATINI. G. V. A concepção de cultura em Vigotski: contribuições para a educação escolar. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 11, n. 22, dez. 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000200011> Acesso em: 12 set. 2018.

SANTA. D. F; BORONI. V. As raízes marxistas do pensamento de Vigotski: contribuições teóricas para a psicologia Histórico-cultural, **Kínesis**, v. 6, n. 12, p. 1-16, dez. 2014. Disponível em: <https://www.marília.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Kinesis/1_fernandoevivian.pdf>. Acesso em: 03 set. 2018.

VIGOTSKY, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

VIGOTSKY, L. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.



NOVAS TECNOLOGIAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL: UM RECURSO PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Heloisa Galiano de Moraes, Wanderlei S. Gabini, e-mail:
helomoraes2009@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda as tecnologias aplicadas à educação nos anos iniciais do Ensino Fundamental, voltando-se para a postura do profissional, da escola e da sociedade diante dos novos meios de comunicação e da aprendizagem. De acordo com Kenski (2012), as instituições de ensino e a sociedade, vivenciam uma era na qual a informação, o comportamento, e a aprendizagem se modificam rapidamente. O avanço tecnológico é algo contínuo, e para dominá-lo é preciso estar aberto para as transformações e estar em constante aprendizagem.

Ao pensar sobre o uso desses recursos no processo de ensino-aprendizagem nos anos iniciais, remete-se à forma como eles vêm sendo utilizados dentro do ambiente escolar, onde, de acordo com a autora, se requer novas mediações entre a abordagem do professor, a compreensão do aluno e o conteúdo a ser trabalhado. Não cabe apenas disponibilizar tais recursos sem conhecimento prévio sobre eles; utilizar a tecnologia na escola vai muito mais além de uma rica infraestrutura, exigindo o preparo pessoal de gestores, professores e alunos, para que compreendam o sentido de tal uso.

Os recursos tecnológicos antes tão mal vistos dentro da escola, hoje se tornam parte dela; há diversos deles que podem ser aliados da educação, e que contribuem no processo de ensino-aprendizagem.

2 METODOLOGIA

Esse estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa. Busca compreender aspectos ligados à forma como os recursos tecnológicos se fazem presentes no cotidiano escolar. De acordo com Minayo (2008 apud GUERRA, 2014, p. 12), a pesquisa qualitativa tem como foco a:



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

[...] a objetivação, pois durante a investigação científica é preciso reconhecer a complexidade do objeto de estudo, rever criticamente as teorias sobre o tema, estabelecer conceitos e teorias relevantes, usar técnicas de coleta de dados adequadas e, por fim, analisar todo o material de forma específica e contextualizada.

Esse trabalho centrou-se em uma pesquisa bibliográfica, realizada através da leitura de livros, artigos e monografias, com o intuito de buscar pelos resultados de estudos envolvendo o uso das novas tecnologias da informação e da comunicação, sobretudo nos anos iniciais do ensino fundamental. A pesquisa bibliográfica, segundo Ruiz (2011), faz um exame das produções sobre um determinado tema, para análise do que já foi discutido sobre ele. Após o levantamento das ideias principais, encaminhou-se a categorização dos aspectos convergentes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Almeida (2005), a educação é realizada por diversos educadores, planejadores e instrumentos pedagógicos distintos. Ele indica a necessidade de que os educadores tenham consciência da realidade, e desenvolvam um estudo voltado para o uso dos recursos computacionais adequados para seu público. É importante destacar, ainda, o incentivo por parte da gestão escolar na formação continuada, visando o preparo para lidar com os recursos e as reais necessidades dos alunos. O autor salienta a importância de se preparar o educador para o uso das tecnologias dentro do ambiente escolar, de modo que, reconheça o sentido do uso desse recurso e contextualize com a aprendizagem dos alunos.

Kenski (2012) aponta que para ter a informação que garanta ao docente a utilização das novas tecnologias é preciso um grande esforço. Como elas estão sempre mudando, e se atualizando, o preparo para utilizá-las não pode se considerar finalizado. Não basta apenas possuir equipamentos tecnológicos, se não souber como utilizá-los, e perceber como auxiliam no processo educacional.

Essa autora destaca que a maior parte das tecnologias pode auxiliar no processo de aprendizagem, estando presentes desde o planejamento das aulas até o trabalho com os alunos. A escolha de determinado tipo de tecnologia altera o processo educacional habitual, e quando bem utilizado, provoca alterações no comportamento

dos professores e alunos, promovendo melhor conhecimento e maior aprofundamento do conteúdo estudado.

Kenski (2012) comenta, ainda, que o uso das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) nos anos iniciais proporciona às crianças a oportunidade de explorarem novos conhecimentos, não havendo dúvida de que essas vivências tecnológicas trazem mudanças positivas para a educação.

Como evidência dessas mudanças, Corrêa (2012) destaca o Projeto Mundo do Saber, que foi criado em 2001, na Unicamp. Esse projeto, segundo a autora, não é visto somente como uma solução mediada pelo computador, mas sim uma ferramenta capaz de estimular e revisar conteúdos tratados em sala e promover a aprendizagem através da reflexão, com atividades desafiadoras; além disso, visa à interação entre professor e aluno.

De acordo com Gabini (2012), a organização das aulas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com o uso do computador, permite formatos diversificados de trabalho com a turma, sendo a mediação do professor o ponto fundamental para que as informações proporcionadas pelos recursos tecnológicos passem a integrar os saberes dos alunos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação necessita de revisão das práticas pedagógicas, e, às instituições, cabe refletir sobre sua realidade, acompanhar a evolução da sociedade, incluindo os recursos tecnológicos de maneira significativa, além de incentivar a formação continuada do professor.

Nóvoa (1992) afirma que a formação deve promover a reflexão e desenvolver ambientes de aprendizagem nas quais os docentes interajam, troquem conhecimento, construam sua identidade profissional. É importante que os cursos de formação preparem o educador para refletir sobre suas ações, garantindo o domínio de competências para promover mudanças significativas em sua prática.

Além do preparo profissional, Kenski (2012) observa que com as novas práticas pedagógicas, há uma modificação na forma de se organizar a escola. Portanto, a gestão escolar deve ter uma nova postura, de maneira a promover o trabalho coletivo, incentivar a pesquisa, a participação nas questões escolares, e a formação.



Não basta, portanto, que as instituições ofereçam o recurso se ele não for utilizado de uma maneira contextualizada e significativa para o aluno. É preciso que haja reflexão sobre a realidade, sobre as práticas e as reais necessidades; dessa forma, a tecnologia será uma aliada da educação, despertando nos alunos o interesse e a motivação em aprender, pesquisar e divulgar os saberes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. **Educação e Informática: os computadores na escola**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CORRÊA, M. D. C. **Tecnologia e Práticas Educativas: O Projeto Mundo do Saber**. 2012, 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação). UNISAL – SP. Disponível em: <https://unisal.br/wp-content/uploads/2013/03/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Maria-Dorothea-Chagas-Correa.pdf>. Acesso em: 11 out. 2018.

GABINI, W. S.; DINIZ, R. E. S. A formação continuada, o uso do computador e as aulas de ciências nos anos iniciais do ensino fundamental. **Revista Ensaio**, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 333-348, set-dez 2012.

GUERRA, E. L. A. **Manual pesquisa qualitativa**. Belo Horizonte: Ânima Educação, 2014. Disponível em: <http://disciplinas.nucleoad.com.br/pdf/anima_tcc/gerais/manuais/manual_quali.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2018.

KENSKI, V. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8 ed. Campinas: Papirus, 2012.

NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente**. Lisboa: Dom Quixote, 1992, p. 13-33. Disponível em: <<http://hdl.hanle.net/10451/4758>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

RATTI, C. F.; MELLO, J. M. Recursos tecnológicos: diagnóstico e formação na utilização do software jclíc. **Cadernos PDE**, v. 1, p.1-19, 2013. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uem_cien_artigo_cislaine_de_fatima_ratti.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2018.

RUIZ, J. A. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.



O ADOECIMENTO DO PROFISSIONAL DOCENTE

Daniela Silva Sena, Wanderlei S. Gabini,
e-mail: daniela_sena12@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, a educação se depara com uma sociedade em constante mudança, exigindo sempre inovações no método de ensinar. A formação continuada do professor sugere importantes questões, propõe desafios, sobretudo nos tempos atuais, quando todos os paradigmas educacionais estão sendo revistos. Espera-se, através de uma formação permanente, alcançar a melhoria da qualidade do ensino no contexto educacional contemporâneo, que necessita de uma educação para a vida, de trabalhar com uma pedagogia mais humana, uma pedagogia cooperativa, que promova aprendizagem permanente.

Precisa-se criar condições que garantam aos professores o direito de construir sua identidade, de refletir sua prática, a partir de sua própria essência; uma educação que dê condições ao professor de criar novos significados, construir seus conhecimentos e transformar o mundo a partir de uma visão crítica.

Nesse processo de cooperação, o próprio educador pode-se transformar, seja pela relação com o outro, com o educando ou com a instituição de ensino, seja pela busca constante de aprimoramento, científico, técnico e humano, como um cidadão ético e responsável. Há um entendimento na atualidade, de que os professores, por serem protagonistas da prática, devem ser incentivados a ser agentes ativos na escola e na sala de aula, mediadores e transformadores privilegiados das propostas de ensino, que reinterpreta, cria, recria, subverte e faz a mediação entre as decisões externas e a sala de aula.

Libâneo (2007) afirma que está cada vez mais difícil os educadores assumirem um papel dentro da sala de aula devido aos baixos salários, uma formação inadequada, falta de teoria e prática nos cursos de formação, ausência de carreira estruturada, dentre outros fatores que resultam na redução da autoestima dos professores. Essas condições chamam a atenção para o preparo e cuidado que se

deve ter com os educadores, pois, com a desvalorização da profissão, algumas consequências inevitáveis estão sendo alcançadas no espaço escolar, como demissão para buscar um novo emprego, não apenas em escolas públicas, mas também em instituições particulares e universidades, diminuição das instituições que oferecem cursos de licenciatura, onde muitos dos alunos que começam os cursos de formação docente estão ali por ser a última de suas opções.

Gouvêa (2016) destaca que são dois fatores determinantes que provocam os processos de adoecimento dos professores: diminuição ou falta de tempo livre para diferentes atividades e lazer, e o trabalho realizado em condições de estresse que podem trazer implicações para a saúde.

2 METODOLOGIA

O presente estudo está centrado em uma pesquisa bibliográfica, utilizando livros, artigos científicos, e publicações de órgãos oficiais, de modo a identificar as diferentes produções a respeito do tema. A pesquisa bibliográfica, de acordo com Marconi e Lakatos (2010), permite que o pesquisador entre em contato direto com o que foi produzido sobre o tema em estudo, propiciando o exame dele sob um novo enfoque. Após a leitura, foram estabelecidas categorias para identificar e analisar as ideias principais que se fizeram presentes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O atual contexto apresenta a nova sociedade como a sociedade do conhecimento ou digital. Este novo paradigma tem a sua fundamentação a partir dos avanços tecnológicos e da informação em rede. A sua estruturação está alicerçada na realidade virtual, ou seja, um salto a partir da brincadeira à ferramenta de aprendizagem e trabalho. Faz-se necessário repensar a práxis e a postura profissional com o intuito de redefinir as exigências desta realidade, visto que novas habilidades e competências estão emergindo neste mundo informatizado e virtual.

Contudo, se por um lado reformas educativas e ações políticas procuraram nas últimas duas décadas incrementar formas de controle do trabalho docente, por outro, há um reconhecimento da força de sua ação no processo escolar. Nesse reconhecimento foi fundamental a imagem do professor-reflexivo, ou seja, uma

competência ou uma atitude de “qualificar” aquela reflexão corriqueira, cotidiana que todos nós fazemos antes, durante e após o desenvolvimento de qualquer ação (Perrenoud, 2000, p. 134).

De acordo com Oliveira (2012 apud GOUVÊA, 2016, p. 210), “os docentes vão incorporando novas funções e responsabilidades, premidos pela necessidade de responder às exigências dos órgãos do sistema, bem como da comunidade”. Junto a esse fator, a intensificação da jornada docente tem colaborado para tensionamentos que acabam por integrar o trabalho docente.

Diehl e Marin (2016) apontam que o estresse e a *síndrome de burnout* são os dois fatores que mais afastam os docentes de seu trabalho. Harrison (1999 apud DIEHL; MARIN, 2016, p. 66) aponta que:

a síndrome de burnout pode ser entendida como um tipo de estresse de caráter persistente vinculado a situações de trabalho, resultante da constante e repetitiva pressão emocional associada com intenso envolvimento com pessoas por longos períodos de tempo.

O estudo apresentado pelas autoras Diehl e Marin (2016, p. 66) aponta, como principais fatores de desgaste no trabalho do professor, os seguintes:

A sobrecarga de trabalho, a falta de controle sobre o tempo, os problemas comportamentais dos estudantes, a burocracia excessiva, a implementação de novas iniciativas educacionais e a dificuldade de relacionamento com os supervisores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade hoje é de uma educação para a vida, de se trabalhar com uma pedagogia que possa ser simultaneamente da existência e da essência, ou seja, a pedagogia da cooperação. A educação é um processo, consiste no decorrer de um fenômeno (a formação do homem) no tempo, é um fato histórico, um fato existencial, configura o homem em toda sua realidade, por isso, é também um fato cultural e social, refere-se a sociedade como um todo.

Segundo Paulo Freire (1996), o professor precisa estar preparado para exercer seu “ofício”, buscando os instrumentos necessários para o desempenho competente de suas funções. É necessário questionar a própria prática articulando-a com a teoria, refletindo criticamente a respeito dela e se preocupar com uma formação contínua. É um ser humano que está sempre aprendendo, um cidadão responsável, autônomo e



participativo, integrado ao projeto da sociedade em que vive e ao Projeto Político Pedagógico da escola onde atua.

Discutir e compreender a identidade do professor, fundamenta o presente e constitui as bases para a construção do futuro da educação. Os professores também precisam se certificar de que cuidem de si mesmos para que possam cuidar dos outros. Dadas as exigências do ensino, pode ser fácil para os professores colocarem suas próprias necessidades por último. Um plano abrangente de autocuidado pode ajudar os professores a identificar sinais de estresse e melhorar suas habilidades de gerenciamento.

A saúde do professor necessita de investigação de áreas do conhecimento diversas, ao mesmo tempo que se reconheça o papel social dele. É fundamental perceber, também, que o afastamento do professor, de suas funções, por razões que motivaram seu adoecimento, repercute para a pessoa do professor e para a estrutura escolar, como um todo.

REFERÊNCIAS

- DIEHL, L.; MARIN, A. H. Adoecimento mental em professores brasileiros: revisão sistemática da literatura. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 7, n. 2, p. 64-85, dez. 2016.
- FREIRE, Paulo, **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GOUVÊA, L. A. V. N. As condições de trabalho e o adoecimento de professores na agenda de uma entidade sindical. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, v. 40, n. 111, p. 206-219, out/dez 2016.
- LIBANÊO, J. C. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.
- PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.



O APOIO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR DA CRIANÇA

Mariele Francine Martins, Nathalia Artuni, Elaine Cristina Gardinal Pizato,
e-mail: marieletuta@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O estudo é decorrente da pesquisa em andamento e tem como tema o apoio do professor de Educação Infantil no desenvolvimento Psicomotor da criança.

A psicomotricidade é uma ciência que estuda as múltiplas áreas do conhecimento científico, como a Biologia, a Psicologia, a Psicanálise, a Psiconeurologia, a Pedagogia e a Psiquiatria. A psicomotricidade estuda o corpo em movimento e mostra como a mesma é desenvolvida. “A psicomotricidade é uma ciência que tem como objetivo o estudo do ser por meio do seu corpo e contribui no desenvolvimento da criança para a aquisição da aprendizagem nos aspectos cognitivos, motor e afetivos [...] (ALVES, 2016, p. 41)”.

De acordo com Alves (2016), é o poder de conscientizar-se dos movimentos corporais integrando a emoção e se expressando por meio dele. A fase entre o nascimento até os oito anos de idade é a fase importante para trabalhar o aspecto motor, intelectual e socioemocional do desenvolvimento, é o período de instalação das principais dificuldades.

A estimulação do desenvolvimento motor feito pelos familiares não atinge corretamente todos os aspectos essenciais, pois, eles não possuem o conhecimento necessário, portanto, o professor precisa intervir para estimular os alunos para que eles desenvolvam todas as áreas do desenvolvimento psicomotor.

Segundo Oliveira (2015) algumas crianças correm brincam e participam de todas as atividades e jogos e não tem dificuldades, conhecem a noção de tempo e espaço, mas algumas embora tenham uma inteligência normal têm dificuldades em realizar algumas atividades, possuem movimentos muito lentos e pesados, são desastradas encontram dificuldades em participar de jogos, apresentam dificuldades na aprendizagem, tem uma postura relaxada, não tem noção de espaço e tempo, enfim são muitos os problemas apresentados por esses alunos que não tem o psicomotor

desenvolvido corretamente. Muitas dessas dificuldades podem ser trabalhadas e sanadas em sala de aula, basta que o professor observe cada aluno e esteja atento a sua responsabilidade como educador, e ajudar através de atividades e jogos a aumentar o potencial motor cognitivo e afetivo do aluno.

O professor deve respeitar e compreender a subjetividade de cada criança, bem como o ambiente em que está inserida. É importante que o educador elabore jogos, atividades e brincadeiras que possam ajudar as crianças a desenvolver as suas habilidades psicomotoras onde elas possam adquirir mais autoconhecimento sobre elas e o seu corpo.

Na questão que se refere a quais são as atividades psicomotoras desenvolvidas na turma em que atuam todas as professoras demonstraram realizá-las na rotina escolar, mesmo que com atividades simples. Alguns exemplos citados são: por meio da dança com gestos; atividades com bola; circuito; massinha de modelar; rasgadura de papel; bambolê; cantigas de roda; brincadeiras de esconder e achar; peças de encaixe, entre outros. A escolha das atividades a serem feitas com o objetivo de desenvolver integralmente o indivíduo é de suma importância (ALMEIDA, 2004).

Alves (2016) enfatiza que aprender a trabalhar com o corpo e o movimento na primeira e na segunda infância, pode melhorar o desenvolvimento e as habilidades motoras da criança, como visto anteriormente o bom desempenho dessas habilidades facilitará a aprendizagem em níveis cognitivos, afetivo e motor da criança, assim como a linguagem corporal e verbal.

Todo o desenvolvimento motor de uma criança se projeta por meio dos fatores psicomotor, cognitivo, psicológico e afetivo, fazendo-a adquirir um domínio motor e mental diante do meio e por suas experiências e vivências, as quais são ferramentais indispensáveis para o seu desenvolvimento integral. A criança precisa transmitir-se ao mundo numa relação com o meio e com os objetos para a construção do seu conhecimento. Internaliza modos culturais de pensar e agir, expressando-se e compreendendo de maneira mais eficaz, praticar para representar aquilo que já conseguiu conquistar (ALVES, 2016, p. 176).

A Criança passa a ter um conhecimento e um domínio maior do seu corpo, tendo assim uma melhor relação e comunicação com as pessoas e com o mundo a sua volta ela conhece e tem noção de tempo e espaço, tem a sua lateralidade definida e um grande conhecimento de si mesma.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa científica que obteve em primeiro momento a utilização e leitura de livros, artigos e revisão de literatura, com buscas de artigos publicados na internet. Para a seleção das fontes foram consideradas como critérios as bibliografias que abordam especialmente a importância da Psicomotricidade na Educação Infantil.

Para chegar aos resultados esperados e obter os objetivos apresentados foram feitas pesquisas bibliográficas em acervos de livros e artigos científicos, pesquisados e discutidos os estudos, abordando todos os benefícios e importância da Psicomotricidade inserida durante o desenvolvimento de uma criança no contexto da Educação Infantil.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foi possível observar que até o presente momento que se a Psicomotricidade não for desenvolvida corretamente enquanto criança, futuramente essa “crianças” poderá acarretar inúmeros problemas como: falhas na aquisição da linguagem verbal e escrita. Faltando a criança um repertório de vivências concretas, afetando o processo de aprendizagem, problemas na escrita, na leitura, na direção gráfica, na distinção de letras, na ordenação de sílabas, no pensamento abstrato, na análise gramatical, dentre outras.

É por isso que a educação psicomotora atua como prevenção, com ela pode ser evitado vários problemas, como a má concentração, confusão no reconhecimento de palavras, confusão com letras e sílabas e outras dificuldades relacionadas à alfabetização. Uma criança cujo esquema corporal é mal formado não coordena bem os movimentos. As suas habilidades manuais tornam-se limitadas, a leitura perde a harmonia, o gesto vem após a palavra e o ritmo de leitura não é mantido, ou é paralisado no meio de uma palavra (FONSECA, 1996).

O professor deve estar atento ao desenvolvimento psicomotor dos seus alunos sempre observarem o desenvolvimento das atividades e brincadeiras, assim ele conseguira ver as dificuldades que cada aluno possui e em cima dessas dificuldades poderá fazer intervenções para ajudar a sanar as dificuldades dos mesmos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção deste artigo foi de compreender o trabalho do professor com relação ao desenvolvimento motor da criança que se encontra na primeira e na segunda infância, com intuito de conhecer e estudar uma fase da vida que é caracterizada pelo rápido crescimento físico.

No andamento deste estudo foi possível compreender como acontece o processo de desenvolvimento motor infantil, os fatores que influenciam para o desenvolvimento normal da criança, e os problemas que podem apresentar futuramente quando mal desenvolvido.

Nesta perspectiva é possível afirmar que o professor deve se preocupar com tudo relacionado ao desenvolvimento infantil, e principalmente ter o conhecimento necessário, pois, há nas suas salas de aulas vidas se iniciando, trazer atividades que estimulem os diferentes aspectos do desenvolvimento, físico, cognitivo e emocional colocando para dentro dos ambientes educacionais diferentes recursos pedagógicos, mantendo a criatividade, confeccionando materiais que possam ser utilizados com o objetivo de aprimorar as habilidades e capacidades dos alunos.

É importante ressaltar como a Escola de Educação Infantil é responsável pela maior parte da rotina diária da criança pequena, precisa ter o seu espaço, horário, atividade livre e pedagógica além de professores que promovam e garantam um desenvolvimento que seja saudável e seguro.

Um ambiente estimulante e desafiador conta muito para o aprendizado, pois, ao brincar a criança tem capacidade de aprender. O eixo norteador da Educação Infantil é a ludicidade, por isto a brincadeira não pode nunca ser deixada de lado. A ideia de que para aprender tem um horário e a brincadeira tem outro, ficou no passado, hoje deve existir uma junção entre as duas, pois, é muito mais divertido e prazeroso aprender brincando, podemos suprir a necessidade de transmitir o conhecimento e brincar ao mesmo tempo, desenvolvendo as habilidades motoras e capacidades das crianças.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. P. **Teoria e prática em psicomotricidade**: jogos, atividades lúdicas, expressão corporal e brincadeiras infantis. Curitiba: 2004.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

ALVES, F. **A infância e a psicomotricidade:** A pedagogia do corpo e do movimento. Rio de Janeiro: Editora Wak, 2016.

FONSECA, V. **Introdução às dificuldades de aprendizagem.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

OLIVEIRA, C.G. **Psicomotricidade:** Educação e Reeducação Num Enfoque Psicopedagógico. 20. Ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2015.



O BRINCAR HEURÍSTICO POR MEIO DO BRINCAR TELÚRICO: ENCANTAMENTOS E DESCOBERTAS

Salete Rosemara Gazola, Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli,
e-mail: salete_gazola@live.com

1 INTRODUÇÃO

A compreensão dos termos criança e brincar são diferenciados conforme a época e a cultura dos povos, tais concepções influenciam de forma positiva ou negativa o desenvolvimento de potencialidades e habilidades infantis. A infância é um momento incomparável de evolução, de crescimento em que cada ser é único e deve ser estimulado, principalmente por atividades lúdicas, pois a criança pode se utilizar de sua imaginação para resolver situações e problemas do cotidiano no qual está inserida.

É perceptível ao estudar a história da humanidade que desde os tempos mais remotos o brincar não era entendido como elemento essencial para o desenvolvimento infantil e a criança sempre fora tratada pelos adultos como seres inaptos, “[...] uma vez que, etimologicamente, o próprio termo, oriundo do latim, significa a incapacidade de falar.” (MASCIOLO, 2012, p. 8).

Entretanto, para a Teoria Sócio Histórico-Cultural, corrente teórica base deste trabalho, a criança é um ser singular, ativo e completo, que deve ser vista como um ser social e por tais definições a educação deve ser pautada em direitos e deveres e com a possibilidade de novas e distintas aprendizagens ao relacionar-se e inteirar-se com o meio e com as demais pessoas de seu cotidiano, transforma também a natureza. Este é o conceito de medição:

[...] a relação do homem com o mundo não como uma relação direta, mas sim, *mediada*; ele mediatiza, regula e controla este processo pela sua atividade. Há, entre o homem e o mundo da cultura, *instrumentos mediadores*, que são ferramentas auxiliares da atividade humana. Estes *instrumentos* ou *signos*, são elementos externos ao sujeito – que representam ou expressam outros elementos ou situações -, e tornam-se ferramentas que auxiliam nos processos psicológicos e não nas ações concretas [...]. (SOUZA, 2007, p. 74-5, grifo do autor).

Neste sentido, o signo contribui com os homens para a realização de tarefas que requerem atenção e pensamento, sendo este elaborado conforme as necessidades dos mesmos de se comunicarem em seu cotidiano, é o mediador do exercício da psique. Já

os instrumentos, para realização de tarefas, são os mediadores do trabalho humano. É por intermédio da mediação do outro, colegas ou professores mais experientes que as crianças incorporam as características humanas.

As crianças do século XXI, desde seu nascimento, já presenciam o globalização e a individualização, em que a competitividade do mercado de trabalho faz com que as escolas os submetam ao início do processo de alfabetização e de conteúdos metodológicos desde a Educação Infantil, para crianças de 0 a 5 anos de idade, sendo esta a primeira etapa da educação básica que compreende as creches e pré-escolas. Essa prática, segundo estudos, pode acabar prejudicando o desenvolvimento da imaginação e criatividade, de relações interpessoais com seus pares, de senso crítico e autonomia da criança. Formas contemporâneas “[...] culturais de comportamento substituem gradativamente as formas primitivas da infância. Desenvolvem-se novas habilidades, novas formas de pensamento, lógica e novas atitudes em relação ao mundo [...]” (VYGOTSKY; LURIA, 1996, p. 177).

Segundo Brasil (1998) as práticas pedagógicas e o currículo da Educação Infantil terão como suporte e guia o convívio e as brincadeiras. Uma vez que:

[...] cada vez mais a dura vida das pessoas é aliviada pelos gritos de alegria das crianças quando correm, brincam, pulam na piscininha da mina, inventam brincadeiras e jogos. Uma comunidade se humaniza por meio dessa vida brincante das crianças. [...] Uma comunidade se transforma com a arte lúdica. Por quê? Porque um espaço de moradia só se torna uma comunidade — no sentido de lócus de uma vida comunitária — na medida em que ele seja preenchido de vida de maneira condizente com o humano que existe no ser humano. (CRAEMER, 2015, p. 48-9).

Com essas premissas o brincar está em todos os espaços em que às crianças estão inseridas, no entanto, se este não estiver presente, à probabilidade de se ter um ambiente improdutivo, infértil e árido é grande, podendo tornar-se um espaço sem expressividade e inanimado, sem alegria, imaginação e sem motivação intrínseca:

Fazendo uma pesquisa sobre a etimologia da palavra brincar, encontrei algo surpreendente: ela é única, não é derivada de nenhuma raiz. Achei isso significativo, pois o brincar é algo *sui generis*, tão essencial para os seres vivos que não necessita ser derivado de nada. O brincar “é”! (CRAEMER, 2015, p. 47).

Na concepção de Goldschmied e Jackson (2006) Heurístico é um vocábulo que “serve para descobrir ou alcançar a compreensão de algo” (p. 148). Na pedagogia o recurso do brincar Heurístico é considerado um meio para que os discentes descubram

aquilo que se objetiva que aprendam. Com base em tais questões, o brincar Heurístico é uma atividade exploratória espontânea, que quando combinada com a curiosidade vívida e a coordenação olho-mão-objeto, vai se tornando cada vez mais precisa. Todo o corpo deve ser envolvido nas descobertas, o brincar necessita de uma ligação íntima com a curiosidade e a exploração de objetos cotidianos. Por isso, essa é uma modalidade importante do brincar, utilizada nas creches e pré-escolas, visto que a criança sente-se mais motivada ao descobrir novos objetos, texturas, sons e sabores, principalmente aqueles advindos da natureza e, desse modo, possivelmente irão se interessar mais pela aprendizagem, tornando as aulas mais prazerosas e ricas.

Barros (2018) apresenta questionamentos sobre o porquê os brinquedos que a escola geralmente proporciona são, em sua maioria, de plástico e/ou industrializados, prováveis e que não oferecem “perigos” às crianças. E defendendo que materiais naturais disponibilizados podem motivá-las a realizarem suas ideias por meio deles. Por exemplo, “brinquedos de madeira [...] utensílios de cozinha de louça, madeira ou metal [...] materiais não estruturados [...] elementos naturais [...] ferramentas [...]” (p. 75 – 6 – 7).

De acordo com Piorski (2016) o brincar Telúrico está intimamente ligado aos elementos da natureza, a imaginação da criança se torna materialidade quando constrói seu próprio brinquedo. Terra, água, fogo e ar, os quatro elementos da natureza, estão para as crianças ligadas a tudo que existe na Terra, das origens, das grandezas e acontecimentos, dos mistérios do nascimento e de morte, pois “[...] a imaginação telúrica é iniciática na vida do brincar. Os brinquedos do chão fincam a criança no mundo e também a acordam para firmar o mundo em si. [...]” (p. 20).

A partir desse pressuposto, considera-se que o elemento terra introduz a criança no mundo, na vida em sociedade, conjuntamente com sua subjetividade. A riqueza de materiais que este elemento possui para o brincar, introduz a imaginação da criança nos outros três elementos. Assim, o brincar livre com os elementos telúricos podem revelar a alma da criança e independente da cultura em que ela está inserida, um dos maiores influenciadores do imaginar infantil são os elementos da natureza, por isso estes se tornam uma fonte de potencial criador.

Conforme Barros (2018) a escola pode ser um lugar de experimentação, de movimentos livres, de contato com elementos da natureza, e que estes devem prover

maior desenvolvimento físico, bem-estar e saúde das crianças, dos jovens e de todos os envolvidos neste processo. A natureza apresenta-se como desafiadora, pedriscos, trocos, galhos, árvores permitem o explorar, correr, escalar, cair, sujar-se.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho foi de analisar as contribuições e vicissitudes do brincar heurístico por meio de elementos provenientes do meio natural para o desenvolvimento mais efetivo de habilidades, valores e comportamentos infantis, assim discutir sobre a importância da utilização de objetos naturais para o brincar, e discorrer sobre o papel do pedagogo como o mediador entre criança/natureza nos espaços de ensino/aprendizagem.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa de cunho bibliográfico, realizado a partir de livros, artigos científicos, dissertações, teses e fontes paralelas, como internet, revistas e jornais, bem como pesquisa documental com análises de documentos legais que embasam a Educação infantil, a infância e o brincar.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foi possível constatar que à medida em que ocorre o avanço da criança nas etapas da escolaridade que se seguem durante sua vida, os espaços/tempo para o brincar vão sendo diminuídos. Aumentando o tempo de aulas que privilegiam os conteúdos sistemáticos e metodológicos para que se tornem adultos bem preparados do ponto de vista capitalista. Atualmente o que se percebe é que os padrões e ideologias que as sociedades tem imposto através da escolarização, desestimulam o caráter criador e recriador da criança, moldando-os.

O brincar para o processo de ensino/aprendizagem nas escolas de Educação Infantil é extremamente importante para o desenvolvimento cognitivo, psíquico, físico, motor, afetivo, perceptivo, cultural e social da criança pequena. Por meio das brincadeiras, dos ambientes ao ar livre, de construções de instrumentos, principalmente com elementos da natureza, os signos podem ser incorporados de maneira mais espontânea, sem que a criança fique sentada por horas a fio em salas de aula fechadas, que não oportunizam encantamentos e descobertas.

É preciso respeitar a singularidade, a criatividade, a imaginação e as habilidades de cada ser, para assim proporcionar-lhes de forma igualitária plenas oportunidades de crescimento e construção subjetiva e coletiva. Neste sentido, as creches e pré-escolas por serem lugares de novos contatos que a criança está sendo incorporada devem unir aspectos da cultura e da natureza, não apenas conteúdos metodológicos, nem somente brincadeiras ao ar livre, é preciso que haja um equilíbrio entre ambas.

De acordo com Barros (2018) atualmente a relação criança e natureza se caracteriza como instável, sendo algo difícil de acontecer, principalmente em zonas urbanas, acarretando sérios problemas à saúde física, cognitiva, afetiva, etc., ocasionando resultados insatisfatórios para o desenvolvimento biopsicossocial das crianças, interferindo na aprendizagem, nas relações com seus pares e com a sociedade “[...] obesidade, hiperatividade, déficit de atenção, desequilíbrio emocional, baixa motricidade - falta de equilíbrio, agilidade e habilidade física - e miopia são alguns dos problemas de saúde mais evidentes por esse contexto.” (p. 14).

Muitos professores ainda acreditam que ao levarem seus alunos ao pátio da escola para trabalharem certos conteúdos, a aula não atingirá os objetivos esperados. Outros afirmam que algumas crianças não se comportam quando estão fora da sala de aula, há ainda àqueles que não querem correr riscos, isto é, tem medo de que alguma criança se machuque durante a exploração dos ambientes.

Brasil (2010) enfatiza algumas práticas pedagógicas para as creches e pré-escolas, mas permite-lhes alternativas de um currículo flexível, tendo como principais eixos norteadores as interações e brincadeiras. Garantindo aos alunos experiências corporais, de diferentes linguagens e narrativas, de participação individual e coletiva, de autonomia, de vivências éticas, estéticas e de identidade, interações com manifestações culturais e de uso de recursos tecnológicos. Conjuntamente com esses aspectos citados é perceptível que o brincar Heurístico e o brincar Telúrico são citados de forma implícita quando o documento coloca para as instituições que:

Incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza; [...] Promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais. (BRASIL, 2010, p. 26).

Neste sentido, defende-se aqui, que seja feita uma reflexão por parte dos professores, sobre como estão agindo em relação ao brincar, à criança e o seu contato com a natureza. O brincar não pode ser menosprezado pelos adultos, principalmente no ambiente escolar, em que inúmeras vezes as crianças são relegadas de aproveitarem os ambientes externos, passando horas a fio sentadas, enfileiradas, em salas frias de concreto sem ao menos verem a luz do sol, com inúmeras tarefas e lições das quais não sentem prazer e/ou motivação em realizar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista dos argumentos apresentados, acredita-se que ninguém cuida do que não ama ou daquilo que não considera importante, por isso desde os primeiros anos de vida é imprescindível sensibilizar e conscientizar as crianças, proporcionando-lhes momentos de reflexão sobre o ambiente que está inserida, sobre como as pessoas que as rodeiam estão agindo e cuidando em relação ao planeta, para motivá-las a entenderem que o termo “jogar fora” é utilizado de forma errônea, visto que não há fora ou dentro, todos os espaços, até mesmo o dos lixões, fazem parte do planeta Terra.

Por isso, o professor não pode apenas inculcar suas ideias e concepções em outros, mas deve ser o mediador, mostrando múltiplos caminhos e possibilidades com o intuito de que cada aluno, sendo um ser único e singular, possa fazer escolhas conscientes. Faz-se necessário a compreensão, a percepção e a reflexão de que o aluno não é só aluno, mas é uma vida humana que necessita de condições adequadas para progredir e assim avançar no processo de ensino/aprendizagem a fim de alcançar o êxito de tornar-se um adulto responsável, feliz e crítico.

Assim, se faz necessário que o professor tenha consciência, de fato, de qual é sua missão como educador de outras pessoas, das novas gerações, as quais dependem plenamente de seu bom exemplo, sua paciência, seu amor e de sua sabedoria para desenvolverem-se integralmente como cidadãos humanizados, que possam cuidar do planeta, de outras espécies e da própria raça humana.

Portanto, espera-se que as escolas proporcionem espaços para as brincadeiras em ambientes livres e/ou na natureza, concomitantemente com os recursos tecnológicos, os conteúdos, as metodologias, a concepção da cultura que os rodeia, entre tantas outras vertentes que o ensino deve englobar com o intuito de potencializar



no aluno a consciência de seu direito como cidadão atuante na sociedade desde a mais tenra idade, desenvolvendo-o de maneira biopsicossocial.

REFERÊNCIAS

- BARROS, M. I. A. de (Org.) **Desemparedamento da Infância**: a escola como lugar de encontro com a natureza. Rio de Janeiro: Alana, 2018.
- BARROS, M. I. A., BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil** / Secretaria da Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: <<http://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2018.
- BARROS, M. I. A., Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Introdução**. Referencial Curricular para a Educação Infantil. v.1. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2018.
- CRAEMER, U. O brincar na comunidade: uma comunidade se transforma com a arte lúdica. In: MEIRELLES, R. (Org.) **Território do brincar**: diálogo com escolas. São Paulo: Instituto Alana, 2015. p. 47-50.
- GOLDSCHMIED, E.; JACKSON, S. **Educação de 0 a 3 anos**: O atendimento em creche. Tradução Marlon Xavier. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- MASCIOLI, S. A. Z. **Cotidiano escolar e infância**: interfaces da educação infantil e do ensino fundamental nas vezes de seus protagonistas. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_escolar/2555.pdf>. Acesso em: 13 maio. 2018.
- PIORSKI, G. **Brinquedos do chão**: a natureza, o imaginário e o brincar. São Paulo: Peirópolis, 2016.
- SOUZA, M. C. B. R. **A concepção de criança para o Enfoque Histórico Cultural**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2007. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Educacao/Dissertacoes/souza_mcb_r_dr_mar.pdf>. Acesso em: 03 maio 2018.
- VYGOTSKY, L.S.; LURIA, A.R. **Estudo sobre a história do comportamento**: símios, homem primitivo e criança; tradução Lólio Lourenço de Oliveira. – Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.



O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: FERRAMENTAS DE CONSTRUÇÃO DA APRENDIZAGEM

Jacqueline Nalio Serrano, Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli. e-mail:jacque_line_2012@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, muito se fala na questão da inclusão dos alunos com necessidades especiais em classe regular de ensino. A prática em educação inclusiva nos leva à reflexão sobre a escola que temos, como um lugar que atende crianças das mais diferentes esferas sociais. Assim, o papel que o educador tem na vida de um aluno é de grande importância. Para alcançarem o direito de frequentarem o ensino regular, os alunos com necessidades especiais tiveram que enfrentar décadas batalhando para conseguirem tal conquista. Nesse contexto, desde a época do Império, leis e documentos foram criados para dar suporte ao atendimento de alunos especiais em escolas. Portanto, este estudo, fruto da pesquisa de pós-graduação em Psicopedagogia, tem por objetivo, analisar o papel dos jogos e brincadeiras como fator importante para a aprendizagem lúdica e significativa dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Nesse contexto escolar, fica evidente a atuação do professor que tem o dever de ministrar suas aulas, de maneira à atender os alunos especiais juntamente com o restante da sala de aula. Uma das ferramentas que permite a aquisição do conhecimento é utilizar o lúdico como recurso, dando ênfase aos jogos e as brincadeiras.

A atividade lúdica é importante para uma saúde mental, social. Mexe com o emocional e intelectual do ser humano, porque é através da brincadeira que a criança significa seu mundo, se reequilibra, recicla suas emoções e sacia sua necessidade de conhecer. É brincando que a criança vai interagindo com o mundo que as cerca, na troca com o outro, vai se constituindo sujeito

Com isso, Rolim; Guerra; Tassigny (2008, p. 179), afirmam que é possível entender que o brincar auxilia a criança nesse processo de aprendizagem. Ele vai proporcionar situações imaginárias em que ocorrerá o desenvolvimento cognitivo e irá

proporcionar também, fácil interação com pessoas, as quais contribuirão para um acréscimo de conhecimento.

Por meio dos jogos e brincadeiras, é possível desenvolver nos educandos, a capacidade de pensar, refletir, abstrair, organizar, realizar e avaliar, frente ao atual cenário de "desencanto escolar".

Dessa maneira, é fundamental que o professor tenha conhecimento que trabalhar o lúdico é essencial para uma aprendizagem inovadora, principalmente com os alunos que têm alguma necessidade especial, uma vez que estão limitados a aprendizagem, de acordo com sua carência.

2 METODOLOGIA

Para este estudo, utilizou-se a pesquisa teórico-bibliográfica, por meio do método dedutivo, em uma abordagem qualitativa, visto que investigou informações contidas em artigos acadêmicos, livros, revistas eletrônicas e documentos do Ministério da Educação, sobre a importância da utilização de brincadeiras como ferramentas de aprendizagem para alunos com necessidades especiais.

Buscou-se analisar como se iniciou os primeiros atendimentos a alunos especiais em escolas, desde o Império até os dias atuais, assim como as leis que foram criadas para assegurar que alunos com necessidades especiais sejam incluídos em escolas. Em seguida, a pesquisa voltou-se para a importância do brincar, de uma aprendizagem lúdica no processo de ensino-aprendizagem, bem como seus benefícios para as crianças. Posteriormente, evidenciou-se a importância da formação do professor como mediador do conhecimento e a importância da adaptação do currículo escolar para atender os aprendizes de maneira significativa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ficou evidente nesta pesquisa que para que uma escola inclua verdadeiramente alunos com necessidades educacionais especiais, ou seja, aqueles que possuem ritmos diferentes de aprendizagem, faz-se necessário que os profissionais e principalmente os professores estejam capacitados para exercer essa função, atendendo a real necessidade de cada educando, uma vez que muitos docentes se

encontram desestabilizados frente a esses alunos que demandam diferentes metodologias de apoio à aprendizagem.

Sendo o professor, mediador entre o conhecimento e o aluno, para que haja uma proposta de inclusão eficiente, o docente deve abandonar a visão de incapacidade de seus alunos com necessidades educacionais especiais e perceber quais possibilidades de avanço pode ocorrer em cada caso e aplicar atividades variadas, respeitando as diferenças e as inteligências múltiplas.

Por isso, o professor deve buscar novas estratégias de ensino, procurando identificar as possibilidades de cada aluno, ajudando-o a superar seus próprios limites e para isso, poderá recorrer a filmes, brinquedos, desenhos, brincadeiras, entre outras alternativas possíveis para que todos tenham acesso às oportunidades dentro da sala de aula.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados levantados e refletindo sobre a educação inclusiva desde a época do Império até os dias atuais, nota-se que houve um avanço no que se refere à integração dos alunos no âmbito escolar. Estes progressos contribuem para uma Pedagogia Inclusiva que auxiliam o atendimento eficaz dos alunos que possuem ritmos diferentes de aprendizado.

É importante salientar que a escola, ao receber os alunos com necessidades especiais, deverá estar preparada para conduzi-los à aquisição do conhecimento, independente da limitação que o discente possui, uma vez que a inclusão não acontece quando apenas se insere o aprendiz no ambiente escolar.

Espera-se que os professores adotem ferramentas de aprendizagem lúdicas, e estas poderão ser feitas a partir das brincadeiras que, com caráter intencional, auxiliarão os alunos a desenvolverem suas potencialidades de maneira significativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.



BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Diário Oficial da União, Brasília: Ministério da Educação 1996.

BRASIL. **Saberes e Práticas da Inclusão: estratégias para a educação de alunos com necessidades especiais.** Brasília: Ministério da Educação, 2003.

LOPES, L. M. **Ludicidade: uma alternativa para a educação inclusiva no ensino regular.** Paraná, 2012. Disponível em: < http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4691/1/MD_EDUMTE_I_2012_14.pdf > Acesso em: 08. Set. 2018.

MINETTO, M. F. **O currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio.** 2ª ed. Curitiba: Ibpex, 2008.

QUEIROZ, N. L. N.; MACIEL, D. A.; BRANCO, A. U. **Brincadeira e Desenvolvimento Infantil: um olhar sociocultural construtivista.** Paidéia, Brasília: 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305423754005>> Acesso em: 12. Jul.2018

ROCHA, A. B. O. **O papel do professor na educação inclusiva.** Ensaios Pedagógicos, v.7, n.2, São Paulo. 2017. Disponível em: < <http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n14/n14-artigo-1-O-PAPEL-DO-PROFESSOR-NA-EDUCACAO-INCLUSIVA.pdf> > Acesso em: 20. Set. 2018.

ROLIM, A. A. M.; GUERRA, S. S. F.; TASSIGNY, M. M. **Uma leitura de Vygotsky sobre o brincar na aprendizagem e no desenvolvimento infantil.** Revista Humanidades, v. 23, n. 2, p. 176-180, 2008.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.



O CUIDADO À EQUIPE ESCOLAR: UMA POSSIBILIDADE DE PROMOVER SAÚDE EMOCIONAL NO ÂMBITO EDUCATIVO

Anelisa Fugita, Djnefer Borges Dos Santos, Maria Antonieta R. Marson,
Liara Rodrigues de Oliveira, e-mail: anelisafugita@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

O desempenho social dos indivíduos é um processo infinito onde a escola e os educadores têm um importante papel nesta construção, sendo de direito de qualquer cidadão ter acesso à educação como decreta a lei nº 9.394/96.

A figura do professor é insubstituível, pois a gentileza, a solidariedade, a tolerância, a inclusão, os sentimentos altruístas, o cuidado, o carinho, não podem ser substituídos por nenhuma tecnologia que se estabeleça na atualidade.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) citada nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino (PCN) (Ensino Médio, p.42), que tem como título “Da Organização da Educação Nacional”, trata-se sobre as funções do professor aquele que elabora e cumpre uma proposta pedagógica, zela pela aprendizagem do aluno, estabelece estratégias de recuperação dos alunos de menor rendimento, cumpre com dias e horas letivas, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional e colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Entretanto, frente ao desenvolvimento de uma sociedade diferenciada o papel do professor vai além dos parâmetros estabelecidos nestas leis. Hoje a figura do professor, passa a ser daquele que ensina a proposta pedagógica estabelecida para aquele que precisa desenvolver a fim de conseguir provocar nos alunos as competências e habilidades que a educação exige, mas também assume o papel de motivador, mediador, cuidador, facilitador, orientador e organizador. O professor abre mão daquele detentor do saber, e assume o papel daquele que aprende todos os dias com os seus alunos.

As modificações culturais, sociais e econômicas influenciam, também, na área da educação e nos comportamentos sociais, inclusive na forma como os pais veem o dever da escola no desenvolvimento de seus filhos.

Segundo Carmo (2014) as instituições escolares clamam para os pais participarem da vida escolar de seus filhos, pois transferiram todas as responsabilidades de educar, fornece apoio emocional, social e cultural para os professores e a equipe escolar.

Diante de tantas mudanças no âmbito escolar, adicionados aos sistemas precários de educação pública, baixos salários, escassos recursos, classe superlotadas, tensão na relação com alunos, excesso de carga horária e vários outros fatores, acabam sendo grande estressores para o docente, prejudicando a saúde mental dos profissionais da educação. De educador os professores passaram a ter uma identidade de cuidador, dificultando um olhar para si, negando e sublimando os ocorridos em seu ambiente.

Conforme Filho et al. (2016) as mudanças socioculturais geraram perfis de alunos que necessitam de novas metodologias para aprendizagem, exigindo dos educadores praticas além das pedagógicas, caso estes profissionais não atendam a tais demandas, terá dificuldades de se manter na prática educacional. Lecionar na contemporaneidade exige além das técnicas pedagógicas, dedicação, desprendimento e saúde mental, no entanto tais exigências têm sido precursoras para adoecimento no ambiente escolar, levando a síndromes como Burnout.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), saúde é um estado de bem-estar físico, mental e social, no entanto a Organização Internacional do Trabalho (OIT), classificou a profissão de docência como uma das mais estressantes, conseqüentemente vem o desgaste emocional repercutindo na saúde dos educadores, diminuindo o desempenho profissional. (DIEHL; MARLIN, 2016).

Alguns sintomas do adoecimento são, “desgastes osteomusculares e transtornos mentais, como apatia, estresse, desesperança e desânimo, são formas de adoecimento que têm sido identificadas em professores” (DIEHL; MARLIN apud Barros et al., 2007). Recentemente em uma revisão narrativa de literatura, identificaram que, “[...] o estresse e a síndrome de Burnout são os principais motivos de afastamento do trabalho da categoria docente”. (DIEHL; MARLIN apud VALE; AGUILLERA, 2016)

Frente a estas premissas contemporâneas precisamos compreender este “novo” professor/educador, que além de suas competências pedagógicas precisam de habilidades sociais e emocionais para mediar as situações, necessitando de cuidados

consigo próprio, e é tal proposta que este projeto de estágio supervisionado com estagiários de psicologia sugere, o cuidado com os educadores e a equipe escolar, promovendo o bem-estar mental, físico e social e assim formarem alunos cada vez mais saudáveis.

2 METODOLOGIA

O projeto foi desenvolvido a partir do estágio em psicologia, e executado pelas estagiárias em encontros semanais com a estruturação de três grupos. Dois grupos as segundas-feiras, composto por toda a equipe escolar, como: Inspetores, merendeiras, faxineiras, professores etc. Com a duração total de quatro horas (duas horas para o primeiro grupo e duas horas para o segundo grupo), E outro grupo as terças-feiras composto pela equipe dos professores com a duração de uma hora. Utilizou-se o dispositivo grupal como estratégias para realização de dinâmicas, atividades específicas, roda de diálogos, a fim de trabalhar a temática sobre o cuidado consigo, além de proporcionar um espaço acolhedor para que os participantes possam expressarem-se quanto às suas angústias e sentimentos, bem como, promover espaço para discussão sobre cuidados com si próprio, atividade física e alimentação, família, educação, o papel que exercem no desenvolvimento dos alunos e perspectiva de futuro.

Assim este trabalho tem como objetivo descrever a intervenção junto á equipe escolar e os professores da escola E.E Professor Antonio Terezio Mendes Peixoto no município de Jaú-SP, no sentido de: a) refletir sobre o cuidado consigo mesmo; b) conscientizar sobre a importância da saúde mental; c) promover através de dispositivo o autoconhecimento para possibilitar ações transformadoras da situação real.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A revisão da literatura especializada e as observações empíricas aponta as mudanças dos papéis dos professores da contemporaneidade, onde de educador se estendeu para mediador e cuidador. Estas transformações são por diversas facetas existentes no âmbito escolar, familiar e cultural. E através das realizações das atividades grupais na escola E.E Professor Antonio Terezio Mendes Peixoto foi percebido através dos discursos dos professores o novo papel do docente.

Com o novo papel do professor é preocupante sua saúde, segundo Silva e Carlotto (2003) esta perspectiva de cuidador que o professor atual é colocado, o cuidado mental é de extrema necessidade para as atividades dos docentes, pois um bom desempenho depende das condições emocionais deste educador, sendo uma referência aos seus alunos. Diante disso o cuidador precisa cuidar de si para cuidar do outro, quando há esta preocupação de olhar para si primeiramente podemos correlacionar bem-estar e saúde mental aos cuidados diários consigo próprio. E é este resultado que este projeto visa, o empoderamento destes profissionais para que eles promovam os cuidados de si.

As experiências empíricas nos possibilitaram observar vários estressores no ambiente escolar, os quais afetam não somente os professores como a equipe escolar, como Carlotto (2002) ressalta que existem diversos estressores no trabalho do docente, onde são derivados de suas funções e do ambiente. Ao longo dos encontros pudemos observar que além dos estressores internos que Carlotto (2002) relata, há outros como uma vida familiar disfuncional e as condições financeiras onde interfere nas atividades destes profissionais.

A pesquisa bibliográfica incitou neste projeto não apenas uma intervenção com os docentes, mas há toda equipe escolar, visto que estes acabam tendo contato com os alunos e as lacunas escolares. Sendo indissociável a participação de toda equipe escolar para promoção de saúde mental no âmbito educacional.

Os resultados demonstraram que o cuidado consigo mesmo, a importância da saúde mental, do autoconhecimento, dos sonhos e planejamento, como pensar sobre os vários papéis que exercemos na sociedade, como: Papel de filho(a), papel de pais, papel de cônjuge, papel profissional, cuidador, mediador e educador etc. Possibilitou aos participantes o autoconhecimento, ou seja, o cuidado para si, diminuindo as preocupações com os estressores internos e externos que os profissionais escolares enfrenta, vivenciado tais problemáticas de uma forma mais assertiva com si e com o outro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordar o cuidado consigo mesmo observamos no primeiro contato as dificuldades dos grupos de refletir e falar sobre si, além das resistências que surgiam.

Os assuntos sobre os papéis sociais que vivenciamos foi um tema de destaque nos encontros, principalmente devido as mudanças de papéis que os docentes e a equipe escolar vivenciam, estes assuntos emergiam no decorrer dos encontros e sempre ressaltávamos que além da reflexão precisa ter a prática diária para promoção da saúde psíquica e repensar que com tantos papéis, muitas vezes esquecemos de exercer o papel mais importante, o papel “EU”, de quem somos no real, e quando não conseguimos viver nossa própria identidade ela se cristaliza e adocece.

Ao longo do projeto foi observado que os grupos apresentavam um diálogo crescente sobre a proposta do trabalho, o olhar para si. Já entre os professores foi percebido uma resistência maior para o desenvolvimento da proposta, como também a dificuldade de cumprir os encontros semanais, em razão ao calendário escolar. Nos pouquíssimos encontros com os professores estes relatavam a falta de respeito vinda dos alunos e dos pais para com eles, o cansaço físico por causa da longa jornada de trabalho, as condições financeiras, as preocupações com alunos em situação de vulnerabilidade social. Os professores participavam pouco nos encontros, e poucos relatavam a importância de cuidar de si, onde pudemos observar a dificuldade destes professores em entrarem em contato consigo mesmo, com seus sentimentos e emoções, sendo bens resistentes nas atividades. É importante relatar que os encontros com os professores aconteciam logo após o encerramento deles com os alunos, e antes das reuniões com a diretoria da escola (HTPC), o que talvez tenha interferido no engajamento dos professores na proposta do projeto, não que no grupo dos professores não houve a promoção da saúde mental. No decorrer dos encontros os participantes das segundas-feiras relataram a importância do projeto e como este trabalho proporcionou cuidar de si, pois antes se submetiam as vontades dos outros (familiares, amigos, no trabalho etc), tendo como consequências a desesperança dos sonhos, dos projetos e do plano de vida um dia almejado, ou seja, esqueciam de si.

Mas de uma forma geral foi possível observar que o projeto motivou o olhar para si, o cuidado consigo próprio, a retomada de situações de bem-estar, prevenção e promoção à saúde mental, pois a intervenção propiciou que seus participantes pudessem verbalizar, refletir e problematizar suas questões pessoais, evidenciando o ensejo para a ressignificação de seus conteúdos e atitudes pessoais. Conclui-se que dessa forma o projeto tenha fomentado o fortalecimento desses profissionais,

permitindo-os refletirem enquanto cuidadores acerca da importância e o impacto da qualidade de vida em sua saúde mental, na promoção de um ambiente mais saudável no contexto escolar, se caracterizando como uma importante contribuição na formação de cuidadores/educadores mais conscientes do cuidado consigo mesmo, para depois cuidar do outro.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, M.T.D.S; AGUIAR, W.M.J.A. A Transformação Do Professor Como Elemento Mobilizador De Mudança Na Realidade Escolar. **Psic. Da Educação**, São Paulo, v.16, p.83-101, 1ºsem de 2003. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/psicoeduca/article/view/31385>>. Acesso em: 20/06/2018

CARLOTTO, M. S. A síndrome de Burnout e o trabalho docente. **Psicologia em Estudo**, v. 7, n. 1, p. 21-29, 2002. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/pe/v7n1/v7n1a03>. Acesso em 14/10/2018

CARMO, F. G. S. **Prováveis Causas Em Que A Família Influencia Na Indisciplina Escolar**. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/provaveis-causas-que-familia-influencia-na-indisciplina-escolar.htm#capitulo_1>. Acesso em: 25/08/2018

DIEHL, L.; MARIN, A.H. Adoecimento Mental Em Professores Brasileiros: Revisão Sistemática Da Literatura. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 7, n. 2, p. 64-85, dez. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072016000200005>. Acesso em: 15/05/2018

LISPECTOR, C. **Um Sopro De Vida**. [recurso eletrônico] / Clarice Lispector. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2015.

NEVES, M.Y.R; SILVA, E.S. A Dor E A Delícia De Ser (Estar) Professora: Trabalho Docente E Saúde Mental. **Estudos E Pesquisas Em Psicologia**, UERJ, RJ, ANO 6, N. 1, 1º SEMESTRE DE 2006. Disponível em:< http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1808-42812006000100006&script=sci_abstract&lng=en>. Acesso em: 14/08/2018

QUINTAL DE FREITAS, M. F.; PORTUGAL OLIVEIRA, L. M.. A qualidade da educação e o professor por um fio: o cotidiano docente na ótica da psicologia social comunitária. **Aletheia**, n. 37, 2012. Disponível em:< http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141303942012000100013>. Acesso em: 23/08/2018

SILVA, G. N.; CARLOTTO, M. S.. Síndrome de Burnout: um estudo com professores da rede pública. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 7, n. 2, p. 145-153, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v7n2/n2a04>>. Acesso em: 25/08/2018.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

TULESKI, S.C; EIDT, N.M; MENECHINNI, A.N; SILVA,E.F; SPONCHIADO, D.; COLCHON, P.D. Voltando O Olhar Para O Professor: A Psicologia E Pedagogia Caminhando Juntas. **Revista do Departamento de Psicologia** - UFF, v. 17 - nº 1, p. 129-137, Jan./Jun. 2005. Disponível em:< <https://www.ingentaconnect.com/content/doaj/01048023/2005/00000017/00000001/art00009> >. Acesso em: 20



O DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Gabriela Fernanda de Godoy, Elaine Cristina Gardinal Pizato, Ana Vera Niquerito
e-mail: gab.godoy95@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das habilidades Psicomotoras é extremamente importante para o processo de ensino-aprendizagem. Para que possibilite que as crianças consigam adquirir todos os conhecimentos possíveis sobre o desenvolvimento do seu corpo e assim os professores possam observar e trabalhar atividades que possibilitem os avanços de possíveis atrasos nas áreas do seu o desenvolvimento físico, cognitivo e psicossocial.

Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil 1998: é preciso que o espaço da escola seja versátil e permeável à sua ação, sujeito às modificações propostas pelas crianças e pelos professores em função das ações desenvolvidas. Deve ser pensado considerando as diferentes necessidades de cada faixa etária, assim como os diferentes projetos e atividades que estão sendo desenvolvidos (BRASIL, 1998, p. 69)

Na primeira infância as crianças podem ter atrasos no seu desenvolvimento psicomotor ou não, cabe aos professores desenvolverem atividades que serão trabalhadas em salas de aulas para acompanhar o desempenho das habilidades motoras de seus alunos, desenvolvendo-os de forma intelectual, psicológica e afetiva, ajudando-o na estimulação escolar e familiar.

A psicomotricidade vem para quebrar o tabu que as crianças só aprendem com livros e escrevendo, ela vem defender a importância do movimento, dos jogos e brincadeiras em todas as fases da criança, mostrando que aprender pode ser muito divertido. É incentivando brincadeiras nas quais as crianças possam pensar, dançar, cantar, imitar, correr, saltar, que aumentaram o potencial motor e que desenvolveram os avanços de cada capacidade do educando.

Para que a psicomotricidade seja eficaz na Prática Escolar e possa contribuir para ao processo de aprendizagem é preciso que o professor acredite no potencial das crianças, respeitando sua individualidade, sabendo que as dificuldades, obstáculos e as insatisfações fazem parte da caminhada escolar, por isso deve oferecer atividades e oportunidades para que a criança comunique, crie e se expresse emocionalmente [...] (RAMOS, FERNANDES, 2011)

A infância é a idade da brincadeira, é a forma mais prazerosa de se aprender. Através do lúdico a criança tem a oportunidade de se inserir no mundo e criar, reconstruir, refletir e se organizar descobrindo o espaço que a cerca. Cabe ao educador a compreensão e o significado da psicomotricidade dar está importância na infância. O professor deve elaborar projetos com a intencionalidade de fazer com que as crianças aprendam através de brincadeiras, deixando a sua intencionalidade clara, as técnicas lúdicas fazem com que a criança aprenda com prazer, deixando explicado que a atividade realizada não é um passatempo, é algo intencional e lógico, com objetivos específicos.

O presente trabalho tem o intuito de investigar, refletir e abordar o conceito da Psicomotricidade envolvida no processo de desenvolvimento humano. No ensino escolar na primeira infância, durante o processo do seu desenvolvimento a criança sofre mudanças em seu comportamento de acordo com suas faixas etárias, construindo, assimilando e evoluindo suas capacidades cognitivas.

Os objetivos específicos são de expor os conceitos das teorias de desenvolvimento humano e os métodos de abordagens que podem ser feitos pelos professores para futuras avaliações com bases ilustrativas de possíveis fichas de avaliações e os seguintes termos que podem ser utilizados para o procedimento, através de jogos e brincadeiras lúdicas e dinâmicas fortalecendo os laços das crianças e do professor na construção do seu eu. Apresentar a importância da psicomotricidade da vida das crianças e como o professor deve trabalhar para que haja um bom desenvolvimento humano e corporal.

Segundo Gonçalves (2014) a psicomotricidade pode favorecer um trabalho preventivo adequado para equacionar possíveis lacunas deixadas durante o processo maturacional das crianças. “Para a psicomotricidade, o fundamental é a intencionalidade do movimento, sua significação e sua expressão, trazendo à tona a personalidade de cada indivíduo” (GONÇALVES, 2014, p. 27).

Os mediadores da educação infantil devem entender que o desenvolvimento de uma criança nunca é igual a outra. O ambiente em que a criança está inserida deve proporcionar a ela novas experiências para que elas possam aprimorar seus movimentos e aumentar a sua criatividade, para tanto, é necessário um ambiente motivador e acolhedor.

2 METODOLOGIA

As metodologias utilizadas neste trabalho foram a revisão de literatura e artigos científicos encontrados no Google acadêmico, relacionados ao desenvolvimento e a importância da psicomotricidade na primeira infância. Os levantamentos foram voltados para atividades que professores possam realizar em turma ou individualmente, tendo como base as funções do desenvolvimento psicomotor e como cada etapa por faixa etária devesse ser trabalhada e as explicações de cada uma como, por exemplo, a de Lateralidade que envolve domínio do corpo, espaço, organização entre outras.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente trabalho aparenta as relações da importância da psicomotricidade na primeira infância. Com o foco no desenvolvimento psicomotor escolar infantil e suas áreas a serem trabalhadas pelos professores. Sendo elas: 2 O conceito da psicomotricidade; 3 As valências psicomotoras; 4 A importância do professor e no desenvolvimento da psicomotricidade na primeira infância.; 5 As atividades que podem ser trabalhadas nas escolas, reforçando o desenvolvimento psicomotor.

A Associação Brasileira de Psicomotricidade: define a Psicomotricidade como “a ciência que tem como objeto de estudo o homem através do seu corpo em movimento e em relação ao seu mundo interno e externo”.

Está relacionada ao processo de maturação, onde o corpo é a origem das aquisições cognitivas, afetivas e orgânicas. “É sustentada por três conhecimentos básicos: o movimento, o intelecto e o afeto (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOMOTRICIDADE, 2010).”

A Psicomotricidade é uma ciência que está baseada em: brincar, engatinhar, caminhar, correr, saltar, pegar, manipular objetos, raciocínio rápido, associações, conhecer seu corpo e conseguir realizar suas tarefas ou metas no seu desenvolvimento humano. Segundo Costallat (1976, p.1) “a psicomotricidade, como ciência da educação, enfoca esta unidade educando o movimento ao mesmo tempo que põe em jogo as funções intelectivas”.

Com o auxílio dos professores e dos pais a criança poderá se desenvolver com orientações e através das observações e anotações ela poderá ser estimulada em outras áreas mais específicas.

As valências psicomotoras: equilíbrio, organização temporal; percepção visual; percepção auditiva; percepção termo tátil; coordenação motora global e coordenação motora fina. Assim, explicando cada função de cada base e o contexto ao qual pode ser trabalhado. Para tal:

É pela psicomotricidade e pela visão que a criança descobre o mundo dos objetos, e é manipulando-os que ela redescobre o mundo: porém esta descoberta a partir dos objetos só será verdadeiramente frutífera quando a criança for capaz de segurar e de largar, quando ela tiver adquirido a noção de distância entre ela e o objeto que ela manipula, quando o objeto não fizer mais parte de sua simples atividade corporal indiferenciada (OLIVEIRA,2000, p.34 apud SANTOS, COSTA, 2015, p. 6)

No contexto do trabalho foi ressaltada; **A importância do professor e do desenvolvimento da psicomotricidade na primeira infância:** como o papel do professor na estimulação psicomotora. No âmbito escolar na primeira infância tem como objetivo fundamental a exploração do desenvolvimento a psicomotricidade, através de estimulações lúdicas, com jogos, brincadeiras, atividades e relações cotidianas. Para que a criança consiga desenvolver suas aptidões perceptivas e através desta exposição e ajuste-se ao meio que está envolvido.

O desenvolvimento é um processo que está sempre em mudança, pois ele apresenta fases e estágios que a criança percorre até sua plena maturação.

A educação psicomotora é uma técnica, que através de exercícios e jogos adequados a cada faixa etária leva a criança ao desenvolvimento global de ser. Devendo estimular, de tal forma, toda uma atitude relacionada ao corpo, respeitando as diferenças individuais (o ser é único, diferenciado e especial) e levando a autonomia do indivíduo como lugar de percepção, expressão e criação em todo seu potencial (NEGRINE, 1995, p. 15 apud ROSSI, 2012, p.7).

As atividades: são recomendadas por vários autores, através da ludicidade o campo do desenvolvimento fica mais claro e objetivo, assim ressaltará a importância da assimilação do desenvolvimento da criança durante sua vida em sala de aula.

A psicomotricidade auxilia e capacitam o melhoramento e aprimoramento do aluno no processo de aprendizagens escolares, favorecendo o amadurecimento e prevenções da falha do crescimento dele como indivíduo na sociedade. “O objetivo central da educação pelo movimento é contribuir para o desenvolvimento psicomotor

da criança, da qual depende, ao mesmo, tempo, a evolução de sua personalidade e sucesso escolar” (LE BOULCH, 1984, p. 24 apud ROSSI, 2012, p. 8).

Assim como para FONSECA (2014, p.19) “o indivíduo não é feito de uma só vez, mas se constrói, através da interação com o meio e de suas próprias realizações”. Ressaltando a importância do desenvolvimento da psicomotricidade da educação infantil da primeira infância e estatelando o vínculo escolar e familiar social.

As atividades que podem ser trabalhadas nas escolas, reforçando o desenvolvimento psicomotor nas práticas psicomotoras com auxílio dos docentes.

Para contribuir nos planejamentos escolares, incluindo a psicomotricidade nos currículos da Educação Infantil. A prática psicomotora incorporada a projetos educacionais, nos quais a criança possa se utilizar dessa ferramenta, que é seu corpo, para explorar, perceber, criar, brincar, relacionar, imaginar, planejar e sentir, pode funcionar como facilitadora e motivadora para o aprendizado (GONÇALVES, 2012, p. 75).

Para a GONÇALVES (2012) as atividades práticas foram divididas por cada base psicomotora que compõe as unidades funcionais do corpo humano, referindo-se à maturação neurológica e para desenvolver a integralização das gnosias e praxias.

Tendo-se em vista a tonicidade e equilíbrio; prática psicomotora de tonicidade e equilíbrio; noção de corpo, lateralização e estruturação espaço temporal; pratica psicomotora de noção de corpo, lateralização e estruturação espaço-tempo; praxia global e praxia distal; pratica psicomotora de praxia global e distal; estimulação sensório-perceptiva-motora; pratica de estimulação visual; pratica de estimulação auditiva; pratica de estimulação tátil-cinestésica e as observações das atividades contidas nesta área.

Pode-se afirmar que, a importância para a criança de como a exploração do corpo no desenvolvimento da psicomotricidade e da aprimoramento e o compreender do eu são importantes e que os professores devem “oferece à criança de, por meio de experiências psicomotoras, criarem facilitadores no seu longo caminho de aquisições, até estar apta a integralizar todas as etapas” (GONÇALVES, 2014, p. 25).

Porém, a criança passa a trocar a forma de expressão, que antes era através de brincadeiras e brinquedos, para se expressar com palavras fazendo a utilização da expressão manual, “constitui em uma intencionalidade própria e característica que se mistura com emoções e atitudes que vão se reduzindo a medida que o vocabulário fonético se amplia” (GONÇALVES, p.28, 2014). A interação com o meio em que a

criança fica exposta faz com que ela crie novas experiências e se adapte a novas situações criando novas estratégias e enfatizando o desenvolvimento de habilidades do seu eu no seu contexto social. Seja ela abordando todas as bases da psicomotricidade, “o brincar é um meio para estimular o desenvolvimento cognitivo, afetivo, social, moral, linguístico e físico-motor da criança, propiciando aprendizagens específicas” (FRIENDMANN, 2006, p.38).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na revisão de literatura e artigos científicos conclui-se que a Psicomotricidade deve ser trabalhada nas escolas dos anos iniciais com o intuito de desenvolver o copo da criança na primeira infância, prevenindo futuros atrasos do seu desenvolvimento corporal, físico, cognitivo e psicossocial. As atividades aqui citadas no trabalho vêm com intuito para que os professores possam trabalhar em sala de aula com seus alunos, podendo assim acompanhar seu desenvolvimento e fazer anotações e adaptações dos conteúdos pedagógicos durante seu cotidiano. Com embasamento nas valências psicomotoras: equilíbrio; organização temporal; percepção visual; percepção auditiva; percepção termo tátil; coordenação motora global e coordenação motora fina. Podendo assim, oferecer estímulos, social, emotivo, amadurecimento do eu e do seu corpo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil 1998 volume 1**

Disponível : http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf Acessado : 8.mar.2018

GONÇALVES, **Do andar ao escrever, um caminho psicomotor**. Cejamar. Cultural RBL Ed, 2014.

RAMOS, FERNANDES: **A importância desenvolver a psicomotricidade na infância**.

2011. Disponível: <http://www.efdeportes.com/efd153/a-importancia-a-psicomotricidade-na-infancia.htm> Acessado 10. mar.2018

ROSSI, **Considerações sobre a psicomotricidade na educação infantil**, 2012.

Disponível: <http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2011/09/Considera%C3%A7%C3%B5es-sobre-a-Psicomotricidade-na-Educa%C3%A7%C3%A3o-Infantil.pdf> Acesso: 3. abr. 2018.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

SANTOS, COSTA. **A psicomotricidade na educação infantil: um enfoque psicopedagógico**, 2015. Disponível: https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/278_1.pdf Acessado: 24.mar.2018.



O ENSINO DE DANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A DANÇA EDUCATIVA: ANÁLISES E PROPOSTAS

Natália Mazzilli Dias, Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli,
e-mail: namadias@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultante da pesquisa de Iniciação científica realizada no Pet Pedagogia, da Unesp de Araraquara. Este estudo tem como tema o ensino de dança no ambiente escolar, para crianças da Educação Infantil. A temática surgiu do nosso interesse pela dança, e principalmente pela compreensão da dança enquanto linguagem infantil e recurso lúdico que possibilita a expressão e o desenvolvimento psíquico das crianças de 3 a 6 anos.

A proposta consistiu em analisar as implicações e a necessidade do ensino de dança para a idade pré-escolar, com base na Teoria Histórico-Cultural, na qual os principais autores são Vigotski, Luria e Leontiev, e que possui como traço principal a compreensão de que o ser humano apenas constitui sua humanidade através das relações que estabelece, ou seja, a criança se desenvolve psiquicamente por meio de estímulos e mediações advindos do adulto e dos objetos presente em seu entorno.

Buscamos, por meio de entrevistas, investigar como se realiza o trabalho com a dança na Educação Infantil atualmente e qual o conhecimento dos professores acerca da Dança Educativa para, a partir disso, reconstruir uma proposta de ensino dessa área aos professores de crianças de 3 a 6 anos, baseada nos princípios da Dança Educativa, de Rudolf Laban. A Dança Educativa consiste numa vertente da dança que se propõe a ser livre e reproduzir o fluxo natural do movimento humano, desenvolvendo a expressão e a criatividade (MARQUES, 2002).

Portanto, este trabalho teve por finalidade estabelecer relações entre a Dança Educativa e o ensino em Educação Infantil baseado na perspectiva Histórico-cultural, criando assim uma proposta para a dança na escola. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, na qual foi realizado um levantamento bibliográfico em base de dados e acervo sobre a temática e, em seguida, uma pesquisa empírica junto aos professores da Educação infantil da Rede municipal de Araraquara.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, desenvolvida por um levantamento bibliográfico em base de dados e acervo sobre a temática e, pesquisa empírica junto aos professores e diretora de uma unidade da Educação infantil da Rede municipal de Araraquara.

Esse trabalho foi realizado em três partes: Levantamento bibliográfico acerca dos principais temas da pesquisa: o desenvolvimento infantil sob a perspectiva Histórico-cultural, a dança na escola e a Dança Educativa de Rudolf Laban. Uso de artigos científicos, livros e vídeos; Pesquisa empírica, baseada em entrevistas realizadas com professoras, professor de Ed. Física e diretora de uma unidade da Educação infantil da Rede municipal de Araraquara, buscando compreender suas concepções sobre dança e Dança Educativa; Por fim, desenvolvimento de uma proposta baseada nos princípios da Dança Educativa, de Laban, e apoiada na Teoria Histórico-Cultural, como uma possibilidade para o ensino de dança nas escolas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este trabalho, com base na Fundamentação teórica realizada, pressupõe a compreensão da importância da dança no espaço de Educação Infantil, por conta de sua influência no desenvolvimento das capacidades psíquicas superiores e da personalidade das crianças de 0 a 6 anos. Além disso, baseamo-nos também na Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, a qual determina:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. [...]

§ 6º As artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular de que trata o § 2º deste artigo.

Partindo-se da compreensão de que a Dança promove o desenvolvimento infantil e é imprescindível para a Educação Infantil, buscamos investigar as práticas de dança que estão sendo efetivadas atualmente. As entrevistas foram realizadas com a diretora, seis professoras regulares da Educação Infantil e o professor de Educação Física, numa escola da Rede municipal de Araraquara. Foram realizadas entrevistas

semiestruturadas, presencialmente, as quais foram elaboradas de modo a investigar como é o trabalho com dança nessa escola e quais as concepções desses professores acerca da dança na escola.

Algumas perguntas foram realizadas de maneira direta, com o objetivo de compreender a existência do trabalho com dança na Educação infantil desta escola, bem como o papel que a dança possui na trajetória dessas professoras. Os principais dados obtidos com essas questões foram: 100% dos entrevistados respondeu que sim à pergunta "Você utiliza a dança na sala de aula?"; À pergunta "você teve contato com dança na sua graduação?" 3 responderam que sim, 3 responderam que não, e 1 disse "um pouco".

Apesar desses 3 entrevistados que declararam que tiveram contato com a dança na graduação, observa-se que o contato foi superficial e pontual. O que se constata a partir dos dados é que, apesar de metade dos professores não terem tido contato com a dança na graduação, todos eles afirmam utilizar a dança na sala de aula, em alguma medida. Isso aponta que a dança está presente no cotidiano da Educação infantil, e, portanto, que esses sujeitos compreendem que há benefício na utilização da dança na escola.

À diretora, as professoras e ao professor de Educação física também foram realizadas, entretanto, questões abertas quanto ao estilo de dança com que trabalham, a frequência e a concepção que possuem de dança. As perguntas foram formuladas de maneira que os possibilitasse expressar-se e detalhar suas ideias. Deste modo, pudemos avaliar de que maneira essa dança é desenvolvida, com que frequência, com quais finalidades e qual a concepção de dança que está por trás dessas práticas realizadas na escola.

O primeiro ponto que destacamos, inicialmente é, que as professoras, em geral, utilizam a dança como o fim, e não como o processo, isto é, a dança é o resultado de uma apresentação para os pais, ou a coreografia para trabalhar com a música. Além disso, muitas vezes utiliza-se a dança como ferramenta para memorização de conteúdo. Ou seja, não existe uma compreensão do exercício de dança com propósito em si mesmo.

Outro indício de que a dança não é vista no ambiente escolar como atividade que possui as suas próprias qualidades, é o fato de que muitas vezes o trabalho que os

entrevistados relatam se baseia na "música" - seu discurso supõe que o fato de haver uma música é o bastante para que haja dança, naturalmente. Para Laban (1990), entretanto, a dança é independente da música, e pode ser realizada em silêncio, ao som da recitação de um poema ou mesmo ao som de barulhos produzidos pelas próprias crianças. A fala provavelmente mais recorrente entre as professoras é a utilização da música no "momento social", isto é, na recepção dos alunos pela manhã:

Essa prática de "dança" durante o momento social consiste em gestos que coreografam com a música de escolha da professora, e em geral é realizada com as crianças sentadas em roda, portanto movimentando apenas os braços, e com a finalidade de inserir as crianças na rotina da escola, isto é, uma música que antecede o café da manhã, outra música que antecede o banho, etc. Nesse contexto, a movimentação é bastante restrita e mesmo descartável, uma vez que os alunos permanecem sentados executando movimentos curtos e repetitivos.

Esses dados nos demonstram que, ainda que 100% das professoras tenham afirmado que trabalham a dança na escola, esse ensino é realizado de forma não planejada, sem embasamento teórico e muitas vezes de maneira "livre", isto é, sem a mediação sendo realizada de maneira adequada.

De acordo com Vygotski (2001), o ensino deve ser realizado por meio da mediação do adulto no que se configura a área de desenvolvimento proximal. Os apontamentos do autor indicam que o nível de desenvolvimento efetivo é representado pelo que a criança é capaz de realizar sozinha, enquanto a área de desenvolvimento proximal representa as atividades que a criança pode realizar com auxílio dos adultos.

Podemos traçar uma aproximação entre o conceito de mediação de Vigotski, segundo o qual é a partir da mediação do professor, proporcionando à criança movimentações além daquelas às quais está acostumada e as quais realiza cotidianamente, que acontece o desenvolvimento da consciência corporal e da criatividade da criança, e os apontamentos de Laban.

Todos esses aspectos destacados nas falas das professoras relacionam-se entre si: uma vez que não compreendem a dança enquanto processo, e sim enquanto produto ou enquanto ferramenta para trabalhar outros aspectos do ensino, não é possível realizar esse trabalho de maneira mediada, planejada e efetiva.

Vale destacar, por último, a confusão e falta de clareza das professoras quando questionadas acerca da importância da dança para a Educação infantil. Elas citam palavras soltas como "criatividade" e "expressão", fruto de um pensamento do senso comum que reflete na falta de um estudo sistemático acerca da importância da dança.

Essas falhas na compreensão acerca do que é a dança, de como se ensinar a dança na escola, e qual o propósito de ensinar a dança, se relacionam claramente com a ausência desse assunto na formação docente.

É observável, com base na análise desses dados, que as falhas da prática de dança na Educação infantil são plurais e, portanto, não se trata de culpabilizar professores ou quaisquer agentes. O objetivo é discutir o melhor ensino de dança a ser realizado nas escolas de Educação Infantil, e compreendemos que uma proposta metodológica democrática seja a melhor maneira de efetivamente promover esse ensino nas diferentes escolas.

Por estas razões, propõe-se o ensino de dança a ser realizado na Educação Infantil com base nos pressupostos da Dança Educativa Moderna, desenvolvida por Rudolf Laban. A partir do estudo da principal obra sobre o tema, o livro "Dança Educativa Moderna", do autor, buscamos elencar as principais diretrizes para a realização do ensino de dança no ambiente escolar.

O autor indica que esse novo modelo de dança, isto é, a Dança Moderna, se deu por conta de dois principais aspectos da época: o movimento é o denominador comum entre todos os trabalhadores; a quantidade de conhecimento intelectual necessária na vida moderna era, a partir de então, tão excessiva que a prática do movimento seria indispensável para que houvesse um equilíbrio na vida do trabalhador moderno.

A partir disso, estudando por anos a movimentação do cidadão comum, Laban percebeu que toda ação consiste em uma combinação dos elementos de esforço: peso, espaço, tempo e fluxo. Esses fatores, que constituem o movimento, estão presentes na dança, no teatro, nos jogos, nas cerimônias e nos rituais e, portanto, na vida cotidiana infantil. A proposta da Dança Educativa, entretanto, é que a criança se conscientize dessa movimentação e a realize de maneira planejada. Segundo Laban, "A nova técnica de dança oferece a possibilidade de ensinar sistematicamente as novas formas de movimento propondo, ao mesmo tempo, seu domínio consciente." (LABAN, 1990, p. 17).

De acordo com Laban, a mediação do professor deve ocorrer nas seguintes etapas: inicialmente, apenas incentivar que a criança se movimente à sua maneira, mas buscando utilizar o corpo todo, sem corrigi-la. Em seguida, o professor deve pedir que a criança imite as pessoas que está vendo inicialmente, seus movimentos e pausas. Vale ressaltar, aqui, que a imitação é um importante fator da aprendizagem, de acordo com a Teoria Histórico-Cultural. Essa imitação proporcionará à criança uma análise de como as pessoas comuns se movimentam.

Após isso, o professor deverá finalmente ensinar à criança sobre o Fluxo (súbito ou sustentado) do movimento, e é importante que a criança experimente no próprio corpo esse fluxo de diferentes maneiras. Então, quando a criança já reconhece esses fatores do movimento, o professor pode ensiná-la sobre o Tempo (rápido ou devagar), o Peso (leve ou pesado) e o Espaço (direcionado ou difuso), incentivando sempre que a criança realize todas as possibilidades de movimentação a partir desses fatores. O autor utiliza o exemplo de pedir à criança para "tocar o teto", ou "esticar-se o máximo que puder", para que ela compreenda as diferentes qualidades de movimentação.

Essa definição do ensino, segundo a qual o professor deve incentivar que os alunos experimentem movimentações que vão além da que ela realiza no cotidiano, é uma atividade de mediação. Além disso, o desafio proposto por esses movimentos caracteriza que eles atuem na zona de desenvolvimento proximal da criança. Ou seja, desse modo, a criança se apropria das qualidades de movimento e também de seu próprio corpo, de maneira consciente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi estabelecer relações entre o desenvolvimento infantil, sob a perspectiva da Teoria Histórico-Cultural, e o ensino de dança; e compreender de que maneira a dança deve se inserir na Educação Infantil. Explicitamos, portanto, que o trabalho com dança e o ensino em dança visa proporcionar às crianças de 3 a 6 anos vivências que as possibilite apropriarem-se de seus corpos e das movimentações de que são capazes.

Este ensino em dança deve promover o desenvolvimento infantil no que diz respeito à formação da personalidade e às habilidades psíquicas superiores de atenção, concentração e imaginação. Além disso, a dança contribui para que as

crianças desenvolvam consciência corporal e, enquanto dançam, experimentem estados mentais agradáveis.

Tendo em vista os benefícios do trabalho com a dança na Educação Infantil e, em seguida, as falhas que ainda marcam esse âmbito da educação escolar no ambiente em que a pesquisa empírica foi realizada, obtivemos a conclusão de que é necessário o debate e a divulgação da importância da dança para as crianças de 3 a 6 anos. Esta pesquisa, bem como as outras que estão sendo desenvolvidas no âmbito acadêmico sobre o tema, tem o objetivo de contribuir com esta discussão e enriquecer a educação brasileira.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: il.

LABAN, R. **Dança Educativa Moderna**. São Paulo: Ícone, 1990, 128 p.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo na criança**. In: O desenvolvimento do psiquismo. São Paulo: Centauro, 2004.

MUKHINA, V. **Psicologia da idade pré-escolar**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARQUES, I. **Dançando na escola**. São Paulo: Cortez, 2012.

MARQUES, I. **Revisitando a dança educativa moderna de Rudolf Laban**. In: *Sala preta*, Universidade de São Paulo, v. 2, p. 276 - 281, 2002.

MARTINS, L. M. **Especificidades do desenvolvimento afetivo-cognitivo de crianças de 4 a 6 anos**. In: ARCE, Alessandra (org.). Quem tem medo de ensinar na Educação Infantil? Em defesa do ato de ensinar. 3. ed. Campinas: Alínea, 2013.

SAVIANI, D. **Sobre a natureza e a especificidade da educação**. Brasília: comunicação apresentada na Mesa-redonda realizada pelo INEP, 1984.

VIGOTSKI, L. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VYGOTSKY, L. **Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar**. In: VYGOTSKY, L.; LURIA, A. LEONTIEV, A. *Linguagem, desenvolviment*



O ENSINO HÍBRIDO QUEBRANDO PARADIGMAS

Jailda da Silva Correia, Juliana Pereira, Lucia Helena Ormelese de Barros,
e-mail: bilubarros@ig.com.br

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda uma tendência de educação do século XXI, o Ensino Híbrido ou *Blended Learning*. Um tema que foi motivado pelo interesse em pesquisar e refletir acerca dos desafios da contemporaneidade para a educação de sala de aula.

Este modelo de ensino é visto como atrativo e pode tornar-se aliado dos educadores e da escola em geral, dando destaque na personalização e unificação do ensino para suprir as dificuldades individuais e executar um trabalho pedagógico adequado, planejado e tecnológico.

O objetivo é analisar como o Ensino Híbrido se estrutura e quais suas contribuições para o ensino presencial integrado à tecnologia, num espaço supervisionado, de modo a alcançar uma série de benefícios, inclusive um maior engajamento por parte dos educandos.

Por reconhecer que o mundo contemporâneo vem passando por transformações educacionais, éticas, culturais e sociais, a tecnologia passa a ser prioridade para a vida do homem, que com produtividade, possa conquistar o mercado de trabalho.

É então, o momento da escola repensar o modelo tradicional de ensino presente na educação brasileira para configurar, em idealização, a metodologia Híbrida, o que certamente contribuirá para a ampliação de práticas pedagógicas inovadoras e uma maior aproximação da comunidade escolar. Pois, o modelo tradicional de ensino traz à tona a falta de interesse dos alunos pelos conteúdos programáticos. Isso demonstra ser necessário uma renovação cultural e uma mudança nas novas exigências da sociedade, tornando o acesso à tecnologia uma nova fase em âmbito educacional.

Parrat-Dayan (2012) destaca que os conteúdos não significativos geram desinteresse, tédio e, conseqüentemente, a indisciplina. Freire (2015, p. 79-80) acrescenta:

[...] Conteúdos que são retalhos da realidade desconectados da totalidade em que se engendram e em cuja visão ganhariam significação. A palavra, nestas dissertações, se esvazia da dimensão concreta que devia ter ou se transforma

em palavra oca, em verbosidade alienada e alienante. Daí que seja mais som que significação e, assim, melhor seria não dizê-la.

O Ensino Híbrido necessita de práticas que precisam ser difundidas através de aulas diferenciadas, discutidas e analisadas pela equipe gestora e docente da escola, numa abordagem de metodológica ativa.

No primeiro momento desta produção será apresentado a as Diretrizes Curriculares Nacionais. Logo em seguida a tecnologia na sociedade contemporânea como ferramenta de sala de aula e o despreparo docente em relação às mesmas. E por último a metodologia ativa sendo implantada no ambiente escolar como o Modelo de rotação, que está subdividido em Rotação por Estações, Laboratório Rotacional, Sala de aula invertida e Rotação individual; Modelo Flex; Modelo À la Carte; Modelo Virtual Enriquecido.

Os sustentos teóricos desta pesquisa vêm de Bacich; Neto; Trevisani (2015), Andaló (1995), Christensesn; Horn; Staker (2013), Dellors (1999), Morin (2007), entre outros.

Enfim, este estudo justifica-se pela relevância que o Ensino Híbrido assume na contemporaneidade. A discussão não tem como finalidade resolver todos os problemas atuais da educação, mas contribuir com reflexões acerca do Ensino Híbrido, hoje reconhecido como outra maneira de possibilitar aos discentes um conhecimento diferente da forma tradicional, ainda tão difundida e enraizada nas Escolas.

2 METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa utilizada para o desenvolvimento desta iniciação científica foi a bibliográfica a partir de livros e artigos. A maioria dos autores selecionados tratam de educação ligada à tecnologia e novos modelos de ensino.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A coleta de informações através da literatura sobre o Ensino Híbrido e suas contribuições, bem como conhecer as bases históricas, sociais e educacionais foram a base deste trabalho de pesquisa. Isto demonstrou, que se faz necessário, para quebrar os paradigmas tradicionais do contexto de sala de aula, a aceitação da comunidade

escolar e a realização de propostas de ensino que direcionem o processo de aprendizagem de forma interativa e com intencionalidades pedagógicas.

E a unidade escolar que propiciar ao aluno a interação com as tecnologias digitais torna-os sujeitos mais críticos, autônomos e pesquisadores, tendo-o como agente de sua própria construção de conhecimento, num espaço instigador para novas descobertas.

Por conseguinte, as escolas deste século necessitam de um projeto significativo para criar mecanismos em consonância com a metodologia híbrida. No entanto, é preciso proporcionar aos professores uma formação em conformidade às demandas do Ensino Híbrido, pois essa mudança implica em atitudes, estratégias e comportamentos que favoreçam uma melhor aceitação desse Ensino, ressignificando o conceito de ensino aprendizagem.

Nesse sentido, o ensino on-line proporciona a personalização que permite preencher as lacunas no processo de aprendizagem e apresenta vários modelos, que apresentam uma metodologia de trabalho diferente, de forma integrada, sem uma ordem estabelecida ou uma hierarquia entre elas.

É preciso, gradativamente planejar as atividades que atendam às necessidades da turma e também o envolvimento das equipes da escola, pois, algumas ações dependem diretamente do professor que começa a mudança dentro de sua sala de aula e, assim desperta o interesse de outros professores.

De acordo com os estudos sobre essa nova concepção de aprendizagem, o professor passa a ser uma espécie de arquiteto do conhecimento que precisa mostrar para o aluno que existem diferentes formas de se construir o saber. Cabe ao professor ensinar ao aluno como utilizar a tecnologia de forma crítica e produtiva.

Isso demonstra que a formação continuada dos professores nas escolas da rede pública e particular pouco investiram em relação ao uso das tecnologias digitais, o que reflete diretamente na continuidade de práticas pedagógicas ultrapassadas, algumas são reflexos de uma graduação incompatível com o cenário atual das salas de aula.

Dessa forma, Moran (2018) ressalta a existência das novas metodologias já presentes no ensino, que são utilizadas como modelos diferentes de combinações híbridas. Estes modelos procuram seguir os passos inversos do ensino dito tradicional, pois compreende a teoria e a ação prática. Porém, uma escola motivadora e visionária

busca adaptar-se à realidade social como expõem Bacich, Tanzi Neto e Trevisani (2015) que a escola atual ainda tem aspectos estruturais do passado, sendo que a forma de ensinar já não funciona neste contexto de educação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o Ensino Híbrido oferece importantes ambientes de aprendizagens. E que a educação está experimentando um momento de transformações, em consequência das novas tecnologias digitais, pois, a sociedade contemporânea determina que as escolas reflitam suas ações educativas, e que as práticas sejam renovadas nas instituições de ensino. Por esta razão, no decorrer dos estudos percebeu-se o quanto é necessário trabalhar com essa possibilidade pedagógica, com o intuito de viabilizar novos caminhos.

Este trabalho apontou para a necessidade de reflexão sobre mudanças relevantes no sistema de ensino e nas instituições escolares para enfrentar o Ensino Híbrido como um importante aliado da educação. Isso se deve, pelo fato do Ensino Híbrido auxiliar nas mudanças do processo de aprendizagem dos estudantes, bem como questionar as formas tradicionais de ensinar. Essa afirmativa deve-se ao pressuposto de que as novas tecnologias digitais facilitam a conexão de todos os ambientes e implementam políticas diversificadas de organização de método de ensino e aprendizagem adequados a cada contexto.

O estudo revelou que a escola que optar por um modelo de Ensino Híbrido terá o conhecimento mediado pelo professor e o aluno será o protagonista das atividades, e que o docente atuará como problematizador, facilitador, e não somente transmissor de conhecimento de forma expositiva.

Para incorporar o novo modelo de ensino é preciso da aceitação da comunidade escolar, e executar um planejamento de propostas inovadoras que rumam para a realização de um modelo de ensino que atenda as finalidades da educação do século XXI, de forma dinâmica, interativa e com intenções pedagógicas.

Portanto, é fundamental reforçar que o Ensino Híbrido proporciona autonomia para o educando durante o processo, permitindo ampliar suas habilidades de reflexão. Desse modo, preparar as escolas com as tecnologias pode determinar uma mudança



considerável e concretiza um projeto educacional significativo com meios para uma aprendizagem ativa com foco no estudante.

REFERÊNCIAS

BACICH; TANZI NETO; TREVISANI. Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação. In: BACICH; TANZI NETO; TREVISANI (Org.). **Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

MORAN, J. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: BACICH, L; MORAN, J (Org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018: Disponível em < <https://books.google.com.br> >. Acesso em: 04 de ago.2018.

Um conceito chave para a educação, hoje. In: BACICH; TANZI NETO; TREVISANI (Org.). **Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

PARRAT-DAYAN, S. **Como enfrentar a indisciplina na escola**. São Paulo: Contexto, 2012



O ENSINO PÚBLICO E OS PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM: A IMPORTÂNCIA DE UM PSICOPEDAGOGO ESCOLAR

Fernanda Lamesa Ambrosio, Wanderlei Gabini, e-mail felamesa@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O Ensino público está cercado de problemas, que vão desde a falta de investimento, a falta política educacional e problemas éticos que envolvem a educação. Alunos não estão aprendendo conceitos básicos que devem ser absorvidos desde a infância, como alfabetização e operações matemáticas e de interpretação. Os dados do Saesp em 2007, por exemplo, apontam que nas 4ª e 8ª séries de Ensino Fundamental o percentual dos alunos com desempenho “abaixo do básico” é de cerca de 45% e 50%, respectivamente e no Ensino Médio este percentual é de 71%; por outro lado, no nível considerado “Adequado” em Matemática, os percentuais são de 17,4%, 5,1%, 3,7% nas 4ª e 8ª do E.F e na 3ª do EM respectivamente. Com o ensino como está posto, atualmente, umas boas parcelas das crianças seguem na seriação escolar sem aprender e sem reprovas, chegando em séries do ensino fundamental e médio sem serem sequer alfabéticos.

O Ideb é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Prova Brasil) e no fluxo escolar (taxa de aprovação). No ano de 2017 os alunos do estado de São Paulo atingiram a nota 4,9, mesmo esta nota estando em crescimento nos últimos anos, o índice ainda é muito baixo, e está longe de uma nota 6,0 que é considerada uma média minimamente ideal para o aprendizado.

Pensando em soluções educacionais devemos discutir a atuação do psicopedagogo e de como o mesmo poderia auxiliar na mudança desses números, para isso fazemos um pequeno resgate histórico da psicopedagogia e das formas de aprendizagem.

Na segunda metade do século XX, a epistemologia genética, teoria do conhecimento desenvolvida por Jean Piaget e centrada no desenvolvimento natural da criança influenciou fortemente a conformação da psicopedagogia, bem como da psicologia e da educação (Revista Nova Escola, 2014). Grassi (2013) comenta que

Piaget estudou de maneira rigorosamente científica o processo de aquisição do conhecimento, afirmando que ele se dá por meio de descobertas da própria criança. Além disso, ele se opôs e teceu críticas ao behaviorismo e ao inatismo, teorias ainda muito presentes nas ideias educacionais e na psicologia da sua época.

Segundo Piaget a inteligência tem uma base biológica, mas também depende das ações do sujeito sobre os objetos, em uma relação de estruturas internas e meio externo, havendo um processo de construção. Por isso sua teoria é conhecida como construtivismo (Revista Nova Escola, 2004, p. 55-56).

Para Grassi (2013, p.46) a influência de Piaget foi marcante para a estruturação do campo teórico e da prática da psicopedagogia, porém, complementa:

Mas, apesar de ter trazido essas importantes mudanças para as práticas educacionais e para psicopedagogia, essa visão apresenta uma visão universal e idealizada da criança, do aluno e da educação. Muitas críticas são feitas a aplicações da epistemologia genética de Piaget por desconsiderarem fatores sociais, econômicos, políticos, históricos e culturais nos processos de desenvolvimento e de aprendizagem. No entanto, há pesquisadores que deram continuidade a esses estudos e tem modernizado conceitos e discutido questões inerentes a atualidade.

Nos anos 1980, as ideias de Vigotski (apud Grassi, 2013), começaram a ter grande repercussão mundial entre educadores, psicólogos, pedagogos e outros profissionais.

Grassi menciona que para Vigotski as relações sociais tem papel determinante nos processos de aprendizagem e desenvolvimento. Ele considera que o indivíduo se forma em contato com o meio social que o rodeia e do qual faz parte, numa relação dialética em que ambos se modificam mutuamente. Essa relação se dá por meio dos instrumentos criados pelo próprio homem para transformar a natureza e mediante a linguagem, que é produzida culturalmente. Vigotski acreditava que, ao nascer, o sujeito traz um substrato orgânico, representado por um organismo biológico capaz de ações reflexas ou funções psicológicas elementares. As funções psicológicas superiores, como consciência e pensamento, seriam desenvolvidas com o processo de aprendizagem.

Assim, ainda de acordo com Grassi, a dificuldade e o fracasso escolar não são determinados apenas por fatores orgânicos, como pensavam os inatistas, e também não sofrem apenas a determinação do meio, como acreditavam os ambientalistas. Na verdade, essa discussão deve ser feita considerando a inter-relação entre o substrato

biológico e o meio social, econômico, cultural, político, e histórico na constituição do sujeito humano. Trata-se da visão sociointeracionista, na qual o aluno é um sujeito ativo inserido num meio também ativo, um meio relacional no qual há muitos sujeitos ativos que se relacionam e influenciam mutuamente.

De acordo com Cordié (apud GRASSI, 2013, p.49), o fracasso escolar é algo inerente ao nosso tempo, uma vez que a escolaridade se tornou obrigatória na França, por exemplo, apenas no final do século XIX. Para a autora, passou-se da era do proletariado para a do estudante. Na era do estudante é necessário estudar primeiro para depois exercer uma profissão, e é preciso dominar alguns conhecimentos científicos para ser socialmente reconhecido.

Para Grassi, o analfabetismo se tornou um problema maior hoje, pois a leitura e a escrita devem ser dominadas para se exercer plenamente a cidadania. O fracasso escolar tem por consequência a exclusão social, evidenciando as diferenças sociais entre os sujeitos. O mercado absorve apenas os mais capazes e bem preparados, excluindo os menos escolarizados e, portanto, despreparados, o que gera problemas como informalidade, baixa remuneração, exploração de mão de obra barata e do trabalho infantil, desemprego e pobreza. Para a autora (2013, p. 50):

Uma das razões para esse fracasso é o fato de a escola não valorizar as características e o estilo de vida das camadas populares. Acredita que são elementos de uma cultura pobre, ou de falta de cultura, e entende como cultura a das classes dominantes. Diante disso, considera que deve propiciar aos indivíduos das camadas menos favorecidas o acesso a cultura letrada, ao conhecimento. As dificuldades que eles apresentam são vistas como produto da situação de carência que vivem, e não de condicionantes socioeconômicos e políticos. O trabalho pedagógico é desenvolvido de modo seletivo, discriminatório e excludente: não se valorizam os esforços e as possibilidades de aprendizagem desses indivíduos, nem sua linguagem, seus conhecimentos, seus saberes, suas experiências. Não percebem suas habilidades e enfatizam-se suas dificuldades; sua autoestima é rebaixada e o fracasso escolar é uma questão de tempo.

Para Oliveira (2006, p.16-17 *apud* GRASSI, 2016 p.51), ao psicopedagogo do século XXI cabe posicionar-se diante dessa realidade, observando e analisando como se dão as aprendizagens, como e para onde caminha o processo de ensino e aprendizagem e quais dificuldades surgem ao longo dele. Tendo em vista o contexto atual, no qual a aprendizagem é também virtual e rápida, há dificuldades de aprendizagem, existindo fracassos na escola pública, no particular, na universidade e na vida.

A partir dos resultados que temos e desse pequeno resgate histórico podemos pensar que o ensino ele vai além da comunicação do conteúdo, deve ser levado em consideração fatores biológicos e sociais, bem como deve ser levado em consideração as diferentes didáticas utilizadas. De acordo com Paterra e Rodrigues (2014),

O envolvimento significativo do aluno no processo de aprendizagem refere-se ao seu papel ativo, sua motivação para investigar, explorar e compartilhar suas descobertas frente ao grupo, procurando a construção significativa de seus conhecimentos. O psicopedagogo institucional deve agir como indutor da aprendizagem significativa; deve ir além da simples transmissão de conteúdo; ele deve traçar estratégias e situações que motivem o aluno, na perspectiva de aquisição de conhecimentos relevantes às suas necessidades.

A partir disso acreditamos que um psicopedagogo na escola teria como auxiliar nesse processo, observando em cada aluno suas dificuldades e traçando estratégias e soluções para elas. O psicopedagogo pode atuar diretamente com alunos, família e corpo docente, auxiliando cada um na estruturação do trabalho para estímulo da aprendizagem.

2 METODOLOGIA

O artigo deverá partir de uma pesquisa explicativa, iniciada por uma pesquisa bibliográfica e documental, onde deveremos analisar dados sobre a educação pública, seus índices de aprovação, médias dentre outros. Deverá ser feito nesse momento também um estudo qualitativo sobre a aprendizagem dos alunos e suas habilidades. Juntaremos esses dados a bibliografias escolhidas para tentar responder hipóteses sobre a falta de atendimento necessário aos estudantes e a importância de um psicopedagogo escolar.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao analisar os resultados das provas avaliativas brasileiras e notar que a melhora dos alunos tem se dado muito lentamente mesmo com mudanças nos métodos e empenho de algumas áreas da educação, notamos que falta uma atenção maior aos alunos com dificuldades de aprendizagem. Esses alunos não devem ser colocados dentro de um mesmo pacote educacional. Falta a escola, e outros setores educacionais, analisarem cada dificuldade separadamente, e notar os diferentes fatores que causam esses problemas e resultados. Devemos estar atentos a tudo que

possa influenciar a aprendizagem no contexto escolar. Não podemos deixar de lado qualquer fator social ou biológico que podem estar atrapalhando a mesma.

Os índices de aprovação comparados às notas dos alunos mostram que os mesmos estão seguindo na seriação escolar sem aprender o conteúdo que deveria ser fixado naquela idade, isso nos mostra que as dificuldades de aprendizagem muitas vezes são usadas como desculpa para passar um aluno de ano, e não observadas como deveriam ser na busca de recuperar o conteúdo não absorvido por esses estudantes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fazer um pequeno resgate histórico dos estudos sobre aprendizagem, notamos que muitos fatores envolvem a mesma, e que todos devem ser levados em conta para avaliar e melhorar a vida escolar de cada aluno. Nesse momento notamos a importância de um psicopedagogo atuando em área escolar. Esse profissional deve fazer uma ponte fundamental entre família, estudante e corpo docente. O mesmo deve ainda procurar meios e alternativas para resolver ou melhorar esses problemas e tentar diminuir todo atraso escolar.

O psicopedagogo deve com toda sua bagagem teórica procurar meios de facilitar a aprendizagem, podendo auxiliar professores nos seus planos de aula, podendo auxiliar no diagnóstico dos problemas de aprendizagem e criar juntamente com os alunos métodos para melhorar seu desempenho e de todo conjunto escolar.

REFERÊNCIAS

BOSSA, N. **Artigos**. Disponível em: < <http://www.nadiabossa.com.br/artigos.html> > . Acesso em 31 jul. 2018.

GRASSI, T.M. **Psicopedagogia um olhar, uma escuta**. 1 ed. Curitiba: Intersaberes, 2013.

IDEB. São Paulo: **Ideb 2017**. Disponível em: < <https://www.qedu.org.br/estado/125-sao-paulo/ideb?dependence=5&grade=2&edition=2017> > Acesso em 20 set. 2018.

MENDES, C.R.; TORINO, C. Avaliação Educacional e Educação Estatística- Um olhar sobre os resultados do Saesp. **Anais do XIV Encontro de Iniciação Científica da PUC-Campinas** - 29 e 30 de setembro de 2009.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

PATERRA, M.T.G.; RODRIGUES, S.C. Atuação do psicopedagogo nos diversos e complexos contextos de dificuldades de aprendizagem nas instituições escolares. **Educação, Gestão e Sociedade**: revista da Faculdade Eça de Queirós, ISSN 2179-9636, Ano 4, número 14, junho de 2014.

REVISTA NOVA ESCOLA. Disponível em: < <https://novaescola.org.br/> > Acesso em 01 ago. 2018.



O ESTRESSE E A SÍNDROME DE BURNOUT EM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Beatriz Oliveira Saltorelli, Carla Aparecida Zotto, Karina Ferraz Tozze,
e-mail:beatrizsaltorelli@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O estresse contínuo relacionado ao trabalho constitui um fator determinante para o comprometimento da saúde física e mental do trabalhador e, conseqüentemente, para a saúde integral dos docentes (ARAÚJO, 2011).

Em decorrência da modernização e a implantação de novas tecnologias na produção industrial, acarretou-se grandes transformações no desenvolvimento e nas condições de trabalho para o trabalhador, ocorrendo assim, mudanças significativas tanto no plano social quanto no comportamento individual. Desta forma, foi-se delineando e reconhecendo uma relação de influência do trabalho sobre o bem estar emocional e físico do indivíduo, pois com o aumento das exigências no qual o trabalho deveria ser mais profissionalizado, burocratizado e isolado, fez com que se desenvolvesse a Síndrome de Burnout nos profissionais com alta expectativa de satisfação e com poucos recursos para lidar com as frustrações decorrentes. Essa Síndrome é uma resposta ao estado prolongado de estresse (REIS; FERNANDES; RODRIGUES, 2008).

Diante das situações apresentadas, torna-se necessário compreender que as transformações no ambiente de trabalho implicam em mudanças nas relações sociais e empregatícias, afetando o bem-estar físico e mental dos trabalhadores, neste caso em específico, dos profissionais de educação.

Procurou-se responder à seguinte questão-problema: como a Síndrome de Burnout pode prejudicar a saúde do professor a ponto de interferir na sua atuação profissional?

Portanto, o presente trabalho visa analisar e compreender a interferência da Síndrome de Burnout no ambiente de trabalho, buscando identificar os principais fatores que levam à Síndrome de Burnout e quais as conseqüências que essa Síndrome pode ocasionar ao professor e para a organização, tendo como foco a saúde

e a qualidade de vida no ambiente de trabalho deste profissional, buscando também, compreender o papel do psicólogo nas organizações.

2 METODOLOGIA

A abordagem metodológica da pesquisa consiste em um debate bibliográfico sobre o tema, que conseqüentemente se originará na realização de fichamentos, a partir de leituras de artigos, revistas científicas, dissertações, teses, pesquisas em sites como SCIELO – Scientific Eletronic Library Online e Google Scholar (Google Acadêmico em português), acerca do tema “O Estresse e a Síndrome de Burnout em Profissionais da Educação”.

Para que se chegasse aos estudos adequados foram utilizados os seguintes descritores: Síndrome de Burnout, estresse, profissionais da educação, qualidade de vida, sintomas, professores, papel do psicólogo.

Além disso, alguns livros foram consultados para conhecimentos gerais a respeito do assunto. O presente trabalho foi embasado em CARLOTTO (Mary Sandra) e CODO (Vanderlei), entre outros autores que tratam de forma clara as particularidades da Síndrome de Burnout na educação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta dissertação tem como intuito destacar o Estresse e a Síndrome de Burnout, como um dos grandes problemas com conseqüências negativas para a saúde física e mental do profissional da educação.

O estresse que se cronifica e leva o educador a adoecer e adquirir a Síndrome de Burnout cresce entre os professores da educação básica. Observa-se um aumento na frequência desses comportamentos nos profissionais que levam atividades de trabalho adicional para casa, com sobrecarga de horas de trabalho, remuneração incompatível com o trabalho, divisão não equitativa das tarefas e dedicação excessiva a atividades que pouco acrescentam à carreira. Todos esses fatores vêm provocando o estresse e conseqüentemente a Síndrome de Burnout.

Nesse sentido, Cruz e Lemos (2005) apontam que a realização das atividades intra ou extraclasses exige do professor condições físicas e para a busca de informações, transporte de livros e materiais; ficar sentado ou em pé por tempo

prolongado escrevendo ou desenhando e esforço mental para as exigências cognitivas e psíquicas.

Esses fatores trazem como conseqüências o estresse do docente, a queda da qualidade de sua aula, a impossibilidade de se aperfeiçoar constantemente e a falta de tempo para preparar e refletir criticamente sobre sua prática pedagógica. Sentem o desgaste físico e/ou mental de longas jornadas de trabalho, frente à baixa remuneração (SILVA; ROSSO, 2008).

Em geral, os professores ocupam um lugar especial no processo social e produtivo, pois realizam atividades de assistência interpessoal e de dedicação no aprendizado de outros indivíduos, se colocando numa condição de maior predisposição aos chamados Transtornos Psicossociais no Trabalho que associados aos agravos na condição física, acentuam os desgastes profissionais.

Sendo assim, diante do ritmo de trabalho imposto, que de certa maneira acarreta a desorganização na identidade construída pelo indivíduo, é fortemente influenciada pelo trabalho que exerce e pelas relações sociais. O trabalho é uma fundamental referência para o indivíduo, o qual influencia não apenas na construção de sua identidade, mas também em sua forma de inclusão no meio social.

Portanto, nota-se que um trabalho que tem sentido, é intrinsecamente satisfatório, o prazer e o sentimento de realização que podem ser obtidos na execução de tarefas dão um sentido ao trabalho para o colaborador (MORIN, 2001).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do presente estudo foi possível constatar que o professor, sendo um dos profissionais mais importantes para a formação do indivíduo, é um dos mais afetados pela Síndrome de Burnout, em decorrência aos variados fatores que o levam a esta patologia. No qual, estes fatores podem levar o professor à insatisfação, ausência de estímulo e acarretando sofrimento psíquico, chegando inclusive a desenvolver a Síndrome de Burnout.

Contatamos as dificuldades encontradas e enfrentadas diariamente pelos professores frente à sala de aula, devido à demanda de atividades e principalmente as dificuldades sofridas devido à falta de recursos ou a limitação destes para auxiliar no

seu trabalho, além da baixa remuneração, um dos principais fatores que contribui para que este colaborador trabalhe em dobro, para poder se manter financeiramente.

Ter conhecimento da doença, os sintomas e as consequências, não é o suficiente, a prevenção do estresse e do Burnout em docentes da educação resultará em um ensino de qualidade sem prejuízos para as organizações e para relação entre professor e aluno.

Desta maneira, é perceptível a importância do bem estar no ambiente de trabalho, pois é no trabalho que se passa a maior parte do tempo. Atualmente, o estresse e a Síndrome de Burnout não são vistos apenas como prejudicial ao trabalhador, mas também, a organização que desembolsam altos custos em absenteísmo, acidentes, doenças, conflitos, abandono e desinteresse.

Sendo assim, é fundamental a implementação de atividades voltadas para a prevenção e promoção da saúde dos trabalhadores, diminuindo o risco de desenvolvimento do estresse e da Síndrome de Burnout, visando que atividades físicas, bom relacionamento interpessoal e realização interna com a profissão que exerce são de extrema importância para banir essa doença do ambiente de trabalho e ampliar a qualidade de vida do profissional.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, A. L. **Estresse Ocupacional e Burnout**: um estudo com professores de um curso de graduação em enfermagem de uma privada em Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte, 2011.
- BENEVIDES-PEREIRA, A. M. P. **Burnout**: quando o trabalho ameaça o bem estar do trabalhador. 3ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.
- CRUZ, R. M.; LEMOS, J. C. **Atividade Docente, Condições de trabalho e processos de saúde**. Motrivivência, Florianópolis, n. 24, p. 59-80, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/742/3887>>. Acesso em: 07 abr. 2018.
- REIS, A. L. P. P.; FERNANDES, S. R. P.; GOMES, A. F. Estresse e fatores psicossociais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 30, n. 4, p. 712-725, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000400004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 ago. 2018.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

SILVA, G. L. F. S.; ROSSO, A. J. As condições do trabalho docente dos professores das escolas públicas de ponta grossa – PR. In: **Congresso nacional de educação, EDUCARE**. 2008.



O FENÔMENO DA SAÚDE MENTAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO CÁRCERE

Victoria Rebeca de Castro, Vania Aparecida Borim Moretto Delpino,
e-mail: xvictoria.psico@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Justiça, a partir do século XX, foi privilegiada com as concepções de saúde mental emergentes, podendo dispor de equipe multidisciplinar para melhor compreender os fenômenos envolvidos entre a saúde mental, o crime e a Justiça (COHEN; MARCOLINO, 2006). Os estudos da criminologia surgiram como resultado dessa união de saberes, servindo como auxílio à criação e aplicação das leis, bem como a reinserção social do sujeito apenado. Trata-se de uma importante ciência dedicada às investigações do sujeito criminoso, a fim de compreender os mecanismos que o levaram ao descumprimento da lei e buscar soluções que desarmem tais mecanismos, prever os mecanismos que possam dispor outros indivíduos à criminalidade e atuar na prevenção de novos crimes (SEGRE, 2006).

No intuito de promover melhores condições à ressocialização no Brasil, foi criada em 2014 a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade do Sistema Prisional, incluindo ações de prevenção e promoção de saúde física, mental e social (SANTOS; NARDI, 2014). Entretanto, Bleger (1984 apud TRAVIESO, 2006) pontua que instituições muito rígidas podem acentuar problemas e dificuldades biopsicossociais, preservando ou predispondo o sujeito à doença ao invés de superá-la. Nesse sentido, torna-se importante averiguar se as instituições penitenciárias têm sido mecanismos de promoção do desenvolvimento ou têm atuado como mecanismos de regressão emocional.

Maranhão (2003) atesta que nenhum estudo foi capaz de determinar o fator causal preciso da criminalidade, uma vez que cada tipo de crime está associado a fatores diferentes, necessitando diagnóstico específico para cada caso. Entretanto, é possível identificar os fatores mais atuantes na conduta delinquente e contribuir na investigação de outros casos. Figueiró et al (2015) alerta para a omissão dos poderes públicos, as limitações ao tratamento das necessidades da população carcerária feminina e o confinamento como fatores prejudiciais à saúde mental. Cabe maior

envolvimento dos profissionais da saúde mental e engajamento político que articulem a saúde mental e a delinquência para transformações no sistema penitenciário.

Fontana-Rosa e Cohen (2006) mostraram que estudos em saúde mental e criminologia estão muitas vezes voltados à identificação da saúde mental do indivíduo a fim de classificá-lo como imputável ou inimputável. Segre (2006) e Fontana-Rosa (2006) elucidaram a contribuição do psicólogo enquanto perito para a avaliação da responsabilidade penal do infrator. Maranhão (2003) demonstrou as ações criminosas como respostas a estímulos internos ou externos.

Figueiró et al (2015) fala sobre a importância do psicólogo nas unidades prisionais em estabelecer vínculo com os familiares do detentos, serviços de saúde e assistência social. Minayo e Constantino (2015) organizaram uma importante obra a respeito das condições de vida e saúde, incluindo a saúde mental, na população de detentos do Estado do Rio de Janeiro. Constantino, Assis e Pinto (2016) trazem reflexões acerca dos problemas de saúde mental estabelecendo relações com fatores de risco dentro das unidades penitenciárias.

O objetivo do presente estudo é investigar as condições de saúde mental que podem influenciar no comportamento delinquente e no encarceramento e em contrapartida averiguar as influências do cárcere na saúde mental dos indivíduos.

2 METODOLOGIA

O alcance dos objetivos se deu em pesquisa exploratória qualitativa por meio de pesquisa bibliográfica nas obras “Saúde mental, crime e justiça” organizado por Cohen, Ferraz e Segre (2006) e “Psicologia do Crime”, de Maranhão (2003), onde se buscou compreender a influência dos processos mentais no comportamento delinquente. E posteriormente, a fim de investigar as influências do cárcere na saúde mental do indivíduo, foi realizada uma pesquisa nas bases de dados de produções científicas Scielo, Pepsic, BVS e LILACS, onde foram pesquisadas com as palavras-chave: saúde mental, cárcere, transtorno mental e presos. Tendo sido encontradas 40 produções no âmbito nacional, com as palavras pesquisadas no título e/ou no resumo da publicação. Foram selecionados 6 trabalhos por abordar de maneira mais precisa a influência do cárcere na saúde mental. Os demais trabalhos encontrados foram referentes à medida de segurança em Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (13); personalidade,

transtornos mentais e ação criminal (2); saúde mental dos agentes penitenciários (8); influência do cárcere na família e profissionais da saúde mental (3); representações da população carcerária acerca dos conceitos de saúde e doença mental (1); projeto relacionado à saúde mental (1); questões de saúde física (6).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos resultados tem sua importância na constatação de diferentes tipologias delinquentiais que podem auxiliar em medidas preventivas e terapêuticas criminais e na exploração da saúde mental dos detentos resultante do sistema penitenciário brasileiro.

Fontana-Rosa e Cohen (2006) ressaltaram as condições mentais que podem predispor o sujeito à inimputabilidade penal. São transtornos mentais orgânicos do desenvolvimento, personalidade esquizotípica e delirante, transtornos no humor, transtornos de personalidade e do comportamento, retardo mental grave, comprometimentos de personalidade neurótica, entre outros. Maranhão (2003) considera esse tipo delinquential como sintomático, o crime ocorre em virtude de perturbação psíquica tal como as oligofrênicas, as psicoses e demências e as neuroses. A delinquência sintomática é diferente da delinquência de caráter psicopata ou antissocial, em que o indivíduo apresenta comportamento antissocial crônico (Maranhão, 2003).

Maranhão (2003) teceu importantes considerações sobre aos mecanismos delinquentiais envolvidos em indivíduos sem comprometimentos graves de suas funções mentais, e que, portanto, imputáveis. São indivíduos que podem ter bom ajustamento social e comportamental, adoção de valores socioculturais, ausência de desvios e perturbações psíquicas que influenciem na ação criminal. A motivação para o crime está associada a circunstâncias acidentais, situações desfavoráveis, estados emocionais alterados, ruptura ocasional na contenção de impulsos e outros. Consideram-se delinquentes dissociados os indivíduos autores de ato infracional com passado de inconstância materna e desagregação familiar, certa disposição à ociosidade, interesse pobre ou ausente por atividades como o trabalho e o estudo, rejeição às normas sociais e associação a grupos de oposição aos valores morais (MARANHÃO, 2003).

Detectada a imputabilidade penal, ao sujeito delinquente poderá ser aplicada pena privativa de liberdade em ambiente comumente superlotado, escuro e pouco ventilado, monótono, rígido em regras e restrito em contatos sociais, suscetível de prejuízos à integridade mental do apenado (CONSTANTINO; ASSIS; PINTO, 2016).

Figueiró et al (2015) reuniu relatos de mulheres prisioneiras acerca da saúde mental. Os relatos sugeriram precariedade no atendimento médico, sintomas de estresse, agitação, problemas no sono, sentimento de humilhação e desvalor, medo de perder vínculo com os filhos, ausência de visitas e uso intenso de medicação psicotrópica como meio de suportar o cotidiano na prisão em 58,8% das detentas.

Minayo e Constantino (2015) mostraram que a tentativa de suicídio na população carcerária feminina é muito mais elevada que na população feminina em geral, uma porcentagem de 9,4% para 2%, respectivamente. O risco de suicídio pode ser agravado em caso de: introversão, sintomas depressivos, vulnerabilidade, ansiedade, impulsividade, hostilidade, desconfiança e problemas nas relações interpessoais, uso excessivos de drogas, problemas econômicos, falta de apoio familiar, culpa e vergonha, ameaças, comprometimentos físicos e emocionais (PRAGOSA, 2012; BLAAUW et al, 2002 apud MINAYO; CONSTANINO, 2015).

Pesquisa realizada por Quitete et al (2012) encontrou a presença de Transtorno do Estresse Pós-Traumático (TEPT) entre as mulheres privadas de liberdade, em comorbidade com sintomas de depressão e ansiedade. Os sintomas de TEPT estavam associados ao uso de drogas ilícitas, como tentativa de reduzir desconfortos psíquicos. Condições percebidas como traumáticas na penitenciária são privação de liberdade, ameaça à integridade física, emocional e psíquica, afastamento do núcleo familiar e social, limitações nas relações com os filhos, escassez ou ausência de visitas.

Minayo e Constantino (2015) constataram em sua pesquisa que 82,4% das mulheres e 71,2% dos homens encarcerados apresentam sintomas de depressão. Constantino, Assis e Pinto (2016) também encontraram que mais mulheres (47,1%) do que homens (31,1%) são acometidos por sintomas de depressão na penitenciária. Em ambas as pesquisas foram encontrados sintomas depressivos que parecem fazer parte da própria estrutura penitenciária.

Ainda em pesquisa realizada por Minayo e Constantino (2015) foi evidenciada a presença de estresse em 57,9% das mulheres e em 35,8% dos homens detentos

pesquisados. Corroborando com esses achados Constantino, Assis e Pinto (2016) ressaltaram que mais mulheres do que homens são acometidas pelo estresse nas unidades penitenciárias. Segundo Constantino, Assis e Pinto (2016), bons vínculos familiares, exercer algum tipo de trabalho na prisão, participar de atividades e praticar alguma religião são fatores protetivos da saúde mental no cárcere. Melo et al (2013) identificaram em pesquisa que detentas com práticas religiosas mais frequentes apresentaram menor sintomatologia de desesperança e depressão.

A análise dos resultados mostrou que grande parte das pesquisas em criminologia é voltada à identificação de traços de personalidade e comprometimentos psíquicos que auxiliem a Justiça na aplicação das leis de imputabilidade e inimputabilidade. É importante notar a separação que há entre delinquentes comprometidos, considerados incapazes de reconhecer o ato antijurídico e, portanto, passíveis de tratamento psiquiátrico em um hospital de custódia, e aqueles considerados dentro do padrão de normalidade em saúde mental, responsáveis pelos seus atos e, portanto, passíveis de punição em instituições penitenciárias típicas, conforme afirma Segre (2006). Segregar a saúde mental aos hospitais de custódia representa um desvio no que propõe a criminologia, ou seja, desenvolver profilaxias e terapêuticas criminais adequadas aos diferentes tipos de perfis delinquentes. A análise dos resultados favoreceu ainda a importante observação de que o sistema penitenciário pode funcionar como gatilho para o desenvolvimento de sintomas, transtornos e outros problemas de saúde mental nos detentos.

Os resultados desta pesquisa corroboram com a consideração de Constantino, Assis e Pinto (2016), afirmando que grande parte das investigações em saúde mental nas penitenciárias é voltada aos sintomas depressivos. Foi possível estabelecer relações também com os achados de Moraes e Dalgarrondo (2006), ressaltando que os problemas de saúde mental predominantes na população carcerária são: depressão, abuso de substâncias psicoativas e ilícitas, transtorno do estresse pós-traumático, insônia, ansiedade, somatização e irritabilidade (ALMEIDA, 1998; TEPLIN, 1996 apud MORAES; DALGARRONDO, 2006).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendeu-se com esta pesquisa a presença de diferentes tipologias delinqüenciais associadas a questões de saúde mental, para além de outras coisas. No âmbito judiciário as relações estabelecidas entre o crime e a saúde mental ficam por vezes restritas a confirmação ou exclusão de imputabilidade penal. Embora tenham sido criadas leis para assegurar a saúde integral no ambiente penitenciário, o que se observa é um tipo de ação contrária e regressora das faculdades mentais.

Ressalta-se como limitação a essa pesquisa a escassez de referencial teórico na área. É preciso considerar os resultados desta análise sob as especificidades do contexto penitenciário das populações estudadas nas pesquisas aqui exploradas, não sendo recomendadas generalizações, mas elaboração de novas investigações.

Este trabalho teve a pretensão de contribuir com observações a respeito dos efeitos do cárcere na saúde mental dos detentos e a compreensão de alguns fenômenos implicados na delinqüência. Com essas contribuições, tem-se o intuito de mobilizar pesquisas futuras e planos de ação que favoreçam a profilaxia e a terapêutica criminal para além da inimputabilidade penal, contudo, sem desconsiderar esse aspecto.

REFERÊNCIAS

COHEN, C.; MARCOLINO, J. A. M. Noções Históricas e Filosóficas do Conceito de Saúde Mental. In: COHEN, C.; SEGRE, M.; FERRAZ, F. C. (Org.). **Saúde Mental, Crime e Justiça**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. p. 17-27.

CONSTANTINO, P.; ASSIS, S. G.; PINTO, L. W. O impacto da prisão na saúde mental dos presos do estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n.7, p. 2089-2100, jul. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232016000702089&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 29 set. 2018.

FIGUEIRÓ, R. A. et al. Consumo de medicação psicotrópica em uma prisão feminina. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 15, n. 34, p. 531-546, dez. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2015000300006>. Acesso em: 29 set. 2018.

FONTANA-ROSA, J. C. A Perícia Psiquiátrica. In: COHEN, C.; SEGRE, M.; FERRAZ, F. C. (Org.). **Saúde Mental, Crime e Justiça**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. p. 131-147.



FONTANA-ROSA, J. C.; COHEN, C. Psicopatologia Forense na Espera Penal. In: COHEN, C.; SEGRE, M.; FERRAZ, F. C. (Org.). **Saúde Mental, Crime e Justiça**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. p. 109-118.

MARANHÃO, O. D. **Psicologia do Crime**. 2. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.

MELO, D. C. et al. Influência da religiosidade e sintomas de desesperança em mulheres prisioneiras. **Psicologia para América Latina**, México, n. 24. p. 97-108, jun. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2013000100007>. Acesso em: 29 set. 2018.

MINAYO, M. C. S.; CONSTANTINO, P. (Org.) **Deserdados sociais: condições de vida e saúde dos presos do estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.

MORAES, P. A. C.; DALGALARRONDO, P. Mulheres encarceradas em São Paulo: saúde mental e religiosidade. **J. Bras. Psiquiatr.**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 1, p. 50-56, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852006000100007>. Acesso em: 29 set. 2018.

QUITETE, B. et al. Transtorno de estresse pós-traumático e uso de drogas ilícitas em mulheres encarceradas no Rio de Janeiro. **Rev. Psiq. Clín.**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 43-47, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832012000200001>. Acesso em: 29 set. 2018.

SANTOS, H. B.; NARDI, H. C. Masculinidades entre matar e morrer: o que a saúde tem a ver com isso? **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n.3, p. 931-949, set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312014000300931&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 29. set. 2018.

SEGRE, M. Introdução à Criminologia. In: COHEN, C.; SEGRE, M.; FERRAZ, F. C. (Org.). **Saúde Mental, Crime e Justiça**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. p. 29-36.

TRAVIESO, P. I. Psicologia Social: Reflexões sobre Família e Internato. In: COHEN, C.; SEGRE, M.; FERRAZ, F. C. (Org.). **Saúde Mental, Crime e Justiça**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. p. 219-234.



O PAPEL DO PSICÓLOGO FRENTE A DEPENDÊNCIA QUÍMICA

Débora Crespilho Spirandelli, Marcela da Costa Amado, Adriana Campos Meiado
e-mail: dri.meiado@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, a dependência química é considerada um problema de saúde pública, pois é uma doença que atinge o sujeito integralmente, afetando diversas áreas da vida, tais como: trabalho, família, relações sociais e afetivas, estudos, lazer, e etc. Os problemas associados à drogadição variam conforme a pessoa, seu contexto social e familiar, condições emocionais e orgânicas (LEMOS, 2009).

A ideia sobre o consumo de drogas nem sempre esteve associada apenas a medicina e a ciência também já estiverem ligada a magia, religião, festas e cultura. (TOSCANO JR., 2001 apud SILVA, 2001). Historicamente a relação entre as sociedades humanas e as substâncias psicoativas expressavam por um lado uma relação com a natureza e por outro um processo singular de construção social da realidade (VELHO, 1997 apud SILVA, 2005).

O consumo de drogas sempre esteve presente na sociedade, e suas formas de utilização dependiam e ainda dependem do contexto histórico-cultural que o indivíduo está inserido. A ideia sobre a substância ser benéfica ou maléfica também está relacionada ao ponto de vista de quem as olham, muitas vezes o significado científico vai ser diferente do sociocultural. Origina-se da antiguidade que a referência de que as substâncias que eram fontes de prazer.

Droga é qualquer substância química, natural ou sintética, capaz de modificar o sistema biológico. No Brasil, a legislação definiu como droga “as substâncias ou produtos capazes de causar dependência”, assim especificado no parágrafo único art.1º da Lei nº 11.343/2006 que institui o Sistema Nacional de Políticas Sobre Drogas – SISNAD (LIMA, 2013).

Assim, toda substância que é utilizada produz alterações nas sensações, no grau de consciência ou no estado emocional, seja o uso desta intencional ou não. Cada substância possui suas características químicas e tendem a produzir efeitos diferentes em cada organismo. Todas as alterações causadas por elas vão variar de acordo com

as características do indivíduo que fez o uso da substância. Também é levado em consideração o tipo de substância utilizada, a quantidade, a forma como é utilizada, a pureza e as circunstâncias em que ela é consumida (SILVEIRA; SILVEIRA, 2017).

Cada indivíduo possui suas próprias características biológicas (físicas) e psicológicas, conseqüentemente a reação apresentada por ele sob a ação de qualquer substância será particular e única. O estado emocional do usuário e suas expectativas em relação à droga no momento do uso são de extrema importância, o ambiente e o contexto no qual o uso acontece, também podem interferir nos efeitos causados (SILVEIRA; SILVEIRA, 2017).

A dependência química pode atingir a vida do indivíduo de diversas maneiras, podendo afetar desde crianças, adolescentes e adultos, homens e mulheres de qualquer classe social. Considera-se, que o fenômeno da dependência seja composto por fatores biopsicossociais, ou seja, envolve fatores de aspectos biológicos, psicológicos e sociais. E para que o tratamento tenha eficácia, esse precisa visar o restabelecimento físico, psicológico e a reinserção social do indivíduo.

De acordo com Fontes (2013), o tratamento da dependência química é complexo, sua efetividade está diretamente ligada ao grau de motivação do indivíduo para aderir ao tratamento. Por ser uma doença que afeta o indivíduo biopsicossocialmente, por isso as estratégias do tratamento precisam visar o restabelecimento físico, psicológico e a reinserção social do dependente.

De acordo com a literatura, o trabalho do psicólogo no tratamento deve visar o restabelecimento físico, psicológico e a reinserção social do dependente. O tratamento psicológico da dependência química é composto por programas efetivos de autocontrole, sempre focando em fatores motivacionais que devem mostrar ao paciente, que ele possui em si próprio meios de enfrentamentos sem a utilização das drogas.

O presente artigo tem como objetivo, apresentar o papel do psicólogo frente ao tratamento da dependência química.

2 METODOLOGIA

Esse estudo se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica e para tanto procedeu-se uma revisão da literatura. De acordo com Gil (2002), a pesquisa

bibliográfica tem por princípio, desenvolver pesquisas através de livros e artigos científicos.

Para que a pesquisa tenha relevância na elaboração de novos conhecimentos, foram consultados e analisados livros, artigos, revistas, bancos de dados físicos e bancos digitais de dados como Google Acadêmico, Scielo, Pepsic entre outros endereços eletrônicos que foram referenciados, os quais permitiram um levantamento inicial sobre as discussões abordadas nessa pesquisa.

Os artigos foram selecionados de acordo com a sua relevância para o tema abordado, no período entre 2002 e 2017. As palavras-chave escolhidas para o trabalho foram: Substâncias Psicoativas, Papel do Psicólogo e Dependência.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O tratamento da dependência química, pode incluir: suporte farmacológico (medicação), psicoterapia ou a combinação de ambos. O tratamento tem como finalidade, auxiliar o paciente a construir estratégias de prevenção e recaída a partir da identificação e avaliação das situações de risco. Também visa auxiliar o manejo de situações que envolvam a recaída, caso ocorram (RANGÉ; MARLATT, 2008).

Os aspectos psicossociais exercem um papel extremamente importante na manutenção da doença. Portanto, o acompanhamento de um psicólogo é excepcionalmente relevante para o tratamento da dependência química, “pois mais importante do que a abstenção das substâncias que causaram a dependência, é manter o indivíduo afastado das drogas, que será um desafio constante na vida do paciente” (FONTES, 2013; p. 11).

Diversos programas tradicionais usados no tratamento do alcoolismo e outras drogas têm como foco fatores motivacionais, é explicado ao paciente o porquê ele devia se abster de beber álcool ou usar drogas, porém, tais programas não fornecem as habilidades necessárias, já que não mostram ao paciente como não beber ou como largar o hábito e controlar recaídas futuras (RANGÉ; MARLATT, 2008).

Um programa efetivo de autocontrole, possui alguns critérios para obter um bom desenvolvimento, são eles: Mostrar ser eficaz na manutenção da mudança por um período significativo comparado aos melhores programas alternativos; Melhorar e manter a adesão às demandas do programa; Combinar técnicas cognitivas e

comportamentais com mudanças globais no estilo de vida; Facilitar a motivação e habilidades de enfrentamento para mudanças contínuas na vida; Substituir padrões comuns por outras habilidades; Maximizar a generalização; Ensinar novas formas de lidar com o fracasso e usar sistemas disponíveis de apoio (RANGÉ; MARLATT, 2008).

O modelo de aprendizagem supõe que a aprendizagem do comportamento de beber é resultado das influências familiares, sociais e de pares, que estão presentes na vida do indivíduo, tais influências modelam comportamentos, crenças e expectativas relacionadas as substâncias. As atitudes e comportamentos dos pais em relação ao álcool são os principais preditores do consumo de bebida na adolescência. (RANGÉ; MARLATT, 2008).

Segundo Rangé e Marlatt p. 89 (2008), “o álcool pode ser usado pelos pais para relaxar após o trabalho, e isto provavelmente cria nas crianças um modelo de comportamento de usar álcool ou maconha como um relaxante. Atitudes extremas em relação à sobriedade de pais abstinentes também são risco aumentado para o desenvolvimento de problemas com bebida”. O modelo de aprendizagem pode ser aplicado também para o uso de diversas substâncias e não somente o álcool.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia sobre o consumo de drogas nem sempre esteve associada apenas a medicina e a ciência também já esteve ligada a magia, religião, festas e cultura, entretanto, suas formas de utilização dependiam e ainda dependem do contexto histórico-cultural que o indivíduo está inserido. Atualmente, o uso abusivo das substâncias caracteriza a Dependência química, que é considerada um problema de saúde pública.

Cada substância possui suas características químicas e tendem a produzir efeitos diferentes em cada organismo. A reação apresentada pelo indivíduo sob a ação de qualquer substância será particular, única e dependerá das características biológicas e psicológicas de quem a usa, o ambiente e o contexto no qual o uso acontece, também podem interferir nos efeitos causados.

Considera-se, que o fenômeno da dependência seja composto por fatores biopsicossociais, ou seja, envolve fatores de aspectos biológicos, psicológicos e

sociais, assim, para que o tratamento tenha bons resultados, precisa estar focado no restabelecimento, físico, psicológico e a reinserção social do indivíduo.

Os programas tradicionais usados por psicólogos no tratamento são focados em fatores motivacionais e o papel do psicólogo, é auxiliar o indivíduo a construir estratégias de prevenção a recaídas, a partir da identificação e avaliação das situações de risco. Caso ocorram recaídas, o psicólogo também pode contribuir no manejo dessas situações.

Portanto, conclui-se que a história do consumo de substâncias psicoativas está presente na sociedade desde os tempos mais remotos, e suas formas de utilização dependiam do contexto e da época que o indivíduo está inserido. Atualmente o uso abusivo das substâncias, é considerado um problema de saúde pública e o usuário necessita de tratamento para poder se abstrair do vício. O papel do psicólogo nesses casos é de extrema importância, pois através do tratamento o indivíduo adquire a possibilidade de construir estratégias de prevenção a recaídas e passa a conseguir reconhecer possíveis situações de risco.

REFERÊNCIAS

FONTES, M. A. **O que é a Dependência Química?** Tipos de drogas, efeitos e tratamentos. Disponível em: <http://www.cemp.com.br/arquivos/98752_66.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018

GIL, A. C. **Como Elaborar um Projeto de Pesquisa.** 4ª edição. São Paulo. Atlas, 2002. Disponível em: <https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf> Acesso em: 13 de junho de 2018.

LIMA, E. H. **Educação em Saúde e Uso de Drogas:** um estudo acerca da representação da droga para jovens em cumprimento de medidas educativas. Tese de Doutorado, Centro de Pesquisas René Rachou/ Fiocruz, Belo Horizonte, 2013. Disponível em <http://www.cpqrr.fiocruz.br/texto-completo/T_53.pdf> Acesso em 16 de junho de 2018.

RANGE, B. P.; MARLATT, G. A. **Terapia cognitivo-comportamental de transtornos de abuso de álcool e drogas.** Rev. Bras. Psiquiatr., São Paulo, v. 30, supl. 2, p. s88-s95, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151644462008000600006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 out. 2018

SILVA, D. S. **Gênero e assistência às usuárias de álcool e outras drogas: Tratamento ou violência.** 2005. 11f. Dissertação de Mestrado – Departamento de



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

serviço social - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: < https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/7684/7684_1.PDF>. Acesso em: 14 jan. 2018

SILVEIRA, D. X; SILVEIRA, E. B. D. **Substâncias psicoativas e seus efeitos**. Disponível em: <<http://www.aberta.senad.gov.br/medias/original/201704/20170424-094213-001.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2018

O PAPEL FAMILIAR NO PROCESSO PSICOPEDAGÓGICO

Lívia Anicet Zanini, Elaine Cristina Gardinal Pizato, e-mail: liviaanicet@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Muitos estudos indicam que a família tem um papel imprescindível na aprendizagem de seus filhos, apontando para a importância de se fortalecer a relação família-escola para a potencialização da educação e desenvolvimento das crianças (OLIVEIRA; MARINHO-ARAÚJO, 2010). Por outro lado, também advertiu Nogueira (2006): “é preciso, entretanto, esclarecer que – do ponto de vista científico – não é possível, no estágio atual das pesquisas, estabelecer relações inequívocas entre a implicação familiar e o desempenho escolar”. Apesar de se considerar essa ressalva, é importante lembrar que os estudos psicopedagógicos necessariamente trazem a importância de se chamar as famílias para o processo de acompanhamento dos seus filhos com dificuldades de aprendizagem: “A avaliação psicopedagógica desenvolve-se em colaboração com o conjunto de participantes no processo: os alunos, a família, a escola, outros profissionais, etc.” (COLOMER; MASOT; NAVARRO, 2008, p. 16). As autoras, posteriormente, explicam que: “A família é o primeiro núcleo de socialização das crianças e facilita, em maior ou menor grau, as interações para a inserção escolar e social” (*idem*, p. 21). Almeida (2011), por sua vez, abordando as modalidades de aprendizagem e sua construção, destaca que:

A modalidade de aprendizagem se constrói pelo como os ensinantes reconheceram e desejaram a criança como sujeito aprendente e a significação que o grupo familiar deu ao ato de conhecer. Por esse motivo, o sujeito jamais poderá ser considerado, dentro da perspectiva psicopedagógica, fora do seu campo familiar (p. 202).

Gomes e Vale-Dias (2017), em seu artigo sobre a construção de modalidades de aprendizagem e a implicação da família nessa construção, escrevem que:

Nesse sentido, a família é o principal grupo social onde o sujeito está inserido, tendo como essenciais educadores ou “ensinantes” os seus pais. A modalidade de aprendizagem acontece conforme os vínculos estabelecidos com o *modus operandi* da circulação do conhecimento na família. Cabe também mencionar a forma como o sujeito “aprendente” é visto pela família, como o grupo lida com as situações de divergências, ou se esse sujeito manifesta ou não os seus sentimentos e/ou opiniões, se é ou não ouvido pelo núcleo familiar. (p.313)

Nessa citação, por exemplo, destaca-se a importância que é dada pelas reações da família para o desenvolvimento da modalidade de aprendizagem da criança e/ou adolescente. Marturano e Elias (2016) procuraram estudar o valor preditivo de fatores de queixa escolar, adversidades familiares e apoio ao desenvolvimento para problemas de comportamento em escolares:

A partir do exposto vemos que nos anos escolares, família e escola são contextos onde se engendram mecanismos de risco e proteção para trajetórias mais ou menos favoráveis de desenvolvimento. Problemas de comportamento podem surgir em decorrência do acúmulo de adversidades nos dois contextos. Em contrapartida, há indícios de que famílias que oferecem apoio ao desenvolvimento das crianças, por meio de rotinas regulares, oportunidades de interação com os pais e acesso ao lazer diversificado, operam de forma protetora[...]. (p. 126).

No fim desse artigo, por exemplo, as autoras sugerem uma simples orientação às famílias como forma de disponibilizarem apoio aos seus filhos, como a realização de uma rotina regular e a diversificação de atividades de lazer em casa. Silva (2015), por sua vez, enfocou a importância da relação entre família e escola na aprendizagem da criança com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). Em seu trabalho constata-se a necessidade dessa interação, ressaltando a participação familiar para a boa aprendizagem de crianças com TDAH:

Escola e família trabalhando em cooperação aumentam a probabilidade da criança ter uma experiência de vida escolar bem-sucedida. A criança com TDAH possui dificuldades as quais os pais e a escola precisam trabalhar unidos para que esse aluno possa alcançar sucesso. [...]
É importante existir uma comunicação dos pais com a coordenação da escola para entender como a instituição lida com alunos com TDAH, e se os professores contam com orientações específicas para auxiliar o processo de aprendizagem de crianças que possuem déficit de atenção e hiperatividade (p. 7).

Desta forma, a partir da problematização dessa implicação da família no processo psicopedagógico, o tema de pesquisa desse trabalho é a relação do trabalho da psicopedagogia e a participação familiar nesse processo. O seu objetivo pode ser resumido da seguinte maneira: segundo a visão da psicopedagogia, qual é o papel da família no processo de acompanhamento psicopedagógico? A partir da ideia de que as famílias estão sempre implicadas nos processos de acompanhamento psicopedagógico, pretende-se problematizar qual é o papel que os psicopedagogos atribuem a função familiar neste processo: quais expectativas possuem quanto ao papel familiar? Realizam orientações do que as famílias devem fazer? Se sim, como

essas orientações são realizadas? As famílias possuem algum tipo de apoio direcionado a elas durante esse processo?

Assim, tem-se como objetivos específicos: investigar as expectativas dos psicopedagogos quanto a participação familiar no processo de acompanhamento psicopedagógico; descrever os papéis comumente atribuídos às famílias na educação de seus filhos por psicopedagogos e suas mudanças ao longo do tempo; pesquisar a realização de orientações às famílias nos processos de acompanhamento psicopedagógico; explorar a existência de trabalhos de apoio às famílias com filhos em processos de acompanhamento psicopedagógicos; sugerir uma proposta de grupos de acompanhamento das famílias de crianças e/ou adolescentes atendidos por psicopedagogos.

2 METODOLOGIA

É necessário considerar o papel atribuído a família no contexto social, histórico e político atual e pensar a maneira de como se tornaram necessárias determinadas demandas às famílias ao longo do tempo: “[...]as pesquisas orientadas pelo método dialético, revelam a historicidade do fenômeno e suas relações em nível mais amplo situam o problema dentro de um contexto complexo, e, ao mesmo tempo, estabelece e aponta as contradições possíveis dentre os fenômenos investigados.” (BORGES; DALBERIO, 2007). Esta pesquisa tem como objetivo investigar o papel da família no processo psicopedagógico, segundo a visão da psicopedagogia. As técnicas utilizadas para este trabalho incluíram:

- Pesquisa bibliográfica de teses, dissertações e artigos sobre a participação familiar nos acompanhamentos psicopedagógicos;
- Análise da forma como o papel familiar é visto nos processos de aprendizagem de alunos ao longo do período de existência da revista eletrônica da Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp), de 2003 até 2018;

Tratou-se, portanto, de uma pesquisa de cunho exploratório, na medida em que procurou conhecer mais a respeito do tema da participação familiar no acompanhamento psicopedagógico.

Os critérios para a seleção dos artigos, teses e dissertações para análise foram:

- busca nos sites de busca Google Acadêmico, Scielo e Revista de Psicopedagogia dos seguintes termos: “psicopedagogia” E “família”; “problemas de aprendizagem” E família”; “dificuldades de aprendizagem” E família”.
- foram selecionados os artigos do período definido anteriormente (2003 a 2018) e que tivessem em seus resumos o enfoque da importância do acompanhamento familiar para processos de aprendizagem e/ou de dificuldades de aprendizagem;
- foram selecionados os estudos que pensassem os processos de aprendizagem e suas dificuldades em crianças e adolescentes, excluindo-se os estudos com o ensino superior;
- os trabalhos deveriam ser no idioma português e brasileiros.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da presente pesquisa continuam em processo de análise. Os resultados encontrados até o momento na pesquisa realizada especificamente na Revista de Psicopedagogia da Associação Brasileira de Psicopedagogia são:

- foram encontrados 5 resultados com as palavras-chave “psicopedagogia” E “família”, com a busca dos termos em “resumos”; assim, alterou-se a pesquisa dos mesmos termos para “todos” os campos, encontrando-se 170 resultados. Destes resultados foram selecionados 15 artigos que abordavam especificamente um enfoque familiar sobre os processos de aprendizagem e/ou dificuldades de aprendizagem;
- não foram obtidos resultados com as palavras-chave “problemas de aprendizagem” E “família”; também não foram obtidos resultados com as palavras-chave “dificuldades de aprendizagem” E “família”.

No site de busca Scielo, por sua vez, abrangendo o mesmo período procurado na revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia (2003-2018), em português:

- foram encontrados dois (2) resultados com as palavras-chave “psicopedagogia” E “família” e um artigo foi selecionado por tratar especificamente de aspectos de aprendizagem e sua relação com a família;
- foram encontrados 32 resultados com as palavras-chave “problemas de aprendizagem” E “família” e foram selecionados cinco (5) artigos que abordavam

especificamente a relação da família com os processos de aprendizagem, sendo que um (1) destes artigos também apareceu na pesquisa com as palavras-chave anteriores. Um dos artigos abordava a visão somente de psicólogos sobre os problemas de aprendizagem e também foi excluído por não tratar de uma visão psicopedagógica.

- foram encontrados 23 resultados com as palavras-chave “dificuldades de aprendizagem” E “família”. Foram selecionados seis (6) artigos, dois dos quais também tinham aparecido em pesquisas anteriores.

No site de pesquisa Google Acadêmico realizamos uma pesquisa avançada e, pelo elevado número de resultados (mais de 16.000), restringimos a pesquisa dos termos para que as palavras-chave estivessem presentes no título. Desta forma, foram encontrados:

- seis (6) resultados com as palavras-chave “psicopedagogia e família”, dos quais cinco (5) artigos foram selecionados;
- quatro (4) resultados com as palavras-chave “problemas de aprendizagem e família”, dos quais dois (2) resultados também apareceram em pesquisas anteriores, uma dissertação de mestrado e um trabalho de conclusão de curso sobre o tema;
- sete (7) resultados com as palavras-chave “dificuldades de aprendizagem e família”, dos quais foram selecionados dois artigos, duas dissertações de mestrado e dois trabalhos de conclusão de curso.

O presente trabalho, neste momento, continua em processo de análise de resultados e discussões. Foram selecionados ao todo 40 trabalhos nas diferentes fontes de dados consultadas (Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia, Scielo e Google Acadêmico). Até o presente momento destaca-se a importância atribuída ao papel familiar pelos profissionais psicopedagogos para os processos de aprendizagem. Alguns estudos com profissionais escolares indicam que a família é vista, muitas vezes, como principal fator para as dificuldades de aprendizagem encontradas nos filhos, o que revela aspectos políticos e sociais que se mantêm na compreensão da sociedade para o fracasso escolar. Alguns estudos indicam

orientações e a realização de grupos com os familiares para a intervenção psicopedagógica. Mais análises dos resultados obtidos são necessárias para a presente discussão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tem como principal objetivo investigar o papel que é atribuído às famílias no processo psicopedagógico pelos profissionais psicopedagogos. Até o presente momento foram encontrados trabalhos que enfatizam a influência de modalidades de aprendizagem dos pais sobre às formas de aprender de seus filhos; a importância de determinadas estratégias familiares para o fortalecimento da aprendizagem dos seus filhos; a influência de relações específicas familiares sobre os processos de aprendizagem (por exemplo, a maior presença materna na aprendizagem, a influência do divórcio dos pais para a aprendizagem dos filhos, etc.); e a proposta de algumas orientações e realização de grupos de reflexão com as famílias de crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem.

Refletir sobre o papel que se atribui às famílias nos processos de aprendizagem torna-se importante para a realização de um trabalho psicopedagógico não culpabilizante das relações familiares, mas que procure fortalecer essas relações e os processos de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. P. D. Quando o vínculo é doença: a influência da dinâmica familiar na modalidade de aprendizagem do sujeito. **Rev. psicopedag.**, São Paulo, v. 28, n. 86, p. 201-213, 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862011000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 01 ago. 2018.

BORGES, M. C.; DALBERIO, O. Aspectos metodológicos e filosóficos que orientam as pesquisas em educação. **Revista Iberoamericana De Educación**, 43(5), p. 1-10. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/2299>. Acesso em 02 ago. 2018.

COLOMER, T.; MASOT, M.T.; NAVARRO, I. A avaliação psicopedagógica. IN. SÁNCHEZ-CANI, M.; BONALS, J. (orgs.) **Avaliação psicopedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2008, pp. 15-23

GOMES, M. B. S. H.; VALE-DIAS, M. L. A família e a construção das modalidades de aprendizagem. **Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación**,



[S.l.], p. 310-315, dez. 2017. Disponível em: <<http://revistas.udc.es/index.php/reipe/article/view/reipe.2017.0.05.2807>>. Acesso 01 ago. 2018.

MARTURANO, E. M.; ELIAS, L. C. S. Família, dificuldades no aprendizado e problemas de comportamento em escolares. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 59, p. 123-139, Mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602016000100123&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 Ago 2018.

NOGUEIRA, M.A. Família e escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, RS, v. 31, n. 2, pp. 155-170. Jul./dez. de 2006. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/6850/4121>>. Acesso em 27 jul. 2018.

OLIVEIRA, C. B. E. de; MARINHO-ARAUJO, C. M. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 27, n. 1, p. 99-108, Mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2010000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 de jul. de 2018.

SARAIVA, L. A.; WAGNER, A. A Relação Família-Escola sob a ótica de Professores e Pais de crianças que frequentam o Ensino Fundamental. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 81, p. 739-772, Dez 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440362013000400006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 de Jul de 2018.

SILVA, B. K. M. Família E A Escola Na Aprendizagem Da Criança Com TDAH: a necessidade de uma parceria ativa e produtiva. **Pedagogia em Ação**, [S.l.], v. 7, n. 1, dez. 2015. ISSN 2175-7003. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/11042>>. Acesso em: 01 ago de 201



PROCESSO DE LEITURA VOLTADO PARA CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Juliene Aléxsia da Silva Graciolla, Maria Cristina Canola, Viviane Rodrigues,
e-mail: viviane_reb@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A leitura é uma experiência do cotidiano de todos seres humanos letrados, é por meio dela que conhecemos o mundo. Segundo Ribeiro et al. (2009) nos saúda dizendo que a leitura é o próprio ato de ver, na sua concretude ou representado por meio da escrita, do som, da arte, dos cheiros. Ler vai além de decodificar símbolos e significados, é um ato de interpretar e compreender sentidos, decifrar e descobrir informações contidas no cotidiano.

Conforme Coscarelli (1993), autora de vários trabalhos acadêmicos sobre alfabetização e letramento, decodificar é o processo no qual o leitor transforma as retas e curvas que compõem as letras em sons oralizados ou numa imagem mental do som. Essa operação seria simples se cada letra fosse pronunciada sempre da mesma forma. A decodificação pressupõe saber que a escrita representa os sons da língua e não as ideias, como acontece nos sistemas de escrita iconográficos ou ideográficos.

Desde a alfabetização, uma leitura fluente depende de uma decodificação bem realizada. Isso não significa que o leitor precise decompor, uma por uma, as palavras em sílabas e as sílabas em letras. A fluência da leitura depende de uma decodificação rápida e precisa, em que o leitor reconhece palavras e expressões como um todo, sem precisar identificar conscientemente cada uma das suas partes. Essa decodificação rápida é crucial, uma vez que libera mais recursos cognitivos do leitor para a construção de sentidos do texto e para utilização de outras estratégias de leitura que ampliarão seus níveis de proficiência.

Segundo a escritora Kleiman (2002) compreensão leitora é a faculdade, no sentido de capacidade cognitiva complexa, de entender os significados dos textos escritos. É também o processo por meio do qual são postas em funcionamento as estratégias cognitivas e habilidades necessárias para compreender, que permitem que

o leitor extraia e construa significados do texto, simultaneamente, para fazer sentido da língua escrita.

No processo de compreensão leitora se faz presente três elementos fundamentais, o texto, o leitor e a situação comunicativa de interação entre leitor e autor. É através da interação destes elementos que o sentido e significado são construídos.

É responsabilidade dos educadores a preparação e interação do aluno com a leitura. Para que este processo aconteça é necessário que o educador prepare o aluno para se tornar ativo e autorregulado. Para Coscarelli (1999), na Educação Infantil e no Ensino Fundamental várias dessas estratégias de *compreensão leitora* são implementadas pelo professor, inicialmente um mediador adulto da leitura que apresenta às crianças um repertório de textos, estabelece contextos e objetivos, informa, faz perguntas que ajudam os alunos a fazerem previsões sobre o que determinado texto quer dizer, isso ajuda gradativamente, o leitor a se tornar mais autônomo, estabelecendo ele mesmo as maneiras de ler e de compreender.

A alfabetização insere a criança na cultura letrada. Em se tratando das crianças com Transtorno do Espectro Autista, sabe-se que possuem dificuldades na comunicação e interação, estas dificuldades só poderão ser superadas por meio de atividades específicas.

O autismo ou Transtorno do Espectro do Autismo é um transtorno neurológico caracterizado por comprometimento da interação social, comunicação verbal e não-verbal e comportamento restrito e repetitivo. O autismo é um problema que costuma ser identificado na infância, entre 1 ano e meio e 3 anos, embora os sinais iniciais às vezes apareçam já nos primeiros meses de vida. O desenvolvimento físico de um autista é considerado normal, entretanto possui grande dificuldade com a interação social e afetiva.

O autista aprende melhor por estimulação visual usando figuras e desenhos, e para desenvolver a consciência fonológica - processo de decodificação de sons e letras, ele deve primeiramente aprender a soletrar, separar as sílabas, formar frases. Esse processo auxilia na construção da consciência fonológica.

Desta forma, o presente estudo tem como objetivo analisar estudos voltados para o processo de leitura de crianças com Transtorno do Espectro Autista, demonstrando as estratégias utilizadas e os resultados destes estudos.

2 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se por uma pesquisa de revisão bibliográfica a qual pretende demonstrar os atuais estudos na área de leitura para crianças com o Transtorno do Espectro Autista.

O artigo presente foi baseado em artigos científicos, Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCC) e livros online.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente análise realizada demonstra a importância da linguagem e da fala, focando também na diferença de cada tipo para as crianças com Transtorno de Espectro Autista. Alguns estudiosos falam sobre a Leitura Dialógica (um tipo de Leitura Compartilhada) citada por Walter (1979, apud WHALON), este método é um modelo interativo de leitura, que tem por objetivo desenvolver habilidades de linguagem oral, a qual busca estimular a participação ativa da criança.

As crianças com TEA (Transtorno do Espectro Autista), são capazes de decodificar de forma precisa, mas não necessariamente compreender o conteúdo expresso. Uma citação de O'CONNOR (2004, et al) mostra que esse fenômeno tipicamente ocorre porque: (a) desconhecem o significado das palavras chave; (b) não compreendem os conceitos expressos; (c) falham em fazer inferências; (d) são incapazes de fazer relações com conhecimentos prévios; (e) apresentam dificuldades em monitorar a compreensão e/ou (f) compreender e resolver referências anafóricas.

Através da leitura pode-se extrair dos alunos sentimentos reprimidos, apaziguar emoções e colocar a criança portadora de deficiência em contato com o mundo dos livros, além é claro, de permitir uma maior interação entre o meio e o aluno. Verifica-se que a leitura para alunos portadores de deficiência com necessidades especiais favorece aos alunos um maior desenvolvimento crítico e intelecto, bem como estimula o seu imaginário, permitindo que algumas barreiras e conceitos sobre a pessoa portadora de deficiência com necessidades especiais sejam quebradas (SILVA; FACHIN, 2002, p.154).

A partir das fundamentações de Gomes (2015) as estratégias de ensino da leitura, ela cita que essa estratégia começa com o ensino de comportamentos que são requisitos para o início das atividades relacionadas a leitura. Em seguida, há dois caminhos que o educador pode escolher: ensinar habilidades rudimentares de leitura e na sequência ensinar sílabas simples ou pular o ensino de habilidades rudimentares e seguir direto para o ensino da sílabas simples. Posteriormente o educador pode simultaneamente utilizar o programa informatizado, treinar a leitura oral e explorar a interpretação de textos.

Para muitos autores esta questão se faz necessária para melhor atender a criança com TEA, e auxiliar seus educadores a respeito da importância da leitura e da linguagem usada pelas mesmas. Eles buscam uma visão mais aprofundada deste assunto, para com isto envolver cada vez mais os alunos com TEA e os professores na busca do ensino de leitura para crianças.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo visa mostrar que a interdisciplinaridade se faz necessária para o desenvolvimento social e completo do aluno com TEA. Com o estudo tivemos a oportunidade de conhecer a criança e seus desenvolvimentos linguísticos e de decodificação.

As crianças com TEA necessitam de uma atividade mais ampla e repetitiva no caso da linguagem para aprimorar a memorização no avanço da leitura. Portanto o objetivo encontrado durante o estudo comprova que as crianças com TEA são capazes de entender e se desenvolverem de maneira completa, tanto no social como cognitivo.

REFERÊNCIAS

COSCARELLI, C. V. **Decodificação**. 1993. Disponível em: <<http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/decodificacao>>. Acesso em: 02 out. 2018.

GOMES, C. G. S. **Ensino de leitura para pessoas com autismo**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2015. 133 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Ensino_de_leitura_para_pessoas_com_autis.html?id=ICE0DwAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 04 out. 2018.



KLEIMAN, A. B. **Compreensão leitora**. 2002. Disponível em: <<http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/compreensao-leitora>>. Acesso em: 02 out. 2018.

SILVA, M. E.; FACHIN, G. R. B. **Inclusão de crianças autistas no processo de leitura**. 2018. 42 p. TCC (Bacharel em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em: <http://bdm.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/531/1/TCC_InclusaoCriançasAutistas.pdf>. Acesso em: 03 out. 2018.

WALTER, E. C. **Os efeitos de um programa de compreensão da leitura oral dialógica por criança com autismo**. 2017. 143 f. Mestrado em Educação (Mestrado em educação) - Programa de pós graduação em educação, Universidade federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/24566/1/ElizabethCynthiaWalter_DISSERT.pdf>. Acesso em: 02 out. 2018



O SENTIDO DA ESCOLHA NO PROJETO DO ALUNO E A RELAÇÃO ENSINO APRENDIZAGEM: UM OLHAR FENOMENOLÓGICO EXISTENCIAL

Carlos A. Petian, Fernanda C. Garcia, Aguinaldo José da Silva Gomes
e-mail: ajsgomes@uol.com.br

1 INTRODUÇÃO

O interesse desse estudo surge primeiro através da experiência dos pesquisadores como alunos do curso de Psicologia. As demandas que se apresentam ao longo do curso revelam a necessidade de comprometimento significativo com essa experiência, desafios que os pesquisadores puderam sentir e que de alguma forma tornaram-se fundamentais na formação do psicólogo. Em um segundo momento o encontro com a perspectiva fenomenológica-existencial que faz parte da grade curricular do curso, impôs questionamentos que provocaram rupturas importantes na forma de pensar dos mesmos o fazer do psicólogo, bem como a própria experiência de vivenciar o curso.

Nesse sentido surgem questões que passam a fazer parte desse estudo e que indicam as possibilidades de ampliação da compreensão da relação que temos com o curso e com o exercício da Psicologia. Assim, apreender e compreender as atualizações do sentido da escolha do aluno ao longo do curso, e a relação que isto mantém com o ensino e aprendizagem vivida pelo mesmo se tornaram a nossa questão e fundamenta essa procura na possibilidade de ampliação da compreensão do que é ser aluno de Psicologia.

Esse aluno participante da pesquisa, entretanto, é parte atuante desse contexto. Nesse sentido, para a compreensão desse todo, desse mundo vivido, a Fenomenologia mostrou-se mais adequada, pois por meio de sua metodologia, o pensamento fenomenológico lança olhares mais acurados frente à configuração desse mundo, extremamente complexo, por vezes caótico, e em permanente movimento e transformação (FERREIRA, 2008).

Com sua proposta de ir-à-coisa-mesma, o método fenomenológico espera ir além do mundo das aparências e dos conhecimentos teóricos, aproximando-se da experiência humana. Busca-se com isso, estudar o fenômeno a partir das experiências

concretas e com isso, compreendê-lo e não o explicar. Porém, para cumprir essa tarefa, deve-se abandonar todos os pressupostos, hipóteses e suposições que eventualmente se tenha daquilo que se pretende estudar (GRAÇAS, 2000).

No presente trabalho, depara-se com a experiência individual de cada aluno, e esta é única para cada indivíduo, temos então algo subjetivo, deste modo, só se pode chegar o conhecimento por meio do que é revelado quando investigado o fenômeno. Assim, faz-se um movimento em direção à compreensão e à interpretação do fenômeno descrito e não à sua explicação. Essa é a proposta da Fenomenologia, ou seja, a busca de sentidos (GRAÇAS, 2000).

Para a compreender os sentidos das escolhas, suas atualizações, bem como, se os projetos dos alunos de Psicologia de alguma maneira interferem na relação que estes travam com o ensino aprendizagem durante o curso de graduação, fez-se necessário percorrer alguns passos. Inicialmente, apresentamos o local de aplicação da pesquisa, a faculdade/universidade, em seguida foi trazido à baila a chegada do ensino da Psicologia no Brasil, alguns aspectos durante a formação universitária, passando por conceitos fenomenológicos-existenciais, e finaliza-se com os resultados e discussões, bem como com as considerações finais acerca das entrevistas realizadas com alguns alunos concluintes do curso de Psicologia.

2 METODOLOGIA

De acordo com Nunes (2015), em uma investigação ou pesquisa científica, aquilo que denominamos método de pesquisa ou metodologia está ligado aos procedimentos e técnicas utilizadas pelo pesquisador, de modo que proporcione a ele aproximar-se do seu objeto de estudo. É o meio pelo qual definirá as formas de coleta de dados para posterior elaboração de análise e formulação de resultados. A metodologia pode referir-se, também, aos pressupostos que orientam o pesquisador na sua tarefa, desvelando o seu percurso na tentativa de compreensão do fenômeno investigado.

Salienta-se que optar pela Fenomenologia como método de investigação, sugere abordar a problemática da pesquisa sob um ponto de vista divergente do modo de produzir e pensar da ciência positivista. Esta por sua vez, e segundo a crítica feita por Gadamer (1997), o que importa é reconhecer a uniformidade, a regularidade, a

legalidade, que tornam previsíveis os fenômenos e processos individuais. Assim para Crittelli (1996), o método fenomenológico é um ponto de tensão para o discurso epistemológico tradicional, pois desemboca no problema da perspectiva. É um ponto de tensão, porque a questão da perspectiva no conhecimento invoca necessariamente, o caráter de provisoriedade, mutabilidade e relatividade da verdade. Partindo desse pressuposto, a tarefa de compreensão é distinta da busca por explicações e/ou do estabelecimento de nexos causais, dirigindo-se mais à constituição de significados na busca de sentidos. De acordo com Nunes (2015), essa alternativa de investigação já vem sendo explorada pelo referencial fenomenológico existencial sob inspiração do pensamento de Martin Heidegger.

Contudo, para que se pudesse atingir o objetivo proposto nesse trabalho, a forma de abordar os participantes da pesquisa foi a entrevista. Esta aconteceu de maneira individual, em um ambiente que desse tranquilidade aos envolvidos de modo que não houvesse interrupções e o sigilo das informações fosse preservado. Os relatos foram gravados e posteriormente transcritos, sendo utilizados para análise as falas que surgiram e se mostraram significativas diante da proposta da pesquisa. Quanto à análise dos dados, esta se pautou na perspectiva fenomenológica-existencial heideggeriana. Vale ressaltar que por se tratar de uma pesquisa de campo envolvendo seres humanos, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) por meio da Plataforma Brasil, tendo como identificação de Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) o nº 90020618.2.0000.5427, ora aprovado seguiu as orientações do Parecer Consubstanciado do CEP número 2.743.254, emitido em 28 de junho de 2018.

Sobre as entrevistas realizadas com os participantes, apoiados em Nunes (2015), utilizamos uma única pergunta norteadora “Como foi sua experiência no curso de Psicologia?”. Esta buscou dar um caráter flexível e de abertura suficiente de modo a proporcionar liberdade aos entrevistados de se expressarem sem sentirem-se coagidos ou perderem sua espontaneidade, a proposta foi deixa-los à vontade, interrompendo apenas quanto fosse necessário algum esclarecimento.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados obtidos com as entrevistas realizadas foram analisados de acordo com a metodologia proposta, tendo como pontos de destaque a questão da indeterminação e a impessoalidade nos modos de ser. Para Heidegger o homem está imerso em uma angustia existencial, e essa angustia é decorrente do ter que ser no vazio de sentido, todavia é nesse vazio de sentido que se revela a condição de abertura do existir. Assim, existir é encontrar a si mesmo nesse vazio, nessa abertura. É nesse sentido que o homem é projeto, a necessidade de viver é um poder ser projetado. O sentido da vida é, nesses termos, criado, ou seja, algo tem que ser criado, deve-se dar uma direção para vida.

Desse modo, a impessoalidade é evidenciada nos modos de ser quando os alunos demonstram que é necessário se tornar alguma coisa, neste caso essa alguma coisa é ser psicólogo, e assim dar sentido a sua vida, todavia ao realizar suas escolhas percebe-se um movimento em direção ao que Heidegger chamou de dimensão ôntica, ou seja, fenômenos perceptíveis, coisas que estão e são do mundo, acessível a todos de uma maneira geral. Por outro lado, tem-se a dimensão ontológica, fenômenos não perceptíveis e inerentes ao ser, isto é, aquilo que de fato faz sentido a ele. Embora dimensões distintas, essas dimensões não são opostas, elas se interpõem, se atravessam (BRAGA; FARINHA, 2017).

Ao se pensar por essa perspectiva, a existência, propriedade do ente e do ser, como uma totalidade, deve-se incluir o devir. Esse poder ser, tem caráter de indeterminação (ontológico), entretanto, há algo que é determinado nessa relação, o caráter ôntico, a impessoalidade (HEIDEGGER, 2017). No curso de Psicologia, por exemplo, todas as coisas inerentes a ele têm caráter impessoal: o curso em si, as disciplinas, o que se faz durante esse percurso (trabalhos, provas, seminários, etc.), a identidade coletiva, tudo faz parte dessa dimensão determinada.

Salienta-se que o aluno ao escolher e iniciar o curso de Psicologia se apropriará de algo ôntico. Contudo, há uma ambivalência muito grande nessa questão (ôntica e ontológica), pois ao vivenciar o curso, se apropriará de algo impessoal e então estará se aprisionando. Aprisionar-se-á em uma identidade – a de psicólogo. Todavia, Heidegger não apresenta esse aprisionamento como maléfico, e sim como uma condição própria do existir. É nesse momento que a dimensão ôntica e ontológica se

atravessam, isto é, o aluno de Psicologia entra em contato com a condição de ser; devo ser alguma coisa e essa alguma coisa é a escolha que acabou de fazer que é ser psicólogo (RIBEIRO, 1992).

O mundo ôntico é onde todos já estão, e nele busca-se cumprir os projetos traçados, e encontrar os sentidos que, pode ou não estar encobertos na dimensão ôntica da impessoalidade. Assim, tais projetos podem ser tanto um desvelar-se através da angústia do nada, ou mesmo um encobrir-se na perspectiva ôntica dessa aventura. Com isso, o homem determina-se pelas contingências da vida, tendo as escolhas envolvidas com tais circunstâncias tal como a escolha de fazer um curso de psicologia. Contudo, o homem não é só essa relação com as circunstâncias ônticas, o homem é um ser que transcende, busca algo para além disso e que está envolto e encoberto no cotidiano das escolhas. A liberdade passa nesse momento a fazer parte da discussão, isto é, apropriamo-nos da autenticidade do ser quando somos capazes de dar sentido para nossa vida, preencher o nada que somos (SIANI; CORREA; CASAS, 2016).

Para Pala et al. (2018) a angústia existencial desvela novos horizontes de sentido para o homem (o ser-aí, o Dasein ou ser-no-mundo heideggeriano), com descobertas de novas possibilidades, mudanças, novas experiências. Durante as entrevistas, os relatos trazidos pelos alunos convergiram em muitos aspectos, evidenciando que as escolhas se deram na impessoalidade, na dimensão ôntica.

Para um dos entrevistados antes da escolha do curso de Psicologia havia uma grande dúvida entre ele e a Pedagogia, e a decisão por um ou outro foi realizada depois de consultar um terceiro. Da mesma maneira, outro entrevistado tinha a Psicologia como segunda opção de graduação, decidindo por ela em virtude de não ter conseguido aprovação para a primeira e pelo fato da Psicologia como profissão poder ser uma fonte de recursos para a realização da primeira opção. Outro ainda, traz relato com semelhança de sentido, dado que por ter como atividade profissional os recursos humanos, tudo lhe indicava a Administração de Empresas como possibilidade de graduação, todavia escolheu a Psicologia, porém na incerteza de não saber quais os rumos que essa escolha lhe daria.

Assim, o movimento realizado nesse trabalho de pesquisa, buscou compreender a partir dos participantes como se vivencia esse projeto – de tornar-se psicólogo – quando o mesmo ainda é sustentado por uma escolha que se oferece no mundo das

ocupações, um já-a-mão do nosso existir. No caminhar desses alunos, no fazer de seus projetos, buscou-se compreender, também, se há alguma implicação na maneira como eles se relacionam com o ensino aprendizagem.

Certo é que todos os relatos apontaram para um aprisionamento, para a impessoalidade, mas dada a dimensão do ser e a ambivalência das dimensões ôntica e ontológica, apontou também para uma ideia de amplitude que antes eles desconheciam, seus olhares se modificaram no percurso acadêmico, ante o universo de possibilidade de atuação e de visões de mundo que lhes foram apresentados (PALA et. al, 2018).

Nessa perspectiva, as entrevistas mostraram como a ambivalência dessas dimensões heideggerianas estiveram presentes, por um lado as escolhas feitas na incerteza, calcadas no mundo das ocupações, por outro o desvelar de sentidos para cada aluno participante durante o decorrer da graduação. Alguns relatos denotam essa dimensão ontológica e que, guardadas as devidas proporções para cada aluno, interferiram na relação ensino aprendizagem. Quando um dos entrevistados afirma que com o passar dos anos no curso, a ficha foi caindo e percebeu que para atuar com responsabilidade perante outra pessoa como psicólogo, seja em uma instituição, uma empresa ou na clínica, a postura frente ao conhecimento adquirido deve ser muito maior, isto é, precisa-se estudar muito, pois é uma vida que está em sua frente. Já outro entrevistado coloca o movimento de transformação sentido, pois passou a entender as coisas sob uma nova ótica, uma nova perspectiva de como mudar as coisas; a relação com as pessoas, coma vida social, acredita que foi uma abertura de possibilidades, de entender que existem vários meios e formas de transformação, e as teorias que embasam esse novo modo de olhar o mundo não são apreendidas de maneira simplista, deve-se ter um envolvimento muito grande com elas.

Assim, a Fenomenologia Existencial indica que um projeto de existência exige explorar possibilidades de si próprio, implica esforço, dificuldade, tentativa angustiosa, assim como cuidado, e/ou dedicação. Desta maneira, o estudante de psicologia necessita compreender o mundo da Psicologia em e/ou na relação com o seu mundo próprio, de modo a dar sentido ao seu projeto de ser psicólogo. O cuidado em explorar suas possibilidades torna-se fundamental para a fuga das tradições, da massificação, da mediocridade, enfim, das escolhas inautênticas. (RIBEIRO, 1992).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face ao escopo da proposta, percebeu-se, que na literatura pouco ou praticamente nada se encontra publicado sobre o tema. Em uma busca em sítios de pesquisa científica, como Scielo, Biremi, Lilacs e Pepsic, encontrou-se materiais com o tema ensino aprendizagem, porém com perspectivas sobre as relações docente aluno e de estratégias e metodologias para o ensino aprendizagem, mas nada a esse respeito.

Diante disso, a pesquisa revelou-se um trabalho relevante pois permitiu olhar de um lugar diferente como tem-se dado o percurso dos alunos na graduação de Psicologia, seus dilemas frente ao projeto de tornarem-se psicólogos e a relação que travam com o ensino aprendizagem. Olhando para esses fenômenos com as lentes da fenomenologia existencial heideggeriana, percebeu-se que o projeto, o projetar-se, está em constante construção. Isso significa que ele não pode ser dado como pronto e acabado.

As dimensões ôntica e ontológica propostas por Heidegger dão à relação ensino aprendizagem e a percepção de projeto, um caráter de aprisionamento às coisas do mundo, porém a condição de existência do ser pode romper esse aprisionamento face ao sentido dado pelo estudante e postulante a psicólogo. Vale ressaltar que a fenomenologia existencial de Heidegger não se resume a isso, ou seja, fora realizado um recorte teórico dado os objetivos deste trabalho. Contudo, a dimensão de sua teoria expõe a indeterminação do ser, ou seja, o ser está em inesgotável transformação. Afinal o sol que se põe nunca será o mesmo que nasce.

REFERÊNCIAS

BRAGA, T. B. M.; FARINHA, M. G. Heidegger: em busca de sentido para a existência humana. **Rev. Abord. Gestalt**, Goiânia, v. 23, n. 1, p. 65-73, abr. 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672017000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 set 2018.

CRITTELLI, D. M. **Analítica do sentido**: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica. São Paulo, EDUC, ed. Brasiliense, 1996.

FERREIRA, M. E. M. P. **A meia idade e a alta modernidade**. Mestrado em Psicologia da Educação, São Paulo, v. 16, n. 13, p. 77-91, dez. 2008. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141569542008000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 21 abr 2018.

GADAMER, H.G. **Verdade e Método**. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Petrópolis, Vozes, 1997.

GRAÇAS, E. M. **Pesquisa Qualitativa e a Perspectiva Fenomenológica: Fundamentos que Norteiam sua Trajetória**. Ver. Min. Enf., (4(1/2):28-33, jan/dez., 2000. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=733573&indexSearch=ID>>. Acesso em 20 de abr 2018.

HEIDEGGER, M. **Seminários de Zollikon**: protocolos, diálogos, cartas. Editado por Medard Boss: tradução: Gabriela Arnhold, Maria de Fátima de Almeida Prado; revisão da tradução: Maria de Fátima de Almeida Prado e Renato Kirchner. 3 ed. rev., São Paulo. Escuta, 2017.

NUNES, A. P. **O estágio de atendimento nos anos iniciais**: experiência com plantão psicológico. 2015. 139f. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano), Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-29092015-173657/pt-br.php>>. Acesso em 30 jan 2018

PALA, A., RODRIGUES, N., GARCEZ, M., ROSA, C., FONSECA, T., ROCHA, S., CABRAL, T., AGUIAR, R., GOMES, F., LIMA, S., SOUZA, E. Processo Ensino-Aprendizagem da Fenomenologia Heideggeriana em Graduação em Psicologia: Desencobrendo Possibilidades. **Revista de Trabalhos Acadêmicos**, América do Norte, 1, jun. 2018. Disponível em: <<http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=1reta2&page=article&op=view&path%5B%5D=5033&path%5B%5D=3181>>. Acesso em 30 set 2018.

RIBEIRO, B. O. L. **Estudo Fenomenológico do Ensino-Aprendizagem na Escola Noturna**: casuística de evasão e repetência. Uberlândia. UFU, 1992. Disponível em <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13743/1/Betania.pdf>>. Acesso em 26 de abr 2018.

SIANI, S. R., CORREA, D. A., CASAS, A. L. Las. Fenomenologia, Método fenomenológico e pesquisa empírica: O instigante universo da construção de conhecimento esquadrihada na experiência de vida. **Revista de Administração da UNIMEP**, 14(1). DOI: 10.15600/1679-5350/rau.v14n1p193-219. (2016). Disponível em: <<http://www.raunimep.com.br/ojs/index.php/regen/article/viewFile/1002/670>>. Acesso em 23 abr 2018.



O TRABALHO DO PSICOPEDAGOGO PARA CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN

Fernanda Antonelli, Adriana Campos Meiado, e-mail dri.meiado@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Psicopedagogia surgiu na Europa, no século XIX, devido à preocupação que algumas áreas possuíam em buscar alternativas para utilizar na intervenção de problemas voltados à aprendizagem. (BOSSA, 2000).

No Brasil, a Psicopedagogia surge por volta dos anos de 1970, com o intuito de suprir necessidade de atendimento junto a crianças com distúrbios de aprendizagem. Atualmente é possível observar a importância desse trabalho e o aumento da procura de especialização na área, pois há uma evidente preocupação dos profissionais no sentido de conhecer melhor o processo de ensino aprendizagem do aluno, bem como os entraves que interferem nesse processo.

Por meio da Psicopedagogia, o profissional de educação é capaz de intervir na prevenção do fracasso escolar, exercendo um trabalho orientado por recursos cognitivos e emocionais o que permite maior probabilidade de sucesso no processo de aprendizagem resgatando a autoestima e autonomia do educando, além de facilitar a socialização do mesmo com os demais colegas.

A síndrome de Down, ocorre devido um problema genético, ou seja, é considerada um erro cromossômico. Atualmente as pessoas com síndrome de Down têm apresentado avanços impressionantes do ponto de vista cognitivo e desenvolvimental, pois estudam trabalham, vivem sozinhas, praticam esportes e chegam à universidade, isso devido aos estímulos que recebem durante o período que se encontra em escolas, etc.

O preconceito anteriormente impresso juntamente a Síndrome de Down vem cedendo espaço para a inclusão. A melhor forma de combater o preconceito é por meio da informação e da inclusão de todas as pessoas nos diversos ambientes da sociedade.

De acordo com Bastos (2002), o portador da síndrome possui um ritmo de aprendizagem mais lento e quando recebe estímulos de forma adequada é capaz de desenvolver e aprimorar a inteligência, a memória e a capacidade de aprender.

Assim, segundo o mesmo autor, a criança com Síndrome de Down, precisa de pais e educadores que trabalhem de maneira conjunta e estimulem, por meio de atividades lúdicas e funcionais, oportunidades que garantam a aprendizagem de maneira efetiva.

Com base na importância e na diferença que o psicopedagogo pode fazer nesse processo de ensino aprendizagem do portador de Síndrome de Down, e devido à escassez de pesquisas voltadas a explicitar melhor a importância do trabalho do psicopedagogo com crianças portadoras da Síndrome de Down, surge o presente artigo.

Muitas questões se colocam a esse respeito, como por exemplo: Como realizar esse trabalho de maneira efetiva? De que maneira o Psicopedagogo pode auxiliar nesse processo? E tantas outras. Dessa forma, elegeu-se para esse estudo a seguinte questão norteadora: Qual a importância do trabalho do psicopedagogo com crianças que possuem Síndrome de Down?

Para responder a esse questionamento optou-se por um estudo bibliográfico a fim de pesquisar, junto a literatura, como o psicopedagogo tem trabalhado com crianças que possuem Síndrome de Down e quais os impactos de sua atuação sobre o processo de aprendizagem com tais crianças.

Tem-se percebido que as pesquisas na área da medicina e neurociências buscam esclarecer os aspectos biológicos e funcionais da Síndrome de Down, porém os estudos dão menor ênfase aos aspectos educacionais.

Uma pesquisa divulgada em 2013, pela *Nature*, mostrou a eficácia de uma metodologia molecular que pode pausar a cópia extra do cromossomo 21. Ou seja, através dessa pesquisa, os especialistas passaram a acreditar em uma possível “cura”, onde através de um tratamento terapêutico efetivo, os portadores da síndrome podem apresentar uma melhoria em sua qualidade de vida. (CITRON M.; 2013).

No entanto, essa pesquisa não inclui os benefícios voltados para a educação, e o processo de ensino aprendizagem dos portadores da síndrome, o que levanta ainda mais o interesse em explicitar os fatores benéficos voltados para educação.

Portanto, busca-se nesta pesquisa identificar a importância do trabalho do psicopedagogo junto a crianças com Síndrome de Down e verificar como o trabalho do psicopedagogo pode auxiliar efetivamente em seu desenvolvimento e identificar estratégias que o psicopedagogo possa utilizar no sentido de otimizar esse processo de aprendizagem.

2 METODOLOGIA

O estudo se caracteriza como pesquisa bibliográfica, realizado por meio de uma análise dos registros de diferentes autores abordam o trabalho do psicopedagogo com crianças portadoras da Síndrome de Down.

Essa pesquisa foi desenvolvida em duas etapas. Na primeira delas realizou uma coleta de dados junto a literatura dos materiais referentes a questão norteadora de pesquisa e na segunda etapa realizou-se a análise dos dados coletados por meio da metodologia de análise de conteúdo.

O trabalho desenvolveu uma breve apresentação sobre a Síndrome de Down, enfatizando o histórico, as características de quem possui essa síndrome, englobando suas limitações e capacidades. Também abordou a questão sobre a inclusão dessas crianças no ensino regular, sobre as dificuldades encontradas tanto pelo educador quanto pelo educando. Além de ter apresentado as questões que envolvem o tema, como questões sociais, políticas e econômicas.

Buscou-se responder a questão de pesquisa, apresentando uma elaboração e análise desses resultados referentes a importância do trabalho do psicopedagogo com as crianças portadoras da Síndrome de Down, e identificando estratégias utilizadas pelo mesmo para a realização de um trabalho onde alcance uma aprendizagem de forma significativa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir do presente estudo pode-se observar que o profissional capacitado, que buscar aprimorar sua prática por meio da educação continuada, especialização na área, é capaz de alcançar a aprendizagem efetiva do aluno com Síndrome de Down. No entanto, é necessário respeitar os limites e as individualidades de cada aluno.

Considerando a prática pedagógica, o Psicopedagogo possui, atualmente, inúmeros materiais que são capazes de chamar a atenção do aluno, um exemplo verificado durante o levantamento de dados foi o jogo didático, onde o profissional planeja sua aula, buscando ensinar determinado conteúdo, utilizando como recurso o jogo didático, para que os alunos consigam aprender e compreender o conteúdo de maneira lúdica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos através do estudo bibliográfico sobre o trabalho do psicopedagogo com portadores de Síndrome de Down permitirão uma reavaliação da prática docente, buscando refletir sobre as possíveis melhorias no trabalho pedagógico.

Um recurso excelente para aprimorar as capacidades de aprendizagem é o jogo educativo, onde a criança é capaz de perceber que existem regras a serem seguidas, como solucionar problemas que aparecem, e é capaz de refletir sobre suas ações.

REFERÊNCIAS

BASTOS, A. P. B. **Processo de inclusão dos portadores de Síndrome de Down**. Disponível em: <http://www.pedagogobrasil.com.br/educacaoespecial/processodeinclucao.htm> Acesso em: 30 jul. 2018.

CARVALHO, R. E. **Escola Inclusiva** – a reorganização do trabalho pedagógico. Porto Alegre: Mediação, 2008.

CITRON M. Mutant presenilins of Alzheimer's disease increase production of 42-residue amyloid β -protein in both transfected cells and transgenic mice. **Nature Medicine**. v. 3, p.62-72, 2013. Disponível em: <http://cacphp.unioeste.br/eventos/conape/anais/iii_conape/Arquivos/Artigos/Artigoscompletos/MEDICINA/5.pdf > Acesso em: 02 ago. 2018.

FARRELL, M. **Dificuldades de aprendizagem moderadas, graves e profundas**. Porto Alegre: ArtMed, 2008.

FERNÁNDEZ, A. **O Saber em jogo**: a psicopedagogia propiciando autorias de pensamento. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FERREIRO, E. **Alfabetização em Processo**. São Paulo: Cortez, 1988.

MALUF, M. I. A intervenção psicopedagógica como recurso no tratamento dos distúrbios neurológicos e psiquiátricos. **Revista Direcional Educador**, nº 54, Julho/2009



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

PAIVA, C. F; MELO, C. M; FRANK, S.P. **Síndrome de Down**: etiologia, características e impactos na família. São Paulo: Faculdade de São Paulo – FSP, 2015. Disponível em: <https://facsao paulo.edu.br/wpcontent/uploads/sites/16/2018/05/ed2/11.pdf>. Acesso em 30 jul. 2018.

O USO DOS JOGOS MATEMÁTICOS EM SALA DE AULA

Rafaela Fadini, Wanderlei Sebastião Gabini, e-mail: rafaelafadini@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A matemática está presente em todas as etapas escolares, relacionando-se com as crianças desde a educação infantil até o ensino médio, e em determinados cursos do ensino superior, sendo esta disciplina fundamental para a construção da cidadania. Assim, deve estar acessível a todos, englobando desde observações do mundo social que cercam o estudante até a compreensão de princípios e conceitos matemáticos, estando em um processo de construção permanente com os alunos. É preciso considerar, ainda, o uso de diferentes recursos a serem utilizados pelo professor em sala de aula, como salientam os Parâmetros Curriculares Nacionais de matemática (1997) destacando-se um deles: os jogos, que é o objeto de estudo deste trabalho.

O objetivo deste estudo é analisar a importância do uso dos diferentes jogos matemáticos em sala de aula como um facilitador do processo de ensino aprendizagem.

Segundo Moura (2011), teóricos como Piaget, Vygotsky, Leontiev e Elkonin, contribuíram para que os jogos adentrassem às propostas ao ensino matemático, sendo este um elemento que estimula o desenvolvimento; é visto como um aliado ao ensino, pelo qual o sujeito se aproxima dos conteúdos culturais que perpassam a escola. Diante disso, o jogo é visto como um material de ensino, mas que requer planejamento para dar os resultados de aprendizagem esperados.

Ressalta-se a importância do uso dos jogos no ensino de matemática em todas as etapas escolares, mas restam algumas dúvidas sobre a questão. Como esses jogos são usados? Em quais momentos da aula eles são utilizados? Quais os critérios de escolha dos jogos? Quais são os objetivos desejados?

2 METODOLOGIA

Para a produção deste trabalho foi realizado um levantamento bibliográfico em livros, revistas e artigos científicos com o objetivo de pesquisar como os diferentes

textos abordam a temática do uso dos jogos dentro da sala de aula. Severino (2007, p.122) aponta que

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

Junto à revisão bibliográfica, foi analisado um material didático, aqui denominado de material X, composto por três cadernos, material este disponibilizado para comercialização e uso nas escolas. Trata-se de um livro didático que é utilizado em algumas escolas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os seres humanos, em toda a sua existência, buscam descobrir a si e ao mundo à sua volta, sendo este um ser curioso que busca diferentes maneiras de se aprimorar, testando, investigando e experimentando, propiciando, assim, o seu desenvolvimento com o passar do tempo, como ressaltam Ascoli e Brancher (2006).

Diante disso, a criança é um ser que está em desenvolvimento integral e o jogo contribui significativamente para tal, promovendo o crescimento dela, assim como o desenvolvimento de determinadas aptidões necessárias.

Através do jogo, os discentes constroem seus conhecimentos com maior facilidade. Ao se identificarem com a idéia ou objeto, ele torna-se um “alimento” necessário à atividade, transformando a aprendizagem prazerosa e interessante. Com os jogos, os estudantes também podem adquirir uma visão mais aprofundada do meio em que vivem, com eles os educandos têm noções de socialização, lealdade, espírito crítico, competitividade e descobrem-se como um ser diferente dos outros. Ou seja, trabalhamos a coletividade e a subjetividade concomitantemente. (ASCOLI; BRANCHER, 2006, p.5).

Devries (2009) coloca que a palavra jogo é utilizada para designar diferentes atividades, desde a construção com blocos lógicos até um grupo de dança e canto. Segundo a autora existem três critérios para a escolha adequada de um jogo: ser interessante e desafiador, permitir uma autoavaliação, e que todos os participantes atuem ativamente.

Os jogos educativos sobretudo aqueles com fins pedagógicos, revelam a sua importância em situações de ensino-aprendizagem ao aumentar a construção do conhecimento, introduzindo propriedades do lúdico, do prazer, da capacidade de iniciação e ação activa e motivadora, possibilitando o acesso da criança a vários tipos de conhecimentos e habilidades. Para tal, o jogo deve propiciar diversão, prazer e até mesmo desprazer, quando escolhido voluntariamente, ensinando algo que complete o indivíduo no seu saber, nos seus conhecimentos e na sua percepção do mundo. O jogo favorece o desenvolvimento da linguagem, criatividade e o raciocínio dedutivo. De entre os vários tipos de jogos educativos é de especial importância destacar os de estratégia pois não estão associados ao factor sorte, dependem única e exclusivamente do jogador para vencer. As habilidades envolvidas na elaboração de uma estratégia para vencer o jogo, que exigem tentar, observar, analisar, conjecturar e verificar, compõem o raciocínio lógico, importante para o ensino da Matemática. (MOURA; VIAMONTE, 2006, p. 1-2)

Segundo Starepravo (2009) o ensino da matemática sempre foi um problema, pois as crianças a percebem como uma tarefa difícil, que muitas vezes cede lugar à alfabetização, e quando a matemática é ensinada, é feita de forma mecânica. Mas, é necessário que esta realidade seja modificada. A utilização de jogos e brincadeiras é bastante difundida. Desde o século XX, Froebel atribuía grande importância aos jogos e brincadeiras em sala de educação infantil. Diante disso, destaca-se:

Os jogos exercem um papel importante na construção de conceitos matemáticos por se constituírem em desafios aos alunos. Por colocar as crianças constantemente diante de situações-problema, os jogos favorecem as (re)elaborações pessoais a partir de seus conhecimentos prévios, na solução dos problemas apresentados pelos jogos, os alunos levantam hipóteses, testam sua validade, modificam seus esquemas de conhecimento e avançam cognitivamente. (STAREPRAVO, 2009, p.19).

Essa autora aponta que o uso dos jogos em sala de aula serve como um substituto às famosas folhas de exercícios repetitivos, e com uma única técnica específica para resolvê-los; por sua vez, nos jogos, os discentes realizam cálculos mentais que não são descontextualizados dos conteúdos trabalhados em sala, e estão atrelados a eles significados, ao interligar-se com situações concretas.

Os jogos são vistos como importantes recursos nas aulas, mas é preciso que eles provoquem desafios aos alunos, integrando interesse e prazer. Para isso, os jogos devem estar entrelaçados com o ensino e não simplesmente serem usados como uma atividade extra, sendo necessário que as crianças utilizem de estratégias próprias para

vencer os desafios propostos, e não utilizem somente os ensinamentos do professor, como aborda Starepravo (2009).

Antunes (1999) coloca que o jogo auxilia as crianças a construir novas descobertas, além de enriquecer a sua personalidade, ao colocar que; “Em síntese, o jogo é o melhor caminho de iniciação ao prazer estético, à descoberta da individualidade e a meditação individual” (p.37).

Neste sentido, Smole, Diniz e Cândido (2007) ressaltam que um jogo pode ser escolhido para adentrar em um novo assunto e pensar sobre ele, ou para que se compreenda um conceito que está sendo passado (refletindo sobre ele), como também para desenvolver uma estratégia com o intuito de resolver um problema, ou até mesmo conquistar uma habilidade importante.

Por isso, para a escolha do jogo é preciso um planejamento, devendo o professor ler antecipadamente as regras, simular possíveis jogadas, e analisar, assim, se serão desafiadoras para os alunos ou se atingem os objetivos desejados com a aula (se é adequado ou não para o seu público alvo). Para que isso aconteça é necessário que haja um planejamento diante de uma sequência didática.

Frente ao apresentado foram analisados os livros didáticos do material aqui denominado X (1º ano - cadernos 1, 2 e 3) para observar como os jogos estão sendo propostos dentro dos conteúdos escolares.

Ao analisar o material didático X observou-se que são propostos inúmeros jogos ao professor frente à sua sala de aula, sendo esses extremamente relacionados aos conteúdos, como também, após os jogos, são propostas situações para que as crianças resolvam os problemas levando em consideração as informações obtidas após os jogos; o jogo aparece como um facilitador do processo de ensino aprendizagem.

Alguns jogos são enviados para a escola pelo material didático, como por exemplo, as barrinhas cuisenaire, utilizadas na aula de matemática para se trabalhar com decomposição. Outros jogos são explicados para o professor aplicar com a sala, com o passo a passo, no manual do professor, sendo que alguns vêm prontos como anexo no manual do professor, só para montar o jogo, e outros, explicam como fazer em sala de aula. Alguns exemplos de jogos propostos nesse material foram: baralho do ABC (alfabeto), 5 marias (sequência numérica), tangram (formas geométricas e quebra

cabeça) , jogo dos planetas (envolvendo a quantidade de planeta das cartas e dos dados), jogo do dinossauro (pontos dos dados e lateralidade), bingo dos sobrenomes (origem dos sobrenomes das famílias), jogo da memória (atenção, memória, raciocínio, matemática), cabo de guerra (pontos dos dados e lateralidade), sudoku (matemática, raciocínio, atenção), tabuleiros para abordar lateralidade, entre outros observados.

Após examinar todo o material percebe-se a importância dos jogos como contextualizadores dos conteúdos a serem trabalhados com os alunos, pois eles se interligam completamente com os conteúdos abordados. Oferecem uma forma mais lúdica saindo do lápis e papel; destaca-se assim o quanto importante é os professores atentarem para a busca por novos materiais a serem agregados ao ensino das crianças.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A matemática é vista pelos alunos como uma disciplina não atraente e complicada, muitas vezes, dependendo dos métodos que os professores utilizarem para abordar os conteúdos do ensino. Porém, inúmeros estudiosos colocam a importância do uso de jogos no ensino das escolas, saindo do lápis e do papel, e buscando uma contextualização dos conteúdos com o lúdico. Isso mostra às crianças ser possível aprender através dos jogos e brincadeiras significativas e planejadas pelo professor; por isso, os professores necessitam planejar e buscar jogos que possam ser agregados ao ensino, tornando-o menos teórico e cansativo, para ser mais lúdico e adequado às realidades dos alunos, buscando criar situações problematizadoras que necessitarão de uma reflexão maior.

Ao analisar o material didático, notou-se que o sistema do material X busca um ensino que torna o aluno o participante ativo do seu processo de aprendizagem, colocando esse aluno frente ao conteúdo que será trabalhado, e oferecendo a ele desafios que poderão ser atingidos quando há um ensino de qualidade, voltado para o aprender a aprender.

5 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, C. **Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.



ASCOLI, C. C. B.; BRANCHER, V. R. (2006). **Jogos matemáticos**: algumas reflexões sobre os processos de ensino e aprendizagem. Disponível em: < <http://docplayer.com.br/22860839-Jogos-matematicos-algumas-reflexoes-sobre-os-processos-de-ensino-e-aprendizagem.html> > Acesso em: 19 de Setembro de 2018.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO: FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: matemática**: Brasília (DF), 1997.

KAMII, Constance; DEVRIES, Rheta; prefácio Jean Piaget; Tradução Marina Célia Dias Carrasqueira. **Jogos em grupo na educação infantil**: implicações da teoria de Piaget. Ed. Rev. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MOURA, Paula Cristina; VIAMONTE, Ana Júlia. (2006). **Jogos matemáticos como recurso didático**. Disponível em: < http://apm.pt/files/_CO_Moura_Viamonte_4a4de07e84113.pdf > Acesso em: 19 de Setembro de 2018.

MOURA, M O. de. A séria busca no jogo: do lúdico na matemática. IN: KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 14. Ed. São Paulo: Cortez, 2011. P. 81-97.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. Ed. ver. E atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I.; CÂNDIDO, P. **Jogos de matemática de 1º a 5º ano**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

STAREPRAVO, A. R. **Jogando com a matemática**: números e operações. Curitiba: Aymará, 2009.

OS BENEFÍCIOS DO CONVÍVIO DOS ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO COM OS IDOSOS: A PROMOÇÃO DE SAÚDE E BEM-ESTAR ATRAVÉS DOS AFETOS

Jéssica Stringhetta, Thainá Nunes de Avelar, Liara Rodrigues de Oliveira,
e-mail: liara_ro@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Hoje em dia os idosos necessitam não apenas de atenção, mas de companheirismo, do contato físico, do abraço, da presença (BECKER, 2003). De fato, são a parte da população que menos recebem esse contato sendo, muitas vezes, abandonados em instituições por seus familiares ou tendo uma vida solitária em suas residências.

Na perspectiva de melhorar a qualidade de vida do público idoso, os animais de estimação podem ser grandes influenciadores nesse processo visto que, embora façam parte da cultura humana há milênios, é improvável que a repercussão e a busca por essa relação tenham, em algum outro momento, atingido a popularidade da atualidade (SERPELL, 2013). Com o aumento da expectativa de vida da população e devido mais pessoas estarem morando sozinhas, os idosos conseguem encontrar um novo sentido para suas vidas através da responsabilidade de cuidar de um animal, de ter com quem conversar e poder contar com um grande companheiro ao seu lado. O animal de estimação fornece uma relação recíproca, revigora o interesse pela vida no idoso e melhora sua qualidade de vida (BECKER, 2003).

Pesquisas recentes vêm comprovando os benefícios proporcionados aos idosos por seus animais de estimação, os quais tendem a ser mais saudáveis, passando a ter uma diminuição considerável de problemas de saúde, além de serem mais ativos, autossuficientes, mesmo que seja nas questões básicas do cotidiano e rotina como acordar, levantar, se vestir e se locomover (BECKER, 2003).

Para Dotti (2005), os animais de estimação apresentam vários benefícios ao ser humano, entre eles, ligação com a natureza, auxílio no desenvolvimento de sentimentos positivos, responsabilidade, reforço na autoestima e segurança emocional, maior socialização, troca de afetos, amor incondicional e sem julgamentos, estímulo mental, físico e emocional. Os idosos que partilham dessa companhia mostram-se mais

alegres e relatam coisas do presente, visto que a maioria dos idosos que não têm animais de estimação baseiam-se em relatos do passado. (BECKER, 2003). Ainda, pesquisas comprovam que o isolamento gera a depressão.

Com o animal de estimação, essas questões podem ser consideravelmente anuladas pois, segundo Becker (2003), o idoso não se sentirá sozinho pois sempre terá a companhia de seu animal, sendo este considerado um ser revolucionário e fonte inesgotável de carinho, amor e saúde para todos.

Assim, visto que na terceira idade os idosos já cumpriram as tarefas relacionadas ao desempenho profissional e familiar, alcançando a aposentadoria e recebendo o ninho vazio, ocorre uma abertura de tempo para o descanso e lazer.

Com isso, surge a ociosidade que merece atenção e necessita ser suprida de modo a obter a ressignificação de sua vida. Portanto, o presente trabalho é um recorte da pesquisa maior realizada na Graduação em Psicologia, das Faculdades Integradas de Jaú (FIJ), tendo o objetivo de abordar os benefícios da relação dos animais de estimação com os idosos e a de promoção de saúde e bem-estar através dos afetos que os animais, em especial o cão, proporcionam aos seres humanos.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa foi destinada ao público da terceira idade, sendo pessoas com 60 anos ou mais, das cidades de Barra Bonita e Jaú (SP). Como critérios de participação, os idosos deveriam possuir animais de estimação em seus lares e, pelo menos um deles, ser cachorro. Visando analisar os benefícios que o convívio com os animais de estimação proporciona aos idosos, a pesquisa teve por objetivo conhecer a visão de 30 idosos da sociedade de um modo geral, sobre a relação e sentimentos que são produzidos pela convivência com seu bicho de estimação. Não existiu um local específico para a aplicação da entrevista, mas em diversos ambientes como residências, praças, igrejas e locais de circulação comum do público-alvo.

Como método primário, foi realizada uma investigação de fontes primárias sobre o tema, para a fundamentação teórica, utilizando-se de livros, artigos e trabalhos científicos em fontes seguras como as bases de dados BVS Psicologia Brasil e Scielo, através das palavras-chaves de animais de estimação, idosos, homem-animal e afetos. Já como método secundário, foram realizadas as entrevistas individuais, nas quais

cada participante assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e respondeu ao questionário, composto por perguntas abertas e fechadas. Através dos dados coletados foi realizada a tabulação e categorização das respostas, pela ferramenta da Microsoft Excel, e apresentados nos resultados qualitativos diversos conceitos que se dispõem a trazer benefícios à sociedade e nos quantitativos a comprovação, em números, sobre os benefícios que os animais de estimação proporcionam aos idosos. A pesquisa foi submetida na Plataforma Brasil em 11 de Maio de 2018, obtendo aprovação pelo Comitê de Ética e Pesquisa, através do CAAE nº 90022718.6.0000.5427, em 19 de Junho de 2018.

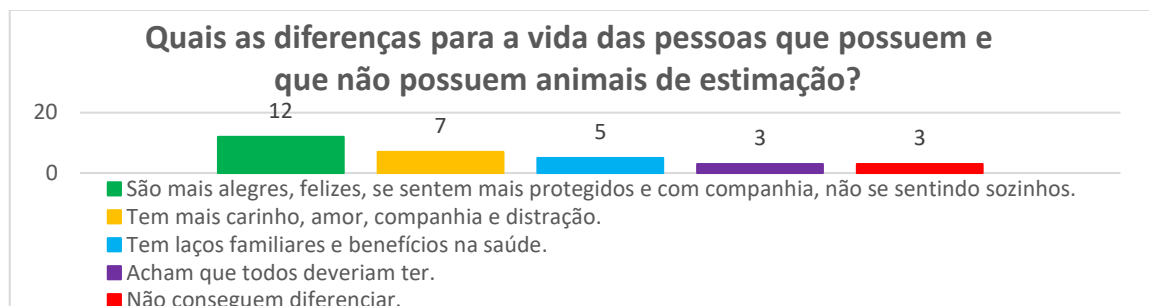
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através da análise das respostas obtidas nas entrevistas foi possível fazer uma ligação com a teoria científica e comprovar a veracidade dos benefícios que são proporcionados ao público idoso através da relação com seu animal de estimação.

Os resultados obtidos nas entrevistas apontam que dos 30 participantes, 21 dos entrevistados são do sexo feminino e 9 participantes são do sexo masculino, 16 entrevistados moram com seus cônjuges e 2 deles vivem, também, com seus filhos, outros 10 entrevistados moram apenas com os filhos, 5 vivem sozinhos e apenas 1 entrevistado mora com seus pais. Ainda, 20 participantes são aposentados, 3 são do lar e 7 possuem uma jornada de trabalho.

As diferenças que os entrevistados percebem na vida das pessoas que desfrutam do contato com os animais de estimação em seus lares com aquelas que não possuem estão demonstradas no gráfico 01, apontando que 12 pessoas confirmam a alegria que sentem, a proteção que o animal transmite e a companhia, não se sentindo mais sozinhos; 7 dos entrevistados relataram o carinho que recebem pelos animais, o amor, a companhia e a distração para seu tempo; 5 relatam a existência de laços familiares entre eles, seus animais e parentes, havendo sentimentos positivos e afetuosos para com o animal e afirmam os benefícios que os bichos de estimação trazem para sua saúde; 3 apostam que todos os seres humanos precisariam ter um animal de companhia e outros 3 entrevistados relatam não saberem diferenciar a vida das pessoas que possuem ou não animais de estimação pois todos seus conhecidos têm animais e já vivem nesse contexto há muito tempo.

Gráfico 01 – Diferenças na vida das pessoas que possuem animais de estimação



FONTE: Elaborado pelas autoras

Faraco e Seminotti (2004) apontam a melhora da qualidade de vida de todas as pessoas que possuem animais de estimação, afirmando que a mesma é consideravelmente significativa, pois, mostram o aumento da felicidade, a diminuição de seus estados depressivos e um grande ganho nas funções emocionais e físicas.

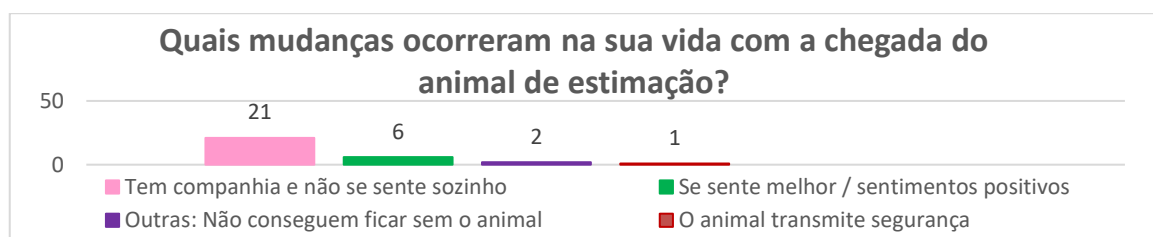
Com os animais de estimação, os idosos não se sentem sozinhos e alcançam diversos benefícios para sua vida, desde a socialização até benefícios relacionados a saúde física e social (KRAUSE-PARELLO; KOLASSA, 2016).

Com relação aos sentimentos por ter os animais de estimação, 13 entrevistados relatam que os animais atribuem uma companhia muito grande em suas vidas pois, de fato, são membros de sua família; 11 participantes afirmaram o quanto se sentem bem e cheios de sentimentos positivos; outros 4 entrevistados também relataram os sentimentos positivos, mas contam com a sensação de que já não sabem mais viver sem a presença de seus animais; 1 participante aponta que se sente ocupado, como se seu tempo fosse totalmente preenchido com a presença do animal e outro entrevistado relata que os animais lhe trazem bastante serviço.

Sobre a saúde dos entrevistados, 5 pessoas relataram ter a saúde muito boa, 15 informaram ter uma saúde boa, 8 relataram ser regular e 2 pessoas afirmaram que sua saúde é ruim. Apesar de algumas particularidades, mesmo assim é possível ver que a maioria dos entrevistados possuem uma saúde boa, podendo alguns destes fatores serem influenciados pela presença do animal que, conforme aponta Becker (2003), os idosos que possuem animais de estimação costumam visitar menos os consultórios médicos daqueles que não possuem animais.

As escolhas por ter os animais de estimação foram variadas, sendo que 16 pessoas escolheram ter os animais porque gostam, 7 entrevistados ganharam o animal de alguém, 4 possuem o animal de estimação por conta da família, 1 afirmou ter animal por companhia, outro por abandono do animal e de 1 entrevistado o animal veio com a família e acabou ficando em sua casa. Já as mudanças que perceberam com a chegada dos animais em suas vidas estão demonstradas no gráfico 02.

Gráfico 02 – Mudanças com a chegada do animal de estimação



FONTE: Elaborado pelas autoras

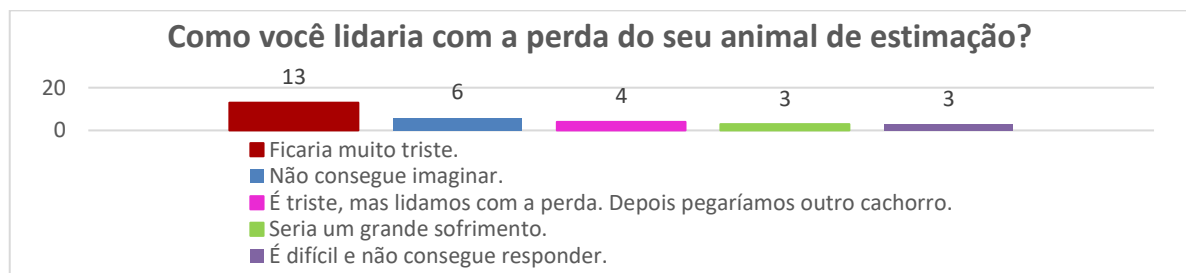
Entre os participantes, 21 pessoas passaram a considerar seus animais como companheiros e não se sentem mais sozinhos, 6 entrevistados se sentem melhor e desfrutam de pensamentos positivos devido a presença do animal, 2 pessoas afirmam não conseguirem ficar sem o animal de estimação e 1 participante relata que o animal lhe transmite segurança.

Visto que na terceira idade a maioria dos idosos se aposentam, é importante ressignificar suas vidas e ocupar o tempo que era destinado ao trabalho, de modo que o idoso possa se sentir útil. Becker (2003) aponta que os animais de estimação, no início da vida, ensinam as crianças a terem responsabilidades e a cuidar de outras criaturas, já na velhice auxiliam em manter essas habilidades, sendo fundamental visto que “os idosos extraem um prazer extraordinário das coisas que podem fazer por seus bichos de estimação” (BECKER, 2003, p. 209).

Outra importante questão da pesquisa aborda a perda do animal. As respostas dos participantes estão demonstradas no gráfico 03, sendo apresentado por 13 entrevistados sentimento de tristeza; 3 participantes relataram que o acontecimento seria um grande sofrimento para suas vidas; 4 afirmaram que seria muito triste, mas lidariam com a perda e arrumariam um novo cão; 6 participantes relataram não

conseguir nem imaginar como lidariam com o fato e outros 3 afirmaram que seria difícil e não conseguiram responder a pergunta.

Gráfico 03 – Como lidaria com a perda do animal de estimação



FONTE: Elaborado pelas autoras

Por todos os benefícios desta relação e por toda a convivência que o animal de estimação promove aos seus responsáveis, o mesmo acaba fazendo parte da rotina diária das pessoas, adquirindo uma posição de membro da família e sua perda é encarada como um luto compatível a de um familiar (PARGA, 2017).

As últimas questões da entrevista visaram analisar alguns comportamentos e ações diárias dos participantes com seus animais, nas quais 19 pessoas afirmaram ter o hábito de levarem seus animais para passear, enquanto 11 não possuem o mesmo hábito devido alguns motivos específicos como o porte do animal ou a própria saúde do entrevistado. Brincadeiras, carinho e conversas fazem parte da vida diária de todos os entrevistados, considerando os animais como verdadeiros amigos e companheiros de vida. Todos os entrevistados acreditam existir reciprocidade na relação com seu animal e que, da mesma forma como dão carinho e amor, seus cachorros retribuem todo o afeto. Por fim, ao serem questionados se imaginam a vida hoje sem a presença de seus animais, 29 entrevistados não conseguem imaginar e apenas 1 entrevistado afirmou conseguir, complementando que seria uma vida muito vazia. Conforme aponta Becker (2003), após algum tempo que a pessoa escolheu ou ganhou o animal é estabelecido um vínculo indestrutível entre ambos, através de todo cuidado e afetos compartilhados, se tornando inseparáveis.

Através das entrevistas realizadas foi possível comprovar tudo o que a teoria apresenta sobre os benefícios que os animais de estimação podem proporcionar aos seres humanos, em especial, aos idosos, mas ao nos depararmos com depoimentos

reais e verdadeiros através de todos os relatos e emoções apresentadas pelos participantes é possível comprovar que os benefícios estão muito além da teoria, mas presentes no dia a dia de cada pessoa que possui um animal de estimação e em todos afetos que são dados e recebidos nessas relações.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O convívio com os animais de estimação proporciona diversos benefícios aos seres humanos, sendo provados tanto na literatura como evidenciados a partir da execução desta pesquisa, na prática e na convivência diária entre ser humano e animal. O presente trabalho visou constatar a existência e analisar os benefícios dessa convivência com o público da terceira idade e, após a apreciação dos resultados, foi possível evidenciar o que a teoria apresenta sobre o tema, o quanto essa relação é benéfica para os idosos e capaz de dar um novo sentido para suas vidas após as mudanças decorrentes desta fase, como aposentadoria e ninho vazio.

Ter um animal com o qual possam conversar, brincar, dar e receber afeto e atenção se torna um fator muito importante em suas vidas para preencher a solidão advinda da idade, suprir as necessidades de sentimentos positivos e manter uma boa qualidade de vida. Ainda, o sentimento de reciprocidade é real e presente nessa relação, sendo uma prática a ser incentivada não apenas, mas inclusive, na fase da terceira idade pois sua influência é de todo benéfica na vida do indivíduo.

REFERÊNCIAS

BECKER, M; MORTON, D. **O poder curativo dos bichos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DOTTI, J. **Terapia & Animais**. São Paulo: Livrus, 2014. (Livro Digital)

FARACO, C. B.; SEMINOTTI, N. A relação homem-animal e a prática veterinária. **Revista CFMV**, Brasília. Ano X, n.32, p.57-62, mai-ago 2004.

KRAUSE-PARELLO, C. A.; KOLASSA, J. Pet Therapy: Enhancing Social and Cardiovascular Wellness in Community Dwelling Older Adults. **Journal of Community Health Nursing**, v.33, n.1, p.1-10, 2016.

PARGA, M. Luto pelos animais de estimação pode ser tão penoso quanto o luto por outras pessoas? **El País**, 15 jul. 2017. Disponível em:



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

<https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/04/ciencia/1499163248_507694.html>. Acesso em: 15 set. 2018.

SERPELL, J. A. As perspectivas históricas e culturais das interações dos seres humanos com animais de estimação. In: MCCARDLE, P. et al. (orgs.). **Os animais em nossa vida**: Família, comunidade e ambientes terapêuticos. Campinas: Papyrus, 2013. p. 27-40.

OS IMPACTOS DA MANIFESTAÇÃO DA SEXUALIDADE DO DEFICIENTE

Priscila Brasil Duarte Torelli, Patrícia Pelegrina Rosseto, e-mail:
patricia_prosseto@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho aborda o tema sexualidade do deficiente pautado no modelo social de deficiência e sob a ótica da Psicologia Social, descreve a sexualidade, inerente a todos, como parte importante da constituição da qualidade de vida de qualquer ser humano.

Entende-se por deficiente aquele indivíduo que apresenta perda ou anormalidade de funções físicas, sensoriais ou intelectuais, alto grau de disfunção das funções psicológicas, fisiológicas e/ou anatômicas (BARBOSA, et al., 2009).

A sexualidade é uma construção social, histórica e cultural na qual estão todos inseridos e engloba aspectos biopsicossociais. Tais aspectos não podem ser tratados de forma isolada, pois desta maneira perdem o seu verdadeiro significado (DENARI, 2002).

A pessoa com deficiência tem necessidade de expressar e vivenciar sua sexualidade, afetos e prazeres, a forma como faz isso pode causar constrangimento às outras pessoas, dependendo da deficiência, o indivíduo pode não ter noção do que está de acordo com as normas sociais e precisa ser adequadamente orientado (DENARI, 2002).

O corpo que apresenta deformidade ou a mente que não funciona como o esperado, distancia o deficiente do modelo de perfeição construído por nossa sociedade consumista, “a avaliação social que se tem da deficiência é a de que ela explicita um corpo não funcional e imperfeito e daí impõe ao sujeito uma desvantagem social” (MAIA; RIBEIRO, 2010, p. 162), o que representa uma barreira e logo, exclusão. Sexualidade está associada a sexo e o sexo satisfatório é associado ao corpo perfeito na visão da sociedade em geral. Acreditar que a beleza e a perfeição são pré-requisitos para satisfação sexual se observa no desconforto social diante da manifestação da sexualidade do deficiente (GOELLNER, 2012).

Devido à imagem angelical e infantilizada proveniente de sua condição o deficiente pode ser visto como alguém que não possui desejo sexual, de afeto e de relacionamento. Ao longo da história podemos perceber que a sexualidade e a deficiência são vistas como algo sujo ou proibido, que deve ficar escondido, pois expõe nossas vergonhas. Tanto a sexualidade quanto a deficiência são culturalmente construídos e moldados pela comunidade. É de suma importância a educação sexual e sua correta orientação, de forma a possibilitar aos pais ou tutores o conhecimento que promoverá acalmar as ansiedades e ao deficiente auxiliar com que possa conhecer o seu corpo, sentimentos e direitos (MAIA; RIBEIRO, 2010). Esse trabalho tem como objetivos gerais compreender as razões que levam a dificuldade em aceitar a sexualidade da pessoa deficiente por parte da sociedade, bem como, os motivos pelos quais os pais ignoram a sexualidade do deficiente negligenciando a orientação, além de contribuir para o rompimento dessa visão distorcida do senso comum de que deficientes não possuem sexualidade ou possuem alguma disfunção sexual. Por fim, expor a contribuição da Psicologia para trazer qualidade de vida para deficientes através de políticas públicas específicas.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado através de pesquisa de revisão bibliográfica. Efetuou-se a revisão de materiais publicados no período de 1999 a 2017 sendo que a pesquisa ocorreu entre 2016 e 2018 e foram consultadas as bases de dados Scielo e Pepsic., selecionados 39 artigos científicos e 03 livros. A busca foi realizada por meio dos descritores sexualidade e deficiência, que são os temas objeto de investigação do presente estudo e a partir das questões levantadas realizou-se pesquisa bibliográfica sobre os temas centrais de forma isolada e combinadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Observou-se que o Psicólogo pode contribuir para desconstrução de modelos repressores a que pais, familiares, educadores, equipes de saúde e sociedade estão acomodados. Cabe a Psicologia iniciar a mudança, auxiliando famílias a não reprimir a livre expressão dos sentimentos e sim orientar e compreender as especificidades da sexualidade na deficiência (BARBOSA et al., 2009).

A Psicologia pode ainda colaborar oferecendo informações para dúvidas e conflitos, favorecer a reflexão sobre a sexualidade de uma forma mais ampla, possibilitando o exercício desta de forma mais prazerosa. Cabe a quem orienta, informar, promover debates, reflexões e investigações sobre sexualidade na deficiência.

O modelo social da deficiência propõe que as formas de vivenciar a sexualidade não precisam seguir um ciclo de resposta sexual normatizado por manuais de diagnósticos, tabelas ou inventários. Psicólogos devem promover o conhecimento e ter como objetivo a potencialização das pessoas com deficiência, colaborando para garantir seus direitos humanos. O deficiente é, antes de tudo, um ser humano, pode viver o prazer da forma que melhor se adequar a sua realidade não caracterizando uma disfunção e sim uma nova forma de satisfação (BARBOSA et al., 2009).

Com relação aos mitos, estes servem para organizar a sociedade ou a comunidade, como uma forma de colocar ordem e pode não corresponder à realidade. São na maioria das vezes narrativas para explicar o que não se entende ou não se quer compreender. No caso do deficiente e sua sexualidade há grandes equívocos provocados por mitos e esses mitos prejudicam o indivíduo potencializando suas incapacidades (DENARI, 2002). Assim, o deficiente é visto como aquele que não têm sexualidade são crianças eternas, devem ser protegidos e cuidados.

Ainda sobre os mitos encontrados, a mulher com deficiência é vista como alguém que não pode ter filhos. A pessoa com deficiência intelectual é sem-vergonha, masturbador compulsivo, depravado. Pessoas com deficiência são assexuadas, não têm sentimentos, deficientes são pouco atraentes, têm disfunções sexuais relacionadas ao desejo, à excitação e ao orgasmo, são pessoas estéreis, geram filhos com deficiência ou não têm condições de cuidar destes. Seja qual for o mito criado ele sempre revelará preconceito e falta de compreensão, isso se torna um obstáculo para a vida afetiva e sexual dos deficientes e prejudica a real inclusão (DENARI, 2002).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada neste trabalho demonstrou que o tema deficiência vinculado à sexualidade é incipiente, porém o campo da Psicologia vem ganhando cada vez mais espaço e demonstrando maior interesse em discutir amplamente o tema

com um olhar para o indivíduo deficiente, sua subjetividade e suas especificidades. Verificou-se que dialogar sobre sexualidade na deficiência impacta positivamente na vida destes indivíduos, bem como em suas relações, ficando evidente a necessidade de trazer o tema sexualidade para mais perto da sociedade, da família, dos educadores e do próprio deficiente que, por vezes, se sente obrigado a aceitar o lugar em que é colocado, de incapaz ou inapto, daquele que não produz e apenas gera despesas à família e ao Estado.

Notou-se ainda a necessidade crescente em romper com alguns mitos que em nada colaboram com a vida do deficiente, sua sexualidade, desenvolvimento humano ou readaptação. O primeiro mito a se desconstruir é aquele em que não devemos falar de sexualidade, de prazer, de sexo, por ser algo tido, ainda nos dias atuais, como íntimo e particular, sujo ou proibido. Na construção da sexualidade, observa-se a influência do contexto histórico, social e cultural no qual o deficiente está inserido, estando diretamente ligados, sociedade e indivíduo.

Foi possível perceber que existem alguns desafios para a Psicologia. O primeiro é questionar se a psicologia social, comunitária, educacional ou do desenvolvimento não teriam mais a contribuir teoricamente nas questões da sexualidade do deficiente. Segundo, com suas contribuições teóricas poderiam auxiliar na prática incentivando o interesse social de incluir de fato, efetivamente, garantindo o direito à saúde, em todos os aspectos, da pessoa deficiente, contribuindo também para implantação de políticas públicas eficazes e verdadeiramente acessíveis.

Destarte, o preconceito nasce da falta de informação e esta cria os mitos que por sua vez promovem a negligência com o direito sexual dos deficientes. Consideramos que evitar falar de sexo ou ignorar a sexualidade do deficiente, acarreta diversos problemas não só na vida íntima e particular da pessoa, mas de toda a sociedade. O impacto é geral, no micro e macro sistema, o reflexo da insatisfação e da falta de conhecimento gera prejuízos físicos, emocionais e econômicos para o deficiente, sua família, escola e o Estado que tenta se exonerar, ignorar que sexualidade é sim questão de saúde pública.

O deficiente tem direito a uma vida sexual. Sexualidade faz parte da personalidade da pessoa, faz parte da construção da sua identidade e não se separa desta. Negar ou ignorar o direito do deficiente à autonomia e integridade sexual, bem

como à proteção e educação sexual é negar que o deficiente seja um ser humano completo é destacar sua deficiência, vê-lo incompleto. A sociedade não tem o direito de dizer como viver a sexualidade com base em achismos, reprimir e punir como forma de controle, oferecendo tratamento e orientação insuficiente.

Há barreiras que não podemos enxergar nem tocar, mas não deixam de existir e prejudicar a existência do indivíduo. É preciso dialogar sobre sexualidade do deficiente de maneira natural, como forma de inclusão, demonstração de respeito e acima de tudo, empatia.

5 REFERÊNCIAS

BARBOSA, L.; DINIZ, D.; SANTOS, W. R. dos. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça. **Rev. int. direitos human.**, v. 6, n. 11, p. 65-77, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sur/v6n11/04.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2017

DENARI, F. E. Sexualidade & deficiência mental: reflexões sobre conceitos. **Rev. Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.8, n.1, p. 9-14, 2002. Disponível em:<http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista8numero1pdf/2denari.pdf>. Acesso em: 07 out. 2018

GOELLNER, S. V. A produção cultural do corpo. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Org). **Corpo, gênero e sexualidade: Um debate contemporâneo na educação**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, cap. 02, p. 28 – 40, 2012.

MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P. R. M. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 16, n. 2, p. 159-176, ago. 2010. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382010000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 set. 2018.



OS JOGOS EDUCATIVOS DIGITAIS NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Ana Paula Cunha Pedro, Miriam Neves de Oliveira Faccio, Suselaine Zaniolo Mascioli,
email: anapaula_cunhapedro@yahoo.com.br.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como tema os jogos educativos digitais e a utilização dos mesmos no ambiente escolar.

Com base nos estudos de Chiofi e Oliveira (2014), as novas tecnologias solicitam modificações em relação às metodologias voltadas ao processo ensino-aprendizagem. Ele defende a ideia de que é necessário “ensinar a pensar criticamente”. A internet precisa estar presente nas escolas, porém ela deve aparecer de forma crítica, fazendo com que os alunos se superem, propondo atividades desafiadoras para os alunos e professores de maneira que ambos aprendam juntos e mutuamente.

Vivemos atualmente uma sociedade marcada pelos avanços tecnológicos em que a comunicação e a informação acontecem de forma mais rápida e convencional. O próprio conhecimento torna-se de fácil acesso por todos, em diversas áreas. No entanto, mesmo com o avanço tecnológico percebemos que muitos ainda não estão preparados para essa realidade social e histórica, principalmente quando nos remetemos à educação básica escolar (CHIOFI e OLIVEIRA, 2014, p.332).

Para Lima *et al.* (2015) o jogo educativo digital, é apresentado muito pouco dentro da grade curricular e, assim, ainda pouco favorável para prática docente. No entanto essa construção de conhecimento deve ser motivada pelos professores, de forma lúdica e desafiadora a fim de conquistar o interesse desses alunos, e vinculada ao contexto de ensinar e aprender no qual o educador precisa ser capacitado e preparado para esse tipo de ensino.

Silva (2010), explica que os momentos dos jogos serão significativos, se existir um planejamento pedagógico por trás, que auxiliará no processo de construção das etapas cognitivas que será trabalhado na criança. E para que ocorra uma aprendizagem significativa, não exige somente um jogo de qualidade, mas requer a capacitação docente, que entenda e consiga auxiliar na construção do novo conhecimento, assim como a demanda de um espaço físico de qualidade, ou seja, que

exista computadores em bons estados, internet de boa qualidade, que seja apta a acessar os sites educativos de maneira rápida e segura. Para obter um resultado de qualidade é necessário que esta linha de construção do conhecimento funcione adequadamente, conforme as necessidades de aprendizagem.

O ambiente escolar está recebendo alunos ligados ao mundo digital, denominados por Prensky (2012), os nativos digitais, tecnologia a qual os atrai tanto, por este motivo está sendo incorporados como metodologia os jogos educativos digitais, uma nova ferramenta pedagógica que estimulará a aprendizagem dos alunos.

O presente artigo propõe demonstrar os benefícios dos jogos educativos digitais no processo de ensino aprendizagem. Quando inseridos no aprendizado das crianças como uma ferramenta pedagógica, podem auxiliar no desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem e serem aliados na construção do conhecimento.

2 METODOLOGIA

Em um primeiro momento a presente pesquisa de cunho bibliográfico, foi realizada com consulta em acervos, livros, artigos científicos. Posteriormente, foi feita uma análise do jogo Vivaz, buscando analisar os benefícios dos jogos educativos digitais, entramos em contato com a cofundadora da Tamboro Maíra Pimentel, diretora de projetos, que nos disponibilizou o manual Vivaz, enriquecendo nossos conhecimentos sobre o tema.

O referencial teórico utilizado para a leitura dos dados pautou-se na teoria histórico Cultural elaborado por Vygotsky e seus colaboradores, acreditando que o docente deve ser um mediador entre o conhecimento já desenvolvido, e, o que será construído.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As metodologias de ensino, necessitam ser transformadas para se adequar a realidade e a necessidade dos alunos, dos quais estão vindo em uma geração tecnológica, e com isto será possível aprender por meio dos jogos. Não será a única forma de aprendizagem, mas um meio que cause interesse pelo aprender, tornando a aprendizagem prazerosa e menos cansativa.

Os jogos educativos são de grande eficácia para o processo ensino-aprendizagem. De uma forma prazerosa a criança vai construindo seu conhecimento de várias maneiras, pois é uma atividade lúdica existente em toda a humanidade, independente de raça ou cultura, os jogos nos ensinam regras de comportamento. “[...] não existe brinquedo sem regra. A situação imaginária de qualquer forma de brinquedo já contém regras de comportamento, embora possa não ser um jogo com regras formais estabelecidas a priori” (VYGOTSKY, 1991, p.63). As regras mesmo que implícitas estão presentes nos jogos.

Quando se trata de jogo entre crianças, eles levam muito à sério, seguem as regras, aprendem ganhar e perder, errar e acertar, o certo e o incerto. A ação do jogar passa tempo ou diversão para Vygotsky (1991), atuam como elementos mediadores entre o conhecimento já desenvolvido, e, o que será construído nas possibilidades e potencialidades existentes na Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP).

[...] distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes (VYGOTSKY, 1991, p. 58).

Games e educação (2014) afirmam que, o jogo educativo quer digitais quer não, ultrapassam o ato de brincar, favorecendo o desenvolvimento e aprendizado do aluno com apoio ao entretenimento. Baseados no ato de agregar o lazer e a diversão nos processos de aprendizagem, os jogos educativos digitais tem por objetivo motivar a persistência em não desistir e sempre continuar a tentar explorar, sempre buscar novos atalhos que enriquecerão seu jogo, e não menos importante auxiliar as atividades pedagógicas curriculares, criando um elo entre a tecnologia e o currículo, construindo novas metodologias para o processo de ensino aprendizado.

Para Antunes (1998) os jogos educativos digitais irão estimular o aluno a aprender, sendo uma ferramenta de seu cotidiano o qual tem grande domínio, o mesmo sentirá prazer em aprender, terá gosto pelo novo conhecimento, conhecer o novo saber deste modo, garantirá um ensino produtivo. A interligação da tecnologia ao currículo escolar, não será um mero passatempo, mas aprendizagem de grande intencionalidade.

A Tecnologia é vista hoje como um modo de transformar o mundo carregado de ambivalência. A escola tem que se modificar, pois ela não é o único espaço

de desenvolvimento do saber. É necessário formular sistemas educacionais competitivos que incorporem novos elementos, tais como recursos tecnológicos e métodos de aprendizagem, tornando-os mais dinâmicos e eficazes e conservando seu propósito fundamental de formar pessoas individualmente fortalecidas e comprometidas com o progresso no aspecto humano e social (SANTOS, 2003, p.12).

Para obter qualidade no processo de ensino aprendizagem é preciso ter um rigoroso critério de avaliação, não só aplicar os jogos, como também diagnosticar todo o processo, acompanhar o andamento da turma e qual o desempenho que obtiveram no final no processo de ensino aprendizagem (RAMALHO; SIMÃO; PAULO, 2014).

Por meio do que foi apresentado até aqui, é possível compreender que os jogos educativos digitais ou não, são mais do que um simples passar de tempo, desde que bem planejados, poderão transmitir benefícios ao desenvolvimento no processo de ensino aprendizagem dos discentes.

Por meio do uso dos mesmos é possível permitir aos indivíduos serem mais críticos, autônomos e persistentes em seus objetivos, ensinando-os a tomar decisões pensadas e relevantes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jogos educativos digitais proporcionam ao aluno um ambiente que o estimulará a aprender, não sendo um simples passar de tempo, mas de maneira a permitir que o indivíduo seja mais crítico, autônomo, possibilitando sentir prazer em pesquisar por si só, persistentes em seus erros não desistindo até conquistar seus objetivos.

Os jogos digitais para serem de cunho educativo, necessitam estar vinculados aos conteúdos escolares do indivíduo, por meio de planejamentos significativos, de modo que ocorra uma aprendizagem intencional, não sendo uma mera atividade de passatempo. É necessário, portanto, que haja um planejamento escolar de qualidade, compreendemos que a falta de capacitação docente é uma das dificuldades enfrentadas, o que interfere no uso dos recursos tecnológicos e na prática pedagógica deste profissional. A formação adequada e os procedimentos didático-pedagógicos voltados a um ensino de qualidade, com laboratórios de informática, computadores e tecnologias educacionais condizentes com os conteúdos curriculares, poderão promover espaços favoráveis ao processo ensino-aprendizagem. Mesmo tendo todos

os recursos necessários e relevantes, como por exemplo, laboratórios digitais e equipamentos eletro- eletrônicos, não há garantias de um ensino de qualidade e eficaz para a evolução do discente quer de forma individual ou coletiva.

Por fim, se os educadores não estiverem preparados para tais ferramentas pedagógicas, cito, as novas tecnologias, atreladas ao processo ensino-aprendizagem não teremos um desenvolvimento satisfatório nem tão pouco eficaz.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, C. **Jogos para estimulação das múltiplas inteligências**. 10. Ed.

CHIOFI, Luiz C.; OLIVEIRA, Marta R, F. **O uso de tecnologias educacionais como ferramenta didática no processo de ensino aprendizagem**. In: Jornada de didáticas desafios para a docência e II Seminário de pesquisa do CEMAD, 3, 2014. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/jornadadidatica/pages/arquivos/III%20Jornada%20de%20Didatica%2020Desafios%20para%20a%20Docencia%20e%20II%20Seminario%20de%20Pesquisa%20do%20CEMAD/O%20USO%20DAS%20TECNOLOGIAS%20EDUCACIONAIS%20COM%20FERRAMENTA.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

LIMA, M. J. B. R.; FERNADES, G. S. ; SANTOS, J A. S. ; AGUIAR, Layssa R. S. de. ; SILVA, F. J. O. **Jogo digital como tecnologia educacional para a comunicação e prática pedagógica**. XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. 2015. Disponível em: < <http://docplayer.com.br/9762775-Jogo-digital-como-tecnologia-educacional-para-a-comunicacao-e-pratica-pedagogica-1.html>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

PRENSKY, M. **Aprendizagem baseadas em jogos digitais**: São Paulo: Senac São Paulo. 2012.

RAMALHO, J. E.; SIMÃO, F.; PAULO, A B.D. **Aprendizagem Por Meio De Jogos Digitais**: Um Estudo De Caso Do Jogo Animal Crossing. Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET. 2014. Disponível em: <<http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n8/artigo-4.pdf>> Acesso em: 11 fev. 2018.

SANTOS, M. L R. **Do giz a era digital**. São Paulo: Zouk, 2003.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. 4 ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda.,1991.



OS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO E O PAPEL DO PSICÓLOGO

Isabela Franco de Camargo, Letícia Fernanda Chiode, Vania Ap. Borim Moretto Dalpino, e-mail:vaniapsico@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento desta pesquisa teve como objetivos específicos discorrer sobre o processo histórico do conceito de família, sobre as famílias em situações de vulnerabilidade social e a perda do poder familiar, momento em que ocorre o acolhimento institucional dessas crianças e adolescentes que conviviam com membros da família que os expuseram as situações de risco. Explorando o caminho da criança e do adolescente a partir deste contexto, analisando as medidas de acolhimentos que antecedem o institucional.

O presente trabalho tem como proposta conhecer e analisar os serviços de acolhimento institucional como medida de proteção para crianças e adolescentes em situação de risco, os quais devem desempenhar um papel de suporte e preparação para a criança e o adolescente, visando o retorno ao convívio familiar, sustentando e fortalecendo os vínculos afetivos familiares (ROMEIRO, 2017).

O abrigo institucional apresenta duas funções sociais, sendo a primeira de cuidados e responsabilidades com a criança e o adolescente, e a segunda visa reaproximar a família e a criança, trabalhando com eles questões sobre o acolhimento institucional, envolvendo os fatores sociais e afetivos.

De acordo com Romeiro (2017) “como preconiza o ECA (BRASIL, 1990) o abrigo deve trabalhar no sentido de fortalecer e preservar os vínculos familiares, atuando com recursos e ações que possibilitem a aproximação do adolescente com a sua família”.

O serviço de acolhimento institucional é oferecido às crianças e adolescentes quando a família expõe esses indivíduos em situação de vulnerabilidade social, sendo considerado como medida provisória, visando garantir o desenvolvimento sadio e seguro desses sujeitos. Ao psicólogo caberia um papel de extrema importância no desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes. Dessa forma, o psicólogo tem o desafio de contribuir para um melhor acolhimento e atendimento à infância.

O psicólogo tem a responsabilidade de acompanhar o desenvolvimento dos aspectos psicológicos das crianças e adolescentes atendidos, abordando individualmente cada caso, observando e estudando os procedimentos coletivos e institucionais, como conhecer e explorar a relação familiar. Sendo assim, o psicólogo é o profissional que percorre por todos os âmbitos necessários para o atendimento institucional adequado para esses indivíduos, podendo ser considerado também como um educador, pois ao se relacionar com as crianças e adolescentes traz grandes influências para o projeto educativo, assim como os demais profissionais que atuam nesta área. Por isso, é de grande importância que o seu papel na instituição seja contínuo e eficaz. (GULASSA, 2010).

Nas palavras da autora Cagnani, (2005, p.45) as principais atividades realizadas pelos psicólogos são:

Elaboração, em conjunto com o/a coordenador (a) e demais colaboradores, do Projeto Político Pedagógico do serviço; Acompanhamento psicossocial dos usuários e suas respectivas famílias, com vistas para reintegração familiar; Apoio na seleção dos cuidadores/educadores e demais funcionários; Capacitação e acompanhamento dos cuidadores /educadores e demais funcionários; Apoio e acompanhamento, discussão e planejamento conjunto com outros atores da rede de serviços e do SGD das intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças e adolescentes e suas famílias; Organização das informações das crianças e adolescentes e respectivas famílias, na forma de prontuário individual; Elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade judiciária e Ministério Público de relatórios semestrais sobre a situação de cada criança e adolescente apontando: i. possibilidades de reintegração familiar, ii. Necessidade de aplicação de novas medidas; ou, iii. Quando esgotado os recursos de manutenção familiar de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção; Preparação da criança/ adolescente para o desligamento (em parceria com o (a) cuidador (a)/ educador (a) de referência); Mediação, em parceria com o educador/ cuidador de referência, do processo de aproximação e fortalecimento ou construção do vínculo com a família de origem ou adotiva, quando for o caso.

Portanto o papel do psicólogo nos serviços de acolhimento se faz junto com a equipe multidisciplinar e interdisciplinar, cabendo á eles proporcionar ás crianças e adolescentes um acompanhamento contínuo e regular, fazendo parte do método educativo e sócio emocional, desde a entrada a saída da instituição. Cabe ao psicólogo acompanhar o desenvolvimento dos aspectos psicológicos das crianças e adolescentes, abordando individualmente cada caso, observando e estudando os procedimentos coletivos e institucionais. É de extrema importância que o psicólogo trabalhe a reinserção desses indivíduos no núcleo familiar e comunitário.

2 METODOLOGIA

Esse estudo será realizado através de buscas em bases de dados como o Google Acadêmico, e o Scientific Eletronic Library Online (Scielo), em artigos, dissertações, documentários, teses, livros digitais, revistas e sites acadêmicos com a escolha das palavras chave que envolva instituição de acolhimento, vulnerabilidade social, rede de apoio e seus desafios e papel do psicólogo nas instituições de acolhimento, para realização dos objetivos propostos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta pesquisa tem como intuito destacar o papel do psicólogo nos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes em situação de risco, mostrando como é realizado o procedimento de acolhimento e como o psicólogo age perante essa situação.

O serviço de acolhimento institucional é oferecido às crianças e adolescentes caso a família tenha colocado esses indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), lei reconhecida em 1990, que tem como objetivo a proteção integral à criança e adolescente, “toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família” (art. 19), sendo a família o espaço afetivo adequado para o desenvolvimento sadio da criança e do adolescente.

O acolhimento institucional é caracterizado por serviços de assistência e é definido como medida de proteção à criança e ao adolescente, de caráter provisório, tendo a perspectiva de integração desse indivíduo na sua família de origem novamente, ou se esse procedimento não for possível, o mesmo deverá permanecer nas instituições de acolhimento até que haja a oportunidade de uma adoção, pois os abrigos visam ao direito de toda criança e adolescente se desenvolver dentro de um núcleo familiar. Sendo assim, a instituição abriga, em sua grande maioria, crianças e adolescentes provenientes de famílias empobrecidas, que se encontram em situações de vulnerabilidade.

O papel do psicólogo desempenhado nas instituições de acolhimento é de extrema importância no desenvolvimento psicossocial das crianças e dos adolescentes. Espera-se que estes profissionais estejam preparados para abordarem

as possíveis alternativas para cada caso em específico, sempre buscando o desenvolvimento saudável dos institucionalizados, a fim de proporcionar um ambiente acolhedor sem causar mais traumas na vida desses indivíduos (MAGALHAES et.al, 2017).

Em geral o psicólogo vai efetuar o seu trabalho junto a uma equipe multidisciplinar e interdisciplinar, de forma que todos juntos possam promover as crianças e aos adolescentes um acompanhamento contínuo e regular, participando do método educativo e sócio emocional, desde a entrada até a saída da instituição.

Vai ser peculiar para o papel do psicólogo atuar de forma integral, oportunizando um trabalho de relação privilegiada e compartilhada entre as crianças e os adolescentes, famílias e a sua rede de suporte social (SILVA, et.al., 2015).

Portanto pode-se concluir que o papel do psicólogo no ambiente de acolhimento institucional envolve várias diretrizes como: reunir informações e colaborar na análise do processo de decisão sobre a integração escolar e inserção no grupo da instituição de acolhimento, possibilitar multidisciplinarmente um ambiente facilitador na fase de recepcionar as crianças, e promover o desenvolvimento dos vínculos familiares e comunitários de cada indivíduo que esteja em uma instituição de acolhimento (GOMES, 2016).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se perceber que o ECA se configura uma ferramenta de extrema importância para assegurar os direitos de crianças e adolescentes, principalmente aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade. Tendo como objetivo a proteção integral à criança e ao adolescente, tem a perspectiva de integração desses sujeitos na sua família de origem novamente.

Durante o desenvolvimento deste trabalho ficou claro que as famílias de crianças e adolescentes em situações de risco manifestam diversas dificuldades para suprir as necessidades básicas de seus filhos. Assim acaba ocorrendo a negligência por parte destes familiares com os seus filhos, podendo ocorrer também violência ou abuso sexual, maus tratos, exploração do trabalho infantil, indo contra aos direitos das crianças e dos adolescentes. Na presença de toda essa situação ocorre o acolhimento

institucional, sendo o poder público acionado a intervir para suspender o poder familiar e assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes.

Foi possível conhecer as modalidades de acolhimento, sendo elas o acolhimento institucional e o acolhimento familiar. O acolhimento familiar é realizado por famílias acolhedoras, essas mesmas famílias são preparadas e acompanhadas por um programa específico. E o acolhimento institucional, como o próprio nome já fala é realizado em uma instituição podendo ser em uma casa-lar, ou república.

A inserção do psicólogo nas instituições de acolhimento mostra-se de extrema importância, sendo uma realidade cada vez mais necessária. A violência sofrida por crianças e adolescentes que vão para o acolhimento institucional é um fato que exige uma atenção e uma atuação multi-interdisciplinar, com o objetivo de promover uma proteção social integral.

Desta maneira a psicologia se faz necessária ao se pensar em um atendimento psicossocial, para que esses indivíduos fragilizados afetivamente se sintam acolhidos e protegidos, podendo ter uma vida digna de direitos.

REFERÊNCIAS

CORREIA, M.C.G. **O Acolhimento Institucional: Fluxo e Interface com o Sistema de Garantia de Direitos.** 2014. 60f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista no Curso de Pós-Graduação em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar) - Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2014.

GOMES, M.M.C. **O papel do psicólogo nas instituições de acolhimento.** 2016. 90f. Dissertação de mestrado (Mestre em Psicologia Clínica e da Saúde) - Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Portugal, 2016.

MAGALHÃES, J.R.F, et al. Violência Intrafamiliar: vivências e percepções de adolescentes. **EEAN**, Salvador, p. 02, ago, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ean/v21n1/1414-8145-ean-21-01-e20170003.pdf>>. Acesso em 19 maio 2018.

ROMEIRO, J.B. **Os vínculos afetivos de adolescentes acolhidas: explorando diferentes contextos.** 2017. 126f. Dissertação (Mestre no Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) - Faculdade de Ciências de Bauru- UNESP, Bauru, 2017.

SILVA, C.D.L. et al. A psicologia nos serviços de acolhimento institucional e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. **Pesquisas e Práticas Psicossociais.** São João del-Rei, p.57-58, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v10n1/05.pdf>> Acesso em: 16 set. 2018.



PEDAGOGIA SOCIAL: A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO DE ACORDO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Luana Maira Alves da Silva, Célia Regina Auler Pereira Furuta
e-mail: luanahmayara@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Pedagogia Social caracteriza-se, como a ciência da educação que tem por objetivo a socialização dos indivíduos, fato que demanda conhecimento, reflexão e posição crítica sobre questões de vulnerabilidade e riscos sociais. Como disciplina, possibilita sistematização, reorganização e transmissão de conhecimentos e como uma profissão abrange a dimensão prática, com ações orientadas e intencionais voltadas para pessoas que se encontram em condições sociais desfavoráveis. De acordo com esses preceitos configura uma forma pedagógica e educacional de trabalho social, no intuito de vislumbrar uma sociedade mais justa e igualitária. A Pedagogia Social se caracteriza, portanto, como uma ciência transversal aberta as necessidades populares, que respeitando a cultura dos povos, dialeticamente possa construir outras possibilidades, sem desconsiderar o passado, mas promovendo a sua superação. (GRACIANI,2014)

De acordo com Freire (2001, p. 39) para os educadores “[...] o importante é que a reflexão seja um instrumento dinamizador entre teoria e prática”. Por isso, não é suficiente apenas refletir, é necessário que tal reflexão conduza o profissional à uma ação transformadora, que possibilite oportunidades de mudanças sociais. Outro aspecto que deve ser elencado é a competência técnica do educador, bem como a solidariedade humana e o compromisso político com o sujeito, objetivando o resgate da cidadania plena.

O conceito da Pedagogia Social foi usado pela primeira vez em 1844 pelo pedagogo alemão K. F. Mager, em uma publicação: *Pedagogische Revue*. Ainda no século XIX, em 1898, foi publicada a primeira obra que sistematiza a Pedagogia Social, escrita por Paul Natorp, filósofo neokantiano, com o título *Pedagogia Social: teoria da educação e da vontade sobre a base da comunidade*. Nessa obra, o autor se contrapõe ao individualismo existente na época, considerava as consequências dos

conflitos sociopolíticos deixados pela guerra na Alemanha, e acreditava que a partir de um processo educativo principalmente com os jovens, ocorreria mudança. Assim, para ele a Educação não era exclusivamente escolar, mas também social, pois considerando o período de guerra, Natorp julgou necessário um trabalho inicial na sociedade. Entendia que se os problemas sociais não fossem superados, a educação nas escolas não teria sucesso, era necessário, portanto, um trabalho em conjunto.

Nessas premissas, a Pedagogia Social trabalha para atingir a mudança social, prevendo a garantia de direitos dos seres humanos que estão inseridos numa dada sociedade, mas que foram excluídos por algum motivo cultural, afetivo, econômico, dentre outros. Mostra sua importância na realização de trabalhos de efetivação e reparação nos processos regulares de ensino, quando estes deixam falhas na formação consciente para atuação social. Para viabilizar essa mudança social, existem alguns serviços ofertados pelas políticas Públicas que podem ser aliados nesse processo, que é o caso do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), formado por uma equipe mínima composta por Assistente Social, Psicólogo e outro profissional previsto no Sistema Único da Assistência Social (SUAS), com possibilidade da inserção do Pedagogo, observado na resolução CNAS nº 17 de 20 de junho de 2011 (artigo 2 e 3), (BRASIL, 2011) que ratifica a composição dos profissionais que integram a equipe de referência do CRAS, na qual o pedagogo pode estar inserido tanto como Técnico de Referência e também como Orientador Social.

Essa é uma área consideravelmente nova de estudos, devido a predominância de um olhar verticalmente para a atuação exclusiva do Pedagogo na docência. Sobre esta afirmação, Pimenta (1998) enfatiza que “ A pedagogia, é a ciência que tem a prática social da educação como objeto de investigação e de exercício profissional, no qual se inclui a docência, embora nele se incluam outras atividades de educar”, que vai além dos processos de ensino aprendizagem convencionais, ele está presente no social que se encontra na escola e também na sociedade como um todo.

Partindo desses pressupostos é pertinente destacar sobre importância da formação do educador para que estes consigam utilizar os conhecimentos pedagógicos com reflexões, para uma investigação e posterior atuação no campo social, aspecto que de acordo com Brasil (2006) consta das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, que elenca o perfil do egresso do Curso como sendo capaz de:

Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras.

Nessa perspectiva, o presente artigo tem por objetivo discutir sobre a Pedagogia Social e os diversos campos de atuação do pedagogo, advindos dela. Relacionar a atuação do profissional da educação com as Políticas Públicas de Assistência Social, tendo como referência o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Portanto visa oferecer um embasamento teórico aos pedagogos sobre a atuação pedagógica na área social, fora do contexto escolar.

2 METODOLOGIA

Para a realização dos estudos sobre o papel do Pedagogo nas Políticas Públicas de Assistência de Social foi feita a revisão de literatura, através de um levantamento de pesquisas já realizadas sobre a área. No decorrer dos estudos, foram encontrados poucos artigos relacionados ao tema, pois este é relativamente recente. Ao todo foram usados somente três artigos relacionados a atuação social do Pedagogo, sendo que um deles relata experiências reais de atuação em um espaço da Política de Assistência onde, Mulatti (2016) apresenta sua experiência de estágio no CRAS, devido a exigência da matéria de Pedagogia Social de seu curso de Graduação em Pedagogia.

Outras obras literárias foram analisadas, como a Pedagogia Social de Graciani (2014) que no decorrer de sua obra referencia Paulo Freire, tratando da história, campo de atuação, conquistas e críticas da atuação social do profissional da Educação. Também foi utilizado a obra de Libâneo Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas (2011) possibilitando compreender os novos campos de atuação do Pedagogo e transportando a Pedagogia para além dos espaços escolares.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos estudos analisados foram observados elementos significativos sobre o papel do Pedagogo nas políticas de Assistência Social, sendo que entre eles evidencia-se a crescente atenção à área social. Segundo Machado (2009), esse crescimento se dá devido a estudos e projetos realizados por profissionais de diversas

áreas, como Pedagogo, Sociólogo e Assistente Social, que atuando em suas funções, observaram que os fatores sociais refletem diretamente sobre os indivíduos envolvidos nos processos de seus trabalhos, necessitando de uma atenção diferenciada. Embora existam estudos nessa área, as ações ainda são muito restritas e isoladas, o que Machado (2009) alerta para a necessidade de se estabelecer diálogos no âmbito que envolve a Pedagogia Social, as áreas políticas, econômicas, sociais e culturais, e de atuação incluindo a escola como fundamental no processo educativo, mas que vão além dessas condições.

Foi possível averiguar aspectos relativamente novos da Pedagogia, como a atuação do Pedagogo na Política de Assistência Social, e entender sobre a importância da atuação dos profissionais dessa área contribuindo no processo de proteção aos cidadãos. Para obter tais resultados, foram necessários estudos sobre as Políticas de Proteção e Especial no Brasil, amparadas pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Através de análises de trabalhos já realizados sobre o assunto contemplando a perspectiva de atuação social do pedagogo, foi possível constatar que na área da assistência social, uma possibilidade de atuação do Pedagogo é o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Segundo Brasil (2009) é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social da assistência social, ou seja, o CRAS serve de referência para os seus usuários, pois ele configura o primeiro acesso a serviços sociais, para que posteriormente seja encaminhado para os demais serviços de acordo com as necessidades.

O papel do pedagogo nesse espaço público da Assistência Social seria o de mediador e organizador de situações de aprendizagem em espaços não escolares, para isso necessita desempenhar propostas, diálogos e análise das situações sociais enfrentadas pelas famílias, buscando elaborar propostas e estratégias de superação das situações prejudiciais ao desenvolvimento humano, bem como potencializar as qualidades e fortalecimentos de vínculos familiares, o que unidos em um trabalho efetivo contribui para a reinserção crítica dos usuários na sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a análise desenvolvida e reflexões realizadas, foi possível confirmar a carência de estudos sobre a atuação do Pedagogo nas instituições que

desenvolvem trabalhos sociais, como o CRAS. Portanto, os resultados obtidos sinalizam que existe uma lacuna nesse aspecto e um espaço amplo de atividades a serem efetuadas.

Outro recorte a ser observado é sobre a formação dos profissionais que nela atuam e a importância de que eles entendam suas funções, possuam um compromisso com as questões sociais que afetam a qualidade da educação em sua totalidade, tendo em mente que tais questões estão presentes não somente na escola, mas também na sociedade como um todo. Fato que nos remete à necessidade de um trabalho para minimizar os problemas que afligem tanto o sistema educacional, como o social.

A Pedagogia em si, é a ciência que tem a prática social da educação como objeto de investigação e de exercício profissional, no qual se inclui a docência, embora nele se incluam outras formas de educar com o objetivo de preparar os indivíduos para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Nesse sentido a Pedagogia Social, também nos reporta para processos de ensino aprendizagem, que possibilitam a emancipação de indivíduos desfavorecidos socialmente para que se tornem críticos e capazes de lutar pelos seus direitos. Assim o Pedagogo está educando para a vida.

REFERÊNCIAS

BRASIL Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução CNAS nº17**, de 20 de junho de 2011. Disponível:
<https://conferencianacional.files.wordpress.com/2013/12/cnas-2011-017-20-06-2011.pdf>. Acesso em: 22 set.2018

BRASIL, **Caderno de Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social CRAS. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Brasília, 2009.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia**. Parecer CNE/CP nº 3/2006. Disponível em
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf.> Acesso em: 22 set.2018

BRASIL, **Lei Orgânica de Assistência Social**. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: 12 ago.2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 20 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

GRACIANI, M. S. S. **Pedagogia Social**. 1ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LIBÂNEO, J.C; PIMENTA, S.G. Formação dos profissionais da educação: visão crítica e perspectivas de mudanças. In: GARRIDO, S. G. (Org) **Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2011.

MACHADO. E. M. A Pedagogia social: Reflexões e diálogos necessários. In: SILVA, R; SOUZA NETO, J. C; de MOURA, R, A. (Orgs) **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte / UNESCO. 2009.

MULATI, L. E. **A atuação do Pedagogo no Centro de Referência da Assistência Social**. Maringá, 2016. Disponível em:< <http://www.dfe.uem.br/TCC-2016/LARA.pdf>>. Acesso em: 20 ago.2018



PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL

Luana Graziela Viola, Viviani Rossetto Loterio, Maria Madalena Lazari Kawashima,
e-mail: professora.madalenalazari@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Diante de tantas mudanças ocorrendo nesse mundo, pode-se concluir que o mundo do trabalho também sofreu diversas transformações. Essas transformações estão refletindo diretamente nas organizações pedindo assim novas formas de gestão de pessoas, fazendo-se necessário nesse mundo tão competitivo.

Chiavenato (2008) relata que o contexto de gestão de pessoas é estabelecido através das organizações e as pessoas que ali trabalham, uma depende da outra para alcançarem seus objetivos e crescerem juntas. Neste sentido Pizolotto (2003) afirma que as empresas estão sendo julgadas por sua capacidade de transformação e inovação em seus conhecimentos, no entanto, para que isso ocorra dentro das organizações é necessário proporcionar um ambiente adequado, para que os funcionários desenvolvam eficientemente suas habilidades, assim, desenvolvendo-se juntamente com sua empresa.

Segundo Chiavenato (2008), o clima organizacional é constituído pelas percepções dos funcionários da empresa, verificando em uma pesquisa o quanto ele é satisfeito ou não em trabalhar naquele local, por esse fator o clima organizacional é variado e com a rotatividade das pessoas quase é imprevisível, pois os seres humanos têm percepções diferentes, pensam e agem de formas diferentes bem como atribuem sentidos diferentes, mediante suas experiências, sendo assim, o clima organizacional vai depender das experiências dos trabalhadores.

Neste sentido Rodrigues, Imai e Ferreira (2001) alegam que a organização é constituída por seres humanos com diferentes experiências e necessidades, tendo sentimentos diversificados, sendo que cada um desses seres humanos vivencia de diferentes formas, ou seja, cada pessoa tem uma percepção sobre o cotidiano.

O objetivo dessa pesquisa realizada no período de estagio curricular da disciplina de processos de gestão de pessoas foi coletar dados, fornecendo informações importantes sobre a percepção dos colaboradores em relação aos

diversos fatores que afetam os níveis de motivação e desempenho dos mesmos, especialmente quanto à função de gestão de pessoas.

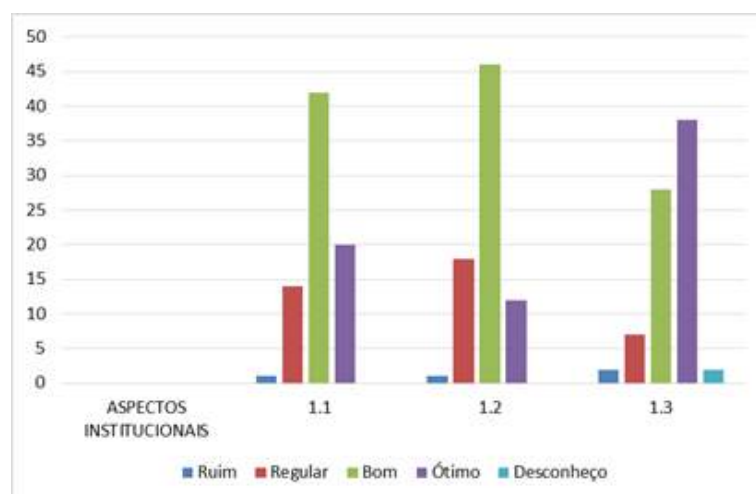
2 METODOLOGIA

A população que participou da pesquisa de clima organizacional foi de 77 funcionários de ambos os sexos, faixa etária, setores de trabalho e níveis hierárquicos.

Para a realização da pesquisa de clima organizacional foi utilizado um questionário de pesquisa de clima organizacional.

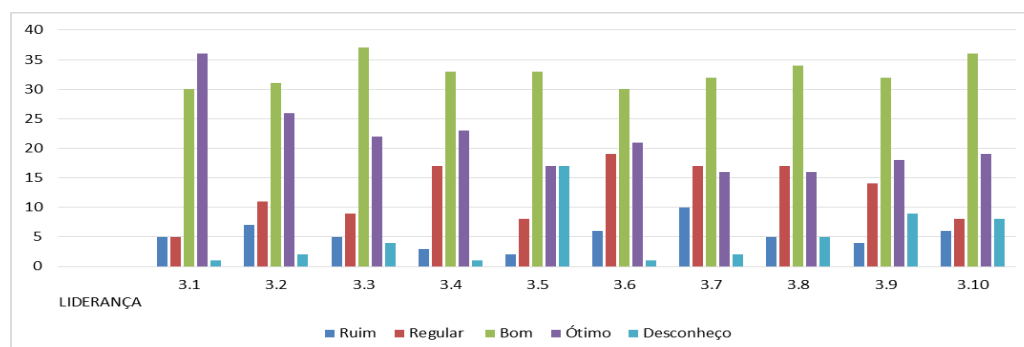
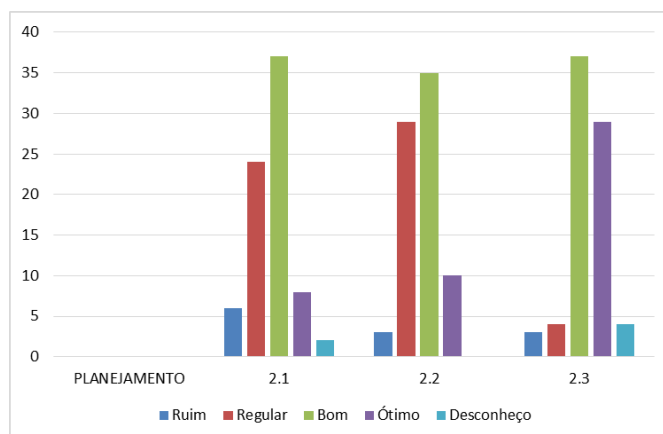
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em sua primeira avaliação, foi realizada uma pesquisa para saber dos aspectos institucionais da empresa, mostrando resultados sobre o nível de conhecimento e objetivos da empresa que atingiram o nível de 55%, o que se mostra positivo neste aspecto, sendo ainda que 60% das pessoas veem a empresa como um aspecto positivo perante a sociedade e também mostraram que 85% dos trabalhadores estão satisfeitos em participar do quadro funcional da empresa:



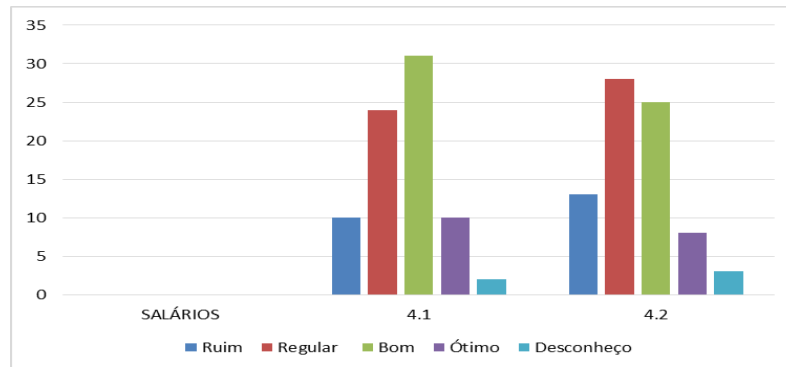
No segundo item da pesquisa: planejamento foi observado que 48% dos entrevistados concordam com as aplicações das normas e procedimentos da instituição, pois colocaram “bons” em sua resposta, sendo que 31% assinalaram “regular” a pesquisa pede observação para esse grupo. O mesmo grupo aprova como “bom” sendo 45% sobre o planejamento realizado para o desenvolvimento das

atividades dentro da instituição e outros 42% assinalaram como “ruim” e “regular” também pedindo observação quanto ao planejamento para os desenvolvimentos realizados na instituição. O resultado da mesma foi positivo ao questionar sobre a definição do que se espera do resultado de seu trabalho sendo 38% ótimo e 48% bom.

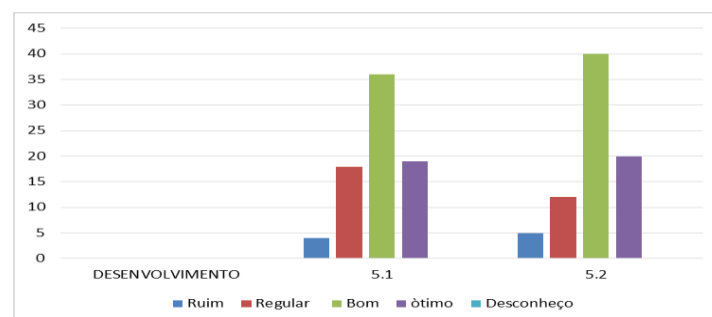


No item lideranças foi visto vários aspectos positivos como: 86% dos trabalhadores mostraram o interesse do chefe em obter resultados como positivos sendo eles “bom e ótimo”. Os mesmos foram classificados em 74% pois sabem o poder de decisão da chefia. Outro número alto 77% dos trabalhadores tem acesso ao chefe e outros 73% julgam como “ bom e ótimo” o seu relacionamento junto a chefia, 65% responderam positivamente para o relacionamento do chefe junto aos diretores, outros 66% mostraram sobre a capacidade e disposição do chefe para ouvir problemas e sugestões. 63% concordam que o chefe os retorna com sugestões, 65% responderam positivamente (ótimo e bom) sobre os critérios do chefe em suas avaliações e desempenhos. Ainda 65% classificaram positivamente sobre as

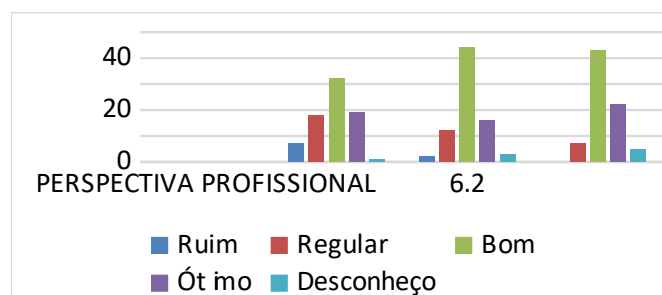
qualidades e quantidades de reuniões junto à chefia, terminando este item com 72% que responderam positivamente sobre a capacidade do chefe em resolver problemas.



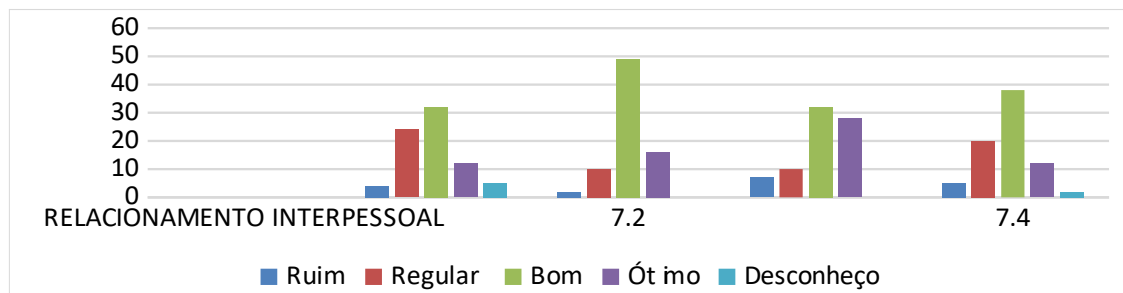
Em salários foram identificados que 53% dos trabalhadores estão satisfeitos com a remuneração que recebem diante do trabalho que executam. No mesmo item da pesquisa foi visto que 42% dos trabalhadores concordam sobre o salário que recebem em comparação com outras instituições e 36% responderam como regular a este critério.



O desenvolvimento da empresa, no que fala sobre o estímulo dos trabalhadores para o aprendizado na empresa obteve como resposta positiva 72% (entre ótimo e bom) e outros 78% positivos em relação à orientação que recebem para execução do trabalho.

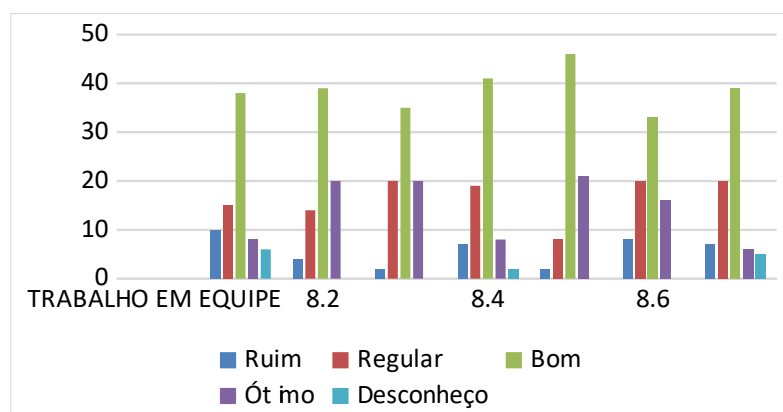


As respostas sobre a perspectiva profissional dos trabalhadores, (entre ótimo e bom) 67% para as oportunidades que a instituição oferece para crescimento, 78% para o preparo em assumir outras funções e 85% dos trabalhadores sentem estabilidade no emprego.



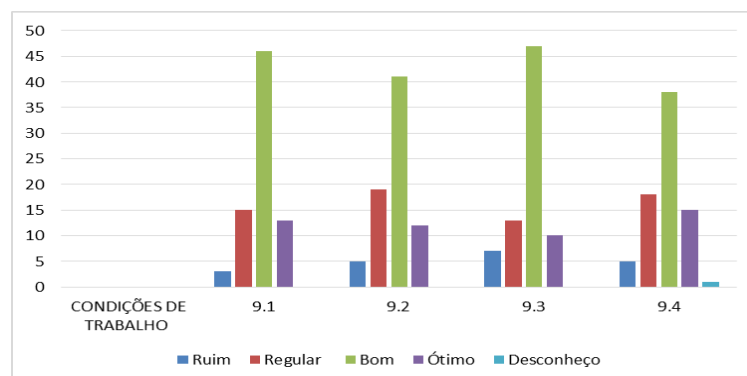
Sobre relacionamento interpessoal dentro da empresa 58% dos trabalhadores responderam (bom e ótimo) sobre a resolução de conflitos entre as pessoas dentro da empresa e 31% responderam regular para a mesma questão.

85% acredita que o relacionamento de modo geral dentro da empresa é considerado: bom e ótimo, 78% considera positivamente a união entre as pessoas dentro do setor e 65% mostram que tem confiança nos colegas de trabalho.

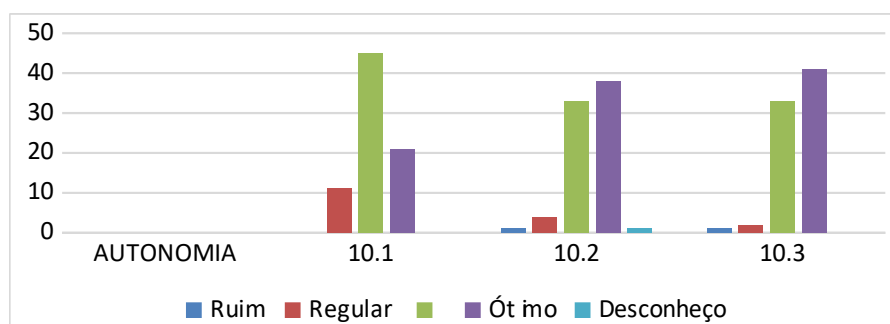


Trabalho em equipe mostrou que 59% dos trabalhadores (bom e ótimo) sobre suas ideias e sugestões que são ouvidas pelos demais funcionários da empresa. 51% dos trabalhadores responderam “bom” para o relacionamento entre as pessoas da equipe. Em colaboração entre os membros da equipe foi de 71% entre (bom e ótimo).

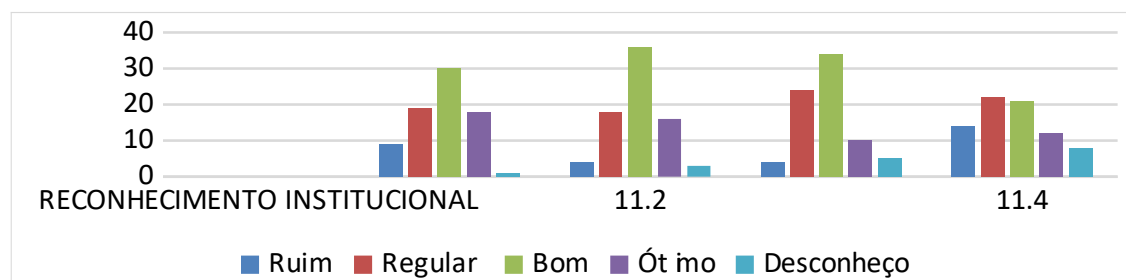
Sobre a integração dos setores foi obtido 63% (entre bom e ótimo). Para produtividade da equipe 87% entre (bom e ótimo). Sobre distribuição de tarefas entre os membros da equipe 64% assinalaram como bom e ótimo. Finalizando 59% dos trabalhadores como (bom e ótimo) sobre colaboração de outra área ou departamento.



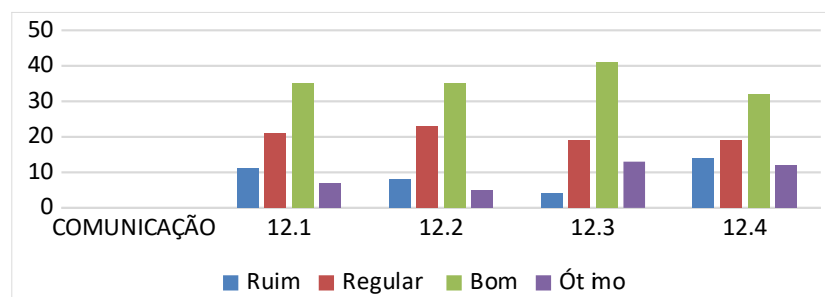
Em condições de trabalho foi avaliado que: 60% dos trabalhadores consideram o ambiente físico de trabalho bom. Em outro item foi visto que 53% avaliam como bom às condições necessárias relativas para realizar atividades. Quando se fala em ambiente psicológico para executar o trabalho 61% das pessoas avaliaram como bom e por fim foi avaliado que entre bom e ótimo 68% dos funcionários concordam com o ambiente de trabalho que é promovido pelo superior da equipe.



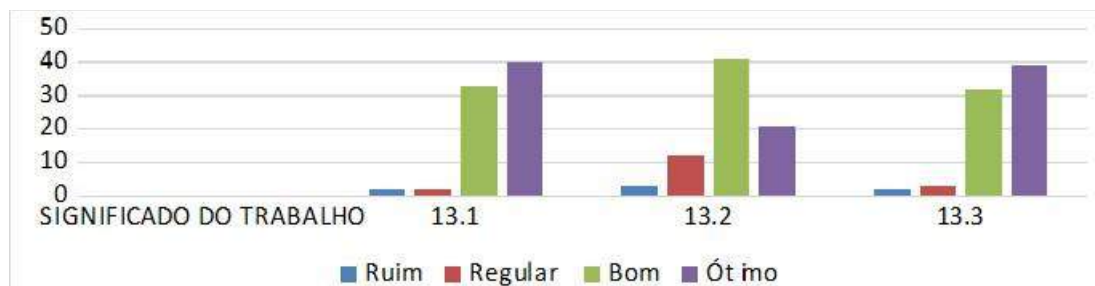
Resultados satisfatórios foram encontrados ao ver que 85% dos funcionários possuem autonomia para realizar seu trabalho. Também foi avaliado que 92% dos funcionários responderam que fazer o seu trabalho seria: bom e ou ótimo. Foi visto que 96% dos trabalhadores sentem-se realizados profissionalmente com a tarefa que exercem na empresa.



O aspecto reconhecimento mostrou que 62% dos trabalhadores são reconhecidos pelo trabalho que executam, e 25% responderam como: regular a esta questão. Foi avaliado que 68% dos funcionários responderam como bom e ótimo sobre o tratamento dispensado pelo chefe e 57% responderam como bom e ótimo sobre o tratamento dispensado pela diretoria na mesma questão apareceu 36% como regular e ruim o que pede observação. Visto que do total 100%, 47 % dos funcionários recebem um retorno ruim e ou regular quando cometem erros.



Em comunicação foi analisado que entre bom e ótimo 54% dos funcionários possuem troca de informações entre diferentes áreas e departamentos da empresa, para esta mesma questão foi visto que 27% dos trabalhadores consideram regular. Sobre o conhecimento que cada funcionário tem sobre o que acontece na empresa foi considerado que 45% das pessoas responderam como bom. Entre bom e ótimo foi analisado que 70% dos trabalhadores recebem informações necessárias para realizar seu trabalho. Visto que 18% dos funcionários não tem liberdade para expressar suas ideias e 25% julgam esta mesma questão como regular.



Por décimo terceiro item e último foi analisado o significado do trabalho, somando 95% entre bom e ótimo para as contribuições dos trabalhadores para atingir resultados dentro da empresa. 80% na compreensão do trabalho e função, finalizando 93% dos trabalhadores mostraram com a pesquisa confiança em suas competências para realizar seu trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa de clima mostra-se como instrumento importante que contribui de forma positiva para um diagnóstico organizacional, portanto contribuindo diretamente para a gestão de pessoas. A partir dos resultados obtidos na pesquisa de clima verificamos que na percepção dos colaboradores a instituição está bem posicionada no mercado, adota postura ética e possui qualidade nos serviços prestados, enfim competência em sua área de atuação, mas podemos propor intervenções que objetivem uma melhoria e/ou reforço nos itens avaliados, tais como: aprimoramento do processo de comunicação; Programas de desenvolvimento profissional e Relações interpessoais.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas**. Editora Elsevier, Rio de Janeiro, 2008.

PIZOLOTTO, M. F. **A gestão de pessoas: um estudo em micros e pequenas empresas da indústria de transformação da região do Médio-Alto-Uruguaí do Rio Grande do Sul**. In: EGEPE – encontro de estudos sobre empreendedorismo e gestão de pequenas empresas. Anais... Brasília: UEM/UEL/UnB, 2003, p. 735-748.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

RODRIGUES, R. R. J; IAMA, R. Y.; FERREIRA, W.F. Um espaço para o desenvolvimento interpessoal no trabalho. **Psicologia em estudo**. Maringá, v. 6, n. 2, 2001.



PROJETO CUIDANDO DO CUIDADOR: EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO (PROCESSOS DE GESTÃO)

Carlos Alberto Petian, Maria Madalena Lazari Kawashima
e-mail cpetian@yahoo.com.br; professora.madalenalazari@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

As transformações no mundo do trabalho tanto mencionadas na literatura são vêm se mostrando como frutos do modo de vida contemporâneo, mas são também, a construção de um percurso sócio-histórico e cultural. Os desdobramentos dessas mudanças, contudo, estão refletindo diretamente no ambiente organizacional, aonde tem-se exigências cada vez maiores em busca da excelência na produção e prestação de serviços, de modo que as empresas se consolidem no mercado.

De acordo com Kaplan e Norton (2000) apud Del Corso et al. (2014), embora diante de tantas mudanças, as organizações enfrentam dificuldades no momento de implementar estratégias bem formuladas, sendo uma das razões a falta de utilização de ferramentas de mensuração e controle de ativos intangíveis baseados no conhecimento, como relacionamento com clientes, tecnologia da informação e capacidades e habilidades dos empregados. Outro motivo está relacionado ao fato de que em muitas organizações a estratégia é desenvolvida no topo e implementada por meio de uma cultura centralizada de comando e controle, permitindo que a mudança ocorra somente de maneira incremental e de forma mais lenta.

Deste modo, desenvolver e aplicar nas organizações os processos básicos de gestão de pessoas, pode ser um dos caminhos para melhorar as relações de trabalho, a produtividade dessas empresas e instituições, bem como minimizar os impactos desse novo olhar para o trabalhador e o mundo do trabalho. Mas o que são esses processos?

Segundo Chiavenato (2005) apud Fernandes (2011), processos básicos de gestão de pessoas é um conjunto integrado de processos dinâmicos e interativos que compreende seis processos básicos: agregar pessoas, aplicar pessoas, recompensar pessoas, desenvolver pessoas, manter pessoas e o de monitorar pessoas. Dentre eles, no primeiro, processo de agregar pessoas, desenvolve-se a ação de recrutamento e

seleção, ou seja, processo para inserir novas pessoas na empresa. Todavia, para um bom recrutamento e seleção, é imprescindível, que antes de mais nada, seja efetuada uma descrição de cargos abrangente.

Essa abrangência, se revela na importância de os funcionários desempenharem suas funções conforme descritas no seu cargo ou para seu cargo, sendo entendida como essencial para que o desempenho do funcionário seja adequado e conseqüentemente, facilitar que a empresa atinja suas metas e resultados. A maneira como as pessoas trabalham nas organizações depende basicamente de como seu trabalho foi planejado, modelado e organizado, ou seja, como foram distribuídas as tarefas e atividades. Os cargos constituem os meios pelos quais a organização aloca e utiliza os recursos humanos para alcançar objetivos organizacionais por meio de determinadas estratégias (CHIAVENATO, 2004). Para esse autor, a descrição de cargo é feita para se conhecer seu conteúdo e consiste na descrição das atividades que compõem o cargo, assim como a periodicidade em que são realizadas essas tarefas, os métodos utilizados, para a sua execução e seus objetivos.

Entretanto, neste cenário de transformações, permeado pela competitividade do mundo corporativo moderno, que é entendida, muitas vezes, como necessária, desejável e inevitável ao sucesso, a Psicologia vem ocupando lugar de destaque, principalmente por, ao se fazer presente nesses ambientes, trazer o olhar de cuidado com o ser humano que há por trás desse trabalhador contemporâneo e, sobretudo, promover a saúde mental, doravante saúde do trabalhador, nessa atmosfera.

De acordo com a OMS (2018), os maiores desafios para a saúde do trabalhador atualmente e no futuro são os problemas de saúde ocupacional ligados com as novas tecnologias de informação e automação, novas substâncias químicas e energias físicas, riscos de saúde associados a novas biotecnologias, transferência de tecnologias perigosas, envelhecimento da população trabalhadora, problemas especiais dos grupos vulneráveis (doenças crônicas e deficientes físicos), incluindo migrantes e desempregados, problemas relacionados com a crescente mobilidades dos trabalhadores e ocorrência de novas doenças ocupacionais de várias origens. Segundo essa organização, a saúde do trabalhador e um ambiente de trabalho saudável são valiosos bens individuais, comunitários e dos países. A saúde ocupacional é uma importante estratégia não somente para garantir a saúde dos trabalhadores, mas

também para contribuir positivamente para a produtividade, qualidade dos produtos, motivação e satisfação do trabalho e, portanto, para a melhoria geral na qualidade de vida dos indivíduos e da sociedade como um todo.

Diante disso, foi desenvolvido o projeto de estágio supervisionado em Psicologia Organizacional (Processos de Gestão), o qual teve como área de interesse a saúde do trabalhador e os processos básicos de gestão de pessoas.

O campo de estágio escolhido foi uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes, e a população foram os trabalhadores que realizam a atividade de cuidador social. A escolha do público alvo levou em consideração o que afirma a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, ou seja, cuidar de alguém pode trazer muitos pontos positivos na vida de quem cuida, mas é também um trabalho duro, física e emocionalmente. Sem a atenção suficiente ao autocuidado, o cuidador tem grandes chances de desenvolver estresse do cuidado, ansiedade e depressão. Isso coloca o profissional cuidador no caminho para o burnout, uma síndrome de esgotamento mental, emocional e físico. Ainda segundo a SBGG (2017), cuidar exige uma certa dose de altruísmo, mas é importante que o cuidador conheça seus limites.

2 METODOLOGIA

Conforme supracitado, o estágio supervisionado foi realizado em uma instituição de acolhimento de crianças e adolescentes, localizada em uma cidade do interior do Estado de São Paulo.

Quanto à população ou público alvo, foram de 13 trabalhadores de ambos os sexos e de diferentes faixas etárias, das áreas de cuidado com crianças institucionalizadas, da equipe em atuação na instituição.

Para desenvolvimento das atividades foram utilizados instrumentos como: roda de conversa ou diálogo; dinâmica em grupo; um roteiro de entrevista semiestruturada com o gestor da instituição; roteiro de entrevista para descrição e análise de cargos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com a literatura consultada, parte dos problemas de absenteísmo e afastamento dos trabalhadores de seus postos decorrem de questões emocionais e psicológicas. Essa ausência além de ser prejudicial à pessoa, é um custo a mais para

as empresas e para o Estado. Diante disso, a saúde do trabalhador é algo no qual os investimentos das organizações não devem cessar, pois fenômenos como o estresse são a porta de entrada desses e outros problemas dessa ordem.

A partir da aplicação dos instrumentos e desenvolvimento desse projeto pode-se constatar que o alto grau de estresse e o grande envolvimento emocional, decorrente da vinculação afetiva com as pessoas que recebem os cuidados dos profissionais, podem ser as causas de adoecimento em trabalhadores de instituições cuja atividade principal é cuidar de pessoas.

Assim, foi proposto à instituição e ao público alvo algumas atividades que vislumbrassem os cuidados com a saúde do trabalhador. Uma delas foi a aplicação do instrumento roda de conversa ou diálogo; outra foi a execução da dinâmica em grupo “Roda da Vida”, ambas componentes do projeto “Cuidando do Cuidador”.

As rodas de diálogos foram realizadas semanalmente em três encontros, repetindo o mesmo grupo duas vezes por semana. Os assuntos tratados nas rodas surgiram a partir de demandas espontâneas trazidas pelos cuidadores e discutidas no grupo tendo o estagiário como mediador. Teve-se a cautela de não se perder de vista a ideia central do projeto e dessa atividade, isto é, “para cuidar de alguém preciso estar bem, portanto, devo cuidar de si para cuidar do outro”.

O fato dos cuidadores participarem como agentes ativos nas atividades e no processo como um todo, proporcionou o despertar para uma postura e atitude mais autônoma diante de suas existências. O entendimento dos limites daquilo que de fato eram deles e daquilo que era competência da instituição, ou ainda, daquilo que eram questões exclusivas dos acolhidos dos quais eles são cuidadores, deu uma abertura de possibilidades para que eles se colocarem diante das situações por eles vivenciadas.

O desenvolvimento dessa atitude e postura se deu paulatinamente durante todo o processo de estágio. Para tanto, não houve cobranças de metas e objetivos a serem alcançados, simplesmente houve a preocupação no sentido dos cuidadores se perceberem além da instituição e das responsabilidades que eles carregam por suas atividades. Aos poucos alguns frutos foram aparecendo e sendo colhidos, como por exemplo, realizar outras atividades pós jornada de trabalho ou nos dias de folga. Alguns começaram a praticar esportes, outros retomaram os estudos e uns reataram o convívio social.

Para que esses frutos pudessem brotar e serem colhidos, além das rodas de diálogos, outra atividade foi executada. A dinâmica em grupo intitulada “Roda da Vida”. Esta teve como objetivo trazer os trabalhadores à reflexão de como estava o índice de satisfação em áreas importantes de suas vidas, de modo a identificar pontos que estavam positivos e pontos que mereciam ser melhorados e desenvolvidos.

Essa dinâmica foi um fator motivador para o olhar mais zeloso no que tange a ideia central dessa proposta de cuidado com a saúde do trabalhador; do cuidado consigo mesmo. A partir dela, os cuidadores conseguiram ter uma ideia de como estavam algumas áreas importantes de suas vidas, bem como, pensar em estratégias, dentro de suas possibilidades, de modo a criar propostas de desenvolvimento para aquilo que carecia de mais atenção.

Em referência às questões de processos básicos de gestão de pessoas, no campo escolhido não foi encontrado nada sistematizado no que tange ao registro de como os colaboradores desempenham suas funções. Por isso, foi entendido que a descrição e análise de cargos se fazia necessária para a instituição. Sobretudo, agindo nessa frente, estaríamos desenvolvendo a saúde do trabalhador também, pois quando os funcionários sabem o que tem que fazer e pelo o que é de fato responsável, as demandas psicológicas e emocionais sobre eles tendem a diminuir.

Sobre essa questão, a literatura nos traz que a maneira como as pessoas trabalham nas organizações depende basicamente de como seu trabalho foi planejado, modelado e organizado, ou seja, como foram distribuídas as tarefas e atividades. Os cargos constituem os meios pelos quais a organização aloca e utiliza os recursos humanos para alcançar objetivos organizacionais por meio de determinadas estratégias (CHIAVENATO, 2004).

Ainda sobre a descrição de cargos, e, de acordo com Chiavenato (2004), esta significa relacionar o que o ocupante faz, como ele faz, sob quais condições ele faz e por que ele faz. A descrição de cargos é um retrato simplificado do conteúdo e das principais responsabilidades do cargo. É um documento escrito que identifica, descreve e define um cargo em termos de deveres, responsabilidades, condições de trabalho e especificações. Ainda segundo esse autor, o formato dessa descrição inclui o título do cargo, o sumário das atividades a serem desempenhadas e as principais responsabilidades do cargo. A descrição do cargo é narrativa e expositiva e se

preocupa com os aspectos intrínsecos do cargo, isto é, com o seu conteúdo. Feita a descrição, parte-se para a análise de cargos, onde verifica-se quais os requisitos o ocupante do cargo deve possuir para desempenhar seu papel na função descrita.

Analisar um cargo significa detalhar o que o cargo exige do seu ocupante em termos de conhecimentos, habilidades e capacidades para que possa desempenhá-lo adequadamente. Seu ponto de partida é a descrição do cargo. Embora a descrição e a análise de cargos sejam intimamente relacionadas, a diferença é que, enquanto a descrição de cargos focaliza o conteúdo, a análise procura determinar quais os requisitos físicos e mentais que o ocupante deve possuir, as responsabilidades que o cargo impõe e as condições em que o trabalho de ser feito (CHIAVENATO, 2004).

Na instituição foram descritos os cargos de todos que compunham o quadro funcional. Essas descrições foram realizadas de forma individual, utilizando-se de um roteiro de entrevistas. Foram realizadas em horário em que a instituição tinha pouco movimento em relação as crianças acolhidas. Eram realizadas em local que possibilitou conforto para o entrevistador e entrevistado, bem como o sigilo das informações prestadas. Em média as entrevistas duraram de 40 a 50 minutos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante este estágio supervisionado, pode-se ter contato com a organização, os trabalhadores e seus dilemas. Embora o local do estágio tenha como objetivo final atividades de caráter social, as relações de trabalho se aproximam, guardadas as devidas proporções, das aspirações do universo corporativo.

Foi o momento para o estagiário ter contato com a realidade profissional da Psicologia Organizacional e do Trabalho. A instituição, por meio das pessoas que a fazem, proporcionou esta experiência de maneira ímpar, pois depositou muita confiança no trabalho realizado pelo estagiário, dando a ele totais condições de desenvolver o projeto e, sobretudo, colocando-se como parceira.

Assim, tendo esse projeto de estágio como área de interesse a saúde do trabalhador e processos básicos de gestão de pessoas, pode-se desenvolvê-lo de maneira a explorar os potenciais da instituição, de seus colaboradores e do estagiário. Vale ressaltar que a contratação de uma psicóloga pela instituição demonstrou a

relevância desse profissional para o ambiente, dado o olhar por ele lançado às questões organizacionais.

Quanto às atividades realizadas, pode-se constatar os benefícios trazidos aos envolvidos quando se desenvolve um trabalho voltado à saúde do trabalhador nas organizações, pois os colaboradores sentem-se valorizados de uma forma não antes experimentada, com isso, seus olhares para a organização da qual fazem parte têm mudanças significativas, tendo em vista sentirem-se notados e cuidados pelo empregador. Para a instituição, a melhoria no ambiente de trabalho proporciona melhores resultados ante aos objetivos a serem alcançados.

Em relação aos processos básicos de gestão de pessoas, ao realizar a atividade de descrição e análise de cargos na instituição, pode-se auxiliá-la a olhar para caminhos que possam facilitar ou melhorar a condução e manejos da gestão de pessoas no sentido de corrigir as rotas em curso, e basicamente, contribuir para que os profissionais pudessem se perceberem naquilo que realmente fazem em suas atividades diárias.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas**: e o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 6 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CUIDAR IN: Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia. Disponível em: <<http://www.sbgg-sp.com.br/pub/voce-esta-caminhando-para-burnout-do-cuidador/>>. Acesso em 12 out 2017.

DEL CORSO, J. M. et al. Gestão estratégica de recursos humanos: identificando o processo de alinhamento estratégico. **TMStudies**, Faro, v. 10, n. Especial, p. 49-57, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-84582014000300007&lng=pt&nrm=isso>. Acesso em 15 mar. 2018.

FERNANDES, D. M. **Recrutamento e Seleção de Pessoas**: Processo fundamental para a escolha de uma boa equipe profissional. 2011. 88 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Faculdade Tecsoma, Paracatu, 2011. Disponível em: <http://www.tecsoma.br/tcc_administracao/Daniele%20Mota%20OK.docx%20Alterada.pdf>. Acesso em 15 mar 2018.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. **Saúde do Trabalhador**: a saúde do trabalhador no Brasil. Disponível em: < https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=378:saude-do-trabalhador&Itemid=595>.

REGGIO EMILIA: A ABORDAGEM QUE INSPIRA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Letícia Do Carmo Munhoz, Lucelene Aparecida Gazolla, Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli, e-mail: leticiamunhoz26@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Em conformidade com Conti (2018) esta abordagem educacional teve início no fim da Segunda Guerra Mundial na cidade de Reggio Emilia, localizada ao norte da Itália, em que nesta região tudo que se encontrava naquele momento eram a destruição e uma população entristecida e consumada por esse ambiente destruído pelos conflitos. Propenso a recuperar o tecido cultural, social e político da cidade, um grupo de moradores, dirigido pelo então professor LORIS MALAGUZZI, deram início a um projeto, com o dinheiro obtido pela venda de um tanque de guerra abandonado e de alguns caminhões e cavalos deixados pelos alemães após a guerra.

Nota-se na literatura sobre o tema a importância do programa Reggio Emilia para a educação desde a mais tenra idade, visto que:

O programa para a primeira infância realizado em Reggio Emilia (Itália) tornou-se reconhecido como um dos melhores sistemas educacionais no mundo e abarca pressupostos e intencionalidades que referenciam a identidade que a Educação Infantil Brasileira vem tentando construir. (MASCIOLO, 2013, p. 74).

Nessas premissas, tal comunidade foi estabelecendo uma pedagogia centrada, visando o desenvolvimento integral das crianças através do feito intelectual, emocional, social e moral. Reconstroo assim, as bases dessa sociedade, num trabalho humanitário sempre em conjunto com o grupo e com a participação das próprias crianças, para assim assegurar suas perspectivas e direitos. É possível confirmar em estudo que:

Reggio Emilia enfatiza um modelo curricular no qual a concepção educacional pressupõe a organização das situações de cuidados, mas também de situações de aprendizagens orientadas de forma que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal (ser e estar com os outros em atitude de aceitação, respeito e confiança) e sobretudo para o desenvolvimento das capacidades criadoras infantis, considerando a arte como linguagem integradora do currículo. (MASCIOLO, 2013, p.76).

De acordo com Edwards, Gandini e Forman (2016), nos últimos 30 anos, esse sistema inovou nas suposições filosóficas, no currículo e na pedagogia, assim como na

organização escolar e no ambiente, tomados como um todo unificado, denominado abordagem Reggio Emilia. Tal abordagem incentiva o desenvolvimento intelectual das crianças por meio de um foco sistemático sobre a representação simbólica. As crianças exploram seu ambiente e expressam-se através de todas as suas linguagens naturais e de expressões, incluindo palavras, movimento, desenhos, pinturas, montagens, escultura, teatro de sombras, colagens, dramatizações e músicas. Esta abordagem não ocorre em um contexto de elite, mas em um sistema municipal de educação, aberto a todos, inclusive às crianças com necessidades especiais.

Conti (2018) afirma que esse método, que se diferencia dos outros métodos que são tidos como tradicionalistas, em que são apresentados projetos pré-estabelecidos de ensino, a abordagem Reggio Emilia tem como princípio a escuta e a observação das crianças, trabalhando sempre com suas potencialidades, tanto individuais, quanto coletivas, para o desenvolvimento de novas habilidades infantis.

Em conformidade Baracho (2016) na abordagem Reggio Emilia, teoria e prática estão sempre interligadas, a teoria auxilia os professores na compreensão dos problemas, porém, entende-se que só por meio da prática uma teoria pode obter sucesso. Assim, Malaguzzi ao criar o ateliê, produziu um espaço que ganhou destaque nas creches e escolas, desta forma a figura do atelierista que, em conjunto com os professores, participa do planejamento e da criação das possibilidades das crianças valerem-se dessa multiplicidade de linguagem no ambiente escolar. “Os professores são vistos como alguém que é capaz de produzir experiências educacionais e, em seguida, transformar-se em sujeito e objeto de uma reflexão crítica, tornando-se um intérprete do fenômeno educacional” (EDWARDS, 1999, apud BARACHO, 2016, p. 36).

Conti (2018) reconhece que espaços diferenciados devem ser proporcionados as crianças, tais locais devem ser ricos em materiais, contendo grande diversidade de formas e tamanhos, para assim oferecer possibilidades de criação para/com as crianças. São ideias para este tipo de trabalho os materiais não estruturados, como por exemplo, carretéis, espumas, acrílicos, plásticos, tecidos, potes, tampas e também matérias da natureza como gravetos, folhas, troncos, sementes, etc.

Em conformidade com Baracho (2016), ao discorrer sobre o projeto idealizado por Malaguzzi, argumenta-se que há, nesta abordagem, uma iniciativa para envolver os pais e toda a comunidade no projeto para a Educação Infantil, que defende o direito

das crianças a serem consideradas sujeitos da sociedade e produtoras de cultura e história.

Para Mascioli (2013), neste sentido “[...] a visão de escola enquanto promotora de transformação social, e a Educação Infantil concatenada por meio de contextos integrados com a comunidade e a família, é um dos marcos na proposta italiana em questão.” (p. 75).

Portanto o objetivo deste trabalho é de divulgar a abordagem Reggio Emilia enquanto proposta educacional para a Educação Infantil, bem como analisar sua efetiva eficácia no desenvolvimento de potencialidades infantis e compreender o papel do pedagogo como um facilitador de oportunidades e descobertas dentro dos ateliês.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa de cunho bibliográfico, realizado a partir de livros, artigos científicos, dissertações, teses e fontes paralelas, revistas e jornais, bem como pesquisa documental com análises de documentos legais que embasam a Educação Infantil, a infância e o brincar.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Até o presente momento foi possível constatar que a abordagem de Reggio Emilia construiu uma imagem de criança como rica, poderosa e potente, visto que desde seu nascimento “[...] ela tem potencial, plasticidade, desejo de crescer, curiosidade, capacidade de maravilhar-se e o desejo de relacionarem-se com outras pessoas e de comunicarem-se.” (RINALDI, 1999, p. 114 apud BARACHO, 2011, p. 26).

Na concepção de Baracho (2011) ao explicitar tais ideais de educação, percebe-se que, a crença de que os professores seriam os únicos responsáveis por todas as questões relativas ao aprendizado foram sendo, nesta abordagem, desconstruídas, e as crianças passaram a ocupar o papel central no processo de ensino/aprendizagem.

Essa criança, sujeito de direito, deve ser respeitada em sua identidade e em seu processo de desenvolvimento e crescimento, visto que “[...] a criança possui grande potencial de aprendizagem e constrói experiências nas quais atribui sentido e significado.” (REGGIO CHILDREN, 2011, apud BARACHO, 2011, p. 26).

Na perspectiva de Conti (2018) o educador, em sua atuação, deve refletir principalmente, sobre as experiências e descobertas adquiridas pelas crianças, desenvolvendo assim sua autonomia para crescer, confiante de suas próprias habilidades, tornando-se assim, protagonista de si e de sua vida, pois é potente e capaz.

Conforme Edwards, Gandini & Forman (2016), nesta abordagem o papel do professor é voltado para a provocação de oportunidades e de descobertas, através de uma facilitação alerta e inspirada e de estimulação do diálogo, de ação conjunta e da construção do conhecimento pela criança, pois a “[...] formação permanente é um dever e um direito dos educadores, e acontece no dia a dia das escolas, por meio de práticas reflexivas sobre observações e documentação.” (REGGIO CHILDREN, 2011, p. apud BARACHO, 2016, p. 36).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos conteúdos estudados, observou-se que a abordagem Reggio Emilia pode ser transformadora quando utilizada dentro das instituições escolares, em que o aluno é o protagonista dessa mudança, pois através da abordagem, desenvolve-se sua autonomia, em que há a possibilidade de levantamento de inúmeras e diversificadas hipóteses diante de suas explorações e experiências vivenciadas, trazendo à tona a potencialidade da criança.

A abordagem de Reggio Emilia pode proporcionar as crianças que frequentam a Educação Infantil, além de outras possibilidades, o respeito, as descobertas e a valorização da própria infância. Assim como o incentivo para que ocorra maior empenho de toda a comunidade na garantia de uma educação pública e de qualidade para as crianças de 0 a 5 anos.

Dessa forma, ao se tornarem protagonistas das próprias experiências vividas no contexto escolar, expressando-se por meio das suas inúmeras linguagens, a criança se torna produtora de cultura. Por isso, nessa abordagem, o trabalho é feito por meio da documentação, do registro, da reflexão, e da publicação do processo de investigação. Sendo que os principais autores do processo educativo são: as crianças, professores e família.



Acredita-se, portanto que este estudo, mesmo que em um momento bem inicial de pesquisa bibliográfica, fichamento para seu posterior desenvolvimento para um Trabalho de Conclusão de Curso, pode trazer contribuições para se trabalhar o desenvolvimento da criança nesta abordagem educacional conhecida como Reggio Emilia.

REFERÊNCIAS

BARACHO, N. V. de P. **A documentação na abordagem de Reggio Emilia para a Educação Infantil e suas contribuições para as práticas pedagógicas**: um olhar e as possibilidades em um contexto brasileiro. 2011. 236f. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

CONTI, C. **Abordagens, educação para paz**. (Brasil), jan. 2018. Disponível em: <<http://educacaoparapaz.com.br/reggio-emilia-uma-escola-feita-no-pos-guerra/>>. Acesso em: 29 set. 2018.

EDWARDS, C.; GANDINI, L.; FORMAN, G. **As cem linguagens da criança**: a abordagem de Reggio emilia na educação da primeira infância. 1.ed. Porto Alegre: Penso, 2016.

MASCIOLI, S. A. Z. Propostas Pedagógicas e o trabalho pedagógico com as múltiplas linguagens curriculares na Educação Infantil. In: SOMMERHALDER, A. (Org.). **A Educação Infantil em perspectiva**: fundamentos e práticas docentes. São Carlos, 2013. 156 p. ISBN 978-85-7600-401-1.



RELAÇÕES INTERPESSOAIS MEDIADAS PELA INTERNET: REFLEXÕES À LUZ DA FENOMENOLOGIA

Patricia Gomes Torensan, Aguinaldo José da Silva Gomes
e-mail: ajsgomes@uol.com.br

1 INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo é marcado sobremaneira pelo avanço da tecnologia, o que inclui o mundo virtual da internet como marco de modificações significativas no modo de relacionamento das pessoas. Se em algumas décadas passadas as pessoas costumavam estabelecer e manter relacionamentos pessoalmente, quando não, se comunicavam por cartas e telefonemas, na atualidade é possível contar com recursos tecnológicos que permitem contato em tempo real com pessoas do mundo inteiro, através, especialmente, das redes sociais e dos aplicativos de conversa em *smartphones*. É possível afirmar, segundo pesquisas como a de Spizzirri et al. (2012), que na atualidade observa-se um aumento substancial nas relações que acontecem no mundo virtual. Considerando o que dizem os cientistas do desenvolvimento ao afirmarem que o ser humano é biopsicossocial (PAPALIA; FELDMAN, 2013) e que, portanto, o aspecto social tem grande relevância para seu desenvolvimento e sua integração no mundo, torna-se importante investigar de que maneira essa nova forma de estabelecer e manter relacionamentos com outras pessoas tem sido percebida por aqueles que estão inseridos nessa demanda virtual.

A Psicologia contribui para a discussão sobre as questões tecnológicas do mundo contemporâneo sob vários prismas, inserindo a temática em suas áreas de atuação e de pesquisa. Os trabalhos produzidos transitam desde a perspectiva da psicologia clínica em diversas abordagens, passando pelo olhar da psicopatologia, da psicologia do desenvolvimento com ênfase na adolescência, da psicologia social com ênfase no desenvolvimento da identidade, até as perspectivas da psicologia escolar e da psicologia organizacional e do trabalho. Diante deste quadro, optou-se por realizar este estudo a partir da perspectiva fenomenológica-existencial, considerando que na hermenêutica de Heidegger o ponto de partida da compreensão do ser está no ser-no-mundo, o que significa dizer que qualquer tipo de análise do ser se inicia a partir do

lugar em que nós já estamos. Trata-se da cotidianidade na qual o ser-aí se revela como existencial (HEIDEGGER, 2005). Heidegger define que olhar com a fenomenologia é deixar o que se mostra ser visto a partir de si mesmo, nesse momento em que ele se mostra a partir de si mesmo (SCHMIDT, 2012). Nessa perspectiva, desvia-se das teorias tradicionais da Psicologia que propõem um olhar de causa-efeito sobre os fenômenos e que pretendem impor características *a priori* para a existência humana (FEIJOO, 2015). Esse estudo será realizado a partir de uma atitude fenomenológica, rompendo com o caráter positivista que predomina nas ciências naturais e buscando nos aproximar e compreender tal fenômeno a partir do discurso das próprias pessoas que vivenciam esta forma de relacionamento interpessoal.

A escolha do tema justifica-se por sua relevância e influência na contemporaneidade, visto que, conforme aponta a pesquisa citada acima, a utilização de recursos tecnológicos para estabelecer e manter relações interpessoais está cada vez maior. Assim, a presente pesquisa pode colaborar para a elucidação de pontos percebidos através das vivências dos participantes que dificilmente podem ser alcançados por pesquisas quantitativas, pois acredita-se que observar o fenômeno a partir da perspectiva fenomenológica-existencial pode contribuir para uma aproximação e compreensão ampliada da experiência vivida, visto que na ontologia de Heidegger, ao reafirmar que o ponto de partida é o ser-no-mundo, cuja estrutura fundamental é ser junto com o mundo, ser-com e ser o próprio eu, trata-se do próprio espaço de revelação da existência (SCHMIDT, 2012). O presente estudo tem como objetivo geral apreender e compreender, a partir de uma perspectiva fenomenológica-existencial, como se mostra o fenômeno das relações interpessoais mediadas pelo mundo virtual da internet.

2 METODOLOGIA

A metodologia de um trabalho científico são os procedimentos escolhidos pelo investigador para se aproximar de seu objeto de estudo, buscando a direção da compreensão daquilo que se propõe a responder. Além disso, inclui também os pressupostos teóricos que orientam o autor da investigação. Segundo Nunes (2015), a definição da metodologia não depende tão somente das preferências do pesquisador, mas fundamentalmente dos problema e objetivos da pesquisa. Para Nunes (2015, p.

29) “[...] a rigorosidade do trabalho científico encontra-se na clara e cuidadosa elaboração de um percurso metodológico afinado com tais objetivos, considerando-se as especificidades do campo a ser investigado”.

Destaca-se do objetivo geral do presente estudo o verbo “compreender”, que, para Nunes (2015) distingue-se da busca por explicações ou nexos causais e orienta-se para a busca de significados e sentidos contidos nas vivências. De acordo com mesmo autor (2015), este método de investigação vem sendo explorado pelo referencial teórico fenomenológico-existencial sob a inspiração do pensamento de Martin Heidegger. Para Nunes (2015, p. 30) “[...] tal modo de conhecer da perspectiva fenomenológica existencial busca contemplar em sua investigação o próprio modo de existência em sua fluidez e impermanência”. Neste sentido, a escolha deste método justifica-se pela forma de questionamento realizada na entrevista, que busca fazer emergir os sentidos e significados contidos nas vivências particulares dos entrevistados; pela forma de olhar para o fenômeno, a partir de uma atitude fenomenológica e sem suposições anteriores ao fenômeno em si; e pela possibilidade de, por este método, pensar para além de determinantes causais e categorizações que, segundo Nunes (2015, p. 30) “[...] aprisiona o homem e reduz a existência a um conjunto de procedimentos mecânicos”.

No método adotado, seguindo os passos da experiência de Nunes (2015), as entrevistas foram iniciadas por uma pergunta disparadora: como está sendo até o presente momento a sua experiência em estabelecer e/ou manter relações interpessoais via internet? Com esta pergunta, pretendeu-se que o entrevistado examinasse suas experiências atuais. Em seguida, solicitou-se que o entrevistado explicitasse sua experiência. Considerando a proposta metodológica do mesmo autor (2015), as perguntas subsequentes seguiram a cadência do discurso do entrevistado, em que o entrevistador fez outras perguntas de ampliação da compreensão de acordo com a narrativa do entrevistado sobre o tema proposto, ao longo da entrevista. Essa proposta de entrevista e de pergunta surgem numa aproximação com o método chamado de “entrevista de explicitação” proposto por Pierre Vermersch, detalhado pelo trabalho de Souza, Leal e Sá (2010). Os autores trazem que a entrevista de explicitação foi criada por Vermersch para possibilitar a verbalização de uma ação que se pretende analisar a fundo.

Partindo destes pressupostos que embasam o método investigativo, com a fundamentação teórica ancorada na fenomenologia-existencial e com base no problema de pesquisa e objetivos do presente trabalho, foi decidido, inicialmente, pelo número de três participantes com entrevistas realizadas no local de sua preferência. Optou-se por escolher pessoas com faixas etárias distintas, entre adolescência e terceira idade, que aderiram ao uso da internet como forma de relação principal. Não há como objetivo a comparação, outrossim, acredita-se que se trata de uma possibilidade de ampliação da compreensão do fenômeno estudado. Na prática, foram realizadas mais duas entrevistas, de modo a ampliar a diversidade dos relatos, totalizando, ao final, cinco entrevistas. Considerando os objetivos do presente trabalho, a representatividade numérica dos entrevistados e o tratamento estatístico não são necessários. Esclarece-se que os entrevistados não pertencem a uma instituição específica.

Por se tratar de um estudo de campo, o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob número de parecer 2.720.222. Todas as exigências do CEP foram cumpridas. As entrevistas foram realizadas entre os dias 10 e 20 de setembro de 2018, nos locais escolhidos pelos entrevistados. Os relatos foram gravados por meio do aplicativo para *smartphone* de gravação de áudio "Audio Recorder" e, posteriormente, transcritos. Após a etapa de campo, passou-se à aproximação entre as narrativas dos entrevistados e os pontos pertinentes da fenomenologia de Heidegger, buscando alcançar uma compreensão de sentidos nestas vivências.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO EM CURSO

A partir da aproximação entre a fundamentação teórica fenomenológica e as narrativas dos entrevistados, a apreciação preliminar indica que esta forma contemporânea de relacionamento interpessoal se configura como mais uma das formas possíveis ao ser-aí em sua busca pelo encontro com o outro, evidenciando o caráter de ser-com-os-outros postulado pela ontologia de Heidegger (MARTINS FILHO, 2010). Além disso, observa-se que o espaço da virtualidade da internet é também um espaço de manifestação da cotidianidade mediana, em que os seres compõem o "nós" impessoal, no qual predominam as manifestações impróprias e inautênticas do ser-aí.

O ser, inserido na cotidianidade mediana que também é o espaço virtual, oscila entre a impessoalidade e a singularidade, da mesma forma como naquilo que é chamado de mundo “real”.

Neste mesmo sentido, Heidegger (2015) postula que o modo de relação que o ser-aí estabelece com os outros em seu caráter ontológico de ser-com pode se manifestar nas formas de ocupação e preocupação. A preocupação, por sua vez, pode se dar em suas várias formas, desde as formas deficientes de preocupação, até a polarização entre a preocupação substitutiva e a solicitude libertadora, o que significa dizer que o ser-aí inserido na virtualidade da internet, tal qual no mundo não-virtual, pode tratar o outro em termos de instrumentalidade/utilidade, pode substituí-lo em sua singularidade ou mesmo pode tratá-lo como um ser autêntico, singular e livre. Todas estas formas de preocupação possíveis na cotidianidade mediana são igualmente possíveis naquela cotidianidade que se estabelece no mundo virtual.

As reflexões heideggerianas evidenciam também a questão da técnica moderna, tema de grande relevância na discussão deste estudo (HEIDEGGER, 2012). Verifica-se que a virtualidade da internet, como já mencionado, configura-se também como espaço da cotidianidade mediana. Neste sentido, é também o espaço no qual o ser existe. Heidegger reflete que a técnica moderna tem como característica a requisição da natureza, considerando-a como um recurso que está à disposição da técnica. Segundo ele, o ser acaba, também, sendo visto como natureza e, neste sentido, é considerado como um algo à disposição da técnica. Neste sentido, com relação à virtualidade da internet como cotidianidade mediana característica de nosso tempo, é possível compreender, a partir das narrativas dos participantes, que ocorre também a oscilação entre a pessoalidade e a impessoalidade, e cabe a cada ser em si refletir sobre o modo como vivencia a cotidianidade da técnica, seja colocando a si mesmo e aos outros como instrumento útil às suas necessidades, seja apropriando-se de seu caráter de ser-aí, considerando a singularidade de sua existência no mundo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado teve como objetivo geral apreender e compreender, a partir de uma perspectiva fenomenológica-existencial, como se mostra o fenômeno das relações interpessoais mediadas pelo mundo virtual da internet. Em coerência com a

fundamentação teórica e o objetivo principal, definiu-se que o trabalho seria realizado na forma de pesquisa de campo, projeto este que foi devidamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob número de parecer 2.720.222.

Partindo da aproximação da fundamentação teórica fenomenológica com as narrativas dos entrevistados, os resultados preliminares evidenciados na investigação permitem perceber o espaço da virtualidade da internet como mais uma das formas possível de cotidianidade mediana, em que o ser existe e manifesta sua constante busca pelo encontro com o outro, oscilando entre a autenticidade e a inautenticidade, entre o que lhe é próprio e o que lhe é impróprio.

Por fim, evidencia-se a relevância levantada na justificativa deste estudo com relação ao tema tratado, à fundamentação teórica fenomenológica como uma possibilidade de aproximação e compreensão do fenômeno estudado, e aos critérios metodológicos adotados para o alcance dos objetivos propostos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FEIJOO, A. M. L. C. . Solidão, cristalização da identidade feminina e a clínica psicológica existencial. In: FEIJOO, Ana Maria Lopez Calvo de; PROTASIO, Myriam Moreira (Org.). **Situações Clínicas I: Análise Fenomenológica de Discursos Clínicos**. Rio de Janeiro: IFEN, 2015. cap. 1, pp. 17-43.

HEIDEGGER, M. A questão da técnica. In. HEIDEGGER, M. (Org). **Ensaio e Conferências**. 8ª ed. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão, Gilvan Fogel, Marcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2012. cap. 1, pp. 11-38

HEIDEGGER **Conferências e estudos filosóficos**. Tradução e notas, Ernildo Stein. São Paulo: Nova Cultura, 2005.

HEIDEGGER **Ser e tempo**. 10 ed. Tradução revisada e apresentação de Marcia Sá Cavalcante. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2015.

MARTINS FILHO, J. R. F. Heidegger: do ser-com ao ser-com-os-outros. **Prometeus Filosofia em Revista**, São Cristóvão, v. 3, n. 6, p. 149-168, jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/prometeus/article/view/762>>. Acesso em 28 de ago. 2018.

NUNES, A. P. **O estágio de atendimento nos anos iniciais**: experiência com plantão psicológico. 2015. 139f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. O estudo do desenvolvimento humano. In: PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin (Org.). **Desenvolvimento humano**. 12ª ed. Tradução de Carla Filomena Marques Pinto Vercesi et al. Revisão técnica Maria Cecília de Vilhena Moraes Silva et al. Porto Alegre: AMGH, 2013. cap. 1, pp. 34-53.

SCHMIDT, L. K. **Hermenêutica**. Tradução, Fábio Ribeiro. Petrópolis: Vozes, 2012.

SOUZA, L. R. A.; LEAL, I. F. A.; SÁ, R. N. Atitude fenomenológica e psicoterapia. **Revista IGT na Rede**, Rio de Janeiro, v.7, nº. 13, p. 223-245, 2010. Disponível em: <<http://www.igt.psc.br/ojs/viewissue.php?id=13#Artigos>>. Acesso em: 30 de mai. 2018.

SPIZZIRRI, R. C. P. et al. Adolescência conectada: Mapeando o uso da internet em jovens internautas. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 30, n. 69, p. 327-335, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologia_argumento/article/view/23288>. Acesso em: 11 jan. 2018.



RESPEITO À DIFERENÇA NA ESCOLA: REFLEXÃO SOBRE A EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE

Laís Battocchio Milani, Rapahela Antonioli Sobrinho, Grasiela Lima
e-mail: grasilima29@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A escola como instituição formadora de opinião, produtora do conhecimento e no dever da formação para a cidadania, deve trabalhar contra conceitos que alimentam o preconceito, a discriminação das diferentes etnias e classes sociais (FREIRE, 1998).

Quando se afirma que todos os seres humanos nascem iguais, isso não significa que devemos deixar de considerar as inúmeras formas de diferenciações que existem entre os indivíduos e grupos, o que deve ser levado em conta é que todos têm direito ao respeito a essas diferenças. As sociedades contemporâneas são heterogêneas, compostas por diferentes grupos humanos, que por sua vez são formados por pessoas diversas, interesses contrapostos, classes e identidades culturais em conflito. Vivemos em sociedades nas quais os diferentes estão permanentemente em contato. Os diferentes são obrigados ao encontro e à convivência, portanto à alteridade.

Pelos estudos realizados (FREIRE, 1998; CANDAU, 2012; SANTOS, 2007), percebe-se que essa questão da diversidade e respeito às diferenças torna-se uma realidade em meados da década de 80 em nosso país, mais precisamente a partir da Constituição Federal de 1988, que ficou conhecida como “Constituição Cidadã”, pois priorizou os direitos humanos. A Carta Magna foi fruto de grande mobilização social e participação efetiva de diferentes grupos identitários e de defesa de direitos sociais que conseguiram incluir na Constituição a maior parte de suas reivindicações. Com isso, as políticas públicas que se referem ao tema da promoção da cidadania começaram a ser efetivadas, afirmando os direitos que foram referidos à população, principalmente para a diversidade de sujeitos sociais (CANDAU, 2012).

No fim da mesma década surge a educação em direitos humanos, que a princípio funcionava através de ações desenvolvidas por organizações não governamentais, que se preocupavam em afirmar os direitos civis e políticos com o

objetivo de construir uma sociedade democrática, onde as pessoas poderiam ser ativas dentro dela e participarem de todos os âmbitos (CANDAU, 2012).

O Estado começa a se interessar e assume um papel importante neste campo, no início dos anos 90, quando começam a ampliação das políticas públicas. A sociedade civil e as instituições governamentais intensificam as parcerias e ações conjuntas, e é exatamente a partir daí que a questão relativa à diversidade cresce com grande força em todo o país (CANDAU, 2012).

A caminhada da diversidade no Brasil começou com Paulo Freire nas modalidades de formação e educação para a diversidade, primada pelo tratamento pedagógico que supõe o “andar com”, o “estar com” a educação especial e a inclusão social. Para o educador supõe-se a diversidade como o repartir da alegria da descoberta, um repartir que acrescenta e dá ânimo para prosseguir a caminhada. [...] o educador não pode cansar de viver a alegria do educando [...] no momento em que ele já não se alegra, não se arrepia diante de uma alegria, da alegria da descoberta, é que ele já está ameaçado de burocratizar a mente (FREIRE, 1998, p. 84).

No ano de 1990, aconteceu a Conferência Mundial Sobre Educação Para Todos, organizada pela UNICEF, na cidade de Jomtien, Tailândia, onde, finalmente, a educação aparece como preocupação mundial desencadeando vários estudos e encontros. Assim, na Espanha, durante a Conferência Mundial de Necessidades Educacionais Especiais, foi aprovada a Declaração de Salamanca no ano de 1994, cujos princípios norteadores do documento são:

- O reconhecimento das diferenças;
- O atendimento às necessidades de cada um;
- A promoção de aprendizagem;
- O reconhecimento da importância da "escola para todos";
- A formação de professores (ALVES, 2013, p. 54).

Com a apresentação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (primeira edição em 2003 e segunda em 2006), essa proposta tipo de educação vem se fortalecendo muito mais a cada dia que passa no Brasil. O PNEDH foi produzido pelo Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos, vinculada à Presidência da República. No ano de 2012, as Diretrizes

Nacionais para a Educação em Direitos Humanos foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação e homologadas pelo Ministro da Educação. (CANDAU, 2012).

Nesse sentido, é importante destacar:

São objetivos balizadores do PNEDH conforme estabelecido no artigo 2º: a) fortalecer o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais; b) promover o pleno desenvolvimento da personalidade e dignidade humana; c) fomentar o entendimento, a tolerância, a igualdade de gênero e a amizade entre as nações, os povos indígenas e grupos raciais, nacionais, étnicos, religiosos e lingüísticos; d) estimular a participação efetiva das pessoas em uma sociedade livre e democrática governada pelo Estado de Direito; e) construir, promover e manter a paz.(BRASIL, 2007, p. 24)

Sendo assim, o presente estudo busca discutir a diversidade na escola, à luz do PNEDH, e destacar os desafios e dificuldades de sua implementação no sistema de ensino.

2 METODOLOGIA

A metodologia foi embasada em pesquisa de natureza qualitativa, através da revisão bibliográfica de livros, artigos teórico-científicos do Google acadêmico, Scielo, revistas eletrônicas e publicações periódicas especializadas em Educação, com recorte temático voltado para educação e diversidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A escola é o lugar onde se encontra a maior diversidade cultural e também o local onde acontecem inúmeras situações de preconceito, discriminação e racismo. Para Vergara (2007), a proposta de uma educação voltada para a diversidade coloca a todos os educadores, o grande desafio de estar atentos às diferenças econômicas, sociais e raciais e de buscar o domínio de um saber crítico que permita interpretá-las.

A transformação da escola, em face das demandas do mundo atual, para atender às diversidades culturais e à necessidade de novos conhecimentos, não é mera exigência legal, modismo, ou vontade isolada. É uma responsabilidade inerente à cidadania, porque a escola de qualidade é a que contempla as diferenças, pois só assim será a escola de todos, sendo a inclusão uma consequência natural (SANTOS, 2007, p. 29).

A discussão sobre uma sociedade democrática, inclusiva, que respeita o diferente, também se reflete na escola, contudo, a realidade é perversa e as pessoas ainda não assimilaram esses valores tanto fora quanto dentro do espaço escolar.

[...] há crianças miseráveis perambulando pelas ruas das grandes cidades e tantos atos e acontecimentos de crueldade, indiferença e desumanidade em todo o mundo, inclusive em nosso país, não se exige de nós que tenhamos respostas para tudo isso, mas nos é exigido o comprometimento pessoal por uma humanidade mais justa e solidária que só será possível com verdadeiros cidadãos (VERGARA, 2007, p. 01).

Lima (2012) afirma que a responsabilidade de desconstruir qualquer forma de discriminação é da escola, inclusive as desigualdades de gênero que acontecem hoje na sociedade, com isso, formaremos cidadãos conscientes para conviver com a igualdade de entre mulheres e homens. E assim como se estabelece nas orientações do PNDH, a educação deve contemplar temáticas voltadas para a educação das relações étnico-raciais (especialmente afro-brasileiros e indígenas) e a questão da diversidade sexual como temas importantes que buscam trabalhar o respeito e a valorização das diferenças.

Portanto, o papel do professor/gestor diante da diversidade cultural na escola é trabalhar a tolerância, o respeito e reconhecimento da diversidade em toda a comunidade escolar, quebrar as barreiras impostas pela sociedade excludente, e não levar em consideração a origem sociocultural e econômica dos alunos como fator de preconceito e discriminação. (LIMA, 2012).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas questões relacionadas à diversidade apresentam, portanto, um grande desafio no contexto educativo, exigindo dos professores, gestores e comunidade escolar uma maior compreensão da importância de se construir relações democráticas, pautadas em valores éticos como o respeito ao outro, a solidariedade, a igualdade e a justiça social (CANDAU, 2012).

A construção dessa perspectiva de educação inclusiva se deu através de um processo histórico que foi pautado por muitas lutas e reivindicações dos movimentos em defesa da escola pública, democrática, cidadã, humanista e emancipatória.

Para Brougere (1998) “para que a criança possa assimilar a cultura da escola é necessário que escola consiga assimilar a cultura da criança” (p. 2), sendo assim, para uma escola tornar-se inclusiva, em todas as dimensões, ou seja, uma instituição que, além de aberta para trabalhar com todos os alunos, incentive a aprendizagem e a participação ativa de todos, faz-se necessário um investimento sistemático, efetivo,

envolvendo a comunidade na elaboração de seu projeto pedagógico, que possa elaborar um currículo escolar que reflita o meio social e cultural onde os alunos estão inseridos; que tenha a aprendizagem de princípios éticos como eixo central em suas atividades escolares e que reconheça o enriquecimento advindo da diversidade.

Formar cidadãos capazes de perceber e lidar com as diversidades que os cercam, e que existe dentro de cada um, de forma crítica e consciente. Para que haja respeito à diversidade na escola, e conseqüentemente na sociedade, é necessário que todos sejam reconhecidos em dignidade e em direito (BROUGERE, 1998).

Contudo, observa-se que ainda são muitos desafios e obstáculos no sentido de se implementar na praxis pedagógica uma educação verdadeiramente humanística, pois além das lacunas na formação inicial e continuada de educadores, a falta de uma postura mais crítica e reflexiva dentro do ambiente escolar, além das dificuldades nas relações com a comunidade e as famílias dos alunos que refletem os preconceitos, a discriminação e a intolerância, são questões que impedem o avanço dos objetivos fundamentais do PNEDH.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. L. T. **Educação física escolar: atividades inclusivas**. São Paulo: Phorte, 2013.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos** / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

BROUGERE, G. A criança e a cultura lúdica. **Rev. Fac. Educ.** 1998, vol.24, n.2, pp.103-116. ISSN 0102-2555. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-25551998000200007>>. Acesso em 04 ago. 2018.

CANDAU, V. M. **Didática crítica intercultural: aproximações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 25ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

LIMA, J. R. O desafio da escola em trabalhar com a diversidade. 2012. **Revista Memento**. V. 3, n. 1, jan-jul. ISSN 1807-9717. Disponível em: <<http://periodicos.unincor.br/index.php/memento/article/view/353>> Acesso em 04 ago. 2018.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

SANTOS, M. T. C. T. **Ética e cidadania:** construindo valores na escola e na sociedade/Secretaria de Educação Básica, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. –Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

VERGARA, S. C. Estreitando relacionamentos na educação a distância. Cad. **EBAPE. BR.** 2007, vol. 5, n. spe, pp.01-08. ISSN 1679-3951. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512007000500010> . Acesso em 04 ago. 2018.



SUORTE PSICOSSOCIAL À JUVENTUDE EM SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE: INTERVENÇÃO JUNTO AOS USUÁRIOS DA PASTORAL DO MENOR DO MUNICÍPIO DE JAÚ/SP

Marcela Gomes Torensan, Milena Fernanda Serrano, Pâmela Priscila Luque, Rinaldo Correr, e-mail: marcelagomest@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a desigualdade social afeta grande parte da sua população, sendo esta, muitas vezes dependente de políticas públicas, que buscam proporcionar o que é de direito básico, como saúde, alimentação, saneamento básico e educação.

Tendo em foco o amparo aos problemas voltados a população jovem, que atualmente tem seus direitos garantidos não só pelos Direitos Humanos, mas também pela Constituição Brasileira e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), este trabalho visou a intervenção junto a essa população que se encontra em condição de risco e vulnerabilidade social. De acordo com Carmo e Guizardi (2018, p. 02), com base no que dispõe a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS no 145/2004,

A concepção de vulnerabilidade denota a multideterminação de sua gênese não estritamente condicionada à ausência ou precariedade no acesso à renda, mas atrelada também às fragilidades de vínculos afetivo-relacionais e desigualdade de acesso a bens e serviços públicos.

Sobre intervenção social, podemos defini-la tendo como principal função a contribuição para o investimento na qualidade de vida das populações, e é esse o principal objetivo da entidade Fraterno Auxílio Cristão.

A Fraterno Auxílio Cristão é uma entidade de assistência social, sem fins lucrativos, fundada em meados de 1960, pela comunidade da Paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio, que tem como principal objetivo o atendimento às famílias fragilizadas e crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade. A entidade mantém a unidade Pastoral do Menor, o campo de intervenção desse projeto, situada na Rua Rangel Pestana, 340, que atende crianças e adolescentes provenientes de famílias fragilizadas que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Mantendo um quadro de funcionários com psicóloga, assistente social e orientadores

para diversas atividades, a entidade conta também com voluntários que focam no trabalho de caráter preventivo, oferecendo e desenvolvendo atividades diversificadas buscando alternativas para uma nova realidade pautada na defesa e afirmação de seus direitos e no desenvolvimento de suas capacidades e potencialidades respeitando suas histórias, fortalecendo os vínculos familiares para que consigam melhores condições de vida.

2 METODOLOGIA

Inicialmente, ressalta-se que o presente relato de experiência surgiu de uma experiência de estágio curricular obrigatório dos 5º e 6º semestres do curso de Psicologia das Faculdades Integradas de Jaú.

Assim, a primeira etapa consistiu em realizar uma pesquisa de literatura buscando material bibliográfico que tratasse do tema central desta intervenção. Para tanto, foram realizadas buscas nas bases de dados online de produções científicas em Psicologia, como BIREME/BVS e Scielo, usando como palavras-chave “psicologia social”, “psicologia comunitária”, “instituição de amparo social”, “entidade”, “vulnerabilidade social”, “risco social”, “infância/criança” e “adolescência/adolescente”. A partir do material bibliográfico selecionado, construiu-se a base teórica que deu sustentação ao trabalho realizado na instituição.

O trabalho de campo foi realizado por uma equipe de 05 graduandos do curso de Psicologia, com a atuação nos dois períodos, pela manhã com os assistidos da faixa etária de 10 a 13 anos e a tarde com os assistidos de faixa etária de 7 a 10 anos. O grupo desenvolveu atividades semanais que trabalharam diversos aspectos do indivíduo, como desenvolvimento psicomotor para as crianças, e construção de identidade, expressão de sentimentos e pensamentos, comunicação e expressão de valores pessoais, noção de realidade, autoestima e autonomia, reflexão de valores em relação à família e reflexões sobre a vida e suas escolhas com os pré-adolescentes.

Todas as atividades em campo foram supervisionadas pela psicóloga responsável pela instituição e o grupo de alunos foi supervisionado e orientado semanalmente pelo professor da disciplina.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na realização do projeto pode-se perceber que alguns participantes apresentam dificuldades com a atenção, não conseguindo ficar por muito tempo concentrados nas atividades que eram aplicadas. Devido a variação de idade nos dois períodos, alguns participantes não realizavam as atividades tão bem como os outros, porém em alguns participantes foi possível constatar dificuldades que podem estar relacionadas com as condições impostas pelo contexto desafiador em que vivem, que vai além da idade em que eles se encontram, como a escrita, coordenação motora e a compreensão do que era pedido nas atividades.

As atividades relacionadas à psicomotricidade foram essenciais para identificar essas dificuldades apresentadas, porém quando apresentadas à psicóloga responsável que já tinha conhecimento sobre os casos. O processo interventivo identificou uma lacuna entre a capacidade de diagnosticar as dificuldades individuais das crianças e a funções exercidas pelas escolas e por alguns pais.

Com os participantes maiores, principalmente as meninas, foi possível criar um vínculo importante através do qual conseguiam expressar, por meio das atividades aplicadas, quais dificuldades enfrentavam no cotidiano em relação à instituição, à escola e à família. Os relatos feitos no decorrer das dinâmicas apresentaram diversos tipos de situação familiar relacionadas a situações de risco e vulnerabilidade, em que foi possível compreender o motivo de certos comportamentos agressivos e o desprendimento com a família. As adolescentes, contudo, demonstram ter consciência do que é necessário fazer para mudar os rumos de suas vidas, pois expressam almejar uma vida diferente dos seus pais.

Por fim, percebeu-se a importância do trabalho realizado nessa entidade, que oferece alternativas de vida além do que essas crianças e adolescentes vivenciam em seus ambientes familiar e escolar, como a prática do esporte, da dança, além de outros projetos que buscam incluí-los e socializa-los. Diante desse quadro, acredita-se que a intervenção contribuiu com intervenções que favorecem a o desenvolvimento autônomo dos assistidos.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao trabalhar na Pastoral do Menor desenvolvendo a psicomotricidade com as crianças e trabalhando autoestima, habilidades sociais, valores familiares e identidade com os adolescentes, foi possível identificar qual a afinidade destes com os temas, quais os fatores sociais, ambientais, socioeconômicos e familiares influenciadores na percepção e participação do projeto.

A abertura da Pastoral para a realização do projeto, a adesão das crianças e dos adolescentes as atividades propostas e o vínculo formado com a psicóloga, resultaram em um projeto marcado pelo amadurecimento mútuo, pela cumplicidade, pelo compartilhar de experiências e principalmente por ampliar algumas competências psicomotoras, assim como a visão do adolescente sobre si mesmo e sobre o seu futuro, saindo da perspectiva negativa e de impotência e se enxergando como autor da sua história, potencializando a autoestima, as habilidades de cada adolescente, a fim de que estes utilizem este potencial para melhorar a sua vida e também contribuir com a sociedade.

Diante da realidade negligente e violenta que muitas crianças e adolescentes se encontram, conclui-se a necessidade e a importância de trabalhos que ofereçam continuidade, formando vínculo, trabalhando e desenvolvendo ações em conjunto com a instituição, pois dessa forma, estimula-se ainda mais o protagonismo social; e permite que as atividades através de um objetivo, perdurem para além da instituição, valorizando e estimulando a autonomia, o respeito de si próprio e aos outros.

REFERÊNCIAS

CARMO, M. E.; GUIZARDI, F. L. **O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, 2018.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2018000303001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 de setembro 2018.

OLIVEIRA, G. C. **Avaliação Psicomotora** - à luz da psicologia e da psicopedagogia, 13. ed., Editora Vozes, 2014.

SERRÃO, M.; BALEEIRO, M. C. **Aprendendo a ser e a conviver**, 2. ed., São Paulo, FTD, 1999.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

SILVA, D. I.; MAFTUM, M. A.; MAZZA, V. A. **Vulnerabilidade no desenvolvimento da criança**: influência dos elos familiares fracos, dependência química e violência doméstica. Texto contexto - enfermagem, Florianópolis, v. 23, n. 4, p. 1087-1094, 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-0707201400040108>



SUPORTE PSICOSSOCIAL JUNTO AOS REEDUCADOS DO CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO EM JAÚ: PROJETO DE ESTÁGIO BÁSICO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIA

Luan da Silva Inácio, Taise Regina de Oliveira, Tamiris Cristina Destro, Liara Rodrigues de Oliveira, email: liara_ro@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Segundo Foucault (1986 apud FONSECA, 2006, pg. 534), no início o método de castigo do criminoso era a exposição social da humilhação e do sofrimento, uma tortura através do suporte legal e social. De acordo com Fonseca (2006, pg. 534), por meio das reformas, o castigo que atuava sobre o corpo foi substituído pelo castigo atuante no coração, no intelecto, na vontade e nas aspirações; não mais com o único intuito de humilhação, e sim reabilitação através do cumprimento da pena em instituições prisionais. Porém, o autor ainda aponta que: “[...] a prisão é o corpo da exclusão, a segregação do indivíduo de dada sociedade, com o objetivo primeiro de mantê-lo, simplesmente, preso, segregado, longe dos ‘olhos sociais’” (FONSECA, 2006, pg. 535). A pena que restringe a liberdade, entre outras funções, deveria contribuir também para a ressocialização do indivíduo, para que este possa ser reintegrado à sociedade. Porém, de acordo com Castro (1999 apud FONSECA, 2006, pg. 543): “[...] ninguém aprende a viver em liberdade sem liberdade [...]”.

O que se verifica, na prática, é que as prisões não garantem um período de reflexão sobre o crime praticado. Tampouco oferecem oportunidades de formação e ocupação, necessárias para superar as condições excludentes, que certamente são as causas das condutas delituosas. Pelo contrário, nos sistemas formais, são dispositivos que ampliam os efeitos negativos, mantendo os indivíduos encarcerados na perpetuação crônica e agravada no estigma de indivíduo criminoso e marginal. Essas pessoas, em geral, não saem reabilitadas nem preparadas para a vida social, mas por outra via, recebem a liberdade condenados a voltarem para o mesmo cenário social que os produziu (MACAULAY, 2015).

No cenário recente do sistema prisional convencional brasileiro, diante de uma estrutura caracterizada por altos níveis de abuso dos direitos humanos, condições precárias de detenção, altas taxas de reincidência criminal e administração caótica, é

possível identificar um modelo de boa prática: os Centros de Ressocialização (CRs) no Estado de São Paulo. Nesta proposta, a estrutura estará demarcada por prisões pequenas, administradas em parceria entre autoridades prisionais estaduais e ONGs locais. De acordo com Macaulay (2015) os CRs apresentam duas características inter-relacionadas: a) criação de um regime prisional que genuinamente conduz à reintegração do ofensor à sociedade e à prevenção da reincidência criminal (tendo em vista que a reincidência criminal de uma prisão comum é de 50% à 60%, e a dos CRs são 10%); b) parceria formal entre o Estado e a sociedade civil no gerenciamento da prisão e do trabalho com os presos.

Atualmente a relação existente entre a função do Estado e as metodologias que dão sustentação aos processos de aplicação das penas imputadas aos indivíduos em conflito com a lei, colocam em discussão a ressocialização como um dos caminhos para lidar com essa problemática. Assim, um novo conceito permite o envolvimento de setores não direcionado ao lucro como alternativa de estreitar resgate vinculares entre os indivíduos privados de liberdade e a sua comunidade de origem, assim como à comunidade local, à família de um modo adequado e construtivo para a possibilidade de reinserção social.

A psicologia, como campo de atuação dentro dos presídios, ganhou muito espaço para argumentar e discutir com os demais profissionais. De acordo com Fonseca (2006, pag. 537), o psicólogo deixou de ser um perito subordinado ao magistrado, que trabalhava a favor do saber do mesmo (e não do saber próprio da psicologia), e conseguiu redirecionar seu olhar à escuta dos conflitos manifestos e subjacentes (tanto do sujeito preso quanto dos demais operadores jurídicos). O psicólogo agora contribui em uma intervenção que possa constituir-se de alteração de sentido, que produziria um discurso mais criativo e libertador, contribuindo ainda mais no processo de reintegração do sujeito.

Alcantara (2001 apud BASTOS; RABINOVICH, 2012, pag. 540), através da sua pesquisa com jovens infratores, aponta que a qualidade da interação familiar e a congruência dos projetos de vida são mediadores importantes entre indivíduo infrator e sociedade, apresentando-o uma nova forma de lidar com a sociedade sem ser por meio da ação de violar a lei. Os comportamentos infratores e antissociais caracterizam um rompimento com a sociedade. Porém, de acordo com Rosa & Vicentin (2010, pag.

119), “[...] a possibilidade de encontro com o Outro se dá, paradoxalmente, através da ruptura, através do ato, que pode ser tomado como violento, mas que é o modo pelo qual o sujeito tenta salvar sua singularidade”. As autoras também apontam que a desidealização seria uma forma de reafirmar a singularidade do jovem: abrir mão do que todos acreditam para encontrar (ou inventar) a minha forma de ver as coisas. A partir destes argumentos, que relacionam a juventude e a criminalidade, questiona-se: a discussão sobre tais fenômenos (discriminação, falta de oportunidades, etc.), a reconstrução de laços familiares e comunitários, a troca da desidealização pelo autoconhecimento, a criação de um projeto de vida futura, etc. também se aplicariam como formas de ressocialização e ressignificação em uma população de adultos do CR?

O presente resumo faz parte do Projeto de Estágio Básico em Psicologia Institucional e Comunitária, que é parte da formação profissional do psicólogo e encontra-se definido no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) como uma atividade acadêmica teórico-prática que tem a finalidade de articular conhecimentos teóricos e fundamentos metodológicos num espaço institucional, por meio de uma intervenção planejada, sistemática e amparada em procedimentos científicos.

2 METODOLOGIA

O tema escolhido para pesquisa e início dos estudos foi a ressocialização do preso no Brasil, assim como suas variações: ressocialização, centros de ressocialização, instituições carcerárias, dinâmicas de grupo aplicadas à ressocialização ou ambiente prisional, etc. Como resultado, obteve-se entendimento do tema, dos conceitos e da problemática, assim como as formas de se aplicar o suporte psicossocial à ressocialização do preso.

Como objetivo geral, o projeto procurou contribuir por meio das metodologias de dinâmica grupal e atividades em grupo à análise e compreensão das diversas situações vivenciadas pelos reeducando no ambiente prisional, auxiliando no suporte psicossocial e no processo de ressocialização dos mesmos. Como objetivos específicos, buscou-se compreender e trabalhar nos projetos de vida futura dos reeducandos; desenvolver mecanismos e ferramentas para que os mesmos consigam lidar com as possíveis dificuldades que irão encontrar na sociedade (discriminação,

falta de oportunidades, uso de drogas, etc.); e discutir e esclarecer a forma como os fenômenos sociais, comportamentais e psicológicos influenciam na vida de cada um e, ao mesmo tempo, na de todos.

As atividades de estágio ocorreram no Centro de Ressocialização Dr. João Eduardo Franco Perlati de Jaú/SP, localizado na Rod Comandante Ribeiro de Barros, Km 188,2, Zona Rural do município de Jaú/SP. A intervenção ocorreu sempre em grupos e seguiu uma rotina de: abertura com atividades de aquecimento; dinâmicas para favorecer o desenvolvimento dos objetivos tratados e facilitar os processos de comunicação e expressão dos participantes; e encerramento, que sempre contou com uma breve avaliação. A supervisão realizou-se semanalmente com o docente responsável na Faculdade FIJ e a rotina de intervenção foi realizada por meio de planejamento prévio, através de um relatório de planejamento. Ao final das atividades era elaborado um relatório descritivo e avaliativo das atividades desenvolvidas, o qual foi disponibilizado em cópia impressa para apreciação, avaliação e documentação para os arquivos da Faculdade FIJ e para o Centro de Ressocialização de Jaú. A seleção e controle dos reeducandos que participaram das atividades foram realizados pelo Centro de Ressocialização.

Foram dois grupos do regime semiaberto com oito reeducandos em cada. A metodologia utilizada foi apoiada na psicologia institucional por meio de dinâmica grupal, com ênfase nas técnicas de ampliação das possibilidades de autonomia, elevação da autoestima, fortalecimento da identidade e planejamento do futuro. O trabalho se iniciou no 1º semestre de 2018, com início no mês de março, seguindo uma periodicidade semanal, duração média de uma hora por grupo, num total de doze encontros. As atividades propostas se apoiaram em pesquisas de artigos, livros, sites, etc. que se relacionavam com o tema.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente foi feita uma visita à instituição para reconhecimento e mapeamento da mesma, assim como compreender a dinâmica institucional, as normas e as atividades ali desenvolvidas. Foi desenvolvido um minicurso para orientar os estagiários sobre as normas e algumas especificidades do ambiente do CR (como vestimentas, procedimento de entrada e saída, posicionamento frente à intercorrências,

etc.) O foco dos primeiros encontros foi o estabelecimento e fortalecimento de vínculo com os reeducandos e o desenvolvimento de um espaço assertivo de discussão, que possibilite a expressão e o compartilhamento de ideias. Para isto utilizou-se atividades que envolviam a descrição pessoal (identidade) e a discussão sobre a tomada de decisões (fatores a serem analisados, caminhos a serem tomados, etc.). Consequente observou-se, através dos encontros, ser necessário trabalhar a autoestima e o bem-estar. As atividades selecionadas envolveram a discussão sobre os sentimentos, experiências e sensações vivenciadas nas vidas dos reeducandos. A ansiedade e a angústia também se apresentaram como temas, aplicando-se atividades de reflexão pessoal e técnicas de concentração e relaxamento (mindfulness). Por fim, os relatos compartilhados evidenciaram a dificuldade em elaborar as experiências passadas, assim como os sentimentos despertados pela mesma. Aplicou-se, então, uma atividade baseada na “Terapia Focada na Compaixão”, cujo intuito era a ressignificação das vivências passadas, principalmente as que envolviam a culpa e a angústia.

As visitas iniciais e o curso administrado, com intuito de apresentar as normas do CR, propiciaram o conhecimento do CR como um todo (estrutura física, atividades desenvolvidas, reeducandos e funcionários). As atividades planejadas com intuito de estabelecimento e fortalecimento de vínculos obtiveram os resultados esperados.

Destacou-se a participação dos reeducandos, que sempre se propuseram a discutir e compartilhar ideias e relatos pessoais, sempre de forma assertiva e compreensiva com todos os integrantes. No que diz respeito aos relatos, inicialmente, houve dificuldade em relação ao controle do tempo: alguns relatos demandavam um tempo maior do que o disponibilizado (o que poderia evidenciar uma necessidade de discutir sobre determinados assuntos). Porém, os próprios reeducandos se atentaram a este fato e tornaram os relatos mais sucintos, para que todos tivessem tempo de se posicionar.

Observou-se também que cada grupo apresentava uma dinâmica e um desenvolvimento específico, a qual os estagiários tiveram que se adaptar à condução do encontro. Inicialmente seguiu-se um cronograma preestabelecido de atividades.

Entretanto, os estagiários observaram que seria necessário trabalhar algumas problemáticas que não foram estipuladas no projeto de estágio (como ansiedade e angústia). Para isto, foi necessário tomar um novo rumo nas intervenções: abriu-se

mão das atividades relacionadas especificamente ao mercado de trabalho (como a oficina para elaboração de currículo) para que se pudesse trabalhar a ansiedade, o estresse, a angústia e a culpa.

A ansiedade e a angústia se relacionavam com datas comemorativas, andamento de processos judiciais, visitas de familiares (que não apareciam) e a convivência no CR. A técnica de mindfulness fez-se efetiva na redução da ansiedade e do estresse, além de propiciar o bem-estar por meio do relaxamento.

A angústia e a culpa foram trabalhadas a partir da atividade focada na autocompaixão. Este se demonstrou eficaz na elaboração de vivências passadas, e dos sentimentos resultantes da mesma. Como um todo, o estágio no CR foi gratificante. A intervenção em um grupo localizado em uma instituição focada na ressocialização de detentos trouxe grandes experiências e conhecimento teórico-prático aos estagiários. Foi possível se apropriar dos resultados das atividades, mesmo elas sendo planejadas especificamente aos reeducandos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar com uma demanda focada na ressocialização em uma instituição como o CR possibilitou um desafio que, para superá-lo, seria necessário um bom planejamento e uma atuação satisfatória. O vínculo estabelecido com o grupo propiciou ganhos para ambos (reeducandos e estagiários). A instituição foi muito receptiva e prestativa, auxiliando sempre que necessário.

Dentre as dificuldades encontradas durante a atuação destacam-se as: burocratização dos documentos iniciais (estes precisavam ir à central da Secretaria da Administração Penitenciária, em São Paulo, e depois retornar); o transporte até à instituição; e a dificuldade, em alguns momentos, na condução do tema de discussão (fazer com que a discussão se direcione para um tema, predefinido ou não), assim como a finalização destas (seja para término da atividade ou, quando alguém excede o seu tempo de relato, para que outro participante se posicione).

O CR atende uma população resultante de alguns aspectos da criminalidade (como baixa renda, falta de escolaridade, etc.), por isso faz-se de grande importância pesquisar sobre a problemática. Ao mesmo tempo em que querem sair, os reeducandos experienciam o medo de encarar a sociedade novamente por causa do

crime que cometeram, pois sabem que lidarão com um estigma social e as dificuldades relacionadas a esta. Deste modo, o crime ainda se situa como uma possibilidade a quem não consegue se ressocializar.

Como possibilidade de estágio, apresenta-se um vasto campo de atuação e discussão, possibilitando aos estagiários um conhecimento teórico-prático enriquecedor. O público se apropria de um espaço de discussão e reflexão, as quais podem expressar seus medos e anseios sem preocupação e de evidenciar questões as quais permaneciam obscuras a si mesmos. E a instituição colhe os frutos de uma atuação planejada e supervisionada de baixo custo que traz resultados satisfatórios.

REFERÊNCIAS

BASTOS, S. S.; RABINOVICH, E. P. Jovens de classes médias infratores e a questão da autoridade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 539-553, ago. 2012. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812012000200013>. Acesso em: 3 de set. de 2018.

FONSECA, K. P. (Re)Pensando o crime como uma relação de antagonismo entre seus autores e a sociedade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 26, n. 4, p. 532-547, dez. 2006. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000400002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 de mar. de 2018.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **CRs**. Disponível em:

<<http://www.sap.sp.gov.br/uni-prisionais/cr.html#>>. Acesso em: 19 de ago. de 2018.

MACAULAY, F. **Os Centros De Ressocialização Do Estado De São Paulo**.

DISPONÍVEL EM <<https://jota.info/especiais/os-centros-de-ressocializacao-no-estado-de-sao-paulo-28072015>>. Acesso em: 18 de mar. de 2018.

ROSA, M. D.; VICENTIN, M. C. Os intratáveis: o exílio do adolescente do laço social pelas noções de periculosidade e irrecuperabilidade. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 107-124, jan. 2010. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2010000100010>. Acesso em: 20 de ago. de 2018.



TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE EM COLÉGIOS PARTICULARES

Luís Fernando Parizotto, Elaine Cristina Gardinal Pizato,
e-mail: lfparizotto@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O termo deficiência intelectual de acordo com Sasaki (2002), passou a ser adotado em substituição ao termo deficiência mental com a Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual, aprovada em 6/10/2004 pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2004), em conjunto com a Organização Pan-Americana de saúde (OPAS).

Deficiência Intelectual (mental) é o “funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas.

A ciência juntamente com a tecnologia tem se esforçado para aprimorar o conhecimento sobre as doenças e a funcionalidade do cérebro para amenizar ou até mesmo desmistificar as crenças acerca dessas deficiências. Porém, pensar uma sociedade justa e democrática, somente será possível com a participação de cada indivíduo sem discriminação, com suas diferenças independente de sexo, idade, religião, origem étnica, raça e deficiência.

O medo e o preconceito em relação ao diferente estão atrelados às nossas concepções, e somente um trabalho intensivo a partir do interesse de iniciar essa mudança a começar com as crianças em sala de aula, poderá pôr um fim a isso tudo. A criança só poderá aceitar o diferente se ele fizer parte do seu dia-a-dia, para que ela possa criar vínculos, enfrentando as limitações alheias.

O professor demonstra ter medo de enfrentar um aluno com necessidade de aprendizagens especiais em sua sala de aula, seja diferenças físicas, mentais ou comportamentais, e esse medo é uma forma de preconceito com o que não se pode prever, diferenciar ou criar expectativas. O discurso dos professores que encontramos durante o período de estágio e observação para monografia desse Curso era sempre

engajado pela necessidade de incluir, de vencer o preconceito que existe na própria família e na sociedade. Mas o que há por trás desses discursos?

Constatamos que esses professores negam a aceitar essas crianças com necessidades de aprendizagens especiais, porque acham que o fracasso dos mesmos será atribuído a eles. E o pior nesses casos, é que negam o preconceito, atribuindo a terceiros. É certo que as escolas precisam se preparar para receber essas crianças criando estruturas físicas e ambientais, e o quanto antes fizerem essas mudanças estarão dando aos professores a oportunidade de reverem suas necessidades de também buscarem preparação para atendê-las.

A história da Educação Especial no Brasil foi determinada pelo menos até o final do século XIX, pelos costumes e informações vindas da Europa. O abandono de crianças com deficiência nas ruas, portas de conventos igrejas que acabavam sendo devoradas por cães ou morrendo de fome e sede era comum no século XVII.

A institucionalização dessas crianças teve início no começo do século XVIII, com a criação da “roda do exposto” em Salvador e Rio de Janeiro e São Paulo no início do século XIX, com o cuidado dessas crianças por religiosos e pela disponibilização para adoção.

A influência da medicina na educação dessas pessoas perdurou até por volta de 1930 com pressupostos higienistas da época, o serviço de saúde do governo orientava o povo para o comportamento de higiene e saúde nas casas e nas escolas.

Assim dentro deste princípio, a deficiência intelectual foi considerada problema de saúde pública e então foi criado o Pavilhão Bourneville em 1903 no Rio de Janeiro como a primeira Escola Especial para crianças anormais. Foi criada também dentro do Hospício de Juquery, em São Paulo uma ala para crianças, que já não eram mais mortas ou abandonadas, mas institucionalizadas.

O movimento da “escola- nova” surgiu num período onde o índice de analfabetismo era 80% da população e sua crença era no poder da educação como transformação social. Tinha o interesse por pesquisas científicas, em reduzir as desigualdades sociais e estimular a liberdade individual da criança. Esse ideário escola novista introduziu a psicologia na Educação com o uso de testes para identificar as crianças com deficiência.

Em 1930 chega ao Brasil à psicóloga russa Helena Antipoff. No início o seu trabalho era de coordenar os cursos de formação de professores do Estado de Minas Gerais, criando serviços de diagnósticos e classes especiais. Nas escolas públicas que acabaram se estendendo para outros estados.

Helena Antipoff fundou a Sociedade Pestalozzi e influenciou a implantação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) em 1954.

O estudo enfático das diferenças individuais e a proporção de ensino adequado e especializado acabaram contribuindo para a exclusão das crianças com deficiências das escolas regulares.

O movimento popular “educação para todos” pressionava o governo para que estendesse as matrículas para classes populares, e como o ensino público não tinha condições estruturais houve um aumento de evasão e reprovação escolar.

A partir daí, começa a surgir à equação entre o fracasso escolar e a “deficiência mental leve” o que levou a implantação maciça de classes especiais nas escolas públicas para solucionar o problema. Tudo isso acabou lançando a culpa do fracasso escolar a própria criança que era incapaz de aprender e não da escola que não ofertava um ensino que atendesse as suas necessidades individuais.

No entanto essas crianças não se transformavam em adultos improdutivos, ao contrário, casavam, trabalhavam apesar da sua incompetência para aprender, o que levou a caracterização da “deficiência mental escolar”

O Brasil fez opção pela construção de um sistema educacional inclusivo ao concordar com a Declaração de Educação para Todos, firmada em Jomtiem, na Tailândia, em 1990, e ao mostrar consonância com os postulados produzidos em Salamanca (Espanha, 1994) na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais. Todavia, a Declaração de Salamanca implica num compromisso mais efetivo com a educação das pessoas com deficiência, o que deveria ocorrer, preferencialmente, no sistema regular de ensino.

Discutir a educação especial e a educação inclusiva no cenário brasileiro é uma tarefa muito complexa, mas é necessário, porque essa temática vem assumindo diferentes contextos em que o problema é tratado e até mesmo no contexto em que não é tratada

A atuação e a forma de tratamento do aluno da Escola Inclusiva são diferentes na sua forma de tratamento em relação às escolas tradicionais. Uma das diretrizes elaborada para essa instituição é a de que os professores mantenham uma maior proximidade com os alunos, focando, assim, a captação das suas maiores dificuldades, como por exemplo, qual o facilitador para um maior entendimento das aulas. Onde o resultado esperado é um maior nível de aprendizagem.

A mediação pedagógica é fundamental desde que o professor conheça o processo pelo qual a criança está passando, uma vez que a ideia de educação inclusiva rompe com o paradigma da integração, no qual o sistema educativo se mantinha inalterado. E por isto, a escola inclusiva deverá reestruturar-se para responder às necessidades de todas as crianças, indistintamente.

Neste contexto, acredito que a busca de conhecimento, seguida de uma revisão da prática, constitui-se em importantes critérios para que mudanças qualitativas, no sentido de uma educação inclusiva, possam ocorrer na escola.

A presente pesquisa parte do pressuposto de que as ações, no sentido da inclusão social da pessoa que apresenta necessidades especiais, por iniciativa dos diversos sistemas públicos e privados, constituem-se ainda, em experiências isoladas, que pouco contribuem para uma mudança efetiva do comportamento social em relação a estes sujeitos.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter teórico que usufrui de livros e artigos científicos disponibilizados em meio eletrônico para ser elaborada. As palavras chaves utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa são: direito; educação; inclusiva.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O que talvez seja o maior problema que ocorre em relação ao transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDAH) - como hoje é conhecido – está no ato de que o conhecimento sobre este seja muito pequeno entre a população leiga e até mesmo nas áreas médicas e psicológicas. Muitas pessoas com TDAH passam a vida inteira sendo acusadas injustamente de mal-educadas, preguiçosas, loucas, desequilibradas, temperamentais, quando, na verdade, são portadoras de uma síndrome que,

simplesmente, as faz agir de maneira impulsiva, desatenta e, às vezes, até mesmo caótica. Demorou para que este transtorno fosse reconhecido como um problema neuropsicológico, e ainda persiste a controvérsia sobre se realmente pode ser reconhecido como um transtorno por si só.

De qualquer forma, é um dos distúrbios de comportamento mais frequente na educação infantil e nas primeiras séries do ensino fundamental caracteriza-se por um nível de afetividade motora excessiva e crônica, déficit de atenção e falta de controle. Inicialmente foi definido como um distúrbio neurológico, vinculado a uma lesão cerebral (disfunção cerebral mínima). As dificuldades para objetivar a existência dessa lesão provocaram uma mudança importante na conceituação do distúrbio.

Assim, nos anos 1960 surgiu a necessidade de defini-lo a partir de uma perspectiva mais funcional, dando ênfase à caracterização da hiperatividade como síndrome conduta, considerando a atividade motora excessiva como o sintoma primordial.

Na década de 1980 e, como resultado de diversas investigações, são ressaltados os aspectos cognitivos na definição da síndrome, principalmente o déficit de atenção e a falta de auto é o resultado do alcance reduzido da atenção da criança e das mudanças contínuas de objetivos e metas a que é submetida.

Por certo, frente ao que foi destacado, não é de estranhar que pais, professores e outras pessoas que convivem com essas crianças apresentem um alto nível de estresse e sintam-se perdidas, não tendo clareza de como lidar com elas. Mas quem são essas crianças? Como se posicionar diante delas?

De acordo como DSM-IV (Associação Americana de Psiquiatria, 2002), há uma gama de características que expressam as alterações típicas do quadro de hiperatividade

É comum que é a criança com sintomas de desatenção não se detenha em detalhes, aparente não escutar quando lhe dirigem a palavra e não consiga dar continuidade numa conversa, uma vez que muda com frequência de assunto, mesmo sem ter finalizado o assunto anterior. Também é possível encontrar as que não se fixam em propostas que envolvam esforço mental e articulação das ideias, distraíndo-se com muita frequência diante de estímulos variados. Geralmente não conseguem copiar integralmente o que está escrito no quadro, não colocam acentos, bem como

não conseguem ler até o final um enunciado de uma atividade antes de começá-la. Mostram-se desorganizadas, perdem ou danificam os materiais constantemente, e demonstram bastante dificuldade de percorrer uma atividade e ultrapassar os obstáculos encontrados.

Quando em grupo, essas crianças não conseguem dar continuidade a uma brincadeira, expressando dificuldade para aceitar o não.

A hiperatividade é marcada por um excesso de atividade corporal, que se mostra desorganizada e, na maior parte das vezes, sem relação com o objetivo.

Verifica-se, em muitos casos, dificuldade na motricidade grossa e a realização de movimentos involuntários de mãos e pés, os quais dificultam a execução de certas atividades.

Na escola, nota-se nessa criança, uma contínua movimentação na cadeira, tendência a correr e subir em móveis, constante expressão verbal, ritos, dando a nítida impressão de que estão ligadas na tomada o tempo todo.

Na contínua busca da satisfação imediata do que se deseja com um limiar baixo a frustração, a criança expressa sua impulsividade através da impaciência, da dificuldade de aguardar a sua vez, da dificuldade de organizar suas ideias e ponderar as alternativas possíveis de resolução, para então escolher e agir.

Segundo Rohde e Beenczik (1999), para se considerar a possibilidade de TDAH é preciso verificar a reincidência de, no mínimo, seis sintomas de hiperatividade/impulsividade e/ou desatenção, apareçam até os 12 anos de idade, em pelo menos dois ambientes que a criança conviva. Para os autores as pesquisas atuais mostram que há pessoas que apresentam TDAH com predominância da desatenção. Nesse caso, seis ou mais sintomas de desatenção são verificados, não necessariamente apresentando indícios de hiperatividade/impulsividade. No caso desses sintomas aparecerem nota-se uma pequena quantidade.

Sabemos que no Brasil, as questões que envolvem a formação escolar da elite, sempre foram suplantadas pela preocupação com a qualidade da escola pública e com a universalização do ensino básico. Muito se debateu sobre o fracasso da escola pública, porém a preocupação dessa elite com a educação dos seus filhos foi deixada de lado por muito tempo.

A preocupação de muitas famílias em escolher a melhor escola para seus filhos, está na rede das relações sociais que estes irão manter, tendendo para uma visão utilitarista e pragmática, deixando, não raras vezes, o ensino e a educação em segundo plano.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola particular tem sido um grande trunfo para os muito ricos sendo empreendimentos comerciais, em princípio, altamente rentáveis, contribuindo, ao mesmo tempo, para a formação e a reprodução da classe dominante.

Desta forma podemos perceber por que para muitos pais manter seus filhos na escola, garantindo que não haja reprovação para assim perpetuar o círculo de amizade e manter suas relações interpessoais, mesmo que para isso gaste alto valores em dinheiro com consultas que diagnostique com laudo que ateste dificuldades de aprendizagem, de uma forma que a escola se comprometa a não a reprovar.

Nestes casos a escola se mantém subjugada ao interesse da elite que a frequenta, tendo que se ajustar ao aluno e não o aluno as regras e práticas da escola.

Estão neste rol as leis em curso e trâmite que preveem condições especiais de tratamento escolar as crianças com dislexia e TDAH, como por exemplo, um maior tempo para realiza avaliações, e ainda um aparato fornecido por profissionais especialistas que fazem parte do chamariz da escola.

Existem também aqueles pais que não admitem que seus filhos recebam laudos de deficiências ou dificuldades de aprendizagem se negando a aceitar o diagnóstico, que muitas vezes a escola abranda para não perder o aluno ou a sua família de muita importância na sociedade.

Como podemos ver a escola particular tem sem submetido as necessidades da elite da sociedade, e as crianças portadoras de transtornos como TDAH acabam sendo negligenciados em prol dos interesses econômicos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.M; NOGUEIRA M.A. **A escolaridade das elites:** Um panorama internacional da pesquisas (2ª Ed) Petropolis RJ. Vozes, 2003.



ARANHA, M.S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, Ano XI, no. 21, março, 2001, p. 160-173

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília. FAE, 1989.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares**/Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação – PNE**. Lei nº 10.172/2001. Brasília, 200.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20/12/96**. Estabelece as Diretrizes e Bases da educação Nacional. Diário da União. Ano CXXXIV nº 248, de 23/12/96. 51

MENDES, E. G. **História da educação especial para portadores de deficiência no Brasil**. São Carlos: UFSCar, Cid.(Mímeo). 52

MANTOAN, M. T. E. **O direito á igualdade e á diferença na escola: desafios da inclusão**. Direcional educador, v3, p.16-17, 2008.

MRECH, L. M. **O que é educação inclusiva?** Disponível em: <http://www.geocities.com/Athens/Styx/9231/educacaoinclusiva.html>>. Acesso em: 23/11/2015.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.



UMA LEITURA DESNORTEADA: A DIFICULDADE NA ALFABETIZAÇÃO CARTOGRÁFICA

Ana Elisa Milani Baldo Chiachio, Solimar G. Messias Bonjardim
e-mail: nemilani@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade inúmeras pesquisas relatam problemas do analfabetismo tanto no Brasil quanto em várias regiões do mundo. Nessas discussões são apresentadas taxas de analfabetismo, motivos, realidades e, também, conceitos correlacionados como o de analfabetismo funcional entre outros. Ao observar as discussões atuais sobre o assunto, um conceito relativamente recente e pouco discutido está ganhando centralidade: o analfabetismo geográfico.

Analfabeto geográfico ou cartográfico é uma pessoa incapaz de compreender o espaço e as paisagens ao seu redor, que ao se deparar com um mapa ou instruções simples de pontos cardeais e lateralidade sente-se inapto a interpretá-lo. Essa inabilidade causa problemas tanto para pessoas, quanto para empresas e países. Grande parcela da sociedade, apresenta objeções ao retirar informações de materiais cartográficos, tornando-se mais comum a cada ano. É possível observar as consequências dessa dificuldade em atividades rotineiras como o deslocamento em um local desconhecido com o auxílio de um GPS, a interpretação de um dado meteorológico em jornais e até mesmo na distinção da lateralidade. Erros em notícias de jornal, internet ou documentos oficiais de informação acontecem em todos os lugares, prejudicando o discernimento do grande público, impactando na economia e na vida social.

O panorama acima reflete diretamente na educação, na discussão geográfica, mais especificamente na alfabetização cartográfica. A situação apresentada vem sendo observada desde o século passado, embora tenham ocorrido diversas mudanças no material e nas leis que sugestione alterações na prática docente, dentro das salas de aula ainda são encontrados diversos problemas. Autores como Penteado (2008), Castellar (2005) e Callai (2005) discutem essa problemática situando-a na base de toda a educação, no ensino fundamental. Para elas a criança deve iniciar a alfabetização

geográfica no ensino fundamental com a aproximação do aprendizado com o espaço vivido, a representação do corpo, o conhecimento e a percepção da casa, do bairro, dos caminhos percorridos.

Diante desse cenário, o presente trabalho analisa a renovação da geografia e seu reflexo para o desenvolvimento da alfabetização cartográfica, discutindo a modernização de tal aprendizado.

2 METODOLOGIA

A metodologia empregada para alcançar esse objetivo perpassou pela pesquisa bibliográfica, contando com a leitura de diversos artigos e livros para embasamento teórico, assim como o fichamento e a discussão dos mesmos. A abordagem do presente artigo fará uso do método dialético, o qual contribuirá para a construção dos conhecimentos de análise. A pesquisa bibliográfica possibilitou ainda um entendimento minucioso sobre o assunto tratado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O ensino da Geografia tem passado por muitas transformações ao longo das últimas décadas, como pode-se perceber através dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (1997): inicialmente apresenta uma Geografia Tradicional que permeava a descrição do espaço, sem a vinculação de relações pessoais. Depois passa à Geografia trabalhada na modernidade, com a chegada da Escola Nova, posteriormente chegam os ideais de Emília Ferreiro e Jean Piaget com uma geografia Construtivista, na qual a chave desta aprendizagem passa a ser o aluno e seus conhecimentos prévios, e, mais recentemente, traz o surgimento de uma Geografia Crítica, cuja visão do conteúdo deve estar totalmente alicerçada dentro de símbolos e significantes para o discente, fazendo com que seus estudos passem a ter um sentimento de concretude, facilitando a aprendizagem principalmente entre o abstrato e a representação concreta do mesmo.

Desse modo, de acordo com o PCN (1997, p. 74), a Geografia hodierna é o estudo das “relações entre o processo histórico que regula a formação das sociedades humanas e o funcionamento da natureza, por meio da leitura do espaço geográfico e da paisagem.” O ensino da geografia, ainda segundo o PCN (1997), baseia-se no

estudo das relações entre o processo histórico e a natureza que nos rodeia. Desta maneira, o objetivo deste processo de ensino-aprendizagem deve ser a formação de um indivíduo crítico que consiga criar estratégias para a compreensão do espaço geográfico, ou seja, compreenda as informações contidas na organização da paisagem a qual está inserido, tornando-se um leitor que interprete, por exemplo, a cartografia.

Nessa visão, Callai (2005, p. 229), aponta que a Geografia pode ser caracterizada pela “enumeração de dados geográficos e quebra de espaços fragmentados, em geral, opera questões desconexas” no lugar de considerar o complexo espaço geográfico como um todo. Para a autora é necessário aprender a pensar o espaço. E se construir a noção de espaço socialmente, ou seja, evidenciar o lugar que permeia a vida desta criança, gerar a percepção do que está a sua volta e assim essa percepção se estende a medida que tal relação se torna mais complexa a partir do seu próprio espaço concreto. Afirma ainda, que o desenvolvimento da criança que segue essa linha de aprendizado, e é estimulada pelo desafio, resulta em um aumento de sua percepção pelo o que a rodeia, pois, a criança é estimulada a buscar mais conhecimento, tornando-a curiosa.

Nota-se então, que a Geografia atual necessita de uma autonomia maior para que seus educandos desenvolvam tal noção do espaço que pode ser modificado por si ou pelos outros que o circunda. Callai (2000), em concordância com Cavalcanti (2005), frisa em seus estudos, que independe do material utilizado, o foco da alfabetização geográfica deve ser na conceituação do lugar vivenciado, e que por sua vez, este deve significar para a criança, e não ser apenas um conceito solto dentro de tantos outros que devem ser memorizados, fazendo do discente o sujeito de sua aprendizagem.

Assim, a alfabetização geográfica não deve ocorrer de maneira isolada dentro do ensino fundamental, mas sim se materializar em outras disciplinas, ou seja, permitir a interdisciplinaridade, como exemplo de uma situação-problema é o trabalho com o perímetro da sala de aula do educando através de sua representação em escalas, ou ainda, em língua portuguesa a professora fazer uma interpretação de texto sobre dados meteorológicos, ou até mesmo que trabalhar locais distintos e posteriormente sua localização no globo terrestre, entre outras.

Nesse contexto, a geografia alia-se a cartografia que é uma linguagem da geografia, e caracteriza-se como a ciência da representação da realidade, conjunto de

estudos e operações científicas (LUNKES; MARTINS, s.d.) para a construção de mapas. Mas não apenas isso, no PCN (1997) a cartografia é o estudo da visão que se obtém do espaço, é conseguir se localizar, interpretar pontos de referência e sua lateralidade, saber seu lugar no espaço habitado, conseguir visualizar o mundo à sua volta em diferentes patamares. Assim, nota-se sua importância na aprendizagem, não apenas para a interpretação de um desenho qualquer, mas a aprendizagem da cartografia dentro da geografia que ultrapassa as fronteiras de um papel.

De tal modo, o panorama de uma alfabetização espacial deve considerar muito além do observar um mapa, alfabetizar em geografia “significa criar condições para que a criança leia o espaço vivido” (CASTELLAR, 2000, p. 30). Ou seja, para a criança compreender o que a permeia precisa inúmeros processos, passando pela observação, identificação, análise, entendimento para enfim alcançar uma representação concreta, podendo ser esta, um esboço de seu quarto utilizando símbolos pessoais, por exemplo. Independentemente do que se vai retratar, o educando precisa de toda essa assimilação que não ocorre de maneira mecânica, é preciso mediar, e a esta mediação pode ser nomeada como a metodologia aplicada dentro de uma alfabetização cartográfica. Penteado (2008, p. 43) mostra que este mediador “pode vir a ser tanto um agente facilitador e catalisador, quanto um agente que o retarda, dificulta ou inibe”.

Contudo, aqui se instala a maior dificuldade enfrentada pelas séries iniciais, tanto para os professores quanto para os alunos, tal alfabetização na maioria das vezes é enfrentada como algo estático, repleta de conteúdos desconexos que podem e devem ser ensinados de maneira tradicional, sem considerar os fatores intrínsecos e extrínsecos (PENTEADO, 2008). Contrariando o pensamento da autora, Callai (2005, p.233), afirma que “ao caminhar, correr, brincar, a criança está interagindo com o espaço que é social, ampliando seu mundo e reconhecendo a sua complexidade” falta apenas o professor realizar a conexão entre as atividades apresentadas e a alfabetização cartográfica. Ela afirma ainda que não há uma regra formada para esse ensino, mas o mesmo deve ser pautado no diálogo e no estímulo pela curiosidade, não apenas na cópia de diferentes escritas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que discuti acima, evidenciou-se a importância da alfabetização cartográfica para a sociedade atual, que cada vez mais vem requerendo conexões entre conhecimentos significantes, abstratos e concretos, e não apenas conceitos isolados, que são impostos e incorporados pelos discentes de maneira evasiva. Para tanto vê-se a necessidade de um aprimoramento das técnicas e metodologias empregadas para se atingir o objetivo, assim como um investimento maior na formação dos professores, acompanhado de um olhar crítico e sensível para os livros didáticos, sem deixar ocorrer a generalização do processo de ensino-aprendizagem; mas sim levar em consideração as peculiaridades e autonomia de cada um, enxergando o discente como o ser completo e complexo que ele é.

Considera-se então, que o quadro atual não se demonstra favorável a um bom desempenho na leitura de mapas e no estímulo à criatividade e autonomia, estagnando-se em uma geografia tradicional, desencadeando dificuldades que geralmente se iniciam nas séries iniciais do ensino fundamental, e ao invés de serem sanadas, vão se acumulando ao longo da vida escolar.

Diante do exposto é necessário esclarecer que esta discussão está em desenvolvimento, a coleta de material com a posterior leitura e análise subsidiará o aprofundamento do tema proposto.

Ainda como sugestão para estudos futuros deve-se desenvolver uma pesquisa que analise propostas de ensino diferenciadas, buscando técnicas que acometem o discente como um todo, ou seja, na interpretação deste material, na prática, na elaboração, pois a ampliação desta visão geográfica poderia facilitar a questão desta alfabetização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história e geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CALLAI, H. C. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 227-247, mai/ago 2005.

CALLAI, H. C. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, A. C. (Org.). **Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2000.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

CAVALCANTI, L.S. Cotidiano, Mediação Pedagógica e Formação de Conceitos: Uma Contribuição de Vygotsky ao Ensino de Geografia. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 185-207, maio/ago. 2005

LUNKES, R. P.; MARTINS, G. **Alfabetização Cartográfica**: um desafio para o ensino de geografia. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1057-4.pdf>>. Acesso em: 01 Ago 2018.

PENTEADO, H. D. **Metodologia do ensino de história e geografia**, 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SUAS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO ESCOLAR DOS FILHOS

Pamela Carolina Ferreira Fernandes, Rosangela Oliveira Raimundo Manoel, Vânia Aparecida Borim Moretto Delpino, e-mail: vaniapsico@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

A literatura mostra que importantes aspectos relacionados à família têm sido discutidos na atualidade, e isto engloba aspectos relacionados ao passado, ao presente e ao futuro, ou seja, a abordagem contempla todos os períodos dessa instituição. Percebe-se que o estudo ligado à família mostra a ocorrência de transformações pelas quais ela passou a ponto de só guardar remota identidade com seus antecedentes históricos. Assim é que, “para se compreender a família na atualidade se faz necessário o estudo da marcha da entidade familiar, das pessoas que a compõe, e das relações de filiação através dos tempos” (SCALCO, 2009, p. 27).

Este tema é enfaticamente abordado na literatura em virtude de sua relevância e tem se tornado um importante desafio às investigações das Ciências Humanas. Ao abordar o assunto, Petrini *et al.* (2008), asseguram que ao longo dos tempos, tal tema está entre os que mais geram polêmicas, pois os segmentos sociais e políticos fazem menção a ele, existindo, quase sempre, uma opinião antecipada em todos os aspectos de sua abordagem.

Observando o contexto literário o que se percebe é que a violência doméstica é caracterizada por atos tipicamente violentos cuja origem vem de pessoas com algum grau de parentesco e ou responsabilidade para com a vítima, cuja consequência direta são danos de toda ordem, ou seja, físicos, sexuais e/ou psicológicos. Essa realidade tem implicações negativas, além de incorrer na transgressão do dever protetor da família em detrimento do direito de crianças e adolescentes que deveriam ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (ROSAS; CIONEK, 2006).

Evidencia-se que a violência doméstica tem diversas roupagens, dentre elas as de caráter sexual que inclui os abusos incestuosos, os estupros e assédios. Contudo, há que se mencionar também que ocorre dentro desse contexto a violência de ordem

psicológica, seguida de negligência além de violência fatal, situações que abalam o desenvolvimento da criança. Esses tipos de violência costumam deixar lesões visíveis, podendo levar até ao óbito. Alguns tipos de violência não deixam marcas evidentes, porém, deixam marcas na alma e profundas cicatrizes emocionais que podem ser carregadas por toda vida (OLIVEIRA *et al.*, 2015).

Sobre a violência psicológica, sabe-se que sua gravidade se caracteriza pela desconstrução da autoestima da criança por períodos indeterminados. Os executores dessas práticas usam como ferramenta a discriminação, podendo ser, humilhação, desprezo ou culpabilização da vítima. A consequência mais percebida na violência psicológica é o sofrimento extremo, situação que põe a vida da vítima na rota da tentativa de suicídio (SILVA, 2012).

Inquestionavelmente as feridas produzidas pela violência doméstica deixam profundas sequelas na vida das crianças por ela vitimada. Isso ocorre porque o desenvolvimento psicológico é, em grande parte, condicionado pelo comportamento social. Logo, é necessário lembrar que o primeiro meio social em que a criança vive é o seio da família. A literatura faz compreender que é nesse ambiente onde a criança se desenvolve em todos os seus aspectos, físico, mental e psicológico (ROSAS; CIONEK, 2006).

Há evidências de que aquelas crianças que sofreram ou sofrem violência doméstica têm apresentado defasagem em seu rendimento escolar, haja vista que comumente elas apresentam maior número de faltas escolares, comportamento conturbado, interação social deficiente, além de negação de suas habilidades intelectuais, já que estas crianças somatizam a sua vivência. O resultado dessa somatização é expressa na incapacidade de aprender como outras crianças, o que resulta no baixo rendimento escolar (OLIVEIRA *et al.*, 2015).

Todas as consequências que abarcam o comprometimento da criança no contexto escolar e que são derivadas da violência doméstica são compreendidas de forma interna, ou seja, são expressas por meio da subjetividade. A não aprendizagem é uma das consequências mais notáveis no processo de escolarização quando se trata de crianças vítimas de violência doméstica. Nessas condições a criança apresenta sintomas caracterizados pela sensação de fracasso, condição em que a criança não se sente digna da aprendizagem (BOLZAN *et al.*, 2016).

Em relação ao objetivo geral, pretende-se, neste estudo, compreender o comprometimento do desempenho escolar dos filhos originários de família com histórico de violência psicológica doméstica. Quanto aos objetivos específicos, pretende-se verificar a relação entre o conceito tradicional de família e as novas modalidades de constituição familiar; identificar as razões que provocam e mantêm a violência psicológica doméstica; analisar as consequências da violência psicológica doméstica no desempenho escolar; apresentar o trabalho do psicólogo escolar em presença dessa problemática.

2 METODOLOGIA

O trabalho foi realizado através de pesquisa bibliográfica, utilizando abordagem qualitativa exploratória. De acordo com Cervo *et al.* (2007, p. 61), a pesquisa bibliográfica “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema”.

As informações foram coletadas no banco de dados Scielo – *Scientific Electronic Library Online* e BVS – Biblioteca Virtual em Saúde e em outros meios, quer sejam eletrônicos ou impresso, desde que tais publicações sejam pertinentes ao assunto em estudo.

Para que haja coerência em relação à atualidade será realizada então a revisão de literatura visando informações sobre a violência domiciliar e sua relação com o desenvolvimento escolar da criança. A coleta de dados se dará, portanto, por meio eletrônico, em revistas especializadas, monografias, dissertações, teses e afins.

No entendimento de Espírito Santo (1992, p. 81), entendem-se que a revisão de literatura “é uma fase necessária no processo de pesquisa [...]. Cada nova pesquisa só pode ter significado universal como uma pequena adição aos trabalhos anteriores de outros pesquisadores”.

Com base no que expuseram os vários autores pesquisados, o que se buscou neste estudo foi adicionar, a partir de trabalhos já publicados, todos os conceitos e considerações pertinentes ao tema em evidência. Para isso foram buscados os artigos mais convenientes, considerando que os autores dos mesmos também se apropriaram dos recursos já consagrados para elaborar seus respectivos trabalhos com a finalidade de contribuir para o conhecimento dos que se interessam pelo assunto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A violência doméstica é caracterizada, geralmente, por situações como aquelas de abuso de natureza física ou psicológica oriundas de algum membro do meio familiar com pessoas em relação de coabitação ou hospitalidade. Dentro dessa visão o que se percebe é que a violência de natureza doméstica tem sua origem entre os elementos que convivem sob o mesmo teto, cujo objetivo é se perpetuar no poder. Ela tem sua característica evidenciada pela ocorrência no âmbito doméstico, tendo ações muito específicas em sua prática. Uma das mais relevantes se sua execução é a sua forma rotineira e sistemática, ou seja, ela incide sobre as mesmas vítimas, tornando-se frequente (MACHADO; DEZANOSKI, 2014).

Os problemas que mais são identificados em crianças que são vítimas de violência psicológica dizem respeito ao: “mau rendimento escolar; problemas emocionais (ansiedade, depressão, tentativa de suicídio e transtorno de estresse pós-traumático – TEPT); ser vítima de violência na comunidade e na escola, transgredir normas e vivenciar violência no namoro” (BUENO; MAIO, 2015, p. 9).

A criança que sofre violência psicológica em casa passa a realizar as atividades escolares com tristeza, apenas cumprindo um dever que é obrigada a realizar. Com isso, essas crianças passam a encarar o ambiente escolar como hostil e de difícil convivência, o que pode gerar a evasão escolar. Ao encarar a escola como um meio hostil e de sofrimento constante, o sujeito passa a atribuir um sentido negativo a este local, podendo deixar marcas na singularidade do sujeito. Isso se deve ao fato de que a escola não influencia apenas os aspectos cognitivos de cada um, mas, também os planos social, cultural, emocional e motor (LONGO *et al.*, 2014).

Ao abordar os impactos da violência psicológica na fase escolar de crianças, observa-se “que as dificuldades de adaptação às demandas dessa fase evidenciam comprometimentos no desenvolvimento da criança, podendo implicar problemas de aprendizagem e/ou de comportamento” (MILANI; LOUREIRO, 2009, p. 192).

Para Vygotsky, o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários outros processos de desenvolvimento que de outra forma, seriam impossíveis de acontecer. Sendo assim, as características principais do processo de aprendizagem têm estrita relação com o

pensamento e motivação, valores que estão ausentes em crianças que são submetidas à violência doméstica (CASTRO, 2017).

Atualmente se entende que a intervenção e atuação do psicólogo no ambiente escolar deve ter caráter preventivo, além de contemplar o atendimento integral dos alunos, dos pais e professores. Assim, é significativa a presença desse profissional em escolas visto que a relação de ensino e aprendizagem ampara o papel do psicólogo escolar e suas contribuições como profissional da educação (SANTOS *et al.*, 2009).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família vem passando por profundas transformações ao longo do tempo. Historicamente ela é considerada a primeira organização de caráter social e tinha sua constituição pautada exclusivamente no então chamado arranjo familiar nuclear. Com o advento dos tempos modernos o que se tem observado é que novos arranjos familiares surgiram e, conseqüentemente, se tem encontrado famílias que convivem com ou sem laços consanguíneos sob o mesmo teto.

A violência doméstica tem apresentado números assustadores principalmente entre membros de famílias com menor poder aquisitivo e menor grau de escolaridade, além de ter também como marcador aquelas famílias onde as pessoas vivem em regime de coabitação ou hospitalidade. É uma prática, portanto, que ocorre entre pessoas com alto grau de consanguinidade e que tende a ser praticada de forma extremamente sistemática. Sobre a sua origem e objetivo, o que se percebe é que ela ocorre pelo abuso da força cujo objetivo do opressor é se perpetuar no poder. Destarte, o que se concluiu é quando o agressor pratica seus atos violentos ele acredita estar resolvendo os conflitos que ocorrem dentro lar, gerando, assim, por meio do abuso da força, uma série de eventos que vão desde o medo, a insegurança até a revolta.

Independentemente do nível social ou grau de instrução onde a violência doméstica contra a criança ocorra, o que se pôde concluir neste estudo é que as conseqüências que delas advém são, em sua maioria, relacionadas ao *déficit* no desenvolvimento físico e psicológico da criança. Logo, é possível sustentar que a violência doméstica a que muitas crianças são sumaria e sistematicamente submetidas tem gerado grande impacto principalmente no seu desenvolvimento psicológico que reflete no seu desempenho escolar.

Concluiu-se que todo o processo interventivo utilizado pelo psicólogo tem por finalidade proteger a criança. Logo, a intervenção desse profissional junto à criança que é vítima de violência doméstica e que tem comprometimento de ordem psicológica visa defender a mesma como parte da proteção integral, na qual sua atuação ocorra dentro de uma rede de complementaridade técnica junto aos demais profissionais da saúde, promovendo o desenvolvimento social e das famílias. Essas medidas visam contribuir para que a criança retome, dentro da dinâmica de intervenção do psicólogo escolar, seu processo de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

- BOLZAN, O. *et al.* Violência doméstica x contexto escolar. **Rev. Conversatio**. Xaxim/SC, v. 1, n. 2, p. 404-419, jul./dez. 2016.
- BUENO, P. R. L.; MAIO, E. R. Violência física e psicológica na criança de hoje com danos no adulto de amanhã. **Seminário de Pesquisa**. Universidade Estadual de Maringá, 2015.
- CASTRO, J. **Relação da violência doméstica com o aproveitamento escolar: percepções entre crianças e adolescentes, de uma escola municipal na cidade de Campina Grande – Paraíba**. 2017.172f. Dissertação (Mestre em Educação) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Instituto de Educação. Lisboa/PT, 2017.
- CERVO, A. L. *et al.* **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- ESPIRITO SANTO, A. **Delineamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- LONGO, C. S. *et al.* A violência no ambiente escolar: uma discussão da psicologia crítica. **Interfaces da Educ.**, Paranaíba, v. 5, n. 15, p. 148-164, 2014.
- MACHADO, L. V.; DEZANOSKI, M. Exploração do conceito de violência psicológica na Lei 11.340/06. **Rev. Gênero e Direito**, v. 1, p. 98-113, 2014.
- MILANI, G. D. *et al.* **A alienação parental e a intervenção do assistente social no judiciário**. 2011. Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/SeminarioIntegrado/article/viewFile/4595/4353>>. Acesso em: 20 abr. 2018.
- OLIVEIRA, F. S. *et al.* **A influência da violência doméstica no desenvolvimento escolar**. 2015. Disponível em:



<http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21181_10690.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2018.

PETRINI, J. C. *et al.* **Família na contemporaneidade**: uma análise conceitual. 2008. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/8371728-Familia-na-contemporaneidade-uma-analise-conceitual.html>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

ROSAS, F. K.; CIONEK, M. I. G. D. O impacto da violência doméstica contra crianças e adolescentes na vida e na aprendizagem. **Rev. Conhec. Interativo**, São José dos Pinhais/PR, v. 2, n. 1, p. 10-15, jan./jun. 2006.

SANTOS, E. *et al.* **Educação**: a importância do psicólogo no contexto escolar. XIV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica. X Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. 2009. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2010/anais/arquivos/0071_0081_01.pdf>. Acesso em: 14 set. 2018.

SCALCO, P. **Filiação e efetividade dos direitos fundamentais da criança e do adolescente**: uma releitura crítica do poder familiar. 2009. 171f. Dissertação. (Mestre em Direito das Relações Sociais) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba/PR, 2009.

SILVA, J. G. **Violência doméstica contra a mulher e serviço social**: espaço de atuação e intervenção profissional. 2012. Disponível em: <http://www.esedh.pr.gov.br/modules/inscrit_quest/uploads/8/23032016160341_AS_POSSIVEIS_INTERVENCOES_PROFISSIONAIS_NAS_QUESTOES_DA_VIOLENCIA_DOMESTICA_CONTRA_MULHER.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2018.



A ADOÇÃO NO SISTEMA BRASILEIRO E SUAS MODALIDADES

Ana Jaqueline Silveira, Juliana Fernanda Rodrigues da Silva Pizzatto,
Juliana Zacarias Fabre Tebaldi, e-mail: julianafabre@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como finalidade mostrar a importância que tem a adoção na vida das pessoas, bem como demonstrar porque, mesmo com as legislações vigentes, a adoção “à brasileira” e a adoção dirigida ou *intuitu personae* continuam a existir em nosso sistema.

A adoção “à brasileira” ou afetiva caracteriza-se pela prática de alguém registrar como se fosse seu um filho que sabe ser de outra pessoa, caracterizando uma adoção irregular, já que não segue os trâmites legais necessários. Essa prática é ilícita, caracterizando inclusive crime descrito no artigo 242 do Código Penal. A adoção dirigida ou *intuitu persone* é assim classificada quando há o desejo da mãe entregar o filho a determinada pessoa, que não se encontra inscrita no cadastro nacional de adoção.

Apesar de serem proibidas, estas formas de adoção ainda são práticas comuns. Muitas pessoas, com a intenção de formar uma família, acabam optando por esse tipo de adoção, alegando, por diversas vezes, que o processo judicial de adoção é lento e cansativo.

2 METODOLOGIA

Pretende-se abordar nesta pesquisa os aspectos gerais da adoção, bem como especificar as formas de adoção “à brasileira” e *intuitu personae* (adoção dirigida) pautada em pesquisas bibliográficas, usando como fontes livros, decisões judiciais e sites de pesquisa.

3 DISCUSSÕES

3.1 Adoção: conceito e evolução histórica

Toda criança tem direito a possuir uma família, ser amada, viver em um ambiente familiar estruturado. De acordo com o artigo 19 do Estatuto da Criança e do

Adolescente, “toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes”. É importante que o menor cresça e seja educado no seio de sua família ou de família extensa, pois dessa maneira ele desenvolverá sua personalidade de maneira estruturada.

No entanto, em virtude de algumas circunstâncias, algumas crianças são privadas de conviver com seus pais biológicos ou família extensa, e acabam passando por um processo de adoção. Esta, no entanto, deve ocorrer somente como medida extrema, pois a criança ou adolescente devem, de preferência, ser mantidos na família biológica como relata o artigo 39, § 1º do ECA.

A palavra adoção tem origem do latim "*adoptio*", que em nossa língua significa "tomar alguém como filho". Segundo Gonçalves (2018, p. 374), “a adoção é o ato jurídico solene pelo qual alguém recebe em sua família, na qualidade de filho, pessoa a ela estranha”.

O Código Civil de 1916 chamava de simples a adoção tanto de maiores como de menores, e somente as pessoas que não tinham filhos é que poderiam adotar. A adoção se concretizava por meio de escritura pública, estabelecendo-se vínculo de parentesco entre o adotante e o adotado.

A Lei nº 4.655/65 admitiu mais uma modalidade de adoção, chamada legitimação adotiva, que ocorria por decisão judicial, sendo irrevogável, a qual fazia cessar o vínculo de parentesco com a família natural. O Código de Menores – Lei nº 6.697/79 – substituiu a legitimação adotiva pela adoção plena, mas manteve o mesmo espírito.

A Constituição de 1988, em seu artigo 227, §6º, proclamou que “os filhos, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação”. Com a atual Constituição, ocorreu a eliminação da distinção entre adoção e filiação ao deferir idênticos direitos tanto aos filhos biológicos, como aos adotados.

Buscando efetivar a proteção integral da criança e do adolescente, o Estatuto da Criança e Adolescente (Lei nº 8.069, de 13/07/1990) passou a regular a adoção dos menores de 18 anos, assegurando-lhes todos os direitos, inclusive sucessórios. Com o

ECA, o instituto da adoção passou por nova regulamentação, trazendo como principal inovação a regra de que a adoção seria sempre plena para os menores de 18 anos. A adoção simples, por outro lado, ficaria restrita aos adotandos que já houvessem completado essa idade. Com efeito, o ECA, de forma muito expressa, determinou a concessão da adoção plena a todos os menores, independente de idade e situação em que se encontrasse.

O Código Civil de 2002 trouxe previsões acerca da adoção, instituindo o sistema de *adoção plena*, porém seguindo os ditames estabelecidos pelo ECA, postulando que a adoção, tanto de adultos quanto de crianças e adolescentes, possui as mesmas características, sendo obtidas exclusivamente por meio de processo judicial.

A Nova Lei de Adoção – Lei ° 12.010, de 03/08/2009, trouxe ao ordenamento jurídico brasileiro diversas alterações modificando substancialmente o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei 8.560/92, o Código Civil e a Consolidação das Leis do Trabalho. Há que se destacar como inovação a substituição da expressão “pátrio poder” pela expressão “poder familiar”. A referida lei também estabeleceu prazos para dar mais rapidez aos processos de adoção, criou um Cadastro Nacional de Adoção (CNA) de crianças que se encontram em condições de serem adotadas por pessoas habilitadas e limitou em dois anos o prazo de permanência de criança e jovem em abrigo, prorrogáveis em caso de necessidade. Segundo a Nova Lei de Adoção, a decretação da perda do poder familiar terá de ser feita no máximo em 120 dias após o encaminhamento do processo à autoridade judicial.

3.2. Procedimento para adoção de forma legal e a persistência da adoção “à brasileira” ou afetiva

Para que uma criança seja adotada, há necessidade de processo judicial que deve ser feita na Vara da Infância e Juventude. Para que uma adoção se concretize, existem requisitos exigidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente: a) processo judicial (art. 47, *caput*); b) consentimento dos pais biológicos (a não ser que sejam destituídos do poder familiar) ou dos representantes legais de quem se deseja adotar; c) consentimento do adotando, se maior de 12 anos (art. 28, §2º); d) diferença de dezesseis anos entre o adotante e o adotado (art. 42, §3º); e) idade mínima de 18 anos para o adotante (art. 42, *caput*); f) efetivo benefício para o adotando (art. 43), além do

estágio de convivência, entre outros. É preciso passar por todo um processo para que ela venha, então, a ser concedida.

Várias são as causas que podem gerar uma adoção, tanto morte dos pais, sem ter família extensa que esteja disposta a ficar com a criança, mães que de livre e espontânea vontade entregam seus filhos à adoção, crianças que são abandonadas, ou ainda quando pais são destituídos do poder familiar. Apesar de ser um processo obrigatório, a adoção de uma criança, muitas vezes, ocorre de modo irregular. Exemplo é a adoção “à brasileira”, que consiste quando alguém registra como se fosse seu um filho, porém tem o conhecimento de que ele não é, caracterizando uma adoção irregular, já que não seguiu todos os trâmites legais necessários para ocorrer uma adoção legal.

Essa prática é ilícita, caracterizando crime, previsto no artigo 242 do Código Penal: “Dar parto alheio como próprio; registrar como seu o filho de outrem; ocultar recém-nascido ou substituí-lo, suprimindo ou alterando direito inerente ao estado civil. Pena – reclusão, de dois a seis anos. Parágrafo único – Se o crime é praticado por motivo de reconhecida nobreza: Pena – detenção, de um a dois anos, podendo o juiz deixar de aplicar a pena”. Quando o companheiro registra o filho de uma mulher como se fosse seu filho, ainda que esta forma constitua crime contra o estado de filiação, a essa forma de agir é concedido o perdão judicial, pela motivação afetiva envolvida no caso.

A adoção “à brasileira”, apesar de ilícita, continua ainda a ser prática constante. As pessoas passam a optar pela adoção à brasileira para atingir seu objetivo de forma rápida e fácil, sem pensar nas consequências que poderão surgir através desta prática ilegal. O pai que deseja reconhecer como seu filho que sabe que não é, deveria ensinar a adoção do filho da companheira, e não o seu indevido registro.

Este tipo de adoção pode ser muito prejudicial a quem é adotado desta maneira. Em muitos casos, há o rompimento do vínculo afetivo do casal, e o pai que registrou um filho como seu, acaba se arrependendo porque deverá arcar com os alimentos em face do filho e busca a destituição do registro por meio de ação anulatória ou negatória de paternidade. A jurisprudência passou a não admitir a anulação do registro de nascimento, pois considera o ato como irreversível. Quem adota uma criança pela

forma de adoção “à brasileira”, encontra-se impedido de entrar com esse tipo de ação, pois a adoção é irrevogável.

3.3 Prática da adoção dirigida ou “*intuitu persone*”: burla ao sistema de adoção

Esta forma de adoção consiste em um modo pelo qual a mãe ou a família biológica entrega a criança para outra pessoa, escolhida por ela, desrespeitando os trâmites legais, fazendo com que esta prática configure burla ao sistema de adoção. Muitas vezes, o casal adotante registra a criança como se fosse filho biológico. Como ocorre fora de qualquer controle judicial ou institucional, a prática dá margem a injustiças com famílias mais humildes, que não necessariamente querem doar os filhos, mas podem ser levadas a isso por pressão social e econômica.

Esta tendência visa a impedir que pessoas regularmente habilitadas no Cadastro Nacional de Adoção, que se submeteram a entrevistas, estudos psicossociais, cursos, que passam anos na fila, chegando até mesmo a desistir, obtenham êxito na adoção, enquanto outras acabam recebendo de “brinde” uma criança para adotar.

Essa modalidade, como especificado acima, pode configurar burla ao sistema de adoção, porém há doutrinadores que não consideram essa prática como algo errado ou prejudicial à criança. Segundo Dias (2013), dar um filho à adoção é o maior gesto de amor que uma mãe, sabendo que não terá condições de criá-lo, pode fazer para esta criança. E ainda acrescenta (p. 510), “E nada, absolutamente nada, deveria impedir a mãe de escolher a quem entregar o seu filho”.

Quando a mãe entrega seu filho a quem lhe aprouver, o Ministério Público ingressa com pedido de busca e apreensão, conseguindo, na maioria das vezes, uma decisão que não avalia para quem a mãe entregou o filho, não avalia qual melhor situação seria para a criança, determinando que a mesma seja colocada em abrigos, permanecendo ali, muitas vezes, até o fim do processo de destituição familiar, o qual pode durar muito tempo. Quando a criança se encontra apta para ser adotada, a mesma já pode estar com idade avançada, não encontrando quem esteja disposto a adotá-la.

Nem sempre esses tipos de medidas judiciais acabam levando em conta a melhor solução para a criança. Há decisões que defendem que o Poder Judiciário deve buscar solução adequada à satisfação do melhor interesse desses seres em formação,

devendo a adoção sempre resgatar a dignidade da criança ou do adolescente, bem como se enfatiza que o cadastro de pretendentes à adoção não tem o fim em si mesmo, devendo ser um meio de preservar a incolumidade física e psíquica da criança ou adolescente em situação de abandono (TJSC, AI 2011.079162-4, 1.ª C. Dir. Civ., Rel. Des. Subst. Denise Volpato, j. 22/05/2012).

A Lei de Adoção permitiu que seja deferida a guarda de crianças que estão passando por processo judicial de destituição familiar para casais regularmente inscritos no CNA. Essa prática visa a impedir que em razão do moroso processo judicial, as crianças sejam prejudicadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através das pesquisas realizadas, podemos ver quais são as modalidades de adoção, que mesmo sendo consideradas ilícitas, elas continuam a existir, que a modalidade adoção “à brasileira”, apesar de ser crime, na maioria das vezes não é punida, sendo concedido o perdão judicial e que a adoção *intuitu persone* pode configurar burla ao sistema de adoção, porém esta prática pode não ser tão ruim para a criança que está sendo adotada (decisão: TJSC, AI 2011.079162-4).

Para que uma criança seja adotada no Brasil é necessário que haja processo judicial. No entanto, muitas adoções são feitas de maneira irregular, podendo ser classificadas como adoção “à brasileira” ou afetiva e adoção dirigida ou “*intuitu persone*”. O maior prejudicado quando ocorrem estas formas de adoção é a própria criança, que se vê em meio a batalhas judiciais, onde diversas vezes, não se leva em conta o melhor interesse e a melhor solução para a criança.

A persistência das adoções irregulares se dá principalmente pela demora em se conseguir adotar uma criança ou adolescente no sistema de adoção brasileiro, pois os processos judiciais são demorados por conta da burocracia ali investida.

Procurar pelo Poder Judiciário para que a adoção seja realizada de maneira efetiva e correta tem como finalidade, além de evitar irregularidades, também evitar sofrimento tanto para quem recebe uma criança em adoção, como para quem está sendo adotado. O Poder Judiciário deve buscar solução adequada à satisfação do melhor interesse desses seres em formação, preservando a dignidade da pessoa humana e agindo de forma rápida e precisa.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Cadastro Nacional de Adoção (CNA)**. Disponível em:

<http://www.adocaobrasil.com.br/faq005.asp> - Acesso em 06/10/2018 às 10h30min.

_____. **Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940** - Código Penal. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

_____. **Constituição da República Federativa de 05 de outubro de 1988**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 10/10/2018, às 21h40min

_____. **Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em 10/10/2018, às 20h35min.

_____. **Lei nº 12.010 de 03 de agosto de 2009**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm. Acesso em 10/10/2018, às 21h.

_____. **Senado Federal**. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/em-discussao/adocao/realidade-brasileirasobre-adocao/adocao-a-brasileira-ainda-e-muito-comum.aspx> -

Acesso em 07/10/2018 às 11h20min.

DIAS, M. B. **Manual de Direito das Famílias**. 9. ed. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

ELIAS, R. J. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 – 4ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2010.

GONÇALVES, C. R. **Direito Civil Brasileiro**. Vol. 6: direito de família. 15ª. ed. - São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

NASCIMENTO, J. F. C. **Adoção à brasileira**. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14879



A COMUNICAÇÃO RURAL NO BRASIL: O PAPEL DO JORNALISTA NO AGRONEGÓCIO

Ana P. G. Toledo, Tayná M. Pavaneli, Marcos A. Siboldi, Paulo F. N. Afonso,
e-mail: anapaulaguirro@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

O jornalismo, mais do que somente informar, tem como característica principal o poder que exerce em vários setores, seja na economia, na política, no esporte ou nas ações cotidianas. Como fonte de informação para vários tipos de público e cultura, este não deixa de renovar a maneira como transmite a informação. A causa disto está em sua propagação por diversos meios de comunicação, facilitando que grupos específicos ou a população em geral fiquem bem informado. No âmbito do jornalismo especializado, o mercado da informação também tem crescido e aprimorado suas técnicas. O jornalismo rural faz parte desta mudança, mais do que ocupar um espaço repleto de oportunidades em vários meios de comunicação, visa principalmente atualizar o produtor rural e o leitor em geral da importância deste setor para o rumo econômico e social do país. (ABIAHY, 2000) De acordo com Cardoso e Prado (2008), o jornalismo de agronegócio evoluiu muito nos últimos anos, já que deixou de ser ligado somente a coisas que acontecem dentro de uma propriedade rural, e hoje começou a ligar o agronegócio em todos os sentidos da cadeia produtiva.

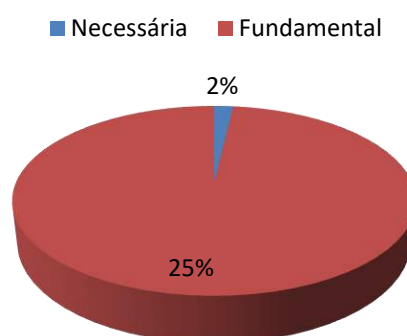
2 METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa utilizada pode ser classificada como uma pesquisa bibliográfica, onde foram escolhidos artigos para a criação de um panorama que pudesse nortear e nos inteirar sobre o objeto analisado. Os temas dos artigos foram escolhidos por afinidade com o que o projeto propõe, entrevistas e aplicação de questionário foram os instrumentos escolhidos para obtenção de informações. As entrevistas foram realizadas com profissionais da área, com questões previamente formuladas. Ao todo foram 27 entrevistados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A especialização de fato se faz necessária, para Herbelê (2013) o uso intensivo das tecnologias tem relegado ao comunicador social um papel de mero utilizador de meios técnicos e reproduzidor dos conteúdos emanados pelos campos sociais de onde partem estes discursos. Esta teoria se confirma na quantidade de mídias especializadas em agronegócio, com dados mais aprofundados, tanto que 25% dos jornalistas entrevistados reconhecem que o papel do profissional da comunicação nesse setor é fundamental (Figura 1)

Figura 1 – Como os jornalistas classificam a importância do profissional da comunicação no setor do agronegócio



Fonte: ELABORADO PELO AUTORES (2018).

A comunicação rural passa a ser mais multidisciplinar envolvendo promoção de vendas, merchandising, serviço de mala direta; além de feiras, convenções e congressos. A agricultura passa a ser agronegócio ou agroexportação (MAGALHÃES, 2004). Este setor possui uma significativa participação na economia e na mídia, com grande volume de informação, gera a necessidade de administração de todo esse seu potencial informativo. Segundo Lemos (2014) a comunicação como um dos elos da cadeia produtiva é essencial ao desenvolvimento ordenado e sustentável do agronegócio. É preciso potencializar o esclarecimento da população para mostrar a importância social e econômica do setor.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nesse trabalho podemos concluir que o jornalista desempenha um papel importante no processo de desenvolvimento deste setor. Afinal, além de transmitir informações, ele, de certa forma, constrói uma realidade social. Logo, tem a função de despertar o interesse da sociedade sobre a importância do agronegócio. Para se tornar um dos protagonistas da comunicação rural, o jornalista precisa dedicar parte da sua atenção às famílias e grupos que interferem diretamente nas relações da área rural. O jornalista que cobre o agro é um profissional, que assim como o produtor rural, tem que entender de muita coisa, de clima, de finanças, de política, legislação, tecnologia, e assim por diante. O jornalista do agro é um profissional forjado na prática, na raça mesmo, porque senão, ele não entenderia as especificidades do setor.

A interação e o preparo dos profissionais de agronomia também são importantes, para que junto aos jornalistas, ambos possam buscar estratégias para compreender o contexto social, a linguagem e as necessidades que tem o produtor rural. Quem vive no campo conhece muito sobre a natureza e o seu saber deve ser valorizado, reconhecido. É por isso que o diálogo também se faz necessário, um dos objetivos do profissional deve ser o de tornar as mensagens mais acessíveis para um público-alvo que muitas vezes é formado por pessoas com pouca escolaridade.

A capacitação de profissionais da comunicação no agronegócio contribuiria também para a multiplicação de espaços e veículos para a cobertura da área. O setor rural é visto pela mídia como um espaço de produção de riqueza e não como um ambiente rico em relações sociais e em manifestações culturais

REFERÊNCIAS

ABIAHY, A. C. A. **O jornalismo especializado na sociedade da informação**. Paraíba, 2000. Disponível em: < <http://www.bocc.ubi.pt>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

CARDOSO, L.; PRADO, M. **O telejornal Rural Notícias como fonte de informação para o produtor do Distrito Federal**. Canal Rural. Brasília, Centro Universitário de Brasília, 2008.

HEBERLÊ, A. A comunicação social como fator de desenvolvimento. **Workshop Comunicação para o desenvolvimento na pesquisa e na extensão rural, com o uso de rádio e TV**. Brasília, DF. Disponível em:<



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

<https://drive.google.com/file/d/0B2pXikbqPID5Q1FkbF9yQUxyU1U/edit>>. Acesso em: 07 ago. 2018.

MAGALHÃES, H. A. **Comunicação e desenvolvimento no meio rural**. Goiânia: UFG, 2004.

LEMOS, E. **Comunicação como elo da cadeia produtiva do agronegócio**.
<http://www.agroleitecastrolanda.com.br/noticia/comunicacao-como-elo-da-cadeia-produtiva-doagronegocio->

A CONTEMPORANEIDADE DO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL

Gabriel Scarre Budin, Jeferson Alves, Kennedy Henrique Vieira, Vanderlei de Freitas Nascimento Junior, e-mail: jeh_bariri@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade é bastante evidente o problema social que envolve a escravidão, mesmo esta sendo abolida em 1888. Apesar de ser vedado legalmente, um fato que pode provocar a escravidão, é a emigração de indivíduos que saem de locais desprovidos de recursos financeiros, procurando um trabalho em locais com renda maiores e, depois, acabam se submetendo a trabalhos equiparados a escravos, para manter a sua sobrevivência.

Vale ressaltar que muitos desses indivíduos que procuram melhores condições de trabalho, fora de suas localidades, acabam se iludindo com falsas promessas de trabalho digno e ao chegarem se deparam com o oposto ao prometido (SENTO-SÉ, 2000).

As maiores vítimas dessa situação são as pessoas analfabetas ou com baixo grau de escolaridade, que as vezes não tem o discernimento completo para poder confrontar o que lhes é imposto que, por necessidade de emprego e de receber o salário que lhes é pago como retribuição do trabalho forçado, acabam se submetendo à essas situações precárias de trabalho escravo.

Importante frisar que, além dos casos da emigração, o trabalho escravo pode advir do tráfico interno ou internacional de pessoas, ou, até mesmo, em caso de dívidas, comercio sexual, trabalho forçado, dentre outros fatores (PIOVESAN, 2011).

Qualquer que seja a modalidade de escravidão, fere os princípios constitucionais da liberdade de locomoção, os direitos humanos, além de ser um crime previsto pelo Código Penal brasileiro. Atualmente, os casos de flagrantes praticados junto a empregadores da indústria e do meio rural são numerosos, tratando-se de tema com evidente relevância.

Assim, pretende-se investigar quais as soluções que o ordenamento jurídico brasileiro propõe para a extinção do trabalho escravo na contemporaneidade?

2 METODOLOGIA

Para o alcance dos objetivos do projeto serão desenvolvidas pesquisas bibliográficas e pesquisas documentais, de natureza exploratória, dedutiva e descritiva. Por se tratar de uma pesquisa de cunho teórico, o ambiente da pesquisa ou seu universo será a literatura especializada sobre o tema “trabalho escravo” e seus relacionamentos. A coleta de dados junto à literatura especializada envolverá as seguintes fases: a) fase 1 - pesquisa de livros históricos sobre o tema escravidão e apontar os dados importantes; b) fase 2 - pesquisa de Livros sociológicos sobre o tema escravidão e separar o relevante; c) fase 3 - leitura, resumo e interpretação dos documentos localizados e obtidos, em que a sistematização lógica desse material constitui o referencial básico para a elaboração do trabalho; d) fase 4 - redação do texto referente ao desenvolvimento do tema.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No Brasil, a escravidão teve seu início com a chegada dos portugueses, sem relatos de escravos indígenas antes disso. Quando os portugueses chegaram ao Brasil, por intermédio do escambo, utilizaram a mão de obra indígena, dando-lhes objetos inúteis em troca de sua força de trabalho. No entanto, com o decorrer do tempo, os indígenas perderam o interesse em trabalhar para os portugueses, talvez pelo ritmo do serviço ou por satisfazerem sua curiosidade nas quinquilharias lusitanas. Desse modo, os portugueses utilizaram-se da força para atingirem seus interesses e assim surge a primeira relação escravocrata no Brasil, entre portugueses e índios.

Seja pela dizimação indígena, pela proteção jesuíta ou pelas tribos ficarem cada vez mais desobedientes, a escravidão indígena foi perdendo força, dando lugar a escravidão negra. Um ponto a ser ressaltado, conforme explana Pinsky: “Nada mais equívoco do que dizer que o negro *veio* ao Brasil. Ele foi *trazido*” (1988, p. 21). O transporte de escravos era feito por meio dos chamados “navios negreiros” e suas condições eram sub-humanas.

As características que evidenciavam a precariedade nos transportes eram inúmeras, a começar que nos navios eram levados o maior número de escravos possível. Nessas embarcações, era constante a cena de escravos espremidos, vomitando, defecando em seus lugares. Pode-se deduzir que essas condições

geravam muitas doenças, e conseqüentemente, transformando o mar no ponto final da viagem de muitos.

Com a chegada dos escravos no Brasil, como o esperado, ele era tratado como objeto, coisa, mercadoria, e desse modo, não havia preocupação em vendê-los separados de sua família, assim era comum a cena de pais sendo separados de seus filhos. A vida de escravo era muito dura, tendo uma jornada de trabalho de quinze a dezoito horas diárias. As refeições, que eram poucas, deviam ser consumidas rapidamente, e eram servidas em grandes panelas com os escravos agachados e servindo-se com as mãos.

O negro era convertido para o cristianismo, ou melhor, nas palavras de Pinsky “a conversão do negro ao cristianismo era determinada pela sua situação de escravo. O escravo não *apenas podia* ser católico: ele *tinha* que sê-lo” (1988, p. 42). Pode-se concluir que o negro era obrigado a deixar sua religião e seguir as crenças de seus senhores.

A primeira iniciativa para acabar com a escravidão foi o Congresso de Viena em 1815, que cessaria o comércio de escravos ao norte da linha do Equador. Portugal, com Dom João VI, dois anos após, ratificou o Congresso de Viena, concordando com a interceptação de navios negreiros pela marinha inglesa. No entanto, o tráfico de escravos ainda era abundante no Brasil. Apesar das medidas adotadas, tal como a Lei do Ventre Livre de 1871, ou a Lei dos Sexagenários 1885 o Brasil só aboliu a escravidão em 13 de maio 1888, com a Lei Áurea, sendo um dos últimos países a cessarem esta atividade.

O conceito de trabalho escravo contemporâneo no Brasil há de se observar diversos aspectos, e não apenas o ponto de vista social, mas tem-se que observar também sob a óptica trabalhista, jurídico, ligando aos pontos históricos, uma vez que a sociedade está em constante evolução e não podemos dizer que apenas será considerado trabalho escravo hoje em dia apenas aqueles que se dê da mesma maneira que antigamente, ou seja, acorrentados, morando em senzalas, torturados, privados de sua liberdade individual; assim como a sociedade evolui, a situação de escravidão também acaba por evoluir junto e assim podemos dizer que temos a “escravidão moderna”.

Um dos diversos entendimentos conceituais que temos hoje em dia de trabalho escravo é de Sento-Sé:

Dessa maneira, poderíamos conceituar o trabalho escravo contemporâneo como sendo a atividade laboral desenvolvida pelo trabalhador em benefício de terceiro, em que se verifica restrição à sua liberdade e/ou desobediência a direitos e garantias mínimos (sujeição à jornada exaustiva ou a trabalho degradante, dívida abusiva em face do contrato de trabalho, retenção no local de trabalho por cerceamento do uso de qualquer meio de transporte, manutenção de vigilância ostensiva e retenção de documentos) dirigidos a salvaguardar a sua dignidade enquanto trabalhador. Trata-se de conceito que segue a previsão do art. 149 do Código Penal e que, a nosso ver, esclarece a compreensão da matéria (2011, p. 60).

A Convenção nº 029 da Organização Internacional do Trabalho, em seu artigo 2º faz uma classificação do trabalho forçado ou obrigatório:

Artigo 2º - 1. Para fins desta Convenção, a expressão "trabalho forçado ou obrigatório" compreenderá todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob a ameaça de sanção e para o qual não se tenha oferecido espontaneamente.

A fim de reforçar a questão da diversidade apontada sobre definição de trabalho escravo, entendendo-se que tal situação deve ser analisada sobre diversos ângulos, Sento-Sé ainda afirma:

Sob um outro prisma, é possível afirmar que o escravo da atualidade não se encontra numa situação de exploração muito distante da que estava envolto o escravo da Idade Antiga ou do período da colonização portuguesa no Brasil a partir do Século XVI. Como se constituía em parte integrante do patrimônio do seu amo, este tinha toda preocupação e cuidado de alimentá-lo e vesti-lo, como também de curar as suas doenças, já que o escravo representava um investimento econômico vultoso e caro. Na atualidade, ao contrário, a mão de obra que se encontra nessa situação de escravidão é considerada descartável e inutilizável pelo explorador, particularmente quando se encontra idosa, doente ou, por qualquer outra razão, desnecessária para o trabalho. O patrão não tem qualquer espécie de compromisso com esses trabalhadores e, além disso, tem a sua disposição um autêntico exército de pessoas para substituí-los já que estariam disponíveis para trabalhar em condições semelhantes, por viverem num quadro de pobreza e miséria que lhes impõe sujeitar-se ao labor de tal jaez (2011, p. 1).

É possível chegar à conclusão de que a definição de escravidão hoje em dia não é igual a escravidão de antigamente, pois hoje ela se espalha por diversos lugares e de diversos modos, podendo ser em relação à liberdade, à direitos trabalhistas, em relação à abandono, enfim, pode-se dizer que surgiu novos sistemas para se escravizar as pessoas mais necessitadas. Pode ser, no entanto, considerado trabalho escravo aquele que tem sua liberdade privada até aquele que não tem o apoio de seus

empregadores em um tratamento médico em caso de doença desenvolvida pela situação do trabalho.

Existe certa confusão quando se trata sobre o trabalho escravo, ou trabalhadores que se submetem a condições análogas a de escravo nos dias de hoje, pois quando se fala disso, costuma-se pensar que a questão dessas pessoas são apenas a falta de liberdade, ou, apenas, a falta de direitos trabalhistas, boas condições de trabalho, mas, na verdade, tais direitos trabalhistas acabam por ficar em segundo plano, uma vez que acima deles, busca-se garantir à tais trabalhadores os direitos individuais. Dignidade da pessoa humana, direitos sociais e direitos trabalhistas vêm como uma posterior consequência após a efetivação dos direitos individuais de cada um. Isto porque, os trabalhos escravos não dizem respeito apenas a trabalhadores que não recebem salário, que não tem horário de almoço, que não recebem adicional de insalubridade.

O princípio da dignidade da pessoa humana e a liberdade individual do trabalhador assim como os demais direitos trabalhistas fazem parte do chamado “mínimo existencial”, representando a garantia de um mínimo de direitos que todo cidadão possui tornando-se uma pessoa digna.

E tal busca pelos direitos individuais e pela dignidade humana acabam por se tornar maiores do que a busca por direitos trabalhistas, pois muitos são os noticiários, jornais e revistas que noticiam casos em que pessoas que são mantidas em cárceres e que se submetem a trabalho análogo ao escravo, por necessidade e não por opção. É uma clara violação de direitos, fator este que estimulou o aumento das manifestações públicas, por todo país, e, pelos mais diversos motivos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que as condições de trabalho análogas à escravidão constituem uma séria violação dos direitos humanos, justificando a necessidade de o governo estar intrinsecamente ligado a esse problema social, devendo compreendê-lo, fiscalizá-lo, e, por fim, coibir tais práticas.

Além da proteção governamental, é necessário que toda a sociedade identifique, avalie e denuncie atos que se assemelhem ao trabalho escravo.



REFERÊNCIAS

CONVENÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO – OIT. Disponível em:
<http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/LEGIS/CLT/OIT/OIT_029.html> Acesso em: 12 de outubro de 2018.

GONÇALVES, I. F. **Trabalho Escravo Contemporâneo: CONCEITO, CARACTERÍSTICAS E ASPECTOS SOCIAIS**. Disponível em:
<<https://jus.com.br/artigos/65768/trabalho-em-condicoes-analogas-a-de-escravo-contemporaneo/2>> Acesso em 10 de outubro de 2018.

PIOVESAN, Flávia. **Trabalho escravo e degradante como forma de violação dos direitos humano**. 2, ed. São Paulo, LTr, 2011.

SENTO-SÉ, J. L. A. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**. Belo Horizonte, v.53, n.83, p.57-71, jan./jun.2011.



A CRIMINALIZAÇÃO DA LGBTIFOBIA A LUZ DO PARADGIMA DA LEI Nº 11.340/06

Adrieli Fernanda do Nascimento Silva Pereira¹, Grasiela Lima²
e-mail: adrielifernandanascimento@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é o país que mais mata LGBTI – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais – no mundo. Os relatórios anuais realizados pelo Grupo Gay da Bahia constataram que no ano de 2017 cerca de 445 homossexuais foram assassinados, sendo que nesses dados não estão contabilizados outros diversos tipos de violências, tais como as lesões corporais, violência psicológica e a discriminação praticadas contra os membros do grupo LGBTI.

Com efeito, rotineiramente, os noticiários jornalísticos trazem casos de agressão e de morte de membros ou simpatizantes da comunidade LGBTI e, as causas para tanta violência são o preconceito e a discriminação de gênero ou orientação sexual. Nota-se que os referidos motivos assemelham-se com a violência praticada contra mulheres em âmbito doméstico e intrafamiliar, cujos mecanismos para a sua coibição e punição estão previstos na Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha). Assim a violência contra o grupo LGBTI – a LGBTIfobia – também deve ser combatida e criminalizada a fim de que os princípios constitucionais e os direitos fundamentais do referido grupo sejam, de fato, assegurados e protegidos.

2 METODOLOGIA

A base metodológica para a realização do presente trabalho foi a pesquisa bibliográfica de base teórica, em legislação e doutrinas, bem como em fontes paralelas, a saber, jurisprudências, estatísticas e artigos científicos selecionados através de busca no banco de dados do Scielo, a partir dos descritores LGBTIs, diversidade sexual e direitos, criminalização da LGBTFobia.

¹ Bacharelanda do 10º Semestre do Curso de Direito, das Faculdades Integradas de Jau

² Doutora (2003) em Sociologia pela UNESP/FCLAr. grasilima29@gmail.com

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Grupo Gay da Bahia³ é uma Organização Não Governamental (ONG) que atua em prol dos direitos humanos da comunidade LGBTI, e uma das mais engajadas em relação à defesa dos interesses dessas pessoas, denunciando todas as formas de intolerância e violência contra as expressões da diversidade sexual. Anualmente o Grupo publica relatórios sobre a violência praticada contra a população LGBTI e constata-se que ano após ano os casos vêm aumentando consideravelmente. E qual a razão desse aumento? Preconceito, discriminação, intolerância pela condição da vítima pertencer ao grupo supracitado, constituindo-se fenômeno social denominado LGBTIfobia.

Com relação ao tema em comento, buscando esclarecer termos e conceitos, destacam Alencar e Bergamim (2013) :

LGBTifobias é um termo que utilizamos para designar o conjunto de violências contra LGBTs. Tratam-se de Lesbofobias, homofobias e transfobias. Estas são específicas, porque lésbicas sofrem lesbofobias, determinados tipos de violência, por serem lésbicas e mulheres e estarem, antes de tudo, submetidas ao machismo e ao patriarcado, como forma de dominação de seus corpos e mentes. Elas acabam sofrendo “estupros corretivos” de homens que se julgam no direito de “corrigir suas sexualidade e ensiná-las a serem mulheres, porque vieram ao mundo pra isso”. No caso de Homossexuais, as Homofobias se dão por motivos também ímpares, que, de certo modo, são perpassados pela lógica autoritária de machistas que veem neles seu espelho e, por se rejeitarem, rejeitam-nos. Em relação às Travestis e às pessoas Transexuais, estas têm agravantes e são vítimas de transfobias porque, principalmente, não têm identidade de gênero condizente com seus sexos biológicos, rompem com a lógica de normalidade heterossexual e, sobretudo, são excluídas e marginalizadas nos espaços públicos, quando são femininas (é a identidade de gênero das travestis e das mulheres lésbicas, não coincidentemente ambas são rejeitadas e subjugadas por homens) e quando são masculinizadas (homens transexuais – que nasceram com sexo feminino, mas não se identificam com ele – sofrem com estupros corretivos e invisibilidades sociais porque, afinal, fogem à regra e, antes, tiveram formação de vida de mulheres, consideradas “sexo de segunda categoria” por homens que as controlam, dominam, exploram e mantêm sob suas ordens). (p.03)

A LGBTIfobia, portanto, é o reflexo da intolerância de uma sociedade que tem o machismo como raiz histórica, que determinou o que deve ou não ser aceito pela

³ O Grupo Gay da Bahia é a mais antiga associação de defesa dos direitos humanos dos homossexuais no Brasil. Fundado em 1980, registrou-se como sociedade civil sem fins lucrativos em 1983, sendo declarado de utilidade pública municipal em 1987. É membro da ILGA, LLEGO, e da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT). Em 1988 foi nomeado membro da Comissão Nacional de Aids do Ministério da Saúde do Brasil e desde 1995 faz parte do comitê da Comissão Internacional de Direitos Humanos de Gays e Lésbicas (IGLHRC). Ocupa desde 1995 a Secretaria de Direitos Humanos da ABGLT, e desde 1998 a Secretaria de Saúde da mesma. (GGB – Nossa História)

sociedade a partir da imposição de uma ideologia relacionada à norma heterossexual e padrões desiguais de gênero. Assim, quem não se enquadra nessas normas sofre processos de preconceito, discriminação e violências.

Todavia, nos dias atuais, tal intolerância afronta diretamente um dos maiores princípios da Constituição Federal de 1988 – o princípio da dignidade da pessoa humana. Com efeito, a referida Carta Magna não delimitou para quais pessoas os seus princípios e objetivos eram inerentes, pelo contrário, trouxe o direito à igualdade entre todos, além de vedar qualquer tipo de discriminação.

Nesse contexto, encontra-se na legislação atual um paradigma como fonte inicial para combater a LGBTIfobia, a Lei “Maria da Penha”⁴, visto que é perceptível a semelhança em relação às causas da violência contra mulher no âmbito doméstico e a violência contra o grupo LGBTI, pois ambas se referem especificamente à violência condicionada pela questão de gênero.

Nesse sentido, é sabido que no decorrer da história da humanidade, em diferentes culturas ou civilizações, as mulheres foram tratadas como objetos, propriedades dos homens, não tendo direito a voz, a expressar suas opiniões, não gozando de nenhum direito de cidadania. Contudo, a partir de um processo de lutas encabeçado pelos movimentos sociais feministas, principalmente a partir do final do século XIX, essa realidade começou a mudar em termos de legislação e comportamento.

No Brasil, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, conseguiu-se uma grande vitória: os direitos de igualdade entre mulheres e homens. Entretanto, a vida cotidiana não acompanhou o avanço da lei e as mulheres continuam viver em situação de violências psicológicas, físicas sexuais, tanto nos ambientes domésticos quanto em diferentes espaços sociais.

Assim, Maria da Penha, que sofreu duas tentativas de homicídios praticadas por, até então, seu esposo e, em decorrência da impunidade do seu agressor foi obrigada a recorrer à Organização dos Estados Americanos (OEA), denunciando o país como omissa e negligente no que se refere à violência doméstica. Com a condenação do Brasil, foi editada uma lei para coibir essa forma de violência – a Lei nº 11.340/2006, a qual é popularmente conhecida como Lei Maria da Penha.

⁴ Lei nº 11.340/06

Ante os fatos supracitados, percebe-se que tanto a violência contra a mulher quanto a violência contra o grupo LGBTI são resultados de intolerância, discriminação, preconceito em virtude das questões de gênero, visto que tanto o grupo LGBTI quanto as mulheres são vulneráveis perante uma cultura historicamente patriarcal e machista.

Assim como no caso das mulheres, a comunidade LGBTI também precisa de uma resposta do Estado, a fim de combater a violência. Sabe-se que a lei nº 11.340/06 não erradicou a violência doméstica, no entanto, foi uma resposta do Estado a todos os brasileiros de que os direitos constitucionalmente conferidos as mulheres seriam efetivamente assegurados e protegidos, punindo na forma da lei àqueles que praticarem violência contra elas, principalmente no âmbito doméstico e intrafamiliar.

Outrossim, ressalta-se também que a luta para criminalizar a LGBTIfobia não é recente. Com efeito, atualmente, discute-se a possibilidade da criminalização da LGBTIfobia por intermédio do projeto de Lei nº 515/2017, o qual visa alterar a Lei nº 7.716/89 (Crimes Raciais).

Vale lembrar que este não é o primeiro projeto que tenta criminalizar a LGBTIfobia, uma vez que outrora houve o projeto de Lei nº 122/06, que foi arquivado em 2014. O referido projeto propunha criminalizar os preconceitos motivados pela orientação sexual e pela identidade de gênero, e previa penalização criminal e outras punições de natureza civil.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) apresentou na Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa o anteprojeto do Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero. Esse anteprojeto tem por objetivo, através da lei infraconstitucional, efetivar os princípios e normas constitucionais no tocante ao grupo LGBTI, combater a discriminação e o preconceito por orientação sexual e identidade de gênero, almejando-se, assim, a garantia dos direitos individuais, coletivos e difusos das minorias em questão. O anteprojeto foi aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa e ganhou o título de Projeto de Lei nº 134/18 e, atualmente, encontra-se no Senado Federal, a fim de ser discutido e votado.

Por outro lado, embora não exista lei federal vigente para combater a LGBTIfobia, alguns Estados começaram a aderir à campanha contra a discriminação e o preconceito, no entanto, por serem campanhas locais não alcançam a visibilidade necessária.

Outro exemplo de iniciativa a fim de combater a LGBTIfobia é a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, a qual disponibiliza cartilhas de informações sobre os direitos dos LGBTIs, nas quais esclarece não só os direitos dessa comunidade, como também o que vem a ser discriminação à população LGBTI, além de trazer um compilado de leis locais que visam a não discriminação e os meios possíveis que a vítima pode buscar com o fim de responsabilizar seu agressor.

Do mesmo modo, no Estado de São Paulo é vigente a Lei Estadual nº 10.948/2001 e, conforme esta lei são atos discriminatórios a proibição da livre manifestação de afetividade, como beijos; a proibição de ingresso ou permanência em qualquer ambiente ou estabelecimento, como restaurantes, shoppings; demissão do(a) trabalhador(a) ou sua não contratação, em razão de orientação sexual e identidade de gênero, dentre outros, sendo que as referidas condutas discriminatórias são punidas administrativamente.

Como é perceptível, concernente a matéria social, os Estados vêm gradativamente trabalhando a fim de combater a discriminação, no entanto, a violência contra LGBTI continua a crescer. Assim, tendo em vista a violência em comento, entende-se que criminalizar a LGBTIfobia é dar uma resposta imediata àqueles que insistem em discriminar as pessoas devido suas respectivas orientações sexuais ou identidade de gênero, e conseqüentemente, assim como ocorreu com a violência doméstica, após a publicação da lei defendida, espera-se que o grupo LGBTI ganhe maior visibilidade e que a própria sociedade passe a colaborar com o combate a LGBTIfobia.

De outra banda, percebe-se que não é possível esperar que mais pessoas sejam assassinadas, que mais sangue seja derramado para que enfim resolvam-se criminalizar a LGBTIfobia. E, a fim de melhor fundamentar a questão em comento, faz-se necessário trazer os dados obtidos com os relatórios da violência contra o grupo LGBTI.

Com efeito, tem-se que no ano de 2016 a cada 25 horas 01 LGBTI foi vítima de LGBTIfobia. Assim, nesse ano, cerca de 343 pessoas LGBTI foram assassinadas. Já em 2017, 445 LGBTI morreram no Brasil, sendo que 387 foram homicídios e 58 suicídios. Portanto, a cada 19 horas 01 LGBTI é vítima da LGBTIfobia.

Levando-se em consideração os princípios que regem a nossa Constituição Cidadã, pautada pelos valores da dignidade da pessoa humana, causa espanto e indignação perceber o crescimento de tanta violência contra essas pessoas, pois conforme estes relatórios foram 130 mortes em 2000, 260 em 2010 e 445 em 2017.

Ressalta-se que os relatórios só mencionam as mortes como patamar mais grave da LGBTIfobia, no entanto, sabe-se que os números são maiores uma vez que é o Estado que detém o controle de todas as causas mortis registradas no país, e esse, por sua vez, não as registra como LGBTIfobia.

Nesse sentido, segundo o antropólogo Luiz Mott (2017):

tais números alarmantes são apenas a ponta de um iceberg de violência e sangue, pois não havendo estatísticas governamentais sobre crimes de ódio, tais mortes são sempre subnotificadas já que o banco de dados do GGB se baseia em notícias publicadas na mídia, internet e informações pessoais. A falta de estatísticas oficiais, diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos, prova a incompetência e homofobia governamental, já que a Presidenta Dilma prometeu aprovar, mas mandou arquivar o projeto de lei de criminalização e equiparação da homofobia ao crime de racismo e o Presidente Temer não atendeu ao pleito do Movimento LGBT sequer para ser recebido em audiência. (pg. 02)

De outro lado, chama-se a atenção para os meios de execução dos homicídios, pois as vítimas, na maioria das vezes, são torturadas e executadas com requintes de crueldade.

Sendo assim, pergunta-se: e a dignidade humana dos membros do grupo LGBTI? Qual a dignidade que o Estado proporciona ao grupo que comumente e diariamente sofre preconceito e discriminação, simplesmente por pertencerem ao referido grupo? O que o Estado faz para evitar que essas pessoas sejam tratadas como objetos?

A Constituição Federal em 2018 completa 30 anos da sua promulgação, no entanto, até hoje o supraprincípio da dignidade da pessoa humana no que concerne aos membros do grupo LGBTI não foi concretizado visto que as estatísticas mostram o aumento da violência contra essas pessoas, levando-as a temer pela própria vida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos fundamentos supracitados, entende-se que o Estado tem o dever de agir, a fim de assegurar a integridade, a dignidade da pessoa humana, principalmente dos grupos de minorias, especialmente os vulneráveis perante as

consequências de uma cultura machista, violenta e intolerante com o diferente. Assim, a proposta da presente pesquisa foi trazer uma abordagem sobre a lei nº 11.340/06 como paradigma na reflexão quanto à necessidade da criminalização da LGBTfobia, porque em ambos os casos prevalece o preconceito de gênero e o não respeito ao princípio constitucional da igualdade e dignidade humana.

Trata-se, portanto, de vítimas que necessitam de um olhar atento do Estado, que precisam ser protegidas e, principalmente, que possam exercer seus direitos e deveres constitucionais de forma digna, com igualdade perante, e de forma livre exercer o direito de ser quem realmente são, sem medo de sofrerem represarias ou violências daqueles que assumem posturas intolerantes com o diferente do padrão sociocultural e heteronormativo imposto. É necessário, portanto, uma legislação que estabeleça princípios, garanta direitos, criminaliza atos discriminatórios e impõe adoção de política públicas voltadas para o respeito às identidades sexuais não hegemônicas.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Y. N.; BERGAMIN, M. A. **“Heterossexualidade obrigatória e violência contra LGBT na cidade de São Paulo”**. II Seminário de Pesquisa da FESPSP, 2013. Disponível em: <https://www.fespsp.org.br/seminario2013/artigos/IIseminarioPesquisa_YasmimNóbrega.pdf> Acesso em 12 out. de 2018.

BARROSO, Luís Roberto. Interpretação e aplicação da Constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 05 de Outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em 07.08.2018.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de Agosto de 2006, Lei Maria da Penha. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em 10 ago. 2018.

BRASIL. Projeto de Lei do Senado nº 515/17 – Criminaliza a Homofobia. Disponível em em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/132048>> Acesso em 10 set. 2018.

CATILHO, Ricardo. Direitos Humanos. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MOTT, Luiz; MICHELS, Eduardo. Pessoas LGBT mortas no Brasil. Relatório 2017. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>> Acesso em 10 out. 2018.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**, 38.ed. Editora Malheiros Editores, 2014.

A DESMATERIALIZAÇÃO DOS TÍTULOS DE CRÉDITO E A MITIGAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CARTULARIDADE

Ademir Fernando Amadeu, Thaisa R. A. Navarro, Isabela Cintra da Silva,
Renato Zanolla Montefusco, e-mail: rzmontefusco@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende analisar o instituto dos títulos de crédito. De grande relevância ao Direito Comercial, tal instituto desfruta de princípios e regras próprias que, embora muito parecidos com a área civilista, gozam de clara distinção. A análise faz-se mister justamente porque a o dinamismo social e os avanços tecnológicos trouxeram a baila uma nova ótica ao instituto, sobretudo ao que diz respeito ao princípio da cartularidade. Outrora definida apenas pela mera apresentação da cártula, tem hoje fundamental alteração graças à desmaterialização de quase todo o processo creditício e sua digitalização. É notório, todavia, que se leve em conta questões de segurança e garantia, afinal, a “relativização” da cártula é sensível na contemporaneidade.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho fundamentou-se no método dedutivo que consistiu na pesquisa bibliográfica, análise jurisprudencial e a legislação pátria.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Surgimento dos títulos de crédito

Para falar a respeito do surgimento dos títulos de crédito, faz-se necessário analisar, por primeiro, todo contexto histórico que culminou em sua existência.

O período em questão é a idade média. Fran Martins (2014), a esse respeito, diz: “O Direito Comercial como um conjunto de normas jurídicas especiais, diversas do Direito Civil, para regular as atividades profissionais dos comerciantes, tem a sua origem na Idade Média”, isto é, embora o comércio já existisse, pois o “negócio” sempre foi algo fundamental, é na Idade Média que ele ganha um caráter jurídico,

principalmente porque as cidades que ficavam à beira-mar tornaram-se importantes centros comerciais.

Muito embora a agiotagem não fosse incentivada pelo Direito Canônico, os grandes comerciantes pertencentes aos burgos faziam-no mesmo assim. Surgiram então os mercados que, segundo Fran Martins (2014), os mercados eram locais, situados nas cidades, a que compareciam os agricultores com os seus produtos, vendendo-os e adquirindo. Dos mercados, surgiram as feiras, assim chamadas as reuniões de comerciantes de vários lugares, que traziam bens e produtos diferentes para o negócio. O comércio cresceu tanto que, a partir de então, os comerciantes começaram a criar leis próprias, e daí surgiu aquilo que se chamava Corporação, um local onde elegiam inclusive juízes para dirimir conflitos com base nos Estatutos que eram escritos para reger os negócios.

Fran Martins (2014) continua e assevera que “vários institutos do Direito Comercial tiveram sua origem ou maior desenvolvimento nessa época”, por exemplo, os bancos se tornaram fortes e, por essa razão, um conjunto de normas passou a regulamentar a atuação dos banqueiros; a letra de câmbio, antes documento simples de comprovação de depósito, passou a servir como ordem de pagamento. Santa Cruz (2017) diz o mesmo, que nesse período surgiram os institutos, como os títulos de crédito, bancos e tipos societários.

3.2. Importância dos títulos de crédito

André Santa Cruz (2014) afirma que, a princípio, os negócios eram feitos por escambo, isto é, mera troca. Tempos depois surgiu a moeda e esta servia como um meio para dinamizar as relações comerciais: no começo usava sal, depois metais preciosos e afins. Mais tarde, como um meio de atender a maior demanda de crescimento na movimentação no mercado, surgem os títulos de créditos, que, até hoje, tornam mais rápida e segura a relação.

Desta forma, o crédito consegue fazer com que o capital circule, por isso torna-o cada vez mais produtivo. Sendo assim, título de crédito é instrumento de circulação de riqueza. Hoje, porém, face a imersão da sociedade na era da informação, os títulos de crédito sofrem grandes alterações diante da era digital.

3.3. Conceito

Crédito, em sua origem etimológica, *creditum*, vem do latim “*credere*”, que significa confiança. Inicialmente podemos afirmar que os títulos de crédito decorrem de um binômio: Tempo + Confiança.

Título de crédito, segundo o doutrinador Césare Vivante, é: "Documento necessário para o exercício do direito, literal e autônomo, nele mencionado", insta mencionar que tal ensinamento acerca do que seja título de crédito está consignado no próprio diploma civilista, no art. 887. Nessa ideia se insere três princípios basilares, norteadores do assunto, a saber: a literalidade, a autonomia e a cartularidade.

3.4. Princípios do títulos de crédito e a mitigação do princípio da cartularidade

Embora citados anteriormente, os princípios que norteiam os títulos de crédito são a literalidade, a autonomia e a cartularidade. Esmiuçando o tema, a literalidade concerne ao rigor das palavras escritas no título e é restrito a uma função formal, visto que é obrigatório o preenchimento do documento de acordo com suas exigências e requisitos legais. Isso faz com que tudo que esteja escrito na cártula seja exigível pelo portador de boa-fé, no qual o devedor principal, em regra, não pode se opor. Destarte, o que não está no título não está no mundo, segundo Gladson Mamede. Já o princípio da autonomia se correlaciona com a plena negociabilidade do título e conseqüentemente significa que cada obrigação é independente e que a nulidade ou anulabilidade de quaisquer delas oriundas do título não invalidam o negócio principal. A título de elucidação, Bulgareli (2003, p.30) define o princípio da autonomia como sendo:

A autonomia é requisito fundamental para a circulação dos títulos de crédito. Por ela, o seu adquirente passa a ser titular de direito autônomo, independente da relação anterior entre os possuidores. Em conseqüência, não podem ser oponíveis ao cessionário de boa-fé as exceções decorrentes da relação extracartular, que eventualmente possam ser opostas ao credor originário.

Vale frisar que da autonomia transcorre dois subprincípios, que, a saber, são: o da abstração e o da inoponibilidade das exceções pessoais aos terceiros de boa-fé. A abstração remete a ideia de que todos direitos dos títulos são abstratos, ou seja, quando se coloca em circulação um título de credito, cada declaração cambiaria cria direitos e obrigações e essas declarações são independentes, não se relacionam e tampouco dependem do negócio principal. Por conseguinte, a inoponibilidade das exceções significa, a grosso modo, que não é possível recusa de pagamento feita pelo

devedor principal ao portador de boa-fé, mas há exceções. Propositamente em último lugar, mas não menos importante, o princípio da cartularidade, que vem do latim “*chartula*”, que significa pedaço de papel, se pauta no pensamento de que para haver exigibilidade do crédito é indispensável à apresentação do documento físico, todavia, nos dias atuais há uma mitigação deste princípio basilar, destarte não é mais necessário o documento físico para exigir o pagamento do crédito em alguns casos. Em suma, nos dias atuais, constata-se a desmaterialização dos títulos de crédito e inclusive já existem decisões de tribunais a respeito disso:

“EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. DUPLICATA VIRTUAL. PROTESTO POR INDICAÇÃO. BOLETO BANCÁRIO ACOMPANHADO DO COMPROVANTE DE RECEBIMENTO DAS MERCADORIAS. DESNECESSIDADE DE EXIBIÇÃO JUDICIAL DO TÍTULO DE CRÉDITO ORIGINAL. 1. As duplicatas virtuais – emitidas e recebidas por meio magnético ou de gravação eletrônica – podem ser protestadas por mera indicação, de modo que a exibição do título não é imprescindível para o ajuizamento da execução judicial. Lei 9.492/97.(...) **grifo nosso**

Conforme observado no julgado supramencionado, as duplicatas virtuais, que são títulos de crédito causais e próprios, podem ser emitidas eletronicamente sendo seu protesto perfeitamente viável por mera indicação. Sendo assim, não é a ausência física do título que inabilita sua executividade.

Contempla-se que a desmaterialização dos títulos far-se-á necessária na sociedade e, portanto, pode ser considerada uma evolução, que tem como escopo dinamizar as operações. Os benefícios que essa virtualização pode trazer são inúmeros, existe a preservação do meio ambiente visto que os documentos não serão mais físicos e conseqüentemente descartáveis, existe praticidade, pois há uma velocidade grande no envio e recebimento de informações para a realização das transações, analisa-se maior modernidade e celeridade nos negócios jurídicos, visto que não é mais preciso o credor e devedor em um mesmo local físico, pois agora os títulos poderão ser emitidos/sacados de qualquer lugar do mundo para qualquer outro lugar do mundo, bem como, é possível constatar uma grande facilidade e segurança inaudita) na utilização de tecnologias tão democráticas, até pelo fato dos títulos virtuais possuírem certificação digital com criptografia assimétrica, a qual não faz parte do escopo da presente pesquisa. Esse pensamento reforça a tese de que o mundo dos documentos materializados está chegando ao fim.

3.5. Fundamentação jurídica

Hodiernamente, os títulos de crédito impróprios são pautados na Lei Uniforme de Genebra (LUG), - Decreto nº 57.663 de 24 de janeiro de 1966, mais precisamente a Letra de Câmbio e a Nota Promissória. Já o Cheque e a Duplicata possuem legislação específica, pois eles quanto à forma são classificados como títulos vinculados, regulado pela Lei do Cheque nº 7.357 de 1985 e a Lei das Duplicatas nº 5.474 de 1968, ressaltando por vez essa última, que entre os títulos impróprios é a única que quanto a sua emissão se classifica como causal. Nessas duas últimas hipóteses a aplicação da LUG é subsidiária.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo científico teve como finalidade a análise dos títulos de crédito e de seus princípios basilares com ênfase no princípio da cartularidade diante da crescente relativização, e por corolário, a própria mitigação do princípio cartular. Para isso, foi necessário e indispensável o estudo do seu surgimento e de sua evolução histórica, bem como breves exemplos de jurisprudência relatando sobre o assunto abordado.

Conclui-se desta feita que os títulos virtuais são representantes da modernidade, celeridade e segurança jurídica e que o fenômeno da relativização é uma realidade. Nesse sentido é possível observar o quão democrático e simplificado é a realização de uma operação de crédito, inclusive, além das fronteiras de nosso ordenamento jurídico.

Faz-se mister salientar que, embora não citada acima, pois o trabalho visa ressaltar brevemente o estudo da mitigação da cartularidade, é de suma importância lembrar que além dos títulos de crédito eletrônicos existe a tarja magnética, ou melhor dizendo: cartões de débito e de crédito. Esses, por sua natureza “cruzam” os dados do cartão com os dados da Receita Federal, havendo transparência nas operações de crédito. Insta mencionar que a tarja magnética nada mais represente do que a figura do cheque eletrônico, ou seja, o princípio cartular que se desnuda no cheque, título não causal e vinculado, também foi relativizado diante dos avanços sócio-tecnológicos.



REFERÊNCIAS

BULGARELLI, W. apud GRAHL, O.. **Título de Crédito Eletrônico**. 2003. 162f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.btdt.ucb.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=105>.

MARTINS, F. **Curso de Direito Comercial**. 37ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

NEGRÃO, R.. Manual de Direito Comercial e de Empresa – Títulos de crédito e contratos empresariais. V.2. 3ª Ed. São Paulo. Ed. Saraiva. 2011.

SANTA CRUZ, A. L. **Direito Empresarial**. 7ª edição. São Paulo: MÉTODO, 2017.

A DIFICULDADE DA QUANTIFICAÇÃO DA PENA E A SUBJETIVIDADE NO EXCESSO DO EXERCÍCIO DA LEGÍTIMA DEFESA

Fábio Henrique Lopes, Leandro Alexandrino de Oliveira, Leonardo Marmol Pessoto, Gian Luca Paes dos Santos, Vanderlei de Freitas Nascimento-Junior, email: vanderlei.adv.jau@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho demonstra a necessidade da criação de um limite tênue entre o direito de se defender e a possibilidade de transformação da vingança em forma de aplicação da justiça, quando na verdade seria mero capricho para satisfazer o desejo de vingança frente à sensação de ter sido de qualquer forma violado.

O tema em si, apesar de se encontrar presente no ordenamento jurídico brasileiro, é abordado com irrisória relevância na aplicação de diferentes casos concretos, gerando consequências muitas vezes injustas para o autor da conduta.

São diversos os juristas que buscam delimitar as responsabilidades do agente no exercício de tal direito, porém pecam no tocante na orientação do que seria, ou, como seria a qualificação ou quantificação do excesso em si, cabendo a jurisprudência e a doutrina delimitarem o limite da exclusão de responsabilidade do agente e pelo excesso. Entretanto, evidentemente é impossível delimitar de forma objetiva e geral os excessos, o que poderia regular a tipificação do excesso punível, uma vez que é necessária a análise minuciosa de cada caso concreto a fim de que a decisão final não seja imposta injustamente.

O presente artigo se arrisca em possibilitar a delimitação objetiva da apreciação do excesso, sendo possível também a sua não aplicação dada as circunstâncias físicas e, principalmente, psicológicas do momento, o que devem dificultar a tomada de decisão de qualquer agente.

Dessa maneira, o presente trabalho tem por finalidade aclarar a impossibilidade de quantificação na subjetividade pré-existente no exercício da legítima defesa, proporcionando, de forma prática e clara o direito à defesa, de modo a se identificar seus respectivos excessos.

2 METODOLOGIA

O desenvolvimento da temática valeu-se da utilização de metodologia voltada para exploração da abordagem teórica qualitativa, elaborado mediante doutrinas, de forma dogmática. Realizando revisão específica de literaturas a partir da coleta de dados presentes na legislação, doutrina e jurisprudência dos Tribunais Superiores do país, possibilitando identificar a ocorrência de excesso na legítima defesa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Não é possível, se estabelecer, com precisão, o momento em que se iniciou o instituto da legítima defesa, pois desde os primórdios esteve impregnada nos instintos de sobrevivência, buscando sempre a perfeita manutenção de sua constituição física. O ser humano na busca de preservação frente os perigos da sobrevivência, sempre agiu de acordo com sua defesa própria ou de sua família, utilizando-se dos mais variados meios disponíveis para garantir sua subsistência, mesmo que para tal seja necessário o sacrifício da integridade daquele que lhe injustamente o tenha provocado.

Imperando na história a questão de como o Estado deve lidar com aquele que colocou fim a vida do pretense agressor para sua preservação. Seria possível datar quando a legítima defesa deixou de ser um mero instinto de sobrevivência e se transformou em um direito?

A resposta mais plausível é a de Fioretti (2006, p.16), o qual tratou o instituto da seguinte forma: “Porém, é inútil a procura do instituto da legítima defesa como um direito nos povos primitivos, o que se tem são resquícios encontrados em meio aos selvagens da essência da defesa, quais sejam a fisiológica e psicológica”.

Para Hungria (1958, p.281), “Ela nasceu quando o Estado deixou de se conformar com a instintiva e ilimitada oposição da força contra a força”. Sem que tivesse a formação sólida de um Estado, não seria possível a concretização dos meios básicos para vivência em harmonia e a positivação das garantias e direitos essenciais para o exercício da legítima defesa como nos ensina Guerreiro:

Para que surgisse a ideia da legítima defesa foi necessário que o Estado evoluísse e se organizasse até o ponto de monopolizar o jus puniendi em relação a todas as condutas proibidas penalmente; isto é, tantos os crimes que ofendiam interesses públicos como aqueles que atingiam valores particulares. (1997, p.64)

O Direito Romano trouxe a compreensão para a qualificação da ocorrência de legítima defesa, para que esta não se torne mero capricho de vingança contra o agressor. Assim, não é apenas necessário haver uma injusta agressão, mas, também, seria necessário que a agressão ainda estivesse em curso e, se deixasse de ocorrer tal concomitância, apareceria à figura do excesso (Guerreiro, 1997).

No Brasil Colônia o instituto da legítima defesa esteve presente desde os primórdios de seu descobrimento, sob a guarda dos portugueses e a aplicação da legislação a época vigente em Portugal, qual seja as Ordenações Das Filipinas, que prescrevia em seu Livro Quinto, Título XXXV.

Observa-se a semelhança presente, no acima transcrito artigo com o que prescreve o ordenamento jurídico atual sobre o instituto da legítima defesa, bem como a figura importante existente naquele artigo do excesso punível, que foi ao longo do tempo moldado até derivar o preceito legal atual. A essência pode se dizer que foi mantida, isto é, a falta de punibilidade daquele que temendo sua integridade quando injustamente provocado está habilitado a fazer o necessário para sua preservação, mesmo que custe a vida do agressor.

Em se tratando de legítima defesa, o ordenamento penal brasileiro atual define da seguinte maneira: “Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou a de outrem”. Para tal definição, melhor seria utilizar da acepção que é comum no dia a dia, qual seja, ao defensor próprio ou alheio praticando a repulsa pode se utilizar do meio menos gravoso ao agressor, de modo que ao fazer cessar a agressão, e, para que não se estenda tal repulsa como mero capricho de vingança, o legislador tipificou como crime seu excesso, figura esta que não será escusável e o defensor punido.

Injusta é a agressão em desacordo com o direito, contra um bem juridicamente tutelado, devendo este aspecto ser visto pela óptica objetiva do fato, que ao checar ao caso concreto fique evidente os direitos que estavam em colisão quando do exercício do direito de defesa. Noronha esclareceu por sua vez, que:

Deve ela ser atual ou iminente. A legítima defesa não se funda no temor de ser agredido nem no revide de quem o foi. Há de ser presente a agressão, isto é, estar se realizando ou prestes a se desencadear. Não existe contra agressão futura nem contra a que já cessou. (1973, p.186)

Em acordo com Hungria (1958), à teoria adotada pelo ordenamento brasileiro em relação à defesa privada trata-se da Teoria da Ausência de Injurdicidade da Ação Defensiva, demonstrando que a defesa privada não é contrária ao direito, visto que o fim é a garantia da ordem jurídica, desde que praticada dentro dos limites trazidos pela lei.

Com a concessão da possibilidade de defesa pelo Estado, o qual detém o monopólio, o interesse deste é como elenca Fioretti “São eles: o interesse da conservação da integridade pessoal do indivíduo honesto, o interesse da repressão ou eliminação da atividade criminosa que se manifesta na injusta agressão (...)” (2006, p. 96).

No mais, conceitua-se excesso como o que gera efeitos acima do esperado ou necessário, bem como o que exorbite os padrões da normalidade. Aplicando ao caso do presente trabalho, nos facilita sua aplicação Hungria “Só se apresenta o excesso quando se verifica pelas circunstâncias que houve *evitável* exorbitância no *modus* da reação” (1958, p. 304, grifos do autor).

Analisando o caso concreto, é necessário se colocar no lugar do agredido injustamente, se perguntando: “se fosse eu no lugar da vítima que repeliu a agressão, eu faria o mesmo? e, se tal repulsa poderia se enquadrar no conceito do homem médio?”

Projetando tais situações e de qual forma se encontravam a vítima e os meios disponíveis para repelir as agressões iminentes, assim como se esta poderia ter parado a repulsa à certo tempo ou se todos os modos utilizados foram realmente necessários, levando em conta claro o stress e o abalo psicológico causado pela situação em questão. Neste sentido, já assinalava Fioretti: “Esquece-se de que as ações humanas nem sempre, ou antes, quase nunca, representam forças homogêneas por intenção moral, intensidade muscular e modalidade” (2006, p. 86).

É claro que podem surgir divergências para cada interprete do caso concreto, do que configuraria o excesso na tentativa de se manter intacta sua integridade frente aqueles que a tentem denegrir, seja por conta dos meios empregados, seja por conta das situações geradas e que não podem ser previamente atribuídas a um tipo penal descritivo, pois os meios e as formas a serem utilizados na maioria das vezes

encontram-se diante da situação a qual a vítima da injusta agressão é submetida e obrigada a se defender.

Ficando a cargo dos interpretes da lei, frente ao caso concreto delimitar se ocorreu tal abuso naquilo que seria única e exclusivamente para preservar a si perante o agressor avaliar todos os critérios, quais sejam os objetivos e os subjetivos a fim de avaliar se ocorreu, realmente, a legítima defesa ou apenas à saciedade do desejo de vingança se revelando através do excesso dispensável, devendo ser punido.

Seguem alguns exemplos práticos sobre o exercício da legítima defesa:

a) Após ser surpreendido por “A” de posse de uma faca, “B”, que tem posse de arma de fogo, desfere um tiro em direção a “B”, fazendo com que este caia no chão imediatamente, não lhe oferecendo mais perigo, entretanto, “B” dispara novamente, apenas para a satisfação de seu sentimento de vingança.

Dado fato que “A”, não mais representava ameaça a “B”, tudo que vier a ser dispensado pelo agente injustamente a priori, será caracterizado como excesso;

b) “C” estava em sua residência, quando ouve passos em sua sala de estar, avistando de tal forma “D”. “C” em posse de uma faca surpreende o criminoso, desferindo algumas facadas em sua região abdominal, ficando o mesmo por tal motivo imobilizado, “C” não contente apenas em imobilizar o infrator continua a desferir golpes de faca até a levar “D” a óbito.

Dado fato que “D”, não mais representava ameaça a “C”, tudo que vier a ser dispensado pelo agente após a cessação do perigo, será caracterizado como excesso;

c) “E”, pessoa física com porte de arma de fogo, ao ser surpreendido pelo assaltante “F” em posse de arma de fogo, desfere em direção a “F”, cinco tiros que acertam o alvo, entretanto não o imobiliza, e este ainda oferece perigo pelo fato de ainda permanecer na posse da arma de fogo. “E”, imediatamente, desfere mais 7 tiros, sendo apenas o último que veio a colocar fim ao perigo representado por “F”.

Mesmo com o grande número de disparos efetuados por “E” contra “F”, estará amparado pelo direito ao exercício de defesa, visto que após cessar a injusta agressão, parou de empregar meios de que dispunha para contra “F”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resta claro e evidente que o presente trabalho através de uma construção tênue de uma linha evolutiva com relação ao instituto da legítima defesa, demonstra a dificuldade em estabelecer a quantificação dos excessos quanto à repulsa da agressão durante o exercício do direito em defender o bem tutelado em iminência de degradação, senão com a devida e justa interpretação do caso concreto em questão.

O exercício do direito de defesa não deve ser interpretado de modo quantitativo, mas apenas como a utilização de quantos e quais forem os meios necessários para repelir a injusta agressão, sendo, portanto, o excesso, tudo aquilo que extrapolar tal necessidade.

Ainda que evidente a existência de inúmeras dificuldades, conforme todas aquelas apresentadas durante todo o curso do presente artigo, que poderiam impossibilitar uma quantificação justa da punição dos excessos cometidos pelo agredido, vale lembrar, todo e qualquer descomedimento que venha violar a vida alheia ao ponto de retirá-la do meio social, deve ser punível de acordo com as circunstâncias expostas durante o caso concreto.

Por final, salienta-se, toda sociedade que se mostra historicamente evoluída, é signatária de um contrato social, repassando o monopólio da aplicação das medidas de justiça ao Estado Democrático de Direito, portanto, se submetendo as aplicações penais de modo a não viver como seres irracionais que possam considerar a vingança como medida efetiva de justiça, diferentemente, do exercício pleno de defesa que todo cidadão possui conforme as leis que regem o ordenamento jurídico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto Lei nº 2.848/1940**. Disponível em:< <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 15/10/2018.

CAPEZ, F. **Curso de Direito Penal**. 19ª ed., São Paulo: Saraiva, 2015.

FIORETTI, J. **Sobre a Legítima Defesa**. Sorocaba, SP: Minelli, 2006.

GUERREIRO, H. V. **Do Excesso em Legítima Defesa**. Belo Horizonte: Del Rey, 1997.

HUNGRIA, N. **Comentários ao Código Penal**. 4ªed., Rio de Janeiro: Forense, 1958, v.1, t 2.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

JESUS, D. **Direito Penal Parte Geral 1**. 36ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

NORONHA, E. M. **Direito Penal**. 10ª ed., São Paulo: Saraiva, 1973. v.1.



A ESPETACULARIZAÇÃO DA VIDA *FITNESS* NO INSTAGRAM E SUA INFLUÊNCIA PUBLICITÁRIA

Aline Piva Cetertick; Rafael Américo Lopes; Bianca Didoni
e-mail: aline_pivac@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea, denominada também como sociedade de consumo, o poder de consumo tornou-se uma maneira de determinar a identidade de um indivíduo, dividindo-o em grupos sociais. A sociedade do espetáculo, outra definição para a sociedade atual, relaciona-se ao modo de vida proposto pela cultura midiática do corpo, representada pela exibição de um corpo padronizado. Sendo este último refletido na tendência por um estilo de vida saudável. Nesse contexto, com as novas tecnologias da comunicação e da informação, as redes sociais surgem para reunir e disseminar todas essas principais características da atualidade.

Contemporaneamente, as redes sociais proporcionam cada vez mais o espetáculo da vida em uma subjetividade que é preciso aparecer para existir, marcada pela exposição da intimidade. Ressaltando a importância nos dias atuais de estar diretamente ligado a *web* para “existir” na sociedade. Destacando-se nesse meio a importância cada vez maior dos influenciadores digitais para indivíduos e empresas.

Verifica-se que nos dias de hoje, com a exaltação do “eu”, do culto ao corpo e a crescente do mundo *fitness*, o número de contas dentro desse tema no Instagram, vêm se destacando, o qual possibilitou a comunicação e a interatividade entre os usuários da rede. É possível ver como a publicidade *fitness* em uma rede social interfere na vida de milhões de pessoas, transformando-se em uma ferramenta útil para a melhoria da qualidade de vida. Nela ocorre a propagação de uma vida *fitness*, com hábitos e estilo de vida mais saudáveis.

Fato este importante para retroceder os altos números de sedentarismo e obesidade que envolvem a sociedade contemporânea. Em contrapartida, muitas vezes esse cenário é propenso para que pessoas passem de seus próprios limites em busca do corpo ideal imposto hoje até por comunidades na internet. Nesse contexto, o tema da monografia estudará como é desenvolvida a publicidade *fitness* no Instagram e a

maneira como ela se comunica com o seu público, a forma que ela faz comparativos para mostrar resultados, sempre focada em uma publicidade que traz pessoas influentes no meio, com corpos dentro dos “padrões”.

Desta forma, acreditamos que com todo o potencial do Instagram, teremos conteúdo a agregar ao tratarmos desse assunto neste TCC que iremos realizar. Tendo em vista, que a escolha do tema deriva juntamente da indagação sobre o sucesso dos influenciadores fitness dentro dessa plataforma digital. Neste sentido também abordaremos a construção da subcelebridade midiática que exhibe o seu corpo prestigioso, seu cotidiano, sua intimidade e sua performance, a fim de promover a si mesma e marcas patrocinadas com seu estilo de vida saudável.

2 METODOLOGIA

A metodologia será a revisão bibliográfica em livros de importantes teóricos para compreensão do comportamento humano, subdividido em identidade social, espetáculo do corpo, geração saudável e consumo na web, em que serão comparados diferentes séculos e décadas ao estilo de vida adotado pelos influenciadores fitness atualmente.

Desenvolveremos pesquisa exploratória em sites e blogs, bem como revisaremos importantes conceitos e questões em livros e artigos para embasamento teórico sobre a internet, mídia social, rede social, mídia digital e marketing digital na atração de consumidores. Esses conceitos contextualizarão a pesquisa para compor e aperfeiçoar o estudo sobre o Instagram, sobre a publicidade fitness nessa plataforma, sobre o patrocínio de marcas e Instagram Analytics.

Analisaremos e estudaremos publicações associadas a marcas no Instagram, paralelamente, avaliaremos o relacionamento entre marcas e influenciadores digitais, para em seguida identificarmos as estratégias utilizadas na comunicação e venda para seus seguidores. Objetivando descobrir o modo como seguidores são influenciados e motivados a serem mais saudáveis e a consumirem os produtos anunciados.

Para aprimorar a pesquisa levantaremos informações sobre os influenciadores digitais em monografias, teses, artigos e notas de sites jornalísticos e sites de entretenimento, e em seus próprios perfis do Instagram. Os estudos de caso de influenciadores *fitness* contribuirão na temática, sempre com foco em como isso pode afetar os seguidores e entendendo se a propaganda no Instagram é realmente eficaz.

Juntamente com a compreensão de como marcas e influenciadores digitais fazem para se comunicar e vender para seus usuários, assim entendendo se eles compram por serem influenciados e pelo o que são motivados a consumir.

Para os estudos de caso conheceremos três influenciadores digitais *fitness no instagram*: Gabriela Pugliesi, Bella Falconi e Jonas Sulzbach. Denominados também como *instagramers*, os influenciadores escolhidos são bastante influentes no meio, com perfis seguidos por mais de 2 milhões de pessoas. Estes, publicam conteúdos em sua grande maioria relacionados ao estilo de vida saudável, destacando-se a rotina de exercícios, alimentação, viagens, entre outros assuntos. Concluiremos o estudo separando as publicações em categorias com amostras coletadas, para posterior análise descritiva do conteúdo e interpretação dos dados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Traremos aqui resultados sobre a influência de personalidades na rede social Instagram no mundo fitness, mundo este que tem como objetivo o bem-estar e a saúde, através de uma vida sustentável e saudável por meio de exercícios físicos e cuidados com a saúde. De certa forma, a tese mostrará resultados sobre a publicidade proveniente desses influenciadores fitness dentro do software de compartilhamento de fotografias para compreendermos como a rede social funciona, o comportamento dos geradores de conteúdo desta e seus seguidores.

A publicidade fitness no Instagram e a maneira como ela se comunica com o seu público gira em torno de conteúdo criado para seus seguidores e o espelho daquele que emite a mensagem é fundamental para o sucesso. Para este tipo de publicidade em uma rede social onde temos tantos jovens, o influenciador (usuário que irá transmitir as mensagens para diversos seguidores), deve ter boa aparência, adequada aos padrões do que é bem-estar, saúde e vida fitness. Só assim é possível criar um engajamento para seu público. Isso é fundamental para conseguir publicidade e poder passar uma mensagem mais transparente e motivadora para seu todos os seus admiradores. Por exemplo: imagine uma pessoa obesa vendendo um produto para emagrecer. Perde credibilidade, mesmo que este produto seja o melhor do mercado.

Além disso, vimos que o influenciador digital deste meio no Instagram, sempre tem que transparecer uma vida feliz, saudável, sustentável. Mesmo que este esteja

tendo um dia ruim, ele deve se mostrar melhor, mais forte, para motivar seus seguidores. Dificilmente em seus perfis, seu seguidor encontrará uma foto que o desmotive de continuar a segui-lo, desde que o membro esteja inserido neste mundo, ele verá na linha do tempo dos usuários adeptos da vida fitness, fotografias bonitas e bem editadas, que transparecem uma vida perfeita, sempre mostrando o dia-a-dia padrão de uma pessoa fitness. A forma que ela faz comparativos para mostrar resultados, sempre focada em uma publicidade que traz pessoas influentes no meio, com corpos dentro dos “padrões”.

O foco na publicidade fitness na rede social são as dicas, a motivação através dos comparativos de resultados como antes e depois de pessoas adeptas e a associação de corpo perfeito ser igual a vida perfeita e plena. A exibição do cotidiano de quem tem uma vida saudável, sempre correlacionado com uma vida feliz e sustentável para engajar cada vez mais usuários e assim atraí-los pelos resultados de uma vida de bem-estar para vender produtos, mas nem sempre tão transparente quanto parece. Mas no mais, esta é a maior estratégia da publicidade fitness no Instagram.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é de hoje que os padrões de beleza existem, mas só hoje que eles têm especificamente uma referência a uma estética relacionada ao bem-estar e saúde e não a contextos históricos, sociais e socioeconômicos apenas. O padrão de beleza imposto pelo estilo de vida saudável, uma sempre demonstração de bem-estar, felicidade, conhecido como fitness, atrai as marcas, pois uma boa imagem sempre se encaixou bem com a publicidade, a boa imagem e a publicidade andam lado a lado, por isso o fitness e seus adeptos são alvos de publicidade, pela imagem que transmitem nos dias atuais.

Tendo uma geração que se encontra conectada na internet, no século XXI, o Instagram é uma rede social, onde jovens, que buscam encontrar sua identidade social e se preocupam mais com a saúde do que nunca, estão concentrados. Além disso, a rede social é como uma vitrine virtual para seus membros, onde o foco são fotografias e a exibição do dia-a-dia, de uma vida muitas vezes “maquiada”. Sendo assim, o tráfego para publicidade fitness no Instagram é muito grande, já que a visibilidade é



diferenciada, onde o produto de uma marca interessada em divulgar não se diverge do influenciador que fará sua propaganda.

REFERÊNCIAS

DEBORD, G, 1931-1994. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora Ltda, 1992. Disponível em: <http://www.cisc.org.br/portal/biblioteca/socespetaculo.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2018.

DUARTE, J.; BARROS, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. Disponível em: <https://vdocuments.site/documents/goffman-erving-a-representacao-do-eu-na-vida-cotidianapdf-56ad0f8b9905a.html>. Acesso em: 20 abr. 2018.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de Marketing**. 14. Ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

PORTELA, C. B. M. **O Marketing e o Comportamento do Consumidor**. Congresso Virtual Brasileiro de Administração. 2011. 14p. Disponível em: http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_3488.pdf. Acesso em 20 maio 2018.



A EVOLUÇÃO DO DIREITO E A EXTRAJUDICIALIZAÇÃO DO PROCESSO DE ALTERAÇÃO DO PRENOME E DO GÊNERO NOS ASSENTOS DE NASCIMENTO E CASAMENTO DE PESSOA TRANSGÊNERO

Carlos Rodrigues Marson, Cleiton Ferreira de Farias, Melina Simionato, Raul Afonso Peres e Fabio Empke Vianna, e-mail: carlosrod.marson@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O Direito deve evoluir ao mesmo passo em que a sociedade evolui. É notável que nos últimos anos a sociedade vem tendo um aumento no número de pessoas que se identificam como pertencentes ao gênero oposto.

Para fins de exposição de números, em 2009, foram realizados 501 procedimentos de mudança de sexo, número que cresceu para 510 em 2010, para 706 em 2011 e para 896 em 2012.⁵ Além disso, o atendimento ambulatorial para transgêneros no Ministério da Saúde teve um aumento de 32% entre 2015 e 2016, sendo que em 2016 foram feitas 4.467 consultas, ante 3.388 em 2015. A terapia hormonal no processo transexualizador também cresceu 187% neste período.⁶

Com o crescimento do número de transgêneros, surgiram também cada vez mais demandas pessoais no sistema judiciário brasileiro que buscavam a alteração do seu prenome e do gênero nos assentos de nascimento e, eventualmente, de casamento, o que até então não era possível de ser feito de ofício pelos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas por inexistência de previsão legal. Como resultado destas demandas, em 2009 foi protocolado no Supremo Tribunal Federal a Ação Direta de Inconstitucionalidade número 4.275/DF que buscava o proferimento de decisão de interpretação conforme a Constituição do art. 58 da Lei 6.015/73⁷ (Lei de Registros Públicos), reconhecendo o direito dos transexuais, que assim o desejarem, à substituição de prenome e sexo no registro civil, independentemente da cirurgia de transgenitalização.

O Tribunal, aos 01/03/2018, por maioria, julgou procedente a ação para dar interpretação conforme a Constituição e o Pacto de São José da Costa Rica ao art. 58 da Lei 6.015/73, de modo a reconhecer aos transgêneros que assim o desejarem, independentemente da cirurgia de transgenitalização, ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes, o direito à substituição de prenome e sexo diretamente no registro civil.

Desta decisão, Em 28 de junho de 2018 ocorreu a publicação do provimento 73 do Conselho Nacional de Justiça, o qual trouxe as regulamentações necessárias para fazer cumprir a decisão do STF na ADI.

A princípio, a decisão do STF criou uma dúvida preocupante: sem qualquer laudo psicológico ou médico que confirmasse a transexualidade, como seria possível evitar fraudes? Neste sentido o provimento do CNJ manteve a não-obrigatoriedade estabelecida pelo STF, no entanto, estabeleceu uma série de requisitos para resguardar o procedimento, requisitos estes que serão discutidos no decorrer deste trabalho.

2 METODOLOGIA

1. A pesquisa trata-se de como esta sendo realizado atualmente o processo para a alteração do prenome e gênero de pessoas transgêneros e como chegou-se até este direito.
2. Foi realizada uma pesquisa ao site Jusbrasil, mostrando como as decisões de julgamento para a mudança do prenome e gênero eram variáveis. Agora com a decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade número 4.275/DF e do provimento número 73 do Conselho Nacional de Justiça o indivíduo transgênero terá seu prenome ou gênero alterado no cartório de registro, desde que respeitado todos os requisitos necessários.
3. O estudo principal baseia-se em como estão agindo os cartórios de registro sobre a alteração do pronome e gênero para o indivíduo transgênero. Foi realizado o estudo desde como era julgado antes da decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade número 4.275/DF, e o que aconteceu após essa importante decisão. Aprofundou-se no provimento n° 73 do Conselho Nacional de Justiça, destacando como ocorre o processo para tal alteração de gênero e

pronome, definindo atos e requisitos que devem ser obedecidos, entre outras características de como está ocorrendo atualmente essa mudança.

4. A análise de dados foi realizada de forma quantitativa, uma vez que seu objeto é preciso e certo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

ANO	REALIZADO A CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO			NÃO REALIZADO A CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO		
	PROVIDOS	NÃO PROVIDOS	PARCIALMENTE PROVIDOS	PROVIDOS	NÃO PROVIDOS	PARCIALMENTE PROVIDOS
2003				1		
2004	2					
2005						
2006			1			
2007	7					
2008	3					
2009	6				1	1
2010	1		1			
2011				2		
2012	2			3	4	1
2013				4	2	
2014	1			4		
2015				2	2	1
TOTAL	22	0	2	16	9	3

Analisando os julgados dos anos 2003 à 2015 em todo o Brasil, no site JusBrasil, quanto aos direitos civis dos transexuais relacionados ao prenome e gênero, podemos verificar um total de 52 julgados, sendo destes 5 diferentes entendimentos jurisprudenciais, descritos a seguir:

I - Realizado a cirurgia de transgenitalização sendo 22 julgados providos autorizando a mudança de prenome e gênero.

II - Realizado a cirurgia de transgenitalização sendo 02 julgados providos parcialmente autorizando apenas a mudança de prenome.

III - Não realizado a cirurgia de transgenitalização, requereu mudança de prenome e gênero sendo 16 julgados providos autorizando apenas a mudança de prenome.

IV - Não realizado a cirurgia de transgenitalização e requereu mudança de prenome e gênero sendo 09 julgados não providos para ambos os pedidos.

V - Não realizado a cirurgia de transgenitalização e requereu mudança de prenome e gênero sendo 03 julgados parcialmente providos, autorizando apenas a mudança do prenome.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, é de se notar que a crescente demanda pela alteração cartorária de prenome e gênero que o Provimento nº 73 do CNJ permitiu será atendida de maneira mais uniforme por causa do mesmo e os regramentos que trouxe consigo, visando a simplicidade da alteração de maneira consoante com o Princípio da Economia Processual.

Dentre os pormenores do supramencionado provimento se encontram formas de prevenção de possível conflitos administrativos, como o impedimento de deferimento por conta de ação corrente com mesmo objeto do requerimento, pois este último causaria duplicidade e invadiria a competência do órgão julgador do processo, sendo somente possível caso inexistir tal ação ou esta já se encontre devidamente arquivada. Embora não tenha sido tornada uma obrigação, é encorajada a faculdade do requerente de apresentar laudos médicos que comprovem sua transexualidade, seja de maneira física ou psicologicamente, para fortificar seu requerimento.

Devido à natureza da alteração, ela é por regra sigilosa, de modo a proteger a integridade do requerente de ataques contra a sua pessoa e seus relativos, tornando-se pública somente a pedido do mesmo ou por determinação judicial. Salienta-se também que alterações em documentos que envolvem terceiros, tais como certidões de casamento e registro de nascimento de descendentes dos requerentes dependem da anuência dos mesmos, quando relativamente capazes ou maiores, em se tratando dos últimos.

Este provimento é um marco para a modernização do direito civil brasileiro ao permitir que os cidadãos sujeitos a ele sejam capazes de realizar as devidas mudanças em seus documentos para que estes reflitam como eles se identificam de uma forma descomplicada, sem a necessidade de longos processos. Para os casos ainda em trâmite, servirá de modelo a ser seguido nas decisões futuras.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre os registros públicos, Brasília - DF, 1973.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.275/DF**. Brasília – DF, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Provimento Nº 73 de 28/06/2018**. Brasília – DF, 2018.

JUSBRAZIL, **Jurisprudências**, Disponível em:
<<https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/?ref=navbar>>

URIBE, G; FALCÃO, J. **Brasil faz duas cirurgias de mudança de sexo a cada dia**. O GLOBO. 2013. Disponível em:<<https://oglobo.globo.com/brasil/brasil-faz-duas-cirurgias-de-mudanca-de-sexo-cada-dia-9325203>>

ESTADÃO CONTEÚDO. **REVISTA EXAME**. Cresce número de cirurgias de mudança de sexo, 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/cresce-numero-de-cirurgias-de-mudanca-de-sexo/>>



A FRAUDE NAS LICITAÇÕES SOB A ÉGIDE DA DESATUALIZAÇÃO DA LEI 8666/93

Jéssica Grazielle Simionato, Glaucia Olivia Serga, Renato Zanolla Montefusco
e-mail: rzmontefusco@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Ao elencar o tema “Licitação”, pairam constantes dúvidas quanto à “eficácia” e “celeridade” dos processos, face a crescentes denúncias quanto à adoção de procedimentos irregulares, inobservância da Lei, inadimplências e demais crimes cometidos por agentes públicos.

Segundo entendimento de Hely Lopes Meirelles,

Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Visa a propiciar iguais oportunidades aos que desejam contratar com o poder público, dentro dos padrões previamente estabelecidos pela administração, e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos (MEIRELLES, 1996).

Tendo em vista que as licitações mobilizam valores consideráveis do PIB nacional, tem-se que as fraudes não implicam apenas em danos ao Erário, mas também, comprometem o funcionamento adequado da máquina pública, e promovem um impacto negativo na dinâmica econômica do país como um todo.

Papel fundamental no combate às fraudes, tem sido do Poder Judiciário, mais especificamente do Ministério Público, que conforme atribuição amparada no artigo 100 da Lei de Licitações é quem tem capacidade de promover ações para os crimes definidos na Lei. Assim, qualquer pessoa poderá fundamentar a iniciativa do representante do Ministério Público, oferecendo-lhe informações sobre o fato e sua autoria, seja por escrito ou verbalmente.

Nesse sentido,

19 pessoas foram denunciadas pelo Ministério Público do Paraná por causa da Operação Container. A ação foi deflagrada no mês passado para investigar fraudes a licitações de coleta e destinação do lixo em diversas cidades paranaenses. Seis pessoas estão presas preventivamente.

¹Retirado do site do Portal G1

“Ministério Público Federal denuncia prefeito de Valentim Gentil por fraudes em licitações. Denúncia aponta que prefeito e outras nove pessoas desviaram verbas destinadas à manutenção asfáltica”.

²Retirado do site do Portal G1

“MP denuncia à Justiça quatro empresas por fraude em licitação na área de saúde em Hortolândia”

³Retirado do site do Portal G1

O ex-governador Beto Richa (PSDB) e outras 12 pessoas foram denunciadas pelo Ministério Público do Paraná no âmbito da Operação Rádio Patrulha. Eles são acusados de formarem um esquema de propina para desvio de dinheiro por meio de licitações no programa "Patrulha do Campo", para recuperação de estradas rurais do estado.

⁴Retirado do site do Portal G1

MP-RJ entra na Justiça contra 47 pessoas acusadas de fraude em licitação no Detran. Nova denúncia afirma que, em 2005, houve irregularidade no fornecimento de mão de obra terceirizada. Quatro ex-presidentes do órgão estariam envolvidos”

⁵Retirado do site do Portal G1

MP-PR denuncia 14 pessoas investigadas em Curitiba na Operação Riquixá. Operação Riquixá investiga um suposto esquema de fraudes em licitações do transporte público em várias cidades do Paraná e também de outros estados.

⁶Retirado do site do Portal G1

Por essa razão, o presente trabalho vislumbra analisar a problemática acerca das licitações face à desatualização da Lei então vigente, Lei Federal 8666/1993, partindo da premissa que a própria Lei 8.666/1993 é falha e suscetível a eventuais fraudes uma vez que é obscura em inúmeros artigos que regulamenta.

2 METODOLOGIA

A pesquisa realizada neste trabalho pode ser classificada como dedutiva. Isto porque se baseou em um estudo aprofundado ao tema “Licitações” existente na legislação, doutrina e jurisprudência para explicar que os diversos casos publicados pela mídia de fraudes em licitações, acontecem por inobservância do funcionário público ao disposto no ordenamento jurídico acerca do tema.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Mesmo à frente de tantas irregularidades ainda é possível acreditar em mudanças:

O Plenário do Senado aprovou projeto que altera a atual Lei de Licitações e Contratos.

O relator da comissão especial que analisa o projeto da nova lei de licitações (PL 6814/17) é o deputado João Arruda (PMDB-PR), que já definiu que o projeto irá revogar a atual Lei de Licitações e Contratos (8.666/93), a Lei do Pregão (10.520/02) e o Regime Diferenciado de Contratações (RDC, Lei 12.462/11).

No que tange as mudanças, é possível identificar que o projeto de lei, propõe, por exemplo, a inserção de novos princípios, como o da segurança jurídica, da competitividade, da sustentabilidade entre outros.

O projeto também consagrou o uso da arbitragem em contratos administrativos. O Código de Processo Civil de 2016 consagrou essa tendência conciliatória e logo nos primeiros artigos estimula a mediação, conciliação, arbitragem e outros meios extrajudiciais para soluções consensuais de conflitos.

Além disso, em âmbito nacional, o Projeto de Lei nº 274/2017, de autoria do senador Cassio Cunha Lima, pretende tornar o “*Performance Bond*” obrigatório em contratos com valores iguais ou superiores a dez milhões de reais, com a cobertura do contrato abrangendo sua totalidade, a ideia é que essa obrigatoriedade venha com a atualização da Lei 8666/1993.

Segundo Carvalhosa, *Performance Bond*:

É um mecanismo que acaba com a relação direta entre as empreiteiras e os agentes públicos, ao colocar uma seguradora para intermediar essa conexão. Essa estrutura tripartite cria um conflito muito salutar entre os envolvidos: feito o contrato entre a seguradora e a empreiteira, é a primeira que passa a se reportar ao ente público contratante, ou seja, o governo e seus agentes. Como o lucro da seguradora depende de que a obra seja realizada nos prazos corretos, sem aditamentos, atrasos nem problemas de qualidade, a seguradora fiscaliza o trabalho de perto e com rigor. Atua como um cão de guarda para garantir que a empreiteira cumpra os prazos e preços estabelecidos. Esse é o primeiro “conflito” que se dá entre a seguradora e a empreiteira. O outro, igualmente vantajoso para todos, acontece entre o governo e a seguradora. A seguradora, como já disse, tem todo o interesse em que a obra seja concluída no prazo previsto. Mas, se mesmo assim houver atrasos por parte da empreiteira, existem duas hipóteses: a seguradora passa a bancar a obra para terminá-la, como acontece nos Estados Unidos, ou, em casos mais extremos, abandona a construção, mas, nesse caso, tem que indenizar o governo. (REVISTA VEJA, EDIÇÃO 2.467, 2016).

Assim, é possível definir o “*Performance Bond*” como uma espécie de seguro-garantia aqui do Brasil, previsto inclusive na Lei 8666/93, entretanto, como não foi instruído com caráter de obrigatoriedade, e ainda a escolha sobre utilizá-lo ou não cabe ao contratado, acaba por ser pouco utilizado. Nesse sentido, assim dispõe a Lei 8666/93:

Art. 6º: Para os fins desta Lei, considera-se:

(...)

VI - Seguro-Garantia - o seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas por empresas em licitações e contratos.

Pois bem, o Seguro-Garantia tem por finalidade garantir que um contrato assinado seja devidamente cumprido. O seguro se contextualiza basicamente da seguinte forma: a exemplo de determinada empreiteira que ganhou uma licitação e contrata o Seguro-Garantia, caso esta não conclua a obra no prazo ou conclua-a de forma inadequada, a seguradora deverá promover os meios necessários para que o contrato seja cumprido, seja ela própria contratando terceiro que solucione esse problema ou indenizando o Poder Público, aqui na qualidade de segurado.

Apesar das vantagens, as leis Brasileiras não obrigam a administração pública a exigir qualquer garantia na contratação de obra pública. Pelo contrário, o inciso II do §1º do art. 56 da Lei de Licitações dispõe que,

Art. 56. A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

(...)

II - seguro-garantia;

Além disso, o dispositivo legal coloca o seguro-garantia em igualdade de condições com a fiança bancária, caução em dinheiro e, caução em títulos da dívida pública, cabendo a escolha ao contratado e não ao Poder Público.

Vejamos, a Lei 8666/93, até tentou consagrar uma forma de seguro em casos de inadimplência, entretanto, de forma não obrigatória, portanto, ineficaz. A causa que compromete e inviabiliza a aplicação do Seguro-Garantia no Brasil está diretamente relacionada ao fato da Lei n 8.666/1993, estar desatualizada e em sentido completamente diversos das reais necessidades do país, dando vazão dessa forma, a todas as irregularidades cometidas pelo Poder Público. Certamente, se o *Performance Bond* for de fato implantado no projeto da nova lei de licitações, estaremos dando mais um passo à caminho do combate a inadimplência contratual em licitações.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto conclui-se que a Lei 8.666/93 em decorrência de determinadas obscuridades, propiciou as fraudes hoje praticadas pelos próprios agentes públicos.

Verifica-se que a legislação ora desenvolvida com o objetivo de regulamentar as compras públicas, se tornou alvo de grandes esquemas de fraudes cometidas justamente por aqueles que tem o dever legal de manter conduta compatível com a moralidade administrativa, assim dispondo o artigo 116 do Estatuto do Servidor Público (Lei 8.112/1990), que tratou dos deveres e obrigações de todos os servidores públicos em capítulo específico.

A nós coletividade, resta-nos acreditar e torcer para que o projeto de atualização da Lei 8666/93 traga mais transparência e legalidade aos processos, para assim encerrarmos de vez a corrupção entranhada nesse setor e por fim de uma vez por todas a esse triste capítulo da história dos Brasileiros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. **PROJETO QUE ALTERA A LEI DE LICITAÇÕES**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/13/senado-aprova-projeto-que-a-altera-a-lei-de-licitacoes>. Acesso em 11 out. 2018.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado PLS 274/2016**. Dispõe sobre o seguro garantia de execução de contrato na modalidade seguro setor público, determinando sua obrigatoriedade em todos os contratos públicos de obras e de fornecimento de bens ou de serviços, de valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), alterando a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 para estabelecer o limite de cobertura do seguro garantia em 100% (cem por cento) do valor do contrato, além de prever outras providências. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=568200&disposition=inline>> . Acesso em: 11 out. 2018. Texto Original.

BRASIL. **Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002**. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 11 out. 2018.



BRASIL. **Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011.** Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 6.814, de 03 de fevereiro de 2014.** Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e revoga a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dispositivos da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em: 11 out. 2018.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo.** 17ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo.** 31ª Ed. São Paulo, Atlas, 2017.

CARVALHOSA, Modesto. **Fórmula Anticorrupção.** Veja, São Paulo, edição 2.467, n. 9, p. 16, 02 mar. 2016. Consultado em: 11 out. 2018. Texto físico.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Licitação e Contrato Administrativo.** 12.ed. São Paulo: Malheiros, 1999 e DALLARI, Adilson Abreu. **Aspectos Jurídicos da licitação.** 3.ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

PORTAL G1 - **O Portal de Notícias da Globo.** Disponível em: <<http://www.g1.globo.com.br>> Acesso em: 11 out. 2018.



A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E A NECESSIDADE DA DESAPROPRIAÇÃO

Ana Carolina Salucesti Gamba, Ana Carolina Montibeler, Andréia Cristina Laudelino, Renato Zanolla Montefusco, e-mail: deia.laudelino@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A propriedade é um direito inerente a todos, pois está prevista no rol taxativo de direitos fundamentais do art. 5º da CF/88, juntamente com direito à vida, liberdade, igualdade e segurança; o direito a propriedade se apresenta como imprescindível para a sobrevivência humana, que necessita do mínimo existencial para sua sobrevivência, ou seja, um lugar para morar. Porém, assim como a propriedade é um direito fundamental, atender à sua função social também o é, e se faz necessário na esfera privada, tanto em propriedades urbanas (Art. 182, §2º, CF/88), quanto em propriedades rurais (Art. 186, CF/88); devendo frisar que estes poderão ter desapropriadas suas terras para fins de reforma agrária, desde que sua função social não seja cumprida (Art. 184, CF/88).

No tocante à desapropriação, faz-se necessário levar em conta que trata-se de uma espécie de intervenção do estado na propriedade privada, onde o que prevalecerá será o interesse público, vez que, obriga ao proprietário de um imóvel a atender e cumprir todas as funções sociais e econômicas dispostas em nosso ordenamento pátrio em prol da coletividade.

O presente artigo tem como objetivo principal, primeiramente salientar a importância do direito à propriedade a todos os cidadãos natos ou naturalizados, desde que sua função social seja devidamente cumprida, sob pena daquela que não atender a este requisito, com base no princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, faça com que seu proprietário venha a ter seus direitos sobre ela limitados ou até retirados através da desapropriação.

2 METODOLOGIA

A pesquisa a ser realizada neste trabalho pode ser classificada como método dedutivo, isto porque a pesquisa em mãos reúne doutrinas e jurisprudências, bem

como legislação seca juntamente com fundamentos da Constituição Federal, além de artigos científicos.

Esta opção se justifica porque o método escolhido permite que a pesquisa realizada reúna documentos, com o objetivo de descrever e comparar os costumes, a aceitação e aplicação legal e as diferenças teóricas e práticas, entre outras características.

Enquanto procedimento, este trabalho realizar-se-á por meio de observação indireta, porque só analisará as leis que versam sobre o assunto, sem nenhuma pesquisa de campo, apenas jurisprudenciais e doutrinárias.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A propriedade congrega os poderes de usar, gozar e dispor da coisa, de forma absoluta, exclusiva e perpétua, bem como o de persegui-las nas mãos de quem quer que injustamente a detenha.

Com o passar dos anos, esse campo foi se ampliando, com tendência a condicionar cada vez mais o exercício do direito de propriedade ao bem-estar social, o princípio permanece, mas o seu alcance alterou-se profundamente, dando a propriedade sentido social então desconhecido.

O princípio da função social antes mesmo de aparecer na Constituição Federal de 1967, já servia de inspiração para a inclusão de nova modalidade de desapropriação, sendo esta por interesse social desde 1946, ou seja, o reconhecimento lógico de que o homem apesar de possuir de forma absoluta bens necessários para sua vida, profissão, manutenção, deve dar utilidade a estes bens, concorrendo para o bem comum, que autoriza não apenas a imposição de obrigações de não fazer, como também as de deixar de fazer, conforme o que dispões o artigo 182, parágrafo 4º da Constituição, que consiste em adequar o aproveitamento do solo urbano.

Eis que surge o conceito da desapropriação e a ligação desta com o a função social da propriedade, que é procedimento administrativo pelo qual o Poder Público ou seus delegados, mediante prévia declaração de necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, impõe ao proprietário a perda de um bem, substituindo-o em seu patrimônio.

A Constituição Federal de 1988 prevê três modalidades de desapropriação com caráter sancionatório. Duas delas previstas para o descumprimento da função social da propriedade urbana (art. 184 § 4º) e da propriedade rural (art. 186), hipóteses em que o pagamento da indenização é feito em títulos da dívida pública e não em dinheiro. A terceira modalidade está prevista no artigo 243, que trata da expropriação de glebas de terras em que sejam cultivadas plantas psicotrópicas, hipótese em que o expropriado não faz jus a qualquer tipo de indenização, além de ficar sujeito às sanções previstas em lei. Assim, a desapropriação objetiva adequar uma propriedade urbana à sua função social.

Entretanto, em relação à desapropriação sancionatória e a função social da propriedade, interessante mencionar sobre a proteção de direitos e garantias fundamentais, prevista expressamente na Carta Constitucional, consoante disposição do título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, artigo 5º da Constituição Federal de 1988, *vejamos*:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à **propriedade**, nos termos seguintes:

[...]

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a **propriedade atenderá a sua função social**; [...]

Destacamos.

Consideremos portanto que, ao direito de propriedade deverá ser observado o princípio da função social da propriedade, já que, a propriedade não é direito subjetivo do proprietário, mas a função social do detentor desta ao que confere governá-la, tendo em vista não só o seu melhor rendimento, como também o interesse da coletividade.

A função social da propriedade dispõe que o direito de propriedade não se resume apenas em “tê-la”, mas que também a utilize de forma útil, concorrendo para o bem comum. Basta ver que um pedaço de terra improdutivo é de grande desperdício a toda uma sociedade que anseia por meios necessários à própria vida.

Destarte, em nosso ordenamento, o direito de propriedade existe desde que aliado à função social, que pode ser utilizada pelo Poder Público para expropriar determinada propriedade, seja para atender à toda a coletividade, seja para punir o proprietário.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em breve apresentação, foram-se elencadas neste artigo as modalidades de desapropriação em caráter sancionatório, onde impõe ao proprietário a perda de um bem em face do Poder Público. Destacamos as principais características do Princípio da Função Social da Propriedade, observando notadamente que a função social é reconhecida além de princípio, um verdadeiro instrumento de efetivação da Dignidade Humana, inscrita na Constituição Federal de 1988.

Assim, com a conotação dada aos princípios, a função social realiza-se no caso concreto aos direitos coletivos, demonstrando que o direito fundamental de propriedade deve cumprir a função social na sua efetivação.

Contudo, o regime constitucional da propriedade cria para o proprietário um dever em relação ao imóvel, uma obrigação que irradia verdadeiro caráter “*propter rem*”, ou seja, aquela em que o titular do direito real é obrigado, devido a sua condição, a satisfazer certa prestação.

Devido a essa situação, desloca de uma vez por todas, a compreensão do direito de propriedade como um poder privativo do titular sobre a coisa, oponível em quaisquer circunstâncias a todos, para compreendê-lo também sob uma ótica passiva. Nesse contexto, tornou-se aceitável em razão de a função social impor-se como um ônus ao proprietário de forma a atender um interesse social da comunidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MELLO, C. A. B. **Curso de Direito Administrativo**. 27ª edição, São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

NICOLAU, M. A.; RODRIGUES, K. L.; SILVA, N. M. N.; RANGEL, T. L. V. **A função social da propriedade e a desapropriação para fins urbanísticos**. **Boletim Jurídico**, Uberaba/MG, a. 13, no 1537. Disponível em: <<https://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/artigo/4647/a-funcao-social-propriedade-desapropriacao-fins-urbanisticos>> Acesso em: 9 out. 2018.

SARAIVA, C. H. L. Função social da propriedade em face da Administração Pública. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 16, n.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

2756, 17 jan. 2011. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/18286>>. Acesso em: 9 out. 2018.

A IMPORTÂNCIA DA ALTERAÇÃO DO CÓDIGO PENAL PARA A DIMINUIÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL

Elisa Gabriela Soares Franco, Eloísa Aparecida Martins Francisco, Luísa Paterniani da Silva, Bazilio de A. Coutinho-Junior, email: elisagsfranco@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

O trabalho tem como finalidade destacar a importância da inclusão e atualização do capítulo sobre os crimes contra a liberdade sexual, presentes no código penal, que protege o direito do ser humano de exigir o respeito a sua dignidade sexual.

A introdução desse capítulo ocorreu com o processo de modificação dos costumes e valores da sociedade, já que antes a proteção jurídica estava nos crimes contra os costumes, punindo aqueles que feriam os valores morais e éticos vigentes na época. Criado em 1940, o código passou, ao longo dos anos, por modificações para torná-lo mais coerente com as características da sociedade atual, a nova redação dada pela lei 12.015/2009 passou a tutelar a liberdade sexual do indivíduo, criminalizando qualquer forma de abuso ou desrespeito para com o outro.

Com o advento da lei, o texto passa a ter maior abrangência, por exemplo, o crime de estupro passou a ser definido como: "Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso", equiparando homens e mulheres no polo passivo do delito, na medida em que substituiu a expressão "mulher" – durante muitos anos utilizados pela legislação penal - pela determinação gramatical "alguém" – que corresponde a qualquer ser humano, ou seja, qualquer pessoa pode ser vítima desse delito. A nova legislação como o exemplo mencionado acima, trouxe, no seu escopo, situações com penas majoradas, modificações e criação de alguns crimes para sanar situações que possam colocar em risco à vida do ser humano e assim proteger a sociedade de atos criminosos.

Diante desse processo de atualização, o Senado Federal, aprovou a criminalização da importunação sexual (art. 215-A) e a divulgação de cena de estupro ou pornografia (art. 218-C). Alterou as causas de aumento de pena de estupro, quando

cometido em concurso de agentes (estupro coletivo) ou quando tem finalidade de controlar o comportamento social ou sexual da vítima (estupro corretivo).

2 METODOLOGIA

O método de pesquisa utilizado para o desenvolvimento deste trabalho foi o explicativo. A elaboração através desse meio ocorreu devido à intenção de conscientizar os leitores sobre a importância da alteração sofrida pelo Código Penal quanto aos crimes contra a dignidade sexual.

Para auxiliar a produção, buscou-se apoio em artigos jurídicos, em matérias jornalísticas, no Decreto-lei 2.848/1940 e na Lei 13.718/2018, a qual trouxe a modificação ao código.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Desde a antiguidade há a violação da dignidade sexual com relação a todos os sexos, mas principalmente contra as mulheres. As sociedades foram evoluindo com o passar dos anos, porém, quando diz respeito a esse assunto, parece haver um retrocesso na humanidade, pois os seres que nelas vivem estão provando serem capazes de tudo para satisfazerem suas libidos.

Neste ano, por diversas vezes esse tema fora abordado nos noticiários jornalísticos, ainda com mais intensidade na época da copa do mundo na Rússia, a qual foi marcada por diversos episódios de assédios, como, por exemplo, o ocorrido com a repórter brasileira Júlia Guimarães, em que um torcedor tentou beijá-la à força enquanto realizava seu trabalho.

No entanto, o comportamento ousado não ocorre somente na Rússia. No Brasil, a população feminina vê diariamente sua liberdade sexual ser desrespeitada por atos grotescos de homens que pensam ser o sexo oposto um objeto. Eles nem mesmo se intimidam em locais públicos, e aqui cabe citar o caso do Diogo Ferreira de Novais, o qual, dentro de um ônibus, ejaculou no ombro de uma passageira; mas o pior é que, pelo fato não se enquadrar no crime de estupro - por não haver violência ou grave ameaça - e a importunação sexual ser, até então, considerada contravenção penal, a punição se tornou efetiva com o simples pagamento de multa. Diante dessa leveza de punidade, este mesmo rapaz voltou ao transporte público e esfregou seu órgão genital

em outra mulher, não surtindo efeito a repreensão a ele aplicada. E lamentavelmente o mesmo incidente se repete em muitos territórios brasileiros.

Tendo em vista a recorrência desses acontecimentos, se fez necessário alterar o Código Penal Brasileiro quanto aos crimes de violação da dignidade sexual, buscando torná-la mais rígida para inibir os abusadores. A alteração adveio da Lei 13.718/18, recém-publicada e vigente desde 25 de setembro de 2018, trazendo importantes mudanças ao mundo jurídico, devido ao fato de imputar como crime a importunação sexual e a divulgação de cena de estupro, estipular causa de aumento de pena para esses crimes e aumentar a pena do estupro coletivo e corretivo.

A partir dela, encerra-se o dilema de desproporcionalidade havida tanto no caso acima mencionado, quanto nos atos de beijo forçado, no passar de mãos nos seios ou nádegas, entre outros, os quais, quando realizados, necessitavam de adequação a outros tipos penais para não ficarem impunes, pois não existiam condenações próprias para tais atitudes e acabava o agente sendo sancionado inadequadamente, ferindo o princípio de razoabilidade e de proporcionalidade da pena à conduta. Agora há um tipo específico para o enquadramento, sendo este a importunação sexual, deixando de ser contravenção e passando a ser crime, prevendo trazer mais segurança e respeito às liberdades e aos direitos sexuais da população.

Outra novidade trazida pela nova lei é o aumento de pena do estupro coletivo, o que antes era de quarta parte, passou a ser de um terço a dois terços, devido ao crescimento de ocorrências em 124% entre os anos de 2011 a 2016, estuprava-se uma mulher a cada duas horas e meia. Sem contar que no Rio de Janeiro, em 2017, o acréscimo fora de 42% em relação ao ano anterior do crime cometido somente contra menores, registrando 88 casos. Os números subiram extraordinariamente e algo precisava barrá-los, e este é o principal objetivo da lei 13.718, trazer mais seguras ao povo brasileiro.

Entretanto, não basta a norma jurídica preservar tais direitos, aqueles que os possuem precisam saber da sua existência para poderem usufruir e fazerem justiça. Portanto, a alteração penal deve ser nacionalmente divulgada para maior conscientização da sociedade brasileira, campanhas podem ser feitas, principalmente através da internet pelo grande fluxo de informação e acesso a ela que se tem nos tempos atuais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto no trabalho, podemos notar que o código penal está desatualizado e precisa de constantes mudanças para adequar a situações da atual sociedade, evidenciando que o Brasil necessita de uma norma penal mais atualizada, capaz de atender todas as exigências e com penas mais severas. Há crimes que precisam ser reestudados e analisados sistematicamente para solução de eventuais conflitos. Sabe-se que não é uma tarefa fácil corrigir falhas em uma lei e exige um rigoroso trâmite processual, pois depende de aprovação no Congresso Nacional e da sanção do Presidente da República, mas é necessário para que o país enfrente o índice elevado de criminalidade existente.

Para **Ludmila Ribeiro**, professora do Departamento de Sociologia e Antropologia e pesquisadora do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais, “a questão não parece ser a capacidade em produzirmos uma legislação penal mais tecnicamente congruente, mas em conceber uma legislação cuja operacionalização seja capaz de produzir os efeitos esperados: menos crime, mais segurança. E, nesse caso, talvez nem seja o caso de reformar o Código Penal, mas as organizações responsáveis por sua operacionalização, como as polícias, a defensoria, o ministério público, o Judiciário, o sistema prisional...”.

As atualizações realizadas pelo Senado, presentes no trabalho, destacam a importância do estudo e análise do código para aprimoramento, e assim solução de eventuais atos que desrespeitem o ser humano. Essas modificações e criações de crimes reitera o debate de que o código tem que se adequar a época que está inserida.

Portanto, o processo de aprimoramento do código penal deve ser analisado criteriosamente para combater qualquer ato criminoso e assim proporcionar uma maior segurança para a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-lei 2.848/40. **Código Penal**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm > Acesso em: 28/08/2018.



BRASIL. **Lei 13.718/18.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/CCivIL_03/_Ato20152018/2018/Lei/L13718.htm> Acesso em: 28/08/2018.

COELHO, H. **Polícia registrou 88 casos de estupro de menores em 2017 no Rio.**

Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/policia-registrou-88-casos-de-estupro-de-menores-em-2017-no-rio.g>> Acesso em: 11/10/2018.

CRISTALDO, H. **Câmara aprova crime de importunação sexual e aumenta pena para estupro coletivo.** Disponível em:

<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-03/camara-aprova-crime-de-importunacao-sexual-e-aumenta-pena-para-estupro>> Acesso em: 04/10/2018

JUNIOR, ROSA, BRAMBILLA e GEHLEN. **O que significa importunação sexual segundo a Lei 13.718/18?**

Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-set-28/limite-penal-significa-importunacao-sexual-segundo-lei-1378118>> Acesso em: 04/10/2018.

SUDRÉ, L. **Copa do mundo na Rússia é marcada por episódios de assédio.**

Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/06/29/copa-do-mundo-na-russia-e-marcada-por-episodios-de-assedio/>> Acesso em: 11/10/2018.

TRIBUNA HOJE. **Brasil teve um estupro coletivo a casa 2 horas e meia, em 2016.**

Disponível em: <<https://tribunahoje.com/noticias/brasil/2017/08/23/brasil-teve-um-estupro-coletivo-a-cada-2-horas-e-meia-em-2016/>> Acesso em: 11/10/2018



A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE DE CUSTO NA FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA

Aline M. B. Villela, Angélica N. Zangalleti, Luiz G. Schimidt, Renato A. R. Moraes, Tiago R. Ortolani, e-mail: tiago_ortolani@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

No mundo globalizado as empresas precisam estar atentas ao que está acontecendo no mercado no que diz respeito aos concorrentes, consumidores e fornecedores, para terem um custo menor e principalmente se manterem no mercado cada vez mais competitivo. Formar o preço de venda de um produtos ou serviço é um dos passos mais importantes na empresa, pois poderá apresentar lucro ou prejuízo e nenhuma empresa sobreviverá se praticar preços de venda abaixo de seus custos.

Saber se adaptar as mudanças apresentadas no cenário econômico é necessário para se manter no mercado, por esse motivo mais empresários estão buscando obter uma visão gerencial de seus negócios. A contabilidade de custo pode apresentar essa visão gerencial, pois sua finalidade é fornecer dados aos seus clientes gerando assim informações de custo que são de grande importância, sendo obtidos por meio da: organização análise e interpretação elementos operacionais coletados (LEONE; LEONE, 2010).

Martins (2010) esclarece que contabilidade de custo surgiu em um período de grandes mudanças no cenário econômico e mundial, com a Revolução Industrial trouxe um novo conceito de contabilidade, sendo esse mais complexo que o anterior.

Atualmente esses estímulos ainda continuam, a contabilidade de custos permanece se inovando, sendo utilizada como importante instrumento de planejamento, controle e gestão.

Segundo Martins (2010, p. 22):

Como o significativo aumento de competitividade que vem ocorrendo na maioria dos mercados, sejam indústrias, comerciais ou de serviços, os custos tornam-se altamente relevantes quando da tomada de decisões em uma empresa [...]

Quase nada se fala de custos fixos, os gestores não estão acostumados a fazer análise de seus custos fixos e variáveis, muitos não tem um sistema apropriado de informações, acreditam que colocando certo valor percentual sobre o valor da mercadoria que está na nota fiscal irá garantir o pagamento dos seus custos e ainda obterá um lucro para a empresa, quando na realidade o valor da venda do produto não paga nem mesmo os impostos a ele incorrido.

O principal objetivo desse artigo é demonstrar a aplicação do controle de custos como auxílio na tomada de decisões em um ponto que é de fundamental importância para a estabilização de qualquer empreendimento, que é a formação do preço de venda.

2 METODOLOGIA

Para fins do estudo proposto, entende-se que o método adequado para atingir os objetivos definidos é o método de pesquisa baseado em estudo de caso, visto que a proposta tem por objetivo principal apresentar um método para formação dos preços de venda de uma empresa.

O estudo de caso será antecipado por uma pesquisa bibliográfica, com o objetivo de levantar, apontar e eleger as melhores técnicas para formar os preços de venda de forma apropriada.

A grande dificuldade está na formação de preços visando ao valor de mercado e os custos inseridos na empresa.

O estudo será precedido por análises de custos direto, indireto, fixo, variável.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A contabilidade de custos é um ramo da contabilidade que utiliza identificação, registro, controle e mensuração dos custos no processo produtivo, na aquisição de mercadorias para revenda e prestação de serviços (SCHIER, 2011).

Para um entendimento melhor na hora de apurar os gastos que serão necessários para se produzir um determinado produto, precisamos compreender a nomenclatura sobre o que são: gastos, desembolso, investimento, despesa e perda (MARTINS, 2010).

a) Gastos são as compras realizadas de um produto ou serviço qualquer, que irá gerar um desembolso financeiro para a entidade representado pela entrega ou promessa de entregas de ativos. Só existe gasto a partir do momento da passagem para a propriedade da empresa do bem ou serviço.

b) Desembolso é o pagamento efetuado resultante da aquisição do bem ou serviço, que poderá ocorrer antes, durante ou após a entrada da utilidade comprada.

c) Investimento são todos os sacrifícios ocorridos pela aquisição de bens ou serviços, que serão estocados nos ativos da empresa para baixa ou amortização quando forem vendidos, consumidos, ou sua desvalorização. São especificamente chamados de investimentos.

d) Custos são os gastos utilizados na produção de um bem ou serviço, para a produção de outros bens ou serviços. Só é reconhecido como um custo a partir do momento da sua utilização para fabricação de um produto ou execução de um serviço.

e) Despesa é representada pelo consumo bens ou serviços consumidos direta ou indiretamente para obtenção de receitas. Todos os gastos serão transformados em despesas quando entregues aos bens e serviços que se referem.

f) Perda é um gasto de um bem ou serviço consumido de forma anormal e involuntária. Não podendo ser classificada como uma despesa ou um custo por causa de sua característica de anormalidade e involuntária.

3.1 Custos diretos

Os custos direto são de fácil identificação, pois está diretamente relacionado ao objeto de custeio e identificado imediatamente com a produção do mesmo, não necessitando de rateio, recurso e parâmetro. Exemplo: os materiais que são requeridos pelo almoxarifado com a indicação prévia de sua utilização, já indicando na requisição o destino do material. O que define um custo direto é a quantidade aplicada em cada produto que recebem esse custo no momento de sua aplicação (LEONE, 2014).

3.2 Custos indiretos

São todos os gastos que a empresa tem, mas que não estão alocados aos produtos que se fabrica. São os mais difíceis de avaliar, pois não estão diretamente ligados a um determinado produto, exigindo um cálculo mais elaborado para sua

identificação. Exemplo: mão de obra indireta e materiais indiretos. Ocorre quando determinada empresa começa a produzir mais de um produto ou serviço, sendo cada um deles diferentes no momento da aplicação dos custos. (DUTRA, 2003).

3.3 Custos fixos

São aqueles que se mantem fixo independente do volume de produção, faturamento e vendas. É um custo definitivo e constante que irá ocorrer sendo as unidades produzidas ou não. Ocorrem em determinado período sem variações ou com variações que não são consequências do volume produzido em determinado período. O aluguel de um imóvel de uma indústria é o mesmo em cada mês independentemente do volume produzido, mesmo quando for ajustado permanece fixo, pois houve uma atualização do contrato (MARTINS, 2010).

3.4 Custos variáveis

Um custo variável é um custo que tem seu valor elevado ou diminuído de acordo ao nível da produção, e um custo fixo é sempre constante, no seu volume relevante da atividade esperada que esteja sendo exercida. No entanto o custo variável varia de acordo com a produção, pois o consumo de materiais depende diretamente do volume de produção, quanto maior a produção, maior será o seu consumo. A matéria prima é um Custo Variável, pois o seu valor total durante um mês depende da quantidade produzida (LEONE, 2000).

3.5 Margem de contribuição

A margem de contribuição é um indicador que mostra o quanto sobra da receita com as vendas de produtos ou serviços para pagar os custos fixos do negócio e gerar lucro. Também chamada de ganho bruto ou de lucro bruto, a margem de contribuição é calculada subtraindo-se da receita a soma entre as despesas e os custos variáveis. Os custos e as despesas variáveis são aqueles que têm relação direta com o volume de venda do produto. Ou seja, quanto mais produtos forem vendidos, maiores serão esses gastos. Para os custos, são exemplos a matéria-prima, a água e a energia utilizada na fabricação. Já os impostos que incidem sobre a venda e a comissão paga aos vendedores são exemplos de despesas variáveis (MARTINS, 2010).

3.6 Ponto de equilíbrio

O ponto de equilíbrio nasce da associação dos custos e despesas totais com as receitas totais. Se os custos e as despesas são maiores que a receita, quer dizer que a empresa está tendo prejuízo, caso a receita seja maior que os custos e despesas a empresa está tendo um lucro. Quando a receita e os custos e despesas são iguais temos um ponto de equilíbrio. O ponto de equilíbrio é quando a empresa está produzindo somente o suficiente para pagar os seus custos, então a empresa não apresenta lucro e nem prejuízo. (MARTINS, 2010).

De maneira simples, se considerarmos como exemplo um negócio que compra e revende mercadorias e não possuem outros gastos, o ponto de equilíbrio está entre o preço de venda e de compra ser igual à zero.

3.7 Formação do preço de venda

A formação do preço de venda pode ser vista como uma das principais atividades a serem executadas em qualquer organização, considerando que um preço mal formulado poderá acarretar maus resultados. O preço de venda deve englobar os custos incorridos em toda organização, assim como outras diversidades que influenciam no meio empresarial, e ainda gerar resultados positivos (BRUNI, 2008).

É necessário um estudo detalhado dos vários fatores que influenciam o processo empresarial, visto que, quando as condições de mercado, concorrência e os custos são analisados e levados em consideração, torna-se possível e provável que um melhor resultado seja alcançado. (BOMFIM; PASSARELLI, 2006).

A formação de preço de venda pode ser simplificada pela equação: Preço de Venda = Custos + Despesas + Impostos + Lucro.

Onde:

- Custos – correspondem aos gastos produtivos ou incorporados no produto;
- Despesas – correspondem aos gastos comerciais (vendas), administrativos e financeiros;
- Impostos – incidentes sobre as vendas;
- Lucro – representa a remuneração do empresário.

O preço de venda deverá cobrir o custo direto do produto, as despesas variáveis (impostos, comissões, fretes, etc.), as despesas fixas proporcionais (aluguel, água, luz, telefone, salários, pró-labore, etc.) e ainda, sobrar um lucro líquido adequado à remuneração do capital investido.

3.8 Markup

O markup é considerado uma taxa de marcação que adicionada aos custos do produto, deve determinar o preço de venda. Os custos aplicados podem ser os custos totais da empresa, os custos variáveis, conforme a base aplicada. O markup fica responsável por gerar um valor suficiente para cobrir o restante dos custos ou despesas e ainda gerar um lucro, o markup não é o lucro da venda. Em geral é mais elevado para itens sazonais, de menor giro ou com custos altos de armazenamento e transporte, para cobrir os riscos de não vender. (SOUZA, KULPA, DUBOIS, 2009).

Esse método ignora as variações de custos, a concorrência e o mercado, é restrito e limitado, pois nem sempre os dados de custos são determináveis (SCHIER, 2012).

O markup divisor é encontrado da seguinte forma = $[100\% - (\% \text{ despesa variável} + \% \text{ despesa fixa} + \% \text{ margem de lucro líquido desejado})] : 100$. O markup multiplicador = 1: markup divisor.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo tem como principal objetivo demonstrar a grande importância da formação de preço, pois muitas empresas têm grandes dificuldades em formar o preço de venda. Toda empresa que deseja ter sucesso deverá utilizar as informações geradas por esses métodos que oferecem um maior controle dos processos produtivos e custos, indicando os rumos e planejamento estratégico das organizações.

O conhecimento dos custos é de vital importância para as empresas, pois caso esteja praticando um preço abaixo de seu custo não sobreviverá no mercado, pois o preço ideal é aquele que cobre os custos e despesas e restando o lucro líquido. Mais importante ainda é saber reduzir os custos sem reduzir a qualidade.

Os gastos referentes ao processo produtivo podem ser identificados pelo método de custeio, de forma organizada e uniforme.



REFERÊNCIAS

BOMFIM, E. A.; PASSARELLI, J. **Custos e formação de preços**. 5. ed. São Paulo: IOB Thomson, 2008.

BRUNI, A. L.; FAMÁ, R. **Gestão de Custos e Formação de Preços**. 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 2008. 233p.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade Gerencial: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998. 216p.

DUTRA, R. G. **Custos: Uma Abordagem Prática**. 6ª Edição. São Paulo: Atlas, 2009.

LEONE, G. S. G. **Curso de Contabilidade de Custos**. 3 ed. São Paulo, 2014.

MARTINS, E. **Contabilidade de Custos**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SCHIER, C. U. C. **Gestão de Custos**. 1 ed. InterSaberes, 2012.

SOUZA, L. E.; KULPA, Luciana; DUBOIS, A. **Gestão de Custos e Formação de Preços**. 3 ed. Atlas, 2009.



A IMPORTÂNCIA DA MUDANÇA COMO FONTE DE REPOSICIONAMENTO E SOBREVIVÊNCIA NO MERCADO, COMO OS ADMINISTRADOS PODEM MUDAR A REALIDADE EMPRESARIAL

Leandro Oliveira Nunes, Daniel Luiz Da Silva, Alessandro Cesarin Lavorato, Matheus Molina, Jose Augusto Pereira Ribeiro, email:ribeiro.joseaugusto@ig.com

1 INTRODUÇÃO

O tema do projeto representa como a importância da mudança pode ocasionar um reposicionamento da organização perante o mercado e como administrador pode mudar a realidade empresarial. A principal fonte do trabalho aconteceu durante o processo contingencial da empresa Indústria e Comércio de Móveis Molina, que ao enfrentar a maior crise econômica da história do país, teve a necessidade formar estratégias para superar as dificuldades do mercado.

A principal dificuldade da empresa foi reformular a cultura organizacional de forma vertical, onde tanto o proprietário quanto seus colaboradores apresentavam grande resistência perante as mudanças que a empresa iria aplicar.

Caso os efeitos fossem o contrário do pressuposto, a empresa iria sofrer algumas perdas, como: falta de mão-de-obra especializada, déficit do processo produtivo, menor capacidade de venda, e como consequência um enfraquecimento financeiro.

O objetivo da pesquisa é demonstrar como a mudança da cultura organizacional em micro e pequenas empresas é fundamental para a manutenção e desenvolvimento no mercado atual e como um administrador pode mudar a realidade da organização.

A justificativa do projeto é mostrar como a mudança da cultura organizacional e a profissionalização da gestão afeta e quebra alguns dos paradigmas em relação e a resistência as tais mudanças dos micros e pequenos empresários, apresentando a importância na compreensão de que o desenvolvimento de uma empresa está relacionado a adaptação da mesma no mercado.

2 METODOLOGIA

O trabalho de pesquisa foi desenvolvido através da utilização de um método qualitativo, ou seja, baseado em pesquisas sobre técnicas administrativas necessárias para a execução do projeto.

A pesquisa qualitativa tende a ser direcionada e não busca enumerar e medir eventos e geralmente, não emprega dados estatísticos para análise, seu foco de interesse é amplo e dela faz parte a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e total do pesquisador com toda a situação do projeto.

Segundo Godoy (1995) Abordagem qualitativa, é um exercício de pesquisa, não possui uma proposta rígida estruturada, oferecendo três tipos diferentes de pesquisa: pesquisa documental¹, estudo de caso² e etnografia³, podendo desenvolver a criatividade com um foco específico, resultando em um caráter inovador de informação.

A fim de apresentar os resultados adquiridos com técnicas de gestão assessoras por um consultor, pesquisa e reposicionamento de mercado, mudança da cultura organizacional, profissionalização de todos os setores da empresa com a exigência do mercado atual para sua manutenção e melhor desenvolvimento da organização.

Foi realizado um estudo de caso em uma empresa do setor moveleiro na cidade de Barra Bonita SP, especializada na fabricação de moveis planejados de alta qualidade, a fim de apresentar as dificuldades desta empresa em meio a crise

econômica nos anos de 2015 a 2017, suas estratégias adotadas para continuar no mercado. Entre os aspectos abordados ressaltam-se;

A profissionalização dos setores da empresa a partir de 2011 com a adesão de uma nova linha de produtos em busca de um novo público alvo.

Processo de consultoria, a partir 2016 – para reestruturação, com processo de quebra da cultura organizacional e readequação da gestão em busca de uma melhor gestão e consequentemente melhores resultados financeiros.

Segundo Sena (2016) um bom programa de reestruturação consiste que as mudanças que serão efetuadas precisam ser consolidadas dentro da organização, antes que se inicie uma próxima mudança, garantindo assim a estabilidade das mudanças e seus efeitos a longo prazo.

A partir das análises feitas pela consultoria foram detectadas várias falhas em questões financeiras e de custos. Que foram trabalhadas para serem corrigidas, a

cerca de um ano a empresa já apresenta uma melhora significativa no fluxo de caixa e sua nova estrutura começou a ser aceita pelos colaboradores e a dar resultados positivos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente trabalho desenvolveu uma análise bibliográfica importante na contextualização do tema, e fundamental para que possa ser medido nas organizações a capacidade de adequação as teorias administrativas, principalmente, incorporar boas práticas de gestão e desenvolver planos estratégicos capazes de mover os negócios para a competitividade e crescimento nos mercados cada vez mais competitivos.

O estudo de caso proposto nos traz informações relevantes e reveladores para a discussão e visualização dos resultados nas Micro e Pequenas Empresas. No caso de adoção da consultoria e seu plano de reestruturação traz elementos para podermos dimensionar a utilização das ferramentas de administração e seus resultados. Passamos então a desenvolver a demonstração sobre o processo de consultoria no estudo de caso apresentado.

A empresa não possuía dificuldades de vendas ou de qualidade, mas sua forma de gestão era centralizadora e pouco profissional liderada pelo proprietário, o foco da organização era de atingir um crescimento devido a estar situada em uma cidade pequena no interior de São Paulo, onde a prospecção por novos clientes esteve limitada por vários anos.

Desta forma, a empresa não conseguia se desenvolver dentro desse mercado, nessa localidade. Em busca de um novo público alvo, com alcance na microrregião, neste período, houve a oportunidade de uma parceria com uma grande rede de móveis planejados, após as análises feitas pelos proprietários e com a perspectiva de se obter resultados satisfatórios, foi firmado a parceria entre as empresas.

A parceria determinou que a empresa efetuasse uma profissionalização total no setor administrativo e de vendas, com isso houve a implantação de um sistema de gestão vinculado à empresa parceira, emissão de contrato integrado⁴ e inauguração de um showroom para demonstração dos produtos.

Após efetuadas essas mudanças a organização iniciou um desenvolvimento baseado na qualificação do setor de vendas, incluindo cursos e programas para

projetos digitais, no aperfeiçoamento do setor financeiro com maior organização e facilidade para o mercado e no diferencial dos móveis modulados com o aprimoramento da marcenaria, isso gerou ampliação do público-alvo na região, aumentando seu faturamento e a quantidade de funcionários, porém a empresa não obtinha resultados financeiros satisfatórios.

Mesmo após a identificação do problema, devido à alta demanda de vendas os proprietários resistiam as mudanças da organização até que no ano de 2015 deu início a maior recessão econômica da história brasileira, enfatizando ainda mais o problema, levando a empresa a quase uma falência.

Os proprietários perceberam que as mudanças eram inevitáveis para a manutenção e futuro crescimento no mercado, e assim houve a contratação de uma empresa de consultoria para auxiliar os gestores no processo de mudança da organização.

Foi realizada uma análise minuciosa pela empresa de consultoria, foram identificados problemas de custos, descontos excessivos na venda, cultura organizacional, e a partir desses dados analisados as mudanças na organização começaram a ser efetuadas.

Em relação aos custos da empresa, foi identificado após um levantamento das vendas antigas em que o valor da matéria-prima era superior ao esperado, gerando um prejuízo financeiro a empresa, posteriormente a essa conclusão o desconto na

Venda era excessivo, portanto após a finalização dos custos da matéria prima, mão-de-obra, despesas fixas e variáveis e por consequência o desconto foi recalculado na área de vendas proporcionalmente a diferença encontrada no valor dos custos da organização, após essa mudanças foram obtidas melhoras no fluxo de caixa, portanto a necessidade do capital de terceiros diminuiu consideravelmente com essas melhorias.

A cultura organizacional da empresa que possuía uma linha raciocínio com uma gestão centralizadora, autoritária sem normas e regras pré-estabelecidas, onde os colaboradores possuíam uma liberdade na organização, gerando conflitos internos, portanto foi determinado que a empresa deveria ter uma mudança comportamental para assim obter uma forma de gestão aprimorada com todos os setores da empresa e seus stakeholders na forma de se relacionar e agir como organização. Através de

treinamentos e reuniões com os proprietários e funcionários foram determinadas novas regras de conduta na empresa, que com o passar do tempo ajudaram a determinar uma nova cultura organizacional com um pensamento profissional e mais flexível visando a manutenção e o crescimento da empresa.

Após realizada uma mudança completa na forma de gestão da organização, todos os setores da empresa começaram a trabalhar de forma integrada em torno do objetivo da empresa, com isso o prazo de entrega dos produtos foi reduzido trazendo uma maior satisfação por parte dos clientes, além da melhora substancial da saúde financeira da empresa, tornando-a independente financeiramente, realizando investimentos em infraestrutura para a melhoria do ambiente organizacional e aumentando sua competitividade no mercado de trabalho. Outro aspecto positivo foi a conduta de todos os participantes da organização começando pela hierarquia que se tornou ainda mais incisiva e eficaz na delegação de tarefas do dia a dia, o departamento financeiro da organização passou a adotar técnicas de planejamento financeiro com ênfase na redução dos gastos desnecessários, o setor de vendas tornou-se ainda mais experiente com a realização de cursos de aperfeiçoamento, os profissionais dominam totalmente o assunto desenvolvem projetos extremamente sofisticados, adaptaram-se como colocar em prática a necessidade de venda junto as expectativas do mercado no produto entregue. O setor de produção aderiu os processos no começo com um pouco de resistência, mas com muita eficiência por parte da gestão aos poucos conseguiram tornar o ambiente mais produtivo com segurança na realização das tarefas onde os mesmos não aceitavam antes trabalhar com equipamento de segurança e hoje enxergam esses equipamentos como garantir o bem-estar no trabalho. A junção desses processos tornou uma empresa familiar com pouco olhar no mercado para uma organização mais preparada.

REFERÊNCIAS

BJUR, W.; C. Geraldo R. **ReAdministração em Ação** – a prática da mudança rumo ao sucesso. Porto Alegre: AGE, 1995.

BLACKWELL, R. D. et al. **Comportamento do Consumidor**. 9. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

CHIAVENATO, I. **Administração de novos tempos**. 2. ed. São Paulo: Campus, 1999.



CHIAVENATO, I. **Teoria, processo e prática**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007

HAMPTON, D. R. **Administração contemporânea: teoria, prática e caos**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 19980.

LAS CASAS, A. L. M.: **Conceito, exercícios, casos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

KWASNICKA, E. L. **Introdução à administração**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1987.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria geral da administração**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PEREIRA, L., F. **Princípios Da Administração**: O conceito da administração e suas funções. Disponível em:

<<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/principios-da-administracao-o-conceito-da-administracao-e-suas-funcoes/57654/>>. Acesso em 10 ago. 2018.

PRESTES MOTTA, F. C.; C., M. p. (coord.). **Cultura Organizacional e cultura brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997.

A IMPORTÂNCIA DO TOMBAMENTO NO ORDENAMENTO BRASILEIRO

Kelli Simões Dias, Leandro Lorencetto, Sulamita dos Santos Marcondes,
Renato Zanolla Montefusco, e-mail: kelli.lorencetto@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar a importância do tombamento como uma das modalidades de intervenção restritiva do Estado na propriedade privada, neste contorno, imprescindível a demonstração de suas peculiaridades, iniciando-se assim com uma sucinta análise do surgimento das expressões tombamento e livro do tomo. As etimologias destas palavras advêm do direito português cujo significado tem por finalidade registrar, inscrever os bens nos arquivos do Reino, conservados na Torre do Tombo em Portugal. Nesse sentido, o tombamento é um instituto de intervenção ordinatória e concreta do Estado na propriedade privada, tratando-se de um ato administrativo, limitativo de direitos, podendo incidir em bens móveis e imóveis, públicos e privados, tendo como finalidade precípua a proteção e a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural, por tratar-se da necessária preservação da memória nacional.

Os fundamentos para esta intervenção encontram-se na Constituição Federal em seu artigo 216 § 1º, onde disciplina, que todos juntamente com o Poder Público devem promover e proteger o patrimônio cultural por meio de várias formas incluindo assim o tombamento.

No tocante a competência dos Entes federados para legislar sobre o assunto é concorrente da União, dos Estados e Distrito Federal, como disciplina o artigo 24, inciso VII da Carta Magna, já a competência material, ou seja, de execução, é comum sendo de todos os Entes na proteção dos bens móveis e imóveis como disciplina o artigo 23, inciso III da Constituição Federal. O tombamento apresenta legislação infraconstitucional específica no Decreto Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, que ordena e organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, outro precedente normativo é a Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961 que dispõe sobre a proteção dos monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Quanto a atribuição de tal proteção, no âmbito federal o responsável pelo tombamento é a União, por intermédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, já na esfera estadual a responsabilidade pelo tombamento se dá através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – IPHAE, e ao município se dá através da sua administração, utilizando leis específicas ou a legislação federal. Insta ser mencionado que cada Ente federado, possui seu Livro do Tombo, sendo que o tombamento do móvel e imóvel público ou privado se tornara definitivo após sua inscrição. Acerca dos Livros de Tombo supramencionados, e a título de exemplificação observa-se o modelo adotado pela União que possui quatro livros, sendo o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, o Livro do Tombo das Belas Artes, o Livro do Tombo das Artes Aplicadas, e o Livro do Tombo Histórico. No Estado de São Paulo ainda existe um outro livro, qual seja, o Livro do Tombo das Artes Populares, uma das peculiaridades para que seja encerrado a inscrição no livro de tomo, é a necessária transcrição no Registro de Imóveis da circunscrição.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para apresentar o presente trabalho é o método dedutivo, no qual foi utilizada a pesquisa teórica bibliográfica, sendo colhidos dados teóricos por meio de pesquisas em livros, artigos periódicos de doutrinadores da Ciência Jurídica, e jurisprudências, para alcançar a devida exposição de motivos sobre a temática.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para melhor entendimento da necessidade do tombamento, se faz necessário conceituar o patrimônio cultural, que é o objeto a ser protegido, e para tanto, Ricardo Alexandre e João de Deus:

O patrimônio cultural brasileiro é o conjunto de bens de qualquer natureza (materiais ou imateriais) que sejam portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais incluem-se: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico; e todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. (2015, p.919).

Tendo por base tal conceito, os autores supracitados, seguem no tocante a competência do tombamento pelos Entes, o bem pode ser de interesse de todos e neste sentido:

Em razão do interesse comum, a competência material para tomar é cumulativa de todos os entes políticos. Assim, um mesmo bem pode ser tombado nas três ordens jurídicas (federal, estadual e municipal). Se isso acontecer, a solução que parece mais razoável é que haja uma gradação de poder sobre o bem, havendo preferência da União, depois do Estado e por fim do Município. (2015, p.920)

Os autores explicam, que quanto aos bens públicos o tombamento pode ser realizado na modalidade de ofício, conforme dispõe o artigo 5º do Decreto Lei 25/37, e que será realizado nos moldes do artigo 2º, § 2º do Decreto Lei 3.365/1941 (Lei da desapropriação), por analogia, entendendo-se que, o Ente maior pode tomar bens dos Entes menores, não sendo possível o contrário. Entretanto, o Supremo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro já manifestou entendimento contrário a doutrina, conforme a Ementa:

ADMINISTRATIVO - TOMBAMENTO - COMPETÊNCIA MUNICIPAL. 1. A Constituição Federal de 88 outorga a todas as pessoas jurídicas de Direito Público a competência para o tombamento de bens de valor histórico e artístico nacional. 2. Tombar significa preservar, acautelar, preservar, sem que importe o ato em transferência da propriedade, como ocorre na desapropriação. 3. O Município, por competência constitucional comum – art. 23, III –, deve proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos. 4. Como o tombamento não implica em transferência da propriedade, inexistente a limitação constante no art. 1º, § 2º, do DL 3.365/1941, que proíbe o Município de desapropriar bem do Estado. 5. Recurso improvido.

(STJ - RMS: 18952 RJ 2004/0130728-5, Relator: Ministra ELIANA CALMON, Data de Julgamento: 26/04/2005, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: --> DJ 30/05/2005 p. 266 RDR vol. 32 p. 204)

Desta forma, o STJ entendeu que não se pode usar como analogia o artigo 2º, § 2º do Decreto Lei 3.365/194, da Lei da Desapropriação, pois não há dispositivo expresso que mencione esta preponderância de interesses que há no caso da desapropriação, além do mais, o tombamento não alude a transferência do patrimônio, apenas uma limitação ao exercício normal da propriedade em prol da preservação.

No que tange ao tombamento realizado na propriedade privada, Maria Sylvia Zanella Di Pietro, explica tal intervenção:

O tombamento é sempre uma restrição parcial, não impedindo ao particular o exercício dos direitos inerentes ao domínio; por isso mesmo, não dá, em regra, direito a indenização; para fazer jus a uma compensação pecuniária, o

proprietário deverá demonstrar que realmente sofreu algum prejuízo em decorrência do tombamento. (2014, p. 147).

Nesta acepção, por não haver restrição completa do uso, a indenização seria excepcional, com a devida demonstração de dano, pois o dever de conservar em regra não gera prejuízos.

A autora ainda explica as modalidades quanto ao tombamento na propriedade privada, sendo voluntário, quando a manifestação de vontade advém da pessoa natural de direito privado que faz o pedido, ou quando esta foi notificada e concorda com a inscrição do bem; outra modalidade é o tombamento compulsório, ou seja, quando o proprietário não concorda e resiste contra a inscrição do móvel ou imóvel no Livro de Tombo, neste caso após o recebimento da notificação o proprietário terá 15 dias impugnar o tombamento, tendo o mesmo prazo o órgão que tiver tomado a iniciativa apresentar as razões, sendo que ao órgão técnico compete o prazo de 60 dias para proferir decisão, se for favorável ao proprietário, será arquivado, caso seja desfavorável o proprietário poderá pedir o cancelamento do tombamento ao Presidente da República que poderá fazer o cancelamento em grau de recurso ou de ofício conforme disposição do artigo único do Decreto Lei 3.866/41.

Quanto aos efeitos do tombamento para o proprietário, Ricardo Alexandre e João de Deus (2015, p. 924), falam em efeitos negativos de não fazer e positivos de fazer, sendo os primeiros:

A coisa tombada não pode ser destruída, demolida ou mutilada; e somente poderá ser reparada, pintada ou restaurada com autorização prévia do IPHAN (art. 17);

A coisa tombada não pode sair do País, exceto se for para fins de intercâmbio cultural e desde que sejam respeitadas as seguintes condições: a) a saída seja por um curto prazo; b) não haja transferência de domínio; c) exista autorização do IPHAN (art. 14);

O proprietário da coisa tombada fica sujeito à vigilância permanente do IPHAN, que poderá inspecioná-la sempre que julgar conveniente, não podendo o proprietário criar obstáculos a inspeção, sob pena de multa (art. 20).

Já os efeitos positivos, a doutrina descreve como obrigações de cuidado com o bem tombado, de conservação, o que deve ser sempre comunicado ao IPHAN, ademais o direito de preferência do Ente tombador no caso de alienação do bem, e as obrigações dos vizinhos do imóvel tombado em cuidar para que não seja reduzido ou impedido a visibilidade do bem por construções que possam ser realizadas, sendo indiscutível, em qualquer situação a liberdade de se retirar as características do bem

tombado, sendo que deverá ser comunicado ao IPHAN “órgão que exerce a vigilância destes bens”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o tombamento é um ato administrativo de extrema importância no ordenamento brasileiro, é realizado pelo Poder Público por intermédio da aplicação de legislação específica e constitucional, que propende a preservação de bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser aniquilados ou descaracterizados pelo tempo ou ação humana, com o intuito de que as gerações futuras possam ter acesso e presenciar a história de seu país.

O fato a ser observado é o modo pelo qual a importância que o Estado e todos os Entes Federados buscam para tutelar à memória, quer seja esta Arqueológica, Etnográfica, Paisagística, que envolvam as Belas Artes e Artes Aplicadas, quiçá as Artes Populares. Nesse sentido, e em breve conclusão, preservar a memória é preservar a própria identidade da nação.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, R. **Direito administrativo esquematizado**/ Ricardo Alexandre, João de Deus. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito administrativo** / Maria Sylvia Zanella Di Pietro. - 27. ed. - São Paulo: Atlas, 2014.

MAZZA, A. **Manual de direito administrativo** / Alexandre Mazza. – 6. ed. – São Paulo: Saraiva, 2016.

STJ. RMS: 18952 RJ 2004/0130728-5, Relator: Ministra ELIANA CALMON, Data de Julgamento: 26/04/2005, T2 - SEGUNDA TURMA. DJ:30/05/2005. JusBrasil, 2009. Disponível em: <https://stj.jubrasil.com.br/jurisprudência/7227124/recurso-ordinario-em-mandado-de-seguranca-rms-18952-rj-2004-0130728-5-stj>. Acesso em: 05 out. 2018.

ROMANO, R. T. **O tombamento de bem público federal por Lei estadual**. Publicado 07/2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/59436/o-tombamento-de-bem-publico-federal-por-lei-estadual>. Acesso em 05 de out de 2018.

A INTELIGENCIA EMOCIONAL COMO UMA VERTENTE DA LIDERANÇA

Giovanna Marqui Padovan, Juliano Messias da Silva, Rafael de Paula Pinto,
Valeria Garcia, Solimar Messias Guindo Bonjardim, e-mail:
giovanna_padovan@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O mundo cada vez mais imediatista e globalizado necessita de profissionais altamente qualificados, com ideias inovadoras para alavancar os resultados objetivados pelas organizações, que trabalhem em equipe e, também, para a melhoria do ambiente laboral. Com o aumento do capitalismo e da tecnologia, o mercado tem sido desafiador para as empresas, onde a sobrevivência tem se tornado difícil devido a forte concorrência, ao aumento o índice de desemprego e a necessidade de profissionais com características ligadas a inteligência emocional. Lauer (2012) explica que a inteligência emocional é apontada como uma capacidade de controlar emoções para obter objetivos.

O capitalismo e o desenvolvimento tecnológico na economia atual aumentam o índice de desemprego e, com isso, tem tornando acirrada a concorrência no mercado de trabalho. O profissional que atualmente alcança destaque em sua gestão, profissional e pessoal, é aquele que sabe lidar com seus sentimentos e emoções, e sabe administrar essas emoções para conduzi-lo ao sucesso, sendo de suma importância também que saiba lidar com os sentimentos de terceiros. O mundo está buscando líderes com mais maturidade emocional, profissionais preocupados e conscientes com o reflexo de suas decisões sobre a empresa (BRANCO, 2017).

Este trabalho aborda o seguinte problema: os profissionais reconhecem que possuem atributos relacionados à Inteligência Emocional (IE), visto que, atualmente apenas a formação acadêmica e um bom currículo não são suficientes para a inserção no mercado de trabalho. Baseado neste questionamento, o presente trabalho busca apresentar a inteligência emocional e seus benefícios, uma vez que além de ser uma característica intrínseca do indivíduo, também é passível de aprendizado. Estes benefícios podem acarretar ao profissional o autoconhecimento e automotivação, podendo desta maneira também motivar seus liderados e equipe em geral. Os estudos buscaram identificar profissionais de sucesso, grandes empresários e administradores,

de incorporações S/A ou familiares, e seu conhecimento e aplicação, ou não, de inteligência emocional como foco de sua ascensão na carreira.

2 METODOLOGIA

Esta discussão utilizou a análise qualitativa, haja vista se tratar do estudo de particularidades sobre um determinado tema. Assim, como explica Marconi e Lakatos (2010) a abordagem qualitativa trata-se de uma pesquisa que tem como propósito, analisar e interpretar aspectos mais profundos sobre um assunto, tendo como foco os processos e significados. A pesquisa pode ser caracterizada como explicativa, por apresentar reflexões baseadas em estudos, onde relaciona teoria e aplicação prática. Segundo Gil (2008) a pesquisa explicativa tem como objetivo fundamental identificar fatores que determinam ocorrência de fenômenos que interferem nos processos. Esse tipo de pesquisa é a que mais aprofunda o conhecimento da realidade. Para sua realização optou-se por realizar uma pesquisa bibliográfica para aprofundamento no universo do tema e, posteriormente foi realizada pesquisa de campo com indivíduos cujo cargo exercido dentro de organizações é de liderança para identificar seu conhecimento sobre o assunto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

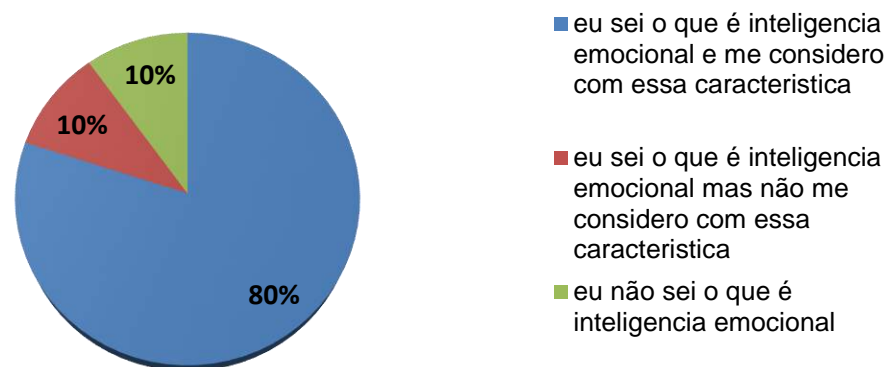
O mercado de trabalho mais competitivo e exigente tem cada vez mais cobrado a presença de profissionais com auto formação, habilidosos, capacitados tecnicamente, capazes de lidar com situações de cobranças e conflitos dentro do ambiente de trabalho. Todo profissional precisa estar preparado para os desafios que surgem no dia-a-dia e com resposta rápida às necessidades das organizações, pois precisa desenvolver visão ampla do universo em que atua e das novas possibilidades que poderão surgir. Diante disso, surge então o desafio do líder moderno em motivar seus liderados a dar o melhor de si para que os objetivos sejam alcançados, demonstrando assim sua importância perante a organização. “A liderança é necessária em todos os tipos de organização humana, principalmente nas empresas e em cada um de seus departamentos” (CHIAVENATO, 2000, p. 134).

Segundo Hunter (2004, p. 25) “Liderança é a habilidade de influenciar pessoas para trabalharem entusiasticamente visando atingir os objetivos identificados como

sendo para o bem comum”. Líder é aquele que consegue influenciar os demais sem obriga-los, conforme o mesmo autor “liderança é habilidade (...) é uma habilidade que pode ser aprendida e desenvolvida por alguém que tenha o desejo e pratique as ações adequadas”. (p. 25)

A liderança tem como objetivo primário conseguir atingir os objetivos determinados pela empresa. O líder serve como um facilitador do processo, ele auxilia e abre caminhos para que a equipe consiga atingir o seu objetivo. Ele ainda deve amparar e assessorar a equipe para a escolha da tomada de decisões correta para a solução dos problemas que podem vir a acontecer. Contudo, a liderança caminha atrelada a alguns conceitos, entre eles a Inteligência Emocional e ele possibilita o desenvolvimento da liderança. Goleman (1998) descreve que a inteligência emocional vem a ser a capacidade de identificar os próprios sentimentos e os sentimentos dos outros, capacidade de automotivação, autocontrole e autoconhecimento. O indivíduo com estas características gerencia bem as próprias emoções e o relacionamento dos que estão a sua volta.

Figura 1 – você sabe o que é inteligência emocional e se considera com essas características?



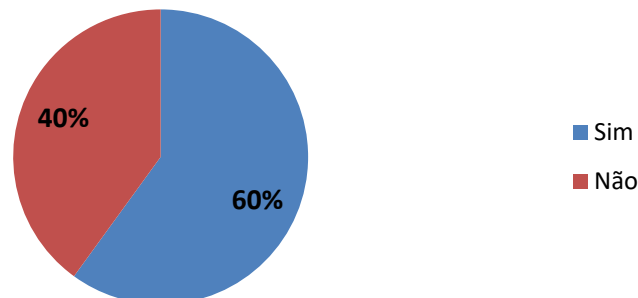
Fonte: Trabalho de campo – 2018.

Ao relacionar teoria e prática, verificou-se que nas entrevistas sobre métodos de liderança e seu conhecimento sobre cada um deles, apenas 80% dos entrevistados responderam que conhecem o conceito de inteligência emocional e se consideram com as características deste método de gestão, 10% conhecem o conceito porém não se

consideram com estes atributos, e 10% não conhecem a definição de I.E. É possível notar, conforme demonstrado na Figura 1, que embora seja um tema novo, grande parte dos entrevistados possuíam conhecimento sobre a Inteligência Emocional, considerando-se com características ligadas a este método de gestão, como por exemplo, a autogestão de suas próprias emoções, sabendo controlá-las de forma a alcançar objetivos pessoais e profissionais.

O profissional que escolhe para a sua carreira as características voltadas a Inteligência Emocional terá como diferencial a facilidade de reconhecimento e absorção de todo o ambiente ao seu redor, e desta forma consegue um poder de resposta mais rápido como reação para cada acontecimento. Através da I.E, o indivíduo trabalha a força de sua equipe no ambiente laboral, identificando suas qualidades e motivando ao objetivo desejado.

Figura 2 – Você considera-se um líder nato?



Fonte: Trabalho de campo – 2018.

Ao relacionar a I. E. com seu conceito, percebe-se que uma pessoa que diz aplicar ou usar a Inteligência Emocional. é reconhecido como um líder. Ao questionar os entrevistados se eles se consideravam um líder nato, 60% deles disseram que se consideram líder nato, já os outros 40% responderam que não se consideram (Figura 2). Através dessa pergunta podemos notar que, para se tornar um líder, o indivíduo não precisa necessariamente ter nascido com um espírito de liderança. Algumas pessoas podem se tornar líderes através do desenvolvimento desta habilidade para conseguir sucesso na ocupação de seu cargo dentro da organização, alcançando os objetivos pessoais e profissionais esperados. Daniel Goleman (2015) afirma que “os

líderes mais eficazes são semelhantes em um aspecto crucial: todos possuem um alto grau do que passou a ser conhecido como inteligência emocional”.

O profissional de Inteligente Emocionalmente possui uma espécie de visão panorâmica do que ocorre a sua volta, ele consegue ler, interpretar e responder às emoções ao seu redor com mais facilidade. Estas características podem ser interpretadas apenas como benefícios, mas existe algo negativo da Inteligência Emocional.

O indivíduo que possui, a I.E., pode usar este diferencial para envolver aos que estão a sua volta, os fazendo lutar por um bem comum, uma vez que ele é capaz de perceber e controlar as emoções alheias, fica mais fácil puxar as pessoas para a direção desejada (REVISTA ÉPOCA, 2017).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, nesse cenário, o estudo para este artigo buscou identificar profissionais de sucesso, grandes empresários e administradores, de incorporações S/A ou familiares, e seu conhecimento e aplicação, ou não, de inteligência emocional como foco de sua ascensão na carreira. Com a pesquisa de campo realizada através de questionários, foi possível identificar que 80% dos entrevistados possuem conhecimento sobre o assunto inteligência emocional e assumem-se como líderes nato.

Vale acrescentar que essa pesquisa está em fase de discussão dos questionários aplicados. A primeira fase de levantamento e discussão das bibliográficas e a segunda fase das entrevistas está relativamente finalizada, faltando, contudo, o aprofundamento e discussão primorosa dos resultados dos questionários.

REFERÊNCIAS

BRANCO, R. C.. **Inteligência emocional n gestão de pessoas**. Disponível em: <<http://www.sustentare.net/blog/inteligencia-emocional-na-gestao-de-pessoas/>> Acesso em: 12 de maio de 2018.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

EPOCA NEGOCIOS. **As desvantagens de ter muita inteligência emocional**. 2017. Disponível em:



<<https://epocanegocios.globo.com/Carreira/noticia/2017/01/desvantagens-de-ter-muita-inteligencia-emocional.html>> Acesso em: 12 de maio de 2018.

GOLEMAN D. **Liderança: a inteligência emocional na formação do líder de sucesso**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

HUNTER, J. C. **O monge e o executivo**. 13ª ed. Sextante. Rio de Janeiro, 2004.

LAUER, C. **O que é inteligência emocional?** Disponível em:
<<http://www.catho.com.br/carreira-sucesso/dicas-emprego/o-que-e-inteligencia-emocional>>. Acesso em: 15 maio 2018.

GOLEMAN, D. (1998). **Working with emotional intelligence**. New York: Bantam Books.



A MEDIAÇÃO COMO FORMA EFICAZ NA SOLUÇÃO DA ALIENAÇÃO PARENTAL

Jaqueline Alessandra de Sousa, Marcia Maria Meneghelli Alves da Silva, Thalia Martins Lopes de Oliveira, Vanderlei de Freitas Nascimento Junior, e-mail: jaque01234@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Em decorrência da discussão em torno da alienação parental, existe a necessidade em trazer uma abordagem sobre o tema, trazendo consigo todas as informações importantes que interpela esse conflito. A alienação parental é regida pela Lei 12.318/2010, a qual considera ato de alienação parental como sendo a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, promovida ou induzida por um dos genitores, ou, por aqueles que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância, no intuito de causar repúdio em relação ao outro, podendo causar prejuízo em relação à manutenção de vínculo com este.

Nesse sentido, o trabalho abordará a possibilidade de se solucionar tais conflitos de alienação parental através do método de mediação familiar e de sua eficácia, visando a redução das consequências psicológicas nas crianças e adolescentes. Considerando a promulgação da Lei 12.318/2010 estabeleceu-se que a Alienação Parental tem, portanto, papel fundamental em determinada lide judicial, pois o alienador para tentar obstruir a relação paterna ou materna, poderá criar falsas acusações e denúncias, visando que o Poder Judiciário declare, através de medida judicial, a proibição das visitas do alienado ao filho menor. Uma vez concedida a referida medida judicial, caso o alienador venha a descumpri-la através da prática de atos de violência psicológica, este estará claramente afrontando os direitos e garantias tanto do alienado como da vítima menor de idade. Logo, poderá o juiz aplicar prisão preventiva ao alienante, fazendo este responder a processo criminal.

O objetivo dessa pesquisa consiste em esclarecer o assunto, a partir da análise de seus aspectos jurídicos e psicológicos que circundam o instituto. São previstas, no ordenamento jurídico brasileiro, várias maneiras de se solucionar tais conflitos, tais como aquelas medidas que podem ser tomadas pelo juiz, visando a cessação da alienação em relação a criança ou adolescente, conforme será demonstrado a seguir.

2 METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido de forma qualitativa, tendo sido utilizadas algumas bibliografias específicas e artigos científicos sobre a matéria estudada. Assim tal estudo foi elaborado a partir do método dedutivo, com enfoque particularmente dogmático, cujo objetivo primordial é demonstrar a importância do tema na atualidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Verificou-se que o instituto da alienação parental se originou do termo SAP (Síndrome da Alienação Parental). Tal nomenclatura foi dada por Richard A. Gardner, um renomado psiquiatra nascido nos Estados Unidos em 1931, conforme ensinou Nazareth:

Richard A. Gardner, em uma publicação em 1985, afirmou que a alienação parental seria um distúrbio que surge principalmente no contexto de disputas de custódia da criança. Sua manifestação primária é a campanha do filho para denegrir o progenitor, uma campanha sem justificativa. (2018, p.1)

Posteriormente a criação desse instituto, tanto o conceito como o pensamento sobre alienação parental evoluíram de acordo com a evolução da sociedade. A partir daí, surgiu a diferenciação de Síndrome da Alienação Parental para a Alienação Parental propriamente dita. Tal diferença consiste na desconstituição da figura parental pela Alienação Parental, enquanto a Síndrome da Alienação Parental cuida dos efeitos emocionais negativos, conforme nos ensina Xaxá:

Embora intimamente ligadas, uma e o complemento da outra e seus conceitos não se confundem. Alienação Parental é a desconstituição da figura parental de um dos genitores ante a criança. É uma campanha de desmoralização, de marginalização desse genitor. Manipulada com o intuito de transformar esse genitor num estranho, a criança então é motivada a afastá-lo do seu convívio. Esse processo é praticado dolosamente ou não por um agente externo, um terceiro e, não está restrito ao guardião da criança. Há casos em que a Alienação Parental é promovida pelos Avós, por exemplo, sendo perfeitamente possível que qualquer pessoa com relação parental com a criança ou não, a fomente. A Síndrome de Alienação Parental diz respeito aos efeitos emocionais e as condutas comportamentais desencadeados na criança que é ou foi vítima desse processo. Grosso modo, são as sequelas deixadas pela Alienação Parental. (2008, p.19)

A Lei 12.318/2010 conceituou a alienação parental como uma forma de interferência na formação psicológica no desenvolvimento da criança ou adolescente,

de modo que aos meios alternativos de solução dos conflitos se tornaram a melhor opção para se resolver tal situação. A referida Lei baseia-se nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e no interesse do menor.

A mediação familiar, por sua vez, surgiu como uma das formas mais evoluídas e exitosas de condução, elaboração e transformação de conflitos. Por meio dela foi possível proporcionar às partes um menor desgaste emocional, de modo em que as partes são levadas a agir cooperativamente, diante de opções realistas sem que houvesse a imposição de vontade de apenas um deles.

O procedimento sugerido pelo Código de Processo Civil prevê inicialmente a propositura de uma ação, para depois o juiz poder designar audiência para a tentativa de conciliação. O próprio ato judicial da citação pode gerar mais animosidade entre as partes envolvidas, tal trata-se de um procedimento judicial.

O papel do mediador não possui a função de criar acordos, mas de facilitar o diálogo entre os litigantes, de modo a estabelecer uma comunicação fluída, de forma que estes cheguem a um consenso.

A mediação certamente é um instituto bem-sucedido e estimado por grande parte dos juristas, pois além de “desafogar” o Judiciário, afastando de sua apreciação conflitos que podem ser solucionados sem o auxílio de um juiz, é também uma forma eficaz de solucionar conflitos, buscando uma maior conscientização dos envolvidos. A isso se denomina pacificação social.

O que se pretende dizer é que a mediação representa uma ferramenta eficaz no combate à Alienação Parental, pautada pela construção de um diálogo que auxiliará as partes envolvidas na compreensão do papel e na partilha da responsabilidade em relação à guarda e ao convívio com os menores envolvidos naquele contexto, de forma a minimizar danos e permitir mudança de paradigmas. No mais, observa-se que a mediação traz uma maior flexibilidade no gerenciamento dos conflitos, os quais poderão ser conduzidos e trabalhados conforme as especificidades de cada caso. Dessa forma, será permitida a criação de novas soluções sugeridas pelos próprios envolvidos

O objetivo desse método de solução do conflito é verificar a ocorrência de uma possível alienação parental e cientificar as partes de suas responsabilidades. Já o mediador deverá ser imparcial e facilitador da comunicação, fazendo que ocorra a

reflexão sobre a situação da parte afetada, conscientizando dos prejuízos de tal conduta.

Sendo assim, o processo de mediação pode servir para que os envolvidos discutam sobre questões que possam ser de interesses, dando a oportunidade de se expressarem sobre determinados assuntos. Dentre as consequências da aplicação das técnicas de mediação, o mediador precisará se valer de outras áreas de conhecimento, para que, então, saiba lidar com qualquer situação.

Assim, o processo judicial nem sempre será a melhor forma de solucionar as questões relacionadas a alienação parental, pois é um procedimento demorado e sofrido que acaba dificultando, ainda mais a possibilidade de entendimento entre os genitores, agravando os efeitos sobre os filhos. Por isso que a mediação é a solução mais adequada para solucionar esse tipo de conflito, objetivando, não apenas, acabar com a alienação parental, mas possibilitar uma comunicação saudável entre as partes em prol do melhor interesse da criança e do adolescente

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É certo dizer que a alienação parental, induzida ou promovida por genitores ou por aqueles que tenham sob a sua autoridade, guarda ou vigilância, a criança ou adolescente, interfere no desenvolvimento psicológico destes, podendo causar problemas de convívio, sendo a melhor maneira de se resolver esse problema através da mediação familiar profissional.

Os causadores de efeitos negativos na alienação parental precisam passar por um mediador, para que este possa ajuda-los a ter uma melhor convivência familiar, a resolver seus problemas de maneira que beneficie ambas as partes, sem que afete ainda mais a criança, ensinando os alienantes a escutarem um ao outro e aprenderem a se expressar verbalmente, para a resolução pacífica de seus conflitos.

A mediação familiar, é uma forma evoluída e eficiente, na alienação parental, se for feita por profissionais, com conhecimentos gerais, que sejam aptos para resolver conflitos familiares, fazendo com que os envolvidos se entendam e resolvam seus conflitos pacificamente.

Essa conciliação/mediação pode proporcionar, aos envolvidos da alienação parental, melhor entendimento entre eles, com menos preocupação, e menos efeitos

emocionais negativos, ensinando a eles a se respeitarem, para que não causem prejuízo à criança ou adolescente e que possam conviver em harmonia.

Então, deve-se levar em consideração as demasiadas vantagens acerca da mediação na alienação parental, como, por exemplos, o fato da proteção das partes para não expor suas vidas pessoais, por não ter testemunhas ou peritos e, também, fazer com que reatem laços afetivos através da comunicação.

REFERÊNCIAS

DANI, G. C. C.; DORNELES, T. P. **A mediação familiar como forma de resolução de conflitos em casos de alienação parental**. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XV, n.98, ma 2012. Disponível em <http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11195&revista_caderno=14>. Acesso em: 29 de agosto 2017.

DIAS, M. B. **Alienação parental – um abuso invisível**. 2017. Disponível em: <[http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2_5014\)alienacao_parental_um_abuso_invisivel.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_5014)alienacao_parental_um_abuso_invisivel.pdf)>. Acesso em: 28 de agosto de 2017.

KUNDE, B.; CAVALHEIRO, R. **Mediação Familiar: Um Caminho Para A Solução Da Alienação Parental Nos Conflitos Familiares**. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/viewFile/16135/4028>>. Acesso em: 29 de agosto de 2017.

NOREMBERG, A. Alienação parental, o que é?. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XVI, n. 119, dez 2013. Disponível em: <http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13909>. Acesso em ago 2017.

OLIVEIRA, R. **PROJETO DE LEI DA CÂMARA nº 20, de 2010**. 2010. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/96131>>. Acesso em ago 2017. Acesso em: 29 de agosto 2017.

QUIRINO, T. **Alienação parental - Origem e conceito**. 2016. Disponível em: <<https://thaiquirino.jusbrasil.com.br/artigos/328117144/alienacao-parental-origem-e-conceito>> . Acesso em: 28 de agosto de 2017.

SCHNITMAN, D.; LITTLEJOHN, S. **Novos paradigmas em mediação**. Porto Alegre: Artmes, 1999. p. 20. Disponível em: <<https://www.estantevirtual.com.br/b/dora-fried-schnitman-stephen-littlejohn/novos-paradigmas-em-mediacao/3411452543>>. Acesso em: 29/08/2017.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

TRANJAN, E. **Lei dá a juiz meios punitivos para coibir a prática da alienação parental.** 2015. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2015-ago-30/eliette-tranjan-juiz-meios-coibir-alienacao-parental>. Acesso em: 29 de agosto de 2017.

ULLMAN, A. **A alienação parental não está adstrita apenas ao âmbito familiar.** 2015. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2015-jun-05/alexandra-ullmann-alienacao-parental-alem-ambito-familiar> . Acesso em: 29 de agosto de 2017.

A PRODUÇÃO DE PROVA DE OFÍCIO

Alessandra Rocha da Silva, Amanda Rubio Ferreira de Figueiredo, Luana Marcelle Pagini e Rossana Teresa Curioni Mergulhão, e-mail: curionjus@uol.com.br

1 INTRODUÇÃO

O direito à prova é uma prática da garantia constitucional da ação e da defesa, logo ocupa uma importante posição no sistema processual garantindo o devido processo legal (GALVÃO, 2013).

A importância da prova no processo, conforme José Carlos Barbosa Moreira, reside no fato de que “é muito pequeno o número das causas que se pode julgar à luz da solução de puras questões de Direito. Na maior parte dos casos, na imensa maioria dos casos, a dificuldade consiste principalmente nas questões de fato.” (2011, p. 1102).

O artigo 333 do Código de Processo Civil (Lei 13.105, de 16 de março de 2015) apresenta a quem cabe o ônus da prova, que será do autor da ação quanto aos fatos constitutivos de seu direito, e ao réu à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

Assim, a prova é a faculdade das partes que desejam ter seus direitos resguardados. A mesma possui natureza eminentemente prática, de forma a não possuir finalidade em si mesma, mas instrumental, permitindo a formação da convicção do juiz no exercício da jurisdição. (MERGULHÃO, 2010, p. 59)

Por esse ângulo,

a atividade judicial inclui uma assistência judicial às partes, cabendo ao juiz determinar a produção de provas que entender necessárias, requisitar documentos entre outras, sempre de forma a melhorar o produto final – a sentença, não para auxiliar ou prejudicar uma ou outra parte e o sistema lhe permite, sem deixar de ser imparcial. (MERGULHÃO, 2010, p. 86)

Dessarte, na exigibilidade do Princípio da Imparcialidade, é cobrado ao juiz uma conduta neutra, de forma que “o juiz não o faça agindo por políticas ou circunstâncias de moralidade, e sim por intermédio dos princípios constitucionais.” (Revista Consultor Jurídico, 2016).

Fato é que, a instrução das partes nem sempre é satisfatória, seja por delonga do julgamento, ou por desentusiasmo de um procurador incumbido. E assim, as partes desamparadas devem ser acolhidas por um direcionamento do magistrado que nestes

casos, terá a faculdade de incentivar e auxiliar a parte que não tenha recepcionado a prova pertinente ou quando a lide não lhe parecer esclarecida, com intenção de dar isonomia aos pólos.

Desta forma, vem o artigo 370 do Código de Processo Civil brasileiro enunciar que “caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito”, o que nos traz a seguinte questão: até que ponto as provas devem ser requeridas de ofício pelo juiz de direito no caso concreto, sem que isso venha a ferir sua imparcialidade?

2 METODOLOGIA

O presente trabalho foi executado de maneira exploratória, buscando nas bibliografias apontadas ao final as citações relevantes ao entendimento do assunto. Buscamos fixar a atenção no magistrado, pois este, representa o Estado tendo o poder de julgar de acordo com a lei e as provas produzidas nos autos do processo.

A apresentação dos resultados e discussões foi obtida de forma qualitativa, percebendo a análise do contexto da nossa atualidade brasileira, que se deve presar pelo melhor resultado do processo e o julgamento de forma mais justa possível.

O procedimento realizado para a realização do trabalho foi de análise de documentos, buscando pesquisar em sites, revistas jurídicas e livros.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nos dizeres de Marinoni:

É mais do que evidente que um processo que pretenda estar de acordo com o princípio da igualdade não pode permitir que a “verdade” do fatos seja construída indevidamente pela parte mais astuta ou com o advogado mais capaz. A necessidade de imparcialidade judicial não é obstáculo para que o juiz possa determinar prova de ofício. Imparcialidade e neutralidade não se confundem. (...) A existência de normas sobre o ônus da prova, entendidas como regras de julgamento, tampouco impedem o juiz de instruir de ofício o processo, isso porque só se legitima o julgamento pelo art. 333, CPC, se, exauridas todas as possibilidades probatórias, o órgão jurisdicional ainda não se convence a respeito das alegações de fato das partes. (MARINONI, L; MITIDIERO, D. 2011. p. 180)

Aqui cabe destacar o que se entende por direitos disponíveis e indisponíveis da parte.

Direitos disponíveis são aqueles permissivos à transigibilidade pelas partes, ou seja, são passíveis de negociação. Já, para os direitos indisponíveis, ao contrário, não é permitido transigir, como, por exemplo, o direito a vida, saúde, liberdade e dignidade.

Em ambos os casos o juiz tem o poder de determinar as provas que achar conveniente, pois o atual Código de Processo Civil não limita os poderes do juiz quanto à possibilidade da matéria ser de atuação de ofício pelo juiz. Nas palavras de Gonçalves isso acontece, pois:

[...] dentro dos limites da lide, cumpre ao juiz proferir a melhor sentença possível. Para tanto, ele deve tentar descobrir a verdade dos fatos alegados, apurar o que efetivamente ocorreu. Mesmo que o processo verse sobre interesse disponível, há sempre um interesse público processual que justifica a determinação, de ofício, de uma prova útil à formação do convencimento: o interesse de que o juiz julgue da melhor forma e preste à sociedade um trabalho adequado. (2016, p. 143)

Desta maneira, entende-se pelo mais amplo poder de ofício do juiz a fim de se atingir o melhor julgamento da demanda e o alcance dos interesses públicos processuais que levará a demonstração da justiça nas decisões.

Além disso, a imparcialidade do juiz não se resta ferida quando o juiz obedecer ao estabelecido no art. 139 do CPC, assegurando as partes a igualdade de tratamento e prezando sempre o contraditório para que as partes tenham oportunidade de manifestarem-se. Desta maneira, embora haja afirmações em sentido contrário quanto a não possibilidade de produção de provas de ofício em correlação com o princípio da imparcialidade do juiz, entende o presente trabalho que “a atuação do juiz *ex officio* nada tem a ver com a imparcialidade, tratando-se apenas de uma questão política judiciária”, na medida em que as partes atuam ativamente na produção da prova, com apresentação de quesitos, e assistente técnico, por exemplo. Ao juiz só se reza, no contexto atual em a que vivemos, que não seja um mero convidado de pedra, mas conduza o processo e o manuseie da maneira mais efetiva ao resultado mais justo e útil possível. (MERGULHÃO. 2010. p. 119)

Um processo efetivo é aquele baseado em um resultado equânime, que corresponda à realidade fática do jurisdicionado. Portanto, o juiz deve agir sempre em busca da verdade. Ele não deve agir em substituição à atividade das partes, devendo ser imparcial (no sentido de dar razão a quem efetivamente a tem), mas para isso não deve se manter neutro nem se escusar de buscar e conhecer a realidade dos fatos.

Quanto ao custeio da prova determinada de ofício, temos a partir da vigência do Novo Código de Processo Civil (Art. 95, Lei 13.105, de 16 de março de 2015), que “cada parte adiantará a remuneração do assistente técnico que houver indicado, sendo a do perito adiantada pela parte que houver requerido a perícia ou rateada quando a perícia for determinada de ofício ou requerida por ambas as partes”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos fatos mencionados, preza o presente trabalho o avanço das interpretações das leis de maneira a se reconhecer uma postura mais proativa do magistrado que representa o Estado e assim não deve se fazer inerte. Ao juiz, portanto, cabe conduzir a demanda de forma ao resultado útil do processo e determinar as provas de ofício independentemente da matéria a ser suscitada, desde que isso traga a ele um convencimento mais claro, sempre com respeito ao contraditório, igualdade entre as partes e tendo em vista o resultado útil do processo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. T. A. **Princípio da imparcialidade e a influência dos meios de comunicação de massa nas decisões do Juiz Penal**. 2013. Revista. nº18. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/16044642.pdf>>. Acesso em 26 set. 2018.

BRASIL. **Lei 13.105 de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Artigos 95, 139, 333 e 370.

CÂMARA NOTÍCIAS. 2008. **Câmara dos deputados**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/119440.html>> Acesso em 10 out. 2018> Acesso em 09 out. 2018

GALVÃO, B. B. **A atuação do magistrado no direito às provas no processo civil**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 26 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.42191&seo=1>>. Acesso em: 09 out. 2018.

GONÇALVES, M. V. R. - **Direito processual civil esquematizado** / Marcus Vinicius Rios Gonçalves; coordenador Pedro Lenza. – 6. ed. – São Paulo: Saraiva, 2016.

MARINONI, L. G.; MITIDIERO, D. **Código de Processo Civil comentado artigo por artigo**, 4.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MERGULÃO, R. T. C. **Ativismo Judicial e a produção da prova** - Belo Horizonte: Del Rey, 2010.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

MOREIRA, J. C. B. **O juiz e a prova.** In WAMBIER, Luiz Rodrigues e

WAMBIER, T. A. A. (org.). **Atividade probatória.** (Coleção doutrinas essenciais: processo civil; v. 4) São Paulo: Editora revista dos Tribunais, 2011.

REVISTA. CONSULTOR JURÍDICO. **Limites do juiz na produção de prova de ofício no artigo 370 do CPC. 2016** – Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-set-15/senso-incomum-limites-juiz-producao-prova-oficio-artigo-370-cpc>> Acesso em: 26 set. 2018.



A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DO TRABALHADOR E O PROCESSO DE AUTOMAÇÃO

Letícia Giovanazzi Ustulin, Sérgio Cesar Miranda Troiano Filho, Vanderlei de Freitas Nascimento Junior, e-mail: leustulin@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como finalidade analisar a proteção constitucional do trabalhador em face da automação, abrangendo os motivos da necessidade da mencionada proteção. Do mesmo modo, há necessidade de promover uma discussão sobre seu alcance, tendo em vista o atual avanço tecnológico e da globalização.

A escolha do tema ocorreu durante às discussões obtidas no Grupo de Pesquisa “Novas Tecnologias, Direito e Sociedade” das Faculdades Integradas de Jaú, no qual se debateu a importância do estudo sobre a junção dos fatores tecnológicos e jurídicos, num contexto único, observando-se a influência que ambos exercem entre si mesmos e na sociedade.

Desse modo, é de extrema relevância conhecer a garantia constitucional que o trabalhador possui em face da automação, ou seja, a proibição de ser substituído por máquinas. Para tanto, deve-se considerar que este direito está atrelado ao princípio da dignidade humana regido pela Constituição Federal de 1988.

Ademais, outro propósito do trabalho é promover uma breve análise da Convenção nº 158 da Organização Internacional do Trabalho, verificando os seus possíveis reflexos e melhorias no âmbito da relação de trabalho, caso ainda fosse vigente no Brasil.

Diante disso, será considerada a relação entre empregado e empregador no contrato de trabalho, bem como em sua vida privada, reforçando a importância do respeito à dignidade do trabalho e do trabalhador.

Da mesma forma será ressaltada a importância da busca pelo equilíbrio entre o crescimento tecnológico e econômico em relação à manutenção de um ambiente de trabalho digno, bem como a relevância de se respeitar os direitos garantidos aos trabalhadores, seja no âmbito do trabalho ou em sua vida particular.

2 METODOLOGIA

A metodologia do trabalho foi baseada no método dedutivo. Para tanto, foi utilizada pesquisa teórica embasada por fontes bibliográficas sólidas e consistentes, tais como livros, teses e dissertações relacionados à proteção constitucional do trabalhador e ao processo de automação. Além disso, também foram realizadas consultas jurisprudenciais acerca do tema, bem como foram apontados alguns tratados e convenções referentes à proteção do trabalhador em âmbito internacional.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, os direitos dos trabalhadores, assim como os valores sociais do trabalho foram inseridos no rol dos Direitos Sociais. Mas somente a sua inserção não basta, devendo o Estado atuar para a efetivação desses direitos.

Pela presença do art. 7º na Constituição Federal nota-se que não é o trabalhador o objeto do contrato de trabalho, mas sim o cargo que este ocupa. Diante disso, há um problema que deve ser questionado: como realizar a separação da vida privada do trabalhador, ao executar as funções previstas em seu contrato de trabalho?

Dessa forma, percebe-se que o empregado é detentor de dupla titularidade de direitos fundamentais, ou seja, como cidadão e como titular dos direitos decorrentes da relação de emprego.

Como objeto dessa relação de emprego, o trabalhador deve gozar de uma diversidade de direitos fundamentais. Assim, durante o tempo e no local de trabalho, este deve ser submetido ao poder de direção do empregador em virtude da subordinação, característica própria da relação de emprego, prevista na Consolidação das Leis do Trabalho. Por outro lado, deverá ser respeitada a sua qualidade de homem livre, pois tal vínculo não retira seus direitos e garantias fundamentais.

Uma das garantias constitucionais dos trabalhadores é a proteção deste em face do processo de automação. Referido direito encontra-se positivado na Constituição Federal de 1988, nos seguintes termos: *“Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXVII - proteção em face da automação, na forma da lei”*.

De início, importante destacar que o legislador constituinte previu como fundamentos da República Federativa do Brasil a preservação dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (art. 1.º, inciso IV). Por conseguinte, pela redação do art. 7º, inciso XXVII, verifica-se que o dispositivo objetiva evitar o aumento do desemprego devido ao avanço tecnológico e da globalização.

Segundo Cirino (2014, p. 90): “os avanços tecnológicos e, com eles, os procedimentos de automação, desconsideram o valor do trabalho e prendem-se somente à produção e à redução de custos com o aumento de lucratividade”. Entretanto, como se verá a seguir, embora seja de extrema necessidade que os trabalhadores não sejam substituídos por máquinas ou robôs, não é possível impedir avanços da tecnologia, pois eles são necessários ao desenvolvimento do mercado e ao crescimento da economia,

Tratando-se de protecionismo do trabalhador em face da automação, deve-se reconhecer a existência dois tipos de direitos fundamentais. Por um lado, a proteção do mercado de trabalho que faz uso cada vez maior de tecnologias e, por outro lado, existe a preocupação com a segurança do trabalhador.

Nesse sentido Santos e Soares (2015, p. 2):

Nesse contexto, a evolução científico-tecnológica é vital para o desenvolvimento econômico, contudo a reestruturação produtiva, como implementada até então, tem precarizado as condições de trabalho. Com efeito, o uso de novas tecnologias revolucionou a organização empresarial, conferindo-lhes melhor desempenho no mercado, todavia emergem daí problemas diversos, destacadamente, a extinção de postos de trabalho. O grande desafio é construir um modelo de desenvolvimento capaz de responder às desigualdades econômicas e sociais sem perder de vista os múltiplos ganhos da evolução tecnológica

Nota-se, portanto, que há uma real necessidade de ser realizada uma ponderação entre os a proteção direitos do trabalhador em face da automação, sem retirar a possibilidade do mercado de trabalho modernizar-se tecnologicamente.

Todavia, vale salientar que o dispositivo em questão não foi específico, pois não se sabe qual o tipo de proteção deve ser dado aos trabalhadores face à automação. Sobre esse assunto, a Ministra do Supremo Tribunal Federal, Carmen Lúcia, manifestou-se:

O art. 7º, inc. XXVII, da Constituição não estipula como direito do trabalhador proteção contra “inovações tecnológicas”, mas sim “em face da automação”, conceitos diferentes. Na automação substitui-se o trabalho humano pelo de máquinas. A inovação tecnológica está relacionada a mudanças na tecnologia,

não havendo necessariamente a substituição do homem por máquina. (Mandado de Injunção n. 618 – MG, Rel. Min. Cármen Lúcia, j. 29.09.14, DJ. 01.10.14)

Logo, ao analisar a jurisprudência acima, repara-se que a proteção constitucional em face da automação assegura que o trabalhador não seja substituído por máquinas. Contudo, de forma nenhuma impede que a empresa utilize recursos tecnológicos avançados.

Não se pode desprezar que o surgimento de tecnologias de informação e de comunicação proporcionaram ao empregador um maior e mais eficaz controle da atividade do empregado. Ainda, tal controle pode ser realizado no âmbito do trabalho e também exteriormente à empresa.

Contudo, o empregador tem por obrigação respeitar a vida privada e a intimidade do trabalhador. Assim como os princípios da confiança recíproca e da execução de boa-fé do contrato de trabalho impõem-lhe o dever de revelar ao empregado os meios de vigilância utilizados.

Ademais, órgãos como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), travam uma luta para tentar alcançar os objetivos de proteção aos trabalhadores. Entretanto, tais organizações não dispõem de um poder coercitivo, capaz de aplicar sanções aos transgressores de suas normas. Nesse sentido, seria necessário a OIT ampliar seu poder, a ponto de garantir a aplicabilidade de suas disposições e impedir que o poder econômico se sobreponha ilimitadamente aos direitos fundamentais dos trabalhadores.

De acordo com Ariosi (2004), a OIT promove suas deliberações por meio de Convenções, as quais possuem natureza jurídica de tratados internacionais. Em razão disso, para produzirem efeitos em nosso ordenamento jurídico devem ser submetidas ao mesmo processo de internalização pelo qual passam os demais tratados internacionais. Assim sendo, as Convenções da OIT serão transformadas em Decretos Legislativos quando aprovadas pelo Congresso Nacional.

Vale aqui mencionar, a Convenção nº 158 da OIT que trata sobre o término da relação de trabalho por iniciativa do empregador. Tal Convenção clarificou a existência de três situações distintas, relacionadas à possibilidade de término da relação de emprego, podendo ser por motivo relacionado ao comportamento do empregado; por motivos econômicos, *tecnológicos*, estruturais ou análogos; ou, ainda, o término

injustificado, que deveria levar à readmissão do empregado ou ao pagamento de indenização.

No entanto, a Convenção supramencionada não é aplicada pelo Brasil. Apesar de ter sido aprovada⁸ e promulgada⁹ no país, o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, através do Decreto 2.100/96, por meio de denúncia ao tratado, decidiu revogar a adesão do Brasil à Convenção nº 158 da OIT.

À vista disso, o Brasil não aplicou a Convenção nº 158 da OIT, uma vez que o Poder Judiciário declarou a incompatibilidade com a Constituição. Isso ocorreu em virtude de um detalhe técnico: os tratados internacionais têm, no Brasil, status de lei ordinária, ao passo que a Constituição prevê que a proteção ao trabalhador contra a dispensa sem justa causa deve ser regulada em lei complementar (art. 7º, inciso I, da CF/88).

Referida convenção não seria a solução de todos os problemas relacionados ao âmbito do trabalho, mas é fato que esta poderia trazer um equilíbrio na relação entre trabalhadores e empregadores. Sendo assim, seria dada a importância necessária aos direitos fundamentais dos trabalhadores.

Por consequência, quando houvesse a necessidade da dispensa, esta poderia ocorrer de maneira mais digna para o empregado. O processo tornar-se-ia mais humano, sendo suavizado ao máximo um fato que por si só já é doloroso, ao trazer além da estabilidade, maior respeito aos direitos fundamentais do empregado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, apesar de estarem concebidos em nossa Constituição Federal, os direitos constitucionais do trabalhador, especialmente em se tratando do protecionismo em face da automação, precisam ser realmente efetivados.

Assim, seria proporcionado um ambiente de trabalho mais saudável, ressaltando a importância de haver um crescimento econômico. Porém, devendo sempre respeitar os direitos fundamentais do empregado, que estão salvaguardados pela nossa Carta Magna.

⁸ Aprovação pelo Decreto Legislativo n. 68, de 16.09.1992, do Congresso Nacional;

⁹ Promulgação pelo Decreto n. 1.855, de 10.04.1996;



Além disso, é de extrema importância a observância direitos garantidores para aos trabalhadores, tanto no ambiente de trabalho, que seja digno e salutar, onde possa exercer sua profissão da melhor maneira possível, como em sua vida privada, seja ela familiar ou não, tendo o seu tempo livre preservado e garantido.

Dessa forma, se o Brasil tivesse acolhido a Convenção n. 158 da Organização Internacional do Trabalho, respeitaria o que já está promulgado em nossa Constituição Federal. Então, adotaria um crescimento sustentável economicamente e protegeria os empregados no ambiente de trabalho.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, R. Z. **A Organização Internacional do Trabalho e a proteção aos direitos humanos do trabalhador**. Revista eletrônica: acórdãos, sentenças, ementas, artigos e informações. Porto Alegre/RS, v. 3, n. 38, p. 56-71, jan. 2007. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12178/80598>>. Acesso em: 10 out. 2018.

ANDRADE, E. G. L. **Princípios de direito do trabalho e seus fundamentos teórico filosóficos**: problematizando, refutando e deslocando o seu objeto. São Paulo: LTr., 2008, P.84

ARIOSI, M. F. **Os efeitos das convenções e recomendações da OIT no Brasil**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 9, n. 507, 26 nov. 2004. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/5946>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 03 out. 2018

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Mandado de Injunção nº 618/MG**. Impetrante: Adriano Reis Souza Pinto. Impetrado: Congresso Nacional. Relator: Min. Cármen Lúcia. Brasília, 29 set. 2014. Disponível em: <<https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/25285678/mandado-de-injuncao-mi-618-mg-stf>>. Acesso em: 10 out. 2018.

CIRINO, S. M. **Sustentabilidade no meio ambiente de trabalho**: um novo paradigma para a valorização do trabalho humano. Revista eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Curitiba, PR, v. 3, n. 28, p. 85-108, mar. 2014. Disponível em <<https://hdl.handle.net/20.500.12178/94993>>. Acesso em: 03 out. 2018.

CONTEMPORANEIDADE: mídias e direitos da sociedade em rede. **Anais...** Santa Maria (RS): UFSM, 2015. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2015/6-20.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2018.



JOSÉ FILHO, W. L. **A eficácia do direito fundamental da proteção em face da automação previsto no inciso XXVII, do art. 7º, da Constituição Federal de 1988.**

Revista do TRT 18, Goiânia, ano 12, 2012. Disponível em:

<<http://www.magistradotrabalhista.com.br/2013/09/direito-fundamental-da-protecao-em-face.html>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

MINARDI, F. F. **Meio ambiente do trabalho: proteção jurídica à saúde mental.** Curitiba: Juruá, 2010.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção 158, de 1982. Convenção sobre terminação da relação de trabalho.** Disponível em:<<http://www.ilo.org>>. Acesso em: 19 ago. 2005.

PIOVESAN, F. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional.** São Paulo: Saraiva, 2008.

SANTOS, R; SOARES, É. **O direito à proteção em face da automação e desemprego tecnológico: parâmetros constitucionais para regulamentação.** In: 3 CONGRESSO INTERNACIONAL DIREITO.

A REFORMA TRABALHISTA E SEUS REFLEXOS NO BANCO DE HORAS E NA COMPENSAÇÃO DE JORNADA

Gabriel Marcelino Rodrigues, Gustavo Donisete Bussada Junior, Jamile Barbieri de Espindola, Paulo César Vasconcelos, Mauricio de Almeida, email: mauricioalm@uol.com.br

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho científico tem como objetivo trazer comparações com relação à aplicabilidade do banco de horas, com a Consolidação das Leis do Trabalho de 1943, instituída pelo Decreto-Lei 5.452, e, em relação ao banco de horas, a Lei nº 9.601/1998 e a CLT pós-reforma, consolidada pela Lei 13.467/2017.

A compensação de jornada consiste em acréscimos na jornada em dias predeterminados, com os descansos também estabelecidos previamente, a exemplo da jornada aumentada durante os dias da semana, para que se possa folgar no sábado.

Já no banco de horas, também há acréscimo na jornada de trabalho, entretanto, o dia em que o trabalhador terá o descanso não é preestabelecido.

Com o advento da Lei 13.467/2017, popularmente conhecida como “Reforma Trabalhista”, os dispositivos supracitados sofreram alterações, como será demonstrado no presente trabalho.

Para tanto, analisar-se-á a eficácia, bem como a aplicação da reforma, traçando-se um paralelo entre sua forma original e atual, analisando-se os dispositivos legais supramencionados.

2 METODOLOGIA

Para análise do presente estudo e realização do artigo, foram utilizadas, como forma de pesquisa, as seguintes abordagens teóricas:

- a) Qualitativa, por intermédio da análise de livros e fontes relevantes ao tema;
- b) Teórica, realizada por intermédio da análise de posicionamentos relevantes ao tema;
- c) Zetética, em relação a conceitos doutrinários e históricos;
- d) Dogmática, pela utilização de leis, doutrinas e jurisprudências pertinentes ao

assunto.

e) Também serão utilizadas as seguintes metodologias/técnicas de pesquisa:

f) Pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, para melhor compreensão do tema em discussão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após análise do texto originário da Consolidação das Leis do Trabalho e da Lei nº 9.601/1998, e ainda, da Lei nº 13.467/2017 - Reforma Trabalhista, é possível ser traçado um paralelo entre as alterações, demonstrando os benefícios e os malefícios trazidos, sempre visando o que é melhor para o trabalhador.

Com a reforma trabalhista, pode-se entender que houve malefícios ao empregado, trazendo benefícios apenas ao empregador, uma vez que aquele está sujeito à subordinação em relação a este, ou seja, quando se trouxe a possibilidade do acordo entre patrão e empregado, retirou-se um direito do trabalhador, visto à desvantagem que ele terá, uma vez que, por medo, acabará aderindo ao que for solicitado pelo empregador.

O chamado banco de horas é uma possibilidade admissível de compensação de horas.

Originariamente, a CLT dispunha no §2º do artigo 59 que o adicional exigido, incidente sobre a hora extraordinária, poderia ser dispensado se, por força de acordo ou contrato coletivo, o excesso de horas em um dia fosse compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira a não exceder o horário normal da semana e sem ultrapassar o limite máximo de dez horas diárias.

Assim era a redação original do parágrafo segundo do artigo 59 da CLT:

§2º Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou contrato coletivo, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda o horário normal da semana nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

Verifica-se que já existia a possibilidade de compensar as horas extras realizadas sem ter de pagar o adicional correspondente, contudo, não havia previsão legal estabelecendo um prazo para que a empresa cumprisse esta obrigação.

A Lei 9.601/98 entra no mundo jurídico alterando o parágrafo 2º do artigo 59 e também inclui o parágrafo 3º ao mesmo artigo.

Nessa alteração estabeleceu um prazo para cumprimento, por parte do empregador, da compensação de horas. Após a alteração, o parágrafo 2º passou a ter a seguinte redação:

§2º Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de cento e vinte dias, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

O prazo máximo para a compensação era de 120 dias, prazo este que foi alterado posteriormente pela MP nº 2164/41, que determinou o período máximo de um ano, para que haja o cumprimento da obrigação de compensar as horas extras, sem pagamento do respectivo adicional.

§2o Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

O banco de horas é um sistema de compensação de horas extras mais flexível, que exige autorização por convenção ou acordo coletivo, e possibilita a empresa adequar a jornada de trabalho dos empregados às suas necessidades de produção e demanda de serviços.

A Lei prevê que só é legal a utilização do banco de horas se for acordada, em regra, por convenção ou acordo coletivo de trabalho com a participação do sindicato da categoria representativa, sendo que os valores das horas trabalhadas, horários, período e forma de compensação do banco de horas, entre outros direitos devem constar na convenção.

O banco de horas é uma ferramenta muito importante que visa proporcionar ao empregador e ao empregado uma flexibilização na relação de emprego, de modo que, em razão da variação econômica e de mercado ou da necessidade maior de produção ou de serviço, não onere a folha de pagamento e tampouco comprometa o empregado, desde que observadas as exigências legais.

Por fim, cumpre esclarecer que a inovação do banco de horas abrange todos os trabalhadores, independentemente da modalidade de contratação, se por prazo determinado ou indeterminado.

O sistema de "banco de horas" pode ser utilizado, por exemplo, nos momentos de pouca atividade da empresa para reduzir a jornada normal dos empregados durante um período, sem redução do salário, permanecendo um crédito de horas para utilização quando a produção crescer ou a atividade acelerar, ressalvado o que for passível de negociação coletiva (convenção ou acordo coletivo).

O sistema pode variar dependendo do que for negociado nas convenções ou acordos coletivos, mas o limite será sempre de 10 horas diárias trabalhadas, não podendo ultrapassar, no prazo negociado no acordo coletivo - em período máximo de 1 ano, a soma das jornadas semanais de trabalho previstas. A cada período fixado no acordo, recomeça o sistema de compensação e a formação de um novo "banco de horas".

É importante salientar ainda, que há doutrinador que defenda que a jornada aumentada, pode trazer malefícios ao trabalhador:

A pactuação de horas complementares à jornada padrão, que extenuie o trabalhador ao longo de diversas semanas e meses, cria riscos adicionais inevitáveis à saúde e segurança daquele que presta serviços, deteriorando as condições de saúde, higiene e segurança no trabalho. (Delgado, 2017)

Em relação as alterações, uma das mudanças apresentadas pela Reforma em relação ao banco de horas, é que, antes dela, ele poderia ser implementado exclusivamente por meio de acordo prévio ou convenção coletiva de trabalho, desde que fosse ratificado pelo sindicato da classe, assim sendo, as horas do banco, deveriam ser compensadas em até um ano.

A nova redação do artigo 59, dada pela Reforma, prevê que, além da possibilidade anteriormente exigida, agora, o banco de horas pode ser acordado por um contrato individual simples, por escrito, oportunidade na qual, a compensação se dará em até seis meses, permitindo também, o contrato verbal, ocasião na qual a compensação se dará em até um mês, e a novidade trazida é que nestes casos, é dispensada a atuação do sindicato da classe.

As horas que não forem compensadas no prazo legal terão que ser pagas a título de horas extras; logo, devem-se ser acrescidas em 50% (cinquenta por cento) ao valor normal da hora de trabalho. As horas trabalhadas, além da exigida na jornada, ou seja, a hora extra, não pode ultrapassar 2 (duas) horas diárias, na jornada de trabalho total.

4 CONCLUSÃO

A partir do presente artigo, pode-se concluir que as reformas na Consolidação das Leis do Trabalho, apenas trouxeram benefícios ao empregador, o único benefício trazido ao empregado, foi o reajuste no acréscimo da compensação de jornada, quando o empregador não conceder o descanso.

A previsão de se ajustar entre as partes, o banco de horas, é maléfica ao empregado, uma vez que este se encontra em desvantagem com relação ao empregador, ele acabará cedendo ao que lhe é pedido, por medo de perder seu emprego, visto que o empregado encontra-se em um posição hierarquicamente muito inferior, à aquele que lhe concede o trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452, de 01 de mai. de 1943.** Consolidação das Leis do Trabalho, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm. Acesso em: out 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.601, de 21 de jan. de 1998.** Contrato de trabalho por prazo determinado e dá outras providências., Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9601.htm. Acesso em: out 2018

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de jul. de 2017.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho., Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm Acesso em: out 2018.

CAVALLINI, M. **Nova lei trabalhista:** banco de horas poderá ser negociado diretamente com o patrão; entenda. Disponível em < <https://g1.globo.com/economia/noticia/nova-lei-trabalhista-banco-de-horas-podera-ser-negociado-diretamente-com-o-patrao-entenda.ghtml>>. Acesso em 10 de outubro de 2018.

DELGADO, M. G. **Curso de Direito do Trabalho.** 16ª Ed. São Paulo: Editora LTDA, 2017.

GOMES, A. M. **Reforma Trabalhista –** Compensação de Jornada. Disponível em < <https://allanmunhozgomes.jusbrasil.com.br/artigos/551030369/reforma-trabalhista-compensacao-de-jornada>>. Acesso em 10 de outubro de 2018.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

GOMES, E. A. **A compensação de jornada e banco de horas na reforma trabalhista.** Disponível em

<<https://eunicegomesaraujo.jusbrasil.com.br/artigos/491250914/a-compensacao-de-jornada-e-banco-de-horas-na-reforma-trabalhista>> Acesso em 10 de outubro de 2018.



A RESPONSABILIDADE DO SÓCIO CONTROLADOR NA SOCIEDADE ANÔNIMA

Marcos Henrique Bertonha Junior, Gleverson Lucas Ramos da Silva, Renato Zanolla¹⁰
Montefusco, e-mail: rzmontefusco@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem o escopo de analisar o modo pelo qual a legislação pátria tutela a responsabilidade do acionista controlador, na gestão de uma companhia face aos demais sócios sob a ótica da Lei das Sociedades Anônimas, L. 6.404/76.

De início insta ser relatado que as sociedades anônimas, tal como são conhecidas hoje, tiveram uma evolução gradativa passando por uma série de transformações e adaptações até alcançarem atualmente o *status* de grande relevância para a economia de mercado. Nesse contexto é possível afirmar que o embrião deste tipo societário se deu em Gênova, na “Casa di San Giorgio” (1407 – 1805), empresa bancária criada no século XV para o financiamento público do principado de Gênova que se tornou o agente central na capitalização de empreendimentos mercantis, tendo em vista que neste período era comum os cidadãos emprestarem dinheiro ao Estado e este, por outro lado, oferecia garantias com a arrecadação de impostos. Ocorre que esta organização estava longe de ser uma sociedade anônima como conhecida hodiernamente, entretanto, possuía algumas características que podiam ser relacionadas a este tipo societário.

No século XVII, estabeleceu-se o padrão da sociedade por ações, sendo a primeira denominada de Companhia das Índias Orientais, consistindo, esta, um marco inicial deste tipo societário. Em seguida, fundada nos Países Baixos, a Companhia das Índias Ocidentais, seguindo os parâmetros da anterior, acarretou por patrocinaras grandes navegações que culminaram, inclusive, na ocupação de parte do território no Brasil.

A ampla liberdade de associação e comércio, que só foi proclamada com a Revolução Francesa, teve como resultado inúmeros abusos por parte dos agentes econômicos. Desta feita, os Estados buscaram estabelecer diretrizes normativas essenciais esse fez necessário o condicionamento da constituição de uma sociedade a

¹⁰Professor orientador.

uma autorização estatal. No Brasil, o regime de ampla liberdade na criação da sociedade chegou em 1882, estabelecendo o dever de obediência a regras específicas, mas não a uma chancela governamental.

Acerca dos sujeitos intervenientes de uma companhia mister consignar que o sócio da companhia é denominado acionista. Este modelo societário por ser o mais complexo entre todos possui um quadro societário complexo cuja relação tende a ser, na maioria das vezes, emaranhada, haja vista da busca pelo controle da companhia entre os acionistas ou grupos de acionistas.

A sociedade em questão, possui uma classificação doutrinária no tocante aos tipos de sócios que a compõem, dividem-se em acionista empresário ou empreendedor e acionista investidor, este último possuindo as subdivisões de acionista rendeiro e acionista especulador. Tal classificação se resume no objetivo que cada acionista tem com a sociedade. O acionista empresário é o que atuará na gestão da companhia tendo sua atuação a característica precípua a rotina e os negócios desta, este sócio tem direito a voto para que possa, através deste, expor sua vontade e influenciar o caminho da companhia. Em contrapartida, o acionista rendeiro possui maior preocupação com a distribuição de dividendos e a renda que as ações podem gerar, visando o longo prazo no seu investimento, ou seja, se tornam sócios com o intuito de permanecerem na sociedade ao longo do tempo deixando a gestão da companhia como assunto secundário. Outrossim, observa-se o acionista especulador, que também possui função primária divergente do empresário, neste caso ele tem interesse precípua na negociação de ações, com o intuito de obter lucros imediatos nos pregões visando apenas os ganhos destas operações, com isso, preocupando-se em suma com a cotação destes títulos, geralmente, este último dispõem de ações preferenciais com alto nível de liquidez no mercado.

2 METODOLOGIA

Para auferir os resultados obtidos pela pesquisa científica em tela, foi utilizado o método dedutivo. Por meio da análise da legislação pátria, bibliografias na senda do direito empresarial e jurisprudência, com a qual, construiu-se a base teórica acerca do tema discutido.

3 RESULTADOS

A legislação pátria vigente acerca da sociedade anônima definiu o acionista controlador atribuindo ao mesmo uma série de responsabilidades a fim de que o exercício do poder de controle só é legítimo para fazer a companhia realizar seu objeto e cumprir sua função social.

Diante disso, se dá o conceito no art. 116 da lei 6404/76, da figura deste sócio, sendo o “*acionista controlador a pessoa, natural ou jurídica, ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob controle comum*”. Importante constatar que o controlador pode não ser apenas um indivíduo que detenha a maioria das ações com direito de voto, mas também um grupo de pessoas (físicas ou jurídicas) que sejam titulares da maioria dos votos para que, assim, tenham o comando da companhia.

O controlador, por si só, não tem poder totalitário em suas mãos, isto é, detêm apenas poder de guardião da sociedade para que com o tempo a mesma atinja seu objeto. É o que preceitua no parágrafo único art. 116, qual seja, “*o acionista controlador deve usar o poder com o fim de fazer a companhia realizar o seu objeto e cumprir sua função social*”. Como salienta o jurista Rubens Requião em sua obra Curso de Direito Comercial, p. 183, “*o respeito e a lealdade para com a sociedade e para com os demais acionistas é a regra fundamental de sua conduta e atividade*”.

Ademais, insta ser mencionado que a lei das sociedades anônimas, L. 6.404/76, estabelece de forma diligente que a figura desse sócio possa ser responsabilizada em casos que o mesmo haja com abuso de poder, ou seja, oriente a companhia para fim estranho ao objeto social, que induza ou tente induzir administrador ou fiscal para praticar ato ilegal, que aprove ou faça aprovar contas irregulares, entre outras situações, conforme disposto no art. 117– “*o acionista controlador responde pelos danos causados por atos praticados com abuso de poder*”.

A vista da lei é preciso definir o que é abuso de poder. Como salienta o jurista Bulgareli¹¹: “*o abuso do poder de controle caracteriza-se pela prática de uma infração no exercício da prerrogativa legal do controle acionário*”. Ademais, como pode ser observado, a Comissão de Valores Mobiliários no exercício de seu poder fiscalizador assevera no Inquérito Administrativo da CVM 23/1999 discorre que: “*o abuso do poder*

¹¹A proteção das Minorias nas S.A. São Paulo: Pioneira, 1975, p. 95

de controle requer, para sua caracterização, o exercício do direito de controle, a antijuridicidade desse exercício e o prejuízo dele decorrente”.

Além da Lei 6.404/76 que disciplina a responsabilização, faz-se necessário analisar a Instrução nº 323 da Comissão de Valores Mobiliários que identifica uma gama de atos que entende como exercício abusivo do poder de controle, tais como:

IV - a obtenção de recursos através de endividamento ou por meio de aumento de capital, com o posterior empréstimo desses recursos, no todo ou em parte, para sociedades sem qualquer vínculo societário com a companhia, ou que sejam coligadas ao acionista controlador ou por ele controladas, direta ou indiretamente, em condições de juros ou prazos desfavoráveis relativamente às prevalentes no mercado, ou em condições incompatíveis com a rentabilidade média dos ativos da companhia;

VI - a utilização gratuita, ou em condições privilegiadas, de forma direta ou indireta, pelo acionista controlador ou por pessoa por ele autorizada, de quaisquer recursos, serviços ou bens de propriedade da companhia ou de sociedades por ela controladas, direta ou indiretamente;

XIII – a compra ou a venda de valores mobiliários de emissão da própria companhia, de forma a beneficiar um único acionista ou grupo de acionistas;

Desta feita, e com base na Instrução nº 323 da CVM, a lisura baseada na lealdade do acionista controlador é o objetivo nuclear evidenciado. Necessário atentar que quando ocorrer dano, causado pelo sócio controlador, a apuração se faz necessária de forma diligente para ser evitado meras especulações de possíveis intenções de abuso de poder de controle.

Destarte, a jurisprudência tem decidido nesse sentido, como demonstrado pelos julgados colacionados abaixo:

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO Prejuízos decorrentes de ato abusivo de poder de acionista controlador de sociedade anônima (...)(TJSP; Apelação 0250188-95.2009.8.26.0002; Relator (a): Lígia Araújo Bisogni; Órgão Julgador: 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Foro Regional II - Santo Amaro - 7ª Vara Cível; Data do Julgamento: 19/06/2012; Data de Registro: 20/06/2012)(**grifo nosso**)

SOCIEDADE. AÇÃO ANULATÓRIA DE DELIBERAÇÃO SOCIAL. RETENÇÃO ILEGAL DE LUCRO LÍQUIDO. Empresas autoras que pleiteiam a nulidade de deliberação em assembleia geral ordinária, pelo bloco de acionistas controladores, que aprovou retenção de parcela de lucro líquido destinado a reserva de retenção de lucros para investimento e capital de giro, em flagrante violação ao art. 196 da Lei 6.404/76 e abuso de poder de controle(...) A retenção de parcela dos lucros deve ser precedida do orçamento de capital, que contivesse justificativa para a retenção de lucros proposta, fato comprovadamente não ocorrido. **Nulidade da deliberação confirmada. (...)** (TJSP; Apelação 0000526-04.2012.8.26.0177; Relator (a): Ramon Mateo Júnior; Órgão Julgador: 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Foro de Embu-Guaçu - Vara Única; Data do Julgamento: 10/04/2015; Data de Registro: 15/04/2015)(**grifo nosso**)

Como pode ser observado dos julgados supra mencionados, o abuso de poder de controle, pelo acionista controlador, é passível de reprimenda quando demonstrada lesão. É perceptível que o mecanismo indenizatório traz a baila segurança jurídica aos acionistas lesados. Ademais, a anulação de decisões de assembleias onde o abuso de controle foi evidenciado busca garantir lisura a gestão do acionista controlador.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À vista do exposto, há que se concluir que o acionista controlador não pode agir de forma discricionária ao seu entender, pois a legislação pátria o responsabilizará em atos de abuso de controle evidenciados por este trabalho.

Além do mais e, em breve conclusão, extrai-se que identificado atos de abuso de poder e alteração do propósito da sociedade estes serão elementos primordiais para a responsabilização do controlador da companhia.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei nº 6.404**, de 15 de dezembro de 1976, Lei das Sociedades Anônimas.

BRASIL, Comissão de Valores Mobiliários, **Instrução nº 323**, hipóteses de exercício abusivo do poder de controle e de infração grave.

COELHO, F. U. **Manual de direito comercial**. 11.ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

REQUIÃO, R. **Curso de direito comercial**. 28.ed. São Paulo: Saraiva, 2 volume, p. 183.

TOMAZETTE, M. **Curso de direito empresarial**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1 volume, p. 475.



A RETROCESSÃO NA DESAPROPRIAÇÃO

Amanda Leonelli Abrantes, Flavia Fantim, Jéssica Naiara Cano Ferreira Primo, Renato Z. Montefusco, e-mail: rzmontefusco@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a desapropriação em seu conflito de interesse público com o direito particular de posse e propriedade. Nesse sentido observa-se que o direito de propriedade vem esculpido e constitucionalmente protegido na carta magna em seu artigo 5º, inciso XXII. Apesar dessa previsão legal em hipóteses como em que há interesse coletivo, confere-se ao poder público a quebra do direito particular a posse e propriedade do bem. Nessa seara torna-se conclusivo que os direitos coletivos, bem como os interesses dos entes federados estão acima dos direitos do particular, em que se permite violar o direito de propriedade do indivíduo, mediante indenização em alguns casos. A superveniência do interesse público sobre o privado é demonstrada de forma patente pela desapropriação, forma mais enérgica de intervenção do Estado, sendo uma aquisição de propriedade originária, mediante o devido processo legal.

Ocorre que há óbices a não utilização do bem para o fim ao qual foi desapropriado, nesse contexto observa-se o instituto trestinação, em que o expropriado segundo o ordenamento jurídico vigente, em que pese as discussões jurisprudenciais terá direito a retrocessão, qual seja sua devida devolução do bem.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa utiliza o método dedutivo. A análise de bibliografias, do ordenamento jurídico pátrio e da experiência jurisprudencial dos tribunais são tributárias do presente trabalho.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Desapropriação

Trata-se da intervenção supressiva do Estado na propriedade privada, é um procedimento administrativo do poder público que transfere para si a propriedade de terceiro.

De fato a propriedade na legislação brasileira é garantida pela Constituição da República, em seu artigo 5º, caput e XXII. Muito embora o Poder Público possa limitar esse direito assegurado ao particular. Dentre as modalidades de limitação ao direito de propriedade é possível observar a desapropriação sancionatória face ao descumprimento da função social da propriedade consignados nos arts. 182, §4º e 186 da CF. Nesse sentido, aquela ocorrerá em duas etapas, quais sejam: fase declaratória e, por conseguinte, fase executória sendo este procedimento administrativo e judicial.

Desapropriação é um ato imperativo, visando atender o interesse público, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, nesse sentido a doutrina, Meirelles (2009, p. 601):

destaca que dentre todas as formas de intervenção do Estado na propriedade, a desapropriação é a forma mais drástica das formas de manifestação do poder de império, ao qual ela quer se referir na Soberania interna do Estado no exercício de seu domínio eminente sobre todos os bens existentes no território nacional.(grifo nosso)

Desta forma, independentemente da autorização do proprietário, o estado pode mitigar o direito à propriedade do cidadão com a finalidade de garantir o interesse público com a justificativa do atendimento da utilidade pública ou do interesse social. Portanto quando diante da utilidade pública, o bem desapropriado permanece no patrimônio público e diante do interesse social o bem é destinado a terceiros visando o melhor aproveitamento.

No que tange a prévia indenização, esta deverá ser paga em dinheiro de forma justa, antes da transferência do imóvel, representando aquilo que realmente vale o referido imóvel desapropriado, no momento expropriatório. Portanto o poder público deverá indenizar o particular e somente após isso poderia ocorrer a transferência da propriedade.

A incorporação do bem particular ao patrimônio público deve ocorrer observados os seguintes critérios; por utilidade ou necessidade pública ou, ainda, por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro (CF, art. 5º, XXIV), salvo as exceções constitucionais de pagamento em títulos de dívida pública de emissão

previamente aprovada pelo Senado Federal, no caso de área urbana não edificada, subutilizada ou não utilizada (CF, art. 182, § 4º, III), e de pagamento em títulos de dívida agrária, no caso de Reforma Agrária, por interesse social (CF, art. 184). Di Pietro (2008, p. 157):

preconiza que havendo a desapropriação sobre imóvel, esta somente se completa depois de efetuado o pagamento ou a consignação, pois, se não atender tal requisito, irá desatender uma obrigação constitucional no que tange a prévia indenização.

Desta feita a competência é da Justiça Federal, para julgar a lide de desapropriação, por interesse social, para fins de reforma agrária, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei (art. 184 CF).

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL. ASSISTÊNCIA DA UNIÃO. COMPROVADO INTERESSE. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. I. Havendo manifesto interesse da União na lide, é a Justiça Federal competente para julgamento da causa. A exceção somente se dá quando o ente federal não manifestar neste sentido, o que não é o caso dos autos. Precedentes. (...). (TRF-1 - AI: 00106980720174010000 0010698-07.2017.4.01.0000, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO, Data de Julgamento: 19/09/2017, QUARTA TURMA, Data de Publicação: 09/10/2017 e-DJF1) (grifo nosso)

Insta mencionar que face a competência, podem ser sujeito ativos da desapropriação por utilidade pública, a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal, e os territórios (art. 2º do Decreto-Lei nº 3.365/1941).

3.2 Tredestinação

A tredestinação ocorre quando o Poder Público destina o bem desapropriado para finalidades distintas da inicialmente programada, a qual deu origem a desapropriação. É sabido que para ocorrer desapropriação a Administração deverá mencionar a finalidade a qual será destinado o bem expropriado ficando restrita àquela finalidade

Quando o Poder Público utiliza o bem em finalidade diversa ocorre tredestinação. De acordo com a doutrina, a tredestinação poderá ser de duas formas: lícita e ilícita. Na tredestinação lícita, mesmo a Administração conferindo destino diferente do previsto para o bem desapropriado, ele ainda atende à necessidade

pública e o interesse social, e por conseguinte, a finalidade da desapropriação não é afetada, nesse contexto, exemplo seria uma área desapropriada para construção de escola na qual se construiu hospital. Na contramão a tredestinação ilícita afeta o interesse público. Nesse sentido, José dos Santos Carvalho Filho elucida “aquela pela qual o Estado, desistindo dos fins da desapropriação, transfere a terceiro o bem desapropriado ou pratica desvio de finalidade, permitindo que alguém se beneficie de sua utilização”. (CARVALHO FILHO, 2015, p. 923).

Consigna-se que o ordenamento jurídico brasileiro veda a tredestinação ilícita, devendo ser observada a efetiva destinação dada ao bem desapropriado. Permite, ainda, que somente quando houver desvio da necessidade ou utilidade pública ou do interesse social, ocorra a retrocessão. Esse entendimento é extraído do artigo 519 do Código Civil.

O Superior Tribunal de Justiça entende que – apenas a tredestinação ilícita acarreta a retrocessão, pois na tredestinação lícita o Poder Público concede destinação pública ao bem, ainda que diversa da inicialmente programada (STJ, 1ª Turma, REsp 968.414/SP, Rel. Min. Denise Arruda, DJ 11.10.2007). Portanto, se o bem desapropriado tiver finalidade diversa àquela mencionada inicialmente, mas a necessidade pública ou o interesse social for atendido, não haverá retrocessão, instituto que será explicado adiante.

A jurisprudência também está pacificada sobre o assunto. A seguir temos alguns julgados sobre o tema.

ADMINISTRATIVO. RETROCESSÃO. DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL PARA CONSTRUÇÃO DE PARQUE ECOLÓGICO. DESTINAÇÃO DIVERSA. FINALIDADE PÚBLICA ATINGIDA.

1. Não se caracteriza a ilegalidade do ato expropriatório perpetrado pela Administração se o bem desapropriado vem a cumprir a finalidade pública a que se destina, embora com a instalação de outras atividades que não as pretendidas originariamente. Precedente da 1ª Turma do REsp 868120/SP. REsp 868120/SP. STJ: REsp 868120/SP, Min. Luiz Fux, DJ de 21.02.2008. 2. Recurso especial a que se nega provimento. ¹²

APELAÇÃO CÍVEL. RETROCESSÃO. DESVIO DE FINALIDADE DE BEM DESAPROPRIADO. TREDESTINAÇÃO ILÍCITA. NÃO CARACTERIZAÇÃO.

1. Desafetação do imóvel expropriado e permuta com outro, de propriedade de terceiro, para abrigar várias edificações destinadas ao interesse público.(...)

2. Permuta que atingiu a finalidade pública inerente à desapropriação. Tredestinação ilícita não caracterizada. Inexistência de direito à retrocessão

ou à indenização por perdas e danos.(...) (TJ-SP - APL: 10003200520168260024 SP 1000320-05.2016.8.26.0024, Relator: Osvaldo de Oliveira, Data de Julgamento: 18/04/2018, 12ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 17/09/2018)¹³ (grifo nosso)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC NÃO CARACTERIZADA - RETROCESSÃO - NÃO-CARACTERIZAÇÃO - TREDESTINAÇÃO LÍCITA.

2. O desvio de finalidade que leva à retrocessão não é o simples descumprimento dos objetivos que justificaram a desapropriação. Para que o expropriado tenha direito à devolução do imóvel, ou seja indenizado, é necessário que o Poder Público dê ao bem destinação que não atenda ao interesse público (tredestinação ilícita). Precedentes do STJ. 3. Recurso especial não provido. (STJ - REsp: 1025801 SP 2008/0018382-1, Relator: Ministra ELIANA CALMON, Data de Julgamento: 20/08/2009, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: -->DJe 08/09/2009) ¹⁴(grifo nosso)

Conforme observado na experiência jurisprudencial supra mencionada é patente a postura dos tribunais no que tange a desapropriação e tredestinação. Se o bem desapropriado não cumprir a finalidade pública a que se destina e para que o expropriado tenha o justo direito a devolução é necessário estar caracterizada a tredestinação ilícita.

3.3 Retrocessão

A retrocessão é palavra derivada do latim *retrocessus*, de retrocesso e está no sentido de voltar para trás, retroagir.

Trata-se de devolver o bem desapropriado a pessoa que sofreu a desapropriação pelo poder público, devolvendo-lhe posse, propriedade e todos os direitos inerentes. No sentido técnico é um direito real do ex proprietário de reaver o bem expropriado.

Como já aludido, é garantido o direito de propriedade no artigo 5º da CF/88, entretanto é assegurado ao poder público a chancela de retirá-la compulsoriamente por meio de processo administrativo. Nesse contexto, mesmo sendo assegurado o direito do Estado desapropriar, quando o bem objeto da expropriação não atenda a interesse público ocorrerá retrocessão. Em havendo destinação diversa, mas atendido o interesse público, o ato expropriatório será mantido.

Trata-se de uma obrigação pessoal de devolução do bem ao expropriado, e não um instituto invalidatório da desapropriação. Portanto a retrocessão só é devida ao antigo proprietário, não aos seus herdeiros, sucessores e cessionários.

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR SUPOSTA TREDESTINAÇÃO ILÍCITA – Insurgência da municipalidade com a procedência do pedido inicial, para pagamento da indenização pleiteada – Possibilidade – A indenização em casos de retrocessão somente é possível com a não quitação integral do débito pelo ente expropriante, o que poderia dar azo à pretensão indenizatória, (...) – Ademais, trata-se de um direito de preempção personalíssimo, inapto de transmissibilidade, não podendo ser objeto de cessão e tampouco os herdeiros do preemptor podem exercer a sucessão de tal exercício - Sentença Reformada – Recurso Voluntário Provido
(TJ-SP 00061113320148260576 SP 0006111-33.2014.8.26.0576, Relator: Maurício Fiorito, Data de Julgamento: 01/08/2017, 3ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 02/08/2017) (grifo nosso)

Há hipótese de vedação da retrocessão, disposta no artigo § 3º do art. 5º do Decreto-lei 3.365 /41, quando da implantação de parcelamento popular, destinado às classes de menor renda, não haverá destinação diversa, nem ocorrerá a retrocessão.

Ademais, em caso de o poder público não oferecer ao expropriado o bem, perdas e danos são patentes ao expropriado, sendo o direito de preferência do expropriado respeito àquele quando desviado o destino pelo qual ocorreu o ato expropriatório.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente há grande divergência doutrinária a respeito da existência da retrocessão. Carvalho Filho, 2005, por exemplo, adota a opinião que o instituto da retrocessão não existe no ordenamento jurídico, mas sim o direito pessoal do expropriado de postular indenização. A doutrina majoritária entende que a retrocessão tem natureza jurídica de direito pessoal, entretanto o STF veio a mudar seu entendimento, passando a conferir ao instituto caráter real, capaz de ensejar ao expropriado o direito de reaver o bem, indo o STJ no mesmo sentido. Apesar disso há uma terceira corrente, sustentada por Di Pietro, 2004 que, confere, natureza jurídica mista, real e pessoal.

Em que pese os entendimentos, o Código Civil, em alguns dispositivos como o artigo 1.150, adota a corrente majoritária conferindo ao instituto direito pessoal, em que confere ao expropriado apenas o direito a indenização. Acredita-se que em breve os posicionamentos jurisprudenciais caminhem no mesmo sentido.



REFERÊNCIAS

BANDEIRA DE MELLO, C. A. **Curso de Direito Administrativo**. 19ª edição. São Paulo: Editora Malheiros, 2005, p. 825

BRASIL. **Código civil**. VADE MECUM. São Paulo: Saraiva, 2018

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Vade Mecum. 16.ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BRASIL. **Decreto nº 3.365, de 21 de junho de 2041**. Desapropriação.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. 17ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2004, p.153.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 33ª edição atualizada. São Paulo: Editora Malheiros, 2007.

MEIRELLES. **Direito Administrativo Brasileiro**. 35ª Ed. São Paulo, Malheiros Editores, 2009

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: **REsp 868120**. Disponível em:
<1<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/6060762/recurso-especial-resp-1025801-sp-2008-0018382-1/inteiro-teor-12191999>>

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **REsp: 1025801** Disponível em:
<1<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/7097768/recurso-especial-resp-1006037-sp-2007-0048451-0-stj>>.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO<1<https://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/626929777/apelacao-apl-10003200520168260024-sp-1000320-0520168260024>>.

ZERBES, M. I. **Desapropriação e aspectos gerais da intervenção do Estado na propriedade privada**. Disponível em
<<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9394&p=3>>.



ABORTO E SEUS REFLEXOS NO ÂMBITO DOS DIREITOS HUMANOS

Juliana Maria Canassa, Paloma Tentor De Gaspari, Vanderlei de Freitas Nascimento Junior, email: vanderlei.adv.jau@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O aborto é um tema que desperta polêmicas intensas nos grupos que o discutem, surgindo assim divergências pontuais sobre o tema, pois há quem defenda o posicionamento de que o feto é considerado um ser humano, desde a concepção, enquanto outros determinam que existe um certo tempo de gestação para que isto ocorra. Além de que estão envolvidos dois direitos importantes nesta relação, o direito de escolha da mulher sobre a vida do feto e o direito do feto em permanecer dentro do útero da mulher.

No entanto, a Constituição Federal nada definiu em qual momento o feto passaria a ser considerado um ser humano e, assim, estar protegido pelo direito à vida.

Nesse sentido, vale pensar sobre o ponto de vista jurídico tanto para o feto quanto para as questões que envolvem a mulher grávida.

A presente pesquisa tem por objetivo demonstrar os pontos positivos e negativos acerca desta questão polêmica, visando, também, apresentar qual o entendimento predominante em nosso ordenamento jurídico e quais são os impactos dessas decisões.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa se deu a partir da leitura e análise de uma específica revisão de literatura baseada em livros, artigos, periódicos e jurisprudências dos principais tribunais brasileiros em relação a temática proposta. Para isso, realizou-se a metodologia dedutiva analítica, pois se procurou trabalhar com teorias já consolidadas, de modo que os autores pudessem se posicionar a respeito do tema.

4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

Sabe-se que as leis do aborto são tão antigas quanto o homem, uma vez que as mulheres nunca deixaram de realizá-lo mesmo com sanções proibitivas a respeito, isto porque, a raça humana sempre manifestou o desejo de regular sua fecundidade.

No livro Êxodo da Lei hebraica (1000 anos antes de Cristo) se dizia:

Se qualquer homem durante uma briga espancar uma mulher grávida provocando-lhe um parto prematuro, sem aís outro prejuízo, o culpado será punido conforme que lhe impuser o marido e o arbítrio social.

Historicamente, um dos primeiros referenciais teóricos sobre o aborto estava contidos no Código de Hamurabi (700 anos antes de Cristo), no qual se encontrava a famosa “Lei de Talião”, que previa a morte do culpado pelo aborto se respectiva gestante viesse a morrer.

Nota-se que até essas duas leis o aborto era proibido por um terceiro que o provocasse, sofrendo este a morte ou outra punição caso a mulher grávida morresse.

Já na Lei de Mileto (500 anos antes de Cristo) constatou-se que a pena de morte era decretada para a mulher que abortasse sem a autorização do marido, sendo que os filhos eram propriedade privada do pai, tendo este último o direito de decidir sobre a vida e morte daqueles. Neste caso, a mulher era considerada uma propriedade do marido, pois somente ele poderia decidir sobre a vida do feto.

O filósofo Hipócrates (400 anos antes de Cristo), um dos mais antigos e principais filósofos, não hesitava em aconselhar as parteiras métodos abortivos. Sócrates, por sua vez, pensava em facilitar o aborto quando a mulher assim desejasse. Para Aristóteles o aborto tinha que ser permitido para evitar o aumento da população, mas isto deveria acontecer antes da animação do feto (sessenta dias após sua concepção).

Conforme Cunha (2017) o aborto representa a interrupção da gravidez com a destruição do produto da concepção. Logo, a vida é o bem maior do ser humano, sendo este protegido, desde o seu momento inicial, ou seja, desde a concepção. Dessa forma, o aborto não é só uma questão religiosa e sim de direitos humanos.

Entende-se pelo Código Penal que quem tira a vida de alguém não deve ser tratado de maneira igual aos outros cidadãos de bem. Este fato é verificado no Código Penal, na Parte Especial, no Título I referente aos Crimes Contra a Pessoa, no Capítulo

I que versa sobre os Crimes Contra a Vida. Desse modo, ninguém pode lesionar o bem jurídico da vida, pois senão terá a sua liberdade restrita. Tal proteção pode ser evidenciada nos artigos 121 ao 126 do referido Código.

Após a promulgação da Carta Magna nacional, o Estado Brasileiro homologou a assinatura de compromisso com a Convenção Americana dos Direitos Humanos, ou Pacto de São José da Costa Rica que foi formalizado, em 22.11.1969. A aprovação pelo Congresso Nacional, para fins de cumprimento do Pacto de São José da Costa Rica, obedeceu ao formato de emenda constitucional, na Câmara e do Senado em dois turnos por dois quintos de seus membros. Desse modo, o Pacto de São José da Costa Rica tem status de emenda constitucional, conforme disposição legal prevista, no artigo 5º, parágrafo 3º da Constituição Federal, sendo este alterado pela Emenda Constitucional nº 45 de 30.12.2004. A Convenção Americana de Direitos Humanos estabelece o momento do surgimento da vida da pessoa humana em seu artigo 4º: “Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente.”

Além disso, o artigo 1º é previsto que os países que o aderirem devem cumpri-lo de maneira obrigatória:

Os Estados Partes nesta Convenção comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social.

Na ADPF 54 – Arguição de descumprimento de preceito fundamental nº54, foi decidido sobre a liberação do aborto para fetos anencefálicos até três meses de gestação. No presente caso o tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator julgou procedente a ação para declarar a inconstitucionalidade da interpretação segundo a qual a interrupção da gravidez do feto anencefálo é conduta tipificada nos artigos 124, 126, 128, incisos I e II, todos do Código Penal. Recentemente houve o julgamento do Habeas Corpus nº124. 306-RJ, em que baseados no voto do Ministro Luis Roberto Barroso liberaram o aborto até o 3º mês ou 12 semanas de gravidez.

O Habeas Corpus não foi concedido, porque houve o entendimento que não havia requisitos suficientes para decretação da prisão, especialmente, pelo fato de os

acusados não oferecerem riscos à sociedade e, também, por ter sido considerado que os direitos da mulher possuem prioridade em relação aos direitos do feto.

Foram levadas em consideração as consequências geradas pelo aborto realizado, sem autorização, cuja gravidade poderia gerar sérios danos para as mulheres, os quais são muitas vezes irreversíveis. E por fim, fazem menção que os países desenvolvidos não tratam a interrupção da gravidez, até o 3º mês, como crime. Tal entendimento ainda não é admitido no Brasil, pois ainda não há consenso sobre o tema, tão pouco suporte governamental.

No entanto, deve se ressaltar que, no Brasil, não existem dados oficiais sobre os abortos realizados, em razão das diversas formas clandestinas de realização.

Por ano, mais de 25 milhões de abortos são realizados, de forma precária e insegura a (45% do total), segundo estudo da Organização Mundial da Saúde (OMS). A maioria deles é realizada em países em desenvolvimento, tais como África, Ásia e América Latina. Referido estudo mostrou que a restrição ou proibição do acesso não reduz o número de abortos. Além disso, em países onde o aborto é completo ou parcialmente proibido, um em cada quatro abortos é seguro. Em países onde o aborto é legal, nove entre dez são realizados de maneira segura.

Quando os abortos são feitos de acordo com as diretrizes e padrões da OMS, o risco de complicações severas ou de morte é insignificante, explicou a agência da ONU. Portanto, a criminalização do aborto não inibe a prática dele, no entanto ocasiona sequelas físicas e psicológicas as mulheres que o adquirem ou até mesmo a morte destas. Legalizar a prática não significa que o número vai aumentar, e sim proporcionar que a mulher tenha uma alternativa com amparo do médico, social e psicológica para realizar o procedimento, isto pode proporcionar danos as mulheres e até uma melhor reflexão. Assim, o abortamento é uma questão de saúde pública, a qual protege a vida das mulheres e lhe dá a possibilidade de uma decisão sobre seus corpos.

Não deveriam ocorrer mortes maternas, mas conforme dados da OMS - Organização Mundial da Saúde informa que a mortalidade materna, em todos os países da América Latina e do Caribe, em 2013, foi de 9.300 mulheres, pelas seguintes causas: 1) Hemorragia grave: 27%; 2) Hipertensão na gestação: 14%; 3)

Infecções: 11%; 4) Parto obstruído e outras causas diretas: 9%; 5) Complicações de abortos: 8%; 6) Coágulos sanguíneos: 3%.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, conclui-se que o aborto é um tema discutido há muitos anos. Desde os povos mais antigos já era possível notar a realização desta prática. No entanto, a forma de se encarar tal prática vem sofrendo grandes mudanças, assim como é o caso da inclusão legislativa da modalidade do aborto necessário e o sentimental, enquanto instrumentos de descriminalização desta prática nesses casos.

Para o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF nº 54, o direito que prevalecerá é o da dignidade da mulher grávida, uma vez que foi determinado que até a décima segunda semana ou terceiro mês de gestação, o feto não é considerado um ser humano. Sendo assim, os juristas determinaram uma nova modalidade de permissão em abortar, está que não é prevista no código penal brasileiro.

Assim sendo, o problema se resolveria de um lado acerca do grande número de mortalidade materna por causa dos abortos clandestinos, mas, no entanto, o direito sobre uma vida continuaria sendo violado, e se este direito não é concedido nem mesmo antes de nascerem, os outros ficam impossibilitados de serem concretizados, além que este direito de decidir sobre ter o filho ou não poderia ser utilizado sem necessidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 08/08/2018

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Arguição de descumprimento de preceito fundamental/ Med.Liminar/-54**. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/HC124306LRB.pdf> acesso em 27/06/2018.

BRASIL. **Pacto de São José da Costa Rica**. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm> Acesso em 08/08/2018.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Habeas Corpus 124.306/RJ**. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/HC124306LRB.pdf>. Acesso em 08/08/2018.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

CUNHA, R. S. **MANUAL DE DIREITO PENAL: PARTE ESPECIAL**. 9ª edição. Salvador. Juspodvim. 2017.

ONU. **Proibição não reduz número de abortos**. Disponível em: Disponível em: <https://nacoesunidas.org/oms-proibicao-nao-reduz-numero-de-abortos-e-aumenta-procedimentos-inseguros/>. Acesso em 20 de junho de 2018.



ABUSO DE AUTORIDADE E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Larissa Helena Faria¹⁵, Jessica Maria Contin Froza¹⁶, Ana Maria Navarro Vendramini¹⁷, Renato Montefusco, e-mail: rzmontefusco@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8429/92) divide os atos ilícitos em três modalidades: os atos que importam enriquecimento ilícito; os atos que causam lesão ao erário, ensejando perda patrimonial, e os atos que atentam contra os princípios da Administração Pública.

Mas há a possibilidade de um enriquecimento ilícito de um agente também ser considerado como ato de improbidade?

Conforme determina o art. 12, inciso I, se o ato de improbidade causar enriquecimento ilícito de agente público, haverá sanções. Se caracterizar lesão ao erário, incidirá o art. 12, inciso II e, por fim, se configurar atentado aos princípios da Administração Pública, caso hora tratado, serão aplicadas as sanções dispostas no art. 12, inciso III.

Dessa forma para cada ato de improbidade observa-se uma sanção imposta, ressaltando ainda que serão discriminados os sujeitos ativos e passivos para que não haja nenhuma confusão entre as partes.

Ademais, a possibilidade de se observar de forma cumulada o núcleo normativo da Lei de Improbidade Administrativa e o abuso de autoridade, que podem, a depender da situação serem observados de forma conjunta.

É este o núcleo e o objetivo do presente estudo: a ligação e complementação de um ato ilícito do agente público e sua caracterização de improbidade administrativa, principalmente diante de um cenário mais comum nos dias de hoje.

¹⁵ lari.faria.jau@gmail.com

¹⁶ jessicamcfroza@hotmail.com

¹⁷ kayanavarro@gmail.com

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada no presente trabalho foi o método analítico-dedutivo com pesquisas bibliográficas e a busca pela complementação da ideia inicial do trabalho com um tema de segundo plano. A execução do artigo foi realizada através de sínteses dos principais textos e estudos encontrados sobre o assunto, tratando-se apenas dos pontos mais relevantes e importantes.

O sujeito do presente trabalho é o agente público e a forma como ele realiza suas funções e atribuições, sendo que a realização de algum ato ilícito poderá ou não ensejar sua responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

Necessário contemplar que à luz do estudo, está também toda a sociedade que espera e confia nos atos de um agente público, sendo descabido que seus atos ilícitos sejam considerados simples atos administrativos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Primeiramente é necessário conceituar o ato de Improbidade Administrativa, sendo aquele ato praticado por agente público, que contraria às normas da moral, à lei e aos bons costumes. Aquele que, à custa da Administração Pública e do Interesse Público, importa em enriquecimento ilícito; que causa prejuízo ao erário e que atenta contra os princípios da administração pública.

Ao ser observado a evolução histórica deste assunto, nota-se que as constituições passadas já tratavam do enriquecimento ilícito. A Constituição de 1988 trouxe inovação com o artigo 37, §4º, ampliando o conceito de improbidade, passando assim a contar com mais um instrumento no combate dessa falha moral, dando sanções aos atos praticados, onde prevê a suspensão, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

A improbidade antigamente era prevista na legislação infraconstitucional e foi por meio dela que a atividade legiferante brasileira produziu duas leis anteriores à Lei 8429/92, sendo elas a Lei nº 3164/57 (Lei Pitombo-Godoí Ilha) e a Lei nº 3502/58 (Lei Bilac Pinto).

A Lei Pitombo-Godoí em seu artigo 1º, reproduziu o que dizia a Carta Magna de 1946. Que dizia que se sujeitavam a sequestro os bens de servidor público, adquiridos

por influência ou abuso de cargo ou função pública, ou emprego em entidade autárquica, sem prejuízo da responsabilidade criminal em que aquele tenha ocorrido. Porém dessa forma ficou difícil de provar o nexo de causalidade entre o abuso do cargo e a aquisição do bem e por isso teve pouca aplicação prática.

A Lei Bilac Pinto, em seu turno, regulava o sequestro e a perda de bens de servidor público da administração direta e indireta, nos casos de enriquecimento ilícito, por influência ou abuso de cargo ou função. Essa forma teve um melhor desenvolvimento, identificando melhor o sujeito passivo quando da expressão “servidor público”.

Já a Lei 8429/92, a Lei de Improbidade Administrativa, dispõe sobre as sanções aplicadas aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito, de lesão ao erário e de infração aos princípios que norteiam a administração pública no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração direta, indireta ou funcional. O artigo 2º da mesma Lei prevê o seguinte:

Art. 2º: Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.

Analisando os sujeitos da Improbidade Administrativa nos termos da Lei pode-se considerar:

- a Administração direta, indireta ou fundacional (ou seja, Autarquias, Fundações Públicas e Privadas, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista) dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, do Território;
- a empresa incorporada ao patrimônio público ou entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual;
- o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público e entidades para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual.

Portanto, neste rol deverão ser incluídas aquelas que receberem subvenção, benefício ou incentivo fiscal ou creditício, de órgão público bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de 50% do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, a sanção patrimonial a repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos, é o que ensina Hely Lopes Meirelles (MEIRELLES, 2006).

Já o Sujeito Ativo da Improbidade Administrativa, nos termos da lei são os que praticam, são eles:

- Agentes públicos são considerados todos aqueles que, definitiva ou transitoriamente, com ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação, ou seja, qualquer forma de investidura ou vínculo que exercem alguma função pública (mandato, cargo, emprego) em nome dos sujeitos passivos do ato de improbidade.
- Terceiros também podem ser considerados sujeito ativo de improbidade. São aqueles que induzem ou concorrem para a prática do ato ou dele se beneficiem sob qualquer forma direta ou indireta.

Para o professor Hely Lopes Meirelles (MEIRELLES, 2006): “Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhes são afetos”.

Novamente Hely Lopes Meirelles (MEIRELLES, 2006) nos ensina que o ressarcimento do dano deverá ser integral quando ocorrer lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro. E no caso de ressarcimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.

De acordo com a Lei 8429/92, a prática de abuso de autoridade ou de tortura por agentes públicos, além das repercussões criminais, configura também ato de improbidade administrativa. O abuso de autoridade, nos moldes da lei nº 4898/65, bem como a prática do crime de tortura (lei nº 9455/97), perpetrado por policial no exercício de sua atividade constitui, além da tipificação penal, Ato de Improbidade Administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

Dentre as condutas ímprobas já mencionadas o artigo 11, em seu inciso I, tipifica como improbidade: praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência.

Diante disso, indagou-se a conduta de policiais que praticam atos de abuso de autoridade que incidiram na esfera de abrangência da norma protetora da moralidade, porém para a caracterização desse artigo é necessário que a conduta do agente público seja dolosa, pois o ato de improbidade somente se aperfeiçoa mediante a vontade de praticar a conduta objetivamente proibida pela ordem jurídica, independentemente de uma finalidade especial. Ainda deverá estar presente uma relação de causalidade entre a ação ou omissão funcional do agente público e a ofensa ao princípio da Administração Pública.

É possível evidenciar que a prática do abuso de autoridade ou tortura por agentes públicos, configura também ato de improbidade além de outras repercussões, pois, atinge o sujeito passivo do crime e alcança concomitantemente interesses do Estado juntamente com os princípios da administração pública.

Nesse sentido insta ser mencionada experiência jurisprudencial ocorrida no STJ, sobre o tema abrangido:

DIREITO ADMINISTRATIVO. CARACTERIZAÇÃO DE TORTURA COMO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. A tortura de preso custodiado em delegacia praticada por policial constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública. O legislador estabeleceu premissa que deve orientar o agente público em toda a sua atividade, a saber: "Art. 4º Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos". Em reforço, o art. 11, I, da mesma lei, reitera que configura improbidade a violação a quaisquer princípios da administração, bem como a deslealdade às instituições, notadamente a prática de ato visando a fim proibido em lei ou regulamento. Tais disposições evidenciam que o legislador teve preocupação redobrada em estabelecer que a grave desobediência - por parte de agentes públicos - ao sistema normativo em vigor pode significar ato de improbidade. Com base nessas premissas, a Segunda Turma já teve oportunidade de decidir que "A Lei 8.429/1992 objetiva coibir, punir e afastar da atividade pública todos os agentes que demonstraram pouco apreço pelo princípio da juridicidade, denotando uma degeneração de caráter incompatível com a natureza da atividade desenvolvida" (REsp 1.297.021-PR, DJe 20/11/2013).

Esta decisão traz um conceito amplo de improbidade administrativa em consonância com o que prevê a própria Lei que regula as hipóteses de violações aos princípios da Administração Pública, ademais, evidencia a preocupação do legislador pátrio ao estabelecer que a desobediência ao sistema normativo é caracterizado como

ato de improbidade por si só. E, por conseguinte, explica que a lei de improbidade administrativa tem o condão de coibir, punir e afastar todo e qualquer agente que desrespeite o princípio da juridicidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a promulgação da Lei 8429/92, Lei de improbidade Administrativa, veio juntar-se a outros instrumentos que combatiam a má administração do erário, tornando-se um dos principais instrumentos, se não o maior, para o combate à corrupção nacional. Percebeu-se, pela evolução histórica apresentada que o tema improbidade teve evolução sensível no ordenamento jurídico pátrio, e que, na atualidade representa verdadeiro marco regulatório para atuação proba dos agentes públicos.

Por conseguinte, foi observado o modo pelo qual o núcleo normativo da legislação em análise dispõe e modula as espécies de improbidade administrativa, e desta feita, concluiu-se por sua eficácia jurídica e efetividade social. Portanto, a percepção de probidade deve estar concatenada com a idéia dos princípios explícitos e implícitos da administração pública, ou seja, legalidade, impessoalidade, moralidade administrativa, probidade, eficiência, supremacia do interesse público e indisponibilidade, os quais não foram objetos da presente pesquisa mas têm influência indubitável na atuação do agente público.

Dessa forma, diante do exposto, não há dúvidas de que o abuso de autoridade, o ato de tortura e o ato ilícito praticado por agente público estão totalmente ligados com o ato de improbidade, pois além de ferir com o interesse público, fere os princípios da administração pública, o qual se menciona nos atos de improbidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. S. **Abusos policiais e improbidade administrativa na visão do STJ**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 26 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.56318&seo=1>>. Acesso em: 15 out. 2018.

BORGES, E. A tortura e o abuso de autoridade praticado por policial como ato de improbidade administrativa: STJ, REsp 1.177.910-SE e REsp 1.081.743-MG. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 21, n. 4905, 5 dez. 2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/49481>>. Acesso em: out. 2018.



CARDOSO, J. G. A (in)elasticidade do conceito de improbidade administrativa na visão do Superior Tribunal de Justiça. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 22, n. 5271, 6 dez. 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/58910>>. Acesso em: 1 nov. 2018.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 26 ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2001.

MOURA, C. C. S. Aspectos relevantes sobre a Improbidade Administrativa, Lei 8.429/92. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVII, n. 125, jun 2014. Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14131>. Acesso em out 2018.

PINHEIRO, A. S. Aspectos gerais da Lei de Improbidade Administrativa à luz da Constituição Federal de 1.988. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIX, n. 150, jul 2016. Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=17554>. Acesso em out 2018.

SILVA, J. A. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 19 ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

WEBER, G. D. O. **Lei de Improbidade Administrativa: aspectos relevantes**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 18 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.22495&seo=1>>. Acesso em: 15 out 2018.



AÇÕES AFIRMATIVAS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA REPARAÇÃO DA HISTÓRIA

João Marcelo da Silva Galvão, Nathália M. Mazzeo Issa Vieira,
e-mail: joao-marcelogalvao100@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo busca desenvolver, com base em doutrinas e sites, uma análise a respeito das ações afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos. Em primeiro momento, será analisado a importância dos direitos humanos para que houvesse a consolidação do princípio da dignidade humana. Em segundo momento, será analisado as ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos, com destaque dos valores da igualdade e diversidade. Por fim, são avaliadas as perspectivas e desafios para a implementação da igualdade étnico-racial na ordem contemporânea.

2 METODOLOGIA

O tema será desenvolvido pelo prisma jurídico, com destaque a três reflexões: o entendimento de como os direitos humanos são relevantes para a história e para contemporaneidade, o modo como são concebidas as ações afirmativas e as dificuldades para a implementação daquilo que é a igualdade étnico-racial na ordem contemporânea.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os direitos humanos refletem, no decorrer da história, uma história de combate através de processos que consolidaram espaços de luta pela dignidade humana, a qual se refere à humanidade como um todo e é tida como um princípio universal, este princípio é considerado um direito de terceira dimensão, ou seja, inclui a proteção ao meio ambiente, à autodeterminação e ao desenvolvimento.

Sob o aspecto histórico, verifica-se que a primeira fase de proteção desses direitos foi marcada pela questão da proteção geral, que expressava o temor da diferença. É constatado que na história, as maiores atrocidades, ocorreram devido ao temor que há da diferença, fazendo assim a história da humanidade ficar manchada.

Nesse sentido, merecem destaque as violações da escravidão, do nazismo e do racismo. (Piovesan, Flavia. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos, p.46)

Amartya Kumar Sen (professor de economia e filosofia da cátedra Thomas W. Lamontna Universidade Harvard) diz que “a identidade pode ser tanto uma fonte de riqueza e conforto como de violência e terror”, isto fica evidente quando se observa a história, entendendo que a identidade de um povo fez com que houvesse violações de direitos em relação ao outro, justamente por terem se identificados e acharem que eram superiores aos demais. Posteriormente a tudo que ocorreu, viu-se a necessidade de conferir a determinados grupos uma proteção particularizada, em face de sua própria vulnerabilidade. Vê-se aqui que, agora, a diferença não mais seria usada para aniquilação de direitos, mas, ao contrário, para proteção de direitos. Nesse cenário, por exemplo, a população afrodescendente passa a ser observada em suas especificidades e peculiaridades de sua condição social.

Sobre a concepção de igualdade, há três vertentes que se destacam, a primeira é a igualdade formal, a qual é reduzida a fórmula “todos são iguais perante a lei”; a segunda é a igualdade material, esta corresponde ao ideal de justiça social e distributiva, é orientada pelo critério socioeconômico; a terceira é a igualdade material, correspondente ao ideal de justiça enquanto reconhecimento de identidades, esta é orientada pelos critérios de gênero, orientação sexual, idade, raça, etnia e demais critérios. Visto isso, vemos que a justiça tem um caráter bidimensional, qual seja redistribuição somada ao reconhecimento. Ainda, sobre este assunto, Boaventura acrescenta: “temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades”.

Em 1965, as Nações Unidas, aprovou a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, a qual foi ratificada por 170 Estados, entre eles o Brasil, que a ratificou em 27 de março de 1968.

O artigo 1º da Convenção define a discriminação racial como, qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, descendência ou origem nacional ou étnica, que tenha o propósito ou o efeito de anular ou prejudicar o

reconhecimento, gozo ou exercício em pé de igualdade dos direitos humanos e liberdades fundamentais”, por esse artigo, vemos que, a discriminação sempre significará desigualdade.

O enfrentamento a problemática da discriminação, se dá no âmbito do direito internacional dos direitos humanos com duas importantíssimas estratégias, quais sejam, a estratégia repressiva-punitiva e a estratégia promocional. Estas duas estratégias, tem de ser usada conjuntamente, ou seja, para se combater a discriminação é necessário que essas duas vertentes estejam em conjunto. Para que seja assegurado o direito a igualdade, não basta apenas proibir a discriminação, é necessário que haja políticas promocionais que incluam os grupos socialmente vulneráveis. Nesse aspecto é que nascem as ações afirmativas, as quais devem ser compreendidas no prisma retrospectivo e também no prospectivo. As ações afirmativas objetivam acelerar o processo de igualdade, fazendo com que haja um alcance da igualdade substantiva por parte de grupos socialmente vulneráveis, como minorias étnicas e raciais, entre outros grupos.

No que tange as ações afirmativas, o Brasil, apresentou um documento oficial à Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, em Durban (31 de agosto a 7 de setembro de 2001), o qual defendia a adoção de medidas afirmativas para população afrodescendente, nas áreas da educação e do trabalho. A Conferência de Durban, em suas recomendações, endossa a importância dos Estados em adotarem ações afirmativas, enquanto medidas especiais e compensatórias voltadas a aliviar a carga de um passado discriminatório daqueles que foram vítimas da discriminação racial. Posteriormente a Conferência de Durban, no Brasil, acentuou-se o debate sobre a fixação de cotas para afrodescendentes em universidades, bem como sobre o chamado Estatuto da Igualdade Racial.

O Estatuto da Igualdade Racial foi instalado no Brasil pela Lei 12.288 de Julho de 2010, esta tem como objetivo garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades e o combate à discriminação. Nos seis incisos do artigo 1º da Lei 12.288/2010, tem-se a disposição do que seja discriminação racial, desigualdade racial, desigualdade de gênero e raça, população negra, políticas públicas e ações afirmativas. A discriminação racial ou étnico-racial é caracterizada como toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou



origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada; A desigualdade racial é toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica; A desigualdade de gênero e raça é à assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais; A população negra é o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam auto definição análoga; As políticas públicas são as ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais; As ações afirmativas são os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.

Para que se efetive a política do Estatuto criou-se o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), este é instituído como forma de organização e de articulação voltadas à implementação do conjunto de políticas e serviços destinados a superar as desigualdades étnicas existentes no País, prestados pelo poder público federal (Art.47 da Lei 12.288/2010). Este Sistema (Sinapir) tem por objetivo, promover a igualdade étnica e o combate às desigualdades sociais resultantes do racismo, inclusive mediante adoção de ações afirmativas; formular políticas destinadas a combater os fatores de marginalização e a promover a integração social da população negra; descentralizar a implementação de ações afirmativas pelos governos estaduais, distrital e municipais; articular planos, ações e mecanismos voltados à promoção da igualdade étnica; garantir a eficácia dos meios e dos instrumentos criados para a implementação das ações afirmativas e o cumprimento das metas a serem estabelecidas (Art. 48 da Lei 12.288/2010). Este sistema, ainda, institui ouvidorias permanentes em defesa da igualdade racial, as quais recebem denúncias de preconceito e discriminação com base em etnia ou cor e acompanham a implementação de medidas para a promoção da igualdade (Art. 51 da Lei 12.288/2010). Nele, também é assegurado às vítimas de discriminação étnica o acesso

aos órgãos de Ouvidoria Permanente, à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, em todas as suas instancias, para a garantia do cumprimento de seus direitos (Art. 52 da Lei 12.288/2010)

A respeito das ações afirmativas no Brasil, cinco objeções são feitas por seus opositores.

A primeira objeção feita é a de que as ações afirmativas seriam atentatórias ao princípio da igualdade formal, sendo elas discriminatórias. Isto é errado de se afirmar, pois, como já foi exposto, as ações afirmativas orientam-se pelo valor de igualdade material, substantivo. A segunda objeção é a qual envolve o antagonismo “políticas universalistas versus políticas focadas”, isto é, para eles as ações afirmativas demandariam políticas focadas, favoráveis a determinados grupos socialmente vulneráveis, o que fragilizaria a adoção das políticas universalistas. Referente a isto, a resposta a ser dada é a de que nada impede que políticas universalistas sejam adotadas em conjunto com políticas focadas e também os estudos demonstram que a adoção de políticas universalistas não está sendo capazes de reduzir as desigualdades raciais. Outra objeção feita envolve de um lado, o branco pobre, e, de outro, o afrodescendente de classe média, esta é uma crítica quanto aos beneficiários das políticas afirmativas. Porém, a complexa realidade vê-se marcada por um alarmante quadro de exclusão social e discriminação como termos interligados a compor um ciclo vicioso, em que a exclusão implica discriminação e a discriminação implica exclusão. Uma quarta tensão diz respeito ao argumento de que as ações afirmativas gerariam a “racialização” da sociedade brasileira, com a separação crescente entre brancos e afrodescendentes, acirrando as hostilidades raciais. Quanto a este argumento, cabe dizer que, se “raça” e “etnia” sempre foram critérios utilizados para exclusão de afrodescendentes no Brasil, que sejam agora utilizados, ao revés, para a sua necessária inclusão. O quinto dilema, se refere especificamente às cotas para afrodescendentes em universidades, atêm-se à autonomia universitária e a meritocracia, as quais estariam ameaçadas pela imposição de cotas. No entanto, as cotas são para que haja um alcance louvável e legítimo no plano acadêmico, qual seja, a riqueza da diversidade. As Universidades em sua maioria são territórios brancos, as cotas fariam com que esses territórios tivessem uma maior diversidade, fazendo com



que o poder, cujo qual a universidade da por meio do diploma que por muitas vezes são passaporte para o mercado de trabalho, estivesse ao alcance de todos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, em um país onde os negros representam 54% da população, e no grupo dos mais pobres três em cada quatro são pessoas negras e entre os brasileiros mais ricos, oito em cada dez são brancos (dados do IBGE) e, tendo sido, o Brasil o último país do mundo a ter abolido a escravidão, faz-se necessário adotar as ações afirmativas em benefício da população negra, para que haja um rompimento com o legado histórico de exclusão étnico-racial e com as desigualdades estruturantes que compõem a realidade brasileira.

REFERÊNCIAS

PIOVESAN, F. **Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300010>

VIEIRA, I. **Repórter da Agência Brasil**. Disponível em: <<https://www.agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-12/ibge-negros-sao-17-dos-mais-ricos-e-tres-quartos-da-populacao-mais-pobre>>



ADVOGADO ROBÔ – A EFICÁCIA DO DIREITO FUNDAMENTAL DA PROTEÇÃO EM FACE DA AUTOMAÇÃO

Catiuche da Silva Campos, Luciana Lallo Massini, Roberto Wanderley Alves, Renato Zanolla Montefusco, e-mail: lucianalallom@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A ideia sobre o tema desenvolvido surgiu durante discussões obtidas no Grupo de Pesquisa Novas Tecnologias, Direito e Sociedade, mais especificamente da pesquisa para desenvolvimento do tema Inteligência Artificial na justiça - cautela para desumanização do processo.

O direito, enquanto complexo de normas sistematizadas que regula e pacifica as relações sociais, para não se tornar obsoleto e ineficaz, deve acompanhar a evolução da sociedade e sujeitar-se à dinâmica social, o que resulta na sua constante reestruturação. E nem poderia ser diferente, já que, com o desenvolvimento social e tecnológico, alguns costumes são consolidados, práticas e padrões são superados, estabelecendo-se novas relações, as quais, nem sempre, encontram-se reguladas pelo direito. A evolução social é natural, mas, por óbvio, que o desenvolvimento tecnológico e a inovação de uma sociedade vinculam-se a normas jurídicas adequadas, que caminhem na mesma direção, além de investimentos (intelectual e financeiro) pelos setores público e privado.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho foi executado de forma dedutiva por meio de pesquisas baseadas em recentes: reportagem de revistas, notícias publicadas em sites e livro sobre o funcionamento cerebral.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme informado por André Lopes em artigo da revista Veja, (ed. 2567, p. 80, 2018): “a probabilidade de um advogado ganhar um colega robô até 2030 é de 70%, como apontam estudos sobre Inteligência Artificial da consultoria americana MacKinsey e da universidade inglesa Oxford”.

Assistentes virtuais cuidarão de tarefas rotineiras como pesquisar leis, mediar negociações e escrever contratos. Contudo, um ser humano ainda será essencial para representações em tribunais ou para guiar os casos, agora com base em sugestões passadas pelas máquinas.

Quanto às normas jurídicas consentâneas com esse ambiente de tecnologia e inovação, devem levar em consideração os conflitos irrompidos a partir desse cenário que se afigura, especialmente em função da chamada inteligência artificial. Com efeito, nos últimos anos, têm surgido sistemas artificiais inteligentes e autônomos, com capacidade para o desempenho de tarefas de forma cada vez mais eficiente, sem qualquer interferência externa. Em alguns casos, inclusive, os referidos sistemas autônomos de inteligência, uma vez postos em funcionamento, são capazes, por si próprios, de criar comandos, sem que tenham sido programados para tanto. Não obstante o inevitável avanço tecnológico, no Brasil, o regime jurídico nessa seara revela-se insatisfatório. De fato, a Constituição brasileira de 1988, em seu art. 218, ateve-se a estipular que “O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação”. Para tanto, o aludido Diploma legal estimulou a construção de ambientes especializados e cooperativos de inovação, com a conjugação de esforços da iniciativa privada e do Poder Público. Trata-se, pois, de um marco jurídico, cujo objetivo precípua é que o Brasil alcance, no âmbito tecnológico, um estágio de nação independente e soberana.

Notícia extraída do site do Supremo Tribunal Federal (<http://www.stf.jus.br>, 2018):

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) ministra Carmen Lúcia, anunciou ao final da sessão plenária de 30 de Agosto de 2018, que já está em funcionamento o Projeto VICTOR, que utiliza Inteligência Artificial (IA) para aumentar a eficiência e a velocidade de avaliação judicial dos processos que chegam ao tribunal. Desenvolvido em parceria com a Universidade de Brasília – UnB, o projeto é o mais relevante no âmbito acadêmico brasileiro relacionado à aplicação de IA no Direito.

A ministra explicou que a ferramenta será utilizada na execução de quatro atividades: conversão de imagens em textos no processo digital, separação do começo e do fim de um documento (peça processual, decisão, etc) em todo o acervo do Tribunal, separação e classificação das peças processuais mais utilizadas nas atividades do STF e a identificação dos temas de repercussão geral de maior incidência.

Segundo informou a presidente, os testes com os processos envolvendo repercussão geral foram iniciados com 27 temas mais recorrentes no Tribunal, representando 60% do total de temas regularmente identificados. Ela informou que atualmente o nível de precisão na triagem é de 84%, mas que atingirá 95% no próximo mês.

A ministra destacou que, para classificar e analisar os cerca de 42 mil processos que chegaram ao STF no primeiro semestre, seriam necessárias quase 22 mil horas de trabalho de servidores e estagiários. Lembrou, ainda, que o tempo que os servidores dedicavam a essas tarefas de classificação, organização e digitalização dos processos será transferido para etapas mais complexas do processamento judicial.

“Acho que com isso iniciamos uma outra etapa, que é de aprimoramento do que temos e, principalmente, de celeridade no julgamento dos processos.”

A inteligência artificial não substituirá o advogado, mas estará ao seu lado para ampliar de maneira incrível as habilidades de pesquisa, escrita e modelos mentais comparativos – redefinindo os conceitos de produtividade a índices de ficção científica, criando teias de novas ideias nas mais diversas áreas do direito moderno.

A tecnologia agiliza os trâmites do direito e extingue a necessidade de boa parte do uso do papel que, vale ressaltar, é um dos principais motivos de toda essa mudança. Assim como em outros segmentos, a opção pela diminuição do uso do papel no dia a dia de trabalho trouxe consigo uma gigantesca reestruturação que, inevitavelmente, induziu direto para a Era Digital.

Os novos tempos modernos são, neste contexto, muito mais ágeis e eficientes devido ao uso da inteligência artificial. Além de dar velocidade ao processo e diminuir o gasto de papel, colaborando assim com a natureza, a automatização do direito também prevê a nutrição de informações e dados, capacidade essa que antes era desconhecida na aplicação em massa.

Mesmo que parte do trabalho humano possa ser automatizado, a partir do uso de novas tecnologias, é improvável que um robô venha a substituir o trabalho de um advogado, ainda mais quando se enumeram todos seus afazeres e atividades do início ao fim de um processo.

Portanto, o uso da tecnologia tem como objetivo gerar conforto, otimizando processos, ou parte deles, sem desvalorizar ou colocar de lado o profissional do direito que, a partir dessas modernizações, pode trabalhar muito mais focado, aprimorando seus resultados.

Longe de perderem seus postos de trabalho para os robôs, os advogados precisam se adequar, e até mesmo se reeducar, para utilizar esse novo modelo de trabalho de modo a profissionalizar ainda mais sua rotina. Afinal, se a tecnologia pode suprir necessidades operacionais, por que se desdobrar em vários para dar conta de tudo sozinho?

O futuro da advocacia caminha em total concordância com o desenvolvimento tecnológico e é dever do advogado estar sempre bem preparado para não perder espaço, tão pouca qualidade, no mercado do direito. A necessidade da criação de talentos para utilizar a inteligência artificial na área é gigantesca.

Especialistas trabalham ininterruptamente no desenvolvimento de softwares que são amplamente voltados à execução de processos operacionais deste campo. A mudança cultural está em alerta máximo e já tem ocorrido.

Como há séculos atrás, quando a máquina a vapor causou a Primeira Revolução Industrial, a expansão do uso da tecnologia atualmente tem gerado um novo tipo de conhecimento e de modelo de trabalho. Quem se adapta a ele, coloca-se instantaneamente em um posicionamento superior, com menos trabalhos processuais e com maior foco no cognitivo.

A tecnologia, neste cenário, não tem outro objetivo a não ser o de modernizar as etapas de um processo e a inteligência artificial é justamente o movimento, o meio, que dispõe de inúmeros recursos e funcionalidades novas para otimizar todo este trabalho.

Hoje, uma das possibilidades da inteligência artificial aplicada a esta matéria é o cruzamento de nomes, de informações e até mesmo de monitoramentos que ajudam na conclusão de diferentes processos. A tecnologia jurídica é, portanto, uma oportunidade e não um desafio a ser vencido pelos advogados.

As vantagens do uso de tal tecnologia, que proporciona maior rapidez, precisão e qualidade na realização de trabalhos maçantes e repetitivos, têm feito com que cada vez mais escritórios invistam em sua utilização.

Tais ponderações corroboram a preocupação noticiada ao início pela OAB e que deveria ter ressonância em todas as instituições jurídicas, de modo que o ufanismo no emprego de tais tecnologias não se transforme num cavalo de troia para o exercício legítimo da aplicação do Direito.

Em 03 de Julho de 2018 a OAB anunciou a criação da coordenação de inteligência artificial a fim de regulamentar o uso de inteligência artificial no exercício do Direito. O motivo é a preocupação com os recentes lançamentos de ferramentas, como os robôs virtuais, para recurso jurídico em diversas áreas em que dispensa a atuação dos advogados.



Acredita-se que serão criados cérebros virtuais, criar um mimetismo para o cérebro humano através da IA. Essa visão é absolutamente equivocada. Até onde a vista alcança, nenhum soft, hardware, rede ou nuvem vai conseguir mimetizar o cérebro humano, mas sim atingir, copiar alguns processos do cérebro humano como, por exemplo, a cognição, entender processos lógicos, análise de risco, decisões baseadas em algoritmos. Acontece que tudo isso não é a inteligência humana, é um “cantinho” do nosso cérebro, é a área mais recente do cérebro, como nos mostra a neurociência. A área cognitiva, processual, capaz de entender probabilidades e tomar decisão baseadas de algoritmos é apenas o seu córtex pré-frontal, portanto muito distante de alcançar o cérebro humano em seu todo.

Observa-se, portanto, um movimento no sentido de possibilitar que a inteligência artificial seja abarcada por tipos jurídicos já existentes, com alguma adaptação, ou no sentido de se criar entidades de inteligência artificial, para as quais haverá a necessidade de regulação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para tanto, o presente trabalho ressalta a eficácia do direito fundamental da proteção em face da automação expressa no artigo 7º, inciso XXVII, da Constituição da República do Brasil de 1988 que depende de ser regulamentada na forma de lei.

Durante milênios, o homem diferenciou-se das demais criaturas por se tratar de um ser pensante. Contudo, no atual cenário, em que a tecnologia vem superando barreiras até então intransponíveis, sistemas autônomos inteligentes vêm adquirindo capacidade de raciocinar, aproximando-se do seu criador e, por vezes, superando-o. Diante de mudanças tão substanciais, o direito vê-se diante do desafio de traçar parâmetros de atuação para a inteligência artificial, porquanto a legislação em vigor é insuficiente para dirimir, de forma justa, os conflitos afetos a essa área.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 02 nov. 2018.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

BRASIL. **Lei 11.419, de 19 de Dezembro de 2006.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111419.htm. Acesso em 14 out. 2018.

BRASIL. STF, Notícias, **Ministra Cármen Lúcia anuncia início de funcionamento do Projeto Victor**, de inteligência artificial, 2018. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=388443&tip=UN>. Acesso em 14 out. 2018.

GONÇALVES, R; PAIVA, A. **Triuno**. São Paulo: edição dos autores, 2015.

LOPES, André. Geral/futuro, Elas Vão Substituir Você. **Veja**, ano 51, ed. 2567, n. 5, p. 80 – 31 de janeiro de 2018.

VII ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI/BRAGA – PORTUGAL DIREITO CIVIL CONTEMPORÂNEO ,2018. Disponível em: <https://www.conpedi.org.br/publicacoes/pi88duoz/c3e18e5u/7M14BT72Q86shvFL.pdf>. Acesso em 14 out. 2018.



AGENTES POLÍTICOS: LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA VERSUS LEI DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE

Beatriz Vendramini Callegari, Bruna Caroline Scalco de Novais, Renato Zanolla Montefusco, e-mail: rzmontefusco@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A nossa Magna Carta preceitua a moralidade administrativa como um pilar para a atuação administrativa. Exige-se dos agentes públicos a observância e o respeito à lei, a moral, a ética e a boa-fé.

Com o surgimento da Lei de Improbidade Administrativa discutiu-se muito sobre o seu alcance ou não aos agentes políticos. Atualmente, diante desse paradigma, busca-se conferir às normas jurídicas a máxima efetividade no combate à corrupção, entretanto tal polêmica subsiste de forma pertinente, estando ainda indefinida na doutrina e jurisprudência, como se verá.

Entretanto, a corrupção, como termo lato sensu, de agentes políticos está cada vez mais evidente no cenário nacional atual. Ora, viável se faz a utilização do termo “corrupção em lato sensu”, pois, há na doutrina e jurisprudência uma enorme dificuldade em conceituar termos como improbidade administrativa, crime de responsabilidade e infração político administrativa sem confundir-los.

Nesse contexto, os operadores do Direito preocupam-se com a devida efetividade da aplicação das leis que punam os infratores, principalmente sobre óbice de um possível enquadramento equivocado.

A pertinente polêmica instaurada pela lei de Improbidade Administrativa diz respeito a sua aplicação, ou não, aos agentes políticos.

Não deve-se confundir a natureza política e penal dos crimes de responsabilidade com a natureza cível dos atos de improbidade administrativa. Destarte, temos que as naturezas de tais leis são autônomas e independentes entre si, sendo perfeitamente possível a coexistência e aplicação concomitante.

Diante do exposto, mesmo com escopos distintos, se necessário for, deverão ser aplicadas de maneira conjunta aos agentes políticos tanto a lei de improbidade administrativa tal como a lei de responsabilidade fiscal.

2 METODOLOGIA

A Metodologia utilizada no presente artigo baseou-se em pesquisas jurisprudenciais e em doutrinas e da análise das Leis de Improbidade e de Responsabilidade Fiscal.

Utilizando-se do método hipotético dedutivo e da pesquisa bibliográfica, com principal enfoque jurisprudencial, ficará evidente a solução que melhor se adequa a situação hipotética aqui apresentada, com maior atenção aos princípios constitucionais da Administração Pública, solução esta, que, por certo, deve ser a aplicação das duas leis (dualidade de sanções).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao analisar o termo “improbidade administrativa” observa-se que é uma imoralidade administrativa, pois é definida como uma conduta desonesta por parte do agente público, propondo o enriquecimento ilícito, causando lesão ao erário, ou até mesmo a hipótese de se atentar contra aos princípios da administração pública.

O dever de probidade administrativa foi previsto claramente no art. 4º da Lei nº 8.429/92:

Art. 4º Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.

Dessa forma, a análise gramatical do termo “Agente Políticos” expõe que os mesmos são funcionários públicos, normalmente do alto escalão, exercendo função descritas na Constituição Federal para a administração pública.

Da mesma maneira, temos o entendimento de Di Pietro (2007, p. 478):

São, portanto, agentes políticos, no direito brasileiro, porque exercem típicas atividades de governo e exercem mandato, para o qual são eleitos, apenas os Chefes dos Poderes Executivos federal, estadual e municipal, os Ministros e Secretários de Estado, além de Senadores, Deputados e Vereadores. A forma de investidura é a eleição, salvo para Ministros e Secretários, que são de livre escolha do Chefe do Executivo e providos em cargos públicos, mediante nomeação.

Portanto, se o agente político é um agente público, não há que se falar em divergências no tratamento entre eles, devendo ambos, respeitarem os ditames previstos na Magna Carta Brasileira.

Necessário ressaltar que a própria Constituição Federal de 1988, em seu art. 37, XI, esclarece que o conceito de agente político não se restringe apenas aos detentores de mandatos eletivos, vejamos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, **dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos** e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.” (grifo nosso)

De acordo com o art. 85, V, CF/88, ato de improbidade pode ensejar crime de responsabilidade, ou seja, agentes políticos respondem por atos de improbidade. A polêmica se enquadra na definição de qual Lei deverá basear a responsabilidade do agente político, a divergência, portanto, está em definir se a responsabilização do agente político deve se dar com base na Lei dos crimes de responsabilidade (Lei nº 1.079/50 e Decreto-Lei nº 201/67), na Lei de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/92) ou em ambas (dualidade de sanções).

Ora, necessário esclarecer e relembrar que o conceito de improbidade administrativa está ligado ao princípio da moralidade administrativa. Tal Princípio encontra escopo na Constituição Federal, e prega que os agentes públicos devem agir com base nas regras morais e éticas, visando a honestidade e boa-fé de seus atos, além, é óbvio, da legalidade dos mesmos.

Para tratar dos atos de improbidade, sancionada a Lei nº 8.429/92, conhecida como Lei de Improbidade ou LIA. Referida lei cuida da definição dos atos de

improbidade administrativa e nos apresenta qual o procedimento deverá ser adotado para julgar os atos ímprobos de um determinado agente.

A lei classifica os atos de improbidade em três tipos. Em seu artigo 9º, trata dos atos que importam enriquecimento ilícito. No artigo subsequente, refere-se aos atos que importam em prejuízo ao erário. Por fim, em seu artigo 11, trata sobre os atos que atentam contra os princípios da Administração Pública. Portanto, qualquer agente público que realizar conduta omissiva ou comissiva que se enquadre nos artigos supramencionados, estará cometendo ato ímprobo, ficando, assim, sujeito às sanções previstas em lei.

A Lei de Improbidade e a Lei de Responsabilidade atuam em esferas distintas, sendo que a primeira busca a reparação civil do dano causado à Administração Pública, enquanto a segunda visa a responsabilização política do agente pela prática de um crime de responsabilidade.

Nesse sentido, temos que ambas as Leis são aplicáveis aos atos de improbidade administrativa realizados por agentes políticos. Corroborando com tal entendimento, é o posicionamento do jurista Martins Júnior (2006, p. 310):

Por isso, o que há são instâncias diferentes e autônomas para diversas qualificações jurídicas de um mesmo fato. Embora o efeito prático de algumas sanções seja equivalente, não há reserva ou exclusividade de “jurisdição” ao Poder Legislativo para repressão da improbidade administrativa. O regime republicano é o da responsabilidade sem comportar a abertura de nichos de imunidade do poder, razão pela qual a Lei Federal n. 8.429/92 aplica-se a qualquer ato de improbidade administrativa de qualquer dos poderes, abrangendo pois, a improbidade em atos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, sejam atos administrativos, legislativos ou jurisdicionais (art. 2º, Lei n. 8.429/92)

Diante do exposto, pode-se verificar que não há qualquer impedimento/divergência na relação entre a Lei 8.429/92 e os crimes de responsabilidade, visto que tratam de esferas distintas. Constata-se que a Lei de Improbidade Administrativa possui caráter civil, visando sempre a reparação civil do dano, enquanto a Lei de Responsabilidade Fiscal, possui caráter estritamente político.

Portanto, o fato dos agentes públicos estarem sujeitos à Lei de Responsabilidade não exime-os de ser responsabilizados perante a Lei de Improbidade Administrativa, visto que, mesmo tratando sobre os mesmos fatos, a esfera de punibilidade é distinta (dualidade de sanções).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os atos de improbidade e dos crimes de responsabilidade são independentes e não se eliminam, podendo existir judicialmente de forma simultânea e autônoma, embora sejam da mesma conduta, e assim, possibilita resultados finais distintos. Este entendimento é o mais adequado e que se espera que seja acolhido no ARE 683235/PA, ainda pendente de julgamento no STF. O Ministério Público Federal, através de parecer ofertado nos autos, manifestou-se exatamente neste sentido.

Portanto, em conformidade com todo o explanado, temos que, para a punição dos agentes políticos acusados de ato de improbidade, pôde-se utilizar a Lei de Improbidade Administrativa e a Lei de Responsabilidade.

Após muita discussão doutrinária e jurisprudencial, em 10/05/2018, o STF prolatou acórdão que pacificou o tema, de acordo com todo o explanado neste artigo. Vejamos:

Ementa: Direito Constitucional. Agravo Regimental em Petição. Sujeição dos Agentes Políticos a Duplo Regime Sancionatório em Matéria de Improbidade. Impossibilidade de Extensão do Foro por Prerrogativa de Função à Ação de Improbidade Administrativa. 1. Os agentes políticos, com exceção do Presidente da República, encontram-se sujeitos a um duplo regime sancionatório, de modo que se submetem tanto à responsabilização civil pelos atos de improbidade administrativa, quanto à responsabilização político-administrativa por crimes de responsabilidade. Não há qualquer impedimento à concorrência de esferas de responsabilização distintas, de modo que carece de fundamento constitucional a tentativa de imunizar os agentes políticos das sanções da ação de improbidade administrativa, a pretexto de que estas seriam absorvidas pelo crime de responsabilidade. A única exceção ao duplo regime sancionatório em matéria de improbidade se refere aos atos praticados pelo Presidente da República, conforme previsão do art. 85, V, da Constituição. 2. O foro especial por prerrogativa de função previsto na Constituição Federal em relação às infrações penais comuns não é extensível às ações de improbidade administrativa, de natureza civil. Em primeiro lugar, o foro privilegiado é destinado a abarcar apenas as infrações penais. A suposta gravidade das sanções previstas no art. 37, § 4º, da Constituição, não reveste a ação de improbidade administrativa de natureza penal. Em segundo lugar, o foro privilegiado submete-se a regime de direito estrito, já que representa exceção aos princípios estruturantes da igualdade e da república. Não comporta, portanto, ampliação a hipóteses não expressamente previstas no texto constitucional. E isso especialmente porque, na hipótese, não há lacuna constitucional, mas legítima opção do poder constituinte originário em não instituir foro privilegiado para o processo e julgamento de agentes políticos pela prática de atos de improbidade na esfera civil. Por fim, a fixação de competência para julgar a ação de improbidade no 1º grau de jurisdição, além de constituir fórmula mais republicana, é atenta às capacidades institucionais dos diferentes graus de jurisdição para a realização da instrução processual, de modo a promover maior eficiência no combate à corrupção e na proteção à moralidade administrativa. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.



(Pet 3240 AgR, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 10/05/2018, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-171 DIVULG 21-08-2018 PUBLIC 22-08-2018)

Dessa forma, pacifica-se a corrente de que possível se faz a aplicação de ambas as leis para a punição de atos ímprobos praticados por agentes políticos.

Por fim, pode-se concluir que aplicar a Lei de improbidade é o meio mais eficaz de combate à corrupção. Nesse sentido, os agentes políticos, além da Lei dos crimes de responsabilidade, estão submetidos também à Lei 8.429/92. Essa é a posição que melhor representa o princípio constitucional da moralidade na Administração Pública.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, A. J. Reflexões sobre Improbidade Administrativa no Direito Brasileiro. In: BUENO, Cassio Scarpinella; PORTO FILHO, Pedro Paulo de Rezende. **Improbidade Administrativa** – questões polêmicas e atuais. São Paulo: Malheiros editores, 2001.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **LEI Nº 1.079/50 - Lei de Responsabilidade..** Brasília, DF, 1950.

BRASIL. **LEI Nº 8.429/92 - Lei de Improbidade Administrativa..** Brasília, DF, 1992.

BRASIL. **Lei nº 8.429**, de 2 de junho de 1992. **Diário Oficial da União**, Brasília, 03 de junho de 1992.

BRASIL. **Pet 3240** AgR, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 10/05/2018, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-171 DIVULG 21-08-2018 PUBLIC 22-08-2018. Disponível em <<http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28Pet%24%2ESCLA%2E+E+3240%2ENUME%2E%29+OU+%28Pet%2EACMS%2E+ADJ2+3240%2EACMS%2E%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/qe9ubue>> (Acesso em 10/10/2018).

Dicionário - Agentes políticos. Disponível em: <<https://www.dicionarioinformal.com.br/agentes%20pol%C3%ADticos/>> (Acesso em 09/10/2018)

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. 20ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

MARTINS JÚNIOR, Wallace Paiva. **Probidade Administrativa**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva 2006.



ALGUNS ASPECTOS DA MULTIPARENTALIDADE

Bianca Lopes Aiello, Fernando Frederico de Almeida Júnior
email: frederico.jau@gmail.com

1 INTRODUÇÃO.

As organizações familiares refletem a sociedade, ao mesmo tempo em que atuam em sua formação. As mudanças sócio-político-culturais colaboram na reflexão sobre os padrões adotados para compreender a família, nos diferentes momentos da história da humanidade (FURIA, s.d.). Aliás, tais mudanças não se limitam somente ao âmbito estritamente familiar, estendendo-se também ao Poder Judiciário e implicando em alterações significativas em seu arranjo. A evolução do conceito de família e o conseqüente surgimento da multiparentalidade devem ser constantemente estudados, o que justifica o presente trabalho, consistindo em seu principal objetivo.

2 METODOLOGIA.

Pesquisas bibliográficas de literatura especializada e análise da legislação brasileira que envolve direta e indiretamente a família, com enfoque em seu histórico, na filiação e na multiparentalidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.

No direito romano a família era patriarcal, ou seja, toda a autoridade era delegada ao homem, ao pai. Naquele tempo, a família romana era uma junção de tudo aquilo que estava sob o poder do *pater familias* e existiam dois tipos de parentesco: a agnação, que consistia na reunião de pessoas que estavam sob o poder de um mesmo *pater*, englobando os filhos biológicos e os filhos adotivos, tratando-se, pois, de um parentesco somente paterno; e a cogação, que consistia no parentesco advindo pelo sangue. Desse modo, as filhas eram cognatas, mas os filhos delas eram agnatos (MACHADO, 2000, p. 4).

O Código Civil brasileiro de 1916 seguiu o modelo familiar do direito romano; os filhos eram diferenciados, sendo chamados de legítimos, ilegítimos ou legitimados, sendo vedado em sua redação original o reconhecimento de filhos incestuosos e

adulterinos. Com a publicação da Constituição Federal de 1988 houve um impacto relevante sobre tais concepções, inclusive por meio dos princípios constitucionais, que refletiram diretamente no direito familiar.

A família fundamentada exclusivamente pelo vínculo matrimonial deixa de existir e é estabelecida a plena igualdade entre os filhos, extinguindo-se a ideia discriminatória de filiação legítima ou ilegítima, passando todos terem os mesmos deveres e direitos (art. 227, § 6º). Passou-se a priorizar qualquer organização familiar baseada do afeto e que busque a realização plena de todos os membros que a integram, surgindo, então, o conceito de família eudemonista, também chamada de família socioafetiva, que é aquela que busca a felicidade e valoriza o sentimento.

A filiação socioafetiva tem como característica principal a concomitância entre a paternidade/maternidade biológica e a paternidade/maternidade afetiva, isto é, uma não exclui a outra. A palavra filiação tem origem do latim *filiatio*, que significa a relação de descendência entre pai e filho, consistindo, em outras palavras, na relação que existe entre uma pessoa e outra de quem descende em primeiro grau e, também, do vínculo de parentesco que liga uma pessoa em relação ao seu pai ou a sua mãe (OLIVEIRA NETTO, 2010, p. 294).

O termo “socioafetivo” passou a integrar o conceito de filiação. Segundo Maria Helena Diniz (2011, p. 478), filiação é o vínculo existente entre pais e filhos; vem a ser a relação de parentesco consanguíneo em linha reta de primeiro grau entre uma pessoa e aqueles que lhe deram a vida, podendo ainda ser uma relação socioafetiva entre pai adotivo e institucional e filho adotado ou advindo de inseminação artificial heteróloga. Merece destaque a lição de Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus Maluf (2012, p. 18), que conceitua a afetividade como a relação de carinho ou cuidado que se tem com alguém íntimo ou querido, como um estado psicológico que permite ao ser humano demonstrar os seus sentimentos e emoções a outrem, sendo, também, considerado como o laço criado entre os homens, que, mesmo sem características sexuais, continua a ter uma parte de amizade mais aprofundada. Percebe-se, assim, que a família só tem sentido enquanto unida pelos laços de respeito, consideração, amor e afetividade (OLIVEIRA, 2002, p. 242).

Nos moldes do Código Civil em vigor (art. 1.593), o parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem, sendo a expressão “outra

origem” o fundamento que permite a existência da parentalidade socioafetiva e, por esse motivo, todas as regras de parentesco natural se aplicam também ao socioafetivo (CASSETARI, 2015, p. 144-146).

No mesmo sentido o entendimento do Conselho da Justiça Federal, que, ao interpretar referido dispositivo legal, emitiu o Enunciado 256, defendendo que “a posse do estado de filho (parentalidade socioafetiva) constitui modalidade de parentesco civil”. Verifica-se, desse modo, que o parentesco biológico não é a única forma admitida em nosso ordenamento. E já era assim há muito tempo, haja vista que já se reconhecia que o princípio do parentesco não residia somente no ato material do nascimento (vínculo biológico), mas sim no culto, donde ocorria o que hoje se denomina de afetividade (COULANGES, 2001, p. 52).

Tem-se, então, que, quando um pai ou mãe reconhece uma paternidade ou maternidade socioafetiva, esse filho passará a ter vínculo de parentesco com seus outros parentes. Com isso surgirão os conceitos: avós, bisavós, triavós, tataravós, irmãos, tios, primos, tios-avós socioafetivos, que irão acarretar todos os direitos decorrentes dessa parentalidade. Por exemplo: se o pai ou mãe socioafetivos não tiver condição de pagar pensão alimentícia ao filho, poderão ser chamados os avós; se a pessoa morre e só deixa um tio socioafetivo vivo, terá esse tio o direito sucessório; e se deixar apenas um irmão socioafetivo vivo, e esse for menor, ele terá direito decorrentes da previdência social.

Isso se faz necessário para que seja atendido o princípio da igualdade e que a declaração de filiação socioafetiva não se torne uma fábrica de pedidos de pensão alimentícia, em que a pessoa busca apenas o bônus, sem querer assumir o ônus (CASSETARI, 2015, p. 144-146). Por fim, não se pode esquecer da recente decisão tomada pelo Conselho Nacional de Justiça através do Provimento nº 63, de 14/11/2017, que dispõe, dentre outras coisas, sobre o reconhecimento voluntário e a averbação da paternidade e maternidade socioafetiva diretamente nos Cartórios de Registros Cíveis, afastando a burocratização da via judicial. Segundo tal Provimento, o reconhecimento é unilateral e irrevogável, salvo nas hipóteses de vício de vontade, fraude ou simulação em que será possível a desconstituição através da via judicial.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Constata-se claramente que sempre deve prevalecer o princípio da dignidade da pessoa humana, o qual, no campo do direito de família, confere ao indivíduo a possibilidade de escolha do formato de família que lhe agrada, de acordo com as suas relações afetivas.

Ademais, a base de tudo é o direito à busca da felicidade, estritamente ligado à dignidade humana, fazendo com que a pessoa seja o centro do ordenamento jurídico, que deverá reconhecer sua capacidade de autodeterminação, de autossuficiência e liberdade de escolher seus próprios objetivos.

O real sentido nas relações pai e filho transcendem a lei e o sangue, não podendo ser determinadas de forma escrita nem comprovadas cientificamente, pois tais vínculos são mais fortes e profundos; o que faz alguém ser um verdadeiro pai são os laços afetivos.

A doutrina e jurisprudência vêm adotando o afeto como fator determinante da paternidade, facilitando as soluções dos conflitos em prol dos interesses das crianças e a promoção de seu bem-estar social.

Com toda a dificuldade enfrentada no âmbito da paternidade socioafetiva, findou-se uma luta junto com cada indivíduo que busca através do afeto a real vontade de se construir uma família, independente de qual seja sua forma.

No atual contexto, é de suma importância que o legislador preencha as lacunas existentes no direito pátrio, utilizando-se da hermenêutica jurídica em favor dos interesses da criança, levando em consideração o afeto como princípio formador da família e efetivando o princípio da dignidade humana, respaldado no bem-estar de cada indivíduo.

REFERÊNCIAS

CASSETARI, C. **Multiparentalidade e parentalidade socioafetiva**. São Paulo: Atlas, 2015.

CESAR, C. C. F. **A vida das famílias e suas fases: desafios, mudanças e ajustes**. Instituto de Terapia de Família e Comunidade de Campinas, [s.d.]. Disponível em <<http://familia.med.br/imagens/file/A%20vida%20das%20familias%20e%20suas%20fases.pdf>>, acesso em 29/09/2018.

COULANGES, F. **A cidade antiga**. Tradução de Edson Bini. 3. ed. São Paulo: Edipro, 2001.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

DINIZ, M. H. **Curso de direito civil brasileiro: direito de família**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, vol. 5.

MACHADO, J. J. C. **Curso de direito de família**. Sergipe: UNIT, 2000.

MALUF, A. C. R. F. D. **Direito das Famílias: amor e bioética**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

OLIVEIRA, J. S. **Fundamentos constitucionais do direito de família**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

OLIVEIRA NETTO, J. **Dicionário jurídico universitário - terminologia jurídica e latim forense**. 4. ed. Leme/SP: EDIJUR, 2010.



ALIENAÇÃO PARENTAL: O MAL DO SÉCULO

Larissa da Rocha Polcaro, Thaina Favretto, Fabio Empke Vianna
e-mail: fvianna@aasp.org.br.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade abordar questões a respeito da alienação parental, fazendo uma breve análise do seu conceito e, principalmente suas reais consequências na vida da criança.

A justificativa para o estudo reside na importância que o tema está cada dia mais presente nas famílias, devido ao grande número de rompimentos conjugais, onde surgirá a questão da guarda dos filhos sendo esta disputada litigiosamente, dando espaço os atos da alienação parental, que podem permanecer por toda a vida.

Os atos da alienação parental causam consequências que é denominada Síndrome da Alienação Parental (SAP), considerada um transtorno psicológico com sequelas emocionais causadas pelo conflito dos pais, que nem ao menos sabem quão maléfico se torna na vida dos filhos.

Trata-se de uma interferência na formação psicológica da criança, sendo causada por um dos genitores, tendo assim ferido o direito fundamental, onde a mesma não constitui uma vida saudável.

A Alienação Parental aumentou significativamente nos últimos anos em consequência das separações litigiosas e conflitos no ambiente familiar que antes não era uma situação comum de ser encontrada.

Por ser um assunto recente no Brasil, existem profissionais e até mesmo os próprios pais que não estão por dentro do assunto, sendo necessária uma abrangência no meio social, destacando a grande importância de a criança ser acompanhada por um profissional da área da psicologia para um tratamento que seja contínuo.

Este trabalho destina-se aos pais, as crianças e até aos psicólogos jurídicos que acompanharão os casos que forem necessários.

O trabalho em questão tem como objetivo geral conhecer o conceito e as consequências da Alienação Parental, principalmente no que diz respeito à separação conjugal, onde tem início essa prática e apresenta como objetivos específicos:

conceituar família e trazer a sua transformação e espécies até os dias atuais, descrever a SAP apontando suas consequências psicológicas, mostrar a importante relação da guarda compartilhada com a alienação parental, sendo considerada uma forma de prevenção e mostrar quem tem autonomia para prevenir essa síndrome.

Vale ressaltar que o ato da alienação parental fere direito fundamental da criança e do adolescente de convivência familiar saudável, prejudica a realização de afeto nas relações com genitor e com o grupo familiar, constitui abuso moral contra a criança ou adolescente e descumprimento dos deveres inerentes à autoridade parental ou decorrentes de tutela e guarda. (art. 3º, 12.318/2010)

Evidencia-se aqui a alienação parental apenas quando da separação, entretanto, a mesma pode ocorrer também durante a vigência do casamento e da união estável, assim é valoroso frisar que mesmo sendo considerada a família lugar de afeto e respeito pode ser cenário de violência e desgaste emocional.

2 METODOLOGIA

Serão recolhidos dados para o trabalho em questão de artigos científicos, livros, leis e todos os outros meios que tiverem relação com o tema, pois atualmente existe uma necessidade de aprofundamento no tema, em razão das separações, para analisarmos as peculiaridades da alienação parental.

Haverá uma coleta de leituras de diversos autores que possuem envolvimento direto ou indireto com o assunto, para melhor apreciação e captação de dados.

Partindo do ponto de vista psicológico haverá pesquisas em autores que falem a respeito, até mesmo de psicólogos especializados em crianças para entendimento dos efeitos e sintomas que essa modalidade causa.

O método utilizado no presente artigo é o denominado dedutivo, pois partiremos de premissa que todos os princípios utilizados são reconhecidos como verdadeiros.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A priori, é importante destacar que a alienação parental cresceu demasiadamente com os números de rompimentos conjugais que vem acontecendo, após todas as transformações que a família sofreu.

Percebe-se claramente que o termo “família” evoluiu e vem evoluindo durante o tempo, não se relacionando mais a escravidão, mas a uma união natural, como aponta Aristóteles: “O ponto de partida da sociedade é a união natural do homem e da mulher, é a família!”

Segundo o parágrafo 4º do artigo 226 da Constituição Federal em vigor (1988), aponta e reforça o ponto de vista acima: “Família é um grupo de pessoas ligadas entre si por relações de pessoais e patrimoniais resultantes de casamento, da união estável e do parentesco”.

É conhecida como forma de violência psicológica por meio do artigo 4º, II, “b”, da lei nº 13.431/2017, garantindo os direitos da criança e do adolescente que são vítimas ou testemunhas dessa violência, é uma temática que roga por cautela, pois sua efetiva realização tem causado danos irreversíveis aos prejudicados.

Essa atitude de afastar a criança do genitor que não detenha a guarda é sempre feita por quem está convivendo com a criança todos os dias, na maioria das vezes a mãe, mas nada impede que possa incidir em qualquer um dos genitores. De uma forma mais abrangente não se limita somente a mãe por na maioria das vezes ficar com a criança, mas também envolve outros cuidadores podendo ser o pai, ou o novo companheiro de ambos, levando o efeito frente aos avós, tios, madrinhas/padrinhos e até entre irmãos. (LOBO, 2015)

Depois de efetivada a separação do casal, apenas um dos genitores ficará com a guarda do menor, sendo assim o ex-consorte não guardião passará a ter apenas o direito de visita, não sendo esta apenas um contato físico aos finais de semana, mas sim uma participação no crescimento e na educação do menor, facilitando assim a não separação do genitor e seu filho, pois a criança ou adolescente não tem culpa se o casamento dos pais não deu certo, não devendo os mesmos arcar com prejuízos, que é a saudade da convivência junto com o não guardião.

Ocorre que na maioria dos casos, o direito de visita imposto pelo juiz é atravancado pelo cônjuge guardião, não atendendo aos interesses e as necessidades do genitor e principalmente do menor.

Dias (2013) aponta:

O filho é utilizado como instrumento da agressividade, sendo induzido a odiar o outro genitor. Trata-se da verdadeira campanha de desmoralização. A criança é levada a afastar-se de quem ama e de quem também a ama. (DIAS, Berenice Maria, 2013, p. 472)

Levando em consideração todo aludido sobre a alienação parental é importante ressaltar que esse ato fere direito fundamental da criança e do adolescente de convivência familiar saudável, prejudica a realização de afeto nas relações com genitor e com o grupo familiar, constitui abuso moral contra a criança ou adolescente e descumprimento dos deveres inerentes à autoridade parental ou decorrentes de tutela e guarda. (art.3º, 12.318/2010)

Medidas judiciais para combater a alienação parental, consistem em apresentar um laudo contendo a real ocorrência da alienação, em até 90 dias, se comprovada o processo passa a ter urgência e o juiz determinara prioridade no andamento, assim como as medidas provisórias, tendo como objetivo preservar a integridade da psicológica da criança, tendo como punições acerca do alienador vão desde uma advertência até a ampliação do regime de convivência em favor do genitor alienado, além de multa ao alienador, determinação de acompanhamento psicológico, alteração de guarda e suspensão da autoridade parental.

Nota-se em números que os casamentos vêm diminuindo a cada dia, em 2016 foram registrados 1.095.535 casamentos no país, quase 42 mil matrimônios a menos que os registrados em 2015. Por outro lado, as separações totalizaram 344.526 em 2016 e 1ª instância ou por escrituras extrajudiciais, isso significa um aumento de 4,7% frente aos 328.960 divórcios registrados em 2015, segundo as estatísticas do registro civil 2016 publicada pelo instituto brasileiro de geografia e estatística.

Assim, nota-se que com as transformações que a família passou até chegar às atuais, frisa-se o imenso número de rompimentos, dando ensejo as ações onde discutira a guarda dos filhos, ensejando a alienação parental.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a temática abordada aqui é muito complexa, pois faz-se uma análise sobre a família, partindo do ponto de vista que com as transformações ocorridas na família aumentou o número de separações conjugais, dando ensejo a alienação parental quando há disputa da guarda.

Vale ressaltar que o direito de família no que trata sobre a guarda dos filhos menores, deve ter uma ligação com a psicologia, justamente para os casos de

alienação parental, podendo evitar que seja concretizado esses atos, dando o suporte necessário para a criança.

Devido às transformações que a família sofreu, deixando o patriarcalismo de lado e dando lugar ao afeto, ainda encontra preconceitos com a nova realidade, pois não há mais uma forma padrão de constituir família, sendo esta formada por um só dos pais, ou com avós, tios e etc.

Quando o assunto envolve separação dos pais é difícil uma aceitação serena, desse modo, não aceitando o fim do relacionamento, se revoltam e usam os filhos como forma de vingança.

Dessa forma, o que resta é o desencadeamento da alienação parental, que traz consigo consequências sérias que causam a síndrome da alienação parental, presente em muitos casos, porém, inobservada, sendo cada vez um tema mais frequente, tornando-se necessário a realização de campanhas que busquem soluções para esta problemática, que só tem uma única finalidade; desestabilizar a criança seja emocionalmente ou psicologicamente.

A alienação parental acarreta consequências negativas na vida da criança, pois o genitor causador não se dá conta do mal que está fazendo para o desenvolvimento saudável do seu próprio filho, criando falsas memórias e constituindo traumas que pode ser levado por toda a vida pela imaturidade da criança ao trabalhar sobre o assunto. É nesse caso que se faz necessário a intervenção do psicólogo jurídico quanto aos que foram vítimas dessa “tragédia”, não deixando que se alargue essas consequências, tendo uma visão psicológica sobre todos os males causados nessa criança e nesse adolescente, revertendo o quadro assim que possível, para que a criança possa ter novamente o contato com o genitor que fora vítima desse mal.

Embora seja um assunto de pouca divulgação, existem inúmeras pesquisas a respeito, sendo importante que sempre haja uma continuidade sobre o assunto, pois, muitos pais desconhecem que tendo certas atitudes estarão diante dos atos da alienação parental, podendo prejudicar cada vez mais os filhos.

Assim sendo, é de se esperar que o presente trabalho contribua de alguma forma para que chegue ao conhecimento de todos, que não importa o tipo de família que constituísteis, a alienação deve ser sempre evitada, e ela esta cada vez mais presente na vida das crianças que só possuem o desejo de ter o convívio de pai e mãe,

mesmo após o rompimento do matrimônio, causando uma imensa tristeza que somente com a atuação do psicólogo jurídico no caso, possam enfrentar juntos, esta triste realidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Alienação parental**: o que a justiça pode fazer? Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/80167-alienacao-parental-o-que-a-justica-pode-fazer>> Acesso em 04 nov.2018

FONSECA, P. M. P. C. **Síndrome da Alienação Parental**. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/32874-40890-1-PB.pdf>> Acesso em: 13 out. 2018.

GAGLIANO, P. S.; PAMPLONA FILHO, R. **Novo curso de direito civil**. Direito de Família. As famílias em perspectiva constitucional. 5. ed. Ed saraiva 2015.

IBGE: **Divorcios sobem, casamentos caem e brasileiro tem menos filho**. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/brasil/ibge-divorcios-sobem-casamentos-caem-e-brasileiro-tem-menos-filhos-14112017>> Acesso em: 04 nov. 2018

SHINE, S. K. Alienacao parental. O monstro do rancor e da vingança – **IBDFAM Revista**- edição 32, abril/maio 2017. Disponível em: <[TRINDADE, J. **Manual de Psicologia Jurídica para operadores do direito**. 5 ed. Ed. Livraria dos advogados, 2011.](https://mailattachment.googleusercontent.com/attachment/u/0/?ui=2&ik=5ba77bacdb&view=att&th=1623f64c766de3b6&attid=0.5&disp=inline&realattid=f_jeyiu3lh4&safe=1&w&sadbat=ANGjdJ84CyBDu_6W136ysd1DWF04KdBISVy3JIO81P3u3cjtF5joM_JlnpZL4a1uA1itQjhzSyE1XBSyhG2Mk7FCrVj8FYXLbafyN8nJrQmfa6Om2rAKDLsUEvbg3Y0efodwhRkqNTn4kVjfsCYJo3sZZH7S7ibHFbd6HLynl2npc7CLhhIC1S1VccOSZraqpxzAX97N5jWtThwOlp53V4OfempCrzZxXh2t5tC0QVuONiU3MpbWJC81kbLsqe54tn0Rox1z1rr9AwXEVC9IFNEv6S_QZiFhHBjJbaP6ggKNYbnWmxDSFCzakyIJ5oQe7xpbk_8Ubp2CYplEFISUb0mrRupVcvv_4GlfnYhF5kopFI915qH5L7tdKgKX9DAI0UeqOZpa8loQHZTu0yfUV6LampCPU_XZ61RkP2q2oAq8aY7bruce3HAGJ3kDN2wZdLJd79VCDO1__vdotpB8GFTwttl_jax2c0sp9pfmfNhy4Wz_72orlJ6fKl28JhOCzYxcxbovuRsqGif1UjHeF7DG7029jr4_K__cBMfVm9jf320ta5TMF316UFYIz6qQalfz4avCASm6MlnYQXappAKpcGAhg p3aLHXZ_WEkG7V4reE_9ofuxpUkT8></p></div><div data-bbox=)

AMAZON: TUDO PARA TODOS, COMO VENDER COM AS ESTRATÉGIAS DE MARKETING DIGITAL

Caroline Reis, Karina Dinhane, Octávio Vinícius, Paulo F. N. Afonso,
e-mail: carolinemarques49@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Com o fenômeno da internet e o rápido avanço da Revolução da Informação, pode-se afirmar que as empresas aliam o seu potencial tecnológico a estratégias nos processos de marketing, para melhorias da eficiência e eficácia nos objetivos (TOLEDO, NAKAGAWA E YAMASHITA, 2008).

Com maior facilidade o cliente assume um papel cada vez mais ativo em sua avaliação ou definição dos produtos. Isso leva as empresas a se adequarem para fidelizar esse cliente. No entanto para Junior e Cormier (2000), o simples fato de haver algumas vendas bem-sucedidas não pode assegurar que o consumidor tenha uma relação de fidelidade com a marca.

Para Kothler (2017) um exemplo destacado pelos profissionais de marketing é a Amazon, aprendendo a como direcionar consumidores aos seus canais de venda pelas mídias tradicionais e digitais.

É importante analisar o marketing como ferramenta essencial na sedimentação e melhorarias no desenvolvimento da empresa e sua relação com o cliente. Assim, criou-se uma empresa forte, competitiva e bem posicionada no mercado, como o caso do império Amazon. Fundada em 1994 por Jeff Bezos (ex-analista de Wall Street) em sua garagem, tinha como objetivo inicial vender livros pela internet. Na época era algo inovador e para isso os pedidos eram feitos totalmente online, possuía diversidade de livros por conta de parcerias desenvolvidas.

Contudo, a empresa que inicialmente vendia livros pela internet – pioneira no e-commerce. Hoje, tornou-se exemplo em estudos de marketing bem-sucedido e inovações no âmbito digital. Depois de comercializar outros produtos, em 2000 a empresa deu um salto quando lançou um Marketplace, a venda de produtos de terceiros, tais como pequenos empreendedores. Assim, revolucionou o mercado e-commerce.

O objetivo deste estudo é analisar como as estratégias de marketing digital utilizadas por Jeff Bezos possibilitaram o império Amazon tais conquistas do mercado brasileiro e avanços da empresa. Adotou-se por um estudo de caso, no qual, pesquisa e analisa sobre a história da empresa, suas estratégias, lucros e avanços.

2 METODOLOGIA

Por ser um exemplo nos estudos sobre marketing digital e posicionamento de marca bem-sucedido, a empresa Amazon foi utilizada como objeto de análise neste projeto. Com isso, através das estratégias e técnicas podemos identificar como a marca se tornou uma das empresas mais valiosas no mercado. Para a realização deste projeto utilizamos artigos, livros e sites como base para fundamentar a história da empresa e suas técnicas discutindo a importância de um bom marketing digital.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por ser pioneira na utilização de estratégias de negócios e marketing digital, e nos anos 2000, a Amazon está em constante inovação, agregando as técnicas e ao avanço das tecnologias ferramentas que melhoram a interação do consumidor com o site, lojas físicas e outros produtos.

Além disso, foi o primeiro site de e-commerce a adicionar a compra de *um clique* – ferramenta que permite cadastrar um cartão de crédito no site para não ter que digitar informações novamente.

Outra inovação, em 2006 foi o lançamento da AWS (Amazon Web Services) que é um serviço de armazenamento na nuvem da empresa, em que os dados são guardados e processados remotamente, como o Google Drive da Google e o iCloud da Apple. Esse serviço revelou em 2018 um grande negócio, gerando 55% de lucro e 20% de receita da empresa.

Em 2007, houve o lançamento do Kindle, que é um leitor de livros digitais (e-books) da própria marca. Hoje, o aparelho está em sua oitava geração. Contudo, há também a Amazon Prime Vídeo, um serviço de streaming parecido com a Netflix, com filmes, séries, documentários e títulos próprios mediante assinatura mensal.

Em 2015, a inauguração da primeira livraria física, em Seattle, nos Estados Unidos e posteriormente lançamento de uma proposta novamente inovadora: a

Amazon Go – semelhante a um supermercado se diferenciando por não possuir caixas e funcionários. O estabelecimento utiliza sensores que detectam os clientes e o que eles pegaram nas prateleiras, finalizando o pagamento por aplicativo.

Na questão lucrativa em apenas três meses no ar, já faturava cerca de US\$ 20 mil por semana. Em 2016, a empresa obteve lucro de US\$2,37 bilhões, quase quatro vezes maior que em 2015, com US\$595 milhões. Em 2017, as ações dispararam e o patrimônio de Bezos aumentou para US\$10.3 bilhões, tornando-o o homem mais rico do mundo, já que a Amazon está presente em 190 países. Em 2018, atingiu US\$1 trilhão em valor de mercado. Nos últimos meses obteve um crescimento simbólico, chegando a dobrar seu preço em menos de um ano (Figura 1).

Figura 1 – Números da Amazon



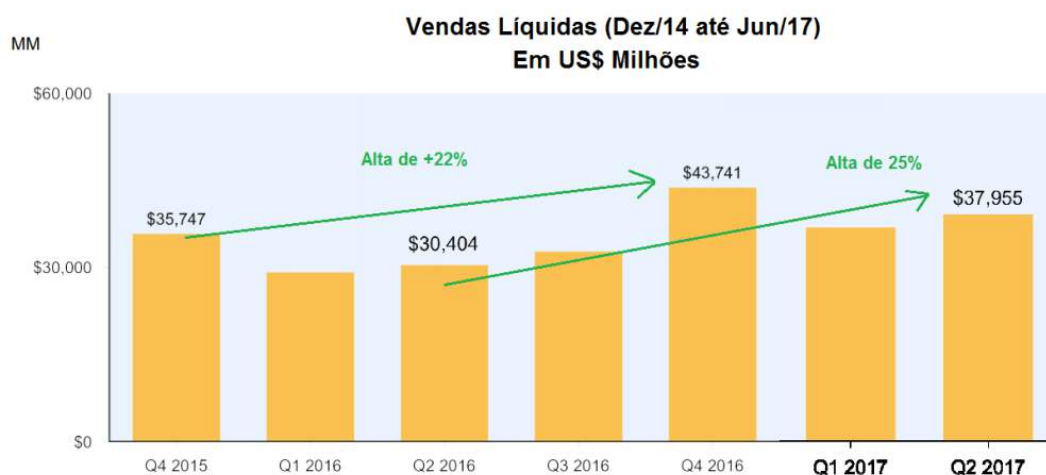
Fonte: GRÁFICO AMAZON (2018).

No prazo de 12 meses, a empresa obtém um crescimento exponencial de 25% das vendas e mesmo expandindo suas operações para outros países, a distribuição do seu faturamento é sustentada pelos Estados Unidos (Figura 2).

Entretanto, atualmente é a 24ª maior empresa em valor de mercado nos EUA, tendo um total no valor de mercado de 165 milhões de dólares. É uma das marcas que mais cresce nos últimos anos com sua tática de expansão agressiva.

Como a maioria das startups, ela é o tipo que cresce de forma exponencial, mas que necessita de um período para isso, ou seja, o fato dela crescer não tange seus lucros.

Figura 2 – Vendas líquidas (dez/14 até Jun/17), US\$ milhões



Fonte: AMAZON (2017).

Diante disso, as vendas realizadas por ela correspondem a 43% de todas as vendas online nos Estados Unidos, isto é, quase metade do que é consumido pela internet no país é pela Amazon. Antes, o que era apenas uma simples livraria virtual. Hoje, é considerada a “Loja de Tudo” sendo uma das mais conhecidas mundialmente, comercializando vestuário, utensílios para casa, tecnologia e alimentos. “Qualquer coisa que você possa imaginar, a Amazon tem”.

O segredo do sucesso da Amazon foi a disposição de investir em novas tecnologias da internet para tornar a compra online mais rápida, fáceis e gratificante para seus clientes. (KOTLER, 2012).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os processos da marca de utilizar estratégias como design, usabilidade, retargeting e marketing direto viabilizando a loja virtual, o fluxo de

compras, impactar os clientes em potencial e trabalhar com ofertas relâmpagos. E assim, analisar os artigos sobre marketing digital e o sucesso que essas técnicas podem gerar, concluímos que a empresa Amazon é líder e exemplo para estudos incentivando outras marcas a obterem sucesso.

Considerando assim que esse império é fundamental para entendermos como uma empresa pode empreender e ter um bom rendimento desde o começo, para qualquer área se seguir as etapas envolvidas no marketing. Com isso, entende-se que as inovações tecnológicas possibilitam cada vez mais a criação de ferramentas que facilitam a relação do consumidor com as empresas online.

REFERÊNCIAS

AMAZON. **Gráfico Amazon**. 2018. Disponível em: <<https://news.comschool.com.br/amazon-no-brasil/grafico-amazon-pagina-27> >. Acesso em: 10 out. 2018.

AMAZON. **Gigante por fora, pequena por dentro**. 2017. Disponível em:<<http://taurusacademy.com.br/hora-do-grafico-amazon-rock-contra-varejo-diesel-this-is-brazil/> > Acesso em: 12 out. 2018.

ARAUJO JÚNIOR, R. H.; JEANNE CORMIER, P. M. Inteligência em marketing: o marketing de permissão como ferramenta para a distribuição de clientes. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v.23/24, n. 4, p. 527-544, 1999/2000. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000002527&dd1 =84 ae1>. Acesso em 19 jan. 2015

KOTHLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de Marketing**. Edição 14. Ano 2012.

MORAES, T. Como vender mais com as estratégias da Amazon. 2014. Disponível em: <https://agenciaeplus.com.br/vender-mais-estrategias-amazon/>. Acesso em 10 out. 2018.

TOLEDO, G. L.; NAKAGAWA, M. H.; YAMASHITA, S. S. O Composto de Marketing no contexto estratégico da internet. *Revista de Administração Mackenzie*, Ano 3, n. 1, p. 33-78. Disponível em: <<http://www.editorarevistas.mackenzie.br/index.php/RAM/article/view/18>. Acesso em 8 out. 2018.

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA LOGO DO MC DONALD'S

Ana Paula de Oliveira Parra, Bruno Gustavo Storion, Graziela Oliveira da Cruz, Paulo Fernando do Nascimento Afonso, e-mail: afonso@conector.com.br.

1 INTRODUÇÃO

A empresa foi fundada em 1937 por dois irmãos, Richad e Maurice McDonald. O McDonald's no início tratava-se de um restaurante Drive-In, no qual os pedidos eram realizados e entregues nos carros e o consumo feito dentro do próprio automóvel. Com o passar do tempo à ideologia do restaurante começou a mudar, o que refletiu em uma revolução, no qual os talheres foram substituídos por embalagens descartáveis, o atendimento começou a ser feito na boca do caixa, e os pedidos retirados ali mesmo.

Outra alteração foi a do cardápio, que ficou com um aspecto mais “limpo”, a variedade foi deixada de lado dando espaço para poucas opções de prato (geralmente não passavam de dez opções). O modo de trabalhar foi otimizado e se tornou referência de sistema de produção. Esta agilidade fez com que o McDonald's se tornasse o pioneiro em fastfood e também a maior referência até os dias atuais.

No ano de 1953 os negócios começaram a expandir e o restaurante abriu sua primeira franquia na cidade de Phoenix, que foi o primeiro restaurante a adotar os famosos Arcos Dourados em sua arquitetura, algo que posteriormente foi adotada como o logo da marca e um símbolo reconhecido imediatamente pelo público. No mesmo ano mais três franquias foram inauguradas.

A história toma um novo rumo no ano seguinte, em 1954, quando Ray Kroc (um vendedor de artigos para restaurantes) ficou radiante com o restaurante e seu sistema, até então único de fastfood. Com o tempo, Ray, se aproxima dos irmãos até conseguir um aval para inaugurar novas franquias. Após a aprovação não tão favorável dos irmãos, Ray parte para Chicago com a ideia de fundar ainda mais franquias.

Com o crescimento repentino das franquias de Ray, no ano de 1958 o McDonald's completou a marca de cem milhões de hambúrgueres vendidos e com o passar de uma década, já contava com mais de mil filiais, assim abrindo novos horizontes para expandir além dos Estados Unidos. Nos dias atuais a empresa conta com mais de trinta e três mil filiais e está presente em cento e dezenove países.

Com uma grande história, a empresa nos inspirou a realizar uma análise da evolução da logo do McDonald's, para contextualizar cada logo ao momento que a empresa viveu e entender decisões tomadas para chegar até logo utilizada atualmente, que é reconhecida com tamanha facilidade, tendo como objetivo afirmar a importância que o valor da marca representa às empresas, bem como a necessidade de uma análise minuciosa antes da criação.

2 METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão bibliográfica narrativa referente à evolução da logo do McDonald's. Avaliamos a evolução, desde a criação da marca, até a presente data. O objetivo é concatenar o valor da marca com a evolução da logo do Mc Donald's. Todo projeto foi construído através de pesquisas em artigos, teses, sites, e também no filme "Fome de Poder". Para o aprofundamento no assunto, buscamos o autor David A. Aaker, um autor norte americano e professor de marketing que aborda temas como o Branding e a importância de se atribuir valores a uma marca.

Para fazer a avaliação, nos baseamos no livro "Marcas: Brand Equity, gerenciando o valor da marca" de David Aaker, o livro foi publicado no ano de 1991 e traz questões importantes que são consideradas atuais até nos dias presentes.

Um tema que devemos explicar para compreender o sucesso da marca McDonald's, é entender o que é o valor de uma marca. Para Aaker o valor se baseia em *premiumprice* (preços premium) e o impacto do nome na preferência dos consumidores. De forma resumida, os valores da marca são

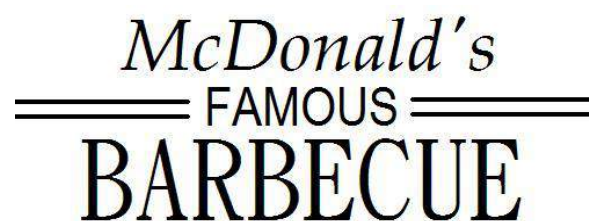
Os ativos do brandequity, tais como o conhecimento do nome, a qualidade percebida, as associações e a lealdade, têm, todos, o potencial de proporcionar um posicionamento de *premiumprice*. A receita extra resultante pode ser usada (por exemplo) para aumentar os lucros, ou para reinvestir na criação de mais valor. (AAKER, 2005, p.23)

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Podemos perceber que o minimalismo se tornou aliado do McDonald's, afinal toda a identidade visual que lhe é veiculada atualmente tem a essência de "menos é mais" e podemos analisar isso em sua logo e também em toda identidade visual e branding.

Nos anos iniciais do restaurante a identidade visual não tinha tanta preocupação em ser algo simples, o ideal era o cliente compreender que ali era um restaurante. Podemos acompanhar isso com a logo utilizada na década de 40, que possuía o nome do restaurante e o slogan “FamousBarbecue” e alguns adornos (até essa época o restaurante não era especializado em hambúrgueres) (Figura 1).

Figura 1 – Logo Mc Donald’s 1940 - 1948



PORTAL DO MARKETING NET, 2014

A partir de 1948, a marca começa a relacionar o nome McDonald’s à produção de hambúrgueres, nessa nova logo podemos perceber a introdução de uma mascote e o novo slogan “Famous Hamburgers, Buy’embythe bag” que estava associada ao processo de transição do uso de talheres por embalagens descartáveis (Figura 2).

Figura 2 – Logo Mc Donald 1948 - 1953



PORTAL DO MARKETING NET, 2014

Com a ascensão da marca McDonald’s e a inauguração de inúmeras filiais, o restaurante se torna presente em todo o país. A logo utilizada de 1953 a 1962 representa esse sucesso eminente do restaurante, trazendo o novo slogan “Coast to Coast” o que simboliza a evolução, já que como o slogan, a marca estava presente de costa a costa do país (Figura 3).

Figura 3 – Logo McDonald's 1953 - 1962



PORTAL DO MARKETING NET, 2014

Já na década de 60 foi incorporado na logo os famosos arcos dourados, que eram o símbolo da arquitetura dos restaurantes. Já a partir da Logo de 1962 foram derivadas as demais, que são utilizadas até hoje (Figura 4).

Figura 4 – Logos McDonald's "Arcos Dourados" 1960 - 2006



PORTAL DO MARKETING NET, 2014

Atualmente o restaurante abriu mão da utilização do nome McDonald's em sua logo, pois esta evolução na identidade visual e a adoção de uma logo minimalista representa o legado da marca, já que mesmo sem o nome na logo, e utilizando apenas os arcos dourados, ela é facilmente reconhecida, sendo logo associada a rede de fastfood (Figura 5).

Figura 5 – Logo McDonald's 2006 – Atualmente



PORTAL DO MARKETING NET, 2014

Concluimos com essa pesquisa que com a evolução da logo do McDonald's, através de maneira visual representa o valor da marca, onde a logo se tornou símbolo da qualidade percebida pelo consumidor e pratica os preços premium, onde parte de sua renda é destinada para mais reconhecimento de marca, tornando-se uma marca sólida e uma logo altamente reconhecida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O McDonald's assim como outras empresas, "migrou" ao longo do tempo em busca de uma identidade visual e uma forma simples de reconhecimento. Hoje conseguiu se tornar um fenômeno mundial, apesar de ter grandes concorrentes. Essas mudanças fazem parte do processo de aceitação/aprovação do público e no caso da empresa deu muito certo, pois é a rede de fastfood mais querida e popular.

Quando surgem lançamentos, os objetivos do McDonald's possuem alcance e envolvimento muito rápido do público. O fortalecimento da empresa foi caminhando juntamente com as publicidades abrangendo o público infantil e hoje é reconhecido por apenas uma inicial.

REFERÊNCIAS

AAKER, A. D. **Marcas Brand Equity: Gerenciando o Valor da Marca**. 10ª Edição. Editora Negócio, 1991, 309 páginas.

GOOGLE. **24 Propagandas criativas do MC Donald's. Criatives**, 2012. Disponível em: <<https://www.google.com/amp/www.criatives.com.br/2012/06/24-propagandas-criativas-do-mc-donalds/amp/>>. Acesso em: 03 de outubro de 2018.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

MCDONALD'S. **Mundo das marcas.** 2014. Disponível em: <<http://mundodasmarcas.blogspot.com/2006/05/mcdonalds-inveno-do-fast-food.html?m=1>>. Acesso em: 03 de outubro de 2018.

PORTAL DO MARKETING NET. **A evolução das marcas e logotipos- McDonald's.** 2014. Disponível em: <<http://www.portaldomarketing.net.br/a-evolucao-das-marcas-e-logotipos-01-mcdonalds/>>. Acesso em: 03 de outubro de 2018.



ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO SETOR SUPERMERCADISTA

Alysson Taduvi Camargo Fuentes, Carolina da Silva, João Vitor Romachelli,
Tiago Rogério Ortolani, e-mail: caahsilva.28@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

Segundo Matarazzo (2010), através de regras contábeis vigentes em determinado momento, são elaboradas as demonstrações contábeis com o objetivo de fornecer dados sobre as organizações e a partir da análise das demonstrações contábeis transformar esses dados em informações para os usuários.

De acordo com Assaf Neto (2012), a análise das demonstrações contábeis tem como objetivo retratar com base nas informações, a situação econômica, financeira e patrimonial da organização, as causas que levaram sua evolução e as tendências futuras, ou seja, extraem informações sobre o passado e presente e projetam o futuro da organização.

A análise das demonstrações contábeis possuem informações que auxiliam seus usuários a identificar as deficiências e então aplicar ações para melhorar o desempenho da organização, de forma a serem analisados, comparados e interpretados, informando os dados necessários para obter um diagnóstico sobre a situação econômica, financeira e patrimonial da organização em determinado período.

Este projeto de pesquisa tem como objetivo identificar a importância da Análise das Demonstrações Contábeis, bem como analisar o desempenho econômico, financeiro e patrimonial das empresas Atacadão S.A. e Companhia Brasileira de Distribuição, nos exercícios de 2015 a 2017, por meio do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado do Exercício, aplicando os índices de liquidez, estrutura patrimonial, rentabilidade e atividade.

2 METODOLOGIA

Este projeto de pesquisa é classificado como estudo de caso, utilizando como base as demonstrações contábeis das empresas Atacadão S.A. e Companhia Brasileira de Distribuição, dos exercícios de 2015 a 2017, aplicando os índices de liquidez, estrutura patrimonial, rentabilidade e atividade.

Além disso, este projeto contempla duas pesquisas: a bibliográfica e a documental. A bibliográfica serve como suporte para a fundamentação teórica, e que se embasam em autores e pesquisas já estudadas e comprovadas anteriormente, através de livros, artigos e documentos. A documental é utilizada no desenvolvimento do projeto, para obtenção de dados, tais como as demonstrações contábeis publicadas na internet, disponíveis no site da BM&F Bovespa, tornando acessível sua consulta.

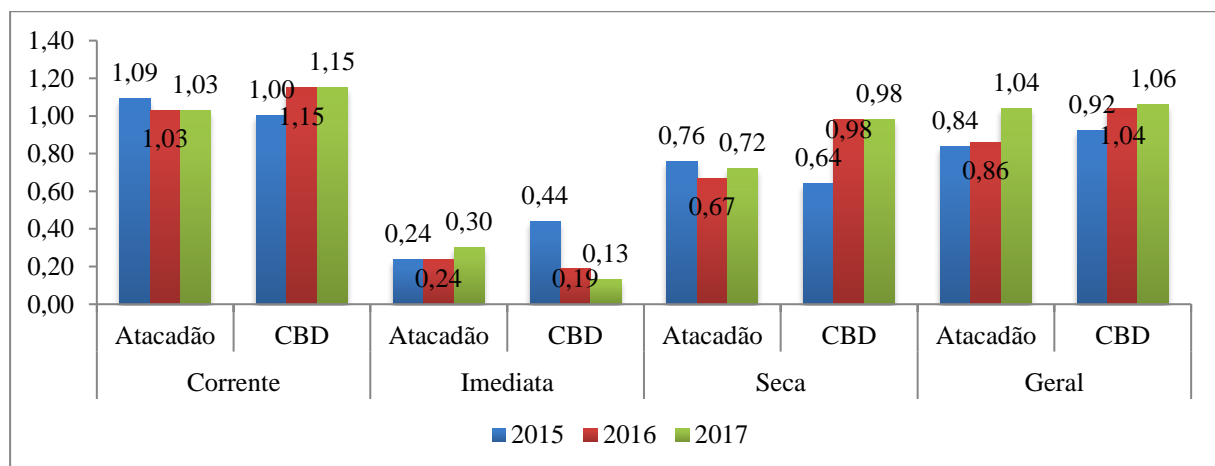
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Índices de liquidez

Os índices de liquidez são utilizados para demonstrar se a empresa está apta para saldar suas dívidas, sua capacidade de pagamento pode ser avaliada, levando em consideração longo prazo, curto prazo e prazo imediato (MARION, 2012).

A interpretação dos índices de liquidez se dá na forma de quanto maior, melhor. Para a referida análise, os seguintes índices são apresentados: liquidez corrente; liquidez imediata; liquidez seca e liquidez geral.

Gráfico 1 - Índices de liquidez



Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Através do índice de liquidez corrente, o Atacadão vem apresentando uma diminuição ao longo dos anos, passando de R\$ 1,09 em 2015 para R\$ 1,03 nos anos de 2016 e 2017. Já a CBD vem apresentando um aumento ao longo dos anos, passando de R\$ 1,00 em 2015 para R\$ 1,15 nos anos de 2016 e 2017. Ambas as

empresas apresentam situação favorável para a liquidação das obrigações a curto prazo.

De acordo com o índice de liquidez imediata, o Atacadão e a CBD não possuem capacidade financeira para saldar suas obrigações entre os anos de 2015 a 2017. O Atacadão passou de R\$ 0,24 nos anos de 2015 e 2016 para R\$ 0,30 em 2017, enquanto a CBD apresentou seu melhor resultado em 2015 com R\$ 0,44 e seu pior resultado em 2017 com R\$ 0,13, a cada R\$ 1,00 devedor.

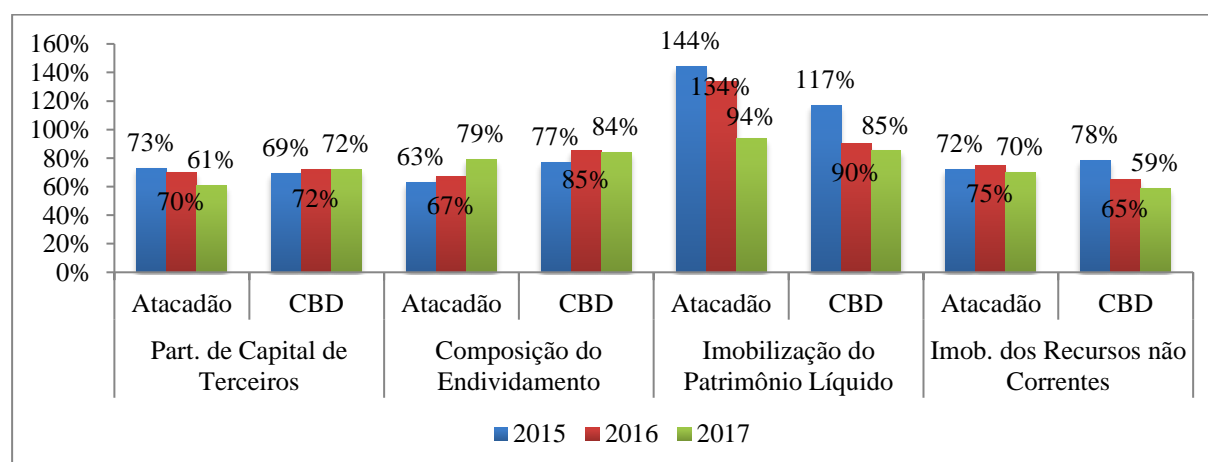
Através do índice de liquidez seca, o Atacadão e a CBD dependem da venda de seus estoques para liquidar suas dívidas a curto prazo. O Atacadão apresentou seu melhor resultado em 2015 com R\$ 0,76 e seu pior resultado em 2016 com R\$ 0,67, enquanto a CBD apresentou seu melhor resultado nos anos de 2016 e 2017 com R\$ 0,98, a cada R\$ 1,00 devedor.

Conforme o índice de liquidez geral, a capacidade financeira do Atacadão em liquidar suas obrigações a curto e longo prazo é satisfatória somente em 2017 com R\$ 1,04, a cada R\$ 1,00 devedor, já a CBD vem apresentando resultados satisfatórios a partir de 2016 com R\$ 1,04 passando para R\$ 1,06 em 2017, a cada R\$ 1,00 devedor.

3.2 Índices de estrutura patrimonial

Os índices de estrutura patrimonial revelam as fontes de financiamento das empresas, entre capital próprio e capital de terceiros, demonstrando sua dependência em relação aos recursos de terceiros (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2018).

Gráfico 2 - Índices de estrutura patrimonial



Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

A interpretação dos índices de estrutura patrimonial se dá na forma de quanto menor, melhor. Para a referida análise, os seguintes índices são apresentados: participação de capital de terceiros; composição do endividamento; imobilização do patrimônio líquido e imobilização dos recursos não correntes.

Através do índice de participação de capital de terceiros, o Atacadão apresentou seu pior resultado em 2015 com 73% e seu melhor resultado em 2017 com 61%, já a CBD vem apresentando um aumento ao longo dos anos, passando de 69% em 2015 para 72% nos anos de 2016 e 2017. Ambas as empresas operam com capitais de terceiros em proporção maior do que com capitais próprios.

Segundo o índice de composição do endividamento, o Atacadão vem apresentando um aumento ao longo dos anos, passando de 63% em 2015 para 79% em 2017, já a CBD apresentou seu melhor resultado em 2015 com 77% e seu pior resultado em 2016 com 85%. Ambas as empresas operam com obrigações a curto prazo em proporção maior do que com obrigações a longo prazo.

De acordo com o índice de imobilização do patrimônio líquido, ambas as empresas vêm apresentando uma diminuição ao longo dos anos, a cada R\$ 1,00 de recursos próprios o Atacadão tem investido em ativos permanentes R\$ 1,44 em 2015 passando para R\$ 0,94 em 2017, enquanto a CBD tem investido em ativos de menor liquidez R\$ 1,17 em 2015 passando para R\$ 0,85 em 2017, a cada R\$ 1,00 de recursos próprios.

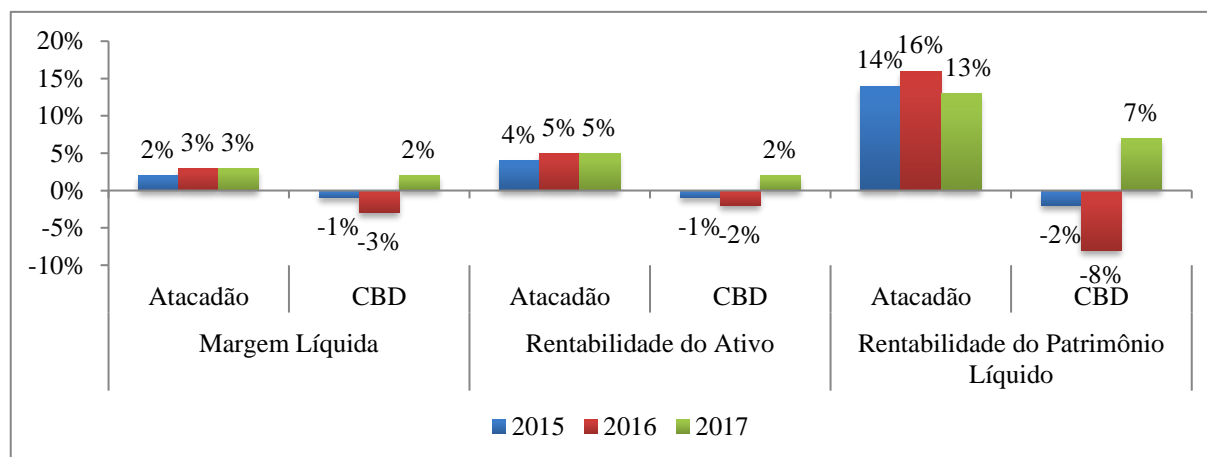
Conforme o índice de imobilização dos recursos não correntes, o Atacadão apresentou seu pior resultado em 2016 com R\$ 0,75 e a CBD em 2015 com R\$ 0,78, no entanto ambas as empresas apresentaram seus melhores resultados em 2017, o Atacadão com R\$ 0,70 e a CBD com R\$ 0,59, a cada R\$ 1,00 de recursos próprios e de terceiros a longo prazo investido em ativos permanentes.

3.3 Índices de rentabilidade

Os índices de rentabilidade são responsáveis por demonstrar qual será a lucratividade dos capitais investidos e quanto eles rendem, sendo assim evidencia o grau de sucesso econômico da empresa (MATARAZZO, 2010).

A interpretação dos índices de rentabilidade se dá na forma de quanto maior, melhor. Para a referida análise, os seguintes índices são apresentados: margem líquida; rentabilidade do ativo e rentabilidade do patrimônio líquido.

Gráfico 3 - Índices de rentabilidade



Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Através do índice da margem líquida, o Atacadão passou de 2% em 2015 para 3% nos anos de 2016 e 2017, enquanto a CBD passou de resultados negativos nos anos de 2015 e 2016 para resultados positivos em 2017, apurando um lucro líquido de 2% sobre as vendas. Apesar de pequeno, ambas as empresas vêm apresentando uma melhora ao longo dos anos.

Conforme o índice de rentabilidade do ativo, a capacidade do Atacadão em transformar seus ativos em lucro vem apresentando uma melhora ao longo dos anos, passando de R\$ 0,04 em 2015 para R\$ 0,05 nos anos de 2016 e 2017, a cada R\$ 1,00 investido, enquanto a CBD passou de resultados negativos de -R\$ 0,01 e -R\$ 0,02 nos anos de 2015 e 2016, para resultados positivos de R\$ 0,02 em 2017, a cada R\$ 1,00 investido.

Através do índice de rentabilidade do patrimônio líquido, em 2016 o Atacadão apresentou seu melhor retorno aos acionistas, a cada R\$ 1,00 investido tem de retorno R\$ 0,16, enquanto a CBD apresentou seu pior retorno aos acionistas, a cada R\$ 1,00 investido tem de retorno -R\$ 0,08. Em 2017 a situação é contrária, o Atacadão apresentou seu pior resultado, a cada R\$ 1,00 investido tem de retorno R\$ 0,13,

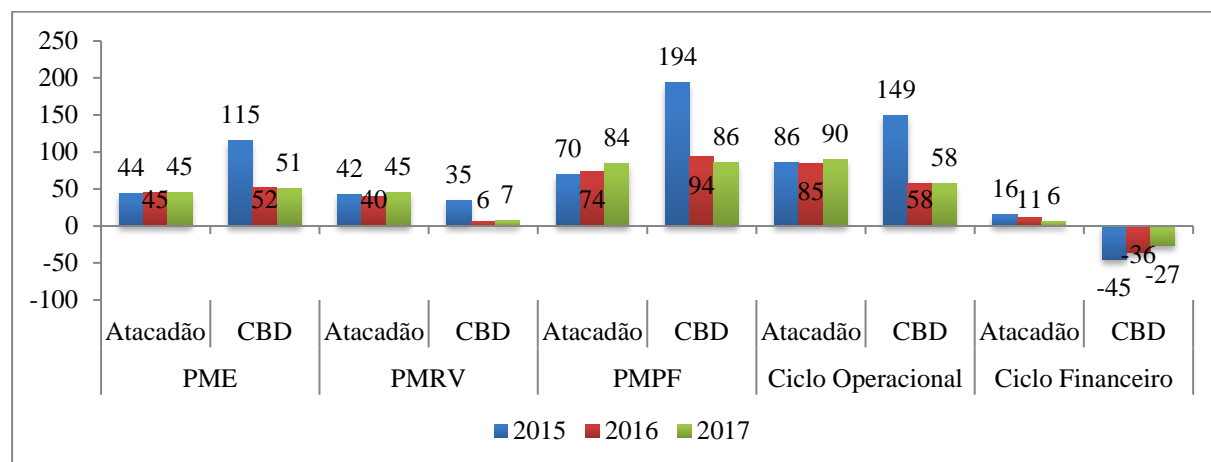
enquanto a CBD apresentou seu melhor resultado, a cada R\$ 1,00 investido tem de retorno R\$ 0,07.

3.4 Índices de atividade

Segundo Martins, Miranda e Diniz (2018 apud ASSAF NETO, 2015) os índices de atividade também conhecidos como índices do ciclo operacional fornecem uma análise do desempenho operacional da empresa e suas necessidades de investimento. A partir dos prazos médios é possível identificar o ciclo operacional e de caixa da empresa.

Para a referida análise, os seguintes índices são apresentados: prazo médio de estocagem; prazo médio de recebimento das vendas; prazo médio de pagamento dos fornecedores; ciclo operacional e ciclo financeiro.

Gráfico 4 - Índices de atividade



Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Através do índice de prazo médio de estocagem, do ano de 2015 para os anos de 2016 e 2017, o Atacadão apresentou um aumento de 1 dia, passando para 45 dias o prazo em que seus produtos permanecem no estoque, enquanto a CBD apresentou uma diminuição no seu tempo médio necessário para renovação de seus estoques ao longo dos anos, passando de 115 dias em 2015 para 51 dias em 2017.

De acordo com o índice de prazo médio de recebimento das vendas, o Atacadão apresentou seu pior prazo em 2017 com 45 dias e a CBD em 2015 com 35 dias para recebimento de suas vendas, no entanto ambas as empresas apresentaram seus

melhores prazos em 2016, o Atacadão com 40 dias e a CBD com 6 dias de prazo para recebimento de suas vendas.

Conforme o índice de prazo médio de pagamento dos fornecedores, o prazo do Atacadão vem apresentando um aumento ao longo dos anos, passando de 70 dias em 2015 para 84 dias em 2017, esse aumento significa que o Atacadão possui um prazo maior para pagamento de seus fornecedores, já o prazo da CBD vem apresentando uma diminuição ao longo dos anos, passando de 194 dias em 2015 para 86 dias em 2017, essa diminuição significa que a CBD possui um prazo menor para pagamento de seus fornecedores.

Através do índice do ciclo operacional, o Atacadão apresentou seu melhor resultado em 2016 com 85 dias e seu pior resultado em 2017 com 90 dias, enquanto a CBD vem apresentando uma redução ao longo dos anos, passando de 149 dias em 2015 para 58 dias nos anos de 2016 e 2017.

De acordo com o índice do ciclo financeiro, o Atacadão vem apresentando uma diminuição ao longo dos anos, passando de 16 dias em 2015 para 6 dias em 2017, durante esses dias o Atacadão financia suas atividades com recursos próprios, já a CBD apresentou resultados negativos, chegando a -45 dias em 2015, -36 dias em 2016 e -27 dias em 2017, durante esses dias a CBD financia suas atividades com recursos de terceiros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos apresentam, através da análise das demonstrações contábeis, que é possível mensurar relevantes indicadores econômico-financeiros e dessa forma extrair informações seguras e concretas, proporcionando uma visão geral do desempenho e situação financeira, contribuindo para a tomada de decisões.

Este trabalho foi realizado com o intuito de ressaltar a importância da análise das demonstrações contábeis e da utilização dos índices econômico-financeiros como suporte para a administração das organizações, no caso, das empresas Atacadão S.A. e Companhia Brasileira de Distribuição, abrangendo apenas o balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício. Sabendo-se o quanto esse campo é vasto, recomenda-se novos estudos e pesquisas, utilizando também outros índices e demonstrações contábeis, comparando-os com os índices setoriais, podendo assim



obter informações a respeito da situação em que a empresa se encontra com relação ao mercado.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, J. C. **Análise das demonstrações contábeis**: contabilidade empresarial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, E.; MIRANDA, G. J.; DINIZ, J. A. **Análise didática das demonstrações contábeis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços**: abordagem gerencial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.



ANÁLISE FILMÍCA DOS COMERCIAIS DO MCDONALD'S E SUA INFLUÊNCIA NO CONSUMO INFANTIL

Michele D. Festa, Danilo B. Berbel, email: danberbel@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Com a cultura do consumo, a criança assume um novo papel dentro da sociedade: agora ela ganha status de consumidora e influenciadora nas decisões de compra de sua família. Nesse contexto, práticas capitalistas incentivam o consumo através da publicidade. Envoltas na magia oferecida pela publicidade, as crianças não dispõem de capacidade intelectual e astúcia para analisar a comunicação oferecida pelas empresas.

Esse trabalho tem como objetivo lançar um olhar crítico para a comunicação destinada para o público infantil e despertar a atenção da sociedade para a comunicação publicitária televisiva oferecida para as crianças. Os possíveis impactos que elas causam em sua formação, mudanças de hábitos alimentares, preocupações com a saúde e seu desenvolvimento também são observados.

O objeto se deu pelas análises das produções audiovisuais da empresa McDonald's, especificamente do produto Mc Lanche Feliz. A investigação promove um entendimento das técnicas utilizadas pela empresa na construção dos comerciais e os apelos atrativos.

1.1 A evolução do conceito de infância

A visão de infância como se conhece hoje é uma construção histórica formulada através dos séculos. Na atualidade a criança ocupa lugar significativo na sociedade e no mercado consumidor industrial. A preocupação com a infância se deu ao longo dos séculos e observa-se uma mudança no consumo infantil e sua importância dentro do núcleo familiar, mas esse cenário nem sempre foi assim. Em meados do século XII, “na sociedade medieval, que tomamos como ponto de partida, o sentimento de infância não existia.” (ARIÈS, 2006, p. 99). A criança se misturava ao mundo adulto, não existiam preocupações relacionadas com as diferenças. Portanto, podemos dizer, que no mundo medieval não havia nenhuma concepção de desenvolvimento infantil, nem

preocupações com a escolarização ou com a preparação para o mundo adulto. Segundo Ariès (2006) as mudanças de valores, costumes e as práticas sociais são um marco divisório entre as sociedades medievais e modernas. O que reforça essa ideia é o fato de a sociedade moderna se preocupar com a moralização das condutas e proteger a criança.

1.2 A Criança e a Propaganda

Para Kotler e Armstrong (2015), ao crescer em uma sociedade, o comportamento de uma criança, seus valores, percepções, desejos e comportamentos básicos serão adquiridos de acordo com sua família e o ambiente em que ela está. Para os autores, a criança não nasce consumidora, ela é influenciada pela família, pelo ambiente e pelo marketing. No mundo comercial, a criança é um alvo fácil, mais vulnerável do que o adulto.

O consumo das crianças desperta interesse por parte das empresas. A diferença está em como o público infantil enxerga a propaganda. A criança é inocente, portanto, é de “sua ingenuidade que partem todas as críticas sobre a propaganda que tende a transformar as crianças em suas vítimas e assim manipulá-las comercialmente”. (KARSAKLIAN, 2000, p.229). Para a autora, todas as críticas feitas sobre as estratégias publicitárias, são porque todas se aproveitam da ingenuidade da criança para transformar tudo em mercadoria de consumo, incentivando a compra.

Portanto, quando uma empresa conquista os desejos de consumo de uma criança, ela conquista toda a família. Os anunciantes dirigem a comunicação para as crianças, pois elas se tornam evangelistas da marca e passam a promover o produto anunciado. A criança não possui maturidade para resistir à pressão da publicidade.

A televisão tem capacidade de envolver seu telespectador. Diante disso, o poder de alcance dessa mídia é reconhecido. Portanto, observou-se que a TV tinha grande poder de persuasão sobre a população. A criança, nesse viés, tornou-se um alvo fácil e a ideologia de consumo é apresentada desde muito cedo para o público infantil. A televisão ajuda a formar sua personalidade, dizendo qual roupa ela deve usar, qual produto deve consumir ou ideologia deve seguir.

2 PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA PARA A ANÁLISE FÍLMICA

O filme publicitário tem a função de promoção e “pertence à estratégia e à argumentação comercial” (VANOYE; GOLIOT-LÉTÉ 2012, p.107). Não é possível dissociar a característica promocional, pois a narrativa sempre estará em benefício dos interesses do anunciante. Analisar um filme publicitário é “decompô-lo em seus elementos constitutivos. É despedaçar, descosturar, desunir, extrair, separar, destacar e denominar materiais que não se percebem isoladamente ‘a olho nu’, uma vez que o filme é tomado pela totalidade. ” (VANOYE; GOLIOT-LÉTÉ 2012, p. 15).

Existem três tipos de categorias que compõem os filmes publicitários, diferenciadas por suas estratégias persuasivas. Para Vanoye e Goliot-lété (2012) elas estão divididas entre: Argumentação Direta, Sedução Fascínio e a Narração.

A Argumentação Direta, baseia-se na descrição do produto e como ele funciona. Já a Sedução Fascínio preocupa-se com a fantasia e não há necessidade de narração ou argumentação para que o consumidor se identifique. A Narração traz o foco principal que é a história a ser contada. Seu intuito é causar identificação com o público e personagens, envolvendo-os na história. Essas categorias constituem os filmes publicitários e combinadas entre si articulam estratégias persuasivas que incidem sobre o receptor.

Segundo os autores, a ideia é que cada filme publicitário é regido por uma das estratégias propostas. Se analisarmos todos os elementos do filme, encontraremos vestígios das três estratégias, entretanto, sempre há uma que predomina. Segundo Vanoye e Goliot-lété (2012) precisamos dividir o filme em partes, para somente assim analisar o todo.

Para análise foram escolhidos sete produtos audiovisuais do Mc Lanche Feliz, do período janeiro a julho de 2018. A escolha se deu pelas campanhas produzidas no ano de 2018, para garantir um contexto atual a investigação. Os vídeos foram produzidos para campanhas promocionais, temáticas e mensais, portanto, possuem curto prazo de duração, sendo veiculados na TV aberta.

A metodologia de Análise Fílmica é aplicada da seguinte forma: após a decupagem de cada comercial, eles foram observados *take a take*, bem como, sua totalidade, para que as estratégias abordadas por Vanoye e Goliot-lété (2012) pudessem ser identificadas. Portanto devemos: efetuar a decupagem de cada filme;

enumerar os planos, segundos e legendas; descrever os elementos visuais representados; estabelecer a escala dos planos fotográficos; descrever a trilha sonora, diálogo e ruídos; relações de som *In*, *Off* e som fora do Campo.

Quadro 1. Exemplos de brinquedos oferecidos nas produções audiovisuais do Mcdonalds, especificamente do produto Mc Lanche Feliz.

Período	Temática	Período	Temática
Janeiro – BeanieBoos - duração de 30 segundos		Fevereiro Snoopy - duração de 14 segundos	
Abril – Gumball - duração de 30 segundos		Junho - Jurassic World 2 - duração de 29 segundos	

Fonte: elaboração própria.

Quadro 2. Exemplos de takes de uma narrativa das produções audiovisuais do Mcdonalds, especificamente do produto Mc Lanche Feliz.



Fonte: elaboração própria.

3 SÍNTESE DOS ELEMENTOS ENCONTRADOS NAS ANÁLISES DOS SETE FILMES PUBLICITÁRIOS

Em aspectos gerais, as produções analisadas têm em sua predominância a estratégia da Narração, com personagens e um conflito, no qual, o produto aparece

como solucionador de todos os problemas. Podemos encontrar vestígios da argumentação direta, com sua predominância em apelos não verbais, que são persuasivos através de imagens. Como os filmes são destinados para crianças, as imagens conseguem captar mais sua atenção, garantindo assim sua eficácia. Vestígios da sedução fascínio são encontrados nas sete análises, pois existe um forte apelo pela fantasia para atrair seu público-alvo.

As trilhas sonoras utilizadas nas produções audiovisuais servem para dar ritmo e proporcionar a ambientação do seu receptor. As Vozes *in* nas construções audiovisuais praticamente se resumem a risos e expressões. Já a Voz *em Off* sempre apresenta a campanha do mês vigente ao consumidor e convida a criança a visitar o McDonald's. Os Sons fora do campo ambientam as cenas e agregam significados a narrativa.

Os planos ressaltam os detalhes dos brindes e da identidade visual da empresa, esse fator memorização está diretamente ligado ao processo de compra, pois o consumidor passará a reconhecer esses elementos e associá-los. Observa-se que nas narrativas o tempo mínimo de exposição direta das imagens com brindes foi de três segundos e máximo de dez segundos, mas vale ressaltar que durante todas as produções eles aparecem de forme indireta.

A Imagem do combo Mc Lanche Feliz aparece em quatro das sete narrativas, nos demais vídeos elas foram negligenciadas e o foco está nos brindes. A falta de ética por parte da empresa está também no fato de os brinquedos serem exclusivos e colecionáveis, pois isso incentiva a criança a consumir vários lanches para completar sua coleção, visto que as campanhas Mc Lanche Feliz são de veiculação mensal. Entretanto, os brinquedos são vendidos separadamente.

O comercial está focado na apresentação e venda de brindes. A narrativa traz uma foto do combo McLanche Feliz, mas não apresenta sua composição e benefícios ao consumi-lo. A estratégia publicitária do McDonald's induz a associação de brinquedos e recompensa na hora da alimentação. Associar comida com diversão é considerado venda casada, com forte apelo para que a criança consuma o lanche e ganhe o brinquedo. Essa prática abusiva sugere uma lógica de consumo prejudicial e incentiva o consumismo, visto que a formação de valores pode ser distorcida, bem como incentiva hábitos alimentares não saudáveis.

Devemos entender que calorias não são todas iguais, existe a relação de nutrientes oferecidos pelos alimentos, que podem ser benéficos ou não. Uma alimentação saudável deve substituir os alimentos processados por vegetais, frutas, grãos, cereais e proteínas, pois eles fornecem os elementos essenciais para o sustento do nosso organismo. Alimentos com excesso de sal e açúcar devem ser evitados.

A identidade visual da empresa está presente nas sete produções audiovisuais. Ela aparece exatamente idêntica em todas. A Voz em Off que acompanha sua aparição e diz “Taratatá” e está presente em seis das sete narrativas.

O incentivo a prática de exercícios está presente em todas as narrativas, em seis produções audiovisuais as embalagens aparecem como agentes de incentivo e em uma narrativa crianças aparecem para incentivar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da investigação científica, foi possível observar que a publicidade infantil está condicionada a lógica consumista. As crianças não conseguem diferenciar a publicidade de conteúdo, pois ainda seu intelecto está em processo de desenvolvimento. A publicidade abusiva se aproveita da vulnerabilidade infantil.

No caso da televisão, as crianças não conseguem diferenciar um desenho animado de um comercial de brinquedos, pois o elemento atrativo do comercial geralmente é uma de suas personagens conhecidas. Nesse contexto, a criança passa a ser uma promotora de vendas dentro da família e atua em prol da marca.

Em linhas gerais, a empresa McDonald's utiliza personagens associados à veiculação de brinquedos promocionais para divulgar seus produtos. Essa prática é considerada abusiva. Fica evidente que a intenção é fidelizar as crianças à marca, valores da empresa e estimular o consumo. As crianças não podem ficar à mercê nessa relação de interesses, na qual a liberdade de expressão que foi conquistada passou a ser utilizada como meio para explorar o universo infantil através do encantamento que a publicidade oferece. Vale ressaltar que o discurso dissimulado oferecido para as crianças distorce valores, tira a autoridade dos pais, incentiva o consumismo, obesidade e outros problemas de saúde, bem como estabelece uma relação de poder, em que você só será feliz e aceito no seu grupo se possuir o objeto desejado.

O que acontece é que os interesses financeiros das grandes empresas sobrepõem os de preservação e formação da uma criança. Portanto, faz-se necessário a constante vigilância por parte de autoridades, sociedade civil e pesquisadores, para evitar que campanhas abusivas sejam mantidas em veiculação e que, durante a infância, possam ser valorizados aspectos necessários para o desenvolvimento intelectual e social das crianças.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Mcdonalds tem multa de R\$ 6 milhões por publicidade infantil abusiva.** Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-10/mcdonalds-tem-multa-de-r-6-milhoes-por-publicidade-infantil-abusiva>> Acesso em 14 de outubro. 2018.

ARIÈS, P. **A história da criança e da família.** 2. ed. Rio de Janeiro. Editora LTC, 2006.

BARBOSA, L. **Sociedade de consumo.** Rio de Janeiro. Editora Jorge Zahar, 2004.

BRETON P. **A manipulação da palavra.** São Paulo. Editora Loyola, 1999.

KANTAR IBOPE MEDIA. Notícias. **Consumo de artigos infantis deve movimentar R\$ 26,2 bilhões em 2011.** Disponível em: < [http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Consumo%20de%20artigos%20infantis%20deve%20movimentar%20R\\$%2026,2%20bilh%C3%B5es%20em%202011.aspx](http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Consumo%20de%20artigos%20infantis%20deve%20movimentar%20R$%2026,2%20bilh%C3%B5es%20em%202011.aspx)> Acesso em 30 agosto. 2018.

_____. **Investimentos Publicitários no 1º semestre de 2015,** 2015. Disponível em: <<https://www.kantaribopemedia.com/investimento-publicitario-1o-semester-2017/>> Acesso em 30 maio. 2018.

KARSAKLIAN, E. **Comportamento do consumidor.** São Paulo. Editora Altas, 2000.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Princípios de Marketing.** 15. ed. Rio de Janeiro: Editora Pearson Education do Brasil. 2015.

KOTLER, P. **Marketing de A a Z.** 80 conceitos que todo profissional precisa saber. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Campus. 2003.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência:** o futuro do pensamento na era da Informática. 1998. São Paulo. Editora 34, 1998.

LINN, S. **Crianças do Consumo, a infância roubada.** São Paulo: Editora Instituto Alana, 2006.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

POSTMAN, N. **O desaparecimento da infância**. 3. ed. São Paulo: Graphia Editorial 1999. Qual é a data correta?

SANTOS, G. **Princípios da publicidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

TOSCANI, O. **A Publicidade é um Cadáver Que nos sorri**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Sinergia Ediouro, 2009.

VANOYE, F.; GOLIOT-LÉTÉ, A. **Ensaio sobre a análise fílmica**. Campinas: Papyrus, 2012.



ANÁLISE HISTÓRICA E EVOLUTIVA DO DIREITO COMERCIAL

Ademir Fernando Amadeu; Marcelo Giovanni Cardoso; Ulisses Tiago da Silva, Plínio Del Bianco Junior, Renato Zanolla Montefusco, e-mail: rzmontefusco@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende analisar a origem do Direito Comercial e sua trajetória pelas teorias e períodos que mais foram marcantes para a sua estruturação atual, a saber: a época das corporações de ofício, a teoria dos atos de comércio e a teoria da empresariedade. Ao analisar esses três itens específicos, é possível notar as principais transformações a respeito daquilo que se entendia por comércio, sobretudo pelas alterações a respeito da própria caracterização de quem é o comerciante e quais os critérios para tal definição. Interessante notar também a profunda relação que há entre as fases do Direito Comercial e a própria transformação do mundo, indo de uma Idade Média sem determinada organização, para um período iluminista que tenta objetivar os itens comerciais, até a contemporaneidade que simplesmente define que empresário é aquele que realiza tal ou qual atividade.

2 METODOLOGIA

O trabalho tem caráter puramente dedutivo e se utiliza de doutrinas, legislação vigente e jurisprudência, além de dados históricos concernentes à própria transformação do mundo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Direito comercial: origem e a corporação de ofício

Embora o comércio seja algo presente desde sempre, até mesmo em períodos mais rudimentares, não se pode falar que desde sempre existiu um sistema estruturado de princípios e regras próprias que regulamentava a atividade comercial, isto é, um direito comercial, tal como existia nas relações civis, por exemplo. Havia o negócio, mas não havia um caminho próprio de orientação. Ora se permutava aquilo que era desnecessário a um e necessário a outro de uma forma, ora se vendia um bem e, com isso, arrecadava-se moeda, de outra forma. Fran Martins (2004), por exemplo, afirma

que alguns institutos do Direito Comercial são provenientes do *jus civile* romano, ou seja, do próprio direito civil romano, uma vez que naquela época também não existiam regras específicas para o comércio.

O período histórico remonta a meados dos séculos XII e XVI, surgindo o Direito Comercial justamente para regulamentar as atividades comerciais que ocorriam não apenas em um ou dois povos, mas de todos eles. Santa Cruz (2017) afirma que, naquela época, o poder político não era tão forte, mas descentralizado, o que fazia com que fosse espalhado pelos nobres, de modo que em cada local surgia uma espécie de legislação diferente pertencente a uma certa classe – dos comerciantes – que viviam nas chamadas Corporações de Ofício. Foi nessa época que surgiram os títulos de crédito e até mesmo as estruturas de tipos societários vigentes. Essa primeira fase, ainda nas palavras de Santa Cruz (2017), compreende os usos e costumes mercantis observados nas disciplinas das relações jurídico-comerciais, ou seja, as corporações tinham legislações específicas, próprias delas, porém todos negociavam. Dessas negociações surgiram tais usos e costumes. Rubens Requião (2012) indica também, a respeito dos surgimentos de tais institutos, que todos os autores reconhecem a importância das Companhias das Índias Ocidentais, sendo estas, patrocinadas pelas corporações de ofício, o embrião da sociedade anônima. É nesse sentido que Gladston Mamede afirme que a abertura ao comércio internacional foi importantíssima para o desenvolvimento do germe daquilo que encontramos atualmente, principalmente porque foi a busca da mercancia que, nas palavras dele levou aos vários descobrimentos da época.

Observa-se também, nesta época, um caráter puramente subjetivo, onde era tido como comerciante aquele que participava da corporação de ofício, e não qualquer pessoa que negociasse bens ou circulasse mercadoria.

3.2 Atos de comércio

O Renascimento Mercantil trouxe uma intensificação assaz no que diz respeito à evolução do direito comercial, cujas consequências não de ser vistas através do fortalecimento dos tribunais consulares. No caso do período medieval, com o surgimento de monarcas absolutistas, o direito passou a ser posto, ou seja, o Estado

chama para si o monopólio da jurisdição e, conseqüentemente, engloba os tribunais de comércio nessa recensão.

Faz-se mister uma breve menção à codificação napoleônica, cuja característica marcante está na divisão do direito privado em dois arquétipos: direito civil e direito comercial, editados, respectivamente, em 1804 e 1808. O primeiro atendia, primordialmente, aos interesses da nobreza fundiária. Já o segundo representava a burguesia comercial, que valorizava a riqueza mobiliária: *“Le Code de commerce français définit l'acte de commerce comme le fait 'acheter des biens mobiliers en vue de leur revente ultérieure pour en tirer un profit – “O Código Comercial francês define o ato de comércio como "compra de bens móveis para posterior revenda para fins lucrativos".*

Mediante esse contexto, a doutrina francesa criou a teoria dos atos de comércio, que tinha como objetivo o reconhecimento da qualidade de comerciante para aqueles que praticassem tais atos. Portanto, caberia ao direito comercial regular as relações jurídicas advindas dos atos de comércio, estipulados em lei. As demais mazelas seriam solucionadas pelo direito civil.

A definição dos atos de comércio é tarefa do legislador, o qual optava ou por descrever as características básicas, ou por estipular, num rol de condutas, quais seriam consideradas de mercancia. É de suma importância, nessa segunda fase, a percepção da mudança do paradigma até então vigente, pois a qualidade do sujeito – membros das Corporações de Ofício – passa a ser definida pelo objeto. Esse cenário trouxe à tona a objetivação do direito comercial, que estava atrelada à imposição da soberania, em detrimento ao particularismo. Ademais, o princípio da igualdade trouxe uma aversão a qualquer tipo de distinção de disciplinas jurídicas que se baseiem em critérios, outrora, subjetivos.

De acordo com Santa Cruz (2017), a doutrina estrangeira teve como principal representante o jurista italiano Alfredo Rocco, cuja teoria definia os atos de comércio como a intermediação para a troca. Em suma, tais atos deveriam realizar diretamente a intermediação ou facilitarem a sua execução. À vista disso, o sistema francês acabou sendo deveras criticado, uma vez que outras atividades econômicas, tão importantes quanto a mercancia, não se encontravam no cômputo legal dos atos de comércio. Outro problema que assolava a teoria supracitada, diz respeito aos chamados atos

mistos, ou seja, aqueles que eram comerciais apenas para uma das partes. Diante disso, aplicavam-se as normas do código comercial para a solução de uma possível controvérsia. Não obstante tais críticas, a teoria dos atos de comércio rompeu fronteiras, chegando, inclusive, no Brasil.

O Brasil definiu, através do código comercial de 1850, que: o comerciante é aquele que exerce a mercancia de forma habitual, como sua profissão. Embora o próprio código não tenha dito expressamente o significado de mercancia, o legislador o fez, no Regulamento 737, também de 1850. Prestação de serviços, negociação imobiliária e atividades rurais foram esquecidas, o que corrobora à crítica já feita dantes.

Segundo o art. 19 do referido diploma legislativo, considerava-se mercancia:

- §1.º a compra e venda ou troca de efeitos móveis ou semoventes para os vender por grosso ou a retalho, na mesma espécie ou manufaturados, ou para alugar o seu uso;
- §2.º as operações de câmbio, banco e corretagem;
- §3.º as empresas de fábricas; de comissões; de depósito; de expedição, consignação, e transporte de mercadorias; de espetáculos públicos;
- §4.º os seguros, fretamentos, riscos e quaisquer contratos relativos ao comércio marítimo;
- §5.º a armação e expedição de navios.

Mesmo após a revogação, em 1875, o rol contido no Regulamento 737 continua sendo levado em consideração, tanto pela doutrina quanto pela jurisprudência. Destarte, o Brasil passou a utilizar a formulação feita por Carvalho de Mendonça, cuja divisão dava-se em três classes distintas: (i) atos de comércio por natureza – atividades típicas de mercancia –; (ii) atos de comércio por dependência ou conexão – auxiliavam a mercancia –; (iii) atos de comércio por força ou autoridade de lei.

É possível observar que a terceira classe compreende aquelas atividades que são consideradas atos de comércio simplesmente por vontade política do legislador. Ademais, a frase do professor Brasília Machado traz o pensamento cerceado na época a respeito do tema: “problema insolúvel para a doutrina, martírio para o legislador, enigma para a jurisprudência”

Desta feita, é visível que não ocorreram grandes nuances daquilo que foi normatizado no código comercial napoleônico para a doutrina pátria. A proximidade do instituto conhecido como “atos de comércio” em 1808, na França, já não era a mesma de quando aqui, em 1850, entrava em vigor o Código Comercial.

3.3 Terceira fase do contexto histórico do direito comercial: a teoria da empresariedade

Por derradeiro, poder-se-á constatar que, à medida que as vicissitudes socioeconômicas foram ocorrendo, mormente as advindas da Revolução Industrial, a teoria dos atos de comércio não mais se coadunava com as novas perspectivas de mercado, surgindo, pois, a necessidade de elaboração e, por corolário, consolidação de um novo protótipo legal no âmbito do direito comercial. Foi então que, em 1942, a Itália editou um novo Código Civil que trazia inédito modelo no regime jurídico comercial: a teoria da empresa (SANTA CRUZ, 2017).

O novo Código Civil italiano passou a realizar a denominada unificação formal do direito do privado, isto é, regulou as relações comerciais e civis num único corpo normativo. Contudo, não obstante tal unificação, de caráter meramente formal, o direito comercial continuou à guisa de autonomia científica, isso por haver princípios e institutos peculiares e autônomos que regiam a seara do comércio. No entanto, como supracitado, o código concebeu o advento da teoria da empresa, que, decerto, inaugura a terceira fase histórica-evolutiva do direito comercial.

No ordenamento jurídico pátrio, tal protótipo, com o intento de reunir todo direito classificado pela doutrina como privado num único corpo normativo, encontrou resistência. Com efeito, o direito comercial brasileiro é disposto em legislações esparsas, isto é, parte dele encontra-se introduzido no próprio Código Civil, a dizer das disposições gerais sobre títulos de créditos, determinados tipos societários, conceitos acerca do empresário e não empresário e outros institutos. Todavia, outra parcela possui legislação própria, especial, como a Lei 6.404/76, responsável por disciplinar as sociedades anônimas, e a Lei 8.934/94, denominada Lei do Registro Público de Empresas Mercantis.

Conforme Santa Cruz (2017), diferentemente dos atos de comércio, a teoria da empresa não se restringe a fatos legalmente definidos como atos comerciais, e sim às atividades econômicas exercidas empresarialmente. A partir desta fase, temos a distinção de dois conceitos que, há longo tempo, causaram certa divergência e confusão doutrinária: o de empresa e o de empresário. Em singela e objetiva síntese, o empresário, em termos jurídicos, é aquele que exerce profissionalmente atividade

econômica organizada; já a empresa é a atividade econômica organizada exercida pelo empresário.

No que diz respeito à evolução no direito comercial brasileiro, que adotava a teoria dos atos de comércio advinda do código francês, ocorreram praticamente as mesmas insatisfações e percalços manifestados em outros Estados. Os magistrados, paulatinamente, no Brasil, simpatizavam-se deveras com a teoria da empresa. O novo Código Civil brasileiro de 2002 aboliu boa parte do Código Comercial de 1850.

Hodiernamente, o sistema moderno apresentado classifica-se como subjetivo, tendo em vista que sua concepção passar a se pautar no sujeito, ou seja, na figura do empresário. Como evidência da adoção da teoria da empresa de 1942 pelo atual Código Civil brasileiro, o artigo 966 estabelece uma definição explícita do empresário, cuja característica é a execução, profissional, de atividade econômica organizada para produção ou circulação de bens ou serviços. Vê-se que a dinamização e abrangência da nova teoria trouxe à tona uma fase mais coerente e verossímil com o contexto de mercado do Estado brasileiro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após todo o exposto, evidenciou-se uma grande evolução do Direito Comercial que, paralelamente aos avanços do mundo, também se modernizou. Algo como a Companhia das Índias Ocidentais tornou-se o embrião daquilo que veio a ser, hoje, uma sociedade anônima. As vicissitudes temporais transformaram os institutos, inclusive a própria legislação, tal qual se apresenta também nas volatilidades jurisprudenciais.

REFERÊNCIAS

CODE DE COMMERCE. <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k56629t/f1.image>>. Acesso em: 10 out. 2018.

MAMEDE, G. **Direito Empresarial Brasileiro, 2º volume.** 4ª edição. São Paulo: ATRAS, 2010.

MARTINS, F. **Curso de Direito Comercial.** 37ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2014.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

REQUIÃO, R. **Curso de Direito Comercial, 2º volume**. 29º edição. São Paulo: SARAIVA, 2012.

SANTA CRUZ, A. L. **Direito Empresarial**. 7ª edição. São Paulo: MÉTODO, 2017.

TOMAZETTE, M. **Curso de Direito Empresarial**. 3º edição. São Paulo: ATLAS, 2011.

ANÁLISE SOBRE A REPRESENTATIVIDADE DA ARTE DRAG QUEEN NOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO DIGITAL “O GLOBO” E “A FOLHA DE SÃO PAULO”: CASO PABLO VITTAR

Luis Otávio Pires, Grasiela Lima, email: grasilima29@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O universo LGBTQ+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, queers, etc.) pressupõe uma discussão conceitual e científica que precisa ser entendida pela sociedade, para evitar preconceitos, discriminações e estereótipos muito constantes na realidade atual. A diversidade sexual é constitutiva da diversidade humana, sendo a conscientização social de fundamental importância para a construção da democracia e da cidadania. Sendo assim, profissionais que cumprem função social relevante, como os jornalistas, precisam estar cientes de como tratar a temática LGBTQ+ de forma adequada nos conteúdos produzidos, especialmente os que se referem às questões sobre as diferenças e as desigualdades entre as pessoas.

É comum o não entendimento, a confusão e ideias preconceituosas quando se trata da diversidade sexual, em especial no que se refere às Drag Queens, transexuais, travestis ou transgêneros. Nesse sentido, é importante esclarecer as diferentes identidades de gênero a partir perspectiva conceitual e histórica.

Tendo em vista os objetivos do presente estudo, o enfoque privilegiado será o universo das Drags. As primeiras manifestações da arte Drag surgiram há 500 a.C, na Grécia Antiga, quando homens atores tinham o dever de interpretar mulheres nos palcos. Em meados os séculos XVIII e XIX, a arte Drag começou a ganhar espaço entre homossexuais. Para Fontoura (2007, p. 18), “as Drag Queens são homossexuais masculinos, que se apresentam caricaturalmente em trajes e adereços femininos. Sua produção focaliza no humor e no exagero”.

O Brasil é o país que mais mata gays e travestis. Segundo os relatórios do Grupo Gay da Bahia (GGB), em 2008, 187 LGBTQ+ foram assassinados. A partir daí os números aumentaram, apesar da comunidade LGBTQ+ resistir à Lgbtfobia com diversas ações e manifestações em prol ao respeito à diversidade sexual e aos direitos

humanos. Mas, mesmo com a organização social e as campanhas de conscientização, em 2017 o número de LGBTQ+ assassinados subiu para 445.

Diante do aumento da violência e intolerância, é compromisso ético da mídia promover a conscientização em relação aos direitos da comunidade LGBTQ+, tendo assim o dever de cumprir a sua função social. As formas de contribuir com o respeito à diversidade são muitas, mas este trabalho de pesquisa buscou verificar como os meios de comunicação divulgam o universo das Drags, a partir da figura da artista Pablo Vittar, trazendo uma abordagem comparativa entre dois veículos digitais de comunicação – “Folha de S.Paulo” e “O Globo” – e procedendo à análise de conteúdo.

A mídia, em todos seus desdobramentos, tem se mostrado um poderoso campo de produção de conhecimento, assim como de manutenção e reprodução das convenções sociais sobre masculinidades, feminilidades, orientação sexual, além de raça, classe e geração. (...) Responsável por um imenso volume de trocas simbólicas e materiais em dimensões globais, as narrativas midiáticas são também pedagogias culturais capazes de cristalizar ou desestabilizar noções de gênero e sexualidade (PELÚCIO, 2012, p. 7).

No decorrer das mudanças sociais, especialmente no que diz respeito às lutas pelos direitos das diversidades, os veículos de comunicação como a “Folha de S. Paulo” e “O Globo” também tiveram que se adequar à nova realidade da comunicação digital para noticiar e manter o leitor informado, se atualizando nas plataformas digitais e nas formas de divulgação dos conteúdos, pois se constituem como veículos de comunicação de massa que atingem um público diferenciado e cada vez maior.

Para Schlobinski (2012), a era digital proporciona uma vasta amplitude nas formas de comunicação. Como é o caso dos fãs da Drag Pablo Vittar, os quais acompanham a cantora pelos seus *stories*¹ nas redes sociais, dando a possibilidade para os usuários se conectarem virtualmente à vida da Drag Queen. A partir deste contexto, surge a comunicação digital no mundo das Drag Queens, em que além de possibilitar os fãs interagirem mais com a artista através de redes sociais, a arte da transformação de um corpo masculino em um corpo feminino ganha destaque pela mídia devido à repercussão e visibilidade perante à sociedade. Para Santos e Veloso (2010, p. 4-5) “o corpo transforma-se no principal instrumento das mídias para a difusão de produtos e serviços de beleza, sendo responsáveis pela obtenção de audiência e lucro para as grandes empresas”.

¹ Stories: A sua principal característica é dar aos usuários do Instagram ou Facebook a possibilidade de criarem vídeos curtos, postarem fotos, frases, etc., que desaparecem depois de 24 horas da sua publicação.

O presente trabalho tem o objetivo de identificar as formas como a Drag Queen Pablllo Vittar é noticiada no meio digital, através da análise de conteúdo dos veículos de comunicação “A Folha de S. Paulo” e “O Globo”. Essa pesquisa buscou verificar se há indícios de estereótipos, preconceitos ou discriminação através de palavras, citações, intenções das palavras e repetições, e se os jornalísticos possuem dificuldades em abordar esse tipo de assunto. Por outro lado, a análise também discute questões como se a Drag representa e empodera a comunidade LGBTQ+.

2 METODOLOGIA

Com abordagem qualitativa e quantitativa, o presente trabalho possui o intuito de verificar as relações entre fatos e fenômenos inseridos nos dois jornais que compõem a amostra da pesquisa, “O Globo” e “Folha de S.Paulo”, ambos na versão digital. Na questão quantitativa, o trabalho buscou analisar a quantidade de fotos encontradas nas matérias de cada veículo analisado, e na perspectiva qualitativa se essas fotos valorizam a cantora Pablllo Vittar e também se a imagem divulgada condiz com o conteúdo. Sendo assim, Foi contado o número de palavras negativas ou inadequadas, como também as positivas e adequadas e, ao final, foi analisado qual dos veículos possui mais palavras inadequadas ou adequadas, verificando como esses portais de comunicação representam Pablllo perante da comunidade LGBTQ+, e se os termos utilizados são inadequados ou adequados para noticiar a Drag ou a comunidade LGBTQ+. Além disso, são contados os números de parágrafos ao todo de cada veículo de comunicação, sendo papel da análise qualitativa verificar qual jornal possibilita mais espaço para noticiar a Drag Queen.

Quanto à abordagem, aplica-se a Análise de Conteúdo, estudadas por Laurence Bardin (2009), que aplicou as técnicas da Análise de Conteúdo na investigação psicossociológica e no estudo das comunicações de massas. Contudo, diante da complexidade de conteúdos analisados, essa análise apresentou as categorias de forma sistematizada ou por contagem de palavras e termos empregados nas matérias dos jornais pesquisados. Diante disso, foram analisadas 18(dezoito) matérias especializadas no caderno de cultura, música e entretenimento, sobre Pablllo Vittar no jornal “Folha de S.Paulo”, e 9 (nove) matérias filtradas no mesmo setor cultural no jornal “O Globo”, no período de recorte de maio, junho e julho de 2018.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O jornal “Folha de S.Paulo” possui um número maior de matérias publicadas sobre a Drag Pablllo Vittar, ou assuntos relacionados a ela, em comparação do veículo “O Globo”. A pesquisa mostrou que a “Folha” deixou um espaço maior para repercussão de assuntos como esse, pois “O Globo” totalizou com 83 parágrafos, sendo 129 da “Folha”.

Ainda sobre “O Globo”, o jornal apresentou 11 palavras (73%) que se referem a Pablllo Vittar adequadamente. As outras quatro (26,6%) se referiram a tratamentos positivos não em relação a Pablllo, mas às normas corretas de como utilizar a sigla LGBTQ+ e também tratar as transexuais no feminino. As palavras inadequadas totalizaram sete, sendo que duas delas (28,5%) escreveram errado o nome da cantora Pablllo. As outras cinco palavras inadequadas (71%) pertenceram a outros erros de outros assuntos, como erro de digitação e até palavras estereotipadas. Na questão de números de fotos publicadas, ao todo no jornal “O Globo” totalizou 18 sobre Pablllo Vittar ou assuntos relacionados a ela.

Já no jornal online “Folha de S.Paulo”, no quesito palavras adequadas foram 77 ao todo, e todas em relação à Drag Queen (100%). Vale ressaltar que dessas 77, há matérias que não versam somente sobre a Drag, porém Pablllo é mencionada no texto junto com outras cantoras citadas nas matérias, fazendo com que a Drag se enquadre nessa questão. No que se refere às palavras inadequadas para se tratar uma Drag Queen, ou algo relacionado a ela em um veículo de comunicação, constataram-se 11 palavras. Dessas 11, nove palavras inadequadas (82%) são destinadas somente à Drag, ou seja, os jornalistas erraram na hora de escrever o nome e também a confundem com transgênero. As outras duas palavras (18%) não são sobre a Drag, são de erros de digitação ou atenção, por exemplo, confundem-se nomes de clipes de Pablllo: de “Indestrutível”, para “Indecente”, de Anitta. Na questão das fotos, ao todo (das 18 matérias) foram encontradas 531 fotos, lembrando que existem fotos também em que a Drag não está presente, porém, o assunto condiz com a foto. Algumas matérias apresentaram-se associadas a galerias de imagens, o que eleva o número de fotos dentro do período que compreende o recorte temporal.

Ambos os jornais, no geral, trataram Pablllo no feminino, mas em poucos casos há erros de tratamento. O jornal “O Globo”, na maioria das vezes, procurou sempre colocar uma palavra feminina quando cita Pablllo. De acordo com a análise, palavras como “a cantora” e “a Drag Queen” reforçam para um leitor que não tem muito conhecimento do assunto quem é Pablllo Vittar e os motivos de os veículos de comunicação a chamarem no feminino, e não no masculino. Porém, há os erros de grafia e isso foi encontrado nos dois veículos de comunicação.

Em “O Globo”, por exemplo, o(a) jornalista ao se referir a Pablllo Vittar escreveu o nome errado, com apenas uma letra “L”, ficando “Pablo”, e isso não pode acontecer em um ambiente jornalístico. Assim como não confundir os nomes de clipes, como ocorreu com caso do jornal “A Folha de São Paulo”, em que era para ser “Indestrutível”, da Pablllo, e o jornalista colocou “Indecente”, música da cantora Anitta. Tais erros de nomes e sobre o nome do clipe acontecem diversas vezes. Uma outra matéria da “Folha de S.Paulo” errou ao dizer que Pablllo é transgênero. Muitos a confundem, por não saberem diferenciar uma Drag Queen de uma transexual, pois, como destacado anteriormente, as pessoas não conhecem as questões relativas à diversidade sexual, as identidades de gênero e os conceitos correlatos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É compromisso ético para um jornalista respeitar a diversidade sexual e dever profissional entender os significados LGBTQ+ para não reproduzir preconceitos e estereótipos e contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática e pluralista. Em um universo em que a comunidade LGBTQ+ vem conquistando espaço na sociedade, é dever dos veículos de comunicação, os quais transmitem informação para as pessoas, respeitar a identidade de gênero, a diversidade sexual e as diferenças entre as pessoas.

Como o presente trabalho se referiu às questões sobre Drag Queens pertencentes à comunidade LGBTQ+, que Fontoura (2007, p. 18) define como homens que se apresentam adereços femininos, é papel do comunicador e de um jornal noticiar respeitosamente os fatos relacionados a essas pessoas.

Para Santos e Veloso (2010), os meios de comunicação cumprem o papel de inserir e fundamentar perante a sociedade o que são e o que representam as Drag

Queens. As Drags, por apresentarem status de personagens lúdicos e interativos, podem validar uma leitura semiótica e crítica desses modelos pré-estabelecidos pelos meios de comunicação e, por conseguinte, propiciar a formação de uma opinião pública a respeito desses modelos (SANTOS e VELOSO, 2010, p. 3).

Na pesquisa realizada, “O Globo” apresentou menos matérias, porém maiores em tamanho. A “Folha” publicou mais matérias, porém menores que as do Globo. Percebe-se que há um equilíbrio entre os jornais, mesmo a “Folha” oferecendo um espaço maior para as notícias sobre Drag Queens. Como a análise de conteúdo mostra, na “Folha de S. Paulo foram encontradas 77 palavras adequadas, contra 11 palavras de “O Globo”. Como já mencionado, é evidente que o número de palavras corretas do jornal “Folha” foi maior, porém, o jornal limita o espaço das matérias em parágrafos, ao contrário de “O Globo” que expande os textos.

Os conteúdos de “O Globo” apresentaram-se mais aprofundados, além de sempre lembrar que Pablio é uma Drag Queen. Já em relação à Folha, Pablio também foi tratada e lembrada com ganchos como uma Drag Queen, porém, em algumas matérias o jornalista evitou especificar quem é Pablio. Isso pode causar desconforto para os fãs e, especialmente, para os leitores, pois estes ainda têm dificuldades de compreender se Pablio é homem, mulher, Drag Queen ou transexual.

Entende-se, a partir daí, que quanto mais notícias positivas sobre pessoas LGBTQ+ forem divulgadas, maior será a representatividade e empoderamento delas para o público e a população em geral. Caso contrário, corre-se o risco dessa comunidade ser ainda mais marginalizada caso não haja a devida visibilidade dada pelos veículos de comunicação.

Por outro lado, esses segmentos sociais são leitores de notícias sobre as Drag Queens e, sendo assim, é dever dos jornalistas e dos jornais tratarem de forma respeitosa a diversidade sexual nas matérias publicadas, cujos conteúdos possam transmitir ideias, valores e imagens positivas e que representem a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 5 ed. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.

FONTOURA, M. F. **Transformação do Corpo Masculino em Feminino através da Roupas**: Drag Queen. 2010. 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Design de Moda,



Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em:
<<http://tcconline.utp.br/wp-content/uploads/2013/05/TRANSFORMACAO-DO-CORPO.pdf>> Acesso em: abr. 2018.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Pessoas LGBT mortas no Brasil** – relatório 2017. Grupo Gay da Bahia, Bahia, 2017. Disponível em:
<<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>> Acesso em: abr. 2018.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Relatórios**. Grupo Gay da Bahia. Disponível em
<<https://homofobiamata.wordpress.com/relatorios/>> Acesso em: mai. 2018.

PELÚCIO, L. [et al.]. **Olhares Plurais para o Cotidiano: gênero, sexualidade e mídia**. Marília: Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2012.

SANTOS, A. M.; VELOSO, J. F.; FURTADO, M. S.. Espelho, espelho meu: uma leitura do feminino midiático através do corpo drag. **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**, 2010. 11f. Artigo Científico - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/santos-joseylson-veloso-maria-espelho-espelho-meu.pdf>> Acesso em: abr. 2018.

SCHLOBINSKI, P. Linguagem e comunicação na era digital. **Mediensprache**, 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pg/v15n19/a08v15n19.pdf>> Acesso em: set. 2018.



ANSIEDADE CAUSADA POR METAS NO TRABALHO

Donizete A. Beltrame, Érica A. M. Franscisco, Flávia A. O. Pires, Jaqueline D. Almeida, Maria M. L. Kawashima, e-mail: jaquedoret1234@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Na era das nanotecnologias, do ritmo intenso de trabalho, de grande exigência mental, do stress, da aceleração constante, quase não conhecemos os riscos inerentes a estas novas atividades (ROCHA et al, 1993). Todas essas inovações e mudanças "tecnológicas, sociais e organizacionais no local de trabalho resultantes da rápida globalização suscitaram riscos emergentes e novos desafios". A OIT aponta que 2,34 milhões de pessoas morrem anualmente em todo o mundo devido a acidentes e doenças relacionadas ao trabalho (OIT, 2013, p.6).

A capacidade física e psíquica dos indivíduos está cada vez mais sendo requisitada pelo acelerado avanço tecnológico e processos produtivos mais exigentes, decorrentes do intenso processo de industrialização no século XX (BORSOI, 2007). A reengenharia, como nova estratégia de gestão de negócios, busca desenvolver através atividades de menor custo e atendimento diferenciado para os clientes. Nesse processo "providos de uma lista de ações a serem conduzidas para melhorar a vida do cliente, podemos traduzir os benefícios em um conjunto de metas de alto nível que reflita essas relações de causa e efeito" (GOULLLART; NORTON, 1995. p. 10).

Algumas pessoas submetidas a esse tipo de regime passam por um elevado nível de estresse e pressão, tentando a todo custo atingir seus objetivos, o que pode levar a problemas graves de saúde (AGUIAR, 1992). O Brasil é o país com a maior taxa de pessoas com transtornos de ansiedade no mundo e o quinto em casos de depressão. O estudo se propõe a apresentar e discutir estes problemas ocupacionais nas organizações, detendo-se sobre os males à saúde do trabalhador, bem como suas origens e o papel da liderança para amenizar problemas relacionados a elas. Serão abordados assuntos como cultura organizacional, gestão de pessoas, qualidade de vida no trabalho, programa de reconhecimento, motivação e relações com os empregados.

2 METODOLOGIA

Através de critérios desenvolvidos por Gil (2002), esse projeto foi definido como uma pesquisa exploratória com o delinear de pesquisa bibliográfica. O objetivo desse tipo de pesquisa é:

[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas, têm como objetivo principal o aprimoramento de ideais ou a descoberta de intuições (GIL, 2002, p. 41).

Portanto a finalidade foi explorar o tema utilizando a pesquisa bibliográfica, ou seja, “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” (GIL, 2002, p. 44), para proporcionar afinidade com o problema e auxiliar na compreensão do tema, podendo ocorrer construções de novas hipóteses sobre a questão. A pesquisa bibliográfica é construída a partir de etapas, sendo elas:

[...] escolha do tema; b) levantamento bibliográfico preliminar; c) formulação do problema; d) elaboração do plano provisório de assunto; e) busca das fontes, f) leitura de material; g) fichamento; h) organização lógica do assunto; i) e redação do texto (GIL, 2008, p. 60/61).

Assim, a escolha do tema teve como fonte de inspiração a ansiedade causada por metas no trabalho. O levantamento bibliográfico preliminar contribuiu para a definição do tema, expondo a possibilidade de pesquisar e também para a formulação do problema de pesquisa. Tendo como certo o tema e o problema que direciona o trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que buscou livros de autores que abordavam o tema e também buscou artigos online, que pudessem contribuir com o presente projeto, localizados nas bases acadêmicas Google Acadêmico (Scholar Google) e BVS Psicologia Brasil.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A organização é feita basicamente de pessoas, ou seja, a empresa deve estar consciente e atenta para seus funcionários para obter o retorno necessário para o alcance de resultados e sucesso. A gestão de pessoas leva em consideração a mentalidade e a cultura predominante da organização. Ainda segundo o autor, ela está

associada ao que vai acontecer ou não, e a situações, pois depende de vários fatores, como cultura organizacional, características das pessoas que trabalham na empresa, sua estrutura interna, processos internos, equipamentos, tecnologias utilizadas, formas de gestão, entre outros (CHIAVENATO, 2014).

A maneira de executar as atividades de uma empresa sofre influência direta das crenças e valores implícitos nas normas, atitudes, comportamentos, hábitos e costumes que caracterizam as relações humanas na organização. O ambiente dos negócios demanda das organizações crescentes níveis de eficácia, o que necessariamente implica em constante mudança organizacional. As empresas buscam as mudanças por meio de modelos como qualidade total, reengenharia, terceirização. Porém, a mudança na organização acontece se processada a necessária mudança da sua cultura. As crenças e valores culturais da organização necessitam serem movimentadas juntamente com os processos (CROZATTI, 1998).

A reengenharia propõe mudanças organizacionais, busca sempre alcançar as metas de mercado e minimizar os problemas de ineficiência nas organizações, diminuir o tempo de espera, o alto custo e a insatisfação dos clientes, pois os produtos e serviços são otimizados, aumentando assim, a lucratividade da organização (NASCIMENTO, 2014).

Segundo Schermerhorn, Hunt e Osborn (1999), um ambiente de trabalho bem estruturado deve dar apoio às equipes e oferecerem os recursos que eles necessitam para desenvolverem suas atividades e conseguir atingir resultados elevados. Além dos recursos oferecidos pelas organizações para dar melhores condições aos indivíduos, a corrida pelo alcance dos objetivos e metas é motivada por recompensas, como a remuneração variável oferecida aos colaboradores.

Para que se alcance resultados também é necessário prezar a qualidade de vida no trabalho que valoriza as mudanças na organização do trabalho e a participação dos trabalhadores. De acordo com o Ministério Público do Meio ambiente Brasileiro, com ênfase aos servidores públicos, a qualidade de vida no trabalho visa proporcionar ao trabalhador a satisfação de suas necessidades tanto pessoais quanto profissionais. “[...] a ideia principal é a conciliação dos interesses dos indivíduos e das organizações, ou seja, ao melhorar a satisfação do trabalhador dentro de seu contexto laboral, melhora-se consequentemente a produtividade.”

Galusni (2016) ainda cita que com a correria do dia a dia, a sensação é de que o dia não tem horas suficientes e nem todos sabem lidar com tanta pressão, quando o indivíduo se dá conta, os pensamentos estão desorganizados, a agitação domina seu corpo e o peito parece apertado, sintomas típicos da ansiedade.

Ansiedade é um termo geral para vários distúrbios que causam nervosismo, medo, apreensões e preocupações. Algumas pessoas, porém, vivenciam estas reações de forma mais frequente e intensa, que podem ser consideradas uma patologia clínica e comprometer a saúde mental e física das pessoas (FIORELLI, 2010).

Para Aguiar (1992), os aspectos causadores de transtorno de ansiedade são um reflexo da falta de bem-estar corporativo, causados por excesso de responsabilidade, metas inatingíveis a serem batidas, busca incessante de resultados entre outros. A ansiedade diminui a qualidade de vida dos colaboradores como um todo e as tarefas laborais se tornam um peso incessante, ficando difícil de executar, o trabalhador se sente incapaz, desmotivado e insatisfeito.

A motivação no trabalho também está interligada com a qualidade de vida do trabalhador, além de se relacionar a outros conceitos, como: satisfação, envolvimento e comprometimento, que, embora estejam fortemente ligados com o de motivação, mantêm suas especificidades, pois a satisfação no trabalho se refere a um nível de contentamento com as relações entre chefes e equipe de trabalho, com o sistema de recompensas e remuneração e com o trabalho realizado. Além disso, a motivação no trabalho pode ser entendida como uma ação dirigida a objetivos, sendo autorregulada, biológica ou cognitivamente, persistente no tempo e ativada por um conjunto de necessidades, emoções, valores, metas e expectativas (SILVA; LONGO, 2008).

Ramos (1990), diz que quando uma meta é imposta a uma pessoa, e necessário identificar o nível de dificuldade ou facilidade exigido para sua realização, pois sua execução subestima a capacidade do indivíduo e quando é muito fácil ou difícil para ser desenvolvida causa frustração e desânimo. A autora ainda explica que antes de desenvolver a atividade é preciso que o colaborador entenda a importância do sucesso de sua realização para a organização, além disso, é necessário que o executante tenha uma motivação intrínseca, como por exemplo, elevação de cargo, reconhecimento do seu trabalho ou até mesmo satisfação pessoal.

De acordo com a Sociedade Brasileira de Coaching (2017), motivação e liderança andam juntas. Isso ocorre devido motivação estar relacionada ao comportamento humano, e para que ela ocorra são necessários estímulos para atingir os objetivos, que são transmitidos dos líderes para os colaboradores.

Liderança é uma forma de levar as pessoas a agir ou influenciá-las no comportamento ou mentalidade (MAXIMINIANO, 2012). Líderes capazes de estimular o desenvolvimento das atividades por um processo de comunicação humana, alcançam com sucesso os objetivos (CHIAVENATO, 2000).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A administração de pessoas durante a evolução das eras industriais fez com que gestores deixassem de ver seus colaboradores como mão de obra remunerada e vê-los como parceiros e 'peça chave' fortemente competitiva para o sucesso das organizações oferecendo a eles melhores condições de vida. Passaram a inserir no ambiente empresarial, pessoas que entendem dos produtos e serviços a serem vendidos, investindo em treinamentos e permitindo a qualidade no atendimento, satisfazendo seus clientes (CHIAVENATO, 2014).

Nessa perspectiva, alguns autores entendem a reengenharia como realmente um novo fator de desempenho para as empresas, pois busca a reestruturação dos processos e estruturas organizacionais, dos sistemas de informação e dos valores da empresa na busca de melhorar os resultados dos negócios (GONÇALVEZ; DREYFUSS, 1995; NASCIMENTO, 2014).

Entretanto para outros autores (CHIAVENTATO, 2014; VASCONCELOS et al, 2006; BASSO, 2016; BRAVERMAN, 1987; IAMAMOTO, 2007) a necessidade de crescimento e mudanças constantes, sacrifica o colaborador que tem suas forças suprimidas e seu trabalho não é mais percebido como uma coisa interessante para a organização, tornando a insegurança no trabalho uma rotina desgastante diante de novas formas de processos implementados.

Com relação a estas mudanças que vem ocorrendo muito rapidamente, escritores e sociólogos utilizam o termo "choque com o futuro" para apresentar o sentimento de ansiedade que surge em algumas pessoas sujeitas a esse ritmo de mudança e pressão constante no trabalho (ALBRECHT, 1990).

Conforme dito por Ferreira (2006) e Galusni (2016), o ambiente organizacional adverso, pesado e que agride psicologicamente o trabalhador pode desenvolver nos indivíduos presentes problemas de saúde física, mental e emocional. Nem todos sabem lidar com a pressão a que são expostos diariamente e, quando se dá conta, estão agitados, com os pensamentos desorganizados e o peito parece apertado, sendo esses sintomas de ansiedade.

Com isso, deve-se prezar a qualidade de vida no trabalho, onde os funcionários se sintam bem e consigam executar suas atividades de forma eficiente e eficaz, alcançando melhores resultados. Para isso é necessário um ambiente organizacional harmônico e bem estruturado que oferecem ao trabalhador a satisfação de suas necessidades tanto pessoais como profissionais (CHIAVENATO, 1999; GALUSNI, 2016).

Com base no conhecimento de Chiavenato (2014), Maximiliano (2012) e Guimarães (2012), entende-se que é importante que se mantenha uma relação saudável entre a organização e os funcionários com uma boa comunicação, buscando dar suporte na satisfação pessoal e familiar dos mesmos. Para que se consigam tais resultados, é necessário a capacidade de liderar por parte de todos que dirigem a empresa. Líderes capazes conseguem criar ambientes positivos, motivam seus funcionários, os encorajam, influenciam e desenvolvem emoções e oportunidades que auxiliem e fazem a diferença em suas vidas, independente do cargo que ocupam, fazendo que se sintam importantes para a organização.

Portanto na ideia de Schermerhorn, Hunt e Osborn (1998), o trabalho com metas é possível. Basta muita dedicação, paciência e de uma boa liderança, para que elas se tornem uma realidade, e não se tornem um motivo de desespero, onde todos os tipos de objetivos possam ser atingidos, sem obstáculos que possam prejudicar a saúde física e intelectual dos colaboradores e que seus fins sejam alcançados, tanto do lado das organizações, quanto do lado dos funcionários.

De acordo com Bohlander e Snell (2009), a crença da empresa deve ser integrada as pessoas, consideradas como valiosa para sua eficácia. Esses funcionários devem ter conhecimento da cultura e estratégias da organização para que estejam comprometidos na consecução de metas e se tornem uma fonte competitiva entre diferentes mercados.

O modelo de programa da qualidade de vida no trabalho é uma exigência dos tempos modernos, eles expressam um compromisso com os avanços da ciência da civilização e da cidadania, na gestão de pessoas, é ainda um desafio para muitos, sendo que inúmeras mudanças ocorridas, vêm afetando diretamente trabalhadores em todos os setores da economia (FRANÇA, 2004).

O profissional de recursos humanos é considerado como um facilitador de alto nível, capaz de inserir excelentes estratégias de recrutamento e seleção que norteiam o relacionamento entre as pessoas e a efetividade organizacional (INYANG e AAEGB, 2014).

Podemos assim identificar entre os autores estudados (ALBRECHT, 1990; FRANÇA, 2004; MASCARENHAS e KIRSCHBAUM, 2008), que a qualidade de vida juntamente com uma busca contínua pelo melhoramento dos processos de trabalho, constituem um aproveitamento melhor do potencial humano dentro das empresas e satisfação de seus clientes, porém a saúde do trabalhador diante desses fatores de mudanças, requerem muita atenção.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. F. **Psicologia aplicada à administração: teoria crítica e a questão da ética nas organizações.** São Paulo: Excellus, 1992.

ALBRECHT, K. **O gerente e o estresse: faça o estresse trabalhar para você.** 2.ed. Rio de Janeiro: J. Z. E., 1990.

BASSO, C. **5 principais desafios na gestão de pessoas.** CR BASSO Consultoria & Treinamento 19 Set. 2016. Disponível em: <<https://www.crbasso.com.br/blog/quais-os-principais-desafios-na-gestao-de-pessoas-atualmente/>>. Acesso em: 25 Ago. 2018.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX.** 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BOHLANDER, G. W; SNELL, S. **Administração de recursos humanos.** 14 ed. São Paulo: Cengage learning, 2009.

BORSOI, I.C.F. Da relação entre trabalho e saúde à relação entre trabalho e saúde mental. **Psicol. Sociol.**, v.19, n.esp., p.103-111, 2007.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoa: o novo papel dos recursos humanos nas organizações.** 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas.** 3. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.



COACHING, S.B. **A fórmula perfeita: Motivação e Liderança**. São Paulo: 25 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.sbcoaching.com.br/blog/lideranca-e-coaching/a-formula-perfeita-motivacao-e-lideranca/>>. Acesso em: 25 set. 2018.

CROZATTI, J. Modelo de gestão e cultura organizacional: conceitos e interações. **Cad. estud.**, São Paulo, n. 18, p. 01-20, Aug. 1998. Available from <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 12 mai 18. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-92511998000200004>.

FERREIRA, D. S. **Assédio moral**: relações desumanas nas organizações. 44f. 2006 ed. Exato, Rio de Janeiro, 2006.

FIORELLI, J.O. **Psicologia para Administradores**. -5. ed.- São Paulo: Atlas, 2010.

FRANÇA, A. C. L. **Qualidade de vida no trabalho – QVT**: conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial. São Paulo: Atlas, 2004.

GALUSNI, A. **Ansiedade no trabalho**. Cipa, Campinas, a. 6, n. 28, jun. 2016. Disponível em < <http://revistacipa.com.br/ansiedade-no-trabalho/>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 . Ed. São Paulo, Ed. Atlas, 2002.

GUIMARÃES, G. **Liderança Positiva**: Para atingir resultados excepcionais. São Paulo: Évora, 2012.

GONÇALVES, J. E. L; DREYFUSS, C. **Reengenharia das empresas: Passando a limpo**. São Paulo: Atlas, 1995.

GOULLLART, F. J.; NORTON, D.. Reengenharia e transformação. Por onde começar?. **Rev. adm. empres.**, São Paulo , v. 35, n. 2, p. 06-11, abr. 1995 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000200002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 18 out. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901995000200002>.

IAMAMOTO, M. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

INYANG, B. J; AKAEGB, J. B. Redefining the role of the human resource professional (HRP) in the nigerian public service for enhanced performance. **Internacional Journal of Business Administration**, Toronto, v.s, n. 1, p. 90-98.2014.

MASCARENHAS, A. O; KIRSCHBAUM, C. Fundamentos de gestão estratégica de pessoas. In: Mascarenhas, A. O. (org). **Gestão estratégica de pessoas**: evolução, teoria e crítica. São Paulo: Cengage learning, 2008.

MAXIMIANO. A. C. A. **Teoria geral da administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.



NASCIMENTO, K.E.R. Gestão de processos e reengenharia : inovação e estudo de caso na universidade aberta da terceira idade. **Nucleus**, v.11, n.2, out.2014. Disponível em < <https://www.researchgate.net/publication/307667044>> Acesso em: 25 de ago. 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **A prevenção das doenças profissionais**. Disponível em: <<https://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf> . > Acesso em 11 de agosto de 2018.

ROCHA, L. E. et al. **Isto é trabalho de gente?**: vida, doença e trabalho no Brasil – São Paulo: Vozes, 1993.

SCHERMERHORN, J.R. J; HUNT, J. G; OSBORN, R. N. **Fundamentos de Comportamento Organizacional**. 2. ed. São Paulo: Artmed editor S.A, 1998.

TOLEDO, F. **Administração de pessoal**: desenvolvimento de recursos humanos. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1980.

SILVA, R. M. da; LONGO, S. S. **Intervenções em psicologia organizacional e do trabalho em organizações de saúde pública**: uma experiência no interior do Paraná. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Curso de Psicologia, UNICENTRO, Paraná, 2008. Disponível em:. Acesso em: 15 ago. 2018.

VASCONCELOS, I.F.G; MASCARENHAS, A.D.; VASCONCELOS, F.C. **Gestão do paradoxo “passado versus futuro”**: uma visão transformacional da gestão de pessoas. São Paulo, 2006.



APLICAÇÃO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NAS EXECUÇÕES INICIADAS SOB O REGIME ANTERIOR À LEI 13.105/ 2015

Juliana A. Cestari, Thais Forti P. de Almeida, Renato Zanolla Montefusco,
e-mail: julicest@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Dentre muitos temas disponíveis no ramo do Direito, a prescrição intercorrente mostra-se um dos mais instigantes. Partindo-se da premissa de obtenção de conhecimento versus utilidade prática, faz-se necessária a exata compreensão deste instituto, bem como a forma e momento de aplicação da prescrição intercorrente nos processos sujeitos à sua ocorrência que tramitam nas varas cíveis do país, dado o caráter definitivo dos efeitos provocados pelo seu reconhecimento e decretação.

Consoante artigo 189 do Código Civil de 2002, a prescrição define-se como a extinção da pretensão do titular de um direito em razão de sua inércia combinada com o decurso de tempo, consoantes prazos previstos nos artigos 205 e 206 do mesmo estatuto.

No que tange à prescrição intercorrente, define-se como a perda do direito de ação no decorrer do processo, motivada pela inércia do autor que deixou de praticar os atos necessários para seu prosseguimento com conseqüente paralisação do processo por prazo superior àquele previsto em lei. Sob a égide do Código de Processo Civil de 1973, inexistia previsão legal para aplicação de referida forma de extinção, no entanto, verificando-se o acúmulo de processos sobrestados por desídia do exequente mesmo após a intimação pessoal e a necessidade de evitar que as ações com este perfil ficassem paradas *ad aeternum*, amparada em precedentes do Superior Tribunal de Justiça, passou a prevalecer na doutrina e na jurisprudência o entendimento de cabimento de aplicação da prescrição intercorrente nas execuções em curso.

Pois bem. Com o advento do novo Código de Processo Civil, considerando o lastro do entendimento do cabimento deste instituto, o legislador entendeu por bem positivar a prescrição intercorrente como forma de extinção da execução, mais precisamente no § 4,º do art. 921, bem como no inciso V, do art. 924, ambos do CPC/2015.

É neste passo que se esbarra com as execuções iniciadas sob o regime do Código de Processo Civil de 1973 surgindo a necessidade de adequar e uniformizar a aplicação da prescrição intercorrente de modo a não gerar insegurança jurídica.

Nesta senda, elevaram-se hesitações em relação ao cabimento do reconhecimento da prescrição intercorrente e o momento oportuno de decretá-la. Assim, várias indagações surgiram nesse contexto, quais sejam: como seria possível aplicar a prescrição intercorrente quando a execução é frustrada por falta de bens do executado e encontra-se suspensa nos termos do artigo 791, inciso III, do CPC/73; e como poderia ser aplicada nas execuções arquivadas em decorrência da inércia do exequente que não buscou, por meio de atos concretos, a satisfação do seu crédito no processo em curso; qual seria a forma de fazer a contagem do prazo e qual o momento ideal para início do lapso temporal que irá resultar com a fulminação da ação; haveria a necessidade de intimação prévia das partes antes do reconhecimento da prescrição intercorrente, como observado, inúmeras indagações orbitam no entorno da prescrição intercorrente.

Pretende-se, no decorrer da presente pesquisa, responder estes questionamentos, aclarando eventuais divergências existentes em relação a este tão importante instituto.

2 METODOLOGIA

A metodologia empregada será o método dedutivo valendo-se de doutrinas, teses e dissertações, fontes paralelas como internet e artigos. Ainda serão utilizadas jurisprudências do Superior Tribunal de Justiça, e dos Tribunais de Justiça que possam coadunar com o tema a fim de demonstrar na prática aquilo que está sendo discorrido. A junção de teoria e prática será o principal sustento da pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O objetivo do processo de execução (ou fase de execução de sentença) é a satisfação do crédito do exequente através da expropriação de bens do executado, em valor suficiente para a outorga de quitação. Malgrado a efetivação de diversas tentativas de localização de bens do executado passíveis de penhora, por diversas vezes o exequente não alcança o êxito e, em algumas ocasiões abandona o processo,

seja por desinteresse, seja para evitar dispêndio com custas processuais, pela inexistência ou insuficiência de bens para parte ré, entre outros, acarretando a suspensão do processo.

A suspensão da execução gera efeitos que estão previstos no art. 921 do Código de Processo Civil de 2015, tornando lei um assunto que era bastante divergido na vigência do antigo Código de Processo Civil (1973), por falta de previsão legal: a prescrição intercorrente.

Em relação às execuções que tiveram seu início após a entrada em vigor do NCPD a matéria é muito tranquila, sendo o artigo muito claro na orientação quanto às hipóteses de aplicação da prescrição intercorrente, quando ocorre o início da contagem do prazo e o procedimento para sua decretação.

A problemática surge no contexto de uma execução que teve seu início sob a regência do CPC de 1973, considerando que somente se reconhecia, doutrinária e jurisprudencialmente, a prescrição intercorrente em relação aos processos arquivados por desídia da parte exequente e nunca em relação àqueles arquivados por inexistência de bens penhoráveis, nos termos do art. 791, II, do CPC/73, dificultando-se a uniformização para contagem do início do prazo (pois na prática, muitos processos estavam arquivados por longos períodos, superiores inclusive ao prazo prescricional do direito material vindicado), bem como a necessidade de intimação da parte exequente para se manifestar em prosseguimento.

O Fórum Permanente de Processualistas Civis (FPPC) elaborou o Enunciado 196, que prevê que “*o prazo da prescrição intercorrente é o mesmo da ação*” (vide ainda, Súmula 150, STF).

Após tantas divergências, o Superior Tribunal de Justiça julgou o primeiro Incidente de Assunção de Competência relativo ao tema prescrição intercorrente, que, de mais a mais, além das dúvidas supramencionadas, também firmou entendimento em relação à interpretação do art. 1.056 do Código de Processo Civil que dispõe: “*considerar-se-á como termo inicial do prazo da prescrição prevista no art. 924, inciso V, inclusive para as execuções em curso, a data de vigência deste Código*”.

No referido incidente, foram firmadas teses que deverão orientar o funcionamento da prescrição intercorrente. Entendeu-se que, incide a prescrição intercorrente quando o exequente permanecer inerte por prazo superior ao do título,

segundo-se as orientações prestadas pelo art. 202, parágrafo único, do Código Civil. Então, tem-se que, seguindo o parâmetro legal, se um advogado que prestou serviço e demandou o contratante para reaver seus honorários, cujo processo encontra-se arquivado por inexistência de bens penhoráveis (art. 921, inciso III), dever-se-á considerar para a hipótese de decretação da prescrição intercorrente o prazo de um ano de suspensão e, não havendo manifestação do exequente neste período, voltará a correr automaticamente o prazo prescricional, independentemente da intimação do credor. Neste passo, os autos estarão aguardando em arquivo pelo prazo da prescrição do título, ou seja, o prazo do direito material executado, no exemplo, cinco anos (art. 206, § 5º, inciso II, do C.C). Conclui-se, portanto que, no caso de uma execução de título extrajudicial para execução de contrato de honorários advocatícios, o processo será abarcado pela prescrição intercorrente após seis anos de inércia da parte exequente (um ano de suspensão, mais o prazo do título).

As execuções iniciadas na vigência do Código de Processo Civil de 1973 terão o termo inicial do prazo prescricional contados do fim do prazo judicial de suspensão do processo ou, caso inexista prazo fixado, dever-se-á aguardar o prazo de um ano, aplicando-se analogia ao art. 40, § 2º, da Lei 6.830/80 (Lei de execução fiscal), que reza que o juiz suspenderá o curso da execução quando o executado não for encontrado ou quando não forem localizados bens penhoráveis, por um ano, prazo este que estará isento de prescrição. Porém, após o decurso de um ano sem mudança de situação o juiz ordenará o arquivamento do processo. Se da decisão que ordenou o arquivamento tiver decorrido o prazo de prescrição (do direito material), as partes serão intimadas para manifestação e após, o juiz reconhecerá e decretará, ainda que de ofício, a prescrição intercorrente. Em suma: A prescrição não corre enquanto o processo estiver suspenso e, somente findo esse prazo e determinado o arquivamento do processo, conta-se o prazo do título que ensejou a execução e, transcorrendo *in albis*, o juiz deverá decretar a prescrição intercorrente. A intimação prévia do credor antes de decretar a prescrição intercorrente é *conditio sine qua non*, sob pena de nulidade da sentença.

Neste sentido, já decidiu o Egrégio Tribunal de Justiça

Ação de execução. Extinção. Descabimento. Inocorrência de prescrição intercorrente. Remessa ao arquivo sob a égide do CPC/73. Necessidade de

prévia intimação pessoal do exequente, especificamente para dar andamento ao feito sob pena de extinção, nas execuções ajuizadas sob a égide do CPC/73. Sentença anulada. Recurso provido. (TJSP; Apelação 0045833-29.2008.8.26.0562; Relator (a): Luis Carlos de Barros; Órgão Julgador: 20ª Câmara de Direito Privado; Foro de Santos - 1ª. Vara Cível; Data do Julgamento: 01/10/2018; Data de Registro: 04/10/2018)

Outra tese firmada pelo referido incidente é que, se o processo já se encontrava arquivado com prazo prescricional iniciado ou com prescrição já consumada quando passou a vigorar o Código de Processo Civil de 2015, não incidirá o termo inicial do art. 1.056 do NCPC, qual seja, o início do prazo para a contagem da ocorrência da prescrição intercorrente. É dizer que, se o processo já se encontrava com prazo prescricional em curso (considerando que durante a suspensão não corre a prescrição, imagine-se um processo que foi suspenso por 180 dias e, após este prazo e na vigência do CPC/73, a parte exequente abandonou a causa) não serão abarcados pelo início do prazo prescricional previsto no artigo supracitado, uma vez que não se aplica interpretação extensiva que viabilize o reinício ou a reabertura de prazo prescricional ocorridos na vigência do CPC de 1973, ou seja, se iniciado o prazo de prescrição antes do advento do NCPC, está será reconhecida se preenchidos os requisitos.

É esse o entendimento jurisprudencial adotado, veja

[...] ACERTO DA R. DECISÃO - **PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE CONFIGURADA** – PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA - AUTOS MANTIDOS SUCESSIVAMENTE NO ARQUIVO POR MAIS DE 3 (TRÊS) ANOS, SEM QUALQUER REQUERIMENTO DO CREDOR – MANUTENÇÃO DA R. SENTENÇA - RECURSO NÃO PROVIDO. (TJSP; Apelação 0001047-61.2005.8.26.0025; Relator (a): Simões de Vergueiro; Órgão Julgador: 16ª Câmara de Direito Privado; Foro de Angatuba - Vara Única; Data do Julgamento: 02/10/2018; Data de Registro: 04/10/2018, grifo nosso)

Ademais, o contraditório deve ser respeitado em todas as fases processuais e em todas as manifestações do Poder Judiciário. Nesta senda, sendo o reconhecimento da prescrição intercorrente ato que pode ser declarado de ofício pelo juiz, inexorável a intimação do exequente para que tenha a oportunidade de impor fato modificativo ou impeditivo à decretação, sob pena de nulidade da extinção fundada neste tema.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto, à imprescindibilidade de o credor promover todas as diligências necessárias para o andamento do processo, para conquistar o bem que está sendo tutelado juridicamente, respeitando e impulsionando a máquina que

movimentou, atendendo o seu próprio interesse e, além disso, evitando-se uma vinculação perpétua do devedor à demanda, o que é inadmissível no direito pátrio.

Destarte, a prescrição intercorrente deve respeitar os prazos legais estabelecidos no nosso ordenamento, em especial àqueles previstos no Código Civil (art. 205 e 206), conquanto trata-se de prescrição, cuja natureza jurídica é de direito material, muito embora reflita no âmbito processual.

A previsão em lei do instituto em pauta veio para acabar com a insegurança jurídica que permeava a prescrição intercorrente, doando-se necessária uniformização da interpretação da norma e da sua aplicação em todas as execuções, digam-se, pretéritas e contemporâneas, impedindo assim que as pretensões executórias se protraíam no tempo, com subsistência indefinida.

Resta dizer que, transcorrido um ano de suspensão do processo, este deverá retomar o prazo prescricional e, depois de concluído, o juiz reconhecerá a prescrição intercorrente, respeitados o contraditório e a ampla defesa, posto que sua consequência poderá ser irreversível, condenando o exequente a perda do direito de execução.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. Incidente de Assunção de Competência em Recurso Especial nº 0125151-1 DF 1.604.412 (STJ), DF 8 de Jun. 2017. Disponível em < https://jurisprudencia.s3.amazonaws.com/STJ/attachments/STJ_IAC-RESP_1604412_bc701.pdf?Signature=tDCbEDpvd2Wh8KJUwvLNtzl2x8o%3D&Expires=1539021320&AWSAccessKeyId=AKIAIPM2XEMZACAXCMB&response-content-type=application/pdf&x-amz-meta-md5-hash=64e9728156d899f9056259d03d7dff89> acesso em 05. Outubro. 2018

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Apelação Civil nº 2018.0000780666 SP 0006802-31.2002.8.26.0006 (TJ-SP), SP 22 Out. 2015. Disponível em <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=11872372&cdForo=0>> Acesso em 03. Outubro. 2018.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Apelação Civil nº 2018.0000779960 SP 0001047-61.2005.8.26.0025 (TJ-SP), SP 02 Out. 2018. Disponível em <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=11870440&cdForo=0>> Acesso em 08. Outubro. 2018.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

DIDIER JR. e PEIXOTO, Fredie e Ravi. **Novo Código de Processo Civil: comparativo com o código de 1973**. 1. Ed. Salvador: JusPodvm, 2015.

GONÇALVES, M. V. R. **Direito Processual Civil Esquematizado**. 7. Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MARINONE, L. G. et al. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. 1. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.



AS DIFICULDADES NA REALIZAÇÃO DA INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA APÓS O SURGIMENTO DE NOVAS TECNOLOGIAS

Ana Claudia Francelin, Henrique Volpe, Vanderlei de Freitas Nascimento Junior, email: vanderlei.adv.jau@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A interceptação das comunicações telefônicas é meio de prova em investigação criminal e instrução processual penal. Tem previsão constitucional em seu artigo 5º, inciso XII e está disciplinada na Lei 9.296/1996.

A lei exige alguns requisitos para o deferimento dessa medida cautelar, sendo indispensável à autorização judicial, sob sigilo de justiça, além de indícios razoáveis de autoria ou participação, quando a prova não puder ser feita por outros meios disponíveis nas infrações penais punidas com pena de reclusão.

Possui duração de quinze dias, podendo ser prorrogada indefinidamente, desde que seja devidamente fundamentada pela autoridade judiciária competente.

Com a evolução da tecnologia e lançamentos de novos meios na área de comunicação e introdução no mercado de aplicativos modernos para smartphones, a investigação criminal passou a encontrar dificuldades nas interceptações, tendo em vista que cada vez mais pessoas estão adeptas a utilização desses aparelhos e, inclusive, no meio do crime.

A grande problemática encontrada está na captação dessas informações. As multinacionais desenvolvedoras desses aplicativos, como por exemplo o Whats App, possuem servidores no exterior, e, não há legislação e Tratados Internacionais que regulamente tal processamento e liberação de dados, tornando a interceptação obsoleta, já que criminosos utilizam cada vez menos a linha telefônica convencional para se comunicarem.

Esta pesquisa visa demonstrar as dificuldades encontradas na investigação criminal por meio da interceptação telefônica e expor uma possível saída na resolução dessa problemática.

2 METODOLOGIA

As dificuldades encontradas durante a interceptação telefônica foram extraídas do método empírico, experienciadas no exercício da atividade profissional das investigações policiais.

No entanto, o presente trabalho se baseou numa revisão específica de literatura, a partir da análise de dados estatísticos já coletados e divulgados por outros pesquisadores específicos, doutrinas, jurisprudências, artigos científicos, dentre outros.

Tanto a análise dos dados consultados como as considerações finais foram obtidas através do método dedutivo analítico, propiciando um estudo elaborado e dirigido sobre o impacto causado pelo uso de novas tecnologias e a forma com que o direito recepcionou tais alterações, sobretudo, o direito penal e processual penal, no âmbito da investigação criminal.

3 RESULTADO E DISCUSSÕES

Segundo LIMA (2014), interceptar significa interromper o curso, captar a comunicação alheia para o conhecimento do seu conteúdo.

Para início da interceptação das comunicações telefônicas é elaborado um relatório de investigação apontando as diligências realizadas, os indícios razoáveis de autoria ou participação, com indicação do nome ou da alcunha do investigado, da linha telefônica que ele se utiliza para a prática de suas atividades ilícitas e da não possibilidade do prosseguimento das investigações policiais se não tiver a autorização dessa medida cautelar. A autoridade policial representará para a autoridade judicial competente a concessão da interceptação das comunicações telefônicas. Após o deferimento da representação, é expedido pelo juiz o alvará que será encaminhado pela equipe de investigação junto à operadora de telefonia habilitada na linha fixa ou móvel do investigado para o início das interceptações das comunicações telefônicas, cujas conversas serão redirecionadas para um telefone desvio que ficará na posse do investigador de polícia para o acompanhamento em tempo real das captações das conversas.

Atualmente, a maioria das pessoas utiliza linhas móveis em aparelhos celulares e smartphones.

Essas novas tecnologias dispõem em seus sistemas operacionais aplicativos e programas capazes de estabelecer comunicação por meio de áudio ou pacote de dados enviados pela rede da internet. Tratando-se de interceptação pelo número da linha telefônica, tais aplicativos dificultam as investigações, pois não disponibilizam o acesso à linha habilitada no aparelho, descumprindo a ordem judicial. Os desenvolvedores dos aplicativos e softwares não se submetem às leis brasileiras, dependendo de tratado internacional em que o país seja signatário.

Ademais, outro ponto negativo é a utilização da criptografia nos pacotes de dados e áudios que são utilizados por tais sistemas, o que segundo os desenvolvedores é realizada ponto-a-ponto e somente o receptor terá acesso a chave decodificadora para leitura do conteúdo do texto ou áudio da conversa. Dentre os aplicativos utilizados é citado como exemplo o WhatsApp. Contudo, há outros semelhantes, tais como o Telegram, Skype, Zello e Viber.

Diante disso, as organizações criminosas e os terceiros que se dedicam às atividades ilícitas e sabedores de tais informações são favorecidos com os obstáculos impostos por empresas de comunicações que possuem o seu domínio no exterior.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo dos entendimentos doutrinários de que ninguém pode se valer de princípios e direitos constitucionais para a prática de crimes, também não é devido se valer de tratados internacionais e de recursos tecnológicos para o exercício de atividades ilícitas.

Conforme se apurou, verificou-se que a comunicação estabelecida por meios ligados à informática e telemática não deixa de ser uma forma atualizada e moderna de comunicação telefônica. Por isso, se a finalidade for apurar crime, com autorização judicial, é válida a interceptação de comunicação efetuada por esses meios.

Com o avanço tecnológico, a medida cautelar de interceptação telefônica passou a ser, muitas vezes, ineficaz em razão da não comunicação por meio de linha telefônica. Isso se deve ao fato de que as conversas passaram a ser estabelecidas por áudios e mensagens de textos por intermédio de aplicativos de domínio estrangeiro.

Falta olhar para essa problemática com mais severidade, criando legislações e negociando Tratados Internacionais com o objetivo de estreitar cada vez mais a



comunicação por meio desses aplicativos de criminosos para a prática de crimes, fazendo com que a polícia não fique de “mãos atadas” diante de tais circunstâncias.

REFERÊNCIAS

LIMA, R. B. **Legislação Criminal Especial Comentada**. 2ª Edição. Salvador: Juspodvim, 2014.

NUCCI, G. S. **Leis Penais e Processuais Penais Comentadas**. 6ª Edição. São Paulo: 2012.

PADRÃO, M. **Como a CIA consegue ler conversas do WhatsApp? Dá para se proteger**. UOL, em São Paulo 2017. Disponível em: <<https://tecnologia.uol.com.br/noticias/redacao/2017/03/09/nao-existe-sistema-100-seguro-diz-especialista-sobre-cia-lendo-whatsapp.htm>>. Acesso em: 12 de out. de 2018.

PAYÃO, F. **WhatsApp diz que é inviolável**; Polícia Federal retruca o aplicativo no STF. Ano 2017. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/whatsapp/117364-whatsapp-diz-inviolavel-policia-federal-retruca-aplicativo-stf.htm>>. Acesso em 12 de out. de 2018.

PORTAL G1 DE NOTÍCIAS. **WhatsApp não consegue interceptar conteúdo legível, diz criador do app ao STF**. Por G1, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/nao-ha-jeito-de-o-whatsapp-interceptar-conteudo-legivel-diz-criador-do-app-ao-stf.ghtml>>. Acesso em 12 de out. de 2018.

AS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS COMO UM MEIO EFICAZ PARA A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: ANÁLISE DA NOVELA GRÁFICA NEUROCOMIC

Hélio Junior Barbosa de Carvalho, Laura Boletti de Castro
e-mail: jrcavalho.helio@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Como um meio de entretenimento popular, histórias em quadrinhos (HQs), possuem ferramentas que podem ser estudadas na intenção de divulgar ciência, através da criatividade e ser constituídas por imagem e texto que facilita a compreensão de uma mensagem (IWATA, 2015, p.2).

O intuito deste trabalho é analisar como as histórias em quadrinhos podem ser um meio eficiente para a divulgação científica através de técnicas que conduzem a imaginação do leitor por meio de uma construção de diálogos inseridos em imagens, dentro de uma história contada, que Eisner (1985) conceitua como arte sequencial.

Afonso (2008) explica que a importância da divulgação científica diz respeito à relevância que a própria ciência tem na vida, no pensamento crítico da sociedade como um todo, no respeito à natureza e o quanto a ciência está inserida no entorno das pessoas. Por meio de canais de comunicação, as técnicas e recursos de se fazer divulgação científica estão inteiramente relacionadas a informações acessíveis para um público leigo. Ao contrário da comunicação científica, que é direcionada para o meio acadêmico e que se restringe a periódicos científicos e eventos técnicos científicos (BUENO, 2010, p.4). Neste sentido, histórias em quadrinhos tornam-se uma ferramenta eficaz na divulgação. Iwata (2015) descreve que, por ser uma ferramenta de contar histórias por métodos da narrativa visual, é um produto passível de ser estudado, que pode unir a informação e o entretenimento.

O objeto de estudo é a novela gráfica “*Neurocomic*”, que surgiu em 2013, pelos autores Hana Ros (PH.D. em neurociência, formada na universidade de Oxford, Inglaterra) e Matteo Farinella (PH.D. em neurociência pelo *University Collge* de Londres, ilustrador especializado em jornalismo em quadrinhos e ilustração científica), que narra a história de um personagem que faz uma viagem para dentro do cérebro humano e encontrando nele, famosos teóricos e cientistas da área da neurociência que explicam, de maneira acessível, os princípios básicos desse órgão humano.

Como aponta Mccloud (2006) novelas gráficas (ou *graphics novels*) são textos literários que foram adaptados à linguagem dos quadrinhos com histórias mais sérias e complexas, que surgiram para se diferenciar das HQs que tinham a fama de serem produtos de consumo para crianças ou jovens. Sua finalidade é direcionar para o público adulto, tendo como característica uma produção mais luxuosa, contendo uma história centrada em um único volume. Já as HQs normalmente seguem uma linearidade de volumes que são produzidos em séries. Mas, de acordo Silva (2014), tal definição não faz com que novelas gráficas deixem de ser quadrinhos e afirmar que as HQs não possuem temas complexos, que consiga levar o leitor a ter uma leitura crítica, indica fatores discriminatórios.

O objetivo do trabalho é analisar como os autores utilizaram a arte sequencial para falar de neurociência de forma introdutória, para pessoas leigas do assunto, mas estando dentro de teorias científicas.

2 METODOLOGIA

O objeto do trabalho a ser analisado é a novela gráfica “*Neurocomic*” e se restringe a um recorte que se limita ao prólogo, capítulo 1 e capítulo dois. A delimitação deste recorte dá-se ao fato de que os três primeiros capítulos abordam temas sobre o funcionamento do cérebro, os estímulos sensoriais e saúde mental. O prólogo é a apresentação do quadrinho, nele o leitor se depara com o personagem principal que sai do lugar de onde está e faz uma viagem para dentro do cérebro humano. O capítulo 1 são os impactos que o personagem tem ao saber que está dentro do cérebro ao encontrar teóricos percussores da neurociência. No capítulo 2, a história se desenvolve a partir do momento que o personagem interage com o desempenho e o funcionamento deste órgão.

Os procedimentos a serem seguidos na metodologia tem como propósito a pesquisa exploratória, a partir de pesquisa bibliográfica, focada em uma ampla leitura sobre quadrinhos, divulgação científica e o histórico da novela gráfica “*Neurocomic*” para entender o assunto e obter familiaridade com o tema.

Para levantar tais resultados emprega-se a análise de conteúdo, pois é um instrumento de investigação das comunicações e que geram diversas formas de se chegar a uma conclusão (BARDIN, 2011). O objetivo da análise de conteúdo neste

trabalho é justamente deduzir os significados inseridos na arte sequencial do quadrinho.

A abordagem pretende utilizar a pesquisa qualitativa com o intuito de observar a relação entre texto e imagem da novela gráfica, interpretando seus significados e descrever se as narrativas visuais, utilizadas para divulgar ciência, foram possíveis de serem atingidas. Por meio da pesquisa qualitativa é possível saber se as hipóteses podem ser comprovadas, levando em consideração que a interpretação através do método depende do pesquisador.

3 DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

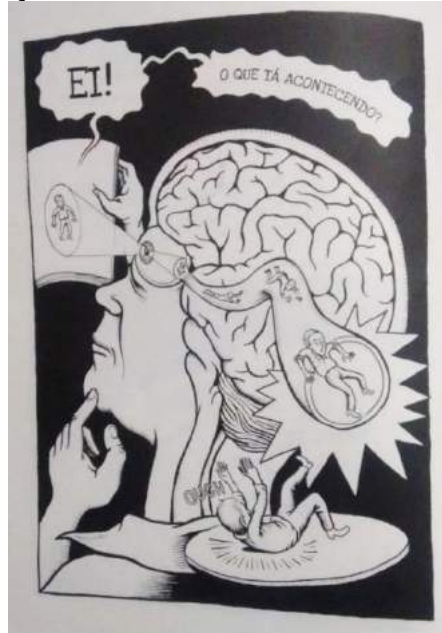
Através de uma análise flutuante, que é o contato com o objeto de estudo que será sujeito a pesquisa (BARDIN, 2011), depois de ter explorado o tema e coletado os dados, a pesquisa obteve alguns resultados prévios que indica como a linguagem dos quadrinhos pode ser um meio de divulgação capaz de possibilitar a compreensão de assuntos que estão no âmbito científico.

A novela gráfica possui 140 páginas e o recorte escolhido para análise é da página 8 a 62 que correspondem ao prólogo, primeiro capítulo e segundo capítulo. Eles representam pontos relevantes que prendem a atenção do leitor no início da leitura e que se desenvolvem para um ápice, direcionando para conhecimentos sobre neurociência e seus aspectos que envolvem o dia a dia.

As ilustrações da “*Neurocomic*” são representadas por narrativas fáceis de ser compreendidas e conduzem de modo didático, o leitor para as explicações científicas inseridas na arte sequencial. Como é representado no prólogo, página 14, uma imagem que ilustra o momento em que o personagem é transportado para uma viagem para dentro do cérebro, indicando o ápice da história, demonstra como esse órgão enxerga as imagens.

Durante a narrativa o personagem vai sendo apresentado por cientistas e teóricos do estudo do cérebro. Dessa forma, os autores da novela gráfica se preocupam em evidenciar as fontes e explicar as descobertas defendidas de cada pesquisador, usando a técnica da arte sequencial.

Figura 1: representação da visão de como o cérebro enxerga as coisas



Fonte: Neurocomic, p. 14, 2013.

Figura 2: Cientista Santiago Ramón y Cajal sendo retratado como personagem da história

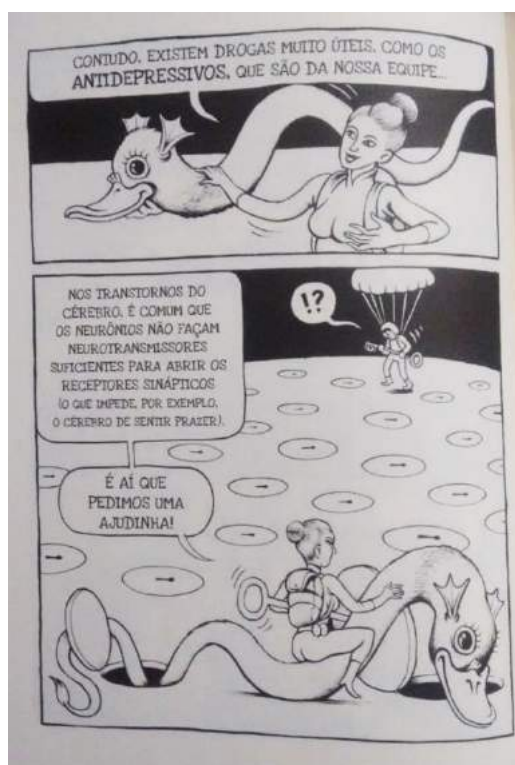


Fonte: Neurocomic, p.25, 2013

Na página 58, o personagem principal encontra pessoas que se dizem ser neurotransmissores e tem a funções de ajustar o humor, manter o controle dos

músculos do sistema nervoso, aprendizado da memória, inibir e estimular neurônios no cérebro. Com o auxílio de antidepressivos tais personagens mantem o funcionamento normal do cérebro. A análise identificou que é provável passar conhecimento científico através do texto, que explica a funcionalidade dos neurotransmissores, e das imagens que apresentam seres fictícios para compor a explicação.

Figura 3: Informações sobre a funcionalidade de antidepressivos



Fonte: Neurocomic, p.58, 2013

Ao analisar os recortes escolhidos, constata-se que é possível divulgar ciências aliando textos e imagens. Além do mais, a criação de personagens e cientistas renomados inseridos na narrativa ajuda na compreensão dos temas que são abordados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa encontra-se em fase inicial e não obteve análises profundas dos recortes propostos pelo trabalho. Entretanto, considera-se a necessidade de abrir um diálogo com o grande público para que tenham conhecimento do que se tem feito no



campo científico e o quanto isso pode estar impactar a vida das pessoas. E ao analisar as narrativas visuais até aqui, demonstra-se que os quadrinhos são uma ótima ferramenta da comunicação para divulgação científica.

Longe de ser um meio exclusivo para crianças e jovens, o uso dessa ferramenta pode ser explorado por outra faixa etária. Sua linguagem exige interpretações dos símbolos e pode ser usada para a compreensão de temas que possam ser profundos e inacessíveis para um grande público sem perder a confiabilidade dos fatos.

REFERÊNCIAS

AFONSO, E, G, M. **A divulgação científica para o grande público: O Papel das Relações Públicas. O Caso do Ciimar.** Universidade Fernando Pessoa, Portugal, 2008

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BUENO, W. **Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais.** Informação & Informação, Londrina, v. 15, n. esp, p. 1-12, 2010.

EISNER, W. **Quadrinhos e arte sequencial.** São Paulo: Martins Fontes, 1985.

IWATA, A. **Alfabetização e divulgação científica de química por meio da produção de histórias em quadrinhos,** São Paulo, 2015

MCCLLOUD, S. **Reinventando os quadrinhos.** Tradução Roger Maiolo. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda., 2006.

SILVA, C, P. **Machado de Assis em graphic novel: Adaptação ou tradução?** Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte – MG, 2014.

ASPECTOS GERAIS DO INQUÉRITO POLICIAL

Tamara Turini Gomes², Luiz Fernando Kakoi³, Perla Savana Daniel⁴, e-mail perlasavana@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Conceituado como um procedimento administrativo, de caráter investigatório e informativo, o inquérito policial está previsto no Código de Processo Penal e possui a finalidade de apurar indícios de autoria e materialidade em infrações penais, podendo, posteriormente, ser utilizado como um meio para a propositura da ação penal pública ou privada. Além de servir como forma de investigação para o crime, o inquérito ainda contribui para a decretação de medidas cautelares, como nas hipóteses em que o juiz antes de iniciado o processo pode determinar uma prisão preventiva ou uma interceptação telefônica.

O inquérito policial possui algumas características específicas, as quais servem para diferenciá-lo do processo. São elas: procedimento escrito, caráter sigiloso, é uma atividade feita por órgãos oficiais, possui oficiosidade, autoritariedade, é indisponível, pode ser dispensável e tem caráter inquisitivo.

Como um dos instrumentos importantíssimos de trabalho da polícia judiciária, que segundo Mirabete é uma instituição de direito público destinada a manter a paz pública e a segurança individual, o inquérito policial é o conjunto de diligências realizadas que se dá através da notícia de uma infração penal, ou seja, a *notitia criminis*.

Devido ao seu conteúdo informativo e valor probatório relativo que fornece ao Ministério Público ou ao ofendido, respectivamente, titular da ação penal pública e privada, elementos necessários para a propositura da ação, bem como informações que não recebam “amparo” do contraditório e da ampla defesa, o inquérito policial é fundamental para a convicção do órgão da acusação na persecução penal.

² Estudante do 6º período de Direito das Faculdades Integradas de Jaú, e-mail: tamaturini@hotmail.com;

³ Estudante do 6º período de Direito das Faculdades Integradas de Jaú, e-mail: Fernando.598@hotmail.com;

⁴ Orientadora do trabalho. Professora do curso de Direito das Faculdades Integradas de Jaú.

Ao longo do trabalho, será abordado as formas de instauração do inquérito policial, os prazos para a conclusão, a atuação do responsável por presidi-lo, bem como explicitado suas características principais.

2 METODOLOGIA

A metodologia de um trabalho consiste no caminho seguido pelo pesquisador, com a formulação de um problema até a comprovação de uma hipótese, ou seja, a resposta ao problema, que será dada ao final da pesquisa. É por meio do método que um pesquisador consegue atingir seus objetivos.

Os métodos de abordagem utilizados para a realização de um trabalho científico são os de caráter mais geral, os quais são responsáveis pelos critérios selecionados para o desenvolvimento da pesquisa.

De acordo com o que está sendo exposto pelo trabalho, o método empregado foi o indutivo, considerando este um dos destaques dentro dos métodos de abordagem. O indutivo é responsável pela generalização, sendo seu objetivo levar o pesquisador a encontrar conclusões mais amplas, partindo de uma questão particular para uma geral.

O presente trabalho foi elaborado através de pesquisas realizadas em bibliografias especializadas. Ainda em construção, até este momento, a pesquisa apresenta quais as finalidades de um inquérito policial, suas principais características e como ele é desenvolvido.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O inquérito policial é entendido como peça de informação, já que seu objetivo é o de apurar o fato que resultou uma infração penal. Para o STJ, os princípios do contraditório e da ampla defesa não se aplicam ao inquérito, pois este só visa um procedimento administrativo, em que não há acusação contra uma pessoa, e por isso, não há que se falar em defesa. Caracteriza-se, assim, pelo seu caráter inquisitivo devido a sua finalidade que se destina a tão somente reunir informações de autoria e materialidade de um crime para o posterior oferecimento da denúncia ou queixa-crime, dependendo do tipo de ação penal. Portanto, quando se fala em inquérito não se pode falar na figura de acusado, nem na figura de autor. Todas as informações, provas e

elementos obtidos com um inquérito policial servem, apenas, de base para uma ação penal.

O artigo 9º do Código de Processo Penal estabelece o procedimento na qual o inquérito deve ser feito: o escrito, não existindo a possibilidade de uma investigação verbal. Logo, todas as peças do inquérito policial serão reduzidas a escrito ou datilografadas, em um só processo, devendo ser rubricadas pela autoridade que o elaborou.

Durante a realização do inquérito, é inerente à investigação o sigilo, o qual é necessário ao esclarecimento do fato ou exigido pelo interesse da sociedade, sendo assegurado pela autoridade que o instaurar. É o que prevê o artigo 20 do Código de Processo Penal. No entanto, para representantes do Ministério Público e à autoridade judiciária, o sigilo não é estendido. No que se refere ao advogado, este pode consultar os autos de inquérito, porém, se houver a decretação do sigilo na investigação, não pode acompanhar a realização dos atos procedimentais.

A instauração do inquérito policial é feita por órgãos oficiais do Estado, daí sua característica da oficialidade, inexistindo o exercício desta atribuição a um particular, ainda que a ação penal tenha como titular o ofendido.

No que diz respeito à sua oficiosidade, quando se trata de crime de ação penal pública incondicionada, o inquérito é instaurado pela autoridade policial independente de qualquer provocação, tornando-o obrigatório diante da notícia de uma infração penal. Nos casos de ação penal pública condicionada e de ação penal privada, o inquérito precisa da representação ou requerimento da vítima ou de seu representante para ser iniciado.

O responsável por presidir um inquérito é a autoridade policial, função desempenhada pelo delegado de polícia de carreira. Trata-se de uma exigência expressa na Constituição Federal, artigo 144, § 4º. No entanto, após instaurado o inquérito, não é de competência do delegado o seu arquivamento ou disposição, mas sim do Juiz, conforme o artigo 17 do Código de Processo Penal.

Mesmo possuindo uma finalidade de extrema importância na persecução penal, o inquérito policial pode ser dispensado caso o Ministério Público ou o ofendido já possua elementos suficientes para a propositura da ação penal.

De acordo com o Código de Processo Penal, o inquérito policial pode ser iniciado de várias maneiras, a depender do tipo de ação penal cabível. Existem três tipos de ações, sendo elas: ação penal pública incondicionada (CPP, art. 5º, I e II, §§ 1º, 2º e 3º), ação penal pública condicionada (CPP, art. 5º, § 4º) e ação penal privada (CPP, art. 5º, § 5º).

Nos crimes de ação penal pública incondicionada, o inquérito policial pode se iniciar de três formas: 1) de ofício: hipótese em que a autoridade, independente de provocação, ao tomar conhecimento do fato, está obrigada a instaurá-lo por meio de uma portaria, a qual deve conter o esclarecimento das circunstâncias, local, dia, hora, autor, vítima da infração penal.; 2) por requisição da autoridade judiciária ou do Ministério público: quando conhecerem diretamente de autos ou papéis que evidenciem a prática de um ilícito penal, devem requisitar a instauração do inquérito para o esclarecimento dos fatos; 3) *delatio criminis*: quando a comunicação de um crime é feita pelo vítima, seu representante legal ou qualquer pessoa do povo.

Referindo-se aos crimes de ação penal pública condicionada, existem duas maneiras de se dar início ao inquérito. A primeira delas é mediante a representação do ofendido ou de seu representante legal, que segundo o artigo 5º, § 4º do Código de Processo Penal o inquérito só pode ser instaurado se houver a representação, a manifestação do ofendido autorizando a persecução penal. A representação é feita pela própria vítima, se maior de 18 anos ou pelo seu representante, se for menor. Nos casos em que for mentalmente enfermo, independentemente de sua idade, o direito de representação cabe àquele que tenha qualidade para representá-lo. Assim, cabe ressaltar a importância da representação para que se possa dar início ao inquérito, pois a autoridade judiciária e o Ministério Público só poderão instaurá-lo se encaminharem, junto com o ofício requisitório, a “autorização” do ofendido. A outra forma de instauração de inquérito se dá através da requisição do Ministro da Justiça, sendo cabível em situações específicas de crimes: crime cometido por estrangeiros contra brasileiro, fora do Brasil; crimes contra a honra cometidos contra chefe de governo estrangeiro e crimes contra a honra praticados contra o Presidente da República. Nessas hipóteses, a requisição será encaminhada ao membro do Ministério Público, que poderá oferecer a denúncia ou requisitar diligências à polícia.

Quanto à ação penal privada, a instauração do inquérito depende exclusivamente de requerimento escrito ou verbal do ofendido ou de seu representante legal (esta última, quando a vítima for menor de 18 anos ou não possuir plena capacidade para exercer seu direito de ação), estando proibidos, na forma da lei, de iniciar o inquérito o juiz ou Ministério Público. Após encerrado, o inquérito policial permanecerá no juízo competente, onde aguardará a iniciativa da parte ofendida.

A regra geral trazida no artigo 10 do Código de Processo Penal em relação ao prazo para o término do inquérito policial é de 30 dias quando o investigado estiver solto e 10 dias quando estiver preso. A contagem do prazo para indiciado que está em liberdade se dá a partir do recebimento da *notitia criminis* pela autoridade policial; para aquele que está preso, conta-se o prazo a partir do dia em que se executa a ordem de prisão.

A finalização do inquérito policial, independentemente do tipo de ação penal, ocorre com a conclusão de um relatório minucioso realizado pela autoridade policial (delegado) que deverá indicar as principais diligências que foram feitas, justificar as que não foram efetuadas e fundamentar quais razões levaram à classificação do crime. Após o encerramento do inquérito e a realização do relatório, os autos são encaminhados para a análise do juiz competente, e posteriormente remetidos ao Ministério Público que adotará as medidas necessárias.

O inquérito policial também pode ser arquivado. No entanto, tal providência só cabe ao juiz, a requerimento do Ministério Público, que é o titular da ação penal pública. Assim, o juiz não pode agir de ofício, ou seja, nunca poderá arquivar o inquérito sem prévia manifestação do Ministério Público. A autoridade policial não tem o “poder” de mandar arquivar autos de inquérito, pois sua função é apenas de colher elementos de autoria e materialidade em relação ao fato que chegou ao seu conhecimento.

Devido ao seu conteúdo informativo, é importante ressaltar que o inquérito policial possui valor probatório relativo, sendo destinado à simples investigação criminal, servindo de embasamento para uma denúncia. Assim, não se pode decidir uma condenação fundamentada exclusivamente na peça de um inquérito, pois há a violação do princípio constitucional do contraditória e da ampla defesa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme visto, o inquérito é um procedimento de extrema importância para que seja exercido de maneira justa e responsável o direito de punir do Estado (Jus Puniendi), buscando sempre a verdade real da infração penal cometida.

De acordo com sua natureza administrativa, sigilosa, inquisitiva, escrita, oficiosa, oficial e indisponível possui a finalidade de apuração, analisando os indícios de autoria e materialidade de determinado fato ocorrido. É através do inquérito policial que se dá início a ação penal, como forma de se punir o autor do delito. O processo penal brasileiro especifica três ações penais: a incondicionada, a condicionada e a privada, cada qual com suas particularidades.

É necessário destacar a atuação da polícia judiciária na elaboração do inquérito, ressaltando a atuação do delegado de polícia, que é o responsável por presidi-lo de maneira eficiente e comprometida do início ao fim. No que tange ao prazo para a conclusão de um inquérito, tem-se 30 dias para sua finalização quando o investigado estiver solto e 10 dias na hipótese de estar preso.

Desde sua criação em 1871, o inquérito policial é entendido como toda diligência que é necessária para descobrir fatos criminosos, as circunstâncias em que estes foram cometidos e os autores envolvidos na infração penal. Mesmo com seu longo tempo de existência, a aplicabilidade do inquérito ainda é de extrema relevância atualmente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 08 out. 2018.

BRASIL. **Código de Processo Penal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm>. Acesso em 08 out. 2018.

CAPEZ, F. **Curso de processo penal**. 25 ed. – São Paulo: Saraiva, 2018.

NUCCI, G. S. **Manual de processo penal e execução penal**. 13 ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2016.

MIRABETE, J. F. **Código de processo penal interpretado**. São Paulo: Atlas, 1994.



ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO

Hérica Loyane Araújo Garcia de Lima, Leticia de Melo, Thays de Melo,
Fabio Empke Vianna, e-mail: fvianna@aasp.org.br

1 INTRODUÇÃO

Um ambiente de trabalho saudável é direito fundamental de todo empregado, principalmente por estar ligado à garantia da dignidade da pessoa humana. O exercício de emprego, cargo ou função está intimamente adstrito aos preceitos constitucionais de proteção ao trabalho, essencialmente quanto ao meio ambiente laboral sadio e não discriminatório, possuindo o empregador a obrigação de respeitar a personalidade moral no empregado.

O que se nota, todavia, é uma crescente ocorrência de casos de assédio moral dentro das relações empregatícias. O assédio moral caracterizado pela subordinação consiste em condutas abusivas, intencionais e frequentes exaradas pelo superior hierárquico que visem à humilhação, o constrangimento, a sobrecarga, o isolamento, entre outras atitudes que mitiguem e/ou ofendam a integridade psicológica do trabalhador e deteriorem o clima no ambiente laboral.

Embora tenha passado a figurar nos processos trabalhistas com mais frequência, geralmente enquadrado no artigo 483 da Consolidação das Leis do Trabalho, o assédio moral é um ato totalmente hostil e degradante ao empregado/vítima que não possui uma legislação específica para repressão e punição desta prática.

Neste sentido, o que há é o projeto de lei nº 7.461 de 2017 que visa incluir o artigo 203-A no Código Penal, para o fim de tipificar o assédio moral como crime.

Salienta-se que este tipo de violação tem o condão de inferiorizar, expor ao ridículo, perseguir, sobrecarregar o empregado, causando-o, entre outros prejuízos, danos emocionais e distúrbios psicológicos. Por este motivo, é imprescindível que tal conduta seja revista e sua punição enquadrada de forma mais severa aos ofensores, para o fim de prevenir e coibir tais atos.

De tal forma, o presente trabalho tem o objetivo de defender, reforçar e ratificar a importância de se tratar o assédio moral nas relações empregatícias com mais rigidez, visto o vasto prejuízo que o mesmo causa ao trabalhador.

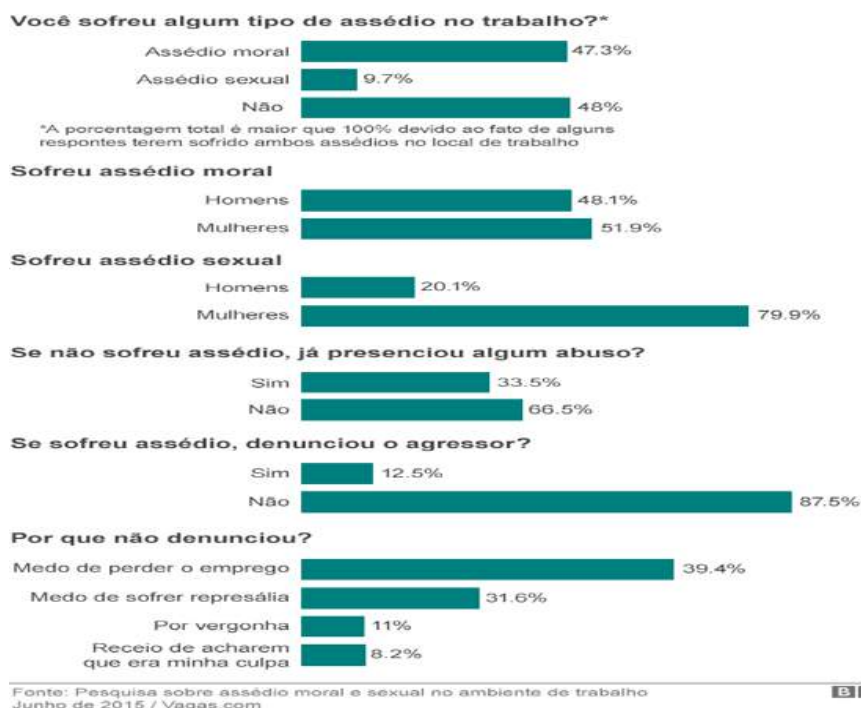
2 METODOLOGIA

A metodologia do trabalho foi baseada no método dedutivo. Para tanto, foi utilizada pesquisa teórica embasada por fontes bibliográficas sólidas e consistentes, tais como livros, teses, dissertações e legislação relacionados à proteção constitucional do trabalhador e a ocorrência de assédio moral dentro das relações de emprego. Além disso, também foram realizadas consultas jurisprudenciais acerca do tema, bem como pesquisa a fontes paralelas, como internet.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através do presente estudo, restou possível observar a alarmante incidência de assédio moral na qual os trabalhadores(as) subordinados têm sido expostos durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções. A ocorrência de assédio moral dentro do ambiente laboral é uma realidade perversa e mais frequente do que se imagina. Com base em uma pesquisa realizada pelo site Vagas.com e publicada com exclusividade pela BBC Brasil por meio de um questionário encaminhado a 70 mil profissionais de sua base de dados, “escolhidos entre os que tinham atualizado seu currículo nos seis meses anteriores e tinham ao menos um emprego em seu histórico”, o Vagas.com obteve os seguintes resultados do gráfico a seguir.

Ao analisar o gráfico abaixo, evidente notar que os resultados, bastante significativos, comprovam que os superiores hierárquicos, aproveitando-se de sua posição, praticam condutas repetitivas e prolongadas, a fim de constranger, humilhar ou desabonar o(s) seu(s) subordinado(s).



Considerando, inclusive, o impacto de tal prática na integridade psicológica do trabalhador vítima do abuso, importante observar os resultados da pesquisa realizada, que apontam que, na maioria das vezes, ainda que extremamente abalada e afetada, a vítima decide por não denunciar o seu superior, haja vista o medo que tem deste, seja no que concerne à perda de seu emprego, seja pelo constrangimento adicional a que venha a sofrer.

A humilhação repetitiva e de longa duração interfere na vida do trabalhador(a) de modo direto, comprometendo sua identidade, dignidade e relações afetivas e sociais, ocasionando graves danos à saúde física e mental, que podem evoluir para a incapacidade laborativa, desemprego ou mesmo a morte, constituindo um risco invisível, porém concreto, nas relações e condições de trabalho.

Ocorre que, em decorrência do dano emocional causado à vítima, muitas vezes irreversível, esta não tem conhecimento suficiente dos seus direitos como cidadã. Desconhece a respeito das punições, das formas litigiosas de resolução de tais conflitos e das indenizações geradas e, por isso, mantém-se inerte, refém da situação.

Relevante mencionar a necessidade dos elementos formadores da responsabilidade (dano, causa, nexos causal e culpa do empregador) para que haja

reparação do dano moral causado. Nesses termos, válido citar jurisprudência acerca de caso semelhante (TST – RR: 1162007320075030087, Relator: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 10/08/2016, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 15/08/2016), na qual, empregador restou culpado e foi condenado ao pagamento de indenização por submeter seu subordinado a situações constrangedoras perante os colegas de trabalho, atingindo, desta forma, a dignidade, a honra e a imagem da vítima.

Neste sentido, importante mencionar como vem se posicionando a jurisprudência quanto ao tema, enquadrando tal violação para fins de resolução do contrato de trabalho por justa causa do empregador e de indenização ao empregado pelo dano sofrido:

ASSÉDIO MORAL - RESOLUÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO POR JUSTA CAUSA DO EMPREGADOR - INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL - CABIMENTO. O assédio moral, como forma de degradação deliberada das condições de trabalho por parte do empregador em relação ao obreiro, consubstanciado em atos e atitudes negativas ocasionando prejuízos emocionais para o trabalhador, face à exposição ao ridículo, humilhação e descrédito em relação aos demais trabalhadores, constitui ofensa à dignidade da pessoa humana e quebra do caráter sinalagmático do Contrato de Trabalho. **Autorizando, por conseguinte, a resolução da relação empregatícia por justa causa do empregador, ensejando inclusive, indenização por dano moral.** (TRT – 15ª Região - 01 711 -2001-111-1 5-00- 0 - RO 20.534/2002. Rel. Juíza Mariane Khayat F. do Nascimento - publicado em 21.03.03 - Revista Consultor Jurídico 14 de julho de 2003). (G.N.).
ASSÉDIO MORAL – HUMILHAÇÃO POR SUPERIOR HIERÁRQUICO – CARACTERIZAÇÃO – DANO MORAL –INDENIZAÇÃO – "A humilhação constante do empregado perante seus colegas, consubstanciada por adjetivação insultosa e jocosa perpetrada por seu superior hierárquico **caracteriza assédio moral, ensejando a reparação do dano correspondente pelo empregador.**" (TRT 14ª Região, RO 00295.2003.401.14.00-8, Juiz Vulmar de Araújo Coêlho Junior, DOJT 5.03.2004). (G.N.).

A título de conhecimento, necessário citar estratégias que o agressor pode tomar a fim de assediar a vítima: escolher a vítima e a isolar dos demais integrantes do grupo; impedi-la de se expressar sem que haja um porquê; fragilizar, ridicularizar, inferiorizar, ou menosprezar a vítima em frente aos pares; culpabilizar/responsabilizar publicamente, podendo os comentários de sua incapacidade invadir, inclusive, o espaço familiar; desestabilizar emocional e profissionalmente.

Com isso, a vítima gradativamente vai perdendo, simultaneamente, sua autoconfiança e o interesse pelo trabalho, desencadeando ou agravando, inclusive, doenças pré-existentes. A destruição da vítima engloba vigilância acentuada e

constante. A vítima se isola da família e amigos, passando muitas vezes a usar drogas, principalmente o álcool. Outra conduta é forçar que a vítima peça demissão, ou seja, demitida, frequentemente, por insubordinação.

Neste diapasão, além das informações de extrema relevância já tratadas, faz-se necessária uma segunda abordagem, que é a conscientização. Logo, está à importância do incentivo àquele que esteja passando por qualquer situação semelhante às mencionadas acima ou que, de alguma forma esteja prejudicado emocionalmente em decorrência de tais condutas, a postular os seus direitos de reparação e de punição do ofensor. A maior parcela de casos em que se noticiou o suicídio, as depressões, síndromes do pânico, entre outras, não foram seguidas ou precedidas das denúncias cabíveis. Desta forma, uma maneira de ajudar, além de incentivar a tomada de decisão da vítima, é denunciar em seu lugar, a fim de evitar que os danos sejam ainda mais devastadores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se, de tal forma, que o assédio moral nas relações empregatícias além de afetar negativamente o psicológico, a intimidade e a sociabilidade da vítima, também a aterroriza e a inibe de buscar sanar as ocorrências, justamente por se tratar de uma relação de subordinação e hierarquia.

Como bem postula Sônia A. C. Mascaro Nascimento especificamente quanto ao assédio moral nas relações empregatícias, trata-se de:

Conduta abusiva, de natureza psicológica, que atenta contra a dignidade psíquica, de forma repetitiva e prolongada, e que expõe o trabalhador a situações humilhantes e constrangedoras, capazes de causar ofensa à personalidade, à dignidade ou à integridade psíquica, e que tem por efeito excluir o empregado de sua função ou deteriorar o ambiente de trabalho. (MASCARO NASCIMENTO, 2009, p.56).

Destaca-se, portanto, o grande e intenso prejuízo emocional e psicológico que tal violação causa ao empregado. Logo, há a necessidade de adequar o ordenamento jurídico brasileiro a esta realidade, visto que, como já demonstrado no presente estudo, a ocorrência de assédio moral dentro do ambiente laboral é vasta e frequente, porém não possui uma legislação específica neste sentido.

Somado a isto, o medo de perder o emprego ou de represália e até mesmo o desconhecimento por parte das vítimas de que tal conduta é ilícita ao ultrapassar os

padrões comuns e aceitáveis de cobranças, exigências e repreensões, por parte do empregador, colabora para omissão e falta de punição da prática. Faz-se necessário, de tal modo, a conscientização social de que os atos voluntários e insistentes do patrão que visem abalar o psicológico do subordinado ferem a dignidade da pessoa humana e, por isto, ensejam sanção.

Importante mencionar o posicionamento de Alice Monteiro de Barros, que afirma que “é exatamente a necessidade de proteção à dignidade do empregado que justifica a punição do assédio moral. Este é o seu fundamento.” (BARROS, 2010, p. 926).

Atualmente, o assédio moral nas relações de trabalho é enquadrado no artigo 483 da Consolidação das Leis do Trabalho para fins de rescisão do contrato de trabalho e indenização em favor do empregado. Todavia, diante dos malefícios que esses atos causam a vítima é imprescindível que seja adequada a legislação no sentido de penalizá-los de forma mais severa.

O que existe, neste sentido, é o Projeto de Lei nº 7.461, de 2017, criado por Carlos Henrique Gaguim que visa alterar o Código Penal (Decreto Lei nº 2.848, de 7 e Dezembro de 1940) para tipificar o assédio moral como crime. Tem a intenção de incluir o artigo 203-A no referido diploma legal, com a seguinte redação:

Assédio moral

Art. 203-A Praticar, reiteradamente, contra o trabalhador ato hostil capaz de ofender a sua dignidade e causar-lhe dano físico ou psicológico, prevalecendo-se o agente de sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função.

Pena – detenção, de um a dois anos.

Tal preocupação em enquadrar o assédio moral no rol de crimes do Código Penal brasileiro visa, sobretudo, à erradicação deste grave problema que hoje, na maioria dos casos, é silencioso e permanece impune.

Além da proteção, hoje existente, do artigo 483 da Consolidação das Leis do Trabalho ao empregado, vítima das violações arbitrárias do seu empregador, a previsão de uma pena mais rígida e o enquadramento penal do ofensor é fundamental e colaborará para a prevenção e coibição de uma possível perpetuação deste tipo de conduta dentro do ambiente laboral.

Desta forma, apenas a rescisão e a indenização a que o empregado tem direito consoante à legislação vigente, mostram-se insuficientes para resolver esta



problematização quando levado em consideração todo o trauma psicológico e emocional sofrido pelo trabalhador.

A punição penal do ofensor, para este fim, aparenta ser mais precisa e vantajosa até mesmo para a coibição desta prática e para a seguridade do ambiente de trabalho, trazendo mais segurança jurídica e encorajamento ao empregado para que busque sanar as condutas lesivas pela qual está sofrendo, além de intensificar a responsabilização do empregador por seus atos colaborando para que o mesmo se abstenha de cometer este tipo de comportamento com os demais trabalhadores.

REFERÊNCIAS

BARROS, A. M. **Curso de Direito do Trabalho**. 6ª Ed. São Paulo: LTr, 2010.

BRASIL, BBC. Vagas. Com. **Pesquisa sobre assédio moral e sexual no ambiente de trabalho**. 15 jun. 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150610_assedio_trabalho_pesquisa_rb#orb-banner>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 7.461, de 2017**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar o assédio moral. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1555044.pdf>> Acesso em: 11 out. 2018.

MASCARO NASCIMENTO, S. A. C. **Assédio Moral**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2009.



ATOS DE CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA: ANÁLISE HISTÓRICO-EVOLUTIVA E NECESSIDADE CONTEMPORÂNEA DA ATUAÇÃO DO CADE

José Roberto Ferreira de Brito Júnior, Franz Ierick, Renato Zanolla Montefusco
e-mail: joseferreiradebritojr@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Diariamente pode-se analisar a disputa entre vários agentes econômicos por seu espaço no mercado, porém alguns atos praticados para que este objetivo almejado se torne realidade podem ser extremamente prejudiciais à estrutura do mercado em si, sem deixar de ser observado os reflexos econômicos e sociais danosos diante de tal prática.

A priori, deve-se examinar o contexto de toda a formação histórica do Brasil, assim, retorna-se aos tempos do “Brasil Colônia”, onde a divisão administrativa era feita pelas chamadas “Capitanias Hereditárias” e a exploração de terras e riquezas através do sistema das “sesmarias”, que nada mais eram do que doações feitas pelo rei em troca de favores ou serviços prestados à Coroa. Um contexto conturbado e desigual acarreta prejuízos à noção de livre-concorrência, princípio norteador do sistema liberal, que fica fragilizada diante de tal cenário, pois os “novos” agentes econômicos têm de enfrentar uma série de atos desleais de concorrência, tais como baixa de preços que inviabilizam a produção dos bens que serão ofertados, e até mesmo a preferência do consumidor que tende a escolher o “mais barato”. Ainda no período que antecede o século XX, em 1824, com a outorga da “Constituição do Império”, previsão de um estado abstencionista, que assemelha-se aos modelos europeus e o sistema estadunidense de política econômica, foi extremamente prejudicial aos agentes econômicos diante de um quadro tal como o que o Brasil se situava na época, com o controle da produção, dos preços, da oferta, sob ordens de poucos agentes e o Estado pouco ou nada fazendo para garantir condições iguais de mercado para todos os agentes.

Durante o período Vargas (1930-1945) começa a ser implantada a ideia de um estado regulador e interventor. A “Grande Depressão” afetou todo o cenário econômico mundial, isso fez com que o Brasil também tivesse que se adequar ao novo ideal de mercado. Durante tal período, uma atuação “forte” do Estado na economia, atuando

como regulador e agente, a construção de obras de infraestrutura e criação de instrumentos normativos que regulam a atividade econômica marcam o período. Tal atuação se estende durante o período do governo militar (1964-1985) onde também nota-se a atuação forte do Estado na economia, tanto direta como indiretamente.

Na análise dos atos de concentração econômica as figuras de fundamental importância nesta abordagem são: a) o monopólio que é constituído quando determinado agente econômico figura como ente central no polo da oferta, “controlando” o mercado, e naturalmente praticando atos abusivos de prática econômica, tais como aumento de preços injustificados, controle da oferta, etc; b) O oligopólio que configura-se quando um grupo de agentes econômicos associados controlam o polo da oferta conjuntamente, a prática geralmente é acompanhada da formação de “cartéis”. Um cartel é que um acordo entre empresas concorrentes para exercer poder arbitrário sob as relações de mercado, tais como cotas de produção, divisão de clientes e mercado de atuação. No mais, existe o duopólio, figurado no polo da oferta, onde dois agentes econômicos expropriam a produção e oferta de bens ou serviços para si. Existem outras figuras no que tange ao ato de concentração, entretanto, não é objeto dessa pesquisa exaurir tais figuras.

O mercado em sua cadeia produtiva, divide-se entre produtores de matéria-prima, fabricantes, canais de distribuição e consumidores, pode-se dizer que eles funcionam como uma “escada” do produtor de matéria prima, até o consumidor. Determinados agentes econômicos podem controlar dois ou até mais degraus desta escada, um agente “A”, pode controlar o mercado de matéria prima e ser o fabricante de um determinado produto “X”, e quiçá ter em seu controle um canal de distribuição “C”, esta é a concentração econômica vertical, pois o agente domina diferentes níveis da escala de produção. Dentro desta, há a incidência de dois fenômenos, o “*upstream*” e o “*downstream*”, que são referentes à expansão da atividade, quando esta é iniciada na produção de insumos ou matéria-prima e o agente estende sua dominância ao setor de fabricação do produto, configura-se o chamado “*upstream*” ou seja, o agente “subiu” na escala produtiva, controlando dois níveis da cadeia produtiva; ocorre o “*downstream*” quando o agente “desce” a cadeia produtiva, suponha agora que a atividade seja iniciada no setor de fabricação e posteriormente ampliada ao setor dos

insumos e matéria-prima. Ocorre a concentração horizontal quando determinados agentes do mesmo nível da cadeia produtiva se unem para controlar o mercado desta.

2 METODOLOGIA

O método dedutivo de pesquisa foi utilizado. Nesse sentido, a análise temática foi desenvolvida através da leitura de artigos científicos, análise de julgados do CADE, bem como a pesquisa em doutrinas e livros de história.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao tratar da ordem econômica e financeira, conclui-se que com a promulgação da Constituição de 1988, o Estado Brasileiro adota um viés regulador, sem prejuízo de suas previsões intervencionistas, porém, estas são muito menos evidentes comparadas a outros períodos.

O art.173, §2 da CF/88 traz a previsão de que “as empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado”, tal previsão se faz necessária pois um cenário onde as pessoas jurídicas vinculadas indiretamente ao Estado tivessem certos privilégios de natureza tributária que fossem exclusivos à estas, o reflexo seria prejudicial à economia nacional.

Além da previsão constitucional, a lei 12.529/2011, no artigo 36 e seus incisos disciplina as infrações contra a ordem econômica, e especificamente no inciso II, a vedação do monopólio, “dominar o mercado relevante de bens ou serviços”. O mercado relevante define se dois ou mais produtos podem ser considerados bens substitutos e se constituem, ou não, um mercado específico e separado em relação à análise da concorrência.

Uma questão que merece destaque é a dos monopólios concentrados no Estado. A previsão do artigo 177 e seus respectivos cinco incisos da CF/88, que são a pesquisa e lavra nas jazidas, bem como a refinação do petróleo, além da pesquisa e lavra de gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, delimita as atividades que e os mercados onde o Estado fará sua devida exploração de maneira exclusiva. Tal previsão é repetida no artigo 4 da lei 9.478/96 que dispõe sobre política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional

de Política Energética, e a Agência Nacional do Petróleo – ANP. Porém, no artigo subsequente da lei supracitada, há a previsão de que as atividades a que se refere o art.4º, *“poderão ser exercidas mediante concessão, autorização ou contratação sob o regime de partilha de produção, por empresas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País”*, os casos mais famosos de empresas que exploram tal atividade são do grupo OGX (fundado por Eike Batista) e da PetroRio.

Questão interessante é prevista no §1º do artigo 36 desta lei, cuja previsão é “A conquista de mercado resultante de processo natural fundado na maior eficiência de agente econômico em relação a seus competidores não caracteriza ilícito previsto no inciso II do caput deste artigo.” Ou seja, o monopólio configurado pela eficiência do agente, não será tido como antijurídico.

A atuação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica foi sendo reinventada ao longo dos anos, durante algumas décadas sua atuação era minguante, porém, com o advento da nova Constituição Federal com suas previsões regulamentadoras acerca da ordem econômica, o órgão precisou ser reestruturado.

Acerca da atividade do CADE, em sua criação em 1962, o órgão era vinculado à Presidência do Conselho de Ministros, tendo uma atuação discreta, seus conselheiros não tinham mandato, não era clara a questão da sua independência ou autonomia, por outro lado, o governo contribuía para tal através de políticas de controle de preços, seja via tabelamento ou pela atuação das empresas estatais que eram utilizadas como instrumento de combate à inflação, lembrando que o cenário aqui retratado é fortemente marcado pela “hiperinflação”, além disso, os atos de concentração não passavam pelo crivo do CADE, tais como incorporação, aquisição e fusão.

A autarquia atualmente não adota uma política de regulação da economia, tais como as agências reguladoras existentes no Brasil, exemplo, a supramencionada ANP, ANA (Agência Nacional das Águas), mas sim uma atuação de combate ao abuso do poder econômico ou nos atos de concentração econômica quando dotados de caráter ilícito. Estes atos não são necessariamente contrários à concorrência leal, porém, a depender da finalidade com as quais são praticados podem se revestir de tal forma, gerando um efeito de distorção aos princípios da ordem econômica.

É evidente a notoriedade da atuação do CADE diante de casos com grande repercussão midiática, tais como a condenação bilionária das empresas fabricantes de

gases hospitalares e industriais por formação de cartel (Caso White Martins Processo Administrativo 08012.009888/2003-70). A autarquia não possui somente sua figura punitiva, também atua como reguladora nos atos de incorporação, fusão e cisão, tal como o notório caso do grupo “BRFoods” (Ato de Concentração 08012.004423/2009-18), uma fusão entre o grupo “Sadia” e o grupo “Perdigão”, onde ambos foram obrigados a diminuir sua grade de produtos para que permitissem uma concorrência leal dos demais agentes frente a este novo “gigante” do ramo alimentício.

Desde a entrada em vigor da lei 8.884/94 e com a “renovação” da mesma com a lei 12.529/2011 a autarquia adota uma ideia de ação “provocada”, a exemplo da atividade jurisdicional descrita no art.2º do CPC. Os casos acima apresentados chamaram a atenção da Superintendência-Geral do CADE que possui como atribuição, vide art.13, III, a preparação de inquérito administrativo para apuração de potenciais infrações à ordem econômica. Porém, nos casos de menor expressão, os próprios prejudicados podem provocar a atuação do órgão, bem como os legitimados expostos no art.82 da lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Outra mudança legislativa advinda com o novo instrumento normativo que disciplina o CADE é no que tange à atuação do órgão propriamente dita, que antes era acionado “*a posteriori*” acerca dos atos de concentração e potenciais abusos contra a ordem econômica. Tal “*modus operandi*” prejudicava o controle que incidiria sobre os atos e era algo devidamente explorado por agentes econômicos com intenções ilícitas. O caso mais emblemático de atuação do órgão durante esta fase é o do AC 08012.001697/2002-89, onde a Nestlé Brasil tentou a fusão com a Garoto, o ato de concentração foi negado pelo CADE, até os dias atuais tramita em juízo as ações intentadas ao órgão para sua reconsideração.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário econômico atual ainda mostra reflexos de toda a questão histórica apontada na introdução, a história tende a se repetir e na seara econômica não é diferente, constantemente identifica-se formações de certos “cartéis” em alguns setores, no setor bancário brasileiro é evidente a prática de atos abusivos, controle da taxa de juros em financiamentos e poupança por exemplo, em um contexto onde todas as operações financeiras são controladas por algumas poucas instituições.

A situação econômica do país no século passado, principalmente nos períodos marcados pela forte intervenção estatal e pela restrição da atuação do CADE, evidencia que a saúde financeira do Estado depende do órgão de defesa da concorrência, em uma das economias mais desenvolvidas e sólidas do mundo, a dos Estados Unidos da América, a atuação da FTC (*Federal Trade Commission*) e do *Departament of Justice (Antitrust Division)* é determinante no resultado, uma economia saudável e com vários agentes disputando seu espaço no mercado.

As alterações legislativas desta década trouxeram grandes avanços neste sentido, fato é que a lei 12.529/2011 cria o “Super-CADE”. O país ainda tem um longo caminho a ser seguido para que se alcance um patamar ideal no combate aos trustes, a ideia de um mercado competitivo que possibilita todos os agentes o retorno de seus investimentos, bem como a satisfação de suas expectativas empreendedoras é intrinsecamente conectada à atuação dos órgãos de defesa da concorrência.

Em um país cuja formação histórica remonta à noção de delimitação e restrição da atividade econômica, com espaço somente àqueles de certa forma “legitimados” pelo Estado, os reflexos ocasionados na atualidade podem ser tidos como motivos para uma crise econômica que parece rondar a nação sempre. Neste sentido, concorrência saudável de mercado, bem como incentivos aos novos atores econômicos são imprescindíveis na recuperação econômica do país.

REFERÊNCIAS

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 14ª ed. São Paulo: Edusp 2012.

LENZA, P. **Direito Constitucional Esquematizado**. 14ª ed. São Paulo: Saraiva 2014.

PAIVA, P. B. **Um breve estudo sobre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)**. 2016. [Internet]. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/46524/um-breve-estudo-sobre-o-conselho-administrativo-de-defesa-economica-cade>> acesso em 04/10/2018.

ROCHA, J. L.; LIMA, R. A.; CORDEIRO, L. M. **Atos de Concentração Econômica e Estruturas de Mercado em uma Concorrência Praticável**. *Scientia Iuris*, v.21, nº 2. Londrina: UEL 2017.



ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E SUAS SANÇÕES

Daiane Talita Pincelli Moratelli, Suzana Ramos Michelin, Vivian Carla Sancinetti Cardim, Renato Zanolla Montefusco, e-mail: rzmontefusco@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Devido à importância do instituto da Improbidade Administrativa, que configura séria violação aos princípios presentes na administração pública, o presente trabalho tem como objetivo discorrer de forma sistematizada sobre atos de improbidade administrativa e conseqüentemente as sanções aplicadas na ocorrência destes atos. Para melhor entendimento será realizado breve estudo sobre o histórico legislativo da improbidade no Brasil, analisando os seus fundamentos constitucional e legal, tendo como embasamento a Constituição Federal em seu artigo 37, §4º e a Lei 8.428/1992.

2 METODOLOGIA

O desenvolvimento da presente pesquisa se deu por meio das modalidades qualitativa, teórica, dogmática e dedutiva. Sua metodologia é bibliográfica, e seu referencial teórico foi obtido mediante a consulta de livros, artigos científicos, monografias, dissertações e teses.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Evoluções legislativas da improbidade administrativa.

É mister esclarecer que a preocupação com a temática da probidade está presente no legislador pátrio antes de 1992, quando entra em vigor a Lei de Improbidade Administrativa, quiçá antes de 1988, quando entra em vigor a Constituição Federal. Mesmo não sendo o escopo da presente pesquisa, uma breve evolução faz-se necessária.

Excluindo a Constituição Imperial de 1824, que considerava o imperador inviolável, na chamada “irresponsabilidade do imperador”, disposta no art. 99, as demais Constituições republicanas estatuíram a responsabilização por atos contra a probidade administrativa.

A Lei nº 15 de outubro de 1827 permitia a qualquer cidadão oferecer denúncia perante a Câmara dos Deputados em razão de ato de ministro. A Constituição de 1934, de forma indireta, ao dispor em seu art. 113, nº 38, que: “qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a declaração de nulidade ou anulação dos atos lesivos do patrimônio da União, dos Estados e dos Municípios” mostrou-se atenta ao assunto. A Constituição de 1946, em seu art. 141, parágrafo 31 estabelecia o sequestro e perdimento de bens por influência ou abuso de cargo ou função pública. A Constituição de 1967, em seu art. 150, parágrafo 11, estabelecia o perdimento de bens por danos causados ao erário e enriquecimento ilícito no exercício de função pública. A Emenda Constitucional nº 1, de 1969, por fim, manteve o dispositivo da constituição anterior e acrescentou ao artigo 154 que o abuso de direito individual e político com propósito de subversão importaria suspensão de direitos políticos de dois a dez anos. Ademais, na senda infraconstitucional, a Lei Pitombo-Godói-Ilha (3.164/57), a Lei Bilac-Pinto (3.502/58), a Lei da Ação Popular (4.717/65) e, por fim, o anteprojeto de Lei 1.446/91, que se tornaria a Lei 8.429/92, estabeleceram, de certa forma, mecanismos para se apurar atos de improbidade.

A preocupação com a ética na Administração Pública e com o combate a corrupção foram reflexos para inclusão do princípio de moralidade no artigo art. 37 caput, da Carta Magna de 1988, que também estabeleceu, em seu §4º, as penalidades aplicáveis aos praticantes dos atos ímprobos, conforme já exposto.

3.2 Conceito

A improbidade administrativa consiste, resumidamente, na inobservância dos valores morais quando do exercício das funções públicas. Pratica o ato de improbidade o agente público que se comporta de maneira desonesta, despido de integridade, usando-se de má-fé, condutas essas que culminam na violação do dever de probidade, expresso no artigo 4º da Lei nº 8.429/92.

Assim, o cumprimento da legalidade, atingida pela observância da lei, não é suficiente. Faz-se necessária também a obediência aos princípios expressos e não expressos, a fim de que se assegure a boa administração e a disciplina interna da Administração Pública.

Di Pietro entende que os termos “moralidade” e “probidade” são sinônimos: “expressões que significam a mesma coisa, tendo em vista que ambas se relacionam com a ideia de honestidade na Administração Pública” (DI PIETRO, p.824, 2017).

A improbidade administrativa, portanto, não se restringe à atuação em desconformidade com a lei; consiste em ato atentatório aos princípios constitucionais. Por essa razão, visando dar eficácia à lei, o legislador ampliou ao máximo o alcance da norma, estabelecendo, inclusive, a proteção ao erário, conforme se verá adiante.

4 DOS ATOS DE IMPROBIDADE E SUAS SANÇÕES

A Lei nº 8.429/92 dispõe sobre quatro modalidades de condutas que constituem atos de improbidade: as que importam em enriquecimento ilícito (consideradas mais graves), as que causam prejuízo ao erário, as que concedem ou aplicam indevidamente benefício financeiro ou tributário e as que atentam contra os princípios da Administração Pública (consideradas mais leves), elencadas, respectivamente, nos artigos 9º, 10, 10-A, e 11 da Lei de Improbidade Administrativa. Cumpre observar que essas ações consistem em rol meramente exemplificativo.

As sanções decorrentes da prática de tais atos estão previstas no artigo 12 do mesmo diploma, que dispõe em cada inciso a penalidade correspondente ao ilícito perpetrado pelo agente público.

Observe-se que, segundo o caput do referido dispositivo, a aplicação das penalidades na seara administrativa, isolada ou cumulativamente, não exclui a imposição de sanções penais, civis e as previstas em legislação específica.

Ademais, a ação judicial que cuida da prática de improbidade administrativa possui natureza civil, e não penal, conforme entendimento consolidado no julgamento da ADI 2797.⁵

4.1 Dos atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito.

Os atos que importam em enriquecimento ilícito encontram-se enumerados no artigo 9º da Lei 8.429/92, e se configuram pelo recebimento de qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício da função pública. Os atos que

⁵ Vide (STF. ADI 2979/DF. Rel.: Min. SEPÚLVEDA PERTENCE. Julgamento: 15/09/2005. Publicação: 19/12/2006)

importam em enriquecimento ilícito caracterizam-se, ainda, pela prática de quaisquer das condutas enumeradas nos incisos I ao XII do mesmo dispositivo. Observe-se que tais atos admitem unicamente a modalidade dolosa⁶.

As sanções aplicáveis a essas condutas estão previstas no artigo 12, inciso I, quais sejam: perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.

4.2 Dos atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário.

Os atos de improbidade que ocasionam prejuízo ao erário, por sua vez, estão elencados no artigo 10 da Lei 8.429/92, e, diferentemente dos demais, admitem também a modalidade culposa.

Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades mencionadas na introdução deste trabalho. Ademais, constituem atos que causam lesão ao erário as condutas descritas nos incisos I a XXI do mesmo dispositivo⁷.

As penalidades aplicáveis em tais hipóteses estão previstas no artigo 12, inciso II, e consistem em: ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.

⁶ Vide Jurisprudência: TJ/SP – APL. 0005091-24.2008.8.26.0606.

⁷ Vide Jurisprudência: REsp 1335869 RJ 2012/0155410-0.

4.3 Dos atos de improbidade administrativa decorrentes de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário.

Os atos de improbidade administrativa decorrentes de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário foram incorporados à lei 8.429/92 por meio da lei complementar 157 de 2016, e se caracterizam pela prática de qualquer ação ou omissão que concede, aplica ou mantém benefício financeiro ou tributário contrário ao que dispõem o caput e o § 1º do art. 8º-A da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

As sanções decorrentes de sua prática, também incluídas pela aludida lei complementar, estão previstas no artigo 12, inciso III, quais sejam: perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 5 (cinco) a 8 (oito) anos e multa civil de até 3 (três) vezes o valor do benefício financeiro ou tributário concedido.

4.4 Dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública.

Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, além da prática de quaisquer das condutas enumeradas dos incisos I a X do artigo 11 da Lei 8... Aditem, unicamente, a modalidade dolosa⁸.

Aqueles que incorrem em tais condutas, sujeitam-se às penas constantes do artigo 12, inciso III, que são: ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Responde por ato de improbidade administrativa o agente público, servidor ou não, que pratica quaisquer das condutas enumeradas nos artigos 9º, 10, 10-A e 11 da

⁸ Veja-se Jurisprudência: TJ/MT – APL 00054989320088110041573352016.

Lei 8.429/92. Recai em idêntica responsabilidade, o terceiro que, mesmo não sendo agente público, induz ou concorre para a prática de tais condutas ou delas se beneficie, de forma direta ou indireta.

O artigo 9º da referida lei diz respeito aos atos de improbidade que importam o enriquecimento ilícito. As sanções correspondentes a essas condutas estão previstas no artigo 12, inciso I, da mesma lei.

O artigo 10 elenca os atos ímprobos que causam prejuízo ao erário, e, diferentemente de todos os demais, admitem a modalidade culposa. As reprimendas aplicáveis nessas hipóteses estão previstas no artigo 12, inciso II, da Lei 8.429/92.

O artigo 10-A, incluído pela Lei Complementar de nº 157/16, considera ato de improbidade de administrativa a ação ou omissão que concede, aplica ou mantém benefício financeiro ou tributário contrário ao que dispõem o caput e o §1º do artigo 8º-A da Lei Complementar nº 116/03. As penalidades decorrentes de sua prática estão previstas no inciso IV do artigo 12, incluído pela mesma lei.

Os atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública, por sua vez, estão elencados no artigo 11 da lei, e são penalizados com as medidas constantes do artigo 12, inciso III.

Ressalte-se, por fim, que a imposição das reprimendas supramencionadas não exclui a aplicação de sanções penais e civis previstas em legislação específica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição** (1998). Constituição Federal da República do Brasil. Brasília. disponível em <http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_12.07.2016/art_37_.asp> acesso em 07out.2018.

BRASIL. **Lei nº 8429/1992** - Planalto - Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8429.htm> Acesso em 07out 2018

MONTES, D. B. **Atos de improbidade administrativa**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 09 jun. 2017. Disponível em <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.589230&seo=1>>. Acesso em: 07 out. 2018.

MEDEIROS, D. **Improbidade Administrativa: sanções**: 06 jun 2016. Disponível em <<https://jus.com.br/artigos/49649/improbidade-administrativa-sancoes>> Acesso em 07 out 2018.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

OLIVEIRA, R. C. R. **Breves considerações sobre novo ato de improbidade incluso na Lei 8429/1992.** Revista Consultor Jurídico: 19 fev 2017 - Disponível em <<https://www.conjur.com.br/2017-fev-19/breve-analise-ato-improbidade-incluso-lei-84291992>> Acesso em 07out 2018

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo.** 30ª ed. Rio de Janeiro. 2017. Págs. 1.003/1.005.



ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA POR FRAUDES EM LICITAÇÕES

Guilherme L. Albertin Moraes, Luana Cristina Falavigna, Renato Zanolla Montefusco,
e-mail: rzmontefusco@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscou de forma pontual demonstrar conceitos presentes na seara do Direito Administrativo, com viés principal na Administração pública, esclarecendo conceitos como de Improbidade Administrativa, serviço público e sistema licitatório.

Entretanto, o escopo da pesquisa foi tratar a problemática em relação ao sistema de dispensa e inexigibilidade das licitações, modalidades previstas na lei 8666/93, com o necessário corte metodológico, para a adequação temática, acerca da aplicação indevida de dispensa licitatória causadora de possíveis danos ao erário.

O tema constrói-se na relevância de asseverar os atos de improbidade no sistema licitatório brasileiro, o que não se caracteriza infelizmente distante das inúmeras licitações que o Estado pratica.

Neste contexto, o tema procura externar a realidade das fraudes no sistema licitatório de forma sucinta e objetiva, aclarando como ocorre a improbidade administrativa no sistema licitatório.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada na presente pesquisa de iniciação científica foi o método dedutivo com pesquisa às doutrinas, jurisprudências e legislações.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

É cediço que a fraude e a dispensa indevida da licitação é, lamentavelmente, corriqueira, de modo que o agente público ao praticar tais irregularidades incorre para o ato de improbidade administrativa, motivo pelo qual faz-se necessário sua explanação.

Improbidade segundo o dicionário significa desonestidade, má índole, mau-caráter, falta de probidade. Por sua vez, probidade significa honestidade, integridade,

retidão. Os princípios administrativos asseveram que o agente público deve regar suas condutas de probidade, ou seja, deve agir com integridade, boa-fé, ética, lealdade e, principalmente, honestidade no exercício de suas funções públicas com o fim de respeitar os princípios da Administração Pública, em especial, a moralidade.

Dessa forma, a improbidade administrativa pode ser definida como a conduta do agente público dotada de desonestidade, com viés de mau-caráter que lesa a moralidade administrativa e que pode gerar um ato danoso à Administração Pública. Diante desse comportamento, que infringe a boa administração, é possível verificar que o agente público improbo não está habilitado para exercer as funções a ele designadas.

Insta salientar que existe uma linha tênue entre probidade e moralidade, achando-se essas expressões contidas na Constituição Federal de 1988. Existem diversos entendimentos a respeito dessa relação. Alguns doutrinadores consideram a probidade um subprincípio da moralidade, outros que as expressões são sinônimas, entendendo que a improbidade é um ato de lesão ao princípio da moralidade administrativa.

Nesse sentido, o legislador constituinte positivou no artigo 37 da Constituição Federal de 1988 a moralidade como um princípio da Administração Pública, visando combater a corrupção no setor público e diminuir a impunidade dos agentes públicos. Também legislou sobre a consequência do descumprimento desse princípio, o qual gera um ato de improbidade administrativa, presente no §4º do art. 37 da Constituição Federal, como um ilícito penalizado com suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

A partir dessa expressão *in fine*, no §4º, art. 37 da CF/88, é possível notar que o ato de improbidade não se trata de um crime, pois incorre em sanções político-administrativa e não penais. No entanto, um ato improbo também pode ser criminalizado dentro do capítulo dos Crimes Contra a Administração Pública, presente no atual Código Penal.

Ainda, o STF decidiu a ADI 2797, julgando inconstitucional os §§ 1º e 2º do artigo 84 do Código de Processo Penal que pretendia estender a regra da competência especial por prerrogativa de função estabelecida para o processo penal condenatório

aos atos de improbidade administrativa. Dessa forma, analisando a natureza das sanções constitucionais, o ato de improbidade é considerado como um ilícito civil e político, mesmo que possa ter desenvolvimento de procedimentos nas esferas administrativa e criminal.

A lei de improbidade administrativa classifica o sujeito ativo o agente público, definido no art. 2º, e o terceiro definido no art. 3º.

O agente público é “aquele que exerce, ainda que, transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função” pública. Por esse dispositivo é possível concluir que o agente público não carece estar vinculado de maneira empregatícia com a administração pública para ser considerado um agente público, basta atender um dos requisitos presentes no art. 2º. Nesse contexto, pode-se classificar o ato de improbidade do agente público como próprio.

Na contramão, em relação aos terceiros, o art. 3º dispõe ao particular que “induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie” direta ou indiretamente. Dessa forma, classifica-se como impróprio o ato de improbidade administrativa cometido pelo terceiro.

Os atos de improbidade administrativa estão presentes nos artigos 9º, 10 e 11 da Lei nº 8.429/92, e são estes, respectivamente, o enriquecimento ilícito, atos que causam prejuízo ao erário e os atos que atentam contra os princípios da Administração Pública. O legislador deu uma definição genérica sobre os atos no “caput” de cada artigo e elencou um rol exemplificativo de condutas condizentes com cada ato de improbidade.

No entanto, o objeto de estudo desse trabalho não permite o aprofundamento em todos os atos de improbidade, desta feita a análise do artigo 10º que trata da lesão ao erário, mais especificamente o inciso VIII que reza “frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente”, é a premissa menor desta pesquisa, a fim de chegar a premissa maior, qual seja “atos de improbidade administrativa por fraude em licitações”.

As licitações são muito utilizadas pelos agentes públicos ímprobos para fraudar a máquina pública e enriquecer ilicitamente, por esse motivo, os verbos frustrar e

dispensar do inciso VIII, art. 10 da lei de improbidade administrativa são previstos como crime nos artigos 89 e 90 da lei de licitações.

O sistema licitatório brasileiro tem como princípio resguardar a impessoalidade e igualdade entre particulares que poderão prestar qualquer serviço ao Estado, como resguardado pela Constituição Federal de 1988 em seu art.37, em seu inciso XXI.

Art. 37. XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Neste contexto, é possível conceituar a licitação de acordo com os parâmetros resguardados pela lei 8.666 de 1993, como o processo realizado pelo Estado toda vez que este pretender alienar, adquirir, locar bens, realizar obras e serviços, outorgar concessões, permissão de obras, serviço ou de uso exclusivo de bem público, garantindo a livre concorrência entre as empresas que pretendem habilitar-se na concorrência.

As condições da licitação são previamente estabelecidas e divulgadas por meio de edital, entretanto, existem três exigências públicas que são inadiáveis, como a proteção ao interesse público e recursos governamentais, quando se procura a oferta mais satisfatória; o respeito aos princípios da isonomia e impessoalidade, diante da abertura para a disputa por edital e pôr fim a obediência aos reclamos de probidade administrativa, como impõe o art.37, caput e 85,V da Constituição Federal.

O sistema licitatório há duas fases, quais sejam, habilitação e julgamento. É sabida a obrigatoriedade do sistema licitatório para se tutelar a isonomia e a impessoalidade, no entanto, há possibilidade da licitação ser dispensável ou dispensada em casos estritamente previstos em lei.

A dispensa encontra seu preceito no art. 24, da lei 8666/93, em seus XXXV incisos, os quais definem as hipóteses possíveis de dispensa, como por exemplo, em casos quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional, entre outras inúmeras possibilidades descritas no artigo.

Já a inexigibilidade da licitação está disposta no art. 25 e incisos I, II e III, sendo muito mais restrita, prevista para os casos em que houver inviabilidade de competição, para a contratação de materiais, de serviços técnicos e profissional de qualquer setor artístico.

Porém, o que faz necessário no estudo do presente trabalho é o fato da indevida utilização da dispensa, por parte dos agentes públicos, e as formas de fraudar a licitação causando dessa forma prejuízo ao erário, praticando atos de improbidade administrativa.

[...] o universo das licitações é, precisamente, o sítio onde vicejam as mais lesivas práticas ímprobas e se nega, rotineiramente, os princípios constitucionais da Administração. [...] Frustrando ou fraudando licitação, o agente público também pratica crimes licitatórios, sujeitando-se ao respectivo processo penal, independentemente de responder pelo ato de improbidade, em ação civil. Os procedimentos licitatórios são promovidos e fiscalizados por comissão constituída para esse fim, de sorte que os delitos em tela ou são atribuíveis aos membros daquele colegiado ou a competidor. Contudo, não há qualquer estorvo a que outros agentes públicos, notadamente de hierarquia superior, influenciem o procedimento e, como co-autor direto ou autor mediato, cometa alguns desses crimes. De tal arte que, ao fraudar licitação ou, simplesmente, dispensá-la indevidamente, o agente público, além de incorrer no ato de improbidade administrativa, também realiza tipo penal específico. Faz jus à dupla sanção.

A dispensa é exceção à regra geral licitatória, ou seja, somente seria viável se, devidamente fundamentada, estivesse no rol do art. 24 da lei das licitações públicas. A fraude consistiria na burla, ou seja, tornar inútil o sistema licitatório.

Nesse contexto, atos que podem dar ensejo a má conduta do agente público podem ser exemplificados como a simples troca de envelopes para beneficiar certo particular, restringir certo edital para que determinados particulares não participem da concorrência, ou automaticamente dispensar a licitação sem motivação que a lei prevê, sem fundamentação, deixando o restante dos particulares de fora sem ao menos exibir motivo plausível.

Porém, é cediço que a licitação enseja isonomia entre os particulares, de modo que o dinheiro público seja utilizado de melhor forma possível, por exemplo, através da livre concorrência.

Com advento da lei 8429/92, a lei de improbidade, os agentes públicos que cometam qualquer das condutas descritas, responde na seara administrativa, sem prejuízo da cível e penal.

Art. 12. (...)

II - a hipótese do art. 10, ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 5 (cinco) a 8 (oito) anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefício ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 5 (cinco) anos.”
(grifo nosso)

O art. 12, II, da legislação em tela trouxe à baila as cominações aplicáveis em caso de prejuízo ao erário, pontuando que tal penalização não elide outras.

Assim, o ato de dispensar indevidamente a licitação ou fraudá-la, afasta o agente público dos princípios primordiais da administração pública a legalidade, a moralidade e a impessoalidade, causando prejuízo ao erário, além de afastar o direito a isonomia entre os particulares.

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ALEGADA OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. DISPENSA INDEVIDA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PROMOVER CONCURSO PÚBLICO. POSTERIOR FRAUDE EM CONCURSO PÚBLICO. ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA RECONHECIDO, PELAS INSTÂNCIAS DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. ART. 11 DA LEI 8.429/92. PRESCINDIBILIDADE DE DOLO ESPECÍFICO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE ELEMENTO SUBJETIVO E ATIPICIDADE DA CONDUTA. REEXAME DA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. REVISÃO DAS SANÇÕES IMPOSTAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. I.(...) II. Na origem, trata-se de **Ação Civil Pública, (...) em razão de indevida dispensa de processo licitatório para a contratação de empresa para promover concurso público e de posteriores fraudes e irregularidades** no concurso público nº 01/2008, da Câmara Municipal de Cândido de Abreu, para o cargo de "Controle Interno". III. (...). IV. As instâncias de origem, à luz das provas dos autos, concluíram pela **configuração do ato ímprobo, decorrente da indevida dispensa de processo licitatório e de fraude em concurso público**, ressaltando que "há provas de ofensa aos princípios da administração pública, nos termos postos na lei de improbidade administrativa, que requer o traço da desonestidade ou má-fé do administrador público. O ato de improbidade é caracterizado pelo traço da desonestidade do administrador público, ao agir com o dolo e com a finalidade de violar o princípio da impessoalidade, beneficiando-se com o dinheiro público (...). VII. Agravo interno improvido.

(STJ- AgInt no AREsp: 595208 PR 2014/0258200-7, Relator: Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, Data de Julgamento: 21/09/2017, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 28/09/2017) **(grifo nosso)**

O julgado acima expõe um dos inúmeros casos que hoje tramitam no judiciário em relação ao tema dissertado. Não é incomum como demonstrado, as indevidas dispensas de licitação em casos que não observam as exceções determinadas na lei. No caso apresentado, demonstra-se com clareza que a indevida dispensa do processo licitatório configura, indiscutivelmente, um ato de improbo por parte do agente público, ferindo, de forma precípua, a honestidade e a isonomia, além dos princípios da administração pública, causando diretamente prejuízo ao erário, motivo pelo qual faz-se necessário acentuada fiscalização para que se possa diminuir o número exorbitante destes casos na seara administrativa e judiciária.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, a problemática demonstrada é como se figura o cenário atual no sistema licitatório brasileiro, tanto em relação a dispensa quanto a inexigibilidade.

A principal ênfase constata-se nas hipóteses de dispensa indevida e fraude na licitação, onde o agente público busca através destas condutas benefício próprio ou a terceiro, causando dessa forma prejuízo ao erário.

No entanto, a lei de licitações como já exaurido regulou de forma concreta as exceções que possibilitam a inexigibilidade e a dispensa da licitação, de modo a garantir que tais hipóteses só ocorressem quando a lei assim determinasse. Posto que, em caso de descumprimento, a lei de improbidade administrativa estabeleceu de forma categórica a penalidade quando causado o dano ao erário.

Nesse sentido, além do prejuízo ao erário, ao cometer o ato de improbidade praticando tais condutas, descumprindo a lei, o agente público afronta diretamente aos princípios que regem a administração pública, tanto a legalidade, quanto a moralidade e mais que isso desrespeita a isonomia de modo a atingir um preceito fundamental da Magna Carta.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 8.429, de 02 de jun. de 1992. Lei de improbidade administrativa. Brasília, DF.

BRASIL. Lei n. 8.666, de 21 de jun. de 1993. Lei de licitações e contratos. Brasília, DF.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

CARVALHO FILHO, J. dos S. Manual de direito administrativo. 32. ed. rev., atual. e ampl.. São Paulo: Atlas, 2018.

DI PIETRO, M. S. Z. Direito administrativo. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FAZZIO JÚNIOR, W. Atos de improbidade administrativa: doutrina, legislação e jurisprudência. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p.140-141

FIGUEIREDO, M. Probidade administrativa – 2. ed., atual. e ampl.. São Paulo: Malheiros, 1997.

MEIRELLES, H. L. Licitação e contrato administrativo. 11. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 1997. p. 21-37 e 86-88.

MELLO, C. A. B. Curso de direito administrativo. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2015. p. 536-539 e 630.



CASO VALÉRIA LÚCIA DOS SANTOS: UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS E DAS PRERROGATIVAS DA ADVOCACIA

Willian Albuquerque da Silva, Luiz Henrique Martim Herrera,
e-mail: willalbuquerque1@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo, a partir do caso público e notório envolvendo a advogada Valéria Lúcia dos Santos – algemada e presa por ordem de uma juíza leiga – apresentar uma perspectiva sobre os direitos humanos e das prerrogativas dos advogados. A repercussão do caso rendeu diversos atos de desagravo e manifestações. A Constituição Federal de 1988 foi um enorme ganho para a democracia brasileira e encontra-se em consonância com diversos documentos normativos internacionais, a exemplo da Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, de 1966, e a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 1969, todos reconhecidos pelo Estado brasileiro.

No entanto, nenhum direito é garantido com um simples ato, decreto ou leis em geral, todo direito passa por uma dolorosa e lenta evolução histórica. A conquista passa por uma luta contínua para que os mesmos sejam cumpridos e até mesmo não perdidos. O caso em questão demonstra exatamente isso: a evolução histórica dos direitos humanos, sua internacionalização, a formação dos estados democráticos – em ruptura com estados totalitários – a constitucionalização dos direitos humanos, enfim, os processos civilizatórios de concretização de direitos, em nada garante que práticas de violações medievais continuem.

Dito isso, passamos a enfrentar o caso concreto acima destacado à luz de uma contextualização com o ordenamento jurídico brasileiro, com o intuito de mostrar a importância da democracia, da preservação dos direitos fundamentais, e sua relação com a questão das prerrogativas da advocacia contidas na Lei nº 8.906/94.

2 METODOLOGIA

O trabalho utilizou o método descritivo, onde foram analisados os fatos veiculados na mídia, análise dos vídeos disponibilizados na internet e leitura de doutrina acerca do tema. Diante disso foi feita interpretação da legislação vigente, dos princípios norteadores da Constituição Federal e dos artigos relacionados aos direitos fundamentais. Também foi feita análise do Código Civil, especificamente no que tange o capítulo dos atos ilícitos.

3 DISCUSSÃO

O artigo 5º da constituição dispõe sobre diversos direitos e garantias fundamentais, ou seja, direitos relacionados à pessoa humana positivados no ordenamento jurídico interno. Sem prejuízo de todos os direitos fundamentais expressos no texto constitucional, cabe destacar a existência de inúmeros outros espalhados por toda constitucional e aqueles implícitos e os decorrentes de tratados internacionais. A constituição federal de 1988 é expressa nesse sentido:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

Este importante dispositivo normativo é conhecido como a sintaxe do denominado “bloco de constitucionalidade”. Consiste no conjunto de normas constitucionais previstas fora do corpo formal da constituição. É o reconhecimento da existência de normas periféricas que, unindo-se ao texto da constituição, formam um todo, um bloco. Sobre o assunto, o STF assim se manifestou pelo voto do Ministro Celso de Melo.

Para além da totalidade das regras constitucionais meramente escritas e dos princípios contemplados, explícita ou implicitamente, no corpo normativo da própria Constituição formal, chegando, até mesmo, a compreender normas de caráter infraconstitucional, desde que vocacionadas a desenvolver, em toda a sua plenitude, a eficácia dos postulados e dos preceitos inscritos na Lei Fundamental, viabilizando, desse modo, e em função de perspectivas conceituais mais amplas, a concretização da ideia de ordem constitucional global. (ADIn 595-ES)

Além da notável importância do artigo 5º, é importante salientar o artigo primeiro da constituição, que dispõe:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I – a soberania;

II – a cidadania

III – a dignidade da pessoa humana.

Tendo em vista o estado democrático de direito, o direito da pessoa humana é princípio norteador de todo o ordenamento jurídico nacional

Tratando-se de um método de ponderação de bens *à luz do caso concreto*, é intuitivo que *a priori* não exista uma hierarquia fixa e abstrata entre os diversos princípios, ressalvada—porque fora de cotejo axiológico—apenas a *dignidade da pessoa humana* como *valor-fonte* dos demais valores, *valor fundante* da experiência ética ou, se preferirmos, *princípio e fim* de toda ordem jurídica. (MENDES, 2009, p. 58)

É também garantido através do inciso V e X do artigo 5º da Constituição direitos relacionados a moral, ou seja, o ordenamento jurídico contemporâneo protege não somente a propriedade privada como outrora era feito, assim como o Código de Hamurabi, mas também a questão moral do indivíduo.

Art. 5º, V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem [...]

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Diante da Dignidade Humana, princípio norteador do ordenamento jurídico de todo Estado Democrático de Direito, é possível também ver tal garantia na lei ordinária. O capítulo V do Código Civil, por meio do artigo 186 dispõe: *“Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.”*

Aqui vemos claramente a lei ordinária em total conformidade com o Código Civil, onde coloca dentre os atos ilícitos a violação não só material, mas também moral.

No caso da advogada fica clara a violação, não só pela voz de prisão decretada pela juíza leiga, aquela que não é togada, logo, não faz parte da magistratura e atua em casos de conciliação ou Juizados Especiais, mas também pelo uso de algemas em situação não necessária.

Nesse sentido, decidiu o Supremo Tribunal Federal na Súmula 11, onde destaca quando o uso da algema se mostra necessário:

Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado. Destaca-se também Em primeiro lugar, levem em conta o princípio da não culpabilidade. É certo que foi submetida ao veredicto dos jurados pessoa acusada da prática de crime doloso contra a vida, mas que merecia tratamento devido aos humanos, aos que vivem em um Estado Democrático de Direito. (...) Ora, estes preceitos — a configurarem garantias dos brasileiros e dos estrangeiros residentes no País — repousam no inafastável tratamento humanitário do cidadão, na necessidade de lhe ser preservada a dignidade. Manter o acusado em audiência, com algema, sem que demonstrada, ante práticas anteriores, a periculosidade, significa colocar a defesa, antecipadamente, em patamar inferior, não bastasse a situação de todo degradante. O julgamento no Júri é procedido por pessoas leigas, que tiram as mais variadas ilações do quadro verificado. A permanência do réu algemado indica, à primeira visão, cuidar-se de criminoso da mais alta periculosidade, desequilibrando o julgamento a ocorrer, ficando os jurados suggestionados. (HC 91.952, voto do rel. min. Marco Aurélio, P, j.7-8-2008, DJE 241 de 19-12-2008.)

Tal fato também é explicado no julgado do HC 82.429:

O uso legítimo de algemas não é arbitrário, sendo de natureza excepcional, a ser adotado nos casos e com as finalidades de impedir, prevenir ou dificultar a fuga ou reação indevida do preso, desde que haja fundada suspeita ou justificado receio de que tanto venha a ocorrer, e para evitar agressão do preso contra os próprios policiais, contra terceiros ou contra si mesmo. (HC 89.429, rel. min. Cármen Lúcia, 1ªT, j. 22-8-2006, DJ de 2-2-2007.)

No caso em questão, não havia necessidade alguma de algemá-la, pois, assim como já é pacificado pela jurisprudência, o uso da algema deve ocorrer apenas em casos especiais, onde o indivíduo apresenta alto grau de periculosidade, possibilidade de fuga ou risco para ele mesmo.

É ato ilícito tendo em vista a esfera cível e fica claro que houve dano moral sofrido pela advogada. Como se não bastasse o entendimento jurisprudencial, o qual o descumprimento pode ser reparado por lei ordinária, no caso o Código Civil, a profissão do advogado também consta com algumas prerrogativas.

A advocacia é um papel que transcende o campo da elaboração de peças jurídicas, realização de audiências ou consultorias em escritórios. É evidente a participação indispensável do advogado para que seja exercida a justiça. É por isso que a constituição prevê o contraditório e a ampla defesa através do inciso LV, os quais são representados pelo advogado.

Por conta disso, há prerrogativas ao advogado, que estão previstas nos artigos 6º e 7º da Lei 8.906/94, a qual dá autonomia e independência para o advogado e impede que autoridades diminuam suas funções.

Art. 6º Não há hierarquia nem subordinação entre advogados, magistrados e membros do Ministério Público, devendo todos tratar-se com consideração e respeito recíprocos.

Parágrafo único. As autoridades, os servidores públicos e os serventuários da justiça devem dispensar ao advogado, no exercício da profissão, tratamento compatível com a dignidade da advocacia e condições adequadas a seu desempenho. [...] IV – ter a presença de representante da OAB, quando preso em flagrante, por motivo ligado ao exercício da advocacia, para lavratura do auto respectivo, sob pena de nulidade e, nos demais casos, a comunicação expressa à seccional da OAB.

Portanto, trata-se de prerrogativas e não privilégios, pois, tal ferramenta é conferida a uma classe em detrimento dos motivos ora abordados, assim como outros profissionais as têm para que possam exercer a atividade que lhes é devida de forma eficaz.

Tais dispositivos mostram que mesmo que tal fato não trouxe consequências para a juíza leiga na esfera administrativa é possível que se pleiteie tais direitos na esfera judicial tendo em vista o que foi abordado.

Além das possibilidades citadas na esfera jurisdicional interna, é importante ressaltar a possibilidade de utilização de outro método chamado Mecanismo de Petição, que se tornou possível por meio do Decreto Legislativo nº 311, de 2009, o protocolo facultativo ao pacto internacional sobre direitos civis e políticos, onde em seu trecho diz:

Considerando que, para melhorar atender os propósitos do Pacto Internacional sobre Direitos e Políticos e a implementação de suas disposições, conviria habilitar o Comitê de Direitos Humanos, constituído nos termos da Parte IV do Pacto, a receber e examinar, como se prevê no presente Protocolo, as comunicações provenientes de indivíduos que se considerem vítimas de uma violação dos direitos enunciados no Pacto.

Logo, é possível visualizar a possibilidade de petição internacional quando direitos civis e políticos são violados pelo ordenamento interno.

Mediante a apresentação de uma petição à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, as pessoas que sofreram violações de seus direitos humanos podem obter ajuda. A Comissão investiga a situação e pode elaborar recomendações ao Estado responsável para que se restabeleça o desfrute dos direitos, na medida do possível, para que fatos similares não voltem a ocorrer no futuro e para que os fatos ocorridos sejam investigados e reparados. (2010)

Fica evidente no caso de Valéria Lúcia do Santos todas as violações cometidas; no entanto, a Comissão Judiciária do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro inocentou a juíza sob o argumento que não houve ato ilícito por parte dela. O estudo em questão contesta essa justificativa levando em conta não só o ordenamento jurídico interno, mas também as fontes internacionais de Direitos Humanos.

Haja vista o que foi decidido administrativamente, a advogada ainda pode buscar socorro na esfera judiciária, de acordo com o princípio da Inafastabilidade da Jurisdição, contido no artigo 5º, inciso XXXV, bem como a possibilidade no mecanismo de petição internacional, haja vista os argumentos ora mencionados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos fatos apresentados, é possível perceber que todo direito adquirido faz parte de um contexto e expressa uma forte luta para que sua permanência seja garantida, é por isso que no Direito Constitucional a nomenclatura mais correta é dimensões e não gerações. A terminologia dimensão é mais apropriada, pois, mostra que o Direito é uma luta contínua para que não haja perda e sim aperfeiçoamento.

O caso exemplificativo da advogada trazido pelo trabalho em questão mostra claramente violação dos direitos fundamentais que são positivados tanto na constituição pátria, bem como dos direitos que são acordados por meios de instrumentos internacionais.

Não é admissível que uma advogada no exercício da função seja coagida por um auxiliar da justiça que teoricamente estava no papel de conciliador. Não é aceitável que direitos sejam violados sem que haja uma punição dos responsáveis.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Processo: ADI 595-ES. Rel. Ministro Celso de Mello.** Diário de Justiça, Brasília, 26 fev. 2002. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo258.htm>. Acesso em 29 set. 2018.

BRASIL, **Código Civil, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em 31 out. 2018.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 31 out. 2018.

BRASIL, **Decreto legislativo nº 311/2009, de 16 de junho de 2009** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2009/decretolegislativo-311-16-junho-2009-588912-publicacaooriginal-113605-pl.html>>. Acesso em 31 out. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Súmula Vinculante nº 11.** Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumario.asp?sumula=1220>. Acesso em 29 set. 2018

MENDES, G. F.; COELHO, P. G. G. B. **Curso de Direito Constitucional.** São Paulo: Saraiva, 2009.

OEA. **Folheto da Comissão Interamericana de Direitos humanos.** 2010. Disponível em: http://www.oas.org/es/cidh/docs/folleto/cidhfolleto_port.pdf. Acesso em 29 set. 2018.



COMPETÊNCIA NO PROCESSO COLETIVO

Gabriel Yonta Molan, Lucas Julian Dornelles, Vinícius Costa Ribeiro, Renato Zanolla Montefusco, e-mail: gabrielyonta@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A questão da competência no processo coletivo, sobretudo naqueles casos em que os efeitos do provimento jurisdicional ultrapassam o território em que competente a autoridade julgadora, comporta inúmeras discussões

Assim, faz-se necessário encontrar uma resposta adequada ao fenômeno processual do conflito de competência nas ações coletivas, que preste tanto para organizar o exercício da jurisdição como para fazer do processo coletivo um mais efetivo instrumento de tutela dos direitos das multidões.

Para tanto, cuidar-se-á dos caracteres elementares do processo coletivo, porque indispensáveis para se discutir o complexo problema da competência a partir de um prisma funcional.

A partir daí, estudar-se-á a competência sob o enfoque do foro mais adequado ao julgamento das demandas coletivas, para o que se considerará não apenas as regras que a definem, mas o papel de destaque que ela assume na tutela dos direitos transindividuais e as soluções oferecidas pela teoria do forum shopping e pela a doutrina do forum non conveniens, que compõem a sistemática do postulado da competência adequada, corolário do devido processo legal.

Com isso, quer-se demonstrar que, ao menos no campo da tutela coletiva de direitos, a competência deve ser encarada não apenas como instrumento de divisão de trabalho, mas também como indispensável ferramenta de garantia da efetividade e utilidade da tutela coletiva de direitos.

2 METODOLOGIA

No presente, foram consultadas algumas das mais abalizadas doutrinas e a legislação pertinente ao tema, ainda que sem a profundidade recomendada, até pela prematuridade da pesquisa, forjando-se, a partir desse breve exame doutrinário, aquilo que, no futuro, pretende ser um competente estudo acerca do assunto.

Dessa feita, empregar-se-á o método teórico, com enfoque analítico-dogmático, marcado por larga pesquisa doutrinária, de modo a tornar a discussão desse importantíssimo tema útil e proveitosa, contribuindo com outros e mais evoluídos trabalhos na área.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo José Frederico Marques (2000, p. 320), “a competência é um imperativo da divisão de trabalho e decorre de limitações ao poder jurisdicional e de paulatina concretização deste”. Ocorre que nas ações coletivas, em virtude de suas peculiaridades e complexidades, até por tutelar direitos/interesses coletivos *lato sensu*, o instituto da competência apresenta-se dentre um de seus aspectos mais tormentosos.

Ao dispor sobre a competência no processo coletivo, a Lei n.º 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública) preconiza, em seu art. 2º, que “as ações previstas nesta Lei serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa”. No parágrafo único deste dispositivo, o legislador consignou, ainda, que o juízo no qual a demanda coletiva foi proposta se tornará preventivo.

A grande celeuma reside nos casos em que o dano atinge mais de uma comarca/subseção, mas não alcança uma porção significativa do território estadual a ponto de se tornar um dano dito regional. Nessa esteira é o magistério de Hugo Nigro Mazzili (2015, p. 331), segundo o qual:

Em se tratando de tutela coletiva que objetive a proteção a lesados em *mais de uma comarca* do mesmo Estado, mas sem que o dano alcance todo o território estadual, nem mesmo significativa extensão do território, o mais acertado é afirmar a competência segundo as regras de prevenção, reconhecendo-a em favor de uma das comarcas atingidas nesse Estado.

À luz deste argumentado chega-se à conclusão de que, nas ações coletivas, quando o dano ou ameaça de dano ocorra ou deva ocorrer em mais de uma comarca (ou subseção), sem, porém, alcançar o caráter estadual ou nacional – ocasião em que se aplicaria a regra do inciso II do art. 93 do CDC –, a competência será determinada pela prevenção, em razão de haver foros concorrentes (isto é, igualmente competentes).

Essa solução aparenta esbarrar na previsão do art. 16 da Lei nº 7.347/85, segundo o qual “a sentença cível fará coisa julgada erga omnes nos limites da competência territorial do órgão prolator”, mas, como ensinam Nelson Nery Júnior e Rosa Maria Nery, citados por Fredie Didier Júnior e Hermes Zaneti Júnior (2016, p. 417, apud 2001, p. 1558):

(...) o Presidente da República confundiu limites subjetivos da coisa julgada, matéria tratada na norma, com jurisdição e competência, como se, v.g., a sentença de divórcio proferida por juiz de São Paulo não pudesse valer no Rio de Janeiro e nesta última comarca o casal continuasse casado! (...) Portanto, se o juiz que proferiu a sentença na ação coletiva *tout court*, quer verse sobre direitos difusos, quer coletivos ou individuais homogêneos, for competente, sua sentença produzirá efeitos *erga omnes* ou *ultra partes*, conforme o caso (v. CDC 103), em todo o território nacional – e também no exterior –, independentemente da ilógica e inconstitucional redação dada (...).

Daí exsurge a definição da teoria do *forum shopping*, que consiste na possibilidade de o demandante escolher, dentre os diversos foros competentes, aquele de sua preferência para ajuizar a demanda. Tal perspectiva, entretanto, é mitigada pela doutrina do *forum non conveniens*, amparada na regra da *kompetenzkompetenz* (o juiz é competente para decidir acerca da própria competência), na medida em que permite ao magistrado remeter o feito ao juízo que entender mais adequado.

Essa sistemática consagra o princípio da competência adequada, o qual, mirando a efetividade do processo, ordena seja a demanda processada e julgada pelo foro que, ao permitir a melhor instrução do feito e a garantir a publicidade da demanda e a efetiva participação dos envolvidos, atenda definitivamente aos reclamos da justiça.

Nesse sentido, oportuno trazer à baila o seguinte aresto do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que já decidiu pela aplicação do princípio da competência adequada em ação civil pública, primando pela competência do juízo mais adequado para processar a demanda:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. AMBIENTAL E PROCESSUAL CIVIL. DANOS DE ÂMBITO REGIONAL. INTERPRETAÇÃO TELEOLÓGICA DO ARTIGO 93, II, DO CDC EM HARMONIA COM O PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA ADEQUADA. LOCAL DO DANO. PROXIMIDADE. EFETIVA E ADEQUADA PRESTAÇÃO DA TUTELA JURISDICIONAL.

1 - Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juízo da 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro em face do Juízo da 1ª Vara Federal de Campos dos Goytacazes, em ação civil pública, cuja celeuma gira em torno de qual Juízo seria o competente para processar e julgar o feito tendo em vista o local do dano ambiental. (...)

5 - Tentar identificar o juízo competente do “*local do dano*” não significa que o dito local seja onde o dano tenha ocorrido ou vá ocorrer, mesmo porque, tratando-se de dano ao meio ambiente, é regra que os prejuízos alcançam sempre mais de uma área distinta.

6 - O que vale é tentar identificar o juízo competente pelo local onde ele, o juízo, possa, de forma mais eficaz, efetivar a tutela jurisdicional.

7 - Em consonância com o disposto no artigo 93, inciso II, do CDC, encontra-se o Princípio da Competência Adequada, aplicável ao caso, ou seja, quando o dano for de âmbito regional ou nacional, levando-se em consideração a facilitação da produção da prova e da defesa do réu, a publicidade da ação coletiva e a facilitação da adequada notificação e conhecimento pelo grupo, deve a competência ser estabelecida com base em no Juízo mais adequado.

8 - A competência territorial absoluta, ou funcional, justifica-se também pela proximidade do juiz em relação aos fatos, supondo a lei que ele possua melhores condições de compor adequadamente o conflito de interesses.

9 - Conflito de competência conhecido, declarando-se competente o Juízo suscitado.

(TRF-2 – cc: 201202010071591, Relator: Desembargador Federal GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, Data de Julgamento: 23/07/2012, SEXTA TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação: 30/07/2012 – sem destaques no original).

Dessarte, a aplicação do princípio da competência adequada se justifica como meio de garantir a efetividade do processo e a dignidade da justiça, até porque o processamento da demanda em um foro mais conveniente indubitavelmente assegurará melhor administração e exercício da jurisdição, culminando em um processo de resultados mais justos e efetivos, evitando-se o surgimento de decisões conflitantes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tudo isso, é certo que, nesses casos em que o direito ou interesse que se visa tutelar abrange área superior a uma comarca/subseção, porém não atinge a escala regional ou nacional, a competência deve ser estudada à luz do princípio da competência adequada, sob pena de subverter a natureza e comprometer a utilidade do processo coletivo.

REFERÊNCIAS

DIDIER JR., F.; ZANETI JR., H. Curso de direito processual civil: processo coletivo. 10ª ed. rev., ampl. e atual.. Editora JusPodivm: Salvador, 2016.



MARQUES, J. F. **Instituições de Direito Processual Civil**. Vol. 1. Editora Millennium: São Paulo, 2000.

MAZZILLI, H. N. **A defesa dos interesses difusos em juízo**: meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural, patrimônio público e outros interesses. 28ª ed. rev., ampl. e atual.. Editora Saraiva: São Paulo, 2015.

NERY JR., N.; NERY, R. M. A. Código de Processo Civil comentado e legislação extravagante. 5ª ed. São Paulo: RT, 2001, apud DIDIER JR., F; ZANETI JR., H. **Curso de direito processual civil**: processo coletivo. 10ª ed. rev., ampl. e atual.. Editora JusPodivm: Salvador, 2016.

CONSTELAÇÃO SISTÊMICA FAMILIAR NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO

Camila Slompo Felipe, Jessica Lidiane Gonçalves Tiete Camara, Larissa Fernanda Rossi, Vanderlei de Freitas Nascimento Junior, email: vanderlei.adv.jau@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O ordenamento jurídico brasileiro sempre visa por soluções que, com o advento do Novo Código de Processo Civil, tem dado lugar às novas técnicas de resolução de conflitos, cabendo destacar a Constelação Sistêmica Familiar como método em ascensão.

Tal técnica, desenvolvida pelo alemão Bert Hellinger, consiste numa prática terapêutica que visa resolver aspectos emocionais que impedem ou podem impedir o relacionamento saudável entre membros de uma mesma estrutura familiar.

Desta forma, o presente estudo pretende expor de que maneira a técnica das Constelações Sistêmicas Familiares podem ser aplicadas de forma eficaz pelo Judiciário para a resolução de conflitos, bem como os benefícios que tal método pode trazer para os personagens envolvidos num possível litígio.

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste estudo científico, foi utilizado o método dedutivo analítico, baseado numa específica revisão de literatura, baseada em pesquisas na legislação, livros, doutrinas, jurisprudência, artigos científicos e revistas jurídicas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A modalidade terapêutica das Constelações Familiares foi criada pelo alemão Bert Hellinger (1925). Sobre o assunto, Carola Castillo diz:

Hellinger descobre que ao constelar ou “formar” famílias com participantes utilizados como representantes dos verdadeiros envolvidos, ocorrem conexões especiais, e esses representantes comunicam a informação dos membros da família que eles representam. Esse é um processo difícil de ser explicado, e ele o catalogou como fenomenológico, e serve de grande ferramenta para o terapeuta, porque mesmo sem ter informação da família, as constelações mostram os laços invisíveis de amor aos que a pessoa que apresenta seu caso pode estar conectada. Uma vez que isso acontece e há o reconhecimento, algo muda. (2016, p. 17)

No mesmo sentido, assim diz Joy Manné:

As constelações familiares nos ensinam que a nossa família é a nossa sina. Entretanto, não estamos irremediavelmente presos a essa sina e podemos alcançar a cura. Ao compreender os mecanismos desse processo, ficamos na posse do poder de controlar o nosso comportamento a fim de evitar sofrimento para as gerações futuras. (2008, p. 17)

Ou seja, para se constelar, são colocadas personagens desconhecidas para representar os membros da família que estão em litígio no processo judicial, onde tais pessoas irão expressar sentimentos e emoções que, muitas vezes, estão camufladas naquele sistema familiar.

O exercício terapêutico da Constelação Familiar vem se ampliando gradativamente e, na contemporaneidade, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), já vem sendo aplicada nos Tribunais de Justiça dos estados de Goiás, São Paulo, Rondônia, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Alagoas, Amapá, Pernambuco e no Distrito Federal, ou seja, cerca de 12 (doze) estados brasileiros já aplicam a performance da Constelação Familiar para ajudar a sanar conflitos, nas mais diversas áreas.

Nesse sentido, pontua o Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Storch:

Outras diversas experiências vêm sendo realizadas com constelações na Justiça, tais como: interrogatório de crianças e adolescentes com uso de bonecos; constelações em instituições de acolhimento (abrigos) para buscar a melhor solução para crianças e adolescentes institucionalizados – retorno à família de origem, encaminhamento à família extensa ou à adoção; constelações na área criminal com agressores, vítimas e agentes do Estado; constelações com adolescentes autores de atos infracionais, suas famílias e vítimas; etc. (2015, n.p.)

Assim diz Jakob Robert Schneider:

O método das constelações tem um caráter universal, pois pode ser aplicado a todos os domínios dos relacionamentos humanos. É útil para superar bloqueios no crescimento e no desenvolvimento da própria personalidade. Ajuda a pessoa a ficar em harmonia e em paz com sua própria história familiar, especialmente quando esta é particularmente confusa. Esclarece, aprofunda e facilita as relações dos pais com seus filhos, dos casais entre si e dos filhos adultos com seus pais vivos ou mortos, com seus irmãos ou com outros familiares. Engloba a vida profissional e as decisões urgentes e considera possíveis conexões entre as doenças ou sintomas negativos de comportamento, tais como medos, compulsões, adições ou psicoses e os acontecimentos familiares, aliviando o cliente e respeitando a sua dignidade. Orienta sobre o modo de proceder em famílias de adoção ou de criação, bem como em redes sociais que não pertencem à família, como asilos e repartições. Pode ser aplicado em cursos de aperfeiçoamento e de supervisão, assim como em escolas, organizações, oficinas e campos sociais maiores. O importante é descobrir, em cada caso, onde o problema do cliente está ligado a destinos alheios. Em seguida, é preciso identificar o que precisa vir à luz sobre a

dinâmica dos relacionamentos, abrangendo o espaço e o tempo, para que as realidades sociais sejam adequadamente configura das. Finalmente, é preciso saber como devem ser ordenadas as relações, de modo a assegurar o florescimento da vida. (2007, p. 95)

Desta forma, pode-se concluir que a Constelação Familiar pode abordar problemas dos mais diversos aspectos do Direito, citando como exemplos o divórcio litigioso, a guarda de filhos, alienação parental, inventário, endividamento, adoção e violência doméstica.

Os benefícios trazidos pela Constelação Familiar podem ser observados por meio de relatos dos constelados. Sobre tais benefícios, expõe Schneider:

Pelo que se depreende desses relatos, as constelações parecem produzir bons efeitos, sobretudo em relação aos seguintes objetivos: resolver conflitos conjugais e familiares, melhorar comportamentos inadequados de crianças, solucionar problemas na escola, no trabalho e em decisões, resolver conflitos de filhos com os seus pais, encontrar paz familiar e paz na alma, diminuir riscos de suicídio e de acidentes e, de um modo geral, fortalecer a vida em sua energia. (2007, p. 95)

Assim, é nítido que a técnica pode ser bastante relevante no que toca a resolução de conflitos pelo Poder Judiciário.

É o que demonstram dados colhidos no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF (2016), a Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Núcleo Bandeirante, empregaram a técnica de Constelação Familiar em 48 processos com temáticas diversas, como guarda dos filhos, divórcio litigioso, inventário e prestação de alimentos. Desses 48 processos, 19 firmaram acordo sem que houvesse necessidade de prosseguimento dos trâmites judiciais. Cumpre salientar que em 2017, na mesma serventia do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, completou-se o segundo ano de utilização da técnica da Constelação Sistêmica com um índice de 75% de acordos realizados nos casos em que ambas as partes se submetiam às sessões terapêuticas, conforme divulgado em seu sítio oficial, na data de 04/12/2017. Já nos casos em que apenas uma das partes se submetia às sessões, os acordos firmados em fase anterior à audiência prévia de conciliação e mediação atingiram a marca de 58% dos casos submetidos à Constelação Familiar. Segundo consta, os dados divulgados pelo TJDF (2018), referentes à sua Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Núcleo Bandeirante, demonstram que os casos encaminhados para Constelação têm uma média de 79% de acordos, otimizando a atividade judiciária.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a Constelação Familiar é uma forma de terapia especializada, em que são colocadas pessoas diversas das envolvidas no litígio para uma encenação, na qual as personagens irão revelar sentimentos e emoções que, muitas vezes, estão ocultos na estrutura familiar em tela.

Os benefícios da aplicação da Constelação Familiar são evidentes, de forma que auxiliam os magistrados na resolução de processos litigiosos, proporcionando conciliações.

Portanto, pela análise dos aspectos expostos, compreende-se que a Constelação Familiar é um instrumento de extrema importância e eficácia, que beneficiará as pessoas envolvidas nos litígios processuais do Judiciário, abrindo espaço para uma justiça mais humana e eficiente na pacificação dos conflitos.

REFERÊNCIAS

BANDEIRAS, R. **"Constelação Familiar" ajuda a humanizar práticas de conciliação no Judiciário**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/83766-constelacao-familiar-ajuda-humanizar-praticas-de-conciliacao-no-judiciario-2>>. Acesso em 29 set 2018.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. **Vara do núcleo bandeirante divulga resultados positivos do projeto constelar e conciliar**. Brasília, 21 de julho de 2016. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2016/julho/vara-de-familia-do-nucleo-bandeirante-divulga-resultados-positivos-do-projeto-constelar-e-conciliar>>. Acesso em: 29.09.2018.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. **Projeto Constelar e Conciliar completa dois anos com alto índice de acordos no núcleo bandeirante**. Brasília, 04 de dezembro de 2017. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2017/dezembro/projeto-constelar-e-conciliar-completa-dois-anos-com-alto-indice-de-acordos-no-nucleo-bandeirante>>. Acesso em: 29.09.2018.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. **Juíza do TJDF fala sobre constelação familiar ao bom dia DF**. Brasília, 22 de fevereiro 2018. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2018/fevereiro/juiza-do-tjdft-fala-sobre-constelacao-familiar-ao-bom-dia-df>>. Acesso em: 29.09.2018.



CASTILLO, C. **Ecos do passado**: trabalho terapêutico sistêmico em constelações familiares. Tradução de Tatiana Hadeke. 1. ed. Curitiba: Appris, 2016.

MANNÉ, J. **As constelações familiares em sua vida diária**. Tradução de Rosane Albert. São Paulo: Cultrix, 2008.

SCHNEIDER, J. R. **A prática das constelações familiares**. Tradução de Newton A. Queiroz. Patos de Minas: Atman, 2007.

STORCH, S. Direito Sistêmico: primeiras experiências com constelações no judiciário. *In Filosofia, Pensamento e Prática das Constelações Sistêmicas – nº 4*. São Paulo: Conexão Sistêmica, 2015.



CONSTRUÇÃO DE UM CORPO: DOCUMENTÁRIO SOBRE FISCULTURISMO

Carla Fernanda dos Santos, Vinicius Martins Carrasco de Oliveira, e-mail:
prof.viniciuscarrasco@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O fisiculturismo é um esporte fundamentado pela musculação, alimentação e descanso. Segundo SCHWARZENEGGER (2001) o fisiculturismo é considerado esporte por causa do esforço para desenvolver uma musculatura e também exibí-la, por meio de poses, em campeonatos. Assim, como qualquer esporte, o fisiculturismo desempenha papel importante na manutenção da saúde, além de estar ligada a autoestima e realização pessoal.

Parte-se da abordagem sobre aspectos que envolvem a musculação, uma atividade democrática e adaptável, considerada base para o fisiculturista, e também no tocante à manutenção da saúde, além de estar ligada autoestima e também a realização pessoal.

Sabe-se que busca por uma melhor qualidade de vida é cada vez mais procurada pela população e a musculação é tida uma atividade que proporciona ao indivíduo uma série de possibilidades de treinamento, e principalmente programas que não exijam um grande tempo de permanência na academia (SANTOS; NASCIMENTO; LIBERALI, p.34-43, 2008)

Divide-se os praticantes da musculação em dois grupos: os que praticam para diversos fins e os atletas que buscam moldar corpos para competições. Com isso, a musculação é um exercício que pode ser praticado por diferentes pessoas de diferentes idades e classes sociais, na teórica, qualquer um pode ser fisiculturista. Schwarzenegger (2011) afirma isso e comparação do corpo humano a uma moto do Dr. Lawrence Golding:

Se você tem um motor de 10 cavalos e sujeita-o a uma carga de 12 cavalos ele queimará. Mas quando você tem um corpo humano que é equivalente a um motor de 10 cavalos, e você sujeita a uma carga de 12 cavalos, ele eventualmente se tornará um corpo com motor de 12 cavalos. (SCHWARZENEGGER, p. 32)

Observa-se que há uma dimensão estereotipada sobre o fisiculturismo. No Brasil o fisiculturismo é abordado basicamente de duas maneiras: pelo uso de anabolizantes ou pela idolatria que os praticantes têm com o corpo. A prática trouxe outros padrões, muito diferente do corpo magro, por exemplo, que era exigido das mulheres. Com a popularização do anabolizante, o preconceito com o esporte aumentou. Passaram a banalizar a exaltam da rotina de um atleta, acreditando que o qualquer pode alcançar um corpo musculoso, o que não é verdade.

O fisiculturismo é um esporte. Os atletas dessa modalidade são facilmente reconhecidos, devido ao seu tamanho ou definição muscular. São realizados campeonatos em que os atletas têm seus corpos avaliados, esses são exibidos por meio de poses que ressaltam os músculos.

Além de um corpo musculoso os atletas têm a saúde invejável. Por causa da rotina de alimentação e descanso, em que o atleta sofre pouco com adversidades do dia a dia, como estresse ou até mesmo se resfriar. Seria gratificante se as pessoas percebessem que a musculação é um esporte inclusivo e facilmente praticado e buscassem por melhores qualidades de vida.

Esse documentário tem como objetivo mostrar a rotina de um atleta de fisiculturismo por meio da rotina de uma competidora para exemplificar dificuldades de tornar o exportar o esporte o estilo de vida.

2 METODOLOGIA

Recorrer-se-á à pesquisa bibliográfica e documental sobre os históricos do fisiculturismo e do documentário, bem como a técnicas jornalísticas de produção, apuração, pauta, edição e pós-produção para elaboração do produto, adotando a entrevista em profundidade.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como: livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Para Gil (2007, p. 44), os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são sobre investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema. A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Todo este trabalho será desenvolvido em forma de documentário porque o documentário é algo que busca a nossa compreensão sobre a realidade, são filmes que transmitem a verdade. “Os documentários de representação social proporcionam novas visões de um mundo comum, para que as exploremos e compreendamos”. (NICHOLS, 2010). A produção audiovisual, terá 30 minutos de duração.

O produto foi pensado para atingir a grande massa. Mas, o trabalho foi feito seguindo padrões dos moldes desse tipo de produto. O Brasil não é um país como grande variedade de produções, porém, o padrão é o mesmo seguido pelas produções norte-americanas. Os Estados Unidos é um grande apreciador do fisiculturismo e por isso produz diversos documentários na área.

Os documentários são seguem um padrão muito específico de recorte de imagens. Para cada seguimento é possível encontrar um padrão de imagens diferentes. Isso acontece porque: “os documentários não adotam um conjunto fixo de técnicas, não tratam de apenas um conjunto de questões, não apresentam apenas um conjunto de formas ou estilos. Nem todos os documentários exibem um conjunto único de características comuns”. (NICHOLS 2010)

O produto será construído baseado em entrevistas, pois independente de sua natureza, a entrevista é usada para extrair informações e pode ser usada nas mais diversas áreas. No caso deste trabalho jornalístico a entrevista será utilizada para obter informações pessoais e profissionais, por exemplo, a rotina de um atleta e também questões profissionais, como esclarecimento de psicólogos, médicos e preparadores, permitindo que se tenha uma dimensão acerca da abordagem proposta.

No fazer jornalístico, independente do tipo de entrevista costumam-se dividir ou categorizar as fontes em três tipos, segundo Nelson Lage (2001): as fontes oficiais, oficiosas e independentes. As oficiais são as mantidas pelo Estado, empresas, organizações e sindicatos. As oficiosas são ligadas a essas entidades, porém, não falam em nome da instituição. As fontes independentes são compostas pelas organizações não institucionais.

O grande alicerce da coleta de dados é a entrevista em profundidade.

a entrevista individual em profundidade, técnica qualitativa que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada. Entre as principais qualidades dessa abordagem está a flexibilidade de permitir ao informante definir os termos da resposta e ao entrevistador ajustar livremente as perguntas. Este tipo de entrevista procura intensidade nas respostas, não-quantificações ou representação estatística. (DUARTE, 2008).

Segundo Duarte (2008), a entrevista em profundidade é um método que busca colher resposta a partir da experiência do entrevistado, da fonte. Essas fontes são selecionadas a partir das necessidades das informações, sempre buscando fontes para encontrar as informações para compor o material produzido.

Ressalta-se que, mesmo tendo uma abordagem jornalística similar à que é desenvolvida rotineiramente por veículos ou empresas de comunicação baseando-se em premissas éticas como o Código de Ética do Jornalista, o presente trabalho foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O produto será realizado entre março e outubro de 2018. No período de pré-produção do trabalho conta com a seleção das fontes. Foram selecionados dois fisiculturistas, dois profissionais da área da musculação, dois profissionais de saúde relacionados com área.

No Brasil foram produzidos alguns documentários sobre grandes atletas, espelhado nisso, é possível fazer materiais tão competentes quanto os de grandes produções. O interior de São Paulo é muito rico em atletas e a produção desse documentário pode dar visibilidade para esses atletas e seus estilos de vida de forma a combater os estereótipos acerca do tema.

Pretende-se mostrar a rotina de um atleta de alto rendimento, para desmistificar que o fisiculturismo vai além de um esporte. Esse tipo de atleta alcança um nível de

quantidade e qualidade muscular que dificilmente poderá ser superada ou igualada. Espera-se assim, tornar público que há na região de Jáu atletas de renome nacional, muitas vezes sem o devido reconhecimento local, pois levam o nome da região para todo o país, além de mostrar que a musculação pode mudar hábitos e agregar na saúde de qualquer pessoa.

A personagem principal do trabalho é a atleta Jussara Silvestre, de 35 anos. A Fisiculturista compete na categoria Womens Physique desde 2013: Vencedora do Campeonato Paulista da IFBB (International Federation of Bodybuilding and Fitness ou Confederação Internacional de Fisiculturismo) 2018, terceiro lugar no Campeonato Brasileiro da IFBB 2018. Top 3 no Campeonato Paulista de 2017 e Top 6 no Campeonato Brasileiro de 2017.

Outro atleta que foi selecionado para o trabalho o é o marido de Jussara, Guilherme Vênancio. Guilherme será entrevistado em dois aspectos, falará da sua rotina como atleta e de sua relação com Jussara. O motivo da escolha foi pela proximidade ao personagem principal.

Os profissionais da área da musculação que será entrevistado inicialmente é Vitor Marcato. O educador físico se especializou na preparação de atletas e hoje trabalha com fisiculturistas. Sua importância para o trabalho é seu conhecimento em arbitragem. O profissional aponta quais quesitos são avaliados pela banca julgadora.

O personal trainer Diogo Parezan foi escolhido pela sua experiência na musculação. O profissional explica os quesitos fundamentais da rotina de treinamento dos atletas, o que difere um praticante da musculação do fisiculturista. Outras duas fontes primordiais para o desenvolvimento dessa pesquisa é a psicóloga Priscila Pereira e a nutricionista Lilian Prado. Priscila fala sobre os aspectos psicológicos que envolvem um atleta. Assim como os distúrbios de imagens, de relação de padrão que a mídia impõe e a insatisfação das pessoas com a aparência. Um dos profissionais responsáveis para a preparação de um atleta é a alimentação. Para isso Lilian é questionada sobre a importância da dieta, se realizada a longo prazo pode prejudicar a saúde. O uso de suplementação para aprimorar o desenvolvimento da massa muscular.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso de Comunicação Social – Jornalismo tem como objetivo mostrar que o fisiculturismo, além de um esporte, é um estilo de vida. O atleta que escolhe a prática da musculação para tornar-se fisiculturista precisa abrir mão de muitas coisas, por exemplo, sair à noite, ingerir bebida alcoólica, fazer refeições fora de casa.

Discute, por meio de um documentário jornalístico, questões como o padrão de beleza imposto pela sociedade e pela mídia e a tentativa das pessoas de se aproximar o máximo disso, para serem socialmente aceitas. O esporte e seus praticantes carregam estigmas negativos ou rótulos que não dão conta de sua representação social. Por meio dessas entrevistas, pretende-se ter a dimensão da rotina dos atletas, o processo de preparação, treinamento e os cuidados que envolvem a saúde. Espera-se desmistificar os estereótipos acerca do fisiculturismo, por meio do retrato da realidade vivenciada por aqueles que fazem parte deste universo social.

Ao final das entrevistas foi possível entender a dedicação dos atletas de fisiculturismo com a carreira e a determinação com que eles seguem no esporte. O fisiculturismo é um esporte individual, porém, necessita do trabalho de vários profissionais. Ficou claro que o êxito alcançado por um competidor é fruto da dedicação de várias pessoas.

Percebe-se que o fisiculturismo é um estilo de vida além do esporte. Os atletas e profissionais fazem da carreira sua vida, não há uma separação entre a pessoa, o profissional e o atleta, tudo é pensando para que o corpo não seja prejudicado, que a mente esteja focada em esculpir o melhor físico. O fisiculturismo é um esporte que leva os atletas e as pessoas ao seu limite físico e psicológico.

Abordar esse universo por meio de um documentário permite debater a questão de forma mais ampla, trazendo ao público a possibilidade de quebrar preconceitos e barreiras acerca da modalidade e de seus praticantes e de ampliar sua percepção acerca do tema abordado. Espera-se, assim, através da informação e do conhecimento difundido com o documentário, contribuir para uma sociedade mais plural e uma visão mais abrangente do assunto.



REFERÊNCIAS

BARBERO, H.; LIMA, P. R. **Manual de telejornalismo: os segredos da notícia na TV.** Rio de Janeiro: Campus, 2002.

DUARTE, E. B.; CASTRO, M. L. D. **Comunicação audiovisual: Gêneros e formatos.** Porto Alegre: Sulina, 2012.

DUARTE, J. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** Atlas, 2005.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Ceará: Universidade Estadual do Ceará, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2007

LUCENA, L. C. **Como fazer documentários: conceito, linguagem e prática de produção.** São Paulo: Summus, 2012.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica - Procedimentos básicos de pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos.** São Paulo: Atlas, 2007.

NICHOLS, B. **Introdução ao documentário.** Campinas: Papyrus Editora, 2005.

OLIVEIRA, J. N. **Manual de Jornalismo de Televisão.** Lisboa. Cenjor. 2007.

PATERNOSTRO, V. Í. **O texto na TV: manual de telejornalismo.** 1. ed. Rio de Janeiro: 1999. 7 exemplares (3 – 2006; 3 – 1999; 1 – 1987)

PUCCINI, S. **Roteiro de documentário: da pré-produção à pós-produção.** Campinas: Papyrus, 2009.

RAMOS, F. P. **Mas afinal, o que é mesmo documentário?** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

REZENDE, G. J. **Telejornalismo no Brasil: Um perfil editorial.** São Paulo: Summus, 2000.

SCHWARZENEGGER, A.; **Enciclopédia do fisiculturismo e musculação.** 2ª ed. Armetd. 2001

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 2000.

SOUZA, J. C. A. **Gêneros e formatos na televisão brasileira.** São Paulo: Summus, 2004.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

TEIXEIRA, F. E. (org.). **Documentário no Brasil: tradição e transformação.** São Paulo Summus, 2004.

VIZEU, A. E.; et al (Org.) **60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica.** Florianópolis: Insular, 2010.

WHITE, T. **Jornalismo eletrônico: Redação, reportagem e produção.** São Paulo: Roca, 2009.



CONTRATO DE TRABALHO DOMÉSTICO

Pietra Santos, Ana Júlia, Giullia Rodrigues, Fábio Empke Vianna, email:
fvianna@aasp.org.br

1 INTRODUÇÃO

Para um contrato de trabalho ser elaborado é necessário ter a relação de empregado e empregador. O contrato deve ser feito com base na CLT atualizada pela Reforma Trabalhista, sancionada pelo presidente Michel Temer em 13/7/17, entrando em vigor em 11/11/17. É preciso que a jornada de trabalho, requisitos que caracterizam a relação de empregado e empregador e os direitos de ambos sejam respeitados.

A reforma trabalhista, LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017, ocorreu pelos avanços vêm se desenvolvendo em nossa nação, como diminuir os encargos trabalhistas frente à crise econômica, com a pretensão de gerar mais empregos.

2 MÉTODOS

A relação entre empregado e empregador é simples, o empregador contrata e remunera o empregado pelos serviços que o mesmo irá prestar, o empregado pode ser tanto pessoa física quanto pessoa jurídica. O contrato poderá ser limitado, contrato de experiência ou contrato ilimitado, irá depender da necessidade do empregador.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quanto à jornada de trabalho, ela não foi alterada, não foi modificada pela nova CLT, continua sendo 44 horas de trabalho semanais, cinco dias de 8 horas e um dia de 4 horas, também a jornada diária poderá ser de 12 horas com 36 horas de descanso, e 220 horas mensais. Possivelmente o empregado tenha que trabalhar mais do que duas horas adicionais em um determinado dia, caso o empregador, por motivo de força maior, necessite dos seus serviços.

Quanto ao trabalho doméstico que é regido pela lei complementar 150/2015, teve alguns de seus direitos modificados, o que acabou se tornando algo bom para algumas domésticas e ruim para outras.

Na antiga CLT:

- 1 Demissão:** Quando o trabalhador pede demissão, ele não possui o direito de retirar 40% do saldo FGTS ou retirada do saldo, quanto ao aviso prévio à empresa ou empregador tinha a possibilidade de avisar com 30 dias de antecedência o empregado de sua demissão ou somente paga-lo referente ao mês.
- 2 Descanso:** O trabalhador que presta serviço de oito horas diárias tem direito há uma ou duas horas no máximo de intervalo para repouso ou alimentação.
- 3 Férias:** As férias de 30 dias poderiam ser fracionadas em até dois períodos, sendo que um deles não pode ser inferior a 10 dias.
- 4 Gravidez:** Mulheres grávidas não podem trabalhar em lugares que poderiam as expor a riscos e ao bebê, e não havia limite de tempo para avisar a empresa sobre a gravidez.
- 5 Jornada de Trabalho:** A jornada é limitada a 8 horas diárias, 44 horas semanais e 220 horas mensais, podendo haver até 2 horas extras por dia.
- 6 Multa:** O empregador está sujeito a multa de R\$3.000,00 por trabalhador, acrescido de igual valor em cada reincidência.
- 7 Remuneração:** A remuneração por produtividade não pode ser inferior à diária correspondente ao piso da categoria ou salário mínimo. Comissões, gratificações, percentagens, gorjetas e prêmios integram os salários.
- 8 Trabalho Intermitente:** A legislação não adotou a modalidade.
- 9 Trabalho Parcial:** A CLT prevê jornada máxima de 25 horas por semana, sendo proibidas as horas extras. O trabalhador tem direito a férias proporcionais de no máximo 18 dias e não pode vender dias de férias.
- 10 Indenização por dano extrapatrimonial:** A legislação não adotou tal modalidade.

CLT com a reforma trabalhista:

- 1 Demissão:** O contrato de trabalho poderá ser extinto de comum acordo, com pagamento de metade do aviso prévio, se indenizado, e metade da multa de 40% sobre o saldo do FGTS. O empregado poderá ainda movimentar até 80%

do valor depositado pela empresa na conta do FGTS, mas não terá direito ao seguro-desemprego. (Art. 484-A CLT)

- 2 Descanso:** O intervalo dentro da jornada de trabalho poderá ser negociado, desde que tenha pelo menos 30 minutos. Além disso, se o empregador não conceder intervalo mínimo para almoço ou concedê-lo parcialmente, a indenização será de 50% do valor da hora normal de trabalho apenas sobre o tempo não concedido em vez de todo o tempo de intervalo devido.
- 3 Férias:** Desde que haja concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um. É vedado o início das férias no período de dois dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado.
- 4 Gravidez:** É permitido o trabalho de mulheres grávidas em ambientes de baixa ou média insalubridade, exceto se apresentarem atestado médico que recomende o afastamento. Mulheres demitidas têm até 30 dias para informar a empresa sobre a gravidez.
- 5 Jornada de Trabalho:** Jornada diária poderá ser de 12 horas com 36 horas de descanso, respeitando o limite de 44 horas semanais (ou 48 horas, com as horas extras) e 220 horas mensais.
- 6 Multa:** A multa para empregador que mantém empregado não registrado é de R\$ 3 mil por empregado, que cai para R\$ 800 para microempresas ou empresa de pequeno porte.
- 7 Remuneração:** O pagamento do piso ou salário mínimo não será obrigatório na remuneração por produção. Além disso, trabalhadores e empresas poderão negociar todas as formas de remuneração, que não precisam fazer parte do salário.
- 8 Trabalho Intermitente:** O trabalhador poderá ser pago por período trabalhado, recebendo pelas horas ou diária. Ele terá direito a férias, FGTS, previdência e 13º salário proporcionais. No contrato deverá estar estabelecido o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor do salário mínimo por hora ou à remuneração dos demais empregados que exerçam a mesma função. O empregado deverá ser convocado com, no mínimo, três dias corridos de

antecedência. No período de inatividade, pode prestar serviços a outros contratantes.

9 Trabalho Parcial: A duração pode ser de até 30 horas semanais, sem possibilidade de horas extras semanais, ou de 26 horas semanais ou menos, com até 6 horas extras, pagas com acréscimo de 50%. Um terço do período de férias pode ser pago em dinheiro.

10 Indenização por Dano Extrapatrimonial: O dano extrapatrimonial é definido pela lei quando ofender a esfera moral ou existencial da pessoa, incluindo sua honra, imagem, intimidade, liberdade de ação, autoestima, sexualidade, saúde, lazer e integridade. Há critérios que devem ser levados em conta pelo juiz ao fixar a indenização e ela é medida pelo salário do trabalhador. São criadas quatro categorias de ofensas: de natureza leve (até três vezes o último salário do ofendido), média (até cinco vezes o último salário), grave (até vinte vezes o último salário) e gravíssima (até cinquenta vezes o último salário)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, é preciso que o governo mantenha como proposta a regulamentação de empregos de âmbito familiar, através da implementação de leis específicas mais persistentes, para maior benefício dos trabalhadores domésticos. Logo, é necessário que a fiscalização dos contratos seja representado por uma entidade especial, para isso é relevante a criação de um órgão público voltado para o direcionamento dessas relações. Assim, a valorização do servidor será alcançada, pois estes também são cidadãos, economicamente, ativos.

REFERÊNCIAS

DOMÉSTICA LEGAL. **As principais mudanças no emprego doméstico com a Reforma Trabalhista.** 2017. Disponível em: <<http://www.domesticalegal.com.br/principais-mudancas-no-emprego-domestico-com-reforma-trabalhista/>>

FUTEMA, F. Reforma trabalhista afeta parcialmente emprego doméstico. **Revista Veja.** 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/reforma-trabalhista-afeta-parcialmente-emprego-domestico/>>

LALABEE. **Como fazer um contrato de trabalho para empregada doméstica?** Disponível em: <<http://www.lalabee.com.br/blog/como-fazer-contrato-domestica/>>



LEITE, D. R. O. **Reforma trabalhista:** atualização necessária. Disponível em:<<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI280198,91041-Reforma+trabalhista+atualizacao+necessaria>>

MATTOS, C. N. **Reforma trabalhista:** modernização ou retrocesso? Disponível em:<<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI265160,81042-Reforma+trabalhista+modernizacao+ou+retrocesso>>

SOROSINI, M. **Reforma Trabalhista:** veja o que muda para as domésticas. 2017. Disponível em:<<https://extra.globo.com/noticias/economia/reforma-trabalhista-veja-que-muda-para-as-domesticas-21674962.html>>. Acesso em: 09 ago 2019



CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Marco Aurélio José Massaroto, Ynessa Graciano Martins de Oliveira, Renato Zanolla Montefusco, e-mail: rzmontefusco@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem condão de analisar especificamente o mecanismo brasileiro de controle de constitucionalidade com enfoque nas espécies de controle em seus mais variados aspectos, conforme será observado após breve exposição de motivos acerca do controle em si.

O Controle de constitucionalidade, em breve síntese, representa a possibilidade de um órgão competente verificar a compatibilidade e consonância de determinada norma. Para tanto é a Constituição Federal que fundamenta e dá validade a existência daquela norma. Nesse diapasão, segunda Alexandre de Moraes, “controlar a constitucionalidade significa verificar a adequação (compatibilidade) de uma lei ou de um ato normativo com a Constituição, verificando seus requisitos formais e materiais.” (MORAIS, p. 627).

Nesse sentido, controlar a constitucionalidade de normas impede que atos normativos contrários à Constituição existam no ordenamento jurídico pátrio. A defesa da *Lex Suprema* baseia-se na existência de institutos específicos destinados a assegurar a estabilidade de suas normas.

2 METODOLOGIA

A metodologia a ser utilizada na presente pesquisa será a do método analítico-dedutivo, isto é, será levada em consideração análise de bibliografia específica à doutrina constitucional, conforme referências bibliográficas anexas, artigos científicos específicos ao tema, além do uso essencial da Constituição Federal, que norteia e estipula o procedimento acerca do Controle de Constitucionalidade na República Federativa do Brasil além da exposição da experiência jurisprudencial.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme asseverado na breve introdução a doutrina aponta inúmeros aspectos no entorno do exercício do controle de constitucionalidade, os quais, fundam os argumentos de validade para o exercício da jurisdição constitucional, que, nos dizeres de Hans Kelsen estabelece “*a garantia jurisdicional da Constituição*” e aduz a percepção de que “*é um elemento do sistema de medidas técnicas que têm por fim garantir o exercício regular das funções estatais*” (KELSEN, 2007, p. 123-124). O fato a ser desnudado é que existem aspectos a serem observados que dão contorno ao exercício de tal controle.

O controle de constitucionalidade poderá ser observado sob a ótica do Órgão Fiscalizador, que será: a) Político, aquele controle exercido por órgãos de natureza política, tais como Congresso Nacional ou Presidente da República, ou até mesmo por um Conselho Constitucional, que é exercido por órgão político e que não integra o Poder Judiciário, ou; b) Jurisdicional, o controle é exercido pelos próprios órgãos do Poder Judiciário que têm atribuição para apreciar a compatibilidade de atos normativos em face da Constituição de maneira incidental para o deslinde da demanda.

Entrementes, poderá ser observado o Momento da Fiscalização, e, nesse sentido o controle será: a) Preventivo, que é o controle exercido anteriormente à promulgação do ato normativo, através de comissões instituídas e com atribuição para tal controle ou através de mandado de segurança impetrado por membro do legislativo com a finalidade de interromper processo legislativo tendente a abolir cláusulas pétreas, ou; b) Repressivo, diferente do preventivo, esta espécie de controle se dá após a promulgação da norma, a partir do momento em que esta passa a vigorar, via de regra é exercido pelo Judiciário, seja de maneira incidental em casos concretos ou abstratamente através de instrumentos previstos constitucionalmente.

Ademais, de suma importância observar que existem Legitimados para o controle, e, nesse aspecto afirma-se de forma concentrada ou difusa os sujeitos intervenientes: a) Concentrado, temos como exemplo o Sistema Austríaco, idealizado por Hans Kelsen, no qual há apenas um órgão que possui legitimidade para exercer o controle de constitucionalidade, sendo possível afirmar que tal sujeito seria, para o ordenamento jurídico pátrio, o Supremo Tribunal Federal, que no exercício de suas atribuições declarará a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de determinada

norma com efeito “*erga omnes*”, ou; b) Difuso, a exemplo do Sistema Norte-Americano, é o sistema que atribui o controle de constitucionalidade a diversos órgãos do Poder Judiciário, levando a efeito que qualquer indivíduo, no exercício do poder jurisdicional, poderá ser provocado a declarar constitucionalidade ou inconstitucionalidade de determinado ato normativo, entretanto com efeito meramente “*inter partes*”.

Quanto ao modo de manifestação, o controle poderá ser observado de forma: a) Incidental, por ser a questão constitucional prejudicial ao mérito da demanda, é resolvida anteriormente por via de exceção ou de defesa, ou; b) Principal, se dá por ação direta na qual o mérito da própria ação é a declaração quanto à constitucionalidade ou inconstitucionalidade da norma.

Não obstante os aspectos supra mencionados ainda observa-se o exercício do controle de constitucionalidade quanto ao objeto da análise, o qual poderá ser observado de forma: a) Abstrato, a análise é feita em tese, o pronunciamento do julgador se restringe à declaração de compatibilidade da norma com a Constituição, ou seja, não diz respeito a um caso individual, ou; b) Concreto, prescinde de um caso concreto no qual há um conflito intersubjetivo de interesses onde a declaração de compatibilidade da norma com a Constituição é necessária para a resolução do mérito da demanda.

E, por fim, necessário deixar consignado que o controle poderá ser também observado quanto à existência de sujeitos envolvidos: a) Subjetivo, no processo sempre há o direito subjetivo das partes envolvidas. Sempre há uma lide, uma pretensão resistida acerca de um bem de vida cujo deslinde depende da resolução da questão constitucional incidental, ou; b) Objetivo, não obstante a existência de autores ou sujeitos no processo, não existem partes propriamente ditas. O processo objetivo de controle de constitucionalidade permite que os legitimados na Constituição Federal ajuizem tal demanda sem que a pretensão seja deduzida em face de outra pessoa, não havendo uma condenação, por exemplo.

Diante da exposição sintética acima observada quanto aos aspectos passivos de serem observados no controle de constitucionalidade, de plano vê-se a influência de vários sistemas estrangeiros que influenciaram sobremaneira a construção e constituição do sistema brasileiro de controle de constitucionalidade. A seguir serão observados, de forma rasa os sistemas oriundos de outros países.

O Sistema Americano de Controle, tem seu início nos Estados Unidos no caso Marbury vc Madison, no qual ficou consagrada a possibilidade de o Judiciário rever atos do Congresso que violassem a Constituição. O sistema Americano consagrou o controle difuso, concreto por se tratar de um sistema aberto em que qualquer membro do judiciário tem legitimidade para exercer o controle e este se dá em casos concretos.

O Sistema Francês, consagrou um controle preventivo e político de constitucionalidade atuante, em regra, quando do processo legislativo sendo exercido por um órgão político, a saber o Conselho Constitucional, ou seja, controle concentrado, abstrato, preventivo e político, uma vez que o conselho não exerce atividade jurisdicional típica.

O Sistema Austríaco, a exemplo do sistema francês, o sistema Austríaco, obra de Hans Kelsen, tem controle concentrado quanto ao número de legitimados no qual o controle é exercido por um Tribunal Constitucional que analisa de maneira Abstrata e somente quando provocado por algum dos legitimados pela Constituição.

O Sistema Alemão, possui um órgão vinculado ao poder judiciário, Tribunal Constitucional, composto por duas câmaras, cada uma com oito juízes, eleitos metade pelo Parlamento e metade pelo Conselho Federal, com mandato de 12 anos, o qual é responsável pelo controle de constitucionalidade das normas, cujas representações perante tal órgão são feitas exclusivamente pelos Governos Federal e Estadual ou por 1/3 do Parlamento, apesar de ter como base o sistema Austríaco, portanto exerce o controle predominantemente abstrato e concentrado, há previsão de controle concreto também.

Com base na exposição breve dos diversos sistemas de controle de constitucionalidade existentes, pode-se afirmar que no Brasil, o sistema de Controle de Constitucionalidade é híbrido e emprega características anteriormente consagradas nos modelos Austríaco, Norte-Americano e Francês.

Tal hibridez pode ser observada do ponto de vista dos legitimados, no sistema brasileiro é possível observar o controle difuso (sistema norte-americano) e o controle concentrado (sistema austríaco), pode-se observar também, semelhanças com o modelo Francês, uma vez que possui um órgão de cúpula cuja função precípua é a guarda da Constituição, a saber, o Supremo Tribunal Federal, STF.

Por constituir um sistema híbrido, o STF por vezes decidirá sobre a inconstitucionalidade de uma norma de maneira típica de um controle concentrado, por meio de Ações Declaratórias de Constitucionalidade - ADC, Ações Diretas de Inconstitucionalidade – ADI, Ações Diretas de Constitucionalidade por Omissão – ADO e Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF, cuja legitimidade para proposição recaem sobre pessoas espec como pode-se notar da ementa a seguir:

EMENTA: PROCESSO CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. REQUERENTE FORA DO ROL DO ART. 103 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PESSOA FÍSICA. AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE ATIVA. DESPROVIMENTO DO AGRAVO REGIMENTAL. 1. Somente são legitimadas para o ajuizamento da ação direta de inconstitucionalidade as autoridades e entidades relacionadas no rol taxativo do art. 103 da Constituição Federal. Dessa forma, pessoas físicas e particulares estranhos aos legitimados inscritos no referido artigo não estão constitucionalmente autorizados a provocar a jurisdição constitucional desta Corte em sede de controle abstrato de constitucionalidade. Precedentes: ADI 5.721, Rel. Min. Roberto Barroso; ADI 4.313, Rel. Min. Roberto Barroso; ADI 4.967, Rel. Min. Luiz Fux. 2. Agravo Regimental a que se nega provimento.

Outras vezes decidirá sobre a constitucionalidade por controle difuso através de Recursos Extraordinários, nos quais a questão incidental oriunda das instâncias inferiores é julgada via recurso pela Suprema Corte, como se observa na ementa a seguir:

STF - AG.REG. NA RECLAMAÇÃO Rcl 8605 MG (STF)

Data de publicação: 06/11/2013

Ementa: CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE – IMPLEMENTO E ESPÉCIES. Descabe confundir o controle concentrado de constitucionalidade com o difuso, podendo este último ser implementado por qualquer Juízo nos processos em geral, inclusive coletivo, como é a ação civil pública – precedentes: Recursos Extraordinários nº 424.993/DF, relator ministro Joaquim Barbosa, e 511.961/SP, relator ministro Gilmar Mendes, acórdãos publicados, respectivamente, no Diário da Justiça eletrônico de 19 de outubro de 2007 e 13 de novembro de 2009.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando os sistemas ditos puros, pode-se concluir que o sistema brasileiro é híbrido, anômalo talvez, porém adaptado às necessidades do legislador constituinte e excetuando-se as hipóteses em que o controle de constitucionalidade é exercido pelo STF e torna-se difícil a sua conceituação como controle difuso ou concentrado, têm atendido às necessidades da República Federativa do Brasil.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

DA SILVA, J. A. S. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 38ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

KELSEN, H. **Jurisdição constitucional**. 2ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LENZA, P. **Direito Constitucional Esquematizado**. 18ª. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

MORAES, A. **Direito Constitucional**, 15. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

UCHÔA, R. **Curso de Direito Processual Constitucional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.



CONTROLE INTERNO NO DEPARTAMENTO PESSOAL DE UMA EMPRESA DO SETOR SUCROALCOOLEIRO DA CIDADE DE MACATUBA

Giovani Aléx Carlím, Matheus Gonçalves Garcia, Thiago Batista Ribeiro,
Flávio Luís Grava Scalco, e-mail: Flavio@Scalconet.Com.Br

1 INTRODUÇÃO

As mudanças que ocorrem no mundo organizacional, fez com que a maioria dos empresários passasse a buscar respostas no controle interno para que auxilie cada vez mais nas tomadas de decisões. O departamento pessoal é um setor de suma importância para o funcionamento e desenvolvimento da empresa, pois é através dele que ocorre a comunicação entre empresa e as normas do trabalho.

Nas organizações podem ocorrer falhas nas informações, gerando conflitos entre empregador e empregado, empregador e governo ou até mesmo entre os próprios colaboradores da empresa, nesse caso, como o controle interno pode evitar esses conflitos?

Com base no questionamento acima citado, esta pesquisa busca identificar os controles internos utilizados na empresa, a forma que eles estão sendo executados, os resultados positivos que estão trazendo para a organização, ou no caso de resultados negativos, o motivo do controle interno não estar sendo útil.

O objetivo é analisar os controles internos existentes, identificar as possibilidades de melhorias, propor um novo modelo de controle, além de demonstrar a importância para que a gestão alcance sua excelência na aplicação dos seus recursos.

2 MÉTODOS

O objetivo geral deste trabalho é demonstrar a importância do controle interno para que a gestão alcance sua excelência na aplicação dos seus recursos. Como o controle interno pode se tornar uma ferramenta essencial de gestão e verificar as formas em que ele pode ser aplicado na empresa sem causar conflitos, pessoais ou operacionais. E por fim demonstrar como o controle interno é essencial para a gestão no departamento pessoal de uma empresa agrícola da região de Macatuba, através de estudo de caso.

2.2. Controle Interno

É uma ferramenta que as empresas adotam como métodos e procedimentos para ter uma confiabilidade maior nos dados fornecidos pela contabilidade, a fim de aumentar a eficácia e garantir a boa utilização do patrimônio empresarial.

Para Almeida (2007, p. 63):

O controle Interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa.

2.2.1 Tipos de Controle Interno

De acordo com Attie (2010, p. 152) “o controle interno inclui, portanto, controles que podem ser peculiares tanto à contabilidade como à administração”.

Os controles internos se dividem em dois:

- a. Controles contábeis: Compreende o plano de organização, métodos e procedimentos que correspondem ao patrimônio.
- b. Controles administrativos: Compreende o plano de organização, métodos e procedimento que correspondem à eficiência das operações, valorizar a política dos negócios da empresa e seus registros financeiros.

O trabalho em questão é baseado em bibliografia, pois inclui pesquisa em livro, artigos e outros trabalhos científicos. Köche (2009, p.122) diz que: “o objetivo da pesquisa bibliográfica, portanto é de conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um tema determinado ou problema, tornando-se um instrumento indispensável para qualquer tipo de pesquisa”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ATTIE, W. **Auditoria. Conceitos e Aplicações**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa.** 26 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.



COR DE PELE: UMA REVISTA SOBRE REPRESENTATIVIDADE NEGRA E PRECONCEITO

Enaê Sant'Anna, Bianca G. Zaniratto, e-mail: biancazaniratto@comjau.com.br

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto experimental trata-se de uma revista que aborda questões raciais por diversos pontos de vista, trazendo assuntos como apropriação cultural e racismo, bem como personagens que se destacam e têm histórias de vida que merecem ser contadas. A proposta é fazer uma revista mensal voltada para a microrregião de Barra Bonita e que atinja públicos das classes B e C, trazendo valores acessíveis e pautas que façam parte do universo dessa população. Não descartando, é claro, o interesse de outras esferas sociais pelo material, uma vez que o mesmo traz questões que, muitas vezes, ultrapassam os limites de classe.

Este projeto de pesquisa trabalha com a hipótese central: “A falta de representatividade do negro na mídia”, tendo como plataforma a revista. Uma das justificativas para o desenvolvimento desse projeto experimental é o fato de, em revistas de diversos segmentos, a incidência de capas e conteúdos com modelos negros ser baixíssima, por isso, faz-se importante abordar essa questão.

Segundo Martins e Pasqualinotto (2017), no ano de 2009, na revista Vogue Brasil, por exemplo, nenhuma capa possuía personagens negros.

A escolha da plataforma deu-se pelo fato de a revista falar com o leitor diretamente, como afirma Scalzo (2006, p.37). E por trazer em seu corpo matérias um tanto quanto “íntimas” e com assuntos delicados, como racismo, a plataforma vem ao encontro das necessidades do material que será elaborado. Outro fator que potencializou a escolha é a “função” da revista, a qual, segundo Scalzo (2006, p. 13-14), além de entreter, também fornece informações específicas a quem não quer ou não tem tempo de dedicar-se aos livros.

O objetivo geral do presente projeto é construir uma revista que valorize a representatividade negra, por meio de entrevistas, dados e fotos, fazendo com que o público negro que terá acesso ao material sintam-se representado.

2 METODOLOGIA

Todo e qualquer trabalho científico, seja ele um artigo, projeto ou monografia necessita de uma metodologia de pesquisa bem-definida. Portanto, neste tópico abordam-se todos os procedimentos necessários para a realização da pesquisa e posterior conclusão do trabalho.

Como observado por Barros e Junqueira (2008) a definição dos procedimentos metodológicos não é um trabalho fácil. Há diversas técnicas de coletas de dados, e até mesmo as nomenclaturas utilizadas pelos autores da área diferem entre si.

Por tratar-se de um projeto experimental, ainda de acordo com os autores supracitados, “a tarefa mais importante é identificar o método a ser empregado ou as técnicas para a coleta e análise do material de pesquisa e ter consciência de sua validade e limitações” (BARROS; JUNQUEIRA, 2008, p.45).

Os autores ainda destacam que a escolha adequada da ferramenta é primordial para que a pesquisa tenha êxito, entretanto é preciso cuidado e atenção ao delimitar a metodologia a ser utilizada.

Para o desenvolvimento da revista “Cor de Pele”, projeto experimental que fundamenta o presente relatório, foram escolhidas as seguintes ferramentas: pesquisa bibliográfica, entrevista em profundidade (aberta e semiaberta) e biografia, as quais serão descritas a seguir.

2.1 Pesquisa Bibliográfica

Quando se pensa sobre pesquisa bibliográfica, o tema logo é associado a, como o próprio nome sugere, buscas em arquivos como livros e documentos. “Pesquisa bibliográfica, num sentido amplo, é o planejamento global inicial de qualquer trabalho de pesquisa” (STUMPF, 2008, p.51).

Tal método, de maneira resumida, consiste na seleção de documentos pertinentes ao tema estudado bem como anotações e fichamentos das referências e dados para que possam ser utilizados posteriormente na elaboração do trabalho.

Posterior à seleção vem a leitura e, em seguida, deve-se começar a produzir o texto no decorrer da elaboração, quando necessário, complementar as anotações feitas com conteúdos atualizados. No caso do presente projeto experimental, os próximos passos dizem respeito às entrevistas e biografias.

2.2 Entrevista em Profundidade

A entrevista é parte muito importante na elaboração de uma revista. Trata-se de uma técnica de obtenção de informações, a fim de compreender os mais diversos aspectos, como antropológicos, sociológicos, culturais, acerca de um determinado assunto.

“A entrevista em profundidade é um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer” (DUARTE, 2008, p.62).

Um dos pontos importantes de uma entrevista é o diálogo, ainda que ela ocorra por meio de um questionário, o entrevistador deve ater-se à fluência da conversa durante a entrevista, como observa Medina (2008).

Quando ocorre uma entrevista dirigida por um questionário estanque ou motivada por um entrevistador também fixado em suas ideias preestabelecidas (em geral, coincidentes com o questionário) ou no autoritarismo impositivo, o resultado frustra o receptor. Até um leigo em técnicas de comunicação social percebe a ausência do diálogo. (MEDINA, 2008, p.6).

Por último, mas não menos importante, após abordar pesquisa bibliográfica e entrevista em profundidade, o próximo tópico irá tratar do método biográfico, também utilizado para a elaboração do projeto experimental “Cor de Pele”.

2.3 Método Biográfico

A palavra biografia tem origem etimológica nos termos gregos *bios*, que significa "vida", e *graphein*, que significa "escrever". Sendo assim, o método biográfico consiste, de modo geral, em escrever e contar histórias de vida.

Tentar definir biográfica é praticamente impossível, uma vez que sua utilização perpassa por várias ciências e tem nas ciências sociais uma das mais amplas utilizações. Também chamadas de perfis, história de vida ou autobiografias, essas narrativas devem mostrar o personagem real (GOBBI, 2008, p. 90).

As fontes para a construção do texto biográfico variam entre primárias (documentos oficiais e não oficiais; correspondências; *clippings*; livros de memórias; testemunhos orais; questionários; fotos e diários) e secundárias (entrevistas).

Um dos temas abordados no projeto experimental “Cor de Pele” é a história de vida de personagens negros. Ainda que de maneira breve, mais parecida com um

perfil, o método biográfico faz-se útil por conta da temática. Buscar-se-á relatar passagens importantes da vida de pessoas que fizeram e fazem história a fim de inspirar outros indivíduos na mesma condição e também tornar públicos feitos pouco conhecidos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Levando em consideração um possível déficit de materiais gráficos que contemplem a negritude, o presente projeto experimental pretende, por meio da elaboração de materiais jornalísticos, como textos e fotos, valorizar e representar a população negra.

Durante o desenvolvimento do trabalho notou-se a importância de representatividade. Por meio de conversas com os entrevistados foi possível perceber também as diferentes noções de preconceito que cada indivíduo negro tem.

A professora e doutora em sociologia Grasiela Lima afirma, em entrevista utilizada para a elaboração do projeto experimental “Cor de Pele”, que do ponto de vista sociológico a questão do preconceito é abordada a partir das discussões sobre as desigualdades sociais, especialmente nos seus aspectos estruturais – o gênero, a raça/etnia e a classe social - destacando-se pontos fundamentais como as relações de poder, a não aceitação do diferente (os que fogem dos padrões socialmente impostos) e a ideologia.

Já Benedito Irivaldo de Souza, mais conhecido como Vado, certificado pelo *Guinness World Records* como a carreira mais longa como produtor teatral pela mesma produção: “O Navio Negreiro”, acredita que há mais fatores externos que fazem com que pessoas negras tenham dificuldades em algumas situações, descartando a possibilidade de tais obstáculos serem causados por conta de seu tom de pele.

Sentir-se representado também é uma questão que faz a diferença. Em um dos materiais produzidos, é abordada a questão da transição capilar, que, além de simplesmente uma transformação estética, trata-se de uma atitude de aceitação promovida, também, pela “explosão” do assunto na mídia.

Outro ponto de importância durante o desenvolvimento do projeto experimental “Cor de Pele” foi a valorização do diálogo, citada por Medina (2008). Mesmo que o texto jornalístico já estivesse concluído e a entrevista finalizada, durante as fotos, por

exemplo, ao deixar o entrevistado à vontade foi possível obter informações complementares e de relevância, que, durante a entrevista, não foram possíveis de ser captadas.

De modo geral, acreditamos que o projeto experimental “Cor de Pele” tem muito a contribuir para a representatividade do povo negro, tendo em vista que não existem muitos materiais que trazem como principais personagens pessoas de pele escura.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A carência de representatividade é observada em diversos segmentos: artístico, cinematográfico, jornalístico, entre outros. O desenvolvimento do projeto experimental “Cor de Pele” faz-se importante exatamente por conta desse deficit. Como dito anteriormente, segundo Martins e Pasqualinotto (2017), no ano de 2009, na revista Vogue Brasil, por exemplo, nenhuma capa possuía personagens negros.

A revista trata-se, além de um material textual, de um produto essencialmente visual, portanto, a representação de personagens negros é o destaque do projeto experimental “Cor de Pele”.

No que diz respeito às contribuições que o material desenvolvido proporciona ao cenário atual, acredita-se que é de grande importância que os veículos de comunicação passem a valorizar a negritude. A desconstrução do preconceito é uma pauta presente na mídia atual, vindo ao encontro de campanhas publicitárias que exaltam a população negra, como a marca de cosméticos Salon Line que aproveitou a pauta para criar linhas específicas para cabelos crespos e cacheados, mais comuns em pessoas negras. No campo editorial, uma das únicas revistas que tratam do assunto representatividade de maneira direta é a revista Raça, pioneira no segmento a tratar apenas de cultura afro-brasileira.

Sendo assim podemos dizer que o desenvolvimento do projeto experimental “Cor de Pele”, guardadas as proporções, tem sua relevância ao passo que cumpre sua proposta de destacar e valorizar a negritude.

REFERÊNCIAS

BARROS, A. T.; JUNQUIRA, R. D. A elaboração do projeto de pesquisa. In: DUARTE, J.; BARROS, A. T. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas S.A, 2008. p.32-50.



DUARTE, J.; BARROS, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. São Paulo: Atlas S.A, 2008.

GOBBI, M. C. Método biográfico. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio Teixeira de. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas S.A, 2008. p.84-97.

MARTINS, A. C. S.; PASQUALINOTTO, J. R. **A presença de modelos negras nas revistas Vogue Brasil: uma análise comparativa (2009-2012 e 2013-2016)**. In: CONGRESSO CIENTIFICO TÊXTIL E MODA, 5. 2017, São Paulo. **Anais...**São Paulo: Centro Universitário FEI – Campos São Paulo, 2017. P. 1-11.

MEDINA, C. A.. **Entrevista o diálogo possível**. 5.ed. São Paulo: Ática, 2008.

SCALZO, M. **Jornalismo de revista**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

STUMPF, I. R. C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. T. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas S.A, 2008. p.51-61.



CRÍTICA A DEFESA CONCORRENCIAL

Amanda Letícia Sorrilla, Ana Beatriz Almeida dos Santos, Ana Carolina Arantes Mateozi, Renato Zanolla Montefusco, e-mail: renatozmontefusco@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

É notório que a concorrência estabelece uma relação de desenvolvimento no país, visto que abrange o mercado como fator competitivo possibilitando aos agentes econômicos inovações de seus produtos para a garantia de maior qualidade e confiabilidade de seus consumidores, assim as empresas sempre buscam atualizações em seu meio, investindo no aperfeiçoamento de tecnologias que visam um aumento de oferta e procura determinante no mercado, objetivando destaque entre os diversos concorrentes. Desta feita, foi especificado na Constituição Federal brasileira, no artigo 170, IV, o seguinte princípio:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:
IV - livre concorrência;

Vale ressaltar também o artigo 173, “§ 4º A lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros.”

Desse modo, verifica-se a preocupação do Estado em estabelecer autonomia no mercado para a prática de atividade econômica garantindo a livre concorrência e a livre iniciativa. Nesse sentido, pode-se salientar que o sistema econômico brasileiro sucedeu de diversas modificações para obter os resultados atualmente dispostos no ordenamento jurídico.

O fato é que a defesa concorrencial tem origem complexa, ao passo que existem marcos regulatórios passíveis de serem observados. Insta ser mencionado que da evolução econômica norte americana surge a necessidade de proteção aos consumidores contra a vantagem abusiva do poder econômico e o progresso de monopólios que indubitavelmente impediam a expansão de outros agentes econômicos

no mercado. Cria-se então a primeira lei antitruste levada à forma legislativa: Sherman Act em 1890 nos Estados Unidos no século XIX.

No Brasil, na década de 60, havia grande intervenção estatal na atividade econômica com empresas que tinham na exportação seu objetivo, em áreas como: aéreas, financeiras e indústrias, dentre outras, que refletiam no controle dos preços no mercado, centralizando as atividades econômicas para o Estado. Nesse contexto, a primeira lei antitruste do país foi a Lei nº 4.137 de 10 de setembro de 1962, na qual o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) foi criado, não muito reconhecido na época, tinha como missão reprimir formas abusivas de exercício do poder econômico. Foi a partir da introdução da norma supra mencionada que se reconheceu o direito concorrencial pátrio.

No ano de 1994, a Lei 4.137/62 foi revogada, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica passa a ser reconhecido como uma autarquia federal com vínculo ao Ministério da Justiça, previsto na Lei 8884/1994, ganhando autonomia para analisar os atos de concentração; atuando de forma preventiva, repressiva e educativa; porém as observações realizadas pelo CADE apontavam uma carência já que as análises eram abordadas posteriormente aos atos praticados, com o intuito de prevenção, pouco explorados. Em 2011, a Lei 8.884/94 foi revogada pela Lei 12.529/11. Nesse sentido, a composição do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência passou a conter em sua composição três órgãos, previsto no artigo 5º, I, II, III da lei atualmente vigente:

Art. 5º. O Cade é constituído pelos seguintes órgãos:

I - Tribunal Administrativo de Defesa Econômica;

II - Superintendência-Geral; e

III - Departamento de Estudos Econômicos.

Conferindo a cada órgão a competência de atuações distintas, como julgar processos administrativos; verificar o desempenho dos atos de concentração e práticas abusivas e elaboração de análises dos atos de concentrações através de estudos e pareceres, respectivamente; com obrigações que eram da Secretaria de Acompanhamento Econômico e da Secretária de Direito Econômico. Contudo, o papel fundamental do CADE é julgar e repreender condutas administrativas zelando pelo âmbito concorrencial para o melhor desenvolvimento da economia brasileira,

ocasionando efetividade da Lei e dos princípios por ela compostos; a livre concorrência e a liberdade de iniciativa.

2. METODOLOGIA

O método dedutivo foi utilizado, através de análises bibliográficas, legislações, jurisprudências.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Lei nº 12.529/11 trouxe inovações ao Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência para alinhar a cultura empresarial brasileira com as principais jurisdições internacionais. Nesse sentido e face a globalização da economia, com a grande quantidade de empresas nacionais e estrangeiras atuantes na economia brasileira, foi atualização da legislação concorrencial foi necessária para que os princípios constitucionais de ordem econômica não ficassem vulneráveis. De acordo com a lei 12.529/11, devem ser submetidos a uma análise prévia do CADE todo ato de concentração empresarial que se enquadrar nos requisitos cumulativos do artigo 88, I e II.

Art. 88. Serão submetidos ao CADE pelas partes envolvidas na operação os atos de concentração econômica em que, cumulativamente:

I - pelo menos um dos grupos envolvidos na operação tenha registrado, no último balanço, faturamento bruto anual ou volume de negócios total no País, no ano anterior à operação, equivalente ou superior a R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais); e

II - pelo menos um outro grupo envolvido na operação tenha registrado, no último balanço, faturamento bruto anual ou volume de negócios total no País, no ano anterior à operação, equivalente ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

Ocorre ato de concentração quando dois agentes concorrentes ou não se unirem para ter vantagem econômica sobre os demais. Há **Concentração Horizontal**: aquisição de concorrentes – empresa adquirida vende os mesmos produtos ou presta os mesmos serviços que a adquirente, na mesma área geográfica, sendo competidores diretos no mercado relevante; Há **Concentração Vertical**: aquisição de fornecedor ou cliente – concentração entre empresas atuantes em mercados relevantes distintos, mas relacionados – diferentes etapas da cadeia produtiva.

Acerca dos atos de concentração é possível avaliá-lo sob duas óticas. Efeitos positivos (desenvolvimento regional ou nacional, avanço tecnológico, decréscimo da

taxa de desemprego etc.), mas também se verifica os efeitos negativos (diminuição ou eliminação da concorrência). Os atos de concentração de empresas podem ser realizados na forma repressiva (quando a conduta já foi realizada) ou na preventiva. Ao CADE compete análise sobre os possíveis efeitos sentidos no mercado resultantes do ato de concentração. Dessa forma, o § 6º do artigo 88 diz que o CADE só poderá autorizar os atos desde que sejam observados os limites para atingir os seguintes objetivos:

§6.º Os atos a que se refere o § 5o deste artigo poderão ser autorizados, desde que sejam observados os limites estritamente necessários para atingir os seguintes objetivos:
I-cumulada ou alternativamente: modalidade de intervenção cautelar reside no resguarda) aumentar a produtividade ou a competitividade;
b) melhorar a qualidade de bens ou serviços; ou
c) propiciar a eficiência e o desenvolvimento tecnológico ou econômico; e
II - sejam repassados aos consumidores parte relevantes dos benefícios decorrentes.

Conforme aludido, isto é um controle preventivo de atos de concentração econômica, se não for aprovada, o CADE poderá fazer a desconstituição total ou parcial do ato, por intermédio da imposição de distrato, cisão da sociedade, venda de ativos, cessação parcial das atividades ou qualquer outro ato providência que elimine os efeitos nocivos ao mercado. Como explica José Alexandre Tavares Guerreiro (1987, p. 44-45):

O limite ético e jurídico dessado necessário das liberdades individuais e, muito especificamente, no direito de defesa, com estrita observância do devido processo legal. Mas é bom que se recorde que o poder inibitório não se confunde com o poder punitivo, de sorte que seu exercício se fundamenta na cautela e na proteção a priori do interesse público e não no *ius puniendi* do Estado. Da mesma forma que a Comissão de Valores Mobiliários está autorizada a suspender negociações de ações, a decretar o recesso de bolsas de valores e a proibir às participantes do mercado (de valores mobiliários) a prática de atos especificados (Lei nº 6.385, de 1976, § 1.º), o mesmo poder inibitório ou cautelar há de ser outorgado ao Cade, com apoio nas mesmas razões, facultando-se-lhe inclusive a legitimação para provocar, por ato próprio de sua iniciativa, o exercício da função do Poder Judiciário.

A notificação dos atos de concentração apresentados ao CADE gera uma taxa, alterada de R\$ 45 mil, para R\$ 85 mil face a Lei nº13. 196/15 que entrou em vigor em janeiro de 2016. Face às consultas em andamento previsto no § 4º, artigo 9º da lei concorrencial brasileira, a taxa continuará no valor de 15 mil. A justificativa apresentada pelo Poder Executivo é que tal medida tem como objetivo de manter equilíbrio orçamentário e financeiro do conselho, pois desde 2012, a arrecadação não tem sido

suficiente para fazer frente às despesas do órgão. O CADE terá o prazo 240 dias, a contar do protocolo de petição ou de sua emenda para analisar o ato de concentração; prorrogável por no máximo de 90 dias mediante decisão fundamentada do tribunal que diga o motivo para extensão do prazo; de acordo com artigo 88 da lei 12.529/11. A autarquia divulgou Guia para Análise de Consumo Previa de Atos de Concentração Econômica, no qual busca evitar a prática de *gunjumping* (É a prática de ato de consumação da operação antes da apreciação pela autoridade antitruste), é vedado pelo artigo 88, § 3º da lei 12529/11.

§ 3º. Os atos que se subsumirem ao disposto no caput deste artigo não podem ser consumados antes de apreciados, nos termos deste artigo e do procedimento previsto no Capítulo II do Título VI desta Lei, sob pena de nulidade, sendo ainda imposta multa pecuniária, de valor não inferior a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) nem superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), a ser aplicada nos termos da regulamentação, sem prejuízo da abertura de processo administrativo, nos termos do art. 69 desta Lei.

Face ao exposto há obrigação das partes absterem-se de concluir o ato de concentração, sob pena da nulidade da operação com multa de R\$ 60 mil até R\$ 60 milhões. O valor dependerá da condição econômica do indivíduo, dolo, má-fé e do potencial anticompetitivo da operação. A abstenção é devida até decisão final das condições de concorrência entre as empresas envolvidas artigo 88, §4º.:

§ 4º. Até a decisão final sobre a operação, deverão ser preservadas as condições de concorrência entre as empresas envolvidas, sob pena de aplicação das sanções previstas no §3º deste artigo.

Portanto o direito da concorrência é um instrumento típico de limitação do poder econômico, atuando como um conjunto de regras que garantem postura de livre mercado, direcionada, principalmente, para uma relação de igualdade e oportunidades entre os agentes do mercado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A defesa concorrencial é sinônimo de intervenção estatal no exercício da atividade econômica. Nas palavras do professor da USP, Calixto Salomão Filho:

Defesa da concorrência eficaz sempre foi sinônimo de intervenção econômica, por meio da restrição e mesmo do desfazimento de monopólios, sancionamento de cartéis, restrições verticais etc. Afirmar que defesa da concorrência não pode ser interventiva é uma contradição em termos.

Dessa forma, a defesa da concorrência busca tutelar o mercado. E, segundo Dominick Armentano, professor emérito em economia na Universidade de Hartford em Connecticut afirma que “As leis antitrustes foram criadas precisamente para serem usadas pelos concorrentes menores para arrasar concorrentes mais eficientes.”

Desta feita, reflete-se a atitude de empresários menores usarem da lei para fustigar empresários renomados. Mediante as críticas, pode-se dizer que existem erros na lei como acreditar que haverá a possibilidade de ter uma “concorrência perfeita”, o que está longe de ocorrer, já que não se pode determinar todo o funcionamento do mercado impedindo fusões e aquisições que nascem em um ambiente natural de concorrência propiciando ao mercado alta concentração econômica de valores, ao contrário dos casos que surgem pela má-fé.

Um caso reconhecido de monopólio é a Microsoft que proporcionava um sistema operacional com valor baixo de produção e fácil distribuição. Logo, o governo acusou a empresa de tentar monopolizar seu sistema em uma conduta de “venda casada” (comprar um produto ou serviço à aquisição de outro), pois o sistema operacional oferecia um navegador grátis incluso, sendo mais benéfico aos clientes. Robert Murphy comenta no livro *Os Pecados do Capital* tal caso, fazendo alusão à empresa Ford para representar sua indignação:

Um juiz deve decidir se uma empresa pode 'integrar' dois produtos ou se deve vendê-los separadamente. [...] Seria ridículo para uma concorrente reclamar que a Ford estava 'vinculando' de forma desleal seus pneus ao sucesso de seu motor, reduzindo, dessa forma, a concorrência no negócio de pneus.

Em ambiente equilibrado de livre iniciativa e concorrência empresas aumentam sua participação no mercado sendo mais eficientes. É a oferta de bens e serviços de qualidade que lhes garantem posição de mercado, como elucida André Luiz Santa Cruz Ramos, em seu artigo: “*A nova lei antitruste brasileira: uma agressão à livre concorrência*”.

Num ambiente de livre iniciativa e livre concorrência, uma determinada empresa só consegue abocanhar expressiva fatia de mercado sendo mais eficiente que seus competidores, isto é, ofertando bens ou serviços mais baratos, de melhor qualidade ou ambas as coisas. E ela só conseguirá se manter com essa expressiva fatia de mercado, ou mesmo ampliá-la, se continuar sendo eficiente. Nesse caso, pois, a concentração, ainda que seja chamada de monopólio, não gera dano nenhum ao mercado.

Ademais, a funcionalidade do CADE como sendo uma entre as oito melhores agências antitrustes do mundo (segundo a revista britânica *Global Competition Review – GCR*). Foi avaliado o desempenho das 37 agências que possuem como objetivo defender os meios competitivos do mercado, diminuindo a quantidade de cartéis - uniões ocultas de empresas concorrentes que visam ajustar os próprios preços para impedir a concorrência – e monopólios existentes na atualidade.

Em breve conclusão, não há uma livre concorrência com regulação estatal que impede o livre funcionamento da economia. Além disso, no entendimento de André Luiz S. C. Ramos, salienta-se que o Estado é único ente capaz de construir monopólios e restrições de concentração econômica que podem ser nocivos no mercado, deixando claro que o órgão que controla a livre concorrência é o próprio ente estatal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL de 1988.** (s.d.) Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccl/VIL_03/Constituicao/Constituicao.htm>

BRASIL. **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 687, DE 17 DE AGOSTO DE 2015.** (s.d.). Disponível em:<Planalto: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Mpv/mpv687.htm>

CONSTANTINO, R. (2017). **Capítulo XVI - Dominick Armentano** ; 1. O caso contra o antitruste. Disponível em:<<https://books.google.com.br/books?id=p-IDDwAAQBAJ&hl=pt-BR>>

COURA, L. H. (novembro de 2016). **A defesa da concorrência no Brasil:** princípios e contexto histórico. Acesso em setembro de 2018, disponível em JusBrasil: <https://jus.com.br/artigos/54085/a-defesa-da-concorrenca-no-brasil-principios-e-contexto-historico>

GAPPO, P. C., SANTANA, A. S., CÂNDIDO, O., MONTEIRO, J., & Tisi, D. (2012). **Análise crítica do direito antitruste.** Disponível em: <https://www.congressodireito.comercial.org.br/sites/wp-content/uploads/2016/12/2_ANALISE_CRITICA_DO_DIREITO_ANTITRUST.pdf>

MARQUES, R. L. (18 de maio de 2016). **Controle de estruturas:** análise pelo CADE dos atos de concentração empresarial. Fonte: Livre Conhecimento. Disponível em:<<http://www.livreconvencimento.com.br/controle-de-estruturas-cade/>>

RAMOS, ANDRÉ L. S. CRUZ (2014). **A nova lei antitruste brasileira:** uma agressão à livre concorrência. Fonte: JusBrasil. Disponível em: <<https://mises.jusbrasil.com.br/noticias/116222437/a-nova-lei-antitruste-brasileira-uma-agressao-a-livre-concorrenca>>



CUSTO DE PRODUÇÃO: UMA IMPORTANTE FERRAMENTA GERENCIAL NA AGROPECUÁRIA

Flavia L. Rossini, Thamires B. Silva, Vitor F. Masiero, Paulo F. N. Afonso
e-mail: afonso@conectcor.com.br

INTRODUÇÃO

O agronegócio brasileiro é uma importante área da economia no país. No terceiro trimestre de 2017, os dados estatísticos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicaram um crescimento anual acumulado de 14,5%. Ainda de acordo com as pesquisas, o agronegócio representa de 23% a 24% do Produto Interno Bruto (PIB), uma vez que, de acordo com Pena (2018), compreende não apenas as atividades primárias realizadas, como também atividades de transformação e distribuição.

Além disso, a agropecuária sofre diversas influências macroeconômicas onde os produtores acabam não obtendo controle sobre o comércio e a variação de preços e insumos. Os agricultores devem sempre estar atualizados em relação aos seus negócios e enxergar sua propriedade como uma verdadeira empresa. Infelizmente, há muitos pequenos e médios produtores que não reconhecem essa realidade, perdendo oportunidades e acumulando prejuízos.

É necessário conhecer as diversas variáveis presentes no desenvolvimento da agricultura. Com conhecimento e informação, é possível enxergar condições para a formação de oportunidades de investimentos. Com o avanço da tecnologia na área, o domínio da mesma torna-se imprescindível, agregando valor ao trabalho do produtor, conquistando novos consumidores e principalmente, gerenciando seu negócio através de novas ferramentas digitais de gestão.

O objetivo é mostrar como a análise do custo de produção pode interferir positivamente na empresa, tanto na área produtiva quanto financeira. É necessário que o produtor tenha conhecimento da origem de cada gasto, para que assim possa gerenciar sua produção reduzindo os custos e aumentando sua lucratividade, de forma que possa investir sem medo e aprimorar seus resultados.

2 METODOLOGIA

Esse projeto utilizará informações de dados estatísticos que foram recolhidos Censo Agro (2017). Foi pesquisado também em livros, artigos científicos que são especializados em custos de produção, para fazermos uma comparação.

Esse custo de produção é muito importante para que se obtenha um planejamento de sucesso no ramo da agricultura e em toda área do mercado de trabalho, onde tem um objetivo de mostrar para o empresário como aumentar o lucro e rendimentos e diminuir os gastos que estão reduzindo a produtividade.

Todas essas etapas do projeto foram desenvolvidas através da participação do grupo de trabalho.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O custo de produção é uma ferramenta de grande importância para o auxílio de um planejamento para que se obtenha sucesso ao definir o empreendimento agrícola. Mas afinal, o que é um custo? É todo gasto relacionado à produção ou aquisição de mercadorias, como matéria prima, mão de obra e outros gastos gerais de fabricação (depreciação, energia elétrica, manutenções, entre outros).

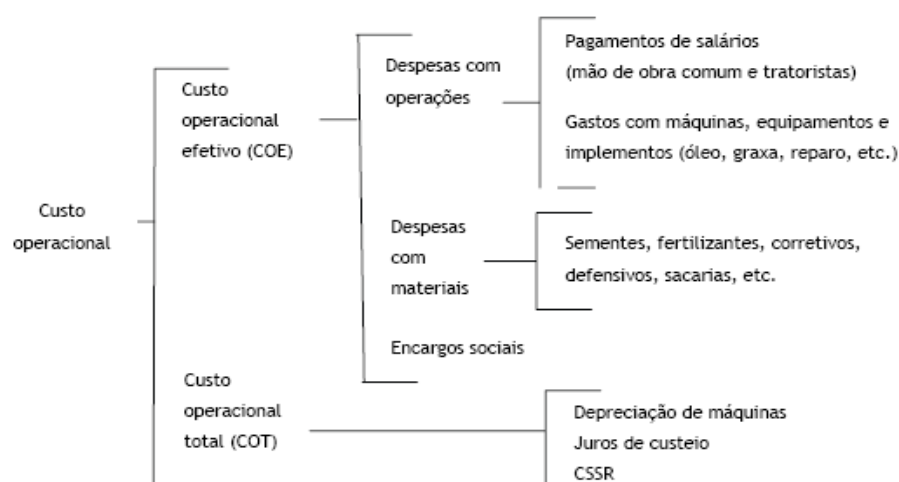
Os produtores costumam ter uma visão fechada sobre seus custos, que com o passar do tempo criam uma noção geral de seus gastos, mas não sabem analisá-los detalhadamente. De acordo com Nachiluk e Oliveira (2012), é necessário ampliar essa percepção, afinal, para que comece a utilizar este fator como um auxílio gerencial, deve-se observar sua propriedade agrícola como empresa, a fim de avaliar não somente sua produção e os insumos utilizados na mesma, mas também os equipamentos, os recursos financeiros, as terras e também a mão de obra. Isso resulta em uma maior atenção do produtor sobre como está produzindo de forma mais completa, determinando seus custos e receitas periodicamente. O objetivo é simples: minimizar os gastos que reduzem a produtividade e maximizar os lucros e rendimentos.

O custo de produção também auxilia no processo de decisão, uma vez que a intervenção do governo vem diminuindo neste setor e a agricultura vem se tornando mais competitiva. Pode-se analisar tanto a eficácia de uma determinada atividade quanto de um processo específico na produção. Além de que com o crescimento da tecnologia, muitas novidades surgem no mercado e muitas vezes o produtor não sabe

se deve investir, perdendo oportunidades ou entrando em maiores dívidas. Ao mesmo tempo, a informática contribui para a estimativa dos custos, tornando mais fácil avaliar um investimento ou não, fazendo a tomada de decisão (NACHILUK; OLIVEIRA, 2012).

Primeiramente deve-se alocar os custos em sua determinada categoria. Existem os custos fixos ou variáveis, assim como custos diretos e indiretos. Fernandes (2018) define que os primeiros se referem à alteração que podem sofrer: os custos fixos são aqueles que ocorrem todo mês e independem da quantidade produzida (exemplo: aluguel), já os custos variáveis são ocasionais e variam conforme a produção e vendas. Os custos diretos são aqueles diretamente ligados à produção, como matérias primas, materiais e insumos utilizados nos produtos, mão de obra (funcionários que trabalham na produção do produto); já os custos indiretos não possuem relação direta, como por exemplo as depreciações, custos indiretos de fabricação, mão de obra indireta (funcionários da administração), manutenções e demais serviços; estes, por sua vez, devem ser determinados segundo um determinado critério de rateio, para que sejam alocados de forma mais correta possível em cada produção.

Figura 1 – Estrutura de custo operacional

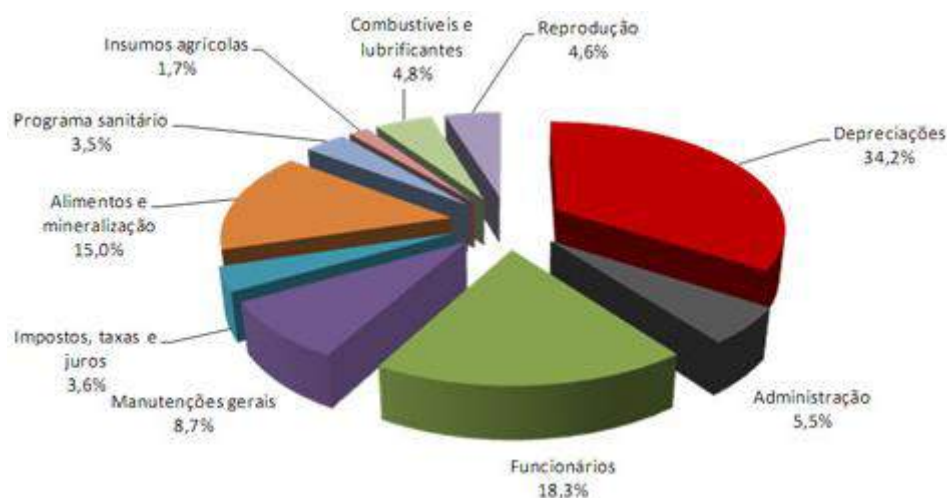


Fonte: IEA (2018).

Para que os custos sejam melhor visualizados, o Instituto de Economia Agrícola (IEA), desenvolveu uma estrutura de custo operacional com o objetivo de facilitar a análise da rentabilidade no curto prazo (Figura 1).

Primeiramente, é necessário especificar as operações onde ocorra o desembolso por parte do agricultor, como as despesas com materiais (sementes, defensivos, fertilizantes, entre outros), os gastos com máquinas e equipamentos (reparos, óleos, graxas) e gastos com mão de obra (salário dos funcionários), formando o chamado Custo Operacional Efetivo. A próxima etapa deve incluir gastos com depreciação e benfeitorias, além de demais gastos com os componentes de custos indiretos, formando o Custo Operacional Total. A seguir, é calculada a porcentagem que cada custo representa sobre o valor total, como pode-se ver no exemplo da imagem abaixo (Figura 2). Através deste detalhamento é possível observar quais operações se tornam desnecessárias e como reduzir o desembolso, por exemplo, fazendo com que o produtor realize as operações de sua produção da melhor maneira.

Figura 2 – Representatividade dos custos na formação do custo total



Fonte: Coan/Bigman Consultoria (2017).

Cada fator de produção exige uma análise diferente. Conforme Nachiluk e Oliveira (2012) é preciso conhecer cada etapa do processo, desde o preparo de solo, passando pelo plantio, tratos, até chegar na colheita. Em cada fase surgem fatores de custos diferentes. As máquinas e equipamentos, como os tratores, geralmente são analisados pela variável de sua potência, que pode acabar excedendo ou sendo insuficiente dependendo da operação. Os materiais, por sua vez, são vistos através da

quantidade utilizada, na qual muitas vezes é maior do que o necessário, como os adubos, sementes, entre outros.

Um aspecto diferencial e por vezes complexo é a formação de preços. O mercado agrícola possui o que é chamado de “concorrência perfeita”, ou seja, nenhum participante tem o poder de mercado para definir o preço de um produto homogêneo; ele é definido pela oferta e demanda do mesmo. Esse se torna um motivo interessante para que o controle dos custos seja útil para mensurar a rentabilidade da produção e verificar se a mesma não está causando um prejuízo maior do que se esperava.

Para poder estimar um custo é necessário considerar diversos fatores, como o quê, onde, como e para quem produzir (NACHILUK; OLIVEIRA, 2012). É de suma importância que se faça também uma avaliação de mercado, com a finalidade de saber se o preço do produto que for produzido, consegue suprir os custos estimados e cobrir também o percentual de lucro desejado. Com isso, saberá se conseguirá se manter ao lado das concorrências. Uma vez que o preço do produto é composto dos custos da produção mais o lucro esperado e considerando o mercado de “concorrência perfeita”, o produtor deve saber trabalhar os custos, em razão de que os mesmos são quem determinam se a lucratividade será baixa ou alta.

Resumindo, há diversas variações e possibilidades de o produtor utilizar o custo de produção como uma ferramenta gerencial, buscando sempre trazer maior lucratividade para a empresa. Através dessas orientações, é possível evitar diversos problemas, corrigir falhas, assim como adquirir novas oportunidades e melhores resultados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos anteriores, era suficiente saber apenas como produzir. Atualmente o desenvolvimento do mercado agropecuário, o produtor é obrigado a saber também o que e para quem produzir. Para isso são necessárias novas ferramentas para auxiliar na tomada de decisões. Uma delas é adquirir a análise dos custos de produção, algo essencial para a saúde financeira da empresa.

É importante que o produtor saiba examinar cada um de seus custos, sabendo classifica-los corretamente, pois podem ocorrer erros que resultem em prejuízos. Um

exemplo é quando o mesmo não faz uma boa formação de preços e planeja um mau orçamento empresarial.

Além disso, há diversas variações macroeconômicas na qual o produtor não consegue interferir, como o aumento de preços, entre outros. Através de um bom controle de custos, o empresário saberá “contornar” a situação para que não obtenha um prejuízo.

Por fim, podemos concluir que o custo de produção é uma importante ferramenta gerencial para a empresa, colaborando para melhores resultados.

REFERÊNCIAS

IBEGE. **Censo Agro 2017**. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/produtores.html>. Acesso em: 5 out. 2018

FERNANDES, D. P. **Quanto custa para produzir o seu produto ou serviço?** entenda tudo sobre custos diretos, indiretos, fixos e variáveis. 2018. Disponível em: <<https://www.treasy.com.br/blog/custos-diretos-indiretos-fixos-e-variaveis/>>. Acesso em: 7 out. 2018.

NACHILUK, K.; OLIVEIRA, M. D. M. **Custo de produção: uma importante ferramenta gerencial na agropecuária**. 2012. Instituto de Economia Agrícola. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=12371>>. Acesso em: 3 set. 2018.

PENA, R. F. A. **"O que é Agronegócio?"**. 2018. Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-agronegocio.htm>>. Acesso em 5 out. 2018.



DA CONSTITUCIONALIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA

Artur dos Santos Oliveira⁹, Igor de Moraes Sales Calado¹⁰, Murilo Valbuena Surian¹¹, Paulo César Vasconcelos¹², Perla Savana Daniel¹³, email: perlasavana@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho científico, tem como objeto, o estudo da constitucionalidade da prisão preventiva, com a abordagem de seus pressupostos autorizadores, motivos e admissibilidade legais, relacionando-os ao princípio constitucional da presunção de inocência.

Prisão preventiva, trata-se de uma modalidade de prisão processual, provisória e de natureza cautelar, que tem como objetivo, proteger o fim ao qual se destina o processo penal e garantir a efetividade do mesmo.

Este tema é de vital importância, e deve ser estudado da melhor forma possível, pois lida com questões relacionadas à liberdade de locomoção dos indivíduos e seu estado de inocência, uns dos direitos fundamentais previstos na Constituição.

Para desenvolver o presente estudo, serão utilizadas diversas fontes de pesquisas, com o intuito de analisar o instituto da prisão preventiva e seus pormenores legais, demonstrando sua importância e eficácia, para o regimento legal penal moderno, correlacionando-a com os princípios constitucionais relacionados as garantias individuais do cidadão.

2 METODOLOGIA

Para análise do presente estudo, foram utilizadas como forma de pesquisa, as seguintes abordagens teóricas:

- a) Qualitativa, por intermédio da análise de livros e fontes relevantes ao tema;
- b) Teórica, realizada por intermédio da análise de posicionamentos relevantes ao tema;

⁹ Estudante do 4º período de Direito das Faculdades Integradas de Jaú, e-mail: artursantos02@gmail.com

¹⁰ Estudante do 4º período de Direito das Faculdades Integradas de Jaú, e-mail: igormsc2015@hotmail.com

¹¹ Estudante do 4º período de Direito das Faculdades Integradas de Jaú, e-mail: surianmurilo@gmail.com

¹² Estudante do 4º período de Direito das Faculdades Integradas de Jaú, e-mail: paulo_cesar9@hotmail.com

¹³ Orientadora do trabalho. Professora do curso de Direito das Faculdades Integradas de Jaú.

c) Zetética em relação a conceitos doutrinários, históricos e de direitos humanos;
d) Dogmática, pela utilização de leis, doutrinas e jurisprudências pertinentes ao assunto.

Também serão utilizadas, as seguintes metodologias/técnicas de pesquisa:

e) Pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, para uma melhor compreensão do tema em discussão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A prisão preventiva, é uma das espécies de prisão cautelar de natureza processual, disciplinada pela lei nº12.403 de 2011, ao qual trouxe uma nova redação a vários dispositivos do Código de Processo Penal.

A referida medida de prisão preventiva, deve ser decretada por um Juiz competente, e de forma fundamentada, conforme art.315, CPP, podendo inclusive, ser decretada durante a fase de investigações a requerimento do Ministério Público ou do querelado, ou na fase da ação penal, sempre antes do trânsito em julgado da ação, contanto que estejam preenchidos obrigatoriamente seus pressupostos e motivos autorizadores, possuindo este tipo de prisão, caráter provisório.

A prisão preventiva, poderá ser revogada, redetada ou substituída por outra medida, quantas vezes forem necessárias às circunstâncias do caso, não havendo prazos mínimos ou máximos para seu cumprimento dentro do processo, ficando, todavia, este prazo, sujeito ao princípio da razoabilidade.

3.1 Pressupostos autorizadores

Por se tratar de uma medida cautelar, a prisão preventiva, depende da verificação cumulativa de dois pressupostos essenciais, previstos e regulamentados pelo artigo 312 do Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689/1941), e são eles:

a) Prova da Materialidade Delitiva: a comprovação da existência de um fato tipificado no código penal ou em legislação penal esparsa, como sendo um fato criminoso que tenha sido praticado por determinado indivíduo.

b) Índícios Suficientes de Autoria: Conjunto probatório que dá suporte para a acusação contra o agente, neste caso, não se exigindo prova plena, mas apenas meros indícios, isto é, que se demonstre a probabilidade do réu ou indiciado ter sido o

autor do fato delituoso. A dúvida portanto, nesta hipótese, milita em favor da sociedade, e não do réu, pelo princípio chamado *in dubio pro societate*.

3.2 Dos Motivos Autorizadores

Para a Prisão preventiva ser decretada, é necessário o preenchimento de ao menos um dos motivos previstos no art. 312, CPP. E são eles:

a) Garantia da Ordem Pública: Este motivo, não se destina a proteger o processo penal, enquanto instrumento de aplicação da lei penal. Dirige-se ao contrário, à proteção da própria comunidade, coletivamente considerada, no pressuposto de que ela seria duramente atingida pelo não aprisionamento do autor do crime, pelo risco ponderável da repetição da ação delituosa objeto do processo. Em suma, a prisão para garantia da ordem pública, visa a interrupção da continuidade dos crimes praticados pelo agente.

b) Garantia da Ordem Econômica: Pode-se dizer que o objeto da garantia da ordem econômica, é exatamente o mesmo que o descrito na garantia da ordem pública, qual seja, a prisão preventiva do indivíduo para interrupção dos delitos por ele praticados, possuindo como elemento novo, a especificidade de serem estes crimes pelo agente praticados, crimes exclusivamente de natureza econômica.

c) Garantia da Instrução Processual: É a perturbação ao regular andamento do processo, ocasionada pelo réu, ao atrapalhar a produção de provas pelas outras partes do processo, como por exemplo ao ameaçar testemunhas ou a própria vítima, ou ainda quando extrapolar seu direito de não auto incriminação, destruindo provas e documentos relevantes ao caso. Por este motivo, deverá sua prisão ser decretada em razão de que não se chegará a verdade real enquanto o mesmo estiver solto.

d) Garantia da Aplicação da lei Penal: Contempla as hipóteses em que haja um risco real de fuga do acusado, correndo o risco com isso, da não aplicação da lei penal no caso de decisão condenatória, inviabilizando uma futura execução da pena. Porém, tal hipótese deve se fundar em dados concretos, não podendo revelar-se fruto de uma mera especulação teórica dos agentes públicos.

3.3 Da Admissibilidade

A prisão preventiva não pode ser empregada em qualquer situação, pois isto se caracterizaria como uma banalização do instituto. Deste modo, existem situações específicas em que a medida é admitida e outras situações em que a mesma é terminantemente proibida, conforme art. 313, CPP. E são estas as situações previstas em lei:

a) É cabível prisão preventiva:

a.1) Se o réu for primário e estiver sendo acusado de praticar crime doloso que possui pena superior a quatro anos;

a.2) Se o réu for reincidente e estiver sendo acusado de praticar crime doloso, não importando neste caso, o tempo de pena previsto em lei;

a.3) Nos casos de violência doméstica contra mulher, idosos, crianças, etc;

a.4) Se o infrator acusado, não puder ser identificado.

b) Não é cabível prisão preventiva:

b.1) Pela acusação de praticar contravenção penal;

b.2) Se o crime para o qual o réu está sendo acusado, for de natureza culposa;

b.3) Se o réu for primário e estiver sendo acusado por prática de crime doloso que possua pena inferior a quatro anos;

b.4) Se o agente acusado, atuou sob excludente de ilicitude, prevista no art. 23,CP, quais sejam, legítima defesa, estado de necessidade, estrito cumprimento do dever legal, exercício regular de direito.

3.4 Da Constitucionalidade da Prisão Preventiva

A prisão preventiva, possui como característica essencial, o requisito da subsidiariedade ou excepcionalidade, ou seja, a referida medida, só poderá ser decretada em último caso, quando não for cabível ou for insuficiente, a aplicação de outras medidas diversas da prisão, previstas nos arts. 282,§6º, CPP e 310,II, CPP, procedimento este, que garante aplicação da medida, apenas em situações realmente necessárias e extraordinárias.

Deste modo, a prisão preventiva, só se justifica diante do princípio da presunção de inocência, previsto no art.5º, LVII, CF, se a mesma possuir natureza cautelar, de caráter processual e instrumental, ou seja, a prisão se impõe apenas e tão somente,

como uma necessidade ao processo, para que o mesmo, não se torne inviável, objetivando garantir sua efetividade, para que seus fins não sejam frustrados.

Segundo jurisprudência do STJ, prevista em sua súmula de nº9, só será possível impor a medida de prisão preventiva, estando a mesma em conformidade com a Constituição Federal e seu referido princípio da presunção de inocência, se ficar demonstrado uma das hipóteses de perigo da demora, previsto no art.312, CPP, juntamente com a fundamentação da decisão judicial, conforme art. 93, IX, CF, individualizando a situação do acusado e sua correspondência as hipóteses do art.312, CPP.

Fora das hipóteses de perigo da demora, quais sejam, os pressupostos e motivos autorizadores acima abordados, previstas no art. 312, CPP, a prisão será considerada inconstitucional, por se tratar de uma antecipação da pena.

3.4.1 Da Questão da Ordem Pública

Antes de encerrada a exposição do referido tema, é imprescindível, se tratar da questão da utilização da chamada ordem pública, como um dos motivos autorizadores para a prisão preventiva, pois, para grande parte dos autores especializados neste tema, o motivo de ordem pública, é um tanto vago, subjetivo e aberto, não possuindo um conceito propriamente definido, podendo ocasionar com isso, a imposição de medidas ilegais de cerceamento da liberdade do cidadão.

Quando se é falado em ordem pública, a primeira coisa que surge é a questão relacionada ao clamor público, ou seja, a ocorrência de um crime que ocasionou abalo social ou comoção para determinada comunidade. Entretanto, é preciso dar a ordem pública, um significado realmente concreto e não apenas suposições de ordem abstrata, para que a medida não se torne banalizada nas mãos do julgador.

Neste sentido, o STF, vem proibindo, a utilização da prisão preventiva para preservação da ordem pública, baseada na gravidade abstrata do delito, indignação e comoção popular quanto a sua prática e veiculação excessiva do mesmo, pelos meios de comunicação.

Diante disso, e de julgados de tribunais superiores acerca do assunto, é possível concluir, que os elementos concretos que fundamentam a decretação da prisão preventiva pelo motivo de preservação da ordem pública são:

- a) a periculosidade do agente, caracterizada por seus antecedentes e conduta social, relacionados por exemplo, à prática recorrente de crime doloso;
- b) a forma como foi executado o crime, observando-se a ousadia e premeditação do agente, e os requintes de crueldade e sadismo empregados à execução;
- c) Envolvimento do agente acusado, com organizações criminosas;
- d) Delitos que gerem consequências negativas a saúde da sociedade como um todo, como por exemplo, a prática de tráfico ilícito de entorpecentes, em grande quantidade;

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo abordou, de forma sucinta, o instituto da prisão preventiva e sua constitucionalidade. Tal tema, é de vital importância para os operadores do direito e para a sociedade como um todo, por se tratar de um assunto relacionado a garantias constitucionais do cidadão em relação a sua liberdade de locomoção e estado de inocência.

Através de pesquisas, por meio de doutrinas e jurisprudência, foram apresentados, o conceito de prisão preventiva e sua constitucionalidade, abordando sua natureza cautelar, processual e provisória. Destacando-se também pela pesquisa, os pressupostos autorizadores da preventiva, seus motivos e admissibilidade legais, com especial destaque, com relação à decretação da prisão preventiva pelo motivo de preservação da ordem pública, traçando um paralelo entre a referida medida cautelar e o princípio constitucional da presunção de inocência do acusado, trazendo à baila, a comprovação de sua constitucionalidade para aplicação.

Deste modo, foi possível entender de que forma tal medida cautelar pode ser decretada e a vital importância em seguir seus requisitos autorizadores, fundamentando com isso, a sua efetividade para o processo e investigação penal.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, Decreto lei nº 3.689 de 03 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm>. Acesso em: 30 set. 2018.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

CAPEZ, F. **Curso de Processo Penal**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

GOMES, L. F.; MARQUES, I. L. **Prisão e Medidas Cautelares**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

LIMA, R. B. **Manual de Processo Penal: Volume Único**. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

NUCCI, G. S. **Prisão e Liberdade**. 4. ed. ver. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

PACELLI, E. **Curso de Processo Penal**. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2015.



DEBENTURES E SEU FUNCIONAMENTO

Beatriz Ravágio, Daiane Cristina Anezio, Renato Zanolla Montefusco
e-mail: bibiaravagio@gmail.com, daya.anezio@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O mercado de capitais, inserido no mercado financeiro, movimenta valores mobiliários. Nesse cenário são reconhecidas as ações, debêntures e bônus de subscrição como exemplos de valores mobiliários.

Por serem valores mobiliários, as debêntures somente poderão ser emitidas por sociedade que estejam devidamente registradas como emissoras de valores mobiliários e atuam nas seguintes modalidades societárias: a) sociedade por ações (companhias), e; b) sociedade em comandita por ações. Ademais, tais empresas abrem seu capital para que seja possível a investidores realizarem fomento mercantil. Dentre as modalidades de fomento estão, como acima aludido, as debêntures que representam título de renda fixa, sendo que os detentores têm direito de crédito certo contra a emitente dos títulos em prazo determinado. Nesse sentido, a sutil diferença em face das ações se apresenta, ou seja, enquanto as ações são valores mobiliários com renda variável, as debêntures representam uma forma de contrato de crédito com prazo determinado do qual fica previamente acordado entre emissor e investidor renda é fixa.

Desta feita, é possível observar que as debêntures são valores mobiliários representativos, típicos de sociedade por ações ou comandita por ações com capital aberto e representa meio hábil de fomentar capital, capilarizando a captação por meio de oferta pública daquelas debêntures para que a empresa tenha maior capacidade para o desenvolvimento de projetos e gerenciamento, inclusive, de suas dívidas.

O investidor, que por sua vez pode ser um potencial comprador dessa debênture, será reconhecido na relação em face da empresa que emitiu o valor mobiliário como um acionista debenturista e, dessa forma, credor da sociedade emitente.

Com base no acima aludido, os acionistas debenturistas não são filantropos. São investidores e recebem juros periódicos previamente definidos na oferta pública

inicial de emissão de debêntures e, ao final do termo pactuado no contrato de investimento, receberá o investidor o valor fixo pactuado no início da transação mobiliária. Insta ser mencionado que aquele valor pactuado entre o emissor e o investidor poderá ser cobrado na data de vencimento do título pré-fixado e, estipulado em um contrato específico chamado "Escritura de Emissão". De suma importância observar que o recebimento daquela debênture independe do sucesso da empresa, sendo possível ao investidor reclamar seu direito ao crédito, diferentemente do acionista que tem renda variável ao seu investimento.

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da presente pesquisa o método analítico-dedutivo foi utilizado com análise de bibliografias de direito empresarial, além de legislação específica sobre a questão mobiliária, tendo por fim como ponto cardeal a Constituição Federal de 1988. Com base na metodologia proposta, objetiva-se compreender como as debêntures são lançadas no mercado de valores mobiliários e como, através delas, se movimentam altos valores alavancando as empresas para a captação de recursos.

3 DISCUSSÕES E RESULTADOS

A análise de breves relatos históricos apontados em doutrinas e artigos científicos de referência acerca da temática demonstra que é possível observar a presença de debêntures e sua respectiva emissão desde a Idade Média. No século XIX, em particular na Inglaterra, foi difundida a prática da emissão de debêntures, pois registrava-se naquela época um momento de grande avanço econômico onde foram apresentadas as primeiras legislações sobre o assunto "*Mortgage Debenture Acts*", de 1865 e 1870, "*Local Loans Act*", de 1875 entre outras, no entanto, necessário corte metodológico é necessário, pois a presente pesquisa não vislumbra a historicidade, mas tão somente o funcionamento das debêntures.

Em tempo, as debêntures se tornaram fortes, uma forma brilhante de "financiar" o avanço, pois não havia capital suficiente, sendo factível a abertura de capital ao público para que fosse possível a expansão industrial-econômica, desse modo as debêntures tiveram papel fundamental no fomento do capital expandido o volume de

crédito, inclusive fazendo com que elas tivessem mais amplitude no mercado mobiliário do que as próprias ações.

No Brasil, não ocorreu o mesmo fenômeno observado acima, houveram problemas para a emissão de tais papéis, pois como pode ser observado o mercado de valores mobiliários era praticamente inexistente antes da década de 60 no país. Só foram aceitas emissões de debêntures no mercado nacional após a edição da Lei 6404/76 – Lei das Sociedades anônimas, a qual regulou quais seriam os papéis negociáveis no mercado de valores mobiliários, nesse sentido explica (TOMAZETTE, 2014):

São valores mobiliários no direito brasileiro: as ações, debêntures, bônus de subscrição, cupons, direitos, recibos de subscrição e certificados de desdobramento decorrentes de tais títulos, os certificados de depósito de valores mobiliários, cédulas de debênture, cotas de fundos de investimento, os “*commercial papers*”, os contratos de investimento coletivo e os contratos derivativos.

Na atualidade, é possível observar que a emissão de debêntures está num crescente, isto porquê o número de ofertas públicas iniciais de debêntures é sensível, conforme será observado em gráfico abaixo exposto. As sociedades anônimas buscam nesse tipo de financiamento o fomento do capital simplesmente por regulamentar, desde a oferta, como será o pagamento dessa dívida no futuro.

Entretanto, para que ocorra a emissão de debêntures é necessário a deliberação da assembleia geral de acionistas, a qual, deverá fixar condições e critérios para sua emissão, porém em sociedades anônimas abertas, poderão ser propostas tais emissões pelo conselho de administração na hipótese de debêntures conversíveis em ação. Nesse contexto, é imprescindível atentar que há um limite do capital a ser respeitado (capital autorizado) e condições descritas em lei tal como nas instruções normativas da Comissão de Valores Mobiliários.

Grandes investidores, tais como bancos, fundos de pensão e seguradoras, inclusive investidores estrangeiros, além dos investidores individuais são os destinatários de tais ofertas públicas de debêntures, a depender do caso. No documento obrigatório nominado como prospecto, estarão expressos todos os elementos da negociação, direitos e obrigações desses acionistas (escritura de emissão), sendo possível haver previsão expressa naquele documento de necessária intervenção do Agente Fiduciário dos debenturistas, que representa os interesses

dessa classe, tendo o papel fundamental de verificar o cumprimento do que foi avençado na proposta com a elaboração de relatórios de acompanhamento.

Insta ser mencionado que aquele agente fiduciário pode ser pessoa física ou jurídica, que atenda requisitos para o exercício de cargo em órgão de administração da companhia ou instituição financeira que tenha por objeto social a administração ou a custódia de bens de terceiros.

Sendo assim, nas ofertas públicas de distribuição de debêntures devidamente registradas na Comissão de Valores Mobiliários, todas as informações relativas à emissão são encontradas no Prospecto de Distribuição, o qual é disponibilizado aos investidores durante a oferta.

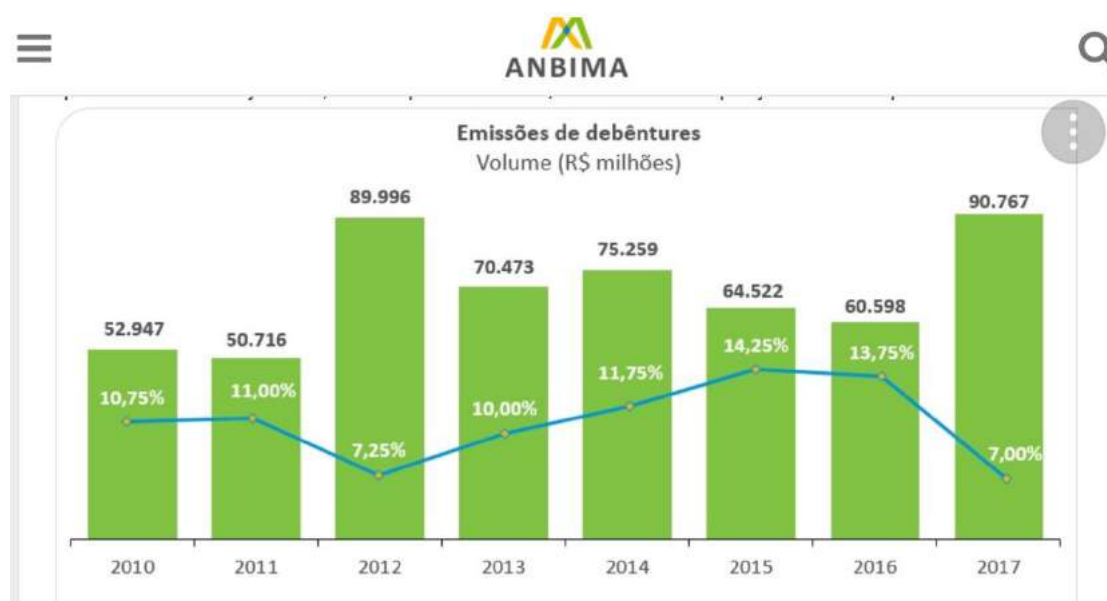
Nas condições descritas tanto na escritura quanto no prospecto, além do valor do investimento, terão os acionistas a sua disposição o modo pelo qual serão calculados os juros fixos ou variáveis, participação no lucro da companhia, prêmio, etc. Esses valores poderão ser recebidos no vencimento da debênture ou antes do prazo fixado, por meio da amortização. A data de vencimento é regra consubstanciada inclusive no prospecto, porém há uma espécie de debênture, conhecida como “perpétua”, onde não existe essa data de vencimento pré-fixada na, e, caso estejam previstas no documento de oferta pública poderão ser repactuadas.

O fato a ser desnudado é que existem inúmeras formas de ser efetuada uma oferta pública inicial de debêntures no mercado de capitais. Seguindo as argumentações acima expostas, existe a opção de serem emitidos tais papéis com ou sem garantias e se estas estiverem presentes, poderão ser conhecidas como garantias reais ou flutuantes. As garantias reais envolvem comprometimento de bens, ou seja, dever-se-á consultar o debenturista para que não se perca a garantia e as flutuantes garantem privilégio geral sobre o ativo da emissora, entretanto não cria empecilho à negociação dos bens que compõe esse ativo. Em tempo, as debêntures sem garantias são quirografárias ou subordinadas sendo que, em ambos os casos o debenturista não terá nenhuma garantia ou preferência no caso de liquidação da companhia.

Como aludido anteriormente, as debêntures podem ser conversíveis em ações, ou seja, convertidas em valor mobiliário que dá direitos essenciais aos sócios acionistas, deixando os mesmos de serem credores debenturistas. Na contramão, as debêntures podem ser conhecidas como não conversíveis. O fato é que as debêntures

convertíveis poderão possuir cláusula permissiva para que sejam convertidas, ao término do prazo ou a qualquer tempo, em ações.

As debêntures como qualquer valor mobiliário, podem ser negociadas na BM&FBOVESPA (B3 Holding) em mercado de bolsa ou de balcão organizado, ou na CETIP. Trata-se de um ativo com menor liquidez que as ações, e nesse sentido, o investidor deverá ficar atento às condições da oferta pública inicial e de mercado quando manusear suas estratégias de investimento. Sendo assim, é dever do debenturista, antes da aquisição de qualquer debênture, observar o Prospecto da oferta pública, consultar à instituição intermediária da qual é cliente ou detém conta investimento tendo em vista sempre o Relatório de Classificação de Risco, a Escritura de Emissão, os Fatores de Risco e a Discussão e Análise da Administração sobre as Demonstrações Financeiras.



Como aludido, as debêntures vêm sendo acolhidas no mercado tanto pelas companhias como investidores, sendo que a cada ano o interesse é maior, tornando a relações dos intervenientes cada vez mais benéficas para as sociedades com capital aberto e debenturistas. No ano de 2017, as debêntures alavancaram R\$90,8 Bi, sendo tal levantamento, sem dúvidas, um reflexo da queda da taxa de juros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A emissão de debêntures é vantajosa, como acima aludido, tanto para quem o emissor quanto para quem efetua a compra, ou seja, o investidor, pois existe liquidez e certeza na relação debenturista assegurada inclusive com a possibilidade do credor debenturista receber o que foi investido na hipótese da dissolução da companhia, sendo que na contramão, há possibilidade para as companhias em ofertar valor mobiliário, de forma regulada, para fomentar o capital da empresa em si alavancando dessa forma a projetos, planos de expansão, aumento de valor de mercado entre outras hipóteses alicerçadas pelo fomento mercantil da debênture.

Nesse sentido, e em breve conclusão, observou-se na historicidade o modo pelo qual a entrada das debêntures ocorreu no ordenamento jurídico pátrio, ou seja, pela Lei nº 6404/76. Ademais, de forma conceitual foram observados os mecanismos típicos dessa modalidade de valor mobiliário, sendo que foram avaliadas as diferentes espécies de debêntures conhecidas, inclusive a possibilidade de conversão de debêntures, que tem valor fixo, em ações com valor variável.

Portanto, ao se falar em mercado de valores mobiliários, é possível observar que as debêntures são uma ferramenta eficaz de alavancagem do capital de sociedade com capital aberto. Desta feita, e por derradeiro, importante instrumento para a aceleração da atividade econômica do país que, indubitavelmente, gera riquezas de forma transversal a inúmeros setores da economia nacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL, ANBIMA, 2017. **Operações com debêntures atingem volume recorde em 2017**. Acesso em 05 de Novembro de 2018. Disponível em <http://www.anbima.com.br/pt_br/imprensa/operacoes-com-debentures-atingem-volume-recorde-em-2017-2CA08A9A632885AD01632E586E283DBB.htm>.

DEBENTURES, 2018. Acesso em: 05 de Novembro de 2018. Disponível em: <<http://www.debentures.com.br/institucional/site.asp>>.

MENDONÇA, Fernando. Debêntures. São Paulo: Saraiva, 1988.

PAPINI, Roberto. **Sociedade anônima e mercado de valores mobiliários**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

TOMAZETTI, Marlon. **Curso de direito empresarial**. Teoria geral e direito societário. V. I: São Paulo, Atlas, 2014.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

ULHOA, Fabio. **Manual de Direito Comercial**. 21 ed.: Saraiva, 2015-10-30.

WIKIPÉDIA, **DEBENTURE**, Acesso em: 05 de Novembro de 2018. Disponível em:
<<https://pt.wikipedia.org/wiki/Debenture>>.

YOUTUBE. **DEBÊNTURES QUE ENRIQUECEM!** | O básico pra começar a investir e ganhar dinheiro. Acesso em: 05 de Novembro. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=uCq8k50l4Ek>> . de 2018.

DELAÇÃO PREMIADA

Natália Rodrigues de Lourenço Prado, Rilaly Araujo Vitor da Silva, Tamires Parro Costa, Vanderlei de Freitas Nascimento Junior, email vanderlei.adv.jau@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A “delação” é o ato de delatar/entregar. “Premiada”, como o próprio nome já diz, é uma espécie de “prêmio/ bônus” em que o delator presta informações de seu conhecimento e que são de grande importância para autoridade policial ou judicial, auxiliando no desmantelamento de uma organização criminosa ou descobrimento de uma atividade criminosa, tendo como contrapartida alguns benefícios previstos em lei.

Com a criação do instituto, o legislador acreditou ter encontrado um método eficaz e capaz de facilitar um trabalho do Estado, no qual se via impossibilitado de desenvolver as investigações por conta dos crimes investigados deixarem pouco “rastros” pela falta de provas ou indícios delas. Assim, a delação premiada passou a ser muito utilizada nos processos atuais de investigação, especialmente, naquilo que concerne aos delitos de corrupção ocorridos no Poder Público, já que seus resultados foram significativos.

Diante da atualidade do tema, o presente trabalho foi elaborado com o intuito de abordar os efeitos da delação premiada e, assim, fazer uma rápida reflexão a respeito desse instituto, o qual tem sido muito utilizado e discutido pelo Poder Judiciário brasileiro.

A colaboração premiada ganhou maior evidência com a deflagração da operação nomeada “Lava Jato”, a qual ganhou grande repercussão dentro e fora do país, propiciando que esse tema fosse muito abordado e debatido, despertando o interesse e a curiosidade de muitos.

Dessa forma, conhecer o tema é importante tanto para os operadores do Direito quanto para a sociedade em geral, já que o combate à corrupção a todos interessa.

Indaga-se para reflexão: Será que o instituto da delação premiada é justo? Será que é correto prender alguém para colaborar, ou, então, colaborar para que não seja preso? O que a jurisprudência pensa a respeito? Quais os efeitos da delação premiada?

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida usando o método qualitativo, pois se preocupa em como será o entendimento do leitor. Também é dedutivo, já que parte de um conhecimento preexistente, apenas se aprofundando um pouco mais no assunto. É teórica, por ser fruto de artigos divulgados. É dogmática, pois não propõe um questionamento novo, mas, sim, aprofundar o conhecimento em algo já existente. Será também utilizada a pesquisa bibliográfica, a fim de trazer à baila o posicionamento dos doutrinadores sobre o tema.

O presente trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, será analisado um pouco do instituto e sua aplicabilidade. No segundo, abordaremos a previsão legislativa sobre o tema. Já o terceiro capítulo contempla os efeitos que tem a delação perante a sociedade e ao mundo jurídico, o que levará o estudo para uma conclusão.

3 DISCUSSÃO E RESULTADOS

“Delação” diz respeito ao ato de delatar/denunciar alguém. Seu complemento vem de maneira clara demonstrar que aquele que delatar terá uma bonificação.

A delação premiada não tem legislação específica, contudo, vários artigos em diversas leis tratam do assunto.

Esse instituto tem a finalidade de facilitar a investigação criminal, como uma forma de “barganha” entre o réu e a autoridade judiciária ou policial. O acusado ajuda a delatar seus comparsas, disponibilizando-se a entregar integral ou parcialmente os frutos da conduta criminosa ou a dar alguma informação que ajude a desmantelar a organização ou até na localização da vítima, tudo em troca de benefícios, como um abrandamento, substituição ou isenção da sanção.

O instituto em análise faz questionar se o mesmo é ou não ético, pois contraria o princípio do *Nemo auditur propriam turpitudinem allegans*, ou, em outras palavras, ninguém pode beneficiar-se da própria torpeza. Tal princípio diz que ninguém pode fazer algo incorreto (ilícito) e se beneficiar disso.

Há quem entenda que a delação premiada fere esse princípio. O delator comete algo errado, mas tem a oportunidade (dentro dos requisitos legais) de fazer a

colaboração premiada, podendo ser beneficiado com a substituição, diminuição ou até a isenção da pena. Todavia, o instituto é constitucional e sua aplicabilidade é plena.

A lei não estabelece grandes requisitos para a concessão do instituto, basta que seja espontânea a colaboração do agente, ou seja, seu ato não deve estar eivado por vícios do consentimento.

O delator deve fazer parte de uma organização criminosa, desde que não seja o chefe dessa organização, pois seria injusto, talvez, receber algum benefício em função de eventual delação premiada.

A lei também não estipula tempo exato, ou seja, o acordo de delação premiada pode ser feito tanto na fase de investigação como no curso do processo, entretanto, só será válido se homologado pelo juiz.

A única exigência que a lei faz é que colaboração seja eficaz, ou seja, que as informações prestadas pelo delator sejam de alguma forma válida e útil para a investigação ou processo.

É recomendável que tanto autoridade policial quanto o Ministério Público busquem sempre a cooperação dos suspeitos, informando-lhes a respeito do instituto, mas sempre deixando bem claro aos delatores seus direitos. É o que determina o Manual da Delação Premiada (ENCCLA, 2014, p.3):

- a) As autoridades responsáveis pela investigação devem informar ao colaborador, na presença de seu defensor;
- b) O seu direito constitucional ao silêncio;
- c) A colaboração implicará renúncia a esse direito e compromisso legal de dizer a verdade;
- d) Os benefícios previstos em lei;
- e) As informações devem ser completas, verdadeiras e úteis, do contrário, não terá direito ao benefício.

Em todos os atos o colaborador deve estar acompanhado de seu defensor. O juiz do processo não participará das negociações para firmar o acordo de delação premiada, para que permaneça imparcial no processo. Todavia, o magistrado exercerá seu papel no momento da homologação do acordo e na parte final, onde serão verificadas a validade e a eficácia das informações fornecidas, para que se apliquem os benefícios trazidos pela delação. Neste momento, serão sopesadas proporcionalmente as informações *versus* os resultados atingidos por ela, para a concessão da “premiação” ao delator.

Neste particular, assim se posiciona o doutrinador Guilherme de Souza Nucci: “a opção deve levar em consideração o grau de cooperação do delator, pois quanto mais amplo e benéfico aos interesses do Estado, maior deve ser o seu prêmio” (2013, p. 54).

Desse modo, tal dosagem pode acontecer em três momentos, a depender de quando o acordo foi fechado. Se a delação foi fechada até a sentença de mérito, ocorrerá na sentença; se entre a sentença e o julgamento pelo Tribunal recursal, constará no acórdão. Por fim, se a delação vier a acontecer depois do trânsito em julgado, a análise será feita pelo Juízo da execução penal.

Será a partir da eficácia da colaboração que o juiz determinará proporcionalmente os benefícios. Vale ressaltar por fim que, caso o magistrado entenda que faltaram requisitos para admissibilidade da delação ou que as informações não tenham sido suficientes, poderá não homologar o acordo.

O instituto abordado possui registros desde a idade média, mas a previsão legal da delação premiada foi recepcionada expressamente pela primeira vez, na legislação brasileira, quando da promulgação da Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/90). O artigo 7º da referida lei trouxe o parágrafo quarto ao artigo 159 do Código Penal, onde prevê a possibilidade do partícipe do crime de extorsão mediante sequestro ser beneficiado caso suas informações levassem ao cativo e ao resgate seguro da vítima. A partir de então o instituto passou a integrar outras leis, tais como: a Lei dos Crimes Contra a Ordem Tributária (Lei n.º 8.137/90), em seu artigo 16º, parágrafo único:

Nos crimes previstos nesta Lei, cometidos em quadrilha ou coautoria, o coautor ou partícipe que através da confissão espontânea revelar à autoridade policial ou judicial toda a trama delituosa terá a sua pena reduzida de 1 (um) a 2/3 (dois terços)

A Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei nº 12.683/12), por sua vez, o artigo 2º alterou o dispositivo do artigo 1º, § 5º, da lei anterior de Lavagem de Capitais (Lei nº 9.613/98):

A pena poderá ser reduzida de um a dois terços e ser cumprida em regime aberto ou semiaberto, facultando-se ao juiz deixar de aplicá-la ou substituí-la, a qualquer tempo, por pena restritiva de direitos, se o autor, coautor ou partícipe colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à apuração das infrações penais, à identificação dos autores, coautores e partícipes, ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime.

Em prosseguimento, temos que a mais recente previsão do instituto veio com a Lei nº 12.850/2013 (Lei de Organização Criminosa), em seu art. 3º, versa que a colaboração premiada “Em qualquer fase da persecução penal, serão permitidos, sem prejuízo de outros já previstos em lei, os seguintes meios de obtenção da prova”.

É notório que em todos esses dispositivos o legislador objetivou coibir ou diminuir o crescimento das organizações criminosas no país, o que assola a sociedade com efeitos nefastos.

De fato, não seria uma má ideia uma legislação específica para tratar do assunto, de maneira a expandir sua aplicabilidade em outras situações que pudessem se encaixar. Contudo, não há que se falar que o instituto é inconstitucional ou até ilegal, pois essas previsões acima estão expressas e foram recepcionadas pela nossa Constituição Federal.

A colaboração premiada proporciona ao delator ótimos benefícios, o que gera em certa parte da população um desconforto em relação à punição dos criminosos. Todavia, há de se concordar que o instituto é de grande ajuda para que crimes sejam descobertos, já que infelizmente nosso país carece de meios, verbas e funcionários para uma boa investigação. A deleção facilita a persecução e o processo penal, ajudando com que os agentes foquem a investigação em determinado lugar, pessoa, etc.

Os efeitos da delação em relação à sociedade e ao próprio Judiciário é enorme, já que se poupa tempo quando se tem determinadas informações privilegiadas, podendo, assim, chegar mais rápido ao restante dos criminosos, evitando dessa forma, outros crimes e até a impunidade dos demais partícipes. Isso gera uma maior eficácia no combate e punição ao crime organizado.

Embora seus benefícios sejam bem generosos, como perdão judicial, diminuição da pena, uma pena restritiva de direitos ao invés de privativa de liberdade, etc., não devemos esquecer que a concessão de tais benefícios é baseada na atividade que o delator exercia na organização criminosa e na eficácia de suas informações prestadas à justiça. Assim, um perdão judicial, por exemplo, só será concedido se a conduta da pessoa no grupo criminoso foi de “pequena relevância” e suas delações foram de enorme valor.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que o instituto foi criado como uma maneira de minimizar e combater as atividades criminosas em conjunto, partindo da ideia de que dentro de uma organização criminosa, um membro está sempre sujeito a ser delatado por outro. Dessa forma se objetivou erradicar e diminuir atividades ilícitas em equipe. A colaboração premiada vem sendo um grande aliado do Judiciário brasileiro, ganhando cada vez mais evidência e espaço. Tem sido fundamental para a recuperação dos frutos das condutas criminosas e o desmantelamento de várias organizações criminosas, como bem pondera Nancy Andrichi, Ministra do Superior Tribunal de Justiça:

Nestes dias em que a moralidade pública é aviltada de várias formas, devemos fincar cercas protegendo o Estado de Direito da insidiosa corrupção dos agentes públicos. [...] O instituto da delação premiada tem se mostrado fundamental na apuração das macroestruturas de corrupção (...)

Claro que sua aplicação não pode ser desmedida e sem critérios, sob pena de perdimento de sua credibilidade. Todavia, há de se concordar que o instituto já é um aliado primordial do nosso sistema judiciário e policial no combate às organizações criminosas.

Doravante, espera-se que a colaboração premiada tenha cada vez mais força e autonomia para atingir seu grande objetivo, diminuindo a criminalidade e aumentando a eficácia da persecução penal.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, L. S. **Delação premiada à brasileira**: algumas questões relacionadas à constitucionalidade e à eticidade. UFMS, Pioneiros, 2014.

LESCANO, M. D. **Delação premiada e sua (in) validade à luz dos princípios constitucionais**. PUC, Campinas, monografia de conclusão de curso

MENDES, J. S. **Delação premiada**: Uma análise acerca da necessidade de regulamentação específica no direito penal brasileiro. ENCCLA, 2014. Manual da colaboração premiada, ENCCLA 2014

MENDONÇA, A. P. G. **A Aplicabilidade Da Delação Premiada Na Nova Lei De Crime Organizado (Lei12.850\13)**.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

NUCCI, G. S. **Organização Criminosa**. São Paulo: RT, 2013, p. 54.

PARANANGUÁ, R. S. N. **Origem da delação premiada e suas influências no ordenamento jurídico brasileiro**. Jusbrasil, 2013.



DESVIO DE FINALIDADE DO ATO PÚBLICO

Danila Pauletto, Jaqueline Moreno Palma, Jenifer Marielle dos Santos, Sergio Augusto Altimari, Renato Zanola Montefusco, e-mail: rzmontefusco@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O desvio de finalidade do poder ou ato público é consumado quando o agente pratica o ato visando atitude diversa daquela prevista na regra de competência explícita ou implicitamente. Hoje essa conduta é vista como um ato de improbidade administrativa e também está definida na lei de ação popular. Quando essa ação é praticada, caminha contra um dos princípios infraconstitucional importante da administração pública, que é o princípio da finalidade.

Esse desvio da atividade pode ocorrer em duas situações, a primeira acontece quando o agente busca essa ação diversa para beneficiar a si próprio, parentes ou prejudicar outra pessoa, assim desviando o propósito, no qual seria o interesse público. A segunda situação decorre de um interesse público, porém é alheia a esfera que o ato original objetivava.

É dessa segunda hipótese que se caminha com a teoria do desvio de poder, onde defende “que o vício de desvio de poder, é um vício de estrita legalidade”. O agente pode utilizar do efeito de um desvio da finalidade de um ato administrativo para chegar a um objetivo relevante à administração pública.

Em contrapartida há o vício da intenção e desacordo com a finalidade do poder de competência, onde cabe como dito à cima, a improbidade administrativa. Porém o que problematiza é a dificuldade na produção de prova contra o agente que praticou o desvio de finalidade de ato administrativo com má fé, já que quase nunca é confessado.

Na situação que se encontra a política brasileira, o tema desenvolvido nesse projeto é de grande importância, onde é relevante acompanhar as características do agente que comete do desvio de finalidade de ato ou poder administrativo. Já que a administração é movida através de pessoas, nas quais podem cometer erros.

2 METODOLOGIA

O desenvolvimento da proposta desse projeto se dá através do método analítico-dedutivo e deve ser apresentado através de pesquisas bibliográficas de doutrinas administrativistas afetas a questão que se relacionam com o tema exposto, além de artigos e trabalhos científicos disponíveis em meio digital.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente tem vai contra um dos princípios infraconstitucionais da administração pública, sendo assim disposto na lei de improbidade administrativa nº 8.429/92 no inciso I, no artigo 11:

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente: I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência.

Se tratando de um dos delitos de improbidade administrativa, a pena de desvio de finalidade também está prevista na mesma lei, no artigo 12, inciso III:

Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: III - na hipótese do art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

Como dito na introdução, há uma divergência entre os doutrinadores que estudam esse assunto. Parte dessa doutrina defende que nem sempre o vício e o desvio da finalidade do ato são feitos de forma ilícita, sendo essa a opinião do Celso Antônio Bandeira de Melo:

No desvio de poder, ao contrário do que habitualmente se afirma e do que nós mesmos vínhamos sustentando, nem sempre há um 'móvel', isto é, uma intenção inadequada. Com efeito, o agente pode, equivocadamente, supor que uma dada competência era prestante de direito, para a busca de um dado resultado e por isto haver praticado o ato almejando alcançá-lo pela via utilizada. Neste caso não haverá intenção viciada.

Em sentido da dificuldade de produção de provas para a ação cometida de desvio de finalidade de ato público entra a manifestação de grande valia de Hely Lopes Meirelles:

(...) O ato praticado com desvio de finalidade – como todo ato ilícito e imoral – é praticado – ou é consumado às escondidas ou se apresenta sob o capuz da legalidade do interesse público. Diante disso há que ser surpreendido por circunstâncias que revelem a distorção do fim legal, substituído habilidosamente por um fim ilegal ou imoral não desejado pelo legislador. A propósito, já decidiu o STF que ‘indícios vários e concordantes são provas. (...) Tudo isso dificulta a prova do desvio de poder ou finalidade, mas não a torna impossível se recorrermos aos antecedentes do ato e à sua destinação presente e futura por quem o praticou (...).

Para prosseguir na dificuldade de produção de provas para o desvio de finalidade, segue uma jurisprudência acerca do assunto:

DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. PRELIMINAR REJEITADA. REMOÇÃO DE SERVIDOR EX OFFICIO. MOTIVAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INTERESSE PÚBLICO IMPLÍCITA AO ATO. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE IMANENTE. NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA INEQUÍVOCA DO ABUSO OU DESVIO DE FINALIDADE ALEGADOS. ATO DE REMOÇÃO QUE INTEGRA CONJUNTO DE PROVIMENTOS VOLTADOS À MELHORIA DA EFICIÊNCIA DO SERVIÇO PÚBLICO. SEGURANÇA DENEGADA. 1. Não se ignora a inexistência de prerrogativa funcional de inamovibilidade aos servidores públicos em geral, garantia apenas franqueada aos magistrados e membros do Ministério Público. Outorga-se, pois, à Administração poder discricionário para decidir sobre a lotação de seus servidores, podendo, inclusive, removê-los segundo critérios de conveniência e de oportunidade no caso, baseado no interesse da Administração (inciso I, art. 13 da Lei nº 6425/72), sem que isto configure qualquer ilegalidade. 2. Tal potestade tem fundamento no próprio Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco, de modo que, exurgindo implícita no próprio ato a motivação voltada ao atendimento do interesse público integrante das remoções ex officio que integrem um movimento de remanejamento/reestruturação de grande porte, com vistas à melhor eficiência na prestação do serviço público, para que a sua presunção de legalidade possa ser afastada, mister se faz a produção de prova inequívoca do abuso ou desvio de finalidade deduzidos. 3. In casu, o impetrante, malgrado se valha da via mandamental, não logrou êxito em instruir seu pleito com documentação que comprovasse de plano eventual desvio de finalidade ou prática de abuso por parte da autoridade indigitada coatora, consistente em perseguição ou favorecimento de outrem, sendo certo que a mera alegação de ausência de motivação especificada não é suficiente a afirmar a presunção de legalidade do ato administrativo de remoção, sob pena de engessamento da Administração Pública. 4. Some-se a isso o fato de que a Portaria nº 4085, de 10 de agosto de 2015, do Secretário de Defesa Social, integra um conjunto de outros atos de igual conteúdo, pertinentes ao reordenamento do quadro de servidores da Secretaria de Defesa Social, voltadas à melhoria da eficácia da prestação do serviço público. 5. À unanimidade, rejeitou-se a preliminar de ausência de prova pré-constituída e, no mérito, por maioria de votos, denegou-se a segurança pleiteada.

(TJ-PE - MS: 3989137 PE, Relator: Luiz Carlos Figueirêdo, Data de Julgamento: 17/02/2016, Grupo de Câmaras de Direito Público, Data de Publicação: 16/03/2016)

No entendimento jurisprudencial do Tribunal de Justiça caminhou em direção da teoria do desvio de função, onde o efeito desse desvio foi utilizado para melhoria da prestação de serviço, juntamente com a problematização da produção de provas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, trata-se dos seguintes aspectos acerca do desvio de finalidade de ato administrativo: a) Desobediência ao princípio infraconstitucional da finalidade na administração pública; b) Quando o vício da finalidade indica a má fé do agente, ou uso de boa intenção para melhorias na administração pública, assim caminhando em direção da teoria do desvio; c) Problematização da produção de provas para o desvio de finalidade.

Nesse diapasão é sensível observar o modo pelo qual a legislação pátria acomoda a questão do desvio de finalidade do poder ou ato público, sendo que acomoda a questão como hipótese de improbidade administrativa. A legislação infraconstitucional estabelece de forma clara, nos arts. 11 e 12 da Lei nº 8.429/92, a tipificação de condutas plausíveis de serem consideradas ímprobas.

Ademais, a experiência jurisprudencial é firme no sentido de ser observado o desvio de finalidade como ato típico de improbidade, entretanto, com a devida cautela deve estar devidamente fundamentado e provado fato típico nesse sentido.

Em breve conclusão, observa-se pela presente pesquisa que existem mecanismos factíveis ao reconhecimento do desvio de finalidade e justa condenação como ato ímprobo. Desta feita conclui-se que a segurança jurídica é tutelada face a possíveis abusos que ocorram diante da situação fática.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA DE MELLO, C. A. **Curso de Direito Administrativo**. 18ª ed. Revista e atualizada até a Emenda Constitucional 45, de 8.12.2004. São Paulo, Ed. Malheiros, 2005.

BRASIL. JURISPRUDÊNCIA. **Mandado de Segurança**. Disponível em: <<https://tj-pe.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/322125756/mandado-de-seguranca-ms-3989137-pe?ref=serp>> Acesso em: 07 nov. 2018



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

BRASIL. **Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992**. Rio de Janeiro, 2 de junho de 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8429.htm>. Acesso em: 07 nov. 2018

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 33 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.



DIFERENÇA SALARIAL ENTRE HOMENS E MULHERES

Fabiana R. Santos, Larissa M. Magon, Thainá M. Cabrioli, Solimar G. M. Bonjardim e-mail: thainamilanez@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Em tempos de igualdade, o sexíssimo é algo muito presente na sociedade, e nada inédito, pelo contrário, as mulheres sempre foram discriminadas e taxadas como inferiores sem direitos ou espaço no ambiente tanto social como profissional. Ao longo de todos os anos e nos dias atuais ocorre a luta constante pelos direitos das mulheres, a qual era tida somente como um mero objeto sem qualquer direito e com inúmeras obrigações. Ao passar dos anos inúmeros direitos foram conquistados, mas ainda com muita resistência tornando o problema atual e gerando um grande incomodo nas mulheres.

Nesse sentido, mesmo com a grande expansão feminina pelos diversos setores ainda existe um grande problema a ser enfrentado por elas: a diferença salarial entre os sexos. Conforme publicado no G1 por Velasco (2017), segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (2015) a mais recente e completa, o rendimento médio dos brasileiros era de R\$ 1.808, mas a média masculina era mais alta (R\$ 2.012), e a feminina, mais baixa (R\$ 1.522). Contudo, a sociedade acredita viver em um ambiente inclusivo e sem discriminação ignorando os vários dados que apresentam constante desvalorização nos salários femininos. Todavia, Cavallini (2018) afirma que “A verdade é que estamos longe da equiparação salarial, em especial quando percebemos que elas ainda ganham menos que eles em todas as áreas de atuação consultadas”.

Com base nessa realidade, este trabalho busca subsídios dentro da sociedade, mais especificamente no trabalho das mulheres, para observar e compreender seu papel. Identificar as conquistas legais e analisar a discriminação da mulher referente ao trabalho, enfatizado principalmente seus sentimentos e lutas. Diante disso, o objetivo principal do estudo é demonstrar a discriminação sofrida pelas mulheres, tendo em vista suas lutas e os sentimentos manifestados. O foco principal será o papel da mulher na sociedade, destacando os problemas sofridos, leis e direitos da mulher comparando

a sua eficácia, avaliar o mercado para detectar a diferença e para completar será discutido os sentimentos gerados.

2 METODOLOGIA

O intuito do presente trabalho é discutir as situações que ocasionam as diferenças salariais entre homens e mulheres e os sentimentos femininos. Esta é uma pesquisa que ilustra um tema importante para a sociedade em geral, explanando através de dados estatísticos a presente discriminação salarial de gêneros frequente no país. Assim, esta pesquisa é dividida em duas fases: primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica em livros e artigos. Os artigos foram levantados em sites de busca com os temas: “diferença de gênero”, “diferença salarial”, “mulher e salário”, discriminação de gênero”, “feminicídio”. Após o levantamento os mesmos foram lidos, fichados e posteriormente discutidos.

Em um segundo momento foi realizada uma pesquisa de campo por meio de um questionário com questões fechadas e abertas direcionadas as mulheres da sociedade. Os dados foram coletados por meio de abordagem ética e estatística para identificar qual a situação deste tema no seguimento verificado. “É a pesquisa em que se observa e coleta os dados, tal como ocorrem espontaneamente, no próprio local em que se deu o fato em estudo, caracterizando-se pelo contato direto com o mesmo, sem interferência do pesquisador” (PRODANOV; FREITAS, 2013). Com os dados obtidos foi construído uma discussão para apresentação dos resultados dos dados coletados com ênfase nos sentimentos sobre a diferença salarial e a dicotomia salarial tão clara em um país de proporções gigantescas em termos de população.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Há séculos as mulheres enfrentam uma busca incessante pelo fim da desigualdade entre gêneros, lutando por direitos, não apenas econômicos, mas também, políticos e sociais. A cultura de cada sociedade determina a relação da mulher e do homem, na maioria delas, as mulheres são destinadas as obrigações do lar e da reprodução, dependentes dos homens e restritas da esfera social e política, enquanto os homens possuem maior liberdade de direitos e são responsáveis apenas pelo sustento material do lar (PEDRO; GUEDES, 2010).

Ribeiro (2000), relata que existe a desigualdade entre gêneros desde a antiguidade, porém o ápice é a Idade Média, quando o cristianismo detinha o poder sobre a sociedade, bem como uma influência determinante na cultura ocidental. A Idade Média, marca a época em que a mulher foi da maior forma marginalizada, onde perdeu por menor que fosse sua liberdade. Santos (2006) afirma que sua vestimenta e seu cabelo, eram considerados provocadores, seu corpo detentor de todos os pecados, sinal de luxúria e subversão. Assim, mesmo com as mudanças culturais o discurso da inferioridade da mulher irá se manter, transformando e mondando-se de acordo com a sociedade. A mulher nesse cenário irá lutar por seus direitos e conquistar pouco a pouco seu espaço.

Na história a primeira onda do feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, de acordo com Pinto (2010), quando as mulheres Inglesas deram início ao movimento sufragista, que tinha como premissa a luta pelos direitos das mulheres e a igualdade entre os gêneros. Esse movimento foi ganhando cada vez mais força, principalmente na época em que as mulheres eram tratadas como escravas, sofriam assédios e só podiam ser representadas por homens, não podiam expor suas opiniões e tinham que obedecer ao que o homem falava.

No Brasil, a primeira lei salarial existente foi a CLT¹⁴ no qual foi estabelecida a equiparação salarial entre os sexos na mesma função exercida. Conforme Nascimento e Nascimento (2014), no Brasil a Constituição de 1988, junto com a CLT, estabeleceram a lei que proíbe a diferença salarial; sendo revelada no art. 461 que dispõe: “sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo”. Segundo Pedro e Guedes (2010, p. 07) “Com a Constituição de 1988, algumas conquistas foram alcançadas no âmbito feminino através da formalização da equidade de gênero prevista em lei”, as mulheres se tornariam iguais aos homens perante as leis e obrigações.

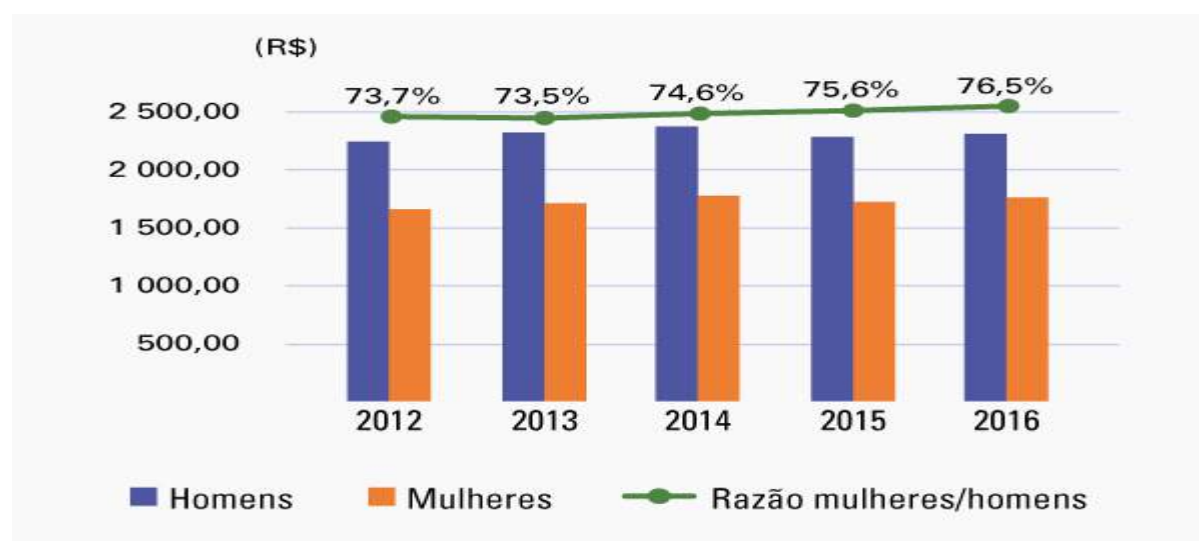
Após a constituição de 1988, finalizando os empecilhos no âmbito trabalhista, a mulher segue na batalha e busca, a cada dia, liberdade de ser dona de si ao ponto de

¹⁴CLT - Consolidação das Leis do Trabalho é uma lei do Brasil referente ao direito do trabalho e ao direito processual do trabalho. Ela foi criada através do Decreto-Lei n.º 5 452, de 1 de maio de 1943 e sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas durante o período do Estado Novo, entre 1937 e 1945, unificando toda legislação trabalhista e existente no Brasil.

conquistar seu espaço e emprego, contudo, só consegue chances para tal a partir do momento que são criadas leis com o intuito de afastar a discriminação, evitar o preconceito, fomentar a igualdade perante os sexos como afirma Calil (2008).

Contudo, a mulher quando ingressou no mercado de trabalho não deixou de exercer os demais papéis a ela denominados: o papel de esposa, mãe e administração da casa. Conforme Batista e Cacciamali (2009), devido as responsabilidades da mulher em relação sua multiplicidade de afazeres, sua vontade de participar do mercado de trabalho acaba por ser mais complexa do que a masculina.

Figura 1 – Rendimento habitual médio mensal de todos os trabalhos e razão de rendimentos, por sexo.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua 2012-2016.

Para conquistar seu espaço a mesma busca ter maiores conhecimentos, instrução mais adequada e elevada em relação aos estudos. E mesmo com maior qualificação em relação aos homens, as mulheres apresentam uma desigualdade salarial considerável. Segundo Peret (2018) as mulheres trabalham mais que os homens, além do trabalho remunerado ela ainda tem seus afazeres domésticos, e segundo o IBGE¹⁵ ganham 76,5% do rendimento dos homens. Mesmo trabalhando

¹⁵ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, é um instituto público da administração federal brasileira ligadas às geociências e estatísticas sociais, demográficas e econômicas, o que inclui realizar censos e organizar as informações.

mais o salário continua sendo menor, os cargos de chefia liderado por uma mulher não chega a 44% tendo uma grande variação na faixa etária (Figura 1).

Na Figura 1 nota-se que a mulher sofre a desigualdade salarial em relação aos homens, alguns relatam que sofrem menosprezo e preconceito, mesmo tendo qualificação e grau de escolaridades maior. Esses dados se revelam ao questionar as mulheres sobre o assunto.

Durante a análise dos resultados diversas opiniões foram encontradas a respeito do tema abordado: desvalorização, injustiça, incapacidade, roubo, insegurança ou até mesmo indignação foram palavras descritas pelas entrevistadas quando se tratava do assunto. Nota-se que a diferença provoca sentimentos extremos nas mulheres como a indignação vista na entrevistada 101:

Sinto-me indignada pelo fato de nós sermos inferiorizadas pelo nosso gênero e não pela nossa capacidade, que também é posta em jogo pelo simples fato de sermos mulheres

Outro quadro constante é o de frustração vista em diversas respostas, e ilustrada na entrevistada 64:

Frustrada. Isso é ridículo e medieval! A sociedade, apesar de tantas evoluções, peca muito no direito das mulheres!

Ou na entrevistada 29:

Uma grande injustiça pessoas de sexos diferentes com o mesmo cargo, mesmas obrigações e direitos devem receber salários correspondentes a sua capacidade de exercer seu cargo

O sexíssimo não se limita apenas a capacidade da mulher no ambiente de trabalho, ele ultrapassa as paredes das empresas ferindo as mulheres em todos os momentos, como nas residências onde deveriam se sentir acolhidas e protegidas ou até mesmo em lugares de assistência pública como hospitais como descrito em algumas das entrevistas como a número 28 onde gerou indignação na entrevistada. A relação entre promoção de uma mulher e a sua relação íntima também é sempre colocada em dúvida, na sociedade é comum a frase "fez o teste de sofá" usada quando uma mulher consegue uma promoção, com o intuito de dizer que para conseguir a promoção a única maneira é usando seu corpo com a forma de comprar seu chefe, independente da capacidade ou do trabalho árduo para tal, a entrevistada 87 sofreu esse tipo de preconceito e relata em suas palavras o que despertou tal situação:

Sim, quando certa vez recebi uma promoção no trabalho e houve comentários do tipo, foi promovida porque "deu pro chefe". Nunca tive nem um tipo de relação que não fosse profissional. Sinto como se todo o meu esforço, dedicação ao estudo não fosse valorizado, ou como se fosse menos capaz que um homem.

A única forma de abolir situações como as descritas é com fiscalização e denúncias, porém, como analisado a maioria das mulheres não conhecem ao menos uma lei relacionada ao trabalho ou a proteção da mulher. A esperança por uma realidade igualitária é presente na maioria dos relatos assim como nas palavras da entrevistada 85, que vê com esperança o futuro:

"Me sinto perder espaço no mercado de trabalho e que ainda no mundo de hoje existe desrespeito e preconceito. Mas o mercado está em evolução e espera-se ter igualdade em todos os cargos."

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a sociedade atual expressa um perfil feminino cultuado há séculos, com momentos de resignação e outros de luta e vitória. Mesmo com as lutas e direitos adquiridos ainda existe quadros de sexismo em inúmeras vertentes. Segundo Lapa (2016) a desigualdade de salários entre gêneros pode ser observada e identificada por diversos estudos o que possibilita entendimento de que a mesma se manifesta de forma diferente e distintas dimensões de análise. Além da diferenciação, o preconceito e estereótipos impostos de forma grotesca acabam por caluniar e trazer hostilidade a elas e entre elas. É uma luta que ainda está em curso.

Nesse contexto, é preciso esclarecer que esta pesquisa está em fase de finalização, a pesquisa bibliográfica e as pesquisas foram finalizadas, a discussão dos resultados das entrevistas está em fase final para apresentar maior consistência nas afirmações pretendidas.

REFERÊNCIAS

BATISTA, N.; CACCIAMALI, M. C. Diferencial de salários entre homens e mulheres segundo a condição de migração. **Revista brasileira de estudos populacionais**, Rio de Janeiro, v. 26(1), p. 97-115, jun. 2009.

CALIL, L. E. S. **Direito do Trabalho da Mulher: a legislação promocional**. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XI, n. 52, abr 2008. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2518>. Acesso em 15/08/2018.



CAVALLINI, M. **Mulheres ganham menos que os homens em todos os cargos e áreas, diz pesquisa:** A diferença salarial chega a quase 53%; as profissionais ainda são a minoria em cargos de gestão. G1, 2018. Caderno Economia. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/mulheres-ganham-menos-que-os-homens-em-todos-os-cargos-e-areas-diz-pesquisa.ghtml>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

LAPA, T.D.S. **Desigualdade salarial por sexo:** persistências, transformações e desafios. DOC PLAYER. 2016. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/48597544-desigualdade-salarial-por-sexo-persistencias-transformacoes-e-desafios-gender-pay-gap-persistence-change-and-challenges.html>>. Acesso em: 08 set. 2018.

NASCIMENTO, A. M.; NASCIMENTO, S. M. **Curso de direito do trabalho:** história e teoria do direito do trabalho: relações individuais e coletivas do trabalho. 29 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

PEDRO, C. B.; GUEDES, O. D. S. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. **Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/1.ClaudiaBraganca.pdf> > Acesso em 18 jul. 2018.

PERET, E. **Agência IBGE notícias.** Mulher estuda mais, trabalha mais e ganha menos do que o homem. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20234-mulher-estuda-mais-trabalha-mais-e-ganha-menos-do-que-o-homem.html>>. Acesso em: 07 ago. 2018.

PINTO, C. R. J. (2010). FEMINISMO, HISTÓRIA E PODER. **Revista De Sociologia E Política**, Curitiba, v. 18, nº 36, p. 15-23, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>> - Acesso em: 25 jul. 2018.

PRODANOV, C.C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia Do Trabalho Científico:** Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, S. M. **Ser Eva e dever ser Maria:** paradigmas do feminino no Cristianismo. In: Congresso Português de Sociologia, nº IV, 2000, Coimbra.

SANTOS, G. M. D. C. **A roupa, A Moda e a Mulher na Europa Ocidental Medieval:** Reflexo da opressão sofrida pela mulher na Idade Média (século: XI-XV). Dissertação (Mestrado em Artes) -Universidade de Brasília, Brasília, 2006. 159 f.

VELASCO, C. **Diferença de salário médio de homens e mulheres pode chegar a quase R\$ 1 mil no país, aponta IBGE.** G1, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/diferenca-de-salario-medio-de-homens-e-mulheres-pode-chegar-a-quase-r-1-mil-no-pais-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em: 27 mar. 2018.



DIREITO DESPORTIVO: PENALIDADES E RESPONSABILIDADE CIVIL

Leandro Fermino Cavalcante, Pedro Queirós, Vanderlei de Freitas Nascimento Júnior,
e-mail: leandro97.cavalcante@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A prática desportiva vem desde a antiguidade e com o passar dos anos notou-se a necessidade de se criar normas para regulamentar e organizar a prática das várias modalidades que surgiram ao longo do tempo, para que praticantes e espectadores pudessem ter segurança durante as realizações dos esportes.

Há, nos dias atuais, uma grande quantidade de pessoas que praticam esportes, sendo elas amadoras ou profissionais e, com a evolução dos meios de comunicações, os conflitos ocorridos dentro dos campos, quadras, pistas, tatames e piscinas acabam repercutindo fora deles. Nestes casos, o direito vem, através da Justiça Desportiva, representados pelo TJD - Tribunal de Justiça Desportiva; STJD – Superior Tribunal de Justiça Desportiva; CND – Conselho Nacional Desportivo; JDD – Juntas Disciplinares Desportivas, solucionar esses problemas e, se necessário, aplicar as medidas punitivas cabíveis. Tais fatos geradores de conflitos serão julgados perante as Comissões Disciplinares ou pelos Tribunais Desportivos, cujo magistrado se apoiará na lei que trata das Normas Gerais do Desporto, conhecido como Lei Pelé, ou pelo Código de Justiça Desportiva (CBJD), para condenar ou não o infrator. Se por ventura alguém se lesionar ou sofrer algum dano, poderá pleitear perante a justiça comum cível uma ação indenizatória diante do prejuízo sofrido, podendo ser patrimonial, moral ou estético.

Nem sempre os fatos que são apreciados na Justiça Desportiva são passíveis de responsabilidade civil e, mesmo que uma atitude venha causar dano a outrem, deverão ser analisadas se as normas da modalidade foram respeitadas, pois nos casos de esportes de contato como as lutas, por exemplo, que deverão ser analisados quanto a uma força excessiva por parte do agente. Portanto, cada caso merecerá uma atenção especial, levando em conta também que, há algumas hipóteses em que são vedadas punições, como no caso de o agressor ser menor de 14 anos, de acordo com a Lei 9.615/98 e o Código Brasileiro de Justiça Desportiva.



2 METODOLOGIA

Para a realização desse trabalho foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica com consultas às doutrinas relacionadas ao direito desportivo e às leis e códigos pertinentes e relevantes ao assunto, juntamente com a presença também dos métodos dedutivos, que fizeram com que fossem tiradas conclusões diante de uma extração de dados e buscas.

Busca o presente trabalho mostrar a evolução das normas e regulamentação dos esportes e, as penalidades aplicáveis àqueles que cometam alguma infração para que a prática esportiva, qual seja ela, se torne algo seguro e saudável de ser feita, através de uma solução preliminar de conflitos que vierem a surgir, sendo o direito desportivo um ramo autônomo do direito, possuindo normas, princípios fundamentais e institutos sistematizados que visam disciplinar a prática do desporto em suas diversas modalidades.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Sabe-se que, desde os primórdios, as competições se faziam presentes na vida dos seres humanos, alguns dos esportes que conhecemos hoje com todas as regulamentações presentes, já eram praticados pelo homem muitas vezes por questão de sobrevivência, busca por espaço, trabalho e alimento. Um grande exemplo é a corrida, a qual antigamente era realizada durante caçada em busca de comida. Com o passar do tempo a prática de atividade física foi deixando de ser apenas um meio de sobrevivência para tornar-se uma importante fonte de lazer e diversão, além de contribuir com a saúde das pessoas que a praticavam.

Todavia o direito, que sempre esteve presente na sociedade, sentiu a necessidade de intervir na prática esportiva para que houvesse um bom convívio, além de organizar as relações entre as pessoas durante a prática esportiva, fosse ela nas modalidades individuais ou coletivas. As legislações desportivas se originam a partir das regras criadas pelos povos primitivos que as criavam e as seguiam como se sagradas fossem passando depois pelo Egito, caracterizando o exercício como sendo de cunho religioso – o que posteriormente se tornou obrigatório (TUBINO, 2010 *apud in* PORTAL DA EDUCAÇÃO). Após, passou-se pela Grécia, onde constatou-se que os responsáveis por apreciar as regras do desporto eram os filósofos, ao contrário de

Roma onde aconteciam os jogos Helênicos, em que os gladiadores lutavam entre si e com animais.

Desta forma, surgiu, na Inglaterra, o que se pode chamar de desporto moderno, pelo fato de regulamentar jogos populares e fomentá-los com a introdução nas escolas públicas, criando normas e regras para a melhor formação do caráter do homem, estabelecendo condutas tidas como certas ou erradas para, se necessário, punir quem cometer algum ato ilícito.

No Brasil o direito desportivo deu seus primeiros “passos” por volta do ano de 1901 com a criação da “Liga Paulista de Foot-Ball”, primeira associação de futebol no país e, logo após, em 1914, surgiu a Federação Brasileira de Sports (FBS).

Seguindo na linha do tempo em meados de 1941 criou-se o Conselho Nacional de Desportos (CND) tendo como função organizar os esportes, legislando sobre a matéria, além de julgar em grau recursal e final.

Para auxiliar o Conselho Nacional de Desportos e suprir as necessidades dos Estados e Municípios existem também o Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) com jurisdição no território nacional, o Tribunal de Justiça Desportiva (TJD) com jurisdição nos estados e para os municípios as Juntas Disciplinares Desportivas (JDD).

A justiça desportiva tem por sua natureza jurídica um sistema de julgamento que caminha fora da jurisdição comum buscando solucionar as lides surgidas no campo desportivo, envolvendo pessoas físicas e jurídicas que se encontram filiado em uma federação.

A Lei 9615/98 traz em seu art. 2º os princípios fundamentais do direito desportivo, sendo eles:

- Art. 2º “O desporto, como direito individual, tem como base os princípios:
- I - da soberania, caracterizado pela supremacia nacional na organização da prática desportiva;
 - II - da autonomia, definido pela faculdade e liberdade de pessoas físicas e jurídicas organizarem-se para a prática desportiva;
 - III - da democratização, garantido em condições de acesso às atividades desportivas sem quaisquer distinções ou formas de discriminação;
 - IV - da liberdade, expresso pela livre prática do desporto, de acordo com a capacidade e interesse de cada um, associando-se ou não a entidade do setor;
 - V - do direito social, caracterizado pelo dever do Estado em fomentar as práticas desportivas formais e não-formais;
 - VI - da diferenciação, consubstanciado no tratamento específico dado ao desporto profissional e não profissional;
 - VII - da identidade nacional, refletido na proteção e incentivo às manifestações desportivas de criação nacional;

VIII - da educação, voltado para o desenvolvimento integral do homem como ser autônomo e participante, e fomentado por meio da prioridade dos recursos públicos ao desporto educacional;
IX - da qualidade, assegurado pela valorização dos resultados desportivos, educativos e dos relacionados à cidadania e ao desenvolvimento físico e moral;
X - da descentralização, substanciada na organização e funcionamento harmônicos de sistemas desportivos diferenciados e autônomos para os níveis federal, estadual, distrital e municipal;
XI - da segurança, propiciado ao praticante de qualquer modalidade desportiva, quanto a sua integridade física, mental ou sensorial;
XII - da eficiência, obtido por meio do estímulo à competência desportiva e administrativa. ”

Para aqueles que cometerem ato ilícito, descumprindo o ordenamento jurídico desportivo, o Código Brasileiro de Justiça Desportiva e a Lei Pelé (Lei 9615/98) trazem as penalidades a serem aplicadas, sendo elas:

Lei 9615/98, art. 50, §1º - As transgressões relativas à disciplina e às competições desportivas sujeitam o infrator a:

- I - advertência;
- II - eliminação;
- III - exclusão de campeonato ou torneio;
- IV - indenização;
- V - interdição de praça de desportos;
- VI - multa;
- VII - perda do mando do campo;
- VIII - perda de pontos;
- IX - perda de renda;
- X - suspensão por partida;
- XI - suspensão por prazo.

Código Brasileiro de Justiça Desportiva:

Art. 170. Às infrações disciplinares previstas neste Código correspondem as seguintes penas:

- I — advertência;
- II — multa;
- III — suspensão por partida;
- IV — suspensão por prazo;
- V — perda de pontos;
- VI — interdição de praça de desportos;
- VII — perda de mando de campo;
- VIII — indenização;
- IX — eliminação;
- X — perda de renda;
- XI — exclusão de campeonato ou torneio.

Diante disso, aquele que se sentir lesado tem o direito de cobrar uma reparação pelo dano sofrido, seja ele moral, patrimonial ou estético. Para isso é necessário propor uma ação na esfera comum, mais precisamente na esfera cível, no âmbito da responsabilidade civil. Situação esta prevista no Código Civil em seu artigo 927 que

obriga quem comete ato ilícito (arts. 186 e 187 do Código Civil) reparar o dano causado. Todavia, para que haja a responsabilidade civil, deve-se observar se os pressupostos da mesma se encontram presente, ou seja, deve existir uma ação que se apresente como ato ilícito, devendo haver a ocorrência do dano e, por fim, encontrar-se presente o nexo de causalidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o observado, faz-se necessário observar a importância que a prática esportiva possui ao ser humano e, conseqüentemente, salienta-se a presença de um regimento que preza estruturalmente pela lealdade e justiça no momento em que os esportes estão sendo desempenhados pelos vários tipos de atletas existentes em toda a parte do mundo, que, com o passar dos tempos, se viu refém, justamente, de uma regulamentação no auxílio e desenvolvimento da prática do esporte saudável.

Foi preciso que a prática desportiva fosse regulamentada e nela incrementada sanções tendo em vista que se tornou essencial para a sobrevivência humana, haja vista que o esporte era praticado inicialmente sem pretensões de que fosse tornar algo que vemos nos dias de hoje, mas sim, para manterem-se vivos. A evolução do esporte, juntamente com a prática desportiva é tamanha que, a mesma divide-se em Antigo (até a primeira metade do século XIX), Moderno (de 1820 a 1980) e Contemporânea (de 1981 até os dias de hoje) e que sempre caminhou lado a lado com a evolução humana e pode ser transpassado por entre gerações (TUBINO, 2010 *apud in* PORTAL DA EDUCAÇÃO).

Nesse sentido, foi possível concluir que, pelo fato de abranger vários tipos de esportes, foi obrigatória a criação de uma jurisdição especializada à imposição de penalidades à quem desrespeita regras e descumpra o ato de lealdade para com o próximo (até mesmo em esportes que exigem a luta corpórea), pois, com o passar do tempo, o motivo de se praticar algum tipo de esporte deixou de ser a sobrevivência e passou a ser a superação do indivíduo, a busca pelo prazer pessoal e coletivo, bem como pela capacidade do autoconhecimento do corpo humano e de seus respectivos limites.

Logo, se faz necessário entender que muitos dos esportes antigamente praticados, não são mais, porém, não se pode negar que eles alavancaram a



necessidade de fazer com que o corpo humano estivesse sempre em movimento, de modo a não impedir que outrem fosse responsabilizado civil (ou penalmente) no caso da ocorrência de danos, especialmente, aquele oriundo de danos gerados a terceiros, os quais surgiram a partir ao descumprimento do respectivo regulamento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Civil – Lei 10.406/02**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em 03/10/2018.

BRASIL. **Lei Pelé – Lei 9615/98**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9615consol.htm>. Acesso em 03/10/2018.

BRASIL. **A História do Esporte**. Disponível em:<<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao-fisica/a-historia-do-esporte/50997>>. Acesso em: 10/10/2018.

DINIZ, M. H. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. 29ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2015

JUSTIMIANO, T. **Direito Desportivo no Brasil**. Disponível em:<<https://taysajustimiano.jusbrasil.com.br/artigos/496516417/direito-desportivo-no-brasil>>. Acesso: em 10/10/2018.

PORTAL DA EDUCAÇÃO. **A Origem do Esporte**. Disponível em:<<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao-fisica/a-origem-do-esporte/551338>>. Acesso em: 10/10/2018.



DIVULGAÇÃO DO PREÇO ESTIMADO NO EDITAL DE PREGÃO

Isabelle Ribeiro, Jacqueline Zanetti Souza, Renato Zanolla Montefusco
e-mail: rzmontefusco@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Regido pela lei nº 10.520/02, o pregão é a modalidade licitatória utilizada pela Administração Pública para a aquisição de bens e serviços comuns.

A Lei nº 8.666/93 que trata a respeito das licitações como um todo, dispõe expressamente que o Edital deve indicar e integrar como um anexo o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários (art. 40, § 2º, II). Contudo, a Lei nº 10.520/02, que trata das licitações processadas pela modalidade pregão, não possui determinação literal quanto a esta necessidade, constando apenas que no edital deverão estar previstos elementos definidos na forma do inciso I do art. 3º, as normas que disciplinarem o procedimento e, por fim, minuta do contrato, quando for o caso (art. 4º, III).

Surge então uma discussão a respeito do tema. De início, é necessário observar que uma das características do pregão presencial é a possibilidade do pregoeiro negociar com o ganhador, a fim de atingir a proposta mais vantajosa à Administração Pública, sendo que a divulgação prévia dos orçamentos como anexo ao edital, poderia frustrar a redução do valor proposto.

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma reflexão acerca da necessidade ou não de divulgação de preços na modalidade Licitatória Pregão Presencial, as posições doutrinárias e jurisprudenciais a respeito do tema e qual a melhor postura a ser adotada no presente caso.

2 METODOLOGIA

Esse artigo se desenvolverá através do método dedutivo, levando em consideração pesquisas teóricas feitas no âmbito do objeto deste artigo, utilizando-se de fontes bibliográficas, bem como verificará entendimento da doutrina e de jurisprudências atuais.

Para o embasamento legal, será utilizado a consulta da Constituição Federal, a

Leis Federais nº 8.666/93 (Lei de Licitações) e 10.520/02 (Pregão), inclusive aquelas correlatas ao tema abordado, com análise das mesmas a partir do conjunto de princípios que regem a Administração Pública.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O artigo 37, XXI da Constituição Federal diz que a Administração Pública deverá contratar suas obras, serviços, compras e alienações mediante processo de licitação pública.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2016, p. 411) conceitua licitações como:

“[...] procedimento administrativo pelo qual um ente público, no exercício da função administrativa, abre a todos os interessados, que se sujeitem às condições fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de formularem propostas dentre as quais selecionará e aceitará a mais conveniente para a celebração de contrato”.

A lei que regulamenta o artigo 37, XXI da Constituição Federal e institui regras para o seu correto andamento é a Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993.

O procedimento deve obrigatoriamente obedecer a alguns princípios sendo eles: o princípio da igualdade, da legalidade, da moralidade e da probidade, da publicidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da adjudicação compulsória, da ampla defesa e da licitação sustentável. É possível afirmar que tais princípios são tanto de regência da administração pública, quanto específicos às licitações.

Nesse diapasão, insta ser mencionado que existem 5 modalidades licitatórias previstas no artigo 22 da lei 8.666/93: concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão, conceituados respectivamente nos parágrafos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º do mesmo artigo e determinados em função de limite de valores presentes no artigo 23 atualizados pelo Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018. O fato é que, muito embora tais modalidades licitatórias não sejam objeto da presente abordagem, corroboram para a formação do arcabouço de informações carreadas nesta pesquisa.

A licitação deve ser precedida de edital, seguindo os requisitos do artigo 40, cujas regras de publicação estão previstas no artigo 21, parágrafo 2º da Lei de Licitações.

Inicialmente estabelecido apenas no âmbito da união pela Medida Provisória nº

2.182/01, o Pregão, atualmente, é a modalidade licitatória regida pela Lei nº 10.520/02 (FERNANDES, 2016, 111/112), utilizada preferencialmente em sua forma eletrônica, nos casos onde a Administração Pública pretende adquirir bens e serviços comuns. O artigo 1º, parágrafo único da referida Lei diz que serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e objetividade possam ser definidos objetivamente no edital. Eventualmente outra modalidade poderá ser utilizada para a aquisição de bens e serviços comuns, desde que devidamente justificado nos autos (acórdão 2900/2009 – TCU).

O Pregão é aplicado aos órgãos da Administração Federal direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 3.555/00.

A modalidade pregão possui características peculiares, diferentes das modalidades previstas na Lei nº 8.666/93 como por exemplo a inexistência de limites de valores para a sua utilização, a inverso das fases de julgamento das propostas e habilitação e a possibilidade de realização de lances verbais com o intuito de se adquirir o melhor preço para a Administração, tendo o pregoeiro a faculdade de negociar com os licitantes.

O pregão possui duas fases: a fase interna ou preparatória presente no artigo 3º da Lei nº 10.520/02, e a fase externa convocação dos interessados mediante publicação de aviso no Diário Oficial da União e jornais de grande circulação artigo 4º da mesma lei. O prazo entre a publicação do aviso e a realização do certame não deverá ser inferior a 8 dias úteis.

Um das discussões que circundam o universo das licitações, é sobre a possibilidade de divulgação do resultado da pesquisa de preços antes da ocorrência do certame. Sabe-se da obrigatoriedade da divulgação em relação à lei 8.666/93, sendo tal questão omissa na lei 10.520/02. Encara-se, portanto como uma discricionariedade do administrador público em divulgar tal informação, ficando a critério do gestor a avaliação da conveniência e oportunidade de inclusão das referidas informações como anexo do Edital. Confirma-se tal hipótese ao ser observado que uma das características do pregão é a possibilidade do pregoeiro negociar com o licitante vencedor no intuito de alcançar um melhor preço.

Assim sendo, o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários não constitui um dos elementos obrigatórios do Edital, tal como consta na decisão do TCU a seguir, que também não vê impedimentos na disponibilização de seu conteúdo à aqueles que se dirigem até a repartição pública e o solicita:

No caso do pregão, a estimativa de preços deve constar no processo de licitação, ficando a critério do Gestor a decisão de também publicá-la no Edital, ante a ausência de previsão legal expressa nesse sentido. (Acórdão nº 1.405/2006, Plenário. Rel. Min Marcos Vinícius Vilaça. Sessão de 09.08.2006).

Muito embora não haja exigência de inclusão no edital, é obrigatório que os autos do processo sejam constituídos de “orçamento elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados” (art. 3º, inciso III), pois justifica a necessidade de reserva do valor despendido para contratação que será realizada pelo procedimento licitatório

O Jurista Joel de Menezes Niebuhr (2015) é a favor divulgação dos orçamentos. Para ele, a planilha orçamentária é anexo obrigatório ao edital de pregão.

Diferentemente do que trata o TCU, o referido doutrinador, condena o ato de disponibilização da planilha orçamentária, quando ausente no edital de pregão, apenas ao proponente que o solicita, alegando tratamento desigual frente aos demais interessados, uma vez que os mesmos não tiveram acesso a tal informação, gerando, assim, um desequilíbrio ao caráter competitivo do certame:

Ora, se a Administração é obrigada a disponibilizar o orçamento estimado, que o faça para todos os licitantes, tratando todos com igualdade, e, pois, anexando-o ao edital. A orientação do TCU – de que o orçamento estimado não deve obrigatoriamente acompanhar o edital, mas deve ser disponibilizado a todos que o requerem – induz tratamento desigual. (...)

(...) Não é razoável disponibilizar orçamento só para alguns, para os que requerem. Se o orçamento for disponibilizado, que seja para todos, como anexo obrigatório ao Edital.

É importante salientar que a vista dos autos deverão ser franqueados a qualquer cidadão que queira acompanhar o processo licitatório e poderão ser solicitados a qualquer momento ante o Princípio da Publicidade. Porém, com o intuito de preservar a isonomia entre os participantes e a garantir a seleção da proposta mais vantajosa, tal como disposto no artigo 3º da lei 8.666/93, caso a Administração opte pela não inserção dos orçamentos como anexo do Edital, haja vista a sua discricionariedade, entende-se que parte correspondente aos orçamentos deverá ser disponibilizado a todos que a desejam após a realização do certame.

igualdade entre os licitantes é princípio impeditivo da discriminação entre os participantes do certame, quer através de cláusulas que, no edital ou convite, favoreçam uns em detrimento de outros, quer mediante julgamento faccioso, que desigale os iguais ou iguale os desiguais (art. 32, § 1º). 111 Desse princípio decorrem os demais princípios da licitação, pois estes existem para assegurar a igualdade (MEIRELLES, .

Portanto, a divulgação da pesquisa orçamentária apenas ao proponente que o solicita fere o princípio da isonomia, uma vez que os outros possíveis participantes do certame não tiveram acesso por nenhum meio às informações solicitadas. Desse modo, a mesma teria uma informação privilegiada que a levaria a posição de vantagem frente aos outros interessados em participar dos procedimentos licitatórios.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Isto posto, para garantia do princípio da isonomia, insculpido no art. 37, XXI da Constituição Federal e igualdade de condições a todos os concorrentes, se não presente no edital, a pesquisa de preços não poderá ser fornecida a nenhum licitante – tratamento paritário, não sendo admitido privilégios ou discriminações arbitrárias, até porque é necessária obediência ao princípio da impessoalidade, ou seja, proibição de preferências subjetivas do administrador. A apresentação de preço unitário a um dos interessados em detrimento dos demais fere o princípio da competitividade e tal ato traduz em concorrência desleal.

Ratificando tal entendimento, manifestou-se o TCU sobre o tema:

REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. MODALIDADE PREGÃO. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DA LEI DE LICITAÇÕES. POSSIBILIDADE DE COMBINAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS COM ALIENAÇÃO. INCOMPATIBILIDADE ENTRE DISPOSITIVOS DO EDITAL. CONTRATO. EXECUÇÃO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DETERMINAÇÕES.

1. Na licitação na modalidade pregão, o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários não constitui um dos elementos obrigatórios do edital, devendo estar inserido obrigatoriamente no bojo do processo relativo ao certame. Ficará a critério do gestor, no caso concreto, a avaliação da oportunidade e conveniência de incluir esse orçamento no edital ou de informar, no ato convocatório, a sua disponibilidade aos interessados e os meios para obtê-lo." (Acórdão nº 114/2007, Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler)

9. Assim, ressalvada a necessidade de que as estimativas estejam presentes no processo, acredito que deve ficar a critério do gestor a decisão de publicá-las também no edital, possibilitando desse modo que adote a estratégia que considere mais eficiente na busca pela economicidade da contratação. (Acórdão nº 1405/2006, Plenário, rel. Min. Marcos Vinícios Vilaça)



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 12 out. 2018.

_____. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666compilado.htm>. Acesso em: 12 out. 2018.

_____. **Decreto nº 3500, de 08 de agosto de 2000**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3555.htm>. Acesso em: 12 out. 2018.

_____. **Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10520.htm>. Acesso em: 12 out. 2018.

MEIRELLES, H. L. BURLE FILHO, J. E. **Direito administrativo brasileiro**. 42. ed. / atual. até a Emenda Constitucional 90, de 15.9.2015. São Paulo, Malheiros, 2016.

NIEBUHR, J. M. **Pregão eletrônico e presencial**. 7 ed. rev. atual e ampl., Belo Horizonte, Fórum, 2015.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito administrativo**. 29. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro, Forense, 2016.

FERNANDES, J. U. J. **Contratação direta sem licitação**. 10. ed. rev. atual. ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

VIANNA, F. D. **Licitações e contratos administrativos do básico ao avançado**. São Paulo, SP, 2017.

DOSIMETRIA DA PENA: O SISTEMA TRIFÁSICO ADOTADO PELO CÓDIGO PENAL

Frederico dos Santos Paixão, Gabriel Poli Pelon, Luiz Henrique Valentim da Silva,
Giovani Bincoletto, Perla Savana Daniel, email: perlasavana@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O Presente trabalho tem a intenção de esclarecer a segunda e a terceira fase do sistema trifásico da pena adotado pelo Código Penal Brasileiro, fases que tratam, respectivamente, das circunstâncias atenuantes e agravantes e das causas de diminuição e aumento da pena.

Para o juiz realizar o cálculo da pena de um determinado crime no Brasil deve utilizar o sistema trifásico de cálculo da pena. As fases são: a) a fixação da pena base; b) avaliação das circunstâncias atenuantes e agravantes e; c) as causas de aumento e diminuição da pena. Portanto, para o mesmo tipo de crime pode haver diversas sentenças com penas diferentes, pois a pena deve ser individualizada e proporcional ao crime praticado. É de extrema importância entendermos a segunda e a terceira fase do sistema trifásico da pena de forma detalhada.

Ademais, as segunda e terceira fases, representando a real individualização da pena, geralmente são as responsáveis por determinar se o réu iniciará o cumprimento da pena privativa de liberdade em regime fechado, semiaberto ou aberto, com base no artigo 33 do Código Penal.

2 METODOLOGIA

Valendo-se do método dedutivo, a presente pesquisa buscou realizar um trabalho analítico das circunstâncias que atenuam ou agravam a pena, assim como as causas que aumentam ou diminuem a mesma, no ordenamento jurídico brasileiro.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No Brasil, o juiz utiliza o sistema trifásico para calcular a pena, tal sistema, como sugere o nome, é dividido em três fases. Para o mesmo tipo de crime pode haver

diversas sentenças com penas diferentes, pois a pena é individualizada, como diz o ditado popular “cada caso é um caso”.

O princípio da individualização da pena garante que os infratores não sejam iguados com a mesma punição, mesmo que tenham praticado crimes idênticos. Isso porque independente da prática condenatória, cada indivíduo possui um histórico criminal, devendo cada um deles receber apenas a punição que lhe é devidamente adequada.

O princípio citado acima tem relação com a dosimetria, pois o juiz define qual a pena será imposta a uma pessoa em decorrência da prática de um crime. Cada réu será julgado perante as particularidades do seu caso, apenas respeitando o estabelecido pelo Código Penal, impondo um limite mínimo e um limite máximo.

O fundamento de individualização da pena se dá pela letra constitucional do artigo 5º, XLVI, onde descreve “a lei regulará a individualização da pena (...)”, tal individualização é posteriormente concretizada pelo Código Penal Brasileiro em seu artigo 68 que diz em seu caput “A pena-base será fixada atendendo-se ao critério do art. 59 deste Código; em seguida serão consideradas as circunstâncias atenuantes e agravantes; por último, as causas de diminuição e de aumento” e por isso que existe divergência de penas no judiciário brasileiro.

Diante do mencionado nos parágrafos anteriores, podemos dizer que o que realmente interfere na dosimetria da pena é a individualização da mesma. É este princípio que em muitos casos determinará se o réu iniciará o cumprimento da sua pena privativa de liberdade em regime fechado, semiaberto ou aberto, com base no artigo 33 do C.P.

A segunda fase do sistema trifásico é dividida em duas partes, agravantes e atenuantes genéricas, são circunstâncias legais, de natureza objetiva ou subjetiva, não integrantes da estrutura do tipo penal, mas que a ele se ligam com a finalidade de aumentar ou diminuir a pena.

Recebem a nomenclatura de genéricas por estarem previstas no Código Penal, exclusivamente em sua Parte Geral. Existe também as agravantes e atenuantes em leis especiais, que encontram-se fora da Parte Geral do Código Penal, tal como se verifica no art. 298 da Lei 9.503/1997, Código de Trânsito

Brasileiro, em relação aos crimes de trânsito (agravantes) e no art. 14 da Lei 9.605/1998 referente aos crimes ambientais (atenuantes).

As agravantes genéricas prejudiciais ao réu estão previstas nos artigos 61 e 62 do Código Penal em rol taxativo, não se admitindo analogia in malam partem, ou seja, em caso de omissão do legislador quanto em determinada as condutas, sendo que a analogia in malam partem é aquela onde adota-se lei prejudicial ao réu, reguladora de caso semelhante. Ademais, as atenuantes genéricas, favoráveis ao acusado, encontram-se descritas em rol exemplificativo. No entanto o art. 65 do Código Penal apresenta relação detalhada de atenuantes genéricas e o art. 66 determina que a pena poderá ser ainda atenuada em razão de circunstância relevante, anterior ou posterior ao crime, embora não prevista expressamente em lei.

Agravantes e atenuantes genéricas são de aplicação obrigatória pelo magistrado, e não podem deixar de serem levadas em conta na dosimetria da pena, quando presentes.

Como ocorre na fixação da pena-base, prevalece o entendimento jurisprudencial que o reconhecimento de uma circunstância atenuante não poderá trazer a pena aquém do mínimo legal previsto em abstrato, ao tempo em que o reconhecimento de uma circunstância agravante também não poderá conduzir a pena além do máximo previsto em abstrato.

Este entendimento se encontra em súmula pelo Superior Tribunal de Justiça (Súmula 231 do STJ). Apesar de a súmula tratar apenas da hipótese de circunstância atenuante, impedindo a redução da pena abaixo do mínimo legal previsto em abstrato. Tal entendimento sumular se aplica também para hipótese de agravante, ou seja, impossibilitando a majoração além do máximo, neste caso, por interpretação análoga extensiva, conforme entendimento dos Tribunais, não necessitando a edição de nova súmula, por serem circunstâncias previstas na mesma etapa do processo de dosimetria (segunda fase).

O Código não estabelece a quantidade de aumento ou de diminuição das agravantes e atenuantes legais genéricas, deixando ao prudente arbítrio do juiz, ao contrário do que faz com as majorantes e minorantes, para as quais estabelece os parâmetros de aumento ou de diminuição.

Desta forma, como exposto anteriormente, as agravantes estão previstas no art. 61 e 62 do Código Penal, para compreender melhor o que são as agravantes, será citado apenas alguns exemplos que são taxados no corpo destes artigos, pois estes artigos são compostos por vários elementos.

- Contra ascendente, descendente, cônjuge ou irmão: quando o réu pratica esta agravante, demonstra a indiferença do agente a seus familiares, pois o vínculo que este possui com os seus familiares, deveria, no mínimo, despertar o sentimento de compaixão. Exemplo: Matar a esposa por que ela não fez o jantar.

- Motivo torpe: é considerado como um crime repugnante aos olhos da sociedade, ignóbil, ofende a moralidade média e ao sentimento ético comum, pois tal ato demonstra a maldade e o egoísmo. Um exemplo melhor para tal seria se o agente matasse um desconhecido apenas pela sua etnia.

Agravantes genéricas do art. 62:

- Coagir ou induzir outrem à execução material do crime: Nesta situação, o coator terá sua pena agravada, já que este impôs sua força física ou moral para coagir que outro pratique o crime. O induzimento, por sua vez, se dá quando o agente seduz a ideia para que outro cometa o crime.

- Executar o crime ou dele participar em razão de paga ou promessa de recompensa: Neste o agente pratica crime como um mercenário, pois ao fim do ato ilícito cometido pretende receber uma recompensa, embora não seja necessário a efetiva entrega da recompensa.

Com a intenção de exemplificar as atenuantes genéricas, assim como foi feito com as agravantes, serão citados alguns exemplos previstos em lei para facilitar a compreensão sobre o que é uma atenuante.

Atenuantes genéricas do art. 65:

- Motivo de relevante valor social ou moral: O motivo de relevante valor social se dá pelo interesse da coletividade. Exemplo: Matar um perigoso estuprador. Por sua vez, o motivo de relevante valor moral é basicamente o mesmo que o valor social, porém trata-se do interesse do particular responsável pela prática do homicídio. Exemplo: Matar o estuprador da sua filha.

- Ter o agente procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências: neste caso, após cometer

o crime, o agente tenta reduzir o dano causado a outro. Exemplo: Após esfaquear a vítima, o réu, prontamente, o leva ao hospital, embora não tenha êxito em evitar que a vítima faleça.

Atenuantes inominadas: Não estão especificadas em lei, podendo ser anteriores ou posteriores ao crime. Devem ser relevantes. A redução é obrigatória se identificada alguma atenuante não expressa. Damásio E. de Jesus, 2015, dá alguns exemplos: “confissão espontânea da autoria de crime imputada a outrem, não abrangida pelo art. 65, III, d, o casamento do agente com a vítima no crime de lesão corporal etc.”. Pode-se também lembrar casos como o do agente que se encontra desesperado em razão de desemprego, moléstia grave na família ou o caso do arrependimento ineficaz.

Na última fase, são tratadas as causas de aumento e diminuição da pena, e ao final das três fases a sentença será prolatada pelo juiz, ou seja, é nesse momento que é estabelecido o regime privativo de liberdade que o réu irá iniciar.

O Código Penal apresenta causas de aumento e de diminuição genéricas e causas de aumento e de diminuição específicas. De qualquer forma, conforme comentários anteriores sabemos que as causas de aumento e as causas de diminuição são circunstâncias legais que influem na dosimetria da pena.

Para efeitos didáticos, proceder-se-á à divisão em causas de aumento e diminuição gerais e causas de aumento e de diminuição especiais. Causas de aumento e diminuição genéricas: são assim denominadas pois se encontram na parte geral do Código Penal, ou seja, aumentam ou diminuem a pena conforme as proporções apresentadas no corpo da lei.

Ao contrário da segunda fase do sistema trifásico da pena, que não há possibilidade de extrapolar o limite abstrato da pena na lei, as causas de aumento e de diminuição, devem, quando necessário, extrapolar os limites abstratos.

Pode-se citar, como exemplo de causas de diminuição genéricas: a tentativa, artigo 14, parágrafo único, arrependimento posterior, artigo 16, dentre outras. Como exemplo de causas de aumento genéricas: concurso formal, artigo 70; crime continuado, artigo 71, dentre outras.

Causas de aumento e diminuição da Parte Especial do Código Penal: são aquelas que se situam na Parte Especial do Código Penal, quais são qualificadoras e

causas de aumento ou de diminuição. Os mesmos comentários referentes às causas de aumento e diminuição da Parte Geral, também se aplicam a Parte Especial, com a única diferença de que estas são ligadas a um crime específico.

As qualificadoras estão previstas na parte especial do Código Penal, sua função é alterar os limites máximo e/ou mínimo da pena. As qualificadoras elevam os limites abstratos da pena. Antes de iniciar a fixação da pena, o juiz, deve observar se o crime é simples ou qualificado para saber em que limites deverá fixar. Como exemplo de causas de aumento especial tem-se o art. 121, § 4º, dentre outras. E como exemplo de causas de diminuição especial o art. 121, 1º, dentre outras.

Havendo concurso entre causas de aumento ou diminuição previstas na parte especial, o juiz pode aplicar somente uma, mas optando por aquela que mais aumentar ou diminuir a pena.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou o sistema trifásico da pena no ordenamento jurídico brasileiro, em específico a segunda e terceira fase. Explicou de forma clara a diferença entre atenuantes e agravantes, assim como as majorantes e minorantes.

A pesquisa também se deu em grande parte em cima da individualização da pena, a qual se faz instrumento de extrema importância para que o juiz possa calcular de forma mais justa a pena de cada indivíduo.

Ficou explícito que a lei se aplica a todos, mas certas peculiaridades devem ser observadas. A lei se aplica a todos, mas a sentença e a pena podem ser diferentes em relação ao mesmo crime. A segunda e a terceira fase são as responsáveis por permitir essa variante temporal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Vade Mecum. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CAPEZ, F. **Curso de Direito Penal**. Volume 1, Parte Geral. 19. Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

JESUS, D. **Direito Penal**. Volume 1. Parte Geral. 36. Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

PISTORIO, D. S. C. **Cálculo da Pena – Dosimetria**. Disponível em: <<https://domingospistorio.jusbrasil.com.br/artigos/120421949/calculo-da-pena-dosimetria>>
Acesso em: 8 out. 2018.

ELEMENTOS DO ATO ADMINISTRATIVO

Gabriel Murilo Kakoi, Marieli Baroni Abrussi, Murilo Viegas, Renato Montefusco, e-mail: gabriel_gmk@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo visa observar os elementos do ato administrativo. Primeiramente deve ser explanado conceitualmente o que seria ato administrativo. A doutrina esclarece que ato administrativo é definido como a declaração do estado ou de quem o represente e que irá produzir efeitos jurídicos de forma imediata, mas claro, na observância da lei, sob o regime jurídico de direito público e sujeito ao controle do poder público, segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2013) o ato administrativo é espécie de ato jurídico, se distinguindo dos demais pela presença de finalidade pública.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada no presente trabalho deu-se através de jurisprudências encontradas nos sites do Tribunal de Justiça, mas precisamente do Distrito Federal e Minas Gerais. Também foi realizada pesquisas em doutrinas pertinentes ao tema.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesse contexto, de suma importância a diferenciação entre ato administrativo e fato administrativo que também é conhecido como atos materiais o que são atos materiais, estes por sua vez possuem natureza meramente executória.

Dentre os elementos que compõe o ato administrativo temos: a) Competência ou Sujeito competente; b) Finalidade; c) Forma; d) Motivo; e e) Objeto ou conteúdo.

Competência: Sendo um ato vinculado, competência nada mais é do que o poder resultante da lei, que atribui ao agente administrativo a capacidade para prática do ato administrativo, é importante ressaltar que a competência admite avocação e delegação. Existe também a necessidade de que o agente de tal ato esteja acometido de competência para efetuar-lo, caso contrário poderá incorrer a pena por abuso de poder, sob o gênero excesso de poder.

a) Finalidade: A finalidade é o resultado que a Administração objetiva englobar com a prática do ato, é seu real objetivo, é um ato vinculado. No que tange a este princípio podemos dizer que ele deve alcançar a finalidade prevista na norma que atribui competência ao agente para sua prática. O Administrador não poderá se esquivar da finalidade que a lei imprimiu ao ato, sob risco de nulidade do ato através do desvio de finalidade específica, ou seja, ocorrendo seja qual for o desvio, o ato será nulo por desvio de finalidade, mesmo que existe certa “relevância social”.

b) Forma: Os atos devem respeitar a forma que é exigida para seu manejo, sua realização na esfera jurídico-administrativa, na Administração Pública a regra é que todos os atos devem ser formados, desta maneira contrapondo-se ao direito privado, onde é aplicado a “liberdade das formas”. Portanto, é possível dizer que forma é a maneira regrada, ou seja, escrita em lei de como o ato deverá ser adotado, é ato vinculado e revestido de maneira externa.

c) Motivo: A princípio não deve ser confundido motivo com motivação, pois esta nada mais é do que a demonstração acerca dos motivos, ou seja, a justificativa por escrito da existência dos pressupostos de fatos, possui como pressuposto de direito a lei que trata sobre o ato administrativo, a efetiva existência do motivo é um requisito para a validade do ato, neste caso o administrador recorre a motivos determinados, exemplificando, temos aqui a Teoria dos motivos determinantes.

d) Objeto: É a modificação fática ocorrida pelo ato no mundo jurídico, Fernanda Marinela (2007) nos expõe que, o objeto é o efeito jurídico imediato do ato, isto é, o resultado praticado em uma esfera de direitos, seja a criação, comprovação ou modificação de situações referente a pessoas, coisas ou atividades sujeitas à ação do Poder Público.

Pode ser vinculado como também discricionário, nesta primeira o objeto já está predeterminado em lei, como por exemplo a aposentadoria do servidor, já na segunda ocorre uma cerca “brecha de liberdade” do administrador para posteriormente preencher o conteúdo do ato como a desapropriação por exemplo.

No que tange aos atributos do ato administrativo, temos quatro tipos, são eles: a) autoexecutividade; b) presunção de veracidade dos atos administrativos; c) tipicidade; d) imperatividade.

a) **Autoexecutividade:** Os atos administrativos podem ser executados pela própria Administração Pública diretamente, independentemente de autorização dos outros poderes. De acordo com a doutrina majoritária, o atributo da autoexecutoriedade não está presente em todos os atos administrativos, todavia, quando a lei estabelecer ou em casos de urgência. Como exemplo, respectivamente, é possível citar os contratos administrativos (retenção da caução quando houver prejuízo na prestação do serviço pelo particular); e, a demolição de um prédio que coloca em risco a vida das pessoas.

b) **Presunção de veracidade dos atos administrativos:** Os atos administrativos são presumidos verdadeiros e legais até que se prove o contrário. Assim, a Administração não tem o ônus de provar que seus atos são legais e a situação que gerou a necessidade de sua prática realmente existiu, cabendo ao destinatário do ato o encargo de provar que o agente administrativo agiu de forma ilegítima. Este atributo está presente em todos os atos administrativos.

c) **Tipicidade:** É o atributo pelo qual o ato administrativo deve corresponder a figuras previamente definidas pela lei como aptas a produzir determinados efeitos. O presente atributo é uma verdadeira garantia ao particular que impede a Administração de agir absolutamente de forma discricionária. Para tanto, o administrador somente pode exercer sua atividade nos termos estabelecidos na lei. Somente está presente nos atos unilaterais. Não existe tipicidade em atos bilaterais, já que não há imposição de vontade da Administração perante a outra parte. É o caso dos contratos, onde a sua realização depende de aceitação da parte contrária.

d) **Imperatividade:** Os atos administrativos são impostos a todos independentemente da vontade do destinatário. De acordo com Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo (2009), rigorosamente, imperatividade traduz a possibilidade de a administração pública, unilateralmente, criar obrigações para os administrados, ou impor-lhe restrições. Este atributo decorre do poder extroverso do Estado, cuja principal característica é de impor seus atos independentemente da concordância do particular. Basta que o ato exista no mundo jurídico para que produza imperatividade. No entanto, o atributo somente está presente nos atos que impõem ao particular obrigação (comandos administrativos). Há imperatividade, portanto, nos atos de apreensão de alimentos, interdição de estabelecimento etc.

Para exemplificar o que vem sendo exposto, vale apresentar algumas jurisprudências, do Estado de Minas Gerais bem como do Distrito Federal respectivamente, in verbis:

Antecipação de tutela. Requisitos. Ato administrativo. Multa. Procon. 1 - Para antecipação dos efeitos da tutela é indispensável a existência de prova inequívoca, suficiente para convencimento da verossimilhança da alegação, requisito que, inexistente, impede a concessão da medida. 2 - A presunção de legitimidade e veracidade do ato, um dos atributos dos atos administrativos, o torna presumivelmente válido até que prova em contrário demonstre que foi praticado de modo ilegal. 3 - A mera alegação da parte, sem qualquer outra prova, de que a multa administrativa - seguida de eventual inscrição do valor em dívida ativa - será prejudicial às atividades dela não autoriza a suspensão da cobrança da multa, sobretudo se não demonstrada qualquer ilegalidade no procedimento do Procon que ensejou a aplicação da penalidade. 4 - Agravo não provido (TJ-DF - AGI: 20150020305579, Relator: JAIR SOARES, Data de Julgamento: 17/02/2016, 6ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 23/02/2016 . Pág.: 323).

AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - LIMINAR - ART. 7º, INC. III, LEI Nº 12.016/09 - LICITAÇÃO - PREGÃO - REGISTRO DE PREÇOS - ARGUIÇÃO DE NULIDADES - PEDIDO DE SUSPENSÃO DOS ATOS DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - RELEVÂNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO - RISCO DE INEFICÁCIA DA MEDIDA - AUSÊNCIA - DECISÃO MANTIDA. - É da natureza do sistema de registro de preço a facultatividade da contratação e a imprecisão do seu objeto. A propósito, é essa facultatividade que autoriza a Administração contratante a realizar novo certame, mesmo enquanto ainda vigente a ata formalizada anteriormente. - Em tese, a organização do direito de vista, com a estipulação do modo e horário com que ele poderá ser exercido, justifica-se por questões de ordem pragmática, como a condução não tumultuária do processo licitatório. - Os atributos dos atos administrativos, como a presunção de veracidade e legalidade, não os tornam imunes a impugnações e/ou questionamentos (TJ-MG - AI: 10000160920112001 MG, Relator: Kildare Carvalho, Data de Julgamento: 20/07/2017, Câmaras Cíveis / 4ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 21/07/2017).

Fornecimento de energia elétrica. Inversão do ônus da prova. Alteração do medidor. Perícia. Ato administrativo. Presunção de legitimidade e veracidade. 1 - A pessoa jurídica, quando adquire produto ou utiliza serviço como destinatária final, sem a intenção de repassá-lo a terceiro ou utilizá-lo para a produção de outros bens ou serviços, é considerada consumidora. 2 - Ainda que se trate de relação de consumo - onde a inversão do ônus da prova não é automática, mas condicionada à verossimilhança das alegações e à hipossuficiência do consumidor - se não estão presentes os requisitos para inversão, o ônus da prova deve seguir as regras processuais comuns, ditadas pelo art. 333 do CPC. 3 - Constatada violação do medidor de energia elétrica, por meio de laudo pericial, legítima a cobrança da diferença apurada, em revisão de consumo, do usuário do serviço. 4 - A presunção de legitimidade e veracidade do ato, um dos atributos dos atos administrativos, torna o ato presumivelmente válido até que prova em contrário demonstre que foi praticado de modo ilegal. 5 - Apelação não provida (TJ-DF - APC: 20120110790959 DF 0004236-52.2012.8.07.0018, Relator: JAIR SOARES,



Data de Julgamento: 29/10/2014, 6ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 04/11/2014 . Pág.: 393).

Conforme demonstrado nas jurisprudências supracitadas nota-se alguns exemplos em que o Estado impõe através de seus atos administrativos visando atingir o bem principal e o interesse de toda coletividade. O Estado, ainda, conforme estudado no Direito Administrativo, deve observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, com o intuito de alcançar melhorias para o interesse público.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão ao presente artigo, pode-se extrair que o Estado tem por finalidade, administrar, “lato sensu”, todo seu território. Para tanto, é preciso utilizar-se dos atos administrativos que produzirão efeitos imediatos, sempre observando o que dispõe a lei e os regimes públicos.

Tal como a competência, finalidade, forma, motivo, objeto, com o intuito de sempre atender o interesse público. Cabe salientar, ainda, que os atos administrativos possuem atributos, tais como a auto executividade, presunção de veracidade, tipicidade e imperatividade.

Em suma, os atos administrativos têm a principal finalidade de reger a vida em sociedade, procurando sempre atingir os pilares básicos dispostos na Constituição da República Federativa do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, M.; PAULO, V. **Direito Administrativo Descomplicado**. 17. ed. São Paulo: Editora Método, 2009.

BANDEIRA DE MELLO, C. A. **Curso de Direito Administrativo**. 25. ed. 2. tiragem. São Paulo, Malheiros, 2008.

CARVALHO FILHO, J. S. **Manual de Direito Administrativo**. 15. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. 23. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

JUSTEN FILHO, M. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2005.

MARINELA, F. **Direito Administrativo**. 3 ed. Salvador: Editora Jus Podivm, 2007.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 35. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.



EMPREENDEDORISMO CONTÁBIL: OS DESAFIOS DO CONTADOR

Anatalia Sanchez, Maiara O. Anjos, Flávio L. G. Scalco,
e-mail: anatalia_sanchez@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Em um mundo de constantes mudanças tecnológicas, sociais, políticas e profissionais. A permanência e conquista de espaço no mercado de trabalho tem se tornado um grande desafio. O empreendedorismo na contabilidade pode ser considerado uma saída, para que os contadores possam se antecipar as tendências, oportunidades e ameaças. Contribuindo para tomada de decisão e ações cabíveis para enfrentar as dificuldades e adversidades a eles impostas.

A ideia de empreendimento surge na observação, da percepção e análise de atividades, tendências e desenvolvimentos, na cultura, na sociedade, nos hábitos sociais e de consumo. As oportunidades detectadas ou visualizadas, racional ou intuitivamente, das necessidades e das demandas prováveis, atuais e futuras, e necessidades não atendidas definem a ideia do empreendimento (BERNARDI, 2007).

Partindo dessa premissa este trabalho levanta o questionamento de como o empreendedorismo pode influenciar na visão do contador, sua postura profissional e adaptação as mudanças tecnológicas. “Um dos maiores desafios atuais do contador é fazer a diferença para não ser apenas mais um na multidão[...] a verdade é que o perfil profissional ideal para o contador já não é mesmo de outrora.” (TORRES, 2018).

Com base nesse questionamento este trabalho busca subsídios dentro da contabilidade da formação acadêmica, dos profissionais contábeis e dos órgãos regulamentadores, para o pleno exercício profissional.

Buscando demonstrar o novo perfil dos profissionais da contabilidade, o contador empreendedor que está em constante evolução, suas habilidades, espaço no mercado e apresentação dos desafios encontrados para iniciação, continuidade e permanência na profissão contábil, que exige um novo comportamento, visão, comprometimento, para a conquista e permanência em um mercado extremamente competitivo, seletivo e promissor.

2 METODOLOGIA

O presente artigo tem como principal objeto de estudo os empresários proprietários de escritórios de contabilidade da região, compreendendo as cidades de Jaú, Barra Bonita e Igarapu do Tietê. E tem por objetivo demonstrar como as mudanças na contabilidade nos últimos anos vêm alterando a forma de fazer contabilidade, quais as estratégias praticadas pelos profissionais para acompanhar essas mudanças e se manter atuante no mercado, além de verificar qual a opinião a respeito das novas ferramentas que vem surgindo no mercado como a contabilidade digital, prestação de serviços online e sua influência na visão concebida sobre esta ciência até então.

Como fonte de pesquisa primeiramente foi realizado embasamento teórico para compreensão melhor do tema, através de livros, artigos, dissertações além de conteúdo eletrônico. Posteriormente para obtenção de informações e perspectivas dos profissionais atuantes, foi desenvolvido um questionário formulado com 10 (dez) questões de múltipla escolha.

Todo processo de pesquisa está sendo realizado online mediante formulário, onde as empresas escolhidas para o estudo são escritórios da região, da qual receberam o questionário via e-mail. O questionário foi dividido em duas partes, as primeiras questões buscam entender o cenário da empresa, seu tempo de atuação no mercado e a classificação da mesma. A segunda parte levanta questões voltadas ao tema empreendedorismo, perfil do profissional, posicionamento diante das mudanças no mercado, estrutura, tecnologias implementadas, qualificação profissional e opiniões sobre o tema proposto.

O presente estudo ainda está em andamento, no qual pretende-se através de gráficos parciais dos resultados obtidos quantificar as respostas acerca das perspectivas do contador empreendedor.

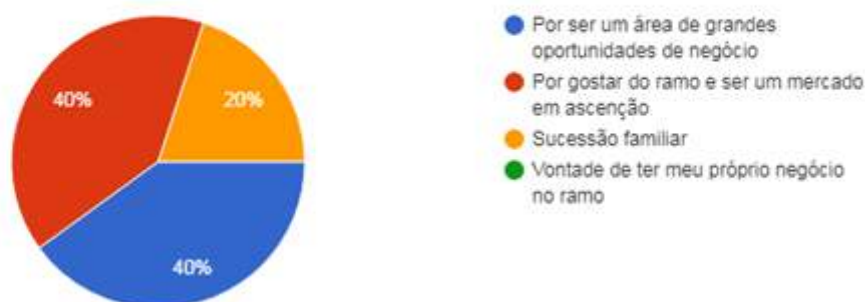
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

É notável que as mudanças nos mais variados segmentos de atuação tem ocorrido com maior velocidade e frequência nos tempos de crise, exigindo dos profissionais envolvidos a capacidade de se reinventar.

Na pesquisa que está em andamento, foi apurado até o presente momento que o ramo é estável visto que os profissionais atuantes em sua maioria estão a mais de 10

anos no mercado. A visão empreendedora do profissional surgiu com a percepção de enxergar a área como uma oportunidade de negócio, assim como a ambição de possuir o próprio empreendimento e em partes por sucessão familiar. Como apresentado no gráfico abaixo:

O que levou você a empreender na área contábil?



É notável a preocupação dos profissionais em se atualizar frente as mudanças, onde 60% dos pesquisados enxergam a contabilidade digital/online como uma oportunidade de ampliação de seu negócio, e não como uma ameaça, e existe sim uma preocupação em investimento na capacitação dos colaboradores, visto que a contabilidade demanda o aperfeiçoamento constante para evolução profissional e atendimento das obrigações cotidianas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contabilidade sempre teve papel fundamental no processo da economia nacional e mundial. A complexidade e o aumento no volume dos negócios fizeram surgir a necessidade de entendimento mais abrangente dos diversos aspectos relacionados as atividades de uma organização e como consequência a obrigação de registros, análise e exames contábeis. O que gera oportunidade de negócio ao profissional contábil que enxerga esta área como promissora e tem buscado se adaptar frente as dificuldades.



REFERÊNCIAS

AZEVEDO, R. F. L. **O profissional da contabilidade**. Desenvolvimento de carreira, percepções e seu papel social. 2. Ed. São Paulo: Senac, 2017.

BERNARDI, L. A. **Manual de empreendedorismo e gestão**. Fundamentos, estratégias e dinâmicas. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TORRES, J. **Profissão de contador: os desafios para 2018 e além. 2018**. Disponível em: <<https://contadores.contaazul.com/blog/profissao-contador>>. Acesso em: 09 maio, 2018.



EMPREENDEDORISMO: UMA VISÃO DE OPORTUNIDADES

Aline Daiana Aleixo, Fabiana Bonfante da Silva, Maria Fernanda Raminelli Guarneri, Paloma de Souza Ramos, Eliomar Borges Furquim, e-mail: ebfjau@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

O ato de empreender é conseguir visualizar oportunidades em um mundo que exige uma busca incessante por inovações, onde as organizações devem estar preparadas para assumir riscos com intenção de obter lucros, crescimento e reconhecimento no mercado.

O sucesso das organizações exige um espírito empreendedor, onde este é capaz de resolver problemas, gerar novas ideias, criar diferentes produtos e serviços, buscar novos meios de satisfazer o cliente e, sobretudo estar sempre a frente dos concorrentes.

Este trabalho tem como objetivo verificar a importância do empreendedorismo para o crescimento e desenvolvimento das empresas e definir o que é empreender.

2 METODOLOGIA

A pesquisa que foi aplicada no desenvolvimento deste trabalho é a descritiva, pois iremos descrever as principais características do empreendedor. As informações coletadas, é de predominância qualitativa. Para auxiliar o desenvolvimento deste estudo, foram realizadas pesquisas bibliográficas, utilizando autores voltados para a área de empreendedorismo, e para complementar será feito o uso de artigos de revistas eletrônicas e diversas pesquisas realizadas na internet.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ser empreendedor significa, acima de tudo, ser um realizador que produz novas ideias através da criatividade e imaginação, já que seguindo esse raciocínio, o SEBRAE (2017), defende a ideia que o empreendedor em geral, é motivado pela auto realização e pelo desejo de assumir responsabilidades a ser independente.

Descreve que atitudes empreendedoras podem estar ligadas à ideia de encontrar soluções para problemas de uma sociedade e proporcionar uma

compreensão maior da importância do empreendedorismo para o desenvolvimento econômico. (DORNELAS, 2016).

Assim Dolabela (2008) afirma que o empreendedorismo deve contribuir para o desenvolvimento econômico, gerando e distribuindo riquezas e benefícios para a sociedade.

A motivação dos empreendedores iniciais pode ocorrer pela necessidade ou oportunidade. Os empreendedores por necessidade decidem empreender por não possuírem melhores alternativas de emprego, propondo se criar um negócio que gere rendimentos, visando basicamente a sua subsistência e de seus familiares. No que concerne aos empreendedores por oportunidade, o Global Entrepreneurship Monitor (GEM) define-os como capazes de identificarem uma chance de negócio ou um nicho de mercado, empreendendo mesmo possuindo alternativas concorrentes de emprego e renda (DORNELAS, 2016).

Mapear o perfil de um empreendedor não é uma tarefa impossível, já que boa parte das características exigidas para esse mercado, se interseccionam entre os autores desse meio.

O empreendedor é quem faz as coisas acontecerem, como observa Idalberto Chiavenato (2004), pois ele reúne aspectos que o impulsionam a concretizar seus planos, como a capacidade de enxergar as oportunidades ao seu redor, sensatez e boa percepção para as finanças e os negócios. Essas posturas permitem que o empreendedor transforme ideias comuns em negócios concretos e bem-sucedidos.

Diante desse contexto, o SEBRAE tem como ferramenta o Empretec, um seminário empenhado a trabalhar o comportamento e habilidades dos participantes, afim de ajudá-los a enfrentarem seus medos e limitações perante aos negócios, ou seja, fazendo com que tenham controle e consciência de suas decisões, que assim possam identificar as oportunidades ao seu redor, já que o Empretec acredita que boa parte do sucesso é devido as atitudes do empreendedor e não somente de suas habilidades (SEBRAE, 2017).

Um empreendedor de sucesso deve ter a capacidade de assumir riscos de maneira calculada, ou seja, ter coragem para cumprir os desafios; de conquistar um novo empreendimento ou a busca por melhores caminhos, por exemplo. Dar ênfase a

expressão calculado, e não encarar esse ato como uma simples aventura, é a maneira de manter os riscos sob controle (FARAH et al., 2008).

O empreendedorismo está em fase de grande expansão, para dar início a um empreendimento é preciso um conhecimento do mercado onde se pretende atuar, fazer diversas pesquisas e análises, traçar um planejamento e estar preparado para enfrentar os desafios. Atualmente, os tipos de empreendedores classificados e mais conhecidos são: o empreendedor informal que é aquele que exerce suas atividades sem possuir registro da atividade realizada, já o empreendedor formal ou individual é o empreendedor informal que se regularizou, adquirindo assim seu registro na Junta Comercial ou se formalizando na Receita Federal, ou seja, este empreendedor agora possui seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Ainda pode-se citar o empreendedor cooperado, o franqueado, o social, o corporativo, o de conhecimento como sendo aquele que utiliza seus conhecimentos para gerar lucros, como exemplo temos o advogado, o dentista, o escritor e outros. O empreendedor de negócio próprio é aquele que assume riscos e tente a ser visionário, não se enquadra no perfil de colaborador de uma organização, por isso arrisca na abertura de novos negócios buscando sua autonomia (DORNELAS, 2018).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que as habilidades empreendedoras resultam da percepção, dedicação e trabalho dessas pessoas extraordinárias, que não deixam as ideias permanecerem somente nos papéis, e sim as colocam em prática fazendo os resultados acontecerem.

Quando se decide empreender é necessário um profundo conhecimento do mercado onde pretende-se atuar, além de um bom planejamento, a fim de se preparar e superar os desafios que encontrarão nesse mercado.

O verdadeiro empreendedor não se deixa abater perante as dificuldades, pois ele consegue enxergar além dos problemas, buscando sempre visões inovadoras para permanecer no mercado, contribuindo para o desenvolvimento econômico do país.



REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor. São Paulo: Atlas, 2004.

DOLABELA, F. **Oficina do empreendedor**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 6. ed. São Paulo: Empreende/Atlas, 2016.

DORNELAS, J. **Introdução ao empreendedorismo**: desenvolvendo habilidades para fazer acontecer. São Paulo: Empreende, 2018.

FARAH, O. et al. **Empreendedorismo estratégico**: criação e gestão de pequenas empresas. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Vantagens para as empresas**. 2017. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae>>. Acesso em: 12 ago. 2018.



ESTRESSE OCUPACIONAL EM ESTUDANTES DE ADMINISTRAÇÃO

Cíntia Valéria dos Santos, Priscila Viegas, Maria Madalena Lazari Kawashima
e-mail: madakawashima@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Segundo Borges e Yamamoto (2004) o conceito de trabalho evoluiu ao longo do tempo, e a cada período histórico foi pensado de forma distinta. As mudanças que ocorreram na economia, na estrutura da sociedade, conseqüentemente traziam uma nova ideia sobre o trabalho, que se tornou mais evidente com o surgimento do capitalismo, caracterizado pelas relações de trabalho entre os donos do capital e os possuidores da força de trabalho. O ponto de partida da produção capitalista foi de acordo com Marx (1983 apud BORGES; YAMAMOTO, 2004 p. 29):

[...] atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo, no mesmo lugar (ou, se se quiser, no mesmo campo de trabalho), para produzir a mesma espécie de mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista [...] (p.257).

O progresso industrial, traz modificações nas formas de trabalho até os dias atuais. De acordo com Organização Mundial da Saúde (2016, n.p.):

O mundo do trabalho atual – dados os desafios do progresso industrial, globalização, desenvolvimento tecnológico e comunicação virtual – nos impõe condições que excedem os limites de nossas habilidades e capacidades. O resultado é o estresse no ambiente de trabalho, que pode causar disfunções físicas, psicológicas e até sociais que prejudicam nossa saúde, minam nossa produtividade e podem afetar até nossas famílias e círculos sociais.

A capacidade física e psíquica dos indivíduos, há algum tempo, vem sendo mais exigida pelo acelerado avanço tecnológico e processos produtivos mais exigentes, decorrentes do intenso processo de industrialização no século XX (BORSOI, 2007). Essas mudanças estão alterando as formas de trabalho e exigências das organizações, o que afeta diretamente o trabalhador, que se sente pressionado, podendo desencadear alguns transtornos mentais, dentre eles o estresse.

Limongi-França (2004) afirma que o ritmo atual mais intenso de trabalho, com a introdução de novas tecnologias e programas de qualidade total, exige cada vez mais dos profissionais, trazendo consequências para a saúde dos mesmos, como por exemplo, o estresse. Em decorrência disso, aumenta-se a preocupação com a qualidade de vida nas empresas.

Os três tipos principais de consequências do estresse são os danos sociais, os físicos e os psicológicos. Os danos sociais estão relacionados a queda no desempenho profissional, ausências no trabalho, acidentes, conflitos domésticos e apatia. Os danos físicos desencadeiam as doenças psicossomáticas, e suas sequelas como as úlceras, alergias, asma, enxaquecas, alcoolismo, disfunções coronarianas e circulatórias. Nos danos psicológicos contam com a instabilidade emocional, a ansiedade, a agressividade, a irritabilidade e a depressão (LIMONGI-FRANÇA; RODRIGUES, 2005).

O interesse na identificação dos estressores organizacionais acontece, pois, essa compreensão sobre as relações entre estresse e trabalho é relacionado não apenas com as preocupações sociais, mas também com interesses econômicos e de mercados mais amplos. O trabalhador saudável e bem integrado ao seu trabalho terá mais chances de desempenhar eficientemente o seu papel junto aos sistemas produtivos. A queda no nível do absenteísmo, no número de licenças médicas ou aposentadorias por doenças e acidentes profissionais, e principalmente manutenção e aumento da produtividade, são alguns objetivos organizacionais que podem ser alcançados com a diminuição do nível de estresse dos trabalhadores (FILGUEIRAS; HIPPERT, 2007).

Partindo dessa explanação o estudo levanta a questão de como o fenômeno estresse afeta a saúde do trabalhador, implicando em seu desempenho profissional, prejudicando a produtividade e conseqüentemente os resultados das organizações.

O objetivo do trabalho é investigar a existência do estresse ocupacional nos estudantes que exercem atividade remunerada do curso de Administração das Faculdades Integradas de Jaú, de acordo com a auto percepção dos mesmos, buscando identificar a área de atuação profissional com maior incidência e seu perfil sócio demográfico.

Essa pesquisa justifica-se pela constatação de que os transtornos mentais são a terceira causa de afastamentos nas empresas do Brasil, conforme os dados apontados

pela Previdência Social no ano de 2017. Por isso, se faz necessário identificar quem são esses trabalhadores, haja vista o problema social existente que afeta a saúde do trabalhador e as organizações.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada no presente trabalho de pesquisa científica, teve como embasamento Gil (2002), e através de definições apontadas no livro o projeto será definido como uma pesquisa descritiva. Segundo Gil (2002, p. 42):

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

Os procedimentos adotados para a coleta de dados, definem dois tipos de delineamentos utilizados para essa pesquisa: o primeiro a pesquisa bibliográfica e o segundo, a pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica foi apresentada para a compreensão do tema abordado. Gil (2002, p. 44) afirma que esse tipo de pesquisa “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” O levantamento bibliográfico preliminar contribuiu para a definição do tema, expondo a possibilidade de pesquisar sobre o estresse ocupacional e também para a formulação do objetivo da pesquisa, que é basicamente investigar a existência do estresse ocupacional nos alunos trabalhadores do curso de Administração das Faculdades Integradas de Jaú.

A base bibliográfica se deu através dos trabalhos de Codo et al (2004), Spector (2005) e Lipp (2014), também artigos online localizados nas bases acadêmicas BVS Psicologia Brasil e Scielo, utilizando as palavras chaves: estresse, estresse ocupacional e qualidade de vida no trabalho.

Para atingir o objetivo da pesquisa foi aplicada pesquisa de campo em 119 estudantes do curso de Administração das Faculdades Integradas de Jaú, utilizando questionário estruturado, composto por 16 questões fechadas com a opção de escolha de apenas uma delas, e 2 questões abertas. Questionário baseado no trabalho do Instituto de Psicologia e Controle do Stress (IPCS) da diretora e fundadora Dra. Marilda

Emmanuel Novaes Lipp, com intuito de identificar o estresse decorrente do trabalho. As demais questões são de caráter sociodemográficos e profissionais que servirão para demonstrar os resultados da pesquisa. Pesquisa de campo para Gil (2002, p. 50):

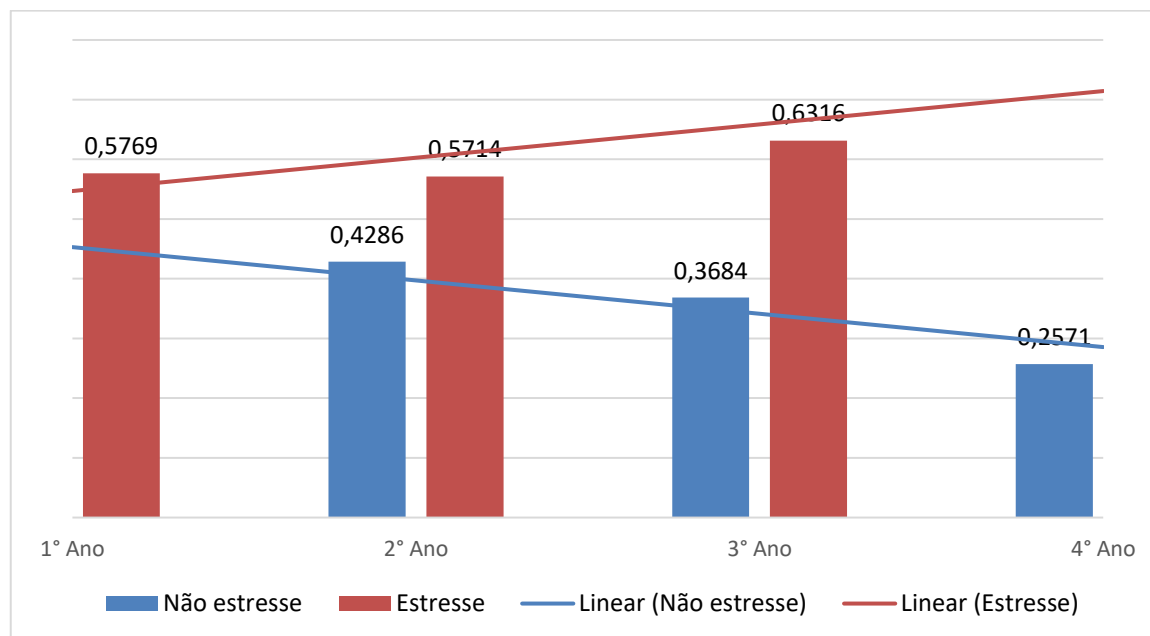
[...] procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética das Faculdades Integradas de Jaú, onde, após a aprovação através do parecer consubstanciado 2.931.061, deu-se início a pesquisa de campo. Os alunos participantes foram convidados à pesquisa e, em concordância, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados apurados apresentam que do total dos estudantes, entrevistados, 94 trabalham, representando 78,99% da amostra.

Figura 1. Incidência do estresse por ano de curso.



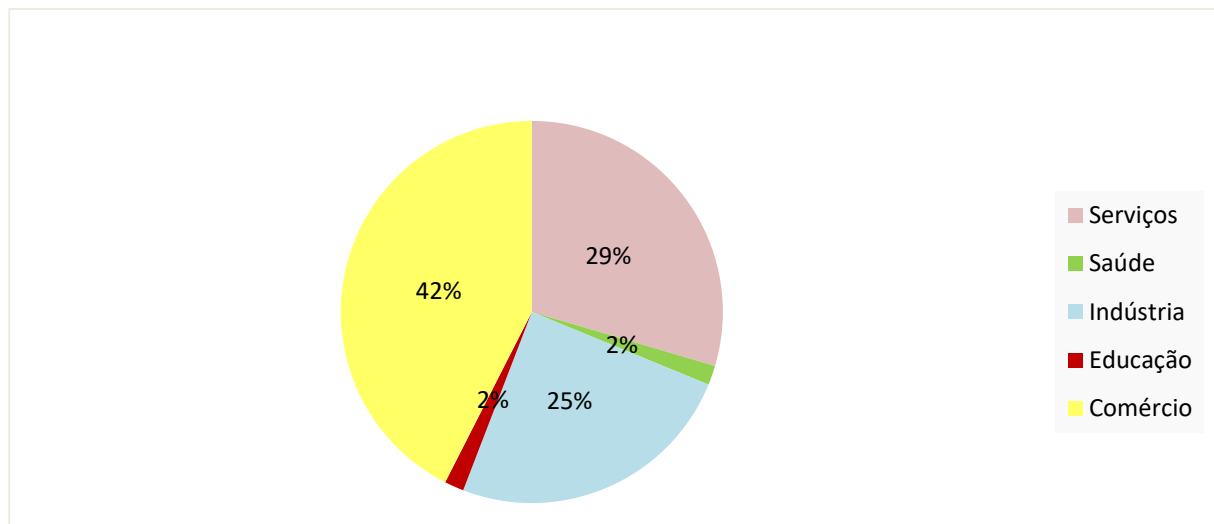
Fonte: ELABORADO PELOS AUTORES (2018).

Desse percentual de alunos trabalhadores, foi identificado que apenas 35,10% não apresentam sinais de estresse, enquanto 64,90% apresentam alguns sinais.

Analisando a incidência do estresse em todos os anos do curso de Administração, a pesquisa apurou que a tendência de alunos identificados com estresse aumenta no decorrer dos anos, assim como aqueles não identificados com estresse, tende a diminuir, conforme demonstra a Figura 1.

No que diz respeito a área de atuação desses estudantes, a pesquisa mostra que o maior percentual de alunos que apresentaram estresse se concentra no Comércio, seguido da área de Serviços e Indústria respectivamente, conforme demonstrado na Figura 2. Sendo que 96,72 % trabalham em empresa privada.

Figura 2. Estresse por área de atuação.



Fonte: ELABORADO PELOS AUTORES (2018).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa identificou a existência do estresse relacionado ao trabalho nos alunos trabalhadores do curso de Administração das Faculdades Integradas de Jaú, confirmando que há agentes estressores no ambiente de trabalho que podem levar ao adoecimento mental, como o estresse, que além de afetar o bem-estar, a saúde física e mental do trabalhador, está entre os principais responsáveis pelo afastamento do trabalho, reduzindo a qualidade de vida e a produtividade das empresas, como apontam os estudos da OMS (2010), Seligman-Silva (2013) e Lipp (2014).

A maioria desses alunos se encontram na fase da resistência, estão no quarto ano, atuam na área do comércio e o tempo de serviço varia de um a cinco anos.

Constatou-se também que há uma evolução da incidência do estresse do primeiro ao quarto ano, mostrando que a tendência é o aumento do percentual de alunos com estresse com o passar dos anos na faculdade. Não dá para fazer uma associação direta com outras variáveis pois não existem estudos nos periódicos pesquisados. Considerando que o combate aos agentes estressores constitui-se um desafio para governo, empresas e a sociedade como um todo, a pesquisa contribui para os estudos de prevenção ao estresse e estudos em saúde ocupacional.

REFERÊNCIAS

BORGES, L. O.; YAMAMOTO, O. H. **O mundo do trabalho**. In: ZANELLI, J. C.;

BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (org.) **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BORSOI, I.C.F. Da relação entre trabalho e saúde à relação entre trabalho e saúde mental. **Psicol. Socied.**, v.19, n.esp., p.103-111, 2007.

CODO, W.; SORATTO, L.; VASQUES-MENEZES, I. **Saúde mental e trabalho**. In:

ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (org.) **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FILGUEIRAS, J. C.; HIPPERT, M. I. S. A polêmica em torno do conceito de estresse. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIMONGI-FRANÇA, A. C. **Qualidade de vida no trabalho - QVT: conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós industrial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LIMONGI-FRANÇA, A. C.; RODRIGUES, Avelino Luiz. **Stress e Trabalho: uma abordagem psicossomática**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2005

LIPP, M. E. N. **O estresse: como lidar com ele**. 2014. Disponível em: <<http://www.estresse.com.br/ipcs-na-midia/bate-papo-com-marilda-lipp-ph-d-em-psicologia-e-especialista-no-estudo-do-stress/>>. Acesso em: 15 maio 2018.

LIPP, M. E. N. **O modelo quadrifásico do stress**. Disponível em: <<http://www.estresse.com.br/publicacoes/o-modelo-quadrifasico-do-stress/>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

LIPP, M. E. N. **O percurso do stress: suas etapas**. Disponível em: <<http://www.estresse.com.br/publicacoes/o-percurso-do-stress-suas-etapas/>>. Acesso em: 25 jul. 2018.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

LIPP, M. Stress: Conceitos Básicos In: LIPP, M.(Org.) Pesquisas Sobre Stress no Brasil: saúde, ocupações e grupos de risco. Papirus/Editora São Paulo, 1996.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Ambientes de trabalho saudáveis:** um modelo para ação: para empregadores, trabalhadores, formuladores de política e profissionais. OMS, tradução do Serviço Social da Indústria. Brasília: SESI/DN, 2010. Disponível em: <http://www.who.int/occupational_health/ambientes_de_trabalho.pdf>. Acesso em: 26 maio 2018.

SPECTOR, P. E. **Saúde e segurança do trabalho.** In SPECTOR, P. E. Psicologia nas organizações. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.



ESTUDO DOS FATORES DE MORTALIDADE DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Bruno H. Oliveira, Douglas J. Ferreira, Eugenio A. T. Filho, Luis F. Domingos,
José A. P. Ribeiro, e-mail: ribeiro.joseaugusto@ig.com.br

1 INTRODUÇÃO

Em tempos de crise é visível a quantidade de pessoas que decidem por empreender, buscando uma independência financeira e também desejando pôr em prática aquele antigo sonho do próprio negócio, porém é também notável a falta de preparo de grande parte destes empreendedores, dos quais vários acabam não realizando um planejamento prévio e acabam passando por dificuldades logo nos primeiros anos de atividade da empresa, chegando até ao fechamento da mesma.

O estudo sobre a mortalidade das micro e pequenas empresas (MPEs) brasileiras é importante para discutir os problemas e as causas dos fechamentos precoces desses negócios, que acabam gerando mais desemprego e falências financeiras, que em muitos casos poderiam ser evitados.

Para o SEBRAE (2016), em um modo geral, os motivos da mortalidade são desde a falta de conhecimento da área de atuação mercadológica até a falta de capital de giro. Esse projeto visa o estudo e análise dos principais motivos, buscando os fundamentos desses erros para apresentá-los, a fim de demonstrar suas possíveis soluções para que sejam evitadas por novos empreendedores.

Com base em estudos já realizados previamente para uma visão detalhada quanto aos fatores que influenciaram na mortalidade e na sobrevivência das empresas, é possível perceber que são direcionados em alguns motivos que obtiveram maior significância nos resultados da pesquisa: inexperiência, incompetência do empreendedor, falta de experiência de campo, falta de experiência profissional, fatores econômicos, lucros insuficientes, juros elevados, perda de mercado, mercado consumidor restrito, nenhuma viabilidade futura, vendas insuficientes, fraca competitividade, recessão econômica, dificuldade de estoques, despesas excessivas, dívidas e cargas demasiadas, negligência, capital insuficiente, clientes insatisfeitos, fraudes, ativos insuficientes.

2 METODOLOGIA

Neste tópico iremos abordar os métodos utilizados para alcançarmos os resultados deste trabalho, apresentando os tipos de pesquisas aplicadas para chegarmos aos materiais apresentados.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de revisão da bibliografia de estudos publicados sobre a mortalidade de pequenas e médias empresas, sendo utilizadas pesquisas explicativas, bibliográficas e exploratórias. A pesquisa explicativa foi utilizada no sentido de apresentar o panorama da gestão das empresas de micro e pequeno porte na atualidade, sendo esse o alvo de todo o trabalho, a forma de pesquisa bibliográfica foi aplicada para fundamentar os assuntos tratados quanto aos métodos de gestão e também estudos já realizados sobre o assunto e exploratória no intuito de mostrar o resultado obtido dos dados quantitativos das empresas pesquisadas, no interesse de apresentar quem são os indivíduos que fazem parte do universo.

As principais bases de dados a serem utilizadas são relatórios do SEBRAE e Jucesp. Na Jucesp serão coletados dados estatísticos e informações mais detalhadas quanto às empresas localizadas na região. Os dados do SEBRAE serão utilizados como indicadores de comparação com as informações colhidas nas regiões estudadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Gestão empresarial é definida como o ato de conduzir, dirigir ou governar de acordo com FERREIRA, REIS e PEREIRA (2000), sendo assim, se faz necessário estudar e explorar conceitos e ferramentas ligados as diversas formas já desenvolvidas de práticas de gestão para as Mpes. Um fato que traz maior relevância para o assunto é a considerável participação destas na economia mundial e nacional, como visto em pesquisas já realizadas por entidades como o SEBRAE, que nos trazem estatísticas de que as Mpes representam 27% do PIB nacional, 52% dos empregos com carteira assinada, 40% dos salários pagos e totalizam cerca de 8,9 milhões de Mpes no país, (SEBRAE, 2014).

Sendo assim, se torna crucial para o empresário que está iniciando seu trajeto na vida empreendedora buscar conceitos aprimorados e se capacitar por meio de estudos já realizados e teorias que orientem os principais caminhos para a gestão das

micro e pequenas empresas. Em um ambiente como o Brasil é visível a entrada de cada vez mais trabalhadores desempregados que utilizam a rescisão recebida em seu último emprego para empreender, seja iniciando seu próprio negócio partindo do zero, ou entrando em franquias já existentes, caracterizando um grande número de novas microempresas. O processo de gestão dessas empresas deve ser tratado de maneira profissional, se baseando nos conceitos já existentes, mas também buscando novas práticas, característica crucial do empreendedorismo.

De acordo com ARANTES (1998), as empresas não somente agentes econômicos, mas sim agentes do progresso e da riqueza social, tendo o objetivo não só de trazer lucros aos seus investidores a fim de trazer a sobrevivência e o crescimento para si própria, mas trazer uma contribuição para a sociedade e ainda assim ser capaz de prover lucros. Conforme descrito pelo autor, o gestor deve compreender que a organização tem essa abordagem social, partindo da premissa que qualquer comunidade necessita da existência de empresas, sejam MPEs ou grandes empresas, para que aja um sustento da população e seja possível o consumo, para isso a consciência do dever social é muito importante.

Quando se fala de gestão, abre-se espaço para uma vasta análise de todos os departamentos essenciais das organizações e as formas de gestão específicas para cada um destes, discutindo conceitos e relevância na forma prática de se gerir uma empresa, com base nisso pode-se rever diversas literaturas que apresentam por meio de estudos de diversos autores, formas gestão direcionadas a esses departamentos da organização.

Atento ao que nos apresenta o SEBRAE, como principal causador de encerramento de atividades a falta de capital de giro pode direcionada a gestão de custos, pois a finalidade de ter uma definição correta e coerente dos custos de uma empresa, vendo de maneira dinâmica e apurada como tratar estes números, porém a gestão dos custos não se prende somente a visão de cálculos e números, deve-se utilizar e aplicar diversos conceitos com a finalidade de maior eficiência e eficácia na gestão da empresa como um todo, segundo WERNKE (2004, pag. 88):

“Um dos desafios da gestão empresarial contemporânea é a consideração de valores não monetários na avaliação do desempenho (historicamente baseada em dados financeiros) e que possibilitam apenas percepções de curto prazo do desempenho das organizações. Assim para apoiar o processo de gestão de empresas é fundamental que existam processos de medição de desempenho

que considerem a perspectiva multidimensional, em decorrência da complexidade inerente.”

Como descrito pelo autor, é indispensável para a empresa que busca resultados satisfatórios na análise de custos buscar indicadores mais abrangentes e que façam jus a complexidade que é a gestão empresarial como um todo, sendo assim é visível novamente a importância da gestão de custos quando se fala em gestão empresarial, sendo a etapa que vai possibilitar uma correta formação de preços, controle quanto aos gastos gerais, tanto despesas, custos, investimentos, perdas ou desperdícios.

Outro fator estudado quando a mortalidade esta a falta de conhecimento da área de atuação mercadológica, essa área podemos gerir e evitar a mortalidade através da gestão mercadológica da empresa, também chamada de gestão de marketing, que consiste basicamente no “processo de planejar e executar a concepção, a determinação do preço, a promoção e a distribuição de ideias, bens e serviços para criar trocas que satisfaçam metas individuais e organizacionais” (Kotler, 2000, p. 30), ou seja, o trabalho do marketing é mais do que fazer a propaganda do produto ou serviço da empresa, ele consiste em todo o processo de planejamento para o sucesso da divulgação do bem ou serviço que a empresa comercializa, saindo do processo de vendas e alcançando outras etapas, como a promoção, posicionamento da marca, criação do valor do produto e da empresa. Sendo assim o marketing se torna uma força de alta relevância para todo o processo da empresa, pois ele tem o poder de conduzir a organização a resultados maiores no processo de venda, construindo um conceito de valor da empresa para o público alvo, agrupando práticas básicas de divulgação e estratégias mais complexas e inovadoras para atingir o nicho pretendido.

Para a execução dessas premissas básicas do marketing é necessária uma capacitação quanto ao assunto para que tenhamos um profissional especialista na área que possa desempenhar com sucesso as devidas estratégias na empresa, quanto a isso (KOTLER E KELLER, 2006, pag. 17) dizem que:

“A tarefa do profissional de marketing é delinear atividades de marketing e montar programas de marketing totalmente integrados para criar, comunicar e entregar valor aos consumidores.”

Complementando esse conceito apresentado temos o marketing interno que tem exatamente a finalidade de formar uma equipe com a motivação e

preparo para realizar um serviço que realmente traga ao cliente final aquilo que a empresa quer passar, que realmente traduzam no seu trabalho todas as estratégias de marketing da empresa. Para a aplicação de todas as premissas e ações de marketing é indispensável que o profissional entenda bem sobre o público alvo que pretende atingir, por meio de estudos das necessidades e demandas a fim de aplicar as ações exatamente de maneira a suprir essas lacunas, como dito por KOTLER E KELLER (2006).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma análise quanto aos fatores de sobrevivência é visível que o planejamento prévio tem alta influência no futuro das empresas, em meio a mais motivos como: um bom planejamento antes da abertura, uma boa gestão de negócios após a abertura, políticas governamentais de apoio aos pequenos negócios, evitar influência de problemas pessoais, melhora da situação econômica do país.

Sendo assim conclui-se que somente com um bom planejamento prévio e estudo quanto ao mercado que se pretende entrar é possível se manter com competitividade e com chances de crescimento no mercado.

REFERÊNCIAS

ARANTES, N. **Sistema de gestão empresarial**: conceitos permanentes na administração de empresas válidas. São Paulo: Atlas, 1994.

FERREIRA, A. A.; REIS, A. C. F.; PEREIRA, M. I. **GESTÃO EMPRESARIAL**: de Taylor aos nossos dias. Evolução e Tendências da Moderna Administração de Empresas. São Paulo: Pioneira, 2000.

Kotler, P. Keller, K. L. **Administração de Marketing**. 12. ed. pág. 17. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

SEBRAE. **Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Trabalho%20Na%20Micro%20e%20Pequena%20Empresa_2013.pdf> Acesso em: 13 out. 2018

SEBRAE. **Desenvolvimento. Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas->



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

empresas-geram-27-do-pib-do-brasil,ad0fc70646467410VgnVCM2000003c74010aRCRD> Acesso em: 13 out. 2018.

SEBRAE. LEI GERAL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Entenda as diferenças entre microempresa, pequena empresa e MEI.** Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-microempresa-pequena-empresa-e-mei,03f5438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>> Acesso em: 13 out. 2018.

WERNKE, R. **Gestão de Custos:** uma abordagem prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

FEMINICÍDIO: A VIOLÊNCIA EXTREMA CONTRA A MULHER

Jéssica L. Oliveira, Perla S. Daniel, email: perlasavana@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como finalidade evidenciar a origem do feminicídio, analisando o comportamento da sociedade em relação ao assunto, as relações de gênero, bem como a sua evolução até os dias atuais.

Primeiramente, o feminicídio se define como a morte violenta da mulher por razões de gênero. Essas mortes podem ser decorrentes de violência doméstica e familiar ou pelo menosprezo ou discriminação da condição do sexo feminino.

Historicamente, a família brasileira tem sua base firmada no patriarcado, onde a figura da mulher é inferiorizada e subordinada ao homem. Diante desse cenário, muitas vezes, o homem para manter sua “honra” violentava e assassinava a mulher, com o argumento da “legítima defesa da honra” era beneficiado quando chegava ao júri.

Diante dessa herança patriarcal, além da impunidade do agressor, a normatividade social disciplinou a sociedade a certa aceitação desses fatos, tornando-os invisíveis e, conseqüentemente, aumentando e agravando os casos de violência contra a mulher.

2 METODOLOGIA

O trabalho foi realizado através de pesquisas em artigos e doutrinas que falam a respeito da violência contra a mulher. Além disso, foi feita a análise de dados coletados pelo Ministério dos Direitos humanos, bem como a fundamentação na evolução histórica contextualizada.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em decorrência da desigualdade de gênero apresentada, a figura feminina tem característica vulnerável, até os dias atuais, na visão social, deixando-a, de certo modo, exposta a violência.

O livro “Diretrizes Nacionais Feminicídio”, traz como exemplo o caso Doca Street e Ângela Diniz. No caso, no ano de 1979, o casal tinha um relacionamento de quatro

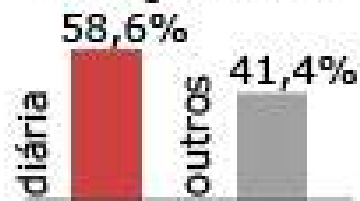
meses que, após uma discussão, chegou ao fim por decisão de Ângela, posteriormente Doca a matou. O acusado foi levado a julgamento e baseou sua defesa no argumento da “legítima defesa da honra”, sustentado que Ângela mantinha um relacionamento homossexual. Em primeira instância, o júri acolheu seus argumentos e Doca foi condenado por apenas dois anos de reclusão.

Segundo dados do Ministério dos Direitos Humanos (MDH - 2018), através do ligue 180, de janeiro a julho de 2018 foram registrados 27 casos de feminicídios e 547 tentativas de feminicídios¹. Dentre as formas de violência estão: violência física, psicológica e moral. O gráfico a seguir mostra dados atuais dos tipos de violências sofridos pelas mulheres, sua frequência e o tipo de agressor².

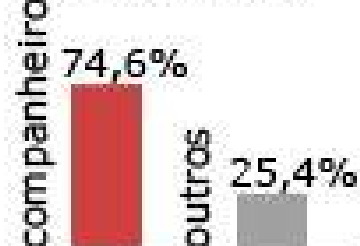
TIPO DE VIOLÊNCIA



FREQUÊNCIA



AGRESSOR



Em respostas as constantes violências e impunidades, grupos feministas viram a solução, ou pelo menos amenização, para as violências nas mudanças legislativas. Essas mudanças fariam com que a sociedade e o Estado começassem a ver que as violências contra as mulheres eram motivadas pelo seu gênero e sua suposta inferioridade.

A princípio, os agressores eram enquadrados no homicídio simples, classificado como a eliminação da vida de uma pessoa praticada por outra (CAPEZ, 2014, p. 21).

¹ Dados disponíveis no site: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/agosto/ligue-180-recebe-e-encaminha-denuncias-de-violencia-contra-as-mulheres>

² <http://projetoescolardeingles.blogspot.com/2015/05/graficos.html>

Porém, isso contribuía para que as mortes violentas de mulheres ficassem sem visibilidade.

Em 2006, foi decretada a lei Maria da Penha, um avanço para os direitos das mulheres. A lei 11.340/2006 traz em seu texto a classificação da violência doméstica e familiar contra a mulher, sustentando em seu artigo 6º que tal violência viola os direitos humanos. No entanto, a lei apresenta característica meramente coercitiva, sem tipificar novas condutas, o que deixa a mulher violentada desamparada ao buscar justiça.

Por fim, a mais atual lei nº 13.104/2015 traz essa característica penal que faltava na lei Maria da Penha. A lei de 2015 enquadra o feminicídio como qualificadora do homicídio, trazendo paradigma para as investigações de mortes violentas contra mulheres. Esta lei faz referência ao feminicídio no artigo 121, §2º, inciso VI, do Código penal Brasileiro, definindo o crime como aquele praticado contra a mulher por razões da condição do sexo feminino.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contudo, embora tenham existido mudanças na legislação, as violências contra mulheres em razão do gênero ainda são expressivas.

A sociedade ainda carrega a tradição e o pensamento de subordinação da mulher ao homem. A evolução desse pensamento torna-se fundamental para o combate desse crime, para que os papéis se invertam e a mulher vítima deixe de ser o objeto da opressão social.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos. **Dados do Ministério dos direitos humanos (MDH)**. 13/08/2018. Disponível em: <<http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/agosto/ligue-180-recebe-e-encaminha-denuncias-de-violencia-contra-as-mulheres>> Acesso em: 10/10/18.

CAPEZ, F. **Curso de Direito Penal 2**. São Paulo: Saraiva, 2014.

PASINATO, W. (Coordenadora-ONU Mulheres/Brasil.) **Diretrizes Nacionais Feminicídio**. Investigar, julgar e processar. Com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. Brasília: 2016. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio.pdf>. Acesso em: 10/10/18.



FORMAÇÃO ACADÊMICA E PARCERIA INSTITUCIONAL: PROJETOS NA JUSTIÇA ELEITORAL³

Rosane Cristina da Silva⁴, Fernando Frederico de Almeida Júnior⁵,
email: Frederico.jau@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Justiça Eleitoral é um órgão de jurisdição especializada que integra o Poder Judiciário e tem por função precípua a organização do processo eleitoral. Seus diferentes órgãos funcionam de forma dinâmica e integrada, o que garante o desempenho de suas funções de maneira uniforme em todo o território nacional.

Na base desta Justiça Especializada encontra-se o juiz eleitoral, cujas atribuições são amparadas e assistidas pelo Cartório Eleitoral, formando o que poderíamos denominar a “comissão de frente” do processo eleitoral. Além das atribuições de caráter jurisdicional, os juízes eleitorais atuam diretamente na organização das eleições, de forma a garantir sua legitimidade e transparência. Assim, é no âmbito dos cartórios eleitorais que ocorre o preparo das urnas eletrônicas, a convocação e o treinamento dos mesários, a votação, a apuração e a transmissão dos resultados e a coibição à prática de propaganda irregular.

Além disso, é no cartório eleitoral que acontece toda movimentação no cadastro dos eleitores, como alistamento, transferência de domicílio eleitoral e emissão de certidões, bem como a atuação e controle dos processos de direitos políticos, dupla filiação, coincidência biométrica, representações, registro de candidatos e prestação de contas, dentre diversas outras atividades. Entretanto, se por um lado a Justiça Eleitoral tem uma atuação bem próxima aos cidadãos, por outro suas funções são desconhecidas ou mal compreendidas em tal medida que provocam um distanciamento

³ Trabalho realizado para apresentação no 15º ENIC das Faculdades Integradas de Jaú, na modalidade Exposição Oral.

⁴ Aluna da graduação do curso de Direito das Faculdades Integradas de Jaú, pós-graduada em Direito Eleitoral pela Rede de Educação Claretiano (2015), MBA em Planejamento e Gestão Estratégica pela Uninter (2014) e graduada em Pedagogia pela USP (2006).

⁵ Pós-doutor em Direito pela Universidade de Coimbra - Portugal (2015), pós-doutor em Direito pela Università degli Studi di Messina - Itália (2013), doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (2006), mestre em Direito pela Universidade de Ribeirão Preto (2002) e graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Bauru - Instituição Toledo de Ensino (1994).

paradoxal, uma ruptura em sua relação com esse mesmo cidadão atendido em sua rotina cartorária.

Mesmo na comunidade científica, notadamente nos cursos de Direito, há uma falta de conhecimento generalizada sobre as atribuições da Justiça Eleitoral e sobre seu papel no universo jurídico, o que se revela nitidamente na parca produção acadêmica sobre temas eleitorais, sendo a maioria dos livros voltada aos moldes dos manuais e dos preparatórios para concursos públicos. Tal realidade, talvez, seja reflexo da peculiaridade da composição dessa Justiça Especializada, que não possui uma magistratura própria, organizada em carreira.

Destarte, a formação de parcerias com as Universidades para a execução de projetos no âmbito da Justiça Eleitoral pode ser utilizada para a aproximação entre esses dois universos que, por sua natureza, deveriam se intersectar e se complementar. Para o Eleitoral, tais parcerias representam uma oportunidade de se fazer conhecer, de divulgar suas ações, de consolidar sua importância e de demonstrar a legitimidade e a transparência do processo eleitoral.

É, igualmente, o caminho para o desenvolvimento de atividades voltadas à comunidade na qual se insere, o que seria impossível de outra forma, face às restrições orçamentárias e humanas. Assim, projetos como o “Simulado de Hardware, Voto e Cidadania”, recentemente realizado pela 241ª Zona Eleitoral de Jaú em parceria com o curso de Direito das Faculdades Integradas de Jaú – FIJ, tornar-se-iam viáveis e contribuiriam para a desmistificação de vários conceitos equivocados sobre o Direito Eleitoral e o sistema de votação eletrônica, bem como propiciariam o aprendizado eficiente das normas eleitorais.

Por outro lado, forneceriam ao estudante de Direito uma nova vertente, um novo caminho possível de ser percorrido, um novo conhecimento que possa conduzi-lo a novas experiências, pois, consoante Mezzaroba & Monteiro (2017, p. 35), “o conhecimento é o resultado de uma relação que se estabelece entre um sujeito que conhece, que podemos chamar de sujeito cognoscente, e um objeto a ser conhecido, o objeto cognoscível.

O conhecimento é a ponte que os liga”. Ainda segundo os autores, “à medida que o sujeito entra em relação com o objeto, ele passa a penetrar em suas características. Quando o sujeito conhece a essência do objeto pode reconstruí-lo

teoricamente e dar-lhe um novo significado” (p. 50). Dessume-se, portanto, que a aquisição do conhecimento é construída, constituindo-se num processo de trocas e envolvimento pessoal.

Nada mais próprio ao estudo das ciências jurídicas que, indubitavelmente, precisa ocorrer no âmbito educacional, mas também nos espaços em que são construídas, materializadas, experimentadas e executadas. De fato, de acordo com Hunger & Lepre (2013), “teoria e prática são conceitos distintos, mas que precisam ser pensados de forma indissociada, visando uma práxis transformadora e emancipadora.

Nesse sentido, torna-se necessário pensar na articulação do conhecimento científico e dos saberes experienciais desde o início da formação”. Logo, aliar o saber acadêmico à prática profissional é fundamental para a boa formação.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho, com alguns registros fotográficos (anexo), teve por base a metodologia do estudo de caso, que de acordo com Mezzaroba & Monteiro (2017, p. 152-153), “requer a delimitação adequada do objeto a ser investigado e também a análise de todas as variáveis que o envolvem”, oportunizando ao investigador o conhecimento dos “aspectos qualitativos que dificilmente seriam revelados com a simples descrição quantitativa do objeto de estudo”.

Dessa forma, estruturou-se nas reflexões obtidas na observação e análise do Projeto “Simulado de Hardware, Voto e Cidadania”, realizado na sede do cartório da 241ª Zona Eleitoral de Jaú em parceria com o curso de Direito das FIJ, em junho do corrente ano. Participaram do projeto alunos dos 3º e 5º anos, os quais realizaram a votação em tempo real no 5º Simulado Nacional de Hardware/2018, promovido pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Durante o simulado, os alunos tiveram a oportunidade de manusear as urnas eletrônicas e conhecer sua estrutura e funcionamento, além de entender a sistemática do voto eletrônico, tendo recebido material explicativo sobre o modelo eletrônico de votos brasileiro e a segurança das urnas eletrônicas.

Infelizmente, a palestra sobre Direito Eleitoral, prevista como peça inaugural do projeto, não pôde ser realizada, em virtude da greve dos caminhoneiros que abalou o país no período. Tal fato também diminuiu o número de participantes para dez

estudantes, inicialmente previsto para vinte. A investigação teve início a partir das informações já existentes sobre a Justiça Eleitoral e sobre o curso de Direito das FIJ, passando então a dialogar com os referenciais teóricos obtidos por meio de pesquisa bibliográfica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como sobredito, não foi possível realizar a palestra sobre Direito Eleitoral que deveria dar início ao projeto, o que trouxe prejuízos significativos aos resultados, uma vez que os alunos da graduação iniciaram a parte prática sem a fundamentação teórica devida.

Foi percebido, entre alguns, que o maior interesse era a aquisição de horas complementares, precipuamente entre os alunos do último ano. Entretanto, tal motivação não representou motivo impeditivo à realização a contento das atividades propostas, tampouco elidiu a oportunidade de manuseio das urnas eletrônicas e o contato com o modelo de votação eletrônica e um pouco da sistemática que envolve o preparo das eleições.

Pelo contrário, pois percebeu-se que, após a realização do projeto, à motivação inicial foi acrescida a curiosidade pela Justiça Eleitoral e pelos trabalhos por ela desenvolvidos. Por sua vez, no contexto do cartório eleitoral foi percebida uma certa ansiedade entre os servidores, felizes por receberem uma “ajuda extra” na realização do Simulado Nacional e ao mesmo tempo receosos de que o projeto não atingisse às expectativas postas.

A falta de experiência entre os servidores e a novidade da realização de um projeto em parceria com uma instituição de ensino superior podem ter interferido de forma negativa em alguns aspectos, como o preparo do ambiente do projeto e a forma de recepção dos estudantes. Contudo, com o decorrer das atividades as dificuldades foram vencidas e o resultado alcançado foi plenamente satisfatório.

Na avaliação do projeto, realizada entre os dez alunos participantes, oito consideraram a organização do evento excelente e dois classificaram-na como boa; seis avaliaram o projeto, de forma geral, como excelente, e quatro como bom. Por outro lado, nove alunos afirmaram ter passado a compreender melhor a importância da cidadania e ter aumentado sua vontade de participar das eleições. Entre os servidores



do cartório, todos foram unânimes em considerar como excelente a participação dos estudantes, solicitando que novas edições do projeto sejam realizadas nos próximos simulados desenvolvidos pelo TSE e em outras atividades.

Finalmente, percebeu-se que, além da avaliação final realizada, as próximas edições do projeto deveriam contar também com um feedback na instituição de ensino, quiçá organizado no formato de discussão entre os participantes em mesa redonda, devidamente mediada por professores e com a participação da Justiça Eleitoral.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo demonstrar a importância da aproximação entre os estudantes de Direito e a Justiça Eleitoral. Se, por um lado, a própria Constituição da República declara que o advogado é “indispensável à administração da justiça”, é a Justiça Eleitoral a guardiã da democracia, base do Estado Democrático de Direito.

De acordo com Temer (2006, p. 227), “o exercício da advocacia é indispensável à preservação dos direitos humanos mínimos e cabe ao advogado a missão pública de tornar possível a distribuição da Justiça”. O autor aduz, ainda, que a própria origem da profissão do advogado “revela sua função pública, à medida que, lexicamente, quer dizer ‘aquele que é chamado’ para esclarecer, buscando a solução mais justa, indicando caminhos e soluções”.

Logo, a vinculação do estudante de direito com a Justiça Eleitoral é, ou ao menos deveria ser, intrínseca, cabendo à universidade a formação de uma consciência jurídica e o despertar para novas posturas frente às questões políticas que envolvem o Direito e a Justiça. Nesse cenário, a força motora do debate deve ser o esclarecimento, um conhecimento mais profundo sobre a Justiça Eleitoral.

Entretanto, isso somente será possível na medida em que a teoria se aproximar da prática. Nos dizeres de Ross (2007, p. 367), “para produzir o conhecimento técnico requerido, a investigação teórica tem que ser organizada, planejada e levada a cabo sob o norteamento dos problemas práticos”.



REFERÊNCIAS

HUNGER, D.; LEPRE, R. M. **Da necessária relação entre teoria e prática na formação acadêmica.** Jornal Unesp. Fórum, março 2013. Disponível em http://www.unesp.br/aci_ses/jornalunesp/acervo/286/forum-dagmar-hunger-rita-melissa. Acesso em: 20 set 2018.

MEZZAROBA, O.; MONTEIRO, C. S. **Manual de metodologia da pesquisa no direito.** 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

ROSS, A. **Direito e Justiça.** Tradução Edson Bini. 2ª ed. Bauru/SP: EDIPRO, 2007.

TEMER, M. **Democracia e cidadania.** São Paulo: Malheiros, 2006.



FOTOLIVRO: AMOR EM FORMA DE FOCINHO

Laís Mirella Moraes Monteiro, Danilo Brancalhão Berbel
e-mail: laismmmonteiro@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a causa animal ganhou mais adeptos, surgindo associações e ONGs de proteção de animais em metrópoles e cidades do interior. Em pequenas cidades no interior de São Paulo, como Jaú, por exemplo, grupos de voluntários se uniram e criaram a Apaja (Associação Protetora dos Animais de Jaú) na década de 1990.

A Apaja é uma entidade sem fins lucrativos, considerada de utilidade pública. Assim como diversas ONGs protetoras a Apaja, tenta reverter o problema de animais abandonados, buscando como solução a castração e a adoção responsável. Os voluntários resgatam os animais da rua ou de situações de perigo e, por meio da associação, encaminham para atendimento veterinário. Depois, são levados a um lar temporário, como a casa de voluntário, onde aguardará uma adoção.

Considerado uma especialização do jornalismo, o fotojornalismo é um recorte da realidade em que, através das imagens, o jornalista transmite as informações de um acontecimento ou fato. Para Souza (2002), são consideradas fotografias jornalísticas aquelas que possuem valor jornalístico, ou seja, o que tem valor notícia.

Para a construção do fotolivro, foram selecionadas fotografias informativas, graficamente atraentes e emotivas, por serem capazes de explicar o fato e ao mesmo tempo fazer com que o leitor tenha algum sentimento e empatia pela situação. Para Kobre (2011), algumas imagens capturam a emoção da pessoa, como em momentos em que se expressam rindo ou chorando. Isso faz com que o espectador se envolva e também sinta tais emoções.

Na composição da fotografia foi utilizada a regra dos terços, com abordagem predominantemente features de animais, por retratar situações, expressão de sentimentos e comportamentos próprios. “Trata-se, sim, de imagens representativas de situações cômicas ou ternas vividas por animais. Trata-se de imagens que sensibilizam as pessoas, que lhes despertam o riso ou a ternura.” (SOUZA, 2002, p.117).

A relação entre o homem e o animal se transformou conforme o tempo, de períodos a culturas diferentes. Se na Antiguidade os animais eram venerados e tratados como sagrados, na Idade Média isso se modificou. Neste período, a Igreja Católica associou cães e gatos a bruxas e lobisomens.

Somente no século XIX que as pessoas começam a se preocupar com a questão ética da utilização de animais em experiências e, a partir daí, surgiram as primeiras iniciativas em relação à proteção animal. Dowell (2008) acredita que, apesar das práticas de exploração e extermínio massivos dos animais nas últimas décadas, uma nova visão começa a nascer na nossa cultura.

No Brasil, a UIPA foi pioneira em relação a proteção animal. Ela conseguiu propor e aprovar uma das primeiras leis que proibia o abuso e maus tratos aos animais em geral. De acordo com Almeida (2011), em 1970 surgiu um grande número de manifestações em prol dos animais, como passeatas e protestos contra a utilização de animais em pesquisas, contra a prática de caça e criação de animais em laboratórios e criadouros. Um fato importante na história dos animais aconteceu em 1978, quando a Organização das Nações Unidas para Educação Ciências e Cultura (UNESCO) proclamou a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, reconhecendo o valor da vida de todo ser vivo, respeitando a integridade dos animais.

Segundo Caetano (2010), surgiu nas últimas décadas um crescente interesse científico pelo estudo da relação entre homem e animal, tendo em vista seu potencial terapêutico. Hoje existem terapias alternativas, nas quais profissionais da saúde utilizam animais para promover o desenvolvimento físico, psíquico, cognitivo e social de pacientes. A mais conhecida entre elas é a Terapia Assistida por Animais (TAA), que se dá pela interação entre pessoas e animais, que visa melhorar a qualidade de vida de pessoas com deficiências físicas, sensoriais, mentais e motoras, segundo Abellán (2009).

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram realizadas entrevistas em profundidade para o conhecimento maior sobre o tema, com voluntários da Apaja e adotantes, que vivenciam esta realidade diariamente. Para Gil (2008), a entrevista é uma técnica de investigação em que são feitas perguntas, com o objetivo de obtenção

dos dados que interessam à investigação, em que parte busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte da informação.

As entrevistas, na maioria das vezes, são feitas individualmente, sendo classificadas como abertas, semiabertas e fechadas. No trabalho foram utilizadas entrevistas semiabertas. De acordo com Duarte (2008), as entrevistas semiabertas são feitas por meio de uma lista de questões, na qual o entrevistador explora o máximo de cada resposta, para que as perguntas gerais possam dar origem às específicas.

Em busca de conhecer e entender melhor como são realizadas as feiras de adoções e os eventos realizados por voluntários que atuam em uma associação, foi acompanhado o trabalho de voluntários da Apaja de abril a outubro de 2018.

A escolha do título “Amor em forma de focinho” representa a troca de afeto e a relação de amizade entre os seres humanos e os animais, muito pertinente aos temas escolhidos na composição do fotolivro. As fotografias foram selecionadas de forma que transmitam as realidades vividas pelos personagens do fotolivro, para que assim tragam uma reflexão e maior compreensão sobre a dedicação de voluntários e adotantes para com os animais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O livro aborda a importância do trabalho realizado por voluntários da causa animal que resgatam e cuidam de animais que foram abandonados. Tem como objetivo incentivar a adoção de animais e conscientizar a respeito dos prejuízos de seu abandono. O primeiro capítulo trata das feiras de adoção de animais realizadas por voluntários da Apaja. As feiras acontecem geralmente aos sábados, cada semana ocorre em um local diferente, muitas vezes em casas de ração, onde proprietários dessas lojas oferecem um espaço para expor os animais.

Um dos pontos mais relevantes é a entrevista com o adotante realizada por Daniela, em que são explicadas todas as informações para que não haja nenhuma dúvida sobre o termo de adoção, que fica na responsabilidade da advogada e voluntária Natália Stefanie Paschoalini, de 28 anos. Se por acaso o adotante não cumprir com as normas do termo, como estar com a vacinação do animal em dia e encaminhar para castrar, se for o caso, ele tem de pagar uma multa de R\$ 500.

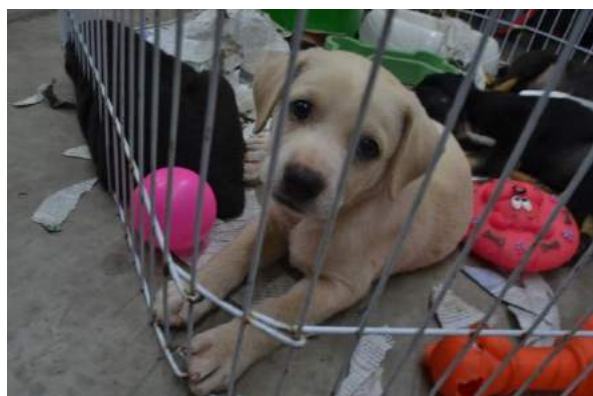


Foto 1 – Filhotes de cachorro são apresentados em feiras de adoção em casas de ração.

Foto 2 – A entrevista é a parte mais importante no processo de adoção e o adotante se responsabiliza pelo animal, assinando um termo de compromisso.

No segundo capítulo é apresentado um evento realizado pela Apaja para conseguir fundos para manter os animais resgatados. Parte do dinheiro arrecadado foi para pagar veterinários, remédios e rações. No mês de abril de 2018, nos dias 7 e 8, aconteceu o III Flash Pet Day, no prédio do antigo supermercado Santo Antônio, localizado na Avenida do Café, 250.



Foto 3 - Cartazes com fotos de animais para adoção resgatados pela Apaja e ao lado o tatuador Fabrício Colodiano trabalhando gratuitamente pela causa animal.

O evento de tatuagem artística reuniu tatuadores de toda a região com o objetivo de arrecadar fundos para a associação. As tatuagens custavam R\$ 100, por lá

passaram cerca de 300 pessoas, a associação arrecadou aproximadamente 10 mil reais em dinheiro e todo o valor foi revertido para os animais resgatados pela Apaja.

O terceiro capítulo é sobre a voluntária da causa animal, Andréia Cristina Güther Sgarbi, e seu amor por animais, em especial pelos felinos. “Desde criança, tive animais e meu amor por eles começou nessa época. Minha casa tinha um quintal grande e por isso tínhamos muitos animais, chegamos a ter mais de 20 gatos, além de galinhas, periquito, peixe e porquinho da Índia. Era quase um zoológico.” (SGARBI, 2018).

Em relação aos animais abandonados e ao papel da população, Andréia acredita que falta muito. “Tudo começa com conscientização da população e castração, para começarmos a ter uma melhora a longo prazo. Isso deve ter início em casa, pois é em casa que começa a educação de um ser humano, depois ser complementada na escola, com projetos específicos para esse fim.” (SGARBI, 2018).

Para Andréia a responsabilidade pelos animais abandonados nas ruas de sua cidade é do Poder Público. “Deveria ter um trabalho mais elaborado, resgatando animais que precisem de socorro, fazendo valer a lei nos casos de abandono, realizando castração em massa para que futuramente não tenham mais tantos animais sofrendo nas ruas.” (SGARBI, 2018).

O quarto capítulo trata da história da presidente da Apaja, Danielle Nogueira Raimundo, que possui 10 cães adotados, entre eles dois deficientes. Danielle diz que sempre ajudava a animais abandonados por conta própria, até que ao adotar duas filhotes da Apaja, se tornou voluntária. Segundo Danielle, todos seus cães têm uma história de adoção especial, porém os dois que mais marcaram sua vida foram o Gui e a Sofia por serem animais com deficiência. O primeiro foi adotado ainda filhote. “O Gui eu acolhi em casa como lar temporário e no meio da estadia eu descobri que ele estava com cinomose (uma doença que pode atacar o sistema neurológico e até levar a morte).” (RAIMUNDO, 2018).

Ela lembra que a adoção da Sofia foi mais complicada, por se tratar de uma denúncia de maus-tratos. “A Sofia eu conheci através de uma denúncia feita no Facebook da Apaja. Pedi para outro voluntário ir comigo até a casa dela em Bocaina. Chegando lá, vi aquela cachorrinha linda e paraplégica se arrastando pelo barro. Ela não sabia comer direito e se afogava para beber água. A mãe de Sofia contraiu cinomose quando estava grávida e os bebês já nasceram doentes. A mãe e os outros

irmãos morreram, a Sofia foi a única que sobreviveu e a família não queria mais ela por ser deficiente.” (RAIMUNDO, 2018).



Foto 5 - Danielle Nogueira Raimundo com seus cães Sofia e Gui. Animais com deficiência são mais difíceis de serem adotados por causa de sua condição.

O quinto capítulo é destinado à história da voluntária Mônica Aparecida Cossia, que se dedica há mais de 25 anos aos animais abandonados. “Minha casa é como se fosse um pronto socorro para animais”, afirma. “O que me cansa não é cuidar dos animais que eu resgato, mas sim o descarte, as pessoas tratam os animais como lixo.” (COSSIA, 2018).

O sexto capítulo é sobre a relação de amizade de Guilherme Lopes Martins e a cachorra Mel que ajuda no tratamento de sua doença. Guilherme, de 5 anos, tem autismo em grau leve. Sua mãe Neusa acredita que desde que adotou a cachorra Mel, os comportamentos de seus filhos mudaram. “O contato com a mel tem ajudado não só o Guilherme a ser mais desinibido, como também contribuiu para que o Luís Fernando, meu filho mais velho, ficasse mais cuidadoso, ele se preocupa muito com ela.” (MARTINS, 2018).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tem muito a contribuir para que sociedade compreenda que todos os animais merecem respeito e cuidados. Por meio da história, podemos aprender que os animais domésticos por muitas vezes passaram por percalços, de animais

adorados, muitas vezes são sacrificados. Até chegarmos a estudos, nos quais os animais podem ajudar pessoas com deficiências físicas e intelectuais.

A fotografia consegue fazer com que a pessoa se sensibilize, visto que uma imagem gera sentimentos e provoca reflexões sobre assuntos importantes. Mais do que isso, a fotografia tem poder de comunicar e persuadir as pessoas sobre a causa animal para que assim elas se conscientizem a respeito dos animais abandonados.

REFERÊNCIAS

ABELLÁN, R. M. Atención a la diversidad y terapia assistida por animales. **Revista Educación Inclusiva** 2, 2009.

ALMEIDA, E. H. P. **Maus tratos contra animais**. Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC, Barbacena, 2011.

CAETANO, E. C. S. **As contribuições da taa** – terapia assistida por animais à psicologia. Criciúma, junho de 2010.

COSSIA, M. A.: depoimento [6 de outubro de 2018]. Entrevistadora L. Monteiro. Jaú-SP, 2018. **Entrevista concedida ao Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo da Faculdades Integradas de Jaú.**

DUARTE, J.; BARROS, A. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2ed. – 2. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.

DOWELL, B. M. Pensar o animal. **Revista Brasileira de Direito Animal**. Salvador: Editora Evolução, a. 3, n. 04, jan./dez. 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KOBRE, K. **Fotojornalismo: uma abordagem profissional**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MARTINS, N. L.: depoimento [22 de setembro de 2018]. Entrevistadora L. Monteiro. Jaú-SP, 2018. **Entrevista concedida ao Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo da Faculdades Integradas de Jaú.**

RAIMUNDO, D. N.: depoimento [17 de julho de 2018]. Entrevistadora L. Monteiro. Jaú-SP, 2018. **Entrevista concedida ao Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo da Faculdades Integradas de Jaú.**

SGARBI, A. C. G.: depoimento [25 de julho de 2018]. Entrevistadora L. Monteiro. Jaú-SP, 2018. **Entrevista concedida ao Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo da Faculdades Integradas de Jaú.**



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

SOUSA, J. P. **Fotojornalismo:** Introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa. Florianópolis, SC: Letras Contemporâneas, 2002.

GESTÃO FEMININA NO RAMO INDUSTRIAL

Amanda P. Bessa, Anismeri F. Melo, Felipe Pultrini, Kassiane S. C. Rosalin,
Solimar G. Messias Bonjardim, e-mail: anismeri_melo@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A mulher e seu papel no mundo do trabalho sofreram diversas transformações, principalmente no ramo industrial. Antigamente, os homens eram os provedores da família, e as mulheres eram vistas como responsáveis pela família, um “ser procriador”. Esse papel revoltou diversas mulheres e incitaram-nas a pensar em seu lugar. A luta feminina ficou conhecida mundialmente após a Revolução Industrial, quando começaram a ter voz perante a sociedade, pois até então eram apenas consideradas mão-de-obra barata e trabalhavam em situações precárias e desumanas.

Ao transcorrer do tempo, o público feminino alcançou o âmbito profissional, ganhando espaço e crescendo dentro das organizações, mesmo com todas as dificuldades e preconceitos quanto as diferenciações de gênero.

Atualmente, as mulheres deixaram de ser consideradas “do lar”, passando a ser comandante de sua vida e de sua família; conciliando seu trabalho, muitas vezes em triplas jornadas. Com os objetivos traçados, atingiram as presidências organizacionais e governamentais, levando para o mercado de trabalho, toda a delicadeza e empoderamento feminino. Toda as conquistas e evoluções da mulher são possíveis observar através do aumento da mesma no ambiente organizacional. Mesmo desfavorecida, busca constantemente evolução pessoal quanto profissional, sendo que se destaca quanto a formação acadêmica, pois tem maior nível se comparado ao homem. A evolução da mulher tem longo caminho a percorrer, entretanto cada vez mais ganha força e motivação para alcançar a desejada satisfação.

O interesse dessa pesquisa é compreender a evolução da inserção feminina no mercado de trabalho e identificar as qualidades e melhorias causadas pela gestão feminina, tendo como base as empresas do ramo industrial. Diante disso, o objetivo dessa discussão é analisar a inclusão da mulher no mercado de trabalho e identificar características e vantagens das mesmas na gestão das organizações industriais.

2 METODOLOGIA

Este estudo é uma pesquisa descritiva e qualitativa que utiliza dados primários e secundários. Tendo como metodologia a apresentação da inserção e evolução feminina no ramo industrial, dando ênfase em sua gestão. Compilando dados de como era sua participação na Revolução Industrial e suas conquistas realizadas até hoje.

Os métodos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa consistiram na busca de informações bibliográficas, ou seja, em livros, artigos, teses, internet e através de jornais e revistas, que mostraram a história da mulher e sua inserção no mercado de trabalho, desde a Revolução industrial até os dias atuais. Além de entrevistas e pesquisas descritivas, exploratória com profissionais do ramo industrial, que atuam na região geográfica de Jaú, sendo o método de coleta de informações autorizado previamente pelo Comitê de Ética da instituição.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

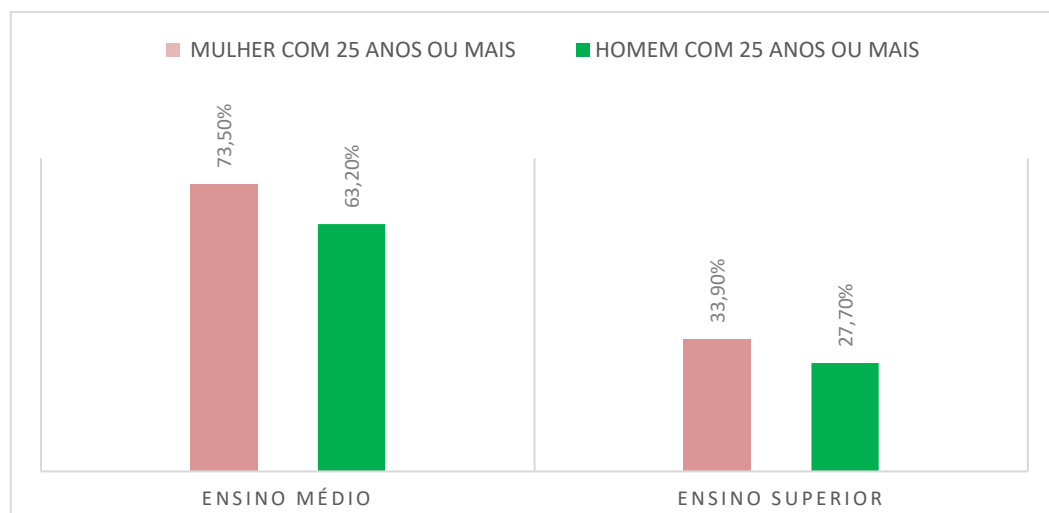
As mulheres, antigamente, no seu nascimento eram criadas para casar, ter filhos, cuidar da casa e servir o marido. A cultura passada para as mesmas era tão forte que falhar no objetivo de casar e ter filhos causava frustração e muitas vezes depressão. A falha não era apenas dela, como também da família, a qual a tomava como um peso, motivo de vergonha e frustração (COULANGES, 2007).

Com a industrialização, urbanização, transformações no mundo do trabalho e reestruturação familiar, esse contexto pouco a pouco foi se modificando, tornando-se necessário o trabalho remunerado feminino. Assim, no período da Revolução Industrial (1840-1870), ficou visível a sujeição da mulher em situações menos favorecidas. A partir da tomada de consciência ela começam a lutar por seus direitos. A mulher de acordo com Ribeiro (2018) com o passar do tempo foi ganhando espaço perante a sociedade, e isso fez com que suas responsabilidades aumentassem, pois não deixou de realizar as tarefas que já eram de sua competência, passou apenas a agregar mais funções, e toda essa evolução levou às duplas ou triplas jornadas, conciliando trabalho, serviços domésticos e estudos.

Nos dias atuais, pode-se verificar que a inserção da mulher na sociedade ganha força a cada dia. E, no âmbito empresarial, a mulher começa a ter voz ativa, e torna-se concorrente ao cargo de gerência. Mesmo com toda a desigualdade em relação aos

sexos feminino e masculino, a mulher busca constantemente evoluir, sendo que a busca pela igualdade se torna cada vez maior, e a formação acadêmica a prepara para alcançar esse objetivo. Nesse sentido, conforme verificado na Figura 01, a taxa de mulheres que cursavam o ensino médio, levando em consideração a “Taxa de frequência escolar líquida ajustada no ensino médio” é superior a masculina, cerca de 73,5% de mulheres, contra 63,2% dos homens. Entrando no período do ensino superior, 27,7% dos homens com 25 anos ou mais, já haviam concluído o ensino superior, se comparado as mulheres mais uma vez a gênero feminino apresenta melhores resultados, sendo 33,9 % da população feminina com 25 anos ou mais, possuíam ao menos uma graduação. Conforme analisado no gráfico o gênero feminino busca maior desenvolvimento acadêmico, porém encontra-se em desvantagem no mercado de trabalho.

Figura 01 – Nível de Escolaridade da população de acordo com o gênero.



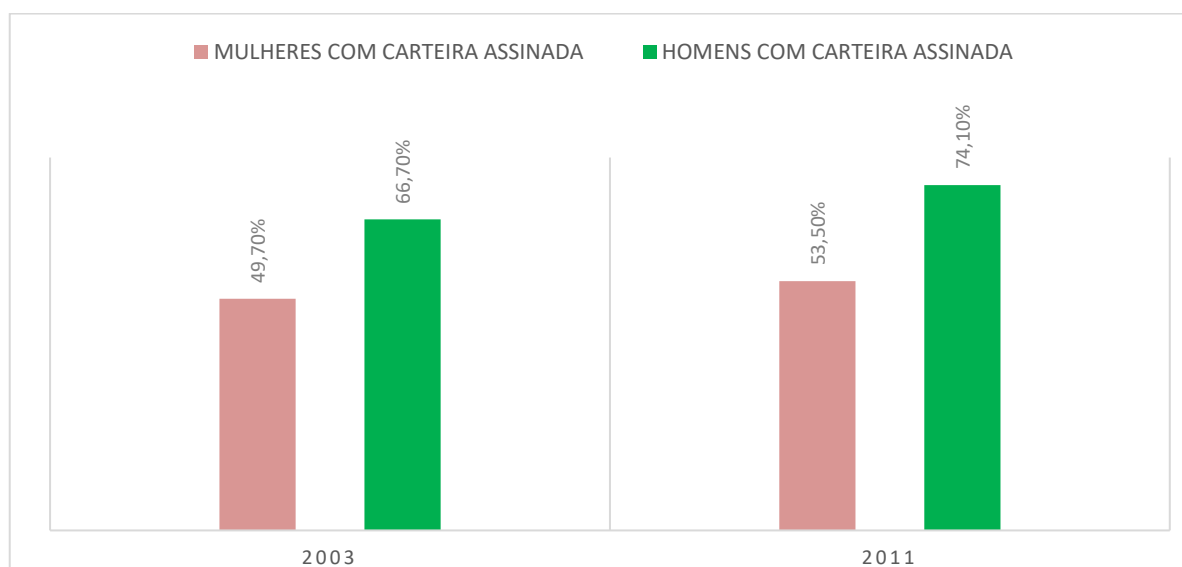
Fonte: Dados do IBGE (2016), organizado pelos autores.

Todavia, apesar do maior desenvolvimento acadêmico, a mulher ainda é minoria no mercado de trabalho, e estas diferenças aumentam quando relacionadas as empresas do ramo industrial. Este ambiente tem como características empregados do gênero masculino. Direcionando estes levantamentos para o ramo industrial, conforme Figura 02, a diferença de gênero pode ser vista através do levantamento realizado entre 2003 e 2011, analisando as pessoas que atuam em indústrias, sendo elas ocupadas com carteira de trabalho assinada, a ocupação feminina passou de 49,7%

para 53,5%, e os homens de 66,7% à 74,1%. Por mais avanço que a mulher tenha tido, existe uma grande porcentagem para que essa proporção seja igualada.

Neste ramo o predomínio é masculino, porém a mulher vem encontrando meios para ser inseridas neste ambiente, através dos estudos e perseverança o ramo industrial vem tornando-se também um ambiente feminino.

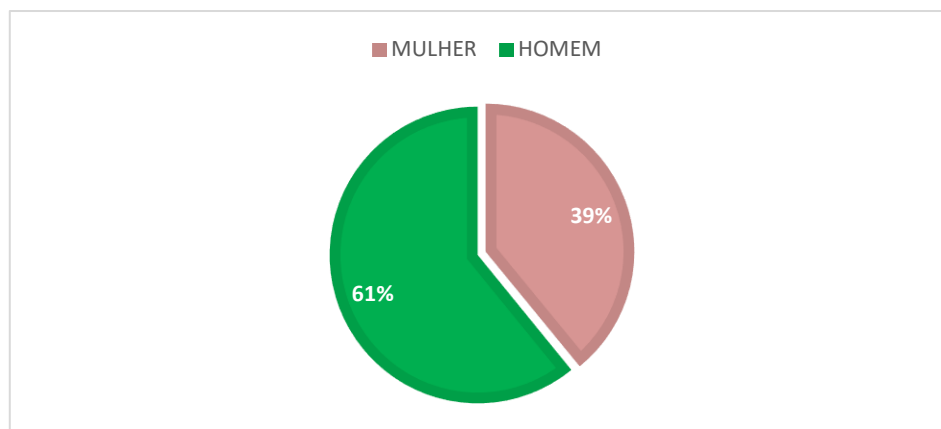
Figura 02 - População ocupada com carteira assinada, no ramo industrial, segundo o gênero.



Fonte: Dados do IBGE (2012), organizado pelos autores.

Tendo este trabalho como foco analisar o desenvolvimento da mulher em cargos de gestão, pode-se verificar através da Figura 03, que o ambiente gerencial ainda é dominado pelo homem sendo ele cerca de 22% a mais que a mulher.

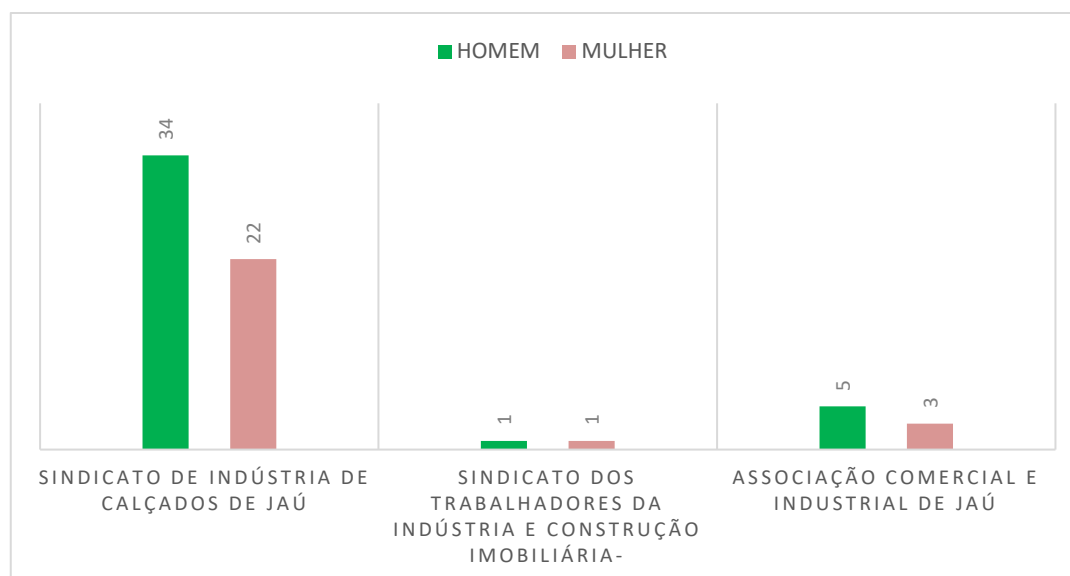
Figura 03- Cargo de Gerência por sexo.



Fonte: Dados do IBGE (2016), organizado pelos autores.

Levando este levantamento para a cidade de Jaú-SP, foram realizados levantamentos de dados através dos sindicatos industriais. Ao todo foram analisados três sindicatos, sendo: Sindicato da Indústria de Calçados de Jaú, tendo ele cinquenta e seis empresas; Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Construção Imobiliária, com 2 empresas; Associação Comercial e Industrial de Jaú com 8 empresas. As informações coletadas foram de total consentimento e aprovação das empresas envolvidas, sendo que um dos sindicatos optou por não liberar os dados de seus associados.

Figura 04- Distribuição dos cargos de gestão de acordo com o sexo, em Jaú- SP.



Fonte: Trabalho de campo – 2018.

Conforme analisado na Figura 04, a gestão feminina na cidade de Jaú possui um considerável espaço. Essas percepções estão em concordância com o que tem sido observado por diversos autores. De acordo com Reis et al. (2013), há um crescimento do número de mulheres que estão conquistando cargos de direção nas organizações. Segundo Paula (2013), observa-se um aumento da presença feminina nos cargos de chefia acompanhado de um baixo percentual desta participação quando comparada a presença masculina. Isso ocorre, conforme a autora, devido as mulheres ainda enfrentarem dificuldades para ocupar cargos de decisão, provavelmente devido a antigos estereótipos sobre a identidade masculina e feminina.

Esses avanços femininos foram conquistados através de grandes esforços da mulher, lutando pelos seus direitos e deveres. Muitas dessas revolucionárias acabaram sendo mortas, por buscar a igualdade de gênero. Graças a esses esforços hoje a mulher tem direito aos estudos, ao voto, ao trabalho e possui voz ativa perante a sociedade. Toda essa evolução da mulher, perpetua até os dias atuais, pois busca por exemplo o direito de igualdade salarial, que atualmente vem diminuindo as organizações que diferenciam por gênero. E essa diminuição é fruto da constante busca pelo desenvolvimento pessoal e profissional, sendo que o nível de escolaridade tanto colegial, quanto ensino superior, a mulher lidera com maior número de formação.

Para a mulher conquistar o cargo de gestora teve que se adaptar e adaptar a empresa, e batalhar para que as mudanças sejam inseridas. Pois com uma visão mais ampla, a gestora consegue verificar todas as situações que a cercavam, analisando desde as máquinas até o colaborador que a conduzia. Essas mudanças, agregaram e muito no desenvolvimento de empresas. As características femininas antes vistas como fraqueza por serem mais sensíveis e delicadas, sendo considerada o “sexo frágil”, passaram a ser usada como arma competitiva no âmbito empresarial contemporâneo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, após longos esforços as mulheres conseguiram inserir-se no mercado de trabalho, porém ainda em menor número do que os homens. Mesmo a mulher buscando mais conhecimento, o preconceito e cultura patriarcal faziam com que o homem sobressaísse em diversas atividades. Com o passar do tempo, o gênero feminino foi ganhando seu espaço e tendo direito a concorrer pelos cargos de gestão.

Assim, os cargos de gestão das organizações tinham antigamente como característica o gênero masculino, hoje esse já é uma realidade na vida de muitas mulheres.

Nesse contexto, com os levantamentos históricos, dados estatísticos e depoimentos em desenvolvimento, até o momento é possível observar que todo o desenvolvimento feminino, vem acompanhado de duras repressões. Toda a análise histórica, mostra o duro processo para mudar a cultura patriarcal que a sociedade vivia. De acordo com os levantamentos estatísticos, pode se verificar a predominância masculina nas empresas e principalmente nos cargos de gestão. Se comparado ao passado, a mulher teve um considerável crescimento no âmbito empresarial, porém existe um longo caminho até alcançar a igualdade de gênero. Ao finalizar a coleta de depoimentos de gestoras que atuaram e atuam na gestão das empresas do ramo industrial da região, será realizado uma análise com os pontos fortes e fracos da gestão feminina, mostrando as maiores dificuldades enfrentadas pela mulher nesse universo, ainda, predominantemente masculino.

REFERÊNCIAS

COULANGES, F. **A cidade antiga**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego – PME, 2011 - Mulher no Mercado de Trabalho: Perguntas e Respostas**, 2012. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf>. Acesso em: 07 out. 2018.

IBGE. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Mensal de Emprego**, 2016 – Estatísticas de Gênero, Indicadores sociais das mulheres no Brasil, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf>. Acesso em: 07 out. 2018.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais – SIS, 2017 – Tabelas**, 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 07 out. 2018.

PAULA, A. B. **A Participação de Mulheres em Cargos de Chefia**. 2013. 36 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Departamento de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

REIS, P. N. C. et al. **A Participação Feminina na Gestão Empresarial no Século XXI: um Estudo de Caso na Empresa Magazine Luiza**. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

GESTÃO E TECNOLOGIA, 10., 2013, Resende. **Anais**. Resende: Abepro, 2013. p. 1 - 16.

RIBEIRO, P. S. "**O papel da mulher na sociedade**"; Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/o-papel-mulher-na-sociedade.htm>>. Acesso em: 05 de Ago. de 2018.



INCLUSÃO DO DEFICIENTE FÍSICO NO MERCADO DE TRABALHO

Ana Elisa G. Neves, Jefferson Reale, Marcio A. Yeste, Taynara C. Santos,
Solimar G. M. Bonjardim, e-mail: aengastaldi@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A dificuldade encontrada por parte dos deficientes no ambiente trabalhista, levanta muitos questionamentos sobre o assunto, despertou a curiosidade de ir em busca de respostas para os problemas de inclusão do deficiente no mercado de trabalho, as cotas para os mesmos, o ponto de vista do portador e da empresa, e por fim, a dificuldade que ambos sofrem desde a procura até a relação final com o novo funcionário.

A partir dos questionamentos, o trabalho busca de compreender os dois lados da pesquisa, para que não analisar apenas a versão de um lado da questão. Gil (2002) fala da construção do chamado “círculo virtuoso da inclusão das pessoas com deficiência”, quanto mais se trabalha, mais se desenvolve e conseqüentemente, ambos os lados ganham. Na pesquisa, foi descoberto que existem cotas para que as pessoas portadoras de algum tipo de deficiência sejam inclusas obrigatoriamente em uma organização onde haja mais de 100 funcionários. A partir desse ponto, percebe-se que mesmo sendo um ato obrigatório, a contratação não ocorre como deveria, pois, ainda há muito preconceito com os PcDs.

A forma como a sociedade lida com um deficiente é de indiferença e rejeição, como se fosse um peso a todos que lhe cercam. As demais pessoas colocam o deficiente, seja qual for sua incapacidade, como um ser inválido onde não é capaz de realizar quaisquer atividades. Por esse pensamento, a dificuldade de uma pessoa deficiente entrar no mercado de trabalho, apenas por especializações e experiência é enorme. As empresas deveriam enxergar os deficientes como mais um funcionário que irá contribuir igualmente para seus negócios, entendendo que uma deficiência não é sinônimo de incapacidade, e ter a visão que a inclusão fará um bem maior aos portadores. Uma qualificação e especialização para algumas áreas, também se faz necessário, ajudando na inclusão dos mesmos no Mercado de trabalho.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa é de cunho explicativa onde registra fatos, analisa-os, interpreta-os e identifica suas causas. Essa prática visa ampliar generalizações, definir leis mais amplas, estruturar e definir modelos teóricos, relacionar hipóteses em uma visão mais unitária do universo ou âmbito produtivo em geral e gerar hipóteses ou ideias por força de dedução lógica (Lakatos e Marconi, 2011).

Para sua concretização, num primeiro momento, realizou-se a pesquisa bibliográfica, aplicando as palavras chaves “inclusão social”, “deficientes”, “sociedade”, “exclusão”, “mercado de trabalho”, “lei de cotas” para melhor orientar, encontrar e identificar as fontes bibliográficas de embasamento do tema. Após este levantamento de dados, num segundo momento, realizou-se uma análise qualitativa, aprovado pela Comissão de Ética, onde contatou-se empresas que se enquadram ou não na legislação de cotas para saber se contratavam deficientes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Desde os princípios da raça humana, os seres se diferem entre si, as diversidades, podem ser encontradas nas fragilidades humanas, na divisão de gêneros, culturas, religiões e outras tantas diversas formas de diferenciação, que formam a identidade e cultura humana. Ao observar a história da sociedade, percebe-se que há muito tempo os seres humanos têm uma valorização do corpo físico e mental, fazendo com que ignore qualquer outra forma de vida, gerando a exclusão de pessoas que portam necessidades especiais. Sabe-se que toda a história da humanidade é fruto de descobertas e grandes abrangências de pensamentos, onde alguns podem ser justos ou não, beneficiando alguns e prejudicando outros.

Relembrar que aquilo que parece óbvio hoje, como o direito à educação, a cidadania, por exemplo, é algo histórico e construído a partir de muitas discussões e lutas. A capacidade e a competência da pessoa com deficiência têm contribuído para o crescimento econômico e social a cada ano, apesar de todas as dificuldades que as afasta do mercado. Por muito tempo os portadores de deficiência foram objetos de caridade e filantropia, como afirma Pastore (2001, p. 57-58) “Por ignorância, preconceito e medo, as sociedades evitavam o contato e bloqueavam o seu trabalho”.

Nos dias atuais, com o histórico de lutas e discussões, a deficiência ainda é tratada como diferença, porém, com um teor mais ameno do que antes. Atualmente, as políticas públicas criadas para esse fim, conhecidas como inclusivas têm como responsabilidade primeira o trabalho de construir espaços para a participação de toda a comunidade, de acordo com os princípios e objetivos progenitores da inclusão, prenunciados em legislação nacional. Todavia, a questão da inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais em todos os recursos da sociedade ainda é muito incipiente no Brasil. Movimentos nacionais e internacionais têm buscado um consenso para formatar uma política de inclusão de pessoas portadoras de deficiência.

As pessoas com deficiências (PCD) são garantidas pela Constituição Federal de 1988 e leis complementares (Lei. 7.853/89) e normas internacionais, como a Convenção 159-83 OIT e a Convenção Interamericana Para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Pessoas Portadores da Deficiência (MINISTÉRIO do Trabalho e Emprego-Brasil, 2007). Mas o que é a deficiência? O que se pode falar sobre ela?

Como citado pelos autores SCHWARZ e HABER (2009, p.86):

Artigo 3º do Decreto nº 3.298/99, que regulamenta a Lei nº 7.853/89 e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, considera:

Deficiência – é toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

Nesse sentido, a Lei 8213/91, Lei de Cotas para Deficientes e Pessoas com Deficiência dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência e dá outras providências a contratação de portadores de necessidades especiais, onde a lei define que todas as empresas privadas com mais de 100 funcionários devem preencher entre 2% e 5% de suas vagas com trabalhadores que tenham algum tipo de necessidade especial. As empresas que possuem de 100 a 200 funcionários devem reservar, obrigatoriamente, 2% de suas vagas para pessoas com necessidades especiais; entre 201 e 500 funcionários, 3%; entre 501 e 1000 funcionários, 4%; e empresas com mais de 1001 funcionários, 5% das suas vagas.

Para que a Lei de Cotas seja cumprida corretamente, o Ministério do Trabalho e Previdência Social, a incluiu nos projetos a serem fiscalizados obrigatoriamente em todas as unidades da federação, como afirmam (Costa, Cabral, Cavalcanti, 2016):

Nós da auditoria fiscal do trabalho realmente estamos tomando a lei ao pé da letra. Se assim não o fizemos estaríamos descumprindo com nosso dever e, conseqüentemente, com as atribuições a nós atribuídas pela Constituição Federal e pela legislação infraconstitucional de assegurar a fiel execução das leis de trabalho (art. 84, IV, CF). Ressaltamos que há a possibilidade de insurgência contra nossos atos tanto administrativamente como judicialmente. A propósito, na grande maioria das ações o Judiciário tem considerado adequadas nossas autuações. Ao inclui-las o importante ultrapassa o salário, o êxtase é a oportunidade de se reabilitar socialmente e psicologicamente. Para Batista (2002), a inclusão de PPDs significa a superação e aceitação das próprias fragilidades e limites do ser humano. Segundo a autora, é um passo importante no processo de identificação com a própria limitação. Desta forma, conclui-se que o trabalho é vital ao ser social, sem o seu trabalho o indivíduo perde sua referência social, que interfere e impacta no âmbito psicossocial do mesmo.

A despeito dessas novas perspectivas, as políticas públicas inclusivas têm como responsabilidade primeira o trabalho de construir espaços para a participação de toda a comunidade, de acordo com os princípios e objetivos progenitores da inclusão, prenunciados em legislação nacional.

No mundo globalizado e flexível, o trabalhador busca ser eficiente no mercado de trabalho, onde a eficiência está voltada para a melhor maneira pela qual as coisas devem ser feitas ou executadas, a fim de que os recursos sejam aplicados da forma mais racional possível (Chiavenato, 1994). Porém as pessoas portadoras de deficiência são afastadas deste processo, e o primeiro motivo para que isto aconteça, explica D'Amaral (2002), é a incompatibilidade entre eficiência e o conceito de deficiência. Deficiência é uma palavra originada de déficit, bastante utilizada em administração e na economia. Déficit significa algo que está abaixo do zero, negativo. Neste caso, a palavra deficiência possui significações de coisas indesejáveis sob o ponto de vista de uma organização.

Segundo pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 13,4 milhões de pessoas estavam desempregadas até o primeiro trimestre deste ano. Na contramão desta estatística, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) diz que até novembro de 2016 eram em torno de 90.210 milhões de pessoas empregadas no país. Dessa taxa apenas 1% (em torno de 403 mil pessoas) são deficientes empregados, sendo que o Brasil tem uma população que

ultrapassa a marca de 208 milhões, onde quase 24% - aproximadamente 45 milhões de pessoas - são portadores de deficiência (IBGE, 2017).

Esse quadro de desemprego vem com uma grande bagagem de preconceitos, falta de acessibilidade por parte das empresas contratantes, baixos salários, ausência de plano de carreira, e muita falta de oportunidade. Porém as barreiras não são só empresariais, muitos dos deficientes que buscam uma oportunidade no mercado de trabalho não têm qualificação profissional ou ensino superior para a vaga que está em aberta, isto faz com que os dois lados não consigam entrar em um acordo de contratante e contratado.

A não valorização das demais pessoas como os portadores de deficiência como cidadãos que possuem direito de emprego e educação acessível e de qualidade, dificulta seus acessos e continuidades em ambas atividades. Na perspectiva da educação inclusiva, há que se conceber um novo modelo de instituição de ensino, “onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem” (GLAT, BLANCO, 2007).

No mundo do emprego, de acordo com Souza e Kamimura, (2010) o mundo capitalista, requer um trabalhador cada vez mais qualificado, experiente e antenado nas transformações. Assim, o próprio contexto cria as desigualdades sociais e gera o desemprego, dificultando ainda mais a inserção da pessoa com deficiência no mundo do trabalho. Em suma, no mundo dos negócios o conhecimento é um fator cada vez mais valorizado pelas organizações, e isto se torna um agravando ainda maior para aqueles que não têm o conhecimento e qualificação imposta pelo mercado de trabalho, resultado da constante situação da educação inferior para com os PcD jogando contra o futuro da carteira de trabalho deles.

Para entender a realidade do deficiente e sua luta por um emprego, foi realizada uma pesquisa de campo com focu na micro região de Jaú, especificamente em três cidades do interior do Estado de São Paulo: Brotas que tem uma população de 24.163 habitantes e PIB per capita de R\$ 25.934,43, Dois Córregos com 27.112 habitantes e PIB per capita de R\$ 21.815,14, e Jaú com 148.581 habitantes e o PIB per capita de R\$ 27.802,46. Abordou-se empresas e associações para compreender a inserção do deficiente ao mercado de trabalho.

Analisando associações constatou-se que existem parcerias com empresas, principalmente supermercados, que realizam a inclusão dos alunos com deficiência intelectual - devidamente matriculado na associação - no mercado de trabalho. A mesma encaminha o deficiente para a empresa que fará a inclusão, e a partir do momento que ele está empregado a associação dá suporte à empresa, ao aluno e a família do aluno, mantendo também o atendimento técnico de acordo com suas necessidades até o momento de sua alta em alguns tipos de casos.

O acesso as empresas levaram a conhecer na prática como é realizada o sistema de inclusão de PcD. Observa-se que por ainda haver muito preconceito no mercado de trabalho, quando se trata de deficientes e por não ser obrigatório por Lei, as empresas com menos de 100 funcionários não dão muita importância na inclusão de PCDs em seu quadro. Mesmo havendo parcerias, muitas empresas apenas apoiam as associações ou projetos ligados a este tema abordado, e não contratam como deveria acontecer na prática da inclusão.

Porém, quando se trata de empresas que necessitam de cumprir a lei, outro cenário surge. Segundo levantamento, as empresas encontram grande dificuldade para cumprir a porcentagem de contratação imposta pela lei dependendo do setor em que trabalham, no caso da empresa contatada, o maior problema para cumprir a meta de contratação é por se tratar de uma empresa de transporte, onde grande proporção do quadro de funcionários necessita de exercer atividade de motorista, exigindo assim esforço físico e emocional do mesmo. Para que encontrem uma melhor solução, buscam suporte de sindicatos perante a esta situação. Apesar das dificuldades encontradas, existem algumas empresas que destacam-se das demais, e levam o prêmio de Melhores Empresas para Deficientes Trabalhar, na microrregião estudada essa empresa é o SENAC – SP.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa ainda está em andamento, a fase de levantamento bibliográfico e leitura do material foi finalizada, mas as entrevistas e coletas de dados com organizações e associações estão em processo de finalização. Após será feita a análise e discussão dos resultados para aprofundamento das afirmações e

conhecimento prático das dificuldades enfrentadas tanto pelo empregador quanto pelo empregado frente a aplicação da Lei e participação no processo de inclusão.

Nesse cenário é necessário esclarecer de antemão que uma deficiência física e/ou até mental, não é sinônimo de incapacidade no trabalho, prova disso, são os tantos “ditos normais” que muitas vezes, não são eficientes dentro do que executam em seu trabalho.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>> Acesso em: 02 set. 2018.
- CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas: e o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2004.
- COSTA, A. M. M. da; CABRAL, F. A. S; CAVALCANTI, F. M. P. di. **A lei de cotas e sua fiscalização pelo ministério do trabalho e previdência social**. Disponível em:<<http://www.inclusive.org.br/arquivos/28980>>. Acesso em: 16 set. 2018.
- D'AMARAL, M. T. Introdução. In: IBDD – Instituto Brasileiro de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência [coord.]. **Sem Limite: inclusão de portadores de deficiência no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: SENAC, 2002.
- GIL, M (Coord). **O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência**. São Pulo: Instituto Ethos, 2002.
- GLAT, R.; BLANCO, L. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. In: GLAT, R. (org.). **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.
- OIT – Organização Internacional do Trabalho. Convenção 159, art. 1, de 1983. **Relativa à Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0129.htm> Acesso em: 02 set. 2018.
- SCHWARZ, A.; JAQUES, H. **Cotas: como vencer os desafios da contratação de pessoas com deficiência**. São Paulo: i. Social, 2009.86 p.
- SOUZA, M. R., KAMIMURA, A. L. M. Trabalho, Seguridade Social e Saúde do Trabalhador. Pessoas com Deficiência e Mercado de Trabalho. **Seminário de Saúde do Trabalhador da França**. 2010.



JORNALISMO E ESTILO DE VIDA: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DA REVISTA VIDA SIMPLES

Bruna Stephanie das Virgens Ferroni, Bianca Giordana Zaniratto
e-mail: brunaferroni@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Visto que as revistas possuem uma influência na vida de seus leitores, por refletirem a cultura dos lugares e o estilo de vida daquela sociedade, essa monografia tem por objetivo identificar quais ferramentas textuais são utilizadas em revistas de comportamento para influenciar seus leitores.

Na contemporaneidade, o surgimento de revistas com temas voltados para a qualidade de vida e consumo consciente, visando assim a um estilo de vida mais simples, segundo Marília Scalzo (2011, p. 45) é considerado um mercado em franca ascensão. Deste modo, foi realizada uma análise da revista “Vida Simples”, atualmente pertencente à editora Vida Simples, que aborda em suas reportagens mensais, assuntos que instigam seus leitores a levar uma vida mais simples e consciente, além de tratar de assuntos sobre autoestima visando à busca por uma vida mais feliz.

As revistas femininas existem desde que surgiram as revistas no Brasil. Com o tempo, as revistas foram passando por mudanças e ganhando mais segmentos além de moda e beleza. Hoje existem uma infinidade de revistas voltadas para determinados grupos mas “o segmento feminino representa a maior fatia do mercado de revistas” (SCALZO, 2011, p 35). Em meio a tantas revistas de comportamento que visam a falar sobre moda e padrões estéticos para uma sociedade seduzida pelo consumo, do outro lado há “um mercado crescente para revistas que pregam exatamente o contrário: uma vida mais simples, com ênfase no consumo consciente” (SCALZO, 2011, p 45).

Por meio dessa análise, busca-se uma resposta sobre como revistas de comportamento especializadas em assuntos como bem-estar e qualidade de vida tratam de questões como auto estima e consumo, ao falar diretamente para um público mais feminino com o qual está habituado a encontrar em revistas femininas assuntos diretamente ligados a padrões estéticos.

2 METODOLOGIA

Será utilizado a Análise de Conteúdo segundo o método descrito por Bardin (1977), para analisar as publicações da revista “Vida Simples” para realizar o estudo de como essas publicações constroem modelos de estilo de vida simples com matérias focadas em assuntos como autoestima e consumo consciente.

Essa técnica metodológica pode ser aplicada em todas as formas de comunicação e discursos diversos. De acordo com Bardin (2016, p. 47), podemos definir a Análise de Conteúdo como

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2016, p. 47).

Ao utilizar a Análise de Conteúdo, o pesquisador deve buscar em meio ao texto que está sendo analisado, uma mensagem que possa estar implícita ao olhar do leitor. A partir de um conjunto de técnicas parciais, a análise consiste na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens. (BARDIN, 2016, p. 47)

Atualmente, a Análise de Conteúdo é considerada uma técnica híbrida, pois oscila entre o formalismo estático e a análise qualitativa, ora valorizando aspectos quantitativos e ora o qualitativo, dependendo dos interesses do pesquisador. Para essa análise, utilizaremos mais os aspectos qualitativos do que quantitativos.

Para a realização da análise desta monografia, será utilizado a técnica da análise categorial. De acordo com Bardin (2016, p. 201) a análise categorial é a mais antiga e também a mais usada em análise de conteúdo. A análise categorial “funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos”. Em meio a diferentes possibilidades de se realizar a análise, a investigação dos temas (análise temática) “é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos diretos (significações manifestas) e simples”.

Para essa análise, foram separados 75 textos da revista “Vida Simples” divididas entre as sessões de notas, carta ao leitor, matérias especiais e artigos. A escolha dos textos foi feita a partir das categorias pré-definidas, como autoestima, consumo consciente, bem-estar, casa, comportamento, relacionamento, faça você mesmo e sustentabilidade, identificadas através da leitura flutuante, indicada por Bardin (2016).



3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Análise em andamento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Análise em andamento.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

SCALZO, M. **Jornalismo de Revista**. São Paulo: Contexto, 2011.

LEI 11.804/2008 – ALIMENTOS GRAVÍDICOS ASPECTOS GERAIS E CONTROVERSOS SOBRE O DIREITO DO NASCITURO

Beatriz Bononi Varanelli, Gabriela Namie Prado Kataoka, Giovana Maria Balie, Grasiela Lima, bia.bv_1999@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo analisar a Lei 11.804/2008, de 05 de novembro de 2008, que introduz no ordenamento jurídico brasileiro os alimentos gravídicos, que permite a gestante requerer auxílio para ter um período digno de gestação e assegurar os cuidados necessários a uma gravidez saudável para a gestante e ao nascituro. Sendo assim, os referidos alimentos têm como finalidade o que está exposto no art. 2º da Lei:

Os alimentos de que trata esta Lei compreenderão os valores suficientes para cobrir as despesas adicionais do período de gravidez e que sejam dela decorrentes, da concepção ao parto, inclusive as referentes à alimentação especial, assistência médica e psicológica, exames complementares, internações, parto, medicamentos e demais prescrições preventivas e terapêuticas indispensáveis, a juízo do médico, além de outras que o juiz considere pertinentes. (BRASIL, 2008).

O instituto dos alimentos gravídicos está fundamentado na Constituição Federal de 1988, que assegura ao nascituro seus direitos fundamentais à vida, saúde, alimentação e outros encargos que deverão ser executados pelos pais, e também no Código Civil, que em seu art. 2º garante aos nascituros, desde sua concepção, a titularidade de direitos e a expectativa de personalidade civil. Passar por uma gestação digna deve ser o primeiro e o mais importante dos ensejos necessários a serem resguardados, afinal isso envolve muitos fatores como a nutrição adequada da gestante, o acompanhamento pré-natal, exames complementares, medicação até a chegada do parto.

Para a fixação dos alimentos gravídicos não há necessidade de comprovação de paternidade, apenas com o aferimento de indícios desta já será possível obter o benefício, conforme o art. 6º da referida Lei. Sobre isso discorre Maria Berenice Dias (2015):

Basta o juiz reconhecer a existência de indícios da paternidade para a concessão dos alimentos, não sendo suficiente a mera imputação da

paternidade pela autora. Conforme Yussef Cahali, seria leviandade pretender que o juiz deva se satisfazer com uma cognição superficial. Mas os indícios da paternidade não podem ser exigidos com muito rigor. No impasse entre a dúvida pelo suposto pai e a necessidade da mãe e do filho, o primeiro deve ser superado em favor do segundo. (p.585).

A Lei dos Alimentos Gravídicos (Lei 11.804/2008) disciplina ainda no parágrafo único do art. 6º, que, após o nascimento com vida, ocorra a conversão dos mesmos “em pensão alimentícia em favor da criança até que uma das partes solicite a sua revisão”.

Contudo, é importante salientar que não há consenso entre doutrinadores e juristas sobre a questão do início da personalidade jurídica. Por um lado, existem aqueles que partem da teoria natalista, que nega quaisquer direitos ao nascituro antes que ele nasça com vida, e, por outro, os que partem da teoria concepcionista (ALMEIDA, 2008), que entende os certos direitos do nascituro desde a concepção, versa sobre a responsabilidade parental desde o feto, que por sua vez figura como principal tutelado na ação de alimentos gravídicos.

O presente trabalho de pesquisa busca discutir as duas concepções e suas controvérsias, trazendo à luz aquela que os tribunais brasileiros entendem que se fundamenta o ordenamento jurídico brasileiro no que se refere à lei 11.804/2008.

2. METODOLOGIA

Este estudo estabeleceu-se através do método bibliográfico com levantamento preliminar da literatura especializada, pesquisa em livros e artigos científicos selecionados através de busca em banco de dados do Scielo, a partir dos descritores alimentos gravídicos, direitos do nascituro, teoria natalista e teoria concepcionista.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A questão dos alimentos gravídicos é relativamente recente na doutrina e traz diferentes aspectos nas suas concepções e abordagem. Como o presente trabalho encontra-se em fase inicial de pesquisa, optou-se por fazer um recorte temático tendo em vista os direitos do nascituro.

Como assinalado anteriormente, a lei de alimentos gravídicos dispõe sobre os alimentos que são devidos à mulher gestante, e esta é legitimada para pleitear

alimentos para cobrirem as despesas do período gestacional, além das despesas relacionadas ao parto, conforme dispõe o artigo 2º da Lei 11.804.

No parágrafo único do mesmo artigo se estabelece que para a fixação dos alimentos gravídicos se levará em consideração que as despesas devem ser custeadas pelo suposto pai, considerando-se a contribuição que também deverá ser dada pela gestante, na proporção dos recursos de ambos.

Conforme Maria Berenice Dias (2015) basta que o juiz reconheça a existência de indícios de paternidade para conceder os alimentos, não sendo suficiente a mera imputação da paternidade pela autora. Ou seja, havendo indícios de paternidade, o juiz fixará os alimentos gravídicos que perdurarão até o nascimento da criança e automaticamente converter-se-á em pensão alimentícia em favor do menor até que uma das partes solicite a revisão da pensão.

O Código Civil em seu artigo 2º tutela sobre a proteção dos direitos do nascituro desde a concepção até o nascimento com vida, ou seja, o direito do nascituro (aquele que tem um direito potencial, pois ainda não pode exercer por si os atos da vida civil, uma vez que não nasceu com vida) é protegido por este artigo e para tanto a devida prestação alimentícia que é objeto da Lei 11.804/2008 é uma forma de proteção, pois contribui para nascimento deste.

A legislação brasileira como é percebido, portanto, é fundamentada na teoria concepcionista, de acordo com o entendimento também da maioria dos doutrinadores, bastando a concepção do nascituro para haver resguardado um direito.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos realizados, torna-se imperiosa a relevância a referida Lei no ordenamento jurídico atual, e sua necessidade para sociedade contemporânea que é tão fortemente afetada pelos problemas nas relações parentais, ou seja, as famílias constituídas apenas por um dos genitores - em muitos dos casos, apenas a mãe - que, desprovidas dos recursos necessários para a gestação e posteriormente a criação de seus filhos têm que enfrentar as exclusões sociais, a precariedade nutricional e o difícil acesso à saúde e educação de qualidade.

É claro que os alimentos gravídicos não trarão as mudanças efetivas nessa realidade, que só poderão ser observadas com a implementação de fatos das políticas

sociais do Estado e as garantias dos direitos à cidadania. Porém, é certo dizer que os alimentos gravídicos efetivarão o atendimento das necessidades básicas da gestante e do nascituro, dividindo as despesas e custeios com o futuro pai, garantindo assim o que consta no art. 5º caput da Constituição Federal: a inviolabilidade do direito à vida e a dignidade da pessoa humana.

Sendo assim, a Lei 11.804/2008 traz ao nosso ordenamento de hoje a segurança jurídica de que a mãe será amparada em um dos seus momentos de maior fragilidade que provavelmente enfrentará na vida, a maternidade. É, portanto, um auxílio para a mãe e um benefício para o feto, ou nascituro, a quem o Código Civil assegura serem titulares de direitos.

Uma vez adotada a teoria concepcionista para proteção dos direitos, o Código Civil disciplina e o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.804/08, os alimentos serão uma contribuição que será oferecida, na proporção dos recursos possíveis, para que sejam cobertas todas as despesas adicionais do período de gravidez, desde a concepção ao parto, inclusive.

Previsto que apenas com os indícios da paternidade é possível a concessão de tal benefício, embora revogado o art.10 da referida Lei, que disciplinava sobre a possibilidade de danos materiais e morais no caso de resultado negativo do exame de paternidade posterior, não fica isento da oportunidade de ação de regresso e ser vedado o enriquecimento sem causa.

Após o nascimento da criança, os alimentos gravídicos ficam convertidos em pensão alimentícia, segundo o parágrafo único do art.6º da Lei, possibilitando a continuidade da manutenção das condições de vida para a criança.

A Lei em questão confere, portanto, uma maior proteção aos direitos do nascituro. Conforme já analisado, o Código Civil respaldado na teoria concepcionista resguarda esses direitos fomentando, assim, o reconhecimento do direito de alimentos do nascituro como forma de proteção à vida e a dignidade do feto em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, J. R. B.; BARROS, A. B. C. **Direito Civil**. 4ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010. – (Coleção elementos do direito; v. 4).



ALMEIDA, J. E. J. “**Alimentos Gravídicos**”. Revista Jurídica. Porto Alegre, vc. 56, n.074, por.67-82, dez. 2008.

BRASIL. **Alimentos Gravídicos**. Lei 11.804 de 5 de novembro de 2008. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11804.htm> Acesso em 27/09/2018.

BRASIL. Código Civil (2002). **Código Civil Brasileiro e Legislação Correlata**. – 2. ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. Disponível em <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70327/C%C3%B3digo%20Civil%202020ed.pdf>> Acesso em 16/10/2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 454 p. – (Série textos básicos; n. 67)

DIAS, M. B. **Manual de Direito das Famílias**. 10ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

DONA, G. A. “Os alimentos gravídicos e a possibilidade de indenização ao suposto pai quando da não confirmação da paternidade”. **Âmbito Jurídico**. Disponível em: <www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12117>. Acesso em 28 set. 2018.

NUNES, B. C. R. **Alimentos Gravídicos: aspectos históricos e jurídicos**. 2013. Disponível em <http://conteudo.pucrs.br/wp-content/uploads/sites/11/2018/09/bruna_nunes.pdf> Acesso em 12/10/2018.

LEI 13.715/2018 - NOVAS HIPÓTESES DE PERDA DO PODER FAMILIAR

Suzana de Souza, Eliane Mendonça Bonato, Fábio Empke Vianna, e-mail:
fvianna@aasp.org.br

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo versará sobre as novas hipóteses de perda do poder familiar que recentemente foram introduzidas no ordenamento jurídico brasileiro, resultado das alterações legislativas na área penal, civil e no Estatuto da Criança e Adolescente. Todavia, antes de tratar especificamente sobre as novas hipóteses de perda do poder familiar, convém tratar primeiramente do conceito de poder familiar.

Poder familiar, refere-se a expressão que surgiu com o advento do Código Civil de 2002, encontra-se prevista no artigo 1634, e diz respeito aos poderes e deveres conferidos aos cônjuges de maneira igual e simultânea para com os filhos menores, não emancipados e sobre seus bens. Termo este que adveio a fim de substituir o “pátrio poder”, até então regulado pelo Código Civil de 1916, em que os poderes ficavam somente a cargo do pai.

Essa ampliação defluiu do Princípio da Igualdade entre os cônjuges, previsto na Constituição Federal de 1988⁶ e no Código Civil de 2002, que resulta da alteração da hierarquia para diarquia.

Segundo a autora Maria Helena Diniz⁷, os pais devem promover aos filhos menores e não emancipados uma série de direitos: criá-los e educá-los; tê-los em sua companhia e guarda; conceder-lhes ou negar-lhes o direito de casar; dentre outros deveres.

Nesta senda, a autora coloca também, que o poder familiar é um múnus público, e em regra, é irrenunciável, inalienável ou indisponível, imprescritível, incompatível com a tutela, e conserva uma relação de autoridade por haver vínculo de subordinação entre pais e filhos.

⁶ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 11 out. 2018.

⁷ DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro, 5º volume: Direito de Família. 23ª ed. p. 537-538. 2008. São Paulo: Saraiva.

Decorre deste argumento que, quando o poder-dever dos pais em relação aos filhos menores não emancipados não se cumpre, os pais podem ser suspensos temporariamente ou destituídos definitivamente do poder familiar, dependendo da gravidade da conduta.

Diante disso, atualmente é possível notar, através dos veículos de comunicação, o crescente aumento do número de crimes dolosos cometidos contra outrem igualmente titular do poder familiar ou contra filho, filha ou outro descendente. A respeito disso, as denúncias feitas através da Central Disque 180 do Governo:

Nos sete primeiros meses do ano (2018) foram contabilizados 78 casos de feminicídios e 665 tentativas de assassinatos de mulheres. Outros tipos de violência contra a mulher também foram registrados no período. Confira: 80 mil relatos de violência de gênero; cerca de 80% classificadas como violência doméstica; Agressões físicas representam 46,94% das queixas; três em cada dez denúncias se referem à violência psicológica.⁸

Visando coibir a prática dos crimes dolosos contra a vida acima citados, encontra-se em vigor a Lei 13.715, promulgada em 24 de setembro de 2018, que alterou a redação dos seguintes artigos 92, II, do Código Penal, o § 2º do artigo 23 do Estatuto da Criança e do Adolescente e acresceu o parágrafo único no artigo 1638 do Código Civil, que versa sobre a extinção do poder familiar.

Saliente-se que, o Código Civil já possuía previsão sobre a suspensão do poder familiar e extinção do poder familiar. No entanto, a lei elencou novas possibilidades de condutas que levam a destituição do poder familiar de forma definitiva.

Nesse contexto, o presente artigo analisa a incidência das alterações advindas do novo diploma legal, especialmente no que tange ao Código Civil, no que concerne ao aspecto jurídico das condutas, dos sujeitos alcançados e da proteção prevista. Todavia, por ser uma lei recente, não será possível verificar seus efeitos na prática.

⁸ Central Ligue 180 registra mais de 740 casos de feminicídio em sete meses. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/cidadania-e-inclusao/2018/08/central-ligue-180-registra-mais-de-740-casos-de-femicidio-em-sete-meses>>. Acesso em: 10 out. 2018.

2 METODOLOGIA

O propósito do presente estudo é trabalhar os novos casos geradores da perda do poder familiar, o alcance da Lei 13.715/2018 e dar publicidade às suas alterações e suas possíveis consequências.

Neste artigo, não se pretende exaurir os conhecimentos na área penal ou da área pertinente ao Estatuto da Criança e Adolescente. Mas sim, uma análise sobre as alterações que são apresentadas pela nova Lei ao Código Civil.

O método utilizado é o dedutivo, através de pesquisa bibliográfica e fontes paralelas como a internet, dentre elas a Central Disque 180 do Governo, que demonstram o crescimento de feminicídios e de lesão corporal grave dentro do âmbito doméstico.

Diante do exposto, não é possível demonstrar resultados efetivos, por ser uma Lei recente, mas é possível fazer algumas considerações preliminares.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme mencionado anteriormente, a Lei 13.715 trouxe alterações ampliativas visando coibir crimes cometidos contra outrem igualmente titular do poder familiar ou contra filho, filha ou outro descendente. Nesta senda, a alteração legislativa dada pela Lei ao Código Penal:

Art. 2º O inciso II do caput do art. 92 do, passa a vigorar com a seguinte redação:

II - a incapacidade para o exercício do poder familiar, da tutela ou da curatela nos crimes dolosos sujeitos à pena de reclusão cometidos contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar, contra filho, filha ou outro descendente ou contra tutelado ou curatelado.⁹

Outrossim, a alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente se deu no §2º do artigo 23:

§2º A condenação criminal do pai ou da mãe não implicará a destituição do poder familiar, exceto na hipótese de condenação por crime doloso sujeito à pena de reclusão contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar ou contra filho, filha ou outro descendente.

⁹ BRASIL. Código Penal. Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 11 out. 2018.

As alterações trazidas no Código Penal e do Estatuto da Criança e Adolescente, preveem que só estão sujeitos a perda (lê-se extinção) do poder familiar, aqueles que praticarem crimes dolosos sujeitos à pena de reclusão contra outrem igualmente titular do poder familiar ou contra filho, filha ou outro descendente, portanto, será passível de uma decisão judicial. À vista disso, antes das alterações trazidas pela Lei, o artigo 1638 do Código Civil, até o ano de 2017 apresentava apenas as seguintes condutas:

Art. 1.638. Perderá por ato judicial o poder familiar o pai ou a mãe que:
I - castigar imoderadamente o filho;
II - deixar o filho em abandono;
III - praticar atos contrários à moral e aos bons costumes;
IV - incidir, reiteradamente, nas faltas previstas no artigo antecedente
V – entregar de forma irregular o filho a terceiros para fins de adoção.¹⁰

Além das hipóteses acima previstas no Código Civil, que ensejam extinção definitiva do poder familiar, a Lei 13.715/2018 acrescentou um novo parágrafo a este artigo, passando a conter a seguinte redação:

Art. 4º O art. 1.638 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:
Parágrafo único. Perderá também por ato judicial o poder familiar aquele que:
I – praticar contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar:
a) homicídio, feminicídio ou lesão corporal de natureza grave ou seguida de morte, quando se tratar de crime doloso envolvendo violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher;
b) estupro ou outro crime contra a dignidade sexual sujeito à pena de reclusão;
II – praticar contra filho, filha ou outro descendente:
a) homicídio, feminicídio ou lesão corporal de natureza grave ou seguida de morte, quando se tratar de crime doloso envolvendo violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher;
b) estupro, estupro de vulnerável ou outro crime contra a dignidade sexual sujeito à pena de reclusão.¹¹

Diante do exposto, a Lei buscou ampliar as causas geradoras da perda do poder familiar com o acréscimo do parágrafo único. Nesse contexto, Cristiano Chaves¹²

¹⁰ BRASIL. Código Civil. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 11 out. 2018.

¹¹ Ibidem. BRASIL. Lei 13.715/2018, de 24 de setembro de 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13715.htm>. Acesso em: 11 out. 2018.

corretamente argumenta que: “não é razoável que uma pessoa pratique delitos de tamanha gravidade contra o outro detentor do poder familiar e possa permanecer no exercício da autoridade sobre o filho”.

Logo, para o autor, após condenação com pena de reclusão transitada em julgado dos crimes previstos na Lei, em relação a apenas um dos filhos, o sensato seria estender a retirada do poder familiar a todos os filhos, até mesmo daqueles que não foram vítimas das agressões, devido aos abalos psicológicos trazidos pela ocorrência da conduta e até para evitar o risco de reincidência com os demais filhos.

Dessa maneira, o genitor afastado é destituído definitivamente da autoridade sobre o filho, ou filhos menores e não emancipados, porém ainda subsistirá o compromisso de arcar com as obrigações decorrentes do vínculo, restando prestar alimentos.

Da destituição do poder familiar, por condutas de indignidade, no âmbito civil ainda decorrerá outras consequências: I) caso futuramente, o genitor que foi destituído do poder familiar vier a ter necessidade de alimentos, não poderá pleitear ao filho ou filhos sobre os quais perdeu o poder familiar. II) os filhos do genitor que perdeu o poder familiar não perderão seu direito à herança, porém, o inverso não ocorre. Se o filho vier a falecer e não tiver descendentes, o genitor destituído do poder familiar não terá direito a herança, e será excluído da sucessão de acordo com o artigo 1814, I do Código Civil, mas ressalta-se, contudo, que se o excluído tiver filhos, estes podem herdar o que caberia a ele, como se o genitor destituído estivesse morto.

Por conseguinte, os sujeitos ativos que foram alcançados pela Lei segundo Cristiano Chaves foram:

Segundo a redação dada ao art. 92 na reforma da Parte Geral em 1984, este efeito podia incidir apenas nos crimes cometidos contra filho, tutelado ou curatelado. Com a entrada em vigor da Lei 13.715/18 ampliaram-se as possibilidades de perda, pois inserem-se entre as vítimas que atraem o mesmo efeito a pessoa igualmente titular do poder familiar e outros descendentes além do filho.¹³

¹² CHAVES, Cristiano. Lei 13.715/18: Altera dispositivos do Código Penal, do Código Civil e do ECA sobre a perda do poder familiar. Disponível em: <<http://meusitejuridico.com.br/2018/09/25/lei-13-71518-altera-dispositivos-codigo-penal-codigo-civil-e-eca-sobre-perda-poder-familiar/>>. Acesso em: 08 out. 2018.

¹³ Ibidem.

Consoante as ideias do autor, pode-se depreender que a Lei 13.715/79 ampliou o rol de sujeitos ativos que podem perder o poder família, compreendendo, além dos genitores, o tutor e o curador que cometerem crimes dolosos contra a vida, ou lesão corporal grave, contra aquele com quem divide o poder familiar e contra os filhos, tutelados e curatelados.

Além disso, ampliou o rol de condutas que geram a perda do poder familiar como a prática de crimes homicídio, feminicídio ou lesão corporal de natureza grave ou seguida de morte, quando se tratar de crime doloso envolvendo violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou contra o cônjuge, tutor, ou curador, ou ainda, contra seus filhos, seus curatelados e seus tutelados.

Assim, pelos aspectos analisados, a Lei 13.715/2018 tem o condão de afastar definitivamente o agente do convívio familiar retirando sua autoridade sobre os filhos, os tutelados e os curatelados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em análise sucinta, diante dos apontamentos apresentados, a Lei n.13.715/2018 se apresenta de forma justificável frente ao crescente número de casos de homicídios, feminicídios, lesão corporal seguida de morte e estupro ocorridos no âmbito doméstico. Uma vez que, no caso de crimes dolosos contra a vida e crimes de lesão corporal de natureza grave, contra aquele com quem se divide o poder familiar ou contra os filhos, os tutelados ou curatelados de quem se detém o poder familiar, aplica-se a sanção civil da perda do poder familiar por decisão judicial, que poderá, por sua vez, alcançar até mesmo os filhos que não foram atingidos diretamente pela conduta.

Em síntese, ampliam-se dessa forma as fontes geradoras da perda do poder familiar, incluindo causas, que de fato inviabilizam a continuidade da relação familiar.

Diante disso, o resultado que a Lei pretende alcançar é muito nobre: diminuir o número de incidência dos casos mencionados. E, por fim, espera-se que a Lei 13.715/2018 tenha êxito quanto a previsão de destituir do poder familiar aquele que pratica os crimes anteriormente mencionados, retirando a sua convivência e autoridade sobre os filhos menores.



5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Código Civil. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. Código Penal. Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. Lei 13.715/2018, de 24 de setembro de 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13715.htm>. Acesso em: 11 out. 2018.

Central Ligue 180 registra mais de 740 casos de feminicídio em sete meses. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/cidadania-e-inclusao/2018/08/central-ligue-180-registra-mais-de-740-casos-de-feminicidio-em-sete-meses>>. Acesso em: 10 out. 2018.

CHAVES, C. Lei 13.715/18: Altera dispositivos do Código Penal, do Código Civil e do ECA sobre a perda do poder familiar. Disponível em: <<http://meusitejuridico.com.br/2018/09/25/lei-13-71518-altera-dispositivos-codigo-penal-codigo-civil-e-eca-sobre-perda-poder-familiar/>>. Acesso em: 08 out. 2018.

DINIZ, M. H. Curso de Direito Civil Brasileiro, 5º volume: Direito de Família. 23 ed. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 537-538.



LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DISCURSO DE ÓDIO: UM ESTUDO SOBRE A CONVERSAÇÃO A RESPEITO DA MORTE DA VEREADORA MARIELLE FRANCO

Bárbara Fernanda Nacbar, Vinicius Martins Carrasco de Oliveira,
e-mail: nacbarbara@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho pretende-se estudar liberdade de expressão, um dos princípios fundamentais da comunicação e suas limitações, como acontece com o discurso de ódio. Será feita análise dos comentários das publicações das páginas digitais dos veículos Carta Capital e Veja, sobre o caso de Marielle Franco.

Em uma análise exploratória, observou-se que, na ocasião da morte da vereadora do PSOL-RJ, Marielle Franco, em março de 2018, muitos comentários expressaram um discurso de ódio nas publicações.

Por conta disso, objetiva-se discutir a liberdade de expressão e quais as suas limitações. A que ponto as manifestações de um indivíduo quebra as barreiras da liberdade de expressão e se torna discurso de ódio nos comentários publicados nas revistas sobre o caso? É possível inferir quais os motivos dessa quebra? Em uma sociedade democrática, há como restringir um direito garantido aos cidadãos?

A liberdade de expressão é um princípio fundamental para a democracia e para o desenvolvimento da personalidade das pessoas. Ela é um direito intransferível, garantido na Declaração Universal dos Direitos do Cidadão (1948) e na Constituição Federal Brasileira, de 1988.

Esse direito, apesar de ser uma garantia aos cidadãos, não é absoluto e pode sofrer limitações a partir do momento em que se interfere nos direitos de outros indivíduos, quando se faz apologia a crimes, incita discursos caluniosos, entre outros. Uma das formas de abuso do direito da liberdade de expressão é o discurso de ódio. Esse tipo de manifestação “[...] se caracteriza por qualquer expressão que desvalorize, menospreze, desqualifique e inferiorize os indivíduos. Trata-se de uma situação de desrespeito social, uma vez que reduz o ser humano à condição de objeto.” (SILVEIRA, 2007, p. 80). Atualmente, a dissipação de discursos de ódio tem causado violência

entre a sociedade, não deixando de comparecer no ciberespaço, através da comunicação digital.

A comunicação digital permite mais interação entre os públicos dos veículos de comunicação. Habitados a se manifestarem em redes sociais digitais, internautas utilizam de comentários também nas páginas dos veículos ou revistas para expressar sua opinião e manifestar-se (RECUERO, 2014). Em tais manifestações, muitas vezes, expressam em seus discursos mais do que as opiniões, deixando que o ódio, o preconceito, a discriminação se propaguem na rede e viralizem.

Atualmente, a dissipação de discursos de ódio no ciberespaço tem causado violência entre a sociedade contemporânea. Essa radicalização acaba se tornando um fenômeno negativo e é preciso entender os motivos dessa radicalização e qual sua intensidade.

É preciso identificar os principais aspectos que caracterizam o discurso de ódio e o que o impulsiona, como anonimato, aspectos sociais, polarização política e comportamentos influenciados pela massa, além da rápida dissipação.

Para consumir o projeto, será necessário realizar uma análise sobre a liberdade de expressão e suas limitações, contextualizar os discursos do recorte e entender o que há por trás deles, classificar os tipos de discursos apresentados nas publicações, identificar a intensidade da disseminação de discurso de ódio, identificar quais os tipos de reações em relação a esse tipo de discurso, discernir quais as semelhanças entre esse tipo de comentário e identificar qual a relação entre liberdade de expressão nos comentários e a produção do discurso do ódio no caso mencionado.

2 METODOLOGIA

Este trabalho utiliza-se de pesquisa de natureza descritiva, analisando a relação entre o direito à liberdade de expressão, suas limitações e as interações de internautas através de comentários nas publicações sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ), em 14 março de 2018.

Inicialmente, através da pesquisa bibliográfica, aborda-se o conceito e os princípios da liberdade de expressão, questões sobre suas limitações, a cibercultura, a comunicação digital e as interações digitais. Além da pesquisa bibliográfica, também foi necessária a análise documental. Essa análise, neste caso, serve para a captação do

conteúdo necessário para a análise desta pesquisa, baseada em páginas veiculadas ao Facebook.

Em seguida, após a escolha do tema a ser analisado e da abordagem do assunto, parte-se para a etnografia digital, ou análise de redes sociais. Desta forma, pode-se familiarizar com o conteúdo e com as possíveis reações a serem estudadas.

Por fim, recorre-se à análise de conteúdo, que visa verificar, por meio de elementos quanti e qualitativos, hipóteses e ou descobrir o que está por trás de cada conteúdo manifesto através de uma metodologia própria. Ela propõe um conjunto de instrumentos para análise no campo da comunicação, podendo obter resultados de todo tipo de conversação e mensagens, desde ícones, textos, falas, etc.

O objetivo da análise de conteúdo neste trabalho é verificar justamente se as hipóteses levantadas podem ser confirmadas ou não, levando em conta que o método usado é empírico e que o resultado dependerá da interpretação do conteúdo analisado (BARDIN, 2013).

O desenvolvimento deste trabalho também traz as abordagens quanti e qualitativa, levando em conta que na abordagem qualitativa poderá quantificar informações, transformando-as em números e desta forma, ter noção da repercussão do fato, reações e interações do público, trazendo assim uma dimensão do todo. Ela é norteadora para a análise qualitativa, que tratará das intenções das interações do público nas publicações.

Após quantificar as interações das publicações dos veículos de comunicação e com base nelas, espera-se obter elementos que permitam a construção de inferências que levem a análise de conteúdo das reações, comentários, dos textos verbais, imagens veiculados nessas redes sociais, que levarão a definições ou proposituras de categorias nesta etapa, com base na referência clássica de Laurence Bardin. Após essa definição, analisa-se os conteúdos inseridos nos comentários, qualificando-os para obter o resultado da pesquisa.

Para a elaboração da análise, selecionou-se como amostra a primeira publicação em cada veículo referente à morte da vereadora Marielle Franco. A decisão foi tomada, pois visa-se entender o tipo de reação que os internautas tiveram assim que a notícia foi dada, levando em conta as diferenças entre posicionamentos políticos

opostos e levando em conta a hipótese de que as oposições podem acarretar a um ambiente opressivo.

Esse ambiente adquire essa característica quando pessoas de opiniões opostas promovem discussões depreciativas em relação à pessoa de posicionamento contrário, e que acabam difundindo informações que não são corretas (MEDEIROS; DINIZ; ARRUDA, 2016).

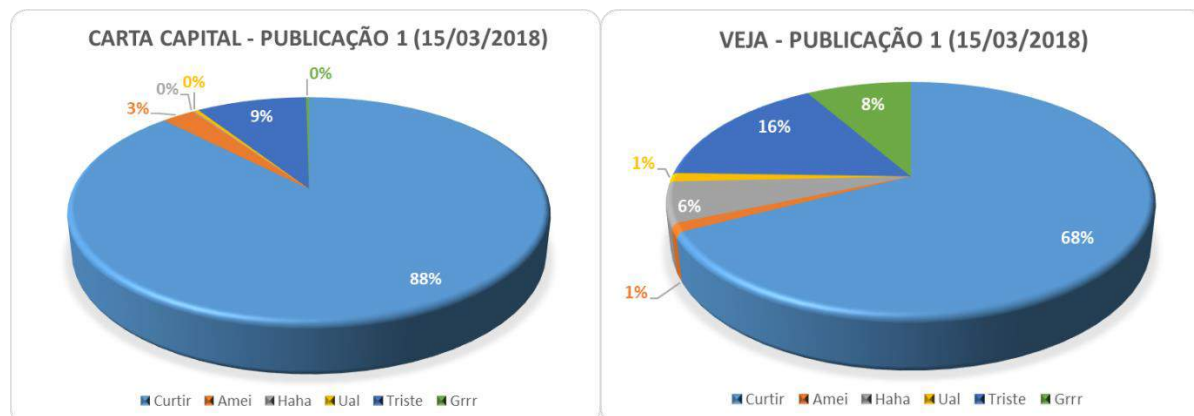
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a coleta do material a ser analisado e análise flutuante, pode-se obter alguns resultados prévios, iniciando pelo modo como os internautas trataram, através das reações, o assunto em cada veículo.

A publicação escolhida para análise da página da revista Carta Capital é um vídeo do diretor de redação do veículo de comunicação, Mino Carta, em que ele apresenta a próxima capa da revista, que é sobre Marielle Franco, e explica sobre o acontecimento sobre a morte dela no dia anterior. No vídeo opinativo, declarado um “longo desabafo” pelo próprio, ele fala sobre as lições que ficaram de Marielle e também sobre desequilíbrio social, que para ele, é o verdadeiro problema do Brasil. Já a publicação da página da revista Veja, apresenta imagem da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco, a qual foi colocada de capa da página. Na descrição da foto estão informações de como e onde a vereadora do PSOL-RJ foi morta.

A partir desse corpus, pode-se interpretar que a maioria dos internautas que reagiram à publicação da página da revista Carta Capital não expressaram opinião pelas reações, apenas curtiram a publicação (88%) de modo que pudessem participar da conversação de uma forma mais branda (RECUERO, 2014). Dos que apresentaram, reagiram, em maioria, com reação de tristeza (9%) à notícia e ao conteúdo apresentado pelo veículo, reação que é esperada levando em consideração o ocorrido.

Gráfico 1: Comparação entre as reações das publicações escolhidas para análise



Fonte: elaborado pela autora

Quanto aos internautas que interagiram na publicação da página da revista Veja, temos também, em maioria, apenas o “curtir”, ou seja, não demonstraram opinião em relação à notícia, apenas reagiram de forma branda. Dos que demonstraram, teve como quantidade significativa as reações tristes (16%) e de raiva (8%), mas também demonstraram um comportamento peculiar, levando em conta a quantia de reações “haha” (6%), que, aparentemente, demonstra um tratamento irônico com o fato.

Quadro 1 - Exemplos de comentários com crítica ao PSOL	
Carta Capital	Indignação e dores seletivas, com cunho partidário.... A cara do PSOL e da Carta Capital. #amesmamerda
Veja	Bandido é bandido e acabou!!! Espero que o PSOL e os esquerdopatas doentes aprendam a lição e parem de tratar vagabundo como vítimas da sociedade!
	A vereadora Marielle Franco, filiada ao PSOL do RJ, foi assassinada a tiros. Eu defendo uma política de segurança que encarcere o autor do crime pelo resto da vida. Já o partido de Marielle, e provavelmente ela quando viva, defendem uma política de segurança que educaria o criminoso com aulas de berimbau.

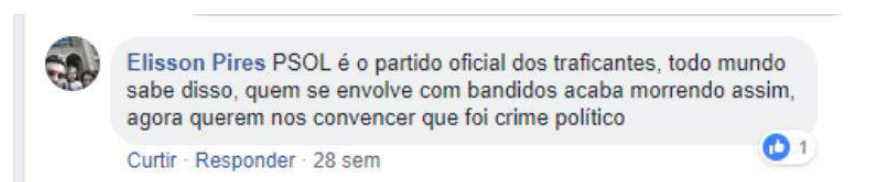
Fonte: Elaborado pela autora

Outro apontamento é em relação aos comentários, forma de conversação que torna evidente a opinião do internauta (RECUERO, 2014). Alguns exemplos de conversação de ambos os veículos de comunicação apresentam opiniões ofensivas, principalmente em relação ao partido da vereadora e ao que ele prega.

Do total de comentários, cerca de 1,5 % dos efetuados na publicação da página da revista Carta Capital contém críticas diretas ao PSOL. Já na página da revista Veja, 12,5 % dos comentários tem o mesmo teor.

Analisando o teor dos comentários, pode-se ter noção do tipo de conteúdo encontrado entre as conversações. Internautas ironizam o argumento utilizado pelos defensores dos direitos humanos, uma vez que estes pregam a valorização da vida do ser humano e que uma pessoa não é criminosa por natureza, mas sim influenciada pela sociedade e contexto em que é inserida.

Figura 1: Reprodução de comentário da página da revista Veja



Fonte: reprodução/Facebook¹⁴

Além disso, internautas apresentam discurso em que criticam o partido (PSOL), dando a entender que este possa ser o motivo da execução da vereadora.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o recolhimento do material a ser analisado e após análise flutuante inicial, percebeu-se a existência de comentários que desvalorizam não só Marielle Franco e seus ideais, mas também seu partido (PSOL-RJ). Como Silveira (2007) enquadra no conceito de discurso de ódio a desqualificação e inferiorização de indivíduos e o grupo ao qual pertencem, podemos considerar que as conversações que contenham ofensas

¹⁴ Disponível em:

<https://www.facebook.com/veja/photos/a.10150652106155617/10155911035875617/?type=3&comment_id=10155911062830617&comment_tracking=%7B%22tn%22%3A%22R%2345%22%7D>. Acesso em 2 out. 2018.

e até ironias (as quais tratam da desvalorização do indivíduo) estão enquadradas no discurso de ódio, o que ocorre com grande incidência.

Além disso, a incidência de comentários negativos quanto ao partido são, em maioria, efetuados na publicação da página da revista Veja. Com isso, é possível concordar com a hipótese de que a oposição partidária promove conversações depreciativas e acarretam em um ambiente conflituoso, levando em conta a posição e opinião dos internautas em relação ao partido da vereadora.

Infere-se, com base nas análises, que se evidencia na comunicação digital por meio de plataformas de conversação e manifestação de expressão, o discurso do ódio e dissemina-se a intolerância de forma quase viral. Outro aspecto a destacar é que se observa ainda a transferência deste discurso para atos que ultrapassam a dimensão do virtual ou ciberespaço, e invadem a vida cotidiana. O caso Marielle, a exemplo do que também se observam na polarização de discursos e atos após o primeiro turno das eleições de 2018 no Brasil, ilustram um crescimento da intolerância, da violência verbal, física ou material.

Tais inferências sinalizam para a necessidade de combater tais discursos de ódio e intolerância. Um dos caminhos é a ampliação do investimento em educação e iniciativas que permitam a difusão da informação, do conhecimento e a formação como forma de esclarecimento da população acerca das realidades sociais que se instauram no contemporâneo, afrontando direitos como o da liberdade de expressão, manifestação ou escolha de qualquer cidadão em regimes democráticos, onde também se observa um retrocesso nos modos de pensar e agir, que compactuam com as agressões a esses direitos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

MEDEIROS, H. S.; DINIZ, J. M. A.; ARRUDA, D. M. O. **Difusão de ações antiéticas por partidos políticos brasileiros e as reações de usuários no Facebook**. Intercom - RBCC São Paulo, v.39, n.3, p.79-98, set./dez. 2016.

RECUERO, R. Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook. **Verso e Reverso**, v.28, n.68, p.114-124, mai. Ago., 2014. doi: 10.4013/ver.2014.28.68.06



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

SILVEIRA, R. M. **Liberdade de expressão e discurso do ódio**. 2007. 130 f.
Dissertação (Mestrado em Direito Público) - Programa de Pós-Graduação em Direito,
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG, 2007.



LIVRO-REPORTAGEM: EU LUTO – A SUPERAÇÃO DAS PERDAS NA CIÊNCIA E NA FÉ

Letícia de Oliveira Koehler, João Guilherme da Costa Franco Silva D’Arcadia
e-mail: leticia.o.koehler@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto científico consiste na elaboração de um livro-reportagem com entrevistas de perfil independentes sobre relatos de luto, que trabalham em três eixos temáticos ao longo de sua produção.

Edvaldo Pereira Lima (2009) explica que o livro-reportagem é um meio de comunicação que consegue incorporar elementos da literatura, do jornalismo, da antropologia, da sociologia, da psicologia e da história, mas acima de tudo, tem o principal objetivo de divulgar histórias.

A sua importância se dá pelo fato de que os meios de comunicação têm poucas obras publicadas visando o luto, que envolvem desde reportagens até matérias convencionais. É importante para o jornalista adquirir habilidades com essa parte psíquica de suas fontes e também sobre o assunto, que é o luto, contribuindo com a parte de divulgação dessas informações pouco exploradas até hoje nos meios de comunicação.

Os relatos sobre o luto são compostos por diversas perspectivas em volta de um tipo de relacionamento: um pai que perdeu um filho, uma mulher que perdeu o marido, etc. Expõe-se a fragilidade, a perda e a superação por meio de entrevista aberta que “é essencialmente exploratória e flexível, não havendo sequência predeterminada de questões ou parâmetros de respostas” (DUARTE; BARROS, 2006, p. 65).

Hoje em dia, necessita-se de mais profissionais que falem sobre assuntos-tabu que a sociedade ainda não consegue conversar abertamente. É essencial que livros, jornais, rádios, tvs sejam abertos a esse tipo de assunto, agregando mais informações para fornecer ao seu público a fim de informar sobre diversos temas, ainda mais esses que são relacionados a morte.

Segundo Tada e Kovács (2007), pode-se afirmar “[...] que o luto seria o processo de elaboração do sentimento de pesar devido à perda de uma pessoa querida, que

envolve, portanto, muita tristeza”. Observando em um plano geral, como a ciência e a religião trabalham para ajudar e as pessoas que estão em luto? Elas se contradizem em algum momento? Como cada um explica e trabalha o assunto? Há também a diferença sobre encarar a morte de alguma pessoa pela ótica da religião e da ciência, quais são seus pontos que mais influenciam a percepção das pessoas enquanto passivas a situação por falta de conhecimento.

2 METODOLOGIA

Para desenvolver o projeto experimental, é necessário a utilização de três ferramentas que constituem os recursos de captação de informação que são a pesquisa bibliográfica, a biografia e a entrevista em profundidade do tipo aberta e semiaberta.

Para auxiliar a captação das informações, sejam elas via entrevista ou pesquisa bibliográfica, que visam criar o projeto transparecendo o máximo de versões de cada entrevistado, é indescritível entender que “as técnicas de pesquisa disponíveis na literatura são como um conjunto de ferramentas. A escolha adequada da ferramenta de trabalho é fundamental para conseguir êxito na pesquisa” (DUARTE; BARROS, 2008, p.45).

A primeira delas foi a pesquisa bibliográfica que tem como objetivo captar informações referentes ao tema em estudo, o luto. Esse método prevê a captação de produções e documentos que são concernentes ao projeto criado.

Já a segunda etapa se deu pelo detalhamento da biografia, que significa uma forma de reprodução detalhada, de relatos sobre a vida de uma pessoa. Relatar os momentos com os quais as pessoas passaram para conviver com a experiência do luto é de essencial importância no trabalho pois com a retratação desses fatos a humanização do livro-reportagem se faz presente, mostrando que todos passam ou passarão por isso algum dia de formas diferentes, seja essa forma profissional ou pessoal.

Por fim, a terceira e última etapa, que se resume em diversas entrevistas de profundidade com pessoas enlutadas, profissionais da área da saúde e líderes religiosos que poderiam atuar de forma positiva a explicar o luto por diversas vertentes. Com essa parte, que fornece a sustentação ao livro-reportagem, as entrevistas em

profundidade foram realizadas individualmente com cada entrevistado, desconsiderando qualquer interferência de pessoas que não participassem da história.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após terminar as entrevistas e verificar o número de pessoas que tratam o luto de uma forma diferente, chega-se ao resultado de que a experiência vivida de um enlutado, um líder religioso e um profissional da saúde são totalmente diferentes, mas muito parecidas dentro de seus segmentos.

No âmbito das crenças que são o catolicismo, protestantismo e o espiritismo, ambos acreditam que há um reencontro com o enlutado e a pessoa que morreu, este é um dos pontos semelhantes dos quais as três possuem. Todos acreditam também em um Deus superior, que cuidará de cada um que faleceu. Há a diferença no espiritismo, que acredita que cada indivíduo possa ser reencarnado, diferente da doutrina católica e protestante.

Observando os profissionais da saúde que são a psiquiatra e a enfermeira, ambas precisam conter sentimento com os familiares que vivem o luto. Existe uma ética interna que proíbe a divulgação do detalhamento da morte, mas como o objetivo do livro é o tratamento do luto, tudo foi justificado e consentido com as declarações das mesmas. Talvez uma das partes que influenciam a pouca produção do assunto na comunicação seja a dificuldade em captar informações sobre o tema.

Tratando-se da base do livro, os relatos de luto pela experiência dos enlutados foram primordiais ao dar início ao livro, uma vez que eles fazem a ligação com todas as outras fontes. Todos os familiares detêm uma visão de que após a morte há um reencontro com os entes queridos que já se foram e essa afirmação é baseada em suas crenças espirituais. Apenas uma pessoa das três que foram entrevistadas diz estar em luto até hoje, as outras duas contam que o luto foi um momento difícil, mas que já superado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências sobre o luto por diversas visões devem ser exploradas e divulgadas para as pessoas para que possam conhecer a experiência de cada pessoa em torno de um assunto que atinge todo mundo. Com base nisso, o livro-reportagem



foi o formato escolhido por promover uma abordagem aprofundada e contextualizada, que visa perfazer a ausência de informações e relatos existentes acerca do luto.

REFERÊNCIAS

DUARTE, J.; BARROS, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LIMA, E. P. **Páginas ampliadas**: o livro reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. 4. ed. São Paulo: Manole, 2009.

TADA, I. N. C., & KOVÁCS, M. J. (2007). Conversando sobre a morte e o morrer na área da deficiência. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 27 (1), 120-131.



MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Ana Paula Leandrin; Maria Caroline dos Santos Souza; Prof. Ms. Renato Zanolla Montefusco, e-mail: rzmontefusco@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe-se a observar o tema “mercado de valores mobiliários”. Para tanto, utilizar-se-á o método dedutivo o qual se fundou na pesquisa bibliográfica de doutrinas acerca do tema, legislação pátria, jurisprudenciais e instruções normativas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Também objetiva-se expor como problemática o período de silêncio ou **quiet period**, segundo o direito norte americano exigido pela comissão de valores mobiliários (CVM) na emissão e divulgação de valores.

Tendo em vista o período econômico moderno, o qual há uma pluralidade de agentes econômicos sendo alguns deles: indivíduo, conjunto de indivíduos, instituição ou conjunto de instituições que, através das suas decisões e ações, tomadas racionalmente, influenciam de alguma forma a economia onde cada um desempenha papel fundamental no que tange a movimentação do mercado e do mercado de valores mobiliários e financeiro, se observa a necessidade de suprir os interesses desses agentes econômicos, desta feita surgiram instituições para intermediar as operações entre eles, bem como o desenvolvimento de instrumentos, sistemas, regras e procedimentos, para organizar, controlar e potencializar esse mercado. Até o início da década de 60 os valores mobiliários não possuíam relevância significativa para a economia brasileira, ou seja, nessa época não havia um órgão próprio que regulamentasse quiçá fiscalizasse esse nicho de mercado. Na década de 60, particularmente em 1964 observa-se o fortalecimento desse segmento, pois o mesmo aperfeiçoa-se na medida em que criavam-se legislações específicas para tratar do tema e, por conseguinte, vislumbrou-se o desenvolvimento do mercado de capitais.

Em suma, o mercado de valores mobiliários constitui-se pela captação de poupança popular, por meio de instituições e instrumentos que possibilitam essa captação. Este pode ser dividido em mercado primário (realização das operações de subscrição e emissão de ações e outros valores mobiliários) e mercado secundário

(compra e venda de valores mobiliários). Para a formação e fomento desse mercado temos as bolsas de valores e o mercado de balcão. Com relação a bolsa de valores primeiramente se faz necessário trazer o conceito da mesma que segundo lições do autor André Luiz Santa Cruz:

Trata-se de associação privada formada por sociedades corretoras que por meio de autorização da CVM, presta serviço público inegável, consistente na manutenção de local adequado à realização das operações de compra e venda dos diversos valores mobiliários emitidos pelas companhias. (Ramos, 2014, p.280).

Sua origem pode ser observada na antiguidade em meados de 1531, em Bruges, atual Bélgica. Foi nessa época que os mercadores começaram a se reunirem em locais abertos para comercializarem (negociarem) seus bens comerciais. Posteriormente seus encontros passaram a ser no edifício de propriedade família Van der Buerse. (Pinheiro, 2014).

2 METODOLOGIA

A metodologia do trabalho foi baseada no método dedutivo. Para tanto, foi utilizado pesquisa teórica a fontes bibliográficas relacionadas ao direito empresarial, especificamente as sociedades anônimas. Além da pesquisa bibliográfica a consulta à legislação pátria e a jurisprudências sobre a temática proposta também foram objeto de pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No Brasil a primeira bolsa surgiu em 1845, mas foi em 1876 com a cotação de títulos em um pregão que foi observado o pontapé inicial para o funcionamento das bolsas no Brasil. Nesse período foi criada a bolsa de valores com cede na cidade do Rio de Janeiro e ao transcorrer do tempo foram se espalhando pelo país. Em 1890 foi criada a bolsa de valores de São Paulo (Bovespa) tornando-se a bolsa mais importante do país em se tratando de negociações de valores mobiliários.

As bolsas de valores são entidades privadas de caráter comercial, negociam títulos emitidos por empresas e o capital dessas pode ser público, misto ou privado. Sua função se concentra em fortalecer o mercado de capitais e o desenvolvimento econômico e, como atuam na prestação de serviços públicos

dependem da autorização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda, porém sem subordinação hierárquica, que exerce poder fiscalizador e tem a finalidade de disciplinar e fiscalizar o mercado de valores mobiliários, aplicando punições àqueles que descumprem as regras estabelecidas.

Quanto ao mercado de balcão, trata-se de um dos segmentos do mercado de capital e é onde ocorre as negociações de papéis que podem ou não serem comercializados pela bolsa. Em consequência disso, seu grau de liquidez é menor, ou seja, há uma dificuldade de revenda dos valores negociados nesse mercado, todavia diferentemente da bolsa que exige transparência em suas negociações, nesse existe uma especificidade qual seja: maior sigilo, mas apesar das operações ocorrerem fora da bolsa esses títulos também conferem segurança aos seus adquirentes, pois os títulos negociados nesse mercado obrigatoriamente são registrados em uma **Clearing** (casa de custódia).

O mercado de balcão subdivide-se em organizado e desorganizado; poderá ser chamado de organizado quando possuir alguma instituição que lhe regule e por isso haverá auto-regulamentação, isto é, menor risco quando comparado ao mercado não organizado, qual seja, um sistema eletrônico de negociação com toda organização de compra e venda, já o desorganizado compõe-se por intermediários que atuam neste ambiente. sendo estes agentes: instituições financeiras, bancos de investimento, sociedades que compram e revendem valores mobiliários, corretores de valores mobiliários entre outros.

Sobre os valores mobiliários, conceitua Requião (2011, pg. 102) “a expressão “valores mobiliários” tem seu correspondente no direito norte-americano na palavra *securities*”. **Securieties** significa seguridades, ou seja, documentos que asseguram a propriedade de seus titulares, por exemplo, títulos e ações. Seu surgimento está ligado a necessidade de transporte rápido e seguro de dinheiro de uma praça para outra. É possível analisar os valores mobiliários em dois aspectos, primeiro sob o ponto de vista dos titulares, segundo sob a perspectiva da sociedade. Em detrimento dos titulares os valores mobiliários são uma forma de empregar suas economias (dinheiro) visando uma vantagem (lucro) posterior; todavia, sujeitando-se aos riscos do investimento. Já em relação as sociedades, esses valores estão ligados a possibilidade de obtenção de



crédito de forma rápida e flexível. Em suma, valores mobiliários possuem natureza fungível, circulam publicamente, entretanto por existir características diversas entre si, geram direitos distintos aos seus titulares.

De acordo com o artigo 2º da lei 6.385/76, são valores mobiliários: as ações, debêntures e bônus de subscrição; os cupons, direitos, recibos de subscrição e certificados de desdobramento relativos aos valores mobiliários referidos no inciso II; os certificados de depósito de valores mobiliários entre outros que são elencados no mesmo dispositivo. Vale ressaltar que os valores citados acima já estão em conformidade com as alterações feita pelas leis 10.303/2001 e 10.411/2002.

Em tempo, uma breve explanação acerca da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e seu poder de regulamentação se faz necessário. Com sua origem em 07/12/1976 pela Lei 6.385/76, é uma autarquia federal, possui um regime especial, está vinculada ao Ministério da Fazenda e independe de qualquer subordinação hierárquica. A CVM tem como princípio defender a legalidade nas transações de valores mobiliários em geral, para o desenvolvimento da economia. Sua função é regulamentar o funcionamento do mercado de capitais, fiscalizar a atuação dos mesmos e autorizar a constituição, emissão e negociação dos valores mobiliários. Todos os poderes conferidos a CVM para o exercício da tutela ao mercado de valores mobiliários estão previstos na lei 6.385/76 também se verifica algumas situações prevista na lei 6.404/76, a título de exemplo temos o art. 155 da referida lei.

Em vista dos argumentos apresentados e do tema proposto, não é possível deixar de mencionar a problemática relacionada ao período de silêncio ou **quiet period** em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários. De início é importante uma breve conceituação do que seja “período de silêncio”, ou seja, é uma regra imposta pela CVM à emissora, ao ofertante, as Instituições Intermediárias, envolvidas em oferta pública de distribuição, decidida ou projetada, e as pessoas que com estes estejam trabalhando ou assessorando de qualquer forma. Entretanto, essa regra não possui amparo na regulamentação brasileira, estando prevista apenas no artigo 48, da instrução 400/03 da CVM.

Acerca das regras acima mencionadas, o período de silêncio é objeto de decisões nos tribunais, nesse sentido, observa-se a sanção aplicada a Zeinal Abedin Mohamed Bava Ex-presidente da companhia Oi S.A.:

Ementa: Manifestação pública, posteriormente divulgada nos meios de comunicação, do presidente da companhia à época, **sobre a oferta pública de distribuição de ações da Oi S.A, ainda em curso, em período vedado pela CVM.** Multa [...]decidiu: APLICAR ao acusado Zeinal Abedin Mohamed Bava a penalidade de multa pecuniária no valor de R\$200.000,00 por sua manifestação, na qualidade de presidente da companhia à época, **sobre oferta pública de distribuição de ações da Oi S.A., ainda em curso, em período vedado pela CVM, infringindo, dessa forma, o disposto no art. 48, IV, da Instrução CVM nº 400/03[...].** Julgado nºRJ2016/2965 (CVM,2017).
Grifo nosso

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, é lícito supor que as ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, independentemente de estarem registradas na comissão de valores mobiliários (CVM), se sujeitam ao período de silêncio. Com base nisso, uma das justificativas dada pela CVM para tal rigor é a segurança garantida aos investidores, uma vez que é vedado a divulgação de ofertas públicas de distribuição, obstando que certas informações sejam passadas para os investidores e esses acabem, pela especulação indevida, desconsiderando os riscos do investimento ou até mesmo o vislumbre de que ao adquirir os determinados valores tal aquisição lhes traga apenas resultados positivos. A orientação da CVM é que, em suas manifestações públicas, os envolvidos na oferta se atenham ao que está no prospecto.

Desta feita, entende-se que a problemática no entorno do silêncio encontra-se não apenas na precoce divulgação de ofertas públicas por parte das emissoras ou de seus gestores, como também, nas vantagens que pode auferir aos investidores institucionais em detrimento dos pequenos investidores.

Nesse sentido, há de se considerar, que essa exigência por mais que tenha como principal objetivo oferecer segurança aos possíveis investidores acaba abrindo margem para fraudes nas operações tanto por parte da emissora como dos investidores institucionais. No último caso, isso ocorre por conta da maior facilidade desses grandes investidores obterem informações e utilizando-se delas adquirem valores mobiliários, os quais lhes proporcionam um crescimento econômico imensurável. Ao passo que os pequenos investidores ficam à mercê do que consta no prospecto.

Em última análise e, em breve conclusão, cabe esclarecer que em razão do problema mencionado e com objetivo de dar uma solução ao mesmo, seria plausível se a CVM proporcionasse aos investidores de forma geral um acesso amplo as

informações de ofertas dos valores mobiliários. Isso impediria que apenas alguns fossem privilegiados. É importante frisar que essa atitude não iria mudar em nada o poder da Comissão de Valores Mobiliários de regulamentar e fiscalizar essas operações, pois a mesma continuaria intervindo na emissão e distribuição e se caso detectasse irregularidades, quiçá desrespeito ao prospecto em tela para a emissão dos valores ao mercado, poderia aplicar sanções como já o faz.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BTGPACTUAL DIGITAL. **Bolsa de valores: o que é, como funciona e como investir.** Disponível em:

<<https://www.btgpactualdigital.com/blog/investimentos/tudo-sobre-bolsa-de-valores>>
Acesso em: 23 set. de 2018

CVM, Comissão de Valores Mobiliários. **Instrução CVM 400.** Disponível em:

<<http://www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst400.html>> Acesso em: 25 set. de 2018

CVM, Comissão de Valores Mobiliários. **PROCESSO ADMINISTRATIVO**

SANZIONADOR nºRJ2016/2965. Relator: Henrique Balduino Machado Moreira. Rio de Janeiro, decisão em 25 de abril de 2017. Disponível em:

<[file:///C:/Users/danil/Downloads/RJ20162965_Zeinal_Abedin_Bava%20\(6\).pdf](file:///C:/Users/danil/Downloads/RJ20162965_Zeinal_Abedin_Bava%20(6).pdf)>
Acesso em: 07 set. 2018

FILHO, A. O. M. **O conceito de valor mobiliário.** Rev. adm. Vol.25 no. 2 São Paulo Apr./June 1985. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901985000200003>
Acesso em: 24 set. de 2018

PINHEIRO, J. L. **História da Bolsa de Valores**, 2014. Disponível

em:<http://www.mercadocomum.com/site/artigo/detalhar/historia_da_bolsa_de_valores/materias-publicadas> Acesso em: 09 out. 2018

PORTAL DO INVESTIDOR. **O Mercado de valores Mobiliários.** Disponível

em:<http://portaldoinvestidor.gov.br/menu/Menu_Investidor/introducao_geral/introducao_mercado.html> Acesso em: 23 set. de 2018

PORTAL EDUCAÇÃO. **Agentes Econômicos.** Disponível em:

<<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/administracao/agentes-economicos/29471>> Acesso em: 23 set. de 2018

RAMOS, A. L. S. C. **Direito empresarial esquematizado.** 4. Ed. São Paulo: método, 2014.

REQUIÃO, R. **Curso de direito comercial**, 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. V. 2



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

TOMAZETTE, M. **Curso de direito empresarial: teoria geral e direito societário**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011. v. 1.



MODIFICAÇÕES NA ÁREA DO DIREITO COM A REVOLUÇÃO 4.0 PROPOSTA POR KLAUS SCHWAB

Marcos Alexandre Baicaicoa, Isabella Unterrichter Rechtenthal,
e-mail: mab.baicaicoa@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A revolução 4.0, ou seja, a Quarta Revolução Industrial, é um processo proposto por Klaus Schwab em A quarta revolução industrial (2016), que o define como um evento que, como as revoluções anteriores, causará grandes impactos no modo de viver do ser humano e, conseqüentemente, trará mudanças também a área jurídica.

Segundo o estudioso (SCHWAB, 2016), esse processo interferirá sobretudo nas relações de produção e empregabilidade em uma esfera global, atingindo à população como um todo. Por conta disso, desperta-se a necessidade de atentar os profissionais da área de Direito às possíveis mudanças, previstas por especialistas e empresas, que decorrerão dessa revolução, que exigirão maior flexibilidade para lidar com elas, tanto pelos profissionais que já atuam quanto por aqueles em processo de formação, justificando-se, desse modo, o presente projeto de pesquisa.

2 METODOLOGIA

O presente projeto de pesquisa baseia-se em levantamento de referencial bibliográfico pelo método dedutivo para sustentar as informações defendidas e apresentadas. Para isso, basear-se-á em artigos científicos, livros e trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado relacionados ao tema do trabalho em questão. Por ora, o principal referencial teórico são os pressupostos de Klaus Schwab no que se refere à Quarta Revolução Industrial, conceito relativamente recente sobre o qual ainda há poucos estudos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No universo globalizado em que vivemos, é cada vez mais comum concordarmos com a máxima de que estamos inseridos em um mundo sem fronteiras, resultado direto dos avanços tecnológicos que encurtaram distâncias sobretudo por

conta do uso da internet, que conecta indivíduos do mundo inteiro por meio da rede. Tais formas de comunicação influenciaram, nas últimas décadas, diretamente no comportamento humano, suas relações sociais e, ainda, de trabalho, havendo uma transformação em diversas áreas da sociedade. Uma delas é o campo de atuação do profissional de Direito que, ciente dessas transformações, precisa reavaliar e prever como será o seu campo de atuação a partir das futuras necessidades exigidas pela população.

Klaus Schwab, fundador e presidente executivo do Fórum Econômico Mundial, apresenta em A Quarta Revolução Industrial projeções bem precisas sobre o que será necessário, o que será problemático, quais serão as dificuldades e postula possíveis conselhos sobre como agir perante o fenômeno. A Quarta Revolução Industrial, em seu entendimento, será diferente das revoluções industriais anteriores; segundo o estudioso, os mundos biológico, físico e virtual irão se fundir de uma maneira extremamente complexa. Consequentemente, teremos a propagação rápida das tecnologias, gerando incompatibilidade entre seu avanço e o tempo necessário para avaliação humana sobre as legalidades destas, interferindo diretamente no exercício do Direito. (SCHWAB, 2016)

Inúmeras questões e novas percepções no decorrer do fenômeno serão adotadas, e Schwab (2016) determina que, caso haja a necessidade de soluções para tais, essas deverão ser rápidas e eficientes, além de ser preciso que haja pré-soluções para que tal fenômeno não cause males à sociedade.

Muitos podem enxergar como uma utopia esta relação de avanço tecnológico, porém, como traz VITORINO, no Brasil o sistema Watson da IBM (International Business Machines) vem operando na área da advocacia com sucesso, auxiliando escritórios nas áreas de atendimento e pesquisa, descobrindo palavras de duplos sentidos, ironias e charadas, obtendo resultados e respostas rápidas de forma eficiente, se tornando cada vez mais promissor na área.

Klaus Schwab toma como ponto de partida o avanço da tecnologia digital pelo qual já viemos passando desde o final do século XX, que permite que várias cadeias novas de empregos sejam criadas, com maior flexibilidade de horários, sobre o que se necessita na economia. Um exemplo é o advento do serviço dos Ubers em relação aos taxistas: esses possuem direitos trabalhistas que aqueles não têm, mas possuem,

em contrapartida, maior autonomia para exercer seu serviço, como a flexibilidade do horário, por exemplo. As novas formas de propriedade de empresas também chamam a atenção de Schwab (2016), visto que há mudanças constantes de gestão, gerenciamento, logística e prestação de serviços, os quais, hoje, podem ser oferecidos, em diferentes situações, de forma virtual por meio da internet.

Como consequência, a tecnologia traz aos mercados maior transparência em transações, porém novas formas de trabalho, bem como o tempo de prestação de serviços, têm aparecido, gerando discussões a respeito de salário e pagamentos de impostos, por exemplo. Um dos exemplos que é citado por SOARES, na problemática sobre impostos, são as dúvidas de imunidade tributária sobre os livros no caso de e-books no Brasil.

Os avanços da tecnologia digital influenciam, além das relações de trabalho, nos processos de segurança e privacidade da população, o que chama a atenção. Segundo Schwab (2016), já há, hoje, discussões a respeito de registros pessoais em bancos de dados virtuais, e nem todos os países possuem uma posição jurídica firmada sobre os limites de coleta e revenda de dados de usuários da internet.

Nesse contexto, é preciso atentar a uma problemática que esse cenário envolve: a necessidade de disponibilidade e de inclusão de todos nesse novo processo. Segundo Schwab (2016), ambas disponibilidade e inclusão precisam ser vistas pelo Governo como necessária forma de avanço do país, cabendo a ele provê-las à população. Assim, urge que os territórios tenham incorporadas as características das revoluções anteriores de forma completa, para que possa ser concluído o avanço da Revolução 4.0 tal como previsto pelo estudioso.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno proposto por Karl Schwab acima apresentado exigirá um novo perfil e formação de juristas, visto que grandes são as chances de meros operadores serem excluídos do mercado de trabalho pelo avanço da automação, vazamentos de dados tornam-se mais corriqueiros e as relações de prestação de serviços e arrecadação de impostos alteram-se a cada dia. Para maior eficiência na defesa dos direitos dos envolvidos nessas novas questões, necessitamos de profissionais que tenham grande



conhecimento de teorias diversas para suprir a necessidade de respostas aos prováveis problemas sociais

A importância de que nos profissionais se atentem a isso existe desde já, visto que temos em nosso presente cenário uma gama grande de operadores do direito e não de juristas. Assim, esta pesquisa, em fase inicial de desenvolvimento, visa a compreensão do futuro cenário de atuação do profissional do direito com base nas mudanças que irão ocorrer devido à chamada Quarta Revolução Industrial em suas diversas perspectivas.

REFERÊNCIAS

SCHWAB, K. **A Quarta Revolução Industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

SOARES, M. G. **A Quarta Revolução Industrial e seus possíveis efeitos no direito, economia e política**. Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, 2018. Disponível em <https://www.migalhas.com.br/arquivos/2018/4/art20180427-05.pdf>,

VITORINO, R. **A Quarta Revolução Industrial e seus Impactos na Advocacia**. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 2016. Disponível em: <https://www.ab2l.org.br/quarta-revolucao-industrial-e-seus-impactos-naadvocacia/>.



MOEDAS VIRTUAIS

Quéren Hapuque dos Santos, Naray Maele de Mello, Alice Protto,
Renato Zanolla Montefusco, e-mail: qureren_hs@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A moeda é o meio pelo qual são efetuadas as transações monetárias. Em regra, trata-se de todo e qualquer ativo que habilitam de forma imediata a solver débitos, com aceitabilidade geral e disponibilidade imediata, e que confere ao seu titular o direito de saque sobre o produto social. Desta forma, as características passíveis de atribuição às moedas são: I) meio de troca, II) reserva de valor e III) unidade de conta.¹ Para essa formação é necessário um processo de adaptação de forma gradativa em que o meio social a transforme em moeda. Sua atividade e circulação são, geralmente, controladas por órgãos governamentais de seus países de origem, sendo estes, responsáveis pelo controle e consolidação do valor.

Ao longo de muito tempo, a sociedade procura formas para a obtenção de vantagens à eficácia de seus atos negociais no comércio. Evidentemente, a evolução deste elemento quanto à forma, valor e diversidade em toda a história econômica na sociedade, aconteceu de forma sólida e eficaz. Insta salientar, no entanto, que com o avanço tecnológico, um novo modelo foi difundido mundialmente no mercado atual, aos quais são denominadas moedas virtuais desenvolvidas por meio da criptografia como uma nova forma de obter vantagens e benefícios econômicos. **(ULRICH, 2014, p. 11)**

O presente artigo visa apresentar, no tocante às moedas virtuais, características claras e objetivas em relação ao seu crescimento e sua forma de ganhar espaço no cenário econômico-social, em busca de desvendar todos os mistérios dessas moedas criptografadas. Sendo assim, para que seja possível entender de forma simples e completa, é imprescindível ter conhecimento de sua origem, formas de utilização e armazenamento entre outros pontos notórios à sua formação como por exemplo sua movimentação no universo virtual e meios de pagamento.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa desdobra-se diante do método analítico-dedutivo. Para tanto, a análise de bibliografia especializada na temática em questão, consulta a sítios especializados acerca das criptomoedas e artigos científicos foram utilizados para basear o trabalho em tela.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As Criptomoedas são classificadas como moedas digitais que utilizam a criptografia como meio de assegurar seu controle e eficácia. O referido sistema se assemelha aos números de série e outros códigos presentes em cédulas, como forma de segurança, combatendo ou impedindo a falsificação. Estes são, portanto, códigos extremamente complexos, dificilmente quebrados ou anulados, dificultando os meios de fraude existentes no mundo econômico virtual.

Nota-se então que assim como as demais, estas moedas são passíveis de realizar transações econômicas de bens e serviços, ressaltando ainda que não passam por inflações e são utilizadas em múltiplos setores. O sistema de criptografia visa assegurar as operações por meio de chaves eletrônicas e digitais, de modo privado e público. A maior ênfase dada para esse sistema é o fato de não haver possibilidade de fraudes e roubo, e a garantia da segurança aos usuários e adquirentes.

Tem-se que, para obtenção ou investimento nessas moedas, foram criadas diversas plataformas, que se responsabilizam em administrá-las. Para isso é necessário efetuar um registro, no qual o investidor passa a ter acesso a cotação dessas moedas, abrangendo a possibilidade de realizar transações com o que foi por ele adquirido.

Para efetuar esse processo é necessário fazer uma transferência de valores, de moeda real, respectivo a quantidade de moedas digitais desejadas. Este valor é transformado então em Tokens digitais representando as criptomoedas.

Principais moedas criptografadas encontradas no mercado:

- **Etherum:** Este é o nome pelo qual opera o sistema da moeda Ether, possibilitando efetuar pagamentos de maneira pseudoanônima, monitorando por meio de blocos em cadeia as transações, caracterizando de modo descentralizado um livro contábil. Ano de lançamento: 2015.

- **Litecoin:** São moedas que possuem modos instantâneos de pagamento e com custo baixo para qualquer investidor em todo o mundo. Funcionam como uma rede e proporcionam aos aderentes, transações rápidas e autonomia em suas próprias finanças.
- **Zcash e Monero:** São moedas cujo principal objetivo visa possibilitar privacidade aos seus usuários. Suas maiores características são os “blockchains”: o da Zcash tende a ser público, enquanto o da Monero, privado.
- **EOS, Bancor e Ardor:** Estes são apenas possíveis projetos de criptomoedas. A Bancor possui uma estrutura de criação de tokens digitais e a Ardor utiliza também os “blockchain” através de uma plataforma de serviço que facilite a produção de outros tokens, buscando resolver eventuais problemas. A EOS assemelha-se a Ethereum com o intuito originário de solucionar problemas referentes às diversas plataformas existentes. Essas moedas já faturaram bilhões mesmo não sendo oficialmente lançadas.

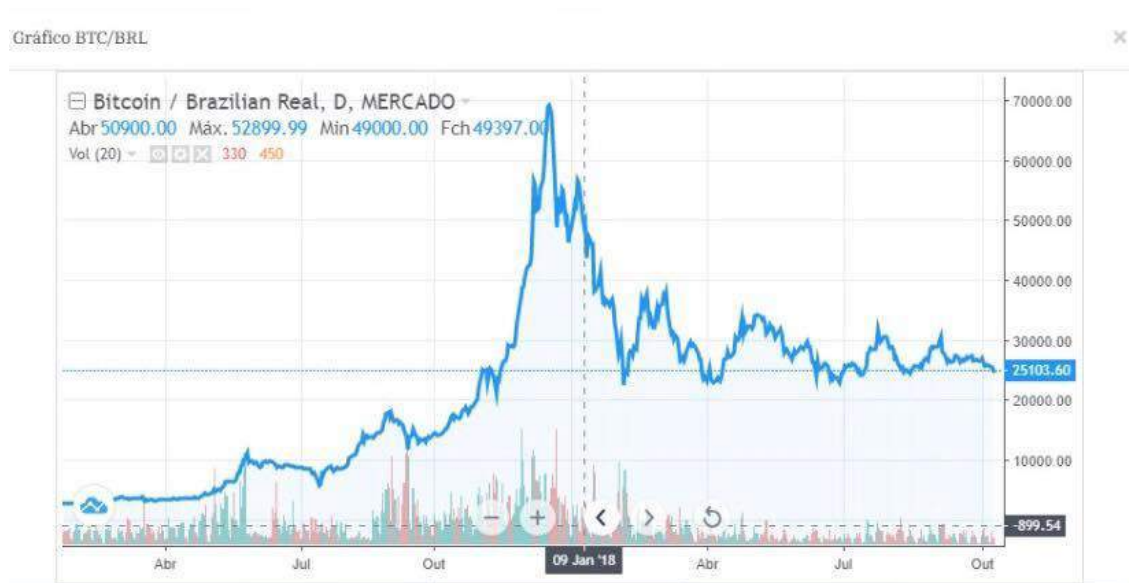
Embora todas possuam seus lugares no mercado econômico, existe entre elas a criptomoeda de maior relevância e conhecimento dos investidores virtuais, sendo elas, as BITCOINS. Esta será a principal moeda estudada no presente artigo. As idéias serão impostas através de pesquisas em plataformas digitais, sua evolução, relevância nos dias atuais e os resultados obtidos pelos investidores e também, dos possíveis riscos não somente a quem investe, mas a todo mercado econômico existente.

3.1 As bitcoins de uma visão geral

Anteriormente a invenção da moeda Bitcoin, as transações virtuais ocorriam somente mediante auxílio de um terceiro. Normalmente, esses terceiros que contribuem, eram instituições financeiras (bancos), como meio de evitar duplicidade nas operações. Criada em 2008 pelo programador Satoshi Nakamoto, surge então a já mencionada moeda Bitcoin. Nakamoto referiu-se a esta da seguinte forma: “O objetivo é realizar trocas comerciais por meio de uma moeda que evite a interferência de terceiros como sistemas de pagamentos eletrônicos, bancos comerciais e até mesmo o Estado que controla e regula os meios de trocas financeiras”. (NAKAMOTO, 2008, p. 1)

Esta tecnologia é totalmente inovadora e excludente de assistência de terceiros nas transações, solucionando a questão de gasto duplo nas negociações.

Todas as movimentações decorrentes da Bitcoin são armazenadas em livro-razão público que registram todos os históricos de transações formando então um banco de dados público. O grande diferencial dessas moedas é a dispensabilidade de um controle central no tocante à emissão e estabilidade de privacidade durante toda e qualquer transação pretendida.

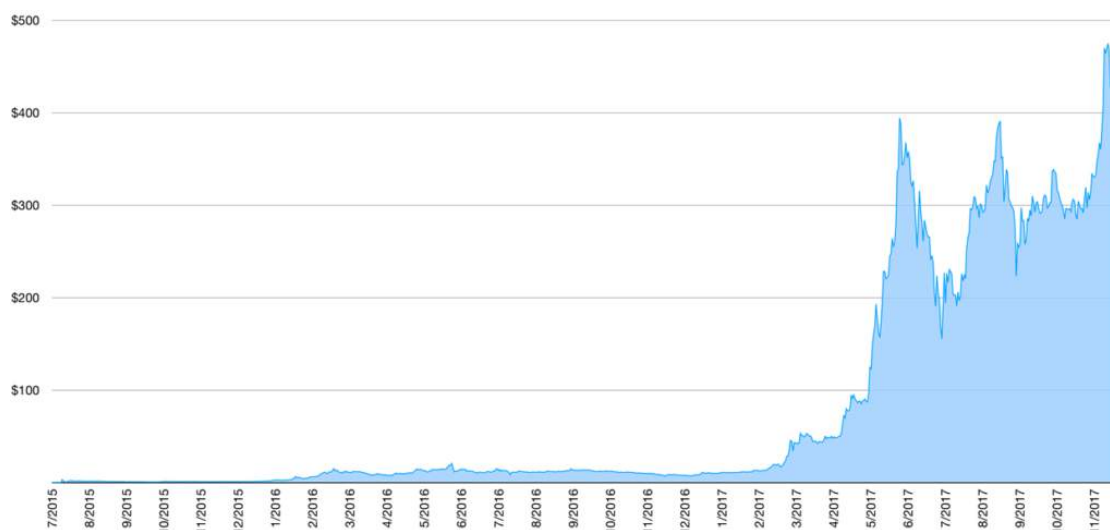


O Bitcoin é um bem incorpóreo implementado na troca de bens e serviços, não se enquadrando na definição de título de crédito virtual, porquanto não contém os requisitos necessários de produção e movimentação, e menos ainda como moeda, pois esta, em cada grau de jurisdição é conceituada por legislação, sendo mediada exclusivamente pela União.

Os investidores são divididos em três classes: os verificadores, que utilizam códigos em um período de 24h buscando analisar cada operação feita no sistema e recebem seu pagamento por taxas de BTC1; os clientes, que usufruem o sistema somente como forma de pagamento e os mineradores, que criam novos Bitcoins como forma de programação, excluindo-os do código-mãe e inserindo-os na circulação.

Analisando as estatísticas e sistemas, **pode-se** concluir que estas moedas possuem compilação de dados e armazenamentos internos que comprovam que o sistema Bitcoin já atingiu um número elevado de investidores assim como de

movimentações financeiras. Diante disso, é passível de análise suas taxas de crescimento e investimentos ao longo dos anos.



Fonte: Blockchain)

O salto realizado entre meados do ano de 2013 se deve pelo fato do congresso e o senado americano levar em pauta a discussão sobre o que é permitido ou não nas transferências entre o Bitcoin. Nesta discussão o Departamento de justiça americano deu parecer favorável ao meio de troca virtual, afirmando que as divisas virtuais têm o potencial de promover um comércio global mais eficiente. Isto deu confiança para que houvesse uma adesão considerável de usuários, que a partir deste momento, o sistema Bitcoin só obteve taxas crescentes. (EXAME, 2013)

De imediato, têm-se uma análise segura do quanto as criptomoedas ganhou agregaram usuários e se tornaram populares em seu meio, tanto para consumo quanto para mero investimentos, demonstrando a eficiência e segurança deste sistema para com os usuários. Apesar de toda essa segurança oferecida, há também certos riscos e inseguranças.

Desta forma, tem-se que a Bitcoin não possui valor de mercado fixo, podendo variar de semana a semana, impedindo uma estabilidade nos lucros. Outra crítica apontada é a ausência de órgão competente e legislação aplicável para regulamentar a cotação do ativo no mercado internacional. Visto que o preço delas é determinado pelas leis de oferta e procura e pelas forças de mercado, podendo haver um grande risco a quem investe.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os pontos abordados, conclui-se que, as criptomoedas possuem um grande potencial de crescimento na sociedade de acordo com as estimativas. Devido ao fato de ainda não serem moedas paralelas ao sistema monetário das nações, estas não ainda geram grande impacto na economia, sendo, portanto, o número de aderentes de extrema relevância, até mesmo de pessoas jurídicas.

Em se tratando de Bitcoins, observa-se que, a expectativa de lucros, embora aderido por diversas empresas físicas e virtuais, é futura. Uma grande barreira é imposta mediante a volatilidade que a torna de difícil adesão, sendo ainda relevante ressaltar, novamente, os possíveis ataques cibernéticos que podem afetar a segurança e confianças dos compradores. Apesar de todos os riscos exposto no presente artigo, as moedas virtuais ainda são o modo mais rápido e eficaz de se efetuar transações financeiras atualmente, tornando esta, a sua maior vantagem.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **BC esclarece sobre os riscos decorrentes da aquisição das chamadas “moedas virtuais” ou “ moedas criptografadas”**. Brasília, 2014.

BLOCKCHAIN. **Database of Bitcoin**. Disponível em: <https://blockchain.info/pt/>.

NAKAMOTO, S. **Bitcoin: A Peer-to-Peer Electronic Cash System**. Disponível em: <https://bitcoin.org/bitcoin.pdf>

POLITICA MONETARIA. **Moeda** <https://politicamonetaria.webnode.com.br/moeda/>

SENNA, José Julio. **Política Monetária: ideias, experiências e evolução**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010

ULRICH, F. **Bitcoin: a moeda na era digital**. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2014.



NATUREZA JURÍDICA DAS SANÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Nathalia Lucato, Nuria Rizzo, Valéria Miranda Aragon, Renato Zanolla Montefusco
e-mail: rzmontefusco@gmail.com; maria.silva@uol.com.br

1 INTRODUÇÃO

A lei de improbidade administrativa é um marco relevante no que tange aos princípios básicos da administração pública no Brasil. Considerando a história nacional repleta tanto de noticiais como de casos de corrupção, a Lei de Improbidade Administrativa Lei nº 8.429/92, teve como escopo a proteção da moralidade administrativa e do erário público perante atos praticados por agentes públicos no exercício de suas funções ou em decorrência destas. O ato de improbidade, segundo estabelece Eduardo Pessoa em seu dicionário jurídico (2006, p. 169) agente improbo é aquele dotado de desonestidade e deslealdade.

A lei, como instrumento jurídico, nos proporciona alguns meios para o combate à corrupção, no entanto, como pretende-se expor a seguir, existem inúmeros defeitos técnicos no núcleo normativo em tela, o que faz com que haja a necessidade de se implementar legislação mais severa, ou seja, além das sanções civis, sanções penais, para o combate mais eficaz de tais atos, pois conforme relatado acima, a improbidade e a corrupção caminham juntas e ultrapassam fronteiras. Nesse contexto, mesmo existindo legislação que estabelece tutela à improbidade, a mesma, de forma branda aplica exclusivamente sanções civis. É lamentável que assim seja.

Portanto, o presente trabalho pretende apresentar, além das sanções já existentes, de natureza civil, convincente retórica na lei sobre o cabimento de sanções de natureza penal para punição de tais atos considerados como ímprobos na nossa administração pública.

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste estudo científico, foi utilizado o método dedutivo analítico, baseado numa específica revisão de literatura, baseada em pesquisas na legislação, livros, doutrinas, jurisprudências, artigos científicos e revistas jurídicas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A nossa atual lei (8.429/92) contempla, hoje, basicamente três categorias de atos de improbidade administrativa, quais sejam: 1) atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito; 2) atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário; 3) atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública.

Acerca das categorias de atos de improbidade acima colocadas é necessário observar que todas carregam sanções, penas de natureza civis, quais sejam: 1) perda de bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio; 2) ressarcimento integral do dano causado; 3) perda da função pública; 4) suspensão dos direitos políticos; 5) o pagamento de multa civil variável; 6) proibição de contratar com o poder público, receber benefícios, incentivos fiscais e creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário. Contempla ainda controle a propósito da evolução patrimonial dos agentes públicos.

Ao se evidenciar a possibilidade de tais atos serem punidos com sanções de ordem criminal, é necessário, em primeiro lugar, instituir um projeto de lei do atual código penal brasileiro, visando inserir algumas condutas praticadas pelo agente público como sendo típicas, passíveis de sanções penais, pois como já reza o artigo 1º do atual código, não há crime sem lei anterior que o defina.

Importante ressaltar que as normas penais são aquelas que possuem um preceito secundário sancionatório, sejam estes de penas privativas de liberdade, restritivas de direito, prestações pecuniárias ou patrimoniais. Ou seja, o preceito primário descreve uma conduta, e a esta conduta determina a imposição de uma pena ao agente que a comete.

Nesta linha, temos o voto proferido brilhantemente pelo Ministro César Asfor Rocha, seguido pelos Ministros Barros Monteiro, Francisco Peçanha Martins, Vicente Leal, José Delgado, Fernando Gonçalves e Humberto Gomes de Barros, todos do Superior Tribunal de Justiça, em julgamento do HC 22432:

Decisão: A Lei nº 8.429/92 prescreve, no seu art. 12, **um largo elenco de sanções de sumarássima gravidade**, sendo de destacar a perda da função pública e suspensão dos direitos políticos por um lapso de 8 a 10 anos (art. 12, I); a primeira sanção (perda de função pública) é a mais exacerbada do Direito Administrativo Disciplinar e a outra (suspensão dos direitos políticos) é a mais rude exclusão da cidadania. **A meu ver, a Lei nº 8.429/92 veicula inegáveis efeitos sancionatórios**, alguns deles, como a perda da função

pública e a suspensão dos direitos políticos, **somente impingíveis por ato de jurisdição penal, o que faz legítima, ao que entendo, a aplicação da mesma lógica sistêmica que se usa nessa forma jurisdicional especializada (penal), onde não se duvida da plena fruição do foro especial por prerrogativa de função.** De menor relevo, ao que posso ver, que a Lei nº 8.429/92 denomine de civis as sanções de que cogita, pois a natureza das sanções consistentes na perda da função pública e na suspensão dos direitos políticos, **por mais que se diga ao contrário, extrapolam abertamente os domínios do Direito Civil e se situam, também sem dúvida, nos domínios do Direito Penal (sancionatório).** (Grifo nosso)

Conforme assevera o julgado supramencionado, mister observar o entendimento colacionado acerca da aproximação da jurisdição civil e penal. Em semelhante posicionamento já se manifestaram os Ministros do Supremo Tribunal Federal Eros Grau, Ellen Gracie e Gilmar Ferreira Mendes, em seus respectivos votos, no julgamento da ADI – 2797.

(...)IV. Ação de improbidade administrativa: extensão da competência especial por prerrogativa de função estabelecida para o processo penal condenatório contra o mesmo dignitário (§ 2º do art. 84 do C Pr Penal introduzido pela L. 10.628/2002): declaração, por lei, de competência originária não prevista na Constituição: inconstitucionalidade. 1. No plano federal, as hipóteses de competência cível ou criminal dos tribunais da União são as previstas na Constituição da República ou dela implicitamente decorrentes, salvo quando esta mesma remeta à lei a sua fixação. (Grifo nosso)

Com efeito, afigura-se certo que referida lei, como amplamente defendido em doutrina e jurisprudência, para ser aplicada deve ter a técnica da subsunção do fato tido como típico à hipótese legalmente prevista de forma abstrata (técnica das normas prescritivas), ou seja, necessita que a conduta e o fato praticado se adequem à lei.

Esta é a técnica utilizada no Direito Penal. E açambarcada pela Lei de Improbidade Administrativa. Sobre tal assunto, Zaffaroni e Pierangeli (p.101, 2014) nos ensina que:

A lei penal em sentido estrito é a que associa a uma conduta uma pena: lei penal em sentido amplo é a que abarca todos os preceitos jurídicos que precisam as condições e os limites do funcionamento desta relação.

Desta feita, observando o apontamento doutrinário supramencionado é inegável a necessidade de a conduta ímproba estar também associada a uma pena. Por conseguinte, em havendo tipificação penal a máxima insculpida do art. 1º do Código Penal Brasileiro estaria sendo respeitada

Posicionamento que é também defendido nas nossas Cortes, valendo mencionar o Recurso Especial 721190/CE sendo relator o eminente Ministro Luiz Fux:

Decisão: É uníssona a doutrina no sentido de que, quanto aos aspectos sancionatórios da lei de improbidade, impõe-se exegese idêntica à que se **empreende com relação às figuras típicas penais.** (Grifo nosso)

Por questão de bom direito cita-se ainda o Recurso Especial número 513576/MG que teve como relator o Ministro Francisco Falcão:

Reconhecida a ocorrência de fato que tipifica improbidade administrativa, cumpre ao juiz aplicar a correspondente sanção. Para tal efeito, não está obrigado a aplicar cumulativamente todas as penas previstas no art. 12 da Lei 8.429/92, podendo, mediante adequada fundamentação, fixá-las e dosá-las segundo a natureza, a gravidade e as consequências da infração, individualizando-as, se for o caso, sob os princípios do direito penal.

Por todo o exposto, observa-se que estando em consonância as características da lei de improbidade administrativa com as leis do código penal, há razões para as sanções por improbidade equivaler às penais.

Nesse mesmo sentido, se faz presente, qual seja, além das penas de caráter patrimonial, temos que a maioria das sanções adotadas para o ilícito da improbidade administrativa restringem direitos dos cidadãos, direitos estes do mais amplo grau de proteção constitucional, como : a) a cidadania, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, exposto no artigo 1º da Constituição Federal de 1988 (com a suspensão dos direitos políticos); b) direitos sociais (trabalho – com a perda da função pública); c) livre concorrência (proibição de contratar com o poder público) e; d) isonomia (vedado o recebimento de incentivos fiscais ou creditícios)

É possível notar, estas sanções restringem e atingem determinados bens que comprometem, inclusive, a própria dignidade da pessoa humana e, por isso, não podem tais sanções ficarem ao livre arbítrio do direito civil, pois atingem bens maiores dos seres humanos resguardados constitucionalmente, os quais não podem ser dado o caráter de mera sanção patrimonial, o que é desejado por muitos.

A própria Constituição Federal, em seu artigo 5º, XLVI, dispõe que:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XLVI – a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

a) privação ou restrição da liberdade; b) perda de bens;c) multa;d)prestação social alternativa;e) suspensão ou interdição de direitos.

Diante disso, tendencioso concluir que as penas previstas para a improbidade administrativa, por restringirem direitos - inclusive aqui, poder ser mencionado o caráter penal da imposição de multa, pois há também previsão legal para tanto - desenham o caráter sancionatório-penal do instituto aqui em análise.

Para sustentar tal afirmação, tem- se, no direito penal, aquele que comete ilícito, deverá ser punido proporcionalmente ao fato. Para tanto, a lei limita ao magistrado que ele aplique a pena mínima e máxima da condenação de acordo com as causas que agravam e/ou atenuam a pena, bem como prevê a pena de multa, se plausível ao caso.

Sendo assim, apesar da lei apontar todas as sanções que deverão ser impostas ao indivíduo, não significa que estas terão que ser aplicadas concomitantemente, ou seja, poderá o magistrado aplicar somente uma, ou algumas delas pautando-se na culpabilidade do agente.

Nesse sentido, para exemplificar este caso, alguns julgados nesse sentido em sentença proferida na condenação de ação que versava sobre improbidade administrativa. Recurso Especial nº 513576/MG, cujo relator foi o Ministro Francisco Falcão:

Decisão: Reconhecida a ocorrência de fato que tipifica improbidade administrativa, cumpre ao juiz aplicar a correspondente sanção. Para tal efeito, não está obrigado a aplicar cumulativamente todas as penas previstas no art. 12 da Lei 8.429/92, podendo, mediante adequada fundamentação, fixá-las e dosá-las segundo a natureza, a gravidade e as consequências da infração, individualizando-as, se for o caso, sob os princípios de direito penal. **O que não se compatibiliza com o direito é simplesmente dispensar a aplicação da pena em caso de reconhecida ocorrência da infração.** (Grifo nosso)

As sanções do artigo 12 da lei 8.429/92 em conformidade com as sanções previstas de caráter penal, também não são necessariamente cumulativas, cabendo ao julgador do caso, como bem explicita o parágrafo único do artigo, a sua dosimetria.

Portanto, é conclusivo que, existe a identificação dos contornos essencialmente penais à lei em questão, não restando dúvida quanto a esta característica.

Ademais, é necessário trazer à baila o caráter das sentenças proferidas, mesmo em âmbito cível, estas sentenças irão apreciar a imputação da materialidade delituosa, a autoria do fato, fazer um juízo de valor para se ter uma aplicação proporcional da pena ao sujeito improbo para, enfim, poder aplica-la. E, estas sanções, são sanções que restringem direitos constitucionais expressamente garantidos em nossa carta magna, não podendo ser sanções de natureza pura e simplesmente civis, as quais, quando de natureza condenatória, apenas impõe ao sujeito condenação de dar/restituir coisa, fazer ou não fazer. São sanções que envolvem o direito do homem, e não direitos meramente patrimoniais.

É válida, ainda, a observação de que a lei de improbidade administrativa remete em seu processo, alguns aspectos de aplicação subsidiários ao código penal, é possível observar o constante no artigo 17, §12 da lei:

Art.17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.

§ 12. Aplica-se aos depoimentos ou inquirições realizadas nos processos regidos por esta Lei o disposto no art. 221, caput e § 1º, do Código de Processo Penal. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 2001)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em sede final, conclui-se que, ao analisar o espírito da Lei de Improbidade Administrativa, a qual foi objeto de discussão, sob várias vertentes normativas e aspectos é visto que sua natureza tem indiscutível traço penal, ou seja, é mais palpável cogitar em determinada aplicação de regras processuais penais, e não meramente civis.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização de Alexandre de Moraes. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 10 Out. 2018.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Supremo Tribunal Federal. **Embargos de declaração na ação direta de inconstitucionalidade: 2797**. Relator: min. Menezes Direito. Dj: 16/05/2012. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=629993> Acesso em: 10 out. 2018



_____. Superior Tribunal de Justiça. **RECURSO ESPECIAL. REsp. 513.576 - MG 2003/0054006-5.** Relator: Ministro Francisco Falcão. DJ: 06/03/2003. JusBrasil, 2003. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/7175038/recurso-especial-resp-513576-mg-2003-0054006-5/inteiro-teor-12910078> Acesso em: 10 out, 2018.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **REsp: 721190 CE 2005/0014047-2.** Relator: Ministro Luiz Fux. DJ :13/12/2005. JusBrasil. 2005. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/7177034/recurso-especial-resp-721190-ce-2005-0014047-2-stj/relatorio-e-voto-12915449?ref=juris-tabs>. Acesso em: 06.out. 2018

FONSECA, S. R.; JUNIOR, V. A. **Natureza penal da sanção por improbidade administrativa.** 2007. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI34430,31047Natureza+penal+da+sancao+por+improbidade+administrativa>, acesso em: 30. Ago. 2018.

MEIRELESS, H. L. **Mandado de Segurança.** São Paulo: Malheiros, 2005, 28ª edição. Pessoa, Eduardo. Dicionário Jurídico. Rio de Janeiro: Quiloeitora, 2006, 4ª edição.

ZAFFARONI, E. R.; PIERANGELI, J. H. **Manual de Direito Penal Parte Geral.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, 5ª edição, p. 101.



NETFLIX: O IMPACTO DA PLATAFORMA NA CONCORRÊNCIA E NO USUÁRIO

Ana Laura Moreira, Isabela Santoro, Isabela Sifrade, Laura Agostinho,
Paulo Fernando do Nascimento Afonso, e-mail: lauraagostinho@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

A internet teve uma explosão no acesso, apesar de ainda não atingir a toda a população, mais da metade já tem acesso à web. Com o avanço tecnológico vários novos serviços foram disponibilizados e as empresas que não aderiram ao meio digital foram gradativamente ficando para trás. A Netflix surgiu em 1997, alugando filmes na forma física, e hoje está avaliada em mais de U\$100 bilhões, isso graças à visão inovadora do CEO da empresa Reed Hastings. Acompanhando as novas tecnologias e a mudança no perfil do consumidor, a empresa atendeu a demanda e passou a frente de muitas empresas, criando uma disputa até mesmo com a TV a cabo e a pirataria. O streaming impactou na percepção do mercado e também na do consumidor que agora assume um novo papel, o de controlar o conteúdo.

2 METODOLOGIA

A pesquisa das referências bibliográficas foi feita em quatro partes, a primeira era entender a história da Netflix como empresa e os fatos relevantes para que ela fosse um sucesso, assim pudemos montar uma linha do tempo e analisar o seu crescimento.

Os pontos seguintes foram acerca da relação do serviço de streaming nos seus dois maiores concorrentes, a TV a cabo e a pirataria. Não menos importante, foram recolhidos dados acerca do novo modelo de distribuição, o perfil do consumidor, sobre acesso à internet e a pirataria e as estratégias da TV a cabo para se manter no mercado. Com alguns critérios esclarecidos é possível perceber a relação dos fatos e até mesmo fazer uma curta previsão sobre a interação das três modalidades.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. Do analógico ao digital

A Netflix surgiu de forma analógica em 1997, nos Estados Unidos. Originalmente a plataforma surgiu como um serviço de aluguel de DVDs pelo correio.

O usuário pagava uma taxa pelo serviço e recebia o conteúdo em casa, depois de assistir devolvia o DVD pelo mesmo envelope. À época isso já foi inovador, a Blockbuster, principal concorrente no ramo, nunca se recuperou financeiramente tamanha foi a adesão à Netflix e o sucesso de sua nova modalidade de aluguel. Mesmo em 1997, a empresa já visava o conforto do público e maneiras de se reinventar no mercado. Após dois anos trabalhando apenas com a cobrança individual dos áudios visuais, a Netflix ofereceu a assinatura mensal, assim o usuário poderia desfrutar dos conteúdos por tempo ilimitado.

Em 2007, com o avanço tecnológico, ela começou a disponibilizar todo conteúdo em um acervo online, assim quem estivesse conectado à internet poderia ter acesso, foi o início do serviço de streaming como conhecemos hoje. A COMCAST, conglomerado de mídia e entretenimento e a maior operadora de cabo dos Estados Unidos, já realizava o serviço a cabo desde que a Netflix ainda fazia os aluguéis de DVD, no entanto, a Netflix visava a máxima qualidade para o consumidor, o que fez com que sua popularidade passasse um novo grande concorrente, a COMCAST. Reed Hasting, um dos fundadores da empresa, acreditava que a qualquer momento a Netflix poderia ser deixada de lado pelos assinantes assim que encontrassem o “mesmo conteúdo” na TV a cabo ou online e gratuito.

Devido a isso a Netflix está sempre atenta aos avanços tecnológicos e é assim que vem passando seus concorrentes, se mantendo atualizada e atendendo as voláteis necessidades do público. Ao longo do tempo a empresa se modernizou e se modelou, garantindo em 2013, segundo artigo da Revista de Radiodifusão da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, cerca de 33 milhões de assinantes em 40 países e mais de um bilhão de horas de conteúdo disponível no mês, com um valor de aproximadamente R\$ 30,00.

Para Reed Hastings, dentro da próxima década todos viverão em um mundo multiplataforma sob demanda, no qual serviços como o dele terão tanta oferta de conteúdo que a ideia de pagar por televisão a cabo será inimaginável (KULESZA; BIBBO, 2013).

3.2 Novo modelo de distribuição

Por muito tempo a TV a cabo propunha um modelo de distribuição de conteúdo que se assemelhava a um ritual, sua grade fechada e limitada ao tempo não permitia interação ou qualquer escolha do usuário, que não tinha opção a não ser seguir a programação. Viam anúncios e mais anúncios sobre sua série preferida, mas tinham que esperar o dia certo chegar, para se sentar no sofá ao horário pré-definido para poder ver um episódio apenas e esse ritual se repetiria na próxima semana, caso não o fizesse ficaria sem saber o que aconteceu naquela semana.

Kulesza e Bibbo (2013) apresentou que 88% das pessoas entrevistadas gostariam de assistir mais de um episódio por vez, pois desejavam discuti-las entre amigos e não gostavam do fato de ter que esperar. A proposta streaming foi revolucionária, mudando toda a agenda do público, quebrando o ritual da TV a Cabo e colocando o público como usuário ativo e interativo em que ele poderia escolher o que queria ver.

Surge o conceito de “anything anytime anywhere” (qualquer coisa a qualquer hora e em qualquer lugar) que resume a proposta do streaming que não tem restrição de tempo, o único requisito é o acesso à internet.

Esse conceito pode ser exemplificado na ação da Netflix, em fevereiro de 2013, de lançar de uma só vez os 13 episódios da primeira temporada da série House Of Cards (drama político). Foi a definitiva quebra do ritual proposto pela TV a Cabo, o público estava no controle do conteúdo podiam assistir quantos episódio quisessem, no lugar que estivessem, na hora que pudessem.

O professor Robert Thompson, especialista em TV e cultura pop da Universidade de Syracuse, por exemplo, confessa ter assistido a todos os 13 episódios de House of Cards nas primeiras 24 horas após seu lançamento na Netflix. (KULESZA; BIBBO, 2013)

O streaming impactou também na produção do conteúdo, que teve seus conceitos alterados para atender a nova demanda. Assistir vários episódios seguidos deixa os assinantes mais “fixados” por sua série e mais aprofundados na história, não tendo que se limitar a grade fixa eles acompanham melhor a história, pegando pontos que talvez passassem despercebidos de uma semana a outra.

Com essa mudança os roteiristas podem explorar mais a criatividade e criar séries que um capítulo necessita fielmente do outro, que o fim se encaixa no início e

que os protagonistas são vários, não necessariamente um, onde se passa toda a trama da vida dele.

3.3. Netflix e a TV a cabo

A transição da TV para a web ainda não está completa, apesar da explosão da internet, muitas casas brasileiras ainda não tem acesso, segundo pesquisa feita pela TIC Domicílios em 2017 e divulgada na Agência Brasil, são cerca de 39% da população brasileira sem nenhuma forma de acesso à internet, em classes mais baixa o número chega a 70%. A falta de acesso e falta de conhecimento adequado para usar a internet faz com que o serviço de streaming seja restrito a uma parcela da população e que as pessoas sem acesso à internet ou que fazem pouco uso dela ainda sejam tradicionalistas e fidelizadas à televisão.

É nessa parcela que a Netflix atinge em que se percebe os efeitos do streaming na TV a cabo. Com a assinatura da TV a cabo você tem diversos canais que oferecem, dentro da grade, variados conteúdos em horários programados, o usuário está limitado a grade, a não ser que grave o programa, mesmo assim há limitações quanto a programação exibida. Já o conteúdo da Netflix fica disponível online, sem restrição de tempo, o usuário pode acessá-lo quando quiser, de qualquer lugar e assistir o quanto quiser. Esse é um ponto crucial para que o público trocasse a assinatura com a TV a cabo e partisse para a Netflix.

Apesar de a Netflix disponibilizar conteúdo novo regularmente, com diversos lançamentos e utilizando o conceito do “anything anywhere anytime” ela ainda não alcança o total de audiência da TV a cabo, afinal a TV tem shows, produções diárias diferentes, modelou a mídia, comunicação e entretenimento, é tradicional e tem muito jogo de cintura para estimular o público sobre os episódios lançados separadamente.

É uma disputa acirrada, segundo a matéria publicada no portal UOL em julho desse ano, entre maio de 2017 a maio de 2018, as operadoras perderam o total de 787.513 contratos, uma média de 2.157 clientes por dia que cancelaram os contratos. Ainda no portal, a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) evidencia a baixa de clientes devido a adesão de serviços streaming, como a Netflix.

Sentindo o impacto e a perda de público, a TV a cabo, tentando retomar o espaço, começou a investir também no serviço streaming com programação especial e

exclusiva de determinada operadora, pacote e ou canal, como é o caso das plataformas Now, Globo Play, Telecine Play, Fox Premium, HBO Go, entre outros. A programação é exibida normalmente na grade e o público pode acessá-la no serviço streaming.

Em alguns casos há também conteúdos exclusivos que não passam na grade comum, sendo necessária a adesão do público à plataforma streaming do canal ou operadora para visualizá-lo. É uma tática da TV a cabo para não perder o ritmo e se fortalecer em meio aos avanços tecnológicos.

3.4 O streaming e a pirataria

A Netflix causou impacto também na pirataria, que acomete milhares de conteúdos, estes são divulgados ilegalmente, apesar das várias tentativas das empresas de barrar a pirataria o conteúdo é disponibilizado em vários sites violando os direitos autorais e prejudicando o lucro. Ao disponibilizar os conteúdos no conceito “anything anytime anywhere” a pirataria diminuiu, pois fez com que os usuários preferissem a comodidade e o acesso de forma legal pelo serviço de streaming.

O artigo de Saccomori (2015) publicado em 2015 pela Universidade Federal da Paraíba traz um trecho do discurso do ator e produtor-executivo da série House of Cards, Kevin Spacey, no Festival de TV de Edimburgo, em agosto de 2013, ele afirmou “dê às pessoas o que elas querem, quando querem, na forma que elas querem, a um preço razoável e elas muito provavelmente vão pagar pelo conteúdo, ao invés de roubar”, e foi isso que se percebeu em relação a pirataria. Uma pesquisa feita em 2016 pela Kantar Media e patrocinada pelo governo do Reino Unido, que foi divulgada no portal Tecnoblog do site Terra, confirma que os serviços de streaming afetaram significativamente a pirataria.

Para a maioria (58%), o motivo – do uso da Netflix - é a facilidade e conveniência, enquanto 47% dizem que é uma maneira mais rápida de consumir conteúdo. Do outro lado, no grupo dos que acessam conteúdo pirata, 49% afirmam que o fazem por ser gratuito. 24% migrariam para serviços legais se fossem mais baratos e 20% fariam o mesmo se tudo o que precisassem estivesse disponível legalmente.” (HIGA, 2016, n.p.)

Apesar da queda da pirataria o ato é ainda é muito forte, a empresa faz vista grossa para o compartilhamento de senhas, em que vários usuários dividem uma única conta e até mesmo se aproveitou da pirataria para fazer um parâmetro sobre a popularidade dos conteúdos que poderiam ser disponibilizado no catálogo, mas a

exibição de conteúdos originais do streaming em sites piratas tem irritado a empresa.

No ano passado a Netflix buscou montar uma equipe para rastrear e retirar do ar o material pirata. Segundo o relatório de transparência do Google (s.d.), mais de um milhão de sites com conteúdo pirata foram retirados do ar desde abril de 2016. Mesmo estando no caminho para diminuir a pirataria a briga segue acirrada, com denúncias constantes de sites com conteúdo não autorizado, a Netflix investe em propagandas para fidelizar o público e na rapidez na disponibilidade para diminuir o tempo de espera pelos conteúdos não originais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Netflix desde seu princípio no formato analógico percebeu a necessidade de se reinventar para não apenas estar no mercado, mas ser um sucesso, Reed Hastings tem uma visão moderna de empreendedorismo e busca crescer e se desenvolver, mudando sua forma de vender e de produzir conforme a necessidade do consumidor.

Segundo Shaw (2018), a empresa é estimada em mais de US\$100 bilhões e tem em sua plataforma conteúdos variados para atender a todo tipo de público.

O modelo streaming formou um novo tipo de público, que está no controle, isso mudou também a proposta dos roteiristas, que tem mais liberdade para trabalhar e desenvolver a história do conteúdo para envolver o consumidor.

A empresa busca combater os concorrentes e a pirataria mostrando a qualidade do seu serviço. A TV a cabo e a pirataria sofreram impactos com o surgimento da nova modalidade streaming, ambas continuam fortes, mas o baque sofrido sugere que daqui a alguns anos, com o aumento do acesso à internet, a Netflix pode de forma concreta tomar mais uma parte do público das duas.

É difícil acreditar que a televisão possa ser completamente deixada para trás, mas é inegável que, conforme a expansão da internet, se faz mais forte os serviços utilizados via web e a televisão busca meios de se inserir nesse espectro. Ambas modalidades têm seus créditos e descréditos, elas cumprem papéis diferentes e se reinventam para disputar a atenção do público. Já a pirataria irá sempre existir, mas à medida em que os serviços ficarem mais acessíveis ela irá cair drasticamente.



REFERÊNCIAS

GOOGLE. **Relatório de transparência sobre direitos autorais**. Disponível em: <<https://transparencyreport.google.com/copyright/owners/48184>>. Acessado em: 10 de outubro de 2018.

HIGA, P. Tecnoblog. **Finja surpresa**: estudo conclui que serviços de streaming reduzem pirataria. Disponível em: <<https://tecnoblog.net/198024/streaming-reducao-pirataria-spotify-netflix/>>. Acessado em: 22 de setembro de 2018.

KULESZA, J.; BIBBO, U. S. **A televisão a seu tempo**: Netflix inova com produção de conteúdo para o público assistir como e quando achar melhor, mesmo que seja tudo de uma vez. Revista de Radiodifusão, vº7, nº8, 2013, Pontifícia Universidade Católica Goiás.

PORTAL UOL. **Em um ano, TV por assinatura perde média de 2 mil clientes por dia**. Disponível em: <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/mercado/em-um-ano-tv-por-assinatura-perde-media-de-2-mil-clientes-por-dia-21293?cpid=txt>. Acessado em: 11 de outubro de 2018.

SACCOMORI, C. **Qualquer coisa a qualquer hora em qualquer lugar**: as novas experiências de consumo de seriados via Netflix. Ano XI, nº4, 2015, NAMID (Núcleo de Artes Midiáticas), Universidade Federal da Paraíba.

SHAW, L. Revista Exame. **Veja como a Netflix superou US\$ 100 bi em valor de mercado**. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/valor-da-netflix-supera-us-100-bi-com-mais-assinantes/>. Acessado em: 22 de setembro de 2018.



O ABUSO SEXUAL DE MENORES DE IDADE: PERSPECTIVAS LEGISLATIVAS

Caroline Milani Andrião, Isabella Unterrichter Rechtenthal,
Email: bellaur@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A prática do abuso sexual de menores de idade é um crime cada vez mais discutido e denunciado na sociedade, interferindo no desenvolvimento comportamental de crianças e adolescentes que passam, muitas vezes, a vida inteira tentando superar os traumas sofridos por tais agressores.

No Brasil, há leis específicas que punem os agressores, presentes no Código Penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, que consideram o abuso sexual de menores crime e estabelecem punições específicas para tal.

Com base nisso, é preciso avaliar e esclarecer, primeiramente, o que estipulam os documentos oficiais a respeito dessa prática, bem como verificar o acesso de vítimas a essas informações. Por se tratar de um projeto de pesquisa, o presente trabalho está em fase inicial e apresenta, por ora, o que postulam os documentos no que tangem ao abuso sexual de menores. Em um segundo momento, pretende-se avaliar como esse ato interfere no desenvolvimento social, comportamental e psicológico das vítimas.

2 METODOLOGIA

O presente projeto de pesquisa baseia-se em levantamento de referencial bibliográfico para sustentar as informações defendidas e apresentadas. Para isso, basear-se-á em artigos científicos, livros e trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado relacionados ao tema do trabalho em questão. No momento, este divide-se em a) definições conceituais relacionadas ao tema do abuso sexual de menores de idade e b) pressupostos legislativos voltados à essa prática.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 A pedofilia e o abuso sexual de menores

Embora tratados geralmente como sinônimos, a pedofilia e o abuso sexual de menores referem-se a conceitos distintos. Caracteriza-se a pedofilia como uma manifestação clínica, enquanto o abuso sexual é o crime que resulta da prática do ato sexual com menores de idade.

A pedofilia, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), é classificada como um dos transtornos da preferência sexual. Os pedófilos, geralmente, são pessoas adultas que têm preferência sexual por crianças, geralmente pré-púberes (que ainda não atingiram a puberdade) ou no início da puberdade.

Já o abuso sexual é definido por Azevedo & Guerra (1989, p. 42) como:

[...] todo o ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou utilizá-la para obter estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa (AZEVEDO & GUERRA, 1989, p. 42).

Além disso, pode-se identificar diversas formas e graus de abuso sexual a crianças e adolescentes, que nem sempre contam com a consumação do ato sexual em si. São os casos, por exemplo, de a) exploração sexual, a produção e comercialização de materiais pornográficos com exposição de crianças e ou adolescentes por meio de revistas, fotos, filmes e vídeos; b) o tráfico de crianças ou adolescentes para outras cidades ou países com propósitos sexuais e as práticas sexuais mediante formas de pagamento; c) o voyeurismo que versa na observação de atos ou de órgãos sexuais de outra pessoa; d) o exibicionismo que é a exposição intencional a uma criança de seus genitais com a intenção de chocar a vítima; e) os telefonemas obscenos que podem ocorrer quando um adulto gera ansiedade em crianças ou adolescentes com discursos sexualizados; f) o abuso sexual verbal, que se refere às conversas abertas sobre atividades sexuais incompatíveis com o desenvolvimento cognitivo e sexuais de crianças e adolescentes (PIETRO; YUNES).

3.2 Considerações legislativas

Os três principais documentos oficiais que definem e estabelecem punições para os atos de violência de abuso sexual contra crianças e adolescentes são a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e Código Penal.

Segundo a Constituição Federal, conforme consta no artigo 227, é dever da família assegurar a segurança, a educação, o direito à vida, à dignidade e o respeito e também colocá-los a salvo de toda forma de negligência, exploração, violência, crueldade e opressão. E ainda esse artigo possui § 4.º, que afirmar: A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente. (BRASIL, 2000)

Já segundo o ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2003), existem vários artigos que falam sobre o abuso sexual como:

1. o Artigo 5º, que afirma que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de exploração, violência e crueldade, e que punirá na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais;
2. o Artigo 240, esclarecendo que é crime: produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente, tendo como pena reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. Ainda o parágrafo 1º desses artigo diz que receberá as mesmas penas as pessoas que agenciam, facilitam, recrutam, coagem, ou de qualquer maneira intermedeiam a participação de criança ou adolescente nas cenas referidas no caput deste artigo, ou ainda quem com esses contracenam. O parágrafo 2º do artigo afirma que pode -se aumentar as penas de 1/3 (um terço) se o agente comete o crime no exercício de cargo ou função pública ou a pretexto de exercê-la, prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou prevalecendo-se de relações de parentesco consanguíneo ou afim até o terceiro grau, ou por adoção, de tutor, curador, preceptor, empregador da vítima ou de quem, a qualquer outro título, tenha autoridade sobre ela, ou com seu consentimento.
3. o Artigo 241, afirma que vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente é crime e tem como penalidade reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.
4. o Artigo 241-A, afirma que oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de

informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente é crime com pena de reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

O Artigo 241-B, descreve como crime adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente, tendo como pena reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa. No § 1º diz que a pena é diminuída de 1 (um) a 2/3 (dois terços) se de pequena quantidade o material a que se refere o caput deste artigo. O Artigo 241-C, considera crime simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de representação visual, com penalidade de reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

5. O Artigo 241-D, afirma que aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso é crime, tendo como pena reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa. Parágrafo único: diz que as mesmas penas ocorrem para quem facilita ou induz o acesso à criança de material contendo cena de sexo explícito ou pornográfica com o fim de com ela praticar ato libidinoso, pratica as condutas descritas no caput deste artigo com o fim de induzir criança a se exibir de forma pornográfica ou sexualmente explícita.
6. Art. 241-E, afirma que para efeito dos crimes previstos nesta Lei, a expressão “cena de sexo explícito ou pornográfica” compreende qualquer situação que envolva criança ou adolescente em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou exibição dos órgãos genitais de uma criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais.

Por fim, conforme o Código Penal (BRASIL, 2000), existem diversos artigos que tratam desse assunto, a saber:

- a) **Estupro** – Artigo 213, afirma ser crime constranger à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça. Por conjunção carnal entende-se a

penetração do pênis na vagina, completa ou não, com ou sem ejaculação. Assim, o estupro é um crime que só pode ser praticado por um homem contra uma mulher, incluídas nesse caso meninas e adolescentes, tendo como pena: reclusão, de seis a dez anos.

Atentado violento ao pudor - Artigo. 214: configura como crime constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso (visa o prazer sexual) diverso da conjunção carnal, com penalidade de reclusão, de seis a dez anos.

b) Sedução - Artigo 217: descreve como crime "Seduzir mulher virgem, menor de dezoito anos e maior de catorze, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança, tendo como pena: reclusão, de dois a quatro anos.

c) Corrupção de menores – Artigo 218: configura como crime "Corromper ou facilitar a corrupção de pessoa maior de catorze e menor de dezoito anos, com ela praticando ato de libidinagem, ou induzindo-a a praticá-lo ou presenciá-lo, com penalidade: reclusão, de um a quatro anos.

d) Pornografia – Artigo 234: afirma ser crime "Fazer, importar, exportar, adquirir ou ter sob sua guarda, para fim de comércio ou distribuição ou de qualquer exposição pública, escrito, desenho, pintura, estampa ou qualquer objeto obsceno, com pena de detenção, de seis meses a dois anos ou multa.

O Código Penal afirma ainda que abuso, violência e exploração sexual de crianças e adolescentes são enquadrados penalmente como corrupção de menores (art. 218) e atentado violento ao pudor (art.214), caracterizado por violência física ou grave ameaça. E o abuso sexual de meninas e meninos e de adolescentes inclui a corrupção de menores, o atentado violento ao pudor e o estupro (art. 213). Com a Lei 8.072, de 25 de julho de 1990, o estupro e o atentado violento ao pudor passaram a ser considerados crimes hediondos e tiveram as penas aumentadas. Os autores de crimes hediondos não têm direito a fiança, indulto ou diminuição de pena por bom comportamento. Os crimes são classificados como hediondos sempre que se revestem de excepcional gravidade, evidenciam insensibilidade ao sofrimento físico ou moral da vítima ou a condições especiais das mesmas (crianças, deficientes físicos, idosos).



(BRASIL, 2003)

Dessa forma, observa-se que há uma atenção específica dada ao tema do abuso sexual de crianças e adolescentes, o que é positivo para que se puna os agressores de forma igualitária e eficiente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente projeto de pesquisa está em fase inicial de elaboração, cabendo-nos, nesse primeiro momento, atentarmos-nos à problemática que envolve a questão da violência sexual contra menores de idade, sua conceituação e as punições previstas por lei para os praticantes do crime. Conforme mencionado, há distinção entre o que é considerado pedofilia – uma condição médica definida pela Organização Mundial da Saúde – e o ato de violência e abuso sexual contra menores de idade, tido como crime na legislação brasileira.

A partir disso, verificou-se a tipologia e recorrência de tais atos, bem como procurou-se delimitar como e se a lei é adequadamente posta em prática nessas situações, para, por fim, promover a conscientização da necessidade de se denunciar casos de abuso e comprovar a eficácia da denúncia.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A.. **Crianças Vitimizadas**: A síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu Editora, 1989.

BRASIL. **Constituição federal, código penal, código de processo penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Porto Alegre: Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente/RS, 2003.

PIETRO, A. T.; Y., M. A. M. **Considerações jurídicas e psicossociais sobre o abuso sexual contra crianças e adolescentes**. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=artigos_leitura_pdf&artigo_id=4021>. Acesso em 10 de outubro de 2018.



O DIREITO AO ESQUECIMENTO CONTRAPONDO DIREITOS FUNDAMENTAIS PREVISTOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: A PRIVACIDADE E A INFORMAÇÃO

Késia Pereira de Souza¹⁵, Jéssica Isamara Ribeiro¹⁶,
Juliana Pultrin Vaccarelli¹⁷, Perla Savana Daniel¹⁸, e-mail perlasavana@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa conduziu a inserir princípios fundamentais, no sentido figurado, dentro da balança, símbolo do direito sendo representada pela figura da Deusa Grega Têmis, onde aparece com os olhos vendados, carregando em sua mão esquerda a balança, símbolo da justiça e do equilíbrio, onde as decisões devem ter equidade, humanidade e verdade. Neste trabalho em específico, a balança passa a conter princípios fundamentais, de um lado, contendo a privacidade, e pelo contrapeso, a informação, devendo manter-se em equilíbrio, pois, nenhum dos princípios pode sobrepor-se ao outro, para que assim, a balança continue acusando a verdadeira justiça, todavia, havendo colisões, é necessário encontrar qual princípio prevalecerá sem ferir o outro.

O tema está baseado no direito em que cada pessoa possui de ser esquecida pela opinião pública e pela imprensa por fatos já ocorridos, sendo assegurado a elas o direito à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem, assegurado pelo direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação, conforme disposto no artigo 5º, inciso X da Constituição Federal de 1988. Em contrapartida, no artigo 5º, inciso XIV da Constituição, o direito à liberdade de informação é assegurado à todos, por isso dizemos que é necessário que haja um equilíbrio entre esses dois princípios.

O objetivo da pesquisa foi buscar em casos concretos, o embasamento e a fundamentação apresentada nas decisões proferidas, analisando qual seria o viés entre os direitos fundamentais, que, mesmo contrapostos, tiveram um equilíbrio para manifestar a justiça.

¹⁵ Aluna do 4º período de Direito das Faculdades Integradas de Jaú, e-mail kesia_psouza@outlook.com

¹⁶ Aluna do 4º período de Direito das Faculdades Integradas de Jaú, e-mail jessicaribeirodc1@gmail.com

¹⁷ Aluna do 4º período de Direito das Faculdades Integradas de Jaú, e-mail jupultrin@hotmail.com

¹⁸ Orientadora do trabalho. Professora do curso de Direito das Faculdades Integradas de Jaú.

2 METODOLOGIA

O trabalho foi executado através do método comparativo, estabelecendo o confronto entre elementos e promovendo o exame de dados para o exercício da pesquisa. Foi examinado em cada caso concreto, acórdãos proferidos, pesquisas jurisprudenciais, textos legais, todos com base no direito ao esquecimento, relacionando-se com o sujeito do estudo que é o conflito entre dois princípios fundamentais, o da informação e o da privacidade, ambos assegurados pela Constituição Federal de 1988, no artigo 5º.

O método fez com que fosse observado o direito ao esquecimento sob a análise de qual princípio fundamental deveria se sobressair, sendo que, os dois são assegurados para todos. Porém, na maioria dos casos, o conflito entre os princípios, acontece espontaneamente, já que é permitido aos cidadãos o direito de ser informado, e o da mídia de transmitir informações que considerar relevantes, trazendo consigo alertas à todos diante do acontecimento lembrado.

O trabalho visou, diante da pesquisa, demonstrar qual o momento em que o conflito entre princípios se inicia e de qual forma é solucionado, como foi observado diante de cada um dos casos, ou seja, da mesma forma que a mídia tenta expor a informação ao público, pessoas diretamente atingidas preferem que essas informações permaneçam em sigilo, argumentando que não pode haver a violação da vida privada, da intimidade, da honra e da imagem, conforme expresso pela Magna Carta, a Constituição Federal.

Ademais, o equilíbrio entre esses direitos foi notado, com a finalidade de garantir e assegurar a harmonia entre a sociedade e a mídia em geral.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Constituição Federal do Brasil é direcionada aos direitos fundamentais, sendo esses, a base de todos os direitos decorrentes de cada ser humano. Entre os princípios, há colisões, no entanto, quando regras entram em conflitos cabe ao aplicador do direito dizer qual delas foi suprimida pela outra, contendo todos os fundamentos legais usados pelo aplicador, sendo eles, os averiguados pela pesquisa.

O conflito citado acima está presente entre o direito à informação e o direito à privacidade. A informação está prevista no artigo 5º da Constituição Federal, inciso XXXIII, onde diz que “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral (...)”; isto é, a mídia pode expor aquilo que lhe convém, aquilo que ela achar relevante para se tornar como um aviso, uma cautela, ou até mesmo a simples informação do dia-a-dia, para servir como um alerta para cada indivíduo.

Em contrapartida, temos o direito à privacidade, também assegurado pelo artigo 5º da Constituição, inciso X, onde está disposto que se ocorrer a violação da intimidade, da honra, da vida privada e da imagem das pessoas, poderá incorrer a indenização por dano moral ou material.

A jurisprudência brasileira se concentrou principalmente no esquecimento no âmbito analógico, onde o direito a não ser lembrado é afirmado pelo indivíduo face aos veículos de imprensa tradicionais. No âmbito digital, o direito ao esquecimento não é verdadeiramente um direito de não ser lembrado, mas o direito de ter suas informações pessoais “não encontradas” pelos buscadores da Internet, em especial, quando tais informações não forem corretas, relevantes ou atualizadas. Sendo assim, o esquecimento analógico regula a relação indivíduo-imprensa, enquanto o esquecimento digital regula a relação indivíduo-buscador.

Na VI Jornada de Direito Civil foi aprovado o enunciado 531 “A tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação inclui o direito ao esquecimento”. Foi elaborado com a justificativa que nos dias atuais as informações estão chegando às pessoas cada vez com agilidade e com isso casos antigos voltam a ser lembrados. Este enunciado não quer dizer que precisa apagar os fatos, mas sim analisar a maneira e a finalidade que são lembrados.

O código civil no seu artigo 11 traz os direitos da personalidade “Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária”. Os direitos subjetivos inerentes à pessoa, como a vida, a integridade física, a honra, a privacidade e a imagem.

Um dos casos analisados, foi o caso de Aída Jacob Curi, ocorrido na noite de 14 de Julho de 1958, Rio de Janeiro, Copacabana. Em breve relato do ocorrido, Aída Curi,

aguardava na companhia de uma amiga, o ônibus para que pudesse voltar à sua residência, onde apareceram dois jovens no local, sendo que um deles, propositalmente, joga uma chave no chão, e em busca de um diálogo, pergunta à elas, se a chave pertencia à alguma delas. Aída, responde que não queria conversar, e de imediato, os jovens, roubam sua bolsa, contendo o dinheiro da condução que usaria para voltar à sua casa, e fogem. Com o intuito de obter de volta os objetos, Aída, dirige-se até os rapazes, que entram na recepção de um prédio e a puxa para dentro de um elevador, onde é conduzida até o décimo segundo andar, onde foi agarrada pelos jovens, entrando em luta corporal, e ocorrendo tentativa de estupro, ela continuou lutando, até que ela perde os sentidos, e tem seu corpo lançado pelo terraço ao chão da Avenida Atlântica, pela tentativa de simularem um suicídio e se livrarem da culpa. O delito foi julgado e concedidas as penas.

Passados cinquenta anos do ocorrido, uma rede televisiva decidiu veicular a notícia. Os irmãos de Aída, ajuizaram ação de reparação de danos morais, materiais e à imagem em face da rede televisiva, alegando na inicial que mesmo que tenha sido divulgado intensamente na época, reabriram uma ferida já cicatrizada, uma vez que o intuito deles seria apenas ganhar audiência e publicidade às custas de uma tragédia familiar.

O caso foi julgado pelo Recurso Especial Nº 1.335.153 – RJ (2011/0057428-0), improcedente, a Quarta Turma do STJ considerou que nesse caso a liberdade de imprensa prevista no artigo 220 da Constituição Federal deveria se sobrepor aos princípios da vida privada, honra e imagem das pessoas previstos no artigo 5º da CF e que este acontecimento foi uma notícia histórica e de grande repercussão nacional.

No caso de Aída Curi, tornou-se evidente diante do caso concreto e do julgado que, a história foi abordada de maneira clara e objetiva, mostrando o problema grave que gira em torno do abuso sexual. No documentário, apenas uma imagem original de Aída foi usada, no decorrer do documentário, as imagens foram gravadas por atores, enfatizando que, o principal personagem era o fato, não a vítima em si.

Ademais, o julgado foi no sentido de que, o longo período, diminuiu-se a dor e o constrangimento que envolvia o caso, permitindo, dessa forma, que o noticiário fosse para alertar as pessoas pelo risco que situações como de Aída Curi, pode apresentar e não o de expor a vítima de forma vexatória, de maneira que houvesse deturpação de

sua imagem, causando danos à sua família diante da distorção dos fatos ou até mesmo de sua imagem.

Outro caso que gerou grande repercussão foi a Chacina da Candelária, Jurandir Gomes de França foi indiciado como coautor da sequência de homicídios contra adultos e crianças que estavam dormindo na escadaria da Igreja da Candelária no Rio de Janeiro na noite de 23 de julho de 1993. O coautor foi submetido a júri e foi absolvido. Em 2006 o programa televisivo Linha Direta fez uma reportagem sobre a chacina e apontou Jurandir como um dos envolvidos, mas que foi absolvido. Com isso ele se sentiu prejudicado e entrou com uma ação de reparação de danos morais contra a rede de televisão. Argumentou que a emissora levou a público um caso que já havia sido esquecido pela maior parte da população e como seu nome foi divulgado teve sua imagem exposta ligado ao crime tão brutal ao qual foi absolvido. Essa situação prejudicou sua vida profissional, pois não conseguiu mais arrumar emprego e também teve que embora a comunidade que morava com medo de ser morto por justiceiros.

A ação chegou ao STJ que julgou o caso aplicando o direito do esquecimento, pois concluiu que era possível a exibição do programa sobre o acontecimento sem utilizar o nome do Jurandir. Mas como a emissora divulgou teve sua imagem explorada e sua privacidade violada em rede nacional.

No caso da apresentadora Xuxa contra Google ela perdeu a ação que envolvia o direito ao esquecimento. A apresentadora requeria que o Google excluísse dos resultados de pesquisa qualquer expressão que envolvesse “Xuxa pedófila” além das suas imagens sem roupa. Quando a ação chegou ao STJ decidiu que os buscadores de pesquisa não podem ser obrigados a eliminar resultados de determinada expressão e também não pode puni-los, pois é o meio que facilita o acesso as notícias que esta disponível na rede para os cidadãos. É evidente que tanto a liberdade de informação, como a de expressão, e bem assim a liberdade de imprensa, não são direitos absolutos, encontrando limites no próprio texto constitucional. A Constituição Federal admite restrição à

liberdade de comunicação, consoante se verifica em seu art. 220, § 1º, onde diz que nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço a plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV. Lembrando que, embora haja discussões sobre qual direito deverá ser levado em consideração em cada caso, os dois precisam estar em harmonia, ou seja, além de fornecer a informação à sociedade, deve também levar em conta o direito que cada indivíduo tem em relação à sua imagem, e acima de tudo o direito que cada um possui mediante os dispositivos presentes em nosso Ordenamento Jurídico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de inúmeras pesquisas e casos, é visível que há uma falta de normatização específica no Brasil diante do direito ao esquecimento, pois, em cada caso concreto existe uma jurisprudência sobre determinado assunto, criando para cada caso um viés diferente.

Para que o direito ao esquecimento tenha segurança nos seus julgados, é preciso criar uma legislação específica no ordenamento jurídico, criando estabilidade e segurança jurídica para aquele que ingressa com ação e para aquele que vai julgar, diante disso, dá pra se extrair que, nem todos os que são expostos com suas histórias, mesmo que particulares, são dados o direito ao esquecimento, pois, o direito ao esquecimento assegura que, havendo uma remontagem do acontecimento, não se deve expor a vítima a situações vexatórias ou constrangedoras, e é necessário para essa exposição que se tenha uma razão e um motivo plausível para tal retratação.

A ponderação entre direito à privacidade de um indivíduo e direito à informação dos outros é uma atividade que pertence aos julgadores da lei, cujos critérios de decisão são estabelecidos pelo ordenamento e devem conformar-se à proteção dos direitos humanos. Além disso, a proteção do direito ao esquecimento deve ser concebida de forma atenciosa, porque pode ser explorado indevidamente causando contrariedade em cada caso específico.



REFERÊNCIAS

AGUIAR **JUNIOR, R.** Enunciados Aprovados na VI Jornada de Direito Civil. Disponível em: [file:///C:/Users/user/Downloads/Enunciados-VI-jornada%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/Enunciados-VI-jornada%20(2).pdf). Acesso em 26/09/2018.

ALMEIDA, A. **Direito ao esquecimento e a dignidade da pessoa humana.** Disponível: <https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI260646,11049Direito+ao+esquecimento+e+a+dignidade+da+pessoa+humana>. Acesso em 25/09/2018.

BAYER, D. Na série **Julgamentos Históricos**. Ainda Curi, o júri que marcou uma época. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2015/03/13/na-serie-julgamentos-historicos-aida-curi-o-juri-que-marcou-uma-epoca/> Acesso em: 24/09/2018 .

BELLI, L. **STJ consagra direito ao esquecimento na Internet: O que isso significa?** Disponível em: <https://www.jota.info/coberturas-especiais/liberdade-de-expressao/stj-consagra-direito-ao-esquecimento-na-internet-o-que-isso-significa-20052018> Acesso em: 27/09/2018.

CONJUR. **Direito ao esquecimento é garantido por Turma do STJ.** Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2013-out-21/direito-esquecimento-garantido-turma-stj-enunciado-cjf>. Acesso em 25/09/2018.

JUSBRASIL. **Acórdãos: Direito ao Esquecimento.** Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/3064929/direito-ao-esquecimento/jurisprudencia> Acesso em: 24/09/2018.

SALOMÃO, L.F. **Acórdão: Ação de Indenização contra o programa “Linha Direta Justiça”.** Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/direito-esquecimento-acordao-stj-aida.pdf> Acesso em: 24/09/2018.

SALOMÃO, L.F. **Acórdão: Indenização – Programa “Linha Direta – Justiça”.** Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/direito-esquecimento-acordao-stj.pdf> Acesso em 26/09/2018.



O FILÓSOFO PLATÃO

Jéssica X. Silva, Laura A. Balivo, Paulo F. N. Afonso
e-mail: laura_balivo@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Platão é um filósofo grego, nascido em Atenas por volta de 427 a.C. e morreu em 347 a.C., é considerado um dos melhores da história, sua filosofia é uma inversão do princípio dos Sofistas para quem o homem era a medida de todas as coisas e as ideias são baseadas na diferenciação do mundo entre as coisas sensíveis o mundo das ideias, a inteligência e as coisas visíveis os seres vivos e a matéria.

Fundou a Academia, uma escola de filosofia com o propósito de recuperar e desenvolver as ideias e pensamentos socráticos, estudando e pesquisando diversas áreas do conhecimento como, ciências, matemática, além da filosofia. "A educação deve possibilitar ao corpo e à alma toda a perfeição e a beleza que podem ter". Neste projeto pesquisa o foco é analisar, identificar e relatar de forma objetiva a vida de Platão. A justificativa é esclarecer sobre a vida e as teorias dos filósofos.

Os filósofos são conhecidos no mundo todo e são extremamente importantes para os estudos. Suas teorias são vistas como o desprendimento do pensamento que buscam o rompimento com o mito, ou seja, a busca da verdadeira existência das coisas. Escrevem temas variados utilizando diferentes estilos literários, baseadas somente na razão. As teorias vieram para acrescentar no questionamento da sociedade buscando com sabedoria o conhecimento das coisas, tendo como base grandes referências. Assim, a justificativa é esclarecer sobre a vida e as teorias dos filósofos e o objetivo foi identificar, analisar e relatar de forma objetiva a bibliografia de Platão.

2 METODOLOGIA

Foram realizadas pesquisas bibliográficas em livros e documentários na internet, que nos auxiliou para estruturar um primeiro sumário. Feito isso, descrevemos quais foram os objetivos gerais e específicos que seriam atingidos nessa pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Platão (427 a.C. - 347 a.C.) cujo nome verdadeiro é Aristocles, foi um filósofo grego e considerado um dos principais pensadores da história da filosofia. Descendente de uma família nobre de Atenas recebeu uma educação especial e por tradição de família desejava dedicar-se à carreira política, como descreveu em suas cartas. Desde cedo era discípulo de Sócrates, onde abordavam conhecimentos sobre os problemas e as virtudes humanas, seguiu os ensinamentos do mestre adotando o lema de Sócrates “O Sábio é o Virtuoso” (FRAZÃO, 2018).

Frazão (2018) define a concepção de Platão como sua filosofia é baseada na teoria de que o mundo que percebemos com nossos sentidos é um mundo ilusório, confuso. O mundo espiritual é mais elevado, eterno, onde o que existe verdadeiramente são as ideias, que só a razão pode conhecer.

Após a condenação e a morte de Sócrates, selam definitivamente o destino intelectual e político de Platão onde é levado a reformular seu projeto juvenil de participação política, para compreender o desejo de atuar politicamente deve-se passar primeiramente por um processo iluminador e purificador do tipo Socrático e antes de agir é necessário ter consciência da finalidade da ação, a política correta não pode ser feita sem uma ciência, uma ética, uma pedagogia, fazer política torna-se para ele projetar e tentar construir essa cidade ideal, digna de Sócrates (PESSANHA, 2005).

3.1 A Academia

Platão funda a Academia no ocidente, em Atenas por volta de 387 a.C., sendo assim, foi o primeiro modelo de universidade, uma instituição permanente de pesquisa e ensino superior.

O que o filósofo procurava transmitir era principalmente uma profunda fé na razão e na virtude, adotando o lema de seu mestre Sócrates: O sábio é o virtuoso (FRAZÃO, 2018).

Pessanha (2005, p.54) define o objetivo da academia como:

Não é apenas realizar investigações científicas e filosóficas, mas também um centro de preparação para atuação política baseada na busca da verdade e da justiça. Na academia não há pensamentos prontos e definidos, ao contrário é de esforço conjunto a busca da verdade, é um exercício para conhecer mais e melhor, não é uma doutrina, mas uma investigação aberta, viva, inquieta, insatisfeita.

3.2 Doutrina das ideias

A filosofia de Platão recebeu inúmeras interpretações por apresentar diversas etapas de seu pensamento. Porém, suas doutrinas tem um propósito principal: opor-se ao relativismo dos sofistas, o objetivo platônico era o conhecimento das verdades essenciais que determinam a realidade, para poder estabelecer princípios éticos que devem orientar a realidade social, em busca do entendimento numa sociedade em crise (PEPE, 2018).

3.2.1 Doutrina do conhecimento

Segundo Platão as essências seriam incorpóreas e imutáveis, já as ideias não existem na mente humana como conceitos ou representações mentais, cada coisa é corpórea e mutável seria o que ela é porque participa da essência que lhe serve de modelo, a ideia se modifica já a essência permanece sempre da mesma forma sempre única, às coisas desfazem-se em pó e as ideias ficam (PESSANHA, 2005).

O mito da caverna é um método de interpretação aplicada pelo filósofo grego Platão e publicada em seu livro A República, representando a percepção do mundo a nossa volta (FRANCO, 2014).

Para Platão as pessoas são acorrentadas no fundo de uma caverna olhando apenas as sombras do mundo e considerando essas sombras reais, essas sombras são projetadas por outras pessoas que são as manipuladoras, nelas passam o reflexo de pessoas que estão no exterior da caverna e coisas, para que se sintam seguros que aquilo é real, mas o real não está dentro da caverna e sim fora dela, para que assim conseguirem ver a verdadeira essência. Segundo Platão a crença e o senso comum podem manipular as pessoas, mas no caminho da caverna elas se transformam através da filosofia, nossos sentidos recebem a verdade que é encontrada a partir do pensamento, as sensações passam a ser ilusórias e não passa de uma sombra do mundo verdadeiro das essências. A filosofia não é só pensamento é questão de amor e de sentimento, precisa amar e buscar a verdade, o conhecimento já está na alma humana basta relembra-las (FRANCO, 2014).

3.2.2 Teoria da reminiscência

Platão propõe como papel fundamental ao filósofo, fazer o uso da maiêutica socrática (método criado por Sócrates, “dá à luz” as ideias complicadas), a responsabilidade de fazer a alma recordar os conhecimentos que já contemplaram anteriormente, à encarnação no corpo (MARCONDES, 2000).

A reminiscência assenta-se numa concepção de inatismo (conteúdos mentais que estão presentes desde o nascimento e não se adquire ou aprende), conhecimento que após o encanamento no corpo biológico, possibilitaria aos indivíduos, recordar os seus pensamentos (MARCONDES, 2000).

3.2.3 Ideia de política

Segundo CELETI (2018, p. 35) define o conceito de política para Platão:

primeiro filósofo a sistematizar uma ideia política foi Platão. Ele escreveu sobre o assunto principalmente em dois livros, A república e As leis. Nestes livros, apresenta a ideia de que uma sociedade bem ordenada é aquela onde cada indivíduo desempenha a função na qual é mais habilidoso. Os hábeis com as mãos deveriam ser artesãos, os fortes devem proteger a cidade e os sábios devem governá-la. Platão pensa também sobre como deve ser a educação nesta cidade ideal, para conseguir desenvolver em cada criança o seu potencial a fim de que possa executar melhor a sua função. Cada indivíduo, para ele, será livre enquanto estiver cumprindo as leis, criadas com o intuito de melhor conduzir a cidade.

3.2.4 Obras

Segundo Frazão (2018), as obras de Platão são consideradas grandiosas para filosofia de valor eterno. Nelas são postas questões que dizem a respeito da conduta ética e política dos atenienses, ao seu comportamento como indivíduos em sociedade, tem como finalidade buscar a verdade por meio da dialética, este é um método de diálogo, cujo foco é a contradição de ideias (perguntas e respostas) que os levam a outras ideias:

- a) República (sobre a justiça e o Estado Ideal)
- b) Protágoras (sobre o ensinamento da virtude)
- c) Banquete (sobre o amor)
- d) Apologia de Sócrates (autodefesa de seu mestre diante dos juízes)
- e) Fédon (sobre a imortalidade da alma e sobre a doutrina das ideias)
- f) As Leis (uma nova concepção do Estado)

3.2.5 A República

A República é uma das obras mais importantes de Platão e expõem seus principais pensamentos e às reflexões metafísicas sobre os dois mundos, o sensível e o inteligível, até chegar às conclusões sobre o destino da alma. O livro está dividido em 10 partes e é inteiramente composto por diálogos em que Sócrates é o personagem principal (FORTUNATO, 2009).

Nas partes I e II, Sócrates (469 a.C. - Atenas, 399 a.C.) Tem o objetivo de definir o que realmente é justiça em uma sociedade. Dá-se início um diálogo com Admanto e Glaucon e define que a justiça consiste em fazer o bem aos amigos e o mal aos inimigos, Sócrates responde que é necessário antes, distinguir entre os verdadeiros e os falsos amigos e inimigos, pois as aparências podem enganar e o conceito de governar e ainda explica que justiça é superior a injustiça, pois é melhor sofrer com ela do que praticá-la. Onde há justiça, há também felicidade (FORTUNATO, 2009).

Da parte II até V o diálogo se tratam dos princípios da justiça, os motivos a qual será aplicada de forma correta (FORTUNATO, 2009).

São eles: solidariedade social, desprendimento, necessidade de criar uma classe social distinta de várias atividades do setor econômico, felicidade do estado e dos guardiões da justiça. Deveria ser realizada entre homens e mulheres nas mesmas condições sem qualquer direito à riqueza ou desigualdade entre esses grupos (FORTUNATO, 2009).

Nas partes VI e VII tratam da justiça em si. É criada a mais famosa das alegorias, envolvendo a era das cavernas. Sócrates mostra que a verdade só é possível por meio do conhecimento (FORTUNATO, 2009).

Nas partes VIII e IX descreve que por conta da tirania e da própria concentração de poderes oligárquicos ocorre à decadência das cidades (FORTUNATO, 2009).

A última parte faz uma crítica a poesia na educação nos fazendo entender que ela deve ser substituída pela filosofia, pois só assim as pessoas seriam capazes de diferenciar realidade do que não é (FORTUNATO, 2009).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Platão dedicou grande parte de sua obra e de seus esforços filosóficos a encontrar uma resposta para a pergunta “o que é?”. A mera apresentação dessa



pergunta, já em seus primeiros escritos, constitui por si própria um mérito filosófico inestimável a ser creditado ao empreendimento socrático-platônico, e também um imenso passo para o estabelecimento da filosofia e da ciência ocidental.

REFERÊNCIAS

CELETI, F. R. **Filosofia política**. 2018. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/filosofia/filosofia-politica.htm>> Acesso em: 13 ago. 2018.

FEIJÓ, M. **Curiosidades sobre Platão**. Out, 2012. Disponível em: <<http://filosofiasmaurofeijo.blogspot.com/2012/10/curiosidades-sobre-platao.html>>. Acesso em: 20 ago.2018.

FORTUNATO, A. **República, obra prima de Platão**. 2009. Disponível em <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAYG4AF/resenha-republica-platao>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FRANCO, G. **A teoria das ideias**. 2014. (11m24s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BYDuLFNfrJM>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

FRAZÃO, D. G. **Platão**: Filósofo grego da antiguidade. 2018. Disponível em: <<https://www.ebiografia.com/platao/>>. Acesso em: 14 ago.2018.

MARCONDES, D. **Textos Básicos de Filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

PEPE, B. **A doutrina de Platão**. 2018. Disponível em: <<https://www.benitopepe.com.br/2009/08/11/a-doutrina-de-platao/>> Acesso em: 14 ago. 2018.

PESSANHA, J. A. M. **Curso de filosofia**: para professores e alunos dos cursos de segundo grau e de graduação / Antônio Rezende (organizador). – 13. Ed.- Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,2005.

PLATÃO. **A República**: Livro VI, Livro VII. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

O FILÓSOFO SOCRÁTES

Beatriz C.C. Antoniazzi, Karen L. Silva, Larissa Perez, Paulo F. N. Afonso,
e-mail: larissaperez201@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A finalidade da pesquisa foi compreender as colaborações socráticas para a elaboração dos estudos e relatar a sua importância. Para isso, considerou-se o contexto social, familiar e religioso além de analisar as inovações, implicações e concepções filosóficas.

Todo o conhecimento sobre Sócrates foi publicado por seus seguidores: Platão, Xenofonte e Aristóteles, conhecimentos que contribuíram para formar os pensamentos do período, por meio de suas características de vida e ensinamentos, assim acabaram surgindo seus princípios e o modo de como desenvolveu a filosofia. Este período é determinado pelo ápice da cultura grega.

A evolução das cidades, do comércio e das artes, torna a Grécia o principal centro político, econômico, artístico e filosófico da época. Atenas é um modelo de polis, possui leis e um sistema jurídico bem organizado, onde todos os cidadãos poderiam participar das decisões políticas da cidade. É a época de maior florescimento da Democracia. Assim, Sócrates sendo muito criticado pelos seus ideais foi levado à morte. O objetivo da pesquisa foi compreender a importância de quem foi Sócrates e analisar seu papel em meio a sociedade.

2 METODOLOGIA

Para a elaboração do estudo, foi realizado a pesquisa bibliográfica em livros e materiais coletados em sites.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com Tancredi (2018), Sócrates nasceu no demo Álopécia, em 470 a. C. Filho de pais humildes, sua mãe, era parteira e o seu pai, escultor. Sócrates dizia brincando que Délalo era seu antepassado. Sócrates seguiu a profissão de seu pai, mas raramente nela trabalhava. Preferiu formar ideias abstratas. Foi casado

com Xântipe, que era bem mais jovem que ele, e teve um filho, Lâmprocles. Há relatos de que o casal possivelmente teve mais dois filhos.

Sua maior ambição era ser não somente um mestre, mas um benfeitor da humanidade. Desejava ver a justiça social estabelecida em todo o mundo. Tratava dos negócios alheios e esquecia os seus. Tinha um modo diferente de expor suas ideias. A fim de transmitir o saber, jamais respondia a perguntas. Pelo contrário fazia perguntas. Afirmava com insistência que nada sabia, por isso tentava aprender de todos e no processo de aprender ensinava a seus mestres.

Sócrates rompeu radicalmente com a filosofia grega ao mudar o foco do pensamento da natureza e seus fenômenos para a natureza e a realidade do homem ao executar seu método argumentativo em busca da verdade por meio da razão. Enquanto os sofistas afirmavam que o homem é a medida de todas as coisas e que, portanto, todas as relações humanas podem e devem ser relativizados. Sócrates buscou um fundamento primário e comum a todas as condições humanas sobre vários assuntos. Foi considerado culpado de corromper os jovens atenienses e de não acreditar nos deuses do estado, alguns estudiosos consideram que a verdadeira motivação para o julgamento de Sócrates e sua posterior execução por ingestão de cicuta, seja sua crítica a democracia.

3.1 Método Socrático

Gobbi (2012) argumenta que o método socrático possui quatro etapas:

1. Exortação: os discípulos junto a Sócrates debatiam os assuntos.
2. Indagação: na discussão sobre o assunto, todas as opiniões eram ouvidas, até chegarem a um consenso.
3. Ironia: ele descartava as opiniões, alegando que na verdade eles não sabiam de nada.
4. Maiêutica: depois de passar por esse processo, o filósofo acreditava que assim teriam sozinha a capacidade de criar suas próprias ideias, com isso, se aprofundariam no conhecimento.

Obtendo o dialeto como algo de grande importância, formulava perguntas ao conversar, surgindo suposições e opiniões. No entanto, a pessoa seria levada ao erro,

pela etapa chamada de ironia. Logo em seguida, partindo assim das opiniões dadas, saberiam a realidade, chegando à maiêutica. Na discussão, há diversos momentos que Sócrates se faz de leigo sobre o tema da conversa para deixar o oponente à vontade para expressar sua opinião, conseqüentemente incorrer em contradições. Esse método é utilizado para provar que a pessoa não está certa, ou indecisa, fazendo com que esta concorde com as ideias que inicialmente o indivíduo não dava créditos. Não é de se surpreender que o método foque não só em provar o seu ponto de vista, mas sim, em desconstruir o do outro com uma série de indagações, resultando em confusão.

3.2 Princípios

De acordo com Ferrari (2008), para o filósofo, só olhando para dentro de si, o ser humano chega ao conhecimento e se realiza como pessoa. O pensamento de Sócrates marca uma reviravolta na história humana, pois procurava se ensinar as pessoas com o fundamento na observação das forças da natureza. Com o filósofo o homem procurou olhar para si mesmo, assim adquirindo o autoconhecimento e praticando o bem. Os sofistas ao contrário de Sócrates possuem um objetivo mais imediato, assim delimitando o conhecimento do jovem.

Acreditava em dois princípios: alma e corpo. Seguindo duas linhas de raciocínio, a idealista que partiu de Platão, defendendo a existência de uma só razão, distinguindo o mundo das ideias do mundo concreto, sendo o objeto o que determina o conhecimento, independente do sujeito que o observa. E a realista, que foi ideia de Aristóteles, que sugere que não há realidade fora da consciência, à realidade é uma representação do que pensamos sobre algo, nele as coisas só existem enquanto podemos percebê-las, assim a realidade sendo determinada pela imagem de algo formado na consciência do homem.

Moral é o papel importante da sua filosofia. Sócrates orienta as pessoas que devem muito considerar para adequadamente viver. O processo exclusivo para atingir a alegria ou igualdade com Deus, fim maior do ser, é o uso da virtude. A virtude adquiriu-se através de conhecimento ou, melhor, com ela se parece. Esta teoria, uma das mais específicas da moral socrática, é consequência normal da falha psicológica de não identificar o desejo do entendimento. Resultado: extensão moral e vivacidade

abstrata, virtude e estudo, desconhecimento e vício são sinônimos. Se ator é o que sabe atuar, cantor o que sabe cantar, justo será o que sabe a justiça.

Nas comunicações, ele observou problemas em resolver a base de muitos conceitos, onde a grande ingenuidade em que todos levavam perante do que verdadeiramente importava era dominante. Falava da relevância em se ter um espírito crítico bem como, se reconhecendo com o próprio desconhecimento, seria o primeiro e fundamental movimento para o saber. Acreditava nos princípios morais segundo aquele de que, com o uso da dignidade moral, já tinha no mesmo o próprio pagamento. Dizia que aquele que exercia o mal prejudicava, muito mais a si mesmo do que a quem o mal é feito. Seguiu os ideais de que a integridade da alma é a real boa forma de vida.

3.3 Virtude

Segundo Vieira (2016), para Sócrates o povo deveria centralizar suas forças em serem virtuosos, para ele próprio, para seus amigos e para a comunidade a que pertencem, pois, a virtude deve ser conquistada também pelo grupo humano, pela polis. Esse também é um dos motivos por qual não fugiu de sua sentença de morte, acreditava que fugir da sua comunidade e da sentença que ele colocou era deixar de ser virtuoso e isso era ir contra todos os seus princípios.

Para os gregos a virtude era a qualidade essencial que faz do ser o que ele é assim é virtuoso, o homem que tenta ser bom e perfeito utilizando a razão e o conhecimento para atingir esse objetivo, pois essas qualidades são próprias do homem. O contrário da virtude é o vício, que é caracterizado basicamente pela ignorância que é a ausência da razão e do conhecimento.

O melhor jeito de o homem virtuoso viver segundo Sócrates é buscando o desenvolvimento da sua razão e do seu conhecimento e não buscando riquezas materiais que geralmente desviam o homem do caminho da virtude. A virtude é o bem mais precioso que a pessoa pode ter. Os reais valores não estão ligados ao que é exterior ao homem como a fama o poder e a riqueza, nem aos atributos do corpo, como a beleza e a vigor física, mas nos atributos da alma que são caracterizados principalmente pelo conhecimento. Os outros valores quando estiverem ligados ao conhecimento também podem ser virtuosos. O homem para ser virtuoso não precisa

renunciar aos prazeres, a virtude deve levar o homem a uma vida perfeita não a negação dessa vida.

Não se considerava sofista, porque para ele tinha uma grande diferença entre o método dos sofistas e o seu. Entendendo o conhecimento comercial e o conhecimento teórico. No primeiro aluno não é capaz de aprender, ele estaria taxado às informações fornecidas pelo seu mestre. Diferente do segundo, já que neste o aluno seria induzido a criar seus próprios conceitos a formar suas convicções sobre o assunto.

Para ele as pessoas buscavam o bem, tinham interesse de praticá-lo, pois isso levaria ao caminho correto culminando com a sua felicidade. O início dessa busca seria através do conhecimento, pois acreditava que as pessoas estudiosas não praticavam atos maléficos, pelo contrário quanto mais se aprofundavam em seus conhecimentos mais buscavam ajudar, melhorar, incentivar as outras pessoas. Quanto mais espertas são as pessoas, mais elas se aproximavam de Deus. Também acredita que existiam forças que poderiam alterar isso, como forças da própria natureza ou humanas.

Sócrates acreditava que não seria possível ensinar a virtude defendida por Protágoras que acreditava em uma virtude política e moral diferentemente de Sócrates que defendia uma virtude técnica e pragmática. Percebe-se que uma pessoa virtuosa segundo o conceito, é uma pessoa que consegue se destacar em algo vislumbrado, assim a idolatrarão no presente e no futuro, tendo em vista o aspecto global da virtude.

3.4 Julgamento de Sócrates

Sempre que se trata de sentença é fundamental deixar evidente que não basta somente realizar uma análise institucional das leis, é necessário alcançar muito mais adiante. Faz-se necessidade, saber qual o comportamento causado pela comunidade; para qual porção do conjunto se dirigirá esse julgamento, entender os impactos que tiveram a análise e, por fim, ter a afirmação que as normas vieram a ser aplicadas com bom aproveitamento.

Segundo Piaia (2011), o julgamento de Sócrates, cria uma verdadeira inovação na curiosidade dos cientistas. Pois, não encontramos nada na literatura que seja preciso, sobre esse acontecimento. O que encontramos, são imensas especulações e polêmicas, mas nada que seja suficiente e objetivo. Sócrates habitava em Atenas, na Grécia, cerca de 500 anos antes do nascimento de Cristo.

Apresenta a prática contínua da maiêutica que representa um conhecimento filosófico produzido por Sócrates em que, por meio de questões sobre qualquer tema, o interlocutor é induzido a resolver a verdade. Deste modo, ele anunciava que todas as pessoas sem separação alguma, incluindo trabalhadores e servidores, tinham capacidade de adquirir conhecimento. Neste período, o filósofo, estava conseguindo um conflito com a nobreza da região, por afrontar com a visão de que apenas estes tinham o exclusivo e certo conhecimento. Em frente a essa situação, o filósofo foi guiado a um tribunal formado por aproximadamente quinhentas pessoas, escolhidas anualmente, por volta de seis mil que se candidatavam. O júri que julgaria o "Pai da Filosofia" era chamado de "Tribunal dos Heliastas", obtendo como integrantes os descendentes dos dez clãs que habitavam Atenas.

O julgamento de Sócrates pode ser considerado como uma forma de calar a população que estava em constante busca de conhecimento, sobretudo, os jovens. Nenhum ato ou fato puderam ser imputados de forma precisa, para que ele fosse posto a mercê de todos ao seu redor, seu único pecado foi justamente aquilo pelo qual ele deveria ser exaltado, ou seja, sua inteligência indiscutível. Apesar dos pesares, a lei tinha um papel fundamental para a manutenção da ordem e equilíbrio da sociedade, pois assim como hoje, todos aqueles que eram parte de uma polis, deveriam observar e cumprir seus deveres e exigir, quando necessário, seus direitos. Faz-se presente aqui a força incontestável do Jusnaturalismo Cosmológico, cujo preceito máximo estava ligado a uma entidade superior, ou seja, algo que está além da mera compreensão humana e, portanto, poderia revelar de forma peremptória, a verdade.

É notória a presença do interesse político desde sempre na história humana, uma vez que Sócrates, acusado levemente, acabou tendo sua vida tomada por homens poderosos da época. Mesmo sendo capaz de escapar de tal condenação, sua hombridade não permitiu que um destino diferente pudesse ser escrito. O processo do filósofo pode ser descrito como uma verdadeira traição aos costumes atenienses, pois é uma cidade extremamente conhecida por pregar a liberdade de expressão acima de tudo, acabou sendo contraditória com um dos maiores filósofos que já viveu na Terra.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a filosofia antiga nos posiciona em contato direto com os grandes pensadores, nos trazendo a vontade de adquirir um novo conhecimento, nos fazendo ir em busca de respostas baseadas em um pensamento racional para diversas questões que ainda são obtidas como grandes incógnitas para toda a humanidade.

Sócrates, Platão e Aristóteles foram os primeiros filósofos, e suas teorias revolucionaram a maneira de pensar. Tais filósofos tiveram uma enorme influência em relação ao surgimento de novos pensadores, onde começavam a se questionar mais sobre a vida em geral, baseada em problemas que ainda se encontravam abertos referentes a diversas questões da vida humana.

Assim, resgatar a essência da Filosofia, através de um estudo sobre os maiores filósofos, é importante para que busquemos esclarecer as razões para o surgimento da filosofia, como uma busca racional por respostas. Esclarecer o porquê da atividade filosófica, ter se tornado o principal veículo de indagação ao longo da História Ocidental e procurar entender como funciona a nossa atividade racional.

REFERÊNCIAS

FERRARI, M. **Sócrates, o mestre em busca da verdade**. 2008. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/177/socrates-mestre-verdade>>. Acesso em: 1 jun. 2018.

GOBBI, A. **O método socrático**. 2012. Disponível em: <<http://sensoincomun.blogspot.com/2012/05/o-metodo-socratico.html>> Acesso em: 2 jun. 2018.

PIAIA, R. L. **O julgamento de Sócrates**. 2011. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/18321/o-julgamento-de-socrates>>. Acesso em: 7 jun. 2018.

TANCREDI, S. **Sócrates**. Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/biografia/socrates-biografia.htm>>. Acesso em 12 de out. 2018.

VIEIRA, I. C. **Reflexões sobre a virtude de Sócrates**. 2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/50069/reflexoes-sobre-a-virtude-de-socrates>> Acesso em: 5 jun. 2018.



O FLAGRANTE DESRESPEITO AOS DIREITOS E ÀS GARANTIAS FUNDAMENTAIS DOS CONTRIBUINTE BRASILEIROS COM O AUMENTO DA PIS/COFINS SOBRE COMBUSTÍVEIS PROMOVIDO PELO DECRETO 9.101/2017

José Guilherme Lameza, Luiz Fernando Sartori Júnior, Márcio Américo Mageste, Wagner Elias Jacob, e-mail: jg.lameza@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Não é de hoje que os governantes brasileiros, sempre que deparados com graves crises econômicas, como a que o Brasil tem vivido nos últimos anos, adotam a já conhecida e malfadada receita de aumento de tributos na tentativa de conter a crise e recolocar o país na rota do crescimento econômico.

O atual governo não fez diferente. Com o objetivo de arrecadar cerca de R\$ 11 bilhões já no ano de 2017, o Presidente Michel Temer, juntamente com seus ministros da área econômica (Fazenda e Planejamento), selou o aumento das alíquotas do PIS/COFINS sobre combustíveis (gasolina, diesel e etanol) no início do ano de 2017. A justificativa para se adotar tal medida foi para combater o crescimento da dívida pública, cujas receitas estavam abaixo do esperado devido à lenta recuperação da economia, graças às frustrações nas votações importantes no Congresso Nacional, como a do “Refis” e a da “desoneração da folha de pagamentos”.

O que surpreende não é o velho e fracassado hábito de colocar na conta do contribuinte os rombos feitos pelo governo, mas sim a flagrante inconstitucionalidade do Decreto 9.101/2017, instrumento utilizado, na oportunidade, pelo Presidente da República para aumentar as alíquotas, violando manifestamente os princípios da legalidade e da anterioridade nonagesimal, verdadeiros limites ao poder de tributar, expressos na Constituição Federal em seu artigo 150, I e III.

Por esse motivo, é de suma importância este estudo, que visa explorar os limites do poder de tributar, analisando o caso concreto que gerou aumento das contribuições PIS/COFINS no ano de 2017, e, além disso, destacar a triste realidade do contribuinte brasileiro que, cotidianamente, tem seus direitos mitigados pelo governo, que parece esquecer os limites da Carta Maior face a ânsia de manter o equilíbrio das contas públicas.

2 METODOLOGIA

Com o objetivo de analisar a estrutura das garantias fundamentais que protegem os contribuintes brasileiros e que, abominavelmente, são afrontadas pelo governo de forma cotidiana, assim como no Decreto 9.101 de 2017, objeto deste estudo, este trabalho foi desenvolvido a partir de uma metodologia lógico-dedutiva, explorando a mais moderna doutrina e atual jurisprudência dos órgãos superiores, sempre utilizando como guia de interpretação a Constituição Federal de 1988, bem como o Código Tributário Nacional.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Garantias Constitucionais

Em uma concepção bastante abrangente e simples, é possível compreender a existência do Estado como um mecanismo utilizado pela sociedade para ajudar a cada cidadão alcançar sua plenitude, ou seja, o Estado é uma ferramenta que existe com a finalidade de buscar o bem comum para a sociedade em geral. Para isso, o Estado necessita de recursos financeiros e as duas principais formas para se obter esses recursos necessários são através de receitas e lucros de suas empresas e patrimônios, também chamada de forma originária de arrecadação ou receita originária, tal qual um particular labora em busca de recursos; e a outra forma é a chamada receita derivada, que é a maneira por meio da qual o Estado, usando de suas prerrogativas de direito público (supremacia), edita leis que obrigam o particular a entregar parte de seu patrimônio aos cofres públicos, independentemente de sua vontade.

Nos Estados contemporâneos, a principal forma de obter recursos é a derivada, ou seja, por meio da tributação. E no sistema brasileiro não é diferente. Por esse motivo, é inegável que o Direito Tributário consiste em matéria fundamental para a vida na sociedade moderna, uma vez que, ele rege inúmeros atos praticados por toda população em cada dia, podendo até, por vezes, passar despercebido, porém gera diversos impactos no cotidiano da população em geral.

No Brasil, em 1966, com o advento da Lei 5.172 (Código Tributário Nacional - CTN), o Estado erigiu a gênese do atual sistema tributário. Algumas décadas mais tarde, em 1988, com a promulgação da atual Constituição Federal (CF), que recepcionou o CTN, o Estado teve através do artigo 145 da CF a parametrização exordial de seu Poder de

Tributar. Entretanto, no mesmo sistema tributário, o art. 150, objetivando proteger o contribuinte, estabeleceu restrições que limitam o poder de tributação, trazendo, assim, garantias que propiciam garantias, à sociedade, contra a sanha arrecadatória do Estado.

Nada obstante, se, por um lado, o cidadão tem obrigação de pagar os tributos, conforme expresso no art. 3º, CTN, por outro, o Estado tem a obrigação de respeitar a “capacidade contributiva” do mesmo cidadão, assegurando-lhe o mínimo existencial, corolário do prestígio devido ao Princípio da Capacidade Contributiva.

3.2 Modalidades Tributárias

O atual entendimento do Supremo Tribunal Federal é de que a teoria quántupla (também chamada de quintapartida, ou pentapartida) é a que melhor guarda sintonia com o atual modelo adotado pela Constituição Federal vigente.

Ainda que o art. 5º do CTN, em consonância com o art. 145 da CF, disponha que os tributos são impostos, taxas e contribuições de melhoria, levando a acreditar que existam apenas esses três tipos, o texto constitucional estabelece outras duas modalidades de tributações, em seus artigos 148 e 149, sendo eles, respectivamente: os empréstimos compulsórios e as contribuições especiais.

A modalidade “imposto” é definido no art. 16 do CTN como “tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte”. Assim, é possível concluir que impostos são tributos não vinculados e, conforme ensina Ricardo Alexandre, “se sustenta sobre a solidariedade social”, já que pessoas que obtêm rendimentos devem contribuir com os entes federativos, ajudando o Estado no alcance do bem comum, o que o caracteriza como de caráter contributivo. Tais recursos devem ser utilizados em benefício de toda a coletividade, portanto. São exemplos de impostos o IR (União), o ICMS (Estados) e IPTU (Municípios).

As “taxas”, conforme o inciso II do art. 145 da CF, são tributos que podem ser instituídos pelos entes federativos “em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição”, o que as torna, diferentemente dos impostos, tributos vinculados, pois atrelam o Estado ao contribuinte no momento em

que este recolhe o tributo em favor daquele. Logo, desde que presente uma das situações previstas no artigo, é possível que o Estado constitua a cobrança de taxa.

Já as “contribuições de melhoria” são tributos destinados a ressarcir gastos públicos na realização de obras e aprimoramento de infraestrutura, consoante leciona Ricardo Alexandre. São tributos vinculados à realização de uma obra pública que tenha como consequência um incremento do valor de imóveis pertencentes aos contribuintes.

“Empréstimos compulsórios”, conforme dispõe a CF em seu artigo 148, são tributos de competência exclusiva da União e sua característica marcante é a obrigatoriedade de restituição e somente podem ser instituídos mediante lei complementar para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência; e no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.

“Contribuições especiais”, quinta espécie de tributo inserida na CF, está prevista no artigo 149 e, salvo algumas exceções trazidas pelo §1º do mesmo artigo, também são tributos de competência exclusiva da União e têm como peculiaridade a finalidade para qual são criadas, conforme pode-se observar na parte inicial do artigo: “Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas (...)” (grifos nossos).

A partir da leitura do art. 149 da CF, depreendem-se três possibilidades para que a União institua essa tributação, sendo elas:

a) Contribuições sociais: São utilizadas pela União no intuito de arrecadar recursos para atividades relacionadas à ordem social – bem estar e a justiça social. Esta subcategoria tributária ainda é subdividida em: a.1) Contribuições da Seguridade Social: Aquelas disciplinadas no art. 195, I, II e II, da CF. São exemplos o PIS/PASEP (art. 239, CF) e a COFINS; a.2) Outras contribuições sociais: Previstas no §4º do artigo 195 da CF, para garantir a manutenção ou expansão da seguridade social; a.3) Contribuições sociais gerais: voltadas à área social, como o salário-educação, previsto no art. 212, §5º, CF, e as contribuições para os chamados serviços sociais autônomos (art. 240 da CF).

b) Contribuições de intervenção no domínio econômico (CIDE): a finalidade da CIDE é justamente intervir na economia, incentivando determinado setor (ex: CIDE-combustíveis, prevista no artigo 177, §4º, CF).

c) Contribuições de interesse de categorias profissionais ou econômicas: visa ao financiamento de atividades de interesse de instituições representativas ou fiscalizatórias das categorias profissionais ou econômicas (ex: a contribuição sindical, cobrada dos participantes de determinadas categorias profissionais).

No art. 149, §1º, CF/88, temos uma exceção à exclusividade da União: “Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário de que trata o art. 40, cuja alíquota não será inferior à da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União”.

3.3 Limitações ao Poder de Tributar

Dentre os princípios que norteiam as limitações do poder de tributar, há dois, em especial, que merecem maior destaque, pois são princípios que norteiam toda a estrutura do sistema tributário brasileiro. São eles os Princípios da Legalidade e da Não Surpresa.

O Princípio da Legalidade, gravado no inciso I do artigo 150, veda que a União, Estados, Distrito Federal e os Municípios aumentem ou exijam tributos sem lei que o estabeleça. Este Princípio, além de ser um dos que regem o Direito Tributário, também confirma preceitos fundamentais de um Estado Democrático de Direito, já que a legalidade é um princípio essencial de todo o sistema constitucional, tal como expresso no artigo 5º, inciso II da CF/88, garantindo que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”. Importante não se olvidar que o mencionado princípio também é requisito para a majoração de tributos, conforme, inciso II do art. 97 do CTN, “Somente a lei pode estabelecer: II – a majoração de tributos, ou sua redução”.

O Princípio da Não Surpresa, fusão dos princípios da Anterioridade Anual (art. 150, III, b, CF), com o Princípio da Noventena (art. 150, III, c, CF), existe para garantir segurança jurídica ao sujeito passivo da relação tributária, estabelecendo um intervalo de tempo (vacatio) entre a publicação da lei e a possibilidade de sua exigência.

Portanto, dá ao contribuinte previsibilidade futura, oferecendo a ele um tempo para que possa preparar seu orçamento para a cobrança maior que virá pelo tributo instituído ou majorado.

O Princípio da Anterioridade (art. 150, II, b) veda o ente federativo de cobrar tributos “no mesmo exercício financeiro e que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou”.

Nesse mesmo diapasão, a alínea “c” no inciso III do artigo 150 estabelece o Princípio da Noventena, que impede que a cobrança de um tributo seja possível antes de “decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que o instituiu ou aumentou (...)”

Portanto, o Princípio da Não Surpresa, em regra, garante que um imposto não pode ser instituído ou majorado no mesmo exercício financeiro da publicação da lei e também fixa um prazo mínimo de 90 dias, acabando com as publicações de leis nos últimos dias do ano-calendário, que burlavam o tal preceito.

3.4 Análise da questão

Dessa maneira, se por um lado, o Estado tem a prerrogativa de, através de lei instituir impostos e obrigar os particulares, independentemente de sua vontade, por outro, o Estado está claramente vinculado às limitações impostas e garantidas por nossa Carta Magna.

Conforme foi possível constatar durante este estudo, os governantes, em especial os brasileiros, costumam utilizar, sem nenhum pudor, do Poder de Tributar conferido ao Estado para, em horas de crise econômica, aumentar - ou instituir - tributos, aproveitando-se da compulsoriedade de tal medida. Nesse sentido, o Presidente Michel Temer não fez diferente, pois na ânsia de combater o crescimento da dívida pública e conter o rombo nas contas públicas, majoraram, via decreto, as alíquotas do PIS/COFINS sobre combustíveis no início do ano de 2017. Ao adotar tal conduta, o que mais surpreende é o descaso que a Chefia do Executivo Federal e sua equipe tiveram, pois, dessa maneira, desrespeitaram as garantias constitucionais do contribuinte. Flagrantemente o governo, ao publicar o Decreto 9.101/2017, desprezou os princípios da legalidade e da anterioridade nonagesimal, limites ao Poder de Tributar consubstanciado pela Constituição Federal nos incisos, I e III do artigo 150.

O governo primeiramente desrespeitou o Princípio da Legalidade quando escolheu instituir esse aumento via “decreto”. Como visto, somente Lei pode exigir ou aumentar um tributo e o decreto tem status hierarquicamente inferior, pois não passa de um ato unilateral do executivo, sem o crivo de poder legislativo. Na sequência o governo também não obedeceu ao Princípio da Não Surpresa, pois os impostos PIS/COFINS são contribuições existentes para custear a seguridade social, em conformidade com os artigos 195 e 239 da CF e, portanto, vige a necessidade de se obedecer a noventena.

A questão, no momento, encontra-se sub judice no bojo do RE 986296, em face do qual reconheceu-se repercussão geral, mas que, ainda, não fora julgado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo verificou, portanto, a inconstitucionalidade de um ato governamental, em específico, que fora exarado com o fito de resolver seus problemas atinentes às contas públicas, convolvendo-se, assim, num inequívoco desrespeito aos Princípios da Legalidade e da Anterioridade Nonagesimal, verdadeiros limites ao poder de tributar, expressos na Constituição Federal, o que torna o ato presidencial, veiculado pelo Decreto 9.101 de 2017, objeto deste estudo, flagrantemente inconstitucional.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, R. **Direito tributário**- 12. Ed. Rev., atual. e ampl. – Salvador – Ed. JusPodivam, 2018.

LENZA, P. **Direito constitucional esquematizado**– 18. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2014

MAZZUOLI, V. O. **Curso de direitos humanos** 3. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2016.

MENDES, G. F. **Curso de direito constitucional**– 11. ed. – São Paulo : Saraiva, 2016. – (Série IDP)

VICECONTI, P. E. V.; NEVES, S. **Introdução à economia**. 8. ed. São Paulo: Frase Editora, 2007.



O IMPACTO ECONÔMICO DA CANA-DE-AÇÚCAR NOS MUNICÍPIOS DE JAÚ E BARIRI

Bruno Gabriel de Carvalho, Daniel Felipe Munhoz, Guilherme R T da Silva, Antônio Henrique Barbosa Real, e-mail: tccfij2018@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A cana-de-açúcar destaca-se no cenário brasileiro pela área cultivada e pelo potencial que a cultura exerce no setor de geração de energia, alimento e tecnológico.

O Brasil é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, com área de 9,05 milhões de hectares cultivados no ano de 2017. O estado de São Paulo é o maior produtor com 52,7% (4,7 milhões ha) da área cultivada. A quantidade de cana-de-açúcar processada na safra 2016/2017 foi de 651,8 milhões de toneladas, uma diminuição de 2,24% em relação à safra 2015/2016, quando foram processados 666,8 milhões de toneladas (UNICA, 2017a).

Na produção paulista, as cidades de Jaú e Bariri participam com 1,4% do total, significando uma área cultiva de 63,6 mil ha com produção na safra 2016 de 366,3 milhões de toneladas. (IBGE, 2016)

A produção da cana vem se desenvolvendo com a mecanização da cultura, porém esse fator vem acarretando diminuição do quadro de colaboradores nas empresas. Estima-se uma redução de 38% no número de funcionários da Della Coletta Bioenergia S/A quando comparado os anos de 2010 a 2017.

O interesse por esse assunto surgiu mediante a vasta área destinada ao plantio da cana-de-açúcar nas cidades de Jaú e Bariri, faz-se necessários estudos com maior profundidade para demonstrar os impactos econômicos dessa nova tecnologia.

2 METODOLOGIA

A cana-de-açúcar é a principal cultura na agricultura paulista, gerando empregos, arrecadações de impostos e na produção de produtos de grande valor como o açúcar, etanol e entre outros.

Contudo, para a fundamentação do estudo quanto à viabilidade de plantio para fornecer a cana-de-açúcar para as usinas da região de Jaú e Bariri, cidades estas

localizadas no centro-oeste paulista, de acordo com a Figura 3 que ilustra a exata localização de cada cidade e também da macrorregião que estão inseridas

2.1 Bariri

De acordo com Bariri (2018) o município tem como importante fonte de renda as indústrias e a agricultura, entretanto, concentram-se como atividade econômica a cana-de-açúcar.

Dentre as empresas atuantes no município destacam-se: Della Coletta Bioenergia S/A, produtora de açúcar e álcool; Grupo Frisokar Equipamentos Plásticos S/A, fabricante de componentes para cadeiras de escritório e poltronas; Colchões BecFlex, fabricante de espumas e colchões; Plásticos Bariri Ltda. e Indústria Dublauto Industria e Comércio Ltda., empresa que atua no mercado têxtil.

2.2 Jaú

De acordo com Jaú (2018) a cidade localiza-se na região central do Estado, a 296 km da capital. Num raio de 200 km, pode-se atingir diversas cidades que são referência econômica em suas respectivas regiões, como Campinas, Ribeirão Preto, Araraquara, Bauru, Rio Claro e São Carlos.

Jaú (2018), possui uma economia diversificada as principais atividades econômicas são: a indústria calçadista e agroindústria canavieira (açúcar e álcool). O setor industrial é diversificado sendo representado também por indústrias de transformação, metalmecânica, alimentícias e de celulose.

Na agricultura destaca-se além da cana-de-açúcar o café, frutas e algodão. Na atividade comercial é reconhecida como um importante polo, principalmente pela indústria calçadista que comercializa os produtos tanto em âmbito varejista quanto atacadista e possui shoppings dedicados à esta atividade do calçado, é o que discorre Jaú (2018).

A região de Bariri destina 20.600 ha para o cultivo da cultura da cana-de-açúcar e a cidade de Jaú 43.000 ha, quando comparado com o estado de São Paulo (5.590.586 ha), representam 1,14% da área plantada. Já a receita da produção da cultura da cana de açúcar no ano de 2016 estabeleceu a marca de R\$ 255.248.000,00 representando 0,92% do faturamento do Estado de São Paulo (IBGE 2018).

As cidades somadas refletem em áreas plantadas maiores que estados como a Amazonas 3.600 ha, Ceará 16.123 ha e Maranhão 45.633, mostrando a força que o interior e o próprio Estado de São Paulo têm no Brasil e no mundo. (IBGE 2018).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo de tendências nas cidades de Jaú e Bariri nos próximos cinco anos busca demonstrar através de dados estáticos a evolução da cultura canieira.

Na Tabela 1 são descritos toda a área plantada, rendimento médio e quantidade produzida de cana desde o ano de 2010 até 2016 os dados foram compilados de acordo com a apuração do IBGE (2018).

Tabela 1 – Relação da Área Plantada na Cidade de Jaú.

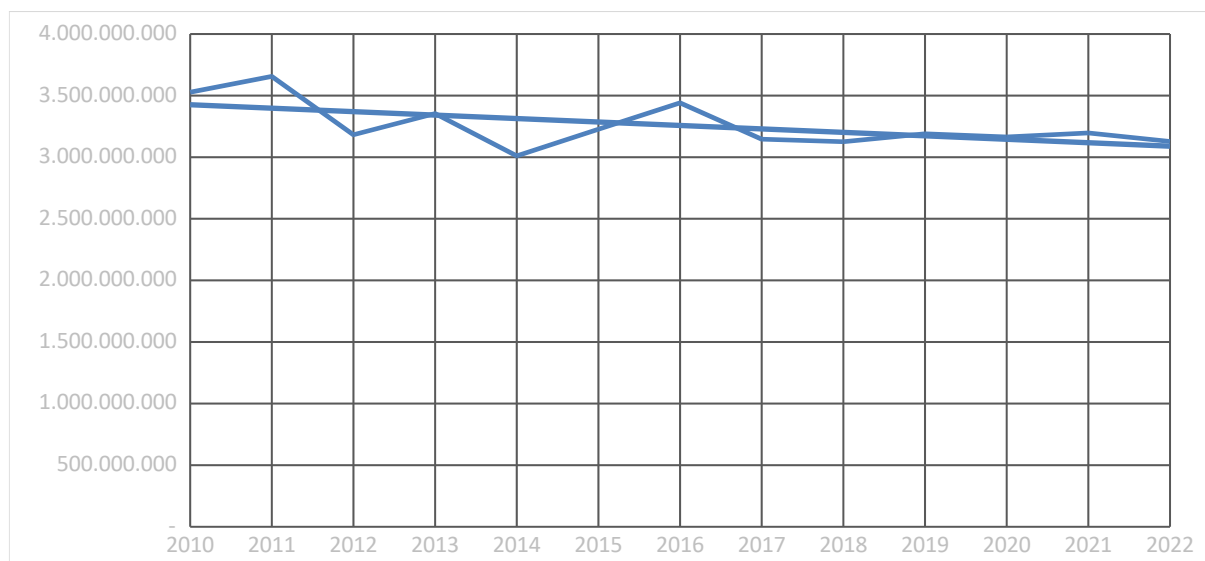
Ano	JAÚ		
	Área Plantada (há)	Rendimento médio (kg/ha)	Quantidade Produzida (T)
2010	42.500	R\$ 83.000,00	3.527.500
2011	43.000	R\$ 85.000,00	3.655.000
2012	43.000	R\$ 74.000,00	3.182.000
2013	43.000	R\$ 78.000,00	3.354.000
2014	43.000	R\$ 70.000,00	3.010.000
2015	43.000	R\$ 75.035,00	3.226.505
2016	43.000	R\$ 80.009,00	3.440.387
2017	43.000	R\$ 73.163,00	3.146.009
2018	43.000	R\$ 72.678,43	3.125.172
2019	43.000	R\$ 74.179,39	3.189.714
2020	43.000	R\$ 73.583,98	3.164.111
2021	43.000	R\$ 74.336,99	3.196.491
2022	43.000	R\$ 72.722,58	3.127.071

Fonte: Elaborado pelos autores conforme dados do IBGE.

Entretanto, os anos de 2017 até 2022 foram levantados de mediante à metodologia de tendência, onde realizado com programa de computador através de fórmulas matemáticas projetando os valores futuros na cidade de Jaú.

Na cidade de Jaú nota-se que a área plantada não houve mudança em seus valores, com isso os rendimentos do primeiro e último ano obtiveram uma redução de 12,38%.

Figura 1 – Quantidade Produzida (t) – cidade de Jaú.



Fonte: Elaborado pelos dos autores conforme dados do IBGE.

O resultado da quantidade produtiva vem caindo de forma acentuada, com o rendimento médio diminuindo e a concorrência das outras matérias-primas aumentando no município a tendência do resultado é continuar variando.

Tabela 2 - Relação da Área Plantada na Cidade de Cidade.

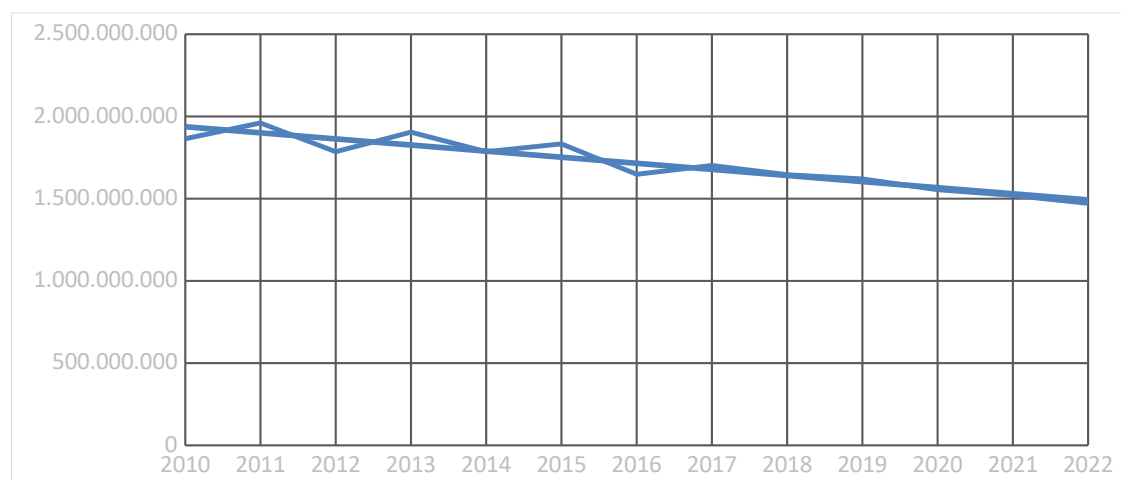
Ano	BARIRI		
	Área Plantada (há)	Rendimento médio (kg/ha)	Quantidade Produzida (T)
2010	23.300	80.000	1.864.000
2011	24.500	80.000	1.960.000
2012	23.800	75.000	1.785.000
2013	23.800	80.000	1.904.000
2014	23.800	75.000	1.785.000
2015	23.800	77.000	1.832.600
2016	20.600	80.000	1.648.000
2017	22.014	77.286	1.701.390
2018	21.208	77.592	1.645.580
2019	20.639	78.461	1.619.377
2020	19.916	78.027	1.553.970
2021	19.230	78.994	1.519.080
2022	18.708	78.653	1.471.433

Fonte: Elaborado pelos dos autores conforme dados do IBGE.

Na cidade de Bariri o resultado da área plantada é diferente, há variação nos valores de quantidade produzida e o rendimento médio se mostra mais estável.

Entretanto, no município de Bariri a redução foi expressivamente menor comparado com a cidade de Jaú. Apresentando uma diminuição de 1,68%.

Figura 2 – Quantidade Produzida (t) Bariri.



Fonte: Elaborado pelos dos autores conforme dados do IBGE.

Há queda na quantidade produzida estimada entre os anos de 2010 a 2022, quando comparamos as duas pontas do gráfico chegamos à redução de 21,06%.

Tabela 3 – Faturamento Per Capita na Cidade de Jaú.

Ano	População	Faturamento	Faturamento Per Capita
2010	131.040	98.700.000	R\$ 753,21
2011	133.225	201.025.000	R\$ 1.508,91
2012	135.411	156.045.000	R\$ 1.152,38
2013	137.596	125.943.000	R\$ 915,31
2014	139.782	113.327.000	R\$ 810,74
2015	141.967	120.542.000	R\$ 849,08
2016	144.153	172.502.000	R\$ 1.196,66

Fonte: Elaborado pelos dos autores conforme dados do IBGE.

Com base na estimativa de crescimento da população de Jaú calculado pelo IBGE, podemos verificar que crescimento da população não impediu o crescimento do faturamento per capita nos anos entre 2015 e 2016, após crise no setor, o mercado vem crescendo juntamente com o faturamento.

Na Tabela 4 são descritos os valores de faturamento per capita na cidade Bariri entre os anos de 2010 a 2016, comparando a população e o faturamento dos anos.

Tabela 4 – Faturamento Per Capita na Cidade de Bariri.

Ano	População	Faturamento	Faturamento Per Capita
2010	31.593	52.192.000	R\$ 1.652,01
2011	32.023	107.800.000	R\$ 3.366,33
2012	32.453	88.322.000	R\$ 2.721,54
2013	32.883	71.628.000	R\$ 2.178,27
2014	33.313	67.205.000	R\$ 2.017,38
2015	33.743	68.338.000	R\$ 2.025,25
2016	34.173	82.746.000	R\$ 2.421,39

Fonte: Elaborado pelos dos autores conforme dados do IBGE.

Com base na estimativa de crescimento da população de Bariri calculado pelo IBGE, em comparação com a cidade de Jaú, a cidade de Bariri apresenta um faturamento per capita maior, apresentado uma média de R\$ 2.340,31 128% acima que a média de Jaú que é representada pelo valor de R\$1.026,61.

Entretanto, análise do faturamento per capita entre o estado e os municípios de base deste estudo relaciona os dados obtidos e elaborados entre os anos de 2010 a 2016.

Tabela 5 – Faturamento Per Capita no Estado de São Paulo.

Ano	População	Faturamento	Faturamento Per Capita
2010	162.633	150.892.000	R\$ 927,81
2011	165.248	308.825.000	R\$ 1.868,86
2012	167.864	244.367.000	R\$ 1.455,74
2013	170.479	197.571.000	R\$ 1.158,92
2014	173.095	180.532.000	R\$ 1.042,96
2015	175.710	188.880.000	R\$ 1.074,95
2016	178.326	255.248.000	R\$ 1.431,36

Fonte: Elaborado pelos dos autores conforme dados do IBGE.

A análise realizada contempla que a média do faturamento per capita nos municípios quando confrontamos o faturamento da cana em relação a população total dos mesmos equivale a R\$ 1.280,09 um valor 151% maior que o valor médio do estado de São Paulo representado pela importância de R\$ 510,76 .

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cana de açúcar se demonstra de grande importância nas cidades de Jaú e Bariri, tanto nos aspectos econômicos quanto nos sociais, empregando uma grande quantidade de funcionários e também na arrecadação de impostos para os municípios, quando analisamos a renda per capita que o faturamento que a cana produz dividindo pela quantidade de habitantes notamos que é mais do que o salário mínimo, comprovando assim o impacto positivo que a cultura trás para as cidades.

O trabalho propôs mostrar a importância da cana de açúcar nos municípios, baseando se em dados estatísticos e com análise de tendências apresentados em gráficos tabelas e comentários.

REFERÊNCIAS

BARIRI. **Bariri**. Disponível em: <https://www.bariri.sp.gov.br/portal>. Acesso em 07/09/2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades. Jaú**. 2016. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/jau/pesquisa/14/10193>>. Acesso em: 9 mai. 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades. Bariri**. 2016. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/bariri/pesquisa/14/10193>>. Acesso em: 9 mai. 2018.

BRASILAGRO. **Setor sucroenergético brasileiro supera PIB de mais de 100 países**. 2014. Disponível em:< <http://www.brasilagro.com.br/conteudo/setor-sucroenergetico-brasileiro-supera-pib-de-mais-de100-paises.html#.WIX3Dn1RLrd> >. Acesso em: 05 out. 2018.

CARVALHO, L. C. C. Cenários e estratégias do setor sucroenergético: sustentabilidade socioeconômica. In: SILVA, F. C.; ALVES, B. J. R.; FREITAS, P. L. (Ed.). **Sistema de produção mecanizada da cana-de-açúcar integrada à produção de energia e alimentos**. Brasília, DF: Embrapa, 2015



COCAL. **Fluxograma de fabricação.** Disponível em: <http://www.cocal.com.br/contendo/21/3/fluxograma-de-fabricacao.html>. Acesso em 01/09/2018.

GLOBO. **Usinas de SP não poderão mais queimar palha da cana-de-açúcar.** Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/12/usinas-de-sp-nao-poderao-mais-queimar-palha-da-cana-de-acucar.html>. Acesso em 01 de setembro de 2018.

JAÚ. **Jaú.** Disponível em: <http://www.jau.sp.gov.br/>. Acesso em 01/09/2018.

LIMA, L. R. MARCONDES, A. A. **Álcool carburante: uma estratégia brasileira.** Curitiba. Editora UFPR. 2002.

MILAN, M. ROSA, J.H.M. Corte, Transbordo e Transporte (CTT): **Aspectos Relevantes e Uso da Modelagem para o CTT. Processos Agrícolas e Mecanização da Cana de Açúcar.** Jaboticabal. SBEA. 2015. p.415-428

UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇUCAR. **Histórico de produção.** 2016. Disponível em: <http://www.unicadata.com.br/historico-de-producao-e-moagem.php?idMn=32&tipoHistorico=4&acao=visualizar&idTabela=1884&safr=2016%2F2017&estado=SP>. Acesso em: 10 mai. 2018.

ÚNICA. **Área colhida com cana-de-açúcar, 2016 – 2016.** Disponível em: <http://www.unicadata.com.br/historico-de-area-ibge>. Acesso em 01 de setembro de 2018.

UDOP. **União dos Produtores de Bioenergia.** Disponível em: <http://www.udop.com.br>. Acesso em 01/09/2018.

O INSTITUTO DA COLABORAÇÃO PREMIADA

Ítalo José Aquilante Calciolari, Guilherme Fernando Cunha, Luiz Antonio Scursoni, Vanderlei de Freitas Nascimento Junior, e-mail: itaalo_aquilante@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

No presente trabalho, busca-se mostrar a importância do instituto da Colaboração Premiada (popularmente conhecida como delação premiada) para o auxílio do combate aos crimes em nosso país. Mostra-se também os lados positivos, os negativos desta modalidade, além de apresentar como surgiu essa ferramenta importante e muito utilizada nos dias atuais.

A colaboração premiada é um mecanismo presente no ordenamento jurídico brasileiro, no qual se busca informações que possam dismantlar quadrilhas ou bandos, por meio de informações prestadas pelo réu (delator). Para isso, o crime pelo qual ele responde deve ser abrangido pelo instituto da colaboração premiada. Trata-se de uma espécie de “benefício” dado ao réu em uma ação penal, cujo intuito é colaborar com a investigação e delatar atos ilícitos praticados por este ou mesmo por terceiros. O benefício da colaboração premiada está previsto em diversas leis do nosso país, como por exemplo, Lei nº 8072/90 (crimes hediondos e equiparados), Código Penal, Lei nº 9613/98 (Lavagem de dinheiro), entre outras.

A colaboração premiada tem sua origem exata indefinida, porém existem diversos relatos de seu uso na Idade Média, no período da Inquisição. Nesta época era feito uma distinção do modo pelo qual foi capturado aquela confissão, se consentiu de modo livre, espontâneo ou se foi por meio da tortura. Existia certo receio quando era de modo livre, pois acreditavam que o indivíduo estava mentido apenas para prejudicar outra pessoa, e se fosse por meio da tortura, acreditava-se que esta confissão tinha um peso maior, pois o modo que foi conseguido tendia a ser mais “doloroso”. A colaboração premiada foi também utilizada e obteve sucesso na Itália, com o combate efetivo do terrorismo e da máfia italiana, e com o passar do tempo, expandiu para diversos países, inclusive o Brasil. No nosso país, o instituto da delação premiada teve início, de uma forma mais contemporânea, nos anos 90, com a criação da Lei 8.072/90. Nesta lei foi colocada, mais precisamente no artigo 159 do Código Penal, em seu §4º,

que “se o crime é cometido por quadrilha ou bando, o co-autor que denunciá-lo à autoridade, facilitando a libertação do sequestrado, terá sua pena reduzida de um a dois terços”.

Esse instituto é dito por muitos que se iniciou por ineficácia do Estado, por muita das vezes não conseguir cumprir sua obrigação e combater os crimes praticados por mais de um agente, sendo essa uma forma de acelerar o processo de investigação e ao mesmo tempo, “premiar” o colaborador por ter ajudado nas investigações, fazendo com que se consiga uma eficácia nos resultados, pois se o delator entregar informações relevantes, o Estado como um todo consegue prender um número maior de criminosos, recuperar bens, evitar novos crimes e até mesmo poupar vidas de inocentes.

Por outro lado, a colaboração premiada é amplamente criticada por ser considerado como algo altamente benéfico ao réu, pois funciona como uma “premiação” por delatar outras pessoas e fatos que detalham o crime. No ordenamento jurídico brasileiro, o juiz tem a prerrogativa de diminuir a pena do delator entre 1/3 (um terço) e 2/3 (dois terços), mas para isso, faz-se necessário que os fatos delatados sejam verídicos e comprovados, e que ajudem de fato no esclarecimento do crime.

A delação premiada pode ser sugerida pelo promotor de justiça que está acompanhando o processo penal, ou também pelo próprio réu, através de seu advogado. No caso de aprovação pelo magistrado, o delator fornecerá informações referentes ao caso, com riqueza de detalhes, e se o juiz considerar as informações prestadas pelo réu como algo relevante, aplicará os benefícios previstos, tais como redução da pena, mudança do regime de prisão, entre outros previstos, conforme Lei 12.850/13 (Organização Criminosa).

O réu, após aceitar o acordo de colaboração premiada, renuncia o direito ao silêncio, e automaticamente, precisa dizer a verdade apenas, com risco de ter o acordo cancelado, e responder pelas informações falsas prestadas.

No acordo firmado entre Ministério Público, Réu e Magistrado, é necessário conter o relato da delação, condições que foram propostas pelo MP ou Delegado, aceite voluntário do delator e seu advogado, sendo que a palavra final será do magistrado. O benefício será dado após ser considerado efetivo os resultados da delação, como por exemplo, a revelação da estrutura da organização, cúmplices,

possíveis novos crimes planejados, lucros obtidos com o ato ilícito. O magistrado deverá então homologar a delação e sentenciar. Fato importante é que o Juiz não poderá condenar com base apenas na delação, mas ter provas que comprovem o alegado.

2 METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido com base em métodos de pesquisa exploratória e leitura de dados acadêmicos, bem como Leis e Artigos, para melhor conhecimento e descoberta acerca das informações prestadas neste artigo. Após a familiarização do tema aqui escrito, foi feita pesquisas bibliográficas para obtenção de dados, datas, números que mostrem a origem, assim como os pontos negativos e positivos da Colaboração Premiada.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O tema do presente trabalho é de extrema importância para o presente e futuro do país. Isso porque, o Instituto da Colaboração Premiada visa combater, coibir e desmantelar quadrilhas que visam lucro e poder, e para isso, dependem de diversos atos ilícitos, como o tráfico de drogas, tráfico de armas, assaltos a carros fortes, agências bancárias e outros atos ilícitos que colaboram com a insegurança pública do nosso país, mas também através desta ferramenta jurídica, foi descoberto e desmantelado o maior esquema de corrupção já visto no Brasil. A Operação Lava Jato trouxe números impressionantes, que somente com a colaboração de delatores foi possível descobrir uma parte do que foi sugado dos cofres públicos.

Segundo o site do Ministério Público Federal, durante a Operação Lava Jato, foram feitos 176 acordos de colaboração premiada, que resultou até o momento do presente artigo, 215 condenações, contra 140 pessoas, contabilizando mais de 2036 anos de pena. O valor total de ressarcimento pedido pelo Ministério Público Federal é de R\$38,1 bilhões de reais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas informações e números apresentados acima, ficou claro e evidente que o instituto da Colaboração Premiada veio para agregar no Ordenamento

Jurídico brasileiro. O valor moral de uma prova trazida por um delator após uma colaboração não deveria ser objeto de discussão em nossa Doutrina, isso porque após a realização de um ato ilícito, não se deve falar que houve ética por parte do acusado, e por esse motivo, deve sim ser considerado as provas ditos por este, para a investigação ou a resolução do crime praticado pelo bando. Apesar das diversas manifestações em contrário existe acerca do tema, com retaliações pelo fato da beneficiação do delator, não se pode negar que os pontos positivos estão em maior quantidade. Isso ocorre pelo fato de que após a ocorrência do crime, não há mais de se falar em ética, e por esse motivo é de grande importância que o Estado consiga por todos os meios legais, informações para o desmantelamento de bandos e quadrilhas, desde aqueles que praticam atos considerados menores, até os de maior repercussão.

A colaboração premiada revolucionou o meio de se confeccionar provas no processo penal, isso porque na maioria dos casos o réu delator, até por estar envolvido nos crimes, tem muito mais facilidade de apresentar provas, do que por meio de uma investigação, e que se não fosse pelo instituto da colaboração, demoraria muito mais tempo para o Estado conseguir a mesma.

Por este fato, há de se estudar meios para sim aprimorar o modelo de colaboração, mas não podendo perder o seu objetivo, que é contribuir para a celeridade da Justiça brasileira, resolução de casos penais, e o mais importante de todos, o bem-estar da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n 8.072, de 25 de Julho de 1990. **Disponível em:** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8072.htm. Acesso em 10 de outubro de 2018.

_____. Lei n 9.613, de 3 de Março de 1998. **Disponível em:** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9613.htm. Acesso em 10 de outubro de 2018.

_____. **Lei n 12.850, de 2 de Agosto de 2013. Disponível em:** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm. Acesso em 10 de outubro de 2018.

_____. Lei n 8.072, de 25 de Julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8072.htm. Acesso em 10 de outubro de 2018.



_____. Lei n 12.850, de 2 de Agosto de 2013. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm. Acesso em 10 de outubro de 2018.

_____. **Código Penal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em 10 de outubro de 2018.

_____. **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**. Disponível em:
<http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato/atuacao-na-1a-instancia/parana/resultado>. Acesso em 10 de outubro de 2018.

FONSECA, P. H. C. **A Delação Premiada**. Disponível em:
https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/201/dela%C3%A7ao%20premiada_Fonseca.pdf?sequence=1. Acesso em 10 de outubro de 2018.

PARANAGUÁ, R. S. N. **Origem da delação premiada e suas influências no ordenamento jurídico brasileiro**. Disponível em: <https://rafael-paranagua.jusbrasil.com.br/artigos/112140126/origem-da-delacao-premiada-e-suas-influencias-no-ordenamento-juridico-brasileiro>. Acesso em 10 de outubro de 2018.



O INSTITUTO EXTRADICIONAL BRASILEIRO E O CASO CESARE BATTISTI

Ana Laura Rossi Fróes, Rosamaria Segá, Tainá Patrícia da Silva, Eduardo Toledo Arruda Galvão de França, e-mail: rosinha_sega@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A extradição, ao longo da história, tem se apresentado como um sistema constituído de múltiplos processos, mas possuindo uma característica em comum: ato pelo qual um soberano entrega a outro um criminoso ou um desertor. O mais antigo tratado que se tem conhecimento e cujo conteúdo mais se aproxima das características atuais, surgiu em 1376 entre França e os Países Baixos (SCHERER, 2007). Atualmente o conceito de extradição não mudou significativamente. Segundo BAHIA, 2017:

Extradição, em linhas gerais seria o ato por meio do qual um Estado entrega uma pessoa que está sob os limites de seu território, a outro país que o solicita e que é competente para processá-lo e eventualmente condená-lo em razão da prática de crime. Como é uma manifestação de soberania estatal, é indispensável a existência de um tratado de extradição entre os países, acordando os termos de sua realização, respeitando-se ainda as leis internas de cada um, ou, então, um compromisso de reciprocidade devidamente firmado entre as partes.

A figura da extradição está prevista na Constituição Federal no artigo 5º, incisos LI e LII, que prevê tratamento diferenciado aos brasileiros natos, naturalizados e aos estrangeiros (BRASIL, 1988). A legislação infraconstitucional envolvia um sistema contencioso por meio do Estatuto do Estrangeiro – Lei no 6.815/1980 (BRASIL, 1980) (artigos 76 e seguintes), da Lei Federal nº 6.964/1981 e do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal (artigos 207 a 214). Entretanto, em 2017 foi promulgada a nova Lei de Migração (Lei nº 13.445) que, em seu Capítulo VIII, Seção I, trata da Extradição. A nova Lei substituiu o antigo Estatuto da Estrangeiro (GOMES & ALMEIDA, 2012).

A extradição utiliza como base jurídica para sua realização o tratado internacional ou a promessa de reciprocidade firmada entre os países envolvidos. O Brasil mantém tratado de extradição com diversos países, incluindo a Itália. O Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana foi assinado

em Roma, em 17 de outubro de 1989, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 78, de 20 de novembro de 1992, promulgado pelo Decreto nº 863, de 9 de julho de 1993 e publicado no Diário Oficial de 12 de julho de 1993 (COSTA, 2017). Brasil e Itália tentaram firmar acordo por diversos anos no famoso caso do cidadão italiano e ativista de extrema esquerda, Cesare Battisti que ficou por muito tempo nas manchetes nos veículos de comunicação brasileiros.

O presente estudo tem por objetivo analisar a base jurídica necessária para a realização da extradição entre os países e ponderar o posicionamento do Supremo Tribunal Federal e do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste estudo científico, foram utilizadas pesquisa em leis, livros e doutrinas, artigos científicos e revistas jurídicas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Cesare Battisti, ex-ativista italiano, foi condenado a prisão perpétua em seu país após ser acusado de participação em quatro homicídios. Fugiu para a França, depois para o Brasil onde foi preso em março de 2007 por conta de mandado de prisão preventiva para fins de extradição, expedido pelo Supremo Tribunal Federal.

O Comitê Nacional para os Refugiados concedeu a Battisti a condição de refugiado. Todavia o STF entende que Battisti não poderia ser considerado como tal, pois não se enquadraria nos requisitos do artigo 1º da Lei 9.474/97 (BRASIL, 1997):

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

- I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
- II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
- III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Diante do fato, o STF, por 5 votos a 4, declarou ilegal a concessão da condição de refugiado a Cesare Battisti pelo então Ministro da Justiça, Tarso Genro, e decidiu por sua extradição, entretanto condicionou tal decisão a homologação do Presidente da República (DELLOVA, 2011)

O então Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, manifestou-se de forma contrária ao decidido pelo STF, qual seja, negou o pedido de extradição. O Governo informou que Lula se baseou no parecer da Advocacia Geral da União (AGU), que diz que a decisão não representa afronta de um Estado ao outro, uma vez que situações particulares ao indivíduo podem gerar riscos, a despeito do caráter democrático de ambos os Estados (DELLOVA, 2011). O ex-Presidente se fundamentou também no fato de que Cesare Battisti poderia sofrer perseguições do país requerente, o que é perfeitamente autorizado, nos termos do artigo III, item 1, alínea f, do Tratado de Extradução entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana, se caracterizando como um dos motivos em que concessão de extradição pode ser negada (COSTA, 2017).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que tange ao assunto da extradição, ainda há muita divergência e pontos a serem discutidos. Não há uma pacificação entre a força de um Tratado Internacional e a Soberania de um Estado. Todo desentendimento gerado com o caso de Battisti, por exemplo, a concessão do refúgio, se os crimes cometidos se tratavam de crimes políticos ou crimes comuns, se o Presidente da República possui discricionariedade para tomar a decisão final em relação à extradição mesmo após a devida análise de legalidade e deferimento da mesma por parte do STF, mostra a necessidade de maior atenção ao tema.

No entanto, acredita-se que o então Presidente Lula deveria ter extraditado o italiano uma vez que os crimes praticados por Cesare Battisti, ao nosso ver, foram considerados crimes comuns. Também consideramos correta a sentença do STF pela extradição de Battisti, pois acreditamos ser o cumprimento correto das leis envolvidas além de optar pela pacificação de eventuais conflitos entre Brasil e Itália, o que poderia ocasionar desnecessárias discussões.

REFERÊNCIAS

BAHIA, F. **Direito Constitucional**. Ed. Armador. 3ª ed. Coleção Descomplicando. 2017. 416p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.



BRASIL. **Lei nº 6.815 de 19 de Agosto de 1980.** Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. (Revogada). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6815.htm>. Acessado em: < 08/10/2018>.

BRASIL. **Lei nº 9.474 de 22 de Julho de 1997.** Dispõe sobre mecanismos para implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providencias. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm>. Acessado em 08/10/2018.

COSTA, B. B. **A extradição de Cesare Battisti.** Conteúdo Jurídico. 2017. Disponível em: < <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,a-extradicao-de-cesare-battisti,589872.html>>. Acesso em: 08/10/2018.

DELLOVA, A. S. **Breve análise sobre o caso Cesare Battisti.** Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 92, set. 2011. Disponível em: < http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10375>. Acesso em: 08/10/2018

GOMES, E. B.; ALMEIDA, R. S. de. **Extradição e direitos fundamentais.** O caso Cesare Battisti. Revista de Informação Legislativa. Brasília, a. 49, n. 195, p. 25-39, jul./set. 2012.

SCHERER, K. C. W. **A nova conformação jurídico transnacional da extradição em face dos direitos humanos.** 2007. 181p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo.



O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA APLICADA AO SISTEMA PENAL BRASILEIRO

Kennedy F. Espricigo Bergamo Sede, Irineu Grandesso Neto, Amanda Leal Ferreira, Taiara F. de Amorim Martins, Vanderlei de Freitas Nascimento Junior, email: vanderlei.adv.jau@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Os princípios são as fontes basilares para qualquer ramo do direito, influenciando tanto em sua formação como em sua aplicação. Com relação ao direito penal isto não poderia ser diferente, já que os princípios estão presentes naqueles dois instantes, em sua formação e na aplicação de suas normas.

O direito penal é construído com base em princípios constitucionais, os quais norteiam a sua construção e a sua vida, devendo conseqüentemente ser respeitados. Desta feita, as normas penais deverão estar em consonância com os princípios constitucionais, quando não estando não terão nenhum valor, ainda que votadas, promulgadas e publicadas.

O Estado Democrático de Direito funda-se nos princípios dos direitos e estes garantem os direitos das pessoas, sejam eles individuais ou coletivos, os quais visam, em última instância, à garantia da dignidade da pessoa humana, pois é ela que representa o arcabouço político fundamental constitutivo do Estado e sobre o qual se assenta todo o ordenamento jurídico. Por isso, é considerado como princípio maior na interpretação de todos os direitos e garantias conferidos às pessoas no texto constitucional.

No Brasil, dentre as conquistas da Constituição de 1988, considerada uma das mais avançadas do mundo, em termos de direitos e garantias individuais, destaca-se a inserção do princípio da dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da própria existência da Constituição e do Estado Democrático de Direito, exposto no artigo 1º, inciso III da Constituição Federal de 1988.

Diante desse enunciado, não resta ao legislador do direito penal, alternativa senão cumprir o que determina a Constituição, não permitindo que sejam editadas leis que coloquem em perigo a dignidade da pessoa humana.

2 METODOLOGIA

O método que mais se amolda à presente pesquisa, é o dedutivo, pois o mesmo tem o propósito de explicar o conteúdo das premissas, ou seja, corresponde à extração discursiva do conhecimento a partir de premissas gerais aplicáveis a hipóteses concretas, pois procede do geral para o particular. A espécie de abordagem a ser empregada no presente projeto será a abordagem qualitativa, tendo em vista que a mesma não se preocupa com a busca pela verdade dos fatos, e sim pela lógica que o permeia. O meio a ser utilizado será a pesquisa bibliográfica e a pesquisa explicativa, extraindo diversas opiniões de doutos doutrinadores de renome nacional com relação ao tema, e, ao mesmo tempo, buscar identificar as causas ensejadoras da problemática apresentada, se valendo de obras doutrinárias de peso no assunto, disciplinando diversos posicionamentos de grandes autores renomados ao assunto, aduzindo a peculiaridade existente em todos os posicionamentos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Analisando o princípio da dignidade da pessoa humana tem que como atributo intrínseco da pessoa humana, expressando seu valor absoluto, sua dignidade não pode ser desconsiderada, mesmo cometendo as ações mais indignas e infames.

Todos, mesmo os maiores criminosos, são iguais em dignidade, no sentido de serem reconhecidos como pessoas, ainda que não se portem de forma digna nas relações com seus semelhantes.

A dignidade da pessoa humana engloba necessariamente respeito e proteção da integridade física e emocional (psíquica) em geral da pessoa, do que decorrem, por exemplo, a proibição da pena de morte, da tortura e da aplicação de penas corporais bem como a utilização da pessoa para experiências científicas.

Cada ser humano é, em virtude de sua dignidade, merecedor de igual respeito e consideração no que diz com a sua condição de pessoa, e que tal dignidade não poderá ser violada ou sacrificada nem mesmo para preservar a dignidade de terceiros, não afasta certa relativização ao nível jurídico-normativo.

A prática de atos indignos, embora não acarrete a perda da dignidade, acaba por colocar quem os pratica numa condição de desigualdade na sua relação com os seus semelhantes, o que pode acarretar a não observância do Princípio da Dignidade da

Pessoa Humana na aplicação das leis penais devidas e, por conseguinte no Sistema Penal em um todo.

Em um Estado Democrático de Direito, como objetiva nossa Constituição Federal, prioriza-se a realização do bem-estar do ser humano e o respeito por sua dignidade, sendo esta, um dos fundamentos expressamente previstos. Nossa República rege-se, em suas relações internacionais, pela prevalência dos direitos humanos, sendo que estes também orientam, internamente, todo o ordenamento jurídico. Quase todas as Constituições dos modernos Estados Democráticos de Direito, como a brasileira, partem deste princípio: a dignidade humana. Em nações conduzidas por regimes autoritários não há compromisso com a garantia dos Direitos Humanos. Em um meio social justo e pacífico, a dignidade da pessoa humana é a viga mestra, sem sombra de dúvida. Na verdade, se quisermos avaliar a evolução de uma sociedade, basta que pesquisemos o quanto esta mesma sociedade protege a dignidade do homem. É neste aspecto que ela mostra a sua alma.

Diante das premissas que ressaltam a importância dos princípios, e em especial, o princípio da dignidade da pessoa humana, faz-se o seguinte questionamento: “O princípio da dignidade humana é, na realidade, respeitado e aplicado pelo arcabouço de leis penais brasileiras?”

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O princípio da dignidade da pessoa humana projeta a criação de um sistema de defesa de direitos fundamentais e de liberdade contra agressões do Estado, de cidadãos e de grupo de cidadãos. O processo penal é o instrumento que, sob a égide de tal princípio, concilia as necessidades de segurança comunitária e de proteção do imputado contra a intervenção oficial excessiva.

Da Constituição da República extraem-se princípios que regem o sistema penal. Estes, ao longo da história, forjaram o rito processual. O princípio da dignidade da pessoa humana, cada vez mais invocado pela jurisprudência, incide sobre os princípios já consagrados (ampla defesa, contraditório, acusatório, etc.) e alarga seus conceitos. As novas acepções reclamam alterações do modelo penal em uso.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 12 out. 2018 (18:00:00).

CHAGAS, L. R. **Princípios do Direito Penal**: um estudo do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 31 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=1055.30500&seo=1>>. Acesso em: 12 out. 2018 (17:30:00).

KIRST, C. P. **O princípio da dignidade humana frente ao sistema prisional**: Graves omissões e contradições em relação à legislação vigente. Jus Navigandi. Páginas 1-2. mar. 2009. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/12461>>. Acesso em 12 out. 2018 (18:30:00).

PIMENTEL, J. E. S. **O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana no Processo Penal**. Revista Internacional de Direito e Cidadania, n. 7, p. 59-79, junho/2010.



O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS

Sara Silveria Furlanetto, Camila Simões da Silva, Grasiela Lima
e-mail: sara_furlanetto@yahoo.com/cami0021@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Segundo a ONU Brasil, os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição.

Na história brasileira, os direitos humanos foram integrados à agenda do Estado após a redemocratização, com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Contudo, no nosso país ainda prevalece uma visão de senso comum em relação aos direitos humanos. Segundo pesquisa do Instituto Ipsos, realizada em abril de 2008, 66% dos brasileiros acreditam que os direitos humanos protegem mais os bandidos do que as vítimas. Sendo assim, é importante entender essa realidade a partir dos princípios constitucionais e legislação pertinente.

De acordo com o Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os direitos da pessoa presa estão assegurados pela Constituição Federal e pela Lei de Execução Penal (LEP – Lei 7.210/1984), que estabelece que mesmo privado de liberdade, o apenado deve manter seus direitos de cidadão como educação, saúde, assistência jurídica e trabalho.

Os direitos assegurados aos detentos e usuários do sistema prisional, já garantido em nosso ordenamento não são efetivados na sua totalidade, o que faz com que o sistema prisional brasileiro não cumpra suas finalidades, que além de punir, é reeducar e preparar o detento para reintegrar à sociedade, visando deslumbrar um futuro fora da criminalidade.

Sendo assim, a pessoa presa ainda subsiste na condição de possuidor de direitos humanos a partir de seu enclausuramento, tendo o Estado o dever de cumprir com as obrigações que lhes foram incumbidas pela Constituição Federal do Brasil (art. 5º, XLVII, XLIX, CF/88), e pela LEP (artigos 40 e 41), entre outras regulamentações existentes em nosso ordenamento jurídico.

O resultado dessa omissão do Estado em seu dever garantidor é a superlotação nos presídios, ocasionando assim grande nível de reincidência criminal devido as péssimas condições de vida em que são submetidos, gerando grandes conflitos e problemas sociais.

2 METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado através de levantamento bibliográfico em livros e artigos científicos de revistas especializadas, além de normas constitucionais, leis e pesquisa doutrinária sobre o tema.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O direito de punir do Estado derivou da vida comunitária, pois se criam regras comuns de convivência e a punição ao agente infrator para que a paz e os interesses da maioria fossem preservados. Entretanto o conceito de pena nunca tenha produzido discussões, sua finalidade foi uma preocupação na história do direito penal, ocasionando o estudo de juristas e filósofos. Assim, em seu percurso histórico a pena sofreu uma evolução junto às alterações das relações humanas e afirmando que a punição sendo apenas para castigar o infrator culminou em crise modificou-se a tendência repressiva, dando valor às penas alternativas à prisão.

Os estudos sobre os delitos e as penas destacam evolução destas últimas no decorrer da história, chegando ao período contemporâneo em que são definidas três formas de penalidades exposta pela doutrina do Código Penal brasileiro, citadas no artigo 1º da Lei de Introdução do Código Penal brasileiro, que diz considerar como crime toda a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, isoladamente ou em conjunto com a pena de multa. Da mesma forma, estabelece o conceito de contravenção como sendo a infração penal a qual a lei comina pena de prisão simples ou multa, em conjunto ou alternativamente.

Sendo assim, a pena de reclusão é aplicada a condenações mais severas e o regime de cumprimento pode ser fechado, semiaberto ou aberto, e normalmente é cumprida em estabelecimentos de segurança máxima ou média. A pena de detenção é aplicada para condenações mais leves e não admite que o início do cumprimento seja no regime fechado. Em regra a detenção é cumprida no regime semiaberto, em

estabelecimentos menos rigorosos como colônias agrícolas, industriais ou similares, ou no regime aberto, nas casas de albergado ou estabelecimento adequado e a pena simples: prevista na Lei de Contravenções Penais como pena para condutas descritas como contravenções, que são infrações penais de menor lesividade. O cumprimento ocorre sem rigor penitenciário em estabelecimento especial ou seção especial de prisão comum, em regime aberto ou semiaberto. Somente são admitidos os regimes aberto e semiaberto para a prisão simples, podendo ainda ocasionar uma pena de multa em alguns casos. Tal pena consiste no pagamento de determinado valor em dinheiro em favor do Fundo Penitenciário Nacional. A fixação da pena de multa pode ocorrer como sanção principal, alternativa ou cumulativa com a pena corporal (prisão), podendo, também, ser aplicada como substituição à pena de prisão segundo o Código Penal em seu Art. 49.

No que se refere à finalidade da pena, existem três teorias sobre a finalidade das penas. A primeira é a teoria absoluta que tem como finalidade punir; a segunda é teoria relativa de prevenir; e a terceira é vista por muitos doutrinadores como uma junção das duas primeiras denominada teoria mista (eclética). Mirabete (2010, p. 231) se refere à terceira teoria dizendo que: “Já para as teorias mistas (ecléticas) fundiram-se as duas correntes. Passou-se a entender a pena, por sua natureza, é retributiva, tem seu aspecto moral, mas sua finalidade é não só a prevenção, mas também um misto de educação e correção”.

De fato, o Código Penal Brasileiro adotou uma teoria mista ou unificadora da pena, haja vista que a parte final do artigo 59 conjuga a necessidade de reprovação com a prevenção do crime. Nas palavras de Cleber Masson (2010, p. 329): “A pena deve, simultaneamente, castigar o condenado pelo mal praticado e evitar a prática de novos crimes, tanto em relação ao criminoso como no tocante a sociedade. A pena, por muitos anos, possuiu a finalidade de repressão, passando, posteriormente, a ocupar uma função de prevenção”.

Atualmente, utiliza-se a reprovação conjugada com a prevenção social, de forma que se tenta fazer com que o delinquente não volte a delinquir. Bem como afirma Günther Jakobs, que em sua configuração principal, diz-se que a teoria da união tem de “mediar... “entre as teorias absolutas e relativas”, isto é, combinar a retribuição da culpabilidade mediante a pena com a influência reabilitadora, intimidatória ou de

garantia no autor concreto e a influência reabilitadora, intimidatória ou de garantia em relação a potenciais autores, de tal modo que, no caso ideal, “todos os fins da pena alcancem uma relação equilibrada”. (JAKOBS, 1998, p. 9, tradução livre do espanhol).

A partir dessas discussões doutrinárias e jurídicas, contrapõe-se a realidade e o cotidiano dos presídios brasileiros.

Segundo uma pesquisa feita pelo G1- o portal de notícias da Globo, o Brasil hoje abriga em suas penitenciárias por todo Brasil o montante de 686.594 presos, ocupando o terceiro lugar se tratando de população carcerária, ficando atrás somente dos Estados Unidos e China, O total de pessoas encarceradas no Brasil chegou a 726.712 em junho de 2016. Em dezembro de 2014, era de 622.202; houve um crescimento de mais de 104 mil pessoas. Cerca de 40% são presos provisórios, ou seja, ainda não possuem condenação judicial. Os dados são do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) divulgado, em Brasília, pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen), do Ministério da Justiça.

Uma grande consequência desse aumento significativo de detentos foi a superlotação dentro dos presídios, onde em uma cela que abrigaria 10 detentos chega a ser dividida entre 16 presos pelo menos, ocasionando a violação aos direitos humanos assegurados pela Constituição Federal de 1988 que, como assinalado anteriormente, apresenta garantias essenciais para a proteção da população carcerária, visto que sua dignidade jamais poderá ser desconsiderada: a) ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante; b) não haverá penas: de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art.84; c) a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado; d) é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral.

Os encarcerados no Brasil têm previsão de garantia de sua integridade física e moral em diversas legislações, tanto nacionais quanto internacionais, destes últimos, como exemplo as Regras Mínimas para tratamento de reclusos, instituída no I Congresso das Nações Unidas para Prevenção do Crime e para o Tratamento de Delinquentes (1955, Gênova – Suíça).

A violação desses direitos e garantias acarreta em grandes danos, como condições subumanas que são submetidos por um sistema penitenciário falido,

considerado assim por muitos, pois não tem executado sua principal finalidade de ressocialização e reinserção do indivíduo a sociedade, tendo em vista o descaso do poder público. Desta forma, o próprio sistema cria um ambiente propício para um comportamento ainda mais violento por parte do indivíduo. A título de exemplo é quando o condenado é obrigado a filiar-se as facções criminosas no interior do sistema prisional, como forma de garantir sua sobrevivência, pois, por falha do Estado na regularização e disciplina do sistema. Em uma publicação da revista "The Economist" (de 22.09.12), transcrita por Luiz Flávio Gomes, traz a seguinte crítica: "Os prisioneiros não só são submetidos a tratamentos brutais frequentes em condições de miséria e superlotação extraordinária, e muitas cadeias são administradas por grupos criminosos diz a publicação. Conforme nos remete o título do presente estudo, o sistema carcerário brasileiro, ou seja, os presídios não estão preparados para produzir efeitos positivos no preso, muito pelo contrário, eles pioram o encarcerado, sendo assim dessocializadores, por culpa do Estado e da sociedade, que são omissos em assumir suas responsabilidades".

Portanto, ao observar o descaso do Estado no tocante à dignidade do preso, ou seja, aos seus direitos essenciais a vida, tais como saúde, paz social entre muitos outros, torna difícil o processo de ressocialização, deixando mais nítido que a prisão não consegue responder aos anseios pretendidos, tampouco consegue combater a criminalidade no país. Nesse sentido, causa um outro problema: a reincidência e, conseqüentemente, a insegurança na sociedade. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do sistema penitenciário do Brasil, afirmou em 2008, que a taxa referente a reincidência, baseava-se de 70% a 80% da população que faz uso do sistema carcerário nacional. Um número exorbitantemente grande, quando comparado as medidas disponibilizadas para a reabilitação destes indivíduos e sua suposta reintegração social (IPEA, 2015). De acordo com o Relatório de Reincidência do IPEA (2015, p. 23) "um em cada quatro ex-condenados, voltam a ser condenados depois de certo período de tempo no país, representando uma taxa de reincidência de aproximadamente 24,4%".



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal meio para combater o não cumprimento das finalidades impostas ao sistema prisional pela legislação atual em nosso país é o governo desenvolver com mais eficiência as tarefas incumbidas ao Estado que é ressocializar e reinserir o indivíduo na sociedade. As Nações Unidas recomendam que um presídio deva ter no máximo 500 vagas, mas muitos presídios do Brasil extrapolam esse número. Também uma forma eficiente para diminuir esse número exorbitante de detentos é a realização de audiências de custódia para os presos provisórios, para que haja a liberação dos mesmos, pois na maioria dos casos quando ocorrem essas audiências, estes já estão além do tempo determinado para eles em detenção; porém a Justiça já realizou mutirões nos últimos anos para promover audiências de custódia e tentar liberar pessoas, mas a iniciativa tem sido inconstante.

A aplicação de mais penas alternativas também contribuiria para a tentativa de solucionar esse problema. Contudo, o fundamental é ressocializar esses indivíduos e prepará-los para reintegrar a sociedade; com a concretização do direito ao trabalho, pois além de aprender ofícios, o apenado será preparado para **o ingresso no mercado de trabalho**. A atividade laboral proporciona ao condenado outros benefícios, como maior condicionamento psicológico, comprometimento social e formação da personalidade. Também ajuda a evitar o ócio, prevenindo as rebeliões e as organizações criminosas dentro das prisões. Além disso, por ser remunerado, o trabalho permite ao condenado dispor de algum dinheiro para ajudar nas necessidades da família.

O trabalho dentro das penitenciárias, além de ressocializar o preso, também tem a finalidade de diminuição de pena. A remição através do trabalho está prevista no artigo 126 da Lei de Execuções Penais. Pela regra, a cada três dias de trabalho realizado, o preso tem direito a menos um dia de pena. Mas essa forma de remição só é válida para presos que cumpram a pena em regime fechado ou semiaberto. Tais medidas ajudariam a melhorar o funcionamento desse sistema. Essas opções seriam apenas algumas entre varias que poderiam ser aplicadas para o melhor funcionamento dos presídios, tornado o assim em um lugar ressocializador e de melhor convivência, e conseqüentemente com menos reincidência, tornando o Brasil um país com mais segurança e liberdade para a população.



REFERÊNCIAS

ANTÔNIO, M.; FERNANDES, O. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 21. Ed. Rideel, 2015

ASSIS, R D. **A Realidade Atual do Sistema Penitenciário Brasileiro**: ano XI, nº 39, p. 74-78, Brasília, Revista CEJ, out./dez. 2007

DAMÁSIO, D. S. **Sistema Prisional no Brasil**: Problemas e Desafios para o Serviço Social. Florianópolis, 09 de junho de 2010

MARTINS, F. M. **A garantia do acesso á justiça nos direitos humanos fundamentais e a responsabilidade do estado pela morosidade da prestação jurisdicional**. Disponível em:

www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/download/4164/3110. Acesso em: 01 Out. 2018

MIRABETE, J. F.; FABBRINI, R. N. **Manual de direito penal**: parte geral: arts. 1º a 120. 24. ed., rev. e atual. até 31 de dezembro de 2006. São Paulo: Atlas, 2008. v. 1

MOTTA, I. M.; BÔAS, R. V. V. **Manual de Direito Penal**. 2. Ed. Juruá, 2017

NORONHA, E. M. **Direito penal**: introdução e parte geral. 38. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2004. v. 1.

PRADO, L. R.. **Curso de Direito Penal Brasileiro**. 6. Ed. Revista dos Tribunais, 1999

SANTOS, P. F. **Lei de Execução Penal**. Leud, 1999

SHECAIRA, S. S.; CORRÊA JUNIOR, A. **Teoria da pena**: finalidades, direito positivo, jurisprudência e outros estudos de ciência criminal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.



OS ASPECTOS JURÍDICOS DA ALINEAÇÃO PARENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Sueli Aparecida Corradini; Renato Zanolla Montefusco
e-mail: rzmontefusco@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

No desenvolvimento do Direito Civil durante os séculos, temas relacionados à família foram evoluindo, sendo que atualmente discute-se o que a Lei e a doutrina chamam de “Alienação Parental”, tratando-se esta de uma prática criminal a qual consiste na interferência da formação psicológica dos pais, avós ou quaisquer outros familiares que possuam guarda, autoridade e vigilância.

Desta maneira, o menor que sofre interferência poderá passar por momentos psicológicos conturbados, trazendo grandes influências em sua formação racional e emocional.

Visando preservar os direitos do menor em um desenvolvimento intelectual e emocional o Estado resolveu instituir a Lei 12.318 de 26 de agosto de 2010, estabelecendo condutas que ensejam a alienação parental como crime, conforme dispõe o art. 2º da referida Lei.

Ante o exposto, este trabalho visa esclarecer os pontos referentes à “Alienação Parental” no território nacional.

Conforme o próprio art. 3º da Lei 12.318 de 26 de agosto de 2010 especifica:

A prática de ato de alienação parental fere direito fundamental da criança ou do adolescente de convivência familiar saudável, prejudica a realização de afeto nas relações com genitor e com o grupo familiar, constitui abuso moral contra a criança ou o adolescente e descumprimento dos deveres inerentes à autoridade parental ou decorrentes de tutela ou guarda.

Além do quesito trazido pelo art. 3º da referida lei, a prática da “Alienação Parental” fere o disposto no art. 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que ressalta que:

é direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.

Dessa maneira independe a relação que o casal ira estabelecer entre si após a dissolução da união estável e do casamento. Torna-se certo que a criança tem o direito de manter preservado seu relacionamento com os pais. É importante, portanto, proteger a criança dos conflitos e desavenças do casal, impedindo que eventuais disputas afetem o vínculo entre pais e filhos.

No âmbito escolar, mais precisamente na educação infantil dos menores, são onde ocorrem os maiores casos dos termos que definem a alienação parental, uma vez que o pai ou a mãe do menor passam informações para educadores, bem como fazem rebaixamento do outro genitor próximo ao menor, sobrando para o educador a obrigação de interagir com a criança a ponto de diminuir os efeitos que a alienação causará no futuro destes, porém tal convivência é muito curta ao analisar a forma de desenvolvimento escolar no formato brasileiro e, as medidas adotadas pelo educador se tornarão de pouco efeito, ou sequer terá efeito no desenvolvimento racional da criança.

A alienação parental vem sendo discutida até mesmo pela grande mídia, tornando evidente a absurda crueldade perpetrada contra pais e filhos, na tentativa do guardião em afastá-los como forma de punição e vingança pelo “abandono” daquele que foi, e muitas vezes ainda é, seu objeto de amor.

2 METODOLOGIA

Este projeto de pesquisa será desenvolvido através do método analítico-dedutivo, ou seja, a análise de doutrinas pertinentes à temática se faz necessária, ademais, artigos científicos de sites idôneos foram consultados para o fomento do artigo, além da legislação pátria vigente. Coadunaram todos os elementos mencionados para a construção da pesquisa em tela.

3 DISCUSSÃO E RESULTADOS

A ideia do projeto é fazer uma análise crítica referente a Lei 12.318 de 26 de agosto de 2010, bem como demonstrar a função do educador na diminuição das consequências referentes a Alienação Parental.

Primeiramente, será importante destacar e discriminar os aspectos da Lei 12.318 de 26 de agosto de 2010, bem como analisá-la e, posteriormente trazer formas de melhoria em sua aplicação no caso concreto.

Para tratar sobre a questão da Alienação Parental, tanto no âmbito jurídico, quanto no psicológico da criança, será necessário caracterizar a “Síndrome da Alienação Parental”, bem como analisar formas e os motivos para trazer a conscientização a população brasileira em face deste problema.

Pensando no desenvolvimento sadio do menor, tratar sobre a escolaridade infantil, bem como seu desenvolvimento no decorrer dos séculos será de suma importância, para no final, chegar-se a conclusão sobre o papel do educador sobre a criança afetada pela “Síndrome da Alienação Parental”.

Por fim, após a análise das características jurídicas da Alienação, bem como do papel do educador para auxiliar a criança a não desenvolver a “Síndrome da Alienação Parental”

A análise de pensamentos de grandes doutrinadores e psicólogos bem como artigos relacionados à eficácia da Lei 12.318 de 26 agosto de 2010, bem como os aspectos da “Síndrome da Alienação Parental” na sociedade e o papel do educador na colaboração do combate a esta Síndrome.

Autores como Silvio de Salvo Venosa, Paulo Nader, Pablo Stolze e Maria Berenice Dias foram essenciais para definição do crime e da “Síndrome da Alienação Parental”.

Richard Gardner, em sua obra O DSM-IV tem equivalente para o diagnóstico de síndrome de alienação parental (SAP). Descreve a “Síndrome da Alienação Parental” da seguinte forma:

A Síndrome de Alienação Parental (SAP) é um distúrbio da infância que aparece quase exclusivamente no contexto de disputas de custódia de crianças. Sua manifestação preliminar é a campanha demeritória contra um dos genitores, uma campanha feita pela própria criança e que não tenha nenhuma justificção. Resulta da combinação das instruções de um genitor (o que faz a ‘lavagem cerebral, programação, doutrinação’) e contribuições da própria criança para caluniar o genitor-alvo. Quando o abuso e/ou a negligência parentais verdadeiros estão presentes, a animosidade da criança pode ser justificada, e assim a explicação de Síndrome de Alienação Parental para a hostilidade da criança não é aplicável.

Ante todo o exposto, a fundamentação principal encontra-se arguida na análise e caracterização da Alienação Parental, bem como na função do educador para o combate à “Síndrome da Alienação Parental”.

4 CONCLUSÃO

O grande desafio do Poder Judiciário será conceder uma tutela satisfativa rápida e eficiente para todas as partes, o que quer dizer no caso específico, para os filhos e esta decisão não poderá ser tomada apenas com o bom senso e livre convencimento, o juiz necessitará de alguns profissionais de outras áreas. Ao final da pesquisa conclui-se que, a prevenção através de esclarecimentos a toda sociedade dos males causados a criança e ou adolescente para toda sua vida, ao se ter instalada a S.A.P. salientando que, o alienador, que fora magoado na relação anterior e transfere para o filho de forma patológica esta mágoa, não tem como finalidade o poder econômico e que o filho, por sua vez, não deseja que seus genitores fiquem distantes. Somente o tempo e a assimilação pela sociedade irão dizer se esta norma será eficiente plenamente, sempre tendo como finalidade o melhor interesse e a sanidade psicológica da criança e do adolescente.

REFERÊNCIAS

MOREIRA, M. **Síndrome da Alienação Parental: o Direito e a Psicologia.** <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/8794/Sindrome-da-alienacao-parental-o-direito-e-a-psicologia>. Acesso em 15.ago.18

NADER, P. Curso de Direito Civil – Vol. 5 – Família. 7ª Edição. 2016

STOLZE, P. **Novo Curso de Direito Civil – Direito de Família. As Famílias em Perspectiva Constitucional – Vol. 6. 4ª Edição.** 2014



OS EFEITOS DA INTRODUÇÃO DO INCISO X AO ARTIGO 11 DA LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992

Joselaine Job de Souza, Laís Barbosa Conceição, Diego Dhiamaique Miranda da Costa, Renato Zanolla Montefusco, e-mail; rzmontefusco@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho avalia quais os efeitos práticos da introdução de um novo inciso no artigo 11 da Lei de Improbidade Administrativa, visto tratar-se de alteração recente, mas que, contudo, gera efeitos significativos diante de um sistema antes inadequado de repasse de verbas relacionadas à área da saúde.

Para estabelecer uma definição adequada ao conceito de improbidade, faz-se mister entender o que seja probidade administrativa e segundo Di Pietro, (2015), a probidade encontra-se como uma espécie do princípio da Moralidade administrativa, ou seja, ambas estão em constante ligação, pois uma vez que o agente público age em respeito ao princípio da moralidade, este sincretiza uma atuação não só legal, mas também uma conduta funcional com atendimento a moral, caracterizada pela obediência a lealdade, ética, boa-fé, integridade, virtude e honestidade face a administração pública.

Desta feita, se não há a obediência a estes elementos, ou se o agente público atua de modo diverso do previsto, sem qualquer retidão na sua conduta e muito menos honestidade e honradez para com o interesse coletivo (obediência ao direito), estar-se-á diante de improbidade administrativa. Assim, entende-se que a improbidade administrativa, dar-se-á com toda conduta ilegal, dolosa ou culposa, comissiva ou omissiva do agente público no exercício de função, cargo, mandato ou emprego público, com ou sem participação de terceiro, no qual ofenda os princípios explícitos ou implícitos da Administração Pública. Forjando-se na violação do dever do agente público em atuar com probidade na gestão da coisa pública (DI PIETRO, 2015).

No cenário político-social brasileiro à época os escândalos eram cada vez mais frequentes envolvendo o Poder Público no ano de 1992. Nesse sentido, buscando criar mecanismos que moralizassem o Poder Público, foi promulgada a “Lei do Colarinho Branco”, buscando impedir que determinados sujeitos se aproveitem dessa condição

de agente público para então, desta forma retirarem vantagens pessoais. A LIA (Lei de improbidade administrativa) foi sancionada e promulgada em 03/06/1992, por Fernando Collor de Mello, presidente da época.

Cabe mencionar que a Constituição Federal de 1988 foi uma inovação ao tratar sobre a improbidade administrativa em seu sentido mais amplo (introduzindo inclusive no capítulo da Administração Pública), pois até este momento, apesar de existirem núcleos normativos que já tratavam sobre a temática ainda era de forma contida, versando apenas sobre o enriquecimento ilícito e o prejuízo à Fazenda Pública (DI PIETRO, 2015). Mister consignar que a preocupação com a temática da probidade está presente ao legislador pátrio antes de 1992 quando entra em vigor a Lei de Improbidade Administrativa, quiçá antes de 1988, quando entrou em vigor a Constituição Federal.

Excluindo a Constituição Imperial de 1824 a qual considerava o imperador inviolável na chamada “irresponsabilidade do imperador” disposta no art. 99, as demais Constituições republicanas estatuíram a responsabilização por atos contra a probidade administrativa. Mesmo não sendo o escopo da presente pesquisa, uma breve evolução faz-se necessária.

A Lei nº 15 de outubro de 1827 permitia a qualquer cidadão oferecer denúncia perante a Câmara dos Deputados em razão de ato de Ministro; A Constituição de 1946, em seu art. 141, parágrafo 31 estabelecia o sequestro e perdimento de bens por influência ou com abuso de cargo ou função pública; a Constituição de 1967, em seu art. 150, parágrafo 11 estabelecia o perdimento de bens por danos causados ao erário e enriquecimento ilícito no exercício de função pública; a Emenda Constitucional nº 1 de 1969 manteve o dispositivo da constituição anterior e acrescentou no art. 154 que o abuso de direito individual e político com propósito de subversão importaria suspensão de direitos políticos de dois a dez anos e, por fim, a Constituição de 1988 em seu art. 37, parágrafo 4º estabeleceu as sanções de suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, indisponibilidade de bens e ressarcimento ao erário como punição aos ímprobos.

Ademais, na senda infraconstitucional a Lei Pitombo-Godói-Ilha, L. 3.164, de 1957; a Lei Bilac-Pinto, L. 3.502 de 1958; a Lei que instituiu a ação popular, L. 4.717/65

e por fim o anteprojeto de Lei 1.446/91 que se tornaria a L. 8.429.92 estabeleceram, de certa forma, mecanismos para se apurar atos de improbidade.

Em relação à atual Constituição Federal de 1988, o marco regulatório fixou-se em seu artigo 37, parágrafo 4º que dispôs que “os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível”.

Entretanto, marco regulatório de suma importância no qual se observam as sanções aplicáveis àquele que comete ato ímprobo e, como o próprio artigo diz “na forma e gradação previstas em lei”, ficando esta responsabilidade a cargo da Lei nº 8.429/1992, conhecida como Lei de Improbidade Administrativa, por dispor sobre a improbidade em seu sentido mais amplo em comparação aos núcleos normativos anteriores, onde a improbidade administrativa se mostrava, ainda, timidamente.

Neste sentido, além de tratar dos pormenores da improbidade administrativa, a LIA ampliou o rol dos atos ímprobos, que até o momento, orbitavam em torno do enriquecimento ilícito.

A LIA organizou-se, então, da seguinte forma: art.9º Dos Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito; art.10 Dos Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário; e art. 11 Dos Atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública. Os demais artigos desta lei, dizem respeito as minúcias referentes a improbidade administrativa.

A definição da natureza jurídica da “LIA”, foi objeto de vultosas discussões no meio jurídico, derivadas de diversas correntes na qual se intitulava a natureza jurídica da improbidade administrativa como sendo penal, civil ou até mesmo híbrida/ mista para alguns doutrinadores.

Entretanto, pacificou-se o entendimento doutrinário e jurisprudencial no senso de que a Lei 8.429/92, (Lei de Improbidade Administrativa) possui natureza jurídica eminentemente civil, visto a redação do próprio artigo 37, § 4º, da Constituição Federal, os quais estabelece em sua parte final, que os atos de improbidade administrativa serão punidos nos termos da lei, “sem prejuízo da ação penal cabível”. Bem como o art. 12 da LIA, que traz as penas aplicáveis aos responsáveis pelos atos de improbidade administrativa, e que prevê a aplicação destas “independentemente das

sanções penais, civis e administrativas”, ficando evidente para tanto, que não há que se falar em natureza penal.

Importante ressaltar, a decisão do STF na ADI 2797, no qual foram julgados inconstitucionais os parágrafos 1º e 2º do Código de Processo Penal, introduzidos pela Lei 10.628/02, o qual equiparavam a ação de improbidade administrativa à ação penal contra altas autoridades federais, como o presidente da República, o vice-presidente, ministros de Estado e congressistas, entre outros, cujo julgamento é de competência do STF (DI PIETRO, 2015). Entendendo, portanto, a natureza jurídica da improbidade administrativa como civil e não penal.

Diante disso, pretende-se conceituar e refletir sobre a magnitude da normatização da improbidade administrativa em relação aos contratos com entidades privadas, para a prestação de serviço na área da saúde, pontuando as alterações ocasionadas pela Lei nº 13.650/18.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa tem como objeto a análise da alteração da Lei de Improbidade Administrativa, Lei nº 8.429/92 face a Lei 13.650/18 que introduziu novo inciso ao art. 11 daquela lei baseando-se no método dedutivo de pesquisa e qualitativo, com a análise de bibliografias administrativistas (livros, artigos publicados em revistas científicas conceituadas, monografias disponibilizadas por instituições de ensino), sites especializados, legislação pátria e, por fim, a jurisprudência.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Antes do advento da Lei nº13.650/2018, reinava uma grande falha nos compromissos pactuados entre a administração pública e entidades beneficentes de assistência social, para que estas prestassem serviço de saúde, no qual não era instituído um contrato propriamente dito, mas tão somente um acordo verbal (contrato tácito).

Contrato tácito este que pode ser entendido como ilegal e atentatório aos princípios do direito administrativo, pois o direito administrativo não admite contratos tácitos (MATOS; POMPEU, 2003). Isso se deve a tamanha relevância de se ter o controle destas relações de prestação de serviço e do dinheiro empregado para tal.

Neste sentido, não era feita uma avaliação e nem um planejamento sobre essa transferência de prestação de serviço, assim, a administração pública apenas aceitava qualquer oferta vinda dos setores privados, não fazendo as ponderações devidas e necessárias (Matos; Pompeu, 2003).

Com a entrada em vigor da Lei nº 13.650/2018 o art.11 da LIA que trata dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública, sofreu alterações, sendo-lhe acrescentado o inciso X, passando a constituir ato de improbidade qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

X- transferir recurso a entidade privada, em razão da prestação de serviços na área de saúde sem a prévia celebração de contrato, convênio ou instrumento congêneres, nos termos do parágrafo único do art. 24 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Sendo assim, para os processos de certificação de entidades beneficentes de assistência social, da área da saúde, protocolados em 2019 para análise a partir de 2018, não será mais suficiente a mera declaração do gestor local como era até o momento, passará a ser exigido o contrato, convênio ou instrumento congêneres com o gestor do SUS.

Como já constava em lei que era preciso ser produzida uma declaração do gestor local do SUS que atestasse a existência de tal prestação de serviço para que posteriormente pudesse haver a transferência do capital público à empresa privada, em tese, pode-se chegar à conclusão de que ao ser prestado e quitado o serviço sem a devida declaração, já estaria configurado mesmo que implicitamente o ato de improbidade administrativa. Logo, correto seria que seu descumprimento fosse desde já considerado ato improprio, mas, contudo, sua violação não gerava nenhuma consequência, ficando, então, os acordos a mercê da boa vontade das partes em formalizá-lo ou não.

Devido a alteração no rol do art.11, alguns reflexos atingiram também a Lei 12.101/2009 que regulamenta a certificação das entidades beneficentes de assistência social. Sofreu alterações seu art.4º que trata sobre os itens que são necessários à entidade de saúde para que seja considerada beneficente e fazer jus à certificação, assim, seu inciso I passou a vigorar no sentido que deverá ser assinado contrato, convênio ou instrumento congêneres com o gestor do SUS, ficando, pois, em

consonância com a LIA. Além disso, foi incluído o §4º no mesmo diploma, onde rege que se comprovada prestação de serviços pela entidade de saúde sem a observância do inciso I, o Ministério da Saúde deverá informar aos órgãos de controle os indícios da irregularidade praticada pelo gestor do SUS.

Insta ficar consignado que notáveis são os impactos deste instrumento normativo para o controle desta contratação de serviços, uma vez que se tratava ainda de um espaço vazio onde não existia uma regulamentação concreta e, conseqüentemente, não existiam sanções a serem aplicadas com o intuito de coibir estas ações desonestas e prejudiciais aos cofres públicos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em breve conclusão observa-se que foi um longo processo de evolução normativa até se alcançar o patamar proposto na atual Lei de Improbidade Administrativa. O que anteriormente era restrito a certas matérias, conforme asseverado na própria disposição da evolução normativa em âmbito constitucional e infraconstitucional hoje se apresenta de forma ampla e abrangente.

Com a inclusão do inciso X, a improbidade em relação aos acordos de prestação de serviço (não formalizados) entre o SUS e empresas privadas, passou a ter uma sanção expressa, tendo como finalidade intimidar àqueles que se aproveitavam da situação para tirar vantagens pessoais sob o dinheiro público, usando para tal, o pagamento dos serviços de saúde “prestados” como “tapume” para sua prática ilícita.

A presente alteração na Lei 8.429/92 pela Lei nº 13.650/2018 se mostrou necessária, pois nos tempos hodiernos os mecanismos para se tutelar a probidade, em defesa da Moralidade Administrativa, tornam-se mais eficazes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 08 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992**. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras



providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8429.htm>. Acesso em: 07 out. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009. Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9.732, de 11 de dezembro de 1998, 10.684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória no 2.187-13, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12101.htm#art4i>. Acesso em: 07 out. 2018.

CAVALCANTE, M. A. L. Lei 13.650/2018: acrescenta nova hipótese de improbidade administrativa. Disponível em: <<https://www.dizerodireito.com.br/2018/04/lei-136502018-acrescenta-nova-hipotese.html>>. Acesso em: 07 out. 2018.

DI PIETRO, M. S. Z. Direito Administrativo. 28ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MATOS, C. A.; POMPEU, J. C. Onde estão os contratos? Análise da relação entre os prestadores privados de serviços de saúde e o SUS. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/article/csc/2003.v8n2/629-643/>>. Acesso em: 07 out. 2018.

SILVA, J. A. Curso de Direito Constitucional Positivo. 25ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

TORQUES, R. Sancionada nova alteração na Lei de Improbidade Administrativa. Disponível em: <<https://www.estrategiaoab.com.br/lei-de-improbidade-administrativa-alteracao/>>. Acesso em: 07 out. 2018.



OS JULGAMENTOS DE NUREMBERG E OS REFLEXOS NOS DIREITOS HUMANOS

Luana Graziella da Silva, Larissa Gromboni, Heidy Tomazelli Fornarolle, Jamile Gonçalves Calissi, e-mail: jamilcalissi@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Muito se sabe e se fala sobre os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, mas sentia-se falta de maiores reflexões e análises sobre os diversos temas e discussões que envolvem esse assunto. Por ser parte da história, é de extrema importância conhecer mais a fundo todos os pontos positivos e negativos que envolvem tal tema.

O Direito Internacional, os Direitos Humanos e até mesmo o Direito Penal após esse Tribunal, ganharam pontos que contribuíram para melhor julgamento de crimes semelhantes aos cometidos pelos nazistas. Sendo assim a relevância e necessidade da explanação desse conteúdo é uma forma de abriremos a mente sobre assuntos tão importantes para os dias atuais, onde a forma das atrocidades cometidas só muda de nome e de líderes.

2 METODOLOGIA

A metodologia a ser utilizada nesse trabalho é baseada em uma estratégia qualitativa, onde a fonte de pesquisa são referências bibliográficas para a apuração de dados da história.

O objetivo desse trabalho é a análise da história para a apuração de consequências da referida Guerra nos dias atuais. Consideramos o método exploratório como o mais apropriado para esse trabalho.

Haverá uma explanação sobre todos os reflexos desse momento da história para o nosso direito atual, reflexos nos Direitos Humanos, Direito Internacional e Direito Penal. Para isso é necessário o conhecimento de fatos e avanços relativos a esse assunto, através de um estudo aprofundado na história, voltado a questões específicas do direito.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Contexto histórico da segunda guerra mundial

A segunda guerra mundial ocorreu entre os anos de 1939 a 1945. Entender os motivos reais dela implica em lembrar os acontecimentos finais da primeira guerra mundial, que ocorreu entre 1914 a 1918.

O fim da primeira guerra trouxe uma Alemanha derrotada e a assinatura do Tratado de Versalhes pelas potências envolvidas. Como principal responsável pela guerra, a Alemanha “condenada”, passou a enfrentar uma grave crise econômica, com essa crise e o enorme sentimento de derrota, os alemães encontraram “saída” nas idéias do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, o Partido Nazista, o partido de Adolf Hitler.

As idéias desse partido se baseavam principalmente na superioridade da raça ariana e depositavam toda a culpa do fracasso econômico nos judeus, e queriam suas eliminações, assim como as de outros grupos como os ciganos, deficientes físicos e mentais e homossexuais.

Na Itália, a crise econômica durante o período entre guerras, fez surgir o Partido Fascista, que tinha a frente como líder Benito Mussolini, ele lutava pela expansão territorial da Itália.

Hitler e Mussolini, em 1936, assinaram um tratado que deixava os dois países unidos, surgia aí o Eixo Roma-Berlim. Alguns anos mais tarde esse Eixo ganharia novo colaborador, o Japão, que se solidificou com o Pacto Tripartite. Esse Eixo, agora Roma-Berlim-Tóquio, enfrentaria os Aliados, estes formados inicialmente pela Inglaterra e França e mais tarde teve a entrada dos Estados Unidos e União Soviética.

3.1.1 O que levou e o que colocou fim a guerra?

Os nazistas resolveram levar a diante a teoria do espaço vital, o conceito de Lebensraum, que se baseava em conquistas de grandes extensões de terra para garantir o desenvolvimento pleno da economia do país. Essa teoria dependia da eliminação de “raças inferiores” que ocupavam esses territórios.

Hitler desrespeitou um acordo de não invadir mais do que 20% do território Tcheco, tomando por completo esse território em 1939. Mais tarde invadiu a Polônia, para recuperar Danzig, perdida na primeira guerra. Diante disso, França e Reino Unido

declararam guerra a Alemanha em setembro de 1939. Começou aí a devastadora história da segunda guerra mundial.

Em 1942 os países do eixo começaram a ser derrotados. Em 1943 os Nazistas perderam a batalha de Stalingrado. Em julho desse ano, Mussolini foi destituído e houve a redenção da Itália. Em 1944 ocorreu o ficou conhecido como o “Dia D”, quando os aliados desembarcaram na Normandia. Berlim foi tomada pelos aliados em maio de 1945, Hitler suicidou-se e em agosto do mesmo ano, após o ataque das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, o Japão também se rendeu.

REFERÊNCIAS

BALDWIN, A. **Os julgamentos de Nuremberg**. [filme-vídeo]. Alec Baldwin. Canadá, 2000, 180 min. som.

CARDOSO, L. R. **Julgamento de Nuremberg**. Disponível em:
< <http://www.infoescola.com/historia/julgamento-de-nuremberg/>>.
Acesso em: 04 Jun. 2017.

CARDOSO, L. R. **Segunda Guerra Mundial**. Disponível em:
< http://www.infoescola.com/historia/segunda-guerra-mundial>.
Acesso em: 04 Jun. 2017.

ROLAND, P. **Os Julgamentos de Nuremberg os nazistas e seus principais crimes contra a humanidade**. 208 f., 2013.

SILVA, T. F. **O julgamento de Nuremberg e sua relação com os direitos fundamentais e com o direito internacional: Uma análise necessária**. 2014, 64 f., Universidade Estadual de São Paulo, Marília, 2014.

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO EM INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

Flavio L. S. Junior, Gabriela Frasson, Tiago R. Ortolani, e-mail: flavio.l.s.j@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A alta carga de tributos prejudica as finanças das empresas, diminuindo a competitividade e assim, tendo como uma das consequências o aumento de seus preços de venda.

A necessidade do planejamento tributário de fato é uma opção para os empresários que visa facilitar o cumprimento das obrigações e também minimizar os custos tributários, sem afetar o resultado da arrecadação.

E para que o planejamento tributário tenha um bom resultado, é fundamental que a organização usufrua de uma contabilidade verídica, para assim não se preocupar com posteriores complicações com o Fisco, além de escolher o melhor regime de tributação a ser enquadrado, os benefícios da gestão tributária são diferentes.

Os dados para serem analisados devem ser levados em consideração a mutação dos impostos de acordo com os regimes tributário, Simples Nacional, Lucro Real e Lucro Presumido. Os impostos utilizados para o cálculo das análises tributárias são: ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço), IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).

Os tributos possuem suas particularidades conforme sua opção de tributação. Uma delas é o fato de alguns impostos serem cumulativos ou não cumulativos, e a determinação será de acordo com a opção do regime de apuração.

O estudo na indústria de equipamentos de proteção individual (EPI) tem o interesse de analisar e ajudar a organização se a opção de regime de tributação, Simples Nacional, deverá ser mantida para os próximos anos.

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste projeto, foi estudado os conceitos relacionados a planejamento tributário, aplicado em uma Indústria de EPI, através de três regimes de tributação, o Simples Nacional, Lucro Presumido e o Lucro Real.

Foi utilizado a coleta de dados do ano de 2017. Primeiramente, feita uma visita na empresa com a finalidade de conhecer as suas atividades desenvolvidas, ciclo operacional e financeiro, levando em consideração os processos industriais e administrativos.

Após esse primeiro contato com a empresa, conhecendo melhor sua legislação tributária, e tornando obrigatório o conhecimento de leis tributárias, contabilidade tributária, foi realizado os cálculos de cada regime de tributação para fazer um planejamento tributário eficaz.

Os três regimes de tributação foram aplicados com a missão de entender as suas diferenças, através de uma análise e a maneira correta da composição das bases de cálculos e de suas apurações. Além de ser constatado o melhor regime de tributação para esta empresa, também auxiliou na tomada de decisão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O planejamento tributário é uma opção para os empresários que visam facilitar o cumprimento das obrigações e também minimizar os custos tributários diminuindo o valor pago de tributos, obedecendo a lei. Dessa forma analisamos os dados históricos do ano de 2017 de uma empresa, usamos para cálculo dos regimes tributários, o Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real.

3.1 Simples Nacional

Começamos com os cálculos dos impostos através do regime do Simples com base na Lei complementar 123/2006 e suas alterações, onde foi calculado o recolhimento dos impostos que são obrigatórios para o pagamento conforme o enquadramento do anexo II – Indústria.

Alíquota	IRPJ	CSLL	COFINS	Pis/Pasep	INSS	ICMS	IPI
Total							R\$ 1.026.329,14
9,64%	5,50%	3,50%	11,51%	2,49%	37,50%	7,50%	32,00%
R\$ 98.973,89	R\$ 5.443,56	R\$ 3.464,09	R\$ 11.391,89	R\$ 2.464,45	R\$ 37.115,21	R\$ 7.423,04	R\$ 31.671,65

A empresa do regime tributário simples nacional recolhe seus tributos em uma única guia, porém quando a empresa decide comprar mercadorias originadas de outra unidade de federação, ela é obrigada a pagar a diferença de ICMS, que seria a diferença da alíquota do estado de origem, quando dentro do estado de São Paulo a alíquota for 18%. Abaixo um quadro com as compras interestaduais da empresa estudada e suas respectivas obrigações quanto ao diferencial de alíquota do ICMS.

Estados	Compras	12%	18%	Diferença Aliq.
Minas Gerais	R\$ 2.863,20	R\$ 343,58	R\$ 515,38	171,79
Parana	R\$ 4.457,04	R\$ 534,84	R\$ 802,27	267,42
Santa Catarina	R\$ 3.058,00	R\$ 366,96	R\$ 550,44	183,48
Rio Grande do Sul	R\$ 105.240,61	R\$ 12.628,87	R\$ 18.943,31	6.314,44
Total	R\$ 115.618,85	R\$ 13.874,26	R\$ 20.811,39	R\$ 6.937,13

A diferença de alíquota é recolhida através GRNE (Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais), apenas quando ocorrer a compra de matéria prima, produtos de revenda, imobilizado, material de uso e consumo e entrada de prestação de serviço, desde que sejam adquiridos em outro estado.

Dessa forma, somando o total do cálculo pelo simples em 2017 de R\$ 98.973,89, com a diferença de alíquota anteriormente pela GRNE R\$6.937,13, resulta um montante a pagar de R\$ 105.911,02.

3.2 Lucro Presumido

O Lucro Presumido é um sistema tributário, que presume a base de cálculo e realiza a apuração do Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL). A presunção de lucro é de 8% IRPJ e 12% CSLL, e o valor resultando da presunção de cálculo de 15% IRPJ e 9% CSLL, desta forma apresenta o valor a ser pago trimestral desses tributos.

IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA JURÍDICA					
FATURAMENTO INDUSTRIA					
Trimestre	Faturamento	Aliquota Presunção	Valor Presunção	Aliquota IRPJ	IRPJ a Recolher
1 Trimestre	R\$ 319.379,89	8%	R\$ 25.550,39	15%	R\$ 3.832,56
2 Trimestre	R\$ 258.034,42	8%	R\$ 20.642,75	15%	R\$ 3.096,41
3 Trimestre	R\$ 221.823,35	8%	R\$ 17.745,87	15%	R\$ 2.661,88
4 Trimestre	R\$ 227.091,48	8%	R\$ 18.167,32	15%	R\$ 2.725,10
IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA JURÍDICA ANUAL					R\$ 12.315,95

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LIQUIDO					
FATURAMENTO INDUSTRIA					
Trimestre	Faturamento	Aliquota Presunção	Valor Presunção	Aliquota IRPJ	IRPJ a Recolher
1 Trimestre	R\$ 319.379,89	12%	R\$ 38.325,59	9%	R\$ 3.449,30
2 Trimestre	R\$ 258.034,42	12%	R\$ 30.964,13	9%	R\$ 2.786,77
3 Trimestre	R\$ 221.823,35	12%	R\$ 26.618,80	9%	R\$ 2.395,69
4 Trimestre	R\$ 227.091,48	12%	R\$ 27.250,98	9%	R\$ 2.452,59
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LIQUIDO ANUAL					R\$ 11.084,35

A Base de Cálculo da contribuição PIS/PASEP e COFINS, no regime de incidência cumulativa, é o faturamento mensal, que corresponde a receita bruta, com alíquota de 0,65% e 3%, respectivamente. Assim entendida a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas. Lei nº 9718 de 1998 e Decreto: 1598/1997.

TABELA PIS E COFINS				
	Faturamento	Receita DRE - Devolução	PIS 0,65%	COFINS 3%
TOTAL	R\$ 1.245.124,64	R\$ 1.026.329,14	R\$ 6.671,14	R\$ 30.789,87

Já o imposto ICMS é de competência dos estados, sua apuração é mensal e é um imposto indireto, o regime é de não cumulatividade. Esse imposto incide sobre a circulação de mercadorias e serviços de acordo com o RICMS/2000.

O IPI é um imposto federal, incide na comercialização de industrializados que sofreram algum tipo de transformação, suas alíquotas são definidas conforme a tabela TIPI/2017, sua apuração é mensal, o regime é de não cumulatividade.

O IPI e ICMS são de regimes não cumulativos, portanto para que seja realizado a apuração, são necessários os cálculos dos créditos através das notas fiscais de compra. Por esse motivo, foram analisadas cada nota fiscal de compra da empresa do

ano de 2017, para que desta forma fosse possível definir o total de crédito de ICMS e de IPI.

O valor de débito, é definido através da análise do NCM 4203.29.00, esse NCM possui uma alíquota de 0% de IPI para Vestuário e seus acessórios, de couro natural ou reconstituído. O ICMS 18% para vendas dentro do estado de São Paulo, 12% vendas a Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro e Mato Grosso, e alíquota de 7% aos demais estados.

Impostos	Créditos	Débitos	Recolher
ICMS	R\$ 27.958,00	R\$ 169.710,39	R\$ 141.752,39
IPI	R\$ 1,49	R\$ -	R\$ -

Após a realização dos cálculos, a opção do regime Lucro Presumido acarretará um total de impostos no valor de R\$ 298.010,56, conforme a tabela totalizada dos impostos apresentada abaixo:

VALOR TOTAL DE TRIBUTOS DEVIDOS EM 2017		
PIS	R\$	6.671,14
COFINS	R\$	30.789,87
IRPJ	R\$	12.315,95
CSLL	R\$	11.084,35
ICMS	R\$	141.752,39
IPI	R\$	-
INSS	R\$	95.396,85
TOTAL	R\$	298.010,56

3.3 Lucro Real

É uma forma de tributação através do ajuste feito no livro de apuração do lucro real (LALUR), onde são realizadas as adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação fiscal.

2017	
LAIR - Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	103.064,05
(+) Adições	34.361,07
Cartão de Crédito	18.831,07
Supermercado	15.530,00
(-) Exclusões	-
Resultado Ajustado	137.425,12
(-) Compensações	-
Resultado Fiscal	137.425,12
CS (9%)	12.368,26
IR (15%)	28.356,28
Prejuízo Acumulado	

O IPI e ICMS são de regimes não cumulativos, possuem o mesmo tratamento que o Lucro Presumido. Desta forma, apresentam os seguintes resultados após as análises dos documentos fiscais.

Impostos	Créditos	Débitos	Recolher
ICMS	R\$ 27.958,00	R\$ 169.710,39	R\$ 141.752,39
IPI	R\$ 1,49	R\$ -	R\$ -

Quando tratamos do PIS/PASEP e COFINS no lucro real, é diferente do lucro presumido, neste o regime é de não cumulatividade pertencendo as alíquotas de 1,65% de PIS e 7,6% de COFINS, sua apuração é mensal e seus créditos variam de acordo com cada empresa e o destino de seus produtos.

O PIS E COFINS, tornaram-se tributos não cumulativos pelas leis 10.637/2002 para PIS, e 10.833/2003 para COFINS. Para definir qual será o valor dos créditos que serão apropriados para a apuração do PIS e COFINS, foram analisadas cada nota fiscal de compra da empresa, e definindo quais possuem direito a crédito no ano de 2017.

Impostos	Créditos	Débitos	Recolher
PIS	R\$ 6.049,39	R\$ 20.227,89	R\$ 14.178,50
COFINS	R\$ 27.863,85	R\$ 93.170,88	R\$ 65.307,02

Após a realização dos cálculos, a opção do regime Lucro Presumido acarretará um total de impostos no valor de R\$ 357.359,30, conforme a tabela totalizada dos impostos apresentada abaixo:

VALOR TOTAL DE TRIBUTOS DEVIDOS EM 2017		
PIS	R\$	14.178,50
COFINS	R\$	65.307,02
IRPJ	R\$	28.356,28
CSLL	R\$	12.368,26
ICMS	R\$	141.752,39
IPI	R\$	-
INSS	R\$	95.396,85
TOTAL	R\$	357.359,30

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análises dos regimes de tributação, é possível observar a diferença entre os resultados de cada regime de tributação, e conhecer as leis dos tributos estaduais e federais, e sendo possível na prática ampliar e fixar os aprendizados teóricos estudados.

Os dados apresentados ainda estão em fase de transformação, portanto até o final do término do trabalho, irão ocorrer mudanças em sua composição e possivelmente em seus valores.

Possivelmente, o regime de tributação viável para a empresa nos dias atuais, de acordo com a análise dos dados já computados, será o Simples Nacional por acarretar para a empresa um valor de recolhimento dos tributos, menor que o Lucro Presumido e Lucro Real. Podendo se concretizar essa afirmação, após a conclusão dos cálculos e finalização do trabalho de conclusão do curso.

REFERÊNCIAS

Gil, A. L. et al. **Gestão de tributos na empresa moderna**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

PÊGAS, P. H. B. **Manual de contabilidade tributária: análise dos impactos tributários das leis nº 11.638/07, 11.941/09 e dos pronunciamentos emitidos pelo CPC**. 7 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2011.

PEREIRA, W. C.; SILVA, E. P. **Planejamento tributário: um estudo de caso na empresa New Decor Artes e Decorações LTDA – ME**. 2014. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto de Ensino Superior Blaudo Cardoso de Mattos – FASERRA, Serra, 2014.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

PINTO, J.R.D. **Imposto de renda, contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal em sistema simples:** (incluindo procedimentos fiscais e contábeis para encerramento do ano-calendário de 2011). 20ed. Brasília: CFC, 2012.

SANTOS, C. **Como calcular e recolher PIS/PASEP e COFINS.** 6ed. São Paulo: IOB, 2009.



PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO NO SETOR DE COMBUSTÍVEIS

Dener S. Rodrigues, Denis B. Bruneli, Emerson M. Gonçalves, Flávio M. Ferreira, e-mail: tcc.contabeis2018@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O planejamento tributário, antes visto como uma ferramenta complexa e encarado com receio pelos empresários brasileiros, tem chamado cada vez mais a atenção das empresas, em razão da elevada carga tributária que atinge o nosso país. Devido que o planejamento tributário pode ser entendido como um método que objetiva encontrar meios legais contábeis e fiscais para reduzir o valor pago, referindo-se a de tributos sobre cada operação ou produto.

Partindo dessa explanação, será aplicado a ferramental do planejamento tributário em uma empresa de pequeno porte no ramo de comercialização de combustíveis, visando o crescente aumento do seu preço que vem chamando a atenção de todos pelos valores cobrados atualmente.

Com base nesse questionamento, será aplicado um minucioso estudo das demonstrações contábeis atuais dessa empresa, analisando apurações de impostos e resultado perante o regime tributário atual. Usando o planejamento tributário para comparar perante outro regime de apuração.

Para alcançar o objetivo, o presente trabalho busca comparar a viabilidade dos regimes de tributação, lucro real com o lucro presumido para o ramo de combustíveis, juntamente, conceituar os diferentes regimes de tributação, conceituar os diferentes tributos, identificar os impostos incidentes nos combustíveis, analisar um posto de combustível tributado pelo lucro real, analisar a carga tributária do lucro real, analisar as informações, usando o regime lucro presumido, aplicar a tributação do lucro presumido e decidir qual o melhor regime tributário.

Essa pesquisa justifica-se pelo aumento abusivo do valor cobrado pelo combustível, onde esse preço que sobe gradativamente tem influência de impostos na compra do produto. Tentando analisar regimes tributários diferentes para encontrar, de formal legal, a melhor forma de tributar a empresa, até diminuindo a carga tributária, podendo refletir no preço final do produto.

2 METODOLOGIA

A pesquisa realizada pode ser classificada como pesquisa descritiva, uma vez que se busca levantar informações e analisar características dos tributos envolvidos na empresa através de dados fornecidos. Para a realização da pesquisa foi necessário que o pesquisador colete inúmeros dados e informações, para chegar a uma resolução do problema.

Esta pesquisa se enquadra no método qualitativo. Foi realizada basicamente a coleta dos dados e informações junto a empresa estudada, que foram posteriormente analisadas e interpretadas pelo pesquisador.

No processo de pesquisa, escolheu-se usar um critério de seleção de materiais em artigos, livros, publicações, internet, com o objetivo de conceituar e demonstrar o planejamento tributário e termos próximos onde a abrangência faz-se necessária para a melhor compreensão do trabalho. Tornando-se como maior dificuldade o esclarecimento quanto a escolha do melhor regime tributário, observando a maior redução possível nos tributos da empresa analisada.

O presente trabalho foi realizado em uma empresa do ramo de combustíveis, enfatizando a busca pelo regime tributário que teria sido mais benéfico no período analisado. Para auxiliar as melhores condições no processo de tomada de decisões futuras.

Contudo, foi realizada a apuração dos tributos e contribuições federais que constituem a tributação da empresa, nos últimos 3 anos, no enquadramento do regime tributário Lucro Presumido. Após analisar, os dados serão apresentados via quadros e relatórios comparativos ao regime tributário Lucro Real, que servirão de base para as recomendações que serão apresentadas de acordo com cada enquadramento tributário. Levando em conta que a busca essencial do estudo se evidencia pela busca da elisão fiscal, que se caracteriza pela busca da economia tributária de forma legal.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados apresentados foram retirados das demonstrações contábeis disponibilizadas. Os valores das Receitas, ICMS, PIS e COFINS, foram retirados diretamente do DRE, ambos os valores estão acumulados. O PIS e a COFINS incidem

sobre as receitas de venda de combustíveis, e também lubrificantes, subtraído dos créditos sobre suas despesas. Valores a serem adicionados como base de cálculo. O ICMS funciona da mesma forma, sobre a venda de combustíveis e lubrificantes, subtraído dos créditos adquiridos nas compras.

No quadro a seguir é demonstrado os valores recolhidos de ICMS, PIS e COFINS, com os valores apurados sobre a base de cálculo, abatidos os créditos.

Tabela 1 - Apurações de PIS, COFINS e ICMS

PIS				
ANO	BASE DE CÁLCULO	RESULTADO	(-) CRÉDITO	Á RECOLHER
2015	83.661,84	1.368,91	678,99	689,92
2016	105.912,36	1.673,78	1.004,80	668,98
2017	112.820,39	1.688,46	1.024,71	663,75

COFINS				
ANO	BASE DE CÁLCULO	RESULTADO	(-) CRÉDITO	Á RECOLHER
2015	83.661,84	6.310,41	3.127,47	3.182,94
2016	105.912,36	7.779,60	4.627,77	3.151,83
2017	112.820,39	7.949,27	4.719,95	3.229,32

ICMS				
ANO	BASE DE CÁLCULO	RESULTADO	(-) CRÉDITO	Á RECOLHER
2015	2.730,00	491,40	409,50	81,90
2016	8.002,00	1.440,36	1.040,26	400,10
2017	8.924,00	1.606,32	1.160,12	446,20

Fonte: fornecido pela empresa Igarçu Auto Posto LTDA, 2017.

Apresenta-se a seguir as demonstrações da apuração da CSLL e IRPJ, através do LALUR - Livro de Apuração do Lucro Real. A demonstração se encontra com valores acumulados anualmente.

Tabela 2 - LALUR acumulado de 2015, 2016 e 2017

LALUR	2015	2016	2017
LAIR	231.997,40	-139.626,25	169.651,90
(+) ADIÇÕES	10.514,38	73.787,13	300,00
(-) EXCLUSÕES	0,00	0,00	0,00
RESULTADO AJUSTADO	242.511,78	-65.839,12	169.951,90
COMPENSAÇÕES	0,00	0,00	0,00
RESULTADO FISCAL	242.511,78	-65.839,12	169.951,90
CSLL	21.826,06	6.628,30	10.706,97
IRPJ	41.617,20	10.687,65	15.778,17
PREJUÍZOS ACUMULADOS		-139.486,89	-88.501,32
*IR COM DEDUÇÃO COM PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR (PAT)	697,20	359,52	816,60
IR RETIDO NA FONTE	-	-	1.250,18

Fonte: elaborado pelos autores.

A empresa analisada tem como ramo de atividades a venda de combustíveis e lubrificantes. O percentual aplicado para a apuração da base de cálculo do IRPJ sobre a venda de combustíveis é de 1,6%, e 8% para a venda de lubrificantes. A CSLL é de 12% para combustíveis e lubrificantes. Para apurar o valor dos impostos a pagar, é aplicado a alíquota de 9% para CSLL e de 15% para o IRPJ. Considerando o valor de 10% do adicional quando o mesmo ultrapassa o limite de R\$ 60.000,00 por trimestre.

Nesse regime tributário o PIS e COFINS são cumulativos e são aplicados percentuais de 0,65% e 3%, respectivamente sobre a receita bruta de vendas.

Tabela 3 - Apurações de PIS, COFINS e ICMS no Lucro Presumido

PIS		
ANO	BASE DE CÁLCULO	0,65%
2015	83.661,84	543,80

2016	105.912,36	688,43
2017	112.820,39	733,33

COFINS		
ANO	BASE DE CÁLCULO	3%
2015	83.661,84	2.509,86
2016	105.912,36	3.177,37
2017	112.820,39	3.384,61

ICMS				
ANO	BASE DE CÁLCULO	RESULTADO	(-) CRÉDITO	Á RECOLHER
2015	2.730,00	491,40	409,50	81,90
2016	8.002,00	1.440,36	1.040,26	400,10
2017	8.924,00	1.606,32	1.160,12	446,20

Fonte: elaborado pelos autores.

No quadro abaixo, os cálculos do IRPJ e CSLL foram feitos trimestralmente. Os valores apresentados, encontram-se acumulados anualmente, para facilitar a visualização perante o Lucro Real.

Tabela 4 - Apuração do IRPJ no Lucro Presumido

REVENDA – IRPJ		
ANO	BASE DE CÁLCULO	8%
2015	83.661,84	6.692,95
2016	105.912,36	8.472,99
2017	112.820,39	9.025,63

COMBUSTÍVEL – IRPJ		
ANO	BASE DE CÁLCULO	1,6%
2015	10.316.504,07	165.064,07
2016	10.978.325,58	175.653,21
2017	8.898.474,11	142.375,59

CÁLCULO		
OUTRAS RECEITAS	B.C.	15% + adicional
11.931,10	183.688,11	33.922,03
44.100,18	228.226,38	34.233,96
43.539,03	194.940,25	29.241,04

Fonte: elaborado pelos autores.

Tabela 5 - Apuração da CSSL no Lucro Presumido

REVENDA - CSSL		
ANO	BASE DE CÁLCULO	12%
2015	83.661,84	10.039,42
2016	105.912,36	12.709,48
2017	112.820,39	13.538,45

COMBUSTÍVEL - CSSL		
ANO	BASE DE CÁLCULO	12%
2015	10.316.504,07	1.237.980,49
2016	10.978.325,58	1.317.399,07
2017	8.898.474,11	1.067.816,89

CÁLCULO		
OUTRAS RECEITAS	B.C	9%
11.931,10	1.259.951,01	113.395,59
44.100,18	1.374.208,73	123.678,79
43.539,03	1.124.894,37	101.240,49

Fonte: elaborado pelos autores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme análise das projeções efetuadas do Lucro Real para o Lucro Presumido, podemos perceber que é vantagem a empresa continuar optando pelo

regime atual. Os estudos apontam que em todos os cálculos, a carga tributária do Lucro Presumido mostrou-se elevada em relação ao Lucro Real.

O motivo dessa diferença veio a acarretar pelo fato da empresa no ano de 2016 apresentou prejuízo fiscal, onde vem abatendo até hoje em seus resultados, diminuindo o valor a ser recolhido.

Concluindo, é vantagem para a empresa permanecer no Lucro Real, até que todo prejuízo acumulado seja compensado. Depois disso é necessária uma nova análise para comparar os regimes tributários.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei complementar nº 70**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp70.htm> Acesso em 30 abr. 2018, 16:40:55.

BRASIL. **Lei Complementar Nº87/96**. Lei Kandir. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp87.htm Acesso em: 23 maio 2018, 20:58:15

BRASIL. **Receita Federal do Brasil**. Lucro Presumido. Legislação. Disponível em:
<<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/ecf-escrituracao-contabil-fiscal/perguntas-e-respostas-pessoa-juridica-2018-arquivos/capitulo-xiii-irpj-lucro-presumido-2018.pdf/view>> Acesso em: 25 abr. 2018, 19:19:56.

BRASIL. **Receita Federal do Brasil**. Lucro Real. Legislação. Disponível em:
<<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/ecf-escrituracao-contabil-fiscal/perguntas-e-respostas-pessoa-juridica-2018-arquivos/capitulo-vi-irpj-lucro-real-2018.pdf/view>> Acesso em: 30 abr. 2018, 19:32:45.

BRASIL. **Receita Federal do Brasil**. Tributos. Cide. Disponível em:
<<http://idg.receita.fazenda.gov.br/aceso-rapido/tributos/cide>> Acesso em: 24 abr. 2018, 19:30:30.

CASTRO, F. A. V. et al. **Gestão e planejamento de tributos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CAVALCANTI, M. C. B. **Análise dos Tributos Incidentes Sobre os Combustíveis Automotivos no Brasil**. 2006. 213f. Dissertação (Pós-Graduação de engenharia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2006.



DICIONÁRIO FINANCEIRO. **Regime Tributário**. Disponível em: <<https://www.dicionariofinanceiro.com/regime-tributario/>> Acesso em: 10 maio 2018, 19:55:22.

OLIVEIRA, G. P. **Contabilidade tributária**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

PADOVEZE, C. L. et al. **Contabilidade e gestão tributária: teoria, prática e ensino**. 1. ed. São Paulo: CENGAGE, 2017.

PERES, A. M. et al. **Como utilizar créditos fiscais do IPI, PIS/COFINS e ICMS/SP**. 1. ed. São Paulo: IOB Thomson, 2005.

PORTAL TRIBUTÁRIO. **CSLL - contribuição social sobre o lucro líquido**. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/tributos/csl.html>> Acesso em 30 abr. 2018, 15:05:36.

PORTAL TRIBUTÁRIO. **Imposto de renda – pessoa jurídica**. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/tributos/irpj.html>> Acesso em 30 abr. 2018, 12:59:01.

PORTAL TRIBUTÁRIO. **PIS e COFINS – Síntese dos regimes de apuração**. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/artigos/pis-cofins-regimes.htm>> Acesso em 30 abr. 2018, 14:01:33.

SILVA, D. M.. **Planejamento Tributário: Casos Práticos**. 2014. 62f. Bacharel em Ciências Contábeis, Faculdades Integradas de Jaú, Jaú, SP.

ZANLUCA, J. C. **Planejamento Tributário**. Portal tributário editora, 2017. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/planejamento.htm>> Acesso em: 15 maio 2018, 21:18:48.



PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: UMA FERRAMENTA NA MAXIMIZAÇÃO DOS LUCROS EMPRESARIAIS

Daniele C. B. Sola, Francieli de Oliveira, Gabriela R. Bravi,
Karoline C. R. Rodokas, Flavio M. Ferreira, e-mail: Fran961907@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O planejamento tributário é uma ferramenta estratégica voltada para a programação financeira e fiscal da empresa, visando à diminuição de encargos, sabendo que estes representam uma importante parcela dos custos da entidade. De forma simples e direta, pode-se dizer que este instrumento gerencial permite encontrar o melhor meio de depreciar seus impostos.

Com isso encontra-se a seguinte adversidade, a maioria dos empresários por não possuir o conhecimento neste método, acabam muitas vezes se enquadrando em um regime que resulta em alta carga de impostos, evitando se beneficiar daquele que lhe traria um melhor retorno e consequentemente desperdiçando seus bens e investimentos, levando assim seu negócio a ruína.

Chaves (2010) enfatiza que o planejamento tributário surge com a necessidade de pessoas físicas e jurídicas conhecerem a situação de seus negócios, com o objetivo de reduzir cargas tributárias.

Considerando o problema descrito acima, pode-se dizer que os resultados financeiros de uma empresa apresentam adulterações quando não existe a realização de um planejamento, já que seu propósito é evitar a arrecadação excessiva dos tributos.

Evidenciar a importância de entender e aplicar o planejamento tributário é o que justifica a realização deste projeto, já que este será feito em uma clínica, cujo seus administradores por não conhecerem essa ferramenta não haviam feito uma análise sobre qual seria o melhor opção de regime tributário adotar e com isso não entender o retorno que esse estudo pode lhes trazer.



2 METODOLOGIA

Para a realização deste projeto foram compreendidos os dois sistemas tributários aplicados, ou seja, Simples Nacional e Lucro Presumido, visto que a empresa em questão podia se enquadrar no regime de tributação Lucro Real, porém não é obrigada e este não foi aplicado, pois não foram concedidas todas as informações para realizar tal análise.

Primeiramente foram apresentadas as diferenças entre ambos os regimes, identificando o fato gerador, os créditos de impostos que poderiam ser realizados e as alíquotas que foram aplicadas, com o intuito de identificar qual melhor sistema tributário a ser adotado.

Segundo Carlin (2012), o planejamento tributário representa um conjunto de medidas de modo contínuo que enfatizam legalmente a economia de encargos tributários, identificando sempre as possíveis mudanças na legislação de forma ágil e respeitando as regras fiscais. Dentre essas medidas temos: evitar a incidência do tributo, ou seja, impedir a ocorrência do fato gerador; minimizar o montante dos encargos tributários, reduzindo a base de cálculo ou alíquota; e por fim retardar o pagamento do tributo, postergando a liquidação da obrigação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Uma das formas de remuneração dos sócios administradores da empresa é a retirada do pró labore que nada mais é do que um provento referente aos serviços prestados por estes a entidade. Neste planejamento foram realizadas duas simulações de retirada deste pagamento: na primeira o valor é referente a um salário mínimo (este vigente em 2017), isto por que neste valor será descontado apenas um valor de INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e não há a incidência de IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte).

Figura 1 – Cálculo Pró-labore – Cada Sócio

CÁLCULO PRÓ LABORE - CADA SÓCIO						
Sócios	\$ Salário Mínimo Vigente no Ano	salario Bruto	Alíquota INSS	INSS	IRRF	salário Líquido
1	937,00	937,00	11%	103,07	-	833,93
2	937,00	937,00	11%	103,07	-	833,93

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

A segunda foi simulada uma retirada com valor um pouco mais elevado, isto porque a empresa por possuir atividade relacionada à prestação de serviços (sujeitas a incidência do anexo III ou V da lei complementar nº 123 de 2006) ao optar pelo Simples Nacional, estará sujeita a mensuração do “fator R”, que é a soma das despesas com folha de pagamento apuradas nos últimos 12 meses em relação a soma total da receita bruta dos últimos 12 meses.

Aranha 2017 (n.p.) demonstra que:

fator “r” = FP / RB, onde:

FP = Soma das despesas com folha de pagamento (salários, encargos e pró labore) dos últimos 12 meses;

RB = Soma da receita bruta (seu salário) dos últimos 12 meses

[...] Quando o fator “r” for menor que 0,28 (isto é, 28% do faturamento destinado à folha de pagamento), a empresa pagará a alíquota do Anexo V, mesmo estando enquadrada no Anexo III.

Figura 2 – Cálculo Fator R

Sócios	\$ Salário Mínimo Vigente no Ano	salario Bruto	Alíquota INSS	INSS	IRRF	Salário Líquido	
1	1.170,00	1.170,00	11%	128,70	-	1.041,30	FATOR R
2	1.170,00	1.170,00	11%	128,70	-	1.041,30	28,75%

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Por se tratar de uma clínica cuja atividade principal é a medicina veterinária, ao ser optante pelo Simples Nacional está automaticamente se enquadra no Anexo 5. Como houve mudanças nos percentuais e anexos deste regime, foi realizada a aplicação e comparação do anexo 6 (ao qual ela se enquadrava em 2017), com anexo 3 (graças a mensuração superior a 28% do “fator R” descrito posteriormente) e anexo 5

cuja alterações entraram em vigência em janeiro de 2018. A Lei Complementar nº 123 (2006) define que:

Simplex Nacional é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte [...].

Abrange a participação de todos os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) (BRASIL, 20-).

Figura 3 – Demonstração do Resultado do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO : 01/01/2017 - 31/12/2017			
	ANEXO 6 - 2017	ANEXO 5 - 2018	ANEXO 3 - 2018
RECEITA	97.676,27	97.676,27	97.676,27
Venda de mercadoria	45.484,48	45.484,48	45.484,48
Prestação de Serviços	52.191,79	52.191,79	52.191,79
DEDUÇÕES DE VENDAS	10.665,45	9.909,11	4.950,89
Simplex	10.665,45	9.909,11	4.950,89
CUSTOS	87.357,14	87.357,14	92.949,14
CUSTO DE SERVIÇOS PRESTADOS	62.069,89	62.069,89	67.661,89
Materiais de uso e consumo	31.315,07	31.315,07	31.315,07
Água e esgoto	325,60	325,60	325,60
Energia Elétrica	3.059,02	3.059,02	3.059,02
Impostos e taxas	0,00	0,00	0,00
Conservação e manut predial	1.800,00	1.800,00	1.800,00
retirada pró labore	22.488,00	22.488,00	28.080,00
telefone	2.583,93	2.583,93	2.583,93
depreciações	498,27	498,27	498,27
CUSTO DE REVENDA DE MERCADORIA	25.287,25	25.287,25	25.287,25
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	25.287,25	25.287,25	25.287,25
Mercadorias c/ compras	46.010,12	46.010,12	46.010,12
Mercadorias Bonificadas	2.003,44	2.003,44	2.003,44
Custo das Mercadorias Vendidas	18.719,43	18.719,43	18.719,43
DESPESAS	1.611,88	1.611,88	1.611,88
DESPESA C/ VENDAS-SERVIÇOS	900,00	900,00	900,00
Propaganda e Publicidade	900,00	900,00	900,00
DESPESAS FINANCEIRAS	711,88	711,88	711,88
Multa e Juros Mora	711,88	711,88	711,88
RESULTADO LÍQUIDO	-1.958,20	-1.201,86	-1.835,64

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Mesmo com a parcial aplicação do regime e não concluído o estudo de caso, se comparado o resultado líquido apresentado entre o anexo 6 e anexo 5, foi possível observar que houve uma diminuição significativa do prejuízo, graças a redução das alíquotas e conseqüentemente do valor a recolher dos impostos. Porém, aumentar o pró labore para atingir o percentual do fator R que obriga a empresa a pagar os impostos referente às alíquotas do anexo 3 diminuiu como se esperava o valor dos tributos a pagar, mas em contra partida houve um aumento da folha de pagamento dos

sócios que refletiu no resultado, dando um prejuízo maior do que o apresentado na aplicação do anexo 5.

Para realizar o confronto das diferenças de alíquotas aplicáveis em cada regime, foi realizada também uma aplicação do Lucro Presumido.

Esta modalidade de acordo com Rezende, Pereira e Alencar (2010), consiste em um método mais simplificado de apuração. Sendo que o lucro é estimado através incidência de uma alíquota sobre a receita bruta. O resultado desta operação é à margem de lucro que a empresa obteve no período.

Figura 4 – Lucro Presumido

Lucro Presumido	
Demonstração do Resultado do Período: 01/01/2017 - 31/12/2017	
RECEITA	97.676,27
Venda de mercadoria	45.484,48
Prestação de Serviços	52.191,79
DEDUÇÕES	5.130,94
Pis	634,90
Cofins	2.930,29
ISS	1.565,75
ICMS	0,00
RECEITA LÍQUIDA	92.545,33
CUSTOS	87.357,14
CUSTO DE SERVIÇOS PRESTADOS	62.069,89
Materiais de uso e consumo	31.315,07
Água e esgoto	325,60
Energia Elétrica	3.059,02
Impostos e taxas	0,00
Conservação e manut predial	1.800,00
retirada pró labore	22.488,00
telefone	2.583,93
depreciações	498,27
CUSTO DE REVENDA DE MERCADORIA	25.287,25
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	25.287,25
Mercadorias c/ compras	46.010,12
Mercadorias Bonificadas	2.003,44
Custo das Mercadorias Vendidas	18.719,43
LUCRO BRUTO	5.188,19
DESPESAS	900,00
DESPESA C/ VENDAS-SERVIÇOS	900,00
Propaganda e Publicidade	900,00
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	4.288,19
DESPESAS FINANCEIRAS	711,88
Multa e Juros Mora	711,88
LUCRO ANTES DO IRPJ/CSLL	3.576,31
IRPJ	3.051,02
CSLL	1.994,36
RESULTADO LÍQUIDO	-1.469,07

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Assim como no regime tributário citado posteriormente, mesmo com a parcial aplicação deste regime e não concluído o estudo de caso é possível observar que, se a empresa fosse optante pelo Lucro Presumido, esta auferiria ainda um resultado negativo, porém menor se comparado ao que apresentou no anexo VI ao qual pertencia até 2017. Mas em contrapartida se comparado com o resultado apresentado pela aplicação do anexo 5, observa-se que para ela este regime tributário seria o mais vantajoso já que o prejuízo apresentaria um valor ainda menor.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente projeto encontra-se em processo de análise e ainda faltam informações relevantes que permitem a exata conclusão. Porém com os dados levantados até agora é possível observar que, se no ano de 2017 a empresa fosse optante pelo regime tributário Lucro Presumido estaria recolhendo menos imposto, e apresentaria um prejuízo menor. E ainda, mesmo se enquadrando em um anexo cuja as alíquotas são menores, por haver a necessidade do aumento do pró labore e conseqüentemente da despesa com salários, este não lhe trará um retorno tão favorável.

REFERÊNCIAS

ARANHA, A. **Fator r – a lista negra do simples nacional 2018**. Contrato PJ, dez. 2017, São Paulo. Disponível em: <<https://www.contratopj.com.br/fator-r-a-lista-negra-do-simples-nacional-2018/>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

BRASIL. Casa Civil. **Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro 2006**. Publicada no Diário Oficial da União, 15 de dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10637compilado.htm>. Acesso em: 09 ago. 2018.

CARLIN, E. L. B. **Auditoria, planejamento e gestão tributária**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2012.

CHAVES, F. C. **Planejamento tributário na prática: gestão tributária aplicada**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

REZENDE, A. J.; PEREIRA, C. A.; ALENCAR, R. C. de. **Contabilidade tributária: entendendo a lógica dos tributos e seus reflexos sobre os resultados das empresas**. São Paulo: Atlas, 2010.



PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NAS EXECUÇÕES FISCAIS

Larissa de Melo Silva, Mateus da Silva Santos, Silvio Ferracini Junior,
email: sferjr.direito@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como finalidade examinar o instituto da Prescrição Intercorrente em execuções fiscais. Para que possamos entendê-la precisamos acentuar o seu conceito, seu objetivo, em que momento ocorre a prescrição, quais as causas de interrupção desta, entre outros aspectos. Pode-se dizer que a prescrição intercorrente se trata do lapso temporal, da paralisação de atos, onde a própria exequente não busca satisfazer seu direito, mantendo-se inerte e, conseqüentemente, levando a extinção do feito. Seu objetivo é manter o equilíbrio da ordem jurídica evitando a eternização do processo, ou seja, a perpetuação da lide. Tem fundamento em diversos princípios, tais como o da liberdade de ação, da lealdade, boa-fé, da celeridade do processo, da racionalidade, da economia processual, bem como no princípio da duração razoável do processo previsto na Constituição Federal.

Recentemente, o STJ decidiu em julgamento de recurso repetitivo como devem ser aplicados o art. 40 e seus parágrafos, da Lei 6.830/80 (Lei de Execução Fiscal), que regem a prescrição intercorrente nos processos de execução fiscal. O ministro Mauro Campbell relatou que a ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço do executado fornecido pela Fazenda Pública é suficiente para inaugurar o prazo prescricional.

Ao decorrer deste projeto e dos estudos que englobam o instituto da prescrição intercorrente, vamos trazendo conceitos e argumentos que explicitem e proporcionem uma visão ampla do que é a prescrição intercorrente, buscando entendê-la como um direito que não acolhe os que dormem, ou seja, direito de propor ação dentro do prazo previsto por lei.

2 METODOLOGIA

O método utilizado para o presente trabalho é o descritivo, onde foram buscadas pesquisas e fundamentos mediante doutrina, jurisprudência e análise legal do tema,

com o objetivo de propiciar um entendimento claro e correto do que seja a prescrição intercorrente nas execuções fiscais.

Para facilitar o entendimento embasando suas argumentações, além de doutrina, na lei, se fez necessário a análise e estudos ao que se refere a Lei 6.830/80 (LEF), o Código de Processo Civil, o Código Tributário Nacional e até mesmo a Lei 11.051/2004 a qual originou o instituto da Prescrição Intercorrente.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Conceito de prescrição intercorrente

Acrescentado pela Lei 11.051/2004, o instituto da Prescrição Intercorrente constitui instituto jurídico com previsão expressa na legislação, fruto da construção jurisprudencial, presente no § 4º do artigo 40 da Lei 6.830 de 22 de setembro 1980, a Lei de Execuções Fiscais – LEF. No entanto muito antes de ser positivada os tribunais já se posicionavam no sentido de extinguir a execução, levando como consideração a sua paralisação por tempo indeterminado no arquivo, diante da inércia da Fazenda Pública em dar prosseguimento ao processo, seja lá por qual motivo.

A prescrição intercorrente tem natureza processual e não material, com aplicação imediata alcançando, inclusive, os processos em curso, cabendo ao juiz da execução decidir a respeito da sua incidência à hipótese dos autos, com fundamento no artigo 156, V, do Código Tributário Nacional (CTN) que dispõe que "extinguem o crédito tributário a prescrição e a decadência".

De início é importante entendermos o que é a prescrição intercorrente e do que se trata. A prescrição é a extinção da pretensão; se há a prescrição, não há mais o direito de pleitear ação executória, uma vez que se encontra diante da falta de capacidade defensiva dada em consequência do não uso dela durante certo intervalo. Intercorrente, por sua vez, é um adjetivo decorrente do latim inter (entre) e currere (correr), significando que sobrevém, ou se mete de permeio. Desse modo, prescrição intercorrente é a que sobrevém ao despacho ordenatório do arquivamento dos autos da execução fiscal, se houver inércia do titular da pretensão de cobrança do crédito fiscal, ou seja, a prescrição intercorrente é aquela em que há a paralisação do processo por inércia do exequente, quem deveria prezar pelo regular andamento do processo.

Assim prescrição intercorrente é aquela que ocorre no âmbito de um processo

executivo quando não, especialmente, são encontrados bens do patrimônio do devedor (executado).

A extinção da execução pela prescrição se justifica na segurança jurídica, uma vez que a intenção é que não haja processos que se prorroguem no tempo, vindo a se tornar eterna. Além disso busca a aplicação do princípio da duração razoável do processo prevista no art. 5º, LXXVIII, da CF, que dispõe: “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”.

3.2. Momento Em Que Ocorre a Prescrição Intercorrente.

Ao falarmos sobre o prazo para ocorrência da prescrição (extinção da pretensão), percebemos que ao discorrer sobre a contagem do quinquênio prescricional que se dá na constituição definitiva do crédito tributário, é de extrema importância observar o dispositivo do art.174, do CTN que dispõe: "A ação para cobrança do crédito tributário **prescreve em cinco anos** contados da data da sua constituição definitiva.". Após constituição do crédito tributário pelo fato gerador eficaz e consequente notificação do sujeito passivo, inicia-se o prazo de cinco anos para que a Fazenda Pública ingresse em juízo com ação de cobrança (ação de execução), possuindo dentro deste período o direito a execução de sua pretensão.

Uma vez ajuizada a ação de execução, o início da contagem do prazo da prescrição intercorrente se dá após o decurso do prazo de um ano de suspensão do processo, e suspensão também da própria prescrição, previsto no art. 40 de Lei 6.830/80.

No caso de aplicação do art. 40, LEF, o prazo prescricional só começa a correr, a ter início, após o prazo de um ano da suspensão, podendo o juiz nos casos de inércia reconhecer de ofício (art. 40, §4º, LEF) a suspensão prevista no artigo acima citado, bem como a própria parte exequente requerer ao juiz o prazo de um ano pela falta de localização de bens do executado (no caso de não localização do executado é de difícil ocorrência o pedido do prazo uma vez que a legislação permite a citação por edital).

Entretanto a suspensão do prazo de prescrição (art. 40, caput, da Lei nº 6.830/80) não é infinita nem pode ser ilimitada. Neste sentido acentua a Súmula 314, do STJ, segundo a qual "em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis,

suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo de prescrição quinquenal intercorrente". Sendo assim o prazo de inércia chega a 6 (seis) anos. Após decorrido o prazo prescricional, o juiz reconhecerá de ofício e decretará a extinção da execução, sendo a prescrição causa extintiva da prescrição como decorrido acima, bem como previsão do art.924, V, CPC.

Humberto Theodoro Júnior sustenta que: "(...) consuma-se a prescrição intercorrente se os autos da execução fiscal permanecem paralisados em cartório por mais de cinco anos, sem que a Fazenda tenha praticado qualquer ato de empenho procedimental".(Lei de Execução Fiscal, 10ª Ed., Saraiva, 2007, p. 600)

3.3. Causas Suspensivas e Interruptivas da Prescrição Intercorrente.

O art. 921, do Código de Processo Civil, traz algumas causas interruptivas da prescrição intercorrente, onde, assim como já exposto acima, podemos perceber que não havendo a localização do executado ou de bens do executado por parte da exequente, ou havendo inércia da mesma, o juiz pode de ofício decretar a suspensão do feito pelo prazo de um ano, prazo este que também suspende a contagem da prescrição. No entanto após decorrido este um ano e não havendo a Fazenda Pública se manifestado acerca do prosseguimento da execução começa-se a correr o prazo prescricional disposto no art. 174, do CTN, acima transcrito. Há também a suspensão da prescrição quando ocorre o parcelamento do débito inscrito em Dívida Ativa. A súmula 248, do TRF, traz em seu dispositivo que: "O prazo da prescrição interrompido pela confissão e parcelamento da dívida fiscal recomeça a fluir no dia que o devedor deixa de cumprir o acórdão celebrado".

O § 5º, do artigo 921, do CPC, justifica-se no princípio do contraditório efetivo, previsto no art. 10, do novo Código de Processo Civil, evitando-se decisão escudada em fundamento-surpresa. O exequente, em particular, terá oportunidade de explicar o motivo de sua prolongada inércia. Considerando o juiz que a manifestação das partes em nada justifica a paralisação da execução, reconhecerá de ofício a prescrição intercorrente e proferirá sentença extintiva do processo executivo. Ainda sobre as causas interruptivas da prescrição o art. 174, I, do CTN, prevê outra causa de interrupção da prescrição intercorrente nos processos de execução fiscal, qual seja " pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal".

3.4 Problemática

Há uma grande polêmica, podendo ser até mesmo considerada um problema, em função da possível inconstitucionalidade da lei 11.051/2004 que regulamenta a prescrição intercorrente, uma vez que se trata de lei ordinária e logo contrária a Magna Carta, que reserva a lei complementar os assuntos tributários. Apesar disto, não há dúvidas da existência da prescrição intercorrente, tendo em vista que inúmeras vezes já fora reconhecida em diversas posições do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O STJ em julgamento de recurso repetitivo definiu como devem ser aplicados o art. 40 e parágrafos da lei de execução fiscal e a sistemática para a contagem da prescrição intercorrente (STJ, 1ª Seção, Recurso Especial nº 1.340.553-RS, j. 12.09.2018). O relator ministro Mauro Campbell sustentou a tese de que “o que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido” sendo isto suficiente para inaugurar o prazo prescricional, independentemente de a Fazenda Pública ter peticionado requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias para as devidas providências.

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEQUENTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. **Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal.** Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição quinquenal intercorrente".

[...] No primeiro momento em que **constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF.** Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no

endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege.

[...]

4.2.) **Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável** (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo – mesmo depois de escoados os referidos prazos –, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (grifo nosso)

O problema nisso é que há uma grande dificuldade da Fazenda Pública nas buscas por bens da parte executada, uma vez que não há verbas e convênios suficientes que possibilitem pesquisas de bens; normalmente essas pesquisas são feitas por convênios mais comuns, como por exemplo: convênio com o sistema BacenJud, convênio com o Detran para pesquisa de veículos em nome do executado possibilitando o RenaJud, e penhora do imóvel fato gerador (em casos de IPTU), quando constar na matrícula o executado como proprietário do bem imóvel.

Se a paralisação ou a não celeridade do processo se der por falha do Poder Judiciário, se faz necessário observar o dispositivo da Súmula 106, do STJ, a qual estabelece que a "proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência".



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por derradeiro, podemos concluir que se constatada a inércia da Fazenda Pública, parte exequente, a qual inviabiliza o prosseguimento da execução, dá-se início ao prazo prescricional, sendo possível a decretação da prescrição intercorrente após decorrido o prazo de paralização da execução por 5 anos (art. 174, do CTN), não sendo possível como dito acima, a contagem deste prazo em caso de falha do Poder Judiciário. Salienta-se que uma vez inerte a Fazenda Pública por mais de 5 anos e não havendo causas interruptivas da prescrição, extingue-se a execução com a decretação da prescrição intercorrente prevista no art. 924, V, do Novo Código de Processo Civil.

REFERÊNCIAS

BARANDAS, A.; SANDER, A.C.E. **Prescrição intercorrente**: conceito, finalidade e efeitos. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/23648/prescricao-intercorrente-conceito-finalidade-e-efeitos>> Acesso em: 01/10/2018.

BRASIL, **Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966**, Código Tributário Nacional.

BRASIL, **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**, Código de Processo Civil.

BRASIL, **Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980**, Lei de Execução Fiscal.

JÚNIOR, H. T. **Lei de Execução Fiscal**. 10ª. ed., São Paulo: Saraiva, 2007.

SABBAG, E. **Manual de Direito Tributário**. 7ª. ed., São Paulo: Saraiva, 2015.

TUCCI, J. R. C. PARADOXO DA CORTE. **A prescrição intercorrente no novo CPC e na atual jurisprudência do STJ**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-out-04/paradoxo-corte-prescricao-intercorrente-cpc-atual-jurisprudencia-stj>> Acesso em: 01/10/2018.

<<https://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI287404,21048STJ+define+tese+sobre+prescricao+intercorrente+que+afetara+mais+de+27>> Acesso em: 01/10/2018



PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA GESTÃO E FONTES DE CUSTEIO

Nelson C. Oliveira, Silvana C. M. Ferrari
e-mail: nelson.c.l@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Previdência Social é um seguro pago pelo trabalhador e que é acumulado por meio de contribuição pecuniária compulsória.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, "A Seguridade Social é financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios". O texto constitucional ampliou o alcance e a responsabilidade da Previdência Social conferindo-lhe o caráter de Seguridade Social, a partir de então novas formas de benefícios foram criadas, os assim chamados "benefícios de assistência social" os quais não dependem de contribuição prévia para sua concessão, isto é, qualquer pessoa tem direito a requerer um benefício assistencial de prestação continuada e desde que se enquadre nos requisitos estabelecidos em lei, poderá vir a receber um salário mínimo de renda mensal que haja a necessidade de ter feito sequer uma única contribuição à Previdência Social.

Conforme expõe Neri (2014), o BPC é o benefício assistencial de transferência de renda que mais custa aos cofres públicos. O autor ressalta que somente em 2014, esse benefício alcançou quatro milhões de pessoas ente idosos com mais de 65 anos e pessoas com deficiência, cabendo a cada um o recebimento de um salário mínimo por mês, (R\$ 724,00), com uma estimativa de gastos para o ano de 2015 de R\$ 42 bilhões de reais.

Atualmente, muito se fala sobre o déficit do sistema previdenciário brasileiro e das dificuldades financeiras do atual sistema adotado pelo Estado brasileiro, contudo, a divulgação de informações tais como de onde vem o dinheiro que sustenta a Seguridade Social no Brasil; quais os valores arrecadados; como ocorre sua arrecadação e de que forma esse montante é administrado, são pouco difundidas, conseqüentemente, pouco se sabe sobre a questão do custeio do Sistema de

Previdência Social brasileiro, como ocorrem as arrecadações e como são gastos esses recursos.

O presente trabalho pretende abordar de forma resumida a origem das fontes financeiras que custeiam a Seguridade Social no Brasil e as bases legais que asseguram a exclusividade da arrecadação e utilização dos recursos para sustentar financeiramente a Previdência Social brasileira e, em contrapartida, também serão analisados os dispositivos legais criados pelo Governo para possibilitar a utilização desses recursos, que deveriam custear a Seguridade Social, em áreas que divergem de seu objetivo mais elementar: o de garantir a sustentabilidade da Seguridade Social no Brasil. Nesse sentido, pretende-se analisar também as implicações da DRU – Desvinculação das Receitas da União sobre as receitas previdenciárias, demonstrando como a criação deste instrumento legal possibilitou a utilização, pelo governo Brasileiro, de receitas que originalmente são arrecadadas exclusivamente para o custeio previdenciário em áreas não relacionadas à Previdência e Seguridade Social, como por exemplo, o pagamento das dívidas da União.

2 METODOLOGIA

Foram analisados estudos realizados e publicados pela ANFIP (Associação Nacional dos Auditores da Receita Federal), que demonstram que o déficit previdenciário deixa de existir quando confrontado com os valores devidos por grandes empresas, as renúncias fiscais do Estado e os gastos com benefícios assistenciais.

Além disso, também foram analisados teses, dissertações e periódicos que reforçam os dados coletados pelos auditores da Receita Federal e do Senado Federal.

Por fim, é apresentada uma breve análise sobre a DRU (Desvinculação das Receitas da União), que permite ao governo utilizar os recursos que seriam exclusivos da Previdência Social em áreas que o governo entenda sejam prioritárias.

Conforme destaca Mano (2018), através do mecanismo da DRU o governo podia utilizar até 20% das receitas arrecadadas para a Seguridade Social até 2016 e até 30% de 2016 a 2023, para pagamentos da dívida pública.

3 RESULTADO E DISCUSSÕES

O sistema previdenciário brasileiro foi instituído com a função garantir ao trabalhador o mínimo de segurança nos momentos que este encontre-se incapacitado de prover seu sustento, seja por motivo de doença, parto ou invalidez. Neste sentido o trabalhador contribui para manutenção de um “seguro pessoal” e essa manutenção, em princípio é garantida pela contribuição pecuniária de uma geração após a outra, isto é, a geração atual de trabalhadores ativos contribui para manter a geração anterior a ela e, quando chegar sua vez de gozar de benefícios como por exemplo a aposentadoria, essa geração será sustentada pela nova geração de trabalhadores. Em contrapartida o governo, como parte integrante do custeio e gestão do sistema previdenciário, instituí a cobrança de tributos exclusivos para o sustento financeiro desse sistema como mostrado na tabela 1

Tabela 1 - Fontes de Custeio Previdenciário

FONTES DE CUSTEIO DIRETO	ALÍQUOTA
Empregador	20% sobre a folha de salários 20% sobre a remuneração de quem lhe preste serviço na qualidade de contribuinte individual
PIS – Empresas	0,65% do faturamento (regime cumulativo) 1,65% do faturamento (regime não cumulativo)
COFINS –Empresas	3% do faturamento (regime cumulativo) 7,6% do faturamento (regime não cumulativo)
PIS- Entidades sem fins lucrativos	1% sobre a folha de salários
PIS – Instituições Financeiras	0,65%
COFINS – Instituições Financeiras	4%
Empregado	8%; 9% ou 11% (conforme valor de sua remuneração)
Trabalhador Avulso (Autônomo)	11% ou 20% (conforme remuneração)

	auferida no mês de competência)
Empregado Doméstico	12% da remuneração paga (observado o teto do Regime Geral de Previdência)
CONTRIBUINTE FACULTATIVO	11% ou 20% (facultado o direito de escolha)
Cooperativa	15% do valor bruto da nota fiscal de serviço prestado
MEI	5% do salário mínimo vigente
CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	Renda líquida, excetuando-se os valores destinados ao Programa de Crédito Educativo
CLUBES DE FUTEBOL	5% da receita dos jogos, dos patrocínios e das propagandas
LEILÕES DA RECEITA FEDERAL	40% do resultado obtido
SEGURO DEPEVAT	50% do prêmio recolhido

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR CONFORME BRASIL (1991).

Marques (2016), menciona que, de acordo com o artigo 195 da Constituição Federal de 1988, as fontes de arrecadação da Seguridade Social estão vinculadas a este sistema, significando que aquilo que é arrecadado para a Seguridade Social, deve ser gasto exclusivamente com ela. O autor afirma que, segundo levantamento feito pela ANFIP, não existe saldo negativo na conta da Seguridade Social e, portanto, o débito existente vem de outro lugar e a conta é paga pela Seguridade Social.

Vale ressaltar que, em sua análise, os Auditores da Receita Federal do Brasil, demonstraram ainda que a contribuição estatal relativa a participação do Governo Federal nas contas da Seguridade Social é considerada muito pequena. Como exemplo, destaca-se que em 2012, de um total de R\$ 317 bilhões pagos em benefícios previdenciários, um total de R\$ 279 bilhões (88% do total), referem-se a contribuições exclusivamente previdenciárias, isto é, empresas e trabalhadores. A parcela estatal, seria então de apenas 12%, representando um montante muito inferior a terça parte (33%) que caberia em uma conta tripartite (ANFIP, 2013).

León (2017) lembra que, somados, os devedores da Previdência Social respondem por quase três vezes o déficit informado pelo governo e revela que esses devedores acumularam juntos, em 2016, uma dívida de cerca de R\$ 426,07 bilhões contra um déficit anunciado de R\$149,7 bilhões naquele ano. O levantamento foi feito pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, responsável pela cobrança dessas dívidas. A lista dos maiores da Previdência Social, tem mais de 500 nomes e inclui empresas públicas, privadas, fundações, governos estaduais e prefeituras que devem ao Regime Geral de Previdência Social.

A tabela 2, expõem a estimativa dos valores da renúncia fiscal anual, do Simples Nacional relativos à contribuição previdenciária patronal, em valores correntes, entre os anos de 2006 a 2017, segundos dados informados pela Receita Federal do Brasil e do Ministério da Fazenda em 05 de maio de 2017

Tabela - 5 Estimativa de Renúncia Fiscal Previdenciária por ano do Simples Nacional de 2006 a 2017

ANO		SIMPLES NACIONAL
	2006	R\$ 6.143.210.026,00
	2007	R\$ 6.880.293.235,00
	2008	R\$ 7.965.304.867,00
	2009	R\$ 8.723.339.271,00
	2010	R\$ 8.809.477.478,00
	2011	R\$ 9.737.357.987,00
	2012	R\$ 14.441.200.759,00
	2013	R\$ 18.266.527.414,00
ESTIMATIVA - BASES EFETIVAS	2014	R\$ 19.535.008.504,00
	2015	R\$ 22.494.619.979,00
PROJEÇÃO	2016	R\$ 23.382.239.356,00
	2017	R\$ 24.180.621.874,00

Fonte: CPIPREV (2017).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho encontra-se em processo de análise e ainda não foram abordados todos os elementos propostos para que se chegue a uma conclusão satisfatória sobre o tema escolhido.



A partir dos dados levantados até este momento, observa-se que há um desvio de propósito do que diz respeito ao custeio da Previdência Social no Brasil.

Em outras palavras a Previdência Social tem gastos que vão além de seus limites e, enquanto seus recursos financeiros não forem melhor geridos e direcionados de forma coerente, os devedores não forem cobrados e as renúncias fiscais forem feitas com mais cautela, a discussão sobre déficit ou superávit do sistema previdenciário ainda dependerá de profundas análises e ajustes do sistema, principalmente no que concerne à destinação correta dos recursos financeiros e na forma de gestão adotada atualmente para o Sistema Previdenciário.

REFERÊNCIAS

ANFIP (2013). Análise da Seguridade Social 2012. **Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil e Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social** – Brasília: ANFIP, 2013, p.131. Disponível em

http://plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/2016/02/Revista_28.pdf acesso em 19 de mar. 2018.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8212cons.htm> Acesso em 12 de mai. de 2018

BRASIL. CASA CIVIL. **LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991**. Do financiamento da seguridade social. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8212cons.htm>. Acesso em 11. fev. 2018.

BRASIL. (2018). **Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União**.

Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/noticias/2018/08/auditoria-avalia-regularidade-dos-pagamentos-do-beneficio-de-prestacao-continuada-bpc>> Acesso em 10 set. 2018.

LEÓN, L. P. **Devedores da Previdência Respondem por quase três vezes o déficit do setor**. Disponível em : <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-02/devedores-da-previdencia-devem-quase-tres-vezes-o-deficit-do-setor> > Acesso em 10 set. 2018

MANO, M. K. **A Previdência é sustentável, mas seus recursos estão em disputa**,2016. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/economia/a-previdencia-e-sustentavel-mas-seus-recursos-estao-em-disputa>> Acesso em: 25 ago.

2018

MARQUES, C. **A DRU e o falso déficit da Previdência Social**. Disponível em <<https://supercassius.jusbrasil.com.br/artigos/347498097/a-dru-e-o-falso-deficit-da-previdencia-social>> Acesso em: 20 de ago. 2018



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

NERI, P. F. **Qual o programa assistencial mais caro do Brasil?** Disponível em:
<<http://www.brasil-economia-governo.org.br/2014/11/11/qual-o-programa-assistencial-mais-caro-do-brasil-nao-e-o-bolsa-familia/>> Acesso em 28 de ago. 2018



PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Elcio Leonardo Martins, Bruno Ricardo Martins, Genival de Paiva Arrais, Renato Zanolla Montefusco, e-mail: rzmontefusco@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o condão de vislumbrar o princípio da impessoalidade da administração pública. As diversas interpretações a respeito do princípio da impessoalidade causam dúvidas na seara jurídica e da administração pública e as principais discussões começaram. O princípio da impessoalidade passou a ser adotado expressamente pela Constituição Federal de 1988, artigo 37, surge para combater a imoralidade de condutas no setor Público, sendo que a doutrina vem esclarecer que a administração pública não deve de forma alguma exigir tratamentos diferenciados para seus servidores, como também para a população, prevalecendo, portanto, a isonomia de todos da coletividade.

2 METODOLOGIA

A Metodologia utilizada para elaboração do presente estudo foi de pesquisas bibliográficas através do método dedutivo com análise de doutrinas administrativistas, legislação pátria e jurisprudências.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente, feita uma análise perspicaz acerca da impessoalidade, essa mostrou ter como prisma determinar que toda atuação administrativa tem o dever de visar o interesse público, se obrigando a ter como finalidade a satisfação do interesse público.

Nessa dinâmica, o princípio da impessoalidade deve ser analisado de forma dicotômica, onde observa-se como primeiro prisma a relação de igualdade de atuação em face dos que são administrados, visando a satisfação do interesse público. O segundo aspecto, elucida que os atos não são atribuídos aos seus agentes, mas aos órgãos administrativos, não cabendo àqueles promoção pessoal mediante publicidade dos atos ou programas, serviços, obras e campanhas dos órgãos públicos.

Essa divisão, no primeiro aspecto, se relaciona com a finalidade pública, buscando agrupar todas as atividades administrativas, deste modo, atuando na imparcialidade, sem beneficiar ou prejudicar pessoas determinadas, a administração pública atinge a finalidade, o interesse público. No segundo aspecto, num estudo interpretativo, José Afonso da Silva (2003:647), baseado na lição de Gordillo, vislumbra-se um importante aspecto, afirmando a seguinte que:

Os atos e provimentos administrativos são imputáveis não ao funcionário que os pratica, mas ao órgão ou entidade administrativa da Administração Pública, de sorte que ele é o autor institucional do ato. A contento, será apenas o órgão que formalmente manifesta a vontade estatal.

Em decorrência disso, a entidade pública deve se manifestar em nome próprio, conforme prevê a Magna Carta, dando uma consequência expressa a essa regra, consoante com o § 1º do artigo 37, proibindo constar o nome, símbolo ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos em publicidade de atos de programas, de obras, de serviços e de campanhas dos órgãos públicos.

Desta maneira, como corolário do presente tema, o princípio da impessoalidade exige aos três poderes do Estado no âmbito de suas atribuições, a atuação de maneira isonômica diante os indivíduos. Tornando o ato viciado quando determinado pela personalidade, acabando por deslocar a finalidade essencial da qual está incumbido o Poder Público, a perseguição dos interesses coletivos. Mais precisamente ele anota que o princípio de impessoalidade que estimado na Constituição de 1988 (art. 37, caput), nada mais é que o clássico princípio da finalidade, o qual determina que o administrador público só pratique o ato para o seu fim legal.

A finalidade legal sempre estará expressa na norma jurídica, devendo o administrador segui-la à risca, de forma impessoal, aplicando-se as exclusões de promoções pessoais ou de servidores públicos sobre suas realizações administrativas, conforme previsão da Constituição, art. 37, §1º.

Desta forma, o princípio da finalidade terá sempre um objetivo certo e inafastável de qualquer ato administrativo, intentando atingir as expectativas do interesse público. Se tais princípios forem inobservados o ato apartado sujeitar-se-á a invalidação por desvio de finalidade, previsto na Lei 4.717/6565 (Lei de ação popular), art. 2º, parágrafo único, “[...] fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência’ do agente [...]”. Importante ressaltar que, por esses motivos, parte da

doutrina afirma que o princípio da finalidade está inserido implicitamente no princípio da impessoalidade.

Ademais, o princípio da impessoalidade veda que a prática do ato administrativo sem o interesse público ou conveniência para a Administração, seja praticado visando a satisfazer interesses privados, como, favorecimento pessoal ou de determinados agentes públicos para promoção pessoal.

Inclui-se que a consecução da finalidade do interesse público deve auxiliar a atividade administrativa, na qual pela teoria do órgão, não pode ser confundida com a vontade subjetiva do agente público que deve agir de acordo com o interesse Estatal, desta maneira, o objetivo a ser atingido pelos agentes da administração, fica independentemente de suas preferências pessoais, salvaguardando interesses alheios.

Outrossim, parte da doutrina entende que o princípio da impessoalidade é vinculado ao princípio da isonomia, conforme conceitua Celso Antônio Bandeira de Mello que reconhece o princípio como sendo o próprio princípio de igualdade ou isonomia. Nesse contexto, o autor exprime seu posicionamento:

[...] nele se traduz a ideia de que a Administração tem que tratar a todos os administrados se discriminações, benéficas ou detrimenotas. Nem favoritismo nem perseguição são toleráveis. Simpatias ou animosidades pessoais, políticas ou ideológicas não podem interferir na atuação administrativa e muito menos interesses sectários, de facções ou grupos de qualquer espécie. O princípio em causa não é senão o próprio princípio da igualdade ou isonomia. Está consagrado explicitamente no art. 37, caput, da Constituição. Além disso, assim como 'todos são iguais perante a lei' (art. 50, caput), a fortiori teriam de sê-lo perante a Administração[...]. (MELLO, Celso Antônio Bandeira de Curso de Direito Administrativo, 14ª ed., Malheiros, 2002, p. 96).

Nessa concepção, a fim de atingir o interesse público, observando os princípios da isonomia e finalidade que estão implicitamente inseridos no princípio da impessoalidade, a administração pública deve, previamente, licitar para celebrar contratos com entidades privadas; promover concursos públicos para provimento de cargo ou emprego público, garantindo a isonomia; vedação ao nepotismo, conforme o que dispõe a súmula vinculante 13; na invocação de impedimento ou suspeição da autoridade responsável em julgar processos administrativos; e respeito a ordem cronológica para ser efetuados os pagamentos de precatórios.

Ademais, é possível observar no princípio da impessoalidade a vedação de propagandas da administração pública com a finalidade de fazer promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos.

De fato, é permitido a propaganda de órgão da administração pública, desde que o anúncio possua em seu conteúdo informações de caráter educativo, informativo ou de orientação social. Exemplificando o assunto, podemos ver o caráter educativo em anúncios que a administração alerta os cidadãos a utilizarem o uso de preservativo (camisinha) como meio de proteção de doenças sexualmente transmitidas e como forma de contraceptivo.

Nesse sentido, podemos analisar a tese fixada no Tribunal de Justiça de Goiás, na ADI 01130250920168090000, manifesta que:

Lei Municipal n. 609/2013, de Cocalzinho de Goiás. Inclusão do autor do projeto na lei. Afronta ao princípio da impessoalidade. Inconstitucionalidade material reconhecido. I - Nos termos do artigo 92, § 1º, da Constituição Estadual, a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos e entidades da administração pública, devem ser de caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam, mesmo indiretamente, promoção pessoal de autoridades ou transportes públicos. II - Incide em inconstitucionalidade material. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada procedente.

Em consonância com a tese acima, caso uma propaganda terminasse com o slogan “prefeito fulano de tal se preocupa com a saúde de seus cidadãos”, o anúncio seria ilícito, fazendo promoção pessoal do prefeito.

Vislumbra-se, portanto, a importância do princípio da impessoalidade, que rege toda administração pública, garantindo tratamento igual a todos os particulares.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, o princípio da impessoalidade, de forma especial, garante a imparcialidade da administração pública na celebração de contratos, na publicidade, na interação dos servidores públicos com a população. Soma-se a isso, o fato do princípio da finalidade e isonomia estarem implicitamente ligados ao princípio da impessoalidade, demonstrando o quão importante é este princípio que tende a evitar que os administrados sejam tratados de maneira indiferente e que os administradores sejam promovidos pessoalmente em publicidades, propagandas, símbolos conforme entendimento doutrinário. Assim, a administração pública, dentro dos limites estipulado pelo princípio, atua de maneira imparcial, atingindo a finalidade do interesse público.



REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, R., DEUS, J. **Direito administrativo esquematizado.** – 1. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015.

BANDEIRA DE MELLO, C. A. **Curso de Direito Administrativo.** –31. ed. – São Paulo: Malheiros, 2014.

CARVALHO FILHO, J. S. **Manual de direito administrativo.** – 31. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2017.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito administrativo.** – 29.ed. Rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2016.



PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NO ORDENAMENTO JURIDICO

Pedro Luis da Silva Souza, Renato Zanella Montefusco,
e-mail: zmontefusco@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade demonstrar de forma minuciosa o conceito do princípio da insignificância para viabilizar a visualização deste aplicado no ordenamento jurídico pátrio, bem como o bem jurídico-penal selecionado pela legislação penal e a exclusão do crime decorrente da aplicação do princípio da bagatela.

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do estudo presente foram realizadas pesquisas em livros e doutrinas como fonte primária, bem assim em artigos científicos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com efeito, o princípio da insignificância funciona basicamente afastando a tipicidade do crime praticado para que, dessa forma, não exista mais o crime em tese cometido e, portanto, não havendo a necessidade de se aplicar a pena ao indivíduo. Para melhor explicar: o conceito de crime compreende, a depender da doutrina, três elementos indissociáveis, quais sejam, o fato típico, antijurídico e culpável. Ainda, dentro do fato típico, este subdivide-se em conduta, resultado, nexos causal e tipicidade. Em relação a este último, isto é, a tipicidade, afirma-se que este consiste basicamente em estar descrito como crime, no Código Penal, uma conduta. Ou seja, a tipicidade é justamente a previsão de ser crime um fato. A tipicidade, ainda, pode ser classificada em dois enfoques: tipicidade formal e material, aquela diz respeito efetivamente a subsunção do fato à norma penal, isto é, trata-se exatamente de se adequar o acontecimento oriundo do ser humano à conduta prevista pela norma penal, porquanto, em relação a segunda classificação, esta consagra-se na real lesão que aquela conduta ocasional ao bem jurídico-penal tutelado, ou seja, trata-se da lesão ou perigo de lesão para o bem jurídico. Assim é que se afirma que o princípio da bagatela opera

sua eficácia justamente na tipicidade material, pois, apesar da conduta praticada estar em consonância com a previsão pela norma penal, o resultado decorrente desta prática não possui condão suficiente de ocasionar uma lesão real ou, ainda, um perigo de lesão efetivamente prejudicial àquele bem jurídico tutelado.

Os bens jurídicos tutelados pela norma penal passam por um processo de seleção. Seleção essa que visa assegurar a segurança pública e a paz social, permitindo, dessa forma, a harmonia da sociedade. A seleção dos bens jurídicos indispensáveis a segurança pública e, por conseguinte, tutelados por meio do Código Penal, levam em conta em um primeiro momento os bens existências já protegidos pelo direito, isto é, os bens jurídicos. A doutrina classifica os bens em existências como sendo todo aquele existente ao redor do ser humano. Partindo dessa premissa, destes bens existentes, há aqueles que são determinantes e indispensáveis para o convívio da sociedade e para sobrevivência humana e, portanto, são protegidos pelo direito, recebendo, dessa forma, o status de bem jurídico. Por fim, quando um bem jurídico possui relevância indispensável para a paz social e para a segurança pública, fundamentado em questões políticas e sociais, passa a ser abrangido pelo direito penal, recebendo proteção por meio de uma norma penal e, assim, consagrando-se em bem jurídico-penal. Nesse sentido, portanto, quando se afirma que o bem jurídico tutelado pela norma penal não foi lesionado ou exposto a um perigo considerável é que se abre um espaço para a insignificância da conduta e, desse jeito, para a aplicação do princípio ora tratado.

No Brasil, o Supremo Tribunal Federal, ao decidir sobre a questão em sede de recurso, estipulou requisitos indispensáveis para aplicação do princípio da insignificância que devem estar presentes no caso concreto para que seja legítima esta aplicação, assim, são os requisitos:

- Inexpressividade da lesão jurídica provocada.
- Nenhuma periculosidade social decorrente da ação.
- Mínima ofensividade da conduta do autor.
- Reduzido Grau de reprovabilidade da conduta.

Tais requisitos estruturam uma sequência lógica e basilar para o direito penal, pois ao decidir de tal maneira o Supremo Tribunal Federal, baseado na decisão do

ministro Celso de Melo, justificou que o princípio não pode ficar ao alvedrio dos juízes e demais cargos, assim como, deve estar em consonância com os demais princípios norteadores do direito penal. Assim, portanto, os requisitos servem justamente para tornar a aplicação do princípio compatível com os demais princípios do direito penal, quais sejam, da intervenção mínima; princípio da fragmentariedade e o princípio da lesividade, assim como o princípio da legalidade que legitima os bens jurídicos merecedores de proteção.

Nesse sentido, jurisprudências demonstrando exatamente o teor do princípio da insignificância e sua real aplicação na prática atual:

RECURSO ESPECIAL. CRIME CONTRA O MEIO AMBIENTE. PESCA EM PERÍODO DEFESO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. POSSIBILIDADE. CONDUÇÃO QUE NÃO CAUSOU DANOS AO ECOSISTEMA. ATIPICIDADE MATERIAL DOS FATOS. RECLAMO DESPROVIDO. 1. Esta Corte Superior de Justiça e o Supremo Tribunal Federal reconhecem a atipicidade material de determinadas condutas praticadas em detrimento do meio ambiente, desde que verificada a mínima ofensividade da conduta do agente, a ausência de periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica provocada. Precedentes. 2. Hipótese em que os recorridos foram denunciados pela pesca em período proibido, com utilização de vara e molinete, tendo sido apreendidos com ínfima quantidade extraída da fauna aquática, de maneira que não causaram perturbação no ecossistema a ponto de reclamar a incidência do Direito Penal, sendo, portanto, imperioso o reconhecimento da atipicidade da conduta perpetrada, devendo ser ressaltado que os recorridos não possuem antecedentes criminais. 3. Recurso desprovido. (STJ - REsp: 1743980 MG 2018/0126613-1, Relator: Ministro JORGE MUSSI, Data de Julgamento: 04/09/2018, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 12/09/2018).

RECURSO ESPECIAL. FURTO QUALIFICADO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. REITERAÇÃO DELITIVA. RECURSO PROVIDO. 1. O princípio da insignificância jamais pode surgir como elemento gerador de impunidade, mormente em se tratando de crime contra o patrimônio, pouco importando se o valor da res furtiva seja de pequena monta, até porque não se pode confundir bem de pequeno valor com o de valor insignificante ou irrisório, já que para aquela primeira situação existe o privilégio insculpido no § 2º do artigo 155 do Código Penal. 2. Para a verificação da lesividade mínima da conduta, apta a torná-la atípica, deve-se levar em consideração a mínima ofensividade da conduta do agente; a ausência de periculosidade social da ação; o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; e a inexpressividade da lesão jurídica provocada. 3. A aplicação do princípio da insignificância demanda o exame do preenchimento de certos requisitos objetivos e subjetivos, traduzidos no reduzido valor do bem tutelado e na favorabilidade das circunstâncias em que foi cometido o fato criminoso e de suas consequências jurídicas e sociais. 4. Este Superior Tribunal de Justiça já firmou entendimento no sentido de que não se aplica o princípio da insignificância nos casos de reiteração de conduta delitiva, salvo em situações excepcionais, quando a medida for recomendável em razão das circunstâncias de cada caso concreto. 5.



Hipótese em que a aplicação do princípio da insignificância é inadequada, por se tratar de réu que registra 15 condenações transitadas em julgado, sendo 9 por delitos contra o patrimônio. 6. Recurso provido. (STJ - REsp: 1738518 RJ 2018/0102457-4, Relator: Ministro JORGE MUSSI, Data de Julgamento: 26/06/2018, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 01/08/2018).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se depreende, em conclusão, o princípio da insignificância possui efeitos fortíssimos no ordenamento jurídico. Que levam a uma solução mais justa e mais perto da verdade. Pois, trata-se de uma construção teórica com real efeito prático. Em que, apesar de configurado o crime, este deixa de retribuir uma pena, para estar mais perto da justiça.

REFERÊNCIAS

ESTEFAM, A. **Direito Penal**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MASSON, C. **Direito Penal Esquematizado Parte Geral** Volume 1. 6. ed. Rio de Janeiro: Método, 2012

RIOS, V. E. G.; ESTEFAM, A. **Direito Penal Parte Geral**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

ZAFFARONI, E. R.; PIERANGELI, J. H. **Manual de Direito Penal Brasileiro**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.



PRINCÍPIO DA ISONOMIA E A LEI 13.455/2017, QUE AUTORIZA A DIFERENCIAÇÃO DE PREÇOS DE PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS AO PÚBLICO EM FUNÇÃO DO PRAZO OU DO INSTRUMENTO DE PAGAMENTO UTILIZADO

Alex Oliveira de Santana, Pablo da Silva, Silvio César Gigliotti, Eduardo Toledo Arruda Galvão de França, e-mail: alex.oliveira.09@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta como tema o Princípio da Isonomia e a Lei 13.455/2017, que autoriza a diferenciação de preços de produtos e serviços oferecidos ao público em função do prazo ou do instrumento de pagamento utilizado.

Essa inovação do legislador, advinda da Medida Provisória 764/2016, fere alguns princípios que norteiam a Lei 8.078/1990, chamada de Código de Defesa do Consumidor, dentre os quais encontra-se o Princípio da Isonomia, este regido constitucionalmente e com abrangência em toda matéria de um Estado Democrático de Direito.

Ocorre que, o consumidor é a parte mais vulnerável na relação de consumo, e tal alteração na legislação faz com que sua proteção seja questionada, pois se trata de um retrocesso no que diz respeito à sua defesa. Além disso, essa autorização legal de diferenciação de preços constitui infração à ordem econômica.

2 METODOLOGIA

O método utilizado para elaboração desse trabalho foi o dedutivo. Utilizou-se o raciocínio baseado nas normas expressas e princípios que regem a matéria do direito de defesa ao consumidor.

O objetivo principal deste projeto é levar a conhecimento dos leitores a ineficácia da Lei 13.455/2017, que autoriza a diferenciação de preços de produtos e serviços oferecidos ao público em função do prazo ou do instrumento de pagamento utilizado.

Trata-se de um tema de extrema relevância nos dias de hoje, pois altera completamente uma legislação sólida no que toca à proteção ao consumidor.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Toda nação dispõe de regramentos e normativos para pacificar o relacionamento entre a sociedade, e no Brasil não é diferente, além do que contamos com diversos princípios para essa finalidade, o que para o digníssimo professor Miguel Reale estes últimos assim se conceituam, "princípios são enunciações normativas de valor genérico, que condicionam e orientam a compreensão do ordenamento jurídico, a aplicação e integração ou mesmo para a elaboração de novas normas. São verdades fundantes de um sistema de conhecimento, como tais admitidas, por serem evidentes ou por terem sido comprovadas, mas também por motivos de ordem prática de caráter operacional, isto é, como pressupostos exigidos pelas necessidades da pesquisa e da práxis" (REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p 37). Simplificando, o doutrinador Mauricio Godinho Delgado aduz que "princípio traduz, de maneira geral, a noção de proposições fundamentais que se formam na consciência das pessoas e grupos sociais, a partir de certa realidade, e que, após formadas, direcionam-se à compreensão, reprodução ou recriação dessa realidade" (DELGADO, Maurício Godinho. Curso de direito do trabalho. – 10 ed. São Paulo: LTr, 2011, p.180).

Assim, conforme entendido, os princípios são embasados naquilo que a sociedade entende ser fundamental e de maior relevância para sua proteção, e considerando nosso Estado Democrático de Direito, o mais valioso é o Princípio da Isonomia, definindo-se para Nery Junior como "Dar tratamento isonômico às partes significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades". (NERY JUNIOR, 1999, p. 42).

O Direito do Consumidor não foge à regra, e também deve ser protegido por tal princípio. Por conseguinte, em uma relação de consumo entre fornecedor e consumidor, sendo este a extremidade mais frágil, deve prevalecer o princípio da isonomia, trazendo para este liame um par de igualdades.

Ocorre que, a Lei 13.455/2017 provinda de uma inovação do legislador, autoriza que o consumidor seja tratado de forma desigual em relação a outros no tocante a diferenciação de preços conforme o instrumento de pagamento utilizado. Isto é, caso este indivíduo não possua numerário em espécie, pagará mais caro por

um produto ou serviço, se assim solicitado pelo fornecedor ou comerciante, não respeitando, desta forma, o princípio da igualdade.

Além dessa desobediência, esse dispositivo legal não cumpre com outros normativos presentes em nossa legislação, como disciplina o artigo 36 da Lei 12.529/2011, em seu inciso X “Art. 36. Constituem infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados: X - discriminar adquirentes ou fornecedores de bens ou serviços por meio da fixação diferenciada de preços, ou de condições operacionais de venda ou prestação de serviços”. (BRASIL, 2011, p. 10). Ainda, o artigo 39 da Lei 8.078/1990, incisos V e X “Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: V - exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva; X - elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços. (Incluído pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994). (BRASIL, 1990, p. 07). Por fim, a Portaria nº 118/1994 do Ministério da Fazenda dispõe em seu artigo 1º, inciso I “Art. 1º Dispensar a obrigatoriedade da expressão de valores em cruzeiro real nas faturas, duplicatas e carnês emitidos por estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, representativos de suas vendas a prazo, inclusive para serem liquidados com prazo inferior a trinta dias, observado o seguinte: I - não poderá haver diferença de preços entre transações efetuadas com o uso do cartão de crédito e as que são em cheque ou dinheiro” (MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA – MF N. 118 de 11/03/1994, publicado no D.O.U em 14/03/1994, p.01). Diante do exposto, estes são os argumentos para defender a inaplicabilidade da Lei 13.455/2017. É certo o regresso que esta norma trouxe para o ordenamento jurídico brasileiro, sendo que ao invés de manter a proteção ao consumidor, ela busca fortalecer as vontades pessoais dos fornecedores, que evidentemente são a parte mais saudável de uma relação de consumo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Código de Defesa do Consumidor, publicado no início da década de 1990, surgiu com o intuito de proteger a parte mais vulnerável em uma relação de consumo (o consumidor), visando trazer uma situação de equilíbrio para que nenhuma das partes seja lesada.



Neste regramento e em conjunto com a Constituição Federal e o Código Civil, existem diversos meios de proteção a esta classe, pois é perceptível sua fragilidade em face ao fornecedor. Isto ocorre devido à maior sapiência técnica de produtos e de serviços do fornecedor, utilizando da inaptidão do consumidor neste sentido para sobressair-se.

A lei que autoriza a diferenciação de preço de produtos e serviços em face do meio de pagamento utilizado afronta nitidamente as regulamentações impostas pela Lei 8.078/1990 e os princípios estabelecidos por nossa Carta Magna.

É sabido que nem todo consumidor desfruta de meios suficientes em espécie para realizar suas compras, portanto, outras formas de pagamento acabam sendo necessárias para que a sociedade tenha acesso a determinados bens e serviços, garantindo assim a conservação da sua dignidade.

Desta forma, há um retrocesso no que tange à proteção ao consumidor, já que o princípio da isonomia tem a função de resguardar a igualdade real perante a lei, e esse conteúdo normativo está na contramão do que é correto, desprezando ainda outro dispositivo legal referente às infrações contra à ordem econômica, o qual dispõe que a discriminação de consumidores ou fornecedores de bens ou serviços por meio da fixação diferenciada de preços, constitui esta penalidade.

Diante disso, uma nova lei que autorize qualquer situação que aumente a discrepância na relação de consumo deve ser contestada, já que a vulnerabilidade do consumidor foi acolhida pela Lei 8.078/1990 de forma expressa. O fornecedor no atual sistema econômico faz com que os consumidores se sujeitem às suas exigências, em razão disso, por se encontrarem no polo mais fraco da relação, eles necessitam de amparo e proteção legal.

Por fim, conforme as generalidades apresentadas, a Lei 13.455/2017 é inaplicável, pois vai contra os princípios estabelecidos pela Constituição Federal e pelo regramento especificado no Código de Defesa do Consumidor.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.529 de 30 de novembro de 2011**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12529.htm>. Acesso em: 21 jun.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

BRASIL. **Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8078.htm>. Acesso em: 21 jun.

DELGADO, M. G. **Curso de direito do trabalho**. – 10 ed. São Paulo: LTr, 2011.

MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA – **MF N. 118 de 11/03/1994**, publicado no D.O.U em 14/03/1994.

REALE, Mi. **Lições Preliminares de Direito**. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p 37NBR 6023 (2002).



PRINCÍPIOS QUE REGEM O DIREITO ADMINISTRATIVO

Mikaele Amaral, Beatriz Marin, Eloísa Silva, Renato Zanolla Montefusco,
e-mail: mikaelly.amaraljau@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como principal objetivo tratar sobre o entendimento e demonstração dos princípios que regem o direito administrativo de forma geral, e o modo pelo qual tais princípios influenciam tanto processos quanto relações afetas à Administração Pública em seu âmbito interno e externo.

O Direito Administrativo dentro do Direito Público objetiva a junção e equilíbrio do interesse da sociedade como um todo para com o Estado, obtendo como base a nítida prevalência do interesse público sobre o privado, desde que respeitadas à legalidade e a razoabilidade, no entanto sempre observando as garantias dos direitos individuais consagrados por lei.

No âmbito privado, entende-se por bem respeitar as atividades exercidas entre particulares, com o limite de atuação em tudo que não seja proibido por lei.

Na seara do Direito Administrativo, nesta perspectiva é possível estabelecer uma definição ao regime jurídico administrativo como um conjunto de princípios que regem a atividade administrativa, as entidades, os órgãos e os agentes públicos objetivando o perfeito atendimento das necessidades da sociedade (coletividade) e dos fins desejados pelo Estado.

Desta feita, percebe-se que os principais princípios da Administração Pública encontram-se elencados no artigo 37 da Constituição Federal, considerados estes como explícitos, quais sejam, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e de forma implícita podemos analisar os princípios da supremacia do poder público e da indisponibilidade do interesse público.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa está baseada no método analítico dedutivo, nesse sentido busca-se analisar os princípios explícitos e implícitos do regime jurídico administrativo com a análise de bibliografia, legislação pátria e jurisprudências.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No direito administrativo os princípios são considerados fundamentais, dando estrutura as normas jurídicas, se subdividindo em implícitos e explícitos. Os princípios explícitos estão expostos no texto constitucional, entretanto os implícitos são reconhecidos do plexo normativo administrativista.

Alguns princípios podem ser encontrados de forma expressa no caput do artigo 37 da constituição federal que regem a administração direta e indireta: “art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte”.

No que concerne o princípio da legalidade, pode se observar que este se trata de ser o garantidor para resolução de conflitos, onde limita as ações realizadas pela sociedade como pode se observar no artigo 5º, inciso II, da Constituição Federal, que dispõe:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

Nas palavras de Di Pietro (2017, p. 95), este dispõe:

Este princípio, juntamente com o de controle da Administração pelo Poder Judiciário, nasceu com o Estado de Direito e constitui uma das principais garantias de respeito aos direitos individuais. Isto porque a lei, ao mesmo tempo em que os define, estabelece também os limites da atuação administrativa que tenha por objeto a restrição ao exercício de tais direitos em benefício da coletividade.

Vale destacar que o princípio mencionado pode ser visto de duas formas distintas, sendo de maneira privada e pública. Aquela se refere à definição de legalidade entre particulares, ou seja, devem respeitar as relações acordadas seguindo seus próprios interesses, contudo, seu interesse deve ser limitado ao que a lei não proíbe. Em contrapartida, no viés público, prevalece o interesse da coletividade, se limitando a praticar atos suprimir a expressão “apenas” que estejam expressos em lei.

Dessa forma, destaca Marinela (2010, p. 31):

Dessa maneira, a validade e a eficácia da atividade administrativa ficam condicionadas a observância da norma legal. Significa dizer que o

administrador público está em toda a sua atividade funcional sujeitos aos mandamentos legais e às exigências do bem comum, e deles não pode afastar-se ou desviar-se, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal conforme o caso.

Nesse diapasão, percebe-se que as regras da legalidade pública não retiram do administrador o direito de exercer suas funções diante sua discricionariedade, devido à conveniência e oportunidade do interesse público para que possam atender sua finalidade, no entanto, somente quando em casos não previstos em lei.

No tocante, ressalta-se que discricionariedade não é o mesmo que arbitrariedade existe franca distinção, pois na discricionariedade o administrador poderá valer-se de atos legais, já na arbitrariedade os atos praticados são considerados abuso de poder, sendo posteriormente a prática, considerados inválidos.

Todavia, esse princípio não é absoluto, passível de exceções sensíveis tais como nos casos da medida provisória, estado de sítio e estado de defesa.

Neste contexto, observa-se também o princípio da impessoalidade que se baseia no modo de atuação da administração na qual deve seguir parâmetros existentes no princípio da isonomia, ou seja, a impessoalidade não deve agir de forma subjetiva.

Segundo Di Pietro (2017, p.99):

Este princípio, que aparece, pela primeira vez, com essa denominação, no art.37 da Constituição de 1988, está dando margem a diferentes interpretações, pois, ao contrário dos demais, não tem sido objeto de cogitação pelos doutrinadores brasileiros. Exigir impessoalidade da Administração tanto pode significar que esse atributo deve ser observado em relação aos administrados como a própria Administração.

Diante do mencionado, este princípio também segue duas formas para sua aplicação, sendo elas, o dever de atendimento ao interesse público que se refere à impessoalidade como defesa da coletividade e a imputada ao órgão e entidade e não ao próprio agente, neste caso a vontade do agente será a da pessoa jurídica a que faz parte.

A moralidade administrativa surgiu com o intuito de proteção vislumbrando impossibilitar as ações imorais realizadas pelo administrador público como se pode observar, no artigo 37, paragrafo 4º o qual regula a improbidade administrativa. O princípio da publicidade assegura a sociedade uma transparência aos atos

administrativos, também é importante para que haja a devida fiscalização e o controle de atos praticados pelo Poder Público.

Ademais, se tratando do efeito do referido princípio a autora Marinela (2010, p. 38), destaca:

(...) um dos efeitos mais relevantes do dever de publicidade que inviabilizam o sigilo das decisões administrativas é o efeito inibitório. A ciência da sociedade tende a inibir a prática de irregularidades em razão da possibilidade de repressão das ilicitudes e desvios, o que faz desse princípio um elemento favorável a redução de práticas ilegais.

O princípio da publicidade tem enorme relevância perante a sociedade, contudo, é passível de exceções, que estão previstas na constituição federal.

Segundo Di Pietro (2017, p. 103):

O princípio da publicidade, que vem agora inserido no artigo 37 da Constituição, exige a ampla divulgação dos atos praticados pela Administração Pública, ressalvadas hipóteses de sigilo previstas em lei. Existem na própria Constituição (art. 5º) outros preceitos que ou confirmam ou restringem o princípio da publicidade(...)

As hipóteses das quais não há enquadramento do princípio da publicidade estão elencadas no art. 5º, X, XXXIII e LX da Constituição Federal, os quais se referem à intimidade, vida privada, a honra, imagem, documentos sigilosos, que devem passar por análise da “comissão de averiguação de informações sigilosas”, e a defesa do interesse social.

A inobservância desse princípio viola diversos princípios constitucionais, destacando-se impessoalidade, legalidade, moralidade e eficiência.

Ainda, se tratando do princípio da eficiência, o mesmo tornou-se constitucional através da EC nº 19/98, mas já era aplicado de modo implícito.

Este princípio está relacionado com a forma na qual a atividade administrativa é desenvolvida, levando-se em consideração a presteza, perfeição e rendimento funcional, com intuito de garantia do bem comum.

Apesar dos servidores públicos serem dotados de estabilidade é essencial a presença do princípio da eficiência em suas funções, podendo ser um dos motivos para a perda do cargo.

Ao entendimento de Marinela (2010, p. 44), destaca-se que:

O princípio da eficiência é algo muito desejado. Contudo, é juridicamente tão fluído e tão difícil seu controle, que apesar de todas as regras ditas acima, mais parece um simples adereço, enfeite agregado no artigo 37, ou até como

preferem alguns, trata-se de um mero extravasamento de uma aspiração dos membros o Poder Constituinte Reformador.

É possível verificar que a aplicação do princípio da eficiência não é comum, assim quanto ao seu significado, pois é de difícil constatação suprimir, contudo é de suma importância a sua observância perante aos agentes que exercem atividade pública.

Quanto aos princípios implícitos da constituição federal, os quais também dão regência à Administração Pública, deve ser observado o princípio da supremacia do interesse público e o princípio da indisponibilidade do interesse público.

Ao falar-se do princípio da supremacia do interesse público, tem como finalidade abordar o dever de prevalecer o interesse da sociedade sobre o particular, dessa forma que a administração tem privilégios sobre o administrado, mas há de se respeitar os direitos e garantias individuais com previsão constitucional e em leis esparsas.

Todavia, o princípio não se faz presente em toda atuação da administração pública, sendo somente aplicado nos casos de relação vertical que a administração possui com o administrado, ou seja, a mesma em suas decisões e atuações age unilateralmente se utilizando de seu poder para delimitar obrigações e coerção sob os particulares.

Segundo Di Pietro (2017, p. 96):

A incidência deste princípio é direta quando praticados os atos de gestão e atos de mero expediente sendo eles internos. Este princípio está presente tanto no momento da elaboração da lei como no momento da sua execução em concreto pela Administração Pública.

Dentro desse contexto o Tribunal Regional do Trabalho da quarta região afirma:

MUNICÍPIO DE PELOTAS. JORNADA DE TRABALHO. ALTERAÇÃO. LESÃO CONTRATUAL INEXISTENTE. SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO. Não resta configurada alteração contratual lesiva a alteração da carga horária de trabalho para aquela originalmente contratada. Inteligência da OJ nº 308 da SDI-I do TST. Recurso do reclamante não provido. (TRT-4 - RO: 00209242220165040103, Data de Julgamento: 13/10/2017, 5ª Turma)

Na seara do princípio da indisponibilidade do interesse público, vale mencionar que o mesmo serve para delimitar a gestão de seus agentes públicos, e a supremacia do interesse público consagra os interesses coletivos.

Portanto, a título de exemplificação, a necessidade de procedimento licitatório para contratações é exigência que atende não apenas a legalidade, mas também o interesse público.

Segundo Tribunal de Justiça de São Paulo:

APELAÇÃO – EXECUÇÃO FISCAL EXTINTA – ART. 794, I, DO CPC/1973 – ERRO MATERIAL – Sentença que extinguiu a ação, com fundamento no art. 794, inciso I, do Código de Processo Civil/1973 – Débito que não foi efetivamente quitado – Aplicação do princípio da indisponibilidade do interesse público e da vedação do enriquecimento sem causa – Precedentes deste Tribunal – Apelação a que se dá provimento, com determinação. (TJ-SP - APL: 02004300920128260014 SP 0200430-09.2012.8.26.0014, Relator: Ponte Neto, Data de Julgamento: 01/06/2016, 8ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 01/06/2016)

Portanto, a indisponibilidade diante da administração tem caracteres de tutelar os interesses da coletividade através da governança administrativa e gerenciamento sendo que os interesses primários a serem alcançados são atinentes à coletividade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme observado, os princípios explícitos e implícitos que dão regência ao regime jurídico administrativo são de grande importância dentro do ordenamento jurídico.

Constata-se que são eles que determinam padrões de conduta, delimitando regras a serem seguidas dentro da Administração Pública. Essas regras buscam organizar, estruturar essa relação da administração com a sociedade, tratando-se também de observar os direitos e garantias individuais do ser humano, como a igualdade entre todos os administrados obtendo o condão de agir de maneira igual diante aos iguais e de maneira desigual para com os desiguais, na busca de uma sociedade justa, livre e solidária sem discriminação, bem como de regular as atitudes do administrador público que deve sempre estar em consonância com atos realizados diante a legalidade agindo com bom senso e perante as disposições da lei.

No mais, cumpre salientar que o Estado tem o dever de atender as necessidades dos interesses públicos, interesses sociais e buscar harmonização e pacificação de conflitos trazendo segurança jurídica.



Desse modo, conclui-se que os princípios regulam todos os atos exercidos pela Administração Pública através de seus agentes em benefício e prevalência do interesse da sociedade com presteza e eficiência.

REFERÊNCIAS

CUNHA, D. **Princípio do direito administrativo**. Disponível em: <<https://douglascr.jusbrasil.com.br/artigos/134963299/principios-do-direito-administrativo>> acesso em 13 out.2018> acesso em 13 out. 2018.

DI PIETRO, M. Z. **Direito administrativo**. 30ª edição. Rio de Janeiro: nacional, 2017.

FERREIRA, A. L. G. **Princípio da Supremacia do Interesse Público e Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público**: Pilares do Regime Jurídico-Administrativo, Disponível em:

<<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.egov.ufsc.br/port al/conteudo/princ%25C3%25ADpio-da-supremacia-do-interesse-p%25C3%25BAblico-e-princ%25C3%25ADpio-da-indisponibilidade-do-interesse->>> acesso em 13 out. 2018

MARINELA, F. **Direito administrativo**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Impetus LTDA, 2010.

PROCESSOS DE INFLUÊNCIAS SOCIAIS E AS MARCAS DE BELEZA: ANÁLISE DA INSTABLOGUEIRA BRUNA TAVARES

Gabriela Justino Pedroso, Bianca Didoni, e-mail: gabrielajustino3@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A indústria da beleza é a que mais cresce, o Brasil ocupa a quarta posição dos países que mais consomem cosméticos, a difusão de informação de moda tem influenciado o consumo e a internet torna o mundo da moda globalizado. Ocorre a popularização das mídias sociais, a tecnologia digital, é apontada como protagonista das mudanças rápidas da cultura observada na sociedade contemporânea e torna-se cada vez mais presente em todos os aspectos da vida humana afetando o modo de viver e a interação.

Atualmente vivenciamos um processo de comunicação cada vez mais complexo. O público leitor apresenta vários canais para sua participação e deste modo chegam a ditar o relacionamento comunicacional neste cenário estabelecido. As empresas precisaram, adequar-se ao meio digital, tanto para encaixar-se neste cenário digital e on-line quanto para não perder seu público consumidor.

Sabemos que o acesso à internet no Brasil tem uma infraestrutura limitada, apesar de sua aparente democracia, algumas camadas não são atingidas. O estudo tem como base o crescimento vertiginoso das redes sociais tendo como foco o Instagram, que possui 400 milhões de usuários ativos, hoje é uma ferramenta que faz parte do marketing digital. Os usuários buscam por postagens de empresas, marcas, revistas e influencers digital para acompanhar as tendências.

Os conteúdos criados para marketing digital, atualmente, lutam de forma acirrada pela atenção dos usuários. O marketing de boca-a-boca é o fator influenciador no meio digital, os influenciadores trabalham como avaliadores, que podem então indicar os produtos para os usuários e serem referência de credibilidade. O tema da pesquisa é relevante para futuros estudos sobre o desenvolvimento do marketing digital na sociedade contemporânea e como se desenvolve os relacionamentos mercadológicos no meio digital entre influenciadores/ marcas e seguidores.

O objetivo do trabalho é analisar o processo de influência social de Bruna Tavares dentro da plataforma de rede social Instagram. Do mesmo modo que as blogueiras de moda influenciam seus seguidores, o Instagram mostra-se um canal que possibilita a publicação de vários conteúdos direcionados ao marketing digital, os líderes de opinião influenciam também o consumo de novos produtos na plataforma.

2 METODOLOGIA

Segundo a pesquisa da Social Media Trends 2018 cerca de 78% dos usuários da internet no Brasil estão em alguma rede social. Foi constatado que 94,4% das empresas estão presentes nas redes sociais e dessa porcentagem 62% entendem que as redes têm papel importante para os negócios. Sobre a utilização de perfil virtual na plataforma, o Instagram, ficou em segundo lugar com 80,2% relevância para as empresas. Já na categoria preferência pelo usuário o Instagram ocupa a primeira posição com 47,1% de favoritismo.

Com esse cenário emergente temos como objeto de pesquisa, entender a influência da blogueira Bruna Tavares, que produz conteúdos relacionados a indústria da beleza dentro da plataforma de rede social Instagram. A influenciadora ganhou considerável atenção pública no ano de 2009 com o blog de moda “Pausa para Feminices”, foi a primeira blogueira brasileira a assinar uma linha de maquiagem em parceria com a marca Tblogs. No Instagram possui 1 milhão e meio de seguidores em seu perfil virtual e na plataforma de streaming YouTube conta com 1.511.838 milhões de inscritos, com uma estática de 73.611.459 milhões de visualizações.

Para entender como Bruna Tavares pode influenciar seus seguidores, através de postagens na plataforma do Instagram, a metodologia que melhor se aplicou foi a de análise de conteúdo estabelecida por Bardin (1977). A análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a diversos discursos, abrange a objetividade da quantificação e a subjetividade da qualificação, a junção de ambos traz um resultado amplificado e que se completa no corpus da pesquisa.

Para realizar a análise de conteúdo, foi estabelecido o acompanhamento das postagens de Bruna Tavares em seu perfil virtual no Instagram, no período de uma semana dos meses de julho (22/07 a 28/07), agosto (14/08 a 20/08) e setembro (03/09

a 09/09). As categorias escolhidas para coleta de dados são: tipo de imagem, tipo de mensagem, quantidade de curtidas e de comentários presentes nas postagens.

A metodologia de análise de conteúdo consiste na observação de um intervalo de tempo determinado pelo pesquisador, que cria categorias quantitativas e qualitativas, que organizem os dados para comparação. Basicamente sua estrutura é coletar os dados do intervalo, criar categorias quantitativas e qualitativas para sua organização, partir da reflexão e comparação dos resultados pode-se chegar a uma constatação (BARDIN, 1977).

Após o estabelecimento do período de tempo definido, julho, agosto e setembro, a coleta de dados se deu por meio de prints (cópia de tela) pelo celular da pesquisadora, acessando a conta virtual de Bruna Tavares no Instagram. As imagens foram separadas por pastas, analisadas uma por uma, os dados foram organizados em tabelas respectivos as categorias. Nas categorias quantitativas houve uma soma e aplicação da regra de três para obtenção de porcentagem. A partir dos resultados das tabelas houve a criação de gráficos que ilustraram os resultados finais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os conteúdos criados para marketing digital, atualmente, lutam de forma acirrada pela atenção dos usuários. O marketing de boca-a-boca é o fator influenciador no meio digital, os influenciadores trabalham como avaliadores, que podem então indicar os produtos para os usuários e serem referência de credibilidade. O tema da pesquisa é relevante para futuros estudos sobre o desenvolvimento do marketing digital na sociedade contemporânea e como se desenvolve os relacionamentos mercadológicos no meio digital entre influenciadores/ marcas e seguidores.

A categoria 1 tipo de imagem, o conteúdo predominante na temática da beleza, é mostrar produtos e indicar marcas. Bruna Tavares em suas postagens mostra, seus produtos e outras marcas, de modo a demonstrar o resultado em si na composição da maquiagem. É observado que a composição fotográfica por vezes é elaborada e em outras é integrada em sua rotina por meio de Selfies. Esse formato aproxima suas postagem em relação a realidade cotidiana de seus seguidores.

A categoria 2 tipo de mensagem, mostra-se subjetivo, pois a imagem por vezes é de produto, mas a legenda pode ter um viés do tipo motivacional ou sobre a rotina

pessoal da Influencer. É observado também que uma postagem pode se enquadrar em mais de uma categoria, esse tipo de estratégia, procura não engessar o conteúdo tornando-o agradável para o seguidor sem parecer superficial ou falso.

Já categoria 3 quantidade de curtidas, quantifica a participação dos usuários da temática de beleza, em relação ao perfil virtual de Bruna na plataforma. As três semanas analisadas possuem flutuação de números, com meses com maior participação e outros com menor, um dos grandes fatores é a quantidade de conteúdo postado. É observado que o mês de julho (18 postagens) e agosto (15 postagens) tiveram mais curtidas, mas também são os meses com maior número de postagem.

A última categoria 4 quantidade de comentários, quantifica a interação dos usuários da temática de beleza, em relação ao perfil de Bruna Tavares no Instagram. O fluxo de comentários é variado entre os meses analisados, fator decorrente a quantidade de conteúdo postado em cada mês. O total de comentários observados no total das semanas dos três meses é de 33.744 mil comentários relacionados a temática da beleza.

Bruna Tavares explora bem o viés imagético e o canal de comunicação proporcionado pela plataforma de rede social Instagram. Com conhecimento do conteúdo que interessa, o público sobre a temática de beleza, os conteúdos produzidos e postados, surtem o efeito esperado de divulgação. A influência sobre os seguidores garantem divulgação de sua linha de maquiagem, produtos de marcas e empresas que a contratam e ainda possibilita alavancar parcerias para criação de seus próprios.

Para HINERASKY (2014), a dinâmica emergente da mercantilização das pessoas e conteúdos e personalização das marcas. O Instagram torna-se um dos campos de batalha das grifes. O perfil virtual de uma personalidade já é considerado mais influente do que qualquer análise de moda da imprensa segmentada, legitimado pelo seus seguidores e exaltado no marketing digital atual.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, é observado o conteúdo produzido pelos influenciadores no meio digital é subjetivo, podendo enquadrar-se em variadas categorias não têm um viés engessado de postagem. É importante para o desenvolvimento dos laços de relacionamento conteúdos com características pessoa que aproxime os influenciadores

dos seguidores. As plataformas de rede social mostram-se, um canal abrange para comunicação, o marketing digital aproveita este espaço para expor as pessoas a conteúdos qualificados que garantem a efetuação das vendas.

O investimento do marketing digital nos influenciadores, se dá pelo caráter de ampliação de rede de relacionamentos, há exemplo de influenciadores com Bruna Tavares que conseguem manter um diálogo com um grande público. As pesquisas presentes neste trabalho mostram como aumenta a cada ano, a participação de empresas com perfis no ambiente virtual e os dados sobre a preferência dos usuários por plataformas específicas é norteador para o desenvolvimento de campanhas.

As redes sociais permitem uma grande diversidade de informação, quebrando alguns padrões na sociedade, as pessoas buscam e se identificam com personalidades que não estão na mídia tradicional. É possível a observação da mudança cultural, a internet e os arquivos que estão armazenados nela, podem servir de dados para estudos futuros sobre como se deu a evolução da comunicação no ambiente digital. Os grupos e comunidades ficam evidenciados em plataformas como as de redes sociais em que os nichos e suas características são acentuados.

O presente trabalho serve como um ensaio de observação do desenvolvimento da comunicação nas redes sociais e a influência que se dá nos usuários. A pesquisa realizada analisou o formato de conteúdo, quantificou um recorte de usuários que buscam a temática da beleza no ambiente digital e sua interação com a influenciadora Bruna Tavares. É observado uma área da comunicação que está sendo profissionalizada, influenciadores digitais, os dados mostram como é abrangente o canal das redes sociais para a comunicação e que as marcas e empresas já entendem a importância dos laços de relacionamento com seu público na internet.

O Instagram torna-se uma rede social que vai além de postar a rotina pessoal e passa a atuar no mercado consumidor. A plataforma lança atualizações constantemente, 2018 foi o ano de aplicação de ferramentas novas voltadas para o comércio de produtos, as empresas podem executar ações de marketing no aplicativo e através das pesquisas sabe-se que o Instagram é o queridinho dos usuários da internet no Brasil.



REFERÊNCIAS

ABIHPEC. Panorama do Setor 2018. **Associação Brasileira Da Indústria De Higiene Pessoal, Perfumaria E Cosméticos**, São Paulo, 2018. In: Top 10 Consumidores Mundiais de HPPC-2017, p.23. Disponível em:<<https://abihpec.org.br/publicacao/panorama-do-setor-2018/>> Acesso: Jun. 2018.

BARDIN, L. **Análise De Conteúdo**. Lisboa-Portugal: Edições 70, 1997. 1-229. Disponível em:<<https://gtfhufrgs.files.wordpress.com/2018/05/bardinlaurence-anlisedecontedo-140414215528-phpapp01.pdf>> Acesso em: SET. 2018.

GABRIEL, M. **Marketing Na Era Digital**. Novatec. 2010.

HINERASKY, D. A. **O Instagram Como Plataforma De Negócio De Moda: Dos “It-Bloggers” Às “It-Marcas”**. In: Congresso Internacional e Consumo. 4., 2014. São Paulo. Anais: Congresso Internacional e Consumo. 4. 2014. São Paulo. p. 1-15. Disponível em: <http://www3.espm.br/download/Anais_Comunicon_2014/gts/gt_seis/GT06_HINERASKY.pdf> Acesso: Ago. 2018.

VIANNA, I. **Social Media Trends 2018: Panorama Das Empresas E Usuários Nas Redes Sociais**. Inteligência Rock Content, Gráficos e pesquisas. 2017. Disponível em: <<https://inteligencia.rockcontent.com/social-media-trends-2018/>> Acesso: OUT. 2018.

YUGE, CI. **Instagram Adiciona Aba Para Compras Em Sua Seção De Descobertas**. Tecmundo, 17 Set, 2018. Redes Sociais. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/redes-sociais/134343-instagram-adiciona-aba-compras-secao-descobertas.htm>> Acesso: SET.2018.

PROFISSÃO CONTADOR

André Oliveira Caseiro, Camila de Souza Ribeiro, Nathalia Alonso Martin, Silvana Cristina Martiello Ferrari, e-mail: tcc.fijcontabeis@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O profissional contábil é uma peça fundamental para que as empresas sobrevivam, ajudando nas tomadas de decisões, pode-se dizer que a tarefa básica do contador é gerenciar informações uteis para os usuários da contabilidade, é aquele que presta serviços com informações e avaliações de naturezas físicas, financeiras e econômicas do patrimônio das pessoas físicas ou jurídicas de qualquer natureza, e tem o objetivo de auxiliar nas tomadas de decisões e tendo interferências sobre o futuro dessas entidades.

Segundo Ludícibus (1998, p. 25), “O contador estuda a natureza da entidade, verifica os tipos de transações que provavelmente ocorrerão e planeja a maneira pela qual essas transações deverão ser registradas, sintetizadas e evidenciadas”.

Os grandes avanços da tecnologia têm impactado significativamente a profissão do contador, fazendo com que o mesmo passe por transformações para se adequar as mudanças e desafios atuais e o que estão por vir. Vivemos na chamada “Era Digital”, a contabilidade antes registrada sobre livros e enormes arquivos e hoje é feita toda através de computador e sistemas digitais integrados.

O profissional que não acompanhar as mudanças poderá perder espaço neste novo cenário da profissão. Junto com estas mudanças tem surgido também cada vez mais a necessidade de profissionais que auxiliem na administração, que tenham perfil de gestão, e se utilizem dos conhecimentos contábeis e das informações geradas para auxiliar a administração nas tomadas de decisão.

A sociedade tem reagido de forma cautelosa as transformações ocorridas na profissão, existe um temor de que a profissão desapareça e que o contador se torne dispensável, pois os computadores e sistemas inteligentes tomariam o seu lugar.

O objetivo desta pesquisa é demonstrar a versatilidade da profissão, mostrar para sociedade que o campo de atuação do profissional da contabilidade é bastante

amplo e se encontra em constante evolução. A tecnologia vem como aliada do contador, e não inimiga.

Este trabalho justifica-se pela necessidade de informar a importância do profissional Contador e demonstrar sua crescente demanda na cidade de Jaú através de pesquisas.

2 METODOLOGIA

Este trabalho foi elaborado por meio de pesquisa bibliográfica através de livros e artigos disponibilizados em sites acadêmicos, buscando publicações que abordem a atuação do profissional da contabilidade e sua evolução. O estudo tem como objetivo principal explicar o atual cenário da profissão, o perfil do profissional e as perspectivas de carreira, abordando através de pesquisas a realidade em, através de pesquisas bibliográficas e pesquisas de campo, com questionários formulados a fim de esclarecer a visão dos profissionais acerca da profissão e seus desafios perante a globalização.

As pesquisas de campo foram de extrema importância, pois concretizaram a pesquisa e mostraram em números a realidade enfrentada na profissão, tanto pelo profissional atuante no mercado de trabalho, como também aos estudantes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A primeira pesquisa de campo visa mostrar o perfil dos alunos de Ciências Contábeis da Faculdade Integrada de Jaú (FIJ), foram entrevistados 54 alunos, que estão no segundo, terceiro e quarto ano da faculdade, essa pesquisa contém 13 perguntas específicas para que possam ser levantados os dados necessários para a elaboração desse perfil.

Após analisarmos os questionários percebemos que a maioria dos estudantes são do sexo feminino (57%), sendo que a grande maioria (72%), se encontra na faixa etária de 21 a 27 anos e trabalha na área de contabilidade (37%) ou em área correlacionada (26%). Podemos dizer que a maioria dos alunos tem uma visão positiva sobre a profissão contábil, uma vez que 51,85% acreditam que a profissão está em ascensão, e 33,34% que a profissão está em alta, levando em conta que os principais motivos que os levaram a cursar ciências contábeis são: Aperfeiçoamento na área (14%); Realização Pessoal (18%) e Qualificação para o Mercado (32%).

Dos alunos que trabalham na área e/ou pretendem trabalhar vemos uma preferência pela área de Auditoria (24%), Contabilidade Privada (20%), Consultoria Contábil (12%) e Planejamento Tributário (12%). Segundo os entrevistados, as principais habilidades essenciais que o profissional contábil deve ter são: Adequação as novas tecnologias de informática (26%); Capacidade de identificar e solucionar problemas (26%) e Capacidade de estudo, análise e interpretação (25%).

A segunda pesquisa de campo foi feita com profissionais técnicos, com graduação ou com especializações em Ciências Contábeis, que trabalham na cidade de Jau – São Paulo e visa mostrar o perfil desses contadores, essa pesquisa contém 11 questões, para que com elas podem-se levantar os dados necessários para a conclusão desse perfil. Esta pesquisa encontra – se em processo de análise e ainda faltam informações para conclusão da mesma.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto encontra se em processo de análise e ainda falta a análise de um questionário para a exata conclusão das pesquisas. Porém com os dados levantados até agora é possível observar que, o perfil encontrado dos alunos foi: a maioria do sexo feminino com 57,44%, idades entre 21 e 27 anos com 72,22%, acreditam que a profissão está em ascensão com 51,85%, estão fazendo o curso de graduação em ciências contábeis para uma qualificação para o mercado de trabalho com 31,78%, entre os que trabalham na área contábil está 37,04% tanto para sim, quanto para não, dentre os que não trabalham 94,12% pretendem trabalhar, 23,81% preferem a área de auditoria, que pretendem fazer uma pós-graduação são 94,44%, na área de auditoria com 28,42%, as habilidades que acham mais importantes para a atuação como contadores foi adequação as novas tecnologias de informática com 26,28% e capacidade de identificar e solucionar problemas, 92,59% estão satisfeitos com a escolha do curso que fazem, em relação aos que já tiveram algum contato com a contabilidade antes de cursarem ciências contábeis ficou dividido entre sim e não, dentre os que já tiveram algum contato com 18,52% fizeram o técnico em administração.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

REFERÊNCIAS

IUDICIBUS, S.; MARTINS, E.; KANITZ, S. C.; RAMOS, A. T.; CASTILHO, E.; BENATTI, L.; FILHO, E. W.; DOMINGUES, R. J. **Contabilidade Introdutória**. Coordenação do prof. Dr. Sergio de Iudícibus, Equipe de professores da FEA/Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP. 9 ed. São Paulo Atlas:1998



PROFISSIONALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Paula C Santos Matiello, Isabella Defende Firmino, Renato Zanolla Montefusco,
e-mail: rzmontefusco@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Profissionalização da Administração Pública é algo comumente discutido entre cidadãos que mesmo leigos, reconhecem o excessivo número de funcionários públicos sem a devida qualificação profissional, a falta de requisitos para cargos comissionados, e a discrepância salarial destes para com os demais cargos (até mesmo os de alto escalão). Em todas as instituições públicas vemos profissionais insatisfeitos, sejam hospitais, escolas, prefeituras. Vemos também a dificuldade de lidarem na maioria das vezes com um grande número de pessoas, e serem pouco numerosos, devido a constante baixa de efetivo, essas são questões pertinentes à problemática da má gestão do Brasil, pontos cruciais ao desenvolvimento do nosso país. A falta de profissionalização na administração afeta um todo, servidores não capacitados para o cargo a que pertencem atrapalham o bom funcionamento do anexo, assim como um relógio na qual uma das peças não gira corretamente ele ficará atrasado, o mesmo acontece com nosso país.

Segundo notícia do Jornal O Globo veiculada no ano de 2016 os custos dos cargos comissionados são de R\$ 3,5 bilhões por mês, cálculo feito pelo Tribunal de Contas da União, sendo que destes a maioria não possui curso de nível superior em quaisquer áreas. Desta feita, é necessário entender a necessidade patamar superior na postura da Administração Pública face aos administrados, o país precisa de pessoas capacitadas à frente, a começar por nossos presidentes, governadores, prefeitos, vereadores, e todos os demais que compõem nosso legislativo, executivo e judiciário, postos de saúde, postos de atendimento à população. Exigências são necessárias na administração pública, menos nepotismo, menos amigos, menos cargos comissionados, mais trabalho, mais cobrança, mais prestação de serviço por parte dos servidores, que devem servir e respeitar toda uma população.

O desvio de função muitas vezes ocorre pela falta de profissionalização, como por exemplo, um agente administrativo, que não tem formação em nenhuma área específica tem menos chance de ser promovido internamente, já que teoricamente não tem formação para uma possível mudança de cargo, o que é realmente triste, pois acaba desanimando o mesmo, que percebe não ter muitas chances, e acreditar que o cenário não pode mudar, fica “perdido” no meio do trabalho, sem uma função específica, podendo ser remanejados para diversos trabalhos, sempre que houver necessidade de novas contratações.

Nesse contexto cogita-se o quão importante é a profissionalização no setor público, mas esta também deve ser importante no setor privado, até porque a Administração Pública dispõe de muitos profissionais terceirizados, e que são prestadores de serviços.

2 METODOLOGIA

O presente artigo visa evidenciar a necessidade de capacitação e profissionalização dos administradores públicos, a necessidade de melhores condições de trabalho, melhores condições salariais, melhores benefícios para aqueles que são de grande valia para a população, que se prestam a ajudar e, principalmente, graduação acadêmica em nível superior ou técnico, compatível ao cargo designado, sendo este o reverso do cenário atual da política Brasileira. Também será demonstrado o quão prejudicial é o desvio de função, fato que acomete muitos funcionários públicos de forma negativa, interferindo no bom funcionamento da administração, e também que os cargos comissionados são importantes, mas devem ser poucos. Para tanto utilizar-se-á o método analítico-dedutivo com análise bibliográfica e legislação pátria.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Constituição de 1934 determinava que a realização de concurso público só fosse necessária em alguns cargos específicos, para os demais a contratação correria como para uma empresa privada, por meio de currículo, entrevista, somente na Carta de 1967 que isso mudou, os concursos tornaram-se “obrigatório” para todos os cargos/funções de caráter público, o que para maioria dos juristas, é o correto, avaliar primeiramente os conhecimentos do candidato por meio de teste escrito, contendo

principalmente contendo principalmente questões a respeito do cargo a que irá pertencer, após aprovação deste, analisá-lo por meio de testes psicológicos, de aptidão física (em alguns casos que se faça necessário), é também necessária exigência por parte da administração de que o servidor participe de cursos, aulas, oferecidas pela própria administração a fim de capacitá-los ainda mais para aquilo que foram contratados, dando a eles mais oportunidades, e assim não os deixando desanimar.

A exigência de concurso público se faz com intuito de redução do nepotismo, colocando os participantes em igualdade (principalmente pelas cotas, as quais se fazem necessárias). Atualmente o país tem passado por crise na política, dificuldades financeiras, e grande insatisfação por parte dos eleitores para com seus eleitos (em ano de eleição, a revolta do povo para com seus eleitos é ainda maior), supra notícia publicada no Jornal O Globo relatou que os gastos com cargos comissionados representam 35% da folha de pagamento, e, segundo notícia da Veja publicado no ano de 2011, o Brasil possui quase 80 vezes mais cargos comissionados que a Inglaterra, entretanto, não há um padrão para escolha dos ocupantes aos cargos, pois, grande parte não possui graduação em nível superior, na realidade a maioria são parentes e chegados, como diria alguns doutrinadores, a administração pública é uma extensão da “família”, porém, entende-se extensão, o tratamento, o bom relacionamento, a atenção para os necessitados que procuram as instituições públicas, para quaisquer fins, muitos dos que procuram ajuda, saem ainda piores, como por exemplo, a superlotação dos hospitais, é um problema da má administração pública de nosso país, tanto financeira, quanto de profissionais, na verdade, podemos dizer que trata se de uma pirâmide, pensando sempre que sem uma base, fica difícil mantê-la em pé, assim também é nosso país, sem uma boa administração, nossa base, não podemos nos erguer.

O intuito deste, não é apenas “atacar” os ocupantes de cargos comissionados, e os que ali os colocam, mas sim mostrar que sempre deve haver um equilíbrio, é fato que nosso Brasil precisa de melhorias drásticas, inicialmente na educação já que este deve ser o foco inicial de melhoria.

Em notícia veiculada no G1 em Março de 2014 também foi demonstrado algo alarmante “Servidores públicos são suspeitos de apresentar diploma falso em MT”, a notícia relata que ao menos 16 servidores foram investigados, sendo que 13 deles estavam sendo acusados de apresentarem falsos diplomas de nível médio, e os outros

03 apresentaram diplomas de nível superior para que progredissem na carreira internamente, aqui, vemos, o quão preocupante é, servidores que ao menos possuem nível médio, que é o básico para um adolescente dar início a sua jornada junto ao mercado de trabalho.

Na cidade de Jau, interior de São Paulo, a Prefeitura da cidade dá aos servidores públicos a oportunidade de iniciar ou continuar um ensino de nível superior, custeiam 50% como forma de incentivo, para que os servidores estejam cada vez mais capacitados para prestar o melhor atendimento ao público.

Apesar de nosso cenário político conturbado, temos muitos programas governamentais que facilitam a vida do estudante que de fato tem o interesse em adquirir uma formação, ademais é patente a existência de programas de fomento educacional, tais como PROUNI e FIES, que ajudam e incentivam o aluno a ter uma formação em nível superior.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que cargos comissionados são sim necessários, por serem de confiança dos contratantes partidários, mas, há necessidade de um modelo, exigências para os concorrentes, para que haja um melhor desempenho das funções, com conhecimentos na área em que atua, e graduação de nível médio/superior conforme cargo. A profissionalização de qualquer indivíduo é de grande importância, até porque nos dias de hoje, deixou de ser diferencial tornando-se “obrigatoriedade”, vemos muita diversidade de classe social nas mais variadas universidades, o que é motivo de muito orgulho, mas ainda há muito que melhorar. Vale ressaltar que nem a falta de profissionalização, ou cargos comissionados, desvio de função, acreditar que esses são os motivos da má administração, do não desenvolvimento do nosso país, é ingenuidade, diante do cenário supra mencionado, está claro que a profissionalização dos servidores públicos é de fundamental importância para a prestação adequada e eficiente dos serviços públicos, respeitando inclusive o princípio da eficiência, que é expresso no texto constitucional, art. 37, caput da CF/88.



REFERÊNCIAS

ARAÚJO, P. **Servidores Públicos são suspeitos de apresentar diplomas falsos em MT**. Publicado em 12 de Março de 2014, Disponível em: <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2014/03/servidores-suspeitos-de-apresentarem-diplomas-falsos-sao-investigados.html>

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1988**.

COSTIN, C. **Administração Pública**. São Paulo, 2010.

FILHO, M. P. **A nova Administração Pública**. Profissionalização, Eficiência e Governança. 2013.

MARCELO, J. A Profissionalização da Administração Pública e dos órgãos de controle externo. **Revista Consultor Jurídico (CONJUR)**.



PROGRAMA PILOTO JP NEWS: MUDAR PARA SOBREVIVER EM TEMPOS DE CONVERGÊNCIA MIDIÁTICA

João Pedro Leonardi Corrêa, Paulo Romeiro de Almeida Soares,
e-mail: joaopedrolcorrea@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O tema do projeto em estudo é o rádio na era tecnológica e os desafios apresentados ao veículo, sobretudo, dentro do gênero radiojornalístico. A primeira transmissão no Brasil foi em 1922, e desde o seu surgimento até hoje, o rádio vem passando por uma constante mudança em termos tecnológicos e de conteúdo. Partindo disso, o trabalho busca apresentar um resgate histórico e um panorama atual, além de apontar caminhos para o futuro, com a convergência midiática. É tomada como base de estudos a Rádio Emissora Canoa Grande, de Igarapu do Tietê, interior de São Paulo.

O rádio passa por uma crise financeira em todo o Brasil, reflexo das dificuldades enfrentadas pela economia brasileira e de um cenário mundial, com o avanço de novas mídias e a queda de audiência das plataformas tradicionais. A estrutura dos veículos tem sido reduzida, para favorecer a redução de custos.

Existe também um desequilíbrio de identidade. Afinal, qual o papel do rádio na sociedade atual? Ele sempre foi imediatista, o que agora também é alcançado por outros veículos, principalmente na internet. Para ouvir músicas, por exemplo, são várias as plataformas disponíveis. Com foco nisso, algumas emissoras tentam se adequar, aumentando a possibilidade de interatividade com o ouvinte. A convergência midiática, já apontada como o “fim do rádio”, passa a ser vista como um caminho para garantir o seu futuro.

A convergência pode ser um processo de melhoria em diversos meios da informação, ou ainda, um reforço para as ferramentas cotidianas que utilizam para se conectar com o mundo. Para manter o veículo no ar por muitos anos, garantindo a fidelidade do público, o rádio teve que passar por uma transição estrutural e de conteúdo.

O conteúdo do rádio passa a ser associado a outras plataformas. Um exemplo disso ocorre na capital paulista, que enfrenta um trânsito caótico diariamente. Para prestar serviço ao ouvinte de maneira eficiente, algumas emissoras não se limitam a informar pelo rádio, mas desenvolvem aplicativos que orientam os motoristas sobre rotas alternativas. Também é favorecida a troca de conteúdo entre os ouvintes, locutores e motoristas, ou seja, o próprio fluxo informacional tradicional se modifica.

Segundo Ferraretto (2007) duas inovações tecnológicas foram fundamentais para a configuração das rotinas do radiojornalismo, a partir da década de 1990. Trata-se do uso do telefone celular e da internet como fontes e suportes para a informação. Segundo o autor, o radiojornalismo passou a ser afetado mais intensamente pelo processo de convergência.

Já em Salaverría e Negrodo (2008), é ressaltada a diferença no desenvolvimento do trabalho jornalístico após o surgimento da internet. Antes, o jornalista deixava a redação para levantar informações ou dados para o radiojornal. Agora, vive-se a era chamada pelos autores de “jornalismo empacotador”, já que o profissional fica dentro da redação só recebendo informações por meio de sites e portais. O rádio perde a característica essencial do jornalismo comunitário. Para Ferraretto, o rádio pode ser considerado um meio tecnológico desde o seu surgimento, quando ainda estava apenas nas mãos da elite a registrava baixa audiência.

2 METODOLOGIA

Este trabalho de conclusão de curso tem como instrumento de dados as seguintes coletas: pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, levantamento de dados, entrevista, observação e análise de conteúdo.

O método utilizado é o hipotético-dedutivo, proposto pelo filósofo austríaco Karl Popper. Parte-se de uma hipótese, que deve ser explorada ao longo da pesquisa, em busca de uma solução. Esta, por sua vez, é colocada à prova, a fim de eliminar os possíveis erros, ou seja, as alternativas falsas.

Sob o ponto de vista dos procedimentos técnicos, a pesquisa se baseia no método bibliográfico, com levantamento de informações e dados em livros, documentos, artigos acadêmicos e publicações. O trabalho de campo, a partir de

entrevistas, também é fundamental para que dados históricos e nunca publicados agreguem valor à pesquisa.

Com isso, o autor foi a campo realizar entrevista de profundidade com funcionários da rádio, como: Marcelo Mariello (diretor), Herivelto Ottoboni (redação), Anderson Lima (financeiro), e Cristiane Delbue (secretária). Com base nisso, foi possível fundamentar a pesquisa do trabalho sobre a convergência midiática no rádio. A entrevista foi conduzida com perguntas e questionamentos sobre algumas medidas tomadas pela emissora.

Documentos foram vistos para concluir a comprovação das respostas. Porém, não havia documentos importantes, como: grade dos primeiros locutores, gravação dos primeiros dias no ar, fotos e finanças. Para comprovar os fatos, o diretor da rádio que é o funcionário mais antigo da Canoa, foi o responsável por responder a pesquisa a campo.

Dados expostos, medidas foram adotadas para a metodologia do trabalho, para chegar num resultado coerente sobre a Rádio Canoa Grande e sua convergência. Vale ressaltar que a pesquisa não está concluída, até porque, a rádio terá novas mudanças em 2019, com novos locutores, novas plataformas e nova identidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base no levantamento feito ao longo da pesquisa, contata-se que muitas emissoras de rádio ainda tentam encontrar uma alternativa para que possam sobreviver em tempos de convergência midiática, como é o caso da Rádio Canoa Grande, de Igarapu do Tietê, que já se utiliza até mesmo de um aplicativo via celular, para se aproximar dos ouvintes. Por outro lado, são poucos os ouvintes que já aderem à novidade. Esta realidade pode ser reflexo da falta de investimentos em profissionais e novos conteúdos, que possam atingir novos públicos. Este cenário deixa clara a necessidade de se ampliar as discussões em torno do tema, em nome da sobrevivência de milhares de pequenas emissoras de rádio Brasil afora.

A Rádio Canoa Grande precisava de novas transformações, por dois motivos: financeiro e também pela audiência – o que não deixa de estar relacionado. Partindo-se disso, a rádio optou em migrar para o FM (ainda em processo), trocar todos os

equipamentos, implantar novas plataformas digitais, tais como, aplicativo, site, Whatsapp, Facebook com transmissão em vídeo ao vivo dos programas.

Por meio disso, conseguiram reduzir a faixa etária, que antes era acima dos 40 anos e no presente momento é de 30 anos. Porém, com as novas implantações tecnológicas que foram necessárias, a rádio conseguiu atrair novos patrocinadores e consequentemente aumentando-se o valor líquido.

O aumento dos patrocinadores, no entanto, não foi suficiente, e a rádio ainda tem a dificuldade em conseguir contratar novos locutores, que no caso, seriam radialistas jovens, pela linguagem que estão buscando. Esse é o objetivo da rádio: conseguir atingir a faixa etária entre 16 a 25 anos. Para o diretor da empresa, Marcelo Marinello, a Canoa Grande, já conseguiu atingir seu objetivo que era ter novos equipamentos, a migração para o FM e a implantação digital, que por sinal está em teste para os ouvintes.

Consequentemente, a nova implantação da rádio, modificou todo o cenário tecnológico, que antes o meio de interação era apenas o telefone. Posterior a isso, a rádio atualmente, disponibiliza diversas plataformas de interação com os ouvintes, como o Facebook da rádio, o ouvinte pode se manifestar com sua mensagem com o locutor.

Dentro dessa realidade, foi desenvolvido um programa piloto, com o com foco em Igarapu do Tietê, no interior de São Paulo, contendo notícias locais, regionais, nacionais e internacionais. Ele apresenta uma linguagem mais atual, abre maior espaço à participação do ouvinte e também conta com uma transmissão simultânea por vídeo. A ideia é exercer o jornalismo comunitário em sua essência, mas adequado à realidade apresentada por novos públicos, dentro da chamada convergência midiática.

O princípio desse projeto é fortalecer o rádio no interior, apontando caminhos, com padrão jornalístico, conforme estudado nos quatro anos do curso de Jornalismo. Depois de muitos levantamentos teóricos, pesquisas com os funcionários da rádio Canoa Grandes de Igarapu do Tietê ficaram evidentes que o projeto experimental não poderia valorizar apenas o meio tradicional, e sim uma nova linguagem de se fazer o radiojornal.

No formato apresentado, o ouvinte pode participar da programação com mensagens pelo aplicativo da rádio, enviando sugestões de pauta e opiniões, ou pelo

próprio WhatsApp, com mensagens de áudio que podem trazer desde um comentário, até uma denúncia.

O nome do programa é “JP NEWS”, faz referência ao autor deste trabalho, já que será apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso. O aluno foi o responsável pela produção integral do programa, desde as pautas, passando pelas entrevistas, redação e locução. No futuro, caso o programa atinja a expectativa de emissoras de rádio da região, poderia ser exibido com um novo nome, adequado ao veículo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após levantamento bibliográfico, pesquisa de campo e a gravação de um programa piloto, constata-se que o radiojornalismo ainda possui preponderante na sociedade, apesar das recentes mudanças no cenário tecnológico e, naturalmente, no público do veículo. Emissoras de rádio, como a Canoa Grande, em Igarau do Tietê, tentam se adequar, mas ainda sem um novo conceito formado. O trabalho se propõe a apresentar um modelo possível para o veículo em tempos de convergência midiática, sem a pretensão de que venha a ser um produto final, mas apenas uma ampliação nos horizontes relacionados ao tema.

Com a redução da audiência ao longo dos anos, o rádio passou a sentir a necessidade de se reinventar: em termos tecnológicos e de conteúdo. Plataformas digitais, com aplicativos para celular, podem ser um caminho, porém, precisam vir acompanhados de um conteúdo preciso, com linguagem moderna e alinhado às demandas do público-alvo.

Uma melhor qualidade de som mostra-se fundamental nesse processo, o que deve ocorrer em breve com a migração das emissoras em Amplitude Modulada (AM), para Frequência Modulada (FM). No caso da Canoa Grande, esse processo estará concluído em 2019.

Dada a importância do assunto, torna-se necessário o acompanhamento constante das novas tecnologias, que aparecerão para transformar ainda mais os meios de comunicação. Com investimento em estrutura e pessoal qualificado, o rádio pode continuar se transformando, como ocorreu com o surgimento da televisão no



Brasil, na metade do século passado, e seguir levando informação, diversão e companhia ao público ouvinte.

REFERÊNCIAS

BARBEIRO, H. LIMA, P. R. **Manual de radiojornalismo**, v. 2, 2002.

CARVALHO, J. M.; MAGNONI, A. F (Orgs). **O novo rádio: cenários da radiodifusão na era digital**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010

FERRARETTO, L. A.. **Rádio, o veículo, a história e a técnica**. Editora Sagra Luzzatto, 2001.

MARINELLO, M. **Diretor da Rádio Canoa Grande**: depoimento [14 de agosto de 2018]. Entrevistador JP. Corrêa. Igarapu do Tietê-SP, 2018. Entrevista concedida ao Curso de Jornalismo das Faculdades Integradas de Jaú.

PRADO, M. **História do radio no brasil**. Editora Boa Prosa, 2012.

SALAVERRÍA, R.; NEGREDO, S. **Periodismo integrado: convergência de médios y reorganización de redacciones**. Barcelona: Editorial Sol 90, 2008.



PROGRAMEN: PROGRAMA DE TV DIRECIONADO AO PÚBLICO MASCULINO

Victor Felipe Nogueira, Vinicus Martins Carrasco de Oliveira, e-mail: victorfnogueira@gmail.com; e-mail: prof.viniciuscarrasco@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Intitulado “Programen” o presente trabalho resulta em um programa de TV direcionado ao público masculino, que segundo o último censo do IBGE, em 2010, estima-se que o gênero ocupa 48,52% da população brasileira, sendo assim menor do que o gênero feminino, que chega em 51,48%.

A ideia é tratar de assuntos referentes ao comportamento dos homens brasileiros em relação à preocupação com a aparência, roupas, saúde, entre outros interesses desse público por assuntos que, antes, eram relacionadas somente às mulheres.

Por muito tempo as mulheres dominaram a indústria da estética, moda, beleza e saúde, mas de pouco para os dias atuais o interesse masculino por este tipo de assunto aumentou. Hoje os homens estão cada vez mais preocupados em estarem “encaixados” no “padrão” de beleza e saúde. O que antes era só de consumo feminino, hoje, está atraindo o público masculino.

Antigamente os homens não se importavam muito com a aparência e a estética em geral. Pode-se levar em consideração o fato de que o machismo é uma das causas pelo qual este público era resistente em relação aos cuidados consigo mesmo, mas hoje pesquisas revelam aumentos significativos da procura de homens pelo mercado da beleza, e isso só tende a crescer, como revela a pesquisa da Euromonitor International, que deixa claro que o setor do mercado da beleza masculina tende a se tornar o maior do mundo até 2019.

Infere-se também que há pouco espaço na mídia destinado a este segmento de público ávido por consumir assuntos da natureza apresentada na presente proposta, em especial, na mídia televisiva. Nem mesmo na TV por assinatura, na qual são apresentados programas para públicos mais específicos e com perfis mais segmentados, existem propostas de programas que tendem a tratar das temáticas mencionadas.

É possível destacar na mídia televisiva que o futebol ainda está enraizado como único produto consumido pelo homem, ausentando-se de opções para que eles ampliem seus interesses com outros tipos de conteúdo, e em se tratando de uma sociedade atual onde paradigmas estão sendo quebrados em relação a padrões e produtos segmentados, é necessário que sejam abrangidos os interesses de tais telespectadores.

A escolha da mídia televisiva se dá ao fato de que, segundo Pesquisa Brasileira de Mídia, encomendada pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República, aponta que 63% da população brasileira se informa através da TV e que a televisão ainda é o meio mais procurado pela população.

A pesquisa e o produto derivado dela devem tratar da procura do homem pelos seus cuidados pessoais nos dias atuais, e se ainda há alguma resistência pelo próprio gênero, uma vez que essas preocupações já foram alvo de preconceito.

O presente trabalho se justifica por tratar de uma proposta que atende um novo perfil de público consumidor de informação e entretenimento.

Souza (2004) reitera que o infotimento é um fenômeno no Brasil, para ele, as emissoras conseguiram adequar seus conteúdos à mistura de informação e entretenimento. Dejavite (2006) explica que no jornalismo, porém, o gênero se destina às matérias de cunho leve, e estas atendem às necessidades do receptor enquanto informação.

Sendo assim, espera-se que as informações sejam levadas ao público com o formato infotimento, sem perder o caráter estrutural jornalístico ao discutir tais temáticas, bem como, pensando-se na viabilidade e audiência do produto em questão, como uma alternativa viável de ser produzida.

No primeiro capítulo busca-se relatar a história da televisão no mundo e no Brasil, o tópico é de fundamental importância para entender o veículo de comunicação, desde as primeiras descobertas de como a imagem poderia ser exibida através de experimentos que possibilitasse tal feito. O capítulo um também possui parte da trajetória de transformação do telejornalismo em todo o mundo, passando por respectivos lugares até chegar no Brasil.

2 METODOLOGIA

Os métodos que serão utilizados serão pesquisa bibliográfica e documental, baseadas em livros que contam a história da televisão, gêneros e formatos e a técnica da produção de conteúdo, além de outras referências sobre o comportamento dos homens, quais são as diferenças de antigamente para a contemporaneidade como números baseados em estatísticas do crescimento e padrões de consumo

Serão realizadas também entrevistas jornalísticas em profundidade com especialistas no assunto, além reportagens temáticas que tratem do comportamento desse público-alvo e entender quais são os interesses e perspectivas quando se trata de algo relacionado somente a eles.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com pesquisas realizadas e aprofundamento, constata-se que a televisão aberta brasileira não possui espaço devido para segmentação de produtos direcionados ao público masculino. O veículo midiático colabora para maior captação de públicos distintos utilizando de projetos de variedades que visam atingir diversos grupos simultaneamente, de acordo com a grade e horários de exibição.

Quando se refere às possibilidades de conteúdos restritos a TV brasileira segue ao encontro do que é conveniente ao retorno financeiro, o patrocínio vindo de empresas por meio das publicidades consiste na continuidade de produções costumeiras do público brasileiro. Sendo assim, ainda que haja mudanças drásticas desde que a TV foi implantada no Brasil, o público no geral não é favorecido totalmente ao que se espera como consumo.

Em pesquisa, à princípio realizado com 12 homens entre 18 e 30 anos, 81,8% concorda que a televisão brasileira produz conteúdos direcionados às mulheres, 63,3% tem o costume de assistir TV, em sua maioria aos domingos. Os homens que responderam à pesquisa, em um nível de 1 a 5, 36,4% classificaram em 3 o nível de vaidade.

O comportamento masculino mudou em relação à procura pelo bem-estar pessoal, os cuidados e lugares reservados ao público masculino têm crescido consideravelmente nos últimos anos, hoje os mesmos têm salões de beleza, lojas de roupas que dedicados totalmente ao público em questão. Segundo pesquisa da JWT,

realizada com mil homens nos Estados Unidos, apontou que 54% do público entrevistado usam produtos para cuidar da pele (cremes e hidratantes), já 24% fazem tratamentos estéticos no rosto.

O aceite pelos novos objetos de consumo do público masculino por parte de determinados homens contribui para que tais preconceitos sejam frisados na sociedade, as diferenças aparecem de ambos os gêneros, principalmente quando o termo “Metrossexualidade” é utilizado, isto se dá pela falta de conhecimento do significado da palavra que ganha destaque quando é atrelada a alguma personalidade midiática como o jogador de futebol David Beckham que Simpson (2002) afirma ser o maior metrossexual da Grã-Bretanha.

De acordo com os aspectos exemplificados, foi desenvolvido o “Programen”, um programa que tem como finalidade atingir o público masculino no geral que gosta e está inserido neste novo cenário de cuidados pessoais, desmitificando toda e qualquer expressão de que o homem se interessa apenas pelo futebol.

O projeto prevê um conteúdo semanal, na grade do domingo, de manhã, visando um conteúdo leve que mescla a informação e o entretenimento. Com linguagem coloquial o “Programen” de cada semana aborda três assuntos sobre diferentes conteúdos que os homens atuais estão interessados. O primeiro episódio contém matérias sobre barbearias e moda masculina e entrevista de profundidade sobre o “mundo” fitness, esta é introduzida no quadro “Papo Men”, o qual sua finalidade é conversar com especialistas em respectivos temas, o primeiro é um profissional de Educação Física.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se constatar a partir de pesquisas de campo e documental que o homem atual se impõe em relação ao que pretende enquanto preferências de consumo, é possível afirmar que as mudanças na sociedade, desmistificando diariamente qualquer tipo de comportamento como sendo único e exclusivamente de determinados gêneros, contribui com a inserção do ser masculino no ambiente que disponibiliza resultados satisfatórios enquanto vaidade.

Outro fator preponderante é a influência de personalidades que incentivam tais mudanças de comportamentos como primordiais à Era da visibilidade, sendo possível, principalmente por meio de redes sociais.

A figura masculina sendo rústica já não é um conceito obrigatório de masculinidade, o esporte que até então era tratado como o único interesse do homem na televisão já não é mais o único produto que faz a cabeça do público masculino.

A finalidade do “Programen” é promover ao gênero discussões e tratar com naturalidade quaisquer temas que sejam tabus em relação aos cuidados com si próprio, evidenciando aspectos benéficos ao se tratar dos temas.

Além de ser direcionado ao público masculino, espera-se que o programa desperte o interesse de outros públicos, permitindo ampliar percepções acerca dos assuntos abordados e, nesse sentido, contribuir com suas problematizações na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

ALVES, D. F. R. **Infoentretenimento nos Programas Televisivos:** o caso das estações televisivas portuguesas. 2013. 71 f. Dissertação (mestrado em Jornalismo) – Universidade da Beira Interior Artes e Letras, Covilhã. 2013. Disponível em: <https://ubithesis.ubi.pt/handle/10400.6/1602>. Acesso em: 08 abr. 2018.

BARBERO, H.; LIMA, P. R. **Manual de telejornalismo:** os segredos da notícia na TV. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CURADO, O. **A notícia na TV:** o dia-a-dia de quem faz telejornalismo. 1. e. São Paulo: Alegro, 2002.

DEJAVITE, F. A. **INFOtenimento:** informação + entretenimento no **jornalismo.** São Paulo: Paulinas, 2006.

DUARTE, E. B.; CASTRO, M. L. D. **Comunicação audiovisual:** Gêneros e formatos. Porto Alegre: Sulina, 2012.

DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

EMERIM, C. **As entrevistas na notícia de televisão.** 1. e. Florianópolis: Insular, 2012. 2 exemplares.



EXAME. **Segundo dados, mercado de beleza masculina movimentou cerca de R\$ 19,6 bilhões em 2016.** Disponível em: < <https://exame.abril.com.br/negocios/dino/segundo-dados-mercado-de-beleza-masculina-movimentou-cerca-de-r-196-bilhoes-em-2016-shtrml/>>. Acesso em: 09 de abril de 2018.

GOMES, I. M. M. "O Infotainment e a Cultura Televisiva". In: João Freire Filho. (Org.). **A TV em transição: tendências de programação no Brasil e no mundo.** 1ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2009, v. 1, p. 195-221.

GUTMANN, J F; FERREIRA, T. E. & GOMES, I M. M. "**Eles estão à solta, mas nós estamos correndo atrás. Jornalismo e entretenimento no Custe o que Custar**". Revista E-compós, v. 11, agosto de 2008, p. 1-6, 2008. Disponível em: < <http://telejornalismo.org/gomes-itania/>>. Acesso em: 08 abr. 2018.

OLIVEIRA, J. N. **Manual de Jornalismo de Televisão.** Lisboa. Cenjor. 2007.

PATERNOSTRO, V. Í. **O texto na TV: manual de telejornalismo.** 1. ed. Rio de Janeiro: 1999.

REZENDE, G. J. **Telejornalismo no Brasil: Um perfil editorial.** São Paulo: Summus, 2000.

RIBEIRO, A. P. G. **História da Televisão no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2010.

SIMPSON, M. **Meet the metrosexual. Online Salon.** Disponível em: <<http://www.salon.com/2002/07/22/metrosexual/>>. Acesso em 10 set 2018.

SOUZA, J. C. A. **Gêneros e Formatos na Televisão Brasileira.** São Paulo: Summus, 2004.

VIZEU, A. E.; et al (Org.) **60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica.** Florianópolis: Insular, 2010.

WHITE, T. **Jornalismo eletrônico: Redação, reportagem e produção.** São Paulo: Roca, 2009.



PROJETO EXPERIMENTAL - SUPERMERCADO LENHARO

Débora Spirito, Gabriela Spirito, Jonatan José da Costa, Murilo Ronchesel
e-mail: jonatan.lee94@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso, trata-se de um projeto experimental com o intuito de desenvolver uma campanha publicitária simulada para um cliente real, aplicando todo conhecimento adquirido no decorrer do curso. Dentro do projeto visou-se exercitar as ações dos setores principais de uma agência: atendimento/planejamento, criação e mídia.

A empresa Supermercado Lenharo, localizada na cidade de Itapuí/SP, foi a escolhida para o desenvolvimento da campanha publicitária que tem o objetivo de reposicionar a marca e fortalecer sua imagem perante os consumidores.

O trabalho tem início com a coleta do briefing, ferramenta indispensável na elaboração de uma campanha publicitária. O briefing é responsável pela coleta de todas as informações pertinentes sobre a empresa e norteia todo o processo de planejamento e demais etapas. A coleta feita junto ao Sr. Leandro Lenharo, proprietário da empresa, possibilitou conhecermos melhor a sua história, a estrutura organizacional, o histórico de comunicação, sua filosofia, etc.

Durante a coleta do briefing, foi possível conhecer os desejos de nosso cliente, a imagem publicitária a ser construída, o tom da comunicação desejada e também identificar falhas no processo de comunicação com os clientes.

Feito o levantamento do histórico de comunicação, diagnosticamos as deficiências em propaganda, principalmente nas mídias tradicionais e na internet. Levando em consideração o avanço tecnológico, é muito importante para uma empresa estar presente nas mais diversas mídias.

Concluída a etapa do briefing, é necessário conhecer o público-alvo para traçarmos as melhores estratégias e otimizarmos o trabalho e os resultados das ações de comunicação. Por este motivo, aplicamos uma pesquisa de campo para entendermos melhor quem são e como se comportam essas pessoas.

2 METODOLOGIA

O método exploratório auxilia o pesquisador a se familiarizar com o assunto estudado, dando a ele melhores condições de analisar as variáveis do problema em questão. A partir da pesquisa, construímos hipóteses e pudemos chegar aos resultados que auxiliarão na produção da campanha.

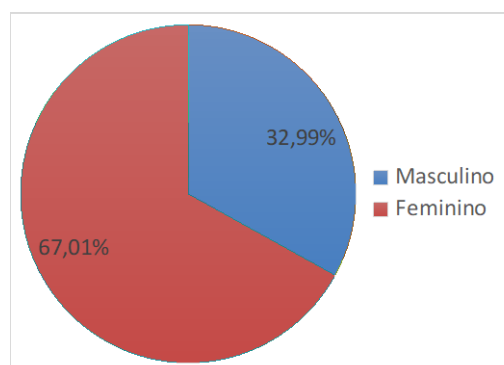
Foi aplicado um questionário com questões abertas e fechadas, dicotômicas e de múltipla escolha, escalonadas e encadeadas no sentido de identificar as características do público-alvo.

Além da pesquisa exploratória, esse trabalho conta com mais duas ferramentas essenciais na elaboração de uma campanha, a análise SWOT e a análise BCG. Ambas dão suporte à pesquisa exploratória e ao briefing, identificando características importantes sobre a empresa.

3 RESULTADOS

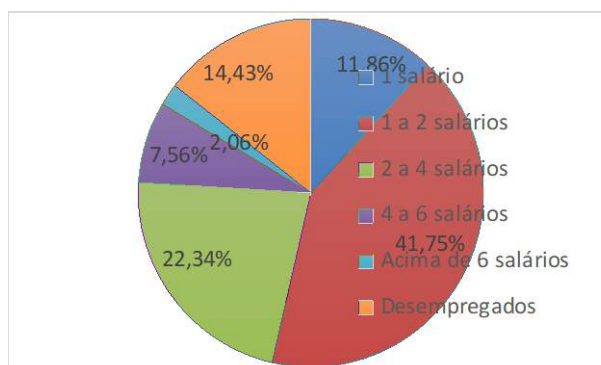
Os resultados obtidos pela pesquisa exploratória e pela análise SWOT, serviram como diretriz na construção de toda a campanha. A partir da identificação dos pontos fortes e pontos fracos, das oportunidades e ameaças e de peculiaridades no comportamento do consumidor, desenvolvemos toda a campanha. Abaixo apresentamos os resultados da pesquisa exploratória:

Gráfico 1 – Sexo



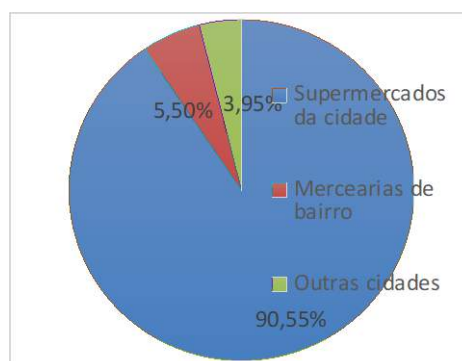
Fonte: elaborado pelos autores

Gráfico 2 - Renda



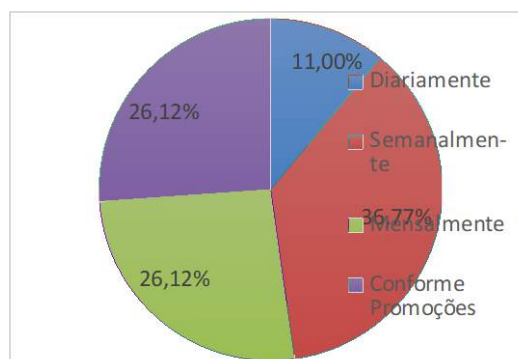
Fonte: elaborado pelos autores

Gráfico 3 – Local de compra



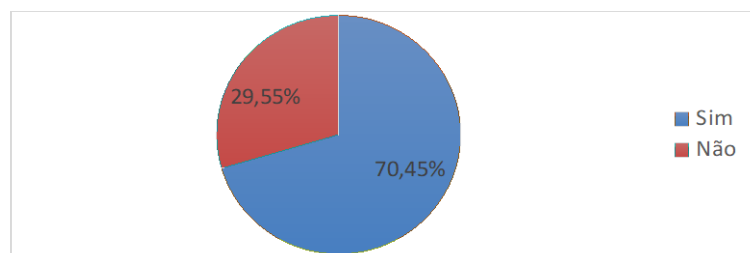
Fonte: elaborado pelos autores

Gráfico 4 – Frequência de compra



Fonte: elaborado pelos autores

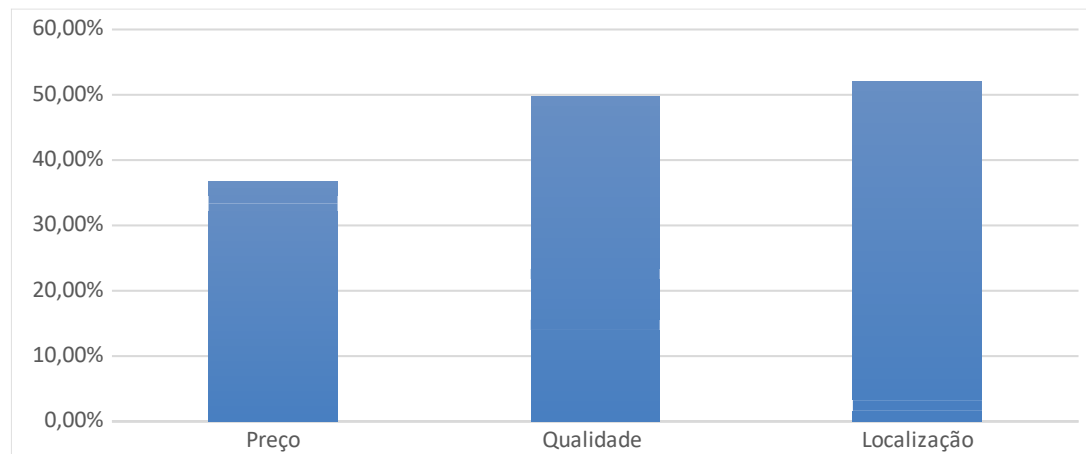
Gráfico 5 – Acesso à internet



Fonte: elaborado pelos autores

A partir da pesquisa exploratória pudemos traçar um perfil geral de nosso público, que é composto majoritariamente por mulheres, da classe C, sem ensino superior e com filhos. Nosso público tem acesso à internet, mas não identifica propagandas da marca nesse ambiente e nem em outras mídias tradicionais.

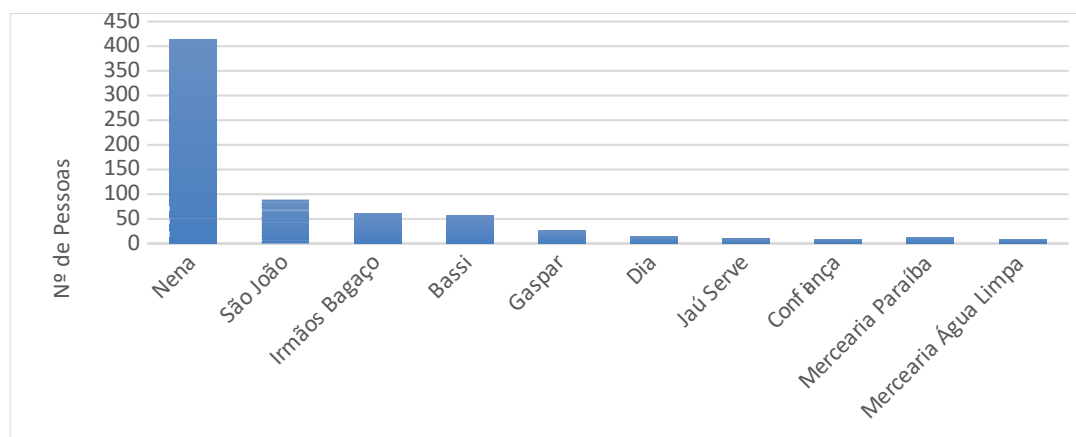
Gráfico 6 – Motivos de compra



Fonte: elaborado pelos autores

A pesquisa mostrou que os clientes avaliam positivamente o Supermercado Lenharo, que levam em consideração a qualidade dos produtos e a localização e que é preciso dar enfoque nos preços para que o consumidor veja a marca conforme o proposto pelo proprietário.

Gráfico 7 - Concorrentes



Fonte: elaborado pelos autores

O gráfico de concorrência mostra o principal concorrente (Supermercado do Nena) e a dificuldade de fidelização dos clientes por parte do Supermercado Lenharo, visto que boa parte dos entrevistados que disseram ser clientes do Lenharo também citaram o concorrente.

O quadro abaixo mostra o resultado da análise SWOT de maneira clara e sucinta:

FORÇAS	OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Bom atendimento; ✓ Boas instalações; ✓ Estacionamento amplo; ✓ Mobilidade (cadeirantes); ✓ Boa localização da loja; ✓ Variedade de produtos (3.000 produtos); ✓ Entrega rápida; ✓ Preço baixo; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Reconhecimento de novas tecnologias para comunicação; ✓ Diferenciação de mercado – produtos orgânicos, veganos, artesanais etc; ✓ Crescimento populacional; ✓ Construção da nova loja em local estratégico e de grande demanda; ✓ Fechamento de uma loja concorrente na área central da cidade.

FRAQUEZAS	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Carência de funcionários; ✓ Ineficiência tecnológica em algumas funções; ✓ Baixo investimento em formação dos colaboradores; ✓ Ausência de um setor de marketing/comunicação; ✓ Falta de informações sobre o consumidor; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Outros supermercados; ✓ Alta concorrência; ✓ Inflação; ✓ Consumidores mais exigentes; ✓ Inovações por parte de supermercados que estão próximos; ✓ Preços com margem de valor abaixo do mercado;

A partir dessas informações selecionamos as melhores estratégias e os principais meios de comunicação necessários para realizar o objetivo do trabalho.

As estratégias aplicadas foram para consolidar a imagem de uma empresa de qualidade e com preços baixos, através de uma campanha que dê ênfase a essa característica. Estudamos as melhores maneiras de atingir os objetivos, despertando atração, desejo e ação no consumidor, a fim de persuadir e fidelizar. Escolhemos as seguintes estratégias:

1. **Publicidade e Propaganda:**

A propaganda será a ferramenta central desse trabalho, seu uso é de grande importância para persuadir o cliente e fazê-lo lembrar da marca.

A propaganda pode chegar até as pessoas de maneira mais rápida e barata (por cliente em potencial atingido) do que os contatos pessoais, contribuindo ainda para a eficácia desses contatos. Os clientes poderão se tornar mais receptivos às iniciativas de vendas pessoais depois de serem influenciados pela propaganda. Além disso, os vendedores poderão se referir à propaganda veiculada durante as apresentações de vendas. Uma boa campanha publicitária pode ainda motivar funcionários a se empenhar mais nas vendas. (KOTLER; HAYES; BLOOM; 2002, p. 405)

2 **Marketing de conteúdo**

Produzir conteúdo relevante para seu público alvo é uma maneira eficiente de aumentar a relação com ele e fazê-lo lembrar da marca. O marketing de conteúdo

aumenta o tráfego em seu site ou blog, estimulando o compartilhamento de conteúdo, gerando mais visibilidade

3 **Promoção Institucional**

Promove a filosofia da empresa, seus valores e reforça o posicionamento que a marca quer ter no mercado.

4 **Newsletter**

Contato rotineiro, faz a empresa ser presente na vida de seus clientes e pode também converter consumidores cadastrados em potenciais clientes.

5 **Marketing Direto**

A função do marketing direto é atingir de maneira direta o público-alvo, com o intuito de fortalecer o relacionamento entre marca e cliente. Existem várias formas de marketing direto, as mais conhecidas são: mala-direta, telemarketing, vendas e catálogos.

Esse trabalho faz uso do e-mail marketing e da mala direta como canal de comunicação com os clientes cadastrados.

4 **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da pesquisa e das análises, observamos que o Supermercado Lenharo possui uma boa participação de mercado, com sua imagem ligada a qualidade, porém com uma dificuldade em fidelizar os clientes e ser reconhecido como uma empresa que pratica preços baixos.

Apesar da crise econômica nacional, no âmbito regional a empresa tem a oportunidade de crescer e se desenvolver, por isso é preciso encontrar as melhores estratégias para se comunicar com o público alvo, reforçar a imagem de uma empresa com qualidade e baixo preço e inovar, principalmente em relação às estratégias de comunicação que são pouco voltadas para internet e rádio e muito concentradas em mídias alternativas (carros de som, faixas de rua e jornais de ofertas).

O desenvolvimento de uma campanha institucional em um período de um ano, com um trabalho de rebranding, alocando as verbas de campanha nos melhores veículos, gerando engajamento e fidelização através de programas de fidelização e de



marketing de conteúdo, conseguem sanar os problemas encontrados e atingir os objetivos traçados.

REFERÊNCIAS

DUARTE, J.; BARROS, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de marketing**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

TAMANHAHA, P. **Planejamento de mídia**. Teoria e experiência. 2. Ed. São Paulo: Pearson, 2011.



PROJETO EXPERIMENTAL CLIENTE: PADARIA SANTO ANTONIO

Achiles Meneghesso, Cícero Gabriel Dantas da Silva, Luis Gustavo Canolas, Nathalia Caponi Formigão, Nathaly Barbieri Marcondes Cesar, e-mail: nathalymarcondes@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso trata-se de um projeto experimental no formato de agência de publicidade e propaganda. Neste projeto foi discutido todos os processos de elaboração de uma campanha publicitária, mostrando o passo a passo de como a campanha foi produzida e as justificativas de cada etapa. O trabalho foi desenvolvido por um grupo de quatro pessoas representando entre eles cada setor principal de uma agência, como: atendimento, planejamento, mídia e criação.

Com isso em mente, foi-se em busca de um tema para a realização do estudo e aplicação das técnicas e ideias. O tema escolhido foi a criação de uma campanha publicitária para a empresa residente na cidade Jaú, Padaria Santo Antônio. Partindo deste ponto tornou-se possível iniciar todo o processo de planejamento e desenvolvimento da campanha. A campanha teve o intuito de reposicionar a marca Padaria Santo Antônio dentro do mercado, ampliando sua presença no âmbito de comunicação, dentro deste o marketing, a publicidade e propaganda.

O primeiro capítulo deste projeto experimental é o capítulo de “briefing”, sendo este um documento indispensável dentro das agências. Neste capítulo foram coletadas diversas informações sobre o tema escolhido, que em termos publicitários trata-se do cliente/anunciante. As informações foram coletadas através de uma interação pessoal direta com o cliente, um dos proprietários da empresa, Roberto Pimentel Filho.

As informações contidas no briefing servem de para que a agência possa ter um conhecimento mais aprofundado sobre a empresa, portanto, coletou-se informações como seus dados demográficos, histórico, filosofia da empresa, sua estrutura organizacional, histórico de comunicação, seu posicionamento atual no mercado, produtos e serviços oferecidos, seu diferencial competitivo, seu público e seus concorrentes.

Através do histórico da empresa pode-se conhecer a personalidade da marca, e criar formas de fortalecer essa personalidade. Junto do histórico se defini os valores da padaria, no que acredita e defende. Essas informações mais estruturadas criam a filosofia da empresa, representada pela missão, visão e valores; com essas informações identificou-se o motivo pelo qual a padaria existe, onde se quer chegar, e o que se está disposto a fazer para alcançar seus objetivos; e dentro disso é que se observa como funciona sua estrutura organizacional, a relação entre os funcionários.

Consultado o histórico de comunicação da firma percebeu-se um de seus grandes problemas e razão pelo qual o cliente foi escolhido. Sua ausência midiática a torna invisível diante de alguns concorrentes, enfraquecendo seu posicionamento e promoção dos produtos que são oferecidos dentro da padaria. Por este motivo, buscou-se saber qual o seu diferencial competitivo do ponto de vista do cliente, pois isso seria eficaz para reposicionar a marca.

A coleta de todas as informações contidas no briefing serviram de ponto de partida para aumentar o conhecimento sobre a empresa, porém o conhecimento adquirido foi dado do ponto de vista do cliente da agência. Após isso foi necessário obter conhecimento sobre a padaria, mas agora do ponto de vista do público; saber o que eles pensam a respeito da padaria, se são clientes, e quem é esse público.

O melhor método de se conhecer a empresa sob a perspectiva do público é através de uma pesquisa de campo.

2 METODOLOGIA

O Projeto de Conclusão de Curso teve seu processo com o método de exploratória (que engloba também os estudos da Pesquisa de Campo), utilizada para ajudar o pesquisador a se familiarizar com o assunto que está sendo estudado. Ela pode ser aplicada de maneira que tenha uma proximidade com o universo de estudo (adquirindo ainda mais familiaridade com o público consumidor da padaria), oferece informações e orienta na formulação das hipóteses da pesquisa. Segundo Prodanov e Freitas (2013) a pesquisa de campo tem o papel de auxiliar na determinação das variáveis e assim ajudando na elaboração geral do projeto. A pesquisa teve uma abordagem qualitativa, preocupando-se com o aprofundamento da compreensão do tema pesquisado, e obtendo os resultados através de análises. Aplicou-se um

questionário com questões abertas e fechadas, dicotômicas e de múltipla escolha, escalonadas e encadeadas. Dessa forma foi possível elaborar uma persona para a marca e a identificação das características do público-alvo.

Após a pesquisa, deu-se continuidade ao desenvolvimento do projeto utilizando ferramentas como a análise SWOT, que se mostram importantes por ajudarem a ilustrar de maneira mais dinâmica e eficaz os pontos a serem trabalhados no projeto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Toda a campanha foi desenvolvida através dos resultados obtidos das etapas anteriores. Através da matriz SWOT gerou-se uma análise dos pontos fortes e fracos e das oportunidades e ameaças da empresa, dos ambientes internos e externas a ela. Utilizando essa análise para a elaboração de estratégias de comunicação, criando uma mensagem de maneira que os receptores (clientes e potenciais clientes) captem de maneira eficiente e correta, garantindo o êxito no final do ciclo da campanha. Sendo este o objetivo da campanha, reposicionar a empresa no mercado e fortalecer a marca.

Com o resultado da pesquisa e as informações colhidas com o cliente, apresentou-se os seguintes resultados:

QUADRO 1- Matriz SWOT.

<p>FORÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Empresa tradicional na cidade; • Produtos com boa qualidade; • Grande variedade nos produtos; • Ambiente agradável; • Bom Atendimento; • Preço justo; 	<p>FRAQUEZAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não possui estacionamento para os clientes; • Não possui serviço de entregas; • Pouca participação nas redes sociais; • Ausência de ações em publicidade e propaganda;
<p>OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Indicação orgânica através das pessoas; • Unanimidade na recomendação 	<p>AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Supermercados que possuem padaria; • Número grande de concorrentes

da empresa; <ul style="list-style-type: none">• Clientes com faixa etária variada.	na cidade; <ul style="list-style-type: none">• Supermercado Jaú Serve como líder de indicações.
--	---

Fonte: Elaborado pelos autores.

E com base nessas informações, junto com os objetivos e metas previamente traçados, foi então selecionado os principais meios de comunicação necessários para a empresa, levando em conta que a padaria utiliza pouco a divulgação de seus produtos, contando apenas com redes sociais que fazem publicações de forma amadora e orgânica e matéria na coluna social do evento de reinauguração.

As estratégias aplicadas foram para garantir a presença da Padaria Santo Antonio nos meios de veiculação (digital e tradicional), fazendo o uso de ferramentas da publicidade e propaganda, como o inbound marketing, alterando alguns pontos dos 4p's e comunicação integrada de marketing reposicionando a empresa no ramo de panificadora e confeitaria na cidade de Jaú.

Foram estudadas as melhores maneiras de atingir os objetivos apresentados, para atrair potenciais clientes e fidelizar clientes reais, e assim despertando atração, interesse, desejo, levando o consumidor a ação. Com as informações contidas, os meios utilizados foram:

- **Publicidade e Propaganda:** a comunicação realizada através desse método é mais eficaz, pois o conteúdo produzido é estudado para que atinja o objetivo proposto. Com essa ferramenta foi possível gerar lembrança, transmitir informação ou persuadir, sendo essencial para atingir os objetivos propostos para o projeto. Através dessa ferramenta foi possível também trabalhar estratégias de que despertassem atração, interesse, desejo e ação no consumidor.
- **Outdoor:** meio de divulgação em que não se é possível conter muita informação, pois as pessoas não costumam parar para consumir o anúncio, o anúncio é consumido de imediato e em um curto tempo, portanto, o outdoor foi utilizado para propaganda institucional, como forma de apresentar a padaria ao público, aumentando sua visibilidade. Foram selecionados pontos estratégicos

pela cidade de Jaú, como avenidas e no centro da cidade, onde houvesse uma grande circulação de pessoas, atingindo o consumidor de maneira efetiva, chamando a atenção do potencial cliente.

- **Publieditorial:** essa ferramenta foi utilizada para que o público pudesse conhecer melhor a empresa, a publicação será através da revista que é um meio em que o anúncio é duradouro, sua vida útil é maior do que de outros meios. O veículo utilizado para a propagação da padaria foi a Revista Etapa, conhecida na cidade de Jaú, sendo capaz de trazer visibilidade para a empresa. Através dela foram divulgadas fotos da padaria e seus produtos, além de informar sobre eventos e registrá-los para uma maior interação com o público. O publieditorial possibilitou focar em seu aspecto de ser tradicional na cidade, contando um pouco de sua história.
- **Promoção Institucional:** visa promover os valores e filosofia da empresa, reforçando e até mesmo auxiliando no reposicionamento da padaria.
- **Newsletter:** forma utilizada para converter visitantes em potenciais clientes e ainda manter um relacionamento mais próximo.
- **Panfletos:** utilizado como meio complementar para divulgação de produtos e promoções, foram distribuídos em pontos próximos a padaria.
- **Link Patrocinado:** através desses links o público é redirecionado ao site da padaria. Além do aumento de visibilidade, também aumenta as chances de conversão de um visitante em lead. O patrocínio foi aplicado nas mídias digitais como facebook e instagram na publicação de anúncios institucionais e de varejo. Através dessas mídias digitais, possibilitou-se encaminhar os anúncios para um público mais específico, ou seja, potenciais clientes.
- **QR Code:** ferramenta inserida na revista, que oferece desconto ou brinde para quem acessar. Dessa forma pode-se mensurar o público que consumiu a publicidade pelo publieditorial.
- **Marketing Direto:** forma de manter contato e se relacionar com o público. Através do marketing direto foi possível coletar informações importantes (feedback) para o controle de qualidade da empresa. Foi aplicada através de e-mail marketing.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção do projeto experimental proporcionou uma vivência na prática da atuação ao profissional da publicidade e propaganda no mercado, partindo do campo teórico para a aplicação que tudo o que foi ensinado durante os anos de estudo na instituição.

A experiência adquirida na elaboração do projeto passando pelas diferentes áreas de uma agência publicitária, foi de extrema importância na transição de estudante para publicitário. No modo de se portar frente ao cliente, função do profissional de Atendimento; na negociação dos veículos de comunicação, no papel do Mídia; no planejamento da campanha, observando e analisando as informações passadas pelo cliente e juntamente com a Criação, elaborar as melhores estratégias para se atingir o público da forma correta, para que a campanha tenha sucesso.

A aplicação da teoria estudada, possibilitou que fosse criado uma persona para a marca, identificando suas principais características, e essas se tornaram informações essenciais para a realização de boa parte da campanha. Trabalhando os aspectos dessa identidade nas peças publicitárias.

Na realização da campanha para a Padaria Santo Antonio, por ser um cliente que não tinha um posicionamento profissional no campo da comunicação, mostrou-se ainda mais importante o potencial e a relevância que os meios da comunicação e os esforços de marketing têm para as empresas nos dias atuais. Sendo que atualmente, como visto em estudos realizados para o projeto, a globalização transformou a sociedade em uma sociedade de consumo.

A veiculação e produção das peças foi um grande desafio, pois a verba é limitada e para cumprir os objetivos que se deseja com a campanha, deve-se administrar da melhor forma possível. É necessário que se saiba distribuir a verba dentre as diversas etapas, de acordo com a relevância que cada meio tem para a campanha e considerando a relação da marca com cada estratégia e veículo, conseguindo dessa forma atingir o público-alvo em diversos canais comunicativos.

REFERÊNCIAS

DUARTE, J.; BARROS, A.. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

KOTLER, P.; KELLER, K. L.. **Administração de marketing**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. Ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Bahia. **Estudo de mercado Indústria: Panificação**. Salvador: Sebrae, 2017. 45 p. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/BA/Anexos/Ind%C3%BAstria%20da%20panifica%C3%A7%C3%A3o.pdf>> Acesso em: 02 jun. 2018.



PROJETO EXPERIMENTAL CLIENTE: PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO

Andréia Pessoa de Araújo, Bruna Larissa Santos da Silva, Letícia Bueno de Souza, Nathaly Barbieri Marcondes Cesar, e-mail: andrea.pessoa@outlook.com.br.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como intuito analisar e aprofundar conhecimentos em relação aos processos desenvolvidos entre as áreas existentes em uma Agência de Publicidade. O projeto é realizado com um cliente fictício, que disponibiliza uma verba referente ao seu atual objetivo de comunicação a ser realizado pela agência. Sendo assim, nossa escolha de cliente foi a Paróquia Nossa Senhora do Patrocínio, de caráter organizacional religioso, em que trabalhamos a questão do Marketing Religioso. Vimos a necessidade de reestruturação comunicacional da paróquia, pois ao analisarmos o dia a dia das pessoas, notamos que é uma realidade com um ritmo de vida acelerado, no qual as pessoas buscam constantemente por novidades e atrações das quais elas querem suprir necessidades pessoais, anseios, seus deveres e ao mesmo tempo atender à sua procura pelo novo, pelo que atrai, por atividades que possam unir tudo em um só conjunto e trazer satisfação. O mercado de forma geral tem por dever se adequar com criatividade a esse novo comportamento de demanda, o que não diferencia o mercado religioso, que precisa se adequar e estar de acordo a isso.

A ideia principal é inserir cada vez mais organizações como esta no ambiente de marketing e comunicação, pois como já visto a igreja se comunicou durante séculos através da voz, símbolos e manuscritos, porém seria necessário que os conhecimentos e as experiências perpetuassem e fossem registrados passando para gerações futuras. E é por este motivo que nos faz necessário estarmos inserido nesse mercado, pois os objetivos são voltados para a atração e fidelização deste público.

O projeto experimental foi desenvolvido por três pessoas, sendo elas responsáveis pela área de atendimento, planejamento, criação e mídia.

O primeiro capítulo deste projeto experimental é o capítulo de “briefing”, em que é o momento em que se realiza uma busca de informações e questões que permitirão compreender os ambientes internos e externos, ou seja, o microambiente e o

macroambiente. Desta forma, para se obter informações sobre a paróquia foi realizada uma reunião com o pároco da Igreja, Padre Celso Luiz Buscariollo, por meio de algumas questões que seriam pertinentes para esclarecimentos referentes à Paróquia, seu posicionamento atual no mercado, suas principais necessidades, o objetivo do cliente, entre outras características que serviram como guia para o desenvolvimento do mesmo.

No cenário atual da Paróquia em seu âmbito comunicacional vemos uma ausência principalmente nas mídias digitais, até pelo fato de que não há uma pessoa responsável por este meio. Atualmente, a comunicação realizada na Paróquia acontece através das missas, com a comunicação oral do Padre, sendo ela tradicional, com os recados paroquiais e informativos. Há também o sino, como forma de relógio e uma espécie de “agenda pessoal”, pois as pessoas conseguem entender a mensagem e ver que em determinado momento em que ele toca representa um horário. Os toques do sino também representam os horários de celebrações que irão acontecer. Além do que já foi dito, vimos também a necessidade de inserção e de propagação de eventos pertencentes à Paróquia, pois há uma ausência de ações sociais e também de divulgação de eventos já existentes.

Portanto, para maior conhecimento sobre a Paróquia foi necessário aprofundarmos nossa análise e não nos mantermos apenas no ambiente interno, mas também seguir para o ambiente externo, que nos possibilitaria uma visão mais ampla sobre as necessidades que a Paróquia enfrenta no momento. Por esta razão foi realizada uma pesquisa de campo, com o intuito de analisarmos seu público, faixa etária, sexo, escolaridade, qual paróquia pertence, os motivos pelo qual frequenta, se participa das festividades, seja ela referente a Paróquia Nossa Senhora do Patrocínio ou não, qual valor que considera aceitável em relação aos gastos com comida e bebida nas festividades, por qual meio que fica sabendo sobre as festividades, entre outras questões que levaram a um conhecimento social do público.

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do projeto foi utilizado como base a metodologia de coleta de dados fornecida através do questionário de opinião pública. Uma pesquisa quantitativa, com questões abertas e fechadas, dicotômicas e de múltipla escolha,

escalonadas e encadeadas, aplicada a partir de um cálculo amostral baseado no censo o qual apontou o universo a ser pesquisado, neste caso, cerca de duzentas e trinta pessoas, moradores da cidade de Jaú, frequentadores ou não da Paróquia Nossa Senhora do Patrocínio. Assim como citado por Las Casas (2015), pesquisa é uma das ferramentas de marketing mais importantes para que uma empresa ajuste suas ofertas, necessidades e tendências do mercado.

O resultado obtido com este método de pesquisa proporcionou a melhor visualização do público-alvo, que se mostrou ser de faixa etária variada, apontou suas preferências e descontentamentos em relação a Paróquia e também norteou o planejamento do projeto, pois através da análise da pesquisa foi possível identificar os pontos de déficit na parte comunicacional da igreja, sendo esses, a realização de novos eventos beneficentes aberto ao público e a divulgação das ações realizadas através das mídias digitais, externas e também interna o que ocasiona o reposicionamento da marca da Paróquia na cidade, tendo em vista ser a principal do centro da cidade, com uma localização estratégica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Planejamento de campanha foi desenvolvida conforme os dados obtidos em pesquisa e com resultados das etapas anteriores. Elaboramos um planejamento em que as estratégias de comunicação e marketing fossem desenvolvidas com maior eficácia, para que a mensagem final chegasse ao receptor com facilidade e clareza.

Os eventos da Paróquia foram estruturados conforme análises dos resultados da pesquisa de campo, em que a população entrevistada nos informou sobre a grande dificuldade que possuem em receber informações em relação aos eventos e a própria igreja. Além das análises referentes ao seu papel social desenvolvido pela Paróquia.

Assim, os desenvolvimentos das campanhas serão referentes ao ano de 2019, com início em janeiro e término em dezembro. As campanhas elaboradas foram sociais (Aberta à sociedade) e as religiosas (Destinado aos fiéis).

3.1 Sociais:

- **CAMPANHA “NA PAZ”:** o início da campanha, que coincide com o início do ano, entra em harmonia com a ideia do novo, do bem ao próximo e da paz. De

acordo com esta ideia, a primeira ação será voltada para o auxílio de dependentes químicos;

- **AÇÃO DE PREVENÇÃO DO CARNAVAL:** serão realizadas ações de prevenção e cuidados, como por exemplo: a importância de se hidratar, uso excessivo de álcool nesta época. Tudo voltado para a comunidade;
- **AÇÃO CASA ROSA:** na semana do Dia Internacional da mulher serão realizadas palestras sobre violência à mulher, em que haverá profissionais para auxiliar nos primeiros procedimentos e denúncias referente a violência;
- **PÁSCOA MAIS FELIZ:** terá por finalidade a arrecadação de caixas de bombons em prol as crianças do “Nosso Lar”. Serão disponibilizados no hall da igreja caixas temáticas da campanha para que as pessoas possam depositar as caixas de bombom como forma de contribuição com a sociedade. Estas caixas serão levadas até às instituições na semana da Páscoa;
- **UM NOVO OLHAR:** No mês de abril comemora-se o Dia Mundial da Conscientização do Autismo. Para que esta data seja lembrada por todos, por ser um assunto pouco falado, mesmo existindo muitos casos de autismo no Brasil, será realizado no FAC (Fraternal Auxílio Cristão) uma palestra em parceria com psicólogos da Instituição “Autismo Jaú”;
- **AMOR AQUECE:** Em parceria com o Jaú shopping, será disponibilizado um espaço no piso térreo, onde será montado toda a estrutura de uma loja, mas que terá as prateleiras vazias, contendo cartazes como de promoção, mas escrito frases como: “A MODA DE QUEM NÃO TEM O QUE VESTIR”, além de dados sobre as consequências ocorridas pelo frio. O intuito da loja vazia é que seja preenchida, pelas doações. A pessoa irá até o local para deixar sua doação;
- **FESTA JULINA:** A festa tradicional caipira acontecerá no mês de julho. Como algumas paróquias da cidade realizam em junho, o mês escolhido foi julho para fugir do tradicional. A entrada será beneficente com um quilo de alimento. A Festa Julina encerrará a campanha “AMOR AQUECE”, os alimentos serão entregues a comunidade Aliança de Misericórdia, que produzirão sopas e montarão cestas para serem distribuídos aos moradores de rua e no abrigo São Lourenço;

- **A PALAVRA SALVA (SETEMBRO AMARELO):** Essa ação será de conscientização e informação. A campanha tem início no dia primeiro de setembro, onde serão utilizados outdoor nos principais pontos da cidade, como centro e entrada de Jaú, durante a primeira bi-semana irão conter frases de apoio. Realização de palestra com psicólogos, tendo como Tema: “Falando Sobre o Suicídio”.
- **DIA DAS CRIANÇAS:** ação na praça da igreja com brinquedos como: pula-pula, tobogã e também pintura no rosto. Além da distribuição de pipocas, algodão doce e refrigerantes.

3.2 Religiosas:

- **SEMANA DA MULHER:** missa especial do Dia Internacional da Mulher, dando início a semana de palestra em parceria com a Casa Rosa (evento social). Nesta missa serão distribuídos botões de rosas e um cartão com mensagem especial para as mulheres participantes.
- **O AMOR ESTÁ NO AR:** missa com bênção em comemoração ao Dia dos Namorados, com sorteio de um jantar aos casais presentes na missa, na Pizzaria Don Cheff.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizarmos o projeto experimental, tivemos a oportunidade de lidarmos de certa forma com um real cliente, em que foi possível analisar e planejar uma campanha publicitária de acordo com as necessidades do cliente. Tais análises e desenvolvimento foram realizadas de forma satisfatória, pois desde o início do curso as disciplinas nos possibilitaram maior conhecimento histórico sobre a área da comunicação, o que nos fez perceber a mudança que acontece de forma gradativa nesse ambiente. Sendo assim, com os conhecimentos obtidos pudemos ter uma visão mais ampla e profissional sobre tais aspectos comunicacionais. A maneira como deve-se agir referente aos clientes, sejam eles já fidelizados pela marca ou que poderão ser possíveis clientes – prospects – deverá ser bem estruturada, para que assim possamos atingir os objetivos propostos.



A experiência que obtivemos, desde a base teórica ao momento da prática, nos fez ver o quão é importante termos esses ensinamentos dentro de uma instituição. Ao conhecermos as diversas áreas existentes em uma agência de publicidade, pudemos notar a admiração de cada integrante do grupo em relação a área de interesse, seja por uma atividade específica daquela área, ou de algum profissional que seja de grande motivação para querer estar seguindo o mesmo caminho.

O planejamento e as estratégias são diversos, por este motivo é necessário conhecermos e nos aprofundarmos de maneira única a cada público, não apenas trabalhar de forma massiva para todo tipo de cliente. Cada cliente possui uma necessidade, uma busca para suas enfermidades. Por isso, devemos pensar de forma estratégica para solucionarmos o que nos foi confiado.

Por esta razão, nosso projeto tem como objetivo principal promover a Igreja Nossa Senhora do Patrocínio para toda a sociedade, independentemente do segmento religioso. O âmbito dos eventos, das ações sociais e de muitas outras campanhas existentes deve atingir um grande número de pessoas possíveis, até porque queremos ir além de um segmento institucional, apenas para frequentadores, mas sim queremos que toda a sociedade esteja engajada nas ações.

A Igreja Nossa Senhora do Patrocínio busca ser algo a mais, busca ser promotora do bem à sociedade na qual está inserida, independentemente de crença ou qualquer outra questão que impeça as pessoas de frequentarem eventos e ações beneficentes à sociedade.

Ao realizarmos as campanhas, estruturamos o que era de maior relevância e traçamos estratégias voltadas mais para trabalhos sociais, como já citado acima, pois em nossa análise de pesquisa de campo notamos tal ausência em nosso cliente, a Paróquia Nossa Senhora do Patrocínio. A igreja é considerada como um grande Patrimônio Histórico da cidade de Jaú, sendo ela também a Padroeira da cidade.

As campanhas foram estruturadas para diversas plataformas, dentre elas: Outdoor, Televisão, Rádio, Panfleto, House Organ, Facebook, Instagram, site. Para que as campanhas pudessem ser veiculadas em diversas plataformas, analisamos a quantia de verba que tínhamos e notamos que seria possível, até pelo fato da verba ter sido um tanto quanto significativa para uma expansão maior de ações.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

REFERÊNCIAS

LAS CASAS, A. L. **Administração de Marketing**. Conceitos, Planejamento e Aplicações à Realidade Brasileira. 1º ed. Editora: Atlas, 2006. 552 p.

PROVAS NO PROCESSO PENAL: A VIOLAÇÃO DO DIREITO À INTIMIDADE E À PRIVACIDADE NO ACESSO A DISPOSITIVOS MÓVEIS COM REDES SOCIAIS E MENSAGENS PESSOAIS

Matheus Henrique de Souza Batista¹, Nayara Kobayashi Pontes², Perla Savana Daniel³, email: e-mail perlasavana@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa a análise crítica sobre a violação dos direitos à intimidade e à privacidade na obtenção de dados para a investigação criminal, onde será apontada a dicotomia presente sobre a licitude de apreensão de aparelhos celulares e verificações de mensagens em redes sociais sem a permissão do indivíduo investigado/suspeito.

É de suma importância ressaltar a evolução constante dos direitos do ser humano através dos séculos. Desde o antigo Egito e Mesopotâmia, no terceiro milênio a.C, onde era previsto alguns mecanismos de proteção individual em razão do Estado, podendo ser considerado o Código de Hamurabi como a primeira codificação que consagrou um rol de direitos a todos os homens. Vale salientar que a influência filosófico-religiosa nos direitos a todos os homens pôde ser sentida com a propagação das ideias de Buda, com fervor no sentido de igualdade sobre todos os cidadãos.

Na Grécia, surgem vários estudos relacionados à liberdade e igualdade do homem. Contudo, foi no Direito Romano que foi estabelecido um complexo de mecanismos visando proteger os direitos individuais em relação aos arbítrios estatais. Assim, no decorrer da história, surge, com um viés mais libertário, a Revolução Francesa que ajudou a dar origem à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, significando uma efetivação dos direitos humanos. Do mesmo modo, de forma mais recente, em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos surgiu ampliando a própria proteção das garantias fundamentais. Dentro do rol dos direitos fundamentais, destacam-se dois que são partes do estudo deste trabalho, são eles os direitos à

¹ Estudante do 4º período de Direito das Faculdades Integradas de Jaú, e-mail: matheush22_souza@hotmail.com;

² Estudante do 4º período de Direito das Faculdades Integradas de Jaú, e-mail: nayarakkpontes@hotmail.com;

³ Orientadora do trabalho. Professora do curso de Direito das Faculdades Integradas de Jaú.

privacidade e à intimidade. Tendo em vista que a sociedade começou a ter a percepção de que estes direitos fazem parte de sua individualidade sentiu-se uma necessidade de ter a plena eficácia de sua aplicação, pois vê-se que em muitos casos os mesmos não são respeitados.

A partir disto, o objetivo deste artigo é o de fomentar discussões, além da aplicação e efetivação dos direitos fundamentais para se assegurar um patamar de justiça aceitável, tal como os direitos à privacidade e à intimidade, ambos previstos na Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso X, notoriamente observado que há representantes de autoridades policiais que ferem mencionados direitos no momento em que apreendem celulares analisando os conteúdos que estão neste.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado com base em pesquisas bibliográficas, no Ordenamento Jurídico Brasileiro, decisões jurisprudenciais, posicionamentos doutrinários. Desta forma, a pesquisa ocorreu a partir do método conceitual-analítico para a construção de uma análise científica sobre o preso ou investigado que tem o seu aparelho celular ou semelhante apreendido como prova sem prévia autorização judicial. O estudo terá caráter essencialmente **qualitativo**, pois será exposto os resultados de análises de conceitos e ideias.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Primeiramente, é necessário distinguir o direito de intimidade do direito de privacidade. O primeiro visa proteger o mais íntimo da pessoa, aquilo que não tem contato com o mundo exterior ou então não tem uma publicidade, que não é do conhecimento de ninguém. Já o segundo, conforme menciona Alonso (2004. p. 457): “é tudo o que não pertence ao âmbito da intimidade, mas que, por sua vez, não transparece à esfera pública.”. Desta forma, percebe-se que os dois direitos possuem uma grande interligação.

É certo que a obtenção de dados provenientes de aplicativos de redes sociais de comunicação necessita de prévia autorização judicial ou o consentimento do proprietário do aparelho. Porém, é um tema controverso dentro dos egrégios colegiados jurídicos. Em 2007, o Superior Tribunal de Justiça em sua decisão do

Habeas Corpus nº 66.368 foi contra um acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Pará em que neste mencionava o pedido de revogação da prisão do indivíduo e no desentranhamento da prova tendo como base que a sua obtenção ocorreu de forma ilícita, ou seja, não houve ordem judicial para tal ato. Ainda em seu julgamento, o STJ usou como fundamentação de que é dever da autoridade policial fazer o recolhimento de provas no aparelho celular em caso de prisão em flagrante.

Contrária à decisão exposta anteriormente, o julgado HC 378.374 onde a relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, arguiu o princípio dos frutos da árvore envenenada, consagrada pela Constituição Federal no artigo 5º, inciso LVI, em que a nulidade da prova deve partir do pressuposto da ilegalidade de sua obtenção. Além disto, na jurisprudência da Suprema Corte dos EUA, possui diversas exceções que foram recepcionadas pelo ordenamento jurídico brasileiro no artigo 157, §§ 1º e 2º do CPP, sendo eles i) fonte independente e ii) descoberta inevitável.

Deste modo, indaga-se: a devida proteção aos direitos à privacidade e à intimidade para a obtenção de provas pode ser ultrapassado por lei ordinária, tomando como exemplo o Código de Processo Penal?

É necessário considerar que apesar de estar previsto na Constituição Federal no art. 5º, XII, o que este artigo tem se referido é de que há somente a proteção da comunicação de dados e não os dados em si mesmos. Ao passo que, com a evolução da tecnologia surgiu uma infinidade de dados que são de ordem pessoal, não mais somente ligações telefônicas e mensagens de texto (SMS), conforme leciona Ferrari (2011, p.611): “Cabe, ainda, ressaltar o papel do amplo sistema de informações computadorizadas, que podem propiciar uma devassa na vida da pessoa”[...]. É inquestionável, portanto, que os dados constantes nos aparelhos estão resguardados pela cláusula geral de proteção à intimidade, exposta no artigo 5º, X, da Constituição. A proteção dos dados armazenados em aparelhos celulares, portanto, é intrínseca ao direito fundamental à privacidade.

É mais do que certo de que não há lei ordinária que possa ser contrária à CF e principalmente aos direitos que emanam dela. Sobre isso, já explicava Hans Kelsen (1987, p. 246):

A ordem jurídica não é um sistema de normas jurídicas ordenadas no mesmo plano, situadas umas ao lado das outras, mas é uma construção escalonada de diferentes camadas ou níveis de normas jurídicas. A sua unidade é produto da relação de dependência que resulta do fato de a validade de uma norma, se

apoiar sobre essa outra norma, cuja produção, por seu turno, é determinada por outra, e assim por diante, até abicar finalmente na norma fundamental–pressuposta. A norma fundamental hipotética, nestes termos – é, portanto, o fundamento de validade último que constitui a unidade desta interconexão criadora.

Não obstante, é necessário entender alguns tópicos. A autoridade policial deve, conforme art. 6º, incisos II e III, respectivamente, apreender objetos que tenham relação com o fato criminoso e suas circunstâncias e colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias. Porém, é preciso que aqui sejam feitas algumas ressalvas: o recolhimento dos dados que estejam dentro de aparelhos celulares (e dentro das redes sociais de transmissão de dados, p.ex. Whatsapp) sem prévia autorização judicial, sua obtenção tornar-se-á ilícita. No mesmo sentido, a Lei 12.965/2014 que trata sobre o Marco Civil da Internet reforça a ideia da proteção à privacidade e à intimidade no ambiente virtual:

Art. 7º O acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania, e ao usuário são assegurados os seguintes direitos:

- I - inviolabilidade da intimidade e da vida privada, sua proteção e indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;
- II - inviolabilidade e sigilo do fluxo de suas comunicações pela internet, salvo por ordem judicial, na forma da lei;
- III - inviolabilidade e sigilo de suas comunicações privadas armazenadas, salvo por ordem judicial;

Em contrapartida, a depender do caso concreto, surge então a relativização do direito à privacidade em que adverte Brasileiro (2016, p. 996): “é necessária a existência de justa causa para a quebra do sigilo de dados telefônicos, corroborando a prevalência do interesse público à investigação sobre o direito fundamental de proteção à intimidade do indivíduo.”. O aguardo por uma ordem judicial pode resultar consequências irreparáveis, sendo exemplo no caso de uma dinamite que está a explodir e sua descoberta depende da informação contida no aparelho celular do infrator. Desta forma, o interesse público é mais relevante, ao ponto de ultrapassar a linha tênue da privacidade e da intimidade do indivíduo, em busca da proteção de bens jurídicos maiores. Assim foi o entendimento proferido no HC 51.531/RO:

Não descarto, de forma absoluta, que, a depender do caso concreto, caso a demora na obtenção de um mandado judicial pudesse trazer prejuízos concretos à investigação ou especialmente à vítima do delito, mostre-se possível admitir a validade da prova colhida através do acesso imediato aos dados do aparelho celular.

Desta forma, não se pode deixar de considerar o critério de proporcionalidade, visto que este diz respeito a direitos que estão em confronto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o exposto, é evidente que a importância desta análise realizada é de proporcionar que o indivíduo preso ou investigado tenha certeza de seus direitos à privacidade e à intimidade, e que estes não sejam violados em decorrência da falta de autorização judicial para a apreensão do telefone celular ou outro aparelho eletrônico que possam conter dados pessoais. Além disto, é necessário mencionar que os direitos e garantias fundamentais, previstos no art. 5º da CF, precisam ser respeitados pela autoridade policial, e não possuir somente um embasamento no Código de Processo Penal.

A partir disso, observar-se-á a licitude da obtenção de provas nos aparelhos celulares sem a autorização judicial e a permissão do indivíduo investigado. Conforme já mencionado neste presente artigo, evidencia-se que o meio em que a prova foi obtida é ilícito, conforme sustentam várias decisões do STJ, reforçando essa ideia.

Em contrapartida, é preciso sempre considerar o caso concreto aplicando o critério da proporcionalidade, visto que nenhum direito pode ser tido como absoluto e irrefutável. No tocante a isto, o ideal não é atribuir um valor radical à privacidade e à intimidade, pois há interesses públicos que sobrelevam a vida pessoal do indivíduo.

Em suma, deve ser levado em conta que o CPP foi criado em 1941, em um contexto histórico defasado. Com as novas tecnologias, observa-se que há uma necessidade de atualização do mesmo, ao passo que nos novos aparelhos eletrônicos a quantidade de dados pessoais é infinita, sendo preciso a abrangência da proteção de os tipos de dados, salvo nos casos em que há autorização judicial para a obtenção de provas para a investigação criminal.

REFERÊNCIAS

ALONSO, F. R. **Direito à privacidade**. Porto Alegre: Síntese, 2004.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus nº 51.531/RO** Rondônia. Relator: Ministro Nefi Cordeiro. Pesquisa jurisprudência. Disponível em: < <http://www.stj.jus.br/pesquisa/jurisprudencia> > - Acesso em 11 out. 2018.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

FERRARI, R. M. M. N. **Direito Constitucional**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

KELSEN, H. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

LIMA, R. B. **Manual de Processo Penal**. 4ª Ed. rev., ampl e atual. Salvador: JusPodvm. 2016.

ZENI, L. F. – **A supremacia da constituição e o controle de constitucionalidade**. Disponível em: < <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/612/A-Supremacia-da-Constituicao-e-o-Controle-de-Constitucionalidade>> - Acesso em: 10 out. 2018.

PSICOPATIA: IMPUTABILIDADE COM REDUÇÃO DA PENA?

Jéssica Pereira Silva, Natália Fernanda Munhoz, Perla Savana Daniel⁴, e-mail perlasavana@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Ao fazer uma análise do Código Penal em seu artigo 26, parágrafo único, entende-se que a pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. Ou seja, segundo o exposto acima ele seria um semi-imputável. Mas, o que seria a semi imputabilidade?

Para descrever a semi-imputabilidade, analisa-se o conceito de culpabilidade. Segundo Fernando Capez (2012) a culpabilidade costuma ser definida como o juízo de censurabilidade e reprovação exercido sobre alguém que praticou um fato típico e ilícito; não se trata de elemento do crime, mas pressuposto para imposição de pena. Existem três elementos dentro da culpabilidade segundo a teoria adotada pelo código penal: imputabilidade, potencial consciência da ilicitude e exigibilidade de conduta diversa. O mais importante para conceituar, diante do contexto do trabalho, é a imputabilidade, como já explicado no parágrafo único do artigo 26 do CP, o agente deve ter condições físicas, psicológicas, morais e mentais de saber que está realizando um ilícito penal, além de que, deverá ter totais condições sobre sua vontade.

Diante disso, será conceituado semi-imputabilidade logo abaixo, além de quem são e como agem os psicopatas, se deve haver a redução da pena para os mesmos, como deve ser o seu tratamento, e porque não existe lei específica para os crimes cometidos apenas por esses agentes.

2 METODOLOGIA

Neste presente estudo, foi utilizado o código penal, bem como doutrinadores entendidos deste assunto, dados médicos, manual de psicologia jurídica, acórdão, jurisprudência, vídeos relacionados ao tema com especialistas (em direito penal e

⁴ Orientadora do trabalho. Professora do curso de Direito das Faculdades Integradas de Jaú.

perito da polícia civil), bem como materiais de apoio (entre eles artigos disponíveis no Google Acadêmico).

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

Semi-imputabilidade, é a perda de parte da capacidade de entendimento e autodeterminação, alcançando os indivíduos em que as perturbações psíquicas tornam menor o poder de autodeterminação e mais fraca a resistência interior em relação à prática do crime. O agente é imputável e responsável por ter alguma noção do que faz, mas sua responsabilidade é reduzida em virtude de ter agido com culpabilidade diminuída em consequência das suas condições pessoais.

Existem três requisitos dessa semi-imputabilidade: causal, cronológico e consequencial. A tendência em conceder a semi imputabilidade ao psicopata, está justamente no elemento consequencial; os juízes e a jurisprudência tem se posicionado dizendo que este indivíduo até entende que o que está praticando é ilícito, mas não é inteiramente capaz de parar quando deve. Portanto, esse é o entendimento majoritário: o psicopata é um semi-imputável.

Também em relação a isso, existem aqueles que adotam a teoria clássica dentro do direito penal, afirmando que os psicopatas são plenamente capazes de realizar julgamentos morais e direcionar suas ações de acordo com esse entendimento, eles agem intencionalmente e voluntariamente, sabem a diferença entre o que é certo e errado, ao contrário de indivíduos com transtornos mentais como a esquizofrenia e demência que tem a capacidade de cognição alterada; sendo assim, acreditam ser impossível a redução de pena por semi imputabilidade.

APELAÇÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO CONSUMADO E HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. ALEGAÇÃO DE VEREDICTO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. NÃO RECONHECIMENTO DA SEMI-IMPUTABILIDADE PELOS JURADOS. **RÉU DIAGNOSTICADO COMO PSICOPATA**. IRRELEVÂNCIA. EXISTÊNCIA DE LAUDO PSIQUIÁTRICO INDICANDO QUE O RÉU TINHA CAPACIDADES COGNITIVA E VOLITIVA PRESERVADAS. VEREDICTO DOS JURADOS AMPARADO EM PROVA CONSTANTE DOS AUTOS. VEREDICTO MANTIDO. **1. A doutrina da psiquiatria forense é uníssona no sentido de que, a despeito de padecer de um transtorno de personalidade, o psicopata é inteiramente capaz de entender o caráter ilícito de sua conduta (capacidade cognitiva).** 2. Amparados em laudo psiquiátrico atestando que o réu possuía, ao tempo da infração, a capacidade de entendimento (capacidade cognitiva) e a capacidade de auto determinar-se diante da situação (capacidade volitiva) preservadas, os jurados refutaram a tese de semi-imputabilidade, reconhecendo que o réu era imputável. 3. Não

merece qualquer censura a sentença proferida pelo presidente do Tribunal do Júri que deixou de reduzir a reprimenda pela causa prevista no art. 26, parágrafo único do código penal, se o soberano conselho de sentença não afastou a tese da semi-inimputabilidade do réu. Precedentes do TJDFT. 4. Existindo duas teses contrárias e havendo plausibilidade na escolha de uma delas pelo Tribunal do Júri, não pode a Corte Estadual cassar a decisão do conselho de sentença para dizer que esta ou aquela é a melhor solução, sob pena de ofensa ao princípio constitucional da soberania dos veredictos (art.5º, XXXVIII,CF). 5. O Júri é livre para escolher a solução que lhe pareça justa, ainda que não seja melhor sob a ótica técnico-jurídica, entre as teses agitadas na discussão da causa. Esse procedimento decorre do princípio da convicção íntima. 6. Pretensão recursal de cassação do julgamento improvido.

Psicopatia é um termo que vem se tornando popular e frequentemente utilizado em pareceres jurídicos e documentos legais, especialmente em perícias que interessam à área do direito penal. É um transtorno de personalidade, pois implica uma condição mais grave de desarmonia na formação da personalidade. Portanto, o psicopata carrega esse transtorno de personalidade, ele já nasce psicopata. As características mais marcantes são: charme superficial e boa inteligência, falta de confiabilidade, remorso ou vergonha, insinceridade, comportamento, antissocial e inadequadamente motivado, julgamento pobre e dificuldade para aprender com a experiência, egocentricidade patológica e incapacidade para amar e senão, o mais importante, capacidade de manipulação. Eles agem de maneira fria e calculada, cometem crimes brutais que aterrorizam a sociedade como por exemplo os casos do Maníaco do Parque, Suzane Von Richthofen, Chico Picadinho, entre outros.

Existe um teste para medir a psicopatia chamado PCL-R, desenvolvido por Robert Hare, onde avalia o grau de risco da reincidência criminal, muito utilizado em diversos países.

Itens e Fatores da Escala de Hare:

Fator 1	Fator 2
1 Loquacidade e charme superficial	3 Necessidade de estimulação/tendência ao tédio
2 Superestima	9 Estilo de vida parasitário
4 Mentira Patológica	10 Descontroles comportamentais
5 Vigarice/manipulação	12 Transtornos de conduta na infância

6 Ausência de remorso ou culpa	13 Ausência de metas realistas e de longo prazo
7 Insensibilidade afetivo-emocional	14 Impulsividade
8 Indiferença/ falta de empatia	15 Irresponsabilidade
16 Incapacidade de aceitar responsabilidade pelos próprios atos	18 Delinquência juvenil
11 Promiscuidade sexual	19 Revogação da liberdade
17 – Muitas relações sexuais de curta duração	
20- Versatilidade criminal	

PCL – R= Psychopathy Checklist

Como a psicopatia não é uma doença mental, mas um transtorno de personalidade, não existe cura; o que vem sendo tentado, é a terapia cognitiva-comportamental que parece oferecer bons resultados.

Segundo Robert Hare (apud TRINDADE, 2011) algumas abordagens pode agravar a condição que se quer melhorar; por exemplo, certos programas podem oferecer um “incentivo” para o psicopata manipular, iludir e aproveitar-se dos outros gerando mais malefício do que benefício.

Não há nenhuma lei, decreto ou, portaria que mencione, mesmo que indiretamente a psicopatia. Somente a Lei de Execução Penal (Lei 7210/1984) em alguns artigos menciona a realização de exames criminológicos com vista a analisar o internado.

Como não há nenhuma lei penal que amolde a hipótese do crime cometido pelo psicopata, automaticamente evidencia uma lacuna normativa que influencia nos julgamentos feitos pelos juízes, assim, os magistrados passam a decidir conforme a legislação comum, sendo estes criminosos considerados “comuns”.

Atualmente há diversos projetos de lei em trâmite na Câmara dos Deputados com o intuito de alterar a Lei de Execução Penal prevendo a execução da pena do condenado psicopata, estabelecendo a realização de exame criminológico (por profissional qualificado) e a pena privativa de liberdade (separadamente dos presos comuns).



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referido trabalho preocupou-se em tratar do transtorno de psicopatia, trazendo suas características mais marcantes, como agem os indivíduos que tem esse transtorno, e o mais importante o tratamento jurídico-penal brasileiro a respeito desses agentes.

Como já exposto, o psicopata não é um doente mental, não sofre nenhum tipo de alucinação ou incapacidade/redução de entendimento de suas ações, e, por isso não deve ser tratado pelo nosso ordenamento jurídico como se doente mental fosse. Temos também a forma em que o Estado vem tratando os indivíduos que apresentam esse transtorno uma vez considerados pelo juiz como semi imputáveis, e a falta de uma lei que se aplique especialmente a crimes cometidos por psicopatas. A ciência não dispõe de um tratamento bom para controlar os psicopatas pela crença generalizada, não há nada que possa fazer para ser resolvido definitivamente o problema.

Conclui-se que a psicopatia é um dos problemas mais importantes do sistema judicial e que resta necessário o estreitamento de diálogo com a Psicologia Forense com fins de definir o melhor enquadramento jurídico-penal para os detentores do transtorno de psicopatia que para muitos é uma incógnita.

REFERÊNCIAS

CAPEZ, F. **Curso de Direito Penal**. São Paulo: Saraiva, 2012.

TRINDADE, J. **Manual de Psicologia Jurídica para operadores do direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

“QUEM AMA NÃO MATA” – O CRIME PASSIONAL NO TEMPO

Jacqueline Ramos Pereira, Juliane Fonseca Sipliano, Vanderlei de Freitas Nascimento Junior, e-mail: vanderlei.adv.jau@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Além dos conhecidos conceitos formal e material de crime, faz-se necessária a adoção de um conceito analítico de crime. Tais conceitos são insuficientes para permitir a dogmática penal à realização de uma análise dos elementos estruturais do conceito de crime.

A Lei de Introdução ao Código Penal Brasileiro faz a seguinte definição de crime: “considera-se crime a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativa”.

A expressão “crime passional” é utilizada para se referir aos crimes cuja principal motivação é uma forte emoção. A paixão não basta para produzir um crime e sim para explica-lo. Levando-se em conta esse termo, pode-se dizer que todo o crime é passional, o que o diferencia dos demais crimes é a relação do autor com a vítima; relação esta que poderá conter um alto grau de afeto e/ou sentimento de posse.

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste estudo científico, foi utilizado o método dedutivo analítico, baseado numa específica revisão de literatura, baseada em pesquisas na legislação, livros, doutrinas, jurisprudência, artigos científicos e casos verídicos que marcaram e chocaram a população brasileira ao longo da história.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O crime passional não tem um enquadramento jurídico próprio, sendo classificado e interpretado pelo dispositivo do artigo 121, § 1º do Código Penal (Homicídio Qualificado). Sobre isso, CAPEZ (2013) entende que:

O homicídio passional, na sistemática vigente, não merece, por si só, qualquer contemplação, mas pode revestir-se das características de crime privilegiado

desde que se apresentem concretamente todas as condições do § 1º do artigo 121 do CP.

Diz-se o privilegiado, pois pode ter a pena diminuída entre um sexto e um terço, se comprovada que teve como motivação a violenta emoção ou motivação pela vítima; não excluindo mesmo assim a responsabilidade do agente do crime, de acordo com a previsão do artigo 28, inciso I do Código Penal. Vale ressaltar que podem ocorrer também o aumento da pena (modalidade qualificada do crime de homicídio), por exemplo, no caso de crime cometido por motivo fútil ou torpe.

Na época do Brasil Império, existia uma Lei portuguesa que permitia que o homem matasse sua mulher e seus amantes se fossem surpreendidos em adultério; porém o inverso não se valia para a esposa traída. O Código Penal de 1830 acabou por eliminar essa regra. Posteriormente, o Código Penal de 1940 eliminou as excludentes de ilicitude referente a “perturbação dos sentidos”.

Na primeira metade do século XX era muito comum a absolvição do homem que matasse sua mulher por suspeita de adultério, e mesmo ainda com a nova figura do homicídio privilegiado, essa tese ainda é pouco usada pela defesa. Nossa sociedade mudou muito, mais não o suficiente.

A passionalidade difere-se da violenta emoção. O termo “passional” deriva de paixão; não de paixão, não de emoção e nem de amor. Partindo-se do princípio que os crimes passionais são impelidos pela paixão, toma-se por embasamento a definição do Dicionário Aurélio (2010):

Paixão é aquele sentimento ou emoção levados a um alto grau de intensidade, entusiasmo muito vivo, um vício dominador, desgosto, mágoa.

Ou seja, o termo passional diz respeito ao sentimento arrebatador que sobrepõe a lucidez e a razão, desta feita, leva o agente a cometer o delito, na maioria das vezes, premeditadamente. Não é um homicídio de impulso, ao contrário, ele é detalhadamente planejado.

O autor do crime passional se vê sempre como a única vítima da situação, pois acredita que sua moral e honra foram “manchadas” ou feridas pela vítima. O agente passional é cruel, e nunca é reincidente; vindo, muitas vezes, a confessar o crime

Como dito anteriormente, o crime passional não possui uma tipificação própria, sendo em sua maioria, um feminicídio; o qual está tipificado recentemente no nosso

Código Penal. Em 09 de março de 2015, foi sancionada a Lei 13.104, que prevê o feminicídio como uma qualificadora do crime de homicídio, descrito no caput do artigo 121 do Código Penal. Nessa mesma época, a Lei 8.072/1990 (crimes hediondos) foi alterada, incluindo o feminicídio no rol de crimes punidos como maior rigor penal.

Os Tribunais não aceitam mais a tese de legítima defesa da honra. O Brasil chegou a causar indignação as organizações internacionais de defesa de direitos humanos, devido ao alto número de absolvição dos assassinos de mulheres.

Atualmente, o Brasil ocupa a quarta posição de pior país do ranking de violência desse gênero, com uma taxa de 4,8 homicídios por casa 100 mil mulheres, em um grupo de 83 países; o que acaba mostrando, que mesmo nos tempos atuais, os homens ainda se sentem superiores as mulheres.

Assim diz Sampaio (1958):

O passionalismo que vai até o assassinio, muito pouco tem a ver com o amor. Efetivamente, não é amor, não é honra ferida, esse complexo de concupiscência e ódio, de torvo ciúme e estúpida prepotência que os Otelos chamam sentimento de honra, mas que, na realidade, é o mesmo apetite que açula a “uncia tigris” para a caça e a carnagem.

Desta forma, pode-se concluir que essa nova criação inserida no nosso ordenamento jurídico, mostra-se que ela não se faz desnecessária; ao contrário. Essa nova definição criminal se mostra esclarecedora, educativa e torna visível aquilo que se encontrava oculto no vocábulo “homicídio”.

Praticar homicídio, no sentido estrito da palavra, significa “matar um homem”; ao aplicar em um sentido amplo, significa matar uma pessoa de qualquer gênero; mas essa amplitude acarreta uma invisibilidade cada vez maior a mulher.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o Código Penal, aponta três circunstâncias que ensejam o privilégio no crime de homicídio, em seu artigo 121; quais sejam: motivo de relevante valor social, motivo de relevante valor moral e domínio de violenta emoção, logo em seguida, a injusta provocação da vítima.

O Direito Penal é o ramo do ordenamento jurídico que mais possui raízes e preocupações éticas, e, por esse motivo, acentua-se cada vez mais a significação dos motivos determinantes de um crime. O motivo é o antecedente psíquico da ação, a

força que põe em movimento, o querer e o transformar em ato: uma representação que impele a ação.

O motivo de relevante valor social ou moral já foi previsto no artigo 65, inciso III, alínea “a” do Código Penal, como uma circunstância que sempre atenua a pena, no tocante aos crimes em geral. No homicídio, contudo, eleva-se a categoria de causa de diminuição de pena, tornando-o privilegiado, seguindo os termos do artigo 121 do CP.

O Código Penal, por sua vez, filiou-se a uma concepção subjetivista, levando-se em consideração aspecto psicológico do agente que, dominado pela emoção violenta, não se controla; sua culpabilidade é reduzida, refletindo assim, na diminuição de pena a ser cumprida.

REFERÊNCIAS

BITENCOURT. C. R. **Tratado de Direito Penal**. Parte Geral 1. 24ª Edição. São Paulo. 2018. Saraiva.

CAPEZ. F. **Código Penal Comentado**. 4ª Edição. São Paulo. 2013. Saraiva.

DICIONÁRIO AURÉLIO. 8ª Edição. Curitiba. 2010. Editora Positivo.

ELUF. L.N. **A paixão no Banco dos Réus**. Casos passionais e feminicídio: de Pontes Visgueiro a Mizael Bispo de Souza. 9ª Edição. São Paulo. 2017. Saraiva.

FERLIN. D. **Crimes Passionais**. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/crimes-passionais>> Acesso em 02 out. 2018.

MASSON. C. **Direito Penal**. Parte Especial. Esquematizado. 10ª Edição. São Paulo. 2017. Editora Método. Vol.2.



RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO PRODUTOR RURAL SEM REGISTRO MERCANTIL

Amanda De Paula, Ana Laura Pavaneli, Kaique Ildelfonso M. R. Sapata, Renato Zanolla Montefusco, e-mail: kaiqueramires6@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Atualmente os produtores rurais compõem uma parcela expressiva na economia nacional, e devido a relevante crise econômica enfrentada pelo país nos últimos anos, não foram poucos os produtores rurais que se viram em dificuldades para arcar com seus compromissos e sob o risco de ter seu vasto patrimônio pessoal reduzido para pagamento dos credores. Com isso tornaram-se obrigados a procurar ajuda, amparados por excelentes profissionais da área de reestruturação, tais produtores enxergaram a recuperação judicial como a solução de seus problemas.

Com um período de forte crescimento do PIB vivenciado na última década, o Brasil martiriza-se atualmente em uma dificuldade econômica e política efetivamente turbulenta, acima de tudo em razão da desaceleração da atividade econômica, do alto índice de desemprego e de gravíssimos episódios de corrupção que têm conturbado o país, sobretudo política e economicamente.

Especificamente em relação ao agronegócio considerado, hoje, o setor mais importante para a retomada da economia nacional, representa 21% do PIB (Produto Interno Bruto) do país e é responsável por metade das exportações, tendo papel ativo na balança comercial brasileira. De acordo com a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), o setor agrícola representa, atualmente, 48% das exportações totais do país e é o que mais gera renda para o Brasil.

Porém é uma área frágil, pois além dos problemas, tais como: falta de infraestrutura, alterações climáticas, variações do câmbio, excesso de tributos, complexidade da legislação fiscal e trabalhista, barreiras a mercados internacionais, endividamento bancário, redução na oferta de crédito dentre outros fatores, é certo afirmar que o agronegócio não está imune às intempéries do cenário político econômico que têm assolado o País, especialmente nos últimos três anos.

Com efeito, muitos produtores rurais têm apresentado quadro de superendividamento e enormes prejuízos nos últimos anos, beirando a insolvência. Por este fato, a recuperação judicial tem despertado, cada vez mais, a atenção dos produtores rurais e das sociedades empresariais que atuam nos diversos segmentos do agronegócio. Porém grande parte desses produtores não possuem registro mercantil, de acordo com o disposto no Art 971 CC o qual estabelece que em especial para esses produtores é meramente facultativo o registro na junta comercial.

Entretanto, por ser facultativo o registro desses produtores, teoricamente não poderão fazer jus a tutela evidenciado àqueles inseridos no regime jurídico empresarial, sendo assim não podendo utilizar-se da recuperação judicial, com isso gerando diversas discussões doutrinárias e dúvidas aos operadores do Direito, pois a Lei 11.101/05 não estabelece de forma precisa se esses produtores sem registro poderão requerer a recuperação judicial.

O presente artigo tem como objetivo abordar a atual situação dos produtores rurais em especial pessoas físicas que não possuem registro mercantil e, devido à forte crise vivenciada nos últimos anos estão tendo muitas dificuldades para dar segmento a atividade rural, buscando solução na Lei nº 11.101/05, com isso gerando diversas discussões e conflitos doutrinários e jurisprudenciais decorrentes da mesma não estabelecer de forma clara e precisa a recuperação judicial desses produtores.

2 METODOLOGIA

O referente estudo, baseado no método dedutivo, foi lastreado no processo de recuperação judicial em especial do produtor rural pessoa física, a fim de expor a atual discussão na doutrina e na jurisprudência sobre os requisitos legais em face do produtor rural pessoa física, notadamente sobre se esse deve ou não estar registrado no órgão de empresas mercantis quando da impetração do requerimento de recuperação judicial, e sobre a maneira como se dará a comprovação de atividade regular há mais de dois anos, consoante exigência estabelecida no caput do art. 48 da Lei 11.101/05.

Para isso, foram utilizados artigos científicos, doutrinas específicas nas áreas: empresarial, jurisprudências, pesquisas bibliográficas e econômicas. Com isso, ficaram contextualizados neste trabalho o instrumento da recuperação judicial, o seu cabimento

e os requisitos legais estabelecidos pela jurisprudência para deferimento ao produtor rural pessoa física.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme destacado, a recuperação judicial pode ser solicitada por todo aquele que se enquadre no conceito de empresário, seja individual ou sociedade empresária, denominado como devedor, conforme o estabelecido no art 1º da Lei n. 11.101/05.

De acordo com o código civil art 966: “Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços”. Porém, o art. 967 do Código Civil impõe ser obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.

Por sua vez, o caput do art. 48 da Lei n. 11.101/05 designa que a recuperação judicial poderá ser requerida pelo devedor empresário que exerça regularmente suas atividades há mais de dois anos. Portanto, a partir de uma interpretação expressa e literal dos dispositivos legais mencionados, somente o empresário e/ou a sociedade empresária, devidamente regularizados perante os órgãos competentes há mais de dois anos poderão impetrar pedido de recuperação judicial.

Nesse contexto, vislumbra-se a questão principal que ensejou o referido artigo, a qual não estabelece de forma clara e objetiva, se o produtor rural não inscrito no registro mercantil, ou o produtor já inscrito, porém com prazo inferior a 2 anos, poderá requerer recuperação judicial visto que a referida Lei não deixa claro a necessidade do registro mercantil superior a 2 anos, apenas dispõe que o produtor rural tenha exercido no mínimo 2 anos atividade de empresa.

Contudo, ao se analisar o conceito de atividade rural, e, produtor rural, mesmo que não inscrito no órgão competente (pois é facultativo ao produtor rural tal inscrição), não há dúvidas que o mesmo pratique de fato atos de empresa, especialmente quando tal atividade é associada com operações negociais, cuja finalidade é obter lucro, sendo indiscutivelmente caracterizado o gerenciamento de célula empresarial (GUTIERREZ, 2016).

Nesse contexto, o TJSP consolidou o entendimento de que produtor rural não pode beneficiar-se nem ser prejudicado pela disciplina da recuperação judicial e da

falência, se não estiver inscrito no registro público competente, pois sua equiparação a empresário somente ocorrerá face a referida inscrição (Agravo de Instrumento nº 9031524-47.2009.8.26.0000. Rel. Des. Lino Machado, 6/7/2010).

Com efeito, a legislação pretende com o mencionado registro inibir oportunistas de se beneficiarem do sistema de recuperação, inibindo também a obtenção de vantagem ou benefício por quem, aventurando-se e assumindo riscos, exerça atividade econômica sem estar devidamente matriculado para tanto na forma do previsto no Código Civil para qualquer empresário, pessoa natural ou jurídica (SZTAJN, 2007). Portanto, se não houver a efetiva inscrição de ordem empresarial, o produtor rural pessoa física não será equiparado a empresário para os fins do art. 1º da Lei n. 11.101/05.

Além da inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, o caput do art. 48 da Lei n.11.101/05 exige que, no momento do pedido, essa inscrição tenha ocorrido no prazo superior a dois anos. Nesse aspecto, uma corrente jurisprudencial entende que deve prevalecer uma interpretação expressa e literal do caput do artigo 48; e com isso o produtor rural deve comprovar, cumulativamente, na fase da impetração da recuperação judicial, a inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis; e que essa inscrição foi feita há mais de dois anos. Entretanto, para uma segunda corrente jurisprudencial, não significa que o produtor rural pessoa física que fez a opção pelo registro mercantil há menos de dois anos, e antes do ajuizamento da recuperação judicial, não possa demonstrar, por outras provas, o exercício do ofício rural no período exigido pela norma.

Nesse diapasão, um exemplo prático aconteceu nos autos do processo n. 1001565-26.2016.8.26.0291, em trâmite perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Jaboatão/SP. Nesse caso, produtores rurais que atuam há mais de trinta anos no cultivo da cana-de-açúcar, amendoim, arroz e soja, e que estavam inscritos na Junta Comercial do Estado de São Paulo há menos de dois anos, contrariando, a princípio, o disposto no caput do art. 48 da Lei n. 11.101/05, obtiveram provimento jurisdicional que autorizou o processamento do pedido de recuperação judicial.

Para essa corrente jurisprudencial, portanto, deve, sim, haver o registro empresarial anterior à impetração da recuperação judicial. Contudo, a comprovação da regularidade da atividade empresarial pelo biênio mínimo estabelecido no caput do art.

48 da Lei n. 11.101/05 deve ser aferida pela constatação da manutenção e continuidade do exercício profissional (critério material), e não somente a partir da prova da existência de registro do empresário ou ente empresarial por aquele lapso temporal (critério formal). Esse é o entendimento atualmente adotado pelo TJSP (A.I. nº 2037064-59.2013.8.26.0000. Des. José Reynaldo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - 22/9/2014).

Há, ainda, uma terceira corrente, que defende que a inscrição no registro público de empresas mercantis não é condição imprescindível para a concessão da recuperação judicial ao produtor rural, uma vez que este não está obrigado a inscrever-se (art. 971 do Código Civil), e que a qualidade jurídica de empresário não é conferida pela formalidade junto ao órgão das empresas mercantis, mas sim pelo efetivo exercício da atividade profissional, razão pela qual se estará diante de efeito meramente declaratório - e não constitutivo - do registro.

Merece destaque, o projeto de Lei n. 6.279-a/2013, de autoria do deputado federal Jerônimo Goergen (PP/RS), que tem por objetivo alterar a Lei de Falência e Recuperação Judicial para permitir ao produtor rural pessoa física comprovar o prazo estabelecido no caput do art. 48 com a Declaração de Imposto de Renda. Sua justificativa para o projeto, reside no fato de que o ingresso do produtor no regime jurídico empresarial lhe permitirá a utilização da recuperação judicial na forma que hoje está inscrita na Lei n. 11.101/05 (facultado pelo art. 971 do Código Civil), além de não se ter popularizado entre os agricultores, condiciona a recuperação judicial ao registro prévio perante a Junta Comercial pelo prazo de dois anos. Cria-se, pois, uma lacuna na legislação brasileira, que não oferece mecanismos para a superação da crise do agricultor que não tenha optado pelo registro na Junta Comercial (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016).

Atualmente, o projeto tramita nas diversas comissões da Câmara dos Deputados e, caso aprovado, positivará o entendimento hoje adotado pelo TJSP, facilitando, com isso, a concessão da recuperação judicial ao produtor rural.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação as divergências acima relatadas, conclui-se que alguns produtores rurais têm obtido decisões favoráveis baseados na segunda corrente jurisprudencial,

consolidada no TJSP, no sentido de que o produtor rural deve comprovar inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis e que essa inscrição ocorreu em período anterior ao requerimento de recuperação judicial. Entretanto, a prova de que ele exerce suas atividades profissionais em período superior a dois anos deve ser aferida pela constatação da manutenção e continuidade do exercício profissional, e não somente a partir da prova objetiva da existência de registro do empresário ou ente empresarial por aquele lapso temporal.

REFERÊNCIAS

PIGATTO, G.; TAMARINDO, U. G. F.; BRAGA JUNIOR, S. S. **A Recuperação Judicial do Produtor Rural Pessoa Física: Requisitos Legais e Jurisprudenciais.** Revista Veredas do Direito, Belo Horizonte, v. 14, n. 28, p. 303-328, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/1008>>. Acesso em: 03 out 2018.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**, IBGE, 2018. <<http://datasebrae.com.br/perfil-do-produtor-rural/>>. Acesso em: 01 out 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 7.661, de 21 de junho de 1945.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del7661.htm>. Acesso em: 01 out 2018.

BIANCOLINI, A. **Recuperação judicial de produtor rural.** Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/67261/recuperacao-judicial-de-produtor-rural-a-dispensabilidade-do-registro-publico-de-empresas-mercantis-pelo-periodo-de-2-anos>>. Acesso em 02 out 2018

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 6.279-a, de 5 de setembro de 2013.** Autor: Deputado Federal Jerônimo Goergen-PP/RS. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=590868>>. Acesso em: 04 out 2018.

CORRÊA, M. **Exposição de motivos à Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11101-9-fevereiro-2005-535663-exposicaodemotivos-150148-pl.html>>. Acesso em: 07 out 2018.

FREITAS, E. **"Importância dos pequenos produtores no Brasil "**; Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/brasil/importancia-dos-pequenos-produtores-no-brasil.htm>>. Acesso em: 11 de outubro de 2018.



GUTIERREZ, L. **Consultor Jurídico**: Assim como o empresário, produtor tem direito à recuperação judicial. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-fev-21/livia-gutierrez-produtor-rural-direito-recuperacao-judicial>>. Acesso em: 07 out 2018.

ROBERTO PRANDI L.; SALOMÃO MARTINS M.; CEZAR ORSI C. **Recuperação Judicial Rural**: Equiparação do Produtor Rural como empresário. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/64472/recuperacao-judicial-rural-equiparacao-do-produtor-rural-como-empresario/1>>. Acesso em: 09 out 2018.

SOARES, GERBASI, T. **A controversa Recuperação Judicial do Produtor Rural**. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI273657,31047A+controversa+recuperacao+judicial+do+produtor+rural>>. Acesso em: 10 out 2018.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA STJ - **RECURSO ESPECIAL :REsp 1578579 MT 2016/0001944-9**. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/523270499/recurso-especial-resp-1578579-mt-2016-0001944-9>> Acesso em: 09 out 2018.

SZTAJN, R. **Da Recuperação Judicial**. Capítulo III. Comentários ao art. 48 da Lei n. 11.101/2005. In: Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falências: lei n. 11.101/2005. Coordenação: SOUZA JÚNIOR, Francisco de Satiro; PITOMBO, Antônio Sérgio Altieri de Moraes. 2. ed. Ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 224-225.

TJSP. (23 de 09 de 2014). **Agravo de Instrumento**: AI 2037064-59.2013.8.26.0000 SP 2037064-59.2013.8.26.0000. Relator: Desembargador José Reynaldo. DJ: 22/09/2014. Disponível em JusBrasil. <<https://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/141372951/agravo-de-instrumento-ai-20370645920138260000-sp-2037064-5920138260000>>. Acesso em: 04 de outubro de 2018.

RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS NA SOCIEDADE LIMITADA

Ana Júlia Sylvestre de Souza, Ana Luiza Frari dos Santos,
Renato Zanolla Montefusco, e-mail: anajuliassouza@hotmail.com.br

1 INTRODUÇÃO

A sociedade limitada é o tipo societário de maior presença na economia brasileira. Muito embora doutrinariamente, local e época sejam controversos, os motivos para o nascimento desse tipo societário não são. Nesse sentido, Rubens Requião afirma:

O surgimento das sociedades por cotas de responsabilidade limitada está envolto em viva controvérsia. Uns consideram-na de origem britânica e outros, alemã. Deve-se essa divergência ao uso que a legislação inglesa fez da expressão *limited*, secundada pela legislação francesa de 1863, que instituiu uma sociedade anônima impropriamente denominada de *société à responsabilité limitée*

Na contramão do entendimento doutrinário supramencionado Fábio Ulhoa afirma que a sociedade limitada foi criada na Alemanha no ano de 1892 não como uma sociedade anônima simplificada, mas sim como um tipo específico de organização societária.

No ordenamento jurídico pátrio, o então Ministro da Justiça, Nabuco de Araújo, seguindo a evolução normativa internacional apresentou projeto para criação da sociedade anônima simplificada em 1865, que foi rejeitado pelo imperador D. Pedro II no ano de 1867. O fato é que, na revisão do Código Comercial, em 1912, Herculano Inglês de Souza disciplinou pelo projeto de lei a sociedade por quotas que foi apresentado à Câmara de Deputados em 1918.

Desta feita, introduzida no ordenamento jurídico pátrio em 1919, ela representa hoje mais de 90% das sociedades empresárias registradas nas Juntas Comerciais. Deve-se o sucesso a uma de suas características, as quais serão tratadas no presente artigo: a limitação da responsabilidade dos sócios. A intenção do legislador ao criar esse tipo societário foi de estimular a atividade econômica, pois se sucumbisse ao insucesso, já se teria predefinido o limite das perdas, e o patrimônio pessoal dos empreendedores, em regra, não ficariam expostos. Conforme se examinará à frente, os sócios respondem, em regra, pelo capital social da sociedade limitada. Uma vez

integralizado todo o capital da sociedade, os credores sociais não poderão executar seus créditos no patrimônio particular dos sócios. Preservam-se os bens deste, assim, em caso de falência da sociedade limitada.

Em princípio, a sociedade limitada é disciplinada em capítulo próprio no Código Civil de 2002, nos artigos 1.052 a 1.087. De forma esclarecedora o art. 1.052 do diploma civilista estabelece que: “na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social”. Nas omissões do capítulo referente às sociedades limitadas, aplicam-se as regras das sociedades simples, também dispostas neste mesmo código, de acordo com o artigo 1.053, caput. Contudo, o Código Civil autoriza que nas omissões dos mencionados capítulos, a sociedade limitada seja regida pela lei 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), desde que haja previsão expressa no contrato social;

2 METODOLOGIA

O método utilizado na presente pesquisa é o analítico-dedutivo. Para construir as linhas argumentativas da presente pesquisa a consulta à bibliografia específica de direito empresarial e a legislação pátria foram utilizadas;

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As obrigações dos sócios começam imediatamente com o contrato social, se este não fixar outra data, e terminam apenas quando, liquidada a sociedade, se extinguirem as responsabilidades sociais (CC, art. 1.001). A responsabilidade dos sócios pelas obrigações da sociedade limitada, como diz o nome do tipo societário, está sujeita a limites. Nesse sentido a experiência jurisprudencial é clara:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. ISS. SOCIEDADE UNIPROFISSIONAL. RESPONSABILIDADE LIMITADA. CARÁTER EMPRESARIAL. ART. 9º §§1º e 3º, DO DL 406/1968. INAPLICABILIDADE. SÚMULA 7/STJ.
(...)

3. Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas (art. 1.052 do CC) (...) (grifo nosso)

(STJ – AgRg no AREsp: 352877 ES 2013/0176784-1. Relator: Ministro HERMAN GENJAMIN, Data de Julgamento: 10/09/2013, T2 – SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/09/2013)

A personalização implica a separação patrimonial entre a pessoa jurídica e seus membros, de modo que o sócio e a sociedade são sujeitos distintos, cada qual com seus direitos e deveres, não podendo as obrigações de um serem imputadas a outros. Desse modo, em regra, os sócios não são responsáveis pelas dívidas sociais das sociedades limitadas, respondendo apenas pelo valor das quotas com que se comprometem no contrato social. Se os bens do patrimônio social são insuficientes para responderem pelo valor total das dívidas que a sociedade contraiu na exploração da empresa, os credores só poderão responsabilizar os sócios, executando bens de seus patrimônios individuais, até certo montante. Alcançado este, a perda é do credor.

O limite da responsabilidade dos sócios, na sociedade limitada, é o total do capital social subscrito e não integralizado. Capital subscrito é o montante de recursos que os sócios se comprometem a entregar para a formação da sociedade, em contrapartida o capital integralizado é a parte do capital social que eles efetivamente entregam, ou seja, enquanto o capital social não estiver integralizado, a responsabilidade dos sócios é solidária e qualquer um poderá ser compelido a cumprir o montante que falta. Nesse contexto Fabio Ulhoa explica que:

Sócio e sociedade são sujeitos distintos, com seus direitos e deveres. As obrigações de um, portanto, não se podem imputar ao outro. Desse modo, a regra é a irresponsabilidade dos sócios pela dívidas sociais. Isto é, os sócios se comprometem apenas pelo valor das quotas com que se comprometem, no contrato social (CC, art. 1052). É esse o limite de sua responsabilidade.

Assim, ao firmarem o contrato social, os sócios estipulam o capital social, podendo ser dividido em cotas iguais ou desiguais, e, no ato da subscrição, poderão comprometer-se a contribuir para a formação mediante pagamento em dinheiro (à vista ou a prazo), ou bens, desde que sejam avaliados para que correspondam a uma determinada quantidade de quotas, sendo-lhes, entretanto, vedada a contribuição que consista em prestação de serviços. Em caso de inexatidão nessa avaliação de bens, todos os sócios terão responsabilidade solidária pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados do registro da sociedade. Ressalte-se que a pessoa se torna sócia de uma sociedade limitada e, em decorrência, passa a titularizar direitos de sócio, tais como o de participar nos lucros sociais, quando da subscrição do capital social, e não de sua integralização. Isso porque é com a subscrição que a pessoa se torna detentora de participação societária e, conseqüentemente, sócia da sociedade limitada.

Em suma, se o contrato social estabelece que o capital está totalmente integralizado, os sócios não têm nenhuma responsabilidade pelas obrigações sociais. Falindo a sociedade, e sendo insuficiente o patrimônio social para liquidação do passivo, a perda será suportada pelos credores. Observe-se que contribuir para a formação do capital social, na forma e no prazo estabelecido no contrato, é uma das principais obrigações dos sócios, e aquele que deixar de cumpri-la, nos 30 (trinta) dias seguintes ao da notificação pela sociedade, torna-se sócio remisso e responderá perante esta pelo dano emergente da mora, podendo, conforme deliberação dos demais sócios, ser cobrado judicialmente pelo montante devido, ou ter a sua participação reduzida ao montante eventualmente integralizado, ou ainda ser expulso da sociedade, devolvendo-lhe o que houver pagado, deduzidos os juros da mora, as prestações estabelecidas no contrato mais as despesas (CC, art.1.004, parágrafo único e art. 1.058).

Ademais, se o contrato nada dispuser, o sócio pode ceder sua cota, total ou parcialmente: para quem já seja sócio, independente da audiência dos demais sócios; e para quem não seja sócio, se não houver oposição de mais de $\frac{1}{4}$ do capital social (CC, art. 1.057). Dessa forma, sobre a responsabilidade do cedente e do cessionário, devemos aplicar a regra das sociedades simples prevista no art. 1.003, qual seja, ambos ficam solidariamente responsáveis por 02 (dois) anos pelas obrigações contraídas até a data da cessão. Este prazo só começa a contar a partir da averbação da modificação no quadro social.

Insta ser mencionado que o instrumento de cessão deve ser averbado juntamente com a manifestação dos sócios anuentes. A responsabilização dos sócios nas situações de prática de irregularidades não depende do prévio exaurimento do patrimônio social, de modo que, a título exemplificativo, se alguns sócios de uma sociedade limitada autorizam por escrito o administrador a prestar, em nome da sociedade, uma fiança, indo contra a previsão do contrato social, o credor pode exercer seu direito de crédito contra o devedor principal, a limitada ou os sócios que deram a autorização, nos termos do artigo 1.080 do Código Civil. Também quando ocorrer a desconsideração da personalidade jurídica, o sócio deve ser diretamente demandado pelo sujeito lesado, com ou sem o litisconsórcio da sociedade.

A limitação da responsabilidade dos sócios pelas obrigações sociais pode parecer, à primeira vista, uma regra injusta, mas não é. Como o risco de insucesso é inerente a qualquer atividade empresarial, o direito deve estabelecer mecanismos de limitação de perdas, para estimular empreendedores e investidores à exploração empresarial dos negócios. Se o insucesso de certa empresa pudesse sacrificar a totalidade do patrimônio dos empreendedores e investidores (pondo em risco o seu conforto e de sua família, as reservas para futura educação dos filhos e sossego na velhice), é natural que eles se mostrariam mais reticentes em participar dela. O prejuízo seria de toda a coletividade, já que os bens necessários ou úteis à vida dos homens e mulheres produzem-se em empresas.

Por outro lado, quanto maior o risco, maior a perspectiva de rentabilidade que o negócio deve apresentar, para atrair o interesse de empreendedores e investidores. Sem regras limitadoras de perdas e responsabilidade, os lucros empresariais deveriam ser maiores, para compensar o elevado risco de insucesso; em consequência, também seriam maiores os preços dos bens ou serviços adquiridos no mercado.

Nesse contexto, deve-se observar que a inexistência, no ordenamento jurídico, de normas empresariais que ponha limites às perdas dos sócios em pelo menos um dos seus tipos societários, as mercadorias nele produzidas não teriam competitividade no comércio internacional, frente às de outros países dotados de regras de limitação de responsabilidade. Contudo, a regra da limitação da responsabilidade dos sócios da sociedade limitada comporta exceções. Nas hipóteses de caráter excepcional, os sócios responderão subsidiários, mas ilimitadamente, pelas obrigações da sociedade. São as seguintes: a) os sócios que adotarem deliberação contrária à lei ou ao contrato; b) a sociedade marital, isto é, a composta exclusivamente por marido e mulher; c) a Justiça do Trabalho tem protegido o empregado deixando de aplicar as regras de limitação da responsabilidade dos sócios. Tal orientação, de base legal questionável, deriva, na verdade, da intenção de proteger o hipossuficiente, na relação de emprego; d) se o sócio fraudar credores valendo-se do expediente da separação patrimonial, poderá ser responsabilizado ilimitadamente por obrigação da sociedade, em decorrência da teoria da desconsideração da pessoa jurídica (CC, art. 50).

A propósito, sobre o tema, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu que: em caso de dissolução da sociedade, sem pagamento de suas dívidas, seguem os sócios

respondendo e eles devem ser incluídos no polo passivo da execução, observando-se que a inclusão dos sócios não se dará por desconsideração da personalidade jurídica da executada, que não existe mais, mas porque, diante de tais circunstâncias, respondem eles diretamente pelo débito, no limite de sua responsabilidade pessoal. (Apelação nº 2155535-58.2018.8.26.0000 - voto 26509 - 29ª Câmara de Direito Privado, j. 10.10.18, rel. Exma. Desembargadora SILVIA ROCHA);

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Restou demonstrado, portanto, as formas pelas quais o Código Civil dispõe sobre a responsabilidade dos sócios na sociedade limitada, partindo-se do pressuposto que, como regra geral, os sócios não respondem com seus patrimônios pessoais pelas obrigações da sociedade, em razão do princípio da autonomia patrimonial. Demonstrou-se a responsabilidade dos sócios pelo capital social não integralizado. Verificaram-se as demais formas de responsabilização pessoal dos sócios previstas no Código Civil e as exceções perante a limitação da responsabilidade, onde estes responderão ilimitadamente. Com efeito, o fato de os sócios responderem limitadamente pelas obrigações sociais faz com que muitos empreendedores em potencial se sintam estimulados à constituição de uma sociedade limitada para o exercício de empresa, uma vez que a limitação de responsabilidade, conforme já mencionamos, funciona como relevante fator de redução do risco empresarial.

Dessa forma, cada sócio deve subscrever uma parte do capital, ficando, conseqüentemente, responsável pela sua respectiva integralização. Portanto, todos os sócios têm o dever de subscrição e integralização de quotas, isto é, todos os sócios têm o dever de adquirir quotas da sociedade e de pagar por essas respectivas quotas, contribuindo para a formação do capital social, ainda que essa contribuição seja ínfima. Efetivar a contribuição prometida no tempo e na forma previstos no contrato social é o principal dever de qualquer sócio. Concluindo, com essa característica, a sociedade limitada torna-se um tipo societário bastante atrativo para os pequenos e médios empreendimentos.



REFERÊNCIAS

TOMAZETTE, M. **Curso de Direito Empresarial: Teoria Geral e Direito Societário**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ULHOA, F. C. **Manual de Direito Comercial: Direito de Empresa**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

ULHOA, F. C. **Curso de Direito Comercial**, volume 2: Direito de Empresa. 11. Ed. Rev. E atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

RAMOS, A. L. S. C. **Direito Empresarial**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

REQUIÃO, R. **Curso de Direito Comercial**. 25. Ed. São Paulo: Saraiva, 2003. P. 456.



RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA

Pâmela Daniela Lerner, Victor Róvero Magalhães, Renato Zanolla Montefusco,
e-mail: rzmontefusco@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Para desenvolvimento do presente trabalho, a delimitação do tema residuiu na esfera penal, ainda que essa responsabilidade para a pessoa jurídica tenha sido implantada também nas esferas cível e administrativa.

Por conta da importância que a pessoa jurídica tem apresentado dentro da sociedade, até pela possibilidade de praticar atos civis, essa questão da sua penalização tem sido bastante controversa tanto para a doutrina como para a jurisprudência. Desta forma, são comuns decisões que responsabilizam a pessoa jurídica e, da mesma forma, outros que excluem a sua imputação sob a tese de inexistência da vontade, haja vista que esta é exclusiva das pessoas naturais.

A falta de identificação conjunta do indivíduo que cometeu o ato ilícito com a pessoa jurídica impede sua colocação no polo passivo da demanda. Contudo, já há precedentes permitindo que a imputação recaia apenas sobre a pessoa jurídica.

Contudo, isso se revela como um empecilho à segurança jurídica diante da inexistência da regulamentação sobre o tema, exceto na esfera ambiental. Assim, a pesquisa deve analisar a responsabilização da pessoa jurídica, seja ela de direito público ou privado, o que se dará com embasamento teórico em doutrina e jurisprudência, além de outras produções científicas.

Um primeiro passo na produção do trabalho deve ser dado com a questão da penalização na esfera ambiental, pois esta forma foi a pioneira no embasamento da imputação da pessoa jurídica. Após essa breve análise, segue às investigações acerca da capacidade de responsabilização penal da pessoa jurídica.

Em sequência, pretende-se realizar um exame dos requisitos necessários à imputação penal, de que forma isso pode se dar, se a figura de uma pessoa física é necessária para completar o polo passivo da demanda e o que ainda divide os posicionamentos nos tribunais.

O presente projeto tem por objetivo investigar as hipóteses legais em que a pessoa jurídica pode ser penalmente responsabilizada, baseado nos estudos da doutrina e em decisões dos tribunais. Aqui residem grandes controvérsias, uma vez que em determinadas decisões permite-se essa responsabilização, enquanto que em outras esse fundamento é excluído, o que gera insegurança jurídica diante da inexistência de regulamentação.

Com o desenvolvimento deste projeto, pretende-se:

1. Apresentar a capacidade penal da pessoa jurídica
2. Apresentar os requisitos necessários para imputação penal
3. Discorrer acerca da responsabilidade penal da pessoa jurídica de direito público.

Por fim, pretende-se abordar a responsabilidade penal da pessoa jurídica, analisando-se a possibilidade do apontamento da conduta ilícita e também aplicação de penalidade.

Não é a intenção esgotar o tema, haja vista sua amplitude e controvérsias nos posicionamentos doutrinários e também na jurisprudência. Mas pretende-se esclarecer questões importantes que possam contribuir de alguma forma para os estudos acerca do tema.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa teve o desenvolvimento da proposta através do método analítico-dedutivo em vista da análise bibliográfica específica, legislação pátria e experiência jurisprudencial dos tribunais superiores para que, desta feita possa ser observado o fim colimado do presente trabalho, a responsabilização penal da pessoa jurídica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O embasamento constitucional permissivo para a responsabilização penal da pessoa jurídica encontra-se no art. 225 § 3º da Constituição Federal, conforme abaixo transcrito. O dispositivo trata explicitamente de crimes ambientais, sendo considerado um marco no direito Brasileiro. Os anteprojetos e orientações que deram origem à lei 9.605/98 obedeceu parâmetros legislativos e foi a luz para a possibilidade de se imputar na esfera penal a pessoa jurídica.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Conforme pode ser observado, as sanções podem ser observadas de forma transversal, ou seja, alcançam a esfera cível e administrativa também; contudo, estas não são objeto de estudo da presente proposta de trabalho, a qual se limita à esfera penal.

Quanto à capacidade penal da pessoa jurídica, Silva (2002) considera que não apenas as pessoas físicas podem agir com condutas penalmente relevantes, mas também as pessoas jurídicas, além de agrupamento de pessoas, de empresas, etc. Ou seja, grupos que tenham seu núcleo estruturas organizadas de forma complexa e que tenham por finalidade a divisão do trabalho, dentro de uma estrutura hierárquica que permita uma melhor avaliação da imputação que se lhe atribui.

É neste ponto que residem os entendimentos diversos referentes à matéria, uma vez que há correntes que discordam e outras que concordam na possibilidade de se imputar penalmente determinada conduta à pessoa jurídica.

Uma corrente segue liderada por Cezar Roberto Bitencourt, Miguel Reale Júnior, Luis Régis Prado, entre outros juristas que entendem como impossível a imputação de penalidades a pessoa jurídica.

Outra corrente, ainda sob esta mesma ótica, baseia sua tese na teoria da ficção jurídica proposta por Savigny (2006), a qual considera pessoas jurídicas como figuras abstratas, ou seja, sem existência real e, portanto, incapazes de expressar vontade ou ter consciência. Assim, sem possibilidade de praticar atos tipicamente humanos, não há de se falar em aplicação de sua culpabilidade pelas ausências acima mencionadas.

No entendimento de Damásio de Jesus (2007, p.135) em defesa da corrente proposta por Otto Gierke baseada na teoria da realidade (ou orgânica) relata que:

(...) a personalidade natural não é uma criação do direito, sendo que este a recebe das mãos da natureza, já formada, e limita-se a reconhecê-la. A personalidade jurídica, ao contrário, somente existe por determinação de lei e dentro dos limites fixados.

Já para Sérgio Salomão Schecaira (1999) segundo a teoria da realidade, não é possível a existência do fato típico sem que se determine o dolo ou a culpa. Considera-se ainda que a pessoa jurídica possui vontade própria, uma vez que esta advém de seus dirigentes, ou seja, de forma coletiva, materializada nas reuniões e deliberações que podem resultar em condutas delituosas.

No tocante as pessoas jurídicas de direito público, deve-se mencionar que são divididas em internas (estados, municípios, Distrito Federal, autarquias e fundações) e externos (estados estrangeiros, comunidades internacionais, e pessoas que são regidas pelo direito internacional público às quais a lei confere personalidade, tornando-as sujeitos de direitos e obrigações distintas daqueles que participam da sua configuração).

Desta forma, ao longo do desenvolvimento da presente proposta de trabalho, pretende-se apresentar minuciosamente os tópicos aqui brevemente relacionados, de modo de esclarecer o leitor acerca do tema, trazendo à discussão suas mais recentes divergências e decisões.

Acerca de tais divergências e decisões supra mencionadas segue jurisprudência do STF:

EMENTA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO PENAL. CRIME AMBIENTAL. RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA. CONDICIONAMENTO DA AÇÃO PENAL À IDENTIFICAÇÃO E À PERSECUÇÃO CONCOMITANTE DA PESSOA FÍSICA QUE NÃO ENCONTRA AMPARO NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. 1. O art. 225, § 3º, da Constituição Federal não condiciona a responsabilização penal da pessoa jurídica por crimes ambientais à simultânea persecução penal da pessoa física em tese responsável no âmbito da empresa. A norma constitucional não impõe a necessária dupla imputação. 2. As organizações corporativas complexas da atualidade se caracterizam pela descentralização e distribuição de atribuições e responsabilidades, sendo inerentes, a esta realidade, as dificuldades para imputar o fato ilícito a uma pessoa concreta. 3. Condicionar a aplicação do art. 225, §3º, da Carta Política a uma concreta imputação também a pessoa física implica indevida restrição da norma constitucional, expressa a intenção do constituinte originário não apenas de ampliar o alcance das sanções penais, mas também de evitar a impunidade pelos crimes ambientais frente às imensas dificuldades de individualização dos responsáveis internamente às corporações, além de reforçar a tutela do bem jurídico ambiental. 4. A identificação dos setores e agentes internos da empresa determinantes da produção do fato ilícito tem relevância e deve ser buscada no caso concreto como forma de esclarecer se esses indivíduos ou órgãos atuaram ou deliberaram no exercício regular de suas atribuições internas à sociedade, e ainda para verificar se a atuação se deu no interesse ou em benefício da entidade coletiva. Tal esclarecimento, relevante para fins de imputar determinado delito à pessoa jurídica, não se confunde, todavia, com subordinar a responsabilização da pessoa jurídica à responsabilização conjunta e cumulativa das pessoas físicas envolvidas. Em não raras oportunidades, as

responsabilidades internas pelo fato estarão diluídas ou parcializadas de tal modo que não permitirão a imputação de responsabilidade penal individual. 5. Recurso Extraordinário parcialmente conhecido e, na parte conhecida, provido. (RE 548181, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 06/08/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-213 DIVULG 29-10-2014 PUBLIC 30-10-2014)

Este entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal maximiza a eficácia do Art. 225 §3º da Constituição Federal, pois este permite individualizar a pessoa física da pessoa jurídica, uma vez que a figura da pessoa jurídica servia de escudo para descaracterizar o delito cometido pela pessoa física, não sendo necessária a simultânea persecução penal para penalizar a pessoa jurídica. Além ampliar o alcance das sanções penais, tal jurisprudência preza pela tutela do bem jurídico ambiental.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A responsabilização penal da pessoa jurídica foi uma ideia ousada. A ideia de atribuir sanção não só aos autores materiais da ação penalmente tutelada pelo Estado, como também a pessoa jurídica, vai de encontro com as mutações contemporâneas que atualmente vem sendo traduzidas como globalização.

Entretanto, encontra grandes dificuldades de implementação, em nosso país, em razão das resistências que encontra por parte dos operadores do direito e pelas imperfeições da lei 9.605/98.

As resistências são baseadas em alguns argumentos, são eles: a) não há responsabilidade sem culpa; b) o princípio da personalidade das penas; c) algumas espécies de penas jamais poderiam ser aplicadas às pessoas jurídicas, como as de prisão; d) a pessoa jurídica é incapaz de arrependimento, não podendo ser reeducada.

Desta forma, busca-se uma atitude mais concreta em face da responsabilização criminal dos entes coletivos, superando-se os obstáculos que impedem sua implementação, seja pela realização de alterações na lei, seja pela mudança na mentalidade dos operadores do direito.

A tutela penal é indispensável à proteção do meio ambiente, com o advento da lei 9.605/98, foi dado um passo no sentido de tutelar esse direito fundamental de todo cidadão, que é ter um meio ambiente ecologicamente equilibrado, cabendo agora, maximizar a efetividade da lei.



REFERÊNCIAS

- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 10 out. 2018.
- JESUS, D. E. **Direito Penal**, volume 1: parte geral. 28 ed. rev. – São Paulo: Saraiva, 2007.
- JESUS, D. E. **Direito Penal**, parte geral. p 135. rev. – São Paulo: Saraiva, 2007.
- ROCHA, F. A. N. G. **Responsabilidade penal da pessoa jurídica**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 2002.
- SAVIGNY, aput FREITAS, G. P.; FREITAS, V. P. **Crimes contra a natureza**. 8. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.
- SHECAIRA, S S. **Responsabilidade penal da pessoa jurídica**, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1999.
- SILVA, L. N.. O Direito Penal Econômico como Direito Penal da Empresa. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 608, 8 mar. 2005. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/6415>. Acesso em 10 out. 2018.



RESTRIÇÕES DE CONTEÚDO DA PLATAFORMA YOUTUBE: UM ESTUDO SOBRE O YOUTUBER EVERSON ZÓIO

Ana Luiza Lima de Francesco, Júlia Colleti Constantino, Murilo Caetano dos Santos, Paulo Fernando do Nascimento Afonso, e-mail: afonso@conectcor.com.br.

1 INTRODUÇÃO

O YouTube é uma plataforma que permite aos usuários assistirem e compartilharem vídeos sobre diversos temas e assuntos. O YouTube foi criado em fevereiro de 2005, por dois funcionários, Chad Hurley e Steve Chen, de uma empresa de tecnologia situada em São Francisco, EUA. O site surgiu para facilitar a vida virtual das pessoas, que era compartilhar arquivos de vídeo, já que estes eram muito grandes, o que dificultava seu envio por e-mail.

O site permite que os usuários coloquem seus próprios vídeos na rede, sendo visualizados por pessoas do mundo inteiro. Após o grande sucesso do YouTube, o Google anunciou a compra da plataforma, no início de 2006, pela quantia de US\$1,65 bilhão. Em agosto de 2006, o site conseguiu ultrapassar a marca de um bilhão de visualizações, assim, vivendo seu primeiro sucesso viral (SILVA, 2015).

Com base nas estatísticas do site, hoje conta com mais de um bilhão de usuários, onde, todos os dias, diversas pessoas assistem a centenas de milhões de horas aos vídeos. Ano após ano, o número de horas mês que pessoas assistem no YouTube cresce até 50%. O site está localizado atualmente em 75 países e disponível em 61 idiomas. Esses números quantificam seu sucesso e demonstram a necessidade dos usuários em compartilhar cada vez mais momentos com pessoas e amigos. Hoje, o site é considerado um ótimo local para criar conhecimento e gerar talentos (SILVA, 2015).

Conteúdo com teor sexual explícito, como pornografia, não é permitido. Vídeos que apresentem conteúdo fetichista serão removidos ou sofrerão restrições de idade, dependendo da gravidade da ação em questão. Em muitos casos, fetiches violentos, explícitos ou humilhantes têm sua exibição proibida no YouTube (YouTube, 2018)

A plataforma conta com diversos membros da comunidade para denunciar qualquer conteúdo que seja considerado inadequado. Como as denúncias são

anônimas, os outros usuários não saberão quem as enviou. A equipe do YouTube analisa vídeos denunciados 24 horas por dia, sete dias por semana. Caso não encontre violações, o vídeo continuará no site, independentemente da quantidade de denúncias que receber. No caso contrário, a resposta poderá ser a suspensão dos privilégios do criador do conteúdo ou até mesmo o encerramento de sua conta.

Estudo do canal do YouTuber/criador de conteúdo Everson Zóio e sua transmissão online exibida originalmente em 2017, onde relata um suposto estupro contra à ex-namorada. No vídeo, Everson Zoio e mais três amigos aparecem conversando e o youtuber conta sobre o dia em que, segundo ele, fez sexo com a ex-namorada na fazenda da família dela, enquanto ela dormia. Com tudo, estaria na cama com sua namorada, quando foi avisado por ela que “Não rolaria nada, porque estava cansada.” O YouTuber conta que teria despido a garota enquanto ela dormia e começado o ato sexual. Questionado por um dos amigos se ela não havia percebido o que estava acontecendo, Everson responde que não, a garota teria acordado apenas depois do ato já iniciado.

No instante em que o vídeo foi publicado, não gerou comentários negativos, mas quando o caso ganhou repercussão, em julho deste ano, a assessoria de Zóio disse que o vídeo não passou de uma brincadeira, admitindo que se tratava de uma brincadeira de mau gosto, e o vídeo sendo apagado da plataforma.

2 METODOLOGIA

Um dos procedimentos mais visados pelos investigadores na atualidade, que pode ter sua escolha definida sem o devido cuidado com o objeto de estudo que é proposto, é a pesquisa bibliográfica [...] a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório. Como a pesquisa bibliográfica tem sido um procedimento bastante utilizado nos trabalhos de caráter exploratório-descritivo, reafirma-se a importância de definir e de expor com clareza o método e os procedimentos metodológicos que envolverão a sua execução, detalhando as fontes, de modo a apresentar as lentes que guiaram todo o processo de investigação e de análise da proposta (LIMA&MIOTO, 2007, p. 38).

Os métodos de pesquisa quantitativa, de modo geral, são utilizados quando se quer medir opiniões, reações, sensações, hábitos e atitudes etc. de um universo

(público-alvo) através de uma amostra que o represente de forma estatisticamente comprovada. (SILVA, 2015)

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para pôr em prática o tema apresentado, foi analisado toda a repercussão causada devido a transmissão de vídeo exibida no canal do YouTuber Everson Zóio e ver quais foram as decisões tomadas, da parte da plataforma e a defesa do criador de conteúdo.

Analisando alguns de seus vídeos, é possível perceber que a plataforma tomou a seguinte decisão: A restrição de idade. Isso só acontece quando algum conteúdo sinalizado, descumpra as diretrizes da comunidade do YouTube, podendo ser apenas visualizado por maiores de 18 anos. Por conta disso, os vídeos de seu canal só poderão ser assistidos se o usuário estiver em sua conta, ou seja, não é possível assistir sem ao menos ter feito “login”.

O YouTuber foi acusado de estupro, violando as regras da comunidade, por conter teor sexual/abuso. Nenhuma medida drástica foi tomada por parte da plataforma, além das restrições de idade, mas, o jovem acabou perdendo vários de seus inscritos em seu canal por conta da polêmica causada e patrocínios.

A defesa por parte de Everson Zóio veio de um vídeo publicado por ele mesmo, sob o título “Estou sendo acusado de estupro”, onde o mesmo ressalta que toda a história contada foi invenção, apenas para o grupo de amigos darem risada de sua situação. Em seu esclarecimento, ele diz “Homem é assim mesmo, aumenta as coisas.” E em seguida, finaliza dizendo “Mesmo sendo uma brincadeira e a história ser mentira, eu peguei pesado.”.

O Youtuber Everson Zóio foi investigado pela Polícia Civil de Minas Gerais. Segundo nota da instituição dirigida ao portal UOL³, foi acionada a Delegacia Especializada em Investigação de Crimes Cibernéticos que adotou as devidas providências junto a polícia judiciária.

A Polícia Civil de Minas Gerais informa que, desde a manhã deste sábado (28), tão logo tomou conhecimento, por meio da imprensa, do vídeo feito pelo Youtuber Everson Zóio, relatando um suposto episódio envolvendo sua ex-namorada, amplamente divulgado nas redes sociais, acionou a Delegacia Especializada em Investigação de Crimes Cibernéticos, que já está adotando todas as providências de polícia judiciária, para a completa elucidação do fato noticiado.” (NASCIMENTO, 2018, n. p.)

Em nota direcionada ao site O Globo no dia 17 de setembro de 2018, a Polícia Civil decidiu arquivar o caso do Youtuber alegando faltarem provas após ouvirem os depoimentos do Youtuber e da suposta vítima.

A Polícia Civil informou, nesta segunda-feira (17), que arquivou a investigação de um suposto estupro envolvendo o Youtuber Everson Zóio. Segundo a corporação, a decisão foi tomada pela Delegacia Especializada de Combate à Violência Sexual, em Belo Horizonte, depois de Zóio e a suposta vítima serem ouvidos e ambos negarem o crime." (PORTAL G1, 2018, n.p.)

A assessoria do Youtuber Everson Zóio, segundo o site O Globo, que após o encerramento das investigações, os contratos, participações publicitárias e shows voltaram a sua rotina normal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que o usuário da plataforma YouTube é livre para emitir sua opinião e a postagem de conteúdo conforme seu interesse e objetivos. No entanto, a plataforma possui diretrizes para que todos os usuários, além do direito de livre expressão, possam ter seus direitos assegurados quanto aos conteúdos prejudiciais e/ou ofensivos, criando assim suas diretrizes de comunidade. A própria plataforma descreve suas diretrizes como necessárias, entendendo-se a análise dos conteúdos assinalados como inapropriados e/ou ofensivos.

A respeito do caso do Youtuber Everson Zóio, que alegou em uma LIVE de seu canal, mantido relações sexuais sem consentimento com sua ex-namorada, configurando-se assim em um suposto estupro, ferindo as diretrizes da comunidade quanto à política de assédio e bullying virtual e as políticas de nudez e conteúdos pornográficos. Por conta disso, seu conteúdo feriu as diretrizes impostas pelo site, dando-se provas convincentes que se enquadram na irregularidade. Acreditamos que seu canal e conteúdo, com base nas restrições da plataforma, deveria ser penalizado.

REFERÊNCIAS

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T., **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico**: a pesquisa bibliográfica, p.37-45 (Florianópolis) 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe>. Acesso em: 08 out. 2018



MANZATO, J. A. **A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa.**

Disponível em:

http://www3.ufpe.br/moinhojuridico/images/ppgd/8.5a%20questionario_elaboracao.pdf

Acesso em: 10 out. 2018

NASCIMENTO, F. **Youtuber Everson Zóio é acusado de estupro, se pronuncia e polícia investiga caso.** TV Foco. 2018. Disponível em: <

<https://www.otvfoco.com.br/youtuber-everson-zoio-e-acusado-de-estupro-se-pronuncia-e-policia-investiga-caso/> >. Acesso em: 19 ago. 2018.

PORTAL G1. **Investigação sobre suposto estupro envolvendo youtuber Everson Zoio é arquivada, diz polícia.** Minas Gerais. 2018. Disponível em: <

<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2018/09/17/investigacao-sobre-suposto-estupro-envolvendo-youtuber-everson-zoio-e-arquivada-diz-policia.ghtml> >. Acesso em: 09 jul. 2018.

RODRIGUES, C. **A presença do YouTube nos media:** razões e consequências.

Universidade da Beira Interior. 2008. Disponível em: <

https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=PfXqid8AAAAJ&citation_for_view=PfXqid8AAAAJ:9yKSN-GCB0IC >. Acesso em: 06 jun. 2018.

SILVA, M. F. R. **A publicidade no YouTube e sua evolução como mídia digital.**

Centro Universitário de Brasília. 2015. Disponível em: <

<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/235/7627/1/21219359.pdf> >. Acesso em: 06 set. 2018.



SISTEMA CARCERÁRIO: UMA INSTITUIÇÃO INOPERANTE NO BRASIL

Carla Lima, Isabela Vitória Vasques, Luiz Henrique Martim Herrera,
e-mail: lima_carlalima@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O direito de punir do Estado é oriundo das vicissitudes sociais. Para que haja pacificação social são necessárias regras de convivência e a consequente punição àqueles que as violem. Alvo de amplas alterações, os desígnios da pena é algo debatido desde o seu surgimento.

Nos primórdios, contemplava-se a punição como forma exclusiva de castigo ao infrator, sendo-lhe impostas sanções altamente cruéis. As crises oriundas desta percepção resultaram uma alteração na tendência penal estritamente repressiva, passando-se a visar fatores que promovessem a legitimação do sistema prisional. A história recente registra uma nova ponderação em torno das sanções penais. Hoje se preocupa restaurar os reais objetivos da pena, associando-a à concretização da reabilitação do apenado e ao combate aos vícios agregados ao cárcere.

Nesse contexto, o direito de punir do Estado deve estar associado a instrumentos que possibilitem o regresso do condenado à sociedade, papel altamente desafiador, e que, na atualidade, raramente é conferido. A ineficácia do sistema penitenciário brasileiro, desse modo, é mais uma das mazelas sociais que demandam uma análise crítica e sistemática, tendo em vista os reflexos que tem gerado no âmbito social.

Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo apontar os problemas centrais do sistema penitenciário brasileiro e a sua ineficácia na ressocialização do preso, com o que se revelará sê-lo um “estado de coisas inconstitucional”.

2 METODOLOGIA

Para a elaboração do presente artigo, cujo propósito classifica-se descritivo, fora utilizado o método dedutivo. Partindo de pesquisas quanti-qualitativas de bibliografias, doutrinas, documentos e estatísticas, buscou-se compreender o motivo ensejador da ineficácia da instituição prisional no país, apontando suas causas e possíveis soluções.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Cesare Beccaria, jurista do século XVIII, foi responsável por formular o ideal de proporcionalidade entre as penas e os crimes correspondentes, tendo evidenciado que “para que uma pena seja justa, só deve ter aqueles graus de intensidade que bastem para dissuadir os homens dos delitos [...]” (1999. p. 92).

Nessa perspectiva, para o autor, a aplicação de uma pena excessivamente cruel não contribui para a apuração da verdade nem tampouco para o equilíbrio da sociedade, haja vista tornar quem pune tão cruel quanto quem está sendo condenado. Para ele, “não é o rigor do suplício que previne os crimes com mais segurança, mas a certeza do castigo” (1999. p. 115). Dessa forma, Beccaria faz emergir a percepção de qual seja o real intuito de uma pena, que, como visto, não é infligir sofrimento a um indivíduo, mas impedir que este cause novos danos a seus concidadãos e dissuadir os outros de fazer o mesmo. A pena, guardadas as suas proporções, deve conter em seu corpo tamanha eficácia que impeça a prática de novas condutas delituosas, prescindindo-se, assim, de métodos cruéis e desumanos.

Michel Foucault, filósofo francês, séculos atrás já demonstrava o fracasso dos estabelecimentos prisionais. Para ele, a prisão, longe de transformar os criminosos em pessoas honestas, só serviu para fabricar novos presos:

As prisões não diminuem a taxa de criminalidade: pode-se aumentá-las, multiplicá-las ou transformá-las, a quantidade de crimes e de criminosos permanece estável, ou, ainda pior, aumenta [...] a prisão, conseqüentemente, em vez de devolver à liberdade indivíduos corrigidos, espalha na população delinquentes perigosos. (2005, p. 234).

Para corroborar tais ideias, o autor compara o presidiário aos leprosos e aos loucos, posto que, assim como teria sido com estes, séculos antes, aquele passara a ser excluído, estereotipado e a sofrer com o descaso da sociedade e das autoridades competentes. Nessa perspectiva, os efeitos oriundos de épocas passadas são os mesmos decorrentes dos dias atuais: descaso com aqueles que são portadores de alguma mazela.

A "prisionização" é um fenômeno no qual o preso adquire a cultura carcerária. Nela, há um processo de aprendizagem que dissocializa o homem, uma vez que, por não ter outra escolha, o condenado é obrigado a amoldar-se às formas de vida e

costumes do cárcere. Diante disso, os efeitos desse instituto são ainda mais visíveis no Brasil, donde extrai-se a ampla problemática da reincidência de presos, já que, ao invés de reeducar o condenado, o sistema destrói a sua personalidade, dando maior ênfase aos seus valores negativos.

Delinear a situação prisional no Brasil não é tarefa fácil, mas o fez brilhantemente o pesquisador César Muñoz, da Human Rights Watch: “Entrar num presídio no Brasil é uma volta no tempo, quase à Idade Média. São celas escuras, sem ventilação, absolutamente insalubres”.

Na mesma trilha, descreve o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito: “A CPI encontrou homens amontoados como lixo humano em celas cheias, se revezando para dormir, ou dormindo em cima do vaso sanitário” (2008, p. 225). Afora os inúmeros óbitos ocorridos dentro do sistema prisional, a tortura, por vezes relacionada restritamente ao período ditatorial, se faz presente no cotidiano do encarcerado. No plano internacional, o Brasil assim se apresenta:

Em 2008, o governo brasileiro mantém a afirmação em relatório enviado ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, na Revisão Periódica Universal: ‘Ainda é observado, no Brasil, acusações frequentes de abuso de poder, tortura e uso excessivo da força cometidos, principalmente, por policiais e agentes penitenciários’. Ainda, em coletiva de imprensa após a visita ao Brasil realizada em 2015, o então Relator Especial sobre Tortura da ONU, Juan Mendez, declarou que ‘A tortura e os maus-tratos por parte da polícia e dos agentes penitenciários segue sendo um fato alarmante e de ocorrência regular, principalmente contra pessoas que pertencem a minorias raciais, sexuais, de gênero e outros grupos minoritários’. (2018, p. 3).

O grande pilar do mau funcionamento dos presídios se encontra na superlotação. De fato, constata-se pelo levantamento de informações penitenciárias que, em 2016, atingiu-se um déficit de 359.058 vagas. 78% dos estabelecimentos carcerários se encontravam em situação de superlotação. A falta de espaço se torna um fator temerário: presos de todos os níveis são aprisionados na mesma cela. Destarte, a prisão dissemina maus ensinamentos. (2017, p. 21).

Este quadro levou o Brasil a reconhecer que o seu próprio sistema prisional é inconstitucional. Para o reconhecimento desse estado de coisas inconstitucional devem ser observados os seguintes requisitos: situação de violação generalizada de direitos fundamentais; inércia ou incapacidade reiterada e persistente das autoridades públicas em modificar a situação; a superação das transgressões exigir a atuação não apenas de um órgão, e sim de uma pluralidade de autoridades.

Em setembro de 2015, foi julgada a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 347 (ADPF 347), que teve por relator o eminente ministro Marco Aurélio. No ato em tela, questionou-se o insigne “Estado de coisas inconstitucional”, conceito elaborado pela Corte Constitucional da Colômbia, em 1997. Por meio deste, a concepção de inconstitucionalidade abarca não somente os preceitos normativos – mostra-se muito mais abrangente. Veja a síntese da decisão do relator:

O Plenário concluiu o julgamento de medida cautelar em arguição de descumprimento de preceito fundamental em que discutida a configuração do chamado “estado de coisas inconstitucional” relativamente ao sistema penitenciário brasileiro. Nessa mesma ação também se debate a adoção de providências estruturais com objetivo de sanar as lesões a preceitos fundamentais sofridas pelos presos em decorrência de ações e omissões dos Poderes da União, dos Estados-Membros e do Distrito Federal. No caso, alegava-se estar configurado o denominado, pela Corte Constitucional da Colômbia, “estado de coisas inconstitucional”, diante da seguinte situação: violação generalizada e sistêmica de direitos fundamentais; inércia ou incapacidade reiterada e persistente das autoridades públicas em modificar a conjuntura; transgressões a exigir a atuação não apenas de um órgão, mas sim de uma pluralidade de autoridades. Postulava-se o deferimento de liminar para que fosse determinado aos juízes e tribunais: a) que lançassem, em casos de decretação ou manutenção de prisão provisória, a motivação expressa pela qual não se aplicam medidas cautelares alternativas à privação de liberdade, estabelecidas no art. 319 do CPP; b) que, observados os artigos 9.3 do Pacto dos Direitos Civis e Políticos e 7.5 da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, realizassem, em até 90 dias, audiências de custódia, viabilizando o comparecimento do preso perante a autoridade judiciária no prazo máximo de 24 horas, contadas do momento da prisão; c) que considerassem, fundamentadamente, o quadro dramático do sistema penitenciário brasileiro no momento de implemento de cautelares penais, na aplicação da pena e durante o processo de execução penal; d) que estabelecessem, quando possível, penas alternativas à prisão, ante a circunstância de a reclusão ser sistematicamente cumprida em condições muito mais severas do que as admitidas pelo arcabouço normativo; e) que viessem a abrandar os requisitos temporais para a fruição de benefícios e direitos dos presos, como a progressão de regime, o livramento condicional e a suspensão condicional da pena, quando reveladas as condições de cumprimento da pena mais severas do que as previstas na ordem jurídica em razão do quadro do sistema carcerário, preservando-se, assim, a proporcionalidade da sanção; e f) que se abatesse da pena o tempo de prisão, se constatado que as condições de efetivo cumprimento são significativamente mais severas do que as previstas na ordem jurídica, de forma a compensar o ilícito estatal. Requeria-se, finalmente, que fosse determinado: g) ao CNJ que coordenasse mutirão carcerário a fim de revisar todos os processos de execução penal, em curso no País, que envolvessem a aplicação de pena privativa de liberdade, visando a adequá-los às medidas pleiteadas nas alíneas “e” e “f”; e h) à União que liberasse as verbas do Fundo Penitenciário Nacional – Funpen, abstendo-se de realizar novos contingenciamentos — v. Informativos 796 e 797. ADPF 347 MC/DF, rel. Min. Marco Aurélio, 9.9.2015. (ADPF-347)

Durante o julgamento, questionou-se a aplicação de tal instituto na degradante realidade carcerária do país, em busca de possível solução à falência desta instituição.

Na oportunidade, deu-se ênfase à insuficiência de vagas, morbidez dos ambientes, intensa proliferação de doenças em virtude da superlotação, inexistência de água potável e produtos e medidas de higiene básicos, distribuição de comida vencida, apontando, ainda, a violência disseminada: espancamentos, tortura, homicídio, violência sexual.

O déficit descomedido de vagas, e, dentre os motivos desta problemática, tem-se a figura do preso provisório. A saída de uma quantidade significativa de presos provisórios poderia diminuir a superlotação nos presídios. Nos últimos anos, a Justiça tem realizado multirões para promover audiências de custódia e tentar liberar alguns desses presidiários, entretanto, tem sido algo inconstante. Deve-se, desse modo, investir com mais rigor em programas como os tais, haja vista as benesses que a liberação de tantos desses presos provisórios geraria às penitenciárias brasileiras. Outro fator que acarretaria a redução de presos é a aplicação de penas alternativas. O aumento de sua execução teria o efeito de evitar que muitos criminosos de baixa periculosidade entrassem em contato com facções criminosas nos presídios, e, por corolário, reduziria as vicissitudes da superlotação.

Tal cenário viola diversos preceitos constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana, a proibição da tortura, do tratamento desumano ou degradante, das sanções cruéis, cumprimento da pena em estabelecimentos distintos, integridade física e moral, presunção da inocência, e também direitos fundamentais. Não bastasse, é, ainda, inconveniente, porque desrespeita diversos pactos e convenções de Direitos Humanos. Neste sentido, há condenação do Brasil, pela CIDH (Corte Interamericana de Direitos Humanos), em 2014, em caráter de medida provisória, em relação à caótica situação de violação de direitos dos presos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no Maranhão.

Em que pese a regulamentação pela lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), que traz, em seu corpo, preceitos ideais, tais quais direito à assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa (art. 10 e 11) e o fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas (art.12), vítreo que tais previsões, em regra, não se amoldam aos fatos, e pode-se deslindar prontamente: cuida-se de legislação simbólica em sua acepção de “legislação como fórmula de compromisso dilatório”, nos dizeres de Marcelo Neves (2007, p. 41). Isto é, aquela que

não cumpre sua real função social. Busca soluções rápidas, todavia, ineficazes. Opõe à legislação instrumental, que objetiva, de fato, regular condutas. Com a Lei de Execução Penal tem-se uma garantia ilusória no poder resolutivo do estado.

Diante de tais fatos, nota-se que o sistema carcerário, além de burlar todos os direitos do preso, falha, evidentemente, na maior de suas finalidades: a ressocialização.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da elaboração e análise deste trabalho, mister reconhecer a falência de mais uma instituição do Brasil, que já decretada até mesmo inconstitucional. Notoriamente, a função punitiva estatal se perdeu. Quiméricos os propósitos reeducativos ou ressocializadores. Ante os anseios populares, os poderes fazem da população criminal um “legislative blindspot” (ponto cego legislativo).

Destarte, inviável a transformação de um indivíduo marginalizado em novamente sociável, porque apenas se aprende, nos estabelecimentos carcerários, a violência e a revolta. Aquele que comete crimes incontestavelmente deve ser punido, e assim prevê o ordenamento jurídico. No entanto, intolerável a tortura, a uma porque ilegal; a duas porque a prática do delito não lhe ausentou de direitos. Ademais, sua experiência carcerária influenciará em seu comportamento perante a sociedade, quando livre.

Cumprе salientar a imprescindibilidade de se observar os direitos básicos do preso, já que, na atualidade, é um dos maiores desafios do cárcere. O apenado, em que pese ter cometido um erro, tem o direito de ser tratado com humanidade e com condições que lhe garantam o retorno à sociedade. Nessa perspectiva, há a premência de se desenvolver políticas públicas que garantam o investimento na infraestrutura dos presídios, visando estabelecer direitos básicos aos presos, como: alimentação adequada, acesso à saúde, tanto física como psíquica, higiene, ante a manifestação de inúmeras doenças, educação, trabalho, e tantos outros.

REFERÊNCIAS

BECCARIA, C. **Dos delitos e das penas**. Tradução J. Cretella Jr. e Agnes Cretella 2. ed. rev. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 1999.



BRASIL. **Lei de execução penal**. Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm. Acesso em: 08 out. 2018.
CPI. Comissão Parlamentar de Inquérito. CPI do Sistema Carcerário. Jul./2018. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/sistema-prisional/relatorio-final-cpi-sistema-carcerario-2008>. Acesso em: 08 out. 2018

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

LEVANTAMENTO NACIONAL DE INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS. INFOEN. Atualização – junho 2016. Organização, Thandara Santos; colaboração, Marlene Inês da Rosa... [et. al.] Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Departamento Penitenciário Nacional, 2017, 65p**. Disponível em: http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf. Acesso em: 08 out. 2018.

NEVES, M. **A constitucionalização simbólica**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

SÃO PAULO. **Justificativa ao Projeto de Lei...** 7.6.2018. Disponível em: https://www.conectas.org/wp/wp-content/uploads/2018/06/Justificativa-PL-Mecnismo_SP_final.pdf. Acesso em: 07 out. 2018

STF. **ADPF 347 MC/DF**, rel. Min. Marco Aurélio, 9.9.2015. (ADPF-347). Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo798.htm>. Acesso em: 08 out. 2018.



“STARTUP” – UMA EMPRESA VERDADEIRAMENTE MODERNA

Elaine Cristina Brancaleoni, Renato Zanolla Montefusco, e-mail:
brancaleoni_elaine@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Direito Empresarial ou ainda Direito Comercial são nomes dados a um mesmo ramo das ciências jurídicas, constituindo uma subdivisão do chamado Direito Privado. Tal divisão cuida da atividade empresarial e de seu executante, o empresário, estabelecendo, pois, um corpo de normas disciplinadoras importantes na condução harmônica da atividade com os interesses do coletivo.

O principal ator dentro do direito empresarial é o empresário quem possui uma definição específica no artigo 966 do Código Civil: "Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços".

A atividade empresarial é de extrema importância para a comunidade em geral, pois, mesmo que as empresas ocupem um papel de destaque, não considera penas ao lucro do titular, como também do interesse da social.

A responsabilidade é de gerar empregos, recolher tributos, desenvolvimento econômico e social, dentre outros inúmeros benefícios que atingem toda a sociedade. Por se tratar de um ramo que se dedica ao estudo e à regulamentação exatamente dessas relações é que ele merece tanta atenção.

Tendo em vista esse raciocínio lógico dentro da economia, sabe-se que desde a implantação de leis, a fim de organizar a atividade, também ocorreram mudanças estruturais e até mesmo a maneira de se conduzir uma empresa. A tecnologia contribuiu muito com o crescimento da economia empresarial, trazendo novas posturas e olhares para atingir um maior número de clientes e obter sua atividade econômica. Diante de novas exigências e posturas, o mercado exigiu da figura do empresário como inovação e rapidez.

Inovar é uma tarefa muito importante a ser trabalhada atualmente dentro do Direito Empresarial ou, termo anterior: Direito Comercial.

Essa afirmativa consistente faz-se refletir sobre o novo estilo empresarial como a STARTUP, a qual conceituada, atualmente, como um modelo de negócio repetível e escalável. Mesmo diante de um cenário de grandes incertezas, o empresário ainda necessita de conhecimento sobre a startup e, assim, poder inseri-la em seus negócios empresariais e desenvolver nessa nova esfera comercial. E, claro, para esse novo negócio, utilizar-se da tecnologia para a grande ascensão.

2 METODOLOGIA

O método utilizado para a presente pesquisa foi o analítico-dedutivo com a análise de doutrinas emergentes sobre a temática Startup, bibliografias de direito empresarial, legislação pátria além da pesquisa em sites idôneos que fomentam a discussão acerca da questão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O nascimento e crescimento das STARTUPS é sensível, como exemplo atual, a "Startup Show" a qual apresenta a D'acordo Mediações e um novo jeito de resolver conflitos pela CEO da Legaltech de Emanuely Castro. A fundadora deixou para trás uma carreira consolidada em um grande escritório de advocacia para assumir a liderança da Legaltech que negocia acordos pela internet. Conta Emanuely: "De lá para cá, a D'Acordo se transformou em um propósito de vida".

Embora pequeno, o time inteiro compartilha do mesmo senso de comprometimento. Com o objetivo de facilitar o acesso à justiça, já foram desenvolvidos dois produtos internamente, o Totem e a Plataforma D'Acordo. São essas ferramentas tecnológicas que o público tem a oportunidade de conhecer. Sobre a participação no programa, a CEO elogia e defende o ineditismo da iniciativa:

A D'acordo foi selecionada para participar do Startup Show após uma concorrida peneira com mais de 300 inscritos. Apenas 27 startups conseguiram entrar na disputa. A cada semana, o programa exhibe ideias e projetos empreendedores e também mostra os bastidores da batalha que significa a decisão de montar um negócio inovador no Brasil. O Startup Show tem patrocínio da gigante de tecnologia IBM e apoio da Associação Brasileira de Lawtechs e Legaltechs (AB2L), da qual a D'acordo é afiliada.

Logo, o objetivo desse artigo científico é fazer com que os líderes visionários despertem todos os tipos de negócios e as oportunidades do momento.

Outro exemplo bastante inovador no mercado é a Nubank, uma empresa startup brasileira pioneira no segmento de serviços financeiros, atuando como operadora de cartões de crédito e banco digital com operações no Brasil, sediada em São Paulo e fundada em 6 de maio de 2013, por David Vélez. Seus produtos são o NuConta (banco digital) e o cartão Nubank Mastercard, ambos sem tarifas ou anuidade. A primeira compra realizada com um cartão Nubank ocorreu em 1º de abril de 2014.

Em 2018 atingiu o status de startup unicórnio ao atingir avaliação de preço de mercado no valor de 1 bilhão de dólares, sendo a terceira empresa brasileira com esta marca até então.

Para Cristina Junqueira, diretora e cofundadora do Nubank, surpreender era um ponto chave para que os brasileiros confiassem na marca. Relata à Revisa EXAME que: “O brasileiro é muito desconfiado quando se trata de dinheiro e internet”.

Por isso, a empresa desenvolveu uma imagem jovem e inovadora para atrair seu público alvo – 80% dos clientes têm menos de 35 anos – e um atendimento de alto nível, que é o ponto de contato entre a empresa e seus clientes. Segundo a fundadora, é importante que a Nubank ofereça todas as ferramentas para que o cliente resolva tudo sozinho, dê consulta de saldo até o pagamento da fatura.

Revela também que fazem parte de uma empresa de tecnologia 100% digital, entretanto o atendimento precisa ser extra humanizado, podendo, dessa forma, atender aos novos clientes e investidores.

Por tanto, o modelo de startup nasceu para ficar por um bom tempo e está crescendo em grande escala mundial. Seu objetivo é inovação tecnológica que atenda aos clientes de maneira rápida e sólida. Faz-se necessário surpreender e resolver o problema do cliente, já que muitas empresas tradicionais não conseguem resolver as exigências do mercado, mesmo possuindo muitos colaboradores e espaço físico.

Algumas empresas Startups que não envia sequer a fatura do boleto impressa pelo correio, usa um meio de comunicação bem analógico: cartas escritas à mão.

O papel delas é, também, escrever músicas ou mandar fotos do time para um cliente aniversariante. Quando o cliente avisa que vai viajar e pede para que o cartão esteja válido no exterior, eles enviam até dicas de viagem.

Outro exemplo dessa inovação Startups é o UBER, o nome de uma empresa internacional que se dedica ao transporte de passageiros e que conecta clientes e motoristas graças a um aplicativo gratuito nos celulares.

A startup Uber se tornou uma empresa referência no setor de transportes, sendo fortemente respaldada por um grupo de usuários cada vez mais convencidos das vantagens oferecidas por este modelo de negócio.

Entre os pontos positivos, pode-se destacar sem dúvida a simplicidade de como funciona o serviço. Graças a um aplicativo exclusivo instalado nos celulares, o cliente tem a possibilidade da presença imediata de um carro da Uber em sua residência, sem a necessidade de ter que ir a um ponto na rua ou esperá-lo até que apareça.

Ações simples das Startups, mas fazem parte do perfil e da necessidade do cliente atual. Atualmente, não basta ser empresário, mas sim, ser inovador.

O artigo 966 do Código Civil descreve a figura do empresário, como citado acima, todavia, a nova chegada das startups poderá inovar até mesmo quem são os empresários e quais são seus objetivos na atividade econômica brasileira e mundial.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É clara, à luz do Direito Brasileiro, no 1º artigo da Constituição Federal de 1988, a garantia de certos direitos, constituindo, assim, um Estado Democrático que visa dentre outros os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Partindo desse fundamento, os governos também são responsáveis pela implantação e motivação dessas empresas startups, pois se pode colocar o capital em mãos de cidadãos comuns.

Com essa atitude, o entorno ganha, além do próprio governo. Uma ação inteligente para empreender a sociedade e dar oportunidades presentes e futuras. Para essa intervenção de proposta oferecida pelo Estado, pode pensar caso o cidadão não consiga pagar, então, seria viável um corte do programa de empréstimo limitado.

Ressalta-se o exemplo do Vale do Silício, neste momento, uma ideia política que está na última moda é a renda básica de cidadania (UBA, na sigla em inglês). É a ideia de que os governos podem garantir a cada cidadão uma renda segura, desvinculada de sua capacidade para trabalhar.

Já na Finlândia, em 2017, o governo selecionou cerca de dois mil trabalhadores desempregados de diversos setores, incluindo tecnologia e construção civil, e os cadastrou num programa-piloto para testar o novo empreendimento.

Diante desses ajustes e motivações, os empresários e os futuros empresários não se isentam de registros, cobrança de impostos e treinamentos obrigatórios, porém, confiantes, poderão iniciar uma atividade econômica que poderá retornar à sociedade.

Nesse novo plano de ação, a população futura empreendedora terá novos conhecimentos e experiências que contribuirão com o crescimento educacional, social, econômico, enfim, uma nova ordem de progresso.

O estilo atual de empreender novos negócios visa ao entendimento de inovação dentro do âmbito empresarial. É necessária a mudança, pois a cada segundo o mercado se reestrutura de maneira rápida e competitiva.

Buscar inovação já não é mais escolha e sim uma ideia de progressão, portanto, existem várias formas de buscar inserir no mercado ou permanecer nele como: mudança organizacional e abertura de pensamentos e ações sobre as incertezas do empreendedor.

E ainda mais presente nesse contexto, acompanhando a história empresarial, veio a Startup para mudar conceitos pré-estabelecidos em várias sociedades ainda em desenvolvimento.

A startup se instala pelo Brasil, se renovando em uma política cheia de vícios e propostas individuais, mas ainda, espera-se que o governo possa investir em novas benfeitorias para os cidadãos e traga para o Direito Empresarial Brasileiro uma nova ordem econômica otimista, àquela que outros países vêm buscando.

Portanto, inovar é ato de sabedoria e plena necessidade para a sociedade como um todo. A Startup é uma fonte de novo conhecimento que traz a todos os membros do globo um despertar e uma possibilidade de crescimento capital e econômico. O futuro do mercado não fica apenas nas mãos de grandes empresários, ou seja, de poucos, mas também, em mãos de cidadãos comuns, isto é, de muitos.



REFERÊNCIAS

FARIA, M. **D'acordo é destaque no Startup Show,**

<http://www.dacordo.com.br/artigo/d-acordo-e-destaque-no-startup-show>, Acesso em: 19 de outubro de 2018.

MOORE, P. **Uber: Conceito, o que é, Significado,**<https://conceitos.com/uber/>, Acesso em: 19 de outubro de 2018.

RIES, E. **O Estilo Startup.** 1. Ed. Rio de Janeiro: Leya Editora, 2018. 27 a 40p.

TOMAZETTE, M. **Curso de Direito Empresarial.** 1 Teoria Geral e Direito Societário. 9. Ed. São Paulo: SaraivaJus Editora, 2018.

NOVO, B. N., **Direito Empresarial,** 2018. <https://jus.com.br/artigos/63288/direito-empresarial>, Acesso em: 19 de outubro de 2018.

VADE MECUM Tradicional - 23ª Ed. 2017, SaraivaJur.

STARTUP: ESTUDO DE VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE STARTUPS, UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE JAÚ/SP

Aline S. Oliveira, Clerison J. S. Bueno, e-mail: aline_soares01@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

No mundo dos negócios, as startups, “uma instituição humana desenhada para criar um novo produto ou serviço em condições de extrema incerteza” (RIES, 2012, p.24), são negócios inovadores com modelos de negócios repetíveis e escaláveis e estão cada vez mais presentes entre os novos empreendedores. Em uma época aonde a tecnologia vem evoluindo a cada dia, os negócios tradicionais estão ficando cada vez mais repetitivos e saturados. Por isso, o modelo negócio de startup vem atraindo empreendedores que buscam inovação no mercado ou com soluções para modelos de negócios já existentes.

De forma geral, há uma grande concentração de startups na capital do Estado de São Paulo, entretanto, o interior paulista apresenta infraestrutura e demanda para ser um novo campo para o nascimento e desenvolvimento dessa modalidade de negócio. Contudo, esse fenômeno de expansão para o interior, encontra barreiras como à falta de aparato científico, como pesquisas que comprovem a viabilidade e, principalmente, demonstrem meios de implantação de startups nessas regiões do Estado.

Assim, a cidade de Jaú, objeto de pesquisa, apresentou escassez ao se pesquisar modelos de negócios de startups que nasceram na cidade. Por essa razão, levantou-se o seguinte problema: a cidade possui viabilidade para a implantação de startups? Com base nesse questionamento, este trabalho busca entender quais as dificuldades e os benefícios que os empreendedores encontram ao escolherem a cidade para darem vida aos seus modelos de negócios, e, conseqüentemente, quais os benefícios que a cidade terá ao incentivar tal prática.

Para o desenvolvimento do trabalho, foram utilizadas pesquisas bibliográficas como: livros, artigos científicos, revistas e documentos eletrônicos na busca e alocação de conhecimento sobre a viabilidade de implantação de startups. Também foi desenvolvido pesquisa de campo, através da aplicação de um questionário com

perguntas abertas para empreendedores da cidade de Jaú, com o objetivo de identificar a viabilidade de startups em Jaú e em cidades com características correlatas.

2 METODOLOGIA

De acordo com Gil (2002) a pesquisa é a aplicação de procedimentos que devem ser observados com o propósito de encontrar soluções para os problemas propostos, como forma de comprovar sua validade.

A abordagem do tratamento da coleta de dados do estudo de caso será qualitativa. O estudo qualitativo permitirá descrever a complexidade do problema, compreendendo-o e classificando os processos dinâmicos vividos por grupos sociais (DIEHL; TATIM, 2004).

Conforme citado acima, será utilizada a abordagem qualitativa para tratamento dos dados devido à interpretação que se fará através da entrevista e do questionário aplicados. Nesse sentido, devido à base da pesquisa ser um problema, tem-se o tipo de raciocínio hipotético-dedutivo para que a partir de uma hipótese possa chegar a uma base de solução viável para o problema.

"A pesquisa aplicada objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigida à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais." (PRODANOV, 2013, p. 51). Desta forma, a utilização da pesquisa aplicada é a melhor opção de apresentar dados reais. "Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem." (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70).

Para um melhor tratamento dos objetivos, observou-se que ela é classificada como pesquisa exploratória, que tem o objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito ou construindo hipóteses, através de uma entrevista realizada de forma verbal e pessoalmente com um empreendedor da cidade de Jaú, um empreendedor de coworking⁵, e a aplicação de um questionário com perguntas abertas, disponibilizado pela internet para um empreendedor de startup da cidade de Jaú.

⁵ É um ambiente com salas e escritórios disponíveis para locação por dia, por hora ou por mês. Você utiliza os ambientes conforme necessidade, e paga apenas pelo que usar. e a tratativa da entrevista será a apresentada no capítulo de resultados e discussões (TRAVERSA 26 COWORKING, 2018).

Desta maneira podemos analisar quais as dificuldades e os incentivos enfrentados no início do negócio, com o intuito de coletar dados que possam responder as dificuldades ou não encontradas na cidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados coletados através do questionário e da entrevista nos proporciona uma melhor compreensão sobre o problema em questão, a viabilidade de startups na cidade de Jaú. É através do resultado, análise e compreensão da pesquisa aplicada que o problema poderá ser identificado e poderá ser utilizado como um instrumento de motivação e ampliação do conhecimento no segmento empresarial tanto de startups como para empreendedores de micro e pequenas empresas.

A entrevista realizada com o empreendedor de coworking, um sistema de escritórios compartilhados, onde, profissionais podem alugar salas ou baias de trabalho por hora ou dia, pois, o local preserva a rotatividade, identificou a falta de conhecimento sobre startups e negócios como o coworking que estão altamente ligados ao novo modelo de empreendedorismo. O empreendedor ainda destacou que na cidade o termo coworking ainda é bem desconhecido assim como o apoio para os novos empreendedores.

O questionário disponibilizado proporcionou uma melhor identificação dos reais problemas dos empreendedores em escolher o modelo de negócio de startup na cidade, assim como a falta de conhecimento, a falta de motivação e a falta de incentivo foram resultados coletados nas duas pesquisas, sendo esse, um dos fatores de grande relevância para a solução do objetivo dessa pesquisa.

Como citado anteriormente, um dos pontos apresentados pelos dois empreendedores foi a falta de incentivo e motivação para empreenderes, assim como o principal ponto positivo para os dois empreendedores foi a questão a respeito da segurança que a cidade oferece, com baixas taxas de assaltos e outros problemas relacionados à segurança pública da população e a localização da cidade que proporciona uma logística favorável a implantação não somente de startups, mas também de outros empreendimentos. Para o empreendedor do coworking a cidade de Jaú por ser sua cidade natal, proporcionou mais segurança por estar perto de seus familiares, já o empreendedor da startup é da cidade de Macatuba/SP, onde a startup

foi desenvolvida, porém a sede da startup é localizada na cidade de Jaú e todo o processo de incubação e treinamentos foram realizados na cidade de Bauru/SP, o que aponta como um dos fatores de dificuldade do empreendedor, a cidade de Jaú não possui incubadoras ou aceleradores, porém, com a recém chegada dos coworkings esse fator vem timidamente diminuindo, pois, esse sistema consegue oferecer os espaços de trabalho compartilhados, o que no começo do negócio é essencial para minimizar os riscos como por exemplo alugar um imóvel.

Sendo assim, a falta de aparato de incentivo tanto da parte do município quanto da parte acadêmica que deveria gerar mais conhecimento para os empreendedores da cidade, desenvolvendo atividades para os empreendedores locais é um grande fator chave para que essa modalidade ainda não esteja tão presente na cidade, gerando tecnologia, economia e empregos para a população.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida trouxe a realidade de uma cidade que possui características positivas para a implantação de startups, porém, esse segmento vem sendo pouco explorado e incentivado. A falta de interesse mostra a consequência da falta de incentivo para esses empreendedores. Os empreendedores se mostram motivados a quererem que a cidade se desenvolva para que seus projetos consigam alcançar o sucesso.

Mesmo timidamente, a cidade vem conquistando empreendedores jovens e que buscam na cidade tanto o seu desenvolvimento pessoal quanto o desenvolvimento da empresa. O assunto sobre empreendedorismo começou a ganhar espaço entre os estudantes, empreendedores e no município. Visto que o empreendedorismo traz consigo o desenvolvimento da cidade e mais qualificação para a sociedade, as startups estão começando a ganhar o seu espaço, ou pelo menos, os espaços compartilhados que contribuem para o desenvolvimento de micro e pequenos negócios estão começando a serem inseridos e conhecidos pela cidade.

A entrevista realizada com o empreendedor de coworking permitiu a análise que cada vez mais o empreendedorismo começa a fazer parte do dia a dia de jovens estudantes e empreendedores do município. Palestras e semanas com atividades relacionadas ao tema começam a ganhar espaço e prestígio pela sociedade,



empresários e governo. O questionário proporcionou uma visão de dificuldade para quem possuiu uma startup na cidade, onde, os treinamentos voltados para esse modelo de negócio ocorrem na cidade vizinha, Bauru/SP. Mesmo a startup analisada possuindo sua unidade física na cidade de Jaú, os sócios não conseguiram encontrar uma incubadora ou uma aceleradora que pudesse auxiliar no início do empreendimento, e tiveram que se deslocar.

Sendo assim, o problema de viabilidade não está na cidade em si, mas na motivação e incentivo que o município, universidades e empreendedores não possuem. Atividades acadêmicas mais dinâmicas, estudos de casos locais, realização de palestras e principalmente, parcerias com instituições renomeadas que se encontram na cidade, promovendo e divulgando o empreendedorismo. Essas são pequenas mudanças comportamentais que podem mudar o cenário da cidade sobre desenvolvimento do empreendedorismo e principalmente, startups. A motivação desse estudo trouxe resultados satisfatórios no sentido por onde percorrer para solucionar o problema de viabilidade de startups na cidade, podendo ser utilizado como instrumento de auxílio e incentivo aos empreendedores, promovendo assim, o conhecimento para o desenvolvimento não somente da cidade de Jaú, mas também para cidades da região.

REFERÊNCIAS

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. ed. [S.I.]: Atlas, 2002.

DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. D. F. **Metodologia e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIES, E. **A startup enxuta: como os empreendedores atuais utilizam a inovação contínua para criar empresas extremamente bem-sucedidas**. 1ª. ed. São Paulo: Leya, 2012. 276 p.



SUICÍDIO NA MÍDIA: UMA ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DOS JORNAIS FOLHA DE SÃO PAULO E O ESTADO DE SÃO PAULO

Felipe Rinaldi Rogério, João Guilherme da Costa Franco Silva D’Arcadia
e-mail: felipe-rinaldi@hotmail.com.br

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho visa compreender e salientar a forma como os jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo elaboram notícias que possuem como tema o suicídio. A escolha destes jornais se dá pelo fato de serem as duas mídias impressas mais expressivas do Estado de São Paulo, segundo pesquisa da agência Reuters.

Faz-se necessário a compreensão de que durante muito tempo a mídia, de uma maneira geral, evitou cobrir ou citar pautas relacionadas ao suicídio justamente por acreditar na disseminação do efeito *Whether*, designado pelo sociólogo David Phillips para definir a imitação do comportamento suicida, e que faz menção ao personagem do livro de Goethe “Os sofrimentos do Jovem Werther”, que se mata com um tiro na cabeça. Após o lançamento do livro, pesquisadores perceberam um significativo aumento nos números de suicídio de jovens na época e atribuíram as mortes a leitura do livro.

Para a compreensão do suicídio, alguns dos principais pesquisadores sobre o tema foram alicerce para a construção deste trabalho. Um dos mais importantes foi Émile Durkheim, que em seu livro *O Suicídio* aponta como a sociedade é papel fundamental na percepção de inserção do indivíduo no meio em que vive e que estes laços são extremamente frágeis e que podem ser rompidos em determinadas crises ou situações, fazendo com que o indivíduo se torne mais suscetível a cometer o ato.

Outro importante pesquisador é Neuri José Botega, que em pesquisas mais recentes disserta em seu livro *Crise Suicida* sobre como cada sociedade e cada época entendiam questões que envolvessem pessoas que tiraram sua própria vida. O autor complementa as afirmações de Durkheim acrescentando que a liquidez das mídias sociais e dos avanços tecnológicos fizeram com que as pessoas se distanciassem afetiva e fisicamente, e que isso é ponto importante para a falta de compreensão e compaixão por pessoas que tiram sua própria vida.

A problematização deste trabalho se dá por produtos polêmicos que surgiram no cenário social em 2017, como por exemplo a série 13 Reasons Why, que conta a história de uma garota que tira a própria vida e deixa para seus amigos fita cassetes contando 13 porquês de ter cometido tal ato, além do surgimento e ascensão do jogo Baleia Azul, criado na internet e que instruía jovens a realizar diversas tarefas que envolviam automutilação até o suicídio e que acabou se tornando manchete em diversos jornais por causar vítimas em vários estados brasileiros.

Outra questão a ser salientada são os poucos informativos de postura ética jornalística para tratar desta questão. As diversas cartilhas que são dirigidas aos profissionais da mídia são de órgãos análogos a imprensa, como as cartilhas da Organização Mundial da Saúde (OMS), do Centro de Valorização da Vida (CVV) e do Conselho Nacional de Psicologia. Os próprios manuais de redação dos veículos analisados pouco falam sobre a questão de se noticiar o suicídio.

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo analisar de que forma e quais são as prerrogativas que os escritores de ambos periódicos utilizam para relatar fatos noticiosos que envolvam de alguma forma a questão do suicídio e se estas matérias de alguma forma estão além de noticiando, conscientizando o leitor para questões que hoje são consideradas problemas de saúde pública.

2 METODOLOGIA

Para fins de análise, esta pesquisa tem como principal objeto de estudo reportagens jornalísticas que de alguma maneira abordem a questão do suicídio seja ele, como ponto principal ou como ponto de plano de fundo para o desenrolar e entendimento da notícia. É necessário compreender a diferença sobre materiais de cunho informativo e materiais de cunho opinativo. Em um primeiro momento, iremos focar em notícias e reportagens de conteúdo informativo. É necessário a compreensão sobre as características entre notícia e reportagem, para tanto devemos conceber que

A notícia é o relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social. A reportagem é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística. ” (MELO, 1994 p.65).

Esta pesquisa utiliza a análise de enquadramento, também conhecida por frame analysis e seus principais teóricos como Erving Goffman (1974), Scheufelle (1999) e

Mauro Porto (2001) para entender e criar os quadros que compõe as análises deste trabalho. O primeiro processo de análise foi a localização das matérias selecionadas dentro de cada seção que o jornal apresenta, assim podemos perceber como o veículo encara o tema e de certa forma, qual a importância dele na linha editorial do veículo. A segunda categorização foi a da análise associativa, por meio do qual analisamos os termos que se organizavam dentro da matéria e suas associações, além da utilização de sinônimos e eufemismos que poderiam servir para entender se o texto carregava consigo pré-conceitos sociais e se abordava de uma forma menos contundente o fato do suicídio. A terceira categorização deu-se por meio da abordagem do fato dentro do material jornalístico e se este explanava a questão da morte e trazia detalhes, indo na contramão das cartilhas de ética ou se relativizava as mortes de uma maneira que o leitor pudesse ter o entendimento sobre o fato sem trazer consigo um pré-julgamento.

O recorte de períodos também foi de suma importância para a sustentação das teorias que englobam este trabalho. Utilizamos um recorte de 6 meses do ano de 2017 que se inicia em abril e finaliza em setembro. Um dos pontos importante também foi a repercussão da série 13 Reasos Why e o crescente aumento de notícias ligadas ao jogo Baleia Azul, que serviu como base para o nosso mês início de estudo. Obtivemos um total de 21 matérias no Estadão e de 14 matérias na Folha de São Paulo.

Um outro ponto importante a se esclarecer aqui é a forma como foram selecionados os materiais de estudo. A palavra suicídio foi inserida nos acervos de ambos os jornais e filtrou-se dentro do período citado acima matérias que de alguma forma noticiavam o suicídio como sendo fator principal ou secundário para a realizar o entendimento do material jornalístico escrito. Como dito anteriormente, excluiu-se desta pesquisa colunas e matérias de cunho opinativo, já que estes são empregados de pré-conceitos vinculados as questões de sujeitos que possuem opiniões pré-formatadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com esta análise, buscou-se verificar quais aspectos são utilizados para se noticiar questões que envolvem em sua pauta o suicídio e se estas questões estão dispostas na matéria jornalística apenas como motivo para informar o leitor, ou também com a intenção de conscientizar sobre os motivos que envolvem tal ato, principalmente levando em consideração as questões éticas e morais que envolvem noticiar este fato.

Esta análise caminha para a percepção de que o suicídio é um problema social e que atualmente é tratado como questão de saúde pública pelo Ministério da Saúde. Sendo assim, é importante mostrar e analisar os recortes ou enquadramentos que os jornais mais expressivos do estado de São Paulo dão a estas questões.

Esta pesquisa ainda encontra-se em análise para tanto é necessário um maior avanço neste campo para traçar possíveis resultados e perspectivas de considerações finais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como salientado acima, esta pesquisa encontra-se em andamento, sendo assim é necessário mais profundidade e resultados para dissertar sobre as possíveis considerações finais. Apesar disso, espera-se, ainda que preliminarmente, apresentar um panorama a respeito da divulgação do tema pela imprensa e apontar caminhos possíveis para a popularização do assunto, sem sensacionalismo.

REFERÊNCIAS

BOTEGA, N. J. **Crise suicida: avaliação e manejo**. Porto Alegre: Artmed, 2015. 304p.

DURKHEIM, É. **O suicídio: estudo de sociologia**. Tradução de Monica Stahel. São Paulo: Martin Fontes. 2000. 513p.

GOFFMAN, E. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Rio de Janeiro. Vozes, 2012. 720 p.

MELO, J. M. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1994. 208p.

PORTO, M. P. **Enquadramentos da mídia e política**. In: RUBIM, A.A. (Org.). Comunicação e Política: conceitos e abordagens. Salvador: EdUFBA, 2004. p. 73-104. Disponível em: < http://repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ufba/134/4/Comunicacao-Politica_RI.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018.

SCHEUFELE, D. A. Framing as a theory of media effects. **Journal of Communication**. v.49, n. 1, p. 103-122, mar. 1999. Disponível em: <https://www.phil-fak.uni-duesseldorf.de/fileadmin/Redaktion/Institute/Sozialwissenschaften/Kommunikations_und_Medienwissenschaft/Vowe/Forscherguppe/Scheufele_Framing_theory_media_effects.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2018.

TDI – TRANSTORNO DISSOCIATIVO DE IDENTIDADE E SUAS RESOLUÇÕES NO DIREITO PENAL

Gabriela Bortolucci⁶, Perla Savana Daniel⁷, email: e-mail perlasavana@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O referido trabalho contém as considerações sobre a doença de transtorno dissociativo de identidade, popularmente conhecido como TDI. Discute-se também a questão sobre como incumbe a responsabilidade penal do portador da referida doença quando comete algum delito. A doença, TDI, pode ser adquirida com o passar do tempo e geralmente é contraída devido grandes traumas, a maioria das vezes psicológicos. Segundo estudos apontados, o transtorno dissociativo pode ser indicado por uma ressonância magnética e pode ser identificado pela própria pessoa. Sintetizando o conceito desta, é basicamente quando uma pessoa possui mais de uma personalidade dentro de si, podendo ter idade, gênero, preferências e dentro disso, até doenças, tudo isso diferente da pessoa portadora de TDI. Esta doença não possui cura, mas sim tratamento, que pode diminuir a frequência de alteração de personalidades.

2 METODOLOGIA

O método utilizado foi o indutivo-dedutivo, pautando-se em análise de casos concretos apresentados nas referências utilizadas e estudo da legislação penal.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apresentando tais considerações e explicações sobre a doença mencionada, entra-se na questão no âmbito do direito penal. Se uma pessoa possui várias personalidades dentro de si, cada uma com ideologias próprias e vontades, sendo praticamente impossível de controlá-las, como seria passível de punição penal quando uma destas identidades comete alguma infração penal? Pode-se observar que há uma grande lacuna entre o transtorno dissociativo de personalidade e a questão da pessoa ser imputável, inimputável ou semiimputável. Como pode-se punir alguém que não está

⁶ Estudante do 4º período de Direito das Faculdades Integradas de Jaú, e-mail: gabriela.bortolucci@icloud.com;

⁷ Orientadora do trabalho. Professora do curso de Direito das Faculdades Integradas de Jaú.

fisicamente apto a isto? É considerado imputável aquele que passível de acusação, que podemos observar ser um pouco complexo para os casos de TDI. De acordo com a legislação, aquele que possui doença mental é considerado isento de pena, e para os penalistas há uma consideração ampla do sentido de “doença mental”. Como visto, a TDI é uma doença mental causada por eventos traumáticos. Para conclusão, mesmo havendo uma certa divergência conceitual, podemos nos referir a doença citada como inimputável, cabendo haver algum sistema metodológico para atribuir as sanções.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referido conteúdo apresentado neste ainda não é muito estudado. Foi desenvolvido através de pesquisas em sites e livros para obter melhor relevância sobre o direito penal. O principal intuito é de expor o conceito da doença e aguçar o interesse dos leitores para conhecer melhor sobre o assunto. Trazer em consideração que algumas vezes presenciamos ou vivenciamos algo que parece ser inexplicável, mas que sempre haverá um meio de ser esclarecido.

REFERÊNCIAS

ACS. **‘Imputabilidade Penal’**. 15.07.2016. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/direitofacil/edicaosemanal/imputabilidade-penal>> Acesso em: 30.10.2018

MOURA, D. A. **‘O Transtorno Dissociativo de Identidade a partir do caso Norman Bates’**. Artigo Científico. 17.08.2017. Disponível em: <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/jornada_psicologia/article/viewFile/17669/4544> Acesso em: 30.10.2018

YOUNG, E. **‘Como aprendi a viver com múltiplas personalidades’**. Página da BBC News Brasil. 23.06.2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/vert-fut40369086>> Acesso em: 25.10.2018



TEORIA DA ABSTRATIVIZAÇÃO DO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE

João Carlos Ustulin Ferreira, Rafael Ribeiro, Renato Zanolla Montefusco,
e-mails: joao.ustulin@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Surgiu no Brasil uma nova discussão doutrinária que envolve o controle jurisdicional de constitucionalidade, na qual argumenta-se que houve uma equiparação do controle difuso de constitucionalidade com o controle concentrado. O ordenamento jurídico brasileiro prevê duas espécies de controle, nas quais possuem efeitos anômalos. O sistema concentrado, via de regra, gera efeitos “erga omnes”, enquanto o sistema difuso, efeitos “inter partes”. Ocorre que a nova inclinação jurisprudencial, junto com a participação do Senado Federal, promove a aplicação de efeitos “erga omnes” mesmo nas decisões do controle difuso, de modo a equipará-los.

O principal objetivo deste trabalho é abordar as posições que discorrem sobre o assunto, estabelecendo um paralelo com as decisões do Supremo Tribunal Federal, de modo a observar as consequências geradas pela aplicação de efeitos “erga omnes” as decisões de controle difuso de constitucionalidade. O Habeas Corpus n.º 82.959/SP demonstrou a possibilidade de o controle difuso de constitucionalidade ser equiparado ao controle concentrado, por meio da transformação dos efeitos da decisão, sendo este classificado como o maior precedente da questão apresentada.

No que diz respeito a legislação, o assunto envolve a aplicação do artigo 52, inciso X da Constituição federal de 1988, no qual dispõe sobre o papel do Senado Federal em relação às decisões de constitucionalidade do Supremo Tribunal Federal em sede de controle difuso, onde se dá a problemática a ser explorada.

Por meio da análise da jurisprudência, é possível perceber que a equiparação de ambas as espécies de controle de constitucionalidade se faz presente em apenas alguns casos, sendo poucas as vezes em que ocorre a concessão de efeitos “erga omnes” às decisões de controle difuso de constitucionalidade realizadas pelo Supremo Tribunal Federal. Apesar disso, o assunto se mostra de grande relevância pois há

diversos posicionamentos doutrinários sobre a já enunciada equiparação, expondo-se suas vantagens e desvantagens.

2 METODOLOGIA

O trabalho foi realizado através de abordagem teórica, por meio da adoção do método dedutivo, ocorrendo uma análise dogmática geral dos fundamentos de controle de constitucionalidade no Brasil, com o propósito de demonstrar a possibilidade da equiparação do controle difuso com o controle concentrado, via concessão de efeitos “erga omnes” as decisões daquele.

Foi realizada pesquisa bibliográfica por intermédio da análise dos principais doutrinadores que discorrem sobre o assunto e principalmente daqueles que se posicionam sobre a problemática apresentada, fazendo-se o uso de obras literárias, monografias, artigos científicos e da legislação pertinente. O estudo de caso também foi uma das técnicas de pesquisa adotadas, dando-se mediante a ponderação das decisões do Supremo Tribunal Federal, em sede de controle difuso de constitucionalidade, em que o Senado Federal concedeu efeitos “erga omnes”.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Buscando demonstrar quais são os fundamentos gerais do controle de constitucionalidade no Brasil, foi possível concluir que seu principal objetivo é assegurar a supremacia da Constituição. Para isso, vigoram duas espécies de controle, as quais serão abordadas a seguir.

A primeira espécie a ser discorrida é o controle concentrado, o qual não prevê a presença de litígio, dizendo-se que é exercido de forma abstrata por não haver caso concreto. “A ação direta destina-se à proteção do próprio ordenamento, evitando a presença de um elemento não harmônico, incompatível com a Constituição” (BARROSO, 2012, pág. 126). Nesse diapasão, busca-se a própria declaração de inconstitucionalidade de um ato legislativo ou normativo perante o Supremo Tribunal Federal, sem partes envolvidas, desta feita, efeitos “erga omnes”.

A segunda espécie a ser tratada e não menos importante é o controle difuso, o qual constata a inconstitucionalidade de forma concreta.

[...] O controle da constitucionalidade pode ser concreto, subjetivo, quando exercido durante determinado processo jurisdicional, desde que se pretenda,

com ele, a resolução de algum ponto de Direito para a solução de uma controvérsia intersubjetiva (Tavares, 2012, pág. 248).

Nesse contexto, é possível perceber que nessa espécie qualquer juiz ou Tribunal pode julgar a causa, inclusive o Supremo Tribunal Federal em face de julgamento de recurso extraordinário.

No controle difuso, o objeto da ação é a satisfação de um direito individual ou coletivo e não propriamente a declaração de inconstitucionalidade de uma lei, porém o vício de inconstitucionalidade surge no decorrer do processo como questão prejudicial, motivo pelo qual classifica-se como via incidental.

Nesta espécie de controle, o vício da inconstitucionalidade pode ser julgado em última instância pelo Supremo Tribunal Federal, por meio de recurso extraordinário, nas hipóteses previstas pelo artigo 102, inciso III da Constituição Federal de 1988. Julgando-se pela inconstitucionalidade por maioria absoluta dos votos, a decisão inicialmente gera efeitos “inter partes”, porém o Supremo Tribunal Federal pode comunicar o Senado Federal, que nos termos do artigo 52, inciso X da CF/88, pode “suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal” (BRASIL, 1988).

Desse modo, a outorga ao Senado Federal de competência para suspender a execução da lei inconstitucional teve por motivação atribuir eficácia geral, em face de todos, erga omnes, à decisão proferida no caso concreto, cujos efeitos se irradiam, ordinariamente, apenas em relação às partes do processo (BARROSO, 2012, pág. 98).

Observa-se que suspensa a executoriedade da lei pelo Senado Federal, o controle de constitucionalidade realizado de forma concreta pelo Supremo Tribunal Federal com efeitos “inter partes”, ganha proporções “erga omnes”, fazendo com que a decisão do controle difuso ganhe forma abstrata, por alcançar não mais apenas as partes envolvidas naquela relação jurídica processual.

Analisando a jurisprudência que dispõe sobre o assunto, é cabível apontar o Habeas Corpus 82.959/SP, o qual foi impetrado por Oséas de Campos, condenado a 12 anos e 03 meses de reclusão por molestar três crianças entre 6 e 8 anos de idade, para questionar a constitucionalidade do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 8.072/90 que proibia a progressão de regime de cumprimento de pena na Lei de Crimes Hediondos. O Supremo Tribunal Federal julgou pela inconstitucionalidade do respectivo dispositivo,

porém a decisão seria aplicada apenas em relação a Oséas. O Senado Federal foi comunicado e suspendeu a excoeriedade do referido artigo, concedendo a decisão efeitos “erga omnes” e transformando-a em abstrata, o que possibilitou com que todos os demais indivíduos presos por crimes hediondos pudessem progredir de regime.

Gilmar Mendes, Ministro do Supremo Tribunal Federal, discorda de que a maior instância do poder judiciário necessite do aval do Senado Federal para suspender a excoeriedade da lei, alegando a ocorrência de mutação constitucional. “[...] Tal como assente, não é (mais) a decisão do Senado que confere eficácia geral ao julgamento do Supremo. A própria decisão da Corte contém essa força normativa” (Mendes, 2012, pág. 1563). Como pode ser observado, de acordo com esse posicionamento o papel do Senado Federal seria apenas de dar publicidade a decisão do Supremo Tribunal Federal.

Explorada a forma como ocorre a teoria capitulada no título deste artigo, o seu principal precedente, bem como os assuntos que envolvem o tema, é necessário pronunciar-se sobre os posicionamentos doutrinários.

O primeiro posicionamento defende que a concessão de efeitos “erga omnes” às decisões de controle difuso de constitucionalidade fere princípios constitucionais como o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório. Segundo Streck, Andrade Cattoni de Oliveira e Mont’Alverne Barreto Lima (2007), partes que não participam do processo são afetadas pela coisa julgada, fato este que viola os princípios acima mencionados. Embora esse posicionamento seja aceitável, é necessário compara-lo com o controle concentrado de constitucionalidade, o qual a coisa julgada afeta diversos indivíduos que não participam da relação jurídica processual, não falando-se nesse caso em violação de princípios constitucionais.

Streck, Andrade Cattoni de Oliveira e Mont’Alverne Barreto Lima (2007) ainda atacam a abstrativização do controle difuso de constitucionalidade dizendo que conceder efeitos “erga omnes” as decisões do controle difuso, faz com que a principal diferença entre ambas as espécies de controle caia por terra. Argumentam ainda que a única diferença que permanece é em relação à eficácia da decisão, que no controle difuso de constitucionalidade como ocorre a suspensão da excoeriedade da lei declarada inconstitucional, os efeitos são “ex nunc”, enquanto no controle concentrado como ocorre a retirada de eficácia da lei, os efeitos são “ex tunc”.

Por fim, apesar de mostrar contrariedade e discordar da concessão de efeitos “erga omnes” as decisões do controle difuso de constitucionalidade, Streck, Andrade Cattoni de Oliveira e Mont’Alverne Barreto Lima (2007) apontam que deixar de aplicar o artigo 52, X da Constituição, enfraquece a força normativa da Lei Maior. Conclui-se por meio deste entendimento que apesar dos argumentos desfavoráveis, é certo que o referido artigo deve ser aplicado sem ressalvas, de modo a preservar o princípio da força normativa da Constituição.

Diversos posicionamentos favoráveis a concessão de efeitos “erga omnes” argumentam que transformar o controle difuso em abstrato por meio do Senado Federal significa conferir ao ordenamento jurídico celeridade e economia processual, uma vez que as demais partes não envolvidas naquela relação jurídica processual não precisarão mais ingressar no poder judiciário para pleitear novamente o que já foi decidido em sede de controle difuso de constitucionalidade perante um caso concreto.

Discorridos os principais argumentos que ressaltam as vantagens e desvantagens da equiparação do controle difuso de constitucionalidade com o controle concentrado, é necessário mencionar que apesar de alguns manifestarem posições contrárias ao tema, é certo que o artigo 52, X da Constituição Federal de 1988 possui redação originária, sendo inquestionável sua constitucionalidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do presente trabalho, é possível concluir que a transformação do controle difuso em abstrato ainda é tímida no Brasil, apesar de previsão expressa contida no artigo 52, X da Constituição Federal de 1988. Isso ocorre principalmente porque o tema não é pacífico na doutrina, uma vez que foi possível observar que conceder efeitos “erga omnes” as decisões do controle difuso significa equipara-lo com o concentrado, já que esta é a principal diferença entre ambos.

Ainda que pese os argumentos contrários ao tema, ficou nítido que a teoria da abstrativização do controle difuso de constitucionalidade é constitucional, por razão de previsão expressa, através de artigo com redação originária. Além disso, vantagens como a celeridade e a economia processual são argumentos que sem dúvidas merecem maior consideração no momento da aplicação do artigo 52, X da CF/88.



Ademais, o estudo se mostrou de grande progresso para o tema tratado, pois demonstrou os principais posicionamentos doutrinários que discorrem sobre o assunto, esclarecendo cada um dos seus argumentos, de modo a trazer maiores conclusões a respeito da aplicação do artigo que transforma o controle difuso de constitucionalidade em abstrato.

REFERÊNCIAS

BARROSO, L. R. **O Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro:**

Exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência. 6ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

BRANCO, P. G. G.; MENDES, G. F. **Curso de Direito Constitucional.** 7ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** VadeMecum. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

ORTIGARA, B.; SANTOS DE MORAIS, F. **Modulação e abstrativização do efeito difuso:** estudo de caso, 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/viewFile/22585/17607>>. Acesso em: 05 de outubro de 2018.

STRECK, L. L.; ANDRADE CATTONI DE OLIVEIRA, M.; MONT'ALVERNE BARRETO LIMA, M. **A nova perspectiva do Supremo Tribunal Federal sobre o controle difuso:** mutação constitucional e limites da legitimidade da jurisdição constitucional. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2007-ago-03/perspectiva_stf_controle_difuso> Acesso em: 08 de outubro de 2018.

TAVARES, A. R. **Curso de Direito Constitucional.** 10ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA E SUA APLICABILIDADE NO MODELO CIVIL LAW BRASILEIRO

Débora Francine Liduenha⁸, Matheus Muntú da Silva⁹, Vitória Maria Aleixo¹⁰, Perla Savana Daniel¹¹, e-mail perlasavana@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A Teoria da Cegueira Deliberada ou “Willful Blindness Doctrine”, também conhecida como Instruções de Avestruz, se instituiu em primeiro, no modelo common law (aplicabilidade de normas e regras estão sancionadas pelo costume ou pela jurisprudência), especialmente na Inglaterra, em sentença dada em 1.861, no caso “Regina v. Sleep”. Neste caso, o Sr. Sleep havia colocado em embarcação, barris que continham parafusos de cobre no sentido de flechas, o que demonstrava, em espécie, propriedade Estatal; assim sendo, o julgado entendeu por condenar Spleep que, em face a seus direitos, recorreu alegando a falta de conhecimento e elementos que comprovassem que aqueles barris eram, realmente, propriedade do Estado. A decisão do recurso foi favorável ao Sr. Sleep, que, embora não tenha sido acusado com fundamento na “Willful Blindness Doctrine”, representou o marco para aplicação da mesma em território anglo-saxônico.

Ademais, após a inauguração de tal teoria, tem-se a aplicação da mesma em 1.899, nos Estados Unidos, no caso “Spurr v. United States”. Spurr, presidente do “Commercial National Bank of Nashvilee”, foi condenado por certificar cheques emitidos por um de seus clientes, o qual não possuía fundos. Ainda sim, houve provimento do recurso dado por Spurr, ao alegar que o júri não havia instrução suficiente acerca da intenção do agente. Não só, em 10 de janeiro de 2.001, na Espanha, ocorre a primeira ocorrência da referida teoria, em que um agente estava a transportar importante quantia em dinheiro alegando, ao ser receptado, não ter consciência de os valores serem provenientes de tráfico de drogas.

⁸ Estudante do 4º período de Direito das Faculdades Integradas de Jaú, e-mail: debora_liduenha@hotmail.com

⁹ Estudante do 4º período de Direito das Faculdades Integradas de Jaú, e-mail: muntu.matheus@outlook.com

¹⁰ Estudante do 4º período de Direito das Faculdades Integradas de Jaú, e-mail: ton_carvalho10@hotmail.com

¹¹ Orientadora do trabalho. Professora do curso de Direito das Faculdades Integradas de Jaú.

Por sua vez, no Brasil, a primeira vez em que o tribunal tratou da matéria exposta, diz referência à Apelação Criminal ACR nº 5520/CE (TRF5), em função de um dos crimes mais emblemáticos brasileiros. Trata-se do furto de R\$164.755.150,00 (cento e sessenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, cento e cinquenta reais) do Banco Central de Fortaleza, CE. Após o furto, os criminosos teriam se dirigido à uma concessionária e efetuado a compra de 11 (onze) veículos de luxo, pagos à vista e em notas de R\$50,00 (cinquenta reais). Ao aceitar o pagamento, o juiz do referido caso, em primeira instância, entendeu que os gerentes da concessionária cegaram-se intencionalmente para que obtivessem uma vantagem ilícita (venda dos onze veículos luxuosos), vez que tinham qualidade para presunção de que o montante de dinheiro apresentado era de ilícito ou, se não, informação às autoridades que a transação era suspeita.

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do referido estudo científico, foi utilizado o método dedutivo analítico, fundado em revisões de literatura, baseado em pesquisas na legislação, livros, doutrinas, jurisprudências, artigos científicos e casos verídicos ocorridos em território nacional e internacional até o período do presente artigo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entende-se por Teoria da Cegueira Deliberada ou “Willful Blindness Doctrine”, a “reprovabilidade de uma casuística de conhecimento do acusado acerca do plano fático (...) em razão de sua omissão deliberada para não obter esse conhecimento” – daí surge o neologismo brasileiro de Teoria das Instruções de Avestruz, pondo o agente como o animal que enfia sua cabeça embaixo da terra para nada ver (CARVALHO, 2018). Segundo Abramowitz & Bohrer, citados por CABRAL (2012), a doutrina permite que haja condenação penal nos casos em que o Estado falha na produção de provas acerca do real conhecimento do réu sobre a situação fática suspeita.

A Legislação Penal Brasileira (Decreto Lei 2848/40), em seu artigo 18, prevê que o crime será doloso, quando o pretende ou assume o risco de produzir o resultado e, culposos, quando o agente der causa ao resultado por negligência, imprudência ou imperícia. Não só, em seu parágrafo único, determina que “salvo os casos expressos

em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente”. Dessa forma, surgem três modalidades ao se referir ao tipo doloso: Teoria da vontade, quando o agente pratica com dolo direto, consciente de querer praticar a infração; Teoria da representação, quando o agente prevê a possibilidade de lesão ao bem jurídico e, mesmo assim, continua sua conduta e; Teoria do consentimento, que ocorre quando o agente prevê e aceita o risco da produção do resultado e, mesmo assim, opta por continuar sua conduta.

Em análise ao artigo 18, CP, citado anteriormente, ao tratar especialmente do seu inciso primeiro, diz-se “doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo”, podemos notar a presença de duas teorias. Na primeira oração, temos a presença da Teoria da vontade (“quando o agente quis o resultado”), ao passo que na segunda, a Teoria do consentimento (“assumiu o risco de produzi-lo”). Uma vez claro, temos como sinônimo de Teoria do consentimento, o dolo eventual.

Em síntese, e em conformidade com o artigo 5º, inciso XXXIX, da Constituição Federal (“não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal”), é adotado pelo Decreto Lei 2848/40, a consciente qualidade de saber do agente, não podendo ser presumido o dolo, sem que este esteja tipificado em lei.

Como dito no tópico primo (Origem), o primeiro caso apresentado no Brasil se diz respeito ao furto ao Banco Central de Fortaleza, que fez dos gerentes, o alvo da Teoria da Cegueira Deliberada. No entanto, ao longo da história brasileira, mais foram os momentos de sua aplicabilidade. Temos como exemplo, a sentença dada à Ação Penal 5047229-77.2014.4.04.7000, prolatada no âmbito da operação “Lava Jato” – ainda que levantada a ideia da Teoria, a sentença fundamentou o conhecimento dos condenados pelos elementos indiciários, afastando tal modelo doloso.

Para alguns autores, diferente de Abromowitz & Bohrer (apud CABRAL, 2012), a Doutrina da Cegueira Deliberada, cria o risco de o júri condenar o réu simplesmente por acreditar que o mesmo não se esforçou suficientemente para saber sobre os fatos acerca da ilicitude (sem levar em consideração os meios sociais ao qual o indivíduo se insere). Não só, em âmbito legal, o sistema romano-germânico, por não apresentar previsão legal para a aplicação da teoria, se o usar, deve ser de forma restrita (ao passo que, via de regra, a inconsciente afasta a responsabilidade criminal – a prova de que alguém possui ou não conhecimento é praticamente impossível, se tratando de

elemento subjetivo e dificilmente demonstrável), conforme explana Ragués I Vallès (apud CARVALHO, 2018). A rigor, grande parte das casuísticas a que se prestam a aplicação da Teoria tratada, podem ser amparadas mediante aplicação da Teoria da consciência (ou dolo eventual, como é mais tratado), “(...) em geral, é preciso que as bases que fundamentam as decisões sejam adequadamente utilizadas sob pena de prejudicar o Estado Democrático de Direito e o devido processo legal” (NEISSER, SYDOW, 2017).

Ainda em conformidade com a Constituição Federal Brasileira e o Princípio da Legalidade (ninguém será punido sem lei prévia, escrita, estrita e certa), o Código Penal Brasileiro, não adere à uma das formas hermenêuticas de interpretação legal, proibindo a analogia/interpretação extensiva.

Em matéria penal, a analogia somente deve ser utilizada para o julgador preencher as lacunas legislativas de forma a delimitar a interpretação fiel à lei e desde que, com isso, não traga consequências ao acusado. Por outro lado, não pode o julgador valer-se dessa manobra hermenêutica para criar ou modificar direitos, mormente quando trazer algum prejuízo ao réu. (AROUCK, 2017)

A partir do trecho acima referenciado, cabe ressaltar o pensamento de Montesquieu, em que “os juízes são apenas a boca que pronuncia as palavras da lei”, já “Beccaria (1738-1794), o penalista seguramente mais influente do Iluminismo, compartilhava o entendimento de que o juiz era um impessoal “autômato da subsunção”, pois não lhe diz respeitava o exercício da interpretação”, Frederico II, firmava que o juiz criminal não possui a faculdade de interpretar, cabendo tal atributo somente aos legisladores.

Outrossim, em seu artigo 20, o Decreto Lei 2848/40, estabelece que em casos recorrentes de erro do tipo (“o agente, ao praticar a conduta formalmente típica, tenha obrado em erro, ou seja, em situação de ignorância, com relação aos elementos objetivos do tipo – o que leva a formação equivocada de seu elemento subjetivo”, excluir-se-á a possibilidade dolosa – dessa forma, quando o ilícito ocorre por falta de prudência, o agente responderá a título de culpa. Nesse sentido, CARVALHO (2018) nos ensina que: “Caso contrário, a teoria da cegueira deliberada pode acabar servindo como álibi argumentativo para a prova do elemento cognitivo do dolo em situações em que ele não esteja, de fato, presente”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao que parece, a Teoria da Cegueira Deliberada visa dar maior efetividade à persecução penal (investigação criminal mais processo legal) do Estado, especial à falta de provas acerca dos elementos subjetivos do agente. Assim, não há como, a certo lapso temporal, a “Americanização do Direito Penal” (especialmente em se tratando de país que aderem ao modelo “Civil Law”).

Por ser despido de rigor legal, se tratando do Brasil, a Teoria da Cegueira Deliberada pode ser utilizada desde que sem prejuízo ao réu (retomando ao fato de o Direito Penal Brasileiro não aderir à interpretação analógica), vez que meramente simbólico e violador do devido processo legal. Ademais, para a criminalização de atos que apresentem a cegueira do agente frente às situações, têm-se, regulado no Brasil, o instituto do dolo eventual, este sim com rigor devido à criminalização do agente.

REFERÊNCIAS

AROUCK, V. **A Teoria da Cegueira Deliberada e sua aplicabilidade no Ordenamento Jurídico Pátrio**. 2017. Disponível em: <<http://emporiododireito.com.br/leitura/a-teoria-da-cegueira-deliberada-e-sua-aplicabilidade-no-ordenamento-juridico-patrio>> Acesso em: 30.09.2018

CABRAL, B. F. **Breves comentários sobre a teoria da cegueira deliberada** (willful blindness doctrine). 2012. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/21395/breves-comentarios-sobre-a-teoria-da-cegueira-deliberada-willful-blindness-doctrine>> Acesso em: 01.10.2018

CARVALHO, F. F. **Quais cuidados devem ser tomados para aplicar a teoria da cegueira deliberada?** 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-abr-19/felipe-carvalho-cuidados-aplicacao-teoria-cegueira-deliberada>> Acesso em: 01.10.2018

CASTELLO, R. **O que é persecução criminal?** 2012. Disponível em: <<https://rodrigocastello.jusbrasil.com.br/artigos/121936855/o-que-e-persecucao-criminal>> Acesso em: 01.10.2018

GRECO, R. **Código Penal Comentado**. 11. ed. Niterói: Editora Impetus, 2017.

NEISSER, F.; SYDOW, S. T. **Cegueira deliberada só pode ser aplicada se preencher oito requisitos**. 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-jun-14/opiniao-aplicacao-cegueira-deliberada-requer-oito-requisitos>> Acesso em: 01.10.2018



ORTEGA, F. T. **O que consiste a teoria da cegueira deliberada?** 2015. Disponível em: <<https://draflaviaortega.jusbrasil.com.br/noticias/323488575/o-que-consiste-a-teoria-da-cegueira-deliberada>> Acesso em: 30.09.2018

PACELLI, E. **Curso de Processo Penal**. 21. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2018.

PORTAL JURÍDICO. **Teorias do Dolo**. Portal Jurídico. Blogspot, 06.03.2013. Disponível em: <<http://portaljuridic.blogspot.com/2013/03/teorias-do-dolo.html>> Acesso em: 01.10.2018

SARAIVA. **Vade Mecum** Saraiva. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

SOUSA, A. M. F. **Quais são as teorias do dolo?** 2009. Disponível em: <<https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/1675240/quais-sao-as-teorias-do-dolo-aurea-maria-ferraz-de-sousa>> Acesso em: 01.02.2018

SILVA, D. R. **Entenda a diferença entre o erro de tipo e erro de proibição**. 2016. Disponível em: <<https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/441185843/entenda-a-diferenca-entre-erro-de-tipo-e-erro-de-proibicao>> Acesso em: 01.10.2018



TOMBAMENTO: PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL

Caroline Aranda Garcia, Isadora Cristina Rodrigues, Marielle Marçal de Oliveira,
Renato Zanolla Montefusco, e-mail: marielle.oliveira96@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O tema abordado diz respeito aos efeitos de uma das espécies de intervenção do Estado na propriedade privada. A Constituição Federal, em seu artigo 23, III, ressalta a competência comum da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da proteção dos documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos (DI PIETRO, 2016). Assim, dando sustento a esta modalidade de intervenção, que visa a proteção do patrimônio cultural.

Porém, deve-se observar que o tombamento traz consigo uma série de efeitos para o bem tombado e por consequência para o proprietário do bem, podendo alguns desses efeitos serem positivos e outros negativos. Ademais, é de suma importância conhecê-los já que se trata do patrimônio de importância histórica que deve ser preservado pela coletividade.

Os efeitos do tombamento geram uma série de restrições aos direitos da propriedade, entretanto, o desrespeito a tais restrições gera o dever de indenização se não forem respeitadas pelo proprietário. Destarte, fica evidenciada a importância em conhecê-las.

A Constituição Federal de 1988 tem grande preocupação com a proteção do patrimônio cultural, trazendo em seu artigo 215 o dever do estado de garantir a toda a população o acesso a cultura bem como a preservação, ficando evidente o instituto do tombamento como forma de preservação no artigo 216, § 1º, que: "O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação."

Nas palavras de Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2017, p. 216)

Pelo tombamento, o Poder Público protege determinados bens, que são considerados de valor histórico ou artístico, determinando a sua inscrição nos chamados Livros do Tombo, para fins de sua sujeição a restrições parciais; em

decorrência dessa medida, o bem, ainda que pertencente a particular, passa a ser considerado bem de interesse público; daí as restrições a que se sujeita o seu titular.

Nesse sentido, para a preservação cultural em favor da coletividade, o Poder Público por vezes precisará intervir na forma como o bem é tratado e utilizado, decorrendo disso os efeitos do tombamento.

Uma vez demonstrada a importância do tombamento em si, cabe demonstrar que os efeitos decorrentes do tombamento tem igual valor, uma vez que é necessária a atuação de toda a coletividade para que um bem seja efetivamente protegido, seja essa atuação com obrigações de fazer (positivas) ou de não fazer (negativas), pois apenas as ações da União, dos Estados e dos Municípios, não seriam suficientes.

2 METODOLOGIA

A base metodológica a ser utilizada na presente pesquisa será a do método dedutivo, levando-se em consideração a análise em doutrinas administrativas e artigos científicos que abordem o tema de tombamento bem como seus efeitos, além de utilizar-se da legislação pátria, como a Constituição Federal, Decretos e outras leis pertinentes que se façam necessárias.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O tombamento nada mais é que uma modalidade de intervenção do Estado na propriedade privada, que visa a preservação do patrimônio histórico cultural.

Nesse sentido, observa-se:

O tombamento é forma de Intervenção do Estado na propriedade privada, que tem por objetivo a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, assim considerado pela legislação ordinária, “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos, memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico, bibliográfico ou artístico” (...) (DI PIETRO, 2016, p. 177).

Assim, como explica a doutrinadora com fundamento no artigo 1º do Decreto-Lei nº 25/37, o objeto sob o qual recai o tombamento pode ser móvel ou imóvel, que sua conservação seja de interesse público, e que sua vinculação seja por se tratar de um bem que tenha valor histórico memorável, ou que tenha valor excepcional arqueológico, bibliográfico ou artístico.

A competência para a realização do tombamento é comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios segundo o que expõe o artigo 23, III, da Constituição Federal.

É um fato jurídico-administrativo, que se consumará através de uma sucessão de atos administrativos de procedimento administrativo, sempre assegurado o recurso.

O tombamento tem sua natureza concreta e específica, é uma restrição ao direito de propriedade, uma vez que gera uma série de exigências e efeitos ao proprietário sobre o bem tombado. Como explica Di Pietro “o tombamento é sempre uma restrição parcial, não impedindo ao particular o exercício aos direitos inerentes ao domínio” (DI PIETRO, 2016, p. 178).

O Decreto-lei nº 25/37, que versa sobre a organização e a proteção do patrimônio histórico-cultural, tem seu capítulo III disposições sobre os efeitos que o tombamento produz, podendo estes ser positivos (de fazer), ou negativos (de não fazer) podendo ser produzidos através da alienação, do deslocamento, da transformação, conservação, fiscalização e em relação aos prédios vizinhos.

Á respeito dos efeitos positivos seriam aqueles que decorrem de uma ação de fazer do proprietário do bem tombado. Como primeiro exemplo, pode-se citar o dever de conservação, pois uma vez tombado, o proprietário deverá, segundo José dos Santos Carvalho Filho (2014, p. 824) “conservar o bem tombado para mantê-lo dentro de suas características culturais. É dele, pois, a responsabilidade de reparação do imóvel, salvo quando provada a ausência de condições financeiras”. Neste caso de falta de condições, o Decreto-Lei em seu artigo 19, determina que o fato deverá ser levado pelo proprietário ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, apontando-se a necessidade e quais obras devem ser feitas sob pena de multa e, uma vez não atendidas as exigências de providências do proprietário, este poderá requerer o cancelamento do tombamento (Artigo 19, §2º, Decreto-Lei 25/37).

O Decreto em tela fazia menção á outro efeito positivo do tombamento, este decorrente da alienação, sendo o direito de preferencia em relação a União, aos Estados e aos Municípios, respectivamente. Era trazido em seu artigo 22 e previa que, sob pena de nulidade do ato, o proprietário que pretendia alienar o bem deveria notificar a União, o Estado e os Municípios para que no prazo de 30 dias exercessem

tal direito, sendo que com a não observância poderia ser decretado ato nulo, além de multa de 20% do valor do contrato.

Ainda, conforme expressa o Decreto-lei nº25/37, os efeitos negativos (não fazer) do instituto do tombamento, encontram-se em razão do proprietário da coisa tombada não fazer determinadas ações, tais como exprime o art. 17, em não ser destruída, demolida, nem, sem prévia autorização do IPHAN, realizar reparos, pintar ou restaurar, sob pena de multa de 50% do dano causado, em face da coisa tombada. (DI PIETRO, 2015).

Se a coisa tombada, for bem móvel, este “não poderá sair do país, senão por curto prazo, sem transferência de domínio e para fim de intercambio cultural, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”, conforme declara o art. 14, do referido decreto-lei. Se for tentada a exportação da coisa tombada, para fora do país, então esta, será sequestrada pela União o pelo Estado a que se encontrar, assim consubstancia o art. 15, ainda tecendo sobre a responsabilidade do proprietário em arcar com multa, ou ainda em incorrer às penas cominadas no crime de contrabando, conforme o Código Penal.

À luz da devida conservação da coisa tombada, encontra-se o efeito de suportar, qual seja, na sujeição de vigilância pelo IPHAN, podendo-o inspecionar a coisa quando for conveniente, vedando-se, assim, ao proprietário criar obstáculos, sob pena de multa (art.20).

Portanto, assim, observa-se, que o Capítulo III do Decreto-lei nº 25/37, traz os efeitos do tombamento, em que expressam a importância da conservação das coisas tombadas, e sua devida preservação do patrimônio histórico-cultural, amparado nos efeitos positivos (de fazer), negativos (de não fazer) e de suportar (deixar fazer). (DI PIETRO, 2015).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conformidade ao que foi discorrido, o instituto do tombamento, demonstra, em suas peculiaridades, a importância da conservação do patrimônio histórico-cultural, que foi devidamente consubstanciado na Magna Carta de 1988. Compete, assim, ao Estado, em sua intervenção, e à sociedade, a preservação do patrimônio cultural brasileiro.



Salienta-se, que, para a devida intervenção, deverá haver justa motivação, sendo um ato vinculado, em sua fundamentação, necessitando da justificativa da defesa do patrimônio histórico-cultural. E quanto, à avaliação da coisa, deverá ser um ato discricionário, na valoração da coisa, frente à conveniência e oportunidade da administração pública.

Dessa forma a “colaboração da comunidade”, inculirá, para a máxima primazia da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, preservando-se, assim, a memória e a identidade da cultura brasileira, e destacando-se a atribuição desse conjunto em promover a sua devida manutenção.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.**

Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 12 de out. 2018.

BRASIL, DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 12 de out. 2018.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo.** 28. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo.** 29. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo.** 30. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

FILHO, J. S. C. **Manual de Direito Administrativo.** 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014

MELLO, C. A. B. **Curso de Direito Administrativo.** 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.



TRANSFUSÃO DE SANGUE E RELIGIÃO, EM DEFESA MÉDICA

Karen Morais, Marcelo Rodrigues Garcia, Bazilio de Alvarenga Coutinho Junior, email: baziliana2015@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem o condão de instigar a discussão sobre o tema, diante da ausência de uniformização jurisprudencial, demonstrando soluções práticas e possíveis aplicações do direito, sem afrontar os princípios constitucionais, assegurando assim, os direitos e garantias fundamentais do paciente e o dever de cuidado do médico.

2 METODOLOGIA

Este estudo baseou-se em análise de doutrina, artigos, e a própria legislação referente ao tema

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A discussão começa com a exposição da relevância do assunto e na quantidade de pessoas que ele abarca. De acordo com dados do Censo de 2000 do IBGE existiam 1.104.886 Testemunhas de Jeová no Brasil e em 2010, 1.393.208. Um aumento de 26% ou quase 300.000 pessoas em 10 anos. Não há dados mais recentes

O pilar desta apresentação está embasado na própria Constituição Federal de 1988, vigente, quando, no seu artigo 5º, VI prevê que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença...” e esta liberdade está garantida desde a Constituição Federal de 1969 como se infere do seu Art. 153, §6º: “A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: § 6º Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, ninguém será privado de qualquer dos seus direitos”

Entretanto, como se observa da redação do art. 5º, II da Constituição Federal, ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. Assim, quem violar tal direito individual comete o crime tipificado no art. 146 do Código Penal (constrangimento ilegal).

Contudo no § 3º, I, desse mesmo artigo, é excluída a antijuridicidade da intervenção médica ou cirúrgica sem o consentimento do paciente ou de seu representante legal, se justificada por iminente perigo de vida.

Além disso, é necessário considerar o que dispõe o Código de Ética Médica que nos artigos 46 e 56, cuja redação é a seguinte: “Art. 46 - (É vedado ao médico) efetuar qualquer procedimento médico sem o esclarecimento e o consentimento prévios do paciente ou de seu responsável legal, salvo em iminente risco de vida”, “Art. 56 - (É vedado ao médico) desrespeitar o direito do paciente de decidir livremente sobre a execução de práticas diagnósticas ou terapêuticas, salvo em caso de iminente risco de vida”

Em suma, o objetivo do profissional deve ser respeitar as leis, sem desconsiderar que cada caso, porém, é diferente e suas peculiaridades não podem ser menosprezadas

3.1 Casos Hipotéticos e possíveis soluções

- Crianças (absolutamente incapaz)

A transfusão ou tratamento deve ser realizado em melhor interesse do menor em caso de urgência, realiza o procedimento e justifica-se posteriormente, caso não haja o representante legal por perto.

De acordo com o Art. 31 do Código de Ética Médica, é vedado desrespeitar o direito do paciente ou de seu representante legal de decidir livremente sobre a execução de práticas diagnósticas ou terapêuticas, salvo em caso de iminente risco de morte.

Se deparado com a situação de não urgência, é possível pleitear autorização judicial com motivação e aguardar a justiça decidir. Caso não haja tempo para aguardar esta decisão, atua-se no melhor interesse do menor e sua vida, comunicando-se o Ministério Público. Tal procedimento deve ser feito sempre de forma motivada e de preferência com a opinião de outro profissional da medicina como meio de prova da urgência da medida, para evitar uma ação civil posterior.

Em situação de não urgência, há julgados do STJ em que o médico não foi responsabilizado por não realizar a transfusão, pois os representantes legais não permitiram este tipo de tratamento. A vontade, desta criança e consequentemente de

seus representantes legais deve ser seguida, mesmo que isso acarrete a morte da criança.

Mas diante destas situações, o direito Médico deve exercer a sua função de proteger o bem maior, a vida. É um direito e dever do Médico zelar por tal bem jurídico, cabendo na ética médica esse respaldo por tal ato, assim como conta no Código de Ética Médica no art VI - Este Código de Ética Médica é composto de 25 princípios fundamentais do exercício da Medicina, 10 normas diceológicas, 118 normas deontológicas e quatro disposições gerais. A transgressão das normas deontológicas sujeitará os infratores às penas disciplinares previstas em lei.

As Testemunhas de Jeová, têm por preceito não aceitar transfusão de Sangue. O motivo desse comportamento repousa em interpretações bíblicas existentes tanto o velho como o novo testamento: “Não comereis o sangue de nenhuma carne, porque a vida de toda a carne é o seu sangue; qualquer que o comer será extirpado¹².” (Levítico 17:14). Por uma opção de crença religiosa seus seguidores não comem, bebem, ou aceitam a transfusão de sangue por qualquer via que seja.

Não obstante assegurar-se a liberdade de crença, não se pode olvidar do direito da vida dessa criança, que é por definição absolutamente incapaz - “Art. 3º do Código Civil, São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesesseis) anos” - Além disso, é necessário levantar algumas questões sobre essa criança, mas que não se tem respostas tais como: Essa criança permanecerá nessa religião? A escolha da negação ao tratamento é da criança ou dos pais? E exatamente por não ter essas respostas, que essa discussão se torna tão acalorada

- Adulto com poucos meses de expectativa de vida, quando a transfusão pode aumentar a expectativa de vida em alguns dias ou semanas, mas ainda não cura a doença

O adulto tem direito de escolher a sua religião, e viver conforme suas crenças, assim como assegura a Constituição no seu artigo 5º, VI supracitado. A partir do momento que a pessoa é capaz e faz essa escolha, não caberia o médico de torná-la “indigna”, perante seus valores, para ‘apenas’ aumentar mais alguns dias de vida.

¹⁴ Extirpado: Retirado; eliminado; desenraizado (<https://www.dicio.com.br>)

- Adulto, capaz e consciente, que precisa da transfusão para curar a doença e que poderá viver muitos anos com isso

Dentro da lei, o tratamento compulsório não é ilegal na iminência da morte, assim como diz o Código Penal art. 146 § 3º. Sendo assim a documentação, a justificativa burocrática da iminência da morte, deve ser feita preferencialmente com mais um médico junto, para evitar ações penais.

No Canadá se não for iminente a morte, a autonomia da pessoa é respeitada. Pois essa transfusão seria uma forma de agressão contra ela e isso traria consequências morais para esse indivíduo, tendo-o que carregar esse fardo para o resto de sua vida

Porém no Brasil, há uma corrente que diz que se o médico não fizer a transfusão em paciente em tais condições, poderá ser responsabilizado por omissão de socorro. Mas a referida conduta, que deve encaixar-se perfeitamente na previsão legal é “deixar de prestar auxílio quando possível fazê-lo sem risco pessoal...”. Assim, o médico que não realiza a transfusão por ordem do paciente, não estaria deixando de prestar socorro. Neste caso, não haveria perfeito enquadramento da conduta na figura típica, não se podendo admitir analogia no Direito Penal, ratificando que o médico deve seguir a proibição do tratamento dada pelo seu próprio paciente.

- Ordenamento Jurídico

Constrangimento ilegal é punir a pessoa que faz algo que a lei não permite ou deixar de fazer algo que a lei obriga. Neste sentido a lei não manda transfundir, mas fala que o tratamento compulsório na iminência da morte não caracteriza o Constrangimento ilegal. O ordenamento dá a permissão, mas não obriga, então é uma **faculdade** ao médico para usar de forma arrazoado de quando este deve ou não fazer a transfusão, deixando a lei essa liberdade de escolha, desde que fundamentada.

O Conselho também decidiu que os pacientes terminais podem, entretanto, se recusar a receber tratamentos excessivos e até desnecessários neste estágio da vida. Além disso, esse paciente não pode por analogia ser equiparado ao paciente terminal, para que o médico seja obrigado a fazer a transfusão.

Nos EUA, a autonomia da pessoa, ou seja, sua vontade é seguida. Mas até lá, existem divergências, pois há casos em que a pessoa foi obrigada a receber a transfusão de sangue, pois ela tinha muitos dependentes para cuidar; filhos pequenos por exemplo. Sendo assim, ela teve a sua crença transgredida por causa desses dependentes. Outro caso, ainda nos EUA, é o de a família possuir condição econômica estável, e existirem outros responsáveis por esses menores, nesses casos o tribunal vem aceitando que a pessoa não receba a transfusão, deixando-a vulnerável ao óbito, mas respeitando a sua autonomia de vontade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se então, que não obstante a Constituição assegurar a liberdade de crença, não se trata de um direito absoluto. Contudo, a vida, mais precioso dos direitos fundamentais, quando em conflito com a liberdade de crença, deverá, em regra, prevalecer. Cabe a toda a sociedade a discussão e conscientização desses direitos sem esquecer que, exceções sempre existirão, havendo a necessidade de ponderação de valores diante dos peculiares casos concretos.

O profissional da saúde, ainda que impelido no propósito próprio de seu mister que é a preservação da vida e da saúde, por não se aprofundar em outros ramos do conhecimento, como o das leis, muitas vezes vê-se diante de situações em que lhe faltam parâmetros para agir, correndo o risco de ser responsabilizado civil e penalmente.

Há julgados, como na 6ª turma do STJ que proferiu decisão nos autos do HC 268.459-SP, por meio da qual inocentou os pais de uma menina pela morte de sua filha de 13 anos por recusa à transfusão de sangue que se fazia necessária.

Este trabalho busca possíveis situações e soluções sobre o conflito entre o direito à vida e à liberdade religiosa. Destacando-se também a conduta que o profissional da saúde pode ter para não ser punido judicialmente e nem ser injusto ou imoral com seus pacientes e representantes legais

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÂMBITO JURÍDICO. A polêmica da transfusão de sangue em testemunhas de Jeová. Disponível em:



<http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8697>

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Código de Ética Médica**. Resolução CFM nº 1.931, de 17 de setembro de 2009 (versão de bolso) Brasília, 2010. Disponível em: <<https://portal.cfm.org.br/images/stories/biblioteca/codigo%20de%20etica%20medica.pdf>>

DIAS, C. **Contradições Sócio Jurídicas Das Transfusões De Sangue Nas Testemunhas De Jeová E A Legitimidade Da Recusa Motivada**.

Disponível em: <<https://caroldias87.jusbrasil.com.br/artigos/613736093/contradicoes-socio-juridicas-das-transfusoes-de-sangue-nas-testemunhas-de-jeova-e-a-legitimidade-da-recusa-motivada>>

IBEGE. **O grupo Umbanda e Candomblé inclui a categoria Outras declarações de religiosidades afro-brasileira**. Disponível em:

<<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/137#resultado>>

PRADO JÚNIOR, B. P. A. **Transusão de Sangue em Testemunhas de Jeová: Casos Clínicos Exemplares**. Curso Fundamental de Bioética. Centro Regional de Hemoterapia HCFMRP-USP. Disponível em:

<http://www.cremesp.org.br/pdfs/eventos/eve_06062014_144448_Transfusao%20em%20Testemunhas%20de%20Jeova%20%20Dr.%20Benedito%20de%20Pina%20Almeida%20Prado%20Junior.pdf>

VALADARES, L. **Atuação jurídica segura no atendimento médico a pacientes Testemunhas de Jeová**. Disponível em:

<https://leandrojw.jusbrasil.com.br/artigos/456630287/atuacao-juridica-segura-no-atendimento-medico-a-pacientes-testemunhas-de-jeova>>



TRANSPARÊNCIA OPACA: UMA ANÁLISE DOS PORTAIS DAS PREFEITURAS DE JAÚ E BOTUCATU

Lucas Leone Mageste, João Guilherme da Costa Franco Silva,
e-mail: mageste@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se lança à análise da implementação, execução e manutenção das políticas públicas de comunicação como parte integrante da promoção do acesso à informação. O artigo 5º da Constituição Federal trata do direito de todos receberem dos órgãos públicos informações que sejam de seu interesse (BRASIL, 1988). É o caso da cláusula regulamentada pela lei 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), que ampliou o acesso, inclusive a informações que envolvam organizações privadas que tenham recebido recursos públicos, além de garantir a gratuidade deste acesso.

O acesso à informação é essencial para o exercício da cidadania e para o bom funcionamento do Estado democrático. Nesse sentido, políticas públicas que garantam esse acesso e que desburocratizem os mecanismos de armazenamento e disponibilização de informações de interesse público, podem dirimir o déficit democrático a partir de uma ação do próprio Estado – que por sua vez, fomenta a participação democrática da sociedade civil.

Neste trabalho, optou-se por analisar as políticas públicas de comunicação que ganham forma nos portais de governo municipais: a regulamentação local da LAI e o funcionamento do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). Como objeto da pesquisa, delimitou-se os portais municipais de Jaú e de Botucatu. A escolha de Jaú é justificada por ser a cidade onde está instalada a instituição de ensino superior à qual se apresenta este projeto. Já a seleção de Botucatu diz respeito à proximidade geográfica em relação a Jaú (81,1km) e às semelhanças de população total estimada e PIB per capita. Botucatu e Jaú têm, respectivamente 142.546 e 146.338 habitantes estimados, e respectivos PIB per capita de R\$ 28.985,92 e de R\$ 27.802,46 (BRASIL, 2017). Os portais foram analisados entre julho e novembro de 2018.

A hipótese inicial da pesquisa foi de falta de ausência de accountability, ou seja, de prestação de contas, a contento, para que as políticas públicas supram o déficit democrático e cumpram as determinações da Constituição e da LAI. A hipótese baseia-se no estudo de O'Donnell (1997) e Peruzzotti (2009) que indicam, respectivamente, ausência de accountability nos países da América Latina e a inexistência de agências controladoras que exijam e utilizem as informações públicas.

Assim, os objetivos da presente pesquisa são identificar as formas como se constrói accountability nos portais das prefeituras de Jaú e Botucatu; verificar o atendimento ao disposto na LAI e a forma como se regulamentou a lei em âmbito municipal. Além de, ao longo do percurso metodológico, analisar as dificuldades e facilidades no acesso às informações por meio dos portais; apontar possíveis entraves burocráticos ao acesso e verificar se o médio cidadão, revestido de seus direitos democráticos, teria formas claras de ter acesso à informação de seu interesse.

A formação do Estado é arraigada pela força e pelo poder. No entanto, diferentes teóricos descrevem a gênese estatal de forma divergente. Filósofos como Hobbes atribuem à força a exclusividade da formação do Estado, que para ele surge como resultado da batalha infindável de todos contra todos. Na esteira de Hobbes, com menor ênfase ao poder, mas com e destaque à celeridade humana em organizar-se politicamente, estão os filósofos contratualistas como John Locke e Jean-Jacques Rousseau.

Este filósofo, autor da obra *Do Contrato Social*, diverge dos demais pensadores contratualistas e aponta que é a propriedade e a formação da sociedade civil que corrompem o espírito humano, não o estado de natureza anterior. Ainda que compreenda o Estado como instituição benéfica para todos, produto de um contrato virtual e soberano, Rousseau presenciou um Estado feito por ricos para ser mantenedor da posição da classe dominante. E é este o Estado ao qual reservou suas críticas. Como escreve Machado, autor da introdução *Do Contrato Social* da Coleção *Os Pensadores*, “a concepção rousseauiana do direito político é, portanto, essencialmente democrática” (MACHADO, 2008, p. 13). E como aponta o próprio filósofo no início do Livro I, é preferível um povo que seja capaz de sacudir o jogo de poder – e assim o faça.

É evidente que as noções de Estado e Poder estão imbricadas. É a partir de Maquiavel que o poder passou a ser visto como dotado de regras e sistemas próprios, diferente daqueles para o cidadão ordinário. O poder centralizado e concentrado é, portanto, uma construção histórica, cuja centelha de existência ocorre num recorte histórico no qual é inversamente proporcional ao surgimento e ao fortalecimento da burguesia (NOGUEIRA, 2008).

Norberto Bobbio (1992) concentrou seu trabalho na passagem dos direitos de liberdade – do que ele chama de liberdades negativas – para os direitos políticos e sociais. Bobbio avança no pensamento sobre a liberdade e a compreende de forma dinâmica e aplicada. Ele considera a passagem dos “simples” indivíduos humanos para uma posição superior, como sujeitos sociais, ou atores, diferentes do que é o indivíduo isoladamente. Sujeitos carregados da plenitude concedida pela coletividade, como descrevia Rousseau. Diante desses novos sujeitos, plenos e agora atores do jogo, não é de se espantar que eclodam novas demandas, além de novos e múltiplos direitos (BOBBIO, 1992).

A participação democrática ativa, para além do sufrágio como instalação de um governo representativo é, grosso modo, a colocação dos novos direitos na pauta do poder do Estado. É a verificação do funcionamento da máquina estatal sem que direitos fundamentais ou novos direitos sejam desrespeitados.

Portanto, as políticas públicas devem ser utilizadas pelos governos para atingir resultados satisfatórios na execução das ações para o bem da sociedade, traçando metas, planos de ação (CALDAS, 2008, p. 5). No que diz respeito à comunicação, à informação e à mídia, a noção de bem-estar da sociedade pode ser somada à doutrina da utilidade pública.

O artigo 5º da Constituição Federal trata do direito de todos receberem dos órgãos públicos informações que sejam de seu interesse (BRASIL, 1988, art. 5). Este artigo em questão foi regulamentado em 2011, pela lei nº12.527, sancionada pela então presidenta Dilma Rousseff. Assim, políticas públicas de comunicação para o acesso à informação são necessárias para garantir direitos e manter a devida prestação de contas do governo.



O conceito de accountability diz respeito justamente a fiscalização e controle. É ferramenta para manutenção daquela que é uma das conquistas mais significativas na democratização: a transparência (ESPINOSA, 2012).

Políticas públicas de comunicação, como o desenvolvimento de diários oficiais, atualização de sites e produção de comunicação do poder público para a população – TV Câmara e site transparência, por exemplo - são ações de accountability, já que são ações de prestação de contas. Ações estas que têm início no regulado pela lei complementar 131 e a lei 12.527.

2 METODOLOGIA

O método empregado neste trabalho foi desenvolvido pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU). Foi utilizado em 2017 para estabelecer o ranking de cumprimento da Lei de Acesso à Informação, uma ação do programa Escala Brasil Transparente¹³.

O método da CGU baseia-se na aplicação de uma lista de checagem, que foi elaborada especificamente para o programa Escala Brasil Transparente. Esta lista será mencionada, a partir de agora, como Checklist EBT – seguindo a nomenclatura utilizada pela CGU.

O Checklist EBT dá conta da verificação de 12 quesitos, pensados propriamente para análise de portais de governos estaduais ou municipais. São eles: exposição da legislação no site; existência de regulamentação local; regulamentação do SIC; classificação de sigilo; responsabilização dos servidores; criação de instâncias recursais; divulgação do SIC; criação do SIC virtual; possibilidade de acompanhamento do pedido de acesso; ausência de pontos que dificultem ou impeçam o acesso; respostas dentro dos prazos legais; e respostas em conformidade com o solicitado.

Ao final da aplicação do Checklist EBT e da análise dos dados, por meio da pontuação obtida pelos portais, em cada quesito, atribui-se uma nota de zero a dez ao portal avaliado. A composição da nota ocorre da seguinte forma: 25% correspondem à análise da regulamentação da LAI e 75% correspondem à transparência passiva – como a metodologia designa as funcionalidades do SIC.

¹³ Consulta aos resultados em <<http://www.cgu.gov.br/assuntos/transparencia-publica/escala-brasil-transparente>>, acesso em 12 julho de 2018.

Como a aplicação do método visa a atribuição de nota e a construção de um ranking, há ainda o estabelecimento de um critério de desempate. Ou seja, para municípios com notas coincidentes, o desempate é decidido a favor daquele com maior pontuação na avaliação de transparência passiva. Em caso de persistência de empate, o município menos populoso assume posição superior – para a CGU, o tamanho populacional do município é diretamente proporcional a sua responsabilidade com a transparência. Este critério foi utilizado somente na Escala Brasil Transparente 1 – não houve empates nas edições subsequentes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Até a data de submissão deste resumo expandido, não é possível ainda apresentar uma análise concreta dos dados obtidos. Contudo, uma verificação inicial aponta para uma aparente confirmação da hipótese inicial de ausência de clara prestação de contas, uma vez que muitos entraves dificultaram a obtenção de respostas junto aos e-SIC's de cada município.

Até o momento, por exemplo, o município de Botucatu respondeu somente duas das quatro requisições de informação enviadas ao e-SIC. Das duas, apenas uma dentro do prazo legal estipulado pela LAI e pela regulamentação local. O município de Jaú respondeu a todas as requisições, mas fora do prazo e foi necessário a abertura de uma nova requisição questionando a demora. Em nenhum dos portais encontrou-se acesso à interposição de recurso em relação à demora de resposta.

No quadro 1, abaixo, é possível observar a resposta enviada pela prefeitura de Botucatu para a requisição enviada para a área de Assistência Social. Nota-se a imprecisão em atender ao solicitado, o que é um quesito a ser avaliado no método utilizado e fere o direito à completa informação acerca da alocação de recursos públicos.

Quadro 1. Pergunta enviada ao e-SIC do município de Botucatu e resposta obtida

Pergunta	Olá, gostaria de saber quais são os programas voltados para os idosos que o município dispõe no momento e quanto é investido em cada um deles
----------	---

Resposta	Informamos que dentre os serviços oferecidos pela Secretaria Municipal de Assistência, nos Centros de Referência de Assistência Social, possuímos os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para pessoas idosas. São grupos que se reúnem semanalmente com atividades de lazer, artesanato e cidadania. Temos também uma rede de serviços conveniadas que oferecem atendimento a população idosa. Nos colocamos a disposição para maiores informações através do telefone 3814-5181.
----------	--

Nota: resposta transcrita com fidelidade ao original, incluindo os erros gramaticais e de acentuação

Fonte: do autor

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou a configuração das políticas públicas de comunicação na promoção do acesso à informação por meio dos portais municipais de Jaú e Botucatu.

A existência e o bom funcionamento de políticas públicas de comunicação são fundamentais para a saúde do sistema democrático e para garantir direitos e novos direitos aos indivíduos que concedem sua liberdade submentendo-se ao poder estatal. Vê-se que o cumprimento do que foi regulamentado na LAI de 2011, em âmbito municipal, não ocorre a contento, chamando atenção à transparência e à defesa da democracia que se fazem necessárias também em nível federal.

A análise aqui desenvolvida poderia ter levado em conta os aspectos de navegabilidade e de arquitetura da informação presentes nos portais, considerando critérios para além do método da CGU. Entretanto, essa possibilidade fica aberta para pesquisas posteriores. Seria relevante também, a partir do trabalho aqui apresentado, que pesquisas futuras realizassem o levantamento e a análise de outras ferramentas das quais dispõem os cidadãos para maior controle do poder do Estado e supressão do déficit democrático – pode-se pesquisar ainda as formas como organismos da sociedade civil se movimentam para a superação de tal déficit, muitas vezes sem a participação do poder estatal e sem contar com políticas públicas que os balizem.

A defesa da democracia e a garantia de uma comunicação que garanta poder aos representados é necessária e, uma vez que não a própria democracia não é dada



em definitivo ao povo, um esforço perene de conquista e manutenção dessa são uma obrigação de todas as instituições, inclusive da academia.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. ed. 11. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1998**. Brasília: Senado federal, 1988.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiro**. Brasília, 2017a. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>.

CALDAS, R. W. (org.). **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

ESPINOSA, R. M. Accountability. In: FREITAS, Carmem Lúcia; GONTIJO, Rúbia Braga; AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha (orgs.). **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena/MG: Eduemg, 2012. p. 16 – 18.

MACHADO, L. G. Introdução. In: ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Martin Claret, 2008.

NOGUEIRA, M. A. **Potências, limites e seduções do poder**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

O'DONNELL, G. **Accountability horizontal e novas poliarquias**. Lua Nova, São Paulo, n. 4, p. 27-54, 1998.

PERUZZOTTI, E. A política de accountability social na América. Latina. In: PERRUZZOTTI, Enrique; SIMEONE, Márcio; ARROYO, Miguel. **Sociedade civil e participação**. Módulo IV do Programa de Formação de Conselheiros Nacionais. Belo Horizonte: UFMG, 2009.



USO INDEVIDO DE INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA: INSIDER TRADING

Thiago Laurindo Conessa, Rafael Guimarães Monteiro, Thales Siqueira Scuciato,
Renato Zanolla Montefusco, email: rzmontefusco@gmail.com

INTRODUÇÃO

Preliminarmente, cabe-nos conceituar o que vem a ser “insider”, e este compreende-se a pessoa que possui informações relevantes relativas a negócios e a situação financeira de determinada companhia em razão de fatos circunstanciais ao qual dispõe, o que faz com que as cotações dos valores de emissões de títulos dessa companhia venham sofrer influência nas negociações de compras, vendas ou retenção de valores.

Tais pessoas podem ser administradoras de companhias, a título de conselheiros ou diretores, membros de órgãos criados pelo estatuto da companhia, membros do conselho fiscal, os subordinados de todas as figuras supracitadas, terceiros de confiança dessas pessoas, acionistas controladores, dentre outras.

Estabelecido, em breve síntese, a figura da pessoa que pratica o “insider trading”, importante, também, fixar o que seria “informações relevantes”: o Direito Brasileiro, bem como a doutrina pátria, conceitua-o como sendo “aquelas referentes a fatos, ocorridos nos negócios da companhia, que possam influir, de modo ponderável, na decisão dos investidores do mercado, de vender ou comprar valores mobiliários de sua emissão” (artigo 157, § 4º, combinado com o artigo 155, § 1º, ambos da Lei nº 6.404/76).

Quanto a sua divulgação, a Lei 6.404 de 1976, adotou a obrigação dos administradores e pessoas a ele equiparadas a divulgá-las prontamente – art. 157, § 4º (salvo expressa autorização em contrário da CVM – art. 157, § 5º).

Deste modo, estes são obrigados a revelar, além de qualquer deliberação dos órgãos de administração da companhia ou Assembleia Geral, qualquer fato que seja considerado relevante, que tenha ocorrido nos negócios da companhia, e que possa influir na decisão dos investidores do mercado, acerca de vendas ou compras de valores mobiliários de sua emissão.

2 METODOLOGIA

Este projeto de pesquisa será desenvolvido através do método analítico-dedutivo com a análise a fontes bibliográficas específicas à temática, artigos científicos e legislação pátria usando predominantemente doutrinas e artigos científicos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Indaga-se, ao final, acerca do contexto inserido à expressão “inside trading”. O termo “insider trading” significa o ato de negociar títulos financeiros de uma empresa por pessoas que detêm informações privilegiadas sobre ela, os chamados “insiders”. A prática deste ato é considerada ilegal quando seus insiders utilizam informações que não estão disponíveis para os demais investidores, visando obter lucro ou outra vantagem para si ou para um terceiro, desfavorecendo a empresa.

O insider trading é combatido no mercado de capitais porque pode afetar a confiança dos investidores. Ele é considerado uma prática não equitativa, já que quem se beneficia dele está em posição de vantagem sobre os demais players do mercado.

Ademais, indaga-se pelos fatos acima aduzidos, quem são os insiders e, em qual contexto estes estão inseridos.

O insider pode ser um administrador da companhia ou da empresa, um acionista controlador, ou qualquer outro funcionário que tenha acesso direto a informações relevantes que ainda não foram divulgadas.

O mesmo vale para pessoas que não trabalham diretamente na empresa, mas que possuem acesso a essas informações, como consultores e advogados.

Esses agentes, nessa posição, são chamados de “insiders primários”. Já o insider secundário é aquele que recebe informação privilegiada, direta ou indiretamente, a partir de um insider primário. Mesmo sem ter ligações com a empresa, esse interlocutor não pode tirar proveito das informações que recebeu.

O ato de alguém de dentro da empresa ‘vazar’ informações para outras pessoas é conhecido no mundo dos negócios como “tipping”.

Em alguns casos, o insider secundário pode ser considerado um insider acidental. Isso ocorre quando a informação não foi passada intencionalmente por quem a detinha. Ela pode ter vazado, por exemplo, porque alguém ouviu uma conversa de terceiros em um espaço público.

No contexto supramencionado, em que pesem argumentos acerca de informações gerais, vale pontuar aquelas conhecidas como informações privilegiadas, nesse sentido, por regra, todas as companhias são obrigadas a divulgar a seus investidores seus fatos relevantes, ou seja, aqueles que podem afetar seu desempenho no mercado. São exemplos de fatos relevantes: mudanças no controle acionário, operações de incorporação, fusão ou cisão envolvendo a empresa, lucro e prejuízo da companhia, aprovação de um novo projeto ou alterações em sua implantação, assinatura de contratos, entre outras.

Embora as empresas sejam obrigadas a divulgar esse tipo de informação, é permitido que, por razões estratégicas, alguns desses fatos relevantes sejam guardados temporariamente em sigilo por seus gestores, desde que avaliem que sua divulgação naquele momento poderia trazer prejuízos para os interesses da empresa como um todo.

É nesse período que a informação é considerada privilegiada. Se o fato não tiver sido ainda comunicado aos demais investidores, os detentores da informação não podem negociar ações ou fazer outro tipo de operação em que sejam beneficiados por deterem uma informação que não é pública. Nesse contexto, importante dimensionar quem seriam os sujeitos ativos e sujeitos passivos, como partes intervenientes, na inadequada exposição de tais informações.

O sujeito ativo é aquele obrigado, por força de lei ou de contrato, ao dever de sigilo, e nesse contexto a legislação pátria expõe de forma incontroversa tais sujeitos, quais sejam: os administradores (art. 155 da lei n. 6.404/76); conselheiros e diretores (art. 145 da lei n. 6.404/76); integrantes de órgãos técnicos e consultivos (art. 160 da lei n. 6.404/76); os subordinados ou terceiros de confiança dos administradores (art. 152 § 2º da lei n. 6.404/76); os membros do conselho fiscal; os acionistas controladores e minoritários (art. 22, V, da lei n. 6.385/76); pessoas que prestam serviços jurídicos ou contábeis à companhia, que também são investidas por lei, do dever de sigilo; os agentes privados que atuam no âmbito do mercado de valores mobiliários; os agentes públicos encarregados da fiscalização do setor e também aquelas referidas na Instrução CVM 358/02 (art. 13, §§ 1º e 2º).

Desta forma, cabe ao sujeito ativo a "posição de garante" ao dever de sigilo, ou seja, ficam obrigados, por força de lei ou contrato, a impedir a lesão a um bem jurídico,

amparado por uma norma proibitiva. E, a "posição de garante" não pode ser imputada a qualquer pessoa, senão àqueles, que em razão de sua especial proximidade com tal bem, estejam investidos nesta qualidade. O garante atende a um seletivo e imperativo, dever de agir, que se erige da assunção à prevenção de um risco. É dizer, que implica na subjetiva exigência de resguardar bens jurídicos, amparados por uma norma proibitiva, sendo discutível a questão da coautoria.

O sujeito passivo é exposto de duas formas distintas. A primeira, em que o bem jurídico visa tutelar a confiabilidade do mercado de capitais, o sujeito ativo é o Estado, pois, principal interessado pelo regular funcionamento do mercado de valores mobiliários. Já o sujeito ativo secundário seria aquele que tenham sofrido danos patrimoniais. Na contramão, existem aqueles que entendem como sendo o bem jurídico protegido o patrimônio do investidor, o sujeito passivo é o próprio investidor.

Diante da postura inadequada, devidamente pontuada as espécies e sujeitos intervenientes é necessário observar a punição aplicável ao Insider Trading, entretanto, o uso indevido de informação privilegiada no mercado financeiro pode ser investigado e sofrer punição em três diferentes níveis no Brasil.

A punição administrativa, ou seja, a responsabilidade de investigar e punir administrativamente atos de insider trading é da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Caso seja comprovado o uso indevido de informação por agentes do mercado a CVM notoriamente costuma aplicar três espécies de sanções: advertência, multa e impedimento temporário de assumir cargos de administração em companhias ou entidades ligadas ao mercado de capitais.

Já na esfera penal, o insider trading é considerado crime. A punição pode incluir multa de até três vezes o valor da vantagem ilícita obtida e pena de prisão de 1 a 5 anos. Nesse sentido, quando identificar indícios da prática de insider trading, a CVM deve comunicar o fato ao Ministério Público Federal (MPF), para a abertura de investigação e denúncia à Justiça.

Na responsabilização civil, além das punições administrativas e penais, aquele que obtiver vantagem no mercado financeiro de informações exclusivas e/ou privilegiadas também poderá ser chamado à responsabilidade civilística. Quem se sentir lesado pela operação poderá demandar competente ação civil pleiteando uma indenização por perdas e danos.

A CVM e o ministério público também podem entrar com uma ação civil pública, visando reparar de forma mais ampla os prejuízos dos investidores afetados pela operação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância do tema dá-se pelo fato de que, os bens jurídicos tutelados pelos crimes de capitais são amplos, visando os patrimônios dos investidores e das sociedades emissoras de valores mobiliários. Com o uso das informações privilegiadas, quebra-se o princípio da igualdade formal entre os investidores, haja vista os benefícios financeiros que tais informações trazem, desequilibrando o mercado de capitais.

Trata-se, portanto, de parte integrante do Sistema Financeiro Nacional, que afeta profundamente a economia e, conseqüentemente, milhões de brasileiros e estrangeiros.

Nesta linha, a fim de punir as pessoas envolvidas nesse tipo de crime, haja vista a complexidade em investigar e até mesmo infiltrar-se no seio destas organizações, necessário se faz que o Estado também se utilize de técnicas avançadas, e da tipificação penal imputada a conduta, para penalizar os infratores do mercado financeiro.

REFERÊNCIAS

BRASIL, CADERNOS CVM, nº11- **Uso indevido de informações privilegiadas (insider trading)**- Disponível em <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr3/grupos-de-trabalho/gt-mercado-de-capitais-defesa-da-concorrenca-e-propriedade-intelectual-1/atos-normativos-e-guias/mercado-de-capitais/guias/caderno-cvm-no-11-2016-2016uso-indevido-de-informacao-privilegiada-insider-trading-2016/view> Acesso em 12 out 2018

CASTELLAR, J. C. **Insider trading e os novos crimes corporativos:** (uso indevido de informação privilegiada, manipulação de mercado e exercício irregular de cargo, profissão, atividade ou função). Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008. 141 p.

MILANEZ, B. A. V. **Insider Trading.** Disponível em: <https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/305118512/o-que-voce-precisa-saber-sobre-insider-trading>. Acesso em: 12. Out. 2018.

ORTEGA, F. **O que é o crime Insider Trading.** Disponível em: <https://draflaviaortega.jusbrasil.com.br/noticias/323082720/o-que-e-o-crime-insider-trading/>. Acesso em 12 out 2018.



15º ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA

PARENTE, N. J. **Aspectos jurídicos do “insider trading”**. Disponível em:
http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/menu/acesso_informacao/serieshistoricas/estudos/anexos/Aspectos-Juridicos-do-insider-trading-NJP.pdf. Acesso em: 12 out. 2018.



VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS MULHERES

Brenda Helena Cordeiro Rossi, Daiane Cristine Navas, Tays Fernanda Pessuto, Grasiela Lima, e-mail: grasilima29@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Desde os tempos primitivos e pontualmente durante a Idade Média o momento do parto para a mulher ocidental era diferente do modo comum utilizado nos dias atuais, eram recorrentes partos em posições sentadas, partos onde a parturiente permanecia em pé ou de joelhos (GASC, 2014). Além disso, até ao início do século XX, 25% dos falecidos antes do primeiro ano de vida morriam durante o nascimento ou nos dias seguintes devido a complicações no momento do parto (MOREL, 2004, p. 18).

Na era medieval havia a crença de que o dever feminino era gerar um filho homem, mesmo que isso lhe custasse a própria vida. O parto era uma tarefa exclusivamente feminina, realizada por parteiras e baseada a tradição do conhecimento popular. Contudo, a partir do século XIX a medicina se constituiu como saber científico e estabeleceu a medicalização dos corpos. Sendo assim, “a medicina, enquanto instituição incorporou prática da realização do parto como uma das suas atribuições, intitulado-a “Arte Obstétrica” e denominou de parteiro ou médico-parteiro os profissionais por ela formados” (VIEIRA; APLOINÁRIO, 2017 apud TOSI, 1988, p. 21).

Com o passar dos séculos, a mulher ocidental adquiriu direitos e sua função social tornou-se mais ampla; do dever de mãe e esposa passa a lutar pela igualdade perante o sexo masculino. Porém, sua representação social seguiu o mesmo padrão em relação ao parto. A representação social é o que dá às pessoas a noção conceptual das coisas, sendo uma forma de entender a realidade para ter um significado, ou seja, é um padrão de conhecimento social produzido a partir das ideias do senso comum. No caso da gestante, ao basear-se no senso comum, há a crença sobre a gestação ser um período de mudança física e dor intensa, esse conceito é passado de geração em geração. (OLIVEIRA, 2015). Por meio dessa concepção ideológica, a mulher se submete a vários procedimentos para o bem-estar do bebê, ignorando o fato de alguns serem considerados abusivos e que podem violar direitos.

Hodiernamente, tal abuso é conhecido como violência obstétrica. O principal desafio é informar e desmistificar o parto traumatizante, mostrando a mulher que gestação, parto e pós-parto podem ser experiências boas, desde que realizados respeitando todos os direitos relacionados a situação, além de criar a consciência de que se algum desses forem desrespeitados ela poderá buscar ajuda e auxílio na justiça.

Outro fator relevante e grande dificuldade de superar é o paradigma social de que a mulher não precisa dar o consentimento para intervenções em seu próprio corpo, fato que é manifestado através de abusos em exames excessivos ou desnecessários, humilhações, ofensas, ameaças, omissão, linguagem rude ou maus-tratos físicos cometidos antes, durante ou após o parto.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a mulher tem direito ao mais alto padrão de saúde atingível, incluindo uma assistência digna e respeitosa durante toda a gravidez e o parto, assim como o direito de estar livre da violência e discriminação. Os abusos, os maus-tratos, a negligência e o desrespeito durante o ato de dar à luz equivalem a uma violação dos direitos humanos fundamentais das mulheres, como descrevem as normas e princípios de direitos humanos adotados internacionalmente. Os principais direitos violados no caso de violência obstétrica são: a dignidade humana, o direito à informação, integridade física e psicológica, saúde sexual, reprodutiva e liberdade de escolha.

Segundo a Fundação Perseu Abramo, a violência obstétrica aflige uma em cada quatro mulheres no Brasil, independentemente de seu grau de instrução e condições financeiras. Entretanto, esse tipo de agressão também se manifesta em situações diversas ao momento do parto em si, um exemplo disso é o caso do abortamento. A mulher é questionada se o aborto foi provocado ou não, ou se o profissional de saúde busca uma confissão como condicionamento para o atendimento, responsabiliza e acusa a mulher pelo aborto e realiza procedimentos invasivos e dolorosos sem anestesia ou consentimento. Assim ela tem que lidar com o peso físico, psicológico e a pressão social que julga sua condição.

Os casos de violência deste tipo não ocorrem apenas no Brasil, ao todo são 34 países atingidos, segundo a OMS. Entre eles Argentina e Venezuela, onde a mulher vítima dessa situação também sofre abusos sexuais durante a gestação.

Sendo assim, o presente estudo busca discutir a violência obstétrica na perspectiva da violação dos direitos humanos fundamentais e, apesar de três projetos de lei em tramitação no Congresso que dispõem sobre medidas de proteção contra a violência obstétrica e de divulgação de boas práticas para a atenção à gravidez, parto, nascimento, abortamento e puerpério, entende-se que a prática do parto humanizado, portanto aquele que respeita os direitos da parturiente, já está plenamente garantido no ordenamento jurídico brasileiro a partir dos princípios da dignidade da pessoa humana, da liberdade e igualdade.

2 METODOLOGIA

O referido estudo foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica realizada em sites de revistas especializadas, livros, artigos científicos selecionados através de busca no banco de dados do Scielo, a partir dos descritores violência obstétrica e violação dos direitos humanos das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos, parto humanizado, direitos fundamentais da parturiente.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Baseado em pesquisas e estudos sobre o tema, observa-se que a violência pode ser cometida por toda a equipe médica, inclusive pela recepção e administração do hospital e tal violência atinge em média 25% das parturientes no Brasil.

A equipe médica abrange os médicos obstetras, enfermeiros e técnicos em enfermagem e anestesistas. Os médicos cometem o abuso ao desrespeitar as escolhas da gestante, ao realizar práticas e intervenções desnecessárias, como por exemplo, exames de toque a todo instante sem necessidade, ser submetida a ocitocina, que é hormônio que estimula contrações, a “manobra de kristeller”, pressão na barriga para expulsar o feto, entre outro. Agressões verbais, físicas e psicológicas também fazem parte da lista de violência. A cesárea sem necessidade é um dos abusos cometidos com mais frequência contra as parturientes, segundo a Organização Mundial da Saúde, o percentual de cesáreas no Brasil chega a 55,6%, sendo ainda maior no setor privado com 85,5%, enquanto a OMS orienta uma taxa máxima de 25 a 30% em casos de extrema necessidade (UCHÔA; HAMERMULLER, 2014).

Em relação aos outros profissionais da saúde, as enfermeiras e técnicos em enfermagem, ao ofenderem e ignorarem a dor da gestante também praticam a violência obstétrica. Há vários relatos de pacientes que foram humilhadas e ofendidas na hora do parto com as mais variadas palavras e frases de baixo calão. Já os anestesistas, como profissionais capacitados para proporcionar a parturiente o máximo conforto na hora do parto, com isso o controle da dor, ao aplicarem pouca anestesia ou simplesmente ignorar as queixas de dores também praticam a violência, marcando a vida das mulheres de forma negativa, fazendo com que muitas delas desistam de ter uma segunda gestação por conta da dor insuportável que sentem e que por muitas são consideradas normais por não terem as informações necessárias sobre o assunto.

Outra questão de extrema importância é o abuso na questão do aborto. O Ministério da Saúde recomenda que as mulheres que sofreram um aborto não fiquem no quarto com mulheres que tiveram seus filhos recém-nascidos, tal ato é uma das causas de danos psicológicos.

Ainda em relação aos componentes da violência obstétrica, por parte das recepcionistas e da administração do hospital pode acontecer desde a chegada da gestante com a recusa no atendimento ou na realização do parto ou ser negado o direito da paciente em ter um acompanhante. O direito a acompanhante está regulamentado pela lei 11.108/2005 que dá direito a parturiente na escolha livre de um acompanhante durante e após o trabalho de parto. Além da Lei do Acompanhante, existem mais duas resoluções que asseguram este direito: O regulamento RN 211 da Agência Nacional de Saúde e a RDC 36/08 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Outro fato de extrema relevância é a informação sobre a Episiotomia, pois se trata de um procedimento que pode ser doloroso e invasivo, sendo inclusive condenado por estudos por não ter seus benefícios comprovados. Esse método é realizado através de um corte no períneo (genital) para aumentar a passagem do bebê no momento do parto vaginal. Porém, quando feita sem autorização da parturiente, pode acarretar em mutilações genitais, com sequelas físicas e emocionais.

Um dos procedimentos mais polêmicos e questionáveis é o conhecido popularmente como “ponto do marido”. Esse procedimento é um ponto que se faz após o término da sutura da episiotomia, sendo um ponto com o intuito de tornar a vagina

mais estreita para a satisfação sexual do marido, sem importar a vontade da mulher. Um estudo publicado pela Revista da Associação de Médicos dos EUA divulgou que o número de mulheres que sofre essa violência chega a 35% do total de partos naturais, e isso significa mais de três em cada dez das mães que passaram por parto natural. Como consequência do ponto desnecessário, a mulher pode sofrer com dores durante o ato sexual, dificuldades para caminhar, danos psicológicos e passa a evitar relações sexuais. **“A episiotomia indiscriminada e de rotina se configura como uma violação dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher e uma violação da integridade corporal feminina”**. (CIELLO, 2012, p.86).

Na visão de diferentes especialistas, a mulher não é a única vítima na violência obstétrica, o bebê também pode padecer com esse tipo de violência. No caso do recém-nascido, a violência se manifesta com o corte tardio do cordão umbilical, o impedimento do contato pele a pele com a mãe, as cesarianas desnecessárias que também podem causar danos a ele.

A violência obstétrica viola diversos direitos humanos e garantias fundamentais da parturiente, entre eles a dignidade da pessoa humana, a igualdade entre os indivíduos, o direito à vida e a liberdade. A invasão indesejada no corpo da mulher interfere também em sua autonomia e na liberdade de decidir livremente sobre o seu próprio corpo.

Por isso, se faz necessário que as gestantes sejam instruídas de seus direitos desde o início do acompanhamento do pré-natal, possibilitando a identificação de tais violações e se necessário a denúncia de situações anormais.

Recentemente entrou em vigor a Lei nº 15.759, de 25 de março de 2015 que regula o parto humanizado. A lei garante às gestantes um parto com uma menor quantidade de intervenções. Esse modelo de parto proporciona as parturientes autonomia para tomar as decisões sobre o seu parto, como decidir em qual posição deseja ter o bebê – se quer na piscina ou na cama –, qual tipo de anestesia e a presença de familiares. Dessa forma, esse tipo de parto busca seguir as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP).



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi realizado com o intuito de discutir a questão da violência obstétrica como violação dos direitos humanos fundamentais das mulheres e apontar que a legislação atual garante a prática do parto humanizado, o que por sua vez permite que as mulheres reivindiquem esses direitos.

A literatura especializada aponta caminhos para a realização da denúncia e indica os órgãos especializados para a defesa dos direitos da parturiente.

Sendo assim, a mulher deve reunir documentos, como cópia de prontuário médico e o cartão de acompanhamento da gestação, os quais tem direito a obter requerendo nos hospitais, sendo somente os custos da extração das cópias podendo ser cobrados.

Além da reparação pessoal, é fundamental a denúncia para que outras mulheres não padeçam das mesmas violações, transformando a assistência obstétrica no Brasil e ajudando a melhorar a qualidade para todas as mulheres. Após as providências judiciais, pode a vítima realizar denúncia contra a pessoa que praticou a violência em seus conselhos de classe.

No que se refere aos órgãos de defesa e proteção, destacam-se a Defensoria Pública do Estado, o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, Central de Atendimento à Mulher: Disque 180, o Disque Saúde: 136 e a Ouvidoria Geral do SUS.

Dessa forma, é possível enfrentar a violência obstétrica e fazer valer os direitos da mulher gestante a um atendimento humanizado e baseado no respeito à sua dignidade humana.

REFERÊNCIAS

CIELLO, C. [et al. Coord.]. “Procedimentos considerados invasivos e danosos à mulher no atendimento ao trabalho de parto e parto normal. Episiotomia (ou mutilação genital?)”. Em Parto do Princípio - Mulheres em rede pela maternidade ativa (Org.). **Dossiê da Violência Obstétrica**. Brasil, 2012. p. 88-92. Disponível em: <<https://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%20VCM%20367.pdf>> Acesso em: 12/10/2018.

GASC, M. **La grosseesse au Moyen Age, entre retuels et croyonces**. – 2 septembre 2014. Disponível em: <<http://www.racontemoilhhistoire.com/2014/09/devenir-mere-au-moyen-age-croyances-rituels/>> Acesso em: 07/10/2018.



MORAES, E. – **O que é parto humanizado?** Disponível em: <<http://www.despertardoparto.com.br/o-que-e-parto-humanizado.html>> Acesso em: 11/10/2018.

MOREL, M.-F. **La mort d'un bébé au fil de l'histoire.** Spirale, 31, 3,2014 p.18.
OLIVEIRA, T. **Representação social do parto para a mulher diante da primeira gestação,** 2015.

PARA OS CURIOSOS – **Ponto do marido causa revolta entre as mulheres.** Disponível em: <https://www.paraoscuriosos.com/a6956/procedimento-feito-depois-do-parto-normal-ponto-do-marido-causa-revolta-entre-as-mulheres#utm_source=SiteShareButton&utm_medium=SiteShareButton&utm_campaign=Article_6956> Acesso em: 08/10/2018.

UCHÔA, T.; HAMERMULLER, A. **Humanista – Violência Obstétrica.** – 28 janeiro 2018. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/humanista/2018/01/28/violencia-obstetrica-atinge-1-em-cada-4-gestantes-no-brasil-diz-pesquisa/>> Acesso em: 07/10/2018.

VIEIRA, D. R.; APOLINÁRIO, J. A. **A Violência obstétrica na compreensão de mulheres usuárias da rede pública de saúde do município de Lins.** Monografia apresentada ao Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSALESIANO, Lins-SP, Psicologia, 2017. Disponível em: <<http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/61050.pdf.>> Acesso em: 29/09/2018.



LAGO DO SILVÉRIO: MEMÓRIA, IDENTIDADE E HISTÓRIA REGIONAL EM JAHU – SP

Beatriz Galazini Góis dos Santos; Felipe Costa Hespagnol; Yan Carlo Missaci
Pedro Ernesto Miranda Rampazo, email: pedro_e.m.rampazzo@hotmail.com

RESUMO

A presente pesquisa objetiva compreender a história do Lago do Silvério e a sua relação com a sociedade jahuense. O interesse pelo tema surgiu graças à proximidade do Colégio Galileu Mackenzie ao Lago. A pesquisa está sendo desenvolvida pelos alunos do Ensino Médio, sob orientação dos professores de História e Geografia. A pesquisa sobre o lago transita entre as duas disciplinas mencionadas, visto a interferência geográfica que tal espaço representa e sua importância para a história regional de Jahu, aspectos importantes a serem estudados pelos discentes, fato afirmado pelos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais). Além do estudo de História Regional e da relevância geográfica, é discutido na pesquisa a relevância da imprensa como fonte, pois se entende que periódicos interferem e apresentam o cotidiano de uma sociedade, principalmente como a comunidade em que está inserido observa determinados fatos. A culminância desse projeto está no incentivo à pesquisa, a integração entre escola e sociedade, e na consubstanciação e construção da identidade regional através do estudo e divulgação de sua história. Até o momento foi discutido entre orientadores e orientandos o referencial teórico sobre história regional e geografia, bem como se iniciou a análise da fonte periódica (jornal Comércio do Jahu). O término da pesquisa está programado para o final do mês de novembro de 2018.

Palavras-chave: Lago do Silvério, História Regional, Sociedade

*Pesquisa desenvolvida por alunos do Ensino Médio do Colégio Galileu Mackenzie sob orientação do professor Pedro Ernesto Miranda Rampazo.

ÍNDICE DOS TRABALHOS POR AUTOR

Achiles Meneghesso, Cícero Gabriel Dantas da Silva, Luis Gustavo Canolas, Nathalia Caponi Formigão, Nathaly Barbieri Marcondes Cesar	1578
Adauto Fernando Dias Filho, Luiz Guilherme Mascari, Ademir Testa Júnior	299
Ademir Fernando Amadeu, Marcelo Giovanni Cardoso, Ulisses Tiago da Silva, Plínio Del Bianco Junior, Renato Zanolla Montefusco	1110
Ademir Fernando Amadeu, Thaisa R. A. Navarro, Isabela Cintra da Silva, Renato Zanolla Montefusco	942
Adriana Celestino, Daiane Cristina Poli, Ana Claudia Ferrari dos Santos	70
Adrielle Fernanda Scarabello, Larissa Bondezan, Cintia Milene Favaro	591
Adrieli Fernanda do Nascimento Silva Pereira, Grasiela Lima	934
Alessandra Rocha da Silva, Amanda Rubio Ferreira de Figueiredo, Luana Marcelle Pagini e Rossana Teresa Curioni Mergulhão	1011
Alex Oliveira de Santana, Pablo da Silva, Silvio César Gigliotti, Eduardo Toledo Arruda Galvão de França	1531
Aline Daiana Aleixo, Fabiana Bonfante da Silva, Maria Fernanda Raminelli Guarnieri, Paloma de Souza Ramos, Eliomar Borges Furquim	1304
Aline M. B. Villela, Angélica N. Zangalleti, Luiz G. Schimidt, Renato A. R. Moraes, Tiago R. Ortolani	981
Aline Maglim Gonçalves de Oliveira Godoy, Alessandro Gabriel Macedo Veiga	285
Aline Piva Cetertick, Rafael Américo Lopes, Bianca Didoni	955
Aline S. Oliveira, Clerison J. S. Bueno	1645
Alysson Taduvi Camargo Fuentes, Carolina da Silva, João Vitor Romachelli, Tiago Rogério Ortolani	1094
Amanda de Almeida Bueno, Renan Patrick Grimaldi, Renan Turini Floret Claro	115
Amanda De Paula, Ana Laura Pavaneli, Kaique Ildefonso M. R. Sapata, Renato Zanolla Montefusco	1607
Amanda do Nascimento, Mariana Martins, Marina Fabiana Martins, Celso Nicola	544
Amanda Leonelli Abrantes, Flavia Fantim, Jéssica Naiara Cano Ferreira Primo, Renato Zanolla Montefusco	1034
Amanda Letícia Sorrilla, Ana Beatriz Almeida dos Santos, Ana Carolina Arantes Mateozi, Renato Zanolla Montefusco	1229
Amanda P. Bessa, Anismeri F. Melo, Felipe Pultrini, Kassiane S. C. Rosalin, Solimar G. Messias Bonjardim	1338
Amanda Thais Garcia, Gustavo Rezende Felipe, Milena Maria Penco Cápuia, Liara Rodrigues de Oliveira	396
Ana Beatriz Ciamariconi, Gabriela Justulin, Lucia Helena Ormelese de Barros	403
Ana Camila Lupino, Tamires Serinoli, Suselaine Zaniolo Mascioli	688
Ana Carolina Salucesti Gamba, Ana Carolina Montibeler, Andréia Cristina Laudelino, Renato Zanolla Montefusco	971
Ana Clara Garcia, Carolaine Pereira de Freitas, Cintia Milene Favaro Bochembuzio	563
Ana Clara Pinheiro Kataoka Magalhães, Priscila Marques Bento, Mariene Mara Contador Furtado	624

Ana Claudia da Silva de Melo, Ana Flávia Souza Silva, Marcela Thais Lima, Juliana Inhesta Limão Thiengo	172
Ana Claudia Francelin, Henrique Volpe, Vanderlei de Freitas Nascimento Junior	1140
Ana Cristina Lima Couto Catto, Gabriela Parice Corrêa Leite, Vania Borim Moretto Delpino	507
Ana Elisa G. Neves, Jefferson Reale, Marcio A. Yeste, Taynara C. Santos, Solimar G. M. Bonjardim	1346
Ana Elisa Milani Baldo Chiachio, Solimar G. M. Bonjardim	904
Ana Flávia de Moura, Giovana Alecsandra Mori, Juliana Helena Santile, Alessandro Gabriel Macedo Veiga	177
Ana Gabriela Salviato Rett, Giulia Celles de Souza, Elaine Cristina Gardinal Pizato	453
Ana Jaqueline Silveira, Juliana Fernanda Rodrigues da Silva Pizzatto, Juliana Zacarias Fabre Tebaldi	917
Ana Júlia Sylvestre de Souza, Ana Luiza Frari dos Santos, Renato Zanolla Montefusco	1614
Ana Karolina Marusco Kaminieski, Natalia Ferreira, Giovanna Castilho Davatz Lopes	58
Ana Laura Américo Aureliano, Lúcia Helena Ormelese de Barros	710
Ana Laura Moreira, Isabela Santoro, Isabela Sifrade, Laura Agostinho, Paulo Fernando do Nascimento Afonso	1404
Ana Laura Rossi Fróes, Rosamaria Segal, Tainá Patrícia da Silva, Eduardo Toledo Arruda Galvão de França	1457
Ana Letícia M. de Mattos, Bianca F. Granai, Daniely R. da Costa, Nágila G. G. de Oliveira	322
Ana Lia Dadamos, Carla Maria Nicola Coletti	532
Ana Luiza Lima de Francesco, Júlia Colleti Constantino, Murilo Caetano dos Santos, Paulo Fernando do Nascimento Afonso	1627
Ana P. G. Toledo, Tayná M. Pavaneli, Marcos A. Siboldi, Paulo F. N. Afonso	924
Ana Paula Cunha Pedro, Miriam Neves de Oliveira Faccio, Suselaine Zaniolo Mascioli	833
Ana Paula de Oliveira Parra, Bruno Gustavo Storion, Graziela Oliveira da Cruz, Paulo Fernando do Nascimento Afonso	1088
Ana Paula de Souza Silva, Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli	647
Ana Paula Leandrin, Maria Caroline dos Santos Souza, Renato Zanolla Montefusco	1380
Anaedi Nogueira Patriot, Gersislei Antonia Salado, Vânia Aparecida Borim Moretto Delpino	512
Anatalia Sanchez, Maiara O. Anjos, Flávio L. G. Scalco	1300
André Oliveira Caseiro, Camila de Souza Ribeiro, Nathalia Alonso Martin, Silvana Cristina Martiello Ferrari	1549
Andréia Pessoa de Araújo, Bruna Larissa Santos da Silva, Letícia Bueno de Souza, Nathaly Barbieri Marcondes Cesar	1585
Anelisa Fugita, Djnefer Borges Dos Santos, Maria Antonieta R. Marson, Liara Rodrigues de Oliveira	739
Anna Lia P. de Souza, Kênia Gabriella F. de Oliveira, Vânia Borim Delpino	694
Artur dos Santos Oliveira, Igor de Moraes Sales Calado, Murilo Valbuena Surian, Paulo César Vasconcelos, Perla Savana Daniel	1242

Bárbara Fernanda Nacbar, Vinicius Martins Carrasco de Oliveira	1368
Barbara Larissa Canato, Kaik Vitor Lira dos Santos, Ademir Testa Junior	197
Barbara Romano Guermandi, Caroline Moreira dos Santos, Felipe Henrique dos Santos, Liara Rodrigues de Oliveira	674
Beatriz Bononi Varanelli, Gabriela Namie Prado Kataoka, Giovana Maria Balie Grasiela Lima	1356
Beatriz C.C. Antoniazzi, Karen L. Silva, Larissa Perez, Paulo F. N. Afonso	1430
Beatriz Fernanda Conte, Amanda Gurgel Chacon, Viviane Rodrigues	567
Beatriz Francine Fernandes Silva, Keite Kelli Aparecida Conceição Rocha, Michelle Beatriz Alves Tortola, Renata Lourdes Rodrigues Caldeira, Pérola Liciane Baptista Cruz e Silva	254
Beatriz Francine Fernandes Silva, Keite Kelli Aparecida Conceição Rocha Chagas, Michelle Beatriz Alves Tortola, Renata Lourdes Rodrigues Caldeira, Pérola Liciane Baptista Cruz e Silva	260
Beatriz Galazini Góis dos Santos, Felipe Costa Hespanhol, Yan Carlo Missaci, Pedro Ernesto Miranda Rampazo	1699
Beatriz Oliveira Saltorelli, Carla Aparecida Zotto, Karina Ferraz Tozze	771
Beatriz Ravágio, Daiane Cristina Anezio, Renato Zanolla Montefusco	1248
Beatriz Suniga, Renata C. de O. Souza Castro	16
Beatriz Vendramini Callegari, Bruna Caroline Scalco de Novais, Renato Zanolla Montefusco	1066
Bianca Lopes Aiello, Fernando Frederico de Almeida Júnior	1072
Brenda Helena Cordeiro Rossi, Daiane Cristine Navas, Tays Fernanda Pessuto, Grasiela Lima	1692
Bruna Firmino de Souza, Isabella Helena Fuzel, Paloma Cristina Gonçalves, Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli,	460
Bruna Michele de Godoy, Tamires Granada Bonotto, Elaine Cristina Gardinal Pizato	637
Bruna Michelle Mattos, Leticia Camilo de Oliveira, Lúcia Helena Ormelese de Barros	538
Bruna Pereira da Silva, Karin Lidiany dos Santos, Grasiela Lima	641
Bruna Stephanie das Virgens Ferroni, Bianca Giordana Zaniratto	1353
Bruno Gabriel de Carvalho, Daniel Felipe Munhoz, Guilherme R T da Silva, Antônio Henrique Barbosa Real	1444
Bruno H. Oliveira, Douglas J. Ferreira, Eugenio A. T. Filho, Luis F. Domingos, José A. P. Ribeiro	1315
Caio Fernando Scarpim, Giovano Ap. de Oliveira, Guilherme Augusto Martines	268
Caio Matheus Salcedo de Oliveira, Caio Roberto Raymundo, Renan Turin	242
Camila dos Santos, Marcela Renata de Oliveira Abreu, Karina Ferraz Tozze	488
Camila Slompo Felipe, Jessica Lidiane Gonçalves Tiete Camara, Larissa Fernanda Rossi, Vanderlei de Freitas Nascimento Junior	1196
Carla Fernanda dos Santos, Vinicius Martins Carrasco de Oliveira	1201
Carla Lima, Isabela Vitória Vasques, Luiz Henrique Martim Herrera,	1632
Carla Suzane Tinoco da Silva, Renata Cristina de O. Souza Castro	190
Carlos A. Petian, Fernanda C. Garcia, Aguinaldo José da Silva Gomes	801
Carlos Alberto Petian, Maria Madalena Lazari Kawashima	858
Carlos Rodrigo Frasson, Alessandro Gabriel Macedo Veiga	292

Carlos Rodrigues Marson, Cleiton Ferreira de Farias, Melina Simionato, Raul Afonso Peres e Fabio Empke Vianna	960
Carol Agostini Refundini, Flávio Ademilson Corradini Junior, Ivana Regina Gonçalves	53
Carolina Fabricio, Marina Chenaldi Romão, Vania Borim Delpino	465
Caroline Aparecida Ugrnani de Almeida, Larissa Daiane Sgorlon, Rinaldo Correr	596
Caroline Aranda Garcia, Isadora Cristina Rodrigues, Marielle Marçal de Oliveira, Renato Zanolla Montefusco	1668
Caroline Lombardi, Luana Gabriel, Nágila Garcia Galan de Oliveira	76
Caroline Milani Andrião, Isabella Unterrichter Rechtenthal	1411
Caroline Padilha, Renata Benassi, Adriana Campos Meiado	494
Caroline Reis, Karina Dinhane, Octávio Vinícius, Paulo F. N. Afonso	1083
Catiuche da Silva Campos, Luciana Lallo Massini, Roberto Wanderley Alves, Renato Zanolla Montefusco	1060
Cesar Bianzeno, Anderson Nicolai, Kátia Moraes, Guilherme Martines	25
Cíntia Valéria dos Santos, Priscila Viegas, Maria Madalena Lazari Kawashima	1308
Daiane Cristina de Godoy, Ellen Taila de Oliveira, Grasiela Lima	421
Daiane Talita Pincelli Moratelli, Suzana Ramos Michelon, Vivian Carla Sancinetti Cardim, Renato Zanolla Montefusco	1169
Dandara Marques de Godoy, Viviane Cristina Bacaccicci, Rosemeire Simone Dellacrode Giovanazzi, Alessandro Gabriel Macedo Veiga	62
Daniela Pereira dos Santos, Alessandro Gabriel Macedo Veiga	280
Daniela Silva Sena, Wanderlei S. Gabini	719
Daniele C. B. Sola, Francieli de Oliveira, Gabriela R. Bravi, Karoline C. R. Rodokas, Flavio M. Ferreira	1502
Daniele Maria Xavier Alves Cavalheiro, Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli.	604
Daniele Silva Santos Do Sacramento, Ana Claudia Ferrari dos Santos	273
Danielle da Silva Temporin, Gisele Quaglia, Marcel Henrique Bertonzzin	618
Danila Pauletto, Jaqueline Moreno Palma, Jenifer Marielle dos Santos, Sergio Augusto Altimari, Renato Zanola Montefusco	1263
David Leandro Datilo, Patrícia K. Silvestre, Erika S. L. Orti Raduan	127
Débora Crespilho Spirandelli, Marcela da Costa Amado, Adriana Campos Meiado	783
Débora de Barros, Mariane Dezen de Araújo, Lúcia Helena Ormelese de Barros	577
Débora Francine Liduenha, Matheus Muntú da Silva, Vitória Maria Aleixo, Perla Savana Daniel	1662
Débora Spirito, Gabriela Spirito, Jonatan José da Costa, Murilo Ronchesel	1570
Dener S. Rodrigues, Denis B. Bruneli, Emerson M. Gonçalves, Flávio M. Ferreira	1494
Denise de Oliveira Longato, Ariele Rayane Gabriel, Magda Cristina Scipioni Veríssimo	476
Donizete A. Beltrame, Érica A. M. Franscisco, Flávia A. O. Pires, Jaqueline D. Almeida, Maria M. L. Kawashima	1124
Ednaldo Rodrigues, Rosemeire Simone Dellacrode Giovanazzi	96
Elaine Cristina Brancaleoni, Renato Zanolla Montefusco	1639

Elcio Leonardo Martins, Bruno Ricardo Martins, Genival de Paiva Arrais, Renato Zanolla Montefusco	1522
Elis Jordany Morais Guimarães, Vanessa Laura Momesso, Liara Rodrigues de Oliveira	678
Elisa Gabriela Soares Franco, Eloísa Aparecida Martins Francisco, Luísa Paterniani da Silva, Bazilio de A. Coutinho-Junior	976
Enaê Sant'Anna, Bianca G. Zaniratto	1223
Evelin Cristina Trombeta Pazzian, Elaine Cristina Gardinal Pizzatto	658
Fabiana R. Santos, Larissa M. Magon, Thainá M. Cabrioli, Solimar G. M. Bonjardim	1268
Fábio Alves de Siqueira, Fabio Lopes, Guilherme Augusto Martines	202
Fábio Henrique Lopes, Leandro Alexandrino de Oliveira, Leonardo Marmol Pessoto, Gian Luca Paes dos Santos, Vanderlei de Freitas Nascimento-Junior	948
Felipe Rinaldi Rogério, João Guilherme da Costa Franco Silva D'Arcadia	1650
Fernanda Antonelli, Adriana Campos Meiado	809
Fernanda Lamesa Ambrosio, Wanderlei Gabini	765
Fernanda Maria Ferrari, Pérola Liciane Baptista Cruz e Silva	148
Flavia L. Rossini, Thamires B. Silva, Vitor F. Masiero, Paulo F. N. Afonso	1236
Flavio L. S. Junior, Gabriela Frasson, Tiago R. Ortolani	1486
Franciele Caroline De Souza, Elaine Cristina Gardinal Pizato	391
Francisco Augusto Supricio, Suellen Aparecida Bailon, Ademir Testa Junior	216
Frederico dos Santos Paixão, Gabriel Poli Pelon, Luiz Henrique Valentim da Silva, Giovanni Bincoletto, Perla Savana Daniel	1287
Gabriel Marcelino Rodrigues, Gustavo Donisete Bussada Junior, Jamile Barbieri de Espindola, Paulo César Vasconcelos, Mauricio de Almeida	1023
Gabriel Murilo Kakoi, Marieli Baroni Abrussi, Murilo Viegas, Renato Z. Montefusco	1294
Gabriel Scarre Budin, Jeferson Alves, Kennedy Henrique Vieira, Vanderlei de Freitas Nascimento Junior	928
Gabriel Yonta Molan, Lucas Julian Dornelles, Vinícius Costa Ribeiro	1191
Gabriela Bortolucci , Perla Savana Daniel	1654
Gabriela Fernanda de Godoy, Elaine Cristina Gardinal Pizato, Ana Vera Niquerito	746
Gabriela Gasparoto Zanutto, Mariana Juvenal Silva, Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli	440
Gabriela Justino Pedroso, Bianca Didoni	1543
Gabrielle Pupo, Juliana Mazo, Natalia Santos, Karina Ferraz Tozze	408
Geiziele Monique Silva de Sousa, Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli	447
Giovani Aléx Carlím, Matheus Gonçalves Garcia, Thiago Batista Ribeiro, Flávio Luís Grava Scalco	1220
Giovanna Marqui Padovan, Juliano Messias da Silva, Rafael de Paula Pinto, Valeria Garcia, Solimar Messias Guindo Bonjardim	999
Giovanni Siqueira Gabia, Rodrigo Ferrari, Evandro Antônio Correa	219
Grace Cilene Torquatro Branco Cabrioli, Natalia Fernanda Sarti de Antônio, Ivana Regina Gonçalves	235
Guilherme L. Albertin Moraes, Luana Cristina Falavigna, Renato Zanolla Montefusco	1176
Guilherme V. B. da Rocha, Vinicius F. Pavanelli, Ademir Testa Junior	327

Gustavo J. Martinho, Regina Célia Ap. Sanches, Maria Madalena Lazari Kawashima	651
Hélio Junior Barbosa de Carvalho, Laura Boletti de Castro	1144
Heloisa De Souza Santos, Giovana Volpato Paleologo, Viviane Rodrigues	358
Heloisa Galiano de Moraes, Wanderlei S. Gabini	715
Hérica Loyane Araújo Garcia de Lima, Leticia de Melo, Thays de Melo, Fabio Empke Vianna	1156
Inês Elisabete dos Santos, Renata C. de Oliveira Souza Castro	81
Isabela Franco de Camargo, Letícia Fernanda Chiode, Vania Ap. Borim Moretto	838
Isabelle Ribeiro, Jacqueline Zanetti Souza, Ms. Renato Zanolla Montefusco	1281
Isabete Alves Bonfim, Grasiela Lima	699
Ítalo José Aquilante Calciolari, Guilherme Fernando Cunha, Luiz Antonio Scursoni, Vanderlei de Freitas Nascimento Junior	1452
Izabel Liberato Ferrari, Cintia Milene Favaro Bochembuzio	434
Jacqueline Nalio Serrano, Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli	735
Jacqueline Ramos Pereira, Juliane Fonseca Sipliano, Vanderlei de Freitas Nascimento Junior	1603
Jailda da Silva Correia, Juliana Pereira, Lucia Helena Ormelese de Barros	760
Jaqueline Alessandra de Sousa, Marcia Maria Meneghelli Alves da Silva, Thalia Martins Lopes de Oliveira, Vanderlei de Freitas Nascimento Junior	1005
Jaqueline da Silva Pessoa, Juliana Martins, Ana Claudia Ferrari dos Santos	41
Jessica Cristina de Oliveira Florencio, Wanderlei Sebastião Gabini	573
Jéssica Grazielle Simionato, Glaucia Olivia Serga, Renato Zanolla Montefusco	965
Jéssica L. Oliveira, Perla S. Daniel	1321
Jéssica Pereira Silva, Natália Fernanda Munhoz, Perla Savana Daniel	1598
Jéssica Stringhetta, Thainá Nunes de Avelar, Liara Rodrigues de Oliveira	820
Jéssica X. Silva, Laura A. Balivo, Paulo F. N. Afonso	1424
João Carlos Ustulin Ferreira, Rafael Ribeiro, Renato Zanolla Montefusco	1656
João Guilherme Caldeira Guizzardi, Guilherme Augusto Martines	161
João Marcelo da Silva Galvão, Nathália M. Mazzeo Issa Vieira	1054
João Paulo da S. Neves, Marcelo D. B. Ormelezi, Magno B. Santos, Paula G. Sant'Ana	304
João Pedro Leonardí Corrêa, Paulo Romeiro de Almeida Soares	1558
Jonatas Luiz Godoy, Guilherme Augusto Martines	36
José Augusto Scudilio Junior, Nathália Moreno Palácio, Maria Madalena Lazari Kawashima	525
José Guilherme Lameza, Luiz Fernando Sartori Júnior, Márcio Américo Mageste, Wagner Elias Jacob	1437
José Roberto Ferreira de Brito Júnior, Franz Ierick, Renato Zanolla Montefusco	1163
Joselaine Job de Souza, Laís Barbosa Conceição, Diego Dhiamaique Miranda da Costa, Renato Zanolla Montefusco	1476
Josiane C. Zeber, Ivana R. Gonçalves, Pérola Cruz	342
Juliana A. Cestari, Thais Forti P. de Almeida, Renato Zanolla Montefusco	1133
Juliana Maria Canassa, Paloma Tentor De Gaspari, Vanderlei de Freitas Nascimento Junior	1041
Julienne Aléxsia da Silva Graciolla, Maria Cristina Canola, Viviane Rodrigues	796

Karen Morais, Marcelo Rodrigues Garcia, Bazilio de Alvarenga Coutinho Junior	1673
Karina M. Paqueli, Rosimeire S. D. Giovanazzi, Luis P. Domingos	143
Karolayne N. Raimundo, Pérola L. B. C. e Silva	350
Kelli Simões Dias, Leandro Lorencetto, Sulamita dos Santos Marcondes, Renato Zanolla Montefusco	994
Kennedy F. Espricigo Bergamo Sede, Irineu Grandesso Neto, Amanda Leal Ferreira, Taiara F. de Amorim Martins, Vanderlei de Freitas Nascimento Junior	1461
Késia Pereira de Souza, Jéssica Isamara Ribeiro, Juliana Pultrin Vaccarelli, Perla Savana Daniel	1417
Laís Battocchio Milani, Rapahela Antonioli Sobrinho, Grasiela Lima	878
Laís Mirella Moraes Monteiro, Danilo Brancalhão Berbel	1330
Larissa da Rocha Polcaro, Thaina Favretto, Fabio Empke Vianna	1077
Larissa de Melo Silva, Mateus da Silva Santos, Silvio Ferracini Junior	1508
Larissa Helena Faria, Jessica Maria Contin Froza, Ana Maria Navarro Vendramini, Renato Montefusco	1047
Leandro Fermino Cavalcante, Pedro Queirós, Vanderlei de Freitas Nascimento Júnior	1275
Leandro Oliveira Nunes, Daniel Luiz Da Silva, Alessandro Cesarin Lavorato, Matheus Molina, Jose Augusto Pereira Ribeiro	988
Léia Conceição Turatti, Vanessa Rodrigues Novais, Patrícia Pelegrina Rosseto	669
Leonardo Oliveira Martins, Matheus Martins Peruzzo, Paula Grippa Santana	166
Letícia de Oliveira Koehler, João Guilherme da Costa Franco Silva D'Arcadia	1376
Letícia de Souza, Wanderlei S. Gabini	608
Letícia Do Carmo Munhoz, Lucelene Aparecida Gazolla, Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli	866
Letícia Giovanazzi Ustulin, Sérgio Cesar Miranda Troiano Filho, Vanderlei de Freitas Nascimento Junior	1016
Letícia Martins Moya, Geane de Melo Bispo da Silva, Ana Vera Niquerito Bozza	663
Liandra Bilancieri, Elaine Cristina Gardinal Pizato	547
Lídia Fernanda Codatto, Carolina Paraizo Luiz, Guilherme Augusto Martines	209
Lidiane Aparecida Kil, Thaisa Aparecida Bruno Zaneti, Wanderlei S. Gabini	413
Lilda Mazoni, Marilda Santos Fonseca, Ana Vera Niquerito Bozza	363
Lívia Anicet Zanini, Elaine Cristina Gardinal Pizato	789
Lívia Maria Lopes, Maria Andrele Mariano, Adriana Campos Meiado	373
Lizandra Larissa dos Santos, Grasiela Lima	551
Luan da Silva Inácio, Taise Regina de Oliveira, Tamiris Cristina Destro, Liara Rodrigues de Oliveira	889
Luana Graziela Viola, Viviani Rosseto Loterio, Maria Madalena Lazari Kawashima	849
Luana Graziella da Silva, Larissa Gromboni, Heidi Tomazelli Fornarolle, Jamile Gonçalves Calissi	1483
Luana Maira Alves da Silva, Célia Regina Auler Pereira Furuta	843
Lucas Leone Mageste, João Guilherme da Costa Franco Silva	1679
Luís Fernando Parizotto, Elaine Cristina Gardinal Pizato	896
Luis Otávio Pires, Grasiela Lima	1117

Marcela Gomes Torensan, Milena Fernanda Serrano, Pâmela Priscila Luque, Rinaldo Correr	884
Marco Aurélio José Massaroto, Ynessa Graciano Martins de Oliveira, Renato Zanolla Montefusco	1214
Marcos Alexandre Baicaicoa, Isabella Unterrichter Rechtenthal	1387
Marcos Henrique Bertonha Junior, Gleverson Lucas Ramos da Silva, Renato Zanolla Montefusco	1029
Maria Eduarda Carreira Carneiro, Silmara Elaine Ferraz Storti de Pieri, Flavia Caroline Nogueira, Fabiana Camila Bativa, Tanize do Espírito Santo Faulin	102
Maria Emília de Lima Serafim, Maria Laura Batista, Nágila Garcia Galan de Oliveira	108
Mariana de Campos Soriani, Beatriz Ferreira Alves, Paula Grippa Sant Ana	31
Mariane Géglio, Paula Grippa Sant'Ana	155
Mariele Francine Martins, Nathalia Artuni, Elaine Cristina Gardinal Pizato	723
Marina de Oliveira, Elaine Cristina Gardinal Pizato	584
Marina Simões, Solimar G. M. Bonjardim	416
Marina Valbuena Sebastião Francisco, Taís Fernanda Gouveia da Silva, Liara Rodrigues de Oliveira,	427
Maristela Manechini, Natalia R. de Carvalho, Paula G. Sant'Ana	312
Matheus David, João P. Martins, Guilherme A. Martines	318
Matheus Galiazzi, Milton César Giraldi, Ademir Testa Júnior	120
Matheus Henrique de Souza Batista, Nayara Kobayashi Pontes, Perla Savana Daniel	1592
Michele D. Festa, Danilo B. Berbel	1102
Mikaele Amaral, Beatriz Marin, Eloísa Silva, Renato Zanolla Montefusco	1536
Murilo R. Mellon, Stella L. F. de Melo, Tanize do Espírito Santo Faulin	354
Naiara Fernanda Pereira Rodrigues, Wanderlei Gabini	369
Natália Alves Anézio, Suselaine Aparecida Zaniolo	472
Natália Cristina Nabarro, Samara Fernanda Bueno, Grasiela Lima	682
Natália Mazzilli Dias, Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli	753
Natália Rodrigues de Lourenço Prado, Rilaly Araujo Vitor da Silva, Tamires Parro Costa, Ms. Vanderlei de Freitas Nascimento Junior	1256
Nathalia Lucato, Nuria Rizzo, Valéria Miranda Aragon, Renato Zanolla Montefusco	1397
Nayara Rossinholi Conte, Célia Regina Auler Pereira Furuta	705
Nelson C. Oliveira, Silvana C. M. Ferrari	1515
Pamela Carolina Ferreira Fernandes, Rosangela Oliveira Raimundo Manoel, Vânia Aparecida Borim Moretto Delpino	910
Pâmela Daniela Lerner, Victor Róvero Magalhães, Renato Zanolla Montefusco	1621
Patricia Gomes Torensan, Aguinaldo José da Silva Gomes	871
Paula C Santos Matiello, Isabella Defende Firmino, Renato Zanolla Montefusco	1553
Pedro Ernesto Poli Filho, Thiago dos Santos Paim, Marcel Henrique Bertozzin	629
Pedro Luis da Silva Souza, Renato Zanella Montefusco	1527
Pérola Liciane Baptista Cruz e Silva, Cristiano Carlos Ferreira	249
Pietra Santos, Ana Júlia, Giullia Rodrigues, Fábio Empke Vianna	1209
Priscila Brasil Duarte Torelli, Patrícia Pelegrina Rosseto	828

Quéren Hapuque dos Santos, Naray Maele de Mello, Alice Protto, Renato Zanolla Montefusco	1391
Rafaela De Oliveira Souza Castro, Gabriela Andriotti Ciamaricone, Renan Floret Turini Claro	88
Rafaela Fadini, Wanderlei Sebastião Gabini	814
Raquel Ap. de Paula, Sabrina Ap. dos Santos, Elaine Cristina Gardinal Pizato	500
Renata Ribeiro, Rosimeire Sabatel, Suselaine Mascioli	481
Ricardo Bertoloto Junior, Pedro Vicente, Guilherme Augusto Martines	21
Rosane Cristina da Silva, Fernando Frederico de Almeida Júnior	1324
Rosemeire de Lima Mesquita, Renata C. de O. Souza Castro	229
Sabrina G. Martins, Bruna C. F. Dorta, Vânia A. B. M. Dalpino, Jhenifer P. Dias	332
Salete Rosemara Gazola, Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli	728
Sara Silveria Furlanetto, Camila Simões da Silva, Grasiela Lima	1465
Silvia O. Gimenez, Solimar G. Messias Bonjardim	385
Siomara Carinhato Comar, Vania Aparecida Borim Moretto Delpino	519
Sueli Aparecida Corradini, Renato Zanolla Montefusco	1472
Suzana de Souza, Eliane Mendonça Bonato, Fábio Empke Vianna	1361
Tais Franco Silva, Maria Madalena Lazari Kawashima	556
Taisa Antunes Corrêa, Ana Claudia Ferrari dos Santos	224
Tamara Turini Gomes, Luiz Fernando Kakoi, Perla Savana Daniel	1150
Tamires Bueno Lugão, Thais Martins de Oliveira, Lucia Helena Ormelese de Barros	379
Tamires do Nascimento, Ivana R. Gonçalves	135
Thais Parro Costa, Célia Regina Auler Pereira Furuta,	612
Thiago Laurindo Conessa, Rafael Guimarães Monteiro, Thales Siqueira Scuciato, Renato Zanolla Montefusco	1686
Vanessa Monteiro Beraldo da Costa, Bruna Scarabello Martins, Ademir Testa Junior	184
Victor Felipe Nogueira, Vinicus Martins Carrasco de Oliveira	1564
Victor Heubel, Lucas Luciani, Giovanna Castilho Davatz	47
Victoria Rebeca de Castro, Vania Aparecida Borim Moretto Delpino	776
Vitória T. Marto, Eliete J. B. Bighetti	337
William Napoleão Santana, João Pedro Paris Tiburcio, Ademir Testa Junior	124
Willian Albuquerque da Silva, Luiz Henrique Martim Herrera	1184